

PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DO

AGROGALAXY

AGXY

B3 LISTING

AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 21.240.146/0001-84 | NIRE 35.300.489.543
Avenida Cidade Jardim, nº 803, 6º andar, Conjunto 62, Sala 3B
CEP 01453-000, São Paulo, SP

81.481.358 Ações

Valor Total da Oferta: **R\$1.425.923.765,00**

Código ISIN das Ações "BRAGXYACNOR4"

Código de negociação das Ações na B3: "AGXY3"

No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre **R\$15,00 e R\$20,00**, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa (conforme definido neste Prospecto).

O AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), o Agropundo Brasil III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Agropundo Brasil III"), o Agropundo Brasil IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Agropundo Brasil IV"), o Agropundo Brasil V Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Agropundo Brasil V"), o Galaxy Agribusiness LP ("Galaxy"), o Spectra II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior ("Spectra II"), o Spectra III Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Spectra III"), o Fact Enterprise Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Fact FIP"), o Vic Spectra III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior ("Vic Spectra III"), o Ciclus Participações Ltda. ("Ciclus"), a Clarus Participações Ltda. ("Clarus"), a Monte Cristo Participações Ltda. ("Monte Cristo"), e os acionistas vendedores pessoas físicas identificados na seção "Informações Sobre a Oferta – Acionistas Vendedores" na página 42 deste Prospecto ("Acionistas Vendedores Pessoas Físicas"), e, em conjunto com Agropundo Brasil III, Agropundo Brasil IV, Agropundo Brasil V, Galaxy, Spectra II, Fact FIP, Vic Spectra III, Ciclus, Clarus e Monte Cristo, os Acionistas Vendedores estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de, inicialmente, 81.481.358 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), compreendendo a distribuição (i) primária de, inicialmente, 40.740.679 ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia ("Oferta Primária") e (ii) secundária de, inicialmente, 40.740.679 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas quantidades indicadas na seção "Informações Sobre a Oferta – Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 46 deste Prospecto ("Oferta Secundária"), em ambos os casos, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com os procedimentos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta").

A Oferta será realizada sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder" ou "Agente Estabilizador" ou "Itaú BBA", conforme aplicável), do Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("UBS BB"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("XP") e do Banco ABC Brasil S.A. ("Banco ABC"), e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, o UBS BB e a XP, "Coordenadores da Oferta", observado o disposto na Instrução CVM 400, bem como os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e "Regulamento do Novo Mercado", respectivamente, e com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta, exclusivamente, para efetuar esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto) ("Instituições Consorciadas" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "Instituições Participantes da Oferta").

Simultaneamente, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo Itaú BBA USA Securities, Inc., pelo J.P. Morgan Securities LLC, pelo UBS Securities, LLC e pela XP Investments US, LLC (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional") em conformidade com o Placement Facilitation Agreement, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional ("Contrato de Colocação Internacional") (ii) nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (qualified institutional buyers), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Rule 144A, do U.S. Securities Act de 1933, conforme alterado ("Securities Act"), editada pela U.S. Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos da América ("SEC"), em operações isentas de registro, previstas no Securities Act e nos regulamentos editados ao amparo do Securities Act, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos da América sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, exceto os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos da América (non-U.S. persons), nos termos do Regulation S, do Securities Act, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "Investidores Estrangeiros"), em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, conforme alterada ("Resolução CMN 4.373"), e pela Resolução da CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020 ("Resolução CVM 13"), ou pela Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("Lei 4.131"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país que não o Brasil, inclusive perante a SEC.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início (conforme definido neste Prospecto), a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme abaixo definido) poderá, a critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em até 16.296.271 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na seção "Informações Sobre a Oferta – Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 46 deste Prospecto, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até 12.222.200 ações ordinárias de emissão da Companhia, das quais até 9.166.652 ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia e até 3.055.548 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na seção "Informações Sobre a Oferta – Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 46 deste Prospecto, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações do Lote Suplementar"), conforme opção a ser outorgada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição (conforme definido neste Prospecto), as quais serão destinadas exclusivamente para a prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta ("Opção de Ações do Lote Suplementar"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação por escrito aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação (conforme definido neste Prospecto). Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa do Preço por Ação, os Pedidos de Reserva (conforme definido neste Prospecto) serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto. O Preço por Ação será fixado com base no resultado do procedimento de coleta de indicações de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais (conforme definido neste Prospecto) pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Distribuição Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de Bookbuilding"). O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de Bookbuilding. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentaram suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de Bookbuilding e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de Bookbuilding e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.", na página 85 deste Prospecto.

	Preço (R\$) ⁽¹⁾	Comissões (R\$) ⁽¹⁾⁽²⁾⁽⁴⁾	Recursos Líquidos (R\$) ⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾⁽⁴⁾⁽⁵⁾
Preço por Ação.....	17,50	0,70	16,80
Oferta Primária.....	712.961.882,50	28.518.475,30	684.443.407,20
Oferta Secundária.....	712.961.882,50	28.518.475,30	684.443.407,20
Total Oferta.....	1.425.923.765,00	57.036.950,60	1.368.886.814,40

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$17,50, que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$15,00 e R\$20,00, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

⁽²⁾ Abrangendo as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

⁽³⁾ Sem dedução das comissões, despesas e tributos da Oferta.

⁽⁴⁾ Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 53 deste Prospecto.

⁽⁵⁾ Para informações sobre a quantidade de Ações emitidas pela Companhia e a quantidade de Ações a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores e os recursos líquidos a serem por eles recebidos, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos", constante na página 46 deste Prospecto.

A realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, e a autorização para administração da Companhia realizar a participação na Oferta Secundária ao Novo Mercado e a alteração e consolidação de seu estatuto social para refletir os ajustes necessários pelo Novo Mercado, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 17 de dezembro de 2020, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 06 de janeiro de 2021, sob o nº 2.023.097/20-4 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Diário Comercial" em 22 de dezembro de 2020.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de Bookbuilding e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no jornal "Diário Comercial" e no DOESP, no dia útil seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início.

A realização da Oferta Secundária foi aprovada pelo Agropundo Brasil III em Reunião do Comitê de Investimento realizada em 16 de dezembro de 2020, não sendo necessário qualquer registro ou publicação. A fixação do Preço por Ação será aprovada em Reunião do Comitê de Investimento a ser realizada na data de fixação do Preço por Ação.

A realização da Oferta Secundária foi aprovada pelo Agropundo Brasil IV em Reunião do Comitê de Investimento realizada em 16 de dezembro de 2020, não sendo necessário qualquer registro ou publicação. A fixação do Preço por Ação será aprovada em Reunião do Comitê de Investimento a ser realizada na data de fixação do Preço por Ação.

A realização da Oferta Secundária foi aprovada pelo Agropundo Brasil V, em Reunião do Comitê de Investimento e em Assembleia Geral de Cotistas realizadas em 22 de dezembro de 2020, não sendo necessário qualquer registro ou publicação. A fixação do Preço por Ação será aprovada em Reunião do Comitê de Investimento e em Assembleia Geral de Cotistas a serem realizadas na data de fixação do Preço por Ação.

A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, inclusive no que se refere à fixação do Preço por Ação, foram aprovadas pela Monte Cristo, em Reunião de Sócios realizada em 16 de dezembro de 2020, cuja ata foi devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 21 de dezembro de 2020, sob o número 8146367, não sendo necessária qualquer publicação.

A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, inclusive no que se refere à fixação do Preço por Ação, foram aprovadas pela Clarus, em Reunião de Sócios realizada em 16 de dezembro de 2020, cuja ata foi devidamente registrada na JUCESP em 21 de dezembro de 2020, sob o número 50752220-5, não sendo necessária qualquer publicação.

A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, inclusive no que se refere à fixação do Preço por Ação, foram aprovadas pela Ciclus, em Reunião de Sócios realizada em 16 de dezembro de 2020, cuja ata foi devidamente registrada na JUCESP em 21 de dezembro de 2020, sob o número 50753720-8, não sendo necessária qualquer publicação.

Não será necessária qualquer aprovação societária dos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, do Galaxy, do Spectra II, do Spectra III, do Vic Spectra III e do Fact FIP para a participação na Oferta Secundária, inclusive no que se refere à fixação do Preço por Ação.

Exceto pelos registros da Oferta pela CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos da América e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Será admitido o recebimento de reservas a partir da data indicada no Aviso ao Mercado (conforme definido neste Prospecto), para subscrição/aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição (conforme definido neste Prospecto).

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos junto à CVM em 31 de dezembro de 2020.

"OS REGISTROS DA PRESENTA OFERTA NÃO IMPLICAM, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS".

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de investimento nas Ações. Ao decidir investir nas Ações, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS ÀS AÇÕES E À OFERTA" DESCRITOS NAS PÁGINAS 18 E 82, RESPECTIVAMENTE, DESTES PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, NA PÁGINA 1225 DESTES PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.



Coordenadores da Oferta



A data deste Prospecto Preliminar é 18 de fevereiro de 2021.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES.....	1
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA	4
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO	5
SUMÁRIO DA COMPANHIA	7
PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA.....	18
SUMÁRIO DA OFERTA	21
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA	38
Composição do Capital Social da Companhia.....	38
Principais Acionistas e Administradores da Companhia.....	39
Acionistas Vendedores	42
Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos.....	46
Descrição da Oferta	49
Aprovações Societárias	50
Instituições Participantes da Oferta	51
Preço por Ação.....	52
Ações em Circulação (<i>Free Float</i>) após a Oferta	53
Custos de Distribuição	53
Estabilização do Preço das Ações.....	58
Características das Ações	58
Plano de Distribuição da Oferta	59
Procedimento da Oferta	60
Oferta Não Institucional.....	61
Oferta Private	62
Oferta de Varejo	65
Oferta Institucional	69
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta.....	70
Suspensão ou Cancelamento da Oferta	71
Prazo de Distribuição	71
Liquidação	71
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação.....	72
Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição Internacional	73
Violações de Normas de Conduta	74
Listagem e Negociação das Ações na B3	74
Restrições à Negociação das Ações (<i>Lock-up</i>).....	75
Instituição Financeira Escrituradora das Ações.....	75
Cronograma Tentativo da Oferta	76
Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta.....	77
Informações Adicionais	78
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES.....	82
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA	92
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA	99
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder	99
Relacionamento entre a Companhia e o J.P. Morgan.....	101
Relacionamento entre a Companhia e o UBS BB	102
Relacionamento entre a Companhia e a XP.....	104
Relacionamento entre a Companhia e o Banco ABC.....	105
RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA	107
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder.....	107
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o J.P. Morgan.....	108

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o UBS BB.....	108
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e a XP	109
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Banco ABC	110
INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES	112
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	114
CAPITALIZAÇÃO	119
DILUIÇÃO	120
ANEXOS	123
ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA.....	127
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2020 QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA.....	141
ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO DO AGROFUNDO BRASIL III, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2020, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA SECUNDÁRIA	191
ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO DO AGROFUNDO BRASIL IV, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2020, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA SECUNDÁRIA	201
ATAS DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO E DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS DO AGROFUNDO BRASIL V, REALIZADAS EM 22 DE DEZEMBRO DE 2020, QUE APROVARAM A REALIZAÇÃO DA OFERTA SECUNDÁRIA	211
ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS DA MONTE CRISTO, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2020, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA SECUNDÁRIA, INCLUSIVE NO QUE SE REFERE À FIXAÇÃO DO PREÇO POR AÇÃO	217
ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS DA CLARUS, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2020, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA SECUNDÁRIA, INCLUSIVE NO QUE SE REFERE À FIXAÇÃO DO PREÇO POR AÇÃO.....	227
ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS DA CICLUS, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2020, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA SECUNDÁRIA, INCLUSIVE NO QUE SE REFERE À FIXAÇÃO DO PREÇO POR AÇÃO.....	231
MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL	235
MINUTAS DAS ATAS DOS COMITÊS DE INVESTIMENTO DO AGROFUNDO BRASIL III, AGROFUNDO BRASIL IV E AGROFUNDO BRASIL V QUE APROVARÃO O PREÇO POR AÇÃO	241
DECLARAÇÃO DA COMPANHIA PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400	255
DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400	265
DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400	493
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS DA COMPANHIA EM 30 DE SETEMBRO DE 2020	497
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE DEZ MESES FINDO EM 31 DE OUTUBRO DE 2020	561
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, 2018 E 2017	651
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PRO FORMA NÃO AUDITADAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA COMPANHIA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PERÍODOS DE DEZ MESES FINDOS EM 31 DE OUTUBRO DE 2020 E 2019.....	879
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA AGRO KEY REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, 2018 E 2017	897
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA AGRO ADVANCE REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019.....	1127

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM	
480	1193

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, “Companhia” ou “AgroGalaxy” referem-se, a menos que o contexto determine de forma diversa, ao AgroGalaxy Participações S.A. e suas subsidiárias na data deste Prospecto.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção “Sumário da Oferta” na página 21 deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto, conforme aplicável.

Acionistas Controladores	Agrofundos Brasil III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Agrofundos Brasil IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Agrofundos Brasil V Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Galaxy Agribusiness LP, Spectra II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior, Spectra III Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Fact Enterprise Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Vic Spectra III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior, considerados em conjunto.
Administração	Conselho de Administração e Diretoria da Companhia, considerados em conjunto.
Administradores	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, considerados em conjunto.
Agro Advance	Agro Advance Participações S.A.
Agro Key	Agro Key Participações S.A.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral	Assembleia geral de acionistas da Companhia.
Auditores Independentes	PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.
CPF/ME	Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor.
Companhia ou AgroGalaxy	AgroGalaxy Participações S.A.

Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia.
Conselho Fiscal	O conselho fiscal da Companhia, que até a data deste Prospecto não foi instalado.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado a ser celebrado entre, de um lado, a B3 e, de outro, a Companhia, até a data de divulgação do Anúncio de Início (data na qual o referido contrato entrará em vigor), por meio do qual a Companhia aderirá ao Novo Mercado.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Diretoria	A diretoria da Companhia.
DOESP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
Dólar, dólar, dólares ou US\$	Moeda oficial dos Estados Unidos.
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	Estatuto social da Companhia.
Formulário de Referência	Formulário de Referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, anexo a este Prospecto.
Instituição Escriuradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 505	Instrução CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada.
Instrução CVM 539	Instrução CVM nº 539 de 13 de novembro de 2013, conforme alterada.
IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativos a Títulos e Valores Mobiliários – IOF.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Lei 4.131	Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Capitais	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Novo Mercado	Segmento especial de listagem da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.
Offering Memoranda	<i>Preliminary Offering Memorandum</i> e o <i>Final Offering Memorandum</i> , conforme definidos no Contrato de Distribuição Internacional, considerados em conjunto.
Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A., incluindo o Formulário de Referência anexo a ele e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospecto Definitivo	O Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A., incluindo o Formulário de Referência anexo a ele e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospectos	O Prospecto Definitivo e o Prospecto Preliminar, considerados em conjunto.
Real, real, reais ou R\$	Moeda oficial corrente no Brasil.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento do Novo Mercado da B3, que disciplina os requisitos para a negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Novo Mercado, estabelecendo regras diferenciadas para essas companhias, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado.
Regulamento S	Regulamento S editado ao amparo do <i>Securities Act</i> .
Resolução CMN 4.373	Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de novembro de 2014, conforme alterada.
Resolução CVM 13	Resolução da CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020.
Rule 144A	<i>Rule 144A</i> editada ao amparo do <i>Securities Act</i> .
SEC	<i>Securities and Exchange Commission</i> , a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
Securities Act	<i>Securities Act</i> de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	AgroGalaxy Participações S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.240.146/0001-84, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.489.543.
Registro na CVM	Em fase de obtenção de registro como emissora de valores mobiliários categoria “A” perante a CVM, cujo requerimento foi apresentado à CVM em 31 de dezembro de 2020.
Sede	Localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 6º andar, conjunto 62, Sala 3B, CEP 01453-000.
Diretoria de Relações com Investidores	Localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 6º andar, conjunto 62, Sala 3B, CEP 01453-000. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. José Maurício Mora Puliti. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é +55 (11) 95579-9254 e o seu endereço eletrônico é ri@agrogalaxy.com.br .
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Auditores Independentes	PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código “AGXY3”, a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à divulgação do Anúncio de Início.
Jornais nos quais divulga informações	As publicações realizadas pela Companhia em decorrência da Lei das Sociedades por Ações são divulgadas no DOESP e no jornal “Diário Comercial”.
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência.
Website	http://ri.agrogalaxy.com.br As informações constantes no <i>website</i> da Companhia não são parte integrante deste Prospecto e não estão a ele incorporadas por referência.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto inclui estimativas e declarações acerca do futuro, ou estimativas e declarações prospectivas, principalmente, nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta”, descritos nas páginas 39 e 82, respectivamente, deste Prospecto, e nas seções “4. Fatores de Risco”, “7. Atividades do Emissor” e “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência nas páginas 1225, 1303 e 1372, respectivamente, deste Prospecto.

Essas considerações sobre estimativas e declarações prospectivas se basearam, principalmente, nas expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou possam afetar seu setor de atuação, sua participação de mercado, sua reputação, seus negócios, sua situação financeira, o resultado das suas operações, suas margens e/ou seu fluxo de caixa. Elas estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações de que dispomos atualmente.

Além de outros itens discutidos em outras seções deste Prospecto, há uma série de fatores que podem impactar adversamente os resultados da Companhia e/ou podem fazer com que as estimativas e declarações não ocorram. Tais riscos e incertezas incluem, entre outras situações, as seguintes:

- conjuntura socioeconômica, política e de negócios do Brasil, incluindo, exemplificativamente, nível de emprego, crescimento populacional e confiança do consumidor;
- inflação e desvalorização do Real, bem como flutuações das taxas de juros;
- modificações em leis e regulamentos, incluindo os que envolvem questões fiscais e trabalhistas;
- capacidade da Companhia de implementar suas estratégias de crescimento;
- capacidade da Companhia de se financiar adequadamente;
- capacidade da Companhia de atender seus clientes de forma satisfatória;
- competição do setor;
- dificuldades na manutenção e melhoria de marcas da Companhia e reclamações desfavoráveis de clientes, ou publicidade negativa, que afetem as marcas;
- mudanças nas preferências dos consumidores e demandas pelos produtos que a Companhia vende;
- aumento do custo da estrutura da Companhia, em especial de custos trabalhistas;
- capacidade da Companhia de prever e reagir, de forma eficiente, a mudanças temporárias ou de longo prazo no comportamento dos consumidores da Companhia em razão da pandemia de COVID-19, mesmo após o surto ter sido suficientemente controlado;
- os efeitos econômicos, financeiros, políticos e sanitários da pandemia de COVID-19 (ou outras pandemias, epidemias e crises similares) e das medidas governamentais implementadas em resposta à pandemia, particularmente no Brasil e na medida em que continuem a causar graves efeitos macroeconômicos negativos e a impactar o comportamento e hábitos de consumidores nas regiões em que a Companhia opera, portanto aumentando muitos dos outros riscos descritos na seção de Fatores de Risco do Formulário de Referência; e

- outros fatores de riscos apresentados na seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” e “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia”, nas páginas 82 e 18, respectivamente, deste Prospecto, e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência na página 1225 deste Prospecto.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS DESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E PROSPECTIVAS FUTURAS EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

As palavras “acreditamos”, “podemos”, “poderemos”, “estimamos”, “continuamos”, “antecipamos”, “pretendemos”, “esperamos” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não podemos assegurar que atualizaremos ou revisaremos quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não consistem em qualquer garantia de desempenho futuro. Os reais resultados podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras, constantes neste Prospecto. Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência podem não vir a ocorrer e, ainda, os resultados futuros e o desempenho da Companhia podem diferir substancialmente daqueles previstos em suas estimativas em razão, inclusive, mas não se limitando, aos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada somente baseada nas estimativas e declarações prospectivas contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto e no Formulário de Referência da Companhia podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

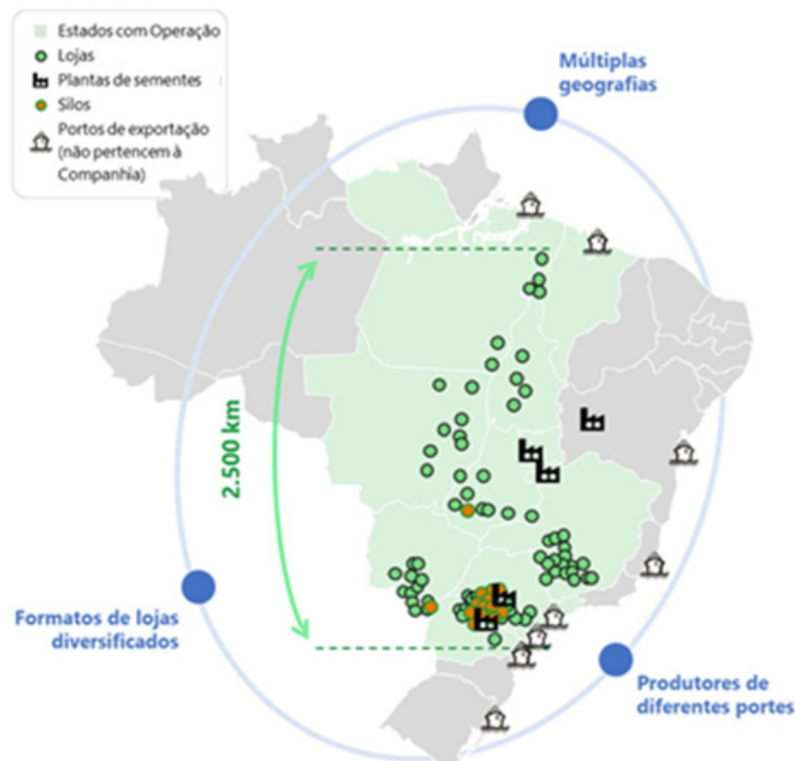
SUMÁRIO DA COMPANHIA

ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS INFORMAÇÕES DA COMPANHIA. AS INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE A COMPANHIA ESTÃO NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO A PARTIR DA PÁGINA 1193. LEIA-O ANTES DE ACEITAR A OFERTA. AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTE SUMÁRIO, NOS TERMOS DO INCISO II, § 3º, DO ARTIGO 40 DA INSTRUÇÃO CVM 400, SÃO CONSISTENTES COM AS INFORMAÇÕES DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO A PARTIR DA PÁGINA 1193.

ESTE SUMÁRIO NÃO CONTÉM TODAS AS INFORMAÇÕES QUE O INVESTIDOR DEVE CONSIDERAR ANTES DE INVESTIR NAS AÇÕES. PORTANTO, ANTES DE TOMAR SUA DECISÃO EM INVESTIR NAS AÇÕES DE EMISSÃO DA COMPANHIA, O INVESTIDOR DEVE LER CUIDADOSA E ATENCIOSAMENTE TODO ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, INCLUINDO AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NAS SEÇÕES “CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO”, E “PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA”, “FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES”, NAS PÁGINAS 5, 18 E 82 DESTE PROSPECTO, BEM COMO NAS SEÇÕES “3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS”, “4. FATORES DE RISCO” E “10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES”, RESPECTIVAMENTE, DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO A PARTIR DA PÁGINA 1205, ALÉM DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SUAS RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS DA COMPANHIA ANEXAS A ESTE PROSPECTO, A PARTIR DA PÁGINA 651, PARA UM ENTENDIMENTO MAIS DETALHADO DOS NEGÓCIOS DA COMPANHIA E DA OFERTA PROPRIAMENTE DITA. RECOMENDA-SE AOS INVESTIDORES INTERESSADOS QUE CONTATEM SEUS CONSULTORES JURÍDICOS E FINANCEIROS ANTES DE INVESTIR NAS AÇÕES.

VISÃO GERAL

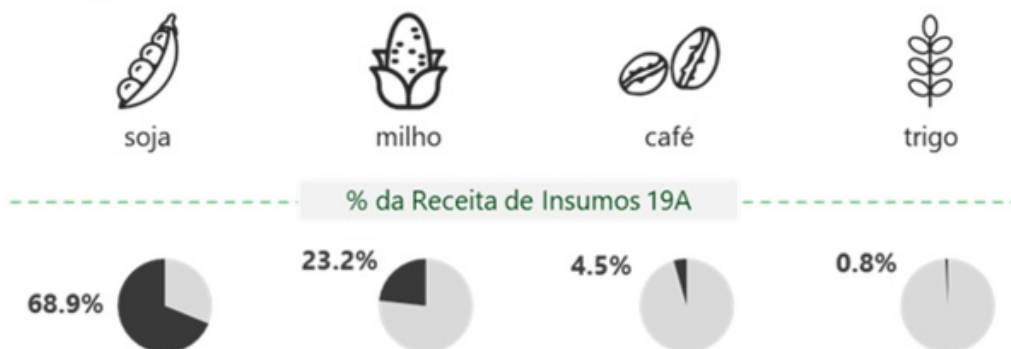
A Companhia é uma relevante plataforma de varejo de insumos agrícolas e serviços voltados para o agronegócio brasileiro, atuando na comercialização de insumos agrícolas, produção de sementes, originação, armazenamento e comercialização de grãos, além de prestação de serviços agrícolas. Com cobertura geográfica nacional, a Companhia possui um ecossistema integrado, entregando produtos e oferecendo soluções únicas para a necessidade do produtor rural, sendo reconhecida pelo alto valor agregado que entrega aos seus clientes e por ser a parceira de produtividade do agricultor brasileiro. Formada a partir da aquisição de plataformas líderes em diferentes regiões brasileiras, a Companhia tem os benefícios da integração, enquanto mantém as características e marcas originais de cada plataforma, além de todo o histórico local e proximidade com o agricultor. Em 31 de outubro de 2020, a Companhia conta com 93 lojas, incluindo pontos comerciais (que não possuem estoque), 19 silos, 3 plantas de semente de soja operadas pela própria Companhia e 2 tooling, situadas em 9 estados, cobrindo cerca de 1.000 cidades, consolidando sua estratégia de ter forte capilaridade nas regiões mais estratégicas do agronegócio brasileiro e com próximo relacionamento com os produtores, entregando soluções de ponta com agilidade.



Fonte: Companhia

O público-alvo da Companhia são pequenos e médios produtores, com área cultivada de até dez mil hectares, que buscam os melhores produtos, diversificação de fornecedores, soluções de financiamento e crédito, assistência técnica desde o plantio até a colheita, serviços de logística e alta tecnologia. Fornecendo produtos para diversas culturas, incluindo soja, milho, café, trigo, entre outros. Na safra de 2019/2020, os clientes da Companhia representaram um total de 7,9 milhões de hectares de área plantada.

Principais Culturas



Fonte: Companhia

A Companhia vem mostrando uma trajetória, com forte ritmo de crescimento e mantendo rentabilidade. No período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020, a Companhia reportou uma receita líquida de R\$1,7 bilhão, com uma margem EBITDA de 5,3% e EBITDA Ajustado de 3,8%, e uma receita líquida proforma de R\$ 3,2 bilhões com uma margem EBITDA proforma de 5,3% e EBITDA ajustado proforma de 4,5%. Para mais detalhes sobre as medidas contábeis e não-contábeis dos últimos 3 exercícios sociais divulgadas pela Companhia vide itens 3.2, 3.9, 10.1.h e 10.9 do Formulário de Referência.

Informações Financeiras

Em 30 de outubro de 2020, foi aprovada a combinação dos negócios da Companhia, da Agro Key Participações S.A. ("Agro Key") e da Agro Advance Participações S.A. ("Agro Advance") através da incorporação societária pela Companhia da Agro Key e da Agro Advance. Esta reestruturação ocorreu com a troca de ações, por valores negociados entre as partes, em uma operação entre companhias que não possuem controle comum e que, portanto, representa uma combinação de negócios sob o escopo do CPC 15 (R1) / IFRS 3 Combinação de negócios, apresentada considerando o método de aquisição. Como parte da avaliação da administração nesse contexto, a Agro Key foi considerada como a adquirente contábil (apesar de ser a empresa incorporada legalmente) e a Companhia, assim como a Agro Advance, foram consideradas como as adquiridas, (apesar de a Companhia ser incorporadora e a entidade sobrevivente legal), configurando uma situação de aquisição reversa.

Dessa forma, as informações aqui apresentadas de 31 de outubro de 2020 refletem as informações da combinação de negócios, através da consolidação dos ativos e passivos das três sociedades. No entanto, o resultado da Companhia para o período findo em 31 de outubro de 2020 representa apenas os resultados da AgroKey.

Apresentamos abaixo os principais indicadores financeiros para os períodos indicados. Para informações financeiras mais detalhadas sobre indicadores financeiros da Companhia após a reestruturação societária que ocorreu em outubro e que representam de maneira mais adequada os números da Companhia para futura comparabilidade, ver itens 3.9 e 10.9 do Formulário de Referência e as Demonstrações Financeiras Pro Forma e respectivas Notas Explicativas para os períodos indicados.

(em R\$ mil, exceto %)	Período de dez meses findo em 31 de outubro de			Agro Trends - Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					Agro Key - Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					Agro Advanc e Exercíci o social encerra do em 31 de dezemb ro de
	2020	2019	AH(%)	2019	2018	AH(%)	2017	AH(%)	2019	2018	AH(%)	2017	AH(%)	2019
Receita bruta de vendas	1.771.970	1.297.448	36,6%	1.511.994	1.134.633	33,3%	1.107.159	2,48%	1.620.628	1.342.522	20,7%	425.086	215.82%	287.472
Receita operacional líquida	1.710.545	1.242.047	37,7%	1.443.693	1.052.915	37,1%	1.047.790	0,5%	1.554.937	1.299.313	19,7%	413.607	214,1%	271.610
Lucro Líquido do exercício	(22.130)	17.651		24.454	(1.562)		19.967		34.202	6.218	450,0%	10.834	-42,6%	13.208
Margem líquida	-1,3%	1,4%		1,7%	-0,1%		1,9%		2,2%	0,5%		2,6%		4,9%
EBITDA	90.181	98.453	-8,4%	74.849	25.797	190,1%	47.959	-46,2%	145.399	65.653	121,5%	(1.053)		30.991
Margem EBITDA %	5,3%	7,9%		5,2%	2,5%		4,6%		9,4%	5,1%		-0,3%		11,4%
EBITDA Ajustado	64.856	57.571	12,7%	74.686	37.437	99,5%	51.398	-27,2%	90.604	45.429	99,4%	(2.099)		31.239
Margem EBITDA %	3,8%	4,6%		5,2%	3,6%		4,9%		5,8%	3,5%		-0,5%		11,5%
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	795.827	202.028	293,9%	205.430	149.434	37,5%	132.359	12,9%	232.852	214.834	8,4%	153.870	39,6%	72.710
Empréstimos e financiamentos de longo prazo		61.120		58.407	107.521	-45,7%	15.425	597,1%	31.725	34.155	-7,1%	30.460	12,1%	677
Dívida Líquida ajustada s/ EBITDA ajustado	11,9x	4,3x		3,9x	9,0x		3,9x		2,3x	4,1x		n/a		1,8x

Os contratos da Companhia e das suas controladas não possuem *covenants* financeiros. A Companhia possui cláusulas restritivas (*covenants*) existentes em seus contratos de dívidas, com base em determinados aspectos não financeiros (obrigações) e cláusulas de vencimento antecipado, nos casos de alteração de controle, reorganização societária, recuperação judicial, entre outros. Para maiores informações, ver o fator de risco “A Companhia está sujeita ao cumprimento de obrigações específicas nos seus contratos financeiros e instrumentos de dívida. O não cumprimento desses *covenants* pode causar o inadimplemento e/ou vencimento antecipado de contratos financeiros, o que poderá afetar adversamente a Companhia” no item 4.1 (a) do Formulário de Referência, na página 1225 deste Prospecto.

Os *covenants*, incluindo relacionados a limites de endividamento e contratação de novas dívidas estão sendo integralmente cumpridos na data deste Prospecto. Para o caso da reestruturação societária ocorrida em 30 de outubro de 2020, a Companhia está buscando junto aos bancos a aprovação dos mesmos, e por isso, o saldo dos empréstimos e financiamentos nas demonstrações intermediárias de 31 de outubro de 2020, estão integralmente classificados no passivo circulante. A Companhia também está buscando a aprovação dos credores para eventual alteração de controle em decorrência da oferta pública inicial de ações da Companhia (vide item “Eventos Recentes”, na página 17 deste Prospecto).

A Companhia foi formada a partir da aquisição de empresas líderes de suas regiões de atuação, com uma oferta de produtos e serviços estabelecidos, uma base de clientes sólida e uma cultura de comprometimento com o produtor brasileiro. Desde a primeira aquisição em 2016, a Companhia concluiu cinco aquisições, além da aquisição de ativos e estabelecimento de contratos de parceria. As marcas locais são geridas com autonomia local e coordenação centralizada. Na linha do tempo abaixo são indicados os principais marcos desde a fundação da Companhia:



Fonte: Companhia

Mercado de Atuação

A Companhia atua no varejo de insumos agrícolas, fornecimento de serviços e tecnologias agrícolas, com foco no desenvolvimento de uma parceria de longo-prazo com agricultores, atuando em diversas etapas do seu negócio e está presente nos estados de Goiás, Pará, Paraná, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Tocantins, com potencial para expandir a área de atuação para regiões não exploradas de Norte ao Sul do país, bem como em geografias estratégicas nas suas regiões de influência.

No início de cada safra, o produtor agrícola conta com o apoio da equipe de consultores técnicos da Companhia para fornecer orientação em relação a quais produtos utilizar, desde a semente, fertilizantes para correção de nutrientes do solo, defensivos para proteção da cultura contra pragas e ervas daninhas, entre outros. A Companhia realiza diversos eventos ao longo do ano, como a Super Agro e treinamentos de consultores de vendas e de agricultores e seus times operacionais, como a Ourotec, de forma a divulgar o lançamento de novas tecnologias, promover o trabalho dos consultores técnicos, orientar sobre o gerenciamento de culturas e maquinário, e elevar a fidelidade de seus clientes. O produtor também conta com a Companhia para fornecer crédito, solução de logística, inteligência meteorológica e *know-how* e controle sobre as culturas.

A Companhia também oferece ao produtor armazenagem e comercialização de grãos, bem como ferramentas como contratos de barter (que dá a opção ao produtor de pagar pela compra de insumos com entrega de grãos).

Em 31 de outubro de 2020, a Companhia contava com um time de 357 consultores técnicos treinados e capacitados, que fornecem atendimento personalizado e soluções customizadas para cada produtor. Além disso, a Companhia conta com times técnicos que estão constantemente buscando inovação e testando produtos no campo para seus clientes.

Os principais diferenciais competitivos no ramo de varejo agrícola incluem capilaridade de lojas, portfólio de produtos, fornecimento de serviços, consultoria técnica, financiamento, qualidade, reputação e relacionamento. As lojas possuem diversas funcionalidades, atuando como local de reuniões e conferências entre times de venda e produtores, e centro de logística e distribuição. As lojas da Companhia estão estrategicamente localizadas de forma a permitir a entrega *just in time* dos produtos aos clientes.

A Companhia possui *know-how* para o desenvolvimento de originação de grãos, como um produto complementar à operação de varejo de insumos. Em 31 de outubro de 2020, a Companhia operava 19 silos, incluindo unidade de armazenamento de grãos da unidade de beneficiamento de sementes, com 400 mil toneladas de capacidade estática de armazenagem, consolidando a capacidade da Companhia de entregar vendas com alto valor agregado e realizar todos os serviços que o produtor precisa em um único lugar – um *one-stop-shop*.



Fonte: Companhia

Modelo de Negócio

A. Varejo de Insumos

A Companhia possui uma operação robusta de venda de insumos, incluindo defensivos agrícolas, fertilizantes, sementes, especialidades, entre outros. Com relacionamento de longo prazo com os principais fornecedores do mercado, além de marcas próprias de sementes e especialidades. O maior fornecedor da Companhia representou 16,9% do total de custos no exercício de 2019. Em 2019, a Companhia vendeu cerca de 350 mil toneladas de fertilizantes e 1 bilhão de reais em defensivos.



Com seu propósito de ser o parceiro de escolha do agricultor brasileiro, levando para ele a melhor solução para sua cultura, a Companhia investe constantemente para encontrar tecnologia de ponta que melhor se adapte as necessidades do produtor. Através de centros de experimentação, o time técnico da Companhia desenvolve e valida protocolos técnicos e realiza teste de novos produtos, estabelecendo diretrizes desde a plantação até a colheita. Todos os produtos passam por uma triagem, e são feitos teste lado a lado dos produtos para avaliar a eficiência e produtividade e definir o custo por hectare e performance técnica. Com base a isso, o time comercial é educado e capacitado com base nas diretrizes, e se tornam especialistas na aplicação desses protocolos técnicos, levando essa expertise para os produtores.

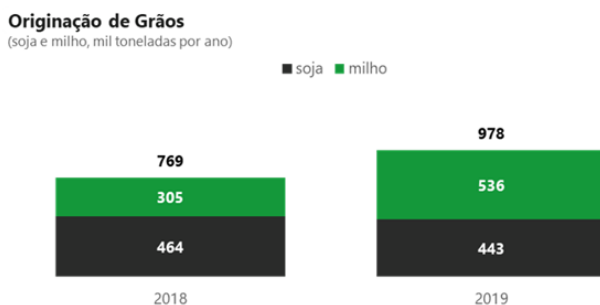
A Companhia também tem uma estratégia de verticalização de sementes e especialidades, com o desenvolvimento de marca própria desses produtos. Em semente de soja, a Companhia opera três unidades para produção de semente, e possui parceria em outras duas unidades, atingindo capacidade de produção de 1,2 milhões de sacas de sementes de soja por ano, e que vendem mais de 784 mil sacas de semente de soja sob as marcas Sementes Campeã, Boa Nova e Rubra, via sua própria rede de lojas e via terceiros. Além disso, através da marca Nutrigrow, a Companhia realiza a venda de especialidades, cujo processo de produção é terceirizado com parceiros de confiança da Companhia.

A Companhia oferece para seus clientes uma série de soluções de financiamento e crédito, colocando sempre o agricultor em primeiro lugar. A Companhia possui um robusto sistema de avaliação de crédito, que permite a avaliação do risco do cliente para a definição do limite de crédito a ser concedido, bem como para definição das garantias a serem solicitadas para o cliente como contrapartida do crédito (ex. garantia real, CPRs, alienação fiduciária, duplicatas). Para financiar seus clientes, a Companhia utiliza linhas de financiamento com instituições financeiras, CRAs (Crédito de Recebíveis do Agronegócio), bem como financiamento com seus fornecedores.

O time de consultores técnicos da Companhia, com capacitação técnica ou graduação em agronomia, é responsável pelo atendimento e relacionamento com a base de mais de 14.500 clientes. A equipe quando combinada com a vasta gama de serviços e os protocolos técnicos originados nos centros de experimentação, garante que os consultores levem ao produtor o que ele precisa, resultando em um baixo *churn* de clientes, atrelado com um elevado LTV (life time value) a partir de relações próximas entre agrônomo e produtor.

B. Originação de Grãos

No segmento de grãos a Companhia atua na originação, armazenagem e comercialização de grãos. A Companhia origina por ano cerca de 1 milhão de toneladas de soja e milho, incluindo nas suas unidades e também por meio de parcerias. O gráfico abaixo demonstra o volume de originação de grãos da Companhia.



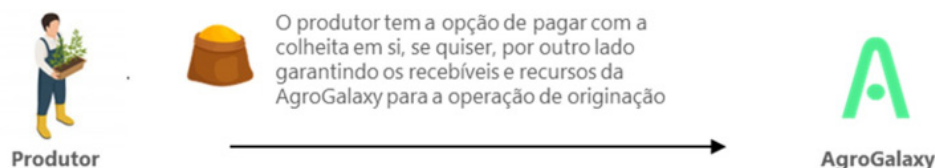
Fonte: Companhia

A operação de grãos tem sinergia com a venda de insumos, na medida em que 45% do volume de grãos originado em 2019 foi proveniente de operações Barter, ou seja, os produtores pagam a compra de insumos com a entrega do grão. A opção pelo Barter é uma ferramenta da Companhia para redução do risco de inadimplência, uma vez que garante acesso direto à produção do cliente, ao mesmo tempo que é vantajosa para o produtor, dado que fixa seus custos de produção com insumos em grãos, ao permitir que ele utilize o grão como moeda para a compra de insumos. A operação de Barter está descrita na seção 4.1.a do Formulário de Referência.

Varejo de Insumos



Originação de Grãos



Fonte: Companhia

Estratégia Digital

A Companhia possui estratégias digitais para acelerar seu crescimento, com lucratividade e aumentando o nível de serviço ao produtor. A Companhia vem investindo tempo e recursos significativos na digitalização de processos chave de avaliação de crédito, gestão e relacionamento com clientes, gestão de estoque, planejamento de demanda e de compras com fornecedores, e de suporte a força de vendas, entre outros. Do ponto de vista de conveniência e comunicação, a Companhia possui uma assistente virtual própria ("Gi") que realiza tanto a comunicação entre o consultor técnico e o cliente no momento da venda virtual, como também auxilia no processo logístico, da reserva à entrega do pedido e faturamento ao produtor. A Gi é o primeiro passo para trazer ferramentas que agilizem as decisões de negócio dos clientes junto com a Companhia, visando agilizar a operação agrícola dos clientes, trazer campanhas e novidades nos produtos e serviços da empresa, e criar um canal de contato simples e conveniente para novas compras e atendimento. Além disso, a Companhia possui um programa de pontos e conveniência – o AgroGalaxy Club – assim como também possui uma parceria estratégica com plataforma de agtech "Geodata", que permite que o cliente acompanhe de forma remota sua plantação, receba recomendações sobre adubação e gestão da lavoura, e acompanhe os impactos gerados pela assessoria e recomendação em áreas específicas da sua lavoura ao longo da safra com uma solução que combina monitoramento via satélite da lavoura, resultados de análises de solo georreferenciados, e podendo incorporar informações de colheita e gestão agrícola do agricultor dentro de uma solução integrada. A Companhia possui também o "PlugField" que é uma parceria estratégica, além de ser uma solução única e inovadora no mercado do agronegócio, por ser um equipamento de alta inteligência que permite monitoramento climático, conectado por GPS e integrado à nuvem. Além disso a Companhia está desenvolvendo um aplicativo, "Portal do Produtor", para a comercialização de insumos, que permitirá o agendamento de visitas técnicas, acesso à informação do setor, previsão do tempo, entre outros serviços.

Estratégia Ambiental e Social

A Companhia busca realizar avaliação rigorosa de clientes e fornecedores - para garantir que todos os agentes do ecossistema cumpram com as devidas leis ambientais e trabalhistas, com processos internos e de terceiros estruturados de modo a não fomentar o desmatamento, trabalho infantil e trabalho escravo. A Companhia, através do Inpev - Instituto Nacional de Processamento de Embalagens busca realizar a logística reversa de embalagens de produtos com até 1 ano de uso.

A Companhia é engajada com as comunidades locais das regiões em que atua. Em 2020, foram realizados 95 eventos sociais com comunidades locais. Mais de 10.000 pessoas foram beneficiadas diretamente em 2020 por ações sociais da Companhia. A Companhia promove a diversidade, com equidade total na média dos salários pagos a média gerência em contraste com a média de mercado que remunera mulheres 34% menos que os homens, com um conselho de administração com duas mulheres como conselheiras independentes.

A Companhia busca realizar também o acompanhamento de KPIs ("Key Performance Indicators") internos voltados à diminuição da emissão de carbono no meio ambiente. Em 2019, a Companhia emitiu um total de 14,74 1000 tCO₂eq de gases de efeito estufa, sendo 8,28 1000 tCO₂eq em emissões diretas, 1,80 1000 tCO₂eq em emissões indiretas, 0,66 1000 tCO₂eq em emissões de cadeia de valor e 4,00 1000 tCO₂eq decorrentes de empresas controladas, com o plano de redução. Em 2020 a companhia recebeu o selo Bronze

EcoVadis, o qual avalia políticas e práticas socioambientais da cadeia de suprimentos da Companhia, monitorando práticas de responsabilidade social e ambiental, inspirado nos padrões do GRI (“Global Reporting Initiative”). No próximo ano, a Companhia publicará a primeira edição do seu relatório de sustentabilidade, detalhando todas as suas iniciativas e promovendo maior ciência da agenda de ESG (“Environmental, Social and Corporate Governance”).



Fonte: Companhia

PONTOS FORTES E VANTAGENS COMPETITIVAS

As vantagens competitivas da Companhia são:

Modelo de negócio que permite ter exposição às vantagens do setor de agronegócios do Brasil, com mitigação dos riscos

A Companhia se destaca por estar no segmento de destaque na economia brasileira, com uma rede integrada e tecnológica de soluções ao produtor rural, atendendo a um mercado que representa mais de 20% da PIB e cresce mais rápido do que a economia do Brasil como um todo. A Companhia cresce a taxas mais aceleradas que as do agronegócio, na medida em que o mercado vem se sofisticando e se profissionalizando. Entre 2014 e 2018, o crescimento anual médio de receita de biológicos, sementes, foliares, defensivos e fertilizantes foi de 68,9%, 16,2%, 14,6%, 14,3% e 10,9%, respectivamente, enquanto que a área plantada cresceu em média apenas 0,2% no mesmo período.

Ao mesmo tempo, a Companhia possui ferramentas de gestão para aprimorar a proteção dos riscos naturais do setor, como tecnologia para monitorar o risco climático descrito no item 4.1, permitindo que a Companhia, se beneficie das vantagens e resiliência do agronegócio, com limitada exposição aos riscos de produção inerentes a esse setor.

Capacidade comprovada de entregar crescimento orgânico combinado com expansão via M&A, com rápido processo de profissionalização de empresas familiares

A Companhia vem crescendo, destacadamente nos últimos 3 anos, combinando crescimento orgânico e expansão via operações de fusões e aquisições para consolidar sua presença em regiões-chave e para estratégia de verticalização da Companhia.

A Companhia foi formada a partir da aquisição de empresas líderes em suas regiões de atuação, notadamente duas empresas base, uma no cerrado brasileiro, a qual cresceu de forma orgânica para solidificar a sua presença na região, e uma no Sul/Sudeste, a qual cresceu de forma orgânica e também de forma relevante através de aquisições, que visaram fortalecer a presença em regiões chave.

Além disso, a Companhia também adquiriu empresas para implementar sua estratégia de verticalização da produção de semente de soja.

Com a relevância das plataformas adquiridas a Companhia conseguiu atingir um alcance nacional, utilizando as operações de fusões e aquisições para complementar a sua estratégia em regiões de destaque. A capacidade da Companhia de realizar a integração consistente com seus valores, ética e cultura, permitiu um processo facilitado de integração e profissionalização das companhias adquiridas ao longo de sua trajetória, tal como a Grão de Ouro e a Agro Ferrari., mantendo o crescimento acelerado ao mesmo tempo em que foram implementados processos e sistemas, com foco em criação de valor.

Posicionamento único do modelo de negócios, cultura e time, para conduzir o processo de crescimento e consolidação no setor

A Companhia desenvolveu um modelo de negócios que combina uma estratégia de operações de fusões e aquisições, com a composição de uma plataforma a partir das aquisições de empresas de primeira linha, líderes em suas regiões de atuação e com fundadores engajados no negócio, mesmo não atuando mais no

dia a dia da operação. A estrutura profissional de integração das aquisições, permite a rápida incorporação de novos ativos adquiridos.

A estrutura profissional de integração das aquisições permite a rápida incorporação de novos ativos adquiridos, focando sempre em construir um time e uma cultura vencedoras, com uma equipe de liderança com nomes de referência do mercado, que permite combinar a profissionalização com os valores e histórico dos acionistas fundadores das companhias. Com uma busca constante por ter os times bem engajados, a Companhia obteve a certificação “*Great Place to Work*” em 2019. em todas as empresas da plataforma.

No campo, a Companhia também focou em desenvolver geração de demanda, com um time de especialistas focados em fomentar as vendas de especialidades e aumentar a rentabilidade, com estratégias de segmentação de clientes, para oferecer aos clientes o portfólio que se adapta melhor as necessidades de cada cliente e ferramentas de treinamento e suporte digitais.

Abordagem *one-stop-shop* capaz de proporcionar uma gama completa de soluções e experiência diferenciada para produtores agrícolas.

A Companhia possui uma plataforma que oferece soluções completas para o produtor agrícola, incluindo:

- *Marketing* e atendimento personalizado aos clientes
- Portfólio completo dos insumos agrícolas, a partir da parceria de longo prazo com os principais fornecedores do setor
- Soluções de crédito
- Soluções de logística
- Armazenagem e comercialização de grãos
- Assistência técnica, com acompanhamento pelos consultores técnicos ao longo de toda a jornada de produção dos clientes
- Soluções inovadoras de tecnologia do agronegócio

Modelo de gestão de risco completo construído com base nas melhores práticas de mercado de ESG

A Companhia tem ferramentas de gestão de risco profissional e práticas sólidas de ESG, que em conjunto permitem a Companhia ter uma estrutura de gestão de risco completa.

Do ponto de vista de gestão de risco, a Companhia utiliza-se de ferramentas de gestão de câmbio, commodities e crédito, com rígidos processos e políticas, de modo a minimizar qualquer exposição.

Além disso, a diversificação geográfica da Companhia, com uma distância de 2.500 km entre suas lojas extremas, atua como um *hedge* de risco natural, na medida em que permite à Companhia:

- Otimização do capital de giro, dados os diferentes ciclos das culturas
- Diversificação climática, uma vez que eventos climáticos atingem de maneira distintas as diversas regiões brasileiras
- Diversificação de culturas
- Balanço de atuação em áreas maduras e estáveis, com regiões novas e de alto crescimento
- Fragmentação da base de clientes

A Companhia acredita que possui práticas de gestão de risco e de governança diferenciadas dentro do seu segmento de atuação, dado a alta pulverização do setor e a menor profissionalização da maior parte dos seus competidores.

Desde 2016, a Companhia busca adotar práticas de ESG de acordo com os padrões internacionais do IFC, tendo uma governança forte, com conselho de administração composto por membros do fundo de investimento Aqua Capital, sócios fundadores das companhias e membros independentes com *know-how* complementar em finanças, gente e gestão, ESG e varejo.

Além disso, conforme descrito, a Companhia busca se alinhar à agenda ESG no seu setor, por exemplo, mediante a realização do acompanhamento de KPIs voltados à diminuição da emissão de carbono, e a publicação da primeira edição do seu relatório de sustentabilidade em 2021, buscando promover maior ciência dos temas de ESG.

As principais iniciativas da Companhia estão detalhadas no item 7.8 do Formulário de Referência.

ESTRATÉGIA

A Companhia busca consolidar sua posição como a provedora de soluções completas para atender as necessidades dos produtores rurais no Brasil. Para tanto, sua estratégia contempla ações voltadas a atender das questões que envolvem o dia-a-dia dos produtores, gerando assim um alto nível de lealdade à Companhia e, como consequência.

Expansão das operações e adensamento da presença em praças onde a Companhia já atua

A Companhia deverá continuar a expansão das operações, ampliando a rede de lojas de forma a fortalecer sua presença nas regiões onde já atua e entrando em novas regiões. A Companhia privilegia a expansão orgânica, com a abertura de lojas próprias, mas sem descartar a oportunidade de crescermos via outros modelos, com um modelo de expansão da companhia visa adaptar o tamanho da loja as características da região e ao tamanho do mercado.

Otimização da operação através de investimentos e iniciativas já realizados

A Companhia vem implementando diversos projetos ao longo dos últimos anos, como de eficiência operacional, eficiência comercial, gestão de mix, desenvolvimento de marca própria de produtos, gestão de capital de giro, além de obtenção de sinergias, os quais devem continuar, com o foco em otimização da operação atual da Companhia.

De forma a capturar com maior êxito as sinergias e oportunidades da fusão entre as plataformas, a Companhia tem trabalhado com consultorias para estruturação do seu planejamento estratégico e de criação de valor para os próximos anos, e estruturar projetos chave para aumento da produtividade do time comercial, iniciativas para aumentar o mix de produtos de alto valor agregado, implementar melhorias operacionais e processos para diluição de custos fixos, otimizar as margens operacionais via gestão de precificação, gestão de fornecedores, planejamento de demanda, otimização da malha logística, entre outros. Todas essas iniciativas estão organizadas em projetos chave dentro da organização, com acompanhamento periódico das lideranças, garantindo a maior geração de valor aos nossos clientes. Além disso, a partir da incorporação das distintas empresa à Companhia em 2020, existe uma agenda importante de captura de sinergias que apenas começou a ser explorada e é uma importante alavanca de valor da plataforma.

Estratégia digital focada no aprimoramento da experiência do cliente e ganhos de produtividade

A agenda de transformação digital toma cada vez mais espaço, e continuará sendo essencial para a liderança no segmento, de modo a se consolidar como o canal digital no agronegócio, e torná-lo integrado com a ampla rede de lojas físicas da Companhia. Assim, a Companhia pretende expandir a conveniência com o cliente, de modo que os produtos possam ser retirados em loja ou enviados a partir da loja, fazendo com que cada loja funcione como um centro de distribuição, capturando, desta forma, sinergias operacionais entre os canais físicos e digitais de venda e garantindo ganhos de produtividade e eficiência.

Grande parte dos ganhos dessas iniciativas ainda não estão 100% refletidas na rentabilidade da operação, como por exemplo as iniciativas digitais que são mais recentes. Avaliação de benchmarks de mercado mostram que iniciativas nesse segmento são importantes alavancas para continuar ganhando rentabilidade no negócio e continuaram sendo chaves para a frente.

Aquisições de marcas complementares e aceleração do crescimento inorgânico

A Companhia presente utilizar-se de sua longa e robusta experiência em adquirir e integrar empresas complementares ao seu negócio e, por isso, espera ter a oportunidade de não apenas aumentar o seu faturamento via fusões e aquisições, mas também implementar as melhores práticas em um setor altamente fragmentado e pouco profissionalizado, posicionando-a como o agente ideal para a consolidação do varejo do agronegócio.

Em 18 de fevereiro de 2021, a Companhia era parte de MOUs não vinculantes para aquisições de maioria das ações com controle ou aquisição integral das ações de 7 (sete) empresas que também atuam no setor do varejo agropecuário brasileiro (“Empresas-Alvo”). Na mesma data, já havia contratos definitivos assinados para aquisição da Boa Vista, cuja conclusão deverá ocorrer no 1S21, após o cumprimento de condições precedentes dos contratos.

A Companhia considera que as aquisições das Empresas-Alvo, caso sejam concluídas, poderão fortalecer o posicionamento estratégico da Companhia e aporte conhecimentos específicos com o objetivo de acelerar a maturação do seu plano de crescimento orgânico.

A Companhia estima que, em conjunto, as Empresas-Alvo possuam 40 lojas espalhadas pelo Brasil, cuja minoria encontra-se em cidades onde a Companhia já possuía lojas em 31 de outubro de 2020.

Em 18 de fevereiro de 2021, a Companhia havia firmado memorandos de entendimento não vinculantes com as Empresas-Alvo com exclusividade para os processos de diligência. A efetiva aquisição desses ativos estará sujeita a verificação de determinadas condições precedentes padrão de mercado, dentre as quais (i) a conclusão satisfatória de auditoria das empresas e (ii) a obtenção de anuências prévias de terceiros para realização da operação como, por exemplo, agentes financiadores e reguladores.

Eventos Recentes

Aumento de Capital

Em 10 de fevereiro de 2021, a Companhia aprovou um aumento de capital, em decorrência do exercício das opções de compra de ações outorgadas no âmbito do Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia, no valor de R\$ 36.797.326,99, mediante a emissão de 3.640.399 ações. Com esse aumento de capital, o capital social da Companhia passou de R\$ 426.046.141,78 para R\$462.783.468,77, dividido em 141.968.923 ações.

Hipótese de alteração do controle após a realização da Oferta

Imediatamente após a Oferta, os Acionistas Controladores passarão a deter, em conjunto, cerca de 26,76% do capital social da Companhia (considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar).

Conforme descrito no item 10.1(f) do Formulário de Referência, na página 1372 deste Prospecto, certos contratos financeiros celebrados pela Companhia e/ou pelas suas controladas preveem a alteração do controle acionário, direto ou indireto, da Companhia e/ou das suas controladas sem o consentimento prévio do respectivo credor como hipótese de vencimento antecipado. Tais contratos, bem como outros contratos financeiros celebrados pela Companhia e/ou suas controladas, também contêm cláusulas de inadimplemento cruzado (*cross-default*) ou vencimento antecipado cruzado (*cross-acceleration*), que determinam que a ocorrência de um inadimplemento ou de um vencimento antecipado, conforme o caso, de dívidas da Companhia com a parte credora destes referidos contratos ou, em alguns casos, com quaisquer terceiros credores em quaisquer outros contratos financeiros, permitirá que tais credores declarem o vencimento antecipado destas dívidas.

Caso os credores da Companhia entendam que houve alteração de controle da Companhia, de imediato ou posteriormente a novas assembleias de acionistas da Companhia, tais credores podem decretar o vencimento antecipado dos contratos financeiros da Companhia.

A Companhia está em processo de obtenção das confirmações formais de que tais credores não vão decretar o vencimento antecipado dos contratos financeiros da Companhia, ou de que tais credores irão renunciar a sua prerrogativa de decretar o vencimento antecipado dos contratos financeiros da Companhia. A Companhia não pode garantir que será capaz de obter junto a seus credores, previamente à conclusão da Oferta, as confirmações formais de não ocorrência de hipótese de vencimento antecipado, ou a formalização da renúncia a eventual prerrogativa de declarar o vencimento antecipado.

Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – “Uma redução da participação societária do atual grupo de controle da Companhia imediatamente em decorrência da Oferta poderá ser interpretada como uma alteração no controle da Companhia e, conseqüentemente, configurar um evento de vencimento antecipado de determinados contratos, o que poderá afetar adversamente a Companhia”, na página 88 deste Prospecto, e a seção “Destinação dos Recursos – cenário alternativo de destinação de recursos na hipótese de vencimento antecipado de contratos financeiros”, na página 115 deste Prospecto.

PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA

Abaixo se encontram descritos os principais fatores de risco relativos à Companhia, os quais não são os únicos fatores de risco relevantes e devem ser analisados em conjunto com as informações constantes do Formulário de Referência (sobretudo os fatores de risco descritos no item 4.1 e 4.2) e com a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, na página 82 deste Prospecto.

Condições climáticas adversas podem diminuir a demanda por produtos, atrasar as compras por parte dos agricultores ou provocar perda de produtividade nas lavouras, podendo aumentar significativamente a inadimplência dos clientes da Companhia.

Os negócios e clientes da Companhia são impactados pelos padrões e condições meteorológicas. Condições adversas que possam atrasar ou interromper intermitentemente o trabalho no campo, durante as estações de plantio e cultivo, podem afetar a utilização por clientes de nutrientes agrícolas e produtos de proteção à lavoura, o que pode afetar adversamente a demanda por tais produtos. A diminuição desta demanda em relação a tais clientes poderá durar até a estação de cultivo seguinte, o que pode reduzir a receita da Companhia em determinado ano.

Além disso, a Companhia enfrenta o risco e o custo significativo em relação à manutenção de estoques, caso, pelas razões acima mencionadas, as atividades dos clientes sejam reduzidas. Ademais, a Companhia não pode garantir que haverá distribuição de produtos durante o ano suficiente a fim de sustentar a demanda dos seus clientes nas estações de pico, tampouco pode garantir que seus clientes reagirão rapidamente às mudanças climáticas inesperadas, o que pode afetar adversamente a demanda por seus produtos. Mudanças relacionadas ao clima impactam diretamente o cronograma de plantio e a demanda dos clientes da Companhia, o rendimento das colheitas dos seus clientes e da própria Companhia, conseqüentemente, afetam adversamente a capacidade financeira da Companhia e de seus clientes, bem como a capacidade destes de cumprir com suas obrigações com a Companhia.

Ainda, o impacto das mudanças climáticas nas operações de clientes é incerto, podendo ter um impacto negativo nas operações devido a alterações de padrão de precipitação pluvial, escassez de água, alteração no nível do mar, mudança nos padrões e intensidades das chuvas, alteração nos níveis de temperatura, entre outros. Esses impactos poderiam variar de acordo com a localização e grau, consistindo em riscos agudos (aumento da gravidade de eventos climáticos extremos) e riscos crônicos (decorrentes de mudanças a longo prazo nos padrões climáticos). Ainda, os riscos das mudanças climáticas também dependem de respostas políticas, regulatórias, jurídicas, tecnológicas e de mercado. A Companhia não pode garantir que o prejuízo de tais efeitos climáticos na safra dos clientes da Companhia será recuperado até mesmo em estações seguintes. Como consequência, os resultados financeiros da Companhia podem ser afetados adversamente e variar significativamente a cada ano.

Pragas ou doenças poderão prejudicar as colheitas de clientes, afetando sua capacidade de honrar seus compromissos com a Companhia, podendo afetar adversamente seus resultados.

As lavouras atuais e futuras de clientes da Companhia estão expostas a pragas e doenças, o que pode afetar sua produção. O combate ou o controle das pragas e doenças demanda investimentos constantes, o que eleva o custo de produção. Além das pragas já existentes, o surgimento de novas pragas e/ou a mutação dos tipos atualmente existentes poderão afetar negativamente e, até mesmo, destruir por completo as lavouras de clientes da Companhia. O combate e o controle destas pragas e doenças podem demandar dispêndios adicionais, aumentando o custo de produção, e, conseqüentemente, em conjunto com eventual impacto de perda de receita em função de pragas e doenças, poderá gerar um efeito adverso sobre a situação financeira de clientes, diminuindo sua capacidade de honrar seus compromissos financeiros com a Companhia, aumentando a inadimplência, ou diminuindo a demanda dos clientes pelos produtos da Companhia, o que pode afetar adversamente seus resultados.

A Companhia pode não ser bem-sucedida em sua estratégia e política de concessão de crédito a produtores, o que poderá causar um efeito adverso em seus negócios, em sua situação financeira e em seus resultados operacionais.

A Companhia, como parte de suas operações, concede crédito na forma de insumos para seus clientes, que representam aproximadamente 80% de suas vendas.

A Companhia possui um processo formal de concessão de crédito às pessoas físicas e aos grupos econômicos por meio do qual as informações importantes para tomada de decisão da referida concessão (tais como imposto de renda, dados da propriedade e restrições ambientais e financeiras) são analisadas e registradas em sistema específico. A partir de tal registro, é definido um grau de risco para cada cliente.

A Companhia está exposta às seguintes falhas na avaliação de concessões do crédito aos clientes:

- Ocorrência de falha na análise de crédito do cliente, devido à ausência de documentação de suporte à avaliação da capacidade e regularidade financeira, ambiental, imobiliária e produtiva do cliente;
- Ocorrência de falhas na formalização das garantias por parte da Companhia; e
- Não ocorrência de plantio do produtor na área financiada pela Companhia, caracterizando fraudes, em que o produtor revende tais insumos a terceiros. Pode haver, portanto, risco de redução de receita do produtor e aumento do risco de inadimplência perante a Companhia.

Tais riscos podem inviabilizar e/ou prejudicar as ações de recuperação de crédito da Companhia, deixando-a mais suscetível à inadimplência, o que pode resultar em um efeito adverso nos níveis de perdas com devedores duvidosos e, portanto, nos resultados da Companhia.

A Companhia pode não ser bem-sucedida nas aquisições de novos negócios, tais como empresas e ativos, fato que poderá causar um efeito adverso nos negócios, em sua situação financeira e em seus resultados operacionais.

Regularmente, a Companhia analisa oportunidades de crescimento estratégico por meio de aquisições, fusões e outros investimentos. Aquisições podem envolver uma série de riscos e desafios que poderão causar efeitos prejudiciais relevantes sobre os negócios da Companhia, especialmente, os seguintes:

- As aquisições podem não contribuir com a estratégia comercial ou com a imagem da Companhia;
- A Companhia pode enfrentar um passivo contingente relativo a, entre outras, questões cíveis, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e questões de propriedade intelectual, bem como questões regulatórias e ambientais, não identificadas em um processo de *due diligence* ou cujo processo de *due diligence* não tenha capturado seu total impacto;
- As aquisições podem sofrer *write-offs* de ativos e constituição de passivos *off-balance sheet* resultantes em perdas de capital de giro e ativos fixos, ambos riscos não identificados em um processo de *due diligence* ou cujo processo de *due diligence* não tenha capturado seu total impacto;
- Os processos de aquisições podem ser demorados e a atenção da administração da Companhia pode ser desviada de suas operações usuais;
- A Companhia pode ter dificuldade em integrar operações, contabilidade, pessoal e sistemas de informação gerenciais;
- A Companhia poderá incorrer em custos adicionais não programados relacionados à operação de integração;
- As aquisições e fusões realizadas pela Companhia podem não ser aprovadas no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) ou órgão de defesa da concorrência competente ou o processo de aprovação dessas operações pode ser demorado;
- Os investimentos em aquisições podem não gerar os retornos esperados, inclusive em virtude da não realização de sinergias esperadas; e
- A estrutura de custos das sociedades e/ou marcas adquiridas poderá ser diferente, e a Companhia pode não ser capaz de adequar tais estruturas à sua.

Em 18 de fevereiro de 2021, a Companhia possuía memorandos de entendimento não vinculantes firmados com algumas empresas no contexto de aquisição de ativos. A efetiva aquisição desses ativos estará sujeita a verificação de determinadas condições precedentes, dentre as quais (i) a conclusão satisfatória de auditoria das empresas e (ii) a obtenção de anuências prévias de terceiros para realização da operação como, por exemplo, agentes financiadores e reguladores. Não podemos garantir que as condições precedentes pactuadas serão implementadas, que a aquisição de qualquer desses ativos efetivamente ocorrerá nem podemos garantir que, caso venham a ser adquiridos, os riscos citados acima não se materializarão em relação à aquisição desses ativos.

Ademais, a Companhia pode precisar de recursos adicionais para dar continuidade a sua estratégia de expansão. Caso não seja possível obter financiamento adequado para concluir qualquer potencial aquisição e

implementar os planos de expansão, a Companhia pode não ter condições de implementar sua estratégia de crescimento o que pode ter um impacto adverso nos seus planos de crescimento, nos custos operacionais e, conseqüentemente, em seus resultados operacionais.

A Companhia pode ter perdas significativas caso seus clientes não cumpram com as obrigações estabelecidas nas operações de Barter (permuta) firmados com tradings (risco de wash-out).

No caso de operações de Barter (permuta) da Companhia, são vendidos insumos a prazo em troca de entrega de *commodities*, principalmente soja e milho, quando da colheita da safra. A relação de troca entre o valor devido em reais pelos clientes da Companhia e a quantidade de sacos de soja e milho a serem entregues à Companhia, é definida pelo preço da *commodity* no mercado, sendo as operações formalizadas com o cliente por meio de contratos de Barter. Qualquer quebra de contrato de compra de grãos celebrado com clientes, pode originar descasamentos nos contratos de vendas de grãos celebrados com as *tradings*, o que poderá resultar em perdas fora do curso normal dos negócios da Companhia, em decorrência da exposição aos preços de *commodities*.

Os preços dos insumos e, principalmente, os preços da soja e do milho estão sujeitos à volatilidade resultante das condições climáticas, do rendimento de safra, dos custos com transporte, dos custos de armazenagem, da política agrícola do governo brasileiro, das taxas de câmbio e dos preços dessas *commodities* no mercado internacional, entre outros fatores.

Em uma eventual apreciação significativa da commodity estabelecida no contrato de Barter e quando do momento da liquidação deste contrato, produtores podem considerar desviar suas produções para outras *tradings* ou clientes, descumprindo a entrega de grão, e ficando a Companhia obrigada a: (i) comprar no mercado físico a commodity para entrega à *trading* nas quantidades contratadas; (ii) compensar a *trading* em valor igual à diferença entre o valor da commodity no momento da entrega e o momento de fechamento do contrato com o produtor (*wash-out*). Tal compensação às *tradings* poderá causar um impacto adverso nos negócios e resultados da Companhia.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” nas páginas 18 e 82, respectivamente, deste Prospecto, e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência na página 1225 deste Prospecto, e nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto a partir da página 651, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Acionistas Vendedores	Agrofundos Brasil III, Agrofundos Brasil IV, Agrofundos Brasil V, Galaxy, Spectra II, Spectra III, Fact FIP, Vic Spectra III, Ciclus, Clarus, Monte Cristo e Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, considerados em conjunto.
Acionistas Vendedores Pessoas Físicas	Walter Bussadori Junior, João Fernando Garcia, Antonio, Luiz Giuliangeli, Roger Alberto Bolsoni, Rogério Ezequiel Ferrari, Benildo Carvalho Teles, Cláudio Augusto Diniz, José Marcolini Junior, Valéria Siqueira Gonçalves, Alexsandro Peixoto Leopoldino, Stelson Geraldo Couto, Conrado Badaro da Silveira Pinto, Angelo Mardegan, Rodrigo de Araújo Rodrigues, Welles Clovis Pascoal, Cesar Donizeti Coelho, Carlos Roberto dos Santos Gajardoni, José Ricardo Romanini Domingos, Guilherme Badauy Lauria Silva, José Maurício Mora Puliti, Afonso Henrique de Matos, Marco Antonio Almeida Teixeira, Gustavo Albieri Calderon, Flávia Dias de Souza e Rafael Dias de Souza, considerados em conjunto.
Ações	81.481.358 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.
Ações Adicionais	Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data de divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), poderá, a critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em até 16.296.271 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas proporções indicadas na página 47 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.
Ações da Oferta de Varejo	Montante de, no mínimo, 10% e, no máximo, 24% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores de Varejo que realizarem Pedido de Reserva.
Ações da Oferta de Private	Montante de, no máximo, 1% e, no máximo, 15% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Private que realizarem Pedido de Reserva.

Ações do Lote Suplementar

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar secundário em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até 12.222.200 ações ordinárias de emissão da Companhia, das quais até 9.166.652 ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia e até 3.055.548 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas proporções indicada na página 48 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme Opção de Ações do Lote Suplementar.

Ações em Circulação (Free Float) após a Oferta

Na data deste Prospecto, não existem ações da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), um montante de até 81.481.358 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, 44,60% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, um montante de até 109.999.829 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, 57,33% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, ver seção “Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social da Companhia” na página 38 deste Prospecto.

Agentes de Colocação Internacional

Itau BBA USA Securities, Inc., pelo J.P. Morgan Securities LLC, pelo UBS Securities, LLC e pela XP Investments US, LLC, considerados em conjunto.

Anúncio de Encerramento

Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A., a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta, imediatamente após a distribuição da totalidade das Ações, limitado a 6 (seis) meses, contados a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, na forma dos artigos 18 e 29 da Instrução CVM 400, informando acerca do resultado final da Oferta, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 77 deste Prospecto.

Anúncio de Início

Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A., a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na forma do artigo 52 da Instrução CVM 400, informando acerca do início do Prazo de Distribuição das Ações, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 77 deste Prospecto.

Anúncio de Retificação

Anúncio comunicando a eventual suspensão, cancelamento, revogação ou modificação da Oferta, a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 77 deste Prospecto.

Aprovações Societárias

A realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, a autorização para administração da Companhia realizar a submissão do pedido de adesão ao Novo Mercado e a alteração e consolidação de seu estatuto social para refletir os ajustes necessários pelo Novo Mercado, foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 17 de dezembro de 2020, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 06 de janeiro de 2021, sob o nº 2.023.097/20-4 e publicada no DOESP e no jornal “Diário Comercial” em 22 de dezembro de 2020.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no jornal “Diário Comercial” e no DOESP, ambos no dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início.

A realização da Oferta Secundária foi aprovada pelo Agrofundo Brasil III em Reunião do Comitê de Investimento realizada em 16 de dezembro de 2020, não sendo necessário qualquer registro ou publicação. A fixação do Preço por Ação será aprovada em Reunião do Comitê de Investimento a ser realizada na data de fixação do Preço por Ação.

A realização da Oferta Secundária foi aprovada pelo Agrofundo Brasil IV em Reunião do Comitê de Investimento realizada em 16 de dezembro de 2020, não sendo necessário qualquer registro ou publicação. A fixação do Preço por Ação será aprovada em Reunião do Comitê de Investimento a ser realizada na data de fixação do Preço por Ação.

A realização da Oferta Secundária foi aprovada pelo Agrofundo Brasil V, em Reunião do Comitê de Investimento e em Assembleia Geral de Cotistas realizadas em 22 de dezembro de 2020, não sendo necessário qualquer registro ou publicação. A fixação do Preço por Ação será aprovada em Reunião do Comitê de Investimento e Assembleia Geral de Cotistas a serem realizadas na data de fixação do Preço por Ação.

A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, inclusive no que se refere à fixação do Preço por Ação, foram aprovadas pela Monte Cristo, em Reunião de Sócios realizada em 16 de dezembro de 2020, cuja ata foi devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 21 de dezembro de 2020, sob o número 8146367, não sendo necessária qualquer publicação.

A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, inclusive no que se refere à fixação do Preço por Ação, foram aprovadas pela Clarus, em Reunião de Sócios realizada em 16 de dezembro de 2020, cuja ata foi devidamente registrada na JUCESP em 21 de dezembro de 2020, sob o número 50752220-5, não sendo necessária qualquer publicação.

A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, inclusive no que se refere à fixação do Preço por Ação, foram aprovadas pela Ciclus, em Reunião de Sócios realizada em 16 de dezembro de 2020, cuja ata foi devidamente registrada na JUCESP em 21 de dezembro de 2020, sob o número 50753720-8, não sendo necessária qualquer publicação.

Não será necessária qualquer aprovação societária dos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, do Galaxy, do Spectra II, do Spectra III, do Vic Spectra III e do Fact FIP para a participação na Oferta Secundária, inclusive no que se refere à fixação do Preço por Ação.

Aviso ao Mercado

Aviso ao Mercado da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A., divulgado nesta data e a ser novamente divulgado em 25 de fevereiro de 2021 pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta, com a identificação das Instituições Consorciadas, na forma do artigo 53 da Instrução CVM 400, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 77 deste Prospecto.

Banco ABC

Banco ABC Brasil S.A.

Características das Ações

Para informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja item “Informações Sobre a Oferta – Características das Ações”, na página 58 deste Prospecto.

Contrato de Distribuição

Contrato de Coordenação, Distribuição e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e, na qualidade de interveniente-anuente, a B3.

Contrato de Distribuição Internacional

Placement Facilitation Agreement, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, e os Agentes de Colocação Internacional.

Contrato de Empréstimo	Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A., a ser celebrado entre Agrofundo Brasil III, Agrofundo Brasil IV, Agrofundo Brasil V, Galaxy, Spectra II, Spectra III, Fact FIP, Vic Spectra III, Ciclus, Clarus, Monte Cristo e Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, na qualidade de doadores, o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador, e a Corretora.
Contrato de Estabilização	Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, o Agente Estabilizador, a Corretora e, na qualidade de intervenientes-anuentes, os demais Coordenadores da Oferta, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações de emissão da Companhia no mercado brasileiro pelo Agente Estabilizador, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
Coordenador Líder ou Agente Estabilizador ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Coordenadores da Oferta	Coordenador Líder, o J.P. Morgan, o UBS BB, a XP e o Banco ABC, considerados em conjunto.
Corretora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Cronograma da Oferta	Para informações acerca dos principais eventos a partir da divulgação do Aviso ao Mercado, veja a seção “Informações sobre a Oferta – Cronograma da Oferta”, na página 76 deste Prospecto.
Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar), que deverá ser realizada dentro do prazo de até 2 dias úteis, contados a partir da data de divulgação do Anúncio de Início.
Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar	Data da liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, que ocorrerá dentro do prazo de até 2 dias úteis, contados da data do exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Destinação dos Recursos	Os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, após a dedução das comissões e das despesas estimadas pela Companhia no âmbito da Oferta, serão destinados para (i) investimento em capital de giro; (ii) reforço da estrutura de capital; (iii) investimento em crescimento orgânico e inorgânico; e (iv) investimento e modernização das unidades de produção e, no caso de vencimento antecipado de quaisquer contratos financeiros da Companhia, para pagamento das dívidas vencidas antecipadamente. Os recursos líquidos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente repassados, nas respectivas proporções, aos Acionistas Vendedores. Para informações adicionais, veja a seção “Destinação dos Recursos” na página 114 deste Prospecto.

Disponibilização de anúncios e avisos da Oferta

O Aviso ao Mercado, o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3. Para informações adicionais, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 77 deste Prospecto.

Estabilização do Preço das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, conduzir atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, por um período de até 30 dias contados da data de início de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.

Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa

Fixação do Preço por Ação em valor inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício-Circular nº 1/2020-CVM/SRE, de 5 de março de 2020, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do Pedido de Reserva.

Faixa Indicativa

Faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto, a ser fixada após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$15,00 e R\$20,00, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa, a qual é meramente indicativa.

Fatores de Risco

Os investidores devem ler as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta”, descritos nas páginas 18 e 82, respectivamente, deste Prospecto, e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de decidir investir nas Ações.

Garantia Firme de Liquidação

Consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta de integralizar/liquidar, na Data de Liquidação, a totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que não forem integralizadas/liquidadas pelos investidores que as subscreverem/adquirirem na Oferta, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição.

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não tenham sido totalmente integralizadas/liquidadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, realizará, de forma individual e não solidária, a integralização/liquidação, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, multiplicado pelo Preço por Ação, nos termos do Contrato de Distribuição e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente integralizadas/liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação, nos termos do Contrato de Distribuição. A Garantia Firme de Liquidação passará a ser vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado e cumpridas as condições suspensivas previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Distribuição Internacional, deferido o registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM, deferidos os registros da Oferta pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo.

Para fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação estabelecido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*, sendo certo que o disposto nesse parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades previstas no Contrato de Estabilização, conforme disposto na seção "Informações Sobre a Oferta – Estabilização do Preço das Ações" na página 58 deste Prospecto.

Informações Adicionais	<p>Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços e telefones indicados na seção “Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais” na página 78 deste Prospecto.</p> <p>A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos junto à CVM em 31 de dezembro de 2020.</p> <p>Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto, ao Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar as páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e/ou da B3 indicadas na seção “Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais” na página 78 deste Prospecto.</p>
Instituição Financeira Escrituradora das Ações	Itaú Corretora de Valores S.A.
Instituições Consorciadas	Determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto aos Investidores Não Institucionais.
Instituições Participantes da Oferta	Coordenadores da Oferta e Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.
Investidores de Varejo	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, nos termos da regulamentação vigente, que formarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, junto a uma única Instituição Consorciada, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo.
Investidores de Varejo Com <i>Lock-Up</i>	Investidores de Varejo que terão prioridade de alocação por concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o <i>Lock-up</i> da Oferta de Varejo.
Investidores de Varejo Sem <i>Lock-Up</i>	Investidores de Varejo que optarem por não se comprometer com o <i>Lock-up</i> da Oferta de Varejo.

Investidores Estrangeiros	Os Investidores Estrangeiros contemplam: (i) nos Estados Unidos investidores institucionais qualificados (<i>qualified institutional buyers</i>), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na <i>Rule 144A</i> do <i>Securities Act</i> , editada pela SEC, em operações isentas de registro, previstas no <i>Securities Act</i> e regulamentos editados ao amparo do <i>Securities Act</i> , bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, exceto os Estados Unidos e o Brasil, os investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos (<i>non-U.S. persons</i>), nos termos do Regulamento S, editado pela SEC, no âmbito do <i>Securities Act</i> , e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e, em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução CMN 4.373, e pela Resolução CVM 13, ou pela Lei 4.131.
Investidor Institucional	Investidores Institucionais Locais e Investidores Estrangeiros, considerados em conjunto.
Investidores Institucionais Locais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3 em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, e que não sejam considerados Investidores Não Institucionais, além de investidores profissionais e investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM 539, como fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, carteiras administradas discricionárias, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inexistindo valores mínimos e máximos de investimento.
Investidores Não Institucionais	Investidores de Varejo e Investidores Private, considerados em conjunto.
Investidor Private	Investidores pessoas físicas e jurídicas, e clubes de investimento registrados na B3, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, que sejam considerados Investidores Qualificados e que não sejam considerados Investidores Institucionais, que formalizem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, junto a uma única Instituição Consorciada, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta Private.
Investidores Private Com Lock-up	Investidores Private que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o <i>Lock-up</i> da Oferta Private.
Investidores Private Sem Lock-up	Investidores Private que optarem por não se comprometer com o <i>Lock-up</i> da Oferta Private.

Investidores Qualificados	Investidores qualificados, conforme definidos no artigo 9º-B da Instrução CVM 539.
J.P. Morgan	Banco J.P. Morgan S.A.
Lock-up da Oferta de Varejo	Os Investidores de Varejo Com <i>Lock-up</i> que adquirirem Ações no âmbito da Oferta de Varejo com <i>Lock-up</i> não poderão, pelo Período de <i>Lock-up</i> , oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta de Varejo, cada Investidor de Varejo Com <i>Lock-up</i> , ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do <i>Lock-up</i> da Oferta de Varejo. Não obstante o <i>Lock-up</i> Oferta de Varejo, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com <i>Lock-up</i> poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com <i>Lock-up</i> que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.
Lock-up da Oferta Private	Investidores Private que indicarem no Pedido de Reserva que estão de acordo com o <i>Lock-up</i> da Oferta Private e adquirirem Ações no âmbito da Oferta Private não poderão, pelo Período de <i>Lock-up</i> , oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta Private, cada Investidor Private, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do <i>Lock-up</i> da Oferta Private. Não obstante o <i>Lock-up</i> da Oferta Private, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta Private poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta Private que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.
Negociação na B3	As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código "AGXY3".
Oferta	Oferta Primária e Oferta Secundária, consideradas em conjunto.

Oferta de Varejo	Oferta de Varejo Sem <i>Lock-up</i> e a Oferta de Varejo Com <i>Lock-up</i> , consideradas em conjunto.
Oferta de Varejo Com <i>Lock-up</i>	O montante de, no mínimo, 8% das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Com <i>Lock-up</i> .
Oferta de Varejo Sem <i>Lock-up</i>	O montante de, no mínimo, 2% das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Sem <i>Lock-up</i> .
Oferta Institucional	Após o atendimento aos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes que não forem colocadas na Oferta de Varejo, serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e não sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> .
Oferta Não Institucional	Oferta de Varejo e Oferta Private, consideradas em conjunto. Compreende a distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva dentro do respectivo Período de Reserva.
Oferta Primária	A distribuição primária de, inicialmente 40.740.679 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas, junto a Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais, com esforços de colocação das Ações no exterior realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros.
Oferta Private	Oferta Private Com <i>Lock-up</i> e Oferta Private Sem <i>Lock-up</i> , consideradas em conjunto.
Oferta Private Com <i>Lock-up</i>	O montante de, no mínimo 0,8% do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), destinado à colocação pública para os Investidores Private Com <i>Lock-up</i> .
Oferta Private Sem <i>Lock-up</i>	O montante de, no mínimo 0,2% do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), destinado à colocação pública para os Investidores Private Sem <i>Lock-up</i> .

Oferta Secundária	A distribuição secundária de, inicialmente, 40.740.679 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas, junto a Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais, com esforços de colocação das Ações no exterior realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros.
Opção de Ações do Lote Suplementar	Opção de distribuição das Ações do Lote Suplementar, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a ser outorgada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação por escrito aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.
Pedido de Reserva	Formulário específico, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto nas circunstâncias ali previstas, para a subscrição/aquisição de Ações no âmbito da Oferta de Varejo, firmado por Investidores Não Institucionais e por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas com uma única Instituição Consorciada durante o Período de Reserva e durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso.
Período de Reserva	Período compreendido entre 25 de fevereiro de 2021, inclusive, e 09 de março de 2021, inclusive, destinado à efetivação dos Pedidos de Reserva pelos Investidores Não Institucionais.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre 25 de fevereiro de 2021, inclusive, e 26 de fevereiro de 2021, inclusive, data esta que antecederá em, pelo menos, 7 dias úteis a conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas.

Pessoas Vinculadas

Para os fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução CVM 505, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam (i) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores da Companhia e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau dos Acionistas Vendedores; (iii) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iv) administradores, funcionários, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação e distribuição da Oferta; (v) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vi) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (viii) sociedades controladas, direta ou indiretamente por pessoas físicas ou jurídicas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidas na Oferta; (ix) cônjuge ou companheiro, ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau das pessoas mencionadas nos itens (iii) a (vi) acima; e (x) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.

Prazo de Distribuição

O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até 6 meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço por Ação estará situado entre R\$15,00 e R\$20,00, ressalvado, no entanto, que o preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa. **Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, conforme descrito neste Prospecto.**

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.”, na página 85 deste Prospecto.**

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário”, na página 85 deste Prospecto.

Procedimento de *Bookbuilding*

Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Distribuição Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em até 20% da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), não será permitida a colocação de Ações a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

Público Alvo da Oferta	Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais, considerados em conjunto.
Rateio da Oferta de Varejo	Rateio da Oferta de Varejo Com <i>Lock-up</i> e Rateio da Oferta de Varejo Sem <i>Lock-up</i> , considerados em conjunto.
Rateio da Oferta de Varejo Com <i>Lock-up</i>	Rateio entre os respectivos Investidores de Varejo Com <i>Lock-up</i> que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Rateio da Oferta de Varejo Sem <i>Lock-up</i>	Rateio entre os respectivos Investidores de Varejo Sem <i>Lock-up</i> que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Rateio da Oferta Private	Rateio da Oferta Private Com <i>Lock-up</i> e Rateio da Oferta Private Sem <i>Lock-up</i> , considerados em conjunto.
Rateio da Oferta Private Com <i>Lock-up</i>	Rateio entre os respectivos Investidores Private Com <i>Lock-up</i> que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Rateio da Oferta Private Sem <i>Lock-up</i>	Rateio entre os respectivos Investidores Private Sem <i>Lock-up</i> que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Reorganização Societária	Em 30 de outubro de 2020, foi aprovada a combinação dos negócios da Companhia, da Agro Key e da Agro Advance através da incorporação societária pela Companhia da Agro Key e da Agro Advance. Esta reestruturação ocorreu com a troca de ações, por valores negociados entre as partes, em uma operação entre companhias que não possuem controle comum e que, portanto, representa uma combinação de negócios sob o escopo do CPC 15 (R1) / IFRS 3 Combinação de negócios, apresentada considerando o método de aquisição. Como parte da avaliação da administração nesse contexto, a Agro Key foi considerada como a adquirente contábil (apesar de ser a empresa incorporada legalmente) e a Companhia, assim como a Agro Advance, foram consideradas como as adquiridas, (apesar de a Companhia ser incorporadora e a entidade sobrevivente legal), configurando uma situação de aquisição reversa. Dessa forma, as informações apresentadas neste Prospecto e no Formulário de Referência de 31 de outubro de 2020 refletem as informações da combinação de negócios, através da consolidação dos ativos e passivos das três sociedades. No entanto, o resultado da Companhia para o período findo em 31 de outubro de 2020 representa apenas os resultados da AgroKey. Para informações sobre indicadores financeiros da Companhia após a reestruturação societária que ocorreu em outubro e que representam de maneira mais adequada os números da Companhia para futura comparabilidade, ver itens 3.9 e 10.9 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto e as Demonstrações Financeiras Pro Forma e respectivas Notas Explicativas para os períodos indicados anexas a este Prospecto.

Restrições à Negociação das Ações (Lock-up)

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria obrigam-se perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo período de 180 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a não efetuar, direta ou indiretamente, quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, sujeito a determinadas exceções: sujeito a determinadas exceções: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iii).

As vedações listadas acima não se aplicarão nas hipóteses: (i) doações de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário comprometa-se com os Coordenadores da Oferta por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; (ii) transferências a um *trust* em benefício direto ou indireto do próprio signatário do instrumento de *lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo, desde que, antes de tal transferência, o *trust* comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; (iii) transferências a quaisquer coligadas (sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico) conforme definidas na Regra 405 do *Securities Act*, conforme alterada, dos signatários do instrumento de *lock-up*, desde que, antes de tal transferência, o respectivo destinatário comprometa-se com os Coordenadores da Oferta por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; e (iv) transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do instrumento de *lock-up* para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta, de um determinado número de ações para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Distribuição e do Contrato de Estabilização.

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Termo de Aceitação

Documento específico para aceitação da Oferta celebrado, em caráter irrevogável e irretroatável, pelos Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional.

UBS BB

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Valor Total da Oferta

R\$1.425.923.765, considerando o Preço por Ação, que é o ponto médio da faixa de preço indicada na capa deste Prospecto e sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo	O valor mínimo de pedido de investimento é de R\$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento é de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) por Investidor de Varejo.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta Private	O valor de pedido de investimento superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e o valor máximo de pedido de investimento de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) por Investidor Private.
Valores Mobiliários Sujeitos ao <i>Lock-up</i>	Ações ordinárias de emissão da Companhia ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis em ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia sujeitas ao <i>Lock-up</i> .
Veracidade das Informações	A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder, prestaram declarações de veracidade a respeito das informações constantes deste Prospecto, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 255.
XP	XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do Capital Social da Companhia

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R\$462.783.468,77, totalmente subscrito e integralizado, representado por 141.968.923 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$2.500.000.000,00, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de subscrição/integralização de tais ações dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia.

Os quadros abaixo indicam a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto e a previsão após a conclusão da Oferta, considerando os efeitos da eventual subscrição acima.

Na hipótese de colocação das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Quantidade	Valor (em R\$)	Quantidade	Valor ⁽¹⁾⁽²⁾ (em R\$)
Ordinárias.....	141.968.923	462.783.468,77	182.709.602	1.175.745.351,27
Total.....	141.968.923	462.783.468,77	182.709.602	1.175.745.351,27

(1) Com base no Preço por Ação de R\$17,50, que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$15,00 e R\$20,00, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Quantidade	Valor (em R\$)	Quantidade	Valor ⁽¹⁾⁽²⁾ (em R\$)
Ordinárias.....	141.968.923	462.783.468,77	182.709.602	1.175.745.351,27
Total.....	141.968.923	462.783.468,77	182.709.602	1.175.745.351,27

(1) Com base no Preço por Ação de R\$17,50, que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$15,00 e R\$20,00, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação das Ações, sem considerar as Ações Adicionais, mas considerando as Ações do Lote Suplementar:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Quantidade	Valor (em R\$)	Quantidade	Valor ⁽¹⁾⁽²⁾ (em R\$)
Ordinárias.....	141.968.923	462.783.468,77	191.876.254	1.336.161.761,27
Total.....	141.968.923	462.783.468,77	191.876.254	1.336.161.761,27

(1) Com base no Preço por Ação de R\$17,50, que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$15,00 e R\$20,00, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Quantidade	Valor (em R\$)	Quantidade	Valor ⁽¹⁾⁽²⁾ (em R\$)
Ordinárias.....	141.968.923	462.783.468,77	191.876.254	1.336.161.761,27
Total.....	141.968.923	462.783.468,77	191.876.254	1.336.161.761,27

(1) Com base no Preço por Ação de R\$17,50, que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$15,00 e R\$20,00, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Principais Acionistas e Administradores da Companhia

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de ações ordinárias de emissão da Companhia e pelos Acionistas Vendedores e membros da administração da Companhia, na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Agrofundos Brasil V FIP Multiestratégia	38.528.084	27,14	27.725.402	15,17
Agrofundos Brasil IV FIP Multiestratégia	25.113.519	17,69	18.072.075	9,98
Agrofundos Brasil III FIP Multiestratégia	11.784.716	8,30	8.480.463	4,64
Galaxy Agribusiness LP	10.367.838	7,30	7.460.856	4,08
Spectra III Brasil FIP Multiestratégia	759.434	0,53	546.500	0,30
Spectra II - FIP Multiestratégia IE	643.984	0,45	463.421	0,25
Fact Enterprise FIP Multiestratégia	599.405	0,42	431.341	0,23
Vic Spectra III FIP Multiestratégia IE	331.864	0,23	238.814	0,13
Benildo Carvalho Teles	6.494.108	4,57	4.673.260	2,56
José Marcolini Junior	6.086.702	4,29	4.380.084	2,40
Cláudio Augusto Diniz	6.081.764	4,28	4.376.531	2,40
Walter Bussadori Junior	5.097.470	3,59	3.668.218	2,01
João Fernando Garcia	4.807.398	3,39	3.459.478	1,89
Antonio Luiz Giuliangeli	3.956.640	2,79	2.847.259	1,56
Roger Alberto Bolsoni	3.525.072	2,48	2.536.696	1,39
Rogério Ezequiel Ferrari	3.050.278	2,15	2.195.027	1,20
Ciclus Participações Ltda	2.553.356	1,80	1.837.434	1,01
Clarus Participações Ltda	1.374.882	0,97	989.386	0,54
Monte Cristo Participações Ltda	1.374.882	0,97	989.384	0,54
Rafael Dias de Souza	1.276.678	0,90	918.717	0,50
Flávia Dias de Souza	1.276.678	0,90	918.717	0,50
Valéria Siqueira Gonçalves	1.087.804	0,77	782.800	0,43
Marco Antonio Almeida Teixeira	1.078.571	0,76	431.428	0,24
Alexsandro Peixoto Leopoldino	815.852	0,57	587.100	0,32
Espólio de Bruno Teles Alves	815.852	0,57	815.852	0,45
José Maurício Mora Puliti	541.140	0,38	216.456	0,12
Welles Clovis Pascoal	500.836	0,35	200.334	0,11
Rodrigo de Araújo Rodrigues	439.491	0,31	175.796	0,10
Angelo Mardegan	422.753	0,30	169.101	0,09
Stelson Geraldo Couto	407.926	0,29	293.550	0,16
Gustavo Albieri Calderon	245.998	0,17	98.399	0,05
Cesar Donizeti Coelho	215.042	0,15	86.017	0,05
Carlos Roberto dos Santos Gajardoni	126.649	0,09	50.660	0,03
Conrado Badaro da Silveira Pinto	116.338	0,08	83.719	0,08
José Ricardo Romanini Domingos	40.806	0,03	16.322	0,01
Guilherme Badauy Lauria Silva	18.963	0,01	7.585	0,00
Afonso Henrique De Matos	10.150	0,01	4.060	0,00
Total.....	141.968.923	100,00	182.709.602	100,00

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Agrofundos Brasil V FIP Multiestratégia	38.528.084	27,14	23.277.294	12,74
Agrofundos Brasil IV FIP Multiestratégia	25.113.519	17,69	15.172.693	8,30
Agrofundos Brasil III FIP Multiestratégia	11.784.716	8,30	7.119.905	3,90
Galaxy Agribusiness LP	10.367.838	7,30	6.263.878	3,43
Spectra III Brasil FIP Multiestratégia	759.434	0,53	458.823	0,25
Spectra II - FIP Multiestratégia IE	643.984	0,45	389.072	0,21
Fact Enterprise FIP Multiestratégia	599.405	0,42	292.139	0,20
Vic Spectra III FIP Multiestratégia IE	331.864	0,23	200.500	0,11
Benildo Carvalho Teles	6.494.108	4,57	3.923.508	2,15
José Marcolini Junior	6.086.702	4,29	3.677.368	2,01
Cláudio Augusto Diniz	6.081.764	4,28	3.674.385	2,01
Walter Bussadori Junior	5.097.470	3,59	3.079.710	1,69
João Fernando Garcia	4.807.398	3,39	2.904.459	1,50
Antonio Luiz Giuliangeli	3.956.640	2,79	2.390.461	1,31
Roger Alberto Bolsoni	3.525.072	2,48	2.129.723	1,17
Rogério Ezequiel Ferrari	3.050.278	2,15	1.842.869	1,01
Ciclus Participações Ltda.	2.553.356	1,80	1.542.646	0,84
Clarus Participações Ltda.	1.374.882	0,97	830.654	0,45
Monte Cristo Participações Ltda.	1.374.882	0,97	830.654	0,45
Rafael Dias de Souza	1.276.678	0,90	771.323	0,42
Flávia Dias de Souza	1.276.678	0,90	771.323	0,42
Valéria Siqueira Gonçalves	1.087.804	0,77	657.212	0,36
Marco Antonio Almeida Teixeira	1.078.571	0,76	309.906	0,17
Alexsandro Peixoto Leopoldino	815.852	0,57	492.909	0,27
Espólio de Bruno Teles Alves	815.852	0,57	815.852	0,45
José Maurício Mora Puliti	541.140	0,38	153.981	0,08
Welles Clovis Pascoal	500.836	0,35	142.512	0,08
Rodrigo de Araújo Rodrigues	439.491	0,31	125.056	0,07
Angelo Mardegan	422.753	0,30	120.294	0,07
Stelson Geraldo Couto	407.926	0,29	246.455	0,13
Gustavo Albieri Calderon	245.998	0,17	69.998	0,04
Cesar Donizeti Coelho	215.042	0,15	61.190	0,03
Carlos Roberto dos Santos Gajardoni	126.649	0,09	36.038	0,02
Conrado Badaro da Silveira Pinto	116.338	0,08	70.288	0,04
José Ricardo Romanini Domingos	40.806	0,03	11.611	0,01
Guilherme Badauy Lauria Silva	18.963	0,01	5.396	0,00
Afonso Henrique De Matos	10.150	0,01	2.888	0,00
Ações em circulação	0	0,00	97.777.629	53,52
Total	141.968.923	100,00	182.709.602	100,00

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais:

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Agrofundos Brasil V FIP Multiestratégia	38.528.084	27,14	26.891.382	14,01
Agrofundos Brasil IV FIP Multiestratégia	25.113.519	17,69	17.528.411	9,14
Agrofundos Brasil III FIP Multiestratégia.....	11.784.716	8,30	8.225.358	4,29
Galaxy Agribusiness LP	10.367.838	7,30	7.236.423	3,77
Spectra III Brasil FIP Multiestratégia.....	759.434	0,53	530.060	0,28
Spectra II - FIP Multiestratégia IE	643.984	0,45	449.481	0,23
Fact Enterprise FIP Multiestratégia.....	599.405	0,42	418.366	0,21
Vic Spectra III FIP Multiestratégia IE	331.864	0,23	231.630	0,12
Benildo Carvalho Teles	6.494.108	4,57	4.532.682	2,36
José Marcolini Junior	6.086.702	4,29	4.248.325	2,21
Cláudio Augusto Diniz.....	6.081.764	4,28	4.244.879	2,21
Walter Bussadori Junior	5.097.470	3,59	3.557.873	1,85
João Fernando Garcia	4.807.398	3,39	3.355.412	1,75
Antonio Luiz Giuliangeli.....	3.956.640	2,79	2.761.609	1,44
Roger Alberto Bolsoni	3.525.072	2,48	2.460.389	1,28
Rogério Ezequiel Ferrari	3.050.278	2,15	2.128.997	1,11
Ciclus Participações Ltda.....	2.553.356	1,80	1.782.161	0,93
Clarus Participações Ltda.....	1.374.882	0,97	959.624	0,50
Monte Cristo Participações Ltda	1.374.882	0,97	959.624	0,50
Rafael Dias de Souza	1.276.678	0,90	891.081	0,46
Flávia Dias de Souza	1.276.678	0,90	891.081	0,46
Valéria Siqueira Gonçalves.....	1.087.804	0,77	759.252	0,40
Marco Antonio Almeida Teixeira	1.078.571	0,76	408.080	0,21
Alexsandro Peixoto Leopoldino.....	815.852	0,57	569.439	0,30
Espólio de Bruno Teles Alves	815.852	0,57	815.852	0,43
José Maurício Mora Puliti.....	541.140	0,38	204.742	0,11
Welles Clovis Pascoal.....	500.836	0,35	189.492	0,10
Rodrigo de Araújo Rodrigues.....	439.491	0,31	166.282	0,09
Angelo Mardegan.....	422.753	0,30	159.950	0,08
Stelson Geraldo Couto.....	407.926	0,29	284.720	0,15
Gustavo Albieri Calderon	245.998	0,17	93.074	0,05
Cesar Donizeti Coelho	215.042	0,15	81.362	0,04
Carlos Roberto dos Santos Gajardoni	126.649	0,09	47.918	0,02
Conrado Badaro da Silveira Pinto.....	116.338	0,08	81.201	0,04
José Ricardo Romanini Domingos.....	40.806	0,03	15.439	0,01
Guilherme Badauy Lauria Silva.....	18.963	0,01	7.175	0,00
Afonso Henrique De Matos	10.150	0,01	3.840	0,00
Ações em circulação	0	0	93.703.558	48,84
Total.....	141.968.923	100,00	191.876.254	100,00

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Agrofundos Brasil V FIP Multiestratégia	38.528.084	27,14	22.443.274	11,70
Agrofundos Brasil IV FIP Multiestratégia	25.113.519	17,69	14.629.059	7,62
Agrofundos Brasil III FIP Multiestratégia.....	11.784.716	8,30	6.864.800	3,58
Galaxy Agribusiness LP	10.367.838	7,30	6.039.445	3,15
Spectra III Brasil FIP Multiestratégia.....	759.434	0,53	442.383	0,23
Spectra II - FIP Multiestratégia IE	643.984	0,45	375.132	0,20
Fact Enterprise FIP Multiestratégia.....	599.405	0,42	349.164	0,18
Vic Spectra III FIP Multiestratégia IE	331.864	0,23	193.316	0,10
Benildo Carvalho Teles	6.494.108	4,57	3.782.930	1,97
José Marcolini Junior	6.086.702	4,29	3.545.609	1,85
Cláudio Augusto Diniz	6.081.764	4,28	3.542.733	1,85
Walter Bussadori Junior	5.097.470	3,59	2.969.265	1,55
João Fernando Garcia	4.807.398	3,39	2.800.393	1,46
Antonio Luiz Giuliangeli.....	3.956.640	2,79	2.304.811	1,20
Roger Alberto Bolsoni	3.525.072	2,48	2.053.416	1,07
Rogério Ezequiel Ferrari	3.050.278	2,15	1.776.839	0,93
Ciclus Participações Ltda.....	2.553.356	1,80	1.487.373	0,78
Clarus Participações Ltda.....	1.374.882	0,97	800.892	0,42
Monte Cristo Participações Ltda	1.374.882	0,97	800.892	0,42
Rafael Dias de Souza	1.276.678	0,90	743.687	0,39
Flávia Dias de Souza	1.276.678	0,90	743.687	0,39
Valéria Siqueira Gonçalves.....	1.087.804	0,77	633.664	0,33
Marco Antonio Almeida Teixeira	1.078.571	0,76	283.558	0,15
Alexsandro Peixoto Leopoldino.....	815.852	0,57	475.248	0,25
Espólio de Bruno Teles Alves	815.852	0,57	815.852	0,43
José Maurício Mora Puliti.....	541.140	0,38	142.267	0,07
Welles Clovis Pascoal.....	500.836	0,35	131.670	0,07
Rodrigo de Araújo Rodrigues.....	439.491	0,31	115.542	0,06
Angelo Mardegan.....	422.753	0,30	111.143	0,06
Stelson Geraldo Couto.....	407.926	0,29	237.625	0,12
Gustavo Albieri Calderon	245.998	0,17	64.673	0,03
Cesar Donizeti Coelho	215.042	0,15	56.535	0,03
Carlos Roberto dos Santos Gajardoni	126.649	0,09	33.296	0,02
Conrado Badaro da Silveira Pinto.....	116.338	0,08	67.770	0,04
José Ricardo Romanini Domingos.....	40.806	0,03	10.728	0,001
Guilherme Badauy Lauria Silva.....	18.963	0,01	4.986	0,00
Afonso Henrique De Matos	10.150	0,01	2.668	0,00
Ações em circulação	0	0	109.999.829	57,33
Total.....	141.968.923	100,00	191.876.254	100,00

Acionistas Vendedores

Segue abaixo descrição sobre os Acionistas Vendedores:

AGROFUNDO BRASIL III FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 24.258.072/0001-00, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.055, 19º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-001;

AGROFUNDO BRASIL IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 19.267.481/0001-24, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.055, 19º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-001;

AGROFUNDO BRASIL V FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 28.296.538/0001-04, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, 870, conjunto 133/134, Pinheiros, CEP 05422-001;

GALAXY AGRIBUSINESS LP, pessoa jurídica constituída de acordo com as leis da Província de Ontário, Canadá, inscrita perante o CNPJ/ME sob o nº 25.262.307/0001-91, com sede na cidade de Toronto, Província de Ontário, em 199 Bay Street, suite 5300, Caixa Postal M5L 1B9;

SPECTRA II FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA – INVESTIMENTO NO EXTERIOR, fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 20.504.602/0001-93, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amauri, nº 255, 4º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000, gerido por SPECTRA INVESTIMENTOS LTDA., sociedade simples limitada, inscrita no CNPJ/ME sob nº 44.011.526/0001-42, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amauri, 255, 4º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000;

SPECTRA III BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 27.035.883/0001-21, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amauri, nº 255, 4º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000, gerido por SPECTRA INVESTIMENTOS LTDA., sociedade simples limitada, inscrita no CNPJ/ME sob nº 44.011.526/0001-42, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amauri, 255, 4º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000;

FACT ENTERPRISE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 17.867.471/0001-02, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amauri, nº 255, 4º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000, administrado por SPECTRA INVESTIMENTOS LTDA., sociedade simples limitada, inscrita no CNPJ/ME sob nº 44.011.526/0001-42, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amauri, 255, 4º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000;

VIC SPECTRA III FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR, fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 30.578.597/0001-17, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amauri, nº 255, 4º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000, gerido por SPECTRA INVESTIMENTOS LTDA., sociedade simples limitada, inscrita no CNPJ/ME sob nº 44.011.526/0001-42, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amauri, 255, 4º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000;

CICLUS PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 29.988.213/0001-55, com sede na cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, na Rua Senador Saraiva, nº 305, sala 05, Centro, CEP 13.990-000, neste ato representada nos termos de seu contrato social;

CLARUS PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob nº 30.987.102/0001-03, com sede na cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, na Rua Senador Saraiva, nº 305, Sala 05, Centro, CEP 13.990-000, neste ato representada nos termos de seu contrato social;

MONTE CRISTO PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 27.500.907/0001-76, com sede na cidade de Conceição da Aparecida, Estado de Minas Gerais, na Travessa Diomar Cândido de Carvalho, nº 04, sala 01, Centro, CEP 37148-000;

WALTER BUSSADORI JUNIOR, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da carteira de identidade nº 1.433.401-7, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 327.127.319-72, residente e domiciliado na cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Takabumi Murata, casa 35, Condomínio Pitaguá, Gleba Palhano, CEP 86055-580;

JOÃO FERNANDO GARCIA, brasileiro, casado, técnico agrícola, portador da carteira de identidade nº 3.648.000-9, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 468.702.969-87, residente e domiciliado na cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Montevidéu, nº 707, apto 1101, Edifício Heritage, Gleba Palhano, CEP 86050-020;

ANTONIO LUIZ GIULIANGELI, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da carteira de identidade nº 1.378.543-7, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 485.825.659-68, residente e domiciliado na cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Montevidéu, nº 707, apto 1002, Edifício Heritage, Gleba Palhano, CEP 86050-020;

ROGER ALBERTO BOLSONI, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da carteira de identidade RG nº 4.022.585-4, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 539.294.899-53, residente e domiciliado na cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Montevidéu, nº 707, apto 101, Edifício Heritage, Gleba Palhano, CEP 86050-020;

ROGÉRIO EZEQUIEL FERRARI, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade nº 19.623.664-2, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 120.221.478-98, residente e domiciliado na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo, na Rua Hideshi Yoneda, n.º 38, Vila Joaquim Paulino, CEP 18900-000;

BENILDO CARVALHO TELES, brasileiro, casado, comerciante, portador da carteira de identidade nº M-1.398.111, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 294.258.756-34, residente e domiciliado na cidade de Jataí, Estado de Goiás, na Rua Riachuelo, nº 3.669, quadra 37-F, lotes 8 e 9, Vila Fátima, CEP 75803-050;

CLÁUDIO AUGUSTO DINIZ, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da carteira de identidade nº 321.165, expedida pela SSP/GO, inscrito no CPF/ME sob o nº 147.863.461-87, residente e domiciliado na cidade de Jataí, Estado de Goiás, na Rua Napoleão Laureano, nº 1198, setor oeste, CEP 75804-083;

JOSÉ MARCOLINI JUNIOR, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da carteira de identidade nº 3.853.908, expedida pela SSP/GO, inscrito no CPF/ME sob o nº 414.914.757-49, residente e domiciliado na cidade de Jataí, Estado de Goiás, na Alameda La Rambla, nº 619, Residencial Barcelona, CEP 75803-354;

RAFAEL DIAS DE SOUZA, brasileiro, casado, comerciante, portador da carteira de identidade RG/SSP nº MG-14.589.710/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 095.209.416-90, residente e domiciliado na cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais, na Rua Joaquim Bernardes da Silva, nº 420, CEP 37130-776;

FLÁVIA DIAS DE SOUZA, brasileira, casada, comerciante, portadora da carteira de identidade CI-RG/SSP nº MG-14.589.696/MG, inscrita no CPF/ME sob o nº 083.720.676-05, residente e domiciliada na cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais, na Rua Joaquim Bernardes da Silva, nº 420, CEP 37130-776;

VALÉRIA SIQUEIRA GONÇALVES, brasileira, solteira, engenheira agrônoma, portadora da carteira de identidade nº 1.855.151-3, expedida pela SSP/MT, inscrita no CPF/ME sob o nº 864.108.901-25, residente e domiciliada na cidade de Canarana, Estado do Mato Grosso, na Rua Tenente Portela, nº 1.808, Sete de Setembro, CEP 78640-000;

ALEXSANDRO PEIXOTO LEOPOLDINO, brasileiro, solteiro, engenheiro agrônomo, portador da carteira de identidade nº 3.760.270, expedida pela DGPC/GO, inscrito no CPF/ME sob o nº 917.106.851-15, residente e domiciliado na Cidade de Canarana, Estado do Mato Grosso, na Rua Tenente Portela, nº 1.808, bairro Sete de Setembro, CEP 78640-000;

STELSON GERALDO COUTO, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da carteira de identidade nº M-4547787, expedida pela SSP/MT, inscrito no CPF/ME sob o nº 697.862.756-91, residente e domiciliado na cidade de Mineiros, Estado de Goiás, na Travessa Irma Georgia, s/n, Quadra 03, Lote 02, Setor Nossa Senhora de Fátima, CEP 75830-000;

CONRADO BADARO DA SILVEIRA PINTO, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da carteira de identidade nº 8.117.019-3, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 046.857.239-29, residente e domiciliado na cidade de Primavera do Leste, Estado do Mato Grosso, na Rua Uruguai, nº 376, Setor Jardim das Américas, CEP 78850-000.

ANGELO MARDEGAN, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, engenheiro agrônomo, portador do RG nº 3.483.397-4 SSP/PR, e inscrito no CPF/ME sob o nº 505.548.759-34, com endereço na Rua Cipreste, 637, Condomínio Portal do Vale, casa 4, na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná;

RODRIGO DE ARAÚJO RODRIGUES, brasileiro, separado, engenheiro agrônomo, portador do RG nº 18.659.301-6 SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob o nº 186.400.678-13, com endereço na Rua Iaia, nº 104, apto 63, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;

WELLES CLOVIS PASCOAL, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador do RG nº M.1.160.572 -SSP-MG, e inscrito no CPF/ME sob o nº 263.295.496-72, com endereço na Rua Bento Branco de Andrade Filho, 495 – Apartamento 11 – Torre 2, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;

CESAR DONIZETI COELHO, brasileiro, casado, técnico em agronomia, portador do RG nº 8171244 SSP-SP, e inscrito no CPF/ME sob o nº 009.924.726-79, com endereço na Rua Marechal Deodoro, 74, Centro, na Cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais;

CARLOS ROBERTO DOS SANTOS GAJARDONI, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro agrônomo, portador do RG nº 4476497 SSP/PR, e inscrito no CPF/ME sob o nº 629.180.799-87, com endereço na Rua Ernani Lacerda de Athayde, nº 930, apto 101, Gleba Fazenda Palha, na Cidade de Londrina, Estado do Paraná;

JOSÉ RICARDO ROMANINI DOMINGOS, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador do RG nº 20.648.484-7 SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob o nº 292.187.778-31, com endereço na Rua Tuim 371, Apto. 131, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;

GUILHERME BADAUY LAURIA SILVA, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 1974546 SSP/GO, e inscrito no CPF/ME sob o nº 691.952.181-49, residente e domiciliado na Rua 1.141, 536, Qd. 252, Condomínio Chateou Marista, Apto. 702 P, Bairro Marista, Cidade de Goiânia, Estado de Goiás;

JOSÉ MAURÍCIO MORA PULITI, brasileiro, divorciado, engenheiro elétrico, portador do RG nº 193.88.615-7 SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob o nº 246.535.668-28, com endereço na Rua Nabih Assad Abdalla, nº 412, Apto. 11, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;

AFONSO HENRIQUE DE MATOS, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador do RG nº 17.523.842-X, e inscrito no CPF/ME sob o nº 067.955.328-28, com endereço na Av. Prof. Alceu Maynard Araújo, nº 2, apto 42, Torre A-2, Vila Cruzeiro, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;

MARCO ANTONIO ALMEIDA TEIXEIRA, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador do RG nº 4690579 SESP/MG, e inscrito no CPF/ME sob o nº 778.469.906-91, com endereço na Rua Caconde, 426, apto 112, Jardim Paulista, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;

GUSTAVO ALBIERI CALDERON, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro agrônomo, portador do RG nº 5.804.957-3 SSP/PR, e inscrito no CPF/ME sob o nº 023.786.029-52, com endereço na Rua Edith Saboia Franco, nº 222, Q10 D07, na Cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada por cada Acionista Vendedor, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	Montante ⁽¹⁾ (R\$)	Recursos Líquidos ⁽¹⁾⁽²⁾ (R\$)
Companhia.....	40.740.679	712.961.882,50	666.858.748
Agrofundos Brasil IV FIP Multiestratégia	7.041.444	123.225.270,00	117.769.807
Spectra II - FIP Multiestratégia IE	180.563	3.159.852,50	3.019.959
Fact Enterprise FIP Multiestratégia.....	168.064	2.941.120,00	2.810.910
Galaxy Agribusiness LP	2.906.982	50.872.185,00	48.619.958
Agrofundos Brasil V FIP Multiestratégia	10.802.682	189.046.935,00	180.677.397
Spectra III Brasil FIP Multiestratégia.....	212.934	3.726.345,00	3.561.371
Vic Spectra III FIP Multiestratégia IE	93.050	1.628.375,00	1.556.283
Agrofundos Brasil III FIP Multiestratégia.....	3.304.253	57.824.427,50	55.264.409
Benildo Carvalho Teles	1.820.848	31.864.840,00	30.454.111
Cláudio Augusto Diniz.....	1.705.233	29.841.577,50	28.520.423
José Marcolini Junior	1.706.618	29.865.815,00	28.543.587
Valéria Siqueira Gonçalves.....	305.004	5.337.570,00	5.101.264
Alexsandro Peixoto Leopoldino.....	228.752	4.003.160,00	3.825.931
Stelson Geraldo Couto.....	114.376	2.001.580,00	1.912.966
Conrado Badaro da Silveira Pinto.....	32.619	570.832,50	545.560
Walter Bussadori Junior.....	1.429.252	25.011.910,00	23.904.576
João Fernando Garcia	1.347.920	23.588.600,00	22.544.279
Antonio Luiz Giuliangeli.....	1.109.381	19.414.167,50	18.554.658
Roger Alberto Bolsoni	988.376	17.296.580,00	16.530.821
Rogério Ezequiel Ferrari	855.251	14.966.892,50	14.304.274
Flávia Dias de Souza	357.961	6.264.317,50	5.986.982
Rafael Dias de Souza	357.961	6.264.317,50	5.986.982
Ciclus Participações Ltda.....	715.922	12.528.635,00	11.973.964
Clarus Participações Ltda.....	385.496	6.746.180,00	6.447.511
Monte Cristo Participações Ltda.....	385.496	6.746.180,00	6.447.511
Welles Clovis Pascoal.....	300.502	5.258.785,00	5.025.967
José Maurício Mora Puliti.....	324.684	5.681.970,00	5.430.416
Marco Antonio Almeida Teixeira	647.143	11.325.002,50	10.823.619
Gustavo Albiéri Calderon	147.599	2.582.982,50	2.468.628
Angelo Mardegan.....	253.652	4.438.910,00	4.242.389
Carlos Roberto dos Santos Gajardoni	75.989	1.329.807,50	1.270.934
Rodrigo de Araújo Rodrigues.....	263.695	4.614.662,50	4.410.361
José Romanini Domingos	24.484	428.470,00	409.501
Guilherme Badauy Lauria Silva.....	11.378	199.115,00	190.300
Afonso Henrique De Matos.....	6.090	106.575,00	101.857
Cesar Donizeti Coelho	129.025	2.257.937,50	2.157.973
Total.....	81.481.358	1.425.923.765,00	1.348.256.186

(1) Com base no Preço por Ação de R\$17,50, que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$15,00 e R\$20,00, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada por cada Acionista Vendedor, considerando as Ações Adicionais, sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	Montante⁽¹⁾	Recursos Líquidos⁽¹⁾⁽²⁾
		(R\$)	(R\$)
Companhia	40.740.679	712.961.883	666.746.935
Agrofundos Brasil IV FIP Multiestratégia	9.940.826	173.964.455	166.262.653
Spectra II - FIP Multiestratégia IE	254.912	4.460.960	4.263.463
Fact Enterprise FIP Multiestratégia	237.266	4.152.155	3.968.330
Galaxy Agribusiness LP	4.103.960	71.819.300	68.639.696
Agrofundos Brasil V FIP Multiestratégia	15.250.790	266.888.825	255.073.050
Spectra III Brasil FIP Multiestratégia	300.611	5.260.693	5.027.790
Vic Spectra III FIP Multiestratégia IE	131.364	2.298.870	2.197.094
Agrofundos Brasil III FIP Multiestratégia	4.664.811	81.634.193	78.020.061
Benildo Carvalho Teles	2.570.600	44.985.500	42.993.890
Cláudio Augusto Diniz	2.407.379	42.129.133	40.263.980
José Marcolini Junior	2.409.334	42.163.345	40.296.678
Valéria Siqueira Gonçalves	430.592	7.535.360	7.201.752
Alexsandro Peixoto Leopoldino	322.943	5.651.503	5.401.298
Stelson Geraldo Couto	161.471	2.825.743	2.700.640
Conrado Badaro da Silveira Pinto	46.050	805.875	770.197
Walter Bussadori Junior	2.017.760	35.310.800	33.747.511
João Fernando Garcia	1.902.939	33.301.433	31.827.102
Antonio Luiz Giuliangeli	1.566.179	27.408.133	26.194.712
Roger Alberto Bolsoni	1.395.349	24.418.608	23.337.540
Rogério Ezequiel Ferrari	1.207.409	21.129.658	20.194.200
Flávia Dias de Souza	505.355	8.843.713	8.452.181
Rafael Dias de Souza	505.355	8.843.713	8.452.181
Ciclus Participações Ltda.	1.010.710	17.687.425	16.904.362
Clarus Participações Ltda.	544.228	9.523.990	9.102.341
Monte Cristo Participações Ltda.	544.228	9.523.990	9.102.341
Welles Clovis Pascoal	358.324	6.270.670	5.993.053
José Maurício Mora Puliti	387.159	6.775.283	6.475.325
Marco Antonio Almeida Teixeira	771.665	13.504.138	12.906.279
Gustavo Albieri Calderon	176.000	3.080.000	2.943.641
Angelo Mardegan	302.459	5.293.033	5.058.698
Carlos Roberto dos Santos Gajardoni	90.611	1.585.693	1.515.490
Rodrigo de Araújo Rodrigues	314.435	5.502.613	5.258.999
José Romanini Domingos	29.195	510.913	488.293
Guilherme Badauy Lauria Silva	13.567	237.423	226.911
Afonso Henrique De Matos	7.262	127.085	121.459
Cesar Donizeti Coelho	153.852	2.692.410	2.573.211
Total.....	97.777.629	1.711.108.508	1.620.703.339

(1) Com base no Preço por Ação de R\$17,50, que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$15,00 e R\$20,00, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada por cada Acionista Vendedor, considerando as Ações do Lote Suplementar, sem considerar as Ações Adicionais:

	Quantidade	Montante⁽¹⁾	Recursos Líquidos⁽¹⁾⁽²⁾
		(R\$)	(R\$)
Companhia	49.907.331	873.378.293	820.089.299
Agrofundos Brasil IV FIP Multiestratégia	7.585.078	132.738.865	126.862.214
Spectra II - FIP Multiestratégia IE	194.503	3.403.803	3.253.108
Fact Enterprise FIP Multiestratégia	181.039	3.168.183	3.027.920
Galaxy Agribusiness LP	3.131.415	54.799.763	52.373.652
Agrofundos Brasil V FIP Multiestratégia	11.636.702	203.642.285	194.626.578
Spectra III Brasil FIP Multiestratégia	229.374	4.014.045	3.836.334
Vic Spectra III FIP Multiestratégia IE	100.234	1.754.095	1.676.437
Agrofundos Brasil III FIP Multiestratégia	3.559.358	62.288.765	59.531.100
Benildo Carvalho Teles	1.961.426	34.324.955	32.805.311
Cláudio Augusto Diniz	1.836.885	32.145.488	30.722.334
José Marcolini Junior	1.838.377	32.171.598	30.747.288
Valéria Siqueira Gonçalves	328.552	5.749.660	5.495.109
Alexsandro Peixoto Leopoldino	246.413	4.312.228	4.121.315
Stelson Geraldo Couto	123.206	2.156.105	2.060.649
Conrado Badaro da Silveira Pinto	35.137	614.898	587.675
Walter Bussadori Junior	1.539.597	26.942.948	25.750.122
João Fernando Garcia	1.451.986	25.409.755	24.284.807
Antonio Luiz Giuliangeli	1.195.031	20.913.043	19.987.175
Roger Alberto Bolsoni	1.064.683	18.631.953	17.807.074
Rogério Ezequiel Ferrari	921.281	16.122.418	15.408.641
Flávia Dias de Souza	385.597	6.747.948	6.449.201
Rafael Dias de Souza	385.597	6.747.948	6.449.201
Ciclus Participações Ltda.	771.195	13.495.913	12.898.418
Clarus Participações Ltda.	415.258	7.267.015	6.945.288
Monte Cristo Participações Ltda.	415.258	7.267.015	6.945.288
Welles Clovis Pascoal	311.344	5.448.520	5.207.302
José Maurício Mora Puliti	336.398	5.886.965	5.626.336
Marco Antonio Almeida Teixeira	670.491	11.733.593	11.214.120
Gustavo Albieri Calderon	152.924	2.676.170	2.557.690
Angelo Mardegan	262.803	4.599.053	4.395.442
Carlos Roberto dos Santos Gajardoni	78.731	1.377.793	1.316.794
Rodrigo de Araújo Rodrigues	273.209	4.781.158	4.569.485
José Romanini Domingos	25.367	443.923	424.269
Guilherme Badauy Lauria Silva	11.788	206.290	197.157
Afonso Henrique De Matos	6.310	110.425	105.536
Cesar Donizeti Coelho	133.680	2.339.400	2.235.829
Total.....	93.703.558	1.639.812.265	1.552.591.496

(1) Com base no Preço por Ação de R\$17,50, que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$15,00 e R\$20,00, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada por cada Acionista Vendedor, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	Montante⁽¹⁾	Recursos Líquidos⁽¹⁾⁽²⁾
		(R\$)	(R\$)
Companhia.....	49.907.331	873.378.293	175.355.059
Agrofundos Brasil IV FIP Multiestratégia	10.484.460	183.478.050	4.496.613
Spectra II - FIP Multiestratégia IE	268.852	4.704.910	2.174.130
Fact Enterprise FIP Multiestratégia.....	250.241	4.379.218	4.185.340
Galaxy Agribusiness LP	4.328.393	75.746.878	269.022.230
Agrofundos Brasil V FIP Multiestratégia	16.084.810	281.484.175	5.302.753
Spectra III Brasil FIP Multiestratégia.....	317.051	5.548.393	2.011.210
Vic Spectra III FIP Multiestratégia IE	138.548	2.424.590	2.317.248
Agrofundos Brasil III FIP Multiestratégia.....	4.919.916	86.098.530	82.286.752
Benildo Carvalho Teles	2.711.178	47.445.615	45.345.090
Cláudio Augusto Diniz.....	2.539.031	44.433.043	42.465.891
José Marcolini Junior	2.541.093	44.469.128	42.500.378
Valéria Siqueira Gonçalves.....	454.140	7.947.450	7.595.598
Alexsandro Peixoto Leopoldino.....	350.604	5.960.570	5.696.682
Stelson Geraldo Couto.....	170.301	2.980.268	2.848.324
Conrado Badaro da Silveira Pinto.....	48.568	849.940	812.311
Walter Bussadori Junior	2.128.105	37.241.838	35.593.057
João Fernando Garcia	2.007.005	35.122.588	33.567.631
Antonio Luiz Giuliangeli.....	1.651.829	28.907.008	27.627.229
Roger Alberto Bolsoni	1.471.656	25.753.980	24.613.793
Rogério Ezequiel Ferrari	1.273.439	22.285.183	21.298.567
Flávia Dias de Souza	532.991	9.327.343	8.914.400
Rafael Dias de Souza	532.991	9.327.343	8.914.400
Ciclus Participações Ltda.....	1.065.983	18.654.703	17.828.816
Clarus Participações Ltda.....	573.990	10.044.825	9.600.118
Monte Cristo Participações Ltda.....	573.990	10.044.825	9.600.118
Welles Clovis Pascoal.....	369.166	6.460.405	6.174.388
José Maurício Mora Puliti.....	398.873	6.980.278	6.671.245
Marco Antonio Almeida Teixeira	795.013	13.912.728	13.296.779
Gustavo Albieri Calderon	181.325	3.173.188	3.032.703
Angelo Mardegan.....	311.610	5.453.175	5.211.751
Carlos Roberto dos Santos Gajardoni	93.353	1.633.678	1.561.351
Rodrigo de Araújo Rodrigues.....	323.949	5.669.108	5.418.123
José Romanini Domingos	30.078	526.365	503.062
Guilherme Badauy Lauria Silva.....	13.977	244.598	233.769
Afonso Henrique De Matos.....	7.482	130.935	125.138
Cesar Donizeti Coelho	158.507	2.773.873	2.651.067
Total.....	109.999.829	1.924.997.008	1.825.038.649

(1) Com base no Preço por Ação de R\$17,50, que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$15,00 e R\$20,00, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Descrição da Oferta

A Oferta consistirá na distribuição pública primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, com o Código ANBIMA, bem como com esforços de dispersão acionária nos termos do Regulamento do Novo Mercado e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas Instituições Consorciadas.

Simultaneamente, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do Contrato de Distribuição Internacional.

Exceto pelos registros da Oferta a serem concedidos pela CVM para a realização da Oferta no Brasil, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não realizaram e nem realizarão nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser ofertadas ou subscritas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, exceto se registradas na SEC ou enquadradas em hipóteses de isenção de registro nos termos do *Securities Act*.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) poderá, a critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em até 16.296.271 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na página 47 deste Prospecto], e nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas (**“Ações Adicionais”**).

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até 12.222.200 ações ordinárias de emissão da Companhia, das quais até 9.166.652 ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia e até 3.055.548 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na página 48 deste Prospecto, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas (**“Ações do Lote Suplementar”**), conforme opção a ser outorgada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta (**“Opção de Ações do Lote Suplementar”**). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação por escrito aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei do Mercado de Capitais.

Aprovações Societárias

A realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, a autorização para administração da Companhia realizar a submissão do pedido de adesão ao Novo Mercado e a alteração e consolidação de seu estatuto social para refletir os ajustes necessários pelo Novo Mercado, foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 17 de dezembro de 2020, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 06 de janeiro de 2021, sob o nº 2.023.097/20-4 e publicada no DOESP e no jornal “Diário Comercial” em 22 de dezembro de 2020.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no jornal “Diário Comercial” e no DOESP, ambas no dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início.

A realização da Oferta Secundária foi aprovada pelo Agrofundo Brasil III em Reunião do Comitê de Investimento realizada em 16 de dezembro de 2020, não sendo necessário qualquer registro ou publicação. A fixação do Preço por Ação será aprovada em Reunião do Comitê de Investimento a ser realizada na data de fixação do Preço por Ação.

A realização da Oferta Secundária foi aprovada pelo Agrofundo Brasil IV em Reunião do Comitê de Investimento realizada em 16 de dezembro de 2020, não sendo necessário qualquer registro ou publicação. A fixação do Preço por Ação será aprovada em Reunião do Comitê de Investimento a ser realizada na data de fixação do Preço por Ação.

A realização da Oferta Secundária foi aprovada pelo Agrofundo Brasil V, em Reunião do Comitê de Investimento e em Assembleia Geral de Cotistas realizadas em 22 de dezembro de 2020, não sendo necessário qualquer registro ou publicação. A fixação do Preço por Ação será aprovada em Reunião do Comitê de Investimento e Assembleia Geral de Cotistas a serem realizadas na data de fixação do Preço por Ação.

A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, inclusive no que se refere à fixação do Preço por Ação, foram aprovadas pela Monte Cristo, em Reunião de Sócios realizada em 16 de dezembro de 2020, cuja ata foi devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 21 de dezembro de 2020, sob o número 8146367, não sendo necessária qualquer publicação.

A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, inclusive no que se refere à fixação do Preço por Ação, foram aprovadas pela Clarus, em Reunião de Sócios realizada em 16 de dezembro de 2020, cuja ata foi devidamente registrada na JUCESP em 21 de dezembro de 2020, sob o número 50752220-5, não sendo necessária qualquer publicação.

A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, inclusive no que se refere à fixação do Preço por Ação, foram aprovadas pela Ciclus, em Reunião de Sócios realizada em 16 de dezembro de 2020, cuja ata foi devidamente registrada na JUCESP em 21 de dezembro de 2020, sob o número 50753720-8, não sendo necessária qualquer publicação.

Não será necessária qualquer aprovação societária dos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, do Galaxy, do Spectra II, do Spectra III, do Vic Spectra III e do Fact FIP para a participação na Oferta Secundária, inclusive no que se refere à fixação do Preço por Ação.

Instituições Participantes da Oferta

Os Coordenadores da Oferta, em nome da Companhia e dos Acionistas Vendedores, convidarão as Instituições Consorciadas para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço por Ação estará situado entre R\$15,00 e R\$20,00 (“**Faixa Indicativa**”), ressalvado, no entanto, que o preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa (“**Preço por Ação**”). **Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.**

Para mais informações, veja seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Como resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, o Preço por Ação poderá ser fixado abaixo da Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva.”, na página 86 deste Prospecto.

O Preço por Ação será fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Distribuição Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 (“**Procedimento de *Bookbuilding***”).

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.”, na página 85 deste Prospecto.**

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em até 20% da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), não será permitida a colocação de Ações a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

As Pessoas Vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou a quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional poderão realizar seus respectivos Pedidos de Reserva ou intenções de investimento, conforme o caso, somente por meio da entidade a que estiverem vinculadas.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400; são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. **Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 88 deste Prospecto.**

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário”, na página 85 deste Prospecto.

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta

Na data deste Prospecto, não existem ações da Companhia em negociação no mercado. Após a realização da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), um montante de até 81.481.358 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, 44,60% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, um montante de até 109.999.829 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, 57,33% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, ver seção “Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social da Companhia” na página 38 deste Prospecto.

Custos de Distribuição

As despesas com auditores, advogados, traduções, taxas de registro e outras despesas descritas abaixo serão suportadas exclusivamente pela Companhia. As comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta serão suportadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	Valor total⁽¹⁾⁽¹¹⁾	% em relação ao Valor Total da Oferta⁽¹¹⁾	Custo unitário por Ação⁽¹¹⁾
	<i>(R\$)</i>		<i>(R\$)</i>
Comissões da Oferta⁽²⁾			
Comissão de Coordenação ⁽³⁾	8.555.542,59	0,60%	0,11
Comissão de Colocação ⁽⁴⁾	25.666.627,77	1,80%	0,32
Comissão de Garantia Firme ⁽⁵⁾	8.555.542,59	0,60%	0,11
Remuneração de Incentivo ⁽⁶⁾	14.259.237,65	1,00%	0,18
Total de Comissões	57.036.950,60	4,00%	0,70
Despesas da Oferta⁽⁷⁾			
Impostos, Taxa e Outras Retenções.....	6.091.937,72	0,43%	0,07
Taxa de Registro na CVM.....	634.628,72	0,04%	0,01
Taxa de Registro na B3	499.073,32	0,04%	0,01
Taxa de Registro na ANBIMA	59.988,61	0,00%	0,00
Total de Despesas com Taxas da Oferta	7.285.628,37	0,51%	0,09
Despesas com Advogados ⁽⁸⁾	4.000.000,00	0,28%	0,05
Despesas com Auditores Independentes	7.100.000,00	0,50%	0,09
Despesas com Assessor Financeiro da Companhia ⁽⁹⁾	1.000.000,00	0,07%	0,01
Outras Despesas ⁽¹⁰⁾	1.245.000,00	0,09%	0,02
Total de Outras Despesas da Oferta	13.345.000,00	0,94%	0,16
Total de Despesas da Oferta	20.630.628,37	1,45%	0,25
Total de Comissões e Despesas da Oferta.....	77.667.578,97	5,45%	0,95

(1) Com base no Preço por Ação de R\$17,50, que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$15,00 e R\$20,00, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores.

(3) Comissão de Coordenação composta de 20% da remuneração base de 3% aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Colocação composta de 60% da remuneração base de 3% aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Comissão de Garantia Firme composta de 20% da remuneração base de 3% aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Devida exclusivamente aos Coordenadores da Oferta, uma vez que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta.

(6) Corresponde a até 1% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. A Remuneração de Incentivo, constitui parte **estritamente** discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta.

(7) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(8) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(9) A efetiva remuneração acertada do assessor financeiro corresponderá a 0,06% incidente sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações efetivamente colocadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar); e (ii) o Preço por Ação.

(10) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

(11) Sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	Valor total⁽¹⁾⁽¹¹⁾	% em relação ao Valor Total da Oferta⁽¹¹⁾	Custo unitário por Ação⁽¹¹⁾
	<i>(R\$)</i>		<i>(R\$)</i>
Comissões da Oferta⁽²⁾			
Comissão de Coordenação ⁽³⁾	10.266.651,05	0,60%	0,11
Comissão de Colocação ⁽⁴⁾	30.799.953,14	1,80%	0,32
Comissão de Garantia Firme ⁽⁵⁾	10.266.651,05	0,60%	0,11
Remuneração de Incentivo ⁽⁶⁾	17.111.085,08	1,00%	0,18
Total de Comissões	68.444.340,32	4,00%	0,70
Despesas da Oferta⁽⁷⁾			
Impostos, Taxa e Outras Retenções.....	7.310.325,23	0,43%	0,07
Taxa de Registro na CVM.....	634.628,72	0,04%	0,01
Taxa de Registro na B3	598.887,98	0,04%	0,01
Taxa de Registro na ANBIMA	71.986,33	0,00%	0,00
Total de Despesas com Taxas da Oferta	8.615.828,26	0,50%	0,09
Despesas com Advogados ⁽⁸⁾	4.000.000,00	0,23%	0,04
Despesas com Auditores Independentes	7.100.000,00	0,41%	0,07
Despesas com Assessor Financeiro ⁽⁹⁾	1.000.000,00	0,06%	0,01
Outras Despesas ⁽¹⁰⁾	1.245.000,00	0,07%	0,01
Total de Outras Despesas da Oferta	13.345.000,00	0,78%	0,14
Total de Despesas da Oferta.....	21.960.828,26	1,28%	0,22
Total de Comissões e Despesas da Oferta.....	90.405.168,58	5,28%	0,92

(1) Com base no Preço por Ação de R\$17,50, que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$15,00 e R\$20,00, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores.

(3) Comissão de Coordenação composta de 20% da remuneração base de 3% aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Colocação composta de 60% da remuneração base de 3% aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Comissão de Garantia Firme composta de 20% da remuneração base de 3% aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Devida exclusivamente aos Coordenadores da Oferta, uma vez que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta.

(6) Corresponde a até 1% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. A Remuneração de Incentivo constitui parte **estritamente** discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta.

(7) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(8) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(9) A efetiva remuneração acertada do assessor financeiro corresponderá a 0,06% incidente sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações efetivamente colocadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar); e (ii) o Preço por Ação.

(10) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

(11) Considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais, mas considerando as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	Valor total⁽¹⁾⁽¹¹⁾	% em relação ao Valor Total da Oferta⁽¹¹⁾	Custo unitário por Ação⁽¹¹⁾
	<i>(R\$)</i>		<i>(R\$)</i>
Comissões da Oferta⁽²⁾			
Comissão de Coordenação ⁽³⁾	11.763.870,09	0,72%	0,13
Comissão de Colocação ⁽⁴⁾	28.874.955,27	1,76%	0,31
Comissão de Garantia Firme ⁽⁵⁾	8.555.542,59	0,52%	0,09
Remuneração de Incentivo ⁽⁶⁾	16.398.122,65	1,00%	0,18
Total de Comissões	65.592.490,60	4,00%	0,70
Despesas da Oferta⁽⁷⁾			
Impostos, Taxa e Outras Retenções.....	7.005.728,11	0,43%	0,07
Taxa de Registro na CVM.....	634.628,72	0,04%	0,01
Taxa de Registro na B3	573.934,29	0,03%	0,01
Taxa de Registro na ANBIMA	68.986,90	0,00%	0,00
Total de Despesas com Taxas da Oferta	8.283.278,02	0,51%	0,09
Despesas com Advogados ⁽⁸⁾	4.000.000,00	0,24%	0,04
Despesas com Auditores Independentes	7.100.000,00	0,43%	0,08
Despesas com Assessor Financeiro ⁽⁹⁾	1.000.000,00	0,06%	0,01
Outras Despesas ⁽¹⁰⁾	1.245.000,00	0,08%	0,01
Total de Outras Despesas da Oferta	13.345.000,00	0,81%	0,14
Total de Despesas da Oferta.....	21.628.278,02	1,32%	0,23
Total de Comissões e Despesas da Oferta.....	87.220.768,62	5,32%	0,93

(1) Com base no Preço por Ação de R\$17,50, que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$15,00 e R\$20,00, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores.

(3) Comissão de Coordenação composta de 20% da remuneração base de 3% aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, sem considerar as Ações Adicionais, mas considerando as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Colocação composta de 60% da remuneração base de 3% aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, sem considerar as Ações Adicionais, mas considerando as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Comissão de Garantia Firme composta de 20% da remuneração base de 3% aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, uma vez que as Ações do Lote Suplementar não são objeto da Garantia Firme de Liquidação; e (ii) o Preço por Ação. Devida exclusivamente aos Coordenadores da Oferta, uma vez que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta.

(6) Corresponde a até 1% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, sem considerar as Ações Adicionais, mas considerando as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. A Remuneração de Incentivo, constitui parte **estritamente** discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta.

(7) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(8) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(9) A efetiva remuneração acertada do assessor financeiro corresponderá a 0,06% incidente sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações efetivamente colocadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar); e (ii) o Preço por Ação.

(10) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

(11) Sem considerar as Ações Adicionais, mas considerando as Ações do Lote Suplementar.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	Valor total⁽¹⁾⁽¹¹⁾	% em relação ao Valor Total da Oferta⁽¹¹⁾	Custo unitário por Ação⁽¹¹⁾
	<i>(R\$)</i>		<i>(R\$)</i>
Comissões da Oferta⁽²⁾			
Comissão de Coordenação ⁽³⁾	13.474.978,55	0,70%	0,12
Comissão de Colocação ⁽⁴⁾	34.008.280,64	1,77%	0,31
Comissão de Garantia Firme ⁽⁵⁾	10.266.651,05	0,53%	0,09
Remuneração de Incentivo ⁽⁶⁾	19.249.970,08	1,00%	0,18
Total de Comissões	76.999.880,32	4,00%	0,70
Despesas da Oferta⁽⁷⁾			
Impostos, Taxa e Outras Retenções.....	8.224.115,61	0,43%	0,07
Taxa de Registro na CVM.....	634.628,72	0,03%	0,01
Taxa de Registro na B3	673.748,95	0,03%	0,01
Taxa de Registro na ANBIMA	80.984,62	0,00%	0,00
Total de Despesas com Taxas da Oferta	9.613.477,90	0,50%	0,09
Despesas com Advogados ⁽⁸⁾	4.000.000,00	0,21%	0,04
Despesas com Auditores Independentes	7.100.000,00	0,37%	0,06
Despesas com Assessor Financeiro ⁽⁹⁾	1.000.000,00	0,05%	0,01
Outras Despesas ⁽¹⁰⁾	1.245.000,00	0,06%	0,01
Total de Outras Despesas da Oferta	13.345.000,00	0,69%	0,12
Total de Despesas da Oferta.....	22.958.477,90	1,19%	0,21
Total de Comissões e Despesas da Oferta.....	99.958.358,22	5,19%	0,91

(1) Com base no Preço por Ação de R\$17,50, que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$15,00 e R\$20,00, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores.

(3) Comissão de Coordenação composta de 20% da remuneração base de 3% aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Colocação composta de 60% da remuneração base de 3% aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Comissão de Garantia Firme composta de 20% da remuneração base de 3% aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar, uma vez que as Ações do Lote Suplementar não são objeto da Garantia Firme de Liquidação; e (ii) o Preço por Ação. Devida exclusivamente aos Coordenadores da Oferta, uma vez que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta.

(6) Corresponde a até 1% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. A Remuneração de Incentivo, constitui parte **estritamente** discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta.

(7) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(8) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(9) A efetiva remuneração acertada do assessor financeiro corresponderá a 0,06% incidente sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações efetivamente colocadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar); e (ii) o Preço por Ação.

(10) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

(11) Considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

Para fins da Instrução CVM 400 e do artigo 3º do Anexo II do Código ANBIMA, não há outra remuneração devida pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores às Instituições Participantes da Oferta ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela remuneração descrita acima e pelos ganhos decorrentes da atividade de estabilização, bem como não existe nenhum outro tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A Companhia arcará com as despesas relacionadas à Oferta, bem como juntamente com os Acionistas Vendedores com as comissões da Oferta, o que impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma.”, na página 91 deste Prospecto.

Estabilização do Preço das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, conduzir atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, por um período de até 30 dias contados da data de início de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.

Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

A partir da divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais” na página 78 deste Prospecto.

Características das Ações

As Ações conferirão a seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos atuais titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no estatuto social da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se incluem os seguintes:

- direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária de emissão da Companhia corresponde a um voto;
- observadas as disposições aplicáveis na Lei das Sociedades por Ações e no estatuto social da Companhia, direito ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas aos acionistas controladores alienantes da Companhia, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado (*tag along*);
- direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações ordinárias de emissão da Companhia no Novo Mercado (salvo hipóteses de dispensa previstas no Regulamento do Novo Mercado), pelo seu valor justo, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada, de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 4º, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações, bem como nos critérios aceitos pela CVM;
- no caso de liquidação da Companhia, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do seu capital social, na proporção da sua participação no capital social, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;

- direito de preferência na subscrição de novas ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição emitidos pela Companhia, na proporção da sua participação no capital social da Companhia, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, e artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações;
- direito integral ao recebimento de dividendos e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias de emissão da Companhia que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do Anúncio de Início, na proporção da sua participação no capital social da Companhia; e
- todos os demais direitos assegurados às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, no estatuto social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja o item “18.1 Direitos das Ações” do Formulário de Referência na página 1561 deste Prospecto.

Plano de Distribuição da Oferta

Os Coordenadores da Oferta, com a expressa anuência da Companhia e dos Acionistas Vendedores, elaborarão um plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas, as relações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta com seus clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, observado que os Coordenadores da Oferta deverão assegurar: (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, (ii) o tratamento justo e equitativo aos investidores, em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400, e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, de exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, assegurando o esclarecimento de eventuais dúvidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder. Nos termos do Ofício Circular SRE nº 01/2020 da CVM, relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores não poderão, em nenhuma hipótese, ser consideradas no plano de distribuição para fins da alocação dos Investidores Não Institucionais.

As Instituições Participantes da Oferta efetuarão a colocação das Ações para (i) Investidores de Varejo, em conformidade com os procedimentos previstos para a Oferta de Varejo, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo; (ii) Investidores Private, em conformidade com os procedimentos previstos para a Oferta Private, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta Private; e (iii) Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional.

Procedimento da Oferta

Após a divulgação do Aviso ao Mercado, bem como sua nova divulgação (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização deste Prospecto, o encerramento do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob categoria “A” pela CVM, a celebração do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição pública das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) em regime de Garantia Firme de Liquidação, a ser prestada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais previstos na página 48 deste Prospecto, em conformidade com o disposto na Instrução CVM 400, e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado, por meio de duas ofertas distintas, quais sejam: (i) uma Oferta Não Institucional, destinada aos Investidores Não Institucionais; e (ii) uma Oferta Institucional, destinada aos Investidores Institucionais.

Conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, sendo possível o cancelamento do pedido de registro da Oferta caso não haja investidores suficientes para subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso não existam Pedidos de Reserva e/ou intenções de investimento para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento, conforme o caso, automaticamente cancelados, e os valores eventualmente depositados serão devolvidos, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da comunicação do cancelamento, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). **Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta.”, na página 86 deste Prospecto.**

Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais” na página 78 deste Prospecto.

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e aos Acionistas Vendedores a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, para a realização de operações destinadas a fomentar a liquidez das ações ordinárias emitidas pela Companhia no mercado secundário. No entanto, não houve e não haverá contratação de formador de mercado no âmbito da Oferta.

Oferta Não Institucional

A Oferta Não Institucional será realizada exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais que realizarem solicitações de reserva antecipada mediante o preenchimento de Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva, ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, em ambos os casos, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo ou os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta Private, conforme o caso.

Os Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo que aqueles Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que não realizarem seus Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva cancelados em caso de excesso de demanda superior a 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados no caso de excesso de demanda superior a 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

No contexto da Oferta Não Institucional e considerando que a Companhia deve envidar melhores esforços para atingir a dispersão acionária, o montante de, no mínimo, 11% e, no máximo, 25% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva, nos termos do artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento abaixo indicado, por meio da (i) Oferta Private, destinada aos Investidores Private; e (ii) Oferta de Varejo, destinada aos Investidores de Varejo.

Os Investidores Não Institucionais deverão realizar a integralização/liquidação das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, de acordo com o procedimento descrito abaixo, conforme o caso. As Instituições Consorciadas somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo Investidor Não Institucional.

Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e da Deliberação da CVM nº 860, de 22 de julho de 2020 (“**Deliberação CVM 860**”), o Pedido de Reserva será o documento de aceitação por meio do qual o Investidor Não Institucional aceitará participar da Oferta, subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações que vierem a ser a ele alocadas. Dessa forma, a subscrição/aquisição das Ações será formalizada por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição e de contrato de compra e venda.

Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização de Pedido de Reserva que (i) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente no que se refere aos procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes no Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, em especial as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” do Prospecto Preliminar, bem como a seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá (a) a abertura ou atualização de conta e/ou cadastro; e/ou (b) a manutenção de recursos em conta corrente nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada; e (iv) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada.

Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

Oferta Private

O montante de, no mínimo, 1% e, no máximo, 15% das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) será, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, destinado à colocação pública para Investidores Private, conforme disposto a seguir:

- (i) o montante de, no mínimo, 0,8% das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para Investidores Private Com *Lock-up* (“**Oferta Private Com Lock-up**”), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores Private Com *Lock-up* (a) de até 0,8% do total de Ações ofertado no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a 0,8% do total de Ações ofertado no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a alocação do montante total das Ações destinadas no âmbito da Oferta Private Com *Lock-up* será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Acionistas Vendedores, observado que, nesse caso, haverá Rateio da Oferta Private Com *Lock-up* (conforme definido abaixo); e/ou
- (ii) o montante de, no mínimo, 0,2% das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para Investidores Private Sem *Lock-up* (“**Oferta Private Sem Lock-up**”), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores Private Sem *Lock-up* (a) de até 0,2% do total de Ações ofertado no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a 0,2% do total de Ações ofertado no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a alocação do montante total das Ações destinadas no âmbito da Oferta Private Sem *Lock-up* será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Acionistas Vendedores, observado que, neste caso, haverá Rateio da Oferta Private Sem *Lock-up* (conforme definido abaixo).

A Oferta Private será realizada exclusivamente junto a Investidores Private que realizarem Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva, ou, no caso de Investidores Private que sejam Pessoas Vinculadas, durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta Private, observado o disposto neste item.

Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados pelos Investidores Private de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (a), (c) e (e) abaixo e nas seções “Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta”, “Suspensão ou Cancelamento da Oferta” e “Violações de Normas de Conduta” nas páginas 70, 71 e 74, respectivamente, deste Prospecto, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

- (a) durante o Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme aplicável, cada um dos Investidores Private interessados em participar da Oferta Private deverá realizar a reserva de Ações, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, nos termos da Deliberação CVM 476, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta Private, sendo que tais Investidores Private poderão estipular, no Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no artigo 45, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor Private estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, sendo os valores eventualmente depositados devolvidos, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da divulgação do Anúncio de Início, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);
- (b) os Investidores Private que tenham interesse em participar diretamente da Oferta Private Com *Lock-up* deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta Private, sob pena de serem considerados Investidores Private Sem *Lock-up* e não participarem da Oferta Private Com *Lock-up*;
- (c) **os Investidores Private deverão indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua qualidade ou não de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela respectiva Instituição Consorciada.** Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será vedada a colocação de Ações junto a Investidores Private que sejam Pessoas Vinculadas, com exceção daqueles que tenham realizado Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, e os valores depositados devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva;

- (d) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas/adquiridas e o respectivo valor do investimento dos Investidores Private serão informados a cada Investidor Private até às 12:00 horas do dia útil imediatamente seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sendo o pagamento a ser feito de acordo com a alínea (e) abaixo limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de Rateio da Oferta Private;
- (e) cada Investidor Private deverá efetuar o pagamento do valor indicado na alínea (d) acima junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, até às 10:30 horas da Data de Liquidação ou outro horário a ser especificado pela Instituição Participante da Oferta. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor Private e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Instituição Consorciada;
- (f) até às 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor de Varejo o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, desde que efetuado o pagamento previsto acima, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nas alíneas (a), (c) e (e) acima e nas seções “Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta”, “Suspensão ou Cancelamento da Oferta” e “Violações de Normas de Conduta” nas páginas 70, 71 e 74, respectivamente, deste Prospecto e a possibilidade de Rateio da Oferta Private prevista na alínea (h) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações, desprezando-se a referida fração;
- (g) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Com *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinado à Oferta Private Com *Lock-up*, não haverá Rateio da Oferta Private Com *Lock-up* (conforme definido abaixo), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Com *Lock-up*, de modo que as Ações destinadas à Oferta Private Com *Lock-up* remanescentes, se houver, poderão ser destinadas à Oferta Institucional; ou (ii) exceda o montante de Ações destinadas à Oferta Private Com *Lock-up*, será realizado rateio entre os respectivos Investidores Private Com *Lock-up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações (“**Rateio da Oferta Private Com Lock-up**”);
- (h) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Sem *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinado à Oferta Private Sem *Lock-up*, não haverá Rateio da Oferta Private Sem *Lock-up* (conforme definido abaixo), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Sem *Lock-up*, de modo que as Ações destinadas à Oferta Private Sem *Lock-up* remanescentes, se houver, poderão ser destinadas à Oferta Institucional; ou (ii) exceda o montante de Ações destinadas à Oferta Private Sem *Lock-up*, será realizado rateio entre os respectivos Investidores Private Sem *Lock-up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações (“**Rateio da Oferta Private Sem Lock-up**” e, em conjunto com o Rateio Oferta Private Com *Lock-up*, “**Rateio da Oferta Private**”); e

- (i) caso haja Rateio da Oferta Private, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados da Data de Liquidação.

Lock-up da Oferta Private. Os Investidores Private Com *Lock-up* que indicarem no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta Private e subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Oferta Private Com *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 50 (cinquenta) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações (“*Lock-up* da Oferta Private”). Dessa forma, como condição para a participação na Oferta Private Com *Lock-up*, cada Investidor Private Com *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta Private. Não obstante o *Lock-up* da Oferta Private, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta Private Com *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta Private que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores Private por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta Private e tendo em vista a impossibilidade de oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título tais Ações, referidas restrições poderão causar-lhes perdas. Para maiores informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores Private e os Investidores de Varejo que se comprometerem a observar o *Lock-up* da Oferta Private e o *Lock-up* da Oferta de Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações” na página 87 deste Prospecto.

Oferta de Varejo

O montante de, no mínimo, 10% e, no máximo, 24% das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo, conforme disposto a seguir:

- (i) o montante de, no mínimo, 8% das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Com *Lock-up* (“**Oferta de Varejo Com *Lock-up***”), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo Com *Lock-up* (a) de até 8% do total de Ações ofertado no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a 8% do total de Ações ofertado no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a alocação será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, nesse caso, poderá haver Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up*; e

- (ii) o montante, no mínimo, 2% das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Sem *Lock-up* (“**Oferta de Varejo Sem Lock-up**” e, em conjunto com a Oferta de Varejo Com *Lock-up*, a “**Oferta de Varejo**”), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo Sem *Lock-up* (a) de até 2% do total de Ações ofertado no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a 2% do total de Ações ofertado no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a alocação será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*.

A Oferta de Varejo será realizada exclusivamente junto a Investidores de Varejo que realizarem Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva, ou, no caso de Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, observado o disposto neste item.

Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados pelos Investidores Não Institucionais de maneira irrevogável e irretroatável, exceto pelo disposto nas alíneas (a), (c) e (e) abaixo e nas seções “Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta”, “Suspensão ou Cancelamento da Oferta” e “Violações de Normas de Conduta” nas páginas 70, 71 e 74, respectivamente, deste Prospecto, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

- (a) durante o Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme aplicável, cada um dos Investidores de Varejo interessados em participar da Oferta de Varejo deverá realizar a reserva de Ações, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, nos termos da Deliberação CVM 476, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, sendo que tais Investidores de Varejo poderão estipular, no Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no artigo 45, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor de Varejo estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, sendo os valores eventualmente depositados devolvidos, no prazo máximo de 3 dias úteis contados de divulgação do Anúncio de Início, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada).;
- (b) os Investidores de Varejo que tenham interesse em participar da Oferta de Varejo Com *Lock-up* deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo, sob pena de serem considerados Investidores de Varejo Sem *Lock-up* e não participarem da Oferta de Varejo Com *Lock-up*.

- (c) **os Investidores de Varejo deverão indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua qualidade ou não de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela respectiva Instituição Consorciada.** Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será vedada a colocação de Ações junto a Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, com exceção daqueles que tenham realizado Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, e os valores depositados devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva;
- (d) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas/adquiridas e o respectivo valor do investimento dos Investidores de Varejo, serão informados a cada Investidor de Varejo até às 12:00 horas do dia útil imediatamente seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sendo o pagamento a ser feito de acordo com a alínea (e) abaixo limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de Rateio da Oferta de Varejo;
- (e) cada Investidor de Varejo deverá efetuar o pagamento do valor indicado na alínea (d) acima junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, até as 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor de Varejo e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Instituição Consorciada;
- (f) até as 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor de Varejo o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, desde que efetuado o pagamento previsto acima, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nas alíneas (a), (c) e (e) acima e nas seções “Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta”, “Suspensão ou Cancelamento da Oferta” e “Violações de Normas de Conduta” nas páginas 70, 71 e 74, respectivamente, deste Prospecto e a possibilidade de rateio prevista na alínea (h) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações, desprezando-se a referida fração;
- (g) caso o total das Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Com *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinado à Oferta de Varejo Com *Lock-up*, não haverá Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up* (conforme definido abaixo), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Com *Lock-up*, de modo que as Ações destinadas à Oferta de Varejo Com *Lock-up* remanescentes, se houver, poderão ser destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up*; ou (ii) exceda o montante de Ações destinadas à Oferta de Varejo Com *Lock-up*, será realizado rateio entre os respectivos Investidores de Varejo Com *Lock-up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações (“**Rateio da Oferta de Varejo Com Lock-up**”);

- (h) caso o total de Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (após a Oferta de Varejo Com *Lock-up*) objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinado à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (após a Oferta de Varejo Com *Lock-up*), não haverá Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (conforme definido abaixo), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, de modo que as Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* remanescentes, se houver, poderão ser destinadas à Oferta Institucional; ou (ii) exceda o montante de Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (após a Oferta de Varejo Com *Lock-up*), será realizado rateio entre os respectivos Investidores de Varejo Sem *Lock-up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações (“**Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up***” e, em conjunto com o Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up*, “**Rateio da Oferta de Varejo**”); e
- (i) caso haja Rateio da Oferta de Varejo, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados da Data de Liquidação.

Lock-up da Oferta de Varejo. Os Investidores de Varejo Com *Lock-up* que indicarem no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo e subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 40 (quarenta) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações (“*Lock-up* da Oferta de Varejo”). Dessa forma, como condição para a participação na Oferta de Varejo Com *Lock-up*, cada Investidor de Varejo Com *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores de Varejo por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta de Varejo aplicável e tendo em vista a impossibilidade das Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta Private serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores Private e os Investidores de Varejo que se comprometerem a observar o *Lock-up* da Oferta Private e o *Lock-up* da Oferta de Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações”, na página 87 deste Prospecto.

Para as hipóteses de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, vide seções “Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta”, “Suspensão ou Cancelamento da Oferta” e “Violações de Normas de Conduta” nas páginas 70, 71 e 74, respectivamente, deste Prospecto.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos da Oferta de Varejo, as Ações remanescentes que não forem colocadas na Oferta de Varejo, serão destinadas à colocação junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e não sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, melhor atendam ao objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até as 16:00 horas do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sobre a quantidade de Ações que cada um deverá subscrever/adquirir e o Preço por Ação. A entrega das Ações deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante a integralização/liquidação à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocada ao respectivo Investidor Institucional, em conformidade com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição. Os Investidores Estrangeiros deverão realizar a subscrição/aquisição das Ações por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou CVM.

Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e da Deliberação CVM 860, o termo de aceitação da Oferta será o documento de aceitação por meio do qual o Investidor Institucional aceitará participar da Oferta, subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações que vierem a ser a ele alocadas. Dessa forma, a subscrição/aquisição das Ações será formalizada por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição e de contrato de compra e venda.

As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente inscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Resolução CVM 13, ou na Lei 4.131.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderão requerer que a CVM autorize a modificação ou a revogação da Oferta caso ocorram alterações posteriores, relevantes e inesperadas nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta ou que o fundamento, que resultem em um aumento relevante nos riscos assumidos pela Companhia e inerentes à própria Oferta.

Além disso, caso (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos investidores, ou as suas decisões de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400; e/ou (iv) o Preço por Ação seja inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa, e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º, do Anexo II, do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício Circular SRE nº 01/2020 da CVM (“**Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa**”), os Investidores Não Institucionais poderão desistir dos respectivos Pedidos de Reserva, sem quaisquer ônus, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido seus respectivos Pedidos de Reserva (por meio de mensagem eletrônica, fac-símile ou correspondência enviada ao endereço da Instituição Consorciada) (a) até as 12:00 horas do 5º dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso do item (i) acima; (b) até as 14:00 horas do 5º dia útil subsequente à data em que o investidor for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada sobre a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos dos itens (ii) e (iii) acima; e (c) até as 14:00 horas do 5º dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Retificação ou à data de recebimento, pelo investidor, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca do Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, no caso do item (iv) acima.

Adicionalmente, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderão modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no artigo 25, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400.

Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o encerramento do Prazo de Distribuição poderá ser adiado em até 90 dias. Se a Oferta for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes.

A revogação, suspensão, cancelamento ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação.

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta ou em caso de Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, as Instituições Participantes da Oferta deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Participante da Oferta deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Participante da Oferta a respeito da modificação efetuada.

Para mais informações, veja seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Como resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, o Preço por Ação poderá ser fixado abaixo da Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva”, na página 86 deste Prospecto.

Após a divulgação do Anúncio de Retificação, os Coordenadores da Oferta só aceitarão intenções no Procedimento de *Bookbuilding* e as Instituições Consorciadas só aceitarão Pedidos de Reserva daqueles investidores que estejam cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados 5 dias úteis do recebimento da comunicação, não revogarem expressamente suas intenções no Procedimento de *Bookbuilding* ou seus Pedidos de Reserva. Nesta hipótese, os Coordenadores da Oferta e/ou as Instituições Consorciadas presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

Suspensão ou Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis.

O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro. Ademais, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até às 16:00 horas do 5º dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de 3 dias úteis, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada).

Prazo de Distribuição

A data de início da Oferta será divulgada mediante divulgação do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em 11 de março de 2021, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400. O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até 6 meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro (“**Prazo de Distribuição**”).

O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante divulgação do Anúncio de Encerramento, com data limite para ocorrer em 06 de setembro de 2021, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Liquidação

A liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) deverá ser realizada dentro do prazo de até 2 dias úteis contado da data de divulgação do Anúncio de Início (“**Data de Liquidação**”), de acordo com o disposto no Contrato de Distribuição. A liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, ocorrerá dentro do prazo de até 2 dias úteis contado da data de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar (“**Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar**”).

As Ações, as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, conforme o caso, serão entregues aos respectivos investidores até as 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme o caso. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Resolução CVM 13, ou na Lei 4.131.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

A garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta consiste na obrigação individual e não solidária de integralização/liquidação pelos Coordenadores da Oferta, na Data de Liquidação, da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que não forem integralizadas/liquidadas pelos investidores que as subscreverem/adquirirem na Oferta, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição (“**Garantia Firme de Liquidação**”).

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não tenham sido totalmente integralizadas/liquidadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, realizará, de forma individual e não solidária, a integralização/liquidação, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, multiplicado pelo Preço por Ação, nos termos do Contrato de Distribuição e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente integralizadas/liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação, nos termos do Contrato de Distribuição. A Garantia Firme de Liquidação passará a ser vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado e cumpridas as condições suspensivas previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Distribuição Internacional, deferido o registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria “A” pela CVM, deferidos os registros da Oferta pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo, sendo eficaz a partir do momento em que forem cumpridas as condições suspensivas previstas no Contrato de Distribuição.

Para fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação estabelecido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*, sendo certo que o disposto nesse parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades previstas no Contrato de Estabilização, conforme disposto na seção “Informações Sobre a Oferta – Estabilização do Preço das Ações” na página 58 deste Prospecto.

Segue abaixo relação das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) objeto de Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta:

Coordenadores da Oferta	Quantidade de Ações	Percentual (%)
Coordenador Líder	39.111.052,00	40,00%
J.P. Morgan	24.444.407,00	25,00%
UBS BB	13.199.980,00	13,50%
XP	13.199.980,00	13,50%
Banco ABC.....	7.822.210,00	8,00%
Total.....	97.777.629,00	100,00

A proporção prevista acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição Internacional

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem a colocação das Ações, bem como de suas respectivas garantias firme estarão sujeitas a determinadas condições, não limitada (i) a entrega de opiniões legais e cartas negativas de conforto (*negative comfort letter*) pelos assessores jurídicos da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional; e (ii) a assinatura de compromissos de restrição à negociação de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia. De acordo com o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional, a Companhia e os Acionistas Vendedores obrigam-se a indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são obrigados, nos termos do Contrato de Distribuição Internacional, a indenizar os Agentes de Colocação Internacional na ocasião de perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Distribuição Internacional determina ainda que a inobservância às leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, pode resultar em eventuais potenciais procedimentos judiciais. A condenação em um procedimento judicial no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda* poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia e em seus negócios. Para informações sobre os riscos relacionados ao Contrato de Distribuição Internacional, veja a seção “*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de venda no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil, com esforços de venda no exterior*”, na página 87 deste Prospecto.

Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços indicados na seção “*Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais*” na página 78 deste Prospecto.

Violações de Normas de Conduta

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400 e no Código ANBIMA, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis, (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, sendo cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária e, ainda, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), (ii) arcará integralmente com quaisquer custos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Consorciada, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento dos Pedidos de Reserva, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores; (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ter suspenso, por um período de 6 meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. A Instituição Consorciada a que se refere esta seção deverá informar imediatamente o referido cancelamento aos investidores de quem tenha recebido Pedidos de Reserva. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem suas intenções de investimento e/ou Pedidos de Reserva cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

Listagem e Negociação das Ações na B3

A Companhia, voluntariamente, solicitou à B3 adesão ao segmento de listagem do Novo Mercado, segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e de divulgação de informações ao mercado mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, condicionada à realização da Oferta.

As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código "AGXY3". A adesão ao Novo Mercado está sujeita à conclusão da Oferta.

A Companhia celebrará, até a data de divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Participação no Novo Mercado com a B3, por meio do qual a Companhia deverá aderir às práticas diferenciadas de governança corporativa do Novo Mercado, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início. As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado estão descritas de forma resumida no item "17.5 – Outras informações relevantes" do Formulário de Referência na página 1560 deste Prospecto.

Para mais informações sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma das Instituições Participantes da Oferta.

Recomenda-se a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações, em especial a seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência na página 1225 deste Prospecto, e o item “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, a partir da página 82 deste Prospecto Preliminar.

Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*)

A Companhia, os Acionistas Vendedores, e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo período de 180 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a não efetuar, direta ou indiretamente, quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia (“**Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up***”), sujeito a determinadas exceções: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iii).

As vedações listadas acima não se aplicarão nas hipóteses de: (i) doações de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário comprometa-se com os Coordenadores da Oferta por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; (ii) transferências a um *trust* em benefício direto ou indireto do próprio signatário do instrumento de *lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo, desde que, antes de tal transferência, o *trust* comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; (iii) transferências a quaisquer coligadas (sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico) conforme definidas na Regra 405 do *Securities Act*, conforme alterada, dos signatários do instrumento de *lock-up*, desde que, antes de tal transferência, o respectivo destinatário comprometa-se com os Coordenadores da Oferta por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; e (iv) transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do instrumento de *lock-up* para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta, de um determinado número de ações para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Distribuição e do Contrato de Estabilização.

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia. **Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda, de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive pelos acionistas controladores, após a conclusão da Oferta e/ou após o período de *Lock-up*, poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia”, na página 84 deste Prospecto.**

Instituição Financeira Escrituradora das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração das ações ordinárias de emissão da Companhia é a Itaú Corretora de Valores S.A.

Cronograma Tentativo da Oferta

Segue, abaixo, um cronograma tentativo indicativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir da data de protocolo dos pedidos de registros da Oferta junto à CVM:

#	Eventos	Data ⁽¹⁾
1.	Protocolo dos pedidos de registro da Oferta junto à CVM	31 de dezembro de 2020
	Divulgação do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas)	
2.	Disponibilização deste Prospecto Início das apresentações para potenciais investidores (<i>roadshow</i>) Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	18 de fevereiro de 2021
	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas)	
3.	Início do Período de Reserva Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	25 de fevereiro de 2021
4.	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	26 de fevereiro de 2021
5.	Encerramento do Período de Reserva	09 de março de 2021
	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (<i>roadshow</i>) Encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> Fixação do Preço por Ação	
6.	Aprovação do Preço por Ação pela Companhia, pelo Agrofundo Brasil III, pelo Agrofundo Brasil IV e pelo Agrofundo Brasil V Assinatura do Contrato de Distribuição, do Contrato de Distribuição Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta Início do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	10 de março de 2021
	Concessão dos registros da Oferta pela CVM	
7.	Divulgação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	11 de março de 2021
8.	Início de negociação das Ações no segmento do Novo Mercado da B3	12 de março de 2021
9.	Data de Liquidação	15 de março de 2021
10.	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	12 de abril de 2021
11.	Data limite para a liquidação das Ações do Lote Suplementar	14 de abril de 2021
12.	Término do <i>Lock-up</i> da Oferta Varejo	20 de abril de 2021
13.	Término do <i>Lock-up</i> da Oferta Private	30 de abril de 2021
14.	Data limite para a divulgação do Anúncio de Encerramento	06 de setembro de 2021

⁽¹⁾ Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Será admitido o recebimento de reservas a partir da nova divulgação do Aviso ao Mercado (com o logotipo das Instituições Consorciadas), para subscrição/aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado, nos termos da Instrução CVM 400. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de anúncio divulgado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes da seção “Informações sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 77 deste Prospecto, mesmos meios utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início.

Para informações sobre os prazos, termos, condições e forma para devolução e reembolso dos valores dados em contrapartida às Ações, nos casos de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, consulte este Prospecto. Para informações sobre os prazos, condições e preço de revenda no caso de alienação das Ações integralizadas/liquidadas pelos Coordenadores da Oferta, em decorrência do exercício da Garantia Firme de Liquidação, nos termos descritos no Contrato de Distribuição, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação” na página 72 deste Prospecto.

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data em que este Prospecto for disponibilizado e a data em que for determinado o Preço por Ação, inclusive.

Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta

O AVISO AO MERCADO, BEM COMO SUA NOVA DISPONIBILIZAÇÃO (COM O LOGOTIPO DAS INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS), O ANÚNCIO DE INÍCIO, O ANÚNCIO DE ENCERRAMENTO, EVENTUAIS ANÚNCIOS DE RETIFICAÇÃO, BEM COMO TODO E QUALQUER AVISO OU COMUNICADO RELATIVO À OFERTA SERÃO DISPONIBILIZADOS, ATÉ O ENCERRAMENTO DA OFERTA, EXCLUSIVAMENTE NAS PÁGINAS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES DA COMPANHIA, DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA, DA CVM E DA B3, NOS ENDEREÇOS ELETRÔNICOS INDICADOS ABAIXO.

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de divulgar o Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com logotipos das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, uma vez que os Acionistas Vendedores não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.

Companhia

<http://ri.agrogalaxy.com.br> (neste *website*, selecionar “Documentos da Oferta Pública” dentro da seção de Informações aos Acionistas e, em seguida, acessar o respectivo anúncio, aviso ou comunicado da Oferta).

Coordenadores da Oferta

Banco Itaú BBA S.A.

<http://www.itaubba.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/> (neste *website*, clicar em “AgroGalaxy Participações S.A.” e, posteriormente, em “2021” e, em seguida, em “Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)” e, por fim, no respectivo anúncio, aviso ou comunicado da Oferta).

Banco J.P. Morgan S.A.

<https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures/prospectos/agrogalaxy> (neste *website*, clicar no respectivo anúncio, aviso ou comunicado da Oferta).

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

https://www.ubs.com/br/pt/ubs_corretora/ofertas-publicas.html (neste *website*, em “Ofertas Públicas”, identificar “AgroGalaxy Participações S.A.” e selecionar o *link* específico do “Prospecto Preliminar”).

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

www.xpi.com.br (neste *website*, clicar em “Investimentos”, depois clicar em “Oferta Pública”, em seguida clicar em “Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da AgroGalaxy Participações S.A.” e, então, clicar no título específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

Banco ABC Brasil S.A.

<https://www.abcbrasil.com.br/abc-corporate/investment-banking/mercado-de-capitais-ecm/> (neste website, localizar "AgroGalaxy Participações S.A." e, em seguida, clicar no documento correspondente.).

Instituições Consorciadas**Comissão de Valores Mobiliários**

www.cvm.gov.br (neste *website* acessar "Central de Sistemas", na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na tabela de "Primárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Primárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R\$", acessar o link referente ao "AgroGalaxy Participações S.A.", no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão

http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ (neste *website* acessar "Ofertas em andamento", clicar em "Empresas", depois clicar em "AgroGalaxy Participações S.A.", link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

Informações Adicionais

Mais informações sobre a Oferta e sobre o procedimento de reserva das Ações poderão ser obtidas junto aos Coordenadores da Oferta, nos endereços e telefones abaixo mencionados e, no caso de Investidores Não Institucionais, também junto às Instituições Consorciadas.

É recomendada aos investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência em especial as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", nas páginas 18 e 82, respectivamente, deste Prospecto, bem como a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, na página 1225 deste Prospecto, antes da tomada de qualquer decisão de investimento.

Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto, ao Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar os seguintes endereços e páginas da rede mundial de computadores da Companhia, dos Coordenadores da Oferta, da CVM e/ou da B3.

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de divulgar este Prospecto, uma vez que não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.

Companhia**AgroGalaxy Participações S.A.**

Avenida Cidade Jardim, nº 803, 6º andar, Conjunto 62, Sala 3B

CEP 01453-000, São Paulo, SP

At.: Sr. José Maurício Mora Puliti

Tel.: +55 (11) 95579-9254

<http://ri.agrogalaxy.com.br> (neste *website*, selecionar "Documentos da Oferta Pública" dentro da seção de Informações aos Acionistas e, em seguida, acessar o "Prospecto Preliminar").

Coordenadores da Oferta

Banco Itaú BBA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º 3º (parte), 4º e 5º andares

04538-132, São Paulo, SP

At.: Sra. Renata Dominguez

Tel.: +55 (11) 3708-8000

<http://www.itaubba.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/> (neste *website*, clicar em “AgroGalaxy Participações S.A.” e, posteriormente, em “2021” e, em seguida, em “Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)” e, por fim, em “Prospecto Preliminar”).

Banco J.P. Morgan S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, 6º (parte), 10º (parte), 11º, 12º (parte), 13º (parte), 14º e 15º andares

04538-905, São Paulo, SP

At.: Sr. Marcelo Porto

Tel.: +55 (11) 4950-3700

<https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures/prospectos/agrogalaxy> (neste *website*, clicar em “Prospecto Preliminar”).

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4440, 4º andar

CEP 04538-132, São Paulo, SP

At.: Sr. Anderson Brito

Tel.: +55 (11) 2767-6506

https://www.ubs.com/br/pt/ubs_corretora/ofertas-publicas.html (neste *website*, em “Ofertas Públicas”, identificar “AgroGalaxy Participações S.A.” e selecionar o *link* específico do “Prospecto Preliminar”).

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Av. Chedid Jafet, nº 75, Torre Sul, 30º andar

04551-065, São Paulo, SP

At.: Sr. Vitor Saraiva

Tel.: +55 (11) 4871-4277

www.xpi.com.br (neste *website*, clicar em “Investimentos”, depois clicar em “Oferta Pública”, em seguida clicar em “Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da AgroGalaxy Participações S.A.” e, então, clicar no título específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

Banco ABC Brasil S.A.

Av. Cidade Jardim, nº 803, 2º andar

CEP 01453-000, São Paulo, SP

At.: Sr. Bruno Bilate Sbrano

Tel.: +55 (11) 3170-2000

<https://www.abcbrasil.com.br/abc-corporate/investment-banking/mercado-de-capitais-ecm/> (neste *website*, localizar “AgroGalaxy Participações S.A.” e, em seguida, clicar no documento correspondente.).

Instituições Consorciadas

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (<http://www.b3.com.br/>).

O Aviso ao Mercado foi intencionalmente divulgado sem a indicação das Instituições Consorciadas e será novamente divulgado em 25 de fevereiro de 2021, dia de início do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, com a indicação das Instituições Consorciadas que aderiram à Oferta. A partir de tal data, informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas poderão ser obtidas na página da rede mundial de computadores da B3.

Este Prospecto também estará disponível nos seguintes endereços e *websites*: (i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, 111, 5º andar, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br – neste *website* acessar “Central de Sistemas” na página inicial, acessar “Ofertas Públicas”, em seguida, na tabela de “Primárias”, clicar no item “Ações”, depois, na página referente a “Ofertas Primárias em Análise”, na tabela “Oferta Inicial (IPO) – Volume em R\$”, acessar o link referente ao “AgroGalaxy Participações S.A.” e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Preliminar disponível); e (ii) **B3** (http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/sobre-ofertas-publicas/ – neste *website* acessar “Ofertas em andamento”, clicar em “Empresas”, depois clicar em “AgroGalaxy Participações S.A.”, posteriormente acessar “Prospecto Preliminar”).

Este Prospecto não constitui uma oferta de venda das Ações nos Estados Unidos ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, sem que haja registro ou isenção de registro nos termos da Regra 144A do *Securities Act*. Exceto pelos registros da Oferta pela CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia, os Acionistas Vendedores e a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta recomendam que os investidores baseiem suas decisões de investimento nas informações constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência. Para mais informações, veja seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta”, na página 90 deste Prospecto.

Os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados nos Pedidos de Reserva, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta, bem como as informações constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência, especialmente as seções que tratam sobre os riscos aos quais a Companhia está exposta.

LEIA ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES “SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA” E “FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES”, NAS PÁGINAS 39 E 82, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO “4. FATORES DE RISCO” DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA NA PÁGINA 1225 DESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.

Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e dos riscos inerentes ao investimento em ações, bem como aos riscos associados aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao seu perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em ações representa um investimento de risco, uma vez que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor da economia em que esta atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais.

“Os registros da Oferta não implicam, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Companhia, bem como sobre as Ações a serem distribuídas.”

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” na página 18 deste Prospecto e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, na página 1225 deste Prospecto, e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto, a partir da página 651.

As atividades da Companhia, sua situação financeira, seus resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros podem ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou a totalidade de seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia acredita que poderão lhe afetar e afetar os titulares de ações ordinárias de sua emissão de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores, ou que atualmente a Companhia considere irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, exceto se indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá “um efeito adverso para a Companhia” ou lhe “afetará adversamente” ou o uso de expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado de ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” na página 18 deste Prospecto, e a seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, na página 1225 deste Prospecto.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.

Surto de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como do atual coronavírus (“COVID-19”), o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia decorrente do COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto do COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo das localidades em que possuímos lojas franqueadas, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de parques, shoppings e demais espaços públicos.

As medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto do COVID-19 tiveram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando oito paralisações (circuit-breakers) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3, foi adversamente afetada em razão do surto do COVID-19. Qualquer novo surto de doença que afete o comportamento das pessoas, como a COVID-19, pode ter impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

A Companhia não consegue garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. Além disso, caso tais surtos aconteçam, a Companhia não consegue garantir que será capaz de tomar as providências necessárias para impedir um impacto negativo em seus negócios de dimensão igual ou até superior ao impacto provocado pela pandemia do COVID-19.

Um mercado ativo e líquido para as Ações poderá não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos. Desta forma, fatores que possam ter impactos econômicos nos mercados internacionais podem trazer impactos ainda mais profundos no mercado brasileiro de valores mobiliários.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que pode ter efeito substancialmente adverso na liquidez e, conseqüentemente, no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia pode ser negativamente impactado.

A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive pelos acionistas controladores, após a conclusão da Oferta e/ou após o período de Lock-up pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Administradores] celebrarão acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia (*Lock-up*), por meio dos quais se comprometerão a, sujeitos tão somente às exceções previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Distribuição Internacional, durante o período de 180 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Após tais restrições terem se extinguido, as ações ordinárias de emissão da Companhia estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Para informações adicionais, ver a seção “Informações Sobre a Oferta – Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up*)” na página 75 deste Prospecto.

Eventual descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o conseqüente cancelamento de todos os Pedidos de Reserva feitos perante tais Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400 e no Código ANBIMA, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, a(s) Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). Para maiores informações, ver a seção “Informações Sobre a Oferta – Violações de Norma de Conduta” na página 74 deste Prospecto.

A Companhia poderá precisar de capital adicional no futuro, a ser obtido por meio da emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, o que pode resultar na diluição da participação dos detentores das ações ordinárias de sua emissão e afetar o preço das Ações.

A Companhia poderá precisar de recursos adicionais no futuro e optar por obtê-los no mercado de capitais, por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos adicionais, desde que devidamente aprovada, por meio de distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, inclusive em oferta públicas com esforços restritos, poderá ser realizada com exclusão do direito de preferência de seus acionistas, de acordo com as disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, e acarretar na diluição da participação acionária de seus acionistas no capital social da Companhia, bem como diminuir o preço de mercado de suas ações, sendo que o grau de diluição econômica dependerá do preço e da quantidade dos valores mobiliários emitidos.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

O Preço por Ação será fixado com base no resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em até 20% da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de Bookbuilding e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

A critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais no mínimo, 11% e, no máximo, 25% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). No entanto, os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação, de forma que estarão sujeitos ao Preço por Ação definido exclusivamente por Investidores Institucionais, os quais representam, no mínimo, 75% da alocação da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

Adicionalmente, poderá ocorrer a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, em até 20% da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), o que poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação.

A depender do Preço por Ação a ser definido pelos Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, poderá ocorrer um Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, hipótese em que os Investidores Não Institucionais poderão desistir dos respectivos Pedidos de Reserva. Ademais, os Investidores Não Institucionais que tenham estipulado um preço máximo por Ação inferior ao Preço por Ação que venha a ser definido pelos Investidores Institucionais no Procedimento de *Bookbuilding*, terão seus Pedidos de Reserva automaticamente cancelados.

Tais desistências e cancelamentos poderão reduzir a capacidade da Companhia de alcançar pulverização na distribuição das Ações no âmbito da Oferta, bem como a capacidade das Instituições Participantes da Oferta de executar o plano de distribuição das Ações.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, caso as Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) não sejam integralmente subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimentos automaticamente cancelados. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Suspensão ou Cancelamento da Oferta” na página 71 deste Prospecto.

Como resultado do Procedimento de Bookbuilding, o Preço por Ação poderá ser fixado abaixo da Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva.

Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% do valor máximo da Faixa Indicativa, os Investidores Não Institucionais poderão desistir de seu Pedido de Reserva, o que poderá resultar em uma menor dispersão acionária do capital social da Companhia do que aquela inicialmente esperada.

Ademais, a fixação do Preço por Ação em valor abaixo da Faixa Indicativa poderá resultar em captação de recursos líquidos em montante consideravelmente menor do que o inicialmente projetado para as finalidades descritas na seção “Destinação dos Recursos”, na página 114 deste Prospecto, e afetar a capacidade da Companhia de executar o plano de negócios da Companhia, o que poderá ter impactos no crescimento e nos resultados das operações da Companhia.

Investidores que subscreverem/adquirirem Ações poderão sofrer diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.

O Preço por Ação poderá ser fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que subscreverem/adquirirem Ações por meio da Oferta poderão receber um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao subscrever/adquirir as Ações na Oferta.

A Companhia poderá, ainda, no futuro, ser obrigada a buscar recursos adicionais nos mercados financeiro e de capitais brasileiro, os quais podem não estar disponíveis ou podem estar disponíveis em condições que sejam desfavoráveis ou desvantajosas à Companhia. A Companhia poderá, ainda, recorrer a ofertas públicas ou privadas de ações ordinárias de emissão da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confirmam um direito de subscrever ou receber ações ordinárias de emissão da Companhia. Qualquer captação de recursos por meio de ofertas públicas ou privadas de ações ordinárias de emissão da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confirmam um direito de subscrever ou receber ações ordinárias de emissão da Companhia pode ser realizada com exclusão do direito de preferência dos então acionistas da Companhia e/ou alterar o valor das Ações da Companhia, o que pode resultar na diluição da participação dos investidores.

Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção “Diluição”, na página 120 deste Prospecto.

Os Investidores Private e os Investidores de Varejo que se comprometerem a observar o Lock-up da Oferta Private e o Lock-up da Oferta de Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações.

Os Investidores Private e os Investidores de Varejo devem se comprometer, observadas as exceções previstas nos demais documentos da Oferta, conforme aplicável, durante o período de 70 e 45 dias, respectivamente, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Desta forma, caso o preço de mercado das ações venha a cair e/ou os Investidores de Varejo e/ou os Investidores Private por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta de Varejo e/ou período de *Lock-up* da Oferta Private aplicáveis e tendo em vista a impossibilidade das ações da Oferta de Varejo e das ações da Oferta Private serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, durante referidos períodos, tais restrições poderão causar-lhes perdas.

A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreenderá a distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações no exterior, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros. Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são parte do Contrato de Distribuição Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Distribuição Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e os Acionistas Vendedores os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

A Companhia e os Acionistas Vendedores também prestam diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia no âmbito dos instrumentos acima indicados e, em cada um dos casos indicados acima, eventuais procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, poderá envolver valores elevados e afetar negativamente a Companhia.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, podem afetar adversamente a economia e o mercado de capitais brasileiro, inclusive os negócios da Companhia e o preço de mercado de seus valores mobiliários.

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado pelas condições econômicas e de mercado do Brasil e, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países da América Latina, Ásia, Estados Unidos, Europa e outros. Ainda que as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises no Brasil e nesses países podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários emitidos pelas companhias brasileiras, inclusive com relação aos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Eventual aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

Qualquer um de tais acontecimentos poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas no Brasil e/ou em outros mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Uma redução da participação societária do atual grupo de controle da Companhia, inclusive imediatamente em decorrência da Oferta poderá ser interpretada como uma alteração no controle da Companhia e, conseqüentemente, configurar um evento de vencimento antecipado de determinados contratos, o que poderá afetar adversamente a Companhia.

A Companhia é parte em contratos financeiros, cujos termos preveem vencimento antecipado em caso de alteração no controle, direto ou indireto, da Companhia, conforme aplicável. Uma parte relevante dos contratos financeiros das controladas da Companhia, celebrados com Banco Alfa, Banco ABC, Banco do Brasil, Banco Paulista, Banco Rabobank, Caixa Econômica Federal, Caixa Geral, China Construction Bank, Citibank, Banco Daycoval, Itaú Unibanco, Banco Pine, Banco Safra, Banco Santander, Banco Original, Banco Votorantim, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Banco do Nordeste e Banco Cooperativo (SICOOB), preveem vencimento antecipado em caso de alteração no seu controle indireto e/ou de suas controladas. Para mais informações sobre os contratos financeiros, vide item 10.1 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Caso haja a consumação da Oferta, o grupo de controle formado pelos Acionistas Controladores, deixará de deter mais do que 50% do capital votante da Companhia. Sem prejuízo do acima, caso os Acionistas Controladores venham a efetuar no futuro vendas adicionais de sua participação, ou caso um novo acionista ou grupo de acionistas seja capaz de eleger a maioria dos administradores da Companhia em assembleia geral de acionistas levando a uma efetiva alteração no controle da Companhia e, indiretamente, das suas controladas, e caso a Companhia não seja capaz de obter as aprovações necessárias, o evento poderá ocasionar a declaração do vencimento antecipado de tais contratos. O vencimento antecipado destes contratos consumiria uma parcela relevante do caixa da Companhia e/ou de suas controladas.

Em 31 de janeiro de 2021, o saldo em aberto do endividamento financeiro da Companhia sujeito à cláusulas de *cross default* e *cross acceleration* totalizava o montante de R\$803,3 milhões. A Companhia ainda não obteve o consentimento prévio em relação à potencial alteração de seu controle acionário no contexto da Oferta junto aos seguintes credores: (i) Banco Safra, em relação a contratos envolvendo o montante de R\$104,4 milhões, em 31 de janeiro de 2021, (ii) Caixa Econômica Federal, em relação a contratos envolvendo o montante de R\$24,4 milhões na mesma data, e (iii) Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, em relação a contratos envolvendo o montante de R\$12,4 milhões, na mesma data. Para mais informações sobre os contratos financeiros, vide item 10.1 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

A Companhia não pode garantir que será capaz de obter, junto a credores, as confirmações formais de não ocorrência de hipótese de vencimento antecipado, ou de renúncia a eventual prerrogativa de declaração de vencimento antecipado previamente à conclusão da Oferta. O vencimento antecipado de parte relevante ou de todos os contratos financeiros da Companhia consumiria uma parcela significativa ou todo o caixa da Companhia, e/ou de suas controladas, o que pode afetar adversamente a sua situação financeira da Companhia.

Ainda, no caso dos contratos e instrumentos financeiros que demandam consentimento prévio dos credores em relação à realização da Oferta, conforme mencionado acima, caso a Companhia não obtenha os consentimentos prévios necessários, poderá ter que destinar parte dos recursos da Oferta para o pagamento dessas dívidas, o que impactaria a destinação de recursos pretendida.

Para mais informações, vide “Destinação de Recursos” na página 114 deste Prospecto.

A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Os Coordenadores da Oferta e sociedades de seus conglomerados econômicos poderão realizar operações com derivativos (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, conseqüentemente, o preço das Ações.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

A Oferta e suas condições, incluindo o presente Prospecto, passaram a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM. Até a divulgação do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas na mídia matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo informações que não constam dos Prospectos e/ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até a divulgação do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso sejam divulgadas informações sobre a Oferta ou a Companhia em outros meios que não sejam os Prospectos ou o Formulário de Referência, ou, ainda, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias midiáticas, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores, assim como a CVM poderá a seu exclusivo critério, caso haja comprovação ou suspeita de participação de pessoas relacionadas com a Oferta ou a Companhia em tal divulgação, suspender a Oferta, com a consequente alteração de seu cronograma.

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional contêm condições suspensivas em relação à colocação das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar. Caso tais condições não sejam implementadas até a Data de Liquidação e/ou a Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme aplicável, o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional poderão ser rescindidos e, conseqüentemente, o registro da Oferta pela CVM será cancelado.

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional condicionam a colocação das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar, à implementação de certas condições suspensivas até a Data de Liquidação e/ou a Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme aplicável. Caso as referidas condições suspensivas não sejam implementadas, o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional poderão ser rescindidos. Nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta pela CVM. Para mais informações, veja as seções “Informações Sobre a Oferta – Suspensão ou Cancelamento da Oferta” e “Informações Sobre a Oferta – Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição Internacional, nas páginas 71 e 73 deste Prospecto, respectivamente. Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais”, na página 78 deste Prospecto.

A Companhia arcará com as despesas relacionadas à Oferta, bem como com as comissões da Oferta Primária, o que impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma.

Por meio do Contrato de Distribuição, a Companhia arcará com as comissões da Oferta Primária, além de assumir a obrigação de pagamento de certas despesas relacionadas à Oferta. O desembolso desses valores pela Companhia impactará os valores líquidos a serem recebidos pelos investidores no âmbito da Oferta e, por consequência, os valores creditados ao seu patrimônio líquido e poderá impactar negativamente seus resultados no período de apuração subsequente à realização da Oferta. Para mais informações sobre os custos e despesas incorridos pela Companhia com a Oferta, veja a seção “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 53 deste Prospecto.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Coordenador Líder

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. O Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas *corporate* do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de março de 2019, o Itaú Unibanco apresentou os seguintes resultados: ativos na ordem de R\$1,7 trilhão e uma carteira de crédito de R\$647 bilhões. A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting*, *hedge*, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender a demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base de capital e liquidez do Itaú e a especialização do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e, com isso, consolidou-se como um *player* de mercado em fusões e aquisições, *equities* e renda fixa local, conforme descrito abaixo. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área *corporate* do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo.

Atividade de *investment banking* do Itaú BBA

A área de *investment banking* do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

O Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento nas regiões em que atua: foi eleito cinco anos consecutivos, de 2011 a 2015, banco de investimento mais inovador da América Latina pela The Banker, para a mesma região, foi considerado o melhor banco de investimento em 2011, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017 pela Global Finance, mesma instituição que o apontou como o melhor *investment bank* do Brasil em 2009, 2012, 2013, 2014 e 2015 e como o banco mais criativo do mundo em 2016. Também em 2016, o Itaú BBA foi eleito pela Bloomberg como o melhor assessor em transações de *M&A* da América Latina e Caribe.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de *deposit receipts* (DRs), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais, além de contar com o apoio da melhor casa de *research* do Brasil e da América Latina, segundo a Institutional Investor. Em 2018 o Itaú BBA foi líder em emissões no mercado brasileiro em número de transações que totalizaram US\$6,1 bilhões.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Dealogic, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 49 transações em 2018 na América do Sul, obtendo a primeira colocação no *ranking* por quantidade de operações acumulando um total de US\$25,7 bilhões.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, *commercial papers*, *fixed* e *floating rate notes*, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Em 2014, segundo o *ranking* da ANBIMA, o Itaú BBA foi líder em distribuição de renda fixa local, coordenando 20% do volume total distribuído, que ultrapassou os R\$7 bilhões. Pelo mesmo *ranking*, o Itaú BBA ficou em segundo lugar em 2015 e 2016, tendo coordenado operações cujo volume total somou mais de US\$4 bilhões em 2015, US\$8 bilhões em 2016 e US\$6 bilhões em 2017, equivalente a 14%, 21% e 27% do total, respectivamente. Em 2018 o Itaú BBA foi líder obtendo 37% de participação sobre o volume total emitido, tendo coordenado operações cujo volume total somou aproximadamente US\$8 bilhões.

J.P. Morgan

O J.P. Morgan faz parte do J.P. Morgan Chase & Co. (NYSE: JPM), uma instituição financeira com atuação global e ativos de aproximadamente US\$2,7 trilhões, em 31 de dezembro de 2019, segundo relatórios financeiros divulgados aos investidores. O J.P. Morgan Chase & Co. atua com empresas e investidores institucionais, além de *hedge funds*, governos e indivíduos afluentes em mais de 100 países, conforme informação disponibilizada na página do J.P. Morgan Chase & Co. na internet.

O J.P. Morgan está presente no Brasil desde a década de 60 atuando em diversas áreas. A área de *Investment Banking* oferece assessoria em operações de fusões e aquisições, reestruturações societárias e financeiras, emissões de títulos de dívida e emissões de ações, no mercado local e internacional, entre outros; a área de *Local Markets, Sales & Trading* oferece produtos de tesouraria a clientes corporativos e institucionais e de *Private Banking*; a Corretora oferece serviços de intermediação em contratos futuros, opções, ações e empréstimo de valores mobiliários para clientes institucionais e de *Private Banking*; a área de *Equities* oferece produtos de *equities* em geral, tais como operações de derivativos; a área de Treasury Services oferece serviços de conta corrente, pagamento e recebimento, e investimentos em renda fixa; a área de *Trade and Loan Products* oferece produtos de trade, garantias bancárias e financiamentos; a área de *Direct Custody and Clearing* oferece serviços de custódia a investidores não residentes; e as áreas de *Asset Management* e *Wealth Management* oferecem serviços de gestão de recursos, sendo que esta última também concede crédito e assessora os clientes pessoas físicas de alta renda em seus investimentos.

Em 2008, o J.P. Morgan Chase & Co. foi o primeiro banco na história a consolidar as posições de liderança mundial nos mercados de fusões e aquisições, emissão de dívida e ações, segundo dados da Dealogic e Thomson. No mercado de emissão de ações especificamente, o J.P. Morgan Chase & Co. é o líder mundial no histórico acumulado desde 2007, segundo a Dealogic (*Global Equity* e *Equity Linked*). Essa posição de liderança do J.P. Morgan Chase & Co. está refletida nas premiações obtidas no mercado de ações, as quais totalizam um recorde de dezoito prêmios da revista IFR desde 2007.

Por dois anos consecutivos, 2008 e 2009, o J.P. Morgan Chase & Co. foi escolhido pela publicação Latin Finance como o “Best Equity House in Latin America”. Em 2008, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu também o prêmio “Best M&A House in Latin America” e, em 2009, o prêmio “Best Investment Bank in Latin America”, ambos concedidos pela Latin Finance. Em 2011, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu os prêmios “Best Investment Bank in Latin America”, concedido pela Latin Finance, e “Best M&A House in Mexico”, “Best M&A House in Chile”, “Best Debt House in Brazil” e “Best Investment Bank in Chile”, concedidos pela Euromoney. Em 2012, o J.P. Morgan Chase & Co. foi premiado como “Best Investment Bank in Latin America”, assim como “Best M&A House”, ambos pela Latin Finance. Em 2015, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu o prêmio de “Best Equity House in Latin America” pela Euromoney e “Best Investment Bank in Latin America” pela Latin Finance. Em 2016, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu o prêmio de “Best Investment Bank in Latin America” e, em 2017, “Bond House of Year in Latin America” pela Latin Finance. A equipe de *Equity Sales* da América Latina do J.P. Morgan foi eleita pelo Institutional Investor número 1 em quatro dos últimos cinco anos, em 2015, 2016, 2018 e 2019.

Essas premiações refletem a posição de liderança do J.P. Morgan Chase & Co. na América Latina, bem como sua presença nas mais relevantes transações de oferta de ações, como as ofertas de Marfrig, Unidas, Intermédica, XP Inc., Aliansce Sonae, Magazine Luiza, Banco do Brasil, Vivara, Banco Inter, Movida, Petrobras Distribuidora, IFS, Cencosud Shoppings, Neoenergia, Intermédica, Totvs, Stone, MercadoLibre, Localiza, Unidas, Intermédica, Stone, Falabella, Mall Plaza, Intermédica, Globant, Central Puerto, PagSeguro (“Latin America Equity Issue” em 2018, segundo a IFR), Burger King Brasil, Nexa Resoucers, Camil, Magazine Luiza, Supervielle, Atacadão (“IPO of the Year” em 2017, segundo a Latin Finance), IRB-Brasil Resseguros, Biotoscana, Instituto Hermes Pardini, Azul, CCR, Lojas Americanas, Alupar, BR Malls, Jose Cuervo, Lenova (“*Follow-on of the Year*” em 2017, segundo a Latin Finance), Nemark, GICSA, Par Corretora, Telefônica Brasil, Via Varejo, Grupo Lala, BB Seguridade, Enersis, Banorte, Visanet, Cemex, Brasil Foods, Natura, Vale, Fleury, Arcos Dorados, Petrobras, Grupo Sura, America Movil, entre outras. Essa posição de liderança no Brasil e América Latina é respaldada por uma plataforma de produtos completa, incluindo dívida conversível, bem como uma força de vendas mundial que colocou, entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2019, US\$2,849 bilhões em ações em 4.496 transações, segundo a Dealogic (crédito total para os coordenadores).

No âmbito global, a equipe de *equity research* do J.P. Morgan Chase & Co. conquistou o prêmio “#1 Equity Research Team in Latin America” em 2009, 2010, 2011, 2014, 2015 e 2017 concedido pela Institutional Investor. Além desses, nos últimos anos, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu os prêmios “Bank of the Year” (2008, 2017 e 2018), “Equity House of the Year” (2008, 2009 e 2016), “Americas Equity House of the Year” (2016), “Bond House of the Year” (2008, 2019), “Derivatives House of the Year” (2008), “Loan House of the Year” (2012 e 2017), “Securitization House of the Year” (2008 e 2010), “Leveraged Loan House of the Year” (2008), “Leveraged Finance House of the Year” (2008), “High-Yield Bond House of the Year” (2012), “Financial Bond House of the Year” (2009), “Latin America Bond House of the Year” (2009) – concedidos pela International Financing Review – bem como o prêmio “Best Investment Bank” da revista Global Finance nos anos de 2010, 2013, 2015, 2018 e 2019. Esta última publicação também nomeou o J.P. Morgan Chase & Co. como “Best Equity Bank” em 2018 e 2019.

UBS BB

O UBS BB foi constituído em 2020 através da combinação das operações de banco de investimentos do UBS e do Banco do Brasil, incluindo, entre outras, atividades de mercado de capitais de renda fixa e variáveis, fusões e aquisições, além de corretagem de títulos e valores mobiliários no segmento institucional. Essa parceria abrange o Brasil, assim como em outros países da América Latina, incluindo Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai.

Essa combinação de forças cria uma plataforma única de banco de investimentos, oferecendo para nossos cliente o melhor da plataforma do UBS, como presença e conhecimento global, research de primeira linha, plataforma de análise de dados exclusiva, rede de distribuição com alcance em todos os principais mercados mundiais e uma das maiores corretoras do Brasil, e o melhor da plataforma do Banco do Brasil, com seu forte relacionamento com clientes e conhecimento local sem paralelo dos clientes locais, principalmente em Corporate Banking. O Banco do Brasil também traz uma posição de liderança em mercados de capital de dívida e histórico comprovado de operações de ECM, project finance e M&A no país, além de uma incrível capacidade de distribuição de varejo.

O UBS, acionista com 50,01% das ações, é um banco sediado em Zurique, na Suíça, e conta com escritórios espalhados nos maiores centros financeiros globais onde emprega mais de 68.000 funcionários. O sucesso do UBS baseia-se em seu modelo de negócio diversificado, composto pelas áreas de: Wealth Management, Investment Bank, Personal & Corporate Banking e Asset Management, e detém mais de US\$2,6 trilhões em ativos sob gestão e uma cadeia de relacionamento em mais de 50 países.

Esse modelo que vem sendo consistentemente reconhecido em todos seus segmentos, o UBS tendo recebido inúmeros prêmios de prestígio ao longo dos anos, tendo sido reconhecido em 2017, pelo terceiro ano consecutivo, "Best Global Investment Bank" e em 2019, pelo quarto ano consecutivo, "Best M&A Bank" pela Global Finance. O UBS também foi nomeado "Most innovative Investment Bank for IPOs and equity raisings" nos anos de 2019 e 2018 e, em 2016, "Most Innovative Bank for M&A" pela The Banker. Ainda, em 2019, o UBS foi nomeado como "Best Bank for Swiss Francs", "Best Equity Bank for Western Europe" e "Best Investment Bank in China, Hong Kong and Singapore". Além disso, recebeu o primeiro lugar na categoria "Bank of the Year" como parte dos Prêmios IFR em 2015, considerado um dos prêmios mais prestigiados da indústria global de mercados de capitais. Outras plataformas do UBS também têm se destacado, como a de *Private Banking* que foi reconhecida como "Best Global Private Bank" pela Euromoney em 2019.

O Banco do Brasil, acionista com 49,99% das ações, em seus mais de 210 anos de existência, acumulou experiências e pioneirismos, promovendo o desenvolvimento econômico do Brasil e tornando-se parte integrante da cultura e história brasileira. Sua marca é uma das mais conhecidas no país, ocupando pela 28ª vez consecutiva a primeira colocação na categoria "Bancos" do Prêmio Top of Mind 2018, do Instituto Data Folha, sendo reconhecido como Melhor Banco no Brasil em 2020 pela Euromoney, Banco do Ano na América Latina em 2019 pela The Banker e Banco mais Inovador da América Latina em 2019 e 2020 pela Global Finance.

Ao final do 2º trimestre de 2020, o Banco do Brasil apresentou aproximadamente R\$1,7 trilhão de ativos totais e presença em 99% dos municípios brasileiros, resultado do envolvimento de 92 mil funcionários, distribuídos entre 4.367 agências, 15 países e mais de 60.200 pontos de atendimento.

No Brasil e América Latina, a parceria estratégica, por meio de seus acionistas, teve forte atuação em fusões e aquisições, tendo participado em importantes transações como: a aquisição do Éxito pelo Grupo Pão de Açúcar, a aquisição da Avon pela Natura &Co, a aquisição da The Body Shop pela Natura, a incorporação do Grupo Reserva pela Arezzo &Co, aquisição da Vale Fertilizantes pela Mosaic, fusão entre a BM&Fbovespa e Cetip, aquisição de participação pela Salic na Minerva Foods e fechamento de capital da Souza Cruz.

Também desempenhou um papel importante em emissões de ações, tendo atuado em diversas ofertas públicas de ações na região, incluindo as ofertas da Telefônica, Terrafina, Senior Solution, Bioserv, Smiles, Tupy, CPFL Renováveis, BB Seguridade, Fibra Uno, Avianca Holdings, Volaris, Grupo Financiero Inbursa, Oi, Ourofino Saúde Animal, OHL México, Santander México, Volaris, Via Varejo, Unifin Financiera, Grupo Financiero Galicia, Gerdau, Rumo Logística, Azul Linhas Aéreas, CCR, Lojas Americanas, Magazine Luiza, BR Distribuidora, Grupo NotreDame Intermedica, Arco Platform, Banco BTG Pactual, Petrobras, IRB Brasil Resseguros, Centauro, Neoenergia, Banco Inter, Movida, Afya, XP Inc., Vasta Platform, Quero Quero, D1000, Estapar, Moura Dubeux, Minerva Foods, Marfrig, Marisa, JSL, Pague Menos, Grupo Mateus, Enjoei, entre outras.

Além disso, no mercado doméstico de renda fixa coordenou, em 2019, 81 emissões que totalizaram o valor de R\$25,1 bilhões e 10,9% de market share, encerrando o período em 4º lugar no Ranking ANBIMA de Originação por Valor de Renda Fixa Consolidado Acumulado de 2019. No mesmo período, foram estruturadas 16 operações de securitização, sendo 3 CRIs, 12 CRAs e 1 FIDC, com volume total de R\$6,4 bilhões. No mercado externo, participou da emissão de US\$7,9 bilhões, lhe conferindo o 6º lugar no Ranking ANBIMA de Emissões Externas – Totais Público & Privado, em 2019.

A parceria estratégica também conta com a maior corretora do país em volume de transações na B3 em 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, e a segunda maior em 2019.

XP

O Grupo XP é uma plataforma tecnológica de investimentos e serviços financeiros, que tem por missão transformar o mercado financeiro no Brasil e melhorar a vida das pessoas.

A XP foi fundada em 2001, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, como um escritório de agentes autônomos de investimentos com foco em investimentos em bolsa de valores e em oferecer educação financeira para os investidores, tornando-se uma corretora de valores no ano de 2007.

Com o propósito de oferecer educação financeira e de melhorar a vida das pessoas através de investimentos desvinculados dos grandes bancos, a XP vivenciou uma rápida expansão.

Em 2017, o Itaú Unibanco adquiriu participação minoritária no Grupo XP, de 49,9%, reafirmando o sucesso de seu modelo de negócios.

Em dezembro de 2019, a XP Inc., sociedade holding do Grupo XP, realizou uma oferta inicial de ações na Nasdaq, sendo avaliada, à época, em mais de R\$78 bilhões.

O Grupo XP possui as seguintes áreas de atuação: (i) corretora de valores, que inclui serviços de corretagem e assessoria de investimentos para clientes pessoa física e jurídica, coordenação e estruturação de ofertas públicas e, além disso, uma plataforma de distribuição de fundos independentes com mais de 590 fundos de 150 gestores; (ii) *asset management*, com mais de R\$40 bilhões de reais sob gestão, e que via XP Asset Management oferece fundos de investimentos em renda fixa, renda variável e fundos de investimentos imobiliários; e (iii) mercado de capitais, que engloba um portfólio completo de serviços e soluções para adequação de estrutura de capital e assessoria financeira.

Além da marca “XP” (www.xpi.com.br), o Grupo XP ainda detém as marcas “Rico” (www.rico.com.vc) e “Clear” (www.clear.com.br).

Em 30 de junho de 2020, o Grupo XP contava com mais de 2.360.000 (dois milhões, trezentos e sessenta mil) clientes ativos e mais de 7.000 (sete mil) agentes autônomos em sua rede, totalizando R\$436 bilhões de ativos sob custódia, e com escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Miami, Nova Iorque, Londres e Genebra.

Atividade de Mercado de Capitais da XP

A área de mercado de capitais atua com presença global, oferecendo a clientes corporativos e investidores uma ampla gama de produtos e serviços por meio de uma equipe altamente experiente e dedicada aos seguintes segmentos: Dívida local (Debêntures, Debêntures de Infraestrutura, CRI, CRA, CDCA, FIDC, LF), Dívida Internacional (*Bonds*), Securitização, *Equity Capital Markets*, *M&A*, Crédito Estruturado, *Project Finance* e *Development Finance*.

No segmento de renda fixa e híbridos, a XP apresenta posição de destaque ocupando o primeiro lugar no Ranking ANBIMA de Distribuição de Fundo de Investimento Imobiliário, tendo coordenado 11 ofertas que totalizaram R\$3,7 bilhões em volume distribuído, representando 55,5% de participação nesse segmento até junho de 2020. Ainda, no Ranking ANBIMA de Distribuição de Renda Fixa, a XP detém a 1ª colocação nas emissões de CRA e 2ª colocação nas emissões de CRI. Na visão consolidada, que engloba debêntures, notas promissórias e securitização, a XP está classificada em 4º lugar, tendo distribuído R\$1,8 bilhões em 16 operações.

Em renda variável, a XP oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações. A condução das operações é realizada em âmbito global com o apoio de uma equipe de *equity sales* presente na América do Norte, América Latina e Europa e de uma equipe de *equity research* que cobre mais de 45 empresas de diversos setores.

Em 2019, a XP atuou de forma ativa no segmento de *Equity Capital Markets* atuando como assessora do Grupo CB na estruturação da operação de R\$2,30 bilhões que alterou a estrutura societária da Via Varejo; *follow-on* da Petrobras no valor de R\$7,30 bilhões; *follow-on* da Light no valor de R\$2,5 bilhões; *IPO* da Afya no valor de US\$250 milhões; *follow-on* da Movida no valor de R\$832 milhões; *follow-on* da Omega Geração no valor de R\$830 milhões; *IPO* da Vivara no valor de R\$2.041 milhões; *follow-on* de Banco do Brasil no valor de R\$5.837 milhões; *follow-on* de LOG Commercial Properties no valor de R\$637 milhões; *IPO* da C&A no valor de R\$1.627 milhões de reais e no *IPO* do Banco BMG no valor de R\$1.391 milhões, *follow-on* de Cyrela Commercial Properties no valor de R\$760 milhões; *IPO* da XP Inc. no valor de R\$9.276 milhões e no *follow-on* de Unidas no valor de R\$1.837 milhões.

Em 2020, a XP atuou de forma ativa no segmento de *Equity Capital Markets* atuando no *follow-on* da Ânima no valor de R\$1.100 milhões; *follow-on* da Petrobras no valor de R\$22 bilhões; *follow-on* da Positivo Tecnologia no valor de R\$353 milhões; *IPO* da Locaweb no valor de R\$1,3 bilhões; *IPO* da Priner no valor de R\$173 milhões; *follow-on* da Via Varejo no valor de R\$4,5 bilhões; *IPO* da Aura Minerals no valor de R\$785 milhões; *follow-on* da IMC no valor de R\$384 milhões; *follow-on* de Irani no valor de R\$405 milhões; *follow-on* da JHSF no valor de R\$400 milhões; *IPO* do Grupo Soma no valor de R\$1,8 bilhões; *IPO* da D1000 no valor de R\$400 milhões; *IPO* da Pague Menos no valor de R\$747 milhões; *IPO* da Lavvi no valor de R\$1.027 milhões; *Re-IPO* da JSL no valor de R\$694 milhões; *IPO* da Melnick Even no valor de R\$621 milhões, *follow-on* da Suzano no valor de R\$6.910 milhões; *IPO* do Grupo Mateus no valor de R\$4.080 milhões; *IPO* da Enjoei no valor de R\$987 milhões; *IPO* da Méliuz no valor de R\$584 milhões, *IPO* da Aura Minerals no valor de R\$87 milhões; *IPO* da Aeris no valor de R\$982 milhões; e *IPO* da 3R Petroleum no valor de R\$600 milhões e *IPO* da Rede D'Or São Luiz no valor de R\$10,1 bilhões.

Ademais, nos anos de 2016, 2017 e 2018 a XP foi líder em alocação de varejo em ofertas de renda variável, responsável por alocar o equivalente a 72,2%, 53,4% e 64,1%, respectivamente, do total de ativos de renda variável alocados nos referidos anos.

Adicionalmente, a XP possui uma equipe especializada para a área de fusões e aquisições, oferecendo aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias.

Banco ABC

O Banco ABC, controlado pelo Arab Banking Corporation, é um banco múltiplo de capital aberto listado na B3 que está presente no Brasil há mais de 30 anos, atuando na concessão de crédito e serviços financeiros para empresas de grande e médio porte.

Reconhecido pela sua solidez e agilidade, o Banco ABC possui amplo portfólio de produtos bancários e produtos estruturados como Mercado de Capitais Renda Fixa, *Equity Capital Markets*, Fusões e Aquisições, *Treasury* e *Trade Finance*. Com 15 escritórios espalhados pelo território nacional, o Banco ABC possui uma base de 2.010 clientes ativos, carteira expandida (inclui empréstimos, garantias prestadas e títulos privados) de crédito de R\$32,1 bilhões, patrimônio líquido de R\$4,1 bilhões e Índice de Basileia de 15,7% (em jun/20).

O acionista controlador, Arab Banking Corporation, é um banco internacional com sede em Manama, Reino do Bahrein. O suporte operacional e financeiro do acionista controlador, em conjunto com o conhecimento do mercado brasileiro garante ao Banco ABC boa classificação entre as 3 principais agências de risco (AAA pela Fitch, Aa2.br pela Moody's e brAAA pela S&P, em escala local).

Em 2019, o Banco ABC assessorou seus clientes no total de 67 operações em todos os segmentos de *Investment Banking* em um montante superior a R\$27 bilhões.

Com importantes transações realizadas, o Banco ABC terminou 2019 com grande destaque em renda fixa. Participou de 56 operações no mercado doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R\$14 bilhões originados.

No final de 2019, o Banco ABC teve 11 transações de M&A anunciadas com mais de R\$13 bilhões de valor. As principais transações realizadas foram: (i) assessoria à Dasa na incorporação da Rede Ímpar, (ii e iii) assessoria à Sterlite nas vendas das ações da Sterlite Novo Estado Energia para a Engie e na venda da Arcoverde Transmissão de Energia para o fundo Vinci Energia FIP, (iv) assessoria ao Grupo Santa Isabel na venda de participação no Shopping Leblon para a Alliansce Shopping Centers, (v) co-assessor da Aena no leilão de concessão dos aeroportos do bloco Nordeste.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Para fins do disposto no Item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritos abaixo o relacionamento da Companhia com os Coordenadores da Oferta.

Nenhuma das operações descritas abaixo é vinculada à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento relativo à Oferta, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento comercial relevante com o Coordenador Líder e/ou demais sociedades do seu conglomerado financeiro, conforme detalhado a seguir:

- 3 operações de Financiamento de Veículos de emissão da Campeã Agronegocios S.A. celebradas entre 19 de novembro a 12 de agosto de 2019 e com vencimento entre novembro de 2021 e agosto de 2022, no valor global de R\$474.701,46, as quais se aplicam taxas efetivas que variam entre 9,90% e 13,22% ao ano. Tais operações contam com garantia composta por alienação fiduciária do veículo financiado em garantia.
- 1 operação de Financiamento de Veículos de emissão da Agro Ferrari Produtos Agrícolas Eireli celebrada em julho de 2019 e com vencimento em julho de 2022, no valor global de R\$528.133,46, a qual se aplica uma taxa efetiva de 10,03% ao ano. Tal operação conta com garantia composta por alienação fiduciária do veículo financiado em garantia.
- 3 operações de Capital de Giro “CCB Giro” de emissão da Grão de Ouro Agronegócios S.A. celebradas entre maio e junho de 2020 e com vencimento entre fevereiro e março de 2021, no valor global de R\$23.193.832,00, as quais se aplicam taxas efetivas que variam entre CDI + 5,10% e CDI + 5,81% ao ano e contam com a Agro Advance Participações S.A. como devedora solidária. Tais operações contam com garantia de cessão fiduciária de duplicadas da Grão de Ouro Agronegócios S.A.
- 1 operação de Capital de Giro “CCB Giro” de emissão da Grão de Ouro Agronegócios S.A. celebrada em fevereiro de 2021 e com vencimento em fevereiro 2022, no valor de R\$1.000.000,00, a qual se aplica taxa efetiva de CDI + 4,20% ao ano e conta com a AgroGalaxy Participações S/A como devedora solidária. Tal operação conta com garantia de cessão fiduciária de duplicadas da Grão de Ouro Agronegócios S.A.
- 9 operações de Crédito Direto ao Consumidor de emissão da Rural Brasil S.A., celebradas entre julho e dezembro de 2018 e com vencimento entre julho e dezembro de 2021, no valor global de R\$7.225.589,83, as quais se aplicam taxas efetivas que variam entre 11,89% e 12,28% ao ano. Tais operações contam com garantia de alienação fiduciária dos veículos financiados.
- 1 operação de Conta Garantida de emissão da Grão de Ouro Agronegócios S.A., celebrada em fevereiro de 2021 e com vencimento em março de 2021, no valor total de R\$500,000.00 e taxa efetiva de até 381,00% ao ano. Tal operação não conta com quaisquer garantias.
- 3 operações de Conta Garantida de emissão da Bussadori Garcia e Cia Ltda, celebradas entre agosto de 2020 e janeiro de 2021 e com vencimento em fevereiro de 2021, no valor total de R\$150,000.00, taxa efetiva de 381,00% ao ano, que não conta com garantias.

- 2 operações de Conta Garantida de emissão da Agro Ferrari Produtos Agrícolas EIRELI, celebradas entre janeiro e fevereiro de 2021 e com vencimento entre fevereiro e março de 2021, no valor total de R\$1,500,000.00, as quais se aplicam taxas efetivas que variam entre 25,93% e 381,00% ao ano. Tais operações não contam com garantias.
- 4 operações de Capital de Giro de emissão da Rural Brasil S A celebradas entre maio e agosto de 2020 e com vencimento entre maio e agosto de 2021, no valor global de R\$60.500.000,00, as quais se aplicam taxas efetivas que variam entre CDI + 3,95% e CDI + 6,76% ao ano. Tais operações contam com garantia composta por hipoteca de imóvel rural de propriedade de Macaré Agrícola LTDA.
- 2 operações de “Termo Moedas” contratadas pela Bussadori Garcia e Cia Ltda celebradas entre janeiro e maio de 2020 e com vencimento em abril de 2021, no valor global de R\$9.837.264,78. Tais operações não contam com quaisquer taxas além do estabelecimento de um parâmetro de preço para compra ou venda de moeda (dólar) acordado na contratação. Operação aberta em 17 de janeiro de 2020 com vencimento em 15 de abril de 2021 (cliente vendendo USD a 4,308 R\$); operação aberta em 27 de maio de 2020 com vencimento em 30 de abril de 2021 (cliente vendendo USD a 5,3345 R\$).

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou as sociedades do seu conglomerado financeiro. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e/ou para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro.

Adicionalmente, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado, sendo que, em nenhum caso, as participações adquiridas atingiram, nos últimos 12 meses, mais que 5% do capital social da Companhia.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia e/ou sociedades do seu grupo econômico. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia e/ou sociedades do seu grupo econômico, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia e/ou sociedades do seu grupo econômico com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia” na página 88 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 53 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 53 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta.

A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre a Companhia e o J.P. Morgan

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o J.P. Morgan e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

O J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do J.P. Morgan no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia” na página 88 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 53 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 53 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o J.P. Morgan poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do J.P. Morgan como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o J.P. Morgan ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o UBS BB

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o UBS BB e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, o UBS BB e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do UBS BB no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia” na página 88 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 53 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 53 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o UBS BB poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do UBS BB como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o UBS BB ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o UBS BB ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e a XP

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com a XP e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, a XP e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, a XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pela XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, a XP e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

A XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, a XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação da XP no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

A XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). A XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia” na página 88 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 53 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia a XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 53 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a XP poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do UBS BB como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o UBS BB ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o UBS BB ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Banco ABC

Na data deste Prospecto, além do relacionamento relativo à Oferta, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento com o Banco ABC e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

- Operação de Capital de Giro - CCB, em nome da Grão de Ouro Agronegócios SA, celebrada em 24 de março de 2020, com vencimento em 14 de março de 2022, valor original de R\$2.500.000,00, taxa de CDI + 6,6% a.a., garantia de 100% duplicatas;
- Operação de Capital de Giro - CCB, em nome da GRAO DE OURO AGRONEGOCIOS SA, celebrada em 24 de março de 2020, com vencimento em 28 de abril de 2021, no valor de R\$2.500.000,00 com taxa de CDI + 6,45% a.a. e garantia de 100% de duplicatas;
- Operação de Cédula de Crédito à Exportação, em nome de Rural Brasil SA, celebrada em 20 de março de 2020, com vencimento em 21 de março de 2022, no valor de R\$24.000.000,00 com taxa de 6,4% a.a. e garantia de 50% de duplicatas;
- Operação de Cédula de Crédito à Exportação, em nome de Rural Brasil SA, celebrada em 26 de outubro de 2020, com vencimento em 21 de outubro de 2021, no valor de R\$12.000.000,00 com taxa de 3,2% a.a. e e garantia de 50% de duplicatas;
- Operação de CCB Agronegócio, em nome de Rural Brasil SA, celebrada em 30 de dezembro de 2020, com vencimento em 28 de junho de 2021, no valor de R\$12.000.000,00 com taxa de CDI + 3,72% a.a. e garantia de 50% de duplicatas;
- Operação de Cédula de Crédito à Exportação com *swap*, em nome de Bussadori Garcia e Cia LTDA, celebrada em 27 de fevereiro de 2020, com vencimento em 22 de fevereiro de 2021, valor original de R\$2.980.004,56 com taxa de CDI + 4,2% a.a., garantia de Aval (Agrototal Holding SA) e Cessão de Direitos de Derivativos;
- Operação de Nota de Crédito de Exportação, em nome de Bussadori Garcia e Cia LTDA, celebrada em 18 de junho de 2020, com vencimento em 14 de junho de 2021, valor original de R\$8.000.000,00, taxa de CDI + 4,37% a.a., garantia de Aval (Agrototal Holding SA);
- Operação de Nota de Crédito de Exportação, em nome de Bussadori Garcia e Cia LTDA, celebrada em 22 de setembro de 2020, com vencimento em 17 de setembro de 2021, valor original de R\$3.000.000,00, taxa de CDI + 3% a.a., garantia de Aval (Agrototal Holding SA);
- Operação de Capital de Giro - CCB, em nome da Bussadori Garcia e Cia LTDA, celebrada em 22 de outubro de 2020, com vencimento em 18 de outubro de 2021, valor original de R\$15.000.000,00 com taxa de CDI + 2,9% a.a., garantia de Aval (Agrototal Holding SA);

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Banco ABC e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Banco ABC e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, o Banco ABC e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado. Todavia, a participação acionária do Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico não atinge, e não atingiu, nos últimos 12 meses, mais que 5% do capital social da Companhia.

O Banco ABC e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Banco ABC e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Banco ABC no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Banco ABC e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O Banco ABC e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. **Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia” na página 88 deste Prospecto.**

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 53 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Banco ABC e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações veja seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 53 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Banco ABC poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Banco ABC como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Banco ABC ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA

Para fins do disposto no Item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritos abaixo o relacionamento dos Acionistas Vendedores com os Coordenadores da Oferta.

Nenhuma das operações descritas abaixo é vinculada à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro prestam serviços bancários para alguns dos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas incluindo, entre outros, investimentos, operações de crédito, consultoria ou gestão financeira.

Além disso, na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento comercial relevante com o Coordenador Líder e/ou as sociedades do seu conglomerado financeiro. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão os Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 53 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a Caixa poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta.

Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o J.P. Morgan

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o J.P. Morgan e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão os Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do J.P. Morgan no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 53 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o J.P. Morgan poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do J.P. Morgan como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o J.P. Morgan ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o UBS BB

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o UBS BB e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão os Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do UBS BB no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 53 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a Caixa poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do UBS BB como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o UBS BB ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o UBS BB ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e a XP

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com a XP e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, a XP e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão os Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar a XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

A XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, a XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação da XP no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 53 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores à XP e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a Caixa poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação da XP como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e a XP ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e a XP ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Banco ABC

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Banco ABC e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Banco ABC e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão os Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o Banco ABC e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Banco ABC e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Banco ABC e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Banco ABC no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 53 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Banco ABC e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a Caixa poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Banco ABC como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Banco ABC ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Banco ABC ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES

Para fins do disposto no item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

Companhia e Acionistas Vendedores

AgroGalaxy Participações S.A.

Avenida Cidade Jardim, nº 803, 6º andar, Conjunto 62, Sala 3B
CEP 01.453-000, São Paulo, SP
At.: Sr. José Maurício Mora Puliti
Tel.: +55 (11) 95579-9254
<http://ri.agrogalaxy.com.br>

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder

Banco Itaú BBA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: +55 (11) 3708-8000
www.italu.com.br/itaubba-pt

Banco J.P. Morgan S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3729, 6º (parte), 10º (parte), 11º, 12º (parte), 13º (parte), 14º e 15º andares
CEP 04538-905, São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Porto
Tel.: +55 (11) 4950-3700
www.jpmorgan.com.br/country/br/pt/jpmorgan

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, 4º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Anderson Brito
Tel.: +55 (11) 2767-6506
<https://www.ubs.com/br>

Banco ABC Brasil S.A.

Avenida Cidade Jardim, nº 803, 2º andar
01453-000, São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Bilate Sbanco
Tel.: +55 (11) 3170-2000
www.abcbrazil.com.br

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.909, Torre Sul, 30º andar
04543-010, São Paulo, SP
At.: Sr. Vitor Saraiva
Tel.: +55 (11) 4871-4277
<https://www.xpi.com.br/>

Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta

Lefosse Advogados

Rua Tabapuã, 1.277, 14º andar
CEP 04533-014, São Paulo, SP
At.: Sr. Rodrigo Junqueira
Tel.: +55 (11) 3024-6100
www.lefosse.com

Consultores Legais Locais da Companhia e dos Acionistas Vendedores

Machado Meyer, Sendacz e Opice Advogados

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3144, 10º andar
CEP 01451-000, São Paulo, SP
At.: Sra. Eliana Ambrósio Chimenti e Sra. Alessandra de Souza Pinto
Tel.: +55 (11) 3150-7035 / +55 (11) 3150-7093
www.machadomeyer.com.br

**Consultores Legais
Externos dos Coordenadores da Oferta**

Davis Polk & Wardell LLP

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sr. Manuel Garciadiaz
Tel.: +55 (11) 4871-8400
Fax: +55 (11) 4871-8500
www.davispolk.com

**Consultores Legais Externos da Companhia
e dos Acionistas Vendedores**

Milbank LLP

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 4100, 5º andar,
Itaim Bibi
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Fabiana Sakkai
Tel.: +55 (11) 3927-7781
www.milbank.com

Assessor Financeiro da Companhia e dos Acionistas Vendedores

Laplace Finanças e Empreendimentos e Participações Ltda.

Rua Jerônimo da Veiga, 384, 8º andar, Ed. Platinum
CEP 04536-001, São Paulo, SP
At.: Sr. Allan Libman
Tel: +55 (11) 3143-4050

Auditores Independentes

PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes

Av. Antônio Diederichsen, 400, 21º e 22º, Jardim América
CEP 14020-250, Ribeirão Preto, SP
At.: Sr. Luis Maranhã
Tel.: +55 (16) 3516-6600
www.pwc.com.br

Declarações de Veracidade das Informações

A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400. Estas declarações de veracidade estão anexas a este Prospecto, a partir da página 255.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Com base no Preço por Ação de R\$17,50, que é o ponto médio da faixa indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto, a Companhia estima que os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, após dedução das despesas, bem como dos tributos e das comissões relativas à Oferta suportados pela Companhia, serão de aproximadamente R\$666.858.747,69 (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares).

Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas estimadas da Oferta, vide a seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 53 deste Prospecto.

Os recursos líquidos da Oferta Primária correspondem a 50% da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária de acordo com seu plano de negócios para (i) investimento em capital de giro; (ii) reforço da estrutura de capital; (iii) investimento em crescimento inorgânico; e (iv) investimento em crescimento orgânico, digitalização e investimento e modernização das unidades de produção.

A tabela abaixo resume os percentuais da destinação dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária:

Destinação	Percentual Estimado dos Recursos Líquidos	Valor Estimado Líquido⁽¹⁾⁽²⁾
		<i>(em R\$ mil)</i>
Capital de giro	27,0%	180.052
Reforço da estrutura de capital	13,0%	86.692
Crescimento inorgânico	40,0%	266.744
Crescimento orgânico, digitalização e investimento e modernização das unidades de produção	20,0%	133.372
Total.....	100%	666.859

(1) Com base no Preço por Ação de R\$17,50, que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

(2) Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas para a Companhia na Oferta.

A Companhia utilizará parte dos recursos líquidos a serem captados com a Oferta Primária para o fortalecimento e otimização da sua estrutura de capital, através da melhoria da liquidez promovida pelo aumento de recursos em caixa, sendo que a Companhia não pretende realizar amortização de dívidas com os recursos da Oferta Primária, exceto conforme disposto em “Cenário alternativo de destinação de recursos na hipótese de vencimento antecipado de contratos financeiros”, na página 115 deste Prospecto.

Em crescimento inorgânico, parte dos recursos da Oferta será destinado para a aquisição de 55% do capital social da Boa Vista Comércio de Produtos Agropecuários Ltda. (“**Boa Vista**”), a qual opera na revenda de insumos agrícolas no estado do Mato Grosso do Sul, atualmente com 6 lojas. A participação remanescente da Boa Vista será adquirida pela Companhia mediante entrega de ações, por meio de incorporação da sociedade, de forma que o seu atual sócio fique com uma participação de 2,4% do capital social da Companhia, antes dos efeitos da diluição da Oferta Primária (vide Diluição na página 120 deste Prospecto). O contrato de compra e venda foi assinado em 9 de outubro de 2020 e o fechamento da transação está condicionado ao cumprimento de condições precedentes, dentre as quais a conclusão satisfatória da auditoria.

Em 17 de fevereiro de 2021, a Companhia era parte de memorandos de entendimentos não vinculantes para aquisições de maioria das ações com controle ou aquisição integral das ações de 7 (sete) empresas que também atuam no setor do varejo agropecuário brasileiro, com exclusividade para os processos de diligência. A efetiva aquisição desses ativos estará sujeita a verificação de determinadas condições precedentes padrão de mercado, dentre as quais (i) a conclusão satisfatória de auditoria das empresas e (ii) a obtenção de anuências prévias de terceiros para realização da operação como, por exemplo, agentes financiadores e reguladores. A Companhia não pode garantir que as condições precedentes pactuadas serão implementadas e que a aquisição de qualquer desses ativos efetivamente ocorrerá.

Não há previsão para aquisição de empresas-alvo de partes relacionadas.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, e se baseia em suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Primária sejam inferiores às suas estimativas, sua aplicação será reduzida de forma proporcional aos objetivos e observada a ordem de alocação disposta na tabela acima e, na hipótese de serem necessários recursos adicionais, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras os quais deverão ser contratados tendo como principal critério o menor custo de capital para a Companhia.

Cenário alternativo de destinação de recursos na hipótese de vencimento antecipado de contratos financeiros

Imediatamente após a Oferta, os Acionistas Controladores passarão a deter, em conjunto, cerca de 26,76% do capital social da Companhia (considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar).

Conforme descrito no item 10.1(f) do Formulário de Referência, na página 1372 deste Prospecto, certos contratos financeiros celebrados pela Companhia e suas controladas preveem a alteração do controle acionário, direto ou indireto, da Companhia e/ou de suas controladas sem o consentimento prévio do respectivo credor como hipótese de vencimento antecipado. Tais contratos, bem como outros contratos financeiros celebrados pela Companhia e/ou pelas suas controladas, também contêm cláusulas de inadimplemento cruzado (*cross-default*) ou vencimento antecipado cruzado (*cross-acceleration*), que determinam que a ocorrência de um inadimplemento ou de um vencimento antecipado, conforme o caso, de dívidas da Companhia e/ou de suas controladas com a parte credora destes referidos contratos ou, em alguns casos, com quaisquer terceiros credores em quaisquer outros contratos financeiros, permitirá que tais credores declarem o vencimento antecipado destas dívidas.

Caso os credores da Companhia entendam que houve alteração de controle da Companhia, de imediato ou posteriormente a novas assembleias de acionistas da Companhia, tais credores podem decretar o vencimento antecipado dos contratos financeiros da Companhia.

A Companhia está em processo de obtenção das confirmações formais de que tais credores não vão decretar o vencimento antecipado dos contratos financeiros da Companhia, ou de que tais credores vão renunciar o seu direito de decretar o vencimento antecipado dos contratos financeiros da Companhia. A Companhia não pode garantir que será capaz de obter junto a seus credores, previamente à conclusão da Oferta, as confirmações formais de não ocorrência de hipótese de vencimento antecipado, ou a formalização da renúncia a eventual prerrogativa de declarar o vencimento antecipado.

Neste caso, na ausência de outras fontes de recursos para tanto, a Companhia utilizará uma parcela relevante de seu caixa próprio, que em 31 de janeiro de 2021 totalizava R\$354,9 milhões, e dos recursos líquidos da Oferta Primária, para realizar o pagamento antecipado dos contratos financeiros que venham a ser declarados vencidos antecipadamente. Em 31 de janeiro de 2021, o saldo em aberto do endividamento financeiro da Companhia sujeito à cláusulas de *cross default* e *cross acceleration* totalizava o montante de R\$803,3 milhões, sendo que para o montante de R\$662,2 milhões já foram obtidos os respectivos *waivers* dos credores especificamente em relação à eventual alteração do controle acionário e sem considerar as hipóteses de *cross default* e *cross acceleration*, e o montante de R\$141,1 milhões está pendente e corresponde aos seguintes contratos:

- Contrato de Arrendamento Mercantil Financeiro – Pré-Fixado nº 751720755, tendo como Arrendatária a Bussadori e como Arrendante o Safra Leasing S.A – Arrendamento Mercantil, celebrado em 29 de janeiro de 2020, no valor máximo dos bens de R\$706.500,00 com vencimento em 24 meses, com taxa de arrendamento de 0,7% ao mês. O saldo em aberto deste contrato em 31 de janeiro de 2021 era de R\$383.845,89.
- Contrato de Arrendamento Mercantil Financeiro – Pré-Fixado nº 751718718, tendo como Arrendatária a Bussadori e como Arrendante o Safra Leasing S.A – Arrendamento Mercantil, celebrado em 15 de julho de 2019, no valor máximo dos bens de R\$237.583,60 com vencimento em 24 meses, com taxa de arrendamento de 0,7% ao mês. O saldo em aberto deste contrato em 31 de janeiro de 2021 era de R\$79.721,95.
- Contrato de Arrendamento Mercantil Financeiro – Pré-Fixado nº 751717550, tendo como Arrendatária a Bussadori e como Arrendante o Safra Leasing S.A – Arrendamento Mercantil, celebrado em 21 de maio de 2019, no valor máximo dos bens de R\$292.326,75 com vencimento em 24 meses, com taxa de arrendamento de 0,907363% ao mês. O saldo em aberto deste contrato em 31 de janeiro de 2021 era de R\$61.085,07.
- Cédula de Crédito Bancário nº 005350131 emitida pela Bussadori em favor do Banco Safra S.A., em 17 de setembro de 2020, no montante de R\$5.000.000,00 com vencimento em 22 de setembro de 2021, com taxa 100% do CDI + Taxa de Juros de 0,287000% a.m., tendo como avalista a Agrototal Holding. O saldo em aberto deste contrato em 31 de janeiro de 2021 era de R\$5.093.097,41.
- Cédula de Crédito Bancário nº 005339102 emitida pela Bussadori em favor do Banco Safra S.A., em 28 de fevereiro de 2020, no montante de R\$5.000.000,00 com vencimento em 24 de março de 2021, com Taxa de Juros de 0,240000% a.m., tendo como avalista a Agrototal Holding. O saldo em aberto deste contrato em 31 de janeiro de 2021 era de R\$5.246.176,39.
- Cédula de Crédito Bancário nº 005339391 emitida pela Bussadori em favor do Banco Safra S.A., em 22 de maio de 2020, no montante de R\$10.000.000,00 com vencimento em 17 de maio de 2021, com taxa 100% do CDI + Taxa de Juros de 0,368000% a.m., tendo como avalista a Agrototal Holding. O saldo em aberto deste contrato em 31 de janeiro de 2021 era de R\$10.446.843,65.
- Cédula de Crédito Bancário nº 005339412 emitida pela Bussadori em favor do Banco Safra S.A., em 22 de maio de 2020, no montante de R\$10.000.000,00 com vencimento em 17 de maio de 2021, com taxa 100% do CDI + Taxa de Juros de 0,368000% a.m., tendo como avalista a Agrototal Holding. O saldo em aberto deste contrato em 31 de janeiro de 2021 era de R\$10.446.843,65.
- Cédula de Crédito Bancário nº 005350432 emitida pela Bussadori em favor do Banco Safra S.A., em 09 de novembro de 2020, no montante de R\$5.000.000,00 com vencimento em 10 de maio de 2021, com taxa 100% do CDI + Taxa de Juros de 0,29000% a.m. O saldo em aberto deste contrato em 31 de janeiro de 2021 era de R\$5.054.544,03.
- Cédula de Crédito Bancário nº 005350254 emitida pela Bussadori em favor do Banco Safra S.A., em 19 de outubro de 2020, no montante de R\$10.000.000,00 com vencimento em 18 de outubro de 2024, com taxa 100% do CDI + Taxa de Juros de 0,385000% a.m. O saldo em aberto deste contrato em 31 de janeiro de 2021 era de R\$10.011.534,47.
- Cédula de Crédito Bancário nº 005339749 emitida pela Bussadori em favor do Banco Safra S.A., em 13 de julho de 2020, no montante de R\$10.000.000,00 com vencimento em 09 de agosto de 2021, com taxa 100% do CDI + Taxa de Juros de 0,311282% a.m. O saldo em aberto deste contrato em 31 de janeiro de 2021 era de R\$10.303.274,62.

- Cédula de Crédito Bancário nº 001255701 emitida pela Grão de Ouro em favor do Banco Safra S.A., em 10 de setembro de 2019, no montante de R\$2.999.999,99 com vencimento em 26 de agosto de 2024, com taxa 100% do CDI + Taxa de Juros de 0,550000% a.m, tendo como avalista a Companhia. O saldo em aberto deste contrato em 31 de janeiro de 2021 era de R\$3.004.414,54.
- Cédula de Crédito Bancário nº 001252868 emitida pela Grão de Ouro em favor do Banco Safra S.A., em 10 de setembro de 2019, no montante de R\$6.000.000,00 com vencimento em 06 de maio de 2021, com taxa 100% do CDI + Taxa de Juros de 0,590000% a.m. O saldo em aberto deste contrato em 31 de janeiro de 2021 era de R\$6.037.597,09.
- Cédula de Crédito Bancário nº 001256499 emitida pela Grão de Ouro em favor do Banco Safra S.A., em 04 de janeiro de 2021, no montante de R\$2.000.000,00 com vencimento em , 04 de agosto de 2021, com taxa 100% do CDI + Taxa de Juros de 0,550000% a.m. O saldo em aberto deste contrato em 31 de janeiro de 2021 era de R\$2.012,901,89.
- Cédula de Crédito Bancário nº sem número, emitida pela Rural Brasil em favor do Banco Safra S.A., em 14 de junho de 2019, no montante de R\$917.139,50 com vencimento em 26 de junho de 2022, com Taxa de Juros de 0,85% a.m. O saldo em aberto deste contrato em 31 de janeiro de 2021 era de R\$469.217,75.
- Cédula de Crédito Bancário nº 0103600010089832 emitida pela Rural Brasil em favor do Banco J. Safra S.A., em 12 de dezembro de 2019, no montante de R\$528.745,04 com vencimento em 12 de dezembro de 2021, com Taxa de Juros de 0,85% a.m. O saldo em aberto deste contrato em 31 de janeiro de 2021 era de R\$259.223,03.
- Cédula de Crédito Bancário nº 0103600010087178 emitida pela Rural Brasil em favor do Banco J. Safra S.A., em 02 de outubro de 2019, no montante de R\$301.484,78 com vencimento em 02 de outubro de 2022, com Taxa de Juros de 0,85% a.m. O saldo em aberto deste contrato em 31 de janeiro de 2021 era de R\$190.051,27.
- Cédula de Crédito Bancário nº 0103600010086240 emitida pela Rural Brasil em favor do Banco J. Safra S.A., em 02 de setembro de 2019, no montante de R\$522.229,20 com vencimento em 02 de setembro de 2021, com Taxa de Juros de 0,89% a.m. O saldo em aberto deste contrato em 31 de janeiro de 2021 era de R\$190.065,88.
- Cédula de Crédito Bancário nº 0103600010084749 emitida pela Rural Brasil em favor do Banco J. Safra S.A., em 08 de julho de 2019, no montante de R\$769.002,86 com vencimento em 08 de julho de 2022, com Taxa de Juros de 0,85% a.m. O saldo em aberto deste contrato em 31 de janeiro de 2021 era de R\$415.820,35.
- Cédula de Crédito Bancário nº 001428499, emitida pela Rural Brasil em favor do Banco Safra S.A., em 21 de setembro de 2020, no montante de R\$10.000.000,00 com vencimento em 16 de setembro de 2021, com Taxa de Juros de 0,45% a.m. O saldo em aberto deste contrato em 31 de janeiro de 2021 era de R\$10.020.963,45.
- Cédula de Crédito Bancário nº 001428812, emitida pela Rural Brasil em favor do Banco Safra S.A., em 27 de novembro de 2020, no montante de R\$ 15.000.000,00 com vencimento em 23 de setembro de 2021, com taxa 100% CDI + Taxa de Juros de 0,475000% a.m. O saldo em aberto deste contrato em 31 de janeiro de 2021 era de R\$15.010.472,81.
- Cédula de Crédito Bancário nº 0360101061 emitida pela Rural Brasil em favor do Banco J. Safra S.A., em 28 de dezembro de 2020, no montante de R\$1.088.261,96 com vencimento em 28 de dezembro de 2022, com Taxa de Juros de 0,75% a.m. O saldo em aberto deste contrato em 31 de janeiro de 2021 era de R\$1.090.033,42.
- Cédula de Crédito Bancário nº 005350521 emitida pela Agro Ferrari em favor do Banco Safra S.A., em 26 de novembro de 2020, no montante de R\$3.500.000,00 com vencimento em 25 de maio de 2021, com Taxa de Juros de 0,295160% a.m. O saldo em aberto deste contrato em 31 de janeiro de 2021 era de R\$3.527.770,13.

- Cédula de Crédito Bancário nº 005350262 emitida pela Agro Ferrari em favor do Banco Safra S.A., em 22 de outubro de 2020, no montante de R\$ 5.000.000,00 com vencimento em 22 de outubro de 2024, com Taxa de Juros de 0,385000% a.m. O saldo em aberto deste contrato em 31 de janeiro de 2021 era de R\$ 5.005.767,24.
- Cédula de Crédito à Exportação Indireta nº 4255/947373/2020 emitida pela Rural Brasil em favor da Caixa Econômica Federal em 28 de agosto de 2020, no montante de R\$ 15.000.000,00 com vencimento em 28 de fevereiro de 2021 (em fase de renovação), com taxa CDI + 0,31% a.m., tendo como avalista a Companhia. O saldo em aberto deste contrato em 31 de janeiro de 2021 era de R\$15.140.563,00.
- Cédula de Crédito Bancário – Capital de Giro nº 11.4258.767.0000001/83 emitida pela Grão de Ouro em favor da Caixa Econômica Federal, em 20 de julho de 2020, no montante de R\$ 3.000.000,00 com vencimento em 20 de julho de 2021, com taxa 100% do CDI + Taxa de Juros de Sobrepreço de 0,65%a.m., tendo como avalista a Companhia. O saldo em aberto deste contrato em 31 de janeiro de 2021 era de R\$1.505.069,00.
- Cédula de Crédito Bancário nº 774267/4265/2020 emitida pela Bussadori em favor da Caixa Econômica Federal, em 30 de junho de 2020, no montante de R\$ 7.500.000,00 com vencimento em 24 de fevereiro de 2021, com taxa de 5,60% a.a., tendo como garantia uma Cessão Fiduciária de Aplicação Financeira – Renda Fixa no valor de R\$ 1.500.000,00 e um Penhor Censual de Produtos Agropecuários no valor de R\$8.519.545,10. O saldo em aberto deste contrato em 31 de janeiro de 2021 era de R\$7.737.529,00.
- Cédula de Crédito Bancário BDMG/BF nº 303.880/20 emitida pela Grão de Ouro em favor do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, em 17 de julho de 2020, no montante de R\$ 3.000.000,00 com vencimento em 10 de agosto de 2021, com juros remuneratórios à taxa efetiva de 3,55% ao ano, tendo como avalista a Companhia. O saldo em aberto deste contrato em 31 de janeiro de 2021 era de R\$2.340.941,00.
- Cédula de Crédito Bancário BDMG/BF nº 317.613/20 emitida pela Grão de Ouro em favor do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, em 18 de novembro de 2020, no montante de R\$ 10.000.000,00 com vencimento em 18 de maio de 2022, com juros remuneratórios à taxa efetiva de 4,35% ao ano, tendo como avalista a Companhia. O saldo em aberto deste contrato em 31 de janeiro de 2021 era de R\$10.082.026,00.

Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Uma redução da participação societária do atual grupo de controle da Companhia imediatamente em decorrência da Oferta poderá ser interpretada como uma alteração no controle da Companhia e, conseqüentemente, configurar um evento de vencimento antecipado de determinados contratos, o que poderá afetar adversamente a Companhia”, na página 88 deste Prospecto.

Para informações sobre o impacto dos recursos líquidos decorrentes da Oferta na situação patrimonial da Companhia, vide a seção “Capitalização”, na página 119 deste Prospecto.

Um aumento (redução) de R\$1,00 no preço de R\$17,50 por Ação, que é o ponto médio da faixa indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto Preliminar, acarretaria um aumento (redução) de R\$38.905.050,08 nos recursos líquidos advindos da Oferta Primária, considerando a dedução das comissões da Oferta e das despesas estimadas da Oferta. O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Tendo em vista que a Oferta Secundária é uma distribuição pública secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, a Companhia não receberá quaisquer recursos em decorrência da realização da Oferta Secundária. Os Acionistas Vendedores receberão todos os recursos líquidos resultantes da venda das Ações no âmbito da Oferta Secundária.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta informações sobre os empréstimos e financiamentos da Companhia e sua estrutura de capital em 31 de outubro de 2020 e indicam: (i) a posição naquela data; (ii) os valores ajustados para refletir o aumento de capital social da Companhia realizado em 11 de fevereiro de 2021; e (iii) os valores ajustados para refletir o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, no valor de R\$666.858.747,69, com base no Preço por Ação de R\$17,50 após a dedução das comissões e despesas estimadas.

As informações abaixo, referentes à coluna “Efetivo”, foram extraídas das informações financeiras da Companhia relativas ao período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020, auditadas pelos Auditores Independentes, e devem ser lidas em conjunto com as mesmas, bem como as seções 3 e 10 do Formulário de Referência nas páginas 1205 e 1372, respectivamente, deste Prospecto.

	Período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020		
	Efetivo	Ajustado para refletir o aumento de capital social ⁽¹⁾ <i>(em R\$ mil)</i>	Ajustado para a Oferta ⁽²⁾
Empréstimos e financiamentos (circulante)	795.827	795.827	795.827
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	0	0	0
Patrimônio líquido	937.022	973.759	1.640.618
Capitalização Total⁽³⁾	1.732.849	1.769.586	2.436.445

⁽¹⁾ Ajustado para refletir o aumento do capital social realizado em 11 de fevereiro de 2021, no montante de R\$36.737.326,99, em decorrência do exercício de opções totalmente vestidas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. Para mais informações, vide item “Eventos Recentes” do Sumário na página 17 deste Prospecto.

⁽²⁾ Ajustado para refletir o recebimento de recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, com base no Preço por Ação de R\$17,50, que é o ponto médio da Faixa Indicativa. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

⁽³⁾ Capitalização total corresponde à soma total de empréstimos e financiamentos e o patrimônio líquido nas datas indicadas.

Além do aumento de capital social descrito acima, não houve alteração relevante na capitalização total da Companhia desde 31 de outubro de 2020.

Um aumento (redução) de R\$1,00 no preço de R\$17,50 por Ação, que é o ponto médio da faixa indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto Preliminar, acarretaria um aumento (redução) de R\$38.905.050,08 no patrimônio líquido da Companhia, considerando a dedução das comissões da Oferta e das despesas estimadas da Oferta. O valor do patrimônio líquido da Companhia após a conclusão da Oferta, está sujeito a alterações do Preço por Ação, que somente será conhecido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

Em 31 de outubro de 2020, o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$937.022 mil e o valor patrimonial por ação ordinária de sua emissão, na mesma data, considerando o grupamento de ações aprovado em 17 de dezembro de 2020 era de R\$6,77. O referido valor patrimonial por ação representa o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia, dividido pelo número total de ações ordinárias de sua emissão em 31 de outubro de 2020, considerando os efeitos do grupamento.

Após o aumento de capital social realizado em 11 de fevereiro de 2021 mediante a emissão de 3.640.399 ações, o valor patrimonial por ação ordinária de emissão da Companhia, é de R\$6,86.

Considerando a subscrição de 40.740.679 Ações no âmbito da Oferta Primária pelo Preço por Ação de R\$17,50, e após a dedução das comissões e despesas devidas no âmbito da Oferta, o patrimônio líquido ajustado da Companhia em 31 de outubro de 2020 seria de R\$1.640.618.075, representando um valor de R\$8,98 por ação de emissão da Companhia. Isso representaria um aumento imediato do valor patrimonial por Ação correspondente a R\$2,12 por ação para os acionistas existentes, e uma diluição imediata do valor patrimonial por ação de emissão da Companhia de 48,69% para os novos investidores, no contexto da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos novos investidores e o valor patrimonial contábil por Ação imediatamente após a conclusão da Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção “Características Gerais da Oferta – Custos de Distribuição” na página 53 deste Prospecto.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação de emissão da Companhia, com base em seu patrimônio líquido em 31 de outubro de 2020 e considerando os impactos da realização da Oferta.

	<u>Em R\$, exceto %</u>
Preço por Ação ⁽¹⁾	R\$17,50
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de outubro de 2020 ⁽²⁾	R\$6,77
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de outubro de 2020 ajustado para refletir o aumento de capital social ⁽³⁾	R\$6,86
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de outubro de 2020 ajustado para refletir a Oferta.....	R\$8,98
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por ação em 31 de outubro de 2020 para os atuais acionistas.....	R\$2,12
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação dos novos investidores ⁽⁴⁾	R\$8,52
Percentual de diluição imediata resultante da Oferta ⁽⁵⁾	48,69%

(1) Calculado com base no Preço por Ação de R\$17,50, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Suplementares.

(2) Ajustado para refletir grupamento de ações aprovado em 17 de dezembro de 2020.

(3) Ajustado para refletir o aumento do capital social realizado em 11 de fevereiro de 2021, no montante de R\$36.797.326,99, em decorrência do exercício de opções totalmente vestidas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. Para mais informações, vide item “Eventos Recentes” do Sumário na página 17 deste Prospecto.

(4) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

(5) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações ordinárias de emissão da Companhia e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para mais informações sobre o Procedimento de *Bookbuilding*, vide página 34 deste Prospecto Preliminar.

Um acréscimo ou redução de R\$1,00 no Preço por Ação de R\$17,50, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria em um aumento ou redução, após a conclusão da Oferta: (i) de R\$38.905.050,08 no valor do patrimônio líquido contábil da Companhia; e (ii) na diluição do valor patrimonial contábil por ação ordinária aos investidores desta Oferta em R\$9,31 por Ação; após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta. O valor do patrimônio líquido contábil da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A realização da Oferta Secundária não resultará em nenhuma mudança no número de ações ordinárias de emissão da Companhia, nem em alteração em seu patrimônio líquido, uma vez que as Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores já foram emitidas pela Companhia.

Planos de Outorga de Opções de Compra de Ações

Os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17 de dezembro de 2020, o Plano de Opção de Compra de Ações e de Incentivos Atrelados a Ações (“Plano”), que estabelece as condições gerais para a outorga de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia aos administradores, empregados, ou outra sociedade sob o controle da Companhia, os quais serão eleitos pelo Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, por meio da instituição de Programas de Opção de Compra de Ações e/ou Programas de Incentivos Atrelados a Ações.

O total de ações a ser entregue por meio do Plano não poderá ultrapassar 6% (seis por cento) do capital social subscrito e integralizado da Companhia.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 18 de dezembro de 2020, o 1º Programa de Opção de Compra de Ações (“1º Programa”). No âmbito do 1º Programa, foram outorgadas 3.640.399 opções. Na data deste Prospecto, todas as opções já foram exercidas e as ações correspondentes entregues aos beneficiários, conforme aumento de capital aprovado em 11 de fevereiro de 2021. Para mais informações, vide item “Eventos Recentes” do Sumário na página 17 deste Prospecto.

O beneficiário não poderá ceder, onerar ou transferir a terceiros 40% (quarenta) por cento das ações adquiridas por meio do exercício das opções do 1º Programa.

Ainda, o Conselho de Administração pretende aprovar em um futuro próximo, um segundo programa de opção de compra de ações e um primeiro programa de ações restritas, no âmbito do Plano, com outorgas condicionadas à realização da Oferta. Como as condições desses programas, incluindo preço de exercício, ainda não foram aprovadas, não é possível apresentar o quadro com a hipótese de diluição máxima decorrente das outorgas, sendo a diluição máxima limitada a 6% (seis por cento) do capital social subscrito e integralizado da Companhia, conforme determinado no Plano.

Para mais informações sobre o Plano, vide item 13.4 do Formulário de Referência na página 1479 deste Prospecto.

Incorporação da Boa Vista

Conforme descrito na seção “Destinação dos Recursos”, na página 114 deste Prospecto, a aquisição da Boa Vista, caso concluída, envolverá a aquisição de 45% do seu capital social mediante entrega de ações da Companhia, por meio de uma incorporação, de forma que o atual sócio da Boa Vista fique com uma participação de 2,4% do capital social da Companhia (antes dos efeitos da diluição da Oferta Primária).

Assim, assumindo a conclusão da aquisição da Boa Vista, após a Oferta os acionistas atuais e os novos investidores sofrerão uma diluição estimada em 1,74% na sua participação societária em razão da incorporação da Boa Vista (considerando as Ações do Lote Suplementar).

Histórico do preço pago por Administradores e acionista controlador em subscrições de ações da Companhia nos últimos cinco anos

O quadro abaixo apresenta informações sobre os aumentos de capital da Companhia nos últimos cinco anos, subscritos integralmente pelo acionista controlador e pelos administradores da Companhia:

<u>Data</u>	<u>Natureza da operação</u>	<u>Tipo de Ação</u>	<u>Quantidade de Ações</u>	<u>Valor Pago</u> (R\$)	<u>Valor Pago por Ação</u> (R\$)
03/03/2017	Aumento de capital	Ordinária	500.000	500.000,00	1,00
30/09/2017	Aumento de capital	Ordinária	15.130.000	3.945.000,00	0,2607
22/03/2018	Aumento de capital	Ordinária	2.544.374	254.437,40	0,0999
26/09/2018	Aumento de capital	Ordinária	15.952.426	1.690.000,00	0,1059
21/12/2018	Aumento de capital	Ordinária	27.004.724	2.750.431,10	0,1018
20/05/2019	Aumento de capital	Ordinária	23.482.807	28.750.000,60	1,2242
30/10/2020	Incorporação de Ações	Ordinária	107.381.592	38.638.395,80	0,3598
30/10/2020	Incorporação	Ordinária	98.205.960	35.480.065,00	0,3613
30/10/2020	Incorporação	Ordinária	305.027.736	262.920.466,28	0,8620
11/02/2021	Aumento de capital	Ordinária	3.640.399	36.737.326,99	10,0916

Além dos aumentos de capital acima, não houve outras aquisições de ações de emissão da Companhia por administradores, controladores ou detentores de opções nos últimos cinco anos.

ANEXOS

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2020 QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO DO AGROFUNDO BRASIL III, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2020, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA SECUNDÁRIA

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO DO AGROFUNDO BRASIL IV, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2020, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA SECUNDÁRIA

ATAS DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO E DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS DO AGROFUNDO BRASIL V, REALIZADAS EM 22 DE DEZEMBRO DE 2020, QUE APROVARAM A REALIZAÇÃO DA OFERTA SECUNDÁRIA

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS DA MONTE CRISTO, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2020, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA SECUNDÁRIA, INCLUSIVE NO QUE SE REFERE À FIXAÇÃO DO PREÇO POR AÇÃO

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS DA CLARUS, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2020, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA SECUNDÁRIA, INCLUSIVE NO QUE SE REFERE À FIXAÇÃO DO PREÇO POR AÇÃO

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS DA CICLUS, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2020, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA SECUNDÁRIA, INCLUSIVE NO QUE SE REFERE À FIXAÇÃO DO PREÇO POR AÇÃO

MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

MINUTAS DAS ATAS DOS COMITÊS DE INVESTIMENTO DO AGROFUNDO BRASIL III, AGROFUNDO BRASIL IV E AGROFUNDO BRASIL V QUE APROVARÃO O PREÇO POR AÇÃO

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS DA COMPANHIA EM 30 DE SETEMBRO DE 2020

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE DEZ MESES FINDO EM 31 DE OUTUBRO DE 2020

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, 2018 E 2017

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PRO FORMA NÃO AUDITADAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA COMPANHIA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PERÍODOS DE DEZ MESES FINDOS EM 31 DE OUTUBRO DE 2020 E 2019

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA AGRO KEY REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, 2018 E 2017

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA AGRO ADVANCE REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ESTATUTO SOCIAL DA
AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ nº 21.240.146/0001-84

NIRE 35.300.489.543

Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto Social e Duração

Artigo 1º. A Companhia tem a denominação de AgroGalaxy Participações S.A. e rege-se pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (conforme alterada, a "Lei das S.A.").

Parágrafo Único. Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 2º. A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades que atuem direta ou indiretamente no segmento de agronegócios, no Brasil ou no exterior, como sócia ou acionista.

Artigo 3º. A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, bairro Itaim Bibi, CEP 01453-000, podendo, por deliberação da Diretoria, sem a necessidade de qualquer autorização prévia do Conselho de Administração, abrir, transferir e/ou encerrar filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior. Em qualquer caso, o Conselho de Administração deverá ser informado acerca das aberturas e encerramentos das filiais ou escritórios.

Artigo 4º. A Companhia tem prazo indeterminado de duração.

Capítulo II - Capital Social e Ações

Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 462.783.468,77 (quatrocentos e sessenta e dois milhões, setecentos e oitenta e três mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e setenta e sete centavos), dividido em 141.968.923 (cento e quarenta e um milhões, novecentos e sessenta e oito mil, novecentos e vinte e três) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1. Cada ação ordinária dará ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais da Companhia.

Parágrafo 2. As ações da Companhia serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") com quem a Companhia mantenha contrato de escrituração em vigor, sem emissão de certificados. A instituição escrituradora poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites máximos fixados pela CVM.

Artigo 6º. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, até o limite de R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de subscrição e integralização.

Parágrafo 1. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição.

Parágrafo 2. A Companhia pode, dentro do limite do capital autorizado estabelecido no caput e de acordo com o plano aprovado pela assembleia geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de sociedades controladas, sem direito de preferência para os antigos acionistas.

Artigo 7º. Os acionistas terão, na proporção da quantidade de ações de que forem titulares, preferência para a subscrição de novas ações e/ou de valores mobiliários conversíveis em ações, na forma da lei.

Parágrafo 1. O prazo para exercício do direito de preferência será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de publicação da ata da Assembleia Geral que deliberar o respectivo aumento, ou do competente aviso.

Parágrafo 2. A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição com exclusão do direito de preferência ou com redução do prazo para o exercício do direito de preferência quando a colocação desses valores mobiliários seja feita mediante a venda em bolsa ou por meio de subscrição pública, ou ainda, por meio de permuta de ações, em oferta pública de aquisição, nos termos do art. 172 da Lei das S.A.

Artigo 8º. Nas hipóteses em que a lei conferir direito de retirada a acionista dissidente de deliberação da Assembleia Geral, o valor do reembolso terá por base o valor do patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral, observadas as disposições do art. 45 da Lei das S.A.

Artigo 9º. A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias ou ações preferenciais.

Capítulo III - Assembleia Geral de Acionistas

Artigo 10º. As Assembleias Gerais da Companhia serão realizadas, ordinariamente, anualmente, nos 4 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social anterior, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos no art. 132 da Lei das S.A., e extraordinariamente, sempre que forem convocadas.

Parágrafo 1. As Assembleias Gerais, ordinárias ou extraordinárias, serão convocadas e instaladas de acordo com a Lei das S.A., este Estatuto Social e a regulamentação aplicável.

Parágrafo 2. As Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única.

Parágrafo 3. Ressalvadas as exceções previstas em lei e na regulamentação aplicável, a assembleia geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, a maioria do capital social com direito de voto e, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo 4. Independentemente das formalidades referentes à convocação de Assembleias Gerais previstas neste Estatuto Social, será regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo 5. As Assembleias Gerais ocorrerão na sede da Companhia, nos termos do art. 124, §2º da Lei das S.A.

Parágrafo 6. As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e, na falta ou impedimento deste, por qualquer outro membro do Conselho

de Administração ou diretor presente ou acionista a ser escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes. Caberá ao Presidente da Assembleia Geral indicar o Secretário.

Artigo 11º. Todas e quaisquer deliberações tomadas pelos acionistas em Assembleia Geral serão tomadas por voto afirmativo de acionistas representando a maioria absoluta do capital social da Companhia, não se computando os votos em branco, exceto se quórum maior for exigido por Lei ou pela regulamentação aplicável.

Parágrafo Único. Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata, a qual será assinada pelos integrantes da mesa e pelos acionistas presentes.

Artigo 12º Sem prejuízo de outras disposições constantes na Lei das S.A. e neste Estatuto Social, compete à Assembleia Geral deliberar sobre:

- (i) qualquer alteração do Estatuto Social;
- (ii) eleição e destituição dos membros do Conselho de Administração, bem como definição do número de cargos a serem preenchidos no Conselho de Administração da Companhia;
- (iii) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras;
- (iv) fixação da remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- (v) deliberação, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício;
- (vi) aumento do capital social acima do limite do capital autorizado ou redução do capital social;
- (vii) emissão de debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição acima do limite do capital autorizado;
- (viii) início de qualquer processo voluntário de liquidação, falência ou recuperação judicial da Companhia nos termos da Lei nº 11.101/05;
- (ix) dissolução da Companhia, incluindo a escolha e contratação de liquidante, aprovação das contas correspondentes e cessação do estado de liquidação;
- (x) aprovação de plano de opção de ações ou plano de remuneração baseado em ações que envolva a entrega de ações;
- (xi) qualquer operação de cisão, incorporação, inclusive incorporação de ações ou fusão envolvendo a Companhia, bem como a transformação da Companhia em qualquer outro tipo societário; e
- (xii) resgate, amortização, desdobramento, grupamento ou bonificação de ações; e
- (xiii) dispensa da realização de oferta pública de aquisição de ações para saída do Novo Mercado, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 13º Qualquer voto proferido pelos acionistas que seja contrário ao disposto nos Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia será inválido e ineficaz, não podendo ser computado pelo presidente da Assembleia Geral da Companhia.

Capítulo IV - Administração da Companhia

Artigo 14º A Companhia será administrada e dirigida por um conselho de administração ("Conselho de Administração") e uma diretoria ("Diretoria"), cuja composição e funcionamento obedecerão às Leis aplicáveis e ao presente Estatuto Social.

Parágrafo 1. A posse dos administradores fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 37º. Os termos de posse dos membros do Conselho de Administração serão, lavrados, respectivamente, no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração e no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria, e eles deverão permanecer em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores.

Parágrafo 2. A assinatura do termo de posse deverá ser realizada nos 30 (trinta) dias subsequentes à eleição, sob pena da nomeação tornar-se sem efeito, salvo justificação aceita pelo respectivo órgão da administração para o qual o administrador tiver sido eleito.

Parágrafo 3. A remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a remuneração individual dos membros da administração.

Capítulo V - Conselho de Administração

Artigo 15º O Conselho de Administração da Companhia será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros efetivos, com direito a voto, eleitos pela Assembleia Geral. Os Conselheiros, residentes ou não no Brasil, serão nomeados pela Assembleia Geral, para um mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na assembleia geral que os eleger.

Parágrafo 2. Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo 3. O Conselho de Administração terá um Presidente, nomeado pela Assembleia Geral.

Parágrafo 4. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de diretor presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo 5. No caso de destituição, renúncia, substituição, impedimento permanente ou qualquer outro evento do qual resulte a vacância de um cargo de conselheiro da Companhia, caberá aos conselheiros remanescentes nomear um conselheiro substituto até a primeira Assembleia Geral subsequente.

Parágrafo 6. Em caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente, do Conselho de Administração, a quem compete presidir as reuniões do Conselho de Administração, os conselheiros remanescentes escolherão, dentre eles, quem presidirá as reuniões do Conselho de Administração.

Artigo 16º. O Conselho de Administração deverá se reunir ordinariamente pelo menos uma vez a cada 3 (três) meses e extraordinariamente sempre que necessário. O Presidente do Conselho de Administração convocará as reuniões do órgão por iniciativa própria ou mediante solicitação escrita de 3 (três) conselheiros. A omissão do Presidente do Conselho de Administração em convocar reunião solicitada pelos conselheiros no prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da data de recebimento da respectiva solicitação legitimará os conselheiros em questão a convocarem a reunião.

Artigo 17º. As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por telefone, vídeo conferência ou por qualquer outro meio compatível com a legislação brasileira, sendo que os votos poderão ser também manifestados por e-mail, se necessário, mas sempre na forma escrita.

Artigo 18º. Qualquer membro do Conselho de Administração poderá outorgar procuração específica para outro membro do Conselho de Administração para que este possa votar em seu nome, em reunião do Conselho de Administração. Tais procurações deverão ser arquivadas na sede da Companhia.

Artigo 19º. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência. A notificação conterà a ordem do dia detalhada, inclusive quaisquer propostas de deliberações e todos os documentos necessários relacionados a tais deliberações. A notificação poderá ser dispensada por escrito ou pela presença de todos os Conselheiros à reunião.

Artigo 20º. Nas deliberações do Conselho de Administração, cada conselheiro terá direito a um voto. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria absoluta de votos dos conselheiros, sendo que, em caso de conflito de interesses, inclusive decorrente de aprovação de transações com partes relacionadas, o quórum será da maioria dos membros não conflitados.

Artigo 21º. Compete ao Conselho de Administração, além das demais atribuições estabelecidas neste Estatuto Social e pela lei vigente, deliberar sobre as seguintes matérias:

- (i) estabelecer as orientações gerais dos negócios da Companhia;
- (ii) aprovar e alterar conforme o caso, o plano plurianual de negócios da Companhia;
- (iii) aprovar o orçamento anual e o planejamento comercial e operacional anual da Companhia e de suas controladas (o "Plano Anual de Negócios"), bem como qualquer de suas alterações;
- (iv) eleger e destituir os diretores e fixar-lhes as atribuições complementares específicas, observado o disposto neste Estatuto Social;
- (v) deliberar sobre a remuneração individual dos administradores dentro do limite máximo anual estabelecido pela Assembleia Geral;
- (vi) fiscalizar a gestão dos Diretores e examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, além de solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos, seja de controladas, coligadas ou investidas;
- (vii) aprovar propostas de reforma estatutária, a serem submetidas à Assembleia Geral;

- (viii) convocar a Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto Social;
- (ix) aprovar o aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, fixando o preço de emissão, bem como as demais condições de emissão, inclusive o prazo de integralização, das novas ações, bem como aprovar a emissão de debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado;
- (x) aprovar a aquisição de ações de sua própria emissão para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como decidir acerca da sua revenda ou recolocação no mercado, observada a regulamentação aplicável;
- (xi) aprovar a celebração de quaisquer operações com partes relacionadas que não digam respeito ao curso normal dos negócios ou que, mesmo no curso normal dos negócios, envolvam valor, individual ou agregado, igual ou superior, em um período de 12 (doze) meses, a R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), observado que garantias outorgadas em favor de controladas para operações no curso normal dos seus negócios não deverão ser consideradas fora do curso normal dos negócios da Companhia;
- (xii) aprovar a realização de qualquer despesa ou investimento pela Companhia não contemplada em itens específicos deste artigo, ou o desenvolvimento de novos projetos pela Companhia, cujo valor (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados em um período de 12 meses) supere R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto se a despesa ou o investimento encontrar-se contemplado no Plano Anual de Negócios aprovado nos termos deste artigo;
- (xiii) vender ou adquirir ativos imobilizados da e pela Companhia, que não estejam previstos no Plano Anual de Negócios, em valores superiores a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) em uma operação individual ou em uma série de operações relacionadas em um período de 12 (doze) meses;
- (xiv) estabelecer as alçadas da Diretoria Executiva para aquisição, alienação e oneração de bens do ativo não circulante;
- (xv) vender ou adquirir da e pela Companhia de participações societárias cujo *enterprise value* da companhia sendo vendida ou adquirida, implícito na operação, supere o valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);
- (xvi) a outorga de garantias em favor de terceiros, fora do curso normal dos negócios, desde que abordem negócios jurídicos relacionados à consecução do interesse social da Companhia;
- (xvii) aprovar a contratação de qualquer empréstimo, financiamento ou qualquer outro tipo de endividamento, assunção de obrigações e/ou concessão de qualquer garantia real ou fidejussória que excedam, individualmente, o montante de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
- (xviii) aprovar a celebração, pela Companhia, de quaisquer operações com derivativos, exceto aquelas realizadas para fins de hedge, e cuja operação mercantil originadora esteja contemplada no Plano Anual de Negócios ou, caso a referida operação não exceda o montante previsto no Plano Anual de Negócios em mais de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
- (xix) aprovar a emissão de debêntures simples, *commercial papers*, notas promissórias, bonds, notes e quaisquer títulos de dívida de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada, bem como sobre a recompra,

- repactuação, resgate e/ou cancelamento de quaisquer títulos ou valores mobiliários referidos este item;
- (xx) dar cumprimento a qualquer plano de opção de ações ou de remuneração baseado em ações aprovado pela assembleia geral, podendo aprovar programas e outorgas no âmbito dos planos, bem como aprovar qualquer plano de remuneração baseado em ações que não envolva a entrega de ações, em todos os casos respeitada a remuneração global aprovada em assembleia geral;
 - (xxi) aprovar ou alterar as políticas, regimentos internos ou atos regimentais da Companhia e sua estrutura administrativa, incluindo o seu Código de Conduta;
 - (xxii) criar e instalar, a seu exclusivo critério, comitês de assessoramento ou grupos de trabalho com objetivos definidos;
 - (xxiii) aprovar ou alterar a política de dividendos;
 - (xxiv) aprovar a contratação e destituição dos auditores independentes da Companhia;
 - (xxv) apreciar o relatório da administração, balanços, demonstrações financeiras, bem como os demais documentos previstos no art. 133 da Lei das S.A., e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral, incluindo a proposta de destinação do lucro líquido;
 - (xxvi) aprovar as informações financeiras trimestrais da Companhia;
 - (xxvii) aprovar a distribuição de dividendos intercalares ou intermediários ou pagamento de juros sobre o capital próprio com base em balanços semestrais, trimestrais ou mensais, conforme previsto no artigo 28;
 - (xxviii) autorizar qualquer mudança nas políticas contábeis da Companhia, exceto se exigido pelos princípios contábeis geralmente aceitos nas jurisdições em que a Companhia opera;
 - (xxix) aprovar as atribuições da área de auditoria interna da Companhia;
 - (xxx) aprovar o orçamento do comitê de auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos;
 - (xxxi) elaborar e divulgar parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado;
 - (xxxii) exercer as funções normativas das atividades da Companhia, podendo avocar para seu exame e deliberação qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa de outros órgãos, bem como deliberar sobre os assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria; e
 - (xxxiii) aprovar, no âmbito das sociedades investidas e/ou de qualquer controlada ou coligada da Companhia quaisquer das matérias previstas neste artigo e no artigo 12º.

Capítulo VI - Diretoria

Artigo 22º. A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 4 (quatro) Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição, sendo 1 (um) Diretor Presidente e 1 (um) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, obrigatoriamente, e 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Operações Norte/Centro Oeste e 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Operações Sul/Sudeste, os quais obedecerão às Leis aplicáveis e às disposições deste Estatuto Social.

Parágrafo 1. Ocorrendo a vacância do cargo por ausência, impedimento definitivo, incapacidade ou renúncia, de qualquer Diretor, será realizada reunião do Conselho de Administração, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a ocorrência do fato, para eleição do substituto, que completará o prazo de gestão em curso, ou declaração de vacância do cargo.

Parágrafo 2. Terminado o mandato para o qual foram eleitos, os Diretores continuarão em seus cargos até a eleição e posse dos novos Diretores eleitos.

Artigo 23º Compete à Diretoria a representação da Companhia, ativa e passivamente, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei e no presente Estatuto Social.

Parágrafo 1. Além das atribuições que lhe são conferidas pela lei e por este estatuto social ou que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração, o Diretor Presidente terá as seguintes atribuições:

- (a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (b) determinar e acompanhar o exercício das atribuições dos diretores sem designação específica da Companhia;
- (c) implementar as estratégias, planos e políticas definidas pelo conselho de administração da Companhia;
- (d) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades diárias da Companhia; e
- (e) supervisionar e coordenar as atividades do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e dos demais diretores da Companhia.

Parágrafo 2. Além das atribuições que lhe são conferidas pela lei e por este estatuto social ou que lhe forem conferidas pelo conselho de administração, o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores terá as seguintes atribuições:

- (a) planejar, coordenar, organizar, dirigir e supervisionar as atividades relativas às áreas financeira, contábil, fiscal e de planejamento e controle da Companhia;
- (b) coordenar o controle e movimentação financeira da Companhia, zelando pela saúde econômica e financeira;
- (c) gerenciar o orçamento, controlar despesas, implantar controles e reportar o desempenho financeiro da Companhia;
- (d) coordenar os trabalhos de preparação das demonstrações financeiras, do relatório anual da administração da Companhia e demais relatórios gerenciais solicitados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração;
- (e) representar institucionalmente a Companhia perante a CVM, acionistas, investidores, as bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como as entidades de regulação e autorregulação e fiscalização correspondentes e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; e
- (f) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e autorregulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições.

Parágrafo 3. Além das atribuições que lhe são conferidas pela lei e por este estatuto social ou que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração, o Diretor Vice-Presidente de Operação Norte/Centro Oeste terá as seguintes atribuições:

- (b) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades diárias das controladas da Companhia e respectivas áreas de negócios com base geográfica nas regiões Norte e Centro Oeste do país;
- (c) consolidar o resultado das controladas da Companhia e respectivas áreas de negócios com base geográfica nas regiões Norte e Centro Oeste do país; e
- (d) atuações específicas em outras áreas da Companhia como um todo, a serem definidas pelo Conselho de Administração (como por exemplo suprimentos, barter, mesa de grãos, marketing, digital, entre outras).

Parágrafo 4. Além das atribuições que lhe são conferidas pela lei e por este estatuto social ou que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração, o Diretor Vice-Presidente de Operação Sul/Sudeste terá as seguintes atribuições:

- (e) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades diárias das controladas da Companhia e respectivas áreas de negócios com base geográfica nas regiões Sul e Sudeste do país;
- (f) consolidar o resultado das controladas da Companhia e respectivas áreas de negócios com base geográfica nas regiões Sul e Sudeste do país; e
- (g) atuações específicas em outras áreas da Companhia como um todo, a serem definidas pelo Conselho de Administração (como por exemplo suprimentos, barter, mesa de grãos, marketing, digital, entre outras).

Artigo 24º A Companhia será representada, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, por 2 (dois) diretores em conjunto, exceto caso a matéria tenha sido aprovada pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, caso em que a Companhia poderá ser representada por 1 (um) diretor individualmente.

Parágrafo 1. A Companhia poderá outorgar procurações para sua representação mediante a assinatura de 2 (dois) diretores em conjunto, exceto caso a matéria tenha sido aprovada pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, caso em que a Companhia poderá outorgar procurações mediante a assinatura de 1 (um) diretor individualmente. As procurações outorgadas pela Companhia devem especificar os poderes outorgados e, com exceção das procurações com cláusula *ad judicium*, devem ter o prazo de vigência de no máximo 1 (um) ano.

Artigo 25º. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pelo Conselho de Administração, nos termos deste Estatuto Social.

Capítulo VII - Conselho Fiscal

Artigo 26º. A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente que, caso instaurado a pedido de acionistas na forma da lei e da regulamentação aplicável, será constituído por 3 (três) membros titulares e até igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, que também fixará a sua remuneração.

Parágrafo Único. A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 37.

Capítulo VIII - Exercício Social, Lucros e Distribuição de Dividendos

Artigo 27º. O exercício social iniciar-se-á em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 28º. Ao final de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras previstas na Lei das S.A., as quais deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Parágrafo 1. A administração da Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, mediante deliberação do conselho de administração:

- (a) declarar dividendos intermediários com base nos lucros e/ou reservas de lucros apurados nos balanços semestrais; e
- (b) declarar dividendos com base nos lucros apurados em balanços relativos a períodos inferiores a um semestre, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o art. 182, §1º, da Lei das S.A.

Artigo 29º. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, nos termos do art. 189 da Lei das S.A.

Parágrafo 1. Do lucro remanescente serão deduzidas as participações estatutárias, se houver, calculadas segundo a ordem de preferência prevista no art. 190 da Lei das S.A.

Parágrafo 2. Do lucro líquido do exercício: (i) 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados à distribuição do dividendo mínimo obrigatório; e (iii) até 75% (setenta e cinco por cento) poderá ser retido com base em orçamento de capital, nos termos do art. 196 da Lei das S.A., e/ou destinados à constituição de reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do capital social, sendo que o saldo das reservas de lucros, com as exceções legais, não excederá o valor do capital social. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, que não seja destinado na forma deste Parágrafo, será capitalizado ou distribuído aos acionistas como dividendo complementar.

Parágrafo 3. Não será pago o dividendo mínimo obrigatório ou será distribuído em valor inferior ao obrigatório, no exercício social em que a administração informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

Artigo 30º. Os dividendos devidos pela Companhia serão pagos, da seguinte forma: (i) primeiramente com os saldos existentes na conta de lucros do exercício, apurados em balanços anuais levantados ao final de cada exercício; (ii) superada a hipótese anterior, os dividendos serão pagos com os recursos contabilizados na conta "lucros acumulados"; e (iii) superadas as hipóteses anteriores, os dividendos serão pagos com os recursos contabilizados na conta "reservas de lucros".

Artigo 31º. A Diretoria, após aprovação da Assembleia Geral, poderá ser autorizada a pagar juros calculados sobre o patrimônio líquido, até o limite da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a título de remuneração do capital próprio, nos termos do que prevê o art. 9º da Lei nº 9.249/95.

Parágrafo Único. Os juros a título de remuneração do capital próprio eventualmente pagos ou creditados pela Companhia aos acionistas serão imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício.

Capítulo IX - Alienação de Controle Acionário

Artigo 32º. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Capítulo X - Liquidação da Companhia

Artigo 33º. A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração.

Capítulo XI - Disposições Gerais

Artigo 34º. A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências ou onerações de ações a qualquer título, e devendo o Presidente da Assembleia Geral e das reuniões do Conselho de Administração abster-se de computar votos contrários aos termos de acordos de acionistas arquivado na sede da Companhia, conforme o art. 118 da Lei das S.A. ("Acordos de Acionistas").

Artigo 35º. As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser elaboradas em conformidade com princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, a Lei das S.A. e as normas da CVM.

Capítulo XII - Lei Aplicável e Arbitragem

Artigo 36º. Este Estatuto Social deverá ser regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

Artigo 37º. A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, na Lei de Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Parágrafo Único. As Partes elegem o foro central da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para os fins exclusivos de (i) assegurar a instituição da arbitragem; e (ii) obter medidas urgentes

para proteção ou salvaguarda de direitos previamente à instauração do Tribunal Arbitral, sem que isso seja considerado como renúncia à arbitragem. Qualquer medida concedida pelo Poder Judiciário deverá ser prontamente notificada pela parte que requereu tal medida à Câmara de Arbitragem do Mercado. O Tribunal Arbitral, uma vez constituído, poderá rever, manter ou revogar as medidas concedidas pelo Poder Judiciário.

Capítulo XIII - Vigência

Artigo 38º. As disposições contidas no artigo 1º, parágrafo único, artigo 12º, item (xiii), artigo 15º, parágrafos primeiro, segundo e quarto, artigo 21º, itens (xxix) e (xxxi), artigo 32º e artigo 37º somente terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3.

* * *

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2020 QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

JUCESP
05 01



JUCESP PROTOCOLO
2.023.097/20-4



AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 21.240.146/0001-84
NIRE 35.300.489.543

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2020**

DATA, HORA E LOCAL: Às 10:30 horas do dia 17 de dezembro de 2020, na sede social da AgroGalaxy Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensadas todas as formalidades de convocação, nos termos do §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença de acionistas titulares de ações representativas de 100% do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença dos Acionistas.

COMPOSIÇÃO DA MESA: A Assembleia foi presidida pelo Sr. Welles Clóvis Pascoal e secretariada pelo Sr. José Mauricio Mora Puliti.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre **(i)** a aprovação da submissão à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") de pedido de registro de emissor de valores mobiliários na "categoria A", nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 480"); **(ii)** a submissão, pela Companhia, do pedido de adesão da Companhia ao segmento especial de listagem da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") denominado "Novo Mercado", bem como de admissão, listagem e negociação de suas ações na B3; **(iii)** a aprovação dos principais termos e condições da oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações" e "Oferta Pública", respectivamente) e de titularidade de determinados acionistas vendedores ("Acionistas Vendedores"); **(iv)** ratificação da renúncia de alguns dos atuais membros do Conselho de Administração da Companhia; **(v)** a eleição da nova composição do Conselho de Administração, incluindo dispensa em relação ao requisito do art. 147, §3º da Lei das S.A. para determinados membros; **(vi)** a conversão da totalidade das classes de ações ordinárias de emissão da Companhia em uma classe única de ações ordinárias; **(vii)** o grupamento das ações da Companhia; **(viii)** a aprovação da criação do capital autorizado da Companhia; **(ix)** a criação do plano de opção de compra de ações e de incentivos atrelados a ações de emissão da Companhia; **(x)** a reforma integral do estatuto social; **(xi)** a aprovação da remuneração global dos administradores; **(xii)** aprovação das demonstrações financeiras reapresentadas da Companhia, da Agro Key Participações S.A. e da Agro Advance Participações S.A. referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, conforme aplicável; **(xiii)** aprovação das informações trimestrais da Companhia e da Agro Key Participações S.A. (ITR) relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020; **(xiv)** aprovação das informações intermediárias da Companhia, da Agro Key Participações S.A. e da Agro Advance

JUCESP
08 01 21

Participações S.A. referentes ao período findo em 30 de outubro de 2020; **(xv)** aprovação das demonstrações financeiras especiais da Companhia referentes ao período findo em 31 de outubro de 2020; **(xvi)** a previsão de convocação e realização de nova assembleia geral extraordinária em caso de não conclusão da Oferta Pública, para aprovação de nova reforma do estatuto social e da retificação da conversão de ações ora aprovada; e **(xvii)** autorização para que os administradores tomem todas as medidas necessárias para implementação dessas deliberações.

DELIBERAÇÕES: Após discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, aprovaram:

- (i) a submissão, pela Companhia, do pedido de registro, pela Companhia, de emissor de valores mobiliários na "categoria A" perante a CVM, nos termos da ICVM 480;
- (ii) a submissão, pela Companhia, do pedido de adesão da Companhia no Novo Mercado, bem como de admissão, listagem e negociação de suas ações na B3, anuindo e sujeitando-se às disposições do Regulamento do Novo Mercado;
- (iii) a realização da Oferta Pública, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("ICVM 400"), com o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente vigente ("Código ANBIMA"), bem como com esforços de dispersão acionária, nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3 e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan"), Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("UBS BB") e Banco ABC Brasil S.A. ("Banco ABC") e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, o Santander, o UBS BB, os "Coordenadores da Oferta"), observados os seguintes termos e condições principais abaixo elencados:
 - (a) serão também realizados esforços de colocação no exterior, sendo nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América ("SEC") em operações isentas de registro, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e, nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos da América, para investidores que sejam considerados pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis daquele país (*Non U.S. Persons*), em conformidade com os procedimentos previstos no Regulation S, editado pela SEC ao amparo do U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado ("Securities Act"), em operações isentas de registro em

JUCESP
08 01 21

conformidade com o disposto no Securities Act, e nos regulamentos editados ao amparo do Securities Act, respeitada a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, em ambos os casos, desde que tais investidores estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis;

(b) nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da ICVM 400, até a data de divulgação do anúncio de início da Oferta Pública, a quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme abaixo definido) poderá, a critério da Companhia e/ou dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total das ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), podendo ser emitidas pela Companhia ou alienadas pelos Acionistas Vendedores, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais").

(c) nos termos do artigo 24 da ICVM 400, a quantidade total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento), podendo ser emitidas pela Companhia ou alienadas pelos Acionistas Vendedores, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações do Lote Suplementar"), conforme opção a ser outorgada no contrato de distribuição da Oferta Pública ao agente estabilizador, opção esta a ser exercida em razão da prestação de serviço de estabilização de preço das Ações; e

(d) os acionistas presentes fazem consignar que, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta Pública.

Adicionalmente, o Conselho de Administração fica autorizado a aprovar a fixação do preço de emissão das Ações objeto da Oferta Restrita, que será fixado de acordo com o resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser conduzido pelos Coordenadores da Oferta (procedimento de *bookbuilding*), e o aumento de capital dela decorrente, dentro do limite do capital autorizado. Ademais, os diretores ficam autorizados a tomar todas as medidas para a implementação da Oferta Pública.

- (iv)** ratificar a renúncia, a partir da presente data, dos seguintes membros do Conselho de Administração: Welles Clóvis Paschoal, Cláudio Augusto Diniz, Haroldo Kazuki Yamanaka, José Saulo Gonçalves e Antônio Luiz Giuliangeli, conforme **Anexos I, II, III, IV e V** a presente ata.
- (v)** a eleição da nova composição do Conselho de Administração da Companhia, sendo alguns membros reeleitos, para um mandato unificado de 2 (dois) anos, conforme segue:

JUCESP
08 01 21

(a) **Sebastian Marcos Popik**, argentino, divorciado, economista, portador da carteira de identidade de estrangeiro ("RNE") nº V340918-M, expedido pelo CGPI/DIREX/DPF, válido até 25 de setembro de 2024, inscrito no CPF/ME sob o nº 228.485.358-73, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, como **Presidente do Conselho de Administração**, com a dispensa expressa relativa ao artigo 147, parágrafo 3º da Lei das S.A.;

(b) **Tomas Agustin Romero**, argentino, casado, economista, portador do RNE nº V820093-L, expedido pelo CGPI/DIREX/DPF, válido até 11 de maio de 2025, inscrito no CPF/ME sob o nº 235.466.338-22, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, como **membro do Conselho de Administração**, com a dispensa expressa relativa ao artigo 147, parágrafo 3º da Lei das S.A.;

(c) **Jorge Luis Ahumada**, argentino, solteiro, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RNE nº G212257-R CGPI/DIREX/DPF e inscrito no CPF/ME sob o nº 236.400.488-81, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, como **membro do Conselho de Administração**, com a dispensa expressa relativa ao artigo 147, parágrafo 3º da Lei das S.A.;

(d) **Benildo Carvalho Teles**, brasileiro, casado, comerciante, portador da carteira de identidade nº M-1398111, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 294.258.756-34, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, como **membro do Conselho de Administração**;

(e) **João Fernando Garcia**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da carteira de identidade nº 3648000-9, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 468.702.969-87, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, como **membro do Conselho de Administração**;

(f) **Mauricio Luis Luchetti**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 10.521.527-2, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 238.595.985-20, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, como **membro independente do Conselho de Administração**, conforme os critérios de independência estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado;

JUCESP
06 01 21

(g) Larissa Yastrebov Pomerantzeff, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade nº 29.935.427-1, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 281.150.168-10, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, como **membro independente do Conselho de Administração**, conforme os critérios de independência estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado; e

(h) Tarcila Reis Correa Ursini, brasileira, casada, economista e advogada, portadora da carteira de identidade nº 19.710.137-9, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 176.122.698-30, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, como **membro independente do Conselho de Administração**, conforme os critérios de independência estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado.

Os Conselheiros ora eleitos serão empossados em seu cargo, mediante assinatura do respectivo termo de posse, conforme **Anexos VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII**, tendo declarado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e na Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002, não estarem incurso em qualquer dos crimes previstos em lei ou nas demais restrições legais que os impedem de exercer administração de sociedade mercantil.

- (vi)** a conversão da totalidade das ações ordinárias que compõem o capital social, divididas nas classes A, B, C, D, E e F, de forma que as atuais 691.642.618 (seiscentos e noventa e um milhões, seiscentas e quarenta e duas mil, seiscentas e dezoito) ações sejam ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem divisão de classes;
- (vii)** o grupamento das 691.642.618 (seiscentos e noventa e um milhões, seiscentas e quarenta e duas mil, seiscentas e dezoito) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, na proporção de 1: 4,99999998554167, passando o capital social da Companhia a se dividir em 138.328.524 (cento e trinta e oito milhões, trezentas e vinte e oito mil, quinhentas e vinte e quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, conferindo a seus titulares os mesmos direitos e vantagens das ações agrupadas. Em decorrência do grupamento aplicado à participação de cada acionista e de forma que não restem frações, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (a) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos);
- (viii)** a criação do capital autorizado da Companhia, no valor de R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões, quinhentos milhões de reais), de modo que, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, o capital social da Companhia poderá ser aumentado até o referido valor, competindo ao

JUCESP
05 01 21

Conselho de Administração, ainda, estabelecer as condições da emissão, preço, prazo e a forma de sua integralização. Acima desse limite, o capital social será aumentado por deliberação da Assembleia Geral;

- (ix) O Plano de Opção de Compra de Ações e de Incentivos Atrelados a Ações de Emissão da Companhia, nos termos constantes do **Anexo XIV** da presente Ata;
- (x) a reforma integral do estatuto social da Companhia para sua adequação às normas expedidas pela CVM em virtude da submissão do pedido de registro da Companhia como emissor de valores mobiliários na "categoria A", nos termos da ICVM 480, bem como as normas do regulamento do Novo Mercado expedidas pela B3, e da criação do capital autorizado acima aprovada, conforme consolidação que consta do **Anexo XV** da presente Ata;
- (xi) a fixação da remuneração global dos administradores para o exercício social de 2021 no montante de até R\$ R\$18.256.117,00 (dezoito milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, cento e dezessete reais), incluídos os encargos sociais de responsabilidade da Companhia;
- (xii) as demonstrações financeiras rerepresentadas da **(a)** Companhia referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019; **(b)** Agro Advance Participações S.A. referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, na qualidade de sua sucessora legal em razão de sua incorporação ocorrida em 30 de outubro de 2020; e **(c)** Agro Key Participações S.A. referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, na qualidade de sua sucessora legal em razão de sua incorporação ocorrida em 30 de outubro de 2020;
- (xiii) as informações financeiras (ITR) da Companhia e da Agro Key Participações S.A. referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020;
- (xiv) as informações intermediárias da Companhia, da Agro Key Participações S.A. e da Agro Advance Participações S.A. referentes ao período findo em 30 de outubro de 2020;
- (xv) as demonstrações financeiras especiais da Companhia relativas ao período findo em 31 de outubro de 2020;
- (xvi) a previsão de que, em caso de não conclusão da Oferta Pública, será convocada uma nova assembleia geral extraordinária para aprovação de nova reforma do estatuto social e da retificação da conversão de ações ora aprovada, de forma que o estatuto social volte a ter a redação aprovada em 30 de outubro de 2020 e os acionistas voltem a deter as ações divididas nas respectivas classes de ações ordinárias; e

JUCESP
06 01 21

(xvii) a autorização para que a administração da Companhia tome todas as medidas necessárias para implementação das deliberações ora aprovadas.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos, para lavratura desta ata, que, lida, conferida e aprovada por unanimidade, sem restrições ou ressalvas, foi assinada pelos membros da mesa.

Confere com a original lavrada em livro próprio.

Mesa:

Welles Clovis Pascoal
Presidente da Mesa

José Mauricio Mora Puliti
Secretário da Mesa

Acionistas presentes:

Agrofundos Brasil III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
(p.p. Tomas Agustin Romero)

Agrofundos Brasil IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
(p.p. Tomas Agustin Romero)

Agrofundos Brasil V Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
(p. Fernando Taminato e Christiano Jonasson)

Galaxy Agribusiness LP
(p.p. Tomas Agustin Romero)

Fact Enterprise FIP Multiestratégia
(p. Rafael Honorio Bassani)

Vic Spectra III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE
(p. Rafael Honorio Bassani)

Walter Bussadori Junior
(p.p. João Fernando Garcia)

João Fernando Garcia

JUCESP
06 01 21

Antonio Luiz Giuliangeli
(p.p. João Fernando Garcia)

Roger Alberto Bolsoni
(p.p. João Fernando Garcia)

Rogério Ezequiel Ferrari
(p.p. João Fernando Garcia)

Ciclus Participações Ltda.
(p.p. Haroldo Kazuki Yamanaka)

Clarus Participações Ltda.
(p.p. Haroldo Kazuki Yamanaka)

Monte Cristo Participações Ltda.
(p.p. Haroldo Kazuki Yamanaka)

Top Invest Participações Societárias Ltda.
(p.p. Haroldo Kazuki Yamanaka)

Benildo Carvalho Teles

Cláudio Augusto Diniz
(p.p. Benildo Carvalho Teles)

José Marcolini Junior
(p.p. Benildo Carvalho Teles)

Valéria Siqueira Gonçalves
(p.p. Benildo Carvalho Teles)

Espólio de Bruno Teles Alves
(p.p. Benildo Carvalho Teles)

Alexsandro Peixoto Leopoldino
(p.p. Benildo Carvalho Teles)

Stelson Geraldo Couto
(p.p. Benildo Carvalho Teles)

Conrado Badaro da Silveira Pinto
(p.p. Benildo Carvalho Teles)



JUCESP
05 01 21

Anexo I

TERMO DE RENÚNCIA
AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Por meio do presente instrumento, Eu, **Welles Clóvis Pascoal**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da carteira de identidade RG nº 1.160.572, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 263.295.496-72, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bento Brando de Andrade Filho, 495, apartamento 11, torre 2, Jardim om Bosco, CEP 04757-000, apresento minha **RENÚNCIA** ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da **AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, localizada na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita perante o CNPJ sob o n.º 21.240.146/0001-84, com seus atos constitutivos arquivados perante a JUCESP sob NIRE 35.300.489.543.

Declaro, igualmente, não existirem quaisquer obrigações pendentes em função do cargo por mim ocupado na Companhia, pelo o que dou à Companhia e aos seus acionistas a mais plena, geral e irrevogável, irretroatável, ampla, rasa e geral quitação para nada mais reclamar, receber ou repetir, por mim ou por meus sucessores, em virtude de qualquer ato ou fato relacionado direta ou indiretamente (a) à Companhia, (b) aos acionistas diretos ou indiretos, (c) às companhias e/ou sociedades por ela controladas, suas coligadas ou seus controladores, e (d) aos seus diretores, empregados ou mandatários.

São Paulo, 17 de dezembro de 2020.

Welles Clóvis Pascoal

JUCESP
05 01 21

Anexo II

TERMO DE RENÚNCIA AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Por meio do presente instrumento, Eu, **Cláudio Augusto Diniz**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da carteira de identidade RG nº 321.165, expedida pela SSP/GO, inscrito no CPF/ME sob o nº 147.863.461-87, residente e domiciliado na cidade de Jataí, Estado de Goiás, na Rua Napoleão Laureano, 1198, setor oeste, CEP 75804-083, apresento minha **RENÚNCIA** ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração da **AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, localizada na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita perante o CNPJ sob o n.º 21.240.146/0001-84, com seus atos constitutivos arquivados perante a JUCESP sob NIRE 35.300.489.543.

Declaro, igualmente, não existirem quaisquer obrigações pendentes em função do cargo por mim ocupado na Companhia, pelo o que dou à Companhia e aos seus acionistas a mais plena, geral e irrevogável, irretroatável, ampla, rasa e geral quitação para nada mais reclamar, receber ou repetir, por mim ou por meus sucessores, em virtude de qualquer ato ou fato relacionado direta ou indiretamente (a) à Companhia, (b) aos acionistas diretos ou indiretos, (c) às companhias e/ou sociedades por ela controladas, suas coligadas ou seus controladores, e (d) aos seus diretores, empregados ou mandatários.

São Paulo, 17 de dezembro de 2020.

Cláudio Augusto Diniz

JUCESP
06 01 21

Anexo III

TERMO DE RENÚNCIA
AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Por meio do presente instrumento, Eu, **Haroldo Kazuki Yamanaka**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade RG nº 27.082.932-5, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 824.749.156-72, residente e domiciliado na cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais, na Rua Amélio da Silva Gomes, 48, apartamento 109, Centro, CEP 37130-000, apresento minha **RENÚNCIA** ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da **AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, localizada na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita perante o CNPJ sob o n.º 21.240.146/0001-84, com seus atos constitutivos arquivados perante a JUCESP sob NIRE 35.300.489.543.

Declaro, igualmente, não existirem quaisquer obrigações pendentes em função do cargo por mim ocupado na Companhia, pelo o que dou à Companhia e aos seus acionistas a mais plena, geral e irrevogável, irretratável, ampla, rasa e geral quitação para nada mais reclamar, receber ou repetir, por mim ou por meus sucessores, em virtude de qualquer ato ou fato relacionado direta ou indiretamente (a) à Companhia, (b) aos acionistas diretos ou indiretos, (c) às companhias e/ou sociedades por ela controladas, suas coligadas ou seus controladores, e (d) aos seus diretores, empregados ou mandatários.

São Paulo, 17 de dezembro de 2020.

Haroldo Kazuki Yamanaka

JUCESP
08 01 21

Anexo IV

TERMO DE RENÚNCIA
AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Por meio do presente instrumento, Eu, **José Saulo Gonçalves**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da carteira de identidade RG nº 7.972.269, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 004.097.626-28, residente e domiciliado na cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais, na Rua Eugênio Esteves dos Santos nº 45, Jardim Aeroporto, CEP 37130-000, apresento minha **RENÚNCIA** ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração da **AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, localizada na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita perante o CNPJ sob o n.º 21.240.146/0001-84, com seus atos constitutivos arquivados perante a JUCESP sob NIRE 35.300.489.543.

Declaro, igualmente, não existirem quaisquer obrigações pendentes em função do cargo por mim ocupado na Companhia, pelo o que dou à Companhia e aos seus acionistas a mais plena, geral e irrevogável, irretroatável, ampla, rasa e geral quitação para nada mais reclamar, receber ou repetir, por mim ou por meus sucessores, em virtude de qualquer ato ou fato relacionado direta ou indiretamente (a) à Companhia, (b) aos acionistas diretos ou indiretos, (c) às companhias e/ou sociedades por ela controladas, suas coligadas ou seus controladores, e (d) aos seus diretores, empregados ou mandatários.

São Paulo, 17 de dezembro de 2020.

José Saulo Gonçalves

JUCESP
05 01 21

Anexo V

TERMO DE RENÚNCIA
AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Por meio do presente instrumento, Eu, **Antonio Luiz Giuliangeli**, brasileiro, casado, técnico agrícola, portador da carteira de identidade RG nº 1.378.543-7, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 485.825.659-68, residente e domiciliado na cidade de Londrina, Estado do Paraná Rua Montevidéu, nº 707, apto 1002, Edifício Heritage, Gleba Palhano, CEP 86050-020, apresento minha **RENÚNCIA** ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração da **AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, localizada na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita perante o CNPJ sob o n.º 21.240.146/0001-84, com seus atos constitutivos arquivados perante a JUCESP sob NIRE 35.300.489.543.

Declaro, igualmente, não existirem quaisquer obrigações pendentes em função do cargo por mim ocupado na Companhia, pelo o que dou à Companhia e aos seus acionistas a mais plena, geral e irrevogável, irretroatável, ampla, rasa e geral quitação para nada mais reclamar, receber ou repetir, por mim ou por meus sucessores, em virtude de qualquer ato ou fato relacionado direta ou indiretamente (a) à Companhia, (b) aos acionistas diretos ou indiretos, (c) às companhias e/ou sociedades por ela controladas, suas coligadas ou seus controladores, e (d) aos seus diretores, empregados ou mandatários.

São Paulo, 17 de dezembro de 2020.

Antonio Luiz Giuliangeli

JUCESP
06 01 21

Anexo VI TERMO DE POSSE

Pelo presente Termo de Posse e Declaração, toma posse nesta data, o signatário abaixo, **Sebastian Marcos Popik**, argentino, divorciado, economista, portador da carteira de identidade de estrangeiro (RNE) nº V340918-M, expedida pelo CGPI/DIREX/DPF, válida até 25 de setembro de 2024, inscrito no CPF/ME sob o nº 228.485.358-73, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, eleito para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 2020, com mandato unificado de 2 (dois) anos, declarando, neste ato, que se obriga a cumprir a lei e o Estatuto Social da Companhia e que:

I. não está impedido por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º, do artigo 147, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações");

II. não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que a torne inelegível para cargos de administração, como estabelecido no §2º, do artigo 147, da Lei das Sociedades por Ações;

III. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º, do artigo 147, da Lei das Sociedades por Ações; e

IV. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II, do §3º, do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações.

O Conselheiro eleito deverá receber citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos de sua gestão no seguinte endereço: Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Por fim, o Conselheiro, por meio da assinatura deste Termo de Posse, adere expressamente à cláusula compromissória prevista no art. 37º do Estatuto Social da Companhia, na forma do art. 40 do Regulamento do Novo Mercado.

São Paulo, 17 de dezembro de 2020.

SEBASTIAN MARCOS POPIK
Presidente do Conselho de Administração

D4Sign
06 01 21

Anexo VII
TERMO DE POSSE

Pelo presente Termo de Posse e Declaração, toma posse nesta data, o signatário abaixo, **Tomas Agustin Romero**, argentino, casado, economista, portador da carteira de identidade de estrangeiro (RNE) nº V820093-L, expedida pelo CGPI/DIREX/DPF, válida até 11 de maio de 2025, inscrito no CPF/ME sob o nº 235.466.338-22, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, eleito para o cargo de membro do Conselho de Administração da AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 2020, com mandato unificado de 2 (dois) anos, declarando, neste ato, que se obriga a cumprir a lei e o Estatuto Social da Companhia e que:

I. não está impedido por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º, do artigo 147, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações");

II. não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que a torne inelegível para cargos de administração, como estabelecido no §2º, do artigo 147, da Lei das Sociedades por Ações;

III. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º, do artigo 147, da Lei das Sociedades por Ações; e

IV. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II, do §3º, do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações.

O Conselheiro eleito deverá receber citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos de sua gestão no seguinte endereço: Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Por fim, o Conselheiro, por meio da assinatura deste Termo de Posse, adere expressamente à cláusula compromissória prevista no art. 37º do Estatuto Social da Companhia, na forma do art. 40 do Regulamento do Novo Mercado.

São Paulo, 17 de dezembro de 2020.

TOMAS AGUSTIN ROMERO
Membro do Conselho de Administração

JUCESP
08 01 21

**Anexo VIII
TERMO DE POSSE**

Pelo presente Termo de Posse e Declaração, toma posse nesta data, o signatário abaixo, **Jorge Luis Ahumada**, argentino, solteiro, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RNE nº G212257-R CGPI/DIREX/DPF e inscrito no CPF/ME sob nº 236.400.488-81, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, eleito para o cargo de membro do Conselho de Administração da AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 2020, com mandato unificado de 2 (dois) anos, declarando, neste ato, que se obriga a cumprir a lei e o Estatuto Social da Companhia e que:

I - não está impedido por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º, do artigo 147, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações");

II - não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que a torne inelegível para cargos de administração, como estabelecido no §2º, do artigo 147, da Lei das Sociedades por Ações;

III- atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º, do artigo 147, da Lei das Sociedades por Ações; e

IV - não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II, do § 3º, do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações.

O Conselheiro eleito deverá receber citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos de sua gestão no seguinte endereço: Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Por fim, o Conselheiro, por meio da assinatura deste Termo de Posse, adere expressamente à cláusula compromissória prevista no art. 37º do Estatuto Social da Companhia, na forma do art. 40 do Regulamento do Novo Mercado.

São Paulo, 17 de dezembro de 2020.

JORGE LUIS AHUMADA
Membro do Conselho de Administração

JUCESP
05 01 21

Anexo IX TERMO DE POSSE

Pelo presente Termo de Posse e Declaração, toma posse nesta data, o signatário abaixo, **Benildo Carvalho Teles**, brasileiro, casado, comerciante, portador da carteira de identidade nº M-1398111, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 294.258.756-34, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, eleito para o cargo de membro do Conselho de Administração da AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 2020, com mandato unificado de 2 (dois) anos, declarando, neste ato, que se obriga a cumprir a lei e o Estatuto Social da Companhia e que:

I. não está impedido por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º, do artigo 147, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações");

II. não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que a torne inelegível para cargos de administração, como estabelecido no §2º, do artigo 147, da Lei das Sociedades por Ações;

III. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º, do artigo 147, da Lei das Sociedades por Ações; e

IV. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II, do §3º, do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações.

O Conselheiro eleito deverá receber citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos de sua gestão no seguinte endereço: Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Por fim, o Conselheiro, por meio da assinatura deste Termo de Posse, adere expressamente à cláusula compromissória prevista no art. 37º do Estatuto Social da Companhia, na forma do art. 40 do Regulamento do Novo Mercado.

São Paulo, 17 de dezembro de 2020.

BENILDO CARVALHO TELES
Membro do Conselho de Administração

JUCESP
05 01 21

Anexo X
TERMO DE POSSE

Pelo presente Termo de Posse e Declaração, toma posse nesta data, o signatário abaixo, **João Fernando Garcia**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da carteira de identidade nº 3648000-9, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 468.702.969-87, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, eleito para o cargo de membro do Conselho de Administração da AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 2020, com mandato unificado de 2 (dois) anos, declarando, neste ato, que se obriga a cumprir a lei e o Estatuto Social da Companhia e que:

I – não está impedido por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º, do artigo 147, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações");

II – não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que a torne inelegível para cargos de administração, como estabelecido no §2º, do artigo 147, da Lei das Sociedades por Ações;

III – atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º, do artigo 147, da Lei das Sociedades por Ações; e

IV – não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II, do § 3º, do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações.

O Conselheiro eleito deverá receber citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos de sua gestão no seguinte endereço: Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Por fim, o Conselheiro, por meio da assinatura deste Termo de Posse, adere expressamente à cláusula compromissória prevista no art. 37º do Estatuto Social da Companhia, na forma do art. 40 do Regulamento do Novo Mercado.

São Paulo, 17 de dezembro de 2020.

JOÃO FERNANDO GARCIA
Membro do Conselho de Administração

JUCESP
06 01 21

**Anexo XI
TERMO DE POSSE**

Pelo presente Termo de Posse e Declaração, toma posse nesta data, o signatário abaixo, **Maurício Luis Luchetti**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 10.521.527-2, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 238.595.985-20, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, eleito para o cargo de membro independente do Conselho de Administração da AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 2020, com mandato unificado de 2 (dois) anos, declarando, neste ato, que se obriga a cumprir a lei e o Estatuto Social da Companhia e que:

I. não está impedido por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º, do artigo 147, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações");

II. não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que a torne inelegível para cargos de administração, como estabelecido no §2º, do artigo 147, da Lei das Sociedades por Ações;

III. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º, do artigo 147, da Lei das Sociedades por Ações; e

IV. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II, do §3º, do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações.

O Conselheiro eleito deverá receber citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos de sua gestão no seguinte endereço: Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Adicionalmente, o Conselheiro declara atender todos os requisitos necessários para o seu enquadramento como conselheiro independente para os fins do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado").

Por fim, o Conselheiro, por meio da assinatura deste Termo de Posse, adere expressamente à cláusula compromissória prevista no art. 37º do Estatuto Social da Companhia, na forma do art. 40 do Regulamento do Novo Mercado.

São Paulo, 17 de dezembro de 2020.

MAURÍCIO LUIS LUCHETTI
Membro Independente do Conselho de Administração

JUCESP
05 01 21

Anexo XII
TERMO DE POSSE

Pelo presente Termo de Posse e Declaração, toma posse nesta data, o signatário abaixo, **Larissa Yastrebov Pomerantzeff**, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade nº 29.935.427-1, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 281.150.168-10, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, eleita para o cargo de membro independente do Conselho de Administração da AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 2020, com mandato unificado de 2 (dois) anos, declarando, neste ato, que se obriga a cumprir a lei e o Estatuto Social da Companhia e que:

I. não está impedida por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º, do artigo 147, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações");

II. não está condenada a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que a torne inelegível para cargos de administração, como estabelecido no §2º, do artigo 147, da Lei das Sociedades por Ações;

III. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º, do artigo 147, da Lei das Sociedades por Ações; e

IV. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II, do §3º, do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações.

A Conselheira eleita deverá receber citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos de sua gestão no seguinte endereço: Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Adicionalmente, a Conselheira declara atender todos os requisitos necessários para o seu enquadramento como conselheira independente para os fins do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado").

Por fim, a Conselheira, por meio da assinatura deste Termo de Posse, adere expressamente à cláusula compromissória prevista no art. 37º do Estatuto Social da Companhia, na forma do art. 40 do Regulamento do Novo Mercado.

São Paulo, 17 de dezembro de 2020.

LARISSA YASTREBOV POMERANTZEFF
Membro Independente do Conselho de Administração

JUCESP
06 01 21

Anexo XIII
TERMO DE POSSE

Pelo presente Termo de Posse e Declaração, toma posse nesta data, o signatário abaixo, **Tarcila Reis Correa Ursini**, brasileira, casada, economista e advogada, portadora da carteira de identidade nº 19.710.137-9, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 176.122.698-30, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, eleita para o cargo de membro independente do Conselho de Administração da AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 2020, com mandato unificado de 2 (dois) anos, declarando, neste ato, que se obriga a cumprir a lei e o Estatuto Social da Companhia e que:

I. não está impedida por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º, do artigo 147, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações");

II. não está condenada a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que a torne inelegível para cargos de administração, como estabelecido no §2º, do artigo 147, da Lei das Sociedades por Ações;

III. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º, do artigo 147, da Lei das Sociedades por Ações; e

IV. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II, do §3º, do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações.

A Conselheira eleita deverá receber citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos de sua gestão no seguinte endereço: Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Adicionalmente, a Conselheira declara atender todos os requisitos necessários para o seu enquadramento como conselheira independente para os fins do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado").

Por fim, a Conselheira, por meio da assinatura deste Termo de Posse, adere expressamente à cláusula compromissória prevista no art. 37º do Estatuto Social da Companhia, na forma do art. 40 do Regulamento do Novo Mercado.

São Paulo, 17 de dezembro de 2020.

TARCILA REIS CORREA URSINI
Membro Independente do Conselho de Administração

JUCESP
08 01 21

Anexo XIV

PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES E DE INCENTIVOS ATRELADO A AÇÕES

AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 21.240.146/0001-8

NIRE 35.300.489.543

O presente Plano de Opção de Compra de Ações e de Incentivos Atrelados a Ações ("Plano") da AgroGalaxy Participações S.A. ("Companhia") foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 17 de dezembro de 2020.

SEÇÃO I – CONDIÇÕES GERAIS DOS PROGRAMAS DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES E DE INCENTIVO ATRELADO A AÇÕES

Esta Seção I tem como objetivo regular a possibilidade de estabelecer as condições gerais para a outorga de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Opções") e de **incentivos atrelados a ações** ordinárias de emissão da Companhia ("Ações") aos administradores e empregados da Companhia ou de sociedades sob seu controle (a serem definidos por critério exclusivo do Conselho de Administração da Companhia), nos termos do Capítulo III desta Seção I deste Plano, por meio da instituição de Programas de Opção de Compra de Ações e/ou de Programas de Incentivos Atrelados a Ações pelo Conselho de Administração da Companhia.

CAPÍTULO I. LIMITES

- 1.1. As Opções outorgadas e as Ações concedidas como incentivo nos Programas de Opção de Compra de Ações e nos Programas de Incentivos Atrelados a Ações, conforme o caso, que venham a ser instituídos no âmbito deste Plano não poderão ultrapassar o limite máximo de 6,0% (seis por cento) das ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia, sendo que este limite somente poderá ser alterado mediante deliberação da Assembleia Geral da Companhia.
 - 1.1.1. Caso, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de aprovação deste Plano, seja consumada a oferta pública inicial ("IPO") da Companhia, o limite máximo estabelecido na Cláusula 1.1 deverá ser aplicado ao capital social subscrito e integralizado da Companhia imediatamente após a consumação do IPO.
 - 1.1.2. Em caso de alteração do capital social da Companhia deliberado pela Assembleia Geral da Companhia que resulte em extrapolação do limite indicado no item 1.1.1 acima, ficará suspensa a outorga de novas Opções ou de Ações até que o mesmo volte a ser observado.

CAPÍTULO II. ADMINISTRAÇÃO DO PLANO E DOS PROGRAMAS

- 2.1. Os Programas de Opção de Compra de Ações e de Incentivos Atrelados a Ações que venham a ser instituídos no âmbito deste Plano pelo Conselho de Administração serão por ele administrados, e todas as decisões relativas ao Plano e aos Programas de Opção de Compra de Ações e de Incentivos Atrelados a Ações que venham a ser instituídos no âmbito deste Plano deverão ser por aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.
- 2.2. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas nos termos do Estatuto Social da Companhia e terão caráter vinculante para os Beneficiários, delas não cabendo qualquer recurso, a menos que sejam contrárias aos termos e condições estabelecidas neste Plano, no Estatuto Social da Companhia ou na legislação aplicável.
 - 2.2.1. Qualquer deliberação que venha a ser tomada pelo Conselho de Administração, sem a observância deste Plano, do Estatuto Social da companhia ou da legislação aplicável será de responsabilidade de seus membros e não vinculará a Companhia.
- 2.3. O Conselho de Administração estará sujeito aos limites e condições estabelecidos no presente Plano, no Estatuto Social da Companhia e na legislação aplicável, e deverá respeitar as diretrizes da Assembleia Geral da Companhia.
- 2.4. O Conselho de Administração terá total autonomia na administração e estruturação dos termos e condições dos Programas de Opção de Compra de Ações e de Incentivos Atrelados a Ações, dispondo, dentre outros, dos poderes necessários para:
 - (a) eleger, a seu exclusivo critério, os Beneficiários que farão jus às Opções concedidas pelos Programas de Opção de Compra de Ações e aos incentivos concedidos pelos Programas de Incentivos Atrelados a Ações que venham a ser instituídos no âmbito deste Plano;
 - (b) tomar as medidas necessárias para a administração do Plano e dos Programas de Opção de Compra de Ações e de Incentivos Atrelados a Ações, inclusive quanto à interpretação e aplicação das suas disposições, termos e condições;
 - (c) decidir, em relação aos Programas de Opção de Compra de Ações, em qualquer caso devendo ser observados os termos deste Plano, quanto (i) às datas de outorga das Opções, (ii) ao volume de Opções a ser outorgado, (iii) ao Preço de Exercício das Opções (conforme definido abaixo), (iv) aos prazos de carência para o exercício das Opções, (v) ao valor justo das Opções no momento da outorga efetiva das Opções, (vi) aos prazos para o exercício das Opções, (vii) às normas sobre transferência das Opções em caso de sucessão, (viii) às regras de restrição à venda das ações adquiridas em razão do exercício das Opções, e (ix) os Beneficiários a quem as Opções serão outorgadas;

- (d) decidir, em relação aos Programas de Incentivos Atrelados a Ações, em qualquer caso devendo ser observados os termos deste Plano, quanto (i) às datas de concessão dos incentivos atrelados a ações da Companhia; (ii) os direitos dos Beneficiário em razão de cada Programa de Incentivos Atrelados a Ações; (iii) aos prazos de carência para o recebimento das Ações, e (iv) às regras de restrição à venda das Ações, e (v) os Beneficiários a quem as Ações serão concedidas;
 - (e) aprovar os Programas de Opção de Compra de Ações e de Incentivos Atrelados a Ações a serem instituídos no âmbito deste Plano, bem como seus contratos e eventuais aditivos;
 - (f) deliberar sobre a emissão de novas ações da Companhia, dentro do limite de seu capital autorizado, bem como sobre a alienação de ações mantidas em tesouraria para cumprimento do estabelecido neste Plano e nos Programas de Opção de Compra de Ações e de Incentivos Atrelados a Ações;
 - (g) modificar as condições dos contratos relacionados aos Programas de Opção de Compra de Ações e de Incentivos Atrelados a Ações na medida em que os direitos dos Beneficiários não sejam prejudicados, excluídas dessa limitação eventuais adaptações que vierem a ser realizadas pelo Conselho de Administração em decorrência de alterações implementadas na legislação aplicável;
 - (h) alterar ou extinguir os Programas de Opção de Compra de Ações e de Incentivos Atrelados a Ações;
 - (i) analisar casos excepcionais relacionados a este Plano e aos Programas de Opção de Compra de Ações e de Incentivos Atrelados a Ações, incluindo a possibilidade de alterações individuais relativas a contratos específicos de Beneficiários; e
 - (j) deliberar sobre quaisquer outros termos e condições, desde que não estejam em desacordo com este Plano.
- 2.5. Nenhuma decisão do Conselho de Administração poderá, excetuados os ajustes permitidos neste Plano e nos Programas de Opção de Compra de Ações e de Incentivos Atrelados a Ações que venham a ser instituídos no âmbito deste Plano:
- (i) alterar as disposições relativas à habilitação dos Beneficiários para participação nos Programas de Opção de Compra de Ações e de Incentivos Atrelados a Ações que venham a ser instituídos no âmbito deste Plano; ou
 - (ii) sem o consentimento do titular, alterar ou prejudicar quaisquer direitos ou obrigações decorrentes de qualquer acordo ou outorga existente.

CAPÍTULO III. BENEFICIÁRIOS DOS PROGRAMAS

JUCESP
06 01 21

- 3.1. Serão elegíveis à outorga de Opções e de Ações no âmbito deste Plano quaisquer administradores e/ou empregados que ocupem cargo de "diretores", "superintendentes", "gerentes executivos", "gerentes" ou outros executivos chave que mantenham vínculo estatutário e/ou de emprego com a Companhia e/ou com as sociedades controladas da Companhia ("Elegíveis").
- 3.2. O Conselho de Administração selecionará dentre os Elegíveis, a seu exclusivo critério, os Beneficiários que farão jus à outorga das Opções e das Ações em cada Programa de Opção de Compra de Ações e de Incentivos Atrelados a Ações, conforme o caso ("Beneficiários").
- 3.3. A outorga dos incentivos a cada Beneficiário far-se-á por meio da celebração do respectivo contrato entre a Companhia e o respectivo Beneficiário, o qual fixará todos os termos e as condições de cada incentivo, conforme previsto no programa em questão.
- 3.4. O Conselho de Administração não poderá, em qualquer hipótese, conferir aos Beneficiários direitos que:
 - (i) assegurem sua reeleição ou permanência na administração da Companhia ou da sociedade sob seu controle até o término de seu mandato;
 - (ii) impeçam sua destituição a qualquer tempo pela Companhia ou pela sociedade sob seu controle;
 - (iii) assegurem sua permanência como empregado da Companhia ou de sociedade sob seu controle; ou
 - (iv) impeçam a rescisão da sua relação de trabalho a qualquer tempo pela Companhia ou pela sociedade sob seu controle.
- 3.5. Os direitos dos Beneficiários com relação a cada Programa de Opção de Compra de Ações e de Incentivos Atrelados a Ações serão estabelecidos por deliberação do Conselho de Administração.
- 3.6. A assinatura do contrato relacionado a cada Programa de Opção de Compra de Ações e de Incentivos Atrelados a Ações implicará na aceitação, pelo Beneficiário, de todas as condições deste Plano, bem como do programa em questão.
- 3.7. O Beneficiário somente terá os direitos e privilégios inerentes à condição de acionista a partir do momento (i) da aquisição efetiva das ações como consequência do exercício das Opções ou (ii) da transferência de titularidade plena das Ações, e nenhuma ação será entregue ao Beneficiário em decorrência do exercício das Opções a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas pelo Beneficiário.

CAPÍTULO IV. DESLIGAMENTO, FALECIMENTO, INVALIDEZ PERMANENTE, APOSENTADORIA,

DUCESP
06 01 21

DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

- 4.1. O Conselho de Administração terá amplos poderes para definir as regras, consequências e procedimentos relativos à manutenção ou perda de direitos relativos às Opções e às Ações pelos Beneficiários em caso de (i) rescisão contratual; (ii) falecimento; (iii) invalidez permanente; (iv) aposentadoria; ou (v) dissolução e/ou liquidação da Companhia.

SEÇÃO II – CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DOS PROGRAMAS DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Esta Seção II tem como objetivo estabelecer as condições específicas para a outorga das Opções por meio da instituição de Programas de Opção de Compra de Ações pelo Conselho de Administração da Companhia.

CAPÍTULO VI. OBJETIVOS DOS PROGRAMAS DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

- 6.1. Os principais objetivos dos Programas de Opção de Compra de Ações são os seguintes:
- (a) estimular a expansão da Companhia e a maior integração dos Beneficiários, na qualidade de acionistas da Companhia;
 - (b) promover o bom desempenho da Companhia e os interesses de seus acionistas, mediante o comprometimento de longo prazo dos Beneficiários.

CAPÍTULO VII. AÇÕES OBJETO DOS PROGRAMAS DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

- 7.1. O número de ações objeto das Opções outorgadas no âmbito deste Plano e dos Programas de Opção de Compra de Ações que venham a ser instituídos no âmbito deste Plano não poderão ultrapassar:
- (i) o limite máximo de ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia previsto na Cláusula 1.1 acima; e
 - (ii) o limite do capital autorizado da Companhia.
- 7.2. As ações objeto das Opções serão provenientes, conforme venha a ser deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia:
- (i) da emissão de novas ações ordinárias, dentro do limite do capital autorizado da Companhia; e/ou
 - (ii) de ações mantidas em tesouraria, se disponíveis.
- 7.3. Os acionistas da Companhia não terão direito de preferência na outorga ou no exercício das Opções, nos termos do artigo 171, § 3º, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada.

CAPÍTULO VII. OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

- 8.1. Os Programas de Opção de Compra de Ações instituídos no âmbito do Plano serão aprovados pelo Conselho de Administração em conformidade com as necessidades da Companhia, e seus termos e condições serão definidos pelo Conselho de Administração, nos limites deste Plano.
- 8.2. A outorga das Opções a cada Beneficiário far-se-á por meio da celebração de contratos entre a Companhia e os Beneficiários, que fixarão os termos e as condições das Opções, conforme os Programas de Opção de Compra de Ações.
- 8.3. A assinatura do contrato implicará na aceitação, pelo Beneficiário, de todas as condições deste Plano e do respectivo Programa de Opção de Compra de Ações.

CAPÍTULO IX. PREÇO DE EXERCÍCIO

- 9.1. O preço de exercício das Opções para a subscrição ou aquisição das ações pelos Beneficiários será determinado pelo Conselho de Administração da Companhia, quando da aprovação de cada Programa de Opção de Compra de Ações ("Preço de Exercício").

CAPÍTULO X. EXERCÍCIO DA OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

- 10.1. Exceto por deliberação em contrário do Conselho de Administração, a obtenção do direito ao exercício da Opção dar-se-á nos períodos, percentuais e condições definidos em cada Programa de Opção de Compra de Ações.

CAPÍTULO XI. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 11.1. O Preço de Exercício por ação será pago pelos titulares da Opção, nas condições determinadas nos regulamentos de cada programa, respeitada a realização mínima prevista em lei.

CAPÍTULO XII. ALIENAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DAS OPÇÕES PELOS BENEFICIÁRIOS

- 12.1. As Opções outorgadas dos respectivos Programas de Opção de Compra de Ações não poderão ser alienadas ou oneradas, de maneira direta ou indireta, pelos Beneficiários, exceto se o Conselho de Administração deliberar em sentido contrário.

SEÇÃO III – CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DOS PROGRAMAS DE INCENTIVO ATRELADO A AÇÕES

Esta Seção III tem como objetivo estabelecer as condições gerais para a concessão de Ações como incentivo por meio de Programas de Incentivos Atrelados a Ações a serem implementados pelo Conselho de Administração da Companhia.

CAPÍTULO XIII. OBJETIVOS DOS PROGRAMAS DE INCENTIVOS ATRELADOS A AÇÕES

13.1. Os principais objetivos dos **Programas de Incentivo Atrelado a Ações** são os seguintes:

- (i) incentivar o sentimento de "dono" da Companhia nos Beneficiários dos programas;
- (ii) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos da Companhia; e
- (iii) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento de competências dos Beneficiários, alinhando os seus interesses com os dos acionistas da Companhia

CAPÍTULO XIV. AÇÕES OBJETO DOS PROGRAMAS DE INCENTIVOS ATRELADOS A AÇÕES

- 14.1. As Ações concedidas no âmbito deste Plano e dos Programas de Incentivo Atrelados a Ações que venham a ser instituídos no âmbito deste Plano não poderão ultrapassar o limite máximo de ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia previsto na Cláusula 1.1 acima.
- 14.2. As ações objeto dos incentivos concedidos por meio dos Programas de Incentivo Atrelado a Ações que venham a ser instituídos no âmbito deste Plano serão provenientes, conforme venha a ser deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia, de ações mantidas em tesouraria.
- 14.3. No caso da Cláusula 14.2 acima, caberá à Companhia diligenciar para obter, tempestivamente, todas as autorizações necessárias para a utilização de ações mantidas em tesouraria para tal fim.
- 14.4. O Conselho de Administração poderá implementar o tipo de incentivo que entender necessário/adequado, podendo, inclusive, implementar incentivos envolvendo a outorga de ações, restritas ou não, de forma gratuita ou onerosa, atrelados ou não a metas de desempenho e, até mesmo, *matching* de ações, com outorga gratuita ou onerosa de ações aos Beneficiários.

SEÇÃO IV – DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO XV. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1. Este Plano entrará em vigor na data de sua aprovação e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia. O término da vigência do Plano não afetará a eficácia das Opções e dos incentivos ainda em vigor e nos respectivos regulamentos de cada Programa.
- 15.2. Este Plano, bem como os Programas não impedirão qualquer operação de reorganização societária que vier a envolver a Companhia e/ou as sociedades sob

JUCESP
08 01 21

seu controle, devendo o Conselho de Administração determinar e realizar os ajustes cabíveis nos respectivos regulamentos e contratos de adesão para proteger os interesses dos Beneficiários.

- 15.3. Na eventualidade de o número, espécie e/ou classe das ações de emissão da Companhia serem alterados em razão de desdobramentos, bonificações, grupamentos ou conversões, o Conselho de Administração deverá informar aos Beneficiários por escrito o ajuste correspondente ao preço de aquisição, número, espécie e/ou classe das ações objeto de cada Opção e/ou do incentivo em vigor, conforme o caso.
- 15.4. O Conselho de Administração da Companhia será competente para dirimir eventuais dúvidas quanto à interpretação das normas gerais estabelecidas neste Plano, sendo que no caso de conflito entre as disposições deste Plano, e dos regulamentos e contratos de adesão, prevalecerão as disposições deste Plano.
- 15.5. As Opções e as Ações a serem concedidas, no âmbito deste Plano e dos Programas, pela Companhia aos Beneficiários que sejam administradores da Companhia estarão sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia do montante global ou individual da remuneração dos administradores para o respectivo exercício social, nos termos do art. 152 da Lei nº 6.404/76.

* * * * *

JUCESP
08 01 21

Anexo XV

ESTATUTO SOCIAL DA AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ nº 21.240.146/0001-84 NIRE 35.300.489.543

Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto Social e Duração

Artigo 1º. A Companhia tem a denominação de AgroGalaxy Participações S.A. e rege-se pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (conforme alterada, a "Lei das S.A.").

Parágrafo Único. Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 2º. A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades, no Brasil ou no exterior, como sócia ou acionista.

Artigo 3º. A Companhia tem sede na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, bairro Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01453-000, podendo, por deliberação da Diretoria, sem a necessidade de qualquer autorização prévia do Conselho de Administração, abrir, transferir e/ou encerrar filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior. Em qualquer caso, o Conselho de Administração deverá ser informado acerca das aberturas e encerramentos das filiais ou escritórios.

Artigo 4º. A Companhia tem prazo indeterminado de duração.

Capítulo II - Capital Social e Ações

Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 426.046.141,78 (quatrocentos e vinte e seis milhões e quarenta e seis mil, cento e quarenta e um reais e setenta e oito centavos), dividido em 138.328.524 (cento e trinta e oito milhões, trezentas e vinte e oito mil, quinhentas e vinte e quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1. Cada ação ordinária dará ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais da Companhia.

Parágrafo 2. As ações da Companhia serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") com quem a Companhia mantenha contrato de escrituração em vigor, sem emissão de certificados. A instituição escrituradora poderá cobrar dos acionistas o custo

WUOL
06 01 21

do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites máximos fixados pela CVM.

Artigo 6º. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, até o limite de R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de subscrição e integralização.

Parágrafo 1. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição.

Parágrafo 2. A Companhia pode, dentro do limite do capital autorizado estabelecido no caput e de acordo com o plano aprovado pela assembleia geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de sociedades controladas, sem direito de preferência para os antigos acionistas.

Artigo 7º. Os acionistas terão, na proporção da quantidade de ações de que forem titulares, preferência para a subscrição de novas ações e/ou de valores mobiliários conversíveis em ações, na forma da lei.

Parágrafo 1. O prazo para exercício do direito de preferência será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de publicação da ata da Assembleia Geral que deliberar o respectivo aumento, ou do competente aviso.

Parágrafo 2. A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição com exclusão do direito de preferência ou com redução do prazo para o exercício do direito de preferência quando a colocação desses valores mobiliários seja feita mediante a venda em bolsa ou por meio de subscrição pública, ou ainda, por meio de permuta de ações, em oferta pública de aquisição, nos termos do art. 172 da Lei das S.A.

Artigo 8º. Nas hipóteses em que a lei conferir direito de retirada a acionista dissidente de deliberação da Assembleia Geral, o valor do reembolso terá por base o valor do patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral, observadas as disposições do art. 45 da Lei das S.A.

Artigo 9º. A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias ou ações preferenciais.

Capítulo III - Assembleia Geral de Acionistas

Artigo 10º. As Assembleias Gerais da Companhia serão realizadas, ordinariamente, anualmente, nos 4 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social anterior, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos no art. 132 da Lei das S.A., e extraordinariamente, sempre que forem convocadas.

JUCESP
05 01 21

Parágrafo 1. As Assembleias Gerais, ordinárias ou extraordinárias, serão convocadas e instaladas de acordo com a Lei das S.A. e este Estatuto Social.

Parágrafo 2. As Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única.

Parágrafo 3. Ressalvadas as exceções previstas em lei, a assembleia geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, a maioria do capital social com direito de voto e, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo 4. Independentemente das formalidades referentes à convocação de Assembleias Gerais previstas neste Estatuto Social, será regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo 5. As Assembleias Gerais ocorrerão na sede da Companhia, nos termos do art. 124, §2º da Lei das S.A.

Parágrafo 6. As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e, na falta ou impedimento deste, por qualquer outro membro do Conselho de Administração ou diretor presente ou acionista a ser escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes. Caberá ao Presidente da Assembleia Geral indicar o Secretário.

Artigo 11º. Todas e quaisquer deliberações tomadas pelos acionistas em Assembleia Geral serão tomadas por voto afirmativo de acionistas representando a maioria absoluta do capital social da Companhia, não se computando os votos em branco, exceto se quórum maior for exigido por Lei.

Parágrafo Único. Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata, a qual será assinada pelos integrantes da mesa e pelos acionistas presentes.

Artigo 12º. Sem prejuízo de outras disposições constantes na Lei das S.A. e neste Estatuto Social, compete à Assembleia Geral deliberar sobre:

- (i) qualquer alteração do Estatuto Social;
- (ii) eleição e destituição dos membros do Conselho de Administração, bem como definição do número de cargos a serem preenchidos no Conselho de Administração da Companhia;
- (iii) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras;
- (iv) fixação da remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

JUCESP
05 01 21

- (v) deliberação, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício;
- (vi) aumento do capital social acima do limite do capital autorizado ou redução do capital social;
- (vii) emissão de debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição acima do limite do capital autorizado;
- (viii) início de qualquer processo voluntário de liquidação, falência ou recuperação judicial da Companhia nos termos da Lei nº 11.101/05;
- (ix) dissolução da Companhia, incluindo a escolha e contratação de liquidante, aprovação das contas correspondentes e cessação do estado de liquidação;
- (x) aprovação de plano de opção de ações ou plano de remuneração baseado em ações que envolva a entrega de ações;
- (xi) qualquer operação de cisão, incorporação, inclusive incorporação de ações ou fusão envolvendo a Companhia, bem como a transformação da Companhia em qualquer outro tipo societário; e
- (xii) resgate, amortização, desdobramento, grupamento ou bonificação de ações; e
- (xiii) dispensa da realização de oferta pública de aquisição de ações para saída do Novo Mercado, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 13º. Qualquer voto proferido pelos acionistas que seja contrário ao disposto nos Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia será inválido e ineficaz, não podendo ser computado pelo presidente da Assembleia Geral da Companhia.

Capítulo IV - Administração da Companhia

Artigo 14º. A Companhia será administrada e dirigida por um conselho de administração ("Conselho de Administração") e uma diretoria ("Diretoria"), cuja composição e funcionamento obedecerão às Leis aplicáveis e ao presente Estatuto Social.

Parágrafo 1. A posse dos administradores fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 37º. Os termos de posse dos membros do Conselho de Administração serão, lavrados, respectivamente, no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração e no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria, e eles deverão permanecer em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores.

JUCESP
05 01 21

Parágrafo 2. A assinatura do termo de posse deverá ser realizada nos 30 (trinta) dias subsequentes à eleição, sob pena da nomeação tornar-se sem efeito, salvo justificção aceita pelo respectivo órgão da administração para o qual o administrador tiver sido eleito.

Parágrafo 3. A remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a remuneração individual dos membros da administração.

Capítulo V - Conselho de Administração

Artigo 15º. O Conselho de Administração da Companhia será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros efetivos, com direito a voto, eleitos pela Assembleia Geral. Os Conselheiros, residentes ou não no Brasil, serão nomeados pela Assembleia Geral, para um mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na assembleia geral que os eleger.

Parágrafo 2. Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo 3. O Conselho de Administração terá um Presidente, nomeado pela Assembleia Geral.

Parágrafo 4. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de diretor presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo 5. No caso de destituição, renúncia, substituição, impedimento permanente ou qualquer outro evento do qual resulte a vacância de um cargo de conselheiro da Companhia, caberá aos conselheiros remanescentes nomear um conselheiro substituto até a primeira Assembleia Geral subsequente.

Parágrafo 6. Em caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente, do Conselho de Administração, a quem compete presidir as reuniões do Conselho de Administração, os conselheiros remanescentes escolherão, dentre eles, quem presidirá as reuniões do Conselho de Administração.

Artigo 16º. O Conselho de Administração deverá se reunir ordinariamente pelo menos uma vez a cada 3 (três) meses e extraordinariamente sempre que necessário. O Presidente do Conselho de Administração convocará as reuniões do órgão por iniciativa

JUCESP
05 01 21

própria ou mediante solicitação escrita de 3 (três) conselheiros. A omissão do Presidente do Conselho de Administração em convocar reunião solicitada pelos conselheiros no prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da data de recebimento da respectiva solicitação legitimará os conselheiros em questão a convocarem a reunião.

Artigo 17º. As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por telefone, vídeo conferência ou por qualquer outro meio compatível com a legislação brasileira, sendo que os votos poderão ser também manifestados por e-mail, se necessário, mas sempre na forma escrita.

Artigo 18º. Qualquer membro do Conselho de Administração poderá outorgar procuração específica para outro membro do Conselho de Administração para que este possa votar em seu nome, em reunião do Conselho de Administração. Tais procurações deverão ser arquivadas na sede da Companhia.

Artigo 19º. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência. A notificação conterá a ordem do dia detalhada, inclusive quaisquer propostas de deliberações e todos os documentos necessários relacionados a tais deliberações. A notificação poderá ser dispensada por escrito ou pela presença de todos os Conselheiros à reunião.

Artigo 20º. Nas deliberações do Conselho de Administração, cada conselheiro terá direito a um voto. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria absoluta de votos dos conselheiros, sendo que, em caso de conflito de interesses, inclusive decorrente de aprovação de transações com partes relacionadas, o quórum será da maioria dos membros não conflitados.

Artigo 21º. Compete ao Conselho de Administração, além das demais atribuições estabelecidas neste Estatuto Social e pela lei vigente, deliberar exclusivamente sobre as seguintes matérias:

- (i) estabelecer as orientações gerais dos negócios da Companhia;
- (ii) aprovar e alterar conforme o caso, o plano plurianual de negócios da Companhia;
- (iii) aprovar o orçamento anual e o planejamento comercial e operacional anual da Companhia e de suas controladas (o "Plano Anual de Negócios"), bem como qualquer de suas alterações;
- (iv) eleger e destituir os diretores e fixar-lhes as atribuições complementares específicas, observado o disposto neste Estatuto Social;
- (v) deliberar sobre a remuneração individual dos administradores dentro do limite máximo anual estabelecido pela Assembleia Geral;
- (vi) fiscalizar a gestão dos Diretores e examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, além de solicitar informações sobre contratos

DUCESP
05 01 21

celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos, seja de controladas, coligadas ou investidas;

- (vii) aprovar propostas de reforma estatutária, a serem submetidas à Assembleia Geral;
- (viii) convocar a Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto Social;
- (ix) aprovar o aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, fixando o preço de emissão, bem como as demais condições de emissão, inclusive o prazo de integralização, das novas ações, bem como aprovar a emissão de debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado;
- (x) aprovar a aquisição de ações de sua própria emissão para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como decidir acerca da sua revenda ou recolocação no mercado, observada a regulamentação aplicável;
- (xi) aprovar a celebração de quaisquer operações com partes relacionadas que não digam respeito ao curso normal dos negócios ou que envolvam valor, individual ou agregado, igual ou superior, em um período de 12 (doze) meses, a R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais);
- (xii) aprovar qualquer operação estranha ao objeto social da Companhia;
- (xiii) aprovar a realização de qualquer despesa ou investimento pela Companhia não contemplada em itens específicos deste artigo, ou o desenvolvimento de novos projetos pela Companhia, cujo valor (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados em um período de 12 meses) supere R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto se a despesa ou o investimento encontrar-se contemplado no Plano Anual de Negócios aprovado nos termos deste artigo;
- (xiv) vender ou adquirir ativos imobilizados da e pela Companhia, que não estejam previstos no Plano Anual de Negócios, em valores superiores a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) em uma operação individual ou em uma série de operações relacionadas em um período de 12 (doze) meses;
- (xv) estabelecer as alçadas da Diretoria Executiva para aquisição, alienação e operação de bens do ativo não circulante;
- (xvi) vender ou adquirir da e pela Companhia de participações societárias cujo *enterprise value* da companhia sendo vendida ou adquirida, implícito na operação, supere o valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);
- (xvii) a outorga de garantias em favor de terceiros, fora do curso normal dos negócios, não devendo ser consideradas para fim desse item garantias

JUCESP
05 01 21

outorgadas em favor de controladas para operações no curso normal dos seus negócios;

- (xviii) aprovar a contratação de qualquer empréstimo, financiamento ou qualquer outro tipo de endividamento, assunção de obrigações e/ou concessão de qualquer garantia real ou fidejussória que excedam, individualmente, o montante de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
- (xix) aprovar a celebração, pela Companhia, de quaisquer operações com derivativos, exceto aquelas realizadas para fins de hedge, e cuja operação mercantil originadora esteja contemplada no Plano Anual de Negócios ou, caso a referida operação não exceda o montante previsto no Plano Anual de Negócios em mais de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
- (xx) aprovar a emissão de debêntures simples, *commercial papers*, notas promissórias, bonds, notes e quaisquer títulos de dívida de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada, bem como sobre a recompra, repactuação, resgate e/ou cancelamento de quaisquer títulos ou valores mobiliários referidos neste item;
- (xxi) dar cumprimento a qualquer plano de opção de ações ou de remuneração baseado em ações aprovado pela assembleia geral, podendo aprovar programas e outorgas no âmbito dos planos, bem como aprovar qualquer plano de remuneração baseado em ações que não envolva a entrega de ações, em todos os casos respeitada a remuneração global aprovada em assembleia geral;
- (xxii) aprovar ou alterar as políticas, regimentos internos ou atos regimentais da Companhia e sua estrutura administrativa, incluindo o seu Código de Conduta;
- (xxiii) criar e instalar, a seu exclusivo critério, comitês de assessoramento ou grupos de trabalho com objetivos definidos;
- (xxiv) aprovar ou alterar a política de dividendos;
- (xxv) aprovar a contratação e destituição dos auditores independentes da Companhia;
- (xxvi) apreciar o relatório da administração, balanços, demonstrações financeiras, bem como os demais documentos previstos no art. 133 da Lei das S.A., e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral, incluindo a proposta de destinação do lucro líquido;
- (xxvii) aprovar as informações financeiras trimestrais da Companhia;

JUCESP
05 01 21

- (xxviii) aprovar a distribuição de dividendos intercalares ou intermediários ou pagamento de juros sobre o capital próprio com base em balanços semestrais, trimestrais ou mensais, conforme previsto no artigo 28;
- (xxix) autorizar qualquer mudança nas políticas contábeis da Companhia, exceto se exigido pelos princípios contábeis geralmente aceitos nas jurisdições em que a Companhia opera;
- (xxx) aprovar as atribuições da área de auditoria interna da Companhia;
- (xxxi) aprovar o orçamento do comitê de auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos;
- (xxxii) elaborar e divulgar parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado;
- (xxxiii) exercer as funções normativas das atividades da Companhia, podendo avocar para seu exame e deliberação qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa de outros órgãos, bem como deliberar sobre os assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria; e
- (xxxiv) aprovar, no âmbito das sociedades investidas e/ou de qualquer controlada ou coligada da Companhia quaisquer das matérias previstas neste artigo e no artigo 12º.

Capítulo VI - Diretoria

Artigo 22º. A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 4 (quatro) Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição, sendo 1 (um) Diretor Presidente e 1 (um) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, obrigatoriamente, e 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Operações Norte/Centro Oeste e 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Operações Sul/Sudeste, os quais obedecerão às Leis aplicáveis e às disposições deste Estatuto Social.

Parágrafo 1. Ocorrendo a vacância do cargo por ausência, impedimento definitivo, incapacidade ou renúncia, de qualquer Diretor, será realizada reunião do Conselho de Administração, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a ocorrência do fato, para eleição do substituto, que completará o prazo de gestão em curso, ou declaração de vacância do cargo.

Parágrafo 2. Terminado o mandato para o qual foram eleitos, os Diretores continuarão em seus cargos até a eleição e posse dos novos Diretores eleitos.

JUCESP
05 01 21

Artigo 23º. Compete à Diretoria a representação da Companhia, ativa e passivamente, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei e no presente Estatuto Social.

Parágrafo 1. Além das atribuições que lhe são conferidas pela lei e por este estatuto social ou que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração, o Diretor Presidente terá as seguintes atribuições:

- (a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (b) determinar e acompanhar o exercício das atribuições dos diretores sem designação específica da Companhia;
- (c) implementar as estratégias, planos e políticas definidas pelo conselho de administração da Companhia;
- (d) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades diárias da Companhia; e
- (e) supervisionar e coordenar as atividades do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e dos demais diretores da Companhia.

Parágrafo 2. Além das atribuições que lhe são conferidas pela lei e por este estatuto social ou que lhe forem conferidas pelo conselho de administração, o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores terá as seguintes atribuições:

- (a) planejar, coordenar, organizar, dirigir e supervisionar as atividades relativas às áreas financeira, contábil, fiscal e de planejamento e controle da Companhia;
- (b) coordenar o controle e movimentação financeira da Companhia, zelando pela saúde econômica e financeira;
- (c) gerenciar o orçamento, controlar despesas, implantar controles e reportar o desempenho financeiro da Companhia;
- (d) coordenar os trabalhos de preparação das demonstrações financeiras, do relatório anual da administração da Companhia e demais relatórios gerenciais solicitados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração;
- (e) representar institucionalmente a Companhia perante a CVM, acionistas, investidores, as bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como as entidades de regulação e autorregulação e fiscalização correspondentes e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; e
- (f) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e autorregulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições.

Parágrafo 3. Além das atribuições que lhe são conferidas pela lei e por este estatuto social ou que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração, o Diretor Vice-Presidente de Operação Norte/Centro Oeste terá as seguintes atribuições:

JUCESP
06 01 21

- (a) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades diárias das controladas da Companhia e respectivas áreas de negócios com base geográfica nas regiões Norte e Centro Oeste do país;
- (b) consolidar o resultado das controladas da Companhia e respectivas áreas de negócios com base geográfica nas regiões Norte e Centro Oeste do país; e
- (c) atuações específicas em outras áreas da Companhia como um todo, a serem definidas pelo Conselho de Administração (como por exemplo suprimentos, barter, mesa de grãos, marketing, digital, entre outras).

Parágrafo 4. Além das atribuições que lhe são conferidas pela lei e por este estatuto social ou que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração, o Diretor Vice-Presidente de Operação Sul/Sudeste terá as seguintes atribuições:

- (a) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades diárias das controladas da Companhia e respectivas áreas de negócios com base geográfica nas regiões Sul e Sudeste do país;
- (b) consolidar o resultado das controladas da Companhia e respectivas áreas de negócios com base geográfica nas regiões Sul e Sudeste do país; e
- (c) atuações específicas em outras áreas da Companhia como um todo, a serem definidas pelo Conselho de Administração (como por exemplo suprimentos, barter, mesa de grãos, marketing, digital, entre outras).

Artigo 24º. A Companhia será representada, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, por 2 (dois) diretores em conjunto, exceto caso a matéria tenha sido aprovada pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, caso em que a Companhia poderá ser representada por 1 (um) diretor individualmente.

Parágrafo 1. A Companhia poderá outorgar procurações para sua representação mediante a assinatura de 2 (dois) diretores em conjunto, exceto caso a matéria tenha sido aprovada pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, caso em que a Companhia poderá outorgar procurações mediante a assinatura de 1 (um) diretor individualmente. As procurações outorgadas pela Companhia devem especificar os poderes outorgados e, com exceção das procurações com cláusula *ad judicia*, devem ter o prazo de vigência de no máximo 1 (um) ano.

Artigo 25º. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos aos objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pelo Conselho de Administração, nos termos deste Estatuto Social.

Capítulo VII - Conselho Fiscal

Artigo 26º. A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente que, caso instaurado a pedido de acionistas na forma da lei e da regulamentação aplicável, será

JUCESP
05 01 21

constituído por 3 (três) membros titulares e até igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, que também fixará a sua remuneração.

Parágrafo Único. A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 37.

Capítulo VIII - Exercício Social, Lucros e Distribuição de Dividendos

Artigo 27º. O exercício social iniciar-se-á em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 28º. Ao final de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras previstas na Lei das S.A., as quais deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Parágrafo 1. A administração da Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, mediante deliberação do conselho de administração:

- (a) declarar dividendos intermediários com base nos lucros e/ou reservas de lucros apurados nos balanços semestrais; e
- (b) declarar dividendos com base nos lucros apurados em balanços relativos a períodos inferiores a um semestre, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o art. 182, §1º, da Lei das S.A.

Artigo 29º. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, nos termos do art. 189 da Lei das S.A.

Parágrafo 1. Do lucro remanescente serão deduzidas as participações estatutárias, se houver, calculadas segundo a ordem de preferência prevista no art. 190 da Lei das S.A.

Parágrafo 2. Do lucro líquido do exercício: (i) 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados à distribuição do dividendo mínimo obrigatório; e (iii) até 75% (setenta e cinco por cento) poderá ser retido com base em orçamento de capital, nos termos do art. 196 da Lei das S.A., e/ou destinados à constituição de reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do capital social, sendo que o saldo das reservas de lucros, com as exceções legais, não excederá o valor do capital social. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, que não seja destinado na forma deste Parágrafo, será capitalizado ou distribuído aos acionistas como dividendo complementar.

JUCESP
06 01 21

Parágrafo 3. Não será pago o dividendo mínimo obrigatório ou será distribuído em valor inferior ao obrigatório, no exercício social em que a administração informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

Artigo 30º. Os dividendos devidos pela Companhia serão pagos, da seguinte forma: (i) primeiramente com os saldos existentes na conta de lucros do exercício, apurados em balanços anuais levantados ao final de cada exercício; (ii) superada a hipótese anterior, os dividendos serão pagos com os recursos contabilizados na conta "lucros acumulados"; e (iii) superadas as hipóteses anteriores, os dividendos serão pagos com os recursos contabilizados na conta "reservas de lucros".

Artigo 31º. A Diretoria, após aprovação da Assembleia Geral, poderá ser autorizada a pagar juros calculados sobre o patrimônio líquido, até o limite da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a título de remuneração do capital próprio, nos termos do que prevê o art. 9º da Lei nº 9.249/95.

Parágrafo Único. Os juros a título de remuneração do capital próprio eventualmente pagos ou creditados pela Companhia aos acionistas serão imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício.

Capítulo IX - Alienação de Controle Acionário

Artigo 32º. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Capítulo X - Liquidação da Companhia

Artigo 33º. A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração.

Capítulo XI - Disposições Gerais

Artigo 34º. A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências ou onerações de ações a qualquer título, e devendo o Presidente da Assembleia Geral e das reuniões do Conselho de Administração abster-se de computar votos contrários aos termos de acordos de acionistas arquivado na sede da Companhia, conforme o art. 118 da Lei das S.A. ("Acordos de Acionistas").

JUCESP
05 01 21

Artigo 35º. As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser elaboradas em conformidade com princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, a Lei das S.A. e as normas da CVM.

Capítulo XII - Lei Aplicável e Arbitragem

Artigo 36º. Este Estatuto Social deverá ser regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

Artigo 37º. A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, na Lei de Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Parágrafo Único. As Partes elegem o foro central da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para os fins exclusivos de (i) assegurar a instituição da arbitragem; e (ii) obter medidas urgentes para proteção ou salvaguarda de direitos previamente à instauração do Tribunal Arbitral, sem que isso seja considerado como renúncia à arbitragem. Qualquer medida concedida pelo Poder Judiciário deverá ser prontamente notificada pela parte que requereu tal medida à Câmara de Arbitragem do Mercado. O Tribunal Arbitral, uma vez constituído, poderá rever, manter ou revogar as medidas concedidas pelo Poder Judiciário.

Capítulo XIII - Vigência

Artigo 38º. As disposições contidas no artigo 1º, parágrafo único, artigo 12º, item (xiii), artigo 15º, parágrafos primeiro, segundo e quarto, artigo 21º, itens (xxix) e (xxxi), artigo 32º e artigo 37º somente terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3.

* * *



AgroGalaxy - AGE - Renúncia e Posse - Plano de Compra - Estatuto (assinatura).docx

Código do documento 20656e89-c1e5-41b7-b382-93132cfb850b



Assinaturas

-  WELLES CLOVIS PASCOAL:26329549672
Certificado Digital
wpascoal55@hotmail.com
Assinou
-  JOSE MAURICIO MORA PULITI:24653566828
Certificado Digital
mauricio.puliti@agroalaxy.com.br
Assinou
-  TOMAS AGUSTIN ROMERO:23546633822
Certificado Digital
aqua.capital@paralegalservices.net.br
Assinou
-  FERNANDO TAMINATO:17617955898
Certificado Digital
fernando@paratycapital.com
Assinou
-  CHRISTIANO JONASSON DE CONTI MEDEIROS
Certificado Digital
christiano@paratycapital.com
Assinou
-  RAFAEL HONORIO BASSANI:36956326825
Certificado Digital
rbassani@spectrainvest.com
Assinou
-  JOAO FERNANDO GARCIA:46870296987
Certificado Digital
fernandoagro100@yahoo.com.br
Assinou
-  HAROLDO KAZUKI YAMANAKA:82474915672
Certificado Digital
haroldo.yamanaka@gmail.com
Assinou
-  BENILDO CARVALHO TELES:29425875634
Certificado Digital
benildo.grupoteles@outlook.com
Assinou
-  JOSE SAULO GONCALVES:00409762628
Certificado Digital
saulo.goncalves@gouroagro.com.br
Assinou
-  ANTONIO LUIZ GIULIANGELI:48582565968
Certificado Digital
giuliangeli@agro100.com.br
Assinou



46 páginas - Dados e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 17 de dezembro de 2020,
18:10:31



-  CLAUDIO AUGUSTO DINIZ:14786346187
Certificado Digital
cad.diniz@gmail.com
Assinou
-  SEBASTIAN MARCOS POPIK:22848535873
Certificado Digital
aqua.capital@paralegalservices.net.br
Assinou
-  JORGE LUIS AHUMADA:23640048881
Certificado Digital
aqua.capital@paralegalservices.net.br
Assinou
-  MAURICIO LUIS LUCHETTI:23859598520
Certificado Digital
mauricio@ginvest.com.br
Assinou
-  LARISSA YASTREBOV POMERANTZEFF:28115016810
Certificado Digital
larissa@leaf-cap.com
Assinou
-  TARCILA REIS CORREA URSINI:17612269830
Certificado Digital
tarcilaursini@gmail.com
Assinou

Eventos do documento

17 Dec 2020, 12:07:56

Documento número 20656e89-c1e5-41b7-b382-93132cfb850b **criado** por LAIS SILVEIRA DE DEUS LOPES (Conta 1cfedac1-1fe4-49c8-acd7-46e35886638f). Email :lvd@machadomeyer.com.br. - DATE_ATOM: 2020-12-17T12:07:56-03:00

17 Dec 2020, 12:19:10

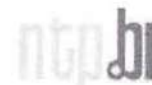
Lista de assinatura **iniciada** por LAIS SILVEIRA DE DEUS LOPES (Conta 1cfedac1-1fe4-49c8-acd7-46e35886638f). Email: lvd@machadomeyer.com.br. - DATE_ATOM: 2020-12-17T12:19:09-03:00

17 Dec 2020, 12:30:32

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - FERNANDO TAMINATO:17617955898 **Assinou** Email: fernando@paratycapital.com. IP: 177.92.71.198 (mvx-177-92-71-198.mundivox.com porta: 34726). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC SERASA RFB v5,OU=A3,CN=FERNANDO TAMINATO:17617955898. - DATE_ATOM: 2020-12-17T12:30:32-03:00

17 Dec 2020, 13:03:50

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - SEBASTIAN MARCOS POPIK:22848535873 **Assinou** Email: aqua.capital@paralegalservices.net.br. IP: 191.180.56.224 (bfb438e0.virtua.com.br porta: 47366). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, AC SOLUTI,OU=AC SOLUTI Multipla,OU=A3,CN=SEBASTIAN MARCOS POPIK:22848535873. - DATE_ATOM: 2020-12-17T13:03:50-03:00



17 Dec 2020, 13:04:09

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - JOAO FERNANDO GARCIA:46870296987 **Assinou**
Email: fernandoagro100@yahoo.com.br. IP: 179.232.204.7 (b3e8cc07.virtua.com.br porta: 25574). Dados do
Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC SAFEWEB RFB
v5,OU=A3,CN=JOAO FERNANDO GARCIA:46870296987. - DATE_ATOM: 2020-12-17T13:04:09-03:00

17 Dec 2020, 13:07:59

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - JORGE LUIS AHUMADA:23640048881 **Assinou** Email:
aqua.capital@paralegalservices.net.br. IP: 191.180.56.224 (bfb438e0.virtua.com.br porta: 40984). Dados do
Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC SAFEWEB RFB
v5,OU=A3,CN=JORGE LUIS AHUMADA:23640048881. - DATE_ATOM: 2020-12-17T13:07:59-03:00

17 Dec 2020, 13:09:55

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - RAFAEL HONORIO BASSANI:36956326825 **Assinou**
Email: rbassani@spectrainvest.com. IP: 201.26.107.196 (201-26-107-196.dsl.telesp.net.br porta: 55610). Dados do
Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC Certisign RFB
G5,OU=A3,CN=RAFAEL HONORIO BASSANI:36956326825. - DATE_ATOM: 2020-12-17T13:09:55-03:00

17 Dec 2020, 13:40:27

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - LARISSA YASTREBOV POMERANTZEFF:28115016810
Assinou Email: larissa@leaf-cap.com. IP: 186.204.141.82 (bacc8d52.virtua.com.br porta: 15802). Dados do
Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC Certisign RFB
G5,OU=A1,CN=LARISSA YASTREBOV POMERANTZEFF:28115016810. - DATE_ATOM: 2020-12-17T13:40:27-03:00

17 Dec 2020, 13:43:31

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - BENILDO CARVALHO TELES:29425875634 **Assinou**
Email: benildo.grupoteles@outlook.com. IP: 168.228.185.58 (168-228-185-58.grupoabenet.com.br porta: 26222).
Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, AC SOLUTI,OU=AC
SOLUTI Multipla,OU=A1,CN=BENILDO CARVALHO TELES:29425875634. - DATE_ATOM: 2020-12-17T13:43:31-03:00

17 Dec 2020, 13:49:32

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - MAURICIO LUIS LUCHETTI:23859598520 **Assinou**
Email: mauricio@ginvest.com.br. IP: 179.208.206.133 (b3d0ce85.virtua.com.br porta: 23158). Dados do
Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A3,CN=MAURICIO LUIS
LUCHETTI:23859598520. - DATE_ATOM: 2020-12-17T13:49:32-03:00

17 Dec 2020, 14:07:24

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - ANTONIO LUIZ GIULIANGELI:48582565968 **Assinou**
Email: giuliangeli@agro100.com.br. IP: 187.18.96.89 (r225-pw-iliada.ibys.com.br porta: 46324). Dados do
Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, AC SOLUTI,OU=AC SOLUTI
Multipla,OU=A3,CN=ANTONIO LUIZ GIULIANGELI:48582565968. - DATE_ATOM: 2020-12-17T14:07:24-03:00

17 Dec 2020, 14:22:56

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - HAROLDO KAZUKI YAMANAKA:82474915672 **Assinou**
Email: haroldo.yamanaka@gmail.com. IP: 186.193.132.32 (186.193.132.32 porta: 56160). Dados do Certificado:
C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC VALID RFB v5,OU=A3,CN=HAROLDO



KAZUKI YAMANAKA:82474915672. - DATE_ATOM: 2020-12-17T14:22:56-03:00

17 Dec 2020, 14:25:18

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - CLAUDIO AUGUSTO DINIZ:14786346187 **Assinou**
Email: cad.diniz@gmail.com. IP: 187.58.36.131 (187.58.36.131.static.host.gvt.net.br porta: 26444). Dados do
Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, AC SOLUTI,OU=AC SOLUTI
Multipla,OU=A3,CN=CLAUDIO AUGUSTO DINIZ:14786346187. - DATE_ATOM: 2020-12-17T14:25:18-03:00

17 Dec 2020, 14:26:06

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - JOSE SAULO GONCALVES:00409762628 **Assinou**
Email: saulo.goncalves@gouroagro.com.br. IP: 186.193.132.32 (186.193.132.32 porta: 58882). Dados do
Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC VALID RFB
v5,OU=A3,CN=JOSE SAULO GONCALVES:00409762628. - DATE_ATOM: 2020-12-17T14:26:06-03:00

17 Dec 2020, 14:32:34

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - CHRISTIANO JONASSON DE CONTI MEDEIROS **Assinou**
Email: christiano@paratycapital.com. IP: 177.92.71.198 (mvx-177-92-71-198.mundivox.com porta: 56816). Dados do
Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO FEDERAL,OU=AC OAB
G3,OU=A3,CN=CHRISTIANO JONASSON DE CONTI MEDEIROS. - DATE_ATOM: 2020-12-17T14:32:34-03:00

17 Dec 2020, 15:09:48

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - TARCILA REIS CORREA URSINI:17612269830 **Assinou**
Email: tarcilaurisni@gmail.com. IP: 179.98.23.93 (179-98-23-93.dsl.telesp.net.br porta: 18508). Dados do
Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A3,CN=TARCILA REIS CORREA
URSINI:17612269830. - DATE_ATOM: 2020-12-17T15:09:48-03:00

17 Dec 2020, 16:17:37

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - WELLES CLOVIS PASCOAL:26329549672 **Assinou**
Email: wpascoal55@hotmail.com. IP: 170.83.112.77 (170-83-112-77.rev.gptelecom.com.br porta: 5538). Dados do
Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC VALID RFB
v5,OU=A3,CN=WELLES CLOVIS PASCOAL:26329549672. - DATE_ATOM: 2020-12-17T16:17:37-03:00

17 Dec 2020, 16:31:51

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - JOSE MAURICIO MORA PULITI:24653566828 **Assinou**
Email: mauricio.puliti@agroalaxy.com.br. IP: 187.26.79.71 (187-26-79-71.3g.claro.net.br porta: 56328). Dados do
Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, AC SOLUTI,OU=AC SOLUTI
Multipla,OU=A3,CN=JOSE MAURICIO MORA PULITI:24653566828. - DATE_ATOM: 2020-12-17T16:31:51-03:00

17 Dec 2020, 18:09:33

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - TOMAS AGUSTIN ROMERO:23546633822 **Assinou**
Email: aqua.capital@paralegalservices.net.br. IP: 191.180.56.224 (bfb438e0.virtua.com.br porta: 8860). Dados do
Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, AC SOLUTI,OU=AC SOLUTI
Multipla,OU=A3,CN=TOMAS AGUSTIN ROMERO:23546633822. - DATE_ATOM: 2020-12-17T18:09:33-03:00



48 páginas - Data e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 17 de dezembro de 2020,
18:10:31



Hash do documento original

(SHA256):a9c2fbec2f93c0fe90df69628bc91017836d308bfb14f121fa9c52e0878c77a7

(SHA512):bb6727d06bcd1446a6f444303e508dbc334f447340cd582c9b79ef957a095ab72a0b18c9a52336f670de0be475e8318392883c48a003c38b5c8fcccde41e6a

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO DO AGROFUNDO BRASIL III, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2020, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA SECUNDÁRIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Ata da 59ª Reunião do Comitê de Investimento do
Agrofundado Brasil III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
("Fundo")**

I. DATA, HORA E LOCAL

A reunião foi realizada na quarta-feira, dia 16.12.2020, às 15h, na Av. Cidade Jardim, nº 803, 6º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil.

II. CONVOCAÇÃO

A convocação da reunião foi dispensada, em virtude de todos os membros do Comitê de Investimento estarem presentes, conforme faculta o §1º do art. 26 do Regulamento do Fundo.

III. PRESENÇA

Estiveram presentes à reunião os membros do Comitê de Investimento do Fundo e demais convidados, conforme se verifica pela lista de presença da reunião.

IV. COMPOSIÇÃO DA MESA

Presidente: **Tomas Agustin Romero**
Secretário: **Sebastian Marcos Popik**

V. ORDEM DO DIA

- 1) Deliberar acerca voto a ser proferido pelo Fundo na Assembleia Geral Extraordinária da Agrogalaxy Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 21.240.146/0001-84 ("Companhia"), sociedade investida do Fundo, a ser realizada em 17.12.2020, às 10h30 ("AGE");
- 2) Deliberar acerca da indicação dos representantes do Fundo no Conselho de Administração e nas assembleias gerais da Companhia, para fins do disposto no inciso V do art. 20 do Regulamento do Fundo;
- 3) Deliberar acerca da anuência do Fundo para a implementação do plano de opção de compra de ações e incentivo atrelado a ações de emissão da Companhia
- 4) Deliberar acerca da realização do pedido do registro da oferta pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade do Fundo; e
- 5) Deliberar acerca da documentação que será utilizada para formalização da deliberação do item 4 acima.

VI. REGISTRO DA DELIBERAÇÃO E CONSIDERAÇÕES NO TRANSCORRER DA REUNIÃO

A reunião foi aberta em 16.12.2020 às 15h, e seu presidente fez a leitura da ordem do dia, informando aos membros do Comitê de Investimento que será realizada uma Assembleia Geral Extraordinária da Agrogalaxy Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 21.240.146/0001-84 ("Companhia") em 17.12.2020 às 10h30, a qual terá a seguinte ordem do dia: "Deliberar sobre (i) a aprovação da submissão à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") de pedido de registro de emissor de valores mobiliários na "categoria

SP.
R
f

A”, nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 480”); (ii) a submissão, pela Companhia, do pedido de adesão da Companhia ao segmento especial de listagem da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) denominado “Novo Mercado”, bem como de admissão, listagem e negociação de suas ações na B3; (iii) a aprovação dos principais termos e condições da oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Ações” e “Oferta Pública”, respectivamente) e de titularidade de determinados acionistas vendedores (“Acionistas Vendedores”); (iv) ratificação da renúncia de alguns dos atuais membros do Conselho de Administração da Companhia; (v) a eleição da nova composição do Conselho de Administração, incluindo dispensa em relação ao requisito do art. 147, §3º da Lei das S.A. para determinados membros; (vi) a conversão da totalidade das classes de ações ordinárias de emissão da Companhia em uma classe única de ações ordinárias; (vii) o grupamento das ações da Companhia; (viii) a aprovação da criação do capital autorizado da Companhia; (ix) a criação do plano de opção de compra de ações e de incentivos atrelados a ações de emissão da Companhia; (x) a reforma integral do estatuto social; (xi) a aprovação da remuneração global dos administradores; (xii) aprovação das demonstrações financeiras reapresentadas da Companhia, da Agro Key Participações S.A. e da Agro Advance Participações S.A. referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, conforme aplicável; (xiii) aprovação das informações trimestrais da Companhia e da Agro Key Participações S.A. (ITR) relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020; (xiv) aprovação das informações intermediárias da Companhia, da Agro Key Participações S.A. e da Agro Advance Participações S.A. referentes ao período findo em 30 de outubro de 2020; (xv) aprovação das demonstrações financeiras especiais da Companhia referentes ao período findo em 31 de outubro de 2020; (xvi) a previsão de convocação e realização de nova assembleia geral extraordinária em caso de não conclusão da Oferta Pública, para aprovação de nova reforma do estatuto social e da retificação da conversão de ações ora aprovada; e (xvii) autorização para que os administradores tomem todas as medidas necessárias para implementação dessas deliberações.”

Ato contínuo, foi dado início a deliberação do **item 1 da ordem do dia**, que resultou na aprovação, pela unanimidade dos membros do Comitê de Investimento, da seguinte orientação de voto:

- votar favoravelmente na AGE no sentido de aprovar a submissão, pela Companhia, do pedido de registro, pela Companhia, de emissor de valores mobiliários na “categoria A” perante a CVM, nos termos da ICVM 480;

- votar favoravelmente na AGE no sentido de aprovar a submissão, pela Companhia, do pedido de adesão da Companhia no Novo Mercado, bem como de admissão, listagem e negociação de suas ações na B3, anuindo e sujeitando-se às disposições do Regulamento do Novo Mercado;

- votar favoravelmente na AGE no sentido de aprovar realização da Oferta Pública, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“ICVM 400”), com o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente vigente (“Código ANBIMA”), bem como com esforços de dispersão acionária, nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3 e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. (“Coordenador Líder”), Banco J.P. Morgan S.A. (“J.P. Morgan”), Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander”), UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“UBS BB”) e Banco ABC Brasil S.A. (“Banco ABC” e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, o Santander, o UBS BB, os “Coordenadores da Oferta”), observados os seguintes termos e condições principais abaixo elencados:

SP.
R
f

(a) serão também realizados esforços de colocação no exterior, sendo nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (qualified institutional buyers), conforme definidos na Rule 144A, editada pela Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos da América ("SEC") em operações isentas de registro, previstas no Securities Act e nos regulamentos editados ao amparo do Securities Act, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e, nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos da América, para investidores que sejam considerados pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis daquele país (Non U.S. Persons), em conformidade com os procedimentos previstos no Regulation S, editado pela SEC ao amparo do U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado ("Securities Act"), em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no Securities Act, e nos regulamentos editados ao amparo do Securities Act, respeitada a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, em ambos os casos, desde que tais investidores estrangeiros vistam no Brasil em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis;

(b) nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da ICVM 400, até a data de divulgação do anúncio de início da Oferta Pública, a quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme abaixo definido) poderá, a critério da Companhia e/ou dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total das ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), podendo ser emitidas pela Companhia ou alienadas pelos Acionistas Vendedores, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais").

(c) nos termos do artigo 24 da ICVM 400, a quantidade total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento), podendo ser emitidas pela Companhia ou alienadas pelos Acionistas Vendedores, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações do Lote Suplementar"), conforme opção a ser outorgada no contrato de distribuição da Oferta Pública ao agente estabilizador, opção esta a ser exercida em razão da prestação de serviço de estabilização de preço das Ações;

(d) nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta Pública; e

(e) Adicionalmente, o Conselho de Administração fica autorizado a aprovar a fixação do preço de emissão das Ações objeto da Oferta Restrita, que será fixado de acordo com o resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser conduzido pelos Coordenadores da Oferta (procedimento de bookbuilding), e o aumento de capital dela decorrente, dentro do limite do capital autorizado, ficando os diretores ficam autorizados a tomar todas as medidas para a implementação da Oferta Pública.

- votar favoravelmente na AGE no sentido de ratificar a renúncia, a partir da data da AGE, dos seguintes membros do Conselho de Administração: Welles Clóvis Paschoal, Cláudio Augusto Diniz, Haroldo Kazuki Yamanaka, José Saulo Gonçalves e Antônio Luiz Giuliangeli.

- votar favoravelmente na AGE no sentido de aprovar a eleição, para um mandato unificado de 2 (dois) anos, dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia: (a) Sebastian Marcos Popik, argentino, divorciado, economista, portador da carteira de identidade de estrangeiro ("RNE") nº V340918-M, expedido pelo CGPI/DIREX/DPF, válido até 25 de setembro de 2024, inscrito no CPF/ME sob o nº 228.485.358-73, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo,

SP
R
+

na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, como Presidente do Conselho de Administração; (b) Tomas Agustin Romero, argentino, casado, economista, portador do RNE nº V820093-L, expedido pelo CGPI/DIREX/DPF, válido até 11 de maio de 2025, inscrito no CPF/ME sob o nº 235.466.338-22, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, como membro do Conselho de Administração; (c) Jorge Luis Ahumada, argentino, solteiro, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RNE nº G212257-R CGPI/DIREX/DPF e inscrito no CPF/ME sob nº 236.400.488-81, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, como membro do Conselho de Administração; (d) Benildo Carvalho Teles, brasileiro, casado, comerciante, portador da carteira de identidade nº M-1398111, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 294.258.756-34, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, como membro do Conselho de Administração; (e) João Fernando Garcia, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da carteira de identidade nº 3648000-9, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 468.702.969-87, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, como membro do Conselho de Administração; (f) Mauricio Luis Luchetti, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 10.521.527-2, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 238.595.985-20, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, como membro independente do Conselho de Administração, (g) Larissa Yastrebov Pomerantzeff, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade nº 29.935.427-1, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 281.150.168-10, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, como membro independente do Conselho de Administração, e (h) Tarcila Reis Correa Ursini, brasileira, casada, economista e advogada, portadora da carteira de identidade nº 19.710.137-9, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 176.122.698-30, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, como membro independente do Conselho de Administração.

- votar favoravelmente na AGE no sentido de aprovar a conversão da totalidade das ações ordinárias que compõem o capital social, divididas nas classes A, B, C, D, E e F, de forma que as atuais 691.642.618 (seiscentos e noventa e um milhões, seiscentas e quarenta e duas mil, seiscentas e dezoito) ações sejam ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem divisão de classes. Neste sentido, os membros do comitê de investimento declararam estarem cientes de que o fundo passará a deter 58.923.580 ações ordinárias de emissão da Companhia ao invés de ações ordinárias classe E

- votar favoravelmente na AGE no sentido de aprovar o grupamento das 691.642.618 (seiscentos e noventa e um milhões, seiscentas e quarenta e duas mil, seiscentas e dezoito) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, na proporção de 1:4,99999998554167, passando o capital social da Companhia a se dividir em 138.328.524 (cento e trinta e oito milhões, trezentas e vinte e oito mil, quinhentas e vinte e quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, conferindo a seus titulares os mesmos direitos e vantagens das ações agrupadas. Em decorrência do grupamento aplicado à participação de cada acionista e de forma que não restem frações, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (a) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos). Neste sentido, os membros do comitê de investimento declararam estarem cientes de que o fundo passará a deter 11.784.716 (onze milhões, setecentas e oitenta e quatro mil, setecentas e dezesseis) ações ordinárias de emissão da Companhia.

SP.
RZ
J

- votar favoravelmente na AGE no sentido de aprovar a criação do capital autorizado da Companhia, no valor de R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões, quinhentos milhões de reais), de modo que, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, o capital social da Companhia poderá ser aumentado até o referido valor, competindo ao Conselho de Administração, ainda, estabelecer as condições da emissão, preço, prazo e a forma de sua integralização. Acima desse limite, o capital social será aumentado por deliberação da Assembleia Geral;
- votar favoravelmente na AGE no sentido de aprovar o Plano de Opção de Compra de Ações e de Incentivos Atrelados a Ações de Emissão, nos termos constantes do Anexo I da Ata da AGE;
- votar favoravelmente na AGE no sentido de aprovar a reforma integral do estatuto social da Companhia para sua adequação às normas expedidas pela CVM em virtude da submissão do pedido de registro da Companhia como emissor de valores mobiliários na "categoria A", nos termos da ICVM 480, bem como as normas do regulamento do Novo Mercado expedidas pela B3, e da criação do capital autorizado acima aprovada, conforme consolidação que constará como Anexo II da Ata da AGE;
- votar favoravelmente na AGE no sentido de aprovar a fixação da remuneração global dos administradores para o exercício social de 2021 no montante de até R\$ 18.256.117,00 (dezoito milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, cento e dezessete reais), incluídos os encargos sociais de responsabilidade da Companhia
- votar favoravelmente na AGE no sentido de aprovar as demonstrações financeiras reapresentadas da (a) Companhia referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019; (b) Agro Advance Participações S.A. referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, na qualidade de sua sucessora legal em razão de sua incorporação ocorrida em 30 de outubro de 2020; e (c) Agro Key Participações S.A. referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, na qualidade de sua sucessora legal em razão de sua incorporação ocorrida em 30 de outubro de 2020;
- votar favoravelmente na AGE no sentido de aprovar as informações financeiras (ITR) da Companhia e da Agro Key Participações S.A. referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020;
- votar favoravelmente na AGE no sentido de aprovar as informações intermediárias da Companhia, da Agro Key Participações S.A. e da Agro Advance Participações S.A. referentes ao período findo em 30 de outubro de 2020;
- votar favoravelmente na AGE no sentido de aprovar as demonstrações financeiras especiais da Companhia relativas ao período findo em 31 de outubro de 2020; e
- votar favoravelmente na AGE no sentido de aprovar a previsão de que, em caso de não conclusão da Oferta Pública, será convocada uma nova assembleia geral extraordinária para aprovação de nova reforma do estatuto social e da retificação da conversão de ações ora aprovada, de forma que o estatuto social volte a ter a redação aprovada em 30 de outubro de 2020 e os acionistas voltem a deter as ações divididas nas respectivas classes de ações ordinárias; e
- votar favoravelmente na AGE no sentido de aprovar a autorização para que a administração da Companhia tome todas as medidas necessárias para implementação das deliberações ora aprovadas.

SP.
R
↓

Em seguida, foi dado início a deliberação **do item 2 da ordem do dia**, que resultou na aprovação, pela unanimidade dos membros do Comitê de Investimento, da indicação das pessoas que representarão o Fundo Conselho de Administração e nas Assembleias Gerais da Companhia, conforme detalhado a seguir:

Conselho de Administração: (i) Sebastian Marcos Popik; (ii) Jorge Luis Ahumada; e (iii) Tomas Agustin Romero

Assembleias Gerais: (i) Sebastian Marcos Popik; (ii) Jorge Luis Ahumada; e (iii) Tomas Agustin Romero

Partindo para o item 3 da ordem do dia, o presidente informou aos membros do Comitê de Investimento que a Companhia pretende implementar um plano de opção de compra de ações (“SOP”), o qual poderá ser concedido à administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia, com vistas a: (i) estimular a melhoria, a expansão, o êxito e a consecução das atividades da Companhia e de suas afiliadas; (ii) obter um maior alinhamento dos interesses dos administradores, empregados e prestadores de Serviços com os interesses da Companhia e de suas afiliadas; e (iii) incentivar a permanência dos administradores, empregados e prestadores de serviços na Companhia e/ou nas suas afiliadas, cuja implementação precisaria ser previamente autorizada pelo Fundo.

Neste contexto, foram disponibilizadas aos membros do comitê de investimento, para análise e considerações, um documento com todas as características do SOP, com o qual declararam estarem de pleno acordo com o seu inteiro teor.

Em seguida, foi dado início à deliberação do **item 3 da ordem do dia**, que resultou na aprovação, pela unanimidade dos membros do Comitê de Investimento, da anuência do Fundo para a implementação do SOP da Companhia.

Na sequência, foi dado início a deliberação do **item 4 da ordem do dia**, que resultou na aprovação, pela unanimidade dos membros do Comitê de Investimento, da realização do pedido de registro da oferta pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade do Fundo junto a Comissão de Valores Mobiliários e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, nos termos da Instrução CVM nº 400, conforme alterada (“ICVM 400”), e demais disposições legais aplicáveis (“Oferta Pública”). Os membros do comitê de investimento declararam estarem cientes de que as condições negociais da Oferta Pública ainda não foram totalmente definidas, tais como quantidade de ações a serem ofertadas, bem como preço mínimo da ação e neste contexto concordaram que nova reunião do comitê de investimento será necessária para aprovação das condições negociais da Oferta Pública assim que forem definidas.

Partindo para o item 5 da ordem do dia, os membros do Comitê de Investimento declararam que as minutas dos documentos que serão utilizados para a formalização da deliberação relativa ao item 4 acima lhes foram disponibilizadas previamente para análise e considerações.

Neste contexto, os membros do Comitê de Investimento informaram que analisaram cuidadosamente os documentos descritos a seguir, entre outros documentos acessórios a serem celebrados no âmbito da Oferta Pública:

- a) Minuta do “Pedido de Registro de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia
- b) Minuta do Contrato de Coordenação, Distribuição e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia;
- c) Minuta do Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias da Companhia;

SP.
RZ
/

- d) Minuta do Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias da Emissão da Companhia;
- e) Minuta do “Placement Facilitation Agreement”
- f) Minuta da “Declaração Para Fins do Artigo 56 da Instrução CVM nº 400;
- g) Minuta do Questionário Para Acionistas Principais que deverá ser apresentado pelo Fundo no âmbito da Oferta; e
- h) Minuta do Acordo de Acionistas de Companhia.

Dessa forma, foi dado início à deliberação do **item 5 da ordem do dia**, resultando na aprovação, pela unanimidade dos membros do Comitê de Investimento, da documentação que será utilizada para formalização da deliberação do item 4 acima.


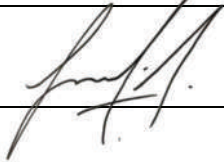
Os membros do Comitê de Investimento também declararam estarem cientes de que poderá haver a necessidade de assinatura de documentos adicionais e neste ato dispensam o Administrador do Fundo de ter que submeter para deliberação do Comitê de Investimento a aprovação do teor de tais documentos.

Encerrada a etapa deliberatória da reunião, o presidente informou que a presente ata, juntamente com as minutas dos documentos mencionados nos itens “a” a “h” acima, serão disponibilizados à Administradora do Fundo para que seja dada sequência nos passos formais de implementação das decisões ora tomadas.

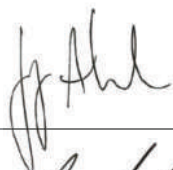
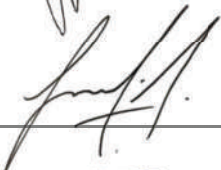

VII. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que, após redigida, foi enviada a todos os membros do Comitê de Investimento e à Administradora do Fundo.

São Paulo, 16 de dezembro de 2020.

Presidente da reunião	Tomas Agustin Romero	
Secretário da reunião	Sebastian Marcos Popik	

LISTA DE PRESENÇA DE MEMBROS DO CI
(59ª RCI do Agrofundado Brasil III FIP ME)

Membros do Comitê de Investimento			Assinatura
1	Jorge Luis Ahumada	Titular	
2	Sebastian Marcos Popik	Titular	
3	Tomas Agustin Romero	Titular	

Por meio da assinatura desta Lista de Presença, os membros do Comitê de Investimento declaram sua ciência e concordância com a Ata da Reunião do Comitê de Investimento do Agrofundado Brasil III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, realizada em 16.12.2020

**ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO DO AGROFUNDO BRASIL IV,
REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2020, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA
SECUNDÁRIA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Ata da 27ª Reunião do Comitê de Investimento do
Agrofundado Brasil IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
("Fundo")**

I. DATA, HORA E LOCAL

A reunião foi realizada na quarta-feira, dia 16.12.2020, às 16h, na Av. Cidade Jardim,
nº 803, 6º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil.

II. CONVOCAÇÃO

A convocação da reunião foi dispensada, em virtude de todos os membros do Comitê de
Investimento estarem presentes, conforme faculta o §1º do art. 26 do Regulamento do
Fundo.

III. PRESENÇA

Estiveram presentes à reunião os membros do Comitê de Investimento do Fundo e
demais convidados, conforme se verifica pela lista de presença da reunião.

IV. COMPOSIÇÃO DA MESA

Presidente: **Tomas Agustin Romero**
Secretário: **Sebastian Marcos Popik**

V. ORDEM DO DIA

- 1) Deliberar acerca voto a ser proferido pelo Fundo na Assembleia Geral Extraordinária da Agrogalaxy Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 21.240.146/0001-84 ("Companhia"), sociedade investida do Fundo, a ser realizada em 17.12.2020, às 10h30 ("AGE");
- 2) Deliberar acerca da indicação dos representantes do Fundo no Conselho de Administração e nas assembleias gerais da Companhia, para fins do disposto no inciso V do art. 20 do Regulamento do Fundo;
- 3) Deliberar acerca da anuência do Fundo para a implementação do plano de opção de compra de ações e incentivo atrelado a ações de emissão da Companhia
- 4) Deliberar acerca da realização do pedido do registro da oferta pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade do Fundo;
e
- 5) Deliberar acerca da documentação que será utilizada para formalização da deliberação do item 4 acima.

VI. REGISTRO DA DELIBERAÇÃO E CONSIDERAÇÕES NO TRANSCORRER DA REUNIÃO

A reunião foi aberta em 16.12.2020 às 16h, e seu presidente fez a leitura da ordem do dia, informando aos membros do Comitê de Investimento que será realizada uma Assembleia Geral Extraordinária da Agrogalaxy Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 21.240.146/0001-84 ("Companhia") em 17.12.2020 às 10h30, a qual terá a seguinte ordem do dia: *"Deliberar sobre (i) a aprovação da submissão à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") de pedido de registro de emissor de valores mobiliários na "categoria*

SP.
R
↓

A”, nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 480”); (ii) a submissão, pela Companhia, do pedido de adesão da Companhia ao segmento especial de listagem da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) denominado “Novo Mercado”, bem como de admissão, listagem e negociação de suas ações na B3; (iii) a aprovação dos principais termos e condições da oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Ações” e “Oferta Pública”, respectivamente) e de titularidade de determinados acionistas vendedores (“Acionistas Vendedores”); (iv) ratificação da renúncia de alguns dos atuais membros do Conselho de Administração da Companhia; (v) a eleição da nova composição do Conselho de Administração, incluindo dispensa em relação ao requisito do art. 147, §3º da Lei das S.A. para determinados membros; (vi) a conversão da totalidade das classes de ações ordinárias de emissão da Companhia em uma classe única de ações ordinárias; (vii) o grupamento das ações da Companhia; (viii) a aprovação da criação do capital autorizado da Companhia; (ix) a criação do plano de opção de compra de ações e de incentivos atrelados a ações de emissão da Companhia; (x) a reforma integral do estatuto social; (xi) a aprovação da remuneração global dos administradores; (xii) aprovação das demonstrações financeiras reapresentadas da Companhia, da Agro Key Participações S.A. e da Agro Advance Participações S.A. referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, conforme aplicável; (xiii) aprovação das informações trimestrais da Companhia e da Agro Key Participações S.A. (ITR) relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020; (xiv) aprovação das informações intermediárias da Companhia, da Agro Key Participações S.A. e da Agro Advance Participações S.A. referentes ao período findo em 30 de outubro de 2020; (xv) aprovação das demonstrações financeiras especiais da Companhia referentes ao período findo em 31 de outubro de 2020; (xvi) a previsão de convocação e realização de nova assembleia geral extraordinária em caso de não conclusão da Oferta Pública, para aprovação de nova reforma do estatuto social e da retificação da conversão de ações ora aprovada; e (xvii) autorização para que os administradores tomem todas as medidas necessárias para implementação dessas deliberações.”

Ato contínuo, foi dado início a deliberação do **item 1 da ordem do dia**, que resultou na aprovação, pela unanimidade dos membros do Comitê de Investimento, da seguinte orientação de voto:

- votar favoravelmente na AGE no sentido de aprovar a submissão, pela Companhia, do pedido de registro, pela Companhia, de emissor de valores mobiliários na “categoria A” perante a CVM, nos termos da ICVM 480;

- votar favoravelmente na AGE no sentido de aprovar a submissão, pela Companhia, do pedido de adesão da Companhia no Novo Mercado, bem como de admissão, listagem e negociação de suas ações na B3, anuindo e sujeitando-se às disposições do Regulamento do Novo Mercado;

- votar favoravelmente na AGE no sentido de aprovar realização da Oferta Pública, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“ICVM 400”), com o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente vigente (“Código ANBIMA”), bem como com esforços de dispersão acionária, nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3 e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. (“Coordenador Líder”), Banco J.P. Morgan S.A. (“J.P. Morgan”), Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander”), UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“UBS BB”) e Banco ABC Brasil S.A. (“Banco ABC” e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, o Santander, o UBS BB, os “Coordenadores da Oferta”), observados os seguintes termos e condições principais abaixo elencados:

SP.
R
f

(a) serão também realizados esforços de colocação no exterior, sendo nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (qualified institutional buyers), conforme definidos na Rule 144A, editada pela Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos da América (“SEC”) em operações isentas de registro, previstas no Securities Act e nos regulamentos editados ao amparo do Securities Act, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e, nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos da América, para investidores que sejam considerados pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis daquele país (Non U.S. Persons), em conformidade com os procedimentos previstos no Regulation S, editado pela SEC ao amparo do U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado (“Securities Act”), em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no Securities Act, e nos regulamentos editados ao amparo do Securities Act, respeitada a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, em ambos os casos, desde que tais investidores estrangeiros vistam no Brasil em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis;

(b) nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da ICVM 400, até a data de divulgação do anúncio de início da Oferta Pública, a quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme abaixo definido) poderá, a critério da Companhia e/ou dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total das ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), podendo ser emitidas pela Companhia ou alienadas pelos Acionistas Vendedores, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas (“Ações Adicionais”).

(c) nos termos do artigo 24 da ICVM 400, a quantidade total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento), podendo ser emitidas pela Companhia ou alienadas pelos Acionistas Vendedores, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas (“Ações do Lote Suplementar”), conforme opção a ser outorgada no contrato de distribuição da Oferta Pública ao agente estabilizador, opção esta a ser exercida em razão da prestação de serviço de estabilização de preço das Ações;

(d) nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta Pública; e

(e) Adicionalmente, o Conselho de Administração fica autorizado a aprovar a fixação do preço de emissão das Ações objeto da Oferta Restrita, que será fixado de acordo com o resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser conduzido pelos Coordenadores da Oferta (procedimento de bookbuilding), e o aumento de capital dela decorrente, dentro do limite do capital autorizado, ficando os diretores ficam autorizados a tomar todas as medidas para a implementação da Oferta Pública.

- votar favoravelmente na AGE no sentido de ratificar a renúncia, a partir da data da AGE, dos seguintes membros do Conselho de Administração: Welles Clóvis Paschoal, Cláudio Augusto Diniz, Haroldo Kazuki Yamanaka, José Saulo Gonçalves e Antônio Luiz Giuliangeli.

- votar favoravelmente na AGE no sentido de aprovar a eleição, para um mandato unificado de 2 (dois) anos, dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia: (a) Sebastian Marcos Popik, argentino, divorciado, economista, portador da carteira de identidade de estrangeiro (“RNE”) nº V340918-M, expedido pelo CGPI/DIREX/DPF, válido até 25 de setembro de 2024, inscrito no CPF/ME sob o nº 228.485.358-73, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo,

SP.
TR
+

na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, como Presidente do Conselho de Administração; (b) Tomas Agustin Romero, argentino, casado, economista, portador do RNE nº V820093-L, expedido pelo CGPI/DIREX/DPF, válido até 11 de maio de 2025, inscrito no CPF/ME sob o nº 235.466.338-22, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, como membro do Conselho de Administração; (c) Jorge Luis Ahumada, argentino, solteiro, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RNE nº G212257-R CGPI/DIREX/DPF e inscrito no CPF/ME sob nº 236.400.488-81, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, como membro do Conselho de Administração; (d) Benildo Carvalho Teles, brasileiro, casado, comerciante, portador da carteira de identidade nº M-1398111, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 294.258.756-34, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, como membro do Conselho de Administração; (e) João Fernando Garcia, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da carteira de identidade nº 3648000-9, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 468.702.969-87, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, como membro do Conselho de Administração; (f) Mauricio Luis Luchetti, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 10.521.527-2, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 238.595.985-20, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, como membro independente do Conselho de Administração, (g) Larissa Yastrebov Pomerantzeff, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade nº 29.935.427-1, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 281.150.168-10, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, como membro independente do Conselho de Administração, e (h) Tarcila Reis Correa Ursini, brasileira, casada, economista e advogada, portadora da carteira de identidade nº 19.710.137-9, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 176.122.698-30, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, como membro independente do Conselho de Administração.

- votar favoravelmente na AGE no sentido de aprovar a conversão da totalidade das ações ordinárias que compõem o capital social, divididas nas classes A, B, C, D, E e F, de forma que as atuais 691.642.618 (seiscentos e noventa e um milhões, seiscentas e quarenta e duas mil, seiscentas e dezoito) ações sejam ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem divisão de classes. Neste sentido, os membros do comitê de investimento declararam estarem cientes de que o fundo passará a deter 125.567.594 ações ordinárias de emissão da Companhia ao invés de ações ordinárias classe A.

- votar favoravelmente na AGE no sentido de aprovar o grupamento das 691.642.618 (seiscentos e noventa e um milhões, seiscentas e quarenta e duas mil, seiscentas e dezoito) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, na proporção de 1:4,99999998554167, passando o capital social da Companhia a se dividir em 138.328.524 (cento e trinta e oito milhões, trezentas e vinte e oito mil, quinhentas e vinte e quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, conferindo a seus titulares os mesmos direitos e vantagens das ações agrupadas. Em decorrência do grupamento aplicado à participação de cada acionista e de forma que não restem frações, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (a) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos). Neste sentido, os membros do comitê de investimento declararam estarem cientes de que o fundo passará a deter 25.113.419 (vinte e cinco milhões, cento e treze mil quatrocentas e dezenove) ações ordinárias de emissão da Companhia.

SP.
T2
f

- votar favoravelmente na AGE no sentido de aprovar a criação do capital autorizado da Companhia, no valor de R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões, quinhentos milhões de reais), de modo que, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, o capital social da Companhia poderá ser aumentado até o referido valor, competindo ao Conselho de Administração, ainda, estabelecer as condições da emissão, preço, prazo e a forma de sua integralização. Acima desse limite, o capital social será aumentado por deliberação da Assembleia Geral;
- votar favoravelmente na AGE no sentido de aprovar o Plano de Opção de Compra de Ações e de Incentivos Atrelados a Ações de Emissão, nos termos constantes do Anexo I da Ata da AGE;
- votar favoravelmente na AGE no sentido de aprovar a reforma integral do estatuto social da Companhia para sua adequação às normas expedidas pela CVM em virtude da submissão do pedido de registro da Companhia como emissor de valores mobiliários na “categoria A”, nos termos da ICVM 480, bem como as normas do regulamento do Novo Mercado expedidas pela B3, e da criação do capital autorizado acima aprovada, conforme consolidação que constará como Anexo II da Ata da AGE;
- votar favoravelmente na AGE no sentido de aprovar a fixação da remuneração global dos administradores para o exercício social de 2021 no montante de até R\$ 18.256.117,00 (dezoito milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, cento e dezessete reais), incluídos os encargos sociais de responsabilidade da Companhia
- votar favoravelmente na AGE no sentido de aprovar as demonstrações financeiras reapresentadas da (a) Companhia referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019; (b) Agro Advance Participações S.A. referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, na qualidade de sua sucessora legal em razão de sua incorporação ocorrida em 30 de outubro de 2020; e (c) Agro Key Participações S.A. referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, na qualidade de sua sucessora legal em razão de sua incorporação ocorrida em 30 de outubro de 2020;
- votar favoravelmente na AGE no sentido de aprovar as informações financeiras (ITR) da Companhia e da Agro Key Participações S.A. referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020;
- votar favoravelmente na AGE no sentido de aprovar as informações intermediárias da Companhia, da Agro Key Participações S.A. e da Agro Advance Participações S.A. referentes ao período findo em 30 de outubro de 2020;
- votar favoravelmente na AGE no sentido de aprovar as demonstrações financeiras especiais da Companhia relativas ao período findo em 31 de outubro de 2020; e
- votar favoravelmente na AGE no sentido de aprovar a previsão de que, em caso de não conclusão da Oferta Pública, será convocada uma nova assembleia geral extraordinária para aprovação de nova reforma do estatuto social e da retificação da conversão de ações ora aprovada, de forma que o estatuto social volte a ter a redação aprovada em 30 de outubro de 2020 e os acionistas voltem a deter as ações divididas nas respectivas classes de ações ordinárias; e
- votar favoravelmente na AGE no sentido de aprovar a autorização para que a administração da Companhia tome todas as medidas necessárias para implementação das deliberações ora aprovadas.

SP.
TR
↓

Em seguida, foi dado início a deliberação **do item 2 da ordem do dia**, que resultou na aprovação, pela unanimidade dos membros do Comitê de Investimento, da indicação das pessoas que representarão o Fundo Conselho de Administração e nas Assembleias Gerais da Companhia, conforme detalhado a seguir:

Conselho de Administração: (i) Sebastian Marcos Popik; (ii) Jorge Luis Ahumada; e (iii) Tomas Agustin Romero

Assembleias Gerais: (i) Sebastian Marcos Popik; (ii) Jorge Luis Ahumada; e (iii) Tomas Agustin Romero

Partindo para o item 3 da ordem do dia, o presidente informou aos membros do Comitê de Investimento que a Companhia pretende implementar um plano de opção de compra de ações ("SOP"), o qual poderá ser concedido à administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia, com vistas a: (i) estimular a melhoria, a expansão, o êxito e a consecução das atividades da Companhia e de suas afiliadas; (ii) obter um maior alinhamento dos interesses dos administradores, empregados e prestadores de Serviços com os interesses da Companhia e de suas afiliadas; e (iii) incentivar a permanência dos administradores, empregados e prestadores de serviços na Companhia e/ou nas suas afiliadas, cuja implementação precisaria ser previamente autorizada pelo Fundo.

Neste contexto, foram disponibilizadas aos membros do comitê de investimento, para análise e considerações, um documento com todas as características do SOP, com o qual declararam estarem de pleno acordo com o seu inteiro teor.

Em seguida, foi dado início à deliberação do **item 3 da ordem do dia**, que resultou na aprovação, pela unanimidade dos membros do Comitê de Investimento, da anuência do Fundo para a implementação do SOP da Companhia.

Na sequência, foi dado início a deliberação do **item 4 da ordem do dia**, que resultou na aprovação, pela unanimidade dos membros do Comitê de Investimento, da realização do pedido de registro da oferta pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade do Fundo junto a Comissão de Valores Mobiliários e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, nos termos da Instrução CVM nº 400, conforme alterada ("ICVM 400"), e demais disposições legais aplicáveis ("Oferta Pública"). Os membros do comitê de investimento declararam estarem cientes de que as condições negociais da Oferta Pública ainda não foram totalmente definidas, tais como quantidade de ações a serem ofertadas, bem como preço mínimo da ação e neste contexto concordaram que nova reunião do comitê de investimento será necessária para aprovação das condições negociais da Oferta Pública assim que forem definidas.

Partindo para o item 5 da ordem do dia, os membros do Comitê de Investimento declararam que as minutas dos documentos que serão utilizados para a formalização da deliberação relativa ao item 4 acima lhes foram disponibilizadas previamente para análise e considerações.

Neste contexto, os membros do Comitê de Investimento informaram que analisaram cuidadosamente os documentos descritos a seguir, entre outros documentos acessórios a serem celebrados no âmbito da Oferta Pública:

- a) Minuta do "Pedido de Registro de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia
- b) Minuta do Contrato de Coordenação, Distribuição e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia;
- c) Minuta do Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias da Companhia;

SP
R
↓

- d) Minuta do Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias da Emissão da Companhia;
- e) Minuta do “Placement Facilitation Agreement”
- f) Minuta da “Declaração Para Fins do Artigo 56 da Instrução CVM nº 400;
- g) Minuta do Questionário Para Acionistas Principais que deverá ser apresentado pelo Fundo no âmbito da Oferta; e
- h) Minuta do Acordo de Acionistas de Companhia.

Dessa forma, foi dado início à deliberação do **item 5 da ordem do dia**, resultando na aprovação, pela unanimidade dos membros do Comitê de Investimento, da documentação que será utilizada para formalização da deliberação do item 4 acima.


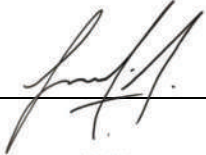
Os membros do Comitê de Investimento também declararam estarem cientes de que poderá haver a necessidade de assinatura de documentos adicionais e neste ato dispensam o Administrador do Fundo de ter que submeter para deliberação do Comitê de Investimento a aprovação do teor de tais documentos.

Encerrada a etapa deliberatória da reunião, o presidente informou que a presente ata, juntamente com as minutas dos documentos mencionados nos itens “a” a “h” acima, serão disponibilizados à Administradora do Fundo para que seja dada sequência nos passos formais de implementação das decisões ora tomadas.

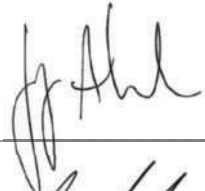


VII. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que, após redigida, foi enviada a todos os membros do Comitê de Investimento e à Administradora do Fundo.

São Paulo, 16 de dezembro de 2020.

Presidente da reunião	Tomas Agustin Romero	
Secretário da reunião	Sebastian Marcos Popik	

LISTA DE PRESENÇA DE MEMBROS DO CI
(27ª RCI do Agrofundado Brasil IV FIP Multiestratégia)

Membros do Comitê de Investimento			Assinatura
1	Jorge Luis Ahumada	Titular	
2	Sebastian Marcos Popik	Titular	
3	Tomas Agustin Romero	Titular	

Por meio da assinatura desta Lista de Presença, os membros do Comitê de Investimento declaram sua ciência e concordância com a Ata da Reunião do Comitê de Investimento do Agrofundado Brasil IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, realizada em 16.12.2020

**ATAS DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO E DA ASSEMBLEIA GERAL DE
COTISTAS DO AGROFUNDO BRASIL V, REALIZADAS EM 22 DE DEZEMBRO DE 2020, QUE
APROVARAM A REALIZAÇÃO DA OFERTA SECUNDÁRIA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**AGROFUNDO BRASIL V FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
MULTIESTRATÉGIA
CNPJ/ME nº 28.296.538/0001-04**

**ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS
REALIZADA EM 22 DE DEZEMBRO DE 2020**

1. Data, Hora e Local: Aos 22 de dezembro de 2020, às 09h, na sede social da **PARATY CAPITAL LTDA.**, sociedade com sede na Rua dos Pinheiros, 870, 13º andar, Pinheiros, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 05422-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.313.996/0001-50 ("Administradora").

2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, em razão da presença de todos os membros do Comitê de Investimentos do **AGROFUNDO BRASIL V FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA** inscrito no CNPJ/ME sob o nº 28.296.538/0001-04 ("Fundo").

Ordem do Dia: Deliberar sobre o desinvestimento do Fundo através da venda de sua participação detida no AgroGalaxy Participações S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.240.146/0001-84 ("Companhia Investida") no contexto de sua oferta pública inicial de ações ("Oferta").

3. Deliberações: Aprovar o desinvestimento do Fundo através da venda de sua participação detida na Companhia Investida no contexto da Oferta. O preço por ação será definido previamente à concessão do registro da Oferta, mediante procedimento de bookbuilding.

Nesse sentido, após a definição do preço mediante o procedimento de bookbuilding, será realizada uma nova Reunião do Comitê de Investimento para aprovar o preço da ação.

4. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Reunião do Comitê de Investimentos, da qual se lavrou esta ata que, lida e aprovada.

Anexo I

**ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS
REALIZADA EM 22 DE DEZEMBRO DE 2020**

Membros do Comitê:



SEBASTIAN MARCOS POPIK



JORGE LUIS AHUMADA



TOMAS AGUSTIN ROMERO



PARATY CAPITAL LTDA.

**AGROFUNDO BRASIL V FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
MULTIESTRATÉGIA
CNPJ/ME nº 28.296.538/0001-04**

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS
REALIZADA EM 22 DE DEZEMBRO DE 2020**

1. Data, Hora e Local: Aos 22 de dezembro de 2020, às 10h, na sede social da **PARATY CAPITAL LTDA.**, sociedade com sede na Rua dos Pinheiros, 870, 13º andar, Pinheiros, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 05422-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.313.996/0001-50 ("Administradora").

2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação considerando a presença dos cotistas titulares de 100% (cem por cento) das cotas subscritas do **AGROFUNDO BRASIL V FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA** inscrito no CNPJ/ME sob o nº 28.296.538/0001-04 ("Fundo").

3. Composição da Mesa: Presidente: Christiano Jonasson; e Secretário: Luiz Felipe.

4. Ordem do Dia: Deliberar sobre o desinvestimento do Fundo através da venda de sua participação detida no AgroGalaxy Participações S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Italm Bibi, CEP 01453-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.240.146/0001-84 ("Companhia Investida") no contexto de sua oferta pública inicial de ações ("Oferta").

5. Deliberações: Os Cotistas aprovaram por unanimidade o desinvestimento do Fundo através da venda de sua participação detida na Companhia Investida no contexto da Oferta. O preço por ação será definido previamente à concessão do registro da Oferta, mediante procedimento de bookbuilding.

Nesse sentido, após a definição do preço mediante o procedimento de bookbuilding, será realizada uma nova Reunião do Comitê de Investimento para aprovar o preço da ação e, conseqüentemente, uma nova Assembleia Geral de Cotistas.

6. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia Geral de Cotistas, da qual se lavrou esta ata que, lida e aprovada.



CHRISTIANO JONASSON DE CONTI
MEDEIROS
Presidente



LUIZ FELIPE
Secretário

Anexo I

LISTA DE PRESENÇA DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS
REALIZADA EM 22 DE DEZEMBRO DE 2020

Cotistas:



AGRIBUSINESS LATIN AMERICA FUNDO II, L.P.

Por: Pedro Maggi



GALAXY AGRIBUSINESS L.P.

Por: Pedro Maggi



LEIDEN PE II, L.P.

Por: Pedro Maggi



MID MARKET LAIF II, L.P.

Por: Pedro Maggi

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS DA MONTE CRISTO, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2020, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA SECUNDÁRIA, INCLUSIVE NO QUE SE REFERE À FIXAÇÃO DO PREÇO POR AÇÃO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31210835813

Código da Natureza Jurídica

2062

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: MONTE CRISTO PARTICIPACOES LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MGE2001049542

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	021			ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS

CONCEICAO DA APARECIDA

Local

17 Dezembro 2020

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR

DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

SIM

SIM

NÃO

____/____/____
Data

Responsável

NÃO

____/____/____
Data

Responsável

Processo em Ordem
À decisão

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

Processo deferido. Publique-se e archive-se.

Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

Processo deferido. Publique-se e archive-se.

Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

____/____/____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8146367 em 21/12/2020 da Empresa MONTE CRISTO PARTICIPACOES LTDA, Nire 31210835813 e protocolo 207746605 - 18/12/2020. Autenticação: 6089D4CBBA2E989B416743EA7E2DB09B4B74F65. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/774.660-5 e o código de segurança STpj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/12/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/774.660-5	MGE2001049542	17/12/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
009.924.726-79	CESAR DONIZETI COELHO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8146367 em 21/12/2020 da Empresa MONTE CRISTO PARTICIPACOES LTDA, Nire 31210835813 e protocolo 207746605 - 18/12/2020. Autenticação: 6089D4CBBA2E989B416743EA7E2DB09B4B74F65. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/774.660-5 e o código de segurança STpj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/12/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Monte Cristo Participações Ltda.
CNPJ nº 27.500.907/0001-76 - NIRE nº 3121083581-3

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2020

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** No dia 16 de dezembro de 2020, às 10 horas, na sede social da **Monte Cristo Participações Ltda.** ("Sociedade"), na Cidade de Conceição da Aparecida, Estado de Minas Gerais, Travessa Diomar Cândido de Carvalho nº 04, sala 01, centro, - CEP. 37148-000.
- 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 1.072, §2º, da Lei 10.406/02 (Código Civil), por estarem presentes os sócios representantes da totalidade do capital social da Sociedade, conforme assinaturas constantes ao final desta ata.
- 3. MESA:** : Presidente: todos os sócios presentes, conforme assinatura ao final do presente instrumento. Presentes: **CESAR DONIZETI COELHO**, brasileiro, natural de Conceição da Aparecida, Estado de Minas Gerais, divorciado, comerciante, residente e domiciliada na cidade de Conceição da Aparecida, Estado de Minas Gerais à rua Duque de Caxias, 130, centro, CEP 37.148-000, portador da Carteira de Identidade RG/SSP nº. M 8.171.244-SSP/MG e CPF nº. 009.924.726-79; Secretária: **JAQUELINE DE JESUS BARBOSA**, brasileira, natural de Carmo do Rio Claro, Estado de Minas Gerais, solteira, comerciante, residente e domiciliada na cidade de Conceição da Aparecida, Estado de Minas Gerais à rua Duque de Caxias, 130, centro, CEP 37.148-000, portador da Carteira de Identidade RG/SSP nº. MG-15.194.104-SSP/MG e CPF nº. 090.086.766-30.
- 4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a venda de sua participação detida no AgroGalaxy Participações S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.240.146/0001-84 ("Companhia") no contexto de sua oferta pública inicial de ações ("Oferta").
- 5. DELIBERAÇÕES:** Os sócios deliberaram, por unanimidade, a venda da participação detida pela Sociedade na Companhia, até o limite de 100% (cem por cento) das ações, no contexto da Oferta. O preço por ação será definido previamente à concessão do registro da Oferta, mediante procedimento de *bookbuilding*, não sendo necessária a aprovação do preço por ação pelos sócios da Sociedade, ficando o administrador **Cesar Donizeti Coelho** autorizado a tomar todas as medidas necessárias para a consumação da Oferta.



6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelos sócios presentes.

7. ASSINATURAS: Mesa: Presidente: **Cesar Donizeti Coelho**; Secretária: **Jaqueline de Jesus Barbosa**. Sócios presentes: Cesar Donizeti Coelho e Jaqueline de Jesus Barbosa.

Espírito Santo do Pinhal, 16 de dezembro de 2020.

CESAR DONIZETI COELHO

Presidente que assina através do certificado digital

JAQUELINE DE JESUS BARBOSA

Secretária que assina através do certificado digital

Sócios presentes:

CESAR DONIZETI COELHO

que assina através do certificado digital

JAQUELINE DE JESUS BARBOSA

que assina através do certificado digital



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8146367 em 21/12/2020 da Empresa MONTE CRISTO PARTICIPACOES LTDA, Nire 31210835813 e protocolo 207746605 - 18/12/2020. Autenticação: 6089D4CBBA2E989B416743EA7E2DB09B4B74F65. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/774.660-5 e o código de segurança STpj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/12/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

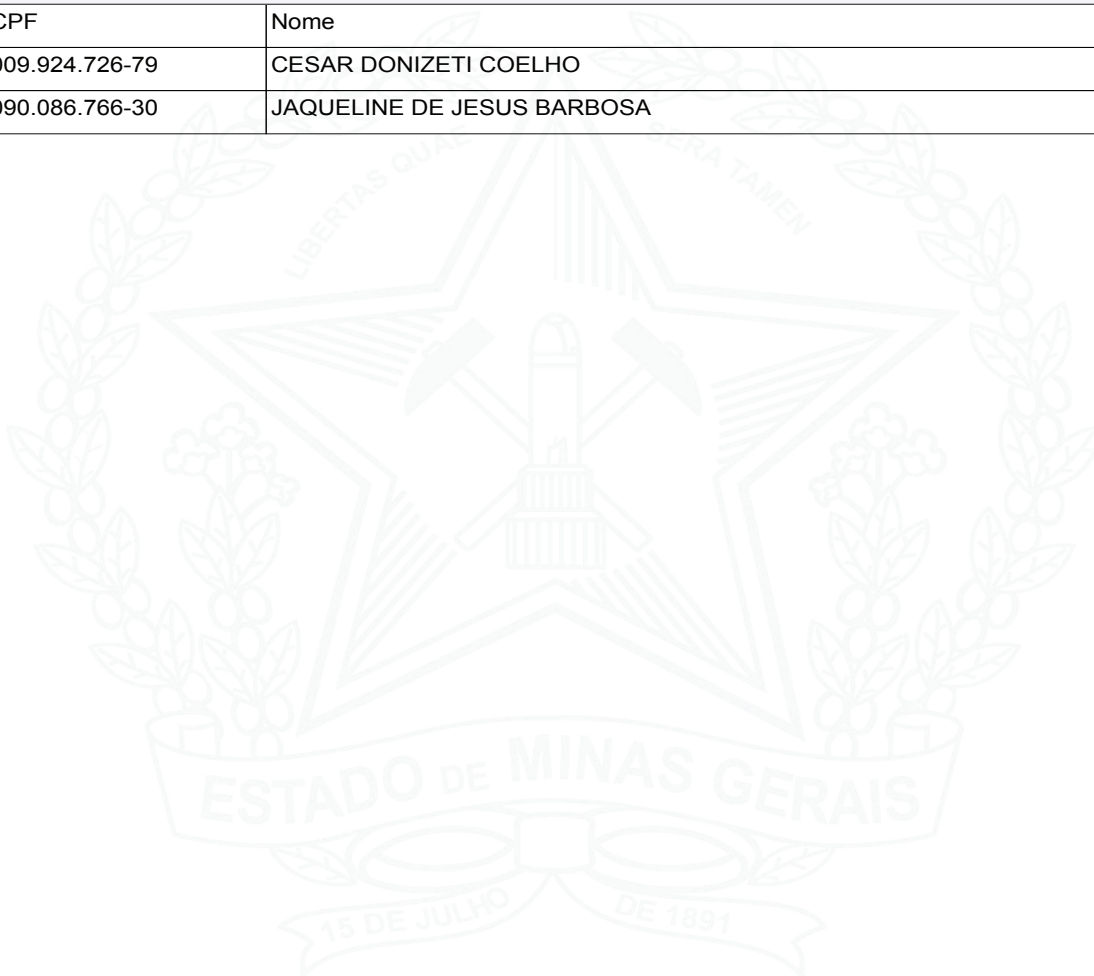
Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/774.660-5	MGE2001049542	17/12/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
009.924.726-79	CESAR DONIZETI COELHO
090.086.766-30	JAQUELINE DE JESUS BARBOSA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8146367 em 21/12/2020 da Empresa MONTE CRISTO PARTICIPACOES LTDA, Nire 31210835813 e protocolo 207746605 - 18/12/2020. Autenticação: 6089D4CBBA2E989B416743EA7E2DB09B4B74F65. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/774.660-5 e o código de segurança STpj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/12/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa MONTE CRISTO PARTICIPACOES LTDA, de NIRE 3121083581-3 e protocolado sob o número 20/774.660-5 em 18/12/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8146367, em 21/12/2020. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Guilherme Ribeiro Lobato Bicalho.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
009.924.726-79	CESAR DONIZETI COELHO

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
090.086.766-30	JAQUELINE DE JESUS BARBOSA
009.924.726-79	CESAR DONIZETI COELHO

Belo Horizonte, segunda-feira, 21 de dezembro de 2020



Documento assinado eletronicamente por Guilherme Ribeiro Lobato Bicalho, Servidor(a) Público(a), em 21/12/2020, às 16:01 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://www.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 20/774.660-5.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Belo Horizonte. segunda-feira, 21 de dezembro de 2020



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8146367 em 21/12/2020 da Empresa MONTE CRISTO PARTICIPACOES LTDA, Nire 31210835813 e protocolo 207746605 - 18/12/2020. Autenticação: 6089D4CBBA2E989B416743EA7E2DB09B4B74F65. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/774.660-5 e o código de segurança STpj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/12/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS DA CLARUS, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2020,
QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA SECUNDÁRIA, INCLUSIVE NO QUE SE
REFERE À FIXAÇÃO DO PREÇO POR AÇÃO**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Clarus Participações Ltda.

CNPJ nº 30.987.102/0001-03 - NIRE nº 3523100774-3

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2020

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** No dia 16 de dezembro de 2020, às 10 horas, na sede social da **Clarus Participações Ltda.** ("Sociedade"), na Cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, à rua Senador Saraiva, nº. 305, sala 05, centro, CEP. 13.990-000.
- 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 1.072, §2º, da Lei 10.406/02 (Código Civil), por estarem presentes os sócios representantes da totalidade do capital social da Sociedade, conforme assinaturas constantes ao final desta ata.
- 3. MESA:** : Presidente: **HAROLDO KAZUKI YAMANAKA**, brasileiro, natural de Tupã, Estado de São Paulo, casado, sob o regime da Comunhão Parcial de Bens, do comércio, residente e domiciliado na cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais, na rua Amélio da Silva Gomes nº 48, apartamento 09, centro CEP. 37.130-000, portador da Cédula de Identidade RG/SSP. nº. 27.082.932-5/SP e CPF nº. 824.749.156-72; Secretária: **ANA MARIA MROKOWSKI**, brasileiro, natural de Formosa, Estado de Goiás, casada, sob o regime da Comunhão Parcial de Bens, do comércio, residente e domiciliado na cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais, na rua Amélio da Silva Gomes nº 48, apartamento 09, centro CEP. 37.130-000, portador da Cédula de Identidade RG/SSP. nº. 1.983.112/DF e CPF nº. 923.859.311-68;
- 4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a venda de sua participação detida no AgroGalaxy Participações S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.240.146/0001-84 ("Companhia") no contexto de sua oferta pública inicial de ações ("Oferta").
- 5. DELIBERAÇÕES:** Os sócios deliberaram, por unanimidade, a venda da participação detida pela Sociedade na Companhia, até o limite de 100% (cem por cento) das ações, no contexto da Oferta. O preço por ação será definido previamente à concessão do registro da Oferta, mediante procedimento de *bookbuilding*, não sendo necessária a aprovação do preço

Compras

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

por ação pelos sócios da Sociedade, ficando o administrador **HAROLDO KAZUKI YAMANAKA** autorizado a tomar todas as medidas necessárias para a consumação da Oferta.

6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelos sócios presentes.

7. ASSINATURAS: Mesa: Presidente: **HAROLDO KAZUKI YAMANAKA**; Secretária: **ANA MARIA MROKOWSKI**. Sócios presentes: Haroldo Kazuki Yamanaka; Ana Maria Mrokowski; Pedro Henrique Yamanaka; e Isadora Mrokowski, representada pelo pai Haroldo Kazuki Yamanaka.

Espírito Santo do Pinhal, 16 de dezembro de 2020.




HAROLDO KAZUKI YAMANAKA
Presidente




ANA MARIA MROKOWSKI
Secretária



Sócios presentes:





HAROLDO KAZUKI YAMANAKA




ANA MARIA MROKOWSKI


PEDRO HENRIQUE YAMANAKA


ISADORA MROKOWSKI YAMANAKA
Representada pelo pai
Haroldo Kazuki Yamanaka



**ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS DA CICLUS, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2020,
QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA SECUNDÁRIA, INCLUSIVE NO QUE SE
REFERE À FIXAÇÃO DO PREÇO POR AÇÃO**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



128

Ciclus Participações Ltda.

CNPJ nº 29.988.213/0001-55 - NIRE nº 3523079467-9

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2020

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** No dia 16 de dezembro de 2020, às 10 horas, na sede social da **Ciclus Participações Ltda.** ("Sociedade"), na Cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, à rua Senador Saraiva, nº. 305, sala 08, centro, CEP. 13.990-000.
- 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 1.072, §2º, da Lei 10.406/02 (Código Civil), por estarem presentes os sócios representantes da totalidade do capital social da Sociedade, conforme assinaturas constantes ao final desta ata.
- 3. MESA:** : Presidente: todos os sócios presentes, conforme assinatura ao final do presente instrumento. Presentes: **JOSE SAULO GONÇALVES**, brasileiro, natural de Machado, Estado de Minas Gerais, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado na cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais, na rua Eugênio Esteves do Santos nº. 45, Jardim Aeroporto, CEP 37.130-802, portador da Cédula de Identidade RG/SSP nº M-7.972.269/MG e CPF nº. 004.097.626-28; Secretária: **MONIQUE COSTA PAES GONÇALVES**, brasileira, natural de Machado, Estado de Minas Gerais, casada sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, comerciante, residente e domiciliado na cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais, na rua Eugênio Esteves do Santos nº. 45, Jardim Aeroporto, CEP 37.130-802, portador da Cédula de Identidade RG/SSP nº MG-12.697.181/MG e CPF nº. 053.409.256-09.
- 4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a venda de sua participação detida no AgroGalaxy Participações S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.240.146/0001-84 ("Companhia") no contexto de sua oferta pública inicial de ações ("Oferta").
- 5. DELIBERAÇÕES:** Os sócios deliberaram, por unanimidade, a venda da participação detida pela Sociedade na Companhia, até o limite de 100% (cem por cento) das ações, no contexto da Oferta. O preço por ação será definido previamente à concessão do registro da Oferta, mediante procedimento de *bookbuilding*, não sendo necessária a aprovação do preço por ação pelos sócios da Sociedade, ficando o administrador **Jose Saulo Gonçalves** autorizado a tomar todas as medidas necessárias para a consumação da Oferta.

Comprova

6. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelos sócios presentes.

7. **ASSINATURAS:** Mesa: Presidente: **Jcse Saulo Gonçalves;** Secretária: **Monique Costa Paes Gonçalves.** Sócios presentes: Jose Saulo Gonçalves e Monique Costa Paes Gonçalves.

Espírito Santo do Pinhal, 16 de dezembro de 2020.




JOSE SAULO GONÇALVES
Presidente




MONIQUE COSTA PAES GONÇALVES
Secretária

Sócios presentes:




JOSE SAULO GONÇALVES




MONIQUE COSTA PAES GONÇALVES

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

1º Tabelionato de Notas de Alfenas - MG
Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de (EGJ33993) JOSE SAULO GONÇALVES, (EGJ33994) JOSE SAULO GONÇALVES em testemunho da verdade.
Alfenas, 18/12/2020 11:03:36 25932
SELO DE CONSULTA: EGJ33993
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 9003.8352.1884.1853

Quantidade de atos praticados: 02
Ato(s) praticado(s) por:
PAULO CESAR PINTO RABELO - OFICIAL SUBSTITUTO
Eml: R\$10,96 1F: R\$3,40 Total: R\$14,36 ISS: R\$0,20
Consulte a validade deste selo no site: <https://selocs.tjmg.jus.br>



PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

1º Tabelionato de Notas de Alfenas - MG
Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de (EGJ33995) MONIQUE COSTA PAES GONÇALVES, (EGJ33996) MONIQUE COSTA PAES GONÇALVES em testemunho da verdade.
Alfenas, 18/12/2020 11:03:37 11551
SELO DE CONSULTA: EGJ33995
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 6383.6234.5224.4199

Quantidade de atos praticados: 02
Ato(s) praticado(s) por:
PAULO CESAR PINTO RABELO - OFICIAL SUBSTITUTO
Eml: R\$10,96 1F: R\$3,40 Total: R\$14,36 ISS: R\$0,20
Consulte a validade deste selo no site: <https://selocs.tjmg.jus.br>





SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO - SUPERINTENDÊNCIA
JUCESP


GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL

CERTIFICADO DE REGISTRO
208 2º NÚMERO

407.537/20-8





**MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO QUE APROVARÁ O
PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 21.240.146/0001-84

NIRE 35.300.489.543

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM [.] DE [.] DE 2021**

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** Às [.] horas do dia [.] de [.] de 2021, na sede social da AgroGalaxy Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
- 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade de membros do Conselho de Administração da Companhia.
- 3. MESA:** A reunião foi presidida pelo(a) Sr.(a) [.] e secretariada pelo(a) Sr.(a) [.]
- 4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre (i) a fixação do preço de emissão por unidade de ação ordinária de emissão da Companhia, no âmbito da oferta pública de distribuição pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e demais normativos aplicáveis, com esforços de colocação das ações no exterior ("Ações" e "Oferta"); (ii) a aprovação do aumento de capital da Companhia em decorrência da Oferta, dentro do limite de seu capital autorizado, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações a serem emitidas no âmbito da Oferta, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e do estatuto social da Companhia; (iii) a aprovação sobre os direitos relacionados às novas ações; (iv) a verificação do número de Ações subscritas e integralizadas no âmbito da Oferta, bem como a homologação do aumento do capital social da Companhia; (v) autorização para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos e tome todas as medidas necessárias à conclusão da Oferta, bem como ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia relacionados à Oferta e à sua implementação.
- 5. DELIBERAÇÕES:** Após discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, deliberaram:
 - a.** aprovar o preço de R\$ [.] ([.]) por Ação no âmbito da Oferta ("Preço por Ação"), o qual foi determinado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a investidores institucionais por instituições integrantes do sistema de

distribuição de valores mobiliários, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400, justificando-se a escolha do critério de fixação do Preço por Ação, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, tendo em vista que tal preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e que o valor de mercado das Ações subscritas e/ou adquiridas reflete o resultado das ordens de investimento apresentadas no contexto da Oferta.

- b.** aprovar o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$ [•] ([•]), destinado exclusivamente à conta de capital social, o qual passará de R\$ 462.783.468,77 (quatrocentos e sessenta e dois milhões, setecentos e oitenta e três mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e setenta e sete centavos), para R\$ [•] ([•]), mediante a emissão, em decorrência da Oferta, de [•] ([•]) Ações, passando o capital social da Companhia de 141.968.923 (cento e quarenta e um milhões, novecentos e sessenta e oito mil, novecentos e vinte e três) ações ordinárias, para [•] ([•]) ações ordinárias, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na sua subscrição, em conformidade com o disposto no inciso I, do artigo 172, da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do artigo 5º, parágrafo 4º, do estatuto social da Companhia.
- c.** aprovar que as novas ações emitidas no âmbito da Oferta conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, fazendo jus ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do anúncio de início da Oferta.
- d.** aprovar: (a) a verificação da subscrição de [•] ([•]) Ações, distribuídas no âmbito da Oferta, correspondentes à totalidade das Ações emitidas em razão do aumento de capital realizado no âmbito da Oferta, dentro do limite do capital autorizado; e, conseqüentemente, (b) a homologação do novo capital social da Companhia, que passa a ser de R\$ [•] ([•]), dividido em [•] ([•]) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.
- e.** autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à consecução das deliberações tomadas nesta reunião. Para tanto, a Diretoria da Companhia está investida de plenos poderes para, desde já, praticar ou fazer com que sejam praticados quaisquer atos e/ou negociar, aprovar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que considerar necessários ou apropriados

para a realização da Oferta. Ficam ratificados todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia em consonância com as deliberações tomadas nos itens anteriores, no âmbito da Oferta.

- 6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. Composição da Mesa – Presidente: [•]; Secretário: [•]. Conselheiros presentes: [•].

(Certifico e dou fé que essa ata é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio)

Mesa:

[•]

Presidente da Mesa

[•]

Secretário da Mesa

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**MINUTAS DAS ATAS DOS COMITÊS DE INVESTIMENTO DO AGROFUNDO BRASIL III,
AGROFUNDO BRASIL IV E AGROFUNDO BRASIL V QUE APROVARÃO O PREÇO POR
AÇÃO**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Ata da [.]ª Reunião do Comitê de Investimento do
Agrofundado Brasil III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Fundo”)**

I. DATA, HORA E LOCAL

A reunião foi realizada na [.]-feira, dia [.] , às [.]h, na Av. Cidade Jardim, nº 803, 6º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil.

II. CONVOCAÇÃO

A convocação da reunião foi dispensada, em virtude de todos os membros do Comitê de Investimento estarem presentes, conforme faculta o §1º do art. 26 do Regulamento do Fundo.

III. PRESENÇA

Estiveram presentes à reunião os membros do Comitê de Investimento do Fundo e demais convidados, conforme se verifica pela lista de presença da reunião.

IV. COMPOSIÇÃO DA MESA

Presidente: [.]
Secretário: [.]

V. ORDEM DO DIA

- 1) Deliberar acerca do desinvestimento parcial das ações de emissão da Agrogalaxy Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 21.240.146/0001-84 (“Companhia”), Sociedade Investida do Fundo, para fins do disposto no inciso I do artigo 20 do Regulamento do Fundo;
- 2) Deliberar acerca da fixação do preço por ação da Companhia a ser utilizado para a realização da alienação prevista no item 1 acima;
- 3) Deliberar acerca da documentação que será utilizada para formalização do desinvestimento parcial mencionado no item 1 acima, para fins do disposto no inciso II do artigo 20 do Regulamento do Fundo; e
- 4) Deliberar acerca da escolha das pessoas que representarão o Fundo na formalização da documentação mencionada no item 3 acima.

VI. REGISTRO DA DELIBERAÇÃO E CONSIDERAÇÕES NO TRANSCORRER DA REUNIÃO

A reunião foi aberta em [.] , às [.]h, e seu presidente fez a leitura da ordem do dia, lembrando aos membros do Comitê de Investimento que a Agrogalaxy Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 21.240.146/0001-84 (“Companhia”), Sociedade Investida do Fundo, protocolou pedido de registro de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, incluindo as ações de titularidade do Fundo, junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29.12.2003 (“Instrução CVM 400”) e demais disposições aplicáveis (“Oferta”), conforme aprovado na 59ª Reunião do Comitê de Investimento do Fundo, realizada em 16.12.2020. Nesse sentido, o presidente fez uma detalhada explicação acerca da proposta de desinvestimento parcial das ações de titularidade do Fundo, de emissão da Companhia.

Em seguida, foi dado início à deliberação do **item 1 da ordem do dia**, que resultou na aprovação, pela unanimidade dos membros do Comitê de Investimento, da realização do desinvestimento parcial, pelo Fundo, de até [.] ([.]) ações ordinárias de emissão da Companhia, que atualmente são de titularidade do Fundo.

Partindo para o item 2 da ordem do dia, o presidente esclareceu que o preço por ação da Companhia no âmbito da Oferta foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimentos ("Procedimento de Bookbuilding") realizado pelos coordenadores da Oferta.

Ato contínuo, foi dado início à deliberação do **item 2 da ordem do dia**, que resultou na aprovação, pela unanimidade dos membros do Comitê de Investimento, da fixação do preço de R\$ [.] ([.]), por ação ordinária de emissão da Companhia, no âmbito da Oferta.

Partindo para o item 3 da ordem do dia, os membros do Comitê de Investimento declararam que as minutas dos documentos, que serão utilizadas para a formalização do desinvestimento parcial mencionado no item 1 acima, lhes foram disponibilizadas previamente para análise e considerações.

Neste contexto, os membros do Comitê de Investimento informaram que analisaram cuidadosamente os documentos descritos a seguir, com os quais estão plenamente de acordo:

a) [Inserir relação dos documentos]

Dessa forma, foi dado início à deliberação do **item 3 da ordem do dia**, resultando na aprovação, pela unanimidade dos membros do Comitê de Investimento, da documentação que será utilizada para formalização das deliberações do item 1 da ordem do dia.

Os membros do Comitê de Investimento também declararam estarem cientes de que poderá haver a necessidade de assinatura de documentos adicionais e neste ato dispensam o Administrador do Fundo de ter que submeter para deliberação do Comitê de Investimento a aprovação do teor de tais documentos

Por fim, foi dado início à deliberação do **item 4 da ordem do dia**, que também resultou na aprovação, pela unanimidade dos membros do Comitê de Investimento, da escolha das pessoas que representarão o Fundo na formalização da documentação mencionada no item 3 da ordem do dia, conforme detalhado a seguir: (i) [.] ([.]); e/ou (ii) [.] ([.]); e/ou (iii) [.] ([.])

Encerrada a etapa deliberatória da reunião, o presidente informou que a presente ata, juntamente com a minuta dos documentos descritos no item 3 acima, serão disponibilizadas à Administradora do Fundo para que seja dado sequência nos passos formais de implementação das decisões ora tomadas.

VII. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que, após redigida, foi enviada a todos os membros do Comitê de Investimento e à Administradora do Fundo.

São Paulo, [.] de [.] de 2021.

Presidente da reunião	[.]	
Secretário da reunião	[.]	

LISTA DE PRESENÇA DE MEMBROS DO CI
([.]ª RCI do Agrofundado Brasil III FIP Multiestratégia)

Membros do Comitê de Investimento			Assinatura
1	[.]	Titular	
2	[.]	Titular	
3	[.]	Titular	

Por meio da assinatura desta Lista de Presença, os membros do Comitê de Investimento declaram sua ciência e concordância com a Ata da Reunião do Comitê de Investimento do Agrofundado Brasil III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, realizada em [.]

**Ata da [.]ª Reunião do Comitê de Investimento do
Agrofundo Brasil IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Fundo”)**

I. DATA, HORA E LOCAL

A reunião foi realizada na [.]-feira, dia [.] , às [.]h, na Av. Cidade Jardim, nº 803, 6º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil.

II. CONVOCAÇÃO

A convocação da reunião foi dispensada, em virtude de todos os membros do Comitê de Investimento estarem presentes, conforme faculta o §1º do art. 26 do Regulamento do Fundo.

III. PRESENÇA

Estiveram presentes à reunião os membros do Comitê de Investimento do Fundo e demais convidados, conforme se verifica pela lista de presença da reunião.

IV. COMPOSIÇÃO DA MESA

Presidente: [.]
Secretário: [.]

V. ORDEM DO DIA

- 1) Deliberar acerca do desinvestimento parcial das ações de emissão da Agrogalaxy Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 21.240.146/0001-84 (“Companhia”), Sociedade Investida do Fundo, para fins do disposto no inciso I do artigo 20 do Regulamento do Fundo;
- 2) Deliberar acerca da fixação do preço por ação da Companhia a ser utilizado para a realização da alienação prevista no item 1 acima;
- 3) Deliberar acerca da documentação que será utilizada para formalização do desinvestimento parcial mencionado no item 1 acima, para fins do disposto no inciso II do artigo 20 do Regulamento do Fundo; e
- 4) Deliberar acerca da escolha das pessoas que representarão o Fundo na formalização da documentação mencionada no item 3 acima.

VI. REGISTRO DA DELIBERAÇÃO E CONSIDERAÇÕES NO TRANSCORRER DA REUNIÃO

A reunião foi aberta em [.] , às [.]h, e seu presidente fez a leitura da ordem do dia, lembrando aos membros do Comitê de Investimento que a Agrogalaxy Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 21.240.146/0001-84 (“Companhia”), Sociedade Investida do Fundo, protocolou pedido de registro de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, incluindo as ações de titularidade do Fundo, junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29.12.2003 (“Instrução CVM 400”) e demais disposições aplicáveis (“Oferta”), conforme aprovado na 27ª Reunião do Comitê de Investimento do Fundo, realizada em 16.12.2020. Nesse sentido, o presidente fez uma detalhada explicação acerca da proposta de desinvestimento parcial das ações de titularidade do Fundo, de emissão da Companhia.

Em seguida, foi dado início à deliberação do **item 1 da ordem do dia**, que resultou na aprovação, pela unanimidade dos membros do Comitê de Investimento, da realização do desinvestimento parcial, pelo Fundo, de até [.] ([.]) ações ordinárias de emissão da Companhia, que atualmente são de titularidade do Fundo.

Partindo para o item 2 da ordem do dia, o presidente esclareceu que o preço por ação da Companhia no âmbito da Oferta foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimentos (“Procedimento de Bookbuilding”) realizado pelos coordenadores da Oferta.

Ato contínuo, foi dado início à deliberação do **item 2 da ordem do dia**, que resultou na aprovação, pela unanimidade dos membros do Comitê de Investimento, da fixação do preço de R\$ [.] ([.]), por ação ordinária de emissão da Companhia, no âmbito da Oferta.

Partindo para o item 3 da ordem do dia, os membros do Comitê de Investimento declararam que as minutas dos documentos, que serão utilizadas para a formalização do desinvestimento parcial mencionado no item 1 acima, lhes foram disponibilizadas previamente para análise e considerações.

Neste contexto, os membros do Comitê de Investimento informaram que analisaram cuidadosamente os documentos descritos a seguir, com os quais estão plenamente de acordo:

a) [Inserir relação dos documentos]

Dessa forma, foi dado início à deliberação do **item 3 da ordem do dia**, resultando na aprovação, pela unanimidade dos membros do Comitê de Investimento, da documentação que será utilizada para formalização das deliberações do item 1 da ordem do dia.

Os membros do Comitê de Investimento também declararam estarem cientes de que poderá haver a necessidade de assinatura de documentos adicionais e neste ato dispensam o Administrador do Fundo de ter que submeter para deliberação do Comitê de Investimento a aprovação do teor de tais documentos

Por fim, foi dado início à deliberação do **item 4 da ordem do dia**, que também resultou na aprovação, pela unanimidade dos membros do Comitê de Investimento, da escolha das pessoas que representarão o Fundo na formalização da documentação mencionada no item 3 da ordem do dia, conforme detalhado a seguir: (i) [.] ([.]); e/ou (ii) [.] ([.]); e/ou (iii) [.] ([.])

Encerrada a etapa deliberatória da reunião, o presidente informou que a presente ata, juntamente com a minuta dos documentos descritos no item 3 acima, serão disponibilizadas à Administradora do Fundo para que seja dado sequência nos passos formais de implementação das decisões ora tomadas.

VII. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que, após redigida, foi enviada a todos os membros do Comitê de Investimento e à Administradora do Fundo.

São Paulo, [.] de [.] de 2021.

Presidente da reunião	[.]	
Secretário da reunião	[.]	

LISTA DE PRESENÇA DE MEMBROS DO CI
([.]ª RCI do Agrofundo Brasil IV FIP Multiestratégia)

Membros do Comitê de Investimento			Assinatura
1	[.]	Titular	
2	[.]	Titular	
3	[.]	Titular	

Por meio da assinatura desta Lista de Presença, os membros do Comitê de Investimento declaram sua ciência e concordância com a Ata da Reunião do Comitê de Investimento do Agrofundo Brasil IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, realizada em [.]

**AGROFUNDO BRASIL V FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
MULTIESTRATÉGIA
CNPJ/ME Nº 28.296.538/0001-04**

**ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS
REALIZADA EM [DATA]**

- 1. Data, Hora e Local:** Aos [data/horário], na sede social da **PARATY CAPITAL LTDA.**, sociedade com sede na Rua dos Pinheiros, 870, 13º andar, Pinheiros, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 05422-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.313.996/0001-50 (“Administradora”).
- 2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em razão da presença de todos os membros do Comitê de Investimentos do **AGROFUNDO BRASIL V FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA** inscrito no CNPJ/ME sob o nº 28.296.538/0001-04 (“Fundo”).
- 3. Composição da Mesa:** Presidente: [=]; e Secretário: [=].
- 4. Ordem do Dia:** Deliberar acerca do preço por ação no âmbito da oferta pública inicial de ações do AgroGalaxy Participações S.A., conforme definido em procedimento de bookbuilding, para a venda de ações de titularidade do Fundo aprovada em [=].
- 5. Deliberações:** Os Membros do Comitê aprovaram por unanimidade o preço por ação no âmbito da Oferta, no valor de R\$ [=] por ação.
- 6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia Geral de Cotistas, da qual se lavrou esta ata que, lida e aprovada.

Anexo I

**LISTA DE PRESENÇA DA ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS
REALIZADA EM [DATA]**

Membros do Comitê:

SEBASTIAN MARCOS POPIK

JORGE LUIS AHUMADA

TOMAS AGUSTIN ROMERO

PARATY CAPITAL LTDA.

**AGROFUNDO BRASIL V FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
MULTIESTRATÉGIA
CNPJ/ME Nº 28.296.538/0001-04**

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS
REALIZADA EM [DATA]**

- 1. Data, Hora e Local:** Aos [data/horário], na sede social da **PARATY CAPITAL LTDA.**, sociedade com sede na Rua dos Pinheiros, 870, 13º andar, Pinheiros, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 05422-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.313.996/0001-50 (“Administradora”).
- 2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em razão da presença dos cotistas titulares de 100% (cem por cento) das cotas subscritas do **AGROFUNDO BRASIL V FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA** inscrito no CNPJ/ME sob o nº 28.296.538/0001-04 (“Fundo”).
- 3. Composição da Mesa:** Presidente: [=]; e Secretário: [=].
- 4. Ordem do Dia:** Deliberar acerca do preço por ação no âmbito da oferta pública inicial de ações do AgroGalaxy Participações S.A., conforme definido em procedimento de *bookbuilding*, para a venda de ações de titularidade do Fundo aprovada em [=].
- 5. Deliberações:** Os cotistas aprovaram por unanimidade o preço por ação no âmbito da Oferta, no valor de R\$[=] por ação.
- 6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia Geral de Cotistas, da qual se lavrou esta ata que, lida e aprovada.

[=]

Presidente

[=]

Secretário

Anexo I

**LISTA DE PRESENÇA DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS
REALIZADA EM [DATA]**

Cotistas:

[NOME]

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Cidade Jardim, nº 803, 6º andar, conjunto 62, Sala 3B, CEP 01453-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 21.240.146/0001-84, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Companhia**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de sua emissão, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo: (i) a distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) a distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores indicado no Prospecto Definitivo ("**Acionistas Vendedores**" e "**Oferta Secundária**", respectivamente), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco J.P Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A ("**XP**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**", e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em novembro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A. ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A. ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;

- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

A Companhia, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas pela Companhia, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (v) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA e atualmente em vigor.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021.

AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A.

DocuSigned by:
Welles Clovis Pascoal
Assinado por: WELLES CLOVIS PASCOAL 26320549672
CPF: 25325049672
Data/Hora da Assinatura: 12 de fevereiro de 2021 | 13:02 BRT
ICP Brasil
AD3F2A8AE892486A8E2D6F2D8FC68B99

Nome:
Cargo:

DocuSigned by:
José Maurício Mora Puliti
Assinado por: JOSÉ MAURÍCIO MORA PULITI 24653566828
CPF: 24653566828
Data/Hora da Assinatura: 12 de fevereiro de 2021 | 16:33 BRT
ICP Brasil
6AB35A47911248298AC1CF9372AB5EC8

Nome:
Cargo:

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 41CECEF8A0F742F29339CBD0121334DD
 Assunto: DocuSign: Projeto Falcon_Declaração Art. 56_Companhia.pdf
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 2
 Certificar páginas: 5
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Marina Godoy
 Avenida Cidade Jardim, 803, cjt. 62, sala 13
 SP, SP 01453-000
 marina.alves@ruralbrasil.com
 Endereço IP: 189.5.152.178

Rastreamento de registros

Status: Original
 12 de fevereiro de 2021 | 11:39

Portador: Marina Godoy
 marina.alves@ruralbrasil.com

Local: DocuSign

Eventos do signatário

José Maurício Mora Puliti
 mauricio.puliti@agrogalaxy.com.br
 CFO

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card
 Emissor da assinatura: AC SOLUTI Multipla

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 12 de fevereiro de 2021 | 16:32
 ID: 2dcf2c54-70f2-45c1-b89c-9a276be49004

Assinatura

DocuSigned by:

 6A835A479112492...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 189.110.169.146

Registro de hora e data

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 11:40
 Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 16:32
 Assinado: 12 de fevereiro de 2021 | 16:33

Welles Clóvis Pascoal
 welles.pascoal@agrogalaxy.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card
 Emissor da assinatura: AC VALID RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 12 de fevereiro de 2021 | 13:01
 ID: 4c8f931c-95af-4836-b437-0756a9893a50

DocuSigned by:

 AD3F2A9AE892466...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 170.83.112.57

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 11:40
 Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 13:01
 Assinado: 12 de fevereiro de 2021 | 13:02

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Caroline Carlos cc@aquacapital	Copiado	Enviado: 12 de fevereiro de 2021 11:40 Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 16:44
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)		
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 09 de julho de 2020 22:28 ID: 9fc6b117-6516-4b31-9fdb-a682ee6b8da8		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
--------------------------------	-------------------	--------------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
----------------------------	-------------------	--------------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
--------------------------------------	---------------	-----------------------------

Envelope enviado	Com hash/criptografado	12 de fevereiro de 2021 11:40
Entrega certificada	Segurança verificada	12 de fevereiro de 2021 13:01
Assinatura concluída	Segurança verificada	12 de fevereiro de 2021 13:02
Concluído	Segurança verificada	12 de fevereiro de 2021 16:33

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Agro Challenge Participações Ltda. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Agro Challenge Participações Ltda.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: cynthia.bertini@advbertini.com

To advise Agro Challenge Participações Ltda. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Agro Challenge Participações Ltda.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Agro Challenge Participações Ltda.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Agro Challenge Participações Ltda. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Agro Challenge Participações Ltda. during the course of your relationship with Agro Challenge Participações Ltda..

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES PARA FINS DO ARTIGO 56 DA
INSTRUÇÃO CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

AGROFUNDO BRASIL III FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA, fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 24.258.072/0001-00, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.055, 19º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-001, neste ato representado nos termos de seu regulamento (“**Agrofundo Brasil III**”), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. (“**Companhia**”), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“**Ações**”), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações (“**Oferta Primária**”); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) (“**Oferta Secundária**”), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. (“**Coordenador Líder**”), do Banco J.P. Morgan S.A. (“**J.P. Morgan**”), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“**XP**”), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“**UBS BB**”) e do Banco ABC Brasil S.A. (“**Banco ABC**” e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, os “**Coordenadores da Oferta**”), com esforços de colocação no exterior (“**Oferta**”), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“**Instrução CVM 400**”), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 (“**Auditoria**”), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* (“**Prospecto Definitivo**”);
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* (“**Prospecto Preliminar**”) e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;

- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Agrofundo Brasil III, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas pela Companhia e pelo Agrofundo Brasil III, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (v) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas sem limitação, a Instrução CVM 400.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2021.

AGROFUNDO BRASIL III FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA

DocuSigned by:
Tomas Agustin Romero
Signed By: TOMAS AGUSTIN ROMERO 23546633822
CPF: 22046033822
Signing Time: 17 de fevereiro de 2021 10:20 BRT

Nome: Tomas Agustin Romero

Cargo: Procurador

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 79CB0D5A0439420292AF2BAC521F573B

Status: Concluído

Assunto: [Assinatura] FIP III - Declaração

Envelope fonte:

Documentar páginas: 2

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 4

Rubrica: 0

Carla Matos Silva

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Cidade Jardim, 803, cjo. 62, sala 13

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

SP, SP 01453-000

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

carla.matos@advbertini.com

Endereço IP: 191.13.94.72

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Carla Matos Silva

Local: DocuSign

16 de fevereiro de 2021 | 17:13

carla.matos@advbertini.com

Eventos do signatário

Tomas Agustin Romero

tr@aqua.capital

Diretor Presidente

Agro Trends

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SOLUTI Multipla

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 17 de fevereiro de 2021 | 10:18

ID: 956ae9bf-11d5-46c2-86dd-cdb66be054be

Assinatura

DocuSigned by:

 44F7423D6F47482...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 189.120.74.68

Registro de hora e data

Enviado: 16 de fevereiro de 2021 | 17:18

Visualizado: 16 de fevereiro de 2021 | 18:02

Assinado: 17 de fevereiro de 2021 | 10:20

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope

Status

Carimbo de data/hora

Envelope enviado

Com hash/criptografado

16 de fevereiro de 2021 | 17:18

Entrega certificada

Segurança verificada

16 de fevereiro de 2021 | 18:02

Assinatura concluída

Segurança verificada

17 de fevereiro de 2021 | 10:20

Concluído

Segurança verificada

17 de fevereiro de 2021 | 10:20

Eventos de pagamento

Status

Carimbo de data/hora

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Agro Challenge Participações Ltda. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Agro Challenge Participações Ltda.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: cynthia.bertini@advbertini.com

To advise Agro Challenge Participações Ltda. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Agro Challenge Participações Ltda.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Agro Challenge Participações Ltda.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Agro Challenge Participações Ltda. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Agro Challenge Participações Ltda. during the course of your relationship with Agro Challenge Participações Ltda..

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

AGROFUNDO BRASIL IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA, fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 19.267.481/0001-24, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.055, 19º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-001, neste ato representado nos termos de seu regulamento ("**Agrofundo Brasil IV**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações ("**Oferta Primária**"); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A ("**XP**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**") e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, XP e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**", com esforços de colocação no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;

- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Agrofundo Brasil IV, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas pela Companhia e pelo Agrofundo Brasil IV, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (v) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas sem limitação, a Instrução CVM 400.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2021.

AGROFUNDO BRASIL IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA

DocuSigned by:
Tomas Agustin Romero
Signed By: TOMAS AGUSTIN ROMERO:23540633822
CPF: 23540633822
Signing Time: 17 de fevereiro de 2021 | 10:03 BRT

Nome: Tomas Agustin Romero
Cargo: Procurador

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: BFBBCF924D994AB4BD7049B705D97F95

Status: Concluído

Assunto: [Assinatura] FIP IV - Declaração

Envelope fonte:

Documentar páginas: 2

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 4

Rubrica: 0

Carla Matos Silva

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Cidade Jardim, 803, cjt. 62, sala 13

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

SP, SP 01453-000

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

carla.matos@advbertini.com

Endereço IP: 191.13.94.72

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Carla Matos Silva

Local: DocuSign

16 de fevereiro de 2021 | 17:18

carla.matos@advbertini.com

Eventos do signatário

Tomas Agustin Romero

tr@aqua.capital

Diretor Presidente

Agro Trends

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SOLUTI Multipla

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 17 de fevereiro de 2021 | 10:02

ID: f20876ce-6962-4a28-83cb-88bb3f374f98

Assinatura

DocuSigned by:

 44F7423D6F47482...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 189.120.74.68

Registro de hora e data

Enviado: 16 de fevereiro de 2021 | 17:20

Visualizado: 16 de fevereiro de 2021 | 18:02

Assinado: 17 de fevereiro de 2021 | 10:03

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope

Status

Carimbo de data/hora

Envelope enviado

Com hash/criptografado

16 de fevereiro de 2021 | 17:20

Entrega certificada

Segurança verificada

16 de fevereiro de 2021 | 18:02

Assinatura concluída

Segurança verificada

17 de fevereiro de 2021 | 10:03

Concluído

Segurança verificada

17 de fevereiro de 2021 | 10:03

Eventos de pagamento

Status

Carimbo de data/hora

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Agro Challenge Participações Ltda. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Agro Challenge Participações Ltda.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: cynthia.bertini@advbertini.com

To advise Agro Challenge Participações Ltda. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Agro Challenge Participações Ltda.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Agro Challenge Participações Ltda.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Agro Challenge Participações Ltda. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Agro Challenge Participações Ltda. during the course of your relationship with Agro Challenge Participações Ltda..

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

AGROFUNDO BRASIL V FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA, fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 28.296.538/0001-04, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ferreira de Araújo, nº 221, 1º andar, conjunto 16, Pinheiros, CEP 05428-000, neste ato representado nos termos de seu regulamento por sua administradora, **PARATY CAPITAL LTDA.**, inscrita no CNPJ/ME sob nº 18.313.996/0001-50, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, 870, conjunto 133, Pinheiros, CEP 05422-001, devidamente autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório nº 13.239, de 20 de agosto de 2013 ("**Agrofundo Brasil V**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações ("**Oferta Primária**"); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A ("**XP**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**") e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, XP e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**", com esforços de colocação no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações

adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;

- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Agrofundo Brasil V, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:


- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas pela Companhia e pelo Agrofundo Brasil V, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

- (iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (v) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas sem limitação, a Instrução CVM 400.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2021.

AGROFUNDO BRASIL V FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA

DocuSigned by:
Fundos Investec
Assinado por: CHRISTIANO JONASSON DE CONTI MEDEIROS
CPF: 34437027833
Data/Hora de Assinatura: 17 de fevereiro de 2021 | 12:30 BRT



Nome: Christiano Jonasson
Cargo: Diretor

DocuSigned by:
Fundos Investec
Assinado por: FERNANDO TAMINATO
CPF: 12617955888
Data/Hora de Assinatura: 17 de fevereiro de 2021 | 11:13 BRT



Nome: Fernando Taminato
Cargo: Diretor

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 1A52E44EB7704C4CB3F029F896A645FC

Status: Concluído

Assunto: [Assinatur] FIP V - Declaração Art. 56

Envelope fonte:

Documentar páginas: 3

Assinaturas: 2

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 5

Rubrica: 0

Carla Matos Silva

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Cidade Jardim, 803, cjt. 62, sala 13

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

SP, SP 01453-000

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

carla.matos@advbertini.com

Endereço IP: 191.13.94.72

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Carla Matos Silva

Local: DocuSign

17 de fevereiro de 2021 | 10:28

carla.matos@advbertini.com

Eventos do signatário

Christiano Jonasson

christiano@paratycapital.com

Diretor

Diretor

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC OAB G3

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 17 de fevereiro de 2021 | 12:30

ID: a68d3261-f2ed-4764-be7b-99a6742e4060

Assinatura

DocuSigned by:

 B246670D02184D4...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 177.92.71.198

Registro de hora e data

Enviado: 17 de fevereiro de 2021 | 10:40

Reenviado: 17 de fevereiro de 2021 | 10:52

Reenviado: 17 de fevereiro de 2021 | 11:15

Reenviado: 17 de fevereiro de 2021 | 11:17

Reenviado: 17 de fevereiro de 2021 | 12:12

Visualizado: 17 de fevereiro de 2021 | 12:30

Assinado: 17 de fevereiro de 2021 | 12:30

Fernando Taminato

fernando@paratycapital.com

Diretor

Diretor

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:


Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 17 de fevereiro de 2021 | 11:11

ID: a4195cb2-a48e-4115-bc99-e5f0310e19a9

DocuSigned by:

 0F6678C5FCC64C1...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 45.164.177.193

Enviado: 17 de fevereiro de 2021 | 10:40

Reenviado: 17 de fevereiro de 2021 | 10:52

Visualizado: 17 de fevereiro de 2021 | 11:11

Assinado: 17 de fevereiro de 2021 | 11:13

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
----------------------------	-------------------	--------------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
--------------------------------------	---------------	-----------------------------

Envelope enviado	Com hash/criptografado	17 de fevereiro de 2021 10:40
Entrega certificada	Segurança verificada	17 de fevereiro de 2021 11:11
Assinatura concluída	Segurança verificada	17 de fevereiro de 2021 11:13
Concluído	Segurança verificada	17 de fevereiro de 2021 12:30

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Agro Challenge Participações Ltda. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Agro Challenge Participações Ltda.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: cynthia.bertini@advbertini.com

To advise Agro Challenge Participações Ltda. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Agro Challenge Participações Ltda.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Agro Challenge Participações Ltda.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Agro Challenge Participações Ltda. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Agro Challenge Participações Ltda. during the course of your relationship with Agro Challenge Participações Ltda..

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

FACT ENTERPRISE FIP MULTISTRATÉGIA, fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 17.867.471/0001-02, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amauri, nº 255, 4º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000, neste ato representado nos termos de seu regulamento por seu administrador, **SPECTRA INVESTIMENTOS LTDA.**, sociedade simples limitada, inscrita no CNPJ/ME sob nº 44.011.526/0001-42, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amauri, 255, 4º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000 ("**Fact FIP**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações ("**Oferta Primária**"); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**XP**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**") e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**", com esforços de colocação no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;

- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Fact FIP, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas pela Companhia e pelo Fact FIP, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (v) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas sem limitação, a Instrução CVM 400.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2021.

FACT ENTERPRISE FIP MULTIESTRATÉGIA


Nome: RAFAEL MONÓVÃO BASSANI
Cargo: Sócio

Nome:
Cargo:

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

SPECTRA II FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA – INVESTIMENTO NO EXTERIOR, fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 20.504.602/0001-93, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amauri, nº 255, 4º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000, neste ato representado nos termos de seu regulamento por seu administrador, **SPECTRA INVESTIMENTOS LTDA.**, sociedade simples limitada, inscrita no CNPJ/ME sob nº 44.011.526/0001-42, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amauri, 255, 4º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000 ("**Spectra II**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações ("**Oferta Primária**"); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**XP**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**") e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**", com esforços de colocação no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;

- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Spectra II, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas pela Companhia e pelo Spectra II, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (v) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas sem limitação, a Instrução CVM 400.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2021.

**SPECTRA II FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA –
INVESTIMENTO NO EXTERIOR**


Nome: RAFAEL HONÓRIO BASSANI
Cargo: Sócio

Nome:
Cargo:

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

SPECTRA III BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA, fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 27.035.883/0001-21, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amauri, nº 255, 4º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000, neste ato representado nos termos de seu regulamento por seu administrador, **SPECTRA INVESTIMENTOS LTDA.**, sociedade simples limitada, inscrita no CNPJ/ME sob nº 44.011.526/0001-42, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amauri, 255, 4º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000 ("**Spectra III**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações ("**Oferta Primária**"); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**XP**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**") e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**", com esforços de colocação no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;

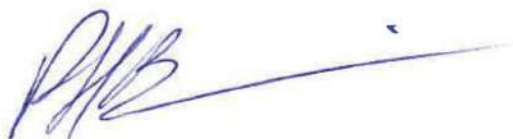
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Spectra III, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas pela Companhia e pelo Spectra III, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (v) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas sem limitação, a Instrução CVM 400.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2021.

SPECTRA III BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA



Nome: RAFAEL HONÓRIO BASSANI
Cargo: Sócio

Nome:
Cargo:

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

VIC SPECTRA III FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPACOES MULTISTRATEGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR, fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 30.578.597/0001-17, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amauri, nº 255, 4º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000, neste ato representado nos termos de seu regulamento por seu administrador, **SPECTRA INVESTIMENTOS LTDA.**, sociedade simples limitada, inscrita no CNPJ/ME sob nº 44.011.526/0001-42, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amauri, 255, 4º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000 ("**VIC Spectra III**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações ("**Oferta Primária**"); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**XP**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**") e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**", com esforços de colocação no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;

- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O VIC Spectra III, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas pela Companhia e pelo VIC Spectra III, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (v) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas sem limitação, a Instrução CVM 400.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2021.

**VIC SPECTRA III FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPACOES MULTISTRATEGIA
INVESTIMENTO NO EXTERIOR**



Nome: RAFAEL HONÓRIO BASSANI
Cargo: Sócio

Nome:
Cargo:

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

AFONSO HENRIQUE DE MATOS, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador do RG nº 17.523.842-X, e inscrito no CPF/ME sob o nº 067.955.328-28, com endereço na Av. Prof. Alceu Maynard Araújo, nº 2, apto 42, Torre A-2, Vila Cruzeiro, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“**Afonso**”), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. (“**Companhia**”), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“**Ações**”), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações (“**Oferta Primária**”); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) (“**Oferta Secundária**”), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. (“**Coordenador Líder**”), do Banco J.P. Morgan S.A. (“**J.P. Morgan**”), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A (“**XP**”), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“**UBS BB**”) e do Banco ABC Brasil S.A. (“**Banco ABC**” e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, os “**Coordenadores da Oferta**”), com esforços de colocação no exterior (“**Oferta**”), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“**Instrução CVM 400**”), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 (“**Auditoria**”), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* (“**Prospecto Definitivo**”);
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* (“**Prospecto Preliminar**”) e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do

Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

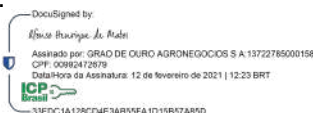
- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Sr. Afonso, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) as informações prestadas pelo Sr. Afonso, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021.

AFONSO HENRIQUE DE MATOS



Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 47D94F205DC846A0AF5D25DDEE4DCD6E1

Status: Concluído

Assunto: DocuSign: Projeto Falcon_Declaração Art. 56_Afonso.pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 2

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 5

Rubrica: 0

Marina Godoy

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Cidade Jardim, 803, cjt. 62, sala 13

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

SP, SP 01453-000

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

marina.alves@ruralbrasil.com

Endereço IP: 189.5.152.178

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Marina Godoy

Local: DocuSign

12 de fevereiro de 2021 | 11:30

marina.alves@ruralbrasil.com

Eventos do signatário

Afonso Henrique de Matos

afonso.matos@gouroagro.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

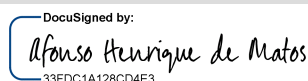
Emissor da assinatura: AC ONLINE RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09 de fevereiro de 2021 | 08:55

ID: 3ffb41c8-9457-433a-8464-3c06fa7f4854

Assinatura

DocuSigned by:

 33FDC1A128CD4E3...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 187.37.105.138

Registro de hora e data

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 11:31

Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:20

Assinado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:23

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Caroline Carlos

cc@aqua.capital

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09 de julho de 2020 | 22:28

ID: 9fc6b117-6516-4b31-9fdb-a682ee6b8da8

Copiado

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 11:31

Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:36

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope

Status

Carimbo de data/hora

Envelope enviado

Com hash/criptografado

12 de fevereiro de 2021 | 11:31

Entrega certificada

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 12:20

Assinatura concluída

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 12:23

Concluído

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 12:23

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		
---	--	--

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Agro Challenge Participações Ltda. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Agro Challenge Participações Ltda.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: cynthia.bertini@advbertini.com

To advise Agro Challenge Participações Ltda. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Agro Challenge Participações Ltda.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Agro Challenge Participações Ltda.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Agro Challenge Participações Ltda. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Agro Challenge Participações Ltda. during the course of your relationship with Agro Challenge Participações Ltda..

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

ALEXSANDRO PEIXOTO LEOPOLDINO, brasileiro, solteiro, engenheiro agrônomo, portador da carteira de identidade nº 3.760.270, expedida pela DGPC/GO, inscrito no CPF/ME sob o nº 917.106.851-15, residente e domiciliado na Cidade de Canarana, Estado do Mato Grosso, na Rua Tenente Portela, nº 1.808, bairro Sete de Setembro, CEP 78640-000 ("**Alexsandro**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações ("**Oferta Primária**"); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A ("**XP**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do

Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Sr. Aleksandro, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) as informações prestadas pelo Sr. Aleksandro, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021.

ALEXSANDRO PEIXOTO LEOPOLDINO



Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: A395D6F6E80A4A978E143F4C1518E47F
 Assunto: DocuSign: Projeto Falcon_Declaração Art. 56_Alexsandro.pdf
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 2
 Certificar páginas: 5
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Marina Godoy
 Avenida Cidade Jardim, 803, cjt. 62, sala 13
 SP, SP 01453-000
 marina.alves@ruralbrasil.com
 Endereço IP: 189.5.152.178

Rastreamento de registros

Status: Original
 12 de fevereiro de 2021 | 11:31

Portador: Marina Godoy
 marina.alves@ruralbrasil.com

Local: DocuSign

Eventos do signatário

Alexsandro Peixoto Leopoldino
 mdidomenico@bol.com.br
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card
 Emissor da assinatura: AC SAFEWEB RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09 de fevereiro de 2021 | 16:58
 ID: 3f34caf8-b97a-4b76-b72b-5c6b0a98a130

Assinatura

DocuSigned by:

 7FE52C7158E041C...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 187.54.110.69

Registro de hora e data

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 11:32
 Visualizado: 16 de fevereiro de 2021 | 09:05
 Assinado: 16 de fevereiro de 2021 | 09:07

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Caroline Carlos
 cc@aqua.capital
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Copiado

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 11:32
 Visualizado: 16 de fevereiro de 2021 | 11:11

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09 de julho de 2020 | 22:28
 ID: 9fc6b117-6516-4b31-9fdb-a682ee6b8da8

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope

Status

Carimbo de data/hora

Envelope enviado Com hash/criptografado
 Entrega certificada Segurança verificada
 Assinatura concluída Segurança verificada
 Concluído Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 11:32
 16 de fevereiro de 2021 | 09:05
 16 de fevereiro de 2021 | 09:07
 16 de fevereiro de 2021 | 09:07

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		
---	--	--

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Agro Challenge Participações Ltda. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Agro Challenge Participações Ltda.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: cynthia.bertini@advbertini.com

To advise Agro Challenge Participações Ltda. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Agro Challenge Participações Ltda.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Agro Challenge Participações Ltda.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Agro Challenge Participações Ltda. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Agro Challenge Participações Ltda. during the course of your relationship with Agro Challenge Participações Ltda..

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

ANGELO MARDEGAN, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, engenheiro agrônomo, portador do RG nº 3.483.397-4 SSP/PR, e inscrito no CPF/ME sob o nº 505.548.759-34, com endereço na Rua Cipreste, 637, Condomínio Portal do Vale, casa 4, na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná ("**Angelo**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações ("**Oferta Primária**"); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A ("**XP**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do

Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Sr. Angelo, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) as informações prestadas pelo Sr. Angelo, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021.

ANGELO MARDEGAN



Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: F196F20223E54F33A87B49FEDC01164F

Status: Concluído

Assunto: DocuSign: Projeto Falcon_Declaração Art. 56_Angelo.pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 2

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 5

Rubrica: 0

Marina Godoy

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Cidade Jardim, 803, cjt. 62, sala 13

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

SP, SP 01453-000

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

marina.alves@ruralbrasil.com

Endereço IP: 189.5.152.178

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Marina Godoy

Local: DocuSign

12 de fevereiro de 2021 | 11:32

marina.alves@ruralbrasil.com

Eventos do signatário

Angelo Mardegan

angelo.mardegan@ruralbrasil.com

Diretor Comercial

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card


Emissor da assinatura: AC SOLUTI Multipla

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 12 de fevereiro de 2021 | 13:47

ID: 09be5d7d-9625-4339-991c-3cd29f926064

Assinatura

DocuSigned by:

 47AEF3C1C0314FD...

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo

Usando endereço IP: 177.157.24.178

Registro de hora e data

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 11:33

Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 13:47

Assinado: 12 de fevereiro de 2021 | 13:51

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Caroline Carlos

cc@aqua.capital

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Copiado

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 11:33

Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 14:11

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09 de julho de 2020 | 22:28

ID: 9fc6b117-6516-4b31-9fdb-a682ee6b8da8

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope

Status

Carimbo de data/hora

Envelope enviado

Com hash/criptografado

12 de fevereiro de 2021 | 11:33

Entrega certificada

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 13:47

Assinatura concluída

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 13:51

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Concluído	Segurança verificada	12 de fevereiro de 2021 13:51
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Agro Challenge Participações Ltda. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Agro Challenge Participações Ltda.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: cynthia.bertini@advbertini.com

To advise Agro Challenge Participações Ltda. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Agro Challenge Participações Ltda.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Agro Challenge Participações Ltda.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Agro Challenge Participações Ltda. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Agro Challenge Participações Ltda. during the course of your relationship with Agro Challenge Participações Ltda..

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

ANTONIO LUIZ GIULIANGELI, brasileiro, casado, técnico agrícola, portador da carteira de Identidade nº 1.378.543-7, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 485.825.659-68, residente e domiciliado na cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Montevidéu, nº 707, apto 1002, Edifício Heritage, Gleba Palhano, CEP 86050-020 ("**Antonio**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações ("**Oferta Primária**"); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A ("**XP**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do

Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

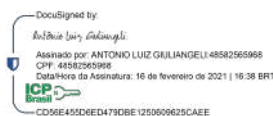
- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Sr. Antonio, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) as informações prestadas pelo Sr. Antonio, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021.

ANTONIO LUIZ GIULIANGELI



Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 77221744F1BC4B1DA007F0CCDF80C698

Status: Concluído

Assunto: DocuSign: Projeto Falcon_Declaração Art. 56_Antonio.pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 2

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 5

Rubrica: 0

Marina Godoy

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Cidade Jardim, 803, cjo. 62, sala 13

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

SP, SP 01453-000

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

marina.alves@ruralbrasil.com

Endereço IP: 189.5.152.178

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Marina Godoy

Local: DocuSign

12 de fevereiro de 2021 | 16:07

marina.alves@ruralbrasil.com

Eventos do signatário

Antônio Luiz Giuliangeli

lindomar@vertexcon.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SOLUTI Multipla

Assinatura

DocuSigned by:

CD56E455D6ED479...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 187.18.96.89

Registro de hora e data

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 16:15

Reenviado: 12 de fevereiro de 2021 | 16:49

Reenviado: 16 de fevereiro de 2021 | 10:40

Reenviado: 16 de fevereiro de 2021 | 10:41

Reenviado: 16 de fevereiro de 2021 | 16:18

Reenviado: 16 de fevereiro de 2021 | 16:18

Visualizado: 16 de fevereiro de 2021 | 16:37

Assinado: 16 de fevereiro de 2021 | 16:38

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 16 de fevereiro de 2021 | 16:37

ID: e8cf2260-a202-419f-b4cf-1161df59b142

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Antônio Luiz Giuliangeli

giuliangeli@agro100.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Copiado

Enviado: 16 de fevereiro de 2021 | 10:40

Visualizado: 16 de fevereiro de 2021 | 15:47

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não disponível através do DocuSign

Caroline Carlos

cc@aqua.capital

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Copiado

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 16:15

Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 16:59

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09 de julho de 2020 | 22:28

ID: 9fc6b117-6516-4b31-9fdb-a682ee6b8da8

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
----------------------------	-------------------	--------------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
--------------------------------------	---------------	-----------------------------

Envelope enviado	Com hash/criptografado	12 de fevereiro de 2021 16:15
Entrega certificada	Segurança verificada	16 de fevereiro de 2021 16:37
Assinatura concluída	Segurança verificada	16 de fevereiro de 2021 16:38
Concluído	Segurança verificada	16 de fevereiro de 2021 16:38

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Agro Challenge Participações Ltda. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Agro Challenge Participações Ltda.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: cynthia.bertini@advbertini.com

To advise Agro Challenge Participações Ltda. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Agro Challenge Participações Ltda.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Agro Challenge Participações Ltda.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Agro Challenge Participações Ltda. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Agro Challenge Participações Ltda. during the course of your relationship with Agro Challenge Participações Ltda..

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

BENILDO CARVALHO TELES, brasileiro, casado, comerciante, portador da carteira de identidade nº M-1.398.111, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 294.258.756-34, residente e domiciliado na cidade de Jataí, Estado de Goiás, na Rua Riachuelo, nº 3.669, quadra 37-F, lotes 8 e 9, Vila Fátima, CEP 75803-050 ("**Benildo**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações ("**Oferta Primária**"); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A ("**XP**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do

Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

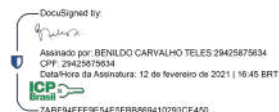
- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Sr. Benildo, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) as informações prestadas pelo Sr. Benildo, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021.

BENILDO CARVALHO TELES



Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 70A8D2965FF240E09C48654CE24907BF

Status: Concluído

Assunto: DocuSign: Projeto Falcon_Declaração Art. 56_Benildo.pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 2

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 5

Rubrica: 0

Marina Godoy

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Cidade Jardim, 803, cpto. 62, sala 13

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

SP, SP 01453-000

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

marina.alves@ruralbrasil.com

Endereço IP: 189.5.152.178

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Marina Godoy

Local: DocuSign

12 de fevereiro de 2021 | 11:35

marina.alves@ruralbrasil.com

Eventos do signatário

Benildo Carvalho Teles

benildo.grupoteles@outlook.com

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SOLUTI Multipla

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 29 de dezembro de 2020 | 11:34

ID: e4a47a67-6a65-4962-8e14-ed9a6f60c1cc

Assinatura

DocuSigned by:

 7ABF94FEF9E54E5...

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo

Usando endereço IP: 170.238.54.68

Registro de hora e data

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 11:35

Reenviado: 12 de fevereiro de 2021 | 16:41

Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 16:41

Assinado: 12 de fevereiro de 2021 | 16:45

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Caroline Carlos

cc@aqua.capital

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Copiado

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 11:35

Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 16:47

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09 de julho de 2020 | 22:28

ID: 9fc6b117-6516-4b31-9fdb-a682ee6b8da8

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope

Status

Carimbo de data/hora

Envelope enviado

Com hash/criptografado

12 de fevereiro de 2021 | 11:35

Entrega certificada

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 16:41

Assinatura concluída

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 16:45

Concluído

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 16:45

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		
---	--	--

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Agro Challenge Participações Ltda. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Agro Challenge Participações Ltda.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: cynthia.bertini@advbertini.com

To advise Agro Challenge Participações Ltda. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Agro Challenge Participações Ltda.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Agro Challenge Participações Ltda.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Agro Challenge Participações Ltda. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Agro Challenge Participações Ltda. during the course of your relationship with Agro Challenge Participações Ltda..

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

CARLOS ROBERTO DOS SANTOS GAJARDONI, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro agrônomo, portador do RG nº 4476497 SSP/PR, e inscrito no CPF/ME sob o nº 629.180.799-87, com endereço na Rua Ernani Lacerda de Athayde, nº 930, apto 101, Gleba Fazenda Palha, na Cidade de Londrina, Estado do Paraná ("**Carlos Roberto**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações ("**Oferta Primária**"); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A ("**XP**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do

Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Sr. Carlos Roberto, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) as informações prestadas pelo Sr. Carlos Roberto, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021.

CARLOS ROBERTO DOS SANTOS GAJARDONI



Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 64DA402537CB4A88973DCF8B39238477
 Assunto: DocuSign: Projeto Falcon_Declaração Art. 56_Carlos Roberto.pdf
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 2
 Certificar páginas: 5
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Marina Godoy
 Avenida Cidade Jardim, 803, cjt. 62, sala 13
 SP, SP 01453-000
 marina.alves@ruralbrasil.com
 Endereço IP: 189.5.152.178

Rastreamento de registros

Status: Original
 12 de fevereiro de 2021 | 11:35

Portador: Marina Godoy
 marina.alves@ruralbrasil.com

Local: DocuSign

Eventos do signatário

Carlos Roberto dos Santos Gajardoni
 carlos.gajardoni@agro100.com.br
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

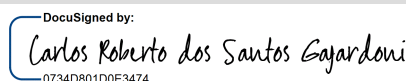
Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card
 Emissor da assinatura: AC SAFEWEB RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09 de fevereiro de 2021 | 17:23
 ID: b7c22b7b-4d83-403b-b9bc-db86850f685d

Assinatura

DocuSigned by:

 0734D801D0E3474...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 187.95.123.195

Registro de hora e data

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 11:36
 Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:16
 Assinado: 12 de fevereiro de 2021 | 15:08

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Caroline Carlos
 cc@aqua.capital
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Copiado

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 11:36
 Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 15:14

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09 de julho de 2020 | 22:28
 ID: 9fc6b117-6516-4b31-9fdb-a682ee6b8da8

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope

Status

Carimbo de data/hora

Envelope enviado Com hash/criptografado
 Entrega certificada Segurança verificada
 Assinatura concluída Segurança verificada
 Concluído Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 11:36
 12 de fevereiro de 2021 | 12:16
 12 de fevereiro de 2021 | 15:08
 12 de fevereiro de 2021 | 15:08

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		
---	--	--

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Agro Challenge Participações Ltda. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Agro Challenge Participações Ltda.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: cynthia.bertini@advbertini.com

To advise Agro Challenge Participações Ltda. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Agro Challenge Participações Ltda.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Agro Challenge Participações Ltda.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Agro Challenge Participações Ltda. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Agro Challenge Participações Ltda. during the course of your relationship with Agro Challenge Participações Ltda..

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

CESAR DONIZETI COELHO, brasileiro, casado, técnico em agronomia, portador do RG nº 8171244 SSP-SP, e inscrito no CPF/ME sob o nº 009.924.726-79, com endereço na Rua Marechal Deodoro, 74, Centro, na Cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais ("**Cesar**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações ("**Oferta Primária**"); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A ("**XP**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**") e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**", com esforços de colocação no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do

Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

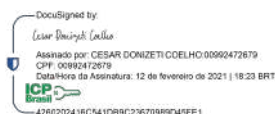
- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Sr. Cesar, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) as informações prestadas pelo Sr. Cesar, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021.

CESAR DONIZETI COELHO



Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 2C861522D70C4A88923A52B14F640193

Status: Concluído

Assunto: DocuSign: Projeto Falcon_Declaração Art. 56_Cesar.pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 2

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 5

Rubrica: 0

Marina Godoy

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Cidade Jardim, 803, cpto. 62, sala 13

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

SP, SP 01453-000

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

marina.alves@ruralbrasil.com

Endereço IP: 189.5.152.178

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Marina Godoy

Local: DocuSign

12 de fevereiro de 2021 | 11:36

marina.alves@ruralbrasil.com

Eventos do signatário

Cesar Donizeti Coelho

cescoelho@gmail.com

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC VALID RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 12 de fevereiro de 2021 | 18:13

ID: 39285975-5d83-4ed7-b1e9-71978f7cb7b7

Assinatura

DocuSigned by:

 4260202416C541D...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 177.11.99.30

Registro de hora e data

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 11:37

Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 18:13

Assinado: 12 de fevereiro de 2021 | 18:24

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Caroline Carlos

cc@aqua.capital

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09 de julho de 2020 | 22:28

ID: 9fc6b117-6516-4b31-9fdb-a682ee6b8da8

Copiado

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 11:37

Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 18:32

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope

Status

Carimbo de data/hora

Envelope enviado

Com hash/criptografado

12 de fevereiro de 2021 | 11:37

Entrega certificada

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 18:13

Assinatura concluída

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 18:24

Concluído

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 18:24

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Agro Challenge Participações Ltda. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Agro Challenge Participações Ltda.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: cynthia.bertini@advbertini.com

To advise Agro Challenge Participações Ltda. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Agro Challenge Participações Ltda.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Agro Challenge Participações Ltda.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Agro Challenge Participações Ltda. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Agro Challenge Participações Ltda. during the course of your relationship with Agro Challenge Participações Ltda..

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

CICLUS PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 29.988.213/0001-55, com sede na cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, na Rua Senador Saraiva, nº 305, sala 05, Centro, CEP 13.990-000, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("**Ciclus**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações ("**Oferta Primária**"); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A ("**XP**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do

Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

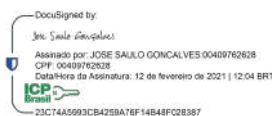
- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Ciclus, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) as informações prestadas pelo Ciclus, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021.

CICLUS PARTICIPAÇÕES LTDA.



Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: D045B5954383436E91847FCFAF3A37B6

Status: Concluído

Assunto: DocuSign: Projeto Falcon_Declaração Art. 56_Ciclus.pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 2

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 5

Rubrica: 0

Marina Godoy

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Cidade Jardim, 803, cpto. 62, sala 13

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

SP, SP 01453-000

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

marina.alves@ruralbrasil.com

Endereço IP: 189.5.152.178

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Marina Godoy

Local: DocuSign

12 de fevereiro de 2021 | 11:37

marina.alves@ruralbrasil.com

Eventos do signatário

Jose Saulo Gonçalves

adriano@compsys.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC VALID RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 12 de fevereiro de 2021 | 12:03

ID: cc07e5ae-6049-4ff3-a3fa-de993e1d1652

Assinatura

DocuSigned by:

Jose Saulo Gonçalves

23C74A5993CB425...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 186.193.132.32

Registro de hora e data

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 11:38

Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:00

Assinado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:04

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Caroline Carlos

cc@aqua.capital

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09 de julho de 2020 | 22:28

ID: 9fc6b117-6516-4b31-9fdb-a682ee6b8da8

Copiado

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 11:38

Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:39

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope

Status

Carimbo de data/hora

Envelope enviado

Com hash/criptografado

12 de fevereiro de 2021 | 11:38

Entrega certificada

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 12:00

Assinatura concluída

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 12:04

Concluído

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 12:04

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Agro Challenge Participações Ltda. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Agro Challenge Participações Ltda.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: cynthia.bertini@advbertini.com

To advise Agro Challenge Participações Ltda. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Agro Challenge Participações Ltda.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Agro Challenge Participações Ltda.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Agro Challenge Participações Ltda. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Agro Challenge Participações Ltda. during the course of your relationship with Agro Challenge Participações Ltda..

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

CLARUS PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob nº 30.987.102/0001-03, com sede na cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, na Rua Senador Saraiva, nº 305, Sala 05, Centro, CEP 13.990-000, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("**Clarus**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações ("**Oferta Primária**"); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A ("**XP**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do

Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

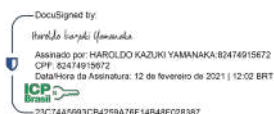
- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Clarus, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) as informações prestadas pelo Clarus, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021.

CLARUS PARTICIPAÇÕES LTDA.



Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 72D69EBABBFD459AAE8FF5AC01759C4C

Status: Concluído

Assunto: DocuSign: Projeto Falcon_Declaração Art. 56_Clarus.pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 2

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 5

Rubrica: 0

Marina Godoy

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Cidade Jardim, 803, cjt. 62, sala 13

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

SP, SP 01453-000

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

marina.alves@ruralbrasil.com

Endereço IP: 189.5.152.178

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Marina Godoy

Local: DocuSign

12 de fevereiro de 2021 | 11:38

marina.alves@ruralbrasil.com

Eventos do signatário

Haroldo Kazuki Yamanaka

adriano@compsys.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

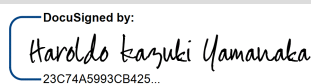
Emissor da assinatura: AC VALID RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 12 de fevereiro de 2021 | 12:01

ID: 52102212-9945-4b5c-8f80-35d38544a170

Assinatura

DocuSigned by:

 23C74A5893CB425...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 186.193.132.32

Registro de hora e data

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 11:39

Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 11:57

Assinado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:03

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Caroline Carlos

cc@aqua.capital

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09 de julho de 2020 | 22:28

ID: 9fc6b117-6516-4b31-9fdb-a682ee6b8da8

Copiado

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 11:39

Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:39

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope

Status

Carimbo de data/hora

Envelope enviado

Com hash/criptografado

12 de fevereiro de 2021 | 11:39

Entrega certificada

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 11:57

Assinatura concluída

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 12:03

Concluído

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 12:03

Eventos de pagamento

Status

Carimbo de data/hora

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Agro Challenge Participações Ltda. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Agro Challenge Participações Ltda.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: cynthia.bertini@advbertini.com

To advise Agro Challenge Participações Ltda. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Agro Challenge Participações Ltda.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Agro Challenge Participações Ltda.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Agro Challenge Participações Ltda. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Agro Challenge Participações Ltda. during the course of your relationship with Agro Challenge Participações Ltda..

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

CLÁUDIO AUGUSTO DINIZ, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da carteira de identidade nº 321.165, expedida pela SSP/GO, inscrito no CPF/ME sob o nº 147.863.461-87, residente e domiciliado na cidade de Jataí, Estado de Goiás, na Rua Napoleão Laureano, nº 1198, setor oeste, CEP 75804-083 ("**Cláudio**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações ("**Oferta Primária**"); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A ("**XP**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do

Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

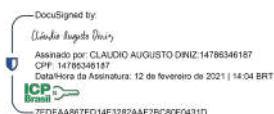
- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Sr. Cláudio, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) as informações prestadas pelo Sr. Cláudio, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021.

CLÁUDIO AUGUSTO DINIZ



Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 6D1861B559D84D13833444791C70D581

Status: Concluído

Assunto: DocuSign: Projeto Falcon_Declaração Art. 56_Claudio.pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 2

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 5

Rubrica: 0

Marina Godoy

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Cidade Jardim, 803, cpto. 62, sala 13

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

SP, SP 01453-000

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

marina.alves@ruralbrasil.com

Endereço IP: 189.5.152.178

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Marina Godoy

Local: DocuSign

12 de fevereiro de 2021 | 11:39

marina.alves@ruralbrasil.com

Eventos do signatário

Cláudio Augusto Diniz

cad.diniz@gmail.com

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SOLUTI Multipla v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 12 de fevereiro de 2021 | 13:26

ID: cb05e75e-e57f-42f5-96a0-53ac9a00aae6

Assinatura

DocuSigned by:

Cláudio Augusto Diniz

7FDEAA867ED14F3...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 200.175.174.150

Registro de hora e data

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 11:39

Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 13:26

Assinado: 12 de fevereiro de 2021 | 14:04

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Caroline Carlos

cc@aqua.capital

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09 de julho de 2020 | 22:28

ID: 9fc6b117-6516-4b31-9fdb-a682ee6b8da8

Copiado

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 11:39

Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 14:07

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope

Status

Carimbo de data/hora

Envelope enviado

Com hash/criptografado

12 de fevereiro de 2021 | 11:39

Entrega certificada

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 13:26

Assinatura concluída

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 14:04

Concluído

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 14:04

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Agro Challenge Participações Ltda. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Agro Challenge Participações Ltda.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: cynthia.bertini@advbertini.com

To advise Agro Challenge Participações Ltda. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Agro Challenge Participações Ltda.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Agro Challenge Participações Ltda.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Agro Challenge Participações Ltda. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Agro Challenge Participações Ltda. during the course of your relationship with Agro Challenge Participações Ltda..

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

CONRADO BADARO DA SILVEIRA PINTO, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da carteira de identidade nº 8.117.019-3, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 046.857.239-29, residente e domiciliado na cidade de Primavera do Leste, Estado do Mato Grosso, na Rua Uruguai, nº 376, Setor Jardim das Américas, CEP 78850-000 ("**Conrado**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações ("**Oferta Primária**"); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A ("**XP**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**") e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**", com esforços de colocação no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do

Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

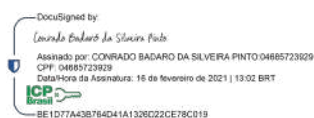
- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Sr. Conrado, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) as informações prestadas pelo Sr. Conrado, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021.

CONRADO BADARO DA SILVEIRA PINTO



Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: CFC142C1B9A54C599E0BA7A7EDCF9283

Status: Concluído

Assunto: DocuSign: Projeto Falcon_Declaração Art. 56_Conrado.pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 2

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 5

Rubrica: 0

Marina Godoy

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Cidade Jardim, 803, cjt. 62, sala 13

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

SP, SP 01453-000

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

marina.alves@ruralbrasil.com

Endereço IP: 189.5.152.178

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Marina Godoy

Local: DocuSign

12 de fevereiro de 2021 | 11:40

marina.alves@ruralbrasil.com

Eventos do signatário

Conrado Badaró da Silveira Pinto

conrado.pinto84@gmail.com

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SOLUTI Multipla

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 16 de fevereiro de 2021 | 13:00

ID: 1163e05b-0ab5-48da-915f-d95a3c041f73

Assinatura

DocuSigned by:

Conrado Badaró da Silveira Pinto

BE1D77A43B764D4...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 131.108.228.124

Registro de hora e data

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 11:43

Reenviado: 16 de fevereiro de 2021 | 10:41

Visualizado: 16 de fevereiro de 2021 | 13:00

Assinado: 16 de fevereiro de 2021 | 13:02

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Caroline Carlos

cc@aqua.capital

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09 de julho de 2020 | 22:28

ID: 9fc6b117-6516-4b31-9fdb-a682ee6b8da8

Copiado

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 11:43

Visualizado: 16 de fevereiro de 2021 | 15:10

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope

Status

Carimbo de data/hora

Envelope enviado

Com hash/criptografado

12 de fevereiro de 2021 | 11:43

Entrega certificada

Segurança verificada

16 de fevereiro de 2021 | 13:00

Assinatura concluída

Segurança verificada

16 de fevereiro de 2021 | 13:02

Concluído

Segurança verificada

16 de fevereiro de 2021 | 13:02

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Agro Challenge Participações Ltda. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Agro Challenge Participações Ltda.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: cynthia.bertini@advbertini.com

To advise Agro Challenge Participações Ltda. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Agro Challenge Participações Ltda.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Agro Challenge Participações Ltda.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Agro Challenge Participações Ltda. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Agro Challenge Participações Ltda. during the course of your relationship with Agro Challenge Participações Ltda..

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

FLÁVIA DIAS DE SOUZA, brasileira, casada, comerciante, portadora do RG nº MG-14.589.696 SSP/MG, e inscrita no CPF/ME sob o nº 083.720.576-05, residente e domiciliada na Rua Joaquim Bernardes da Silva, nº 420, Jardim Aeroporto, na cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais ("**Flavia**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações ("**Oferta Primária**"); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**XP**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**") e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**", com esforços de colocação no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do

Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

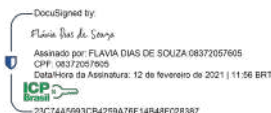
- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

A Sra. Flavia, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) as informações prestadas pela Sra. Flavia, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021.

FLÁVIA DIAS DE SOUZA



Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 0110FBE8E0B14C088C27CCA325BE9E6F

Status: Concluído

Assunto: DocuSign: Projeto Falcon_Declaração Art. 56_Flavia.pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 2

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 5

Rubrica: 0

Marina Godoy

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Cidade Jardim, 803, cpto. 62, sala 13

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

SP, SP 01453-000

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

marina.alves@ruralbrasil.com

Endereço IP: 189.5.152.178

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Marina Godoy

Local: DocuSign

12 de fevereiro de 2021 | 11:44

marina.alves@ruralbrasil.com

Eventos do signatário

Flávia Dias de Souza

adriano@compsys.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC VALID RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 12 de fevereiro de 2021 | 11:55

ID: 1e6cf472-df4b-406a-aa2e-547461a249c4

Assinatura

DocuSigned by:
Flávia Dias de Souza
23C74A5893CB425...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 186.193.132.32

Registro de hora e data

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 11:45

Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 11:55

Assinado: 12 de fevereiro de 2021 | 11:57

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Caroline Carlos

cc@aqua.capital

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Copiado

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 11:45

Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:39

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09 de julho de 2020 | 22:28

ID: 9fc6b117-6516-4b31-9fdb-a682ee6b8da8

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope

Status

Carimbo de data/hora

Envelope enviado

Com hash/criptografado

12 de fevereiro de 2021 | 11:45

Entrega certificada

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 11:55

Assinatura concluída

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 11:57

Concluído

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 11:57

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Agro Challenge Participações Ltda. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Agro Challenge Participações Ltda.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: cynthia.bertini@advbertini.com

To advise Agro Challenge Participações Ltda. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Agro Challenge Participações Ltda.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Agro Challenge Participações Ltda.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Agro Challenge Participações Ltda. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Agro Challenge Participações Ltda. during the course of your relationship with Agro Challenge Participações Ltda..

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

GUILHERME BADAUY LAURIA SILVA, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 1974546 SSP/GO, e inscrito no CPF/ME sob o nº 691.952.181-49, residente e domiciliado na Rua 1.141, 536, Qd. 252, Condomínio Chateou Marista, Apto. 702 P, Bairro Marista, Cidade de Goiânia, Estado de Goiás ("**Guilherme**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações ("**Oferta Primária**"); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A ("**XP**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do

Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

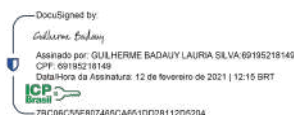
- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Sr. Guilherme, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) as informações prestadas pelo Sr. Guilherme, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021.

GUILHERME BADAUY LAURIA SILVA



Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 1B02781FC3D14823BA5D61D35695F877
 Assunto: DocuSign: Projeto Falcon_Declaração Art. 56_Guilherme.pdf
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 2
 Certificar páginas: 5
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído
 Remetente do envelope:
 Marina Godoy
 Avenida Cidade Jardim, 803, cjt. 62, sala 13
 SP, SP 01453-000
 marina.alves@ruralbrasil.com
 Endereço IP: 189.5.152.178

Rastreamento de registros

Status: Original
 12 de fevereiro de 2021 | 12:07
 Portador: Marina Godoy
 marina.alves@ruralbrasil.com
 Local: DocuSign

Eventos do signatário

Guilherme Badauy
 guilherme.badauy@ruralbrasil.com
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card
 Emissor da assinatura: AC SOLUTI Multipla

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 12 de fevereiro de 2021 | 12:14
 ID: 57a99948-04d3-4d9c-8207-e7073aad21ba

Assinatura

DocuSigned by:

 7BC06C55E807465...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 45.191.204.32

Registro de hora e data

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:08
 Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:14
 Assinado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:15

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Caroline Carlos
 cc@aqua.capital
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Copiado

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:08
 Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:40

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09 de julho de 2020 | 22:28
 ID: 9fc6b117-6516-4b31-9fdb-a682ee6b8da8

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope

Status

Carimbo de data/hora

Evento	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	12 de fevereiro de 2021 12:08
Entrega certificada	Segurança verificada	12 de fevereiro de 2021 12:14
Assinatura concluída	Segurança verificada	12 de fevereiro de 2021 12:15
Concluído	Segurança verificada	12 de fevereiro de 2021 12:15

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Agro Challenge Participações Ltda. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Agro Challenge Participações Ltda.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: cynthia.bertini@advbertini.com

To advise Agro Challenge Participações Ltda. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Agro Challenge Participações Ltda.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Agro Challenge Participações Ltda.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Agro Challenge Participações Ltda. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Agro Challenge Participações Ltda. during the course of your relationship with Agro Challenge Participações Ltda..

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

GUSTAVO ALBIERI CALDERON, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro agrônomo, portador do RG nº 5.804.957-3 SSP/PR, e inscrito no CPF/ME sob o nº 023.786.029-52, com endereço na Rua Edith Saboia Franco, nº 222, Q10 D07, na Cidade de Londrina, Estado do Paraná. ("**Gustavo**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações ("**Oferta Primária**"); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A ("**XP**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do

Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

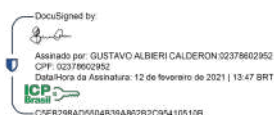
- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Sr. Gustavo, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) as informações prestadas pelo Sr. Gustavo, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021.

GUSTAVO ALBIERI CALDERON



Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 808C735CA2EE42BD912B151102DB1181

Status: Concluído

Assunto: DocuSign: Projeto Falcon_Declaração Art. 56_Gustavo.pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 2

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 5

Rubrica: 0

Marina Godoy

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Cidade Jardim, 803, cjt. 62, sala 13

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

SP, SP 01453-000

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

marina.alves@ruralbrasil.com

Endereço IP: 189.5.152.178

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Marina Godoy

Local: DocuSign

12 de fevereiro de 2021 | 12:08

marina.alves@ruralbrasil.com

Eventos do signatário

Gustavo Albieri Calderon

gustavo.calderon@agro100.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

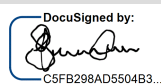
Emissor da assinatura: AC SAFEWEB RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 04 de novembro de 2020 | 16:16

ID: adc71d91-0d89-4b02-8f35-cf7583bbdf74

Assinatura



Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo

Usando endereço IP: 187.95.123.195

Registro de hora e data

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:09

Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 13:43

Assinado: 12 de fevereiro de 2021 | 13:47

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Caroline Carlos

cc@aqua.capital

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Copiado

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:09

Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 14:10

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09 de julho de 2020 | 22:28

ID: 9fc6b117-6516-4b31-9fdb-a682ee6b8da8

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope

Status

Carimbo de data/hora

Envelope enviado

Com hash/criptografado

12 de fevereiro de 2021 | 12:09

Entrega certificada

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 13:43

Assinatura concluída

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 13:47

Concluído

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 13:47

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		
---	--	--

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Agro Challenge Participações Ltda. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Agro Challenge Participações Ltda.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: cynthia.bertini@advbertini.com

To advise Agro Challenge Participações Ltda. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Agro Challenge Participações Ltda.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Agro Challenge Participações Ltda.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Agro Challenge Participações Ltda. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Agro Challenge Participações Ltda. during the course of your relationship with Agro Challenge Participações Ltda..

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

JOÃO FERNANDO GARCIA, brasileiro, casado, técnico agrícola, portador da carteira de identidade nº 3.648.000-9, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 468.702.969-87, residente e domiciliado na cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Montevidéu, nº 707, apto 1101, Edifício Heritage, Gleba Palhano, CEP 86050-020 ("**João Fernando**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações ("**Oferta Primária**"); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A ("**XP**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**") e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**", com esforços de colocação no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do

Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

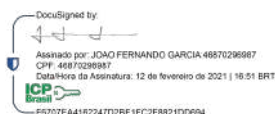
- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Sr. João Fernando, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) as informações prestadas pelo Sr. João Fernando, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021.

JOÃO FERNANDO GARCIA



Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 785E307383E944AF97BCD8EF3A0549F2
 Assunto: DocuSign: Projeto Falcon_Declaração Art. 56_João Fernando.pdf
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 2
 Certificar páginas: 5
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Marina Godoy
 Avenida Cidade Jardim, 803, cjt. 62, sala 13
 SP, SP 01453-000
 marina.alves@ruralbrasil.com
 Endereço IP: 189.5.152.178

Rastreamento de registros

Status: Original
 12 de fevereiro de 2021 | 12:09

Portador: Marina Godoy
 marina.alves@ruralbrasil.com

Local: DocuSign

Eventos do signatário

João Fernando Garcia
 fernandoagro100@yahoo.com.br
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card
 Emissor da assinatura: AC SOLUTI Multipla

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 12 de fevereiro de 2021 | 15:24
 ID: 0f93c162-89e7-4b2b-bf9e-027e9b574741

Assinatura

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo
 Usando endereço IP: 189.35.4.230

Registro de hora e data

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:10
 Reenviado: 12 de fevereiro de 2021 | 16:18
 Reenviado: 12 de fevereiro de 2021 | 16:28
 Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 15:24
 Assinado: 12 de fevereiro de 2021 | 16:51

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Caroline Carlos
 cc@aqua.capital
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Copiado

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:10
 Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 16:57

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09 de julho de 2020 | 22:28
 ID: 9fc6b117-6516-4b31-9fdb-a682ee6b8da8

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope

Status

Carimbo de data/hora

Envelope enviado Com hash/criptografado
 Entrega certificada Segurança verificada
 Assinatura concluída Segurança verificada
 Concluído Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 12:10
 12 de fevereiro de 2021 | 15:24
 12 de fevereiro de 2021 | 16:51
 12 de fevereiro de 2021 | 16:51

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Agro Challenge Participações Ltda. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Agro Challenge Participações Ltda.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: cynthia.bertini@advbertini.com

To advise Agro Challenge Participações Ltda. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Agro Challenge Participações Ltda.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Agro Challenge Participações Ltda.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Agro Challenge Participações Ltda. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Agro Challenge Participações Ltda. during the course of your relationship with Agro Challenge Participações Ltda..

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

JOSÉ MARCOLINI JUNIOR, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da carteira de identidade nº 3.853.908, expedida pela SSP/GO, inscrito no CPF/ME sob o nº 414.914.757-49, residente e domiciliado na cidade de Jataí, Estado de Goiás, na Alameda La Rambla, nº 619, Residencial Barcelona, CEP 75803-354 (**“José”**), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. (**“Companhia”**), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (**“Ações”**), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações (**“Oferta Primária”**); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) (**“Oferta Secundária”**), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. (**“Coordenador Líder”**), do Banco J.P. Morgan S.A. (**“J.P. Morgan”**), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A (**“XP”**), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (**“UBS BB”**) e do Banco ABC Brasil S.A. (**“Banco ABC”**) e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, os **“Coordenadores da Oferta”**), com esforços de colocação no exterior (**“Oferta”**), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (**“CVM”**) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (**“Instrução CVM 400”**), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 (**“Auditoria”**), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* (**“Prospecto Definitivo”**);
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* (**“Prospecto Preliminar”**) e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do

Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

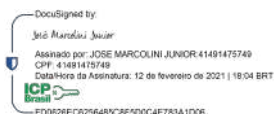
- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Sr. José, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) as informações prestadas pelo Sr. José, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021.

JOSÉ MARCOLINI JUNIOR



Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 66CADC67FC734FF7A14FDEBD043B31FC
 Assunto: DocuSign: Projeto Falcon_Declaração Art. 56_José Marcolini.pdf
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 2
 Certificar páginas: 5
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído
 Remetente do envelope:
 Marina Godoy
 Avenida Cidade Jardim, 803, cpto. 62, sala 13
 SP, SP 01453-000
 marina.alves@ruralbrasil.com
 Endereço IP: 189.5.152.178

Rastreamento de registros

Status: Original
 12 de fevereiro de 2021 | 12:10
 Portador: Marina Godoy
 marina.alves@ruralbrasil.com
 Local: DocuSign

Eventos do signatário

José Marcolini Junior
 jose.marcolini@ruralbrasil.com
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card
 Emissor da assinatura: AC CNDL RFB v3

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 12 de fevereiro de 2021 | 17:40
 ID: f6e22711-9f3d-414e-b887-13f95fd5c04e

Assinatura

DocuSigned by:

 FD0626EC8256485...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 170.238.55.177

Registro de hora e data

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:10
 Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 17:40
 Assinado: 12 de fevereiro de 2021 | 18:04

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Caroline Carlos
 cc@aqua.capital
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Copiado

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:10
 Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 18:08

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09 de julho de 2020 | 22:28
 ID: 9fc6b117-6516-4b31-9fdb-a682ee6b8da8

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope

Status

Carimbo de data/hora

Envelope enviado	Com hash/criptografado	12 de fevereiro de 2021 12:10
Entrega certificada	Segurança verificada	12 de fevereiro de 2021 17:40
Assinatura concluída	Segurança verificada	12 de fevereiro de 2021 18:04
Concluído	Segurança verificada	12 de fevereiro de 2021 18:04

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Agro Challenge Participações Ltda. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Agro Challenge Participações Ltda.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: cynthia.bertini@advbertini.com

To advise Agro Challenge Participações Ltda. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Agro Challenge Participações Ltda.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Agro Challenge Participações Ltda.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Agro Challenge Participações Ltda. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Agro Challenge Participações Ltda. during the course of your relationship with Agro Challenge Participações Ltda..

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

JOSÉ MAURÍCIO MORA PULITI, brasileiro, divorciado, engenheiro elétrico, portador do RG nº 193.88.615-7 SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob o nº 246.535.668-28, com endereço na Rua Nabih Assad Abdalla, nº 412, Apto. 11, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("**José Maurício**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações ("**Oferta Primária**"); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**XP**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**") e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**", com esforços de colocação no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do

Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

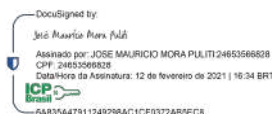
- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Sr. José Maurício, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) as informações prestadas pelo Sr. José Maurício, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021.

JOSÉ MAURÍCIO MORA PULITI



Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 2C54CF1E33C84A4EA0B9731FDB0BD06A
 Assunto: DocuSign: Projeto Falcon_Declaração Art. 56_José Mauricio.pdf
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 2
 Certificar páginas: 5
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído
 Remetente do envelope:
 Marina Godoy
 Avenida Cidade Jardim, 803, cjt. 62, sala 13
 SP, SP 01453-000
 marina.alves@ruralbrasil.com
 Endereço IP: 189.5.152.178

Rastreamento de registros

Status: Original
 12 de fevereiro de 2021 | 12:10
 Portador: Marina Godoy
 marina.alves@ruralbrasil.com
 Local: DocuSign

Eventos do signatário

José Maurício Mora Puliti
 mauricio.puliti@agrogalaxy.com.br
 CFO
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card
 Emissor da assinatura: AC SOLUTI Multipla

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 12 de fevereiro de 2021 | 16:33
 ID: 2766233a-af4f-477a-815e-83d99e0535ec

Assinatura

DocuSigned by:

 6A835A479112492...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 189.110.169.146

Registro de hora e data

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:11
 Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 16:33
 Assinado: 12 de fevereiro de 2021 | 16:34

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Caroline Carlos
 cc@aqua.capital
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Copiado

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:11
 Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 16:41

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09 de julho de 2020 | 22:28
 ID: 9fc6b117-6516-4b31-9fdb-a682ee6b8da8

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope

Status

Carimbo de data/hora

Envelope enviado	Com hash/criptografado	12 de fevereiro de 2021 12:11
Entrega certificada	Segurança verificada	12 de fevereiro de 2021 16:33
Assinatura concluída	Segurança verificada	12 de fevereiro de 2021 16:34

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Concluído	Segurança verificada	12 de fevereiro de 2021 16:34
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Agro Challenge Participações Ltda. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Agro Challenge Participações Ltda.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: cynthia.bertini@advbertini.com

To advise Agro Challenge Participações Ltda. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Agro Challenge Participações Ltda.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Agro Challenge Participações Ltda.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Agro Challenge Participações Ltda. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Agro Challenge Participações Ltda. during the course of your relationship with Agro Challenge Participações Ltda..

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

JOSÉ RICARDO ROMANINI DOMINGOS, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador do RG nº 20.648.484-7 SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob o nº 292.187.778-31, com endereço na Rua Tuim 371, Apto. 131, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("**José Ricardo**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações ("**Oferta Primária**"); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A ("**XP**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**") e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**", com esforços de colocação no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do

Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Sr. José Ricardo, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) as informações prestadas pelo Sr. José Ricardo, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021.

JOSÉ RICARDO ROMANINI DOMINGOS



Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 7840FF935553490C9C39820798F9061D
 Assunto: DocuSign: Projeto Falcon_Declaração Art. 56_José Ricardo.pdf
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 2
 Certificar páginas: 5
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído
 Remetente do envelope:
 Marina Godoy
 Avenida Cidade Jardim, 803, cpto. 62, sala 13
 SP, SP 01453-000
 marina.alves@ruralbrasil.com
 Endereço IP: 189.5.152.178

Rastreamento de registros

Status: Original
 12 de fevereiro de 2021 | 12:23
 Portador: Marina Godoy
 marina.alves@ruralbrasil.com
 Local: DocuSign

Eventos do signatário

José Ricardo Romanini Domingos
 jose.romanini@ruralbrasil.com
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card
 Emissor da assinatura: AC SOLUTI Multipla

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 19 de junho de 2020 | 18:45
 ID: 4918f915-c9d7-42da-8608-0a37640ebbd9

Assinatura

DocuSigned by:

 56492E3CAA464E1...
 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 187.54.192.115

Registro de hora e data

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:24
 Reenviado: 12 de fevereiro de 2021 | 16:41
 Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 16:42
 Assinado: 12 de fevereiro de 2021 | 16:43

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Caroline Carlos
 cc@aquacapital.com
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Copiado

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:24
 Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 16:47

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09 de julho de 2020 | 22:28
 ID: 9fc6b117-6516-4b31-9fdb-a682ee6b8da8

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope

Status

Carimbo de data/hora

Envelope enviado	Com hash/criptografado	12 de fevereiro de 2021 12:24
Entrega certificada	Segurança verificada	12 de fevereiro de 2021 16:42
Assinatura concluída	Segurança verificada	12 de fevereiro de 2021 16:43
Concluído	Segurança verificada	12 de fevereiro de 2021 16:43

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		
---	--	--

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Agro Challenge Participações Ltda. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Agro Challenge Participações Ltda.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: cynthia.bertini@advbertini.com

To advise Agro Challenge Participações Ltda. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Agro Challenge Participações Ltda.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Agro Challenge Participações Ltda.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Agro Challenge Participações Ltda. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Agro Challenge Participações Ltda. during the course of your relationship with Agro Challenge Participações Ltda..

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

MARCO ANTONIO ALMEIDA TEIXEIRA, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador do RG nº 4690579 SESP/MG, e inscrito no CPF/ME sob o nº 778.469.906-91, com endereço na Rua Caconde, 426, apto 112, Jardim Paulista, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("**Marco Antonio**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações ("**Oferta Primária**"); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A ("**XP**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do

Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Sr. Marco Antonio, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) as informações prestadas pelo Sr. Marco Antonio, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021.

MARCO ANTONIO ALMEIDA TEIXEIRA



Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 465F47F3CE8144D08C29EAE6E3AAA179
 Assunto: DocuSign: Projeto Falcon_Declaração Art. 56_Marco Antonio.pdf
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 2
 Certificar páginas: 5
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Marina Godoy
 Avenida Cidade Jardim, 803, cjt. 62, sala 13
 SP, SP 01453-000
 marina.alves@ruralbrasil.com
 Endereço IP: 189.5.152.178

Rastreamento de registros

Status: Original
 12 de fevereiro de 2021 | 12:11

Portador: Marina Godoy
 marina.alves@ruralbrasil.com

Local: DocuSign

Eventos do signatário

Marco Antônio Almeida Teixeira
 daniela.abreu@ruralbrasil.com
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card
 Emissor da assinatura: AC SOLUTI Multipla

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 15 de fevereiro de 2021 | 16:50
 ID: 5548bcd2-4d3b-4cf1-9f3e-7d25b03841c5

Assinatura

DocuSigned by:

 3B45D604652041E...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 177.86.12.252

Registro de hora e data

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:15
 Reenviado: 15 de fevereiro de 2021 | 16:09
 Reenviado: 15 de fevereiro de 2021 | 16:48
 Reenviado: 15 de fevereiro de 2021 | 16:48
 Visualizado: 15 de fevereiro de 2021 | 16:50
 Assinado: 15 de fevereiro de 2021 | 16:51

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Alessandra Caetano
 alessandra.caetano@ruralbrasil.com
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Copiado

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 16:32
 Visualizado: 15 de fevereiro de 2021 | 14:53

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 10 de fevereiro de 2021 | 13:50
 ID: b366a74c-9d61-46b5-8924-bf4426ef2398

Caroline Carlos
 cc@aqua.capital

Copiado

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:15
 Visualizado: 15 de fevereiro de 2021 | 17:04

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09 de julho de 2020 | 22:28
 ID: 9fc6b117-6516-4b31-9fdb-a682ee6b8da8

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Victor Itikawa Gimenes victor.gimenes@ruralbrasil.com Controller Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 15 de fevereiro de 2021 16:09 Visualizado: 15 de fevereiro de 2021 16:10
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:		
Aceito: 19 de junho de 2020 16:50 ID: 9102dd8a-cf7a-4c71-81e4-ced9ae285c12		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	12 de fevereiro de 2021 12:15
Entrega certificada	Segurança verificada	15 de fevereiro de 2021 16:50
Assinatura concluída	Segurança verificada	15 de fevereiro de 2021 16:51
Concluído	Segurança verificada	15 de fevereiro de 2021 16:51

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico
--

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Agro Challenge Participações Ltda. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Agro Challenge Participações Ltda.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: cynthia.bertini@advbertini.com

To advise Agro Challenge Participações Ltda. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Agro Challenge Participações Ltda.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Agro Challenge Participações Ltda.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Agro Challenge Participações Ltda. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Agro Challenge Participações Ltda. during the course of your relationship with Agro Challenge Participações Ltda..

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

MONTE CRISTO PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 27.500.907/0001-76, com sede na cidade de Conceição da Aparecida, Estado de Minas Gerais, na Travessa Diomar Cândido de Carvalho, nº 04, sala 01, Centro, CEP 37148-000 ("**Monte Cristo**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações ("**Oferta Primária**"); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**XP**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**") e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**", com esforços de colocação no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do

Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Monte Cristo, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) as informações prestadas pelo Monte Cristo, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021.

MONTE CRISTO PARTICIPAÇÕES LTDA.



Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 3225030C9F5849B1AD418B4D5F594FB8	Status: Concluído
Assunto: DocuSign: Projeto Falcon_Declaração Art. 56_Monte Cristo.pdf	
Envelope fonte:	
Documentar páginas: 2	Assinaturas: 1
Certificar páginas: 5	Rubrica: 0
Assinatura guiada: Ativado	Remetente do envelope:
Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado	Marina Godoy
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília	Avenida Cidade Jardim, 803, cpto. 62, sala 13
	SP, SP 01453-000
	marina.alves@ruralbrasil.com
	Endereço IP: 189.5.152.178

Rastreamento de registros

Status: Original	Portador: Marina Godoy	Local: DocuSign
12 de fevereiro de 2021 12:15	marina.alves@ruralbrasil.com	

Eventos do signatário

Cesar Donizeti Coelho
 adriano@compsys.com.br
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card
 Emissor da assinatura: AC VALID RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 12 de fevereiro de 2021 | 14:22
 ID: 4a923908-7a8b-4142-98e3-6fff815189ae

Assinatura

DocuSigned by:

 23C74A5893CB425...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 186.193.132.32

Registro de hora e data

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:16
 Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 14:22
 Assinado: 12 de fevereiro de 2021 | 14:23

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Caroline Carlos
 cc@aqua.capital
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Copiado

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:16
 Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 15:14

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09 de julho de 2020 | 22:28
 ID: 9fc6b117-6516-4b31-9fdb-a682ee6b8da8

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope

Status

Carimbo de data/hora

Envelope enviado	Com hash/criptografado	12 de fevereiro de 2021 12:16
Entrega certificada	Segurança verificada	12 de fevereiro de 2021 14:22
Assinatura concluída	Segurança verificada	12 de fevereiro de 2021 14:23
Concluído	Segurança verificada	12 de fevereiro de 2021 14:23

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Agro Challenge Participações Ltda. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Agro Challenge Participações Ltda.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: cynthia.bertini@advbertini.com

To advise Agro Challenge Participações Ltda. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Agro Challenge Participações Ltda.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Agro Challenge Participações Ltda.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Agro Challenge Participações Ltda. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Agro Challenge Participações Ltda. during the course of your relationship with Agro Challenge Participações Ltda..

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

RAFAEL DIAS DE SOUZA, brasileiro, casado, comerciante, portador do RG nº MG-14.589.710 SSP/MG, e inscrita no CPF/ME sob o nº 095.209.416-90, residente e domiciliado na Rua Joaquim Bernardes da Silva, nº 420, Jardim Aeroporto, na cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais (“**Rafael**”), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. (“**Companhia**”), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“**Ações**”), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações (“**Oferta Primária**”); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) (“**Oferta Secundária**”), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. (“**Coordenador Líder**”), do Banco J.P. Morgan S.A. (“**J.P. Morgan**”), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A (“**XP**”), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“**UBS BB**”) e do Banco ABC Brasil S.A. (“**Banco ABC**” e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, os “**Coordenadores da Oferta**”), com esforços de colocação no exterior (“**Oferta**”), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“**Instrução CVM 400**”), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 (“**Auditoria**”), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* (“**Prospecto Definitivo**”);
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* (“**Prospecto Preliminar**”) e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do

Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Sr. Rafael, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) as informações prestadas pelo Sr. Rafael, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021.

RAFAEL DIAS DE SOUZA



Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: AA6C82802B6D4592A54BCD784A172D60

Status: Concluído

Assunto: DocuSign: Projeto Falcon_Declaração Art. 56_Rafael.pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 2

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 5

Rubrica: 0

Marina Godoy

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Cidade Jardim, 803, cpto. 62, sala 13

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

SP, SP 01453-000

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

marina.alves@ruralbrasil.com

Endereço IP: 189.5.152.178

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Marina Godoy

Local: DocuSign

12 de fevereiro de 2021 | 12:16

marina.alves@ruralbrasil.com

Eventos do signatário

Rafael Dias de Souza

adriano@compsys.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC VALID RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 12 de fevereiro de 2021 | 14:21

ID: ed947037-00c8-45a4-96d8-54c4e18d3574

Assinatura

DocuSigned by:

Rafael Dias de Souza

23C74A5893CB425...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 186.193.132.32

Registro de hora e data

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:17

Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 14:21

Assinado: 12 de fevereiro de 2021 | 14:22

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Caroline Carlos

cc@aqua.capital

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09 de julho de 2020 | 22:28

ID: 9fc6b117-6516-4b31-9fdb-a682ee6b8da8

Copiado

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:17

Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 15:15

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope

Status

Carimbo de data/hora

Envelope enviado

Com hash/criptografado

12 de fevereiro de 2021 | 12:17

Entrega certificada

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 14:21

Assinatura concluída

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 14:22

Concluído

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 14:22

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		
---	--	--

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Agro Challenge Participações Ltda. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Agro Challenge Participações Ltda.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: cynthia.bertini@advbertini.com

To advise Agro Challenge Participações Ltda. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Agro Challenge Participações Ltda.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Agro Challenge Participações Ltda.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Agro Challenge Participações Ltda. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Agro Challenge Participações Ltda. during the course of your relationship with Agro Challenge Participações Ltda..

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

RODRIGO DE ARAÚJO RODRIGUES, brasileiro, separado, engenheiro agrônomo, portador do RG nº 18.659.301-6 SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob o nº 186.400.678-13, com endereço na Rua Iaia, nº 104, apto 63, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("**Rodrigo**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações ("**Oferta Primária**"); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A ("**XP**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**") e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**", com esforços de colocação no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do

Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Sr. Rodrigo, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) as informações prestadas pelo Sr. Rodrigo, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021.

RODRIGO DE ARAÚJO RODRIGUES



Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 2DA576D3A494403BB68A586FE80413F4

Status: Concluído

Assunto: DocuSign: Projeto Falcon_Declaração Art. 56_Rodrigo.pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 2

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 5

Rubrica: 0

Marina Godoy

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Cidade Jardim, 803, cjt. 62, sala 13

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

SP, SP 01453-000

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

marina.alves@ruralbrasil.com

Endereço IP: 189.5.152.178

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Marina Godoy

Local: DocuSign

12 de fevereiro de 2021 | 12:17

marina.alves@ruralbrasil.com

Eventos do signatário

Rodrigo de Araujo Rodrigues

rodrigo.rodrigues@sementescampea.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SOLUTI Multipla

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 16 de fevereiro de 2021 | 21:19

ID: ec3b317a-5484-43ef-932e-2c9c29589569

Assinatura

DocuSigned by:

Rodrigo de Araujo Rodrigues

EE68F51493554EB...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 189.110.169.146

Registro de hora e data

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:18

Visualizado: 16 de fevereiro de 2021 | 21:19

Assinado: 16 de fevereiro de 2021 | 21:20

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Caroline Carlos

cc@aqua.capital

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09 de julho de 2020 | 22:28

ID: 9fc6b117-6516-4b31-9fdb-a682ee6b8da8

Copiado

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:18

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope

Status

Carimbo de data/hora

Envelope enviado

Com hash/criptografado

12 de fevereiro de 2021 | 12:18

Entrega certificada

Segurança verificada

16 de fevereiro de 2021 | 21:19

Assinatura concluída

Segurança verificada

16 de fevereiro de 2021 | 21:20

Concluído

Segurança verificada

16 de fevereiro de 2021 | 21:20

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Agro Challenge Participações Ltda. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Agro Challenge Participações Ltda.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: cynthia.bertini@advbertini.com

To advise Agro Challenge Participações Ltda. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Agro Challenge Participações Ltda.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Agro Challenge Participações Ltda.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Agro Challenge Participações Ltda. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Agro Challenge Participações Ltda. during the course of your relationship with Agro Challenge Participações Ltda..

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

ROGER ALBERTO BOLSONI, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da carteira de identidade RG nº 4.022.585-4, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 539.294.899-53, residente e domiciliado na cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Montevideu, nº 707, apto 101, Edifício Heritage, Gleba Palhano, CEP 86050-020 ("**Roger**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações ("**Oferta Primária**"); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A ("**XP**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**") e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**", com esforços de colocação no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do

Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

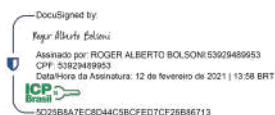
- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Sr. Roger, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) as informações prestadas pelo Sr. Roger, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021.

ROGER ALBERTO BOLSONI



Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 70C4CDD0DE324C7C9FD9784399D931DA

Status: Concluído

Assunto: DocuSign: Projeto Falcon_Declaração Art. 56_Roger.pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 2

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 5

Rubrica: 0

Marina Godoy

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Cidade Jardim, 803, cpto. 62, sala 13

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

SP, SP 01453-000

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

marina.alves@ruralbrasil.com

Endereço IP: 189.5.152.178

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Marina Godoy

Local: DocuSign

12 de fevereiro de 2021 | 12:18

marina.alves@ruralbrasil.com

Eventos do signatário

Roger Alberto Bolsoni

sandrasantos@vertexcon.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SOLUTI Multipla

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 12 de fevereiro de 2021 | 13:57

ID: d8e4ae5c-01fc-44ce-997e-46d61bc9d5f9

Assinatura

DocuSigned by:

5D25B8A7EC8D44C...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 187.18.96.89

Registro de hora e data

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:19

Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 13:57

Assinado: 12 de fevereiro de 2021 | 13:58

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Caroline Carlos

cc@aqua.capital

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Copiado

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:19

Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 14:11

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09 de julho de 2020 | 22:28

ID: 9fc6b117-6516-4b31-9fdb-a682ee6b8da8

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope

Status

Carimbo de data/hora

Envelope enviado

Com hash/criptografado

12 de fevereiro de 2021 | 12:19

Entrega certificada

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 13:57

Assinatura concluída

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 13:58

Concluído

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 13:58

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		
---	--	--

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Agro Challenge Participações Ltda. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Agro Challenge Participações Ltda.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: cynthia.bertini@advbertini.com

To advise Agro Challenge Participações Ltda. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Agro Challenge Participações Ltda.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Agro Challenge Participações Ltda.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Agro Challenge Participações Ltda. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Agro Challenge Participações Ltda. during the course of your relationship with Agro Challenge Participações Ltda..

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

ROGÉRIO EZEQUIEL FERRARI, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade nº 19.623.664-2, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 120.221.478-98, residente e domiciliado na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo, na Rua Hideshi Yoneda, n.º 38, Vila Joaquim Paulino, CEP 18900-000 ("**Rogério**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações ("**Oferta Primária**"); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A ("**XP**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do

Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

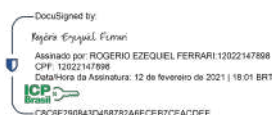
- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Sr. Rogério, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) as informações prestadas pelo Sr. Rogério, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021.

ROGÉRIO EZEQUIEL FERRARI



Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 31B88EF47F8E4571B516160DC47131F8

Status: Concluído

Assunto: DocuSign: Projeto Falcon_Declaração Art. 56_Rogério.pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 2

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 5

Rubrica: 0

Marina Godoy

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Cidade Jardim, 803, cjt. 62, sala 13

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

SP, SP 01453-000

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

marina.alves@ruralbrasil.com

Endereço IP: 189.5.152.178

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Marina Godoy

Local: DocuSign

12 de fevereiro de 2021 | 12:19

marina.alves@ruralbrasil.com

Eventos do signatário

Rogério Ezequiel Ferrari

renata.ferrari@romalure.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

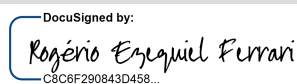
Emissor da assinatura: AC CONSULTI BRASIL RFB

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 12 de fevereiro de 2021 | 16:50

ID: 798193e4-43f8-4f9a-8df1-f8f5adf81fbd

Assinatura

DocuSigned by:

 C8C6F290843D458...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 200.152.78.20

Registro de hora e data

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:19

Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 16:50

Assinado: 12 de fevereiro de 2021 | 18:01

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Caroline Carlos

cc@aqua.capital

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09 de julho de 2020 | 22:28

ID: 9fc6b117-6516-4b31-9fdb-a682ee6b8da8

Copiado

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:19

Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 18:12

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope

Status

Carimbo de data/hora

Envelope enviado

Com hash/criptografado

12 de fevereiro de 2021 | 12:19

Entrega certificada

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 16:50

Assinatura concluída

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 18:01

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Concluído	Segurança verificada	12 de fevereiro de 2021 18:01
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Agro Challenge Participações Ltda. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Agro Challenge Participações Ltda.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: cynthia.bertini@advbertini.com

To advise Agro Challenge Participações Ltda. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Agro Challenge Participações Ltda.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Agro Challenge Participações Ltda.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Agro Challenge Participações Ltda. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Agro Challenge Participações Ltda. during the course of your relationship with Agro Challenge Participações Ltda..

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

STELSON GERALDO COUTO, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da carteira de identidade nº M-4547787, expedida pela SSP/MT, inscrito no CPF/ME sob o nº 697.862.756-91, residente e domiciliado na cidade de Mineiros, Estado de Goiás, na Travessa Irma Georgia, s/n, Quadra 03, Lote 02, Setor Nossa Senhora de Fátima, CEP 75830-000 ("**Stelson**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações ("**Oferta Primária**"); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A ("**XP**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**") e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**", com esforços de colocação no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do

Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Sr. Stelson, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) as informações prestadas pelo Sr. Stelson, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021.

STELSON GERALDO COUTO



Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: D95FC52C594A4872AB2CA6B8452286CD

Status: Concluído

Assunto: DocuSign: Projeto Falcon_Declaração Art. 56_Stelson.pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 2

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 5

Rubrica: 0

Marina Godoy

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Cidade Jardim, 803, cjt. 62, sala 13

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

SP, SP 01453-000

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

marina.alves@ruralbrasil.com

Endereço IP: 189.5.152.178

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Marina Godoy

Local: DocuSign

12 de fevereiro de 2021 | 12:20

marina.alves@ruralbrasil.com

Eventos do signatário

Stelson Geraldo Couto

stelson.couto@ruralbrasil.com

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SOLUTI Multipla v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 12 de fevereiro de 2021 | 16:42

ID: 02bccbc8-dbc2-4ae1-aa83-b5c396ffdd69

Assinatura

DocuSigned by:
Stelson Geraldo Couto
3A84E48059B04FD...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 177.128.136.194

Registro de hora e data

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:20

Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 16:42

Assinado: 12 de fevereiro de 2021 | 17:47

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Caroline Carlos

cc@aqua.capital

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09 de julho de 2020 | 22:28

ID: 9fc6b117-6516-4b31-9fdb-a682ee6b8da8

Copiado

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:20

Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 18:19

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope

Status

Carimbo de data/hora

Envelope enviado

Com hash/criptografado

12 de fevereiro de 2021 | 12:20

Entrega certificada

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 16:42

Assinatura concluída

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 17:47

Concluído

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 17:47

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		
---	--	--

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Agro Challenge Participações Ltda. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Agro Challenge Participações Ltda.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: cynthia.bertini@advbertini.com

To advise Agro Challenge Participações Ltda. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Agro Challenge Participações Ltda.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Agro Challenge Participações Ltda.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Agro Challenge Participações Ltda. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Agro Challenge Participações Ltda. during the course of your relationship with Agro Challenge Participações Ltda..

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

VALÉRIA SIQUEIRA GONÇALVES, brasileira, solteira, engenheira agrônoma, portadora da carteira de identidade nº 1.855.151-3, expedida pela SSP/MT, inscrita no CPF/ME sob o nº 864.108.901-25, residente e domiciliada na cidade de Canarana, Estado do Mato Grosso, na Rua Tenente Portela, nº 1.808, Sete de Setembro, CEP 78640-000 ("**Valéria**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações ("**Oferta Primária**"); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A ("**XP**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**") e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**", com esforços de colocação no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do

Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

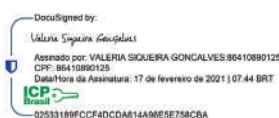
- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

A Sra. Valéria, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) as informações prestadas pela Sra. Valéria, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021.

VALÉRIA SIQUEIRA GONÇALVES



Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: B0FC215FC27F4EB899C9348F96705E26

Status: Concluído

Assunto: DocuSign: Projeto Falcon_Declaração Art. 56_Valéria.pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 2

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 5

Rubrica: 0

Marina Godoy

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Cidade Jardim, 803, cjto. 62, sala 13

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

SP, SP 01453-000

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

marina.alves@ruralbrasil.com

Endereço IP: 189.63.58.117

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Marina Godoy

Local: DocuSign

16 de fevereiro de 2021 | 23:11

marina.alves@ruralbrasil.com

Eventos do signatário

Valeria Siqueira Gonçalves
anatateli.fazendas@gmail.com

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SOLUTI Multipla

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 17 de fevereiro de 2021 | 07:43

ID: 1d178af9-7409-41a4-a468-fd1a48e610d1

Assinatura

DocuSigned by:
Valeria Siqueira Gonçalves
02533189FCCF4DC...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 45.236.213.2

Registro de hora e data

Enviado: 16 de fevereiro de 2021 | 23:13

Visualizado: 17 de fevereiro de 2021 | 07:43

Assinado: 17 de fevereiro de 2021 | 07:44

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Caroline Carlos
cc@aqua.capital

Copiado

Enviado: 16 de fevereiro de 2021 | 23:13

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09 de julho de 2020 | 22:28

ID: 9fc6b117-6516-4b31-9fdb-a682ee6b8da8

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope

Status

Carimbo de data/hora

Envelope enviado

Com hash/criptografado

16 de fevereiro de 2021 | 23:13

Entrega certificada

Segurança verificada

17 de fevereiro de 2021 | 07:43

Assinatura concluída

Segurança verificada

17 de fevereiro de 2021 | 07:44

Concluído

Segurança verificada

17 de fevereiro de 2021 | 07:44

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		
---	--	--

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Agro Challenge Participações Ltda. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Agro Challenge Participações Ltda.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: cynthia.bertini@advbertini.com

To advise Agro Challenge Participações Ltda. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Agro Challenge Participações Ltda.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Agro Challenge Participações Ltda.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Agro Challenge Participações Ltda. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Agro Challenge Participações Ltda. during the course of your relationship with Agro Challenge Participações Ltda..

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

WALTER BUSSADORI JUNIOR, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da carteira de identidade nº 1.433.401-7, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 327.127.319-72, residente e domiciliado na cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Takabumi Murata, casa 35, Condomínio Pitanguá, Gleba Palhano, CEP 86055-580 (“**Walter**”), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. (“**Companhia**”), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“**Ações**”), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações (“**Oferta Primária**”); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) (“**Oferta Secundária**”), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. (“**Coordenador Líder**”), do Banco J.P. Morgan S.A. (“**J.P. Morgan**”), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A (“**XP**”), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“**UBS BB**”) e do Banco ABC Brasil S.A. (“**Banco ABC**” e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, os “**Coordenadores da Oferta**”), com esforços de colocação no exterior (“**Oferta**”), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“**Instrução CVM 400**”), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 (“**Auditoria**”), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* (“**Prospecto Definitivo**”);
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* (“**Prospecto Preliminar**”) e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do

Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

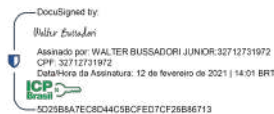
- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Sr. Walter, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) as informações prestadas pelo Sr. Walter, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021.

WALTER BUSSADORI JUNIOR



Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 3D46EB7BB19141FC918954C0E24577DF

Status: Concluído

Assunto: DocuSign: Projeto Falcon_Declaração Art. 56_Walter.pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 2

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 5

Rubrica: 0

Marina Godoy

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Cidade Jardim, 803, cpto. 62, sala 13

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

SP, SP 01453-000

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

marina.alves@ruralbrasil.com

Endereço IP: 189.5.152.178

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Marina Godoy

Local: DocuSign

12 de fevereiro de 2021 | 12:21

marina.alves@ruralbrasil.com

Eventos do signatário

Walter Bussadori

sandrasantos@vertexcon.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SOLUTI Multipla

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 12 de fevereiro de 2021 | 13:59

ID: d51baecb-22b3-45e6-bab8-47339fd9811e

Assinatura

DocuSigned by:
Walter Bussadori
5D25B8A7EC8D44C...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 187.18.96.89

Registro de hora e data

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:22

Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 13:59

Assinado: 12 de fevereiro de 2021 | 14:01

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Caroline Carlos

cc@aqua.capital

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09 de julho de 2020 | 22:28

ID: 9fc6b117-6516-4b31-9fdb-a682ee6b8da8

Copiado

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:22

Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 14:08

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope

Status

Carimbo de data/hora

Envelope enviado

Com hash/criptografado

12 de fevereiro de 2021 | 12:22

Entrega certificada

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 13:59

Assinatura concluída

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 14:01

Concluído

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 14:01

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		
---	--	--

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Agro Challenge Participações Ltda. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Agro Challenge Participações Ltda.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: cynthia.bertini@advbertini.com

To advise Agro Challenge Participações Ltda. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Agro Challenge Participações Ltda.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Agro Challenge Participações Ltda.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Agro Challenge Participações Ltda. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Agro Challenge Participações Ltda. during the course of your relationship with Agro Challenge Participações Ltda..

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

WELLES CLOVIS PASCOAL, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador do RG nº M.1.160.572 -SSP-MG, e inscrito no CPF/ME sob o nº 263.295.496-72, com endereço na Rua Bento Branco de Andrade Filho, 495 – Apartamento 11 – Torre 2, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“**Welles**”), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. (“**Companhia**”), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“**Ações**”), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações (“**Oferta Primária**”); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) (“**Oferta Secundária**”), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. (“**Coordenador Líder**”), do Banco J.P. Morgan S.A. (“**J.P. Morgan**”), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A (“**XP**”), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“**UBS BB**”) e do Banco ABC Brasil S.A. (“**Banco ABC**” e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, os “**Coordenadores da Oferta**”), com esforços de colocação no exterior (“**Oferta**”), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“**Instrução CVM 400**”), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 (“**Auditoria**”), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* (“**Prospecto Definitivo**”);
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* (“**Prospecto Preliminar**”) e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do

Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

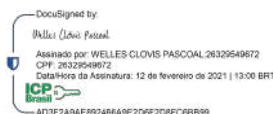
- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Sr. Welles, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) as informações prestadas pelo Sr. Welles, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021.

WELLES CLOVIS PASCOAL



Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 04C53241C1374C4691278156B425C5BA

Status: Concluído

Assunto: DocuSign: Projeto Falcon_Declaração Art. 56_Welles.pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 2

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 5

Rubrica: 0

Marina Godoy

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Cidade Jardim, 803, cjt. 62, sala 13

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

SP, SP 01453-000

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

marina.alves@ruralbrasil.com

Endereço IP: 189.5.152.178

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Marina Godoy

Local: DocuSign

12 de fevereiro de 2021 | 12:22

marina.alves@ruralbrasil.com

Eventos do signatário

Welles Clóvis Pascoal

welles.pascoal@agrogalaxy.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC VALID RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 12 de fevereiro de 2021 | 12:59

ID: 0f52993c-9f85-43c6-b6de-7f30c230cb26

Assinatura

DocuSigned by:

AD3F2A9AE892466...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 170.83.112.57

Registro de hora e data

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:23

Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:46

Assinado: 12 de fevereiro de 2021 | 13:00

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Caroline Carlos

cc@aqua.capital

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09 de julho de 2020 | 22:28

ID: 9fc6b117-6516-4b31-9fdb-a682ee6b8da8

Copiado

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 | 12:23

Visualizado: 12 de fevereiro de 2021 | 13:06

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope

Status

Carimbo de data/hora

Envelope enviado

Com hash/criptografado

12 de fevereiro de 2021 | 12:23

Entrega certificada

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 12:46

Assinatura concluída

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 13:00

Concluído

Segurança verificada

12 de fevereiro de 2021 | 13:00

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		
---	--	--

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Agro Challenge Participações Ltda. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Agro Challenge Participações Ltda.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: cynthia.bertini@advbertini.com

To advise Agro Challenge Participações Ltda. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Agro Challenge Participações Ltda.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Agro Challenge Participações Ltda.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to cynthia.bertini@advbertini.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Agro Challenge Participações Ltda. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Agro Challenge Participações Ltda. during the course of your relationship with Agro Challenge Participações Ltda..

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

GALAXY AGRIBUSINESS LP, pessoa jurídica constituída de acordo com as leis da Província de Ontário, Canadá, inscrita perante o CNPJ/ME sob o nº 25.262.307/0001-91, com sede na cidade de Toronto, Província de Ontário, em 199 Bay Street, suite 5300, Caixa Postal M5L 1B9 ("**Galaxy**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações ("**Oferta Primária**"); e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo) ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A ("**XP**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Banco ABC Brasil S.A. ("**Banco ABC**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, a XP e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.* ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as

informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Galaxy, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas pela Companhia e pelo Galaxy, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (v) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas sem limitação, a Instrução CVM 400.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2021.

GALAXY AGRIBUSINESS LP



Por: Agribusiness Latin America
Management LLC
Nome: Pedro Maggi
Cargo: Diretor

**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM
400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares, CEP 04538-132, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 17.298.092/0001-30, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“**Coordenador Líder**”), vem, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão do AgroGalaxy Participações S.A. (“**Companhia**”), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“**Ações**”), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia (“**Oferta Primária**”) e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores indicados no Prospecto Definitivo (“**Acionistas Vendedores**” e “**Oferta Secundária**”, respectivamente), em ambos os casos, a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Coordenador Líder, do Banco J.P. Morgan S.A., da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. e do Banco ABC Brasil S.A., com esforços de colocação das Ações no exterior (“**Oferta**”), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“**Instrução CVM 400**”), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em novembro de 2020, a qual prosseguirá até a divulgação do “*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.*” (“**Prospecto Definitivo**”);
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes, quais sejam Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao “*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do AgroGalaxy Participações S.A.*” (“**Prospecto Preliminar**”) e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, dentre eles a emissão de carta conforto para os Coordenadores da Oferta de modo a verificar a consistência de determinadas informações contábeis e financeiras, incluídas ou incorporadas por referência aos Prospectos, com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, e com informações intermediárias consolidadas da Companhia referente ao período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020;
- (D) foram disponibilizados, pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;

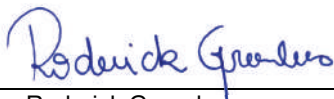
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

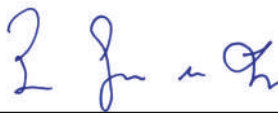
- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, incluindo aquelas relacionadas às suas atividades e à sua situação econômico-financeira, dos riscos que possam afetar a Companhia e a Oferta e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2021.

BANCO ITAÚ BBA S.A.



Nome: Roderick Greenlees
Cargo: Managing Director



Nome: Pedro Garcia
Cargo: Managing Director

**INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS DA COMPANHIA EM 30 DE SETEMBRO DE
2020**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Agro Trends Participações S.A.
Informações Trimestrais (ITR) em
30 de setembro de 2020
e relatório sobre a revisão de
informações trimestrais



Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Agro Trends Participações S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Agro Trends Participações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações intermediárias do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findo nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

2



Agro Trends Participações S.A.

Ênfase

Alteração da razão social da Companhia

Chamamos a atenção para a Nota 35 às informações contábeis intermediárias, que descreve que, em 31 de outubro de 2020, a Companhia teve a sua razão social alterada para AgroGalaxy Participações S.A. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Goiânia, 31 de dezembro de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luis Fernando de Souza Maranhã
Contador CRC 1SP201527/O-5

Índice

Balanço patrimonial	2
Demonstração intermediária do resultado	3
Demonstração intermediária do resultado abrangente	4
Demonstração intermediária das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração intermediária dos fluxos de caixa	6
Demonstração do intermediária valor adicionado	7
Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias	
1. Informações gerais	8
2. Base de preparação e apresentação	9
3. Consolidação	11
4. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos	11
5. Gestão de risco financeiro	11
6. Caixa e equivalentes de Caixa e aplicações financeiras	19
7. Contas a receber de clientes (Consolidado)	19
8. Estoques (Consolidado)	21
9. Impostos a recuperar (Consolidado)	21
10. Outros créditos	21
11. Investimentos	22
12. Imobilizado (Consolidado)	24
13. Intangível (Consolidado)	25
14. Direito de uso (Consolidado)	27
15. Fornecedores (Consolidado)	27
16. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)	28
17. Passivo de arrendamento (Consolidado)	28
18. Obrigações por cessão de crédito (Consolidado)	31
19. Impostos e contribuições a recolher (Consolidado)	33
20. Outras contas a pagar	33
21. Provisão para contingências (Consolidado)	33
22. Patrimônio líquido	34
23. Partes relacionadas	35
24. Receitas (Consolidado)	37
25. Custos das mercadorias vendidas (Consolidado)	38
26. Despesas gerais e administrativas por natureza (Consolidado)	38
27. Despesas com vendas, por natureza (Consolidado)	39
28. Outras receitas (despesas) por natureza, líquidas (Consolidado)	39
29. Resultado financeiro	40
30. Imposto de renda e contribuição social	40
31. Informações por segmento (Consolidado)	41
32. Instrumentos financeiros (consolidado)	43
33. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa (Consolidado)	48
34. Cobertura de seguros (Consolidado)	49
35. Eventos subsequentes	49

Agro Trends Participações S.A.

Balanco patrimonial Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019			30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	6	98	287	60.512	118.918	Fornecedores	15	20	442.720	631.555	
Aplicações financeiras	6		27.720	6.009	6.009	Empréstimos e financiamentos	16		326.506	205.430	
Contas a receber de clientes	7		582.548	747.735	747.735	Passivo de arrendamento	17		3.672	3.465	
Estoques	8		347.202	243.552	243.552	Obrigações por cessão de crédito	18		160.819	189.406	
Impostos a recuperar	9	54	53	8.106	10.788	Obrigações sociais e trabalhistas	18		16.352	13.345	
Instrumentos financeiros derivativos	31		8.721	1.085	1.085	Impostos e contribuições a recolher	19	7	3.409	13.206	
Outros créditos	10	1.807	2.396	86.503	27.877	Obrigações por aquisição de investimento	13.1		4.999	8.820	
						Outras contas a pagar	20	1.494	107.609	15.775	
Total do ativo circulante		1.960	2.736	1.121.312	1.155.964	Total do passivo circulante		1.520	1.066.086	1.081.002	
Não circulante											
Realizável a longo prazo						Não circulante					
Contas a receber de clientes	7		60.110	74.540	74.540	Empréstimos e financiamentos	16		47.528	58.407	
Títulos e valores mobiliários	18.1		40.500	40.280	40.280	Passivo de arrendamento	17		7.809	6.655	
diferidos	30		13.657	7.635	7.635	Impostos e contribuições a recolher	19		2.706	2.167	
						Obrigações por aquisição de investimento	13.1			3.000	
Total do passivo não circulante			114.267	122.455	122.455	Total do passivo não circulante			58.042	70.229	
Investimentos	11	185.333	190.817	28	28	Total do passivo		1.520	1.124.128	1.151.231	
Imobilizado	12		27.029	26.947	26.947						
Intangível	13		102.487	98.687	98.687	Patrimônio líquido					
Direito de Uso	14		11.546	10.120	10.120	Capital social	22	134.303	134.303	134.303	
Total do ativo não circulante		185.333	190.817	255.357	258.237	Reservas de capital		53.651	53.651	53.651	
						Ajustes de avaliação patrimonial		(16.794)	(16.794)	(16.794)	
						Ações em tesouraria na controlada		(277)	(277)	(277)	
						Reserva de lucros		12.188	12.188	12.188	
						Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		185.774	185.774	185.774	
						Patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores			66.767	70.911	
Total do ativo		187.293	193.553	1.376.669	1.414.201	Total do patrimônio líquido		185.774	192.059	252.541	
						Total do passivo e do patrimônio líquido		187.293	193.553	1.376.669	

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Agro Trends Participações S.A.

Demonstração intermediária do resultado

Períodos findos em 30 de setembro

Em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma

Notas	Controladora				Consolidado			
	2020		2019		2020		2019	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Receitas	24				459.676	982.160	242.681	725.561
Custo das mercadorias vendidas	25				(408.759)	(883.171)	(213.538)	(659.812)
Lucro bruto					50.916	98.989	29.143	65.749
Despesas gerais e administrativas	26	(216)	(245)	(1)	(13)	(13.943)	(40.807)	(13.898)
Despesas com vendas	27					(16.288)	(39.670)	(12.708)
Despesas com contingências							(69)	(1.250)
Outras (despesas) e receitas, líquidas	28			4.606	4.606	(24)	136	4.738
Resultado de equivalência patrimonial		(2.958)	(7.636)	(2.039)	(11.717)			
(Prejuízo) lucro antes do resultado financeiro		(3.174)	(7.880)	2.566	(7.124)	20.662	18.648	7.205
Resultado Financeiro		(1.112)	(1.108)	3	(1.145)	(13.141)	(23.315)	(7.016)
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(4.286)	(8.988)	2.569	(8.270)	7.521	(4.668)	188
Imposto de renda e contribuição social								
Imposto de renda e contribuição social correntes	30					(2.880)	(4.957)	(1.214)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30					(189)	6.022	2.799
(Prejuízo) lucro líquido do período		(4.286)	(8.988)	2.569	(8.270)	4.452	(3.602)	1.683
(Prejuízo) lucro líquido do período								
Resultado atribuído para acionistas controladores					(4.286)	(8.988)	2.569	(8.270)
Não controladores					8.739	5.386	(886)	(6.202)
					4.452	(3.602)	1.683	(14.472)
(Prejuízo) lucro líquido (básico e diluído) por ação - em R\$	22.7				(0,024)	(0,050)	0,015	(0,049)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Agro Trends Participações S.A.

Demonstração intermediária do resultado abrangente Períodos findos em 30 de setembro Em milhares de reais

	Controladora				Consolidado			
	2020		2019		2020		2019	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Lucro (prejuízo) do período	(4.286)	(8.988)	2.569	(8.270)	4.452	(3.602)	1.683	(14.472)
Outros resultados abrangentes								
Total do resultado abrangente do período	<u>(4.286)</u>	<u>(8.988)</u>	<u>2.569</u>	<u>(8.270)</u>	<u>4.452</u>	<u>(3.602)</u>	<u>1.683</u>	<u>(14.472)</u>
Atribuível a:								
Acionistas controladores					(4.286)	(8.988)	2.569	(8.270)
Não controladores					8.739	5.386	(886)	(6.202)
					<u>4.452</u>	<u>(3.602)</u>	<u>1.683</u>	<u>(14.472)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Agro Trends Participações S.A.

Demonstração intermediária das mutações do património líquido Em milhares de reais

Nota	Atribuível aos acionistas da Controladora											
	Capital social		Reserva de lucros		Ações em tesouraria na controlada	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do património líquido
	Capital social integralizar	Capital a integralizar	Reserva de capital	Reserva de lucros								
Em 31 de dezembro de 2018	105.553	(2.750)	28.897	38.897	(14.730)	794	5.554	123.318	60.657	183.975		
22.1	28.750							28.750	2.452	31.202		
22.1	2.750		24.754					27.504	1.800	29.304		
22.5					641			(8.270)		(7.629)		
22.6				(277)				641		(277)		
Em 30 de setembro de 2019	134.303		53.651	53.651	(14.089)	794	5.554	171.666	58.926	230.591		

Nota	Atribuível aos acionistas da Controladora											
	Capital social		Reserva de lucros		Ações em tesouraria na controlada	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do património líquido
	Capital social integralizar	Capital a integralizar	Reserva de capital	Reserva de lucros								
Em 31 de dezembro de 2019	134.303		53.651	53.651	(16.794)	1.572	19.604	192.059	70.911	262.970		
(Prejuízo) lucro do período												
22.5								(8.988)		(8.988)		
22.5					2.426					2.426		
22.6				277						277		
Em 30 de setembro de 2020	134.303		53.651	53.651	(14.367)	1.572	19.604	185.774	66.767	252.541		

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Agro Trends Participações S.A.

Demonstração intermediária dos fluxos de caixas Período de nove meses findo em 30 de setembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos impostos do período	(8.988)	(8.270)	(4.668)	(23.668)
Ajustes:				
Depreciação (Nota 12)			3.408	2.802
Amortização (Nota 13)			1.450	1.467
Amortização de direito de uso (nota 14)			3.221	3.315
Participação no resultado de controladas	7.636	11.717		
Juros apropriados (Nota 33)			26.032	21.572
Descontos, variações monetárias e cambiais, líquidos			6.640	7.663
Juros sobre arrendamento			695	791
Ajuste a valor presente do contas a receber			50.789	28.495
Ajuste a valor justo do contas a receber			(53.552)	(39.832)
Ajuste a valor presente de fornecedores			(53.386)	(36.060)
Ajuste a valor justo de fornecedores			58.613	39.305
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 27)			5.959	5.448
Provisão para perda de estoque			871	81
Resultado de baixa e alienação de ativo imobilizado			748	1.751
Resultado de baixa e alienação de ativo intangível				36
Provisão para plano de remuneração baseado em ações			3.878	1.025
Resultado ajustado	(1.353)	3.448	50.699	14.190
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes			172.037	332.201
Estoques			(104.520)	(122.525)
Impostos a recuperar	(2)	(29)	41	(1.186)
Outros créditos		234	(69.682)	(48.627)
Fornecedores	19		(189.841)	(122.335)
Obrigações sociais e trabalhistas			1.444	5.387
Impostos e contribuições a recolher	7		3.978	13.726
Outras contas a pagar	27		77.689	44.523
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(1.301)	3.653	(58.156)	115.355
Pagamento de juros sobre empréstimos (Nota 33)		(1.305)	(17.895)	(15.253)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(12.171)	(5.882)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(1.301)	2.348	(88.222)	94.221
Fluxo de caixa de atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado			(4.238)	(5.411)
Aquisição de intangível			(5.250)	(4.577)
Títulos em Certificados de Recebíveis do Agronegócio			(220)	(16.298)
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.113			
Aumento de capital em controlada		(4.840)		(4.840)
Aplicação financeira vinculada			(21.711)	(10.984)
Aquisição de participação em controlada		(27.504)	(2.421)	(27.504)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	1.113	(32.344)	(33.840)	(69.614)
Fluxo de caixa atividades de financiamentos				
Aumento de capital e reservas		56.254		58.706
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio			(5.316)	
Captações de empréstimos e financiamentos			344.136	125.898
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos e debêntures		(26.137)	(242.077)	(173.144)
Pagamento de passivos de arrendamento			(4.500)	(4.104)
Amortização de principal de Certificados de Recebíveis do Agronegócio			(28.587)	(68.374)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		30.117	63.656	(61.018)
Aumento (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa, líquido	(189)	121	(58.406)	(36.411)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	287	186	118.918	80.729
Caixa das controladas recebido nas incorporações				2.577
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	98	307	60.512	46.895
Aumento (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa, líquido	(189)	121	(58.406)	(36.411)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Agro Trends Participações S.A.

Demonstração intermediária do valor adicionado Período de nove meses findo em 30 de setembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Receitas		4.840	991.174	731.192
Vendas de mercadorias, produtos e serviços			984.404	726.633
Outras receitas		4.840	12.730	10.007
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(5.959)	(5.448)
Insumos adquiridos de terceiros	(159)	(240)	(914.796)	(688.655)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2)	(1)	(893.225)	(660.972)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(157)	(6)	(21.494)	(25.872)
Outros		(233)	(76)	(1.810)
Valor Adicionado Bruto	(159)	4.599	76.379	42.537
Depreciação e Amortização			(8.079)	(7.585)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela entidade	(159)	4.599	68.300	34.953
Vlr Adicionado Recebido em Transferência	(7.631)	(11.591)	108.349	75.347
Resultado de equivalência patrimonial	(7.636)	(11.717)		
Receitas financeiras	4	126	108.349	75.347
Valor Adicionado Total a Distribuir	(7.791)	(6.992)	176.649	110.300
Distribuição do Valor Adicionado	(7.791)	(6.992)	176.649	110.300
Pessoal			39.794	30.771
Remuneração Direta			34.102	25.804
Benefícios			3.574	3.100
F.G.T.S.			2.118	1.867
Impostos, Taxas e Contribuições	84	65	8.654	(1.813)
Federais		65	5.122	(3.711)
Estaduais			2.461	1.188
Municipais	84		1.071	711
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.113	1.213	131.804	95.813
Juros	1.113	1.213	131.664	95.669
Aluguéis			140	145
Remuneração de Capitais Próprios	(8.988)	(8.270)	(3.602)	(14.472)
Lucros retidos / Prejuízo do período	(8.988)	(8.270)	(8.988)	(8.270)
Participação dos não-controladores nos lucros retidos			5.386	(6.202)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A Agro Trends Participações S.A. (a ‘Companhia’) é uma ‘Holding’, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado e domiciliada no Brasil.

A Companhia foi constituída em 15 de outubro de 2014 e está sediada em São Paulo- SP.

O Grupo atua, primariamente, no comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários, sementes, rações, maquinários e implementos agrícolas, representações comerciais, assistência técnicas agrícolas, prestação de serviços fitossanitários (vendas aplicadas e tratamentos de sementes), reembalador de sementes (soja, trigo e milho), remessa e ou recebimento de produtos agrícolas em consignação e ou para depósito, bem como, em operar na comercialização e exportação de cereais (soja e milho), no armazenamento, beneficiamento e padronização destes cereais, além de participação no capital de outras sociedades como cotistas e acionistas e produção agrícola.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Agro Trends Participações S.A. (“Companhia”) compreendem a Companhia e suas controladas (em conjunto com a Companhia, o “Grupo”).

1.1 Controladas

Em 21 de novembro de 2016, a Companhia adquiriu o controle do Grupo Rural Brasil por meio da aquisição de participação societária equivalente a 60% da Rural Brasil. A Rural Brasil S.A. (“Controlada” ou “Rural Brasil”) possui como operação a comercialização de defensivos agrícolas, sementes, adubos granulados, fertilizantes foliar e grãos, bem como atua no armazenamento, beneficiamento, padronização e comercialização de cereais (soja e milho). Após a aquisição, o Grupo passou a investir na expansão de sua área de atuação que resultou na inauguração de 14 novas lojas, sediadas nos Estados de Mato Grosso (2), Goiás (4), Pará (4), Maranhão (1) e Tocantins (3).

Em 17 de junho de 2019, a Rural Brasil adquiriu o controle da Campeã Agronegócio S.A. (“Campeã”) por meio da aquisição de participação societária equivalente a 70% do capital social desta investida. A Campeã é uma sociedade anônima fechada com sede no município de Água Fria de Goiás, no estado de Goiás, e tem por objeto social (a) a produção, beneficiamento, armazenamento, reembalamento, esmagamento de grãos e depósito de mercadorias para terceiros; e (b) o comércio atacadista e varejista de sementes em geral, defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes, corretivos do solo e matérias-primas agrícolas.

1.2 Cenário de pandemia

Em atendimento ao Ofício Circular SNC/SEP/02/2020, que trata da orientação sobre a divulgação dos potenciais impactos da COVID-19 nas informações contábeis intermediárias, considerando cuidadosamente os principais riscos e incertezas advindos desta análise e observadas as normas contábeis, a Companhia trabalhou, em especial na análise dos seguintes possíveis impactos:

- a) Ações realizadas pela Companhia em função da COVID-19 e possíveis impactos nos seus controles internos;
- b) Aumento do risco de perdas em ativos financeiros (CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros);
- c) Valor realizável de estoques (CPC 16/ IAS 2 – Estoques);
- d) Impairment de ativos imobilizado e intangível (CPC 01/ IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos);
- e) Impactos na receita do período e nas margens;

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- f) Análise de continuidade operacional da Companhia;
- g) Fluxo de caixa, impactos no acesso ao crédito de empréstimos e financiamentos e covenants.

A Companhia realizou o estudo dos itens elencados acima e não identificou impactos relevantes em suas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. Neste sentido, é importante comentar que as operações da Companhia e suas controladas estão sendo acompanhadas por um modelo de gestão de crise e estratégias estão sendo montadas para que a Companhia possa atravessar esse período com o mínimo de impacto negativo possível. A Companhia agiu com celeridade e assertividade na criação de um Comitê, o qual ficou responsável pela elaboração e acompanhamento contínuo das ações de enfrentamento da COVID-19, que visam a identificação de riscos e vulnerabilidades, além de estabelecer medidas de proteção, controle e contenção de eventual proliferação da COVID-19 no âmbito da Companhia e suas controladas.

A agricultura brasileira costuma ser um setor menos afetado, uma vez considerada como atividade essencial e a população precisa alimentar-se mesmo em face de desemprego e redução de renda. Especificamente no Brasil, considerado um dos maiores exportadores mundiais de grãos e demais produtos agrícolas, não deverão ocorrer grandes alterações nas tendências de demanda e oferta dos produtos no ano de 2020, exceto em setores específicos. Ainda assim, a pandemia de Covid-19 trouxe muita incerteza e volatilidade ao mercado das commodities agrícolas.

A respeito dos compromissos firmes de venda para clientes, a Companhia não espera alterações relevantes em sua composição, visto que sua origem reside em uma forte correlação com a forma como as negociações são realizadas e os players escolhidos como parceiros comerciais, não tendo sido identificados, até o momento, questões relacionadas a estes compromissos.

Adicionalmente, em momentos como esse se acentuam as preocupações com o caixa, a alavancagem financeira, eficiência de custos e dívidas sujeita à variação cambial e, nesse sentido, a Companhia está bem posicionada para ultrapassar os efeitos advindos da COVID-19, sendo possível ressaltar também a política de gestão de riscos aplicada pela Companhia de forma consistente nos últimos anos. A liquidez de curto e longo prazo estão preservadas e, mesmo eventuais alterações em embarques e recebimentos, estão dimensionados para que não afetem de forma relevante a posição financeira da Companhia. Nesse sentido, a Companhia não identificou riscos relevantes em relação à sua capacidade de continuar operando.

Outro fator de importante relevância é a forte desvalorização do real em relação ao dólar, causando aumento dos custos de fertilizantes, cujas matérias-primas são essencialmente importadas. Tais impactos são geralmente absorvidos pelo mercado com preços de vendas também lastreados no dólar. Este cenário é benéfico aos nossos clientes exportadores de grãos em curto prazo ou enquanto durar. Também na Companhia, o impacto do câmbio não afetará o caixa, já que a dívida em moeda estrangeira é imaterial. Consequentemente a administração entende que o “efeito câmbio” não afetou até o momento a situação financeira da Companhia.

Por fim, não foram constatados eventos subsequentes relevantes a serem divulgados, relacionados a esse tema, que tenham se tornado conhecidos após a data base de 30 de setembro de 2020.

2. Base de preparação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas, e estão sendo apresentadas para o período findo em 30 de setembro de 2020, de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e de acordo com o IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(“IASB”), de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Conforme descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nessas informações contábeis intermediárias - ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Dessa forma, estas informações intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação, métodos de cálculo e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, aprovadas em 30 de dezembro de 2020, e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. Entretanto, informações selecionadas foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridas para possibilitar o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações do Grupo desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não sofreram alterações relevantes na preparação destas informações intermediárias em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

A Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRSs não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

Conforme divulgado na Nota 34, a razão social da Companhia foi alterada para AgroGalaxy Participações S.A. em 30 de outubro de 2020, bem como a Companhia foi parte de uma reestruturação societária em que foi determinada como “adquirida” em uma combinação de negócios. Para fins de facilitar o entendimento dos usuários dessas informações contábeis intermediárias, será usada a razão social da Companhia na data-base de 30 de setembro de 2020, ou seja, Agro Trends Participações S.A.

Em 30 de dezembro de 2020, foi autorizada pela administração da Companhia e pelo Conselho de Administração a conclusão das informações intermediárias – ITR do trimestre findo em 30 de setembro de 2020, estando aprovadas para divulgação.

2.1 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas estão em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020. A adoção dessas normas pela Companhia e suas controladas não tiveram impactos relevantes nas mesmas. A seguir está uma relação dessas normas:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência (alterações às IFRS 7 e IFRS 9); e

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- Impacto da aplicação inicial da alteração à IFRS 16—Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (emendas ao CPC 06/IFRS 16).

3. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações contábeis das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas são incluídas nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as adotadas pela Controladora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de consolidação consistente com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019. Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas na Nota 3.1 daquelas demonstrações financeiras.

4. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo as expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias e a Companhia declara que permanecem válidas como descritas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

5. Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. Nos termos dessas práticas, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas pelo Conselho de Administração, a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

<u>Risco</u>	<u>Exposição</u>	<u>Metodologia utilizada para mensuração do impacto</u>	<u>Gestão</u>
Risco de mercado – câmbio	Operações comerciais futuras Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Previsão de fluxos de caixa Análise de sensibilidade	Contratos futuros a termo
Risco de mercado – preço	Estoque de commodities e operações comerciais atreladas às commodities agrícolas	Análise de sensibilidade	Contratos de futuros e a termo
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	<i>Swaps</i> de taxa de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings</i>
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

(a) Risco de mercado

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxas de juros

O principal risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de curto prazo com taxas variáveis, expondo o Grupo ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros. Durante 2020 e 2019, os empréstimos do Grupo às taxas variáveis eram mantidos em reais e em dólar.

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos.

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas do Grupo, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de hedge, efetuadas sob a orientação da Tesouraria do Grupo.

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

O Grupo usa operações cambiais a termo para se proteger contra a exposição ao risco cambial. Na política do Grupo, os termos essenciais dos contratos a termo e das opções devem estar alinhados aos itens protegidos.

O Grupo estabelece que os contratos de compra e venda devem apresentar ganho ou perda equivalentes a fim de criar um hedge natural em suas operações, com a finalidade de minimizar os impactos de alterações da moeda. No quadro abaixo, demonstraremos a exposição líquida em milhares de dólares norte-americanos:

	Consolidado	
	(milhares de USD)	
	30/09/2020	31/12/2019
Contas a receber de clientes	22.311	22.883
Fornecedores	(16.906)	(19.825)
Empréstimos e financiamentos	6.065	6.065
Contratos de swap	(6.065)	(6.065)
	<u>5.404</u>	<u>3.058</u>

(iii) Risco de preço

No curso normal de suas operações, as controladas da Companhia efetuam negociações de permuta vinculada a preço de commodities, principalmente soja e milho.

Os preços da soja e do milho estão sujeitos à volatilidade resultante das condições climáticas, do rendimento de safra, dos custos com transporte, dos custos de armazenagem, da política agrícola do governo, das taxas de câmbio e dos preços dessas commodities no mercado internacional, entre outros fatores.

É prática da administração do Grupo proteger-se da exposição a variações de preço da soja e do milho por meio de contratos de venda de grãos futuro junto a *tradings* de *commodities*, vinculando o preço dos grãos que serão recebidos dos clientes em tais contratos de venda.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para mitigar estes riscos, é realizado o monitoramento dos mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se aos movimentos dos preços. Abaixo segue resumo das exposições das commodities no Grupo no período findo em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, bem como os instrumentos contratados pela administração para reduzir exposições físicas (contratos de compra e vendas no mercado futuro) (em toneladas):

Posições/produtos	30 de setembro de 2020		30 de setembro de 2019	
	Soja	Milho	Soja	Milho
Contratos de compra	211.080	95.160	81.240	175.440
Contratos de venda	(209.423)	(94.413)	(80.602)	(174.063)
Posição contratos futuros	1.657	747	638	1.377

A política de gestão adotada pela Companhia estabelece diretrizes para a proteção de riscos nas oscilações de preços de commodities e as exposições de cada commodity foram determinadas analisando a demanda, expectativa de produção anual de grãos, recebimento, armazenamento e as estratégias comerciais tendo em vista o custo/oportunidade a que o mercado apresentava à época.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto.

O risco de crédito é administrado corporativamente. Os clientes são classificados pela área de análise de crédito avaliando a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Contas a receber de clientes

O Grupo aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos. As perdas esperadas calculadas em, aproximadamente, 0,8% do faturamento anual de insumos e não há perda esperada para as operações de grãos, em razão do perfil de clientes com as quais o Grupo opera.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. Os ativos de contratos se relacionam a trabalhos em andamento que não foram faturados e possuem essencialmente as mesmas características de riscos das contas a receber de clientes para os mesmos tipos de contratos. Portanto, o Grupo concluiu que as taxas de perdas esperadas para as contas a receber de clientes representam uma aproximação razoável das taxas de perda para os ativos de contratos. As formas de mensuração das perdas podem ser resumidas a seguir:

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de vendas durante um período de 36 meses antes do encerramento do exercício em análise e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período, que suporta todo o ciclo de safra e renegociações que ocorrem, bem como, históricos da carteira dos mesmos clientes. As taxas de perdas históricas são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.
- Em cada data base é avaliado o risco de não recebimento de clientes vencidos, principalmente acima de 180 dias, safra seguinte, através de uma análise individual da carteira, considerando o rating de crédito deste cliente, garantias disponíveis, renegociação e capacidade de pagamento, baseado no rating atual, consultas atualizadas de restrição de crédito e histórico do cliente.

Em suma, as perdas de crédito são contabilizadas levando como fator o risco individual de cada cliente vencido, adicionalmente com o histórico de perda aplicado sobre o faturamento do período, com isso, gerando, na visão da Administração, a provisão necessária para cobrir eventuais perdas passadas e futuras.

O aging dos títulos vencidos e a vencer pode ser demonstrado a seguir:

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
A vencer	468.401	767.867
Vencidos		
Entre 1 e 30 dias	26.980	6.856
Entre 31 e 60 dias	49.312	1.108
Entre 61 e 90 dias	5.915	3.501
Entre 91 e 180 dias	61.250	8.469
Entre 181 dias e 365 dias	6.193	12.045
Acima de 365 dias	72.073	63.937
(-) PCLD	(47.467)	(41.508)
Sub-total	<u>174.257</u>	<u>54.408</u>
	<u>642.658</u>	<u>822.275</u>

A movimentação da provisão para perdas para o período de nove meses é demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>
Saldo inicial da provisão para perdas	(41.508)	(30.711)
Aumento da provisão de perdas reconhecidas no resultado	(6.261)	(6.223)
Valores não utilizados estornados	302	775
Saldo final	<u>(47.467)</u>	<u>(36.158)</u>

As contas a receber de clientes são baixados quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com o Grupo ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 180 dias.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Até 12 meses</u>	<u>De 2 a 3 anos</u>
Em 30 de setembro de 2020		
Fornecedores	485.255	
Empréstimos e financiamentos	359.875	57.242
Passivo de arrendamento	4.047	9.405
Obrigações por cessão de crédito	177.255	
Obrigações por aquisição de ações	5.510	
Outras contas a pagar	118.607	
	<u>1.150.549</u>	<u>66.647</u>
Em 31 de dezembro de 2019		
Fornecedores	583.792	
Empréstimos e financiamentos	226.425	70.345
Passivo de arrendamento	3.819	8.015
Obrigações por cessão de crédito	208.763	
Obrigações por aquisição de ações	9.720	3.613
Outras contas a pagar	17.387	
	<u>1.049.906</u>	<u>81.973</u>

Os valores exigíveis acima de um ano têm a sua exigibilidade em até 10 anos, conforme idade de vencimento divulgada nas Notas 16 e 17.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 30 de setembro de 2020, a estratégia do Grupo, que ficou inalterada em relação à 31 de dezembro de 2019, foi a de manter o índice de alavancagem financeira entre 35% e 60%, devido ao registro do arrendamento, conforme adoção inicial do CPC 06(R2)/IFRS 16. Os índices de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2020 e de 2019 podem ser assim sumariados:

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento.	385.514	273.957
(-) Caixa e equivalentes	<u>(60.512)</u>	<u>(118.918)</u>
Dívida líquida	325.002	155.039
Total do patrimônio líquido	<u>227.839</u>	<u>262.970</u>
Capital total	<u>552.841</u>	<u>418.009</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>59%</u>	<u>37%</u>

As obrigações por cessão de crédito (Nota 18) não estão sendo consideradas, nesta análise, como parte da dívida líquida do Grupo, uma vez que serão liquidadas com os recebíveis securitizados, sem a expectativa de desembolso para o Grupo.

5.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

O Grupo apresenta os instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações por nível como segue:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Os instrumentos financeiros são mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível de hierarquia.

Os ativos e passivos do Grupo, mensurados ao valor justo em 30 de setembro de 2020 são:

- i) Contas a receber originadas em operações de barter R\$ 77.365 (2019 – R\$ 120.142) (Nota 7), classificada no Nível 2 da hierarquia do valor justo;
- ii) Estoques adquiridos de terceiros e recebidos em operações de barter de R\$ 4.200 (2019 – zero) (Nota 8), classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo; e
- iii) Instrumentos financeiros derivativos R\$ 8.721 (2018 – R\$ 1.085), classificado no Nível 2, (Nota 32).

Não houve transferência entre os níveis durante o período. Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o Grupo não possui instrumentos financeiros ao valor justo classificados

As atividades dos nossos clientes são sazonais, baseadas nos ciclos de plantio, crescimento e colheita de grãos. A demanda por insumos agrícolas concentra-se durante a temporada de plantio de culturas de grãos, que geralmente ocorre entre os meses de setembro e dezembro. As operações relacionadas a comercialização de grãos, sejam elas operações de barter ou de originação, estão concentradas no período de colheita, que geralmente ocorre entre os meses de março e abril. Tais operações de comercialização de grãos normalmente são liquidadas nos meses subsequentes à colheita, quando ocorre a liquidação física e financeira das transações de barter ou de originação. Dessa forma, os saldos físicos de estoque, bem como as contas a pagar a fornecedores de grãos, são zero ou próximos de zero em datas próximas ao encerramento do exercício fiscal.

Nível 2

O valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.

A determinação do valor justo (“fair value”) dos instrumentos financeiros contratados pelo Grupo é efetuada com base em informações obtidas junto às instituições financeiras (para os derivativos) e preço cotado em mercado ativo das commodities com as quais trabalha (no caso de ativos e passivos liquidados em commodities), utilizando metodologia usual padrão de apuração no mercado, que compreende avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro.

O Grupo avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Caixa			94	256
Banco conta movimento	8	82	53.466	7.531
Aplicações financeiras (i)	90	205	6.952	111.131
Caixa e equivalentes de caixa	98	287	60.512	118.918
Aplicações financeiras (ii)			27.720	6.009

- (i) As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por certificado de depósito bancário (CDB), possuem remuneração atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), por taxas entre 79% a 84% da variação do CDI (2019 – 79% a 84% do CDI). As aplicações são feitas em bancos considerados de primeira linha e o seu valor contábil se aproxima do valor justo dessas aplicações. O volume de recursos junto às instituições financeiras corresponde a créditos que serão utilizados pela Administração no giro financeiro operacional, sendo prontamente conversíveis em caixa, com insignificante risco de mudança de valor.; e,
- (ii) Referem-se a aplicações financeiras cujo prazo de vencimento para resgate supera 90 dias. Essas aplicações financeiras são mantidas em Certificados de Depósitos Bancários – CDB, renumerados por taxas de 100% da variação do Certificado de Depósitos Interbancários – CDI (2019 –100% do CDI).

7. Contas a receber de clientes (Consolidado)

7.1 Composição do saldo

	30/09/2020	31/12/2019
Contas a receber clientes nacionais	481.175	656.604
Contas a receber partes relacionadas (nota 23)	41.736	42.203
Títulos securitizados - CRA (i)	174.480	182.757
Outras contas a receber	14.539	6.786
(-) PCLD	(47.467)	(41.508)
(-) Ajuste a valor presente de clientes (ii)	(21.804)	(24.567)
	642.658	822.275
Circulante	582.548	747.735
Não circulante	60.110	74.540
	642.658	822.275

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Em 2020 e 2019, a Companhia realizou a cessão de recebíveis em operações de securitização e emissão de CRA. O passivo resultante dessas operações está registrado como Obrigações por cessão de crédito (Nota 18). Dessa forma, em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía duplicatas a receber nos montantes de R\$ 174.480 (2019 – R\$ 182.757) cedidos para a liquidação dessas obrigações.
- (ii) O prazo médio das contas a receber do Grupo é de 169 dias (2019 – 222 dias). Quando aplicável, as contas a receber são ajustadas ao seu valor presente pelo prazo de cada operação a taxa de juros média 0,8% a.m. em 2020 e de 1,0% a.m. em 2019.
- (iii) As contas a receber compreendem o montante de R\$ 77.365 (2019 – R\$ 120.142), originados em operações na modalidade barter. Esta modalidade consiste na venda de produtos a um cliente mediante o recebimento do resultado da colheita do produtor (commodities agrícolas) em substituição ao pagamento efetivo de caixa. Essas contas a receber são valorizadas ao valor justo, conforme descrito na Nota 5.3. A comercialização de insumos para o recebimento em commodities agrícolas é parte da estratégia de origemação de grãos do Grupo, para a consecução de sua atividade principal de comercialização de commodities agrícolas.

A composição por ano de vencimento das contas a receber de clientes e movimentação da provisão para credores de liquidação duvidosa são apresentados na nota 5.1 (b).

Em 30 de setembro de 2020, as contas a receber de clientes do Grupo no valor de R\$ 174.257 (2019 – R\$ 54.408) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. As políticas de vendas e concessão de crédito das controladas no segmento de insumos estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração, suportada por sistemas tecnológicos e processos, vinculados à área de risco e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

Este objetivo é alcançado pela Administração das controladas por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco).

Os recebíveis das controladas são originados nas suas operações de venda de grãos e ao varejo ao produtor rural de forma massificada, com análise de crédito individual, com baixo ticket médio, tendo como característica a pulverização absoluta do risco de crédito e a presença de instrumento de garantia, tais como CPR, hipotecas, fianças e alienação fiduciária.

Deste modo, os valores registrados no contas a receber representam a dimensão adequada da exposição do Grupo ao risco de crédito.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Estoques (Consolidado)

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Defensivos	262.951	172.645
Sementes	17.556	23.910
Fertilizante foliar	43.476	39.071
Grãos	4.200	
Outros	19.018	7.926
	<u>347.202</u>	<u>243.552</u>

Em 30 de setembro de 2020, os estoques de grãos referem-se a 3.659 toneladas de soja (2019 não possuía estoque físico de grãos). O valor de referência do estoque de grãos em 30 de setembro de 2020 é de R\$ 79,84 por saca de 60 quilos de soja.

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo das mercadorias vendidas" totalizou R\$ 883.171 (2019 - R\$ 659.812).

A Administração estima que a realização dos estoques ocorra em prazo inferior a um ano, por isso o saldo se encontra registrado no ativo circulante. Em 30 de setembro de 2020, a Companhia constituiu provisão para perdas nos estoques e provisão de descartes nos montantes de R\$ 836 e de R\$ 35, respectivamente (em 31/12/2019 - nos montantes de R\$ 525 e R\$ 98, respectivamente).

9. Impostos a recuperar (Consolidado)

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	1.978	2.935
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	864	1.319
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	2.099	4.083
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	760	849
Programa de Integração Social - PIS	542	357
Contribuição para Financiamento Seguridade Social - COFINS	1.838	1.237
Imposto sobre serviço de qualquer natureza - ISSQN	15	
Contribuição ao Instituto Nacional Seguridade Social - INSS	11	8
	<u>8.106</u>	<u>10.788</u>

10. Outros créditos

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Bens mantidos para venda			5.335	2.560
Adiantamentos a fornecedores e partes relacionadas	1.807	2.396	65.397	24.764
Outros valores a receber			15.771	553
	<u>1.807</u>	<u>2.396</u>	<u>86.503</u>	<u>27.877</u>

11. Investimentos (Controladora)

	Rural Brasil	Rural Brasil CAR	30/09/2020	31/12/2019
			Total	Rural Brasil
Patrimônio líquido da investida	103.777	72.164	175.941	185.551
Participação no capital social	62,77%	62,77%	62,77%	62,47%
Participação nos investimentos	65.138	45.296	110.434	115.919
Ágio na aquisição de investida	74.898		74.898	74.898
Saldo contábil do investimento na Controladora	<u>140.037</u>	<u>45.296</u>	<u>185.333</u>	<u>190.817</u>

Abaixo, segue resumo das informações contábeis da controlada, em 30 de setembro de 2020:

Controlada	Participação no capital %		Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Rural Brasil S.A.	62,8%	62,5%	103.777	150.273	(12.165)	(18.154)
Rural Brasil CAR S.A.	62,8%		72.164			

11.1 Informações financeiras resumidas

	Rural Brasil S.A. (i)		Rural Brasil CAR
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020
Ativo circulante	957.745	678.663	72.164
Ativo não circulante	180.180	139.281	
Passivo circulante	981.555	632.146	
Passivo não circulante	52.595	35.525	
Patrimônio líquido	<u>103.777</u>	<u>150.273</u>	<u>72.164</u>
Resultado do período	<u>(12.165)</u>	<u>(18.154)</u>	

(i) Correspondem às informações consolidadas da controlada direta Rural Brasil S.A. e da controlada indireta Campeã Agronegócios S.A.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11.2 Movimentação

Abaixo segue movimentação do investimento em controladas no período:

Em 1º de janeiro de 2019	176.789
Resultado de equivalência patrimonial	(11.217)
Realização de mais valia de ativos (i)	(500)
Aumento de capital na controlada (ii)	4.840
Opção de pagamento baseado em ações (iii)	641
Em 30 de setembro de 2019	<u>170.549</u>
Em 1º de janeiro de 2020	190.817
Resultado de equivalência patrimonial	(7.636)
Opção de pagamento baseado em ações (iii)	2.426
Ações em tesouraria em controladas	(277)
Em 30 de setembro de 2020	<u>185.333</u>

- (i) O valor justo dos ativos adquiridos refere-se à alocação do preço pago à carteira de clientes, a ser amortizado em 3 anos, findos no exercício de 2019. No terceiro trimestre de 2019, foi registrada amortização de R\$ 758, líquida da realização de impostos diferidos de R\$ 258.
- (ii) Em 27 de maio de 2019, os acionistas da Rural Brasil aprovaram aumento de capital social no valor de R\$ 20.865 mediante emissão de 3.154.358 novas ações ordinárias, o aumento de capital ora aprovado será integralizado da seguinte forma: (a) R\$ 7.292 a serem integralizados na presente data; (b) R\$ 4.827 a serem integralizados no primeiro aniversário da data de subscrição; (c) R\$ 5.026 a serem integralizados no segundo aniversário da data de subscrição; (d) R\$ 1.824 a serem integralizados no terceiro aniversário da data da subscrição; e (e) R\$ 1.896 a serem integralizados no quarto aniversário da data de subscrição. Durante o período de findo em 30 de setembro de 2019, a Companhia integralizou o montante de R\$ 4.840.
- (iii) Em 9 de outubro de 2019, os acionistas da Rural Brasil aprovaram o plano de pagamento baseado em ações, que permite que a controlada direta outorgue opções de compra de ações de sua emissão a administradores, empregados e prestadores de serviços (conforme qualificadores na cláusula 5 do plano), conferindo-lhes a possibilidade de se tornarem acionistas da Rural Brasil mediante o cumprimento de determinadas condições. Durante o primeiro trimestre de 2020, a Rural Brasil reconheceu o efeito das opções concedidas e maturadas no período, como remuneração aos administradores, em contrapartida ao patrimônio líquido.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Imobilizado (Consolidado)

	Máquinas e Equipamentos				Benfeitorias Imóveis de Terceiros			
	Edificações	Equipamentos	Veículos	Computadores	Móveis e Utensílios	Móveis e Utensílios	Terceiros	Total
Em 01 de janeiro de 2019	899	1.768	9.396	1.852	1.429	5.202		20.546
Adições	883	767	2.086	217	241	1.217		5.411
Baixas	(1)	(243)	(617)	(514)		(375)		(1.751)
Depreciação	(183)	(427)	(1.640)	(232)	(160)	(160)		(2.802)
Aquisição de investida	54	1.094	747	52	76	609		2.632
Em 30 de setembro de 2019	1.652	2.959	9.972	1.374	1.586	6.494		24.036
Custo	1.974	3.863	13.513	2.263	2.084	6.806		30.503
Depreciação acumulada	(322)	(904)	(3.541)	(888)	(498)	(313)		(6.466)
Valor residual	1.652	2.959	9.972	1.374	1.586	6.494		24.036
Em 01 de janeiro de 2020	1.743	3.806	9.459	1.394	1.714	8.831		26.947
Adições	117	1.104	88	360	248	2.321		4.238
Baixas	(2)	(461)	(273)	(2)	(1)	(8)		(748)
Depreciação	(147)	(503)	(1.857)	(295)	(221)	(386)		(3.408)
Em 30 de setembro de 2020	1.711	3.946	7.417	1.456	1.740	10.759		27.029
Custo	2.159	5.260	13.351	2.714	2.517	11.529		37.530
Depreciação acumulada	(448)	(1.314)	(5.934)	(1.257)	(777)	(770)		(10.501)
Valor residual	1.711	3.946	7.417	1.456	1.740	10.759		27.029

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Intangível (Consolidado)

	Marcas e Patentes	Softwares	Ágio	Mais valia	Total
Em 01 de janeiro de 2019	56	3.720	74.898	3.031	81.705
Adições	112	4.465			4.577
Aquisição na combinação de negócios			10.143	5.185	15.328
Baixas	(17)	(19)			(36)
Amortização	(13)	(697)		(758)	(1.467)
Em 30 de setembro de 2019	<u>139</u>	<u>7.469</u>	<u>85.041</u>	<u>7.458</u>	<u>100.107</u>
Custo	162	8.576	85.041	15.036	101.994
Amortização acumulada	(23)	(1.107)		(7.578)	(1.887)
Valor residual	<u>139</u>	<u>7.469</u>	<u>85.041</u>	<u>7.458</u>	<u>100.107</u>
Em 01 de janeiro de 2020	138	8.324	90.226		98.687
Adições		5.250			5.250
Baixas					
Amortização	(16)	(1.434)			(1.450)
Em 30 de setembro de 2020	<u>122</u>	<u>12.141</u>	<u>90.226</u>		<u>102.487</u>
Custo	167	15.093	90.226		105.485
Amortização acumulada	(45)	(2.952)			(2.997)
Valor residual	<u>122</u>	<u>12.141</u>	<u>90.226</u>		<u>102.487</u>

13.1 Obrigação para aquisição de investimentos

Em 30 de setembro de 2020, o saldo remanescente a pagar pela aquisição do controle da Campeã, reconhecido na rubrica de outros passivos no passivo circulante e não circulante da Companhia, é de 4.999 (2019 - R\$ 8.820 e R\$ 3.000), respectivamente, sujeitos a atualização monetária pela variação positiva do IGP-M/FGV. Nas demonstrações financeiras consolidadas, a obrigação decorrente do compromisso de aporte futuro de capital é apresentada de forma líquida dos efeitos da eliminação da parcela reconhecida como investimento da Companhia.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Teste anual de impairment do ágio

Considerando a homogeneidade de processos e sinergia das operações, a administração avaliou e concluiu que cada segmento de suas controladas diretas corresponde à uma UGC. Essa avaliação leva em consideração que cada controlada direta e suas respectivas controladas (controladas indiretas da Companhia) são administradas com o foco na geração de receita e de caixa de casa segmento, os quais compartilham da sinergia da estrutura de cada controlada, compra conjunta, administração do caixa, entre outros.

	2020	2019
UGC Rural – grãos	1.105	1.105
UGC Rural – insumos	83.936	83.936

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração, para um período de dez anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores foram extrapolados com base nas taxas de crescimento que não exceda a taxa de crescimento média de longo prazo no qual a UGC atua.

Na elaboração das projeções de fluxo de caixa, a Administração toma como premissas o histórico de faturamento e crescimento do setor de insumos agrícolas somado expansão de negócios, bem como, o histórico de margens bruta e operacional sobre o faturamento de grãos e insumos.

Para a data base de 31 de dezembro de 2019, os fluxos de caixa foram projetados com base em uma taxa média de crescimento de 11,7% (sendo os primeiros 3 anos 14,54% a.a.), com uma margem média de EBITDA de 5,3% para os insumos e 1% para os grãos. Os valores referentes os fluxos de caixa posteriores ao período de dez anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento de 4,4 % a.a. Essa taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor em que UGC atua e teve por base o crescimento estimado por loja e as possibilidades de ampliação do Market share de cada segmento. As projeções do fluxo de caixa foram trazidas a valor presente com base na taxa WACC calculada pela administração de 14,56% a.a., antes do imposto de renda e da contribuição social.

O volume de vendas considera a média anual da taxa de crescimento. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado.

O preço de venda considera a média anual da taxa de crescimento. Ele se baseia nas atuais tendências do setor e inclui as previsões de inflação para o longo prazo para cada território.

A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período previsto. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas e no mix de vendas, com ajustes efetuados para refletir os aumentos de preço futuros esperados para os insumos agrícolas, que a administração não espera poder repassar para os clientes por meio de aumentos no preço. Existe a expectativa de que o preço dos insumos agrícolas subirá em média 4,8% ao ano, mantendo a margem bruta média anual em 11,4%. A margem para os grãos se mantém estável em 1%.

Outros custos operacionais são os custos fixos das UGCs, que não variam de maneira significativa com os volumes de vendas ou os preços. A administração estimou esses custos com base na estrutura atual dos negócios, ajustando-os aos aumentos inflacionários, e estes não refletem quaisquer reestruturações futuras ou medidas de economias de custo.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração avaliou as operações das UGCs ao longo do período findo em 30 de setembro de 2020 e concluiu que não houve mudança substancial nas operações das controladas desde a avaliação realizada na data base de 31 de dezembro de 2019, que levassem o Grupo a formalizar uma nova avaliação de *impairment* sobre o ágio. Os efeitos da Pandemia do Coronavírus (Covid-19) não trouxeram impactos significantes nas estimativas utilizadas na avaliação dos valores recuperáveis.

14. Direito de uso (Consolidado)

	<u>Imóveis</u>	<u>Total</u>
Adições	10.962	10.962
Amortização de direito de uso do período	(3.315)	(3.315)
Aquisição de investida	2.473	2.473
Em 30 de setembro de 2019	<u>10.120</u>	<u>10.120</u>
Custo	13.435	13.435
Amortização acumulada	(3.315)	(3.315)
Valor residual	<u>10.120</u>	<u>10.120</u>

	<u>Imóveis</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Total</u>
Em 01 de janeiro de 2020	10.120			10.120
Adições	2.350	646	2.170	5.166
Baixas	(519)			(519)
Amortização de direito de uso do período	(2.420)	(234)	(567)	(3.221)
Em 30 de setembro de 2020	<u>9.531</u>	<u>412</u>	<u>1.603</u>	<u>11.546</u>
Custo	15.267	646	2.170	18.083
Depreciação acumulada	(5.736)	(234)	(567)	(6.537)
Valor residual	<u>9.531</u>	<u>412</u>	<u>1.603</u>	<u>11.546</u>

15. Fornecedores (Consolidado)

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fornecedores de mercadorias	484.280	679.318
Fornecedores - partes relacionadas (nota 22)	975	
(-) Ajuste a valor presente (i)	(42.535)	(47.763)
	<u>442.720</u>	<u>631.555</u>

- (i) A As compras a prazo são descontadas a valor presente, conforme prazo negociado com cada fornecedor, considerando uma taxa média de 1,2% a.m. (2019 – 1,5% a.m.).

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Em 30 de setembro de 2020, o saldos de empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante nos montantes de R\$ 326.506 e R\$47.528, respectivamente (2019 – R\$ 205.430 e R\$ 58.407 respectivamente) referem-se a contratos na modalidade de capital de giro. Os empréstimos pós fixados possuem taxas entre 100% e 135% do CDI (2019 - 100% e 105% CDI) e os empréstimos pré fixados taxas entre 7,57% e 14,34% (2019 – 10,93% e 14,34%)

16.1 Cronograma de pagamentos

O cronograma de pagamentos correspondente do montante classificado no longo prazo é o seguinte:

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
2021		48.792
2022	23.340	9.615
2023	24.188	
	<u>47.528</u>	<u>58.408</u>

16.2 Covenants

Os empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas restritivas.

16.3 Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária de estoque no montante de R\$ 86.759, por aval dos acionistas-proprietários e por imóveis urbanos e rurais de propriedade dos acionistas.

17. Passivo de arrendamento (Consolidado)

Os contratos de arrendamentos do Grupo referem-se a imóveis, veículos e bens onde estão instaladas nossas lojas, centro de distribuição, prédios administrativos, silos, veículos e equipamentos de informática.

Os valores de passivos de arrendamento reconhecido no período de nove meses de 2020 estão demonstrados abaixo:

	<u>30/09/2020</u>			<u>31/12/2019</u>	
	<u>Imóveis</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Imóveis</u>	<u>Total</u>
Fluxos de caixa não descontado	16.998	822	3.594	17.927	17.927
Ajuste a valor presente	(7.613)	(662)	(1.658)	(7.807)	(7.807)
Saldo final do período	<u>9.385</u>	<u>160</u>	<u>1.936</u>	<u>10.120</u>	<u>10.120</u>
Passivo circulante	2.758	60	854	3.465	3.465
Passivo não circulante	6.627	100	1.082	6.655	6.655
Contábil	<u>9.385</u>	<u>160</u>	<u>1.936</u>	<u>10.120</u>	<u>10.120</u>

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos estimados de arrendamento a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

Vencimento	30/09/2020	31/12/2019
2021	3.349	3.964
2022	3.776	3.047
2023	1.236	2.103
2024	7.724	5.348
Ajuste a valor presente	(8.275)	(7.807)
	<u>7.809</u>	<u>6.655</u>

No quadro abaixo é apresentado o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos:

	30/09/2020		31/12/2019	
	Valor nominal	Valor descontado	Valor nominal	Valor descontado
Contraprestações do arrendamento	21.414	11.481	17.927	10.120
Pis/cofins potencial (9,25%)	(1.981)	(1.062)	(1.658)	(936)
	<u>19.434</u>	<u>10.419</u>	<u>16.269</u>	<u>9.184</u>

A Companhia chegou às suas taxas incrementais nominais, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a sua realidade econômica:

Vigência dos contratos	Taxa incremental
2 anos	10,2%
3 anos	11,0%
4 anos	11,8%
5 anos	12,0%

A Companhia, em plena conformidade com o CPC 06 (R1)/ IFRS 16, na mensuração e na mensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela norma.

Adicionalmente, em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, são apresentadas abaixo as comparações nas rubricas do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa de depreciação e da despesa financeira do período findo em 30 de setembro de 2020 e os períodos futuros utilizando o fluxo de caixa descontado considerando a inflação futura projetada nos fluxos de pagamentos, descontados pelas taxas nominais acima apresentadas:

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de setembro de 2020

	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>Após 2024</u>
Ativo direito de uso						
IFRS 16	9.485	8.850	6.310	4.161	2.553	1.601
Ofício CVM	11.197	10.453	7.476	4.940	3.035	1.904
	<u>18,0%</u>	<u>18,1%</u>	<u>18,5%</u>	<u>18,7%</u>	<u>18,9%</u>	<u>18,9%</u>
Passivo de arrendamento						
IFRS 16	7.844	7.787	5.821	4.101	2.795	2.049
Ofício CVM	8.912	8.877	6.660	4.710	3.222	2.371
	<u>13,6%</u>	<u>14,0%</u>	<u>14,4%</u>	<u>14,9%</u>	<u>15,3%</u>	<u>15,7%</u>
Despesa com depreciação						
IFRS 16	(635)	(2.540)	(2.149)	(1.609)	(952)	(1.601)
Ofício CVM	(744)	(2.977)	(2.536)	(1.905)	(1.131)	(1.904)
	<u>17,2%</u>	<u>17,6%</u>	<u>18,0%</u>	<u>18,4%</u>	<u>18,9%</u>	<u>18,9%</u>
Despesa financeira						
IFRS 16	(189)	(749)	(560)	(394)	(269)	(197)
Ofício CVM	(214)	(877)	(669)	(489)	(341)	(241)
	<u>13,6%</u>	<u>17,1%</u>	<u>19,5%</u>	<u>24,1%</u>	<u>27,1%</u>	<u>22,2%</u>
		<u>IFRS 16</u>	<u>Ofício CVM</u>			
Despesa com Depreciação		(9.485)	(11.197)			
Despesa Financeira		<u>(2.357)</u>	<u>(2.831)</u>			
		<u>(11.842)</u>	<u>(14.028)</u>			

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2019					
	2020	2021	2022	2023	Após 2023
Ativo direito de uso					
IFRS 16	7.642	5.163	3.166	1.561	496
Ofício CVM	9.014	6.115	3.764	1.861	596
	18,0%	18,4%	18,9%	19,2%	20,1%
Passivo de arrendamento					
IFRS 16	7.657	5.961	4.573	3.436	2.722
Ofício CVM	8.693	6.815	5.239	3.944	3.131
	13,5%	14,3%	14,6%	14,8%	15,0%
Despesa com depreciação					
IFRS 16	(2.478)	(1.997)	(1.605)	(1.065)	(496)
Ofício CVM	(2.899)	(2.351)	(1.903)	(1.265)	(596)
	17,0%	17,7%	18,5%	18,8%	20,1%
Despesa financeira					
IFRS 16	(797)	(621)	(476)	(358)	(283)
Ofício CVM	(1.034)	(842)	(703)	(550)	(413)
	29,7%	35,6%	47,6%	53,7%	45,8%
	IFRS 16	Ofício CVM			
	(CPC 06)				
Despesa com depreciação	(7.642)	(9.014)			
Despesa financeira	(2.536)	(3.543)			
	<u>(10.178)</u>	<u>(12.557)</u>			

18. Obrigações por cessão de crédito (Consolidado)

Modalidade	Encargos anuais		
	médios		
	30/09/2020	31/12/2019	
CRA (i)	11,98% a.a.	29.615	21.234
CRA (ii)	102,6% do CDI	39.460	109.134
CRA (iii)	100% do CDI	105.405	73.642
		<u>174.480</u>	<u>204.010</u>
Despesas com colocação de títulos (iv)		<u>(13.661)</u>	<u>(14.604)</u>
		<u>160.819</u>	<u>189.406</u>

- (i) Em 2017, a Rural Brasil realizou operação de distribuição pública de certificados de recebíveis do Agronegócio emitida pela Vert Companhia Securitizadora e pela Gaia Agro Securitizadora S.A., lastreada em CPR (Cédula de Produtor Rural). Essa operação foi no montante de R\$ 22.661, com vencimento de principal em 2019, o qual foi repactuado para vencimento em 2022, pagamentos de juros semestrais e custo de 11,98% a.a. O recurso foi recebido pela Rural Brasil em agosto de 2017.
- (ii) Em 2017, a Rural Brasil realizou uma segunda operação de distribuição pública de certificados de recebíveis do Agronegócio, também emitida pela Vert Companhia Securitizadora e pela Gaia Agro Securitizadora S.A., lastreada em CPR (Cédula de Produtor Rural). Essa operação foi no montante total de R\$ 88.645 com

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

vencimento de principal em 2020, pagamento de juros anuais e custo de 102,6% do CDI. O recurso foi recebido pela Rural Brasil em novembro e dezembro de 2017.

- (iii) Em 2019, a Rural Brasil realizou uma operação de distribuição pública de certificados de recebíveis do Agronegócio, emitida pela Vert Companhia Securitizadora e pela XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., lastreada em duplicatas emitidas pela Rural Brasil contra os clientes. Essa operação foi no montante total de R\$ 73.642 com vencimento de principal em 2020, pagamento de juros anuais e custo de 100% do DI. O recurso foi recebido pela Rural Brasil em dezembro de 2019.
- (iv) As despesas incorridas com a colocação desses títulos são mantidas como redutoras do saldo, e apropriadas ao resultado ao longo do período de cada operação, para a determinação do seu custo financeiro efetivo.

Essas obrigações por cessão de crédito, originadas na emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) são classificadas como dívida no passivo circulante, a fim de manter a comparabilidade com seu respectivo lastro, ou seja, os direitos creditórios sobre as Contas a Receber que foram cedidos na operação (Nota 7). A Companhia possui a opção assegurada em contrato de promover a revolvência dos saldos de curto prazo até a liquidação da operação do CRA, através de encontro de contas, o qual ocorrerá conforme os prazos descritos acima. Dessa forma, a liquidação dessas operações não deverão resultar em saída de caixa futuro da Rural Brasil.

18.1 Títulos e valores mobiliários (Consolidado)

Como forma de garantir eventuais riscos de crédito à Securitizadora, foram adquiridas cotas secundárias (ou subordinadas) no montante de R\$ 10.380 desta distribuição realizada em 2019, o qual encontra-se classificado como títulos e valores mobiliários no ativo não circulante, pois foram adquiridos com a finalidade de serem mantidos até o vencimento no ativo não circulante. O saldo dos títulos em aberto em 30 de setembro de 2020 totaliza R\$ 40.500 (2019 – R\$ 40.280)

De acordo com a estrutura financeira da referida emissão, cabe ao CRA subordinado a absorção das primeiras perdas apuradas na carteira de recebíveis cedida, limitadas de 15% a 20% do valor de emissão.

Em 30 de setembro de 2020, a administração do Grupo não espera incorrer em perdas significativas relacionadas a não liquidez dos títulos cedidos em garantia, haja vista os procedimentos de avaliação de crédito da Rural Brasil, bem como a possibilidade de substituição dos recebíveis securitizados no caso de eventual evento futuro.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. Impostos e contribuições a recolher (Consolidado)

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Funrural a recolher (i)	32	673
IRPJ e CSLL a recolher	1.349	11.201
Outros impostos e contribuições a recolher	<u>2.029</u>	<u>1.332</u>
Passivo Circulante	<u>3.409</u>	<u>13.206</u>
Funrural - Parcelamento Lei 13.606 (i)	<u>2.706</u>	<u>2.167</u>
Passivo não circulante	<u>2.706</u>	<u>2.167</u>
Total de impostos e contribuições a recolher	<u>6.115</u>	<u>15.373</u>

(i) Refere-se a adesão ao parcelamento do Fundo de assistência ao trabalhador Rural, instituído pela Lei 13.606 de 9 de janeiro de 2018, dos débitos existentes até 31 de dezembro de 2016.

20. Outras contas a pagar.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Adiantamentos de clientes			88.416	4.527
Dividendos a pagar	1.494	1.494	6.141	1.839
Provisão para comissões e royalties a pagar			2.646	8.407
Outras contas a pagar			<u>10.406</u>	<u>1.003</u>
	<u>1.494</u>	<u>1.494</u>	<u>107.609</u>	<u>15.775</u>

21. Provisão para contingências (Consolidado)

O montante registrado referente aos processos com expectativa de perda provável em 30 de setembro de 2020 é de zero (2019 – zero), conforme avaliação dos nossos assessores jurídicos. O Grupo possui, em 30 de setembro de 2020, o valor de R\$ 52 (2019 – R\$ 613) em demandas judiciais classificadas com probabilidade de perda possível, em que não há provisão registrada contabilmente, conforme política e norma contábil.

Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas às questões tributárias do exercício, ou exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva desses itens no Brasil. Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação.

Também podem existir obrigações de naturezas trabalhista ou cível que, no presente momento, não são conhecidas pela administração do Grupo. Entretanto, com base na opinião de seus consultores legais, a administração do Grupo é de opinião que todos os tributos e demais obrigações assumidas pelo Grupo têm sido pagas ou provisionados adequadamente e, em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, não eram

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

conhecidas ações de vulto formalizadas contra o Grupo que implicassem a constituição de provisão para cobrir eventuais perdas.

22. Patrimônio líquido

22.1 Capital social

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital social no valor de R\$ 134.303, está representado por 181.027.330 ações ordinárias.

Em 20 de maio de 2019, houve um aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 28.750, passando este de R\$ 105.553 para R\$ 134.303, mediante a emissão de 23.482.807 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 21 de dezembro de 2018, a Companhia emitiu 27.004.724 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 2.750 destinados à capital social e R\$ 24.754 destinados à reserva de capital, totalmente integralizados em 2019.

22.2 Reserva de capital

Refere-se a ágio na emissão de ações pagos pelos acionistas da Companhia.

22.3 Reserva de lucros

A Companhia destina 5% para a reserva legal, até o limite previsto pela legislação societária.

Adicionalmente, as reservas de lucros também estão compostas por lucros a destinar que compreendem o montante de lucros retidos e que serão submetidos à Assembleia Geral Ordinária.

22.4 Dividendos

No caso de distribuição de dividendos é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 5% sobre o lucro do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

22.5 Ajustes de avaliação patrimonial

Incluem o resultado de transações realizadas entre a Companhia e os sócios não controladores da Rural Brasil entre 2017 e 2019, bem como o resultado do reconhecimento do Plano de Compra de Ações ("Plano") da controlada Rural Brasil, reconhecido de forma reflexa no patrimônio líquido da Companhia.

Este Plano estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Rural Brasil, nos termos do artigo 168, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/1976. As divulgações adicionais referentes ao Plano estão na Nota 22.5 às demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e não foram alteradas no período.

Em 30 de setembro de 2020, o valor atribuído a opções outorgadas é de R\$ 5.233 (R\$ 1.355 em 31 de dezembro de 2019) com efeito reflexo no patrimônio da Companhia no valor de R\$ 3.273 (RS 846 em 31 de dezembro de 2019). Essas opções referem-se a instrumentos de patrimônio da Rural Brasil e, portanto, não tem efeito diluidor na Companhia.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22.6 Ações em tesouraria na controlada

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) e reconhecidos ao custo de aquisição e deduzidos do patrimônio líquido da Rural Brasil. Nenhum ganho ou perda foi reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da controlada Rural Brasil.

22.7 Prejuízo por ação

(a) Básico

Prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O Lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias diluidoras.

	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(8.988)	(8.270)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	181.027	169.157
Prejuízo básico por ação - R\$	<u>(0,05)</u>	<u>(0,05)</u>

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Em 30 de setembro de 2020, não existem instrumentos com potencial de diluição do lucro.

23. Partes relacionadas (Consolidado)

No decorrer de suas operações, direitos e obrigações são contraídas entre partes relacionadas, oriundas de operações comerciais e financeiras. As transações comerciais, tais como compra e venda de mercadorias entre partes relacionadas, são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes, que devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes com partes não relacionadas. As operações financeiras com partes relacionadas decorrentes de transações de mútuo entre, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, são realizadas em condições específicas, sendo que não há cobrança de juros ou de prazo definido para pagamento nessas operações.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Saldos do fim do período, decorrentes das vendas/compras de produtos

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 7)	41.736	42.203
Outros créditos (Nota 10)	1.766	610
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 15)	(975)	

As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas e vencem em curto prazo. As contas a receber não têm garantias e estão sujeitas a juros.

Os outros créditos referem-se a valores pagos de forma antecipada para as partes relacionadas, conforme acordo firmado entre as partes.

As contas a pagar às partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de compras e vencem em curto prazo após a data da compra. As contas a pagar estão sujeitas a juros.

(b) Vendas de produtos

	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>
Vendas de produtos junto aos acionistas	15.502	12.425
Venda de Produtos demais partes relacionadas	25.321	20.507
	<u>40.823</u>	<u>32.931</u>

Os produtos são vendidos com base nas tabelas de preço em vigor e nos termos que estariam disponíveis para terceiros. As vendas de serviços são negociadas com as partes relacionadas, com base nos custos, permitindo uma margem de 10% (2019 - 10%).

(c) Compras de produtos e serviços

	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>
Compras de produtos junto aos Acionistas		2.620
Compras de Produtos demais partes relacionadas	2.087	2.281
	<u>2.087</u>	<u>4.901</u>

Os produtos e serviços são comprados de coligadas e de uma entidade controlada pelo pessoal-chave da administração, com base em termos e condições comerciais normais. A entidade controlada, pelo pessoal-chave da administração, é uma firma pertencente ao Sr. Silva, conselheiro da Companhia. Os serviços de administração são comprados da Controladora imediata com base nos custos, permitindo uma margem de 10% (2019 - 10%).

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Transações com acionistas

A Rural Brasil realiza os tipos de operações acima com seus acionistas, além de utilizar certos imóveis de propriedade dos acionistas para suas atividades operacionais, tendo ocorrido pagamento de aluguel em condições pactuadas contratualmente em 30 de setembro de 2020 no valor de R\$ 1.191 (30 de setembro de 2019 – R\$ 1.113).

(e) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>
Salários e outros benefícios de curto prazo, a empregados	5.685	3.948
Benefícios de rescisão		
Pagamentos com base em ações	<u>3.877</u>	<u>342</u>
	<u>9.562</u>	<u>4.290</u>

Adicionalmente, a gestão de determinadas atividades administrativas da Companhia é realizada por administradores alocados nas controladas, sem o repasse de custos para a controladora. Consequentemente, não há despesas com remuneração alocadas a controladora na data base.

24. Receita de contrato de clientes (Consolidado)

	<u>2020</u>		<u>2019</u>	
	<u>Trimestre</u>	<u>9 meses</u>	<u>Trimestre</u>	<u>9 meses</u>
Receita de venda de insumos agrícolas	438.995	843.349	198.658	517.329
Receita de venda de grãos de soja e milho	58.745	240.978	65.941	275.736
Impostos incidentes sobre as vendas (i)	(471)	(2.244)	(323)	(1.072)
Descontos, abatimentos e devoluções	(17.558)	(49.134)	(10.328)	(37.937)
(-) Ajuste a valor presente de vendas	<u>(20.035)</u>	<u>(50.789)</u>	<u>(11.267)</u>	<u>(28.495)</u>
	<u>459.676</u>	<u>982.160</u>	<u>242.681</u>	<u>725.561</u>

- (i) As vendas de insumos agropecuários possuem base de cálculo do ICMS reduzida nas saídas dos insumos agropecuários, bem como, há isenção de Pis/Cofins sobre insumos agrícolas.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. Custos das mercadorias vendidas (Consolidado)

	2020		2019	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Custo de materiais	431.437	934.402	225.776	692.733
Fretes sobre vendas	237	2.154	390	3.138
(-) Ajuste a valor presente de compras	(22.914)	(53.386)	(12.628)	(36.060)
	<u>408.760</u>	<u>883.171</u>	<u>213.538</u>	<u>659.812</u>

26. Despesas gerais e administrativas por natureza (Consolidado)

	2020		2019	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Despesa com aluguel	33	140	89	145
Despesa com depreciação	2.817	8.079	2.938	7.585
Despesa com impostos e taxas	363	1.221	562	1.120
Despesa com material de uso de consumo	178	677	366	953
Despesa com pessoal	7.547	21.299	6.036	16.885
Despesa com serviço de terceiros	1.467	4.681	2.401	5.337
Despesa com viagem e hospedagem	205	728	460	1.422
Outras despesas administrativas e gerais	1.334	3.981	1.045	3.412
	<u>13.943</u>	<u>40.807</u>	<u>13.898</u>	<u>36.860</u>

Nos montantes acima, estão contidas despesas que são classificadas como não recorrentes pela administração, haja vista sua natureza não usual às suas atividades operacionais normais de cada período. Essas despesas tem a seguinte natureza, por período:

	2020		2019	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Autuação tributária de exercício anterior				1.809
Consultoria para atividades não recorrentes	135	405	135	563
Total de despesas não recorrentes	<u>135</u>	<u>405</u>	<u>135</u>	<u>2.372</u>

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27. Despesas com vendas, por natureza (Consolidado)

	2020		2019	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Despesa com combustíveis	544	2.114	668	2.430
Despesa com comissões e remuneração	3.040	5.711	2.114	4.186
Despesa com logística	346	502	139	300
Despesa com propaganda e publicidade	223	1.404	372	1.649
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.851	5.959	2.639	5.448
Despesa com remuneração por ações	3.195	3.878	342	1.025
Despesa com pessoal	5.096	17.118	5.533	17.737
Outras despesas	995	2.985	900	2.673
	<u>16.288</u>	<u>39.671</u>	<u>12.709</u>	<u>35.448</u>

28. Outras receitas (despesas) por natureza, líquidas (Consolidado)

	2020		2019	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Perda de estoque não inerente à operação	(448)	(871)	(17)	(81)
Perda com imobilizado	58	267	88	80
Recuperação de perdas (i)			4.840	4.840
Outros	366	740	(174)	(377)
	<u>(24)</u>	<u>136</u>	<u>4.738</u>	<u>4.462</u>

- (i) Refere-se a recuperação de perdas incorridas pela controlada no desfecho de discussões judiciais relacionadas a período anterior a aquisição do investimento pela Companhia, deduzidas da última parcela paga aos acionistas minoritários nos termos do contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes em 19 de maio de 2016.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29. Resultado financeiro

	2020		2019	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Receita Financeira				
Rendimento sobre aplicações financeiras	416	1.685	403	1.914
Descontos obtido por antecipação de pagamento	1.755	3.021	1.754	7.932
Realização do AVP de recebíveis	6.337	56.026	7.382	39.832
Receita com operações de Barter	(53)	522	225	294
Juros sobre clientes	6.091	18.361	5.127	15.054
	14.546	79.615	14.891	65.026
Despesa Financeira				
Encargos sobre arrendamento mercantil	(269)	(695)	(596)	(791)
SWAP	973	(587)	(587)	(3.283)
Realização do AVP de fornecedores	(12.214)	(58.613)	(6.946)	(39.305)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.778)	(18.915)	(4.945)	(22.203)
Juros sobre CRA	(4.517)	(13.728)	(6.445)	(13.728)
Outras despesas financeiras	(2.313)	(9.707)	(1.929)	(9.407)
	(27.118)	(102.246)	(21.448)	(88.717)
Variação Cambial				
Instrumentos financeiros e derivativos	1.058	8.721		1.085
Variação cambial ativa	4.080	20.013	522	9.236
Variação cambial passiva	(5.708)	(29.418)	(980)	(6.952)
	(569)	(684)	(458)	3.369
Resultado financeiro				
	(13.141)	(23.315)	(7.016)	(20.322)

30. Imposto de renda e contribuição social

Os saldos consolidados de ativo e passivo diferidos consolidados têm a seguinte composição:

	30/09/2020	31/12/2019
Ajuste a valor presente e valor justo	(660)	(4.696)
Prejuízo fiscal e base negativa	10.262	5.536
Provisão de bônus		1.132
Provisão para perda de estoques	307	230
Impairment		(121)
Outros	3.748	5.554
Ativo de impostos diferidos, líquido	13.657	7.635

Parte substancial das despesas decorrentes de provisão para credores de liquidação duvidosa (PCLD) do Grupo atende os critérios previstos na Lei 9.430/96 para dedutibilidade de valores decorrentes de perdas no recebimento de créditos. Sobre a parcela da PCLD considerada como dedutível para fins de cálculo do imposto de renda e contribuição social correntes, não são constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O total dos prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social acumulados em 31 de março de 2020 no consolidado é de R\$ 30.182 (2019 - R\$ 16.282).

A Administração da Companhia estima que a realização dos impostos diferidos se dê pelo histórico de rentabilidade, devendo ocorrer em até 5 anos, pois refere-se principalmente ao prejuízo fiscal decorrente da sazonalidade das operações.

A reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e de contribuição social está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Prejuízo antes dos impostos	(8.988)	(8.270)	(4.668)	(23.668)
Alíquota fiscal	34%	34%	34%	34%
	3.056	2.812	1.587	8.047
Resultado de equivalência patrimonial	(2.596)	(3.984)		
Outros	(460)	1.172	(522)	1.150
Tributos no resultado			1.065	9.197
Corrente			(4.957)	(1.214)
Diferido			6.022	10.411
			1.065	9.197

31. Informações por segmento (Consolidado)

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Comitê Executivo, que é o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, bem como pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

O Comitê Executivo, Grupo tomador de decisões operacionais, considera o negócio sob perspectiva de produto. Na visão do Grupo, os segmentos operacionais apresentados a seguir são organizados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Conselho de Administração, principal tomador de decisões e responsável pela alocação de recursos e avaliação de desempenho desses segmentos:

- i) Insumos agrícolas: compreendem o comércio de fertilizantes, defensivos, foliares e sementes de soja e milho. O resultado desse segmento é determinado pela receita de venda auferida pela venda desses produtos, mensurada até o momento em que o Grupo transfere para o cliente o controle dos produtos vendidos.
- ii) Grãos de soja e milho: compreendem as operações decorrentes do recebimento físico, padronização e comercialização de grãos adquiridos de terceiros, bem como, dos grãos originados nas operações de “Barter”. O resultado desse segmento é determinado pelo resultado auferido nas operações de compra e venda de commodities agrícolas, incluindo a variação dos instrumentos financeiros atrelados à comercialização dessas commodities, bem como dos ativos não monetários relacionados.

O Comitê Executivo avalia o desempenho desses segmentos operacionais com base na evolução das receitas e no EBITDA ajustado gerados por cada segmento operacional. Essa base de mensuração exclui operações descontinuadas, quando aplicável, e efeitos de gastos não recorrentes de segmentos operacionais, como custos de

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

reestruturação, despesas legais e *impairment* de ágio quando o *impairment* é resultado de um evento isolado, não recorrente. A mensuração também exclui os efeitos de pagamentos baseados em ações liquidados em ações e ganhos ou perdas não realizadas sobre instrumentos financeiros. Despesas de vendas e administrativas não alocadas diretamente aos segmentos são consideradas como não-reportável, pois atende todas as unidades do Grupo. Receitas e despesas de juros não são alocadas aos segmentos, pelo fato destas atividades serem gerenciadas pela tesouraria central, no contexto do Grupo.

Demonstração do resultado consolidado por segmento

	Grãos		Insumos		Total	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Receita operacional	240.978	275.736	741.182	449.825	982.159	725.561
Custo das mercadorias vendidas	(239.584)	(277.180)	(643.587)	(382.631)	(883.171)	(659.812)
Resultado bruto	1.394	(1.444)	97.595	67.194	98.989	65.749
Despesas com vendas	(1.132)	(1.171)	(38.538)	(34.278)	(39.670)	(35.448)
Despesas gerais e administrativas	(1.822)	(2.530)	(30.906)	(26.744)	(32.728)	(29.274)
Outros resultados operacionais	(33)	43	169	3.169	136	3.212
Resultado financeiro líquido	127	62	(23.442)	(20.384)	(23.315)	(20.322)
Resultado gerado pelos segmentos	(1.466)	(5.040)	4.878	(11.043)	3.413	(16.083)
Depreciação e amortização			(8.079)	(7.585)	(8.079)	(7.585)
Imposto de renda e contribuição social	498	1.714	567	7.483	1.065	9.197
Prejuízo do período	(967)	(3.327)	(2.634)	(11.145)	(3.602)	(14.472)
(+/-) Resultado financeiro	(127)	(62)	23.442	20.384	23.315	20.322
(-) IRPJ e CSLL	(498)	(1.714)	(567)	(7.483)	(1.065)	(9.197)
(+) Depreciação e amortização			8.079	7.585	8.079	7.585
(-) IFRS 16 imóveis			(4.144)	(4.104)	(4.144)	(4.104)
(+) Despesas não recorrentes			405	2.372	405	2.372
EBITDA Ajustado	(1.593)	(5.102)	24.581	7.609	22.988	2.507

O resultado apresentado na tabela não deduz as despesas com depreciações e amortizações do ativo imobilizado e do intangível. A exclusão destas despesas no cálculo está em linha com a forma como a Administração avalia o desempenho de cada negócio e sua contribuição na geração do caixa. O resultado financeiro não é alocado por segmento, entendendo que sua formação está mais relacionada às decisões corporativas de estrutura de capital do que à natureza do resultado de cada segmento de negócio.

Ativos e Passivos operacionais consolidados por segmento

Os principais ativos e passivos operacionais da companhia foram segregados por segmento em função dos correspondentes centros de custo em que estão alocados e/ou de critério de rateio que leva em consideração o desempenho de cada setor em relação ao desempenho total; assim, essa alocação pode variar de um período para outro. Os ativos e passivos dos segmentos reportáveis podem ser assim resumidos:

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Grãos		Insumos		Total	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Ativo						
Contas a receber de clientes	25.337		590.452	822.275	615.790	822.275
Estoques	4.200		343.002	243.552	347.202	243.552
Intangível	1.105	1.105	101.382	97.582	102.487	98.687
Outros créditos	4.137	3.484	82.366	24.393	86.503	27.877
Total dos ativos alocados	34.779	4.589	1.117.203	1.187.802	1.151.982	1.192.391
Demais ativos não alocáveis					224.687	221.810
Total dos ativos					1.376.669	1.414.201
Passivo						
Fornecedores	5.261		437.459	631.555	442.720	631.555
Outras contas a pagar	4.670	3.913	102.940	11.862	107.609	15.775
Total dos passivos alocados	9.931	3.913	540.398	643.417	550.329	647.330
Demais passivos não alocáveis					826.340	766.871
Total dos passivos					1.376.669	1.414.201

32. Instrumentos financeiros (consolidado)

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira e diretoria do Grupo. Sendo que a tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a sociedade contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais.

As operações realizadas pelo Grupo através de instrumentos financeiros são demonstradas abaixo.

32.1 Ativos

Os ativos financeiros do Grupo são classificados como segue:

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Valor justo através do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos	8.721	1.085
Contrato a termo - commodities	<u>127</u>	<u>376</u>
	<u>8.848</u>	<u>1.461</u>
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	60.512	118.918
Aplicações financeiras	27.720	6.009
Contas a receber de clientes (i)	565.293	702.133
Títulos e valores mobiliários	40.500	40.280
Outros créditos (ii)	<u>22.872</u>	<u>3.723</u>
	<u>716.897</u>	<u>871.063</u>
	<u>725.745</u>	<u>872.524</u>

- (i) Não considera o valor a receber nas operações de barter, os quais serão liquidados mediante o recebimento de ativos não financeiros.
- (ii) Não considera ativos não monetários, os quais serão liquidados mediante o recebimento de ativos não financeiros.

32.2 Passivo

Os passivos financeiros do Grupo são classificados como segue:

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Outros passivos financeiros		
Fornecedores	442.720	631.555
Empréstimos e financiamentos	383.748	263.837
Passivo de arrendamento	13.077	10.120
Obrigações por cessão de crédito	160.819	189.406
Obrigações por aquisição de ações	4.999	11.819
Outras contas a pagar (i)	<u>19.193</u>	<u>14.249</u>
	<u>1.024.556</u>	<u>1.120.985</u>

- (i) Não considera passivos não monetários, os quais serão liquidados mediante a entrega de itens não financeiros.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos classificados como instrumentos financeiros referem-se a:

Caixa e equivalentes de caixa - Incluem o caixa, os saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras.

Contas a receber de clientes/fornecedores - Decorrem diretamente das operações do Grupo, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas, e desconsiderando instrumentos não financeiros como “barter”.

Empréstimos e financiamentos - Contratações realizadas junto a instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.

Contratos a termo financeiro - cambiais/ commodities - Valores referentes ao valor justo de operações de termo de moeda futuro junto a instituições financeiras, bem como, de contratos de venda futura de grãos no mercado a termo.

Obrigações por cessão de crédito - Contratações realizadas junto a empresa Securitizadora (desconto de títulos), registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.

Títulos e valores mobiliários – Aplicações em cotas de capital secundárias em Fundo de Investimento em títulos do Agronegócio - CRA.

Outros créditos – Saldos decorrentes de outras transações com terceiros, e que serão convertidos em caixa.

Mútuo com partes relacionadas – Saldo decorrentes de outras transações com partes relacionadas.

Passivos de arrendamento – Substancialmente se referem aos aluguéis de imóveis.

Outras contas a pagar – saldo decorrentes de outras transações e que serão liquidadas em caixa.

32.3 Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados, principalmente, à flutuação das variações cambiais e a preços de *commodities*. O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros de proteção para mitigar sua exposição a esses riscos. O Grupo vem implementando e aprimorando os controles internos para identificar e mensurar os efeitos das transações com as *tradings* e com as instituições financeiras, para que tais transações sejam capturadas, reconhecidas e divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em quaisquer outros ativos de risco.

32.4 Posições em aberto em outros valores a receber

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as seguintes posições em aberto a receber e a pagar no mercado de futuros são como segue:

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Swap	8.721	1.085
	<u>8.721</u>	<u>1.085</u>

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de hedge e não como investimentos especulativos. Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses.

32.5 Swap de taxas de juros

Os valores de referência (nocial) dos contratos de swap de taxas de juros, em aberto em 30 de setembro de 2020, correspondem a R\$ 8.721 (2019 - R\$ 1.085). Em 30 de setembro de 2020, as taxas de juros fixas variaram entre 2,4% e 2,5% (2019 - 1,1% a 1,21%).

32.6 Venda a termo

O Grupo possui contratos de venda futura de soja, milho e soja em dólar. As posições em aberto em 30 de setembro são como segue:

(a) 30/09/2020

<u>Produto</u>	<u>Quantidade (milhares de sacas)</u>	<u>Preço médio - R\$/ Sc</u>	<u>Nocial</u>	<u>Valor de mercado</u>
Soja	3.518	87	306.594	(170)
Milho	1.586	34	53.639	296
				<u>127</u>

(b) 30/09/2019

<u>Produto</u>	<u>Quantidade (milhares de sacas)</u>	<u>Preço médio - R\$/ Sc</u>	<u>Nocial</u>	<u>Valor de mercado</u>
Soja	1.354	75	101.956	(406)
Milho	2.924	24	69.620	468
				<u>62</u>

32.6 Posição de Swap de taxas de juros

Referem-se a ajustes nas posições de swap de dólar, com vencimentos futuros, com referência à cotação de R\$ 5,6407 em 30 de setembro de 2020 (31/12/2019 – R\$ 4,0307) acima.

		30/09/2020		31/12/2019	
		Saldo a		Saldo a	
<u>Banco</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Pagar/(receber) (R\$ mil)</u>	<u>Banco</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Pagar/(receber) (R\$ mil)</u>
Itaú	03/11/2020	(488)	Votorantim	14/01/2021	(556)
Votorantim	14/01/2021	9.208	Itaú	30/11/2020	(529)
		<u>8.721</u>			<u>(1.085)</u>

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32.7 Análises de sensibilidade

Foram realizadas simulações à sensibilidade das posições existentes em 30 de setembro de 2020 para os significativos identificados como riscos de mercado: preço das commodities e taxas cambiais.

As simulações foram elaboradas para demonstrar apenas o impacto em possíveis cenários negativos às posições tomadas pelo Grupo.

Como cenários foram utilizados um aumento de 25% ou uma redução de 50%, respectivamente, no caso análise das variações nos preços das commodities e no caso das taxas cambiais, sendo que essas variações foram definidas com base no histórico de mercado e nas projeções realizadas pela Administração em relação às exposições assumidas.

(a) Variações nos preços das commodities

Posição	Toneladas	Posição	Risco Atual	Mercado Atual Cotação	Aumento			Redução	
					Provável 5%	25%	50%	25%	50%
					Efeito	Efeito	Efeito	Efeito	Efeito
Soja - Safa 20.21	7.590	Venda	11.035	87,23	(552)	(2.759)	(5.518)	2.759	5.518
Soja - Safa 21.22	13.801	Venda	21.950	95,43	(1.098)	(5.488)	(10.975)	5.488	10.975
Milho - Safra 2020	(616)	Venda	(326)	31,79	16	82	163	(82)	(163)
Milho - Safra 2021	11.158	Venda	6.274	33,74	(314)	(1.569)	(3.137)	1.569	3.137
					(1.947)	(9.733)	(19.467)	9.733	19.467

De acordo com sua política de gerenciamento de riscos de mercado, o Grupo compra e vende posições futuras de mercadoria para se proteger do risco de preço de mercado uma vez que os grãos têm seus preços referenciados nas cotações da BM&F e CBOT.

(b) Variações nas taxas cambiais

	Risco	Saldo Nacional	Saldo de Fechamento	Mercado Atual Cotação	Aumento			Redução		
					Provável 5%	25%	50%	Provável 5%	25%	50%
					Efeito	Efeito	Efeito	Efeito	Efeito	Efeito
Empréstimos e financiamentos	Cambio	6.065	34.208	5,6407	1.710	8.552	17.104	(428)	(8.552)	(17.104)
Contrato de Swap	Cambio	(6.065)	(34.208)	5,6407	(1.710)	(8.552)	(17.104)	428	8.552	17.104

(c) Variações nas taxas de juros

Posição	Risco	Saldo Nacional	Saldo de Fechamento	Mercado Atual Cotação	Aumento			Redução	
					Provável 5%	25%	50%	25%	50%
					Efeito	Efeito	Efeito	Efeito	Efeito
Empréstimos e financiamentos	Taxa de juros pós	368.930	368.427	1,9%	(18.447)	(92.107)	(184.214)	92.107	184.214
Contrato SWAP CDI	Taxa de juros pós	6.065	6.065	1,9%	(303)	(1.516)	(3.033)	1.516	3.033
		374.995	374.492		(18.750)	(93.623)	(187.246)	93.623	187.246

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

33. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa (Consolidado)

(a) Reconciliação da dívida líquida

	30/09/2020	30/09/2019
Empréstimo de curto prazo	326.506	222.812
Empréstimo de longo prazo	47.528	24.152
Arrendamento de curto prazo	3.672	3.693
Arrendamento de longo prazo	7.809	6.609
Total da dívida	385.514	257.265
Caixa e equivalentes de caixa	(60.512)	(50.578)
Dívida líquida	<u>325.002</u>	<u>206.688</u>

(b) Movimentação da dívida líquida

	Empréstimo bancário	Debêntures e outros	Arrendamentos	Total da dívida	Caixa e equivalentes	Aplicação financeira	Dívida líquida
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2018	256.252	27.442		283.693	(80.729)		202.964
Ajuste de adoção inicial do IFRS 16/CPC 06(R2)			10.962	10.962			10.962
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2019	256.252	27.442	10.962	294.655	(80.729)		213.926
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa							
Obtenção de empréstimos	125.898			125.898			125.898
Pagamento de empréstimos/debêntures	(147.007)	(26.137)		(173.144)			(173.144)
Pagamento de juros	(13.948)	(1.305)		(15.253)			(15.253)
Contraprestações de arrendamento pagas			(4.104)	(4.104)			(4.104)
Outras					36.411	(10.984)	25.427
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa							
Aquisição/novos arrendamentos							
Juros apropriados	21.572		791	22.363			22.363
Efeito da combinação de negócios	4.197		2.654	6.851	(2.577)		4.274
Dívida líquida em 30 de setembro de 2019	<u>246.964</u>		<u>10.302</u>	<u>257.266</u>	<u>(46.895)</u>	<u>(10.984)</u>	<u>199.388</u>
	Empréstimo bancário		Arrendamentos	Total da dívida	Caixa e equivalentes	Aplicação financeira	Dívida líquida
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2020	263.837		10.120	273.957	(118.918)	(6.009)	149.030
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa							
Obtenção de empréstimos	344.136			344.136			344.136
Pagamento de empréstimos	(242.077)			(242.077)			(242.077)
Pagamento de juros	(17.895)			(17.895)			(17.895)
Contraprestações de arrendamento pagas - imóveis			(4.144)	(4.144)			(4.144)
Contraprestações de arrendamento pagas - outros			(356)	(356)			(356)
Outras					58.406	(21.711)	36.695
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa							
Juros apropriados	26.032		695	26.727			26.727
Adições de contrato de arrendamento			5.166	5.166			5.166
Efeito da combinação de negócios							
Dívida líquida em 30 de setembro de 2020	<u>374.033</u>		<u>11.481</u>	<u>385.514</u>	<u>(60.512)</u>	<u>(27.720)</u>	<u>297.282</u>

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

34. Cobertura de seguros (Consolidado)

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia e suas controladas têm programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Cobertura de seguro <i>(Em milhares de Reais)</i>	Consolidado
Responsabilidade civil	100.000
Predial e Estoques	47.290
Veículos	100% Tabela FIPE

35. Eventos subsequentes

a) Cisão parcial de seu acervo líquido

Em 30 de setembro de 2020, os acionistas da Agro Trends Participações S.A. aprovaram a constituição da controlada direta Rural Brasil CAR S.A., cujo capital social foi formado pela absorção do acervo líquido cindido da Rural Brasil S.A., no montante de R\$ 72.164, o qual foi totalmente integralizado. Em 30 de outubro de 2020, os acionistas da Agro Trends Participações S.A., aprovaram a cisão parcial da companhia e a versão do acervo líquido cindido à Agro Opportunity Participações S.A., e a consequente redução do capital social da companhia, no valor de R\$ 45.295. Essa cisão parcial ocorreu com a finalidade de refletir os acordos jurídicos estabelecidos entre seus acionistas.

b) Possibilidade de Initial Public Offering (IPO)

Em julho de 2020, os acionistas do Grupo avaliaram a possibilidade de acessar o mercado de capitais e decidiram proceder com uma reestruturação societária para viabilizar essa operação. Nesse contexto, a administração do Grupo procedeu com determinados movimentos societários, com o objetivo de efetuar a distribuição primária de ações de sua nova estrutura, denominada AgroGalaxy, após o registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e ser listada no Novo Mercado. Presentemente, o Grupo se empenha para prestar as informações suplementares necessárias para:

Em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 17 de dezembro de 2020, foi deliberada e aprovada as seguintes matérias:

- a submissão pela AgroGalaxy do pedido de registro de companhia aberta na categoria “A” perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480.
- a submissão à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão: (a) do pedido de adesão do AgroGalaxy ao Novo Mercado; e (b) do pedido de admissão à negociação das ações do AgroGalaxy na B3, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado, ficando a Diretoria do AgroGalaxy autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado.

Os movimentos societários realizados pela administração do Grupo para viabilizar essa operação, foram os seguintes:

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reestruturação societária da Companhia

Em 30 de setembro de 2020, os acionistas não controladores da Agrototal Holding S.A. ("Agrototal"), controlada direta da Agro Control Participações S.A. ("Agro Control"), e controlada indireta da Companhia, efetuaram aporte de capital na Companhia após terem trocado suas ações da Agrototal por ações da Agro Control. Como resultado dessa reestruturação, a Companhia passou a deter 100% de participação, nas empresas, Agro Control e Agrototal, controladas direta e indireta, respectivamente. Os passos dessa reestruturação foram os seguintes:

- Os acionistas não controladores da Agrototal efetuaram o aporte de capital na Agro Control com a conferência de ações que esses detinham na Agrototal, equivalentes a 33,5% do capital social da empresa. Nesse evento, o capital social da Agro Control foi aumentado de R\$ 32.281 para R\$ 87.066, mediante a emissão de 114.182.720 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e
- Os então acionistas não controladores da Agro Control efetuaram o aporte de capital na Companhia, com a conferência das ações que esses detinham na Agro Control, equivalentes a 33,5% do capital social da empresa. Nesse evento, o capital social da Companhia foi aumentado de R\$ 35.035 para R\$ 90.820, mediante a emissão de 115.208.697 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Reestruturação societária do AgroGalaxy Participações S.A. ("AgroGalaxy", anteriormente Agro Trends Participações S.A.)

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia e a Agro Advance Participações S.A. ("Agro Advance") foram incorporadas pela Agro Trends Participações S.A. ("Agro Trends"), determinada como adquirente legal, que nessa mesma data alterou a sua razão social para AgroGalaxy Participações S.A. ("AgroGalaxy"). Nessa operação, de acordo com as regras contábeis aplicáveis, a Companhia foi determinada como adquirente contábil e, portanto, as demonstrações financeiras do AgroGalaxy serão apresentadas como uma continuidade das demonstrações financeiras da Companhia.

Esta reestruturação ocorreu com a troca de ações, por valores negociados entre as partes, em uma operação entre companhias que não possuem controle comum e, portanto, representa uma combinação de negócios sob o escopo do CPC 15 (R1)/ IFRS 3 Combinação de negócios, apresentada considerando o método de aquisição. Como parte da avaliação da Administração, para fins de combinação de negócios, a Companhia foi considerada a adquirente contábil (apesar de ser a empresa legalmente incorporada/ adquirida) e a Agro Trends, assim como a Agro Advance, foram consideradas as empresas adquiridas, (apesar de a Agro Trends ser incorporadora e a entidade sobrevivente legal), configurando uma situação de aquisição reversa.

Também em 30 de outubro de 2020, as empresas concluíram a obtenção de todas autorizações, renúncias, consentimentos e aprovações de terceiros necessárias para a consumação dessa operação. Desta forma, a transação foi legalmente implementada por meio de troca de ações, com a extinção da Companhia e a Agro Advance, nos termos do artigo 219, inciso II, da Lei das S.A. e estabelecendo o AgroGalaxy (antiga Agro Trends) como sucessora de todos os direitos e obrigações das empresas extintas

A referida operação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, que aprovou a combinação dos negócios dessas empresas, por meio da incorporação da Companhia e da Agro Advance pela Agro Trends, nos termos do artigo 1.117 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dos artigos dos artigos 224 e 225 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), conforme termos do Protocolo e Justificação de Incorporação da Companhia pela Agro Trends e do Protocolo de Justificação de Incorporação da Agro Advance pela Agro Trends, celebrados em 23 de outubro de 2020.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A contraprestação transferida ocorreu pela relação de substituição de ações nas proporções acordadas de 1,12746 ação ordinária de emissão da AgroGalaxy por cada ação ordinária de emissão da Agro Key e 0,93942 ação ordinária de emissão da AgroGalaxy por cada ação ordinária de emissão da Agro Advance. Como parte desta transação, a AgroGalaxy teve seu capital social aumentado no montante de R\$ 633.135, mediante a emissão de 403.233.696 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizadas pelos acionistas originais da Agro Key e da Agro Advance, por meio da conferência de ações que esses detinham na Companhia e na Agro Advance. Dessa forma, os acionistas da Agro Key passaram a deter, em conjunto, 44,10% do capital social total e votante da AgroGalaxy, enquanto os acionistas originais da Companhia e da Agro Advance passaram a deter, em conjunto, 41,7% e 14,2% do capital social total e votante da AgroGalaxy, respectivamente.

* * *

Relatório da Administração sobre os resultados consolidados

EBITDA¹ TOTALIZA R\$ 23,0 MILHÕES EM 30/09/2020, AVANÇO DE 817,1%

São Paulo, 20 de outubro de 2020 – Agro Galaxy Participações S.A. divulga seus resultados do exercício de 30 de setembro de 2020. Os comentários aqui incluídos referem-se aos resultados consolidados em IFRS, cujas comparações têm como base o mesmo período de 2019, conforme indicado.

I. MENSAGEM DA DIRETORIA

Somos um dos maiores grupos no setor de varejo de insumos agrícolas do Brasil, com presença consolidada no Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil. Operamos no varejo tradicional, no segmento de produção de sementes de soja, localizados nos maiores Estados produtores de grãos de soja e milho do país, tais como Goiás, Mato Grosso, Pará, Maranhão e Tocantins. Nossas lojas possuem em média 1.000m², o que nos permite oferecer a entrega de insumos agrícolas no momento mais adequado para os produtores rurais, os quais possuem suas propriedades agrícolas em regiões muitas vezes distantes dos grandes centros urbanos, com desafios logísticos inerentes ao negócio.

Atuamos desde 1987 com a distribuição de insumos agrícolas no Brasil. Também somos especialistas na prestação de serviços técnicos aos nossos clientes, oferecendo o conhecimento de 149 funcionários com formação em Engenharia Agrônômica através de análises das características químicas de solo e apresentando as melhores soluções para alta produtividade agrícola, totalizando 421 funcionários com foco em sempre buscar o melhor entendimento do nosso cliente, oferecer o melhor sortimento, além de uma operação diferenciada, entregando serviço e experiência a fim de garantir a melhor produtividade rural.

Todas as nossas iniciativas internas e externas têm como objetivo final garantir que entendemos e servimos o nosso cliente da melhor maneira possível. Temos indicadores, acompanhados diariamente por diversas áreas, que medem tanto o encantamento do nosso cliente, caso da metodologia *Net Promoter Score (NPS)*, bem como, os processos e padrões da loja, chamado de Pegada Rural. Esses são exemplos práticos da nossa cultura, que está preocupada em servir com excelência e garantir um relacionamento de longo prazo com nossos clientes.

Nossas vendas passam por rigoroso processo de aprovação de crédito, de acordo com política específica, que visam minimizar os riscos de inadimplência da operação. Usamos sistema integrado de apoio para realizar tais análises de créditos, garantindo a governança de liberação de pedidos. Utilizamos instrumentos de garantia tais como: Certificado de Produto do Agronegócio (CPR), alienações fiduciárias, hipotecas e seguro de safra, além de operações de barter (troca de produto) em linha com nossas políticas de crédito e de gestão de risco.

II. DESTAQUES

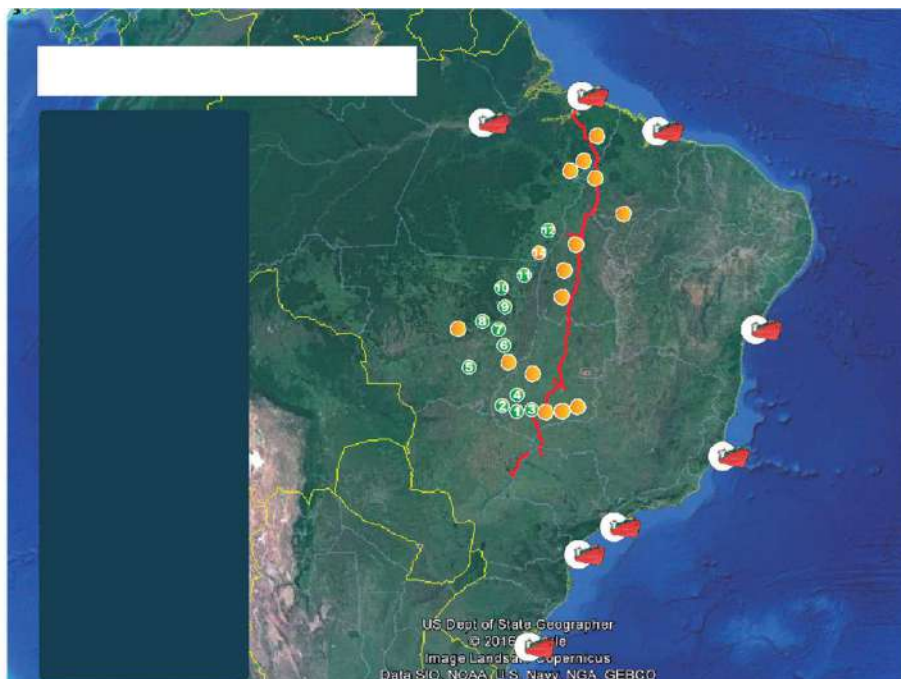
O terceiro trimestre de 2020 teve seu principal destaque no crescimento da Receita líquida em R\$ 256,6 milhões e na melhoria da margem bruta em 1,0 p.p passando de 9,1% do período anterior para 10,1% no período atual. A Margem EBITDA ajustado elevou-se em 2,0 p.p. em relação ao mesmo período anterior.

¹ Se refere ao EBITDA ajustado, conforme reconciliação no item V. A).

III. ANÁLISE DO DESEMPENHO OPERACIONAL

	3T-20	3T-19
 Lojas (# Unidades)	27	23
 Silos (# Unidades)	1	1
 Colaboradores (# pessoas)	421	370
 Vendedores (# pessoas)	102	101
 Recebimento de Grãos (Scs Mil)	5.504	4.275
 UBS(*) (Sementes) (# Unidades)	1	0

(*) UBS = Unidade de Beneficiamento de Sementes



IV. SUSTENTABILIDADE

Gestão de resíduos:

Em todas as nossas unidades temos, parcerias / associação com empresas para o recolhimento e armazenagem corretas das embalagens vazias, dando assim, condições ao produtor rural na correta destinação dos materiais

Produtos biológicos:

Temos fortemente estimulado a venda de produtos biológicos e ambientalmente sustentáveis no mercado e em toda a cadeia de produção.

Monitoramento das áreas de plantio:

Em nosso processo de aprovação de crédito e liberação de faturamento aos produtores rurais, executamos procedimentos para garantir que não haja:

- Uso de trabalho escravo ou infantil;
- Plantio em áreas embargadas pelos órgãos de controle ambiental; e
- Áreas sem a devida devolução das embalagens.

Colaboradores:

Com aproximadamente 421 funcionários, espalhados pelo Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil. Nossos colaboradores carregam o *mindset* da Companhia e são nosso maior ponto de contato com nossos clientes nas lojas físicas. A Companhia possui boas práticas adotadas nos últimos anos em diversos programas da área de operações, tais como: manuais operacionais de loja, treinamentos, programa de excelência de vendas, plataforma online interna de divulgação de comunicados, vídeos de treinamentos, competições e etc.

Através da Universidade Rural, que é a plataforma digital da Companhia, a qual oferece ensino a distância para os colaboradores, permitindo acesso a cursos e treinamentos com alto nível de detalhes e personalização, refletindo assim nossos valores, políticas, estratégias e objetivos empresariais, treinamos diversos funcionários. As Trilhas de Aprendizagem são adaptadas às necessidades de treinamento e de gestão dos talentos de cada unidade de negócio.

V. DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

Resumo Resultado Anual <i>Em milhares de R\$</i>	Consolidado		Var. \$	Var. (%)
	3T-20	3T-19		
Receita líquida	982.160	725.561	256.599	35,4%
(-) Custo das mercadorias vendidas	(883.171)	(659.812)	(223.359)	33,9%
Lucro bruto	98.989	65.749	33.240	50,6%
<i>% receita líquida</i>	<i>10,1%</i>	<i>9,1%</i>	<i>1,0 p.p.</i>	<i>11,2%</i>
(-) despesas administrativas	(40.807)	(36.860)	(3.947)	10,7%
(-) despesas comerciais	(39.670)	(35.448)	(4.222)	11,9%
(-) outras receitas e despesas operacionais	136	3.212	(3.076)	-95,8%
Lucro antes do resultado financeiro (a)	18.648	(3.346)	21.994	-657,3%
<i>% receita líquida</i>	<i>1,9%</i>	<i>-0,5%</i>	<i>2,4 p.p.</i>	<i>-511,7%</i>
(-) Resultado financeiro	(23.315)	(20.322)	(2.993)	14,7%
(-) Imposto de renda e contribuição social	1.065	9.197	(8.132)	-88,4%
(=) Lucro líquido	(3.602)	(14.472)	10.870	-75,1%
<i>% receita líquida</i>	<i>-0,4%</i>	<i>-2,0%</i>	<i>1,6 p.p.</i>	<i>-81,6%</i>
(+) Depreciação e amortização (b)	8.079	7.585	494	6,5%
EBITDA Contábil (a) + (b)	26.727	4.238	22.489	530,6%
<i>% receita líquida</i>	<i>2,7%</i>	<i>0,6%</i>	<i>2,1 p.p.</i>	<i>365,8%</i>
(+/-) Juros ativos e passivos				
(-) IFRS 16 imóveis	(4.144)	(4.104)	(40)	1,0%
(+/-) Receita e despesas não recorrentes	405	2.372	(1.967)	-82,9%
EBITDA Ajustado	22.988	2.506	20.482	817,1%
Margem EBITDA Ajustado	2,3%	0,3%	2,0 p.p.	577,5%

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12. O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, conciliada com nossas demonstrações financeiras. O EBITDA consiste no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é medida de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS), e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. Para maiores detalhes vide seção 3.2 do Formulário de Referência.

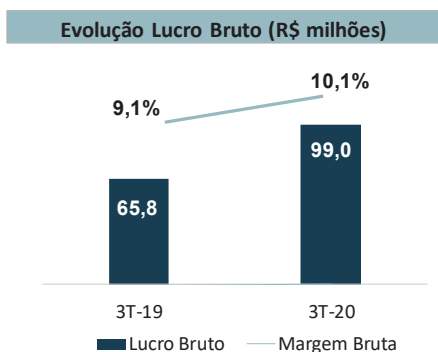
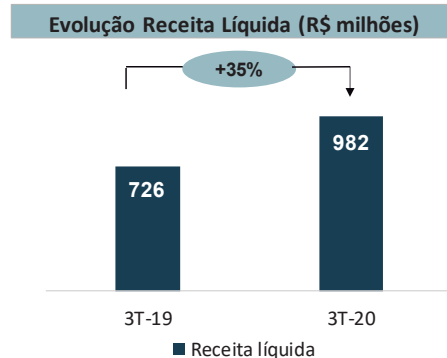
A Margem EBITDA corresponde à divisão entre o EBITDA e a receita líquida. A Margem EBITDA não é medida de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS), e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. Para maiores detalhes vide seção 3.2 do Formulário de Referência.

O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA de um período ou exercício ajustado para excluir ou adicionar efeitos do mesmo período ou exercício, conforme aplicável. A margem EBITDA Ajustado é calculada pelo EBITDA Ajustado de um período ou exercício dividido pela receita operacional líquida do mesmo período. O EBITDA Ajustado não é medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pela IFRS, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerada como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa operacional, assim como não deve ser considerada como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia. Para maiores detalhes vide seção 3.2 do Formulário de Referência.

A Margem EBITDA Ajustado corresponde à divisão entre o EBITDA Ajustado e a receita líquida. A Margem EBITDA Ajustado não é medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pela IFRS, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerada como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa operacional, assim como não deve ser considerada como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia. Para maiores detalhes vide seção 3.2 do Formulário de Referência.

Receita Líquida

A receita líquida com venda de insumos agrícolas cresceu R\$ 291,4 milhões (+64,8%) e a receita líquida com venda de grãos reduziu R\$ (34,8) milhões (-12,6%), totalizando um aumento de R\$ 256,6 milhões na receita líquida (+35,4%)
O crescimento se deu por um mix de i) expansão no mercado de atuação das novas lojas abertas em 2019, ii) crescimento em regiões com lojas maduras.



Margem Bruta (lucro bruto)

A Margem Bruta atingiu o patamar de 10,1%, um crescimento de 1,0 p.p. em relação ao ano anterior, conseguindo crescer em mesmo em um ano complexo com os desafios do COVID-19.

SG&A – Despesas com Vendas, Administrativas e Gerais



O índice das despesas reduziu em 1,3 p.p. As administrativas e gerais cresceram 10,7% e as despesas de vendas aumentaram 11,9%.

EBITDA Ajustado²

O EBITDA ajustado² da operação foi de R\$ 23,0 milhões no 3T-20, crescimento de R\$ 20,5 milhões (+817,1%) e a margem EBITDA atingiu 2,3%, +2,0 p.p., em comparação com o período anterior.

A evolução de 2,0 p.p na margem EBITDA foi resultado da melhoria de margem em 1,0 p.p. refletindo em um aumento de R\$33,2 milhões.



² EBITDA ajustado reclassifica os valores de descontos concedidos e desconto obtidos em renegociações de preços junto a fornecedores e para clientes, variação cambial operacional quando referente a proteção da receita ou do custo dos produtos, juros / mora cobrado dos clientes, juros passivos pagos a fornecedores em novação e receita e/ou despesas não recorrentes (exemplo crédito extemporâneo, consultoria de reestruturação e gastos com M&A).

Resultado Financeiro

O resultado financeiro (despesa líquida) no período foi de R\$ 23,3 milhões contra R\$ 20,3 milhões no período anterior. Esse incremento é decorrente da elevação do nível de endividamento da Companhia ao longo do ano para alavancar o crescimento.

Dividendos

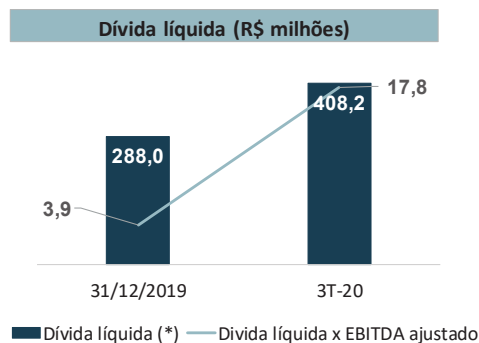
Os dividendos mínimos obrigatórios que representa 5% do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal de 5%, de acordo com as demonstrações financeiras. A proposta de distribuição do resultado deverá ser aprovada em Assembleia Geral.

Investimentos

Os investimentos operacionais somaram R\$ 14,7 milhões, assim distribuídos: (i) R\$ 5,2 milhões em direitos de uso de arrendamento (IFRS16), (ii) R\$ 5,3 milhões em software e processos sistêmicos, (iii) R\$ 2,3 milhões em benfeitorias em imóveis de terceiros, com abertura de novas lojas e adequações, (iv) R\$ 1,9 milhões diversificado entre veículos operacionais, computadores e móveis e utensílios.

Geração Operacional de Caixa

A geração operacional de caixa no 3T-20 foi uma aplicação de R\$ 58,1 milhões, frente a uma geração no 3T-19 de R\$ 115,4 milhões. O resultado negativo foi de R\$ 173,5 milhões foi efeito (i) do maior prazo com fornecedores, que conseguiu suportar o crescimento de clientes (capital de giro); (ii) aumento no resultado ajustado do exercício.



Estrutura de capital

A dívida líquida ajustada correspondeu ao montante de R\$ 408,2 milhões no 3T-20 versus R\$ 288,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 um crescimento de R\$ 120,2 milhões.

Inadimplência

Os títulos vencidos acima de 365 dias totalizaram o montante de R\$ 72 milhões no período, dos quais há provisão para perda de R\$ 47,5 milhões. Esses títulos vencidos referem-se principalmente a (i) títulos de longa data em que os sócios fundadores são responsáveis; (ii) títulos em renegociação que tem garantia real e que por isso não foram constituídos provisão de perda sobre o mesmo. Dado a sazonalidade dos nossos clientes com a principal cultura de soja terem um ciclo a cada ano, as renegociações.

Hedge moeda estrangeira e de commodities agrícolas

A Companhia realiza operações em moeda estrangeira, principalmente em aquisição de insumos agrícolas, tais como fertilizantes, venda de grãos e em operações de empréstimos para capital de giro. Essas operações, conforme a política interna, são protegidas contra tais variações, através de contratação de operações de NDF (Non Deliverable Forward), Swap cambial, mercado futuro (Chicago, B3), barter (troca de insumos por grãos através de head natural). As posições em aberto em 30 de setembro de 2020 reconhecidas ao valor justo eram: a) ganho na venda a termo commodities R\$ 0,1 milhão (ganho de R\$ 0,1 milhão no período anterior); b) perda na posição de swap cambial R\$ 8,7 milhões (ganho de R\$ 1,1 milhões no exercício anterior).

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE DEZ MESES
FINDO EM 31 DE OUTUBRO DE 2020**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

AgroGalaxy Participações S.A.

***Demonstrações financeiras
intermediárias individuais e
consolidadas em
31 de outubro de 2020
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
AgroGalaxy Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias individuais da AgroGalaxy Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de outubro de 2020 e as respectivas demonstrações intermediárias do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de dez meses findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da AgroGalaxy Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de outubro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas intermediárias do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de dez meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AgroGalaxy Participações S.A. e da AgroGalaxy Participações S.A. e suas controladas em 31 de outubro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de dez meses findo nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

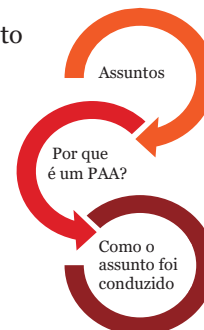
Ênfase - Demonstrações financeiras comparativas

Chamamos a atenção para as Notas 2, 4.2 (c) e 5 às demonstrações financeiras intermediárias, que descrevem que as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas, bem como as demonstrações financeiras correspondentes ao exercício anterior, que estão sendo apresentadas de forma comparativa, referem-se às demonstrações financeiras da Agro Key Participações S.A., determinada adquirente contábil na combinação de negócios também descrita na Nota 5, e que foi incorporada pela Companhia e legalmente extinta na data dessa combinação de negócios. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

AgroGalaxy Participações S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Combinação de negócios com aquisição reversa

Conforme descrito nas Notas 2, 4.2(c) e 5 às demonstrações financeiras intermediárias, em 30 de outubro de 2020, a Companhia incorporou as empresas Agro Key Participações S.A ("Agro Key") e Agro Advance Participações S.A. ("Agro Advance") resultando na aquisição de controle das empresas Agro Control Participações S.A., Grão de Ouro Agronegócios S.A. e suas respectivas controladas.

Esta transação foi avaliada como uma combinação de negócios sob o escopo da norma CPC 15 (R1)/IFRS 3 - Combinação de Negócios, a ser contabilizada pelo método de aquisição. Na aplicação do referido método, a administração identificou que a Agro Key, entidade legalmente incorporada, atingia os critérios para ser apontada como adquirente contábil e, conseqüentemente, determinou que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Agro Key à valores históricos contábeis, devem ser a base para as demonstrações financeiras da Companhia após a referida incorporação.

Adicionalmente, o método de aquisição considera, entre outros, a determinação dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos, bem como do ágio ou ganho por compra vantajosa, no caso do custo de aquisição ser superior ou inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, respectivamente.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento dos processos estabelecidos pela administração na aplicação do CPC 15 (R1)/IFRS 3 - Combinação de Negócios, incluindo a determinação do adquirente contábil e os modelos de cálculo para determinação da alocação do preço de compra.

Avaliamos os procedimentos adotados pela administração na determinação do adquirente contábil, os quais incluíram a revisão do memorando técnico preparado pela administração para a avaliação dessa combinação de negócios, a verificação dos cálculos realizados para determinar a participação acionária dos acionistas após a combinação de negócios, a análise dos atos societários que formalizaram a transação, a verificação dos efeitos contábeis resultantes dessa transação nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e a discussão de nossas conclusões com nossos especialistas em normas de contabilidade.

Com o apoio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade da metodologia e discutimos as principais premissas adotadas na identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, comparando-as com dados observáveis de mercado

Porque é um PAA

Consideramos essa área como de foco na auditoria devido ao nível de julgamento envolvido na determinação da adquirente contábil, na identificação e na determinação dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos, bem como do ágio apurado.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

e/ou segmento de atuação, quando aplicável, e com informações históricas disponíveis, bem como com o contrato que formalizou a transação.

Avaliamos a competência e a objetividade dos especialistas externos contratados pela administração para a emissão do laudo de alocação do preço de compra na combinação de negócios.

Avaliamos a adequação das divulgações sobre a natureza e os efeitos financeiros da combinação de negócios efetuada pela Companhia.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos da administração para determinar o adquirente contábil e os efeitos dessa transação nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, bem como os julgamentos e premissas utilizados pela administração no processo de identificação e mensuração dos valores justos dos ativos adquiridos e passivo assumidos nas transações são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações intermediárias individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações intermediárias do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras intermediárias do período anterior revisadas, mas não auditadas

As demonstrações financeiras intermediárias mencionadas no primeiro parágrafo, incluem informações contábeis correspondentes do período de dez meses findo em 31 de outubro 2019, apresentadas para fins



AgroGalaxy Participações S.A.

de comparação. As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da AgroGalaxy Participações S.A. em 31 de outubro de 2019 e para o período de dez meses findo nessa data não foram auditadas por nós, mas foram submetidas à revisão. Uma revisão tem um alcance significativamente menor que uma auditoria. O relatório de revisão com data de 31 de dezembro de 2020 expressou uma conclusão sem ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é



AgroGalaxy Participações S.A.

um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



AgroGalaxy Participações S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia, 31 de dezembro de 2020

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Luana Teixeira Lopes'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Luis Fernando de Souza Maranhã'.

Luis Fernando de Souza Maranhã
Contador CRC 1SP201527/O-5

Índice

Balanço patrimonial	2
Demonstração intermediária do resultado	3
Demonstração intermediária do resultado abrangente	4
Demonstração intermediária das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração intermediária dos fluxos de caixa	6
Demonstração intermediária do valor adicionado	7
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias	
1 Contexto operacional	8
2 Base de preparação	9
3 Resumo das principais políticas contábeis	10
4 Uso de estimativas e julgamentos	22
5 Combinação de negócios	25
6 Gestão de risco financeiro	29
7 Caixa e equivalentes de caixa	36
8 Contas a receber de clientes (Consolidado)	37
9 Estoques (Consolidado)	38
10 Impostos a recuperar (Consolidado)	39
11 Adiantamentos a fornecedores (Consolidado)	39
12 Investimentos (Controladora)	39
13 Imobilizado (Consolidado)	42
14 Intangível (Consolidado)	44
15 Ativos de direito de uso (Consolidado)	47
16 Fornecedores e outras contas a pagar (Consolidado)	47
17 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)	48
18 Passivos de arrendamento (Consolidado)	49
19 Obrigações por cessão de créditos (Consolidado)	52
20 Obrigações sociais e trabalhistas (Consolidado)	53
21 Adiantamentos de clientes (Consolidado)	53
22 Contingências (Consolidado)	53
23 Patrimônio líquido	54
24 Partes relacionadas (Consolidado)	57
25 Receita de contrato de clientes (Consolidado)	60
26 Custos das vendas (Consolidado)	61
27 Despesas administrativas e de vendas (Consolidado)	62
28 Resultado financeiro (Consolidado)	63
29 Imposto de renda e contribuição social (Consolidado)	64
30 Informações por segmento (Consolidado)	65
31 Instrumentos financeiros (Consolidado)	66
32 Outras divulgações sobre os fluxos de caixa (Consolidado)	71
33 Seguros	73
34 Eventos subsequentes	73

AgroGalaxy Participações S.A.

Balanco patrimonial em Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/10/2020	31/12/2019	31/10/2020	31/12/2019			31/10/2020	31/12/2019		
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.068	353	110.588	97.921	Fornecedores	16		1.406.801	509.356	
Aplicações financeiras	7			25.819		Empréstimos e financiamentos	17		795.827	232.852	
Contas a receber de clientes	8			1.383.451	466.729	Passivo de arrendamento	18		20.690	15.123	
Estoques	9			989.520	410.995	Instrumentos financeiros derivativos	32		1.075	484	
Impostos a recuperar	10	55	5	34.683	20.816	Contratos a termo	31		4.760	49.971	
Contratos a termo	31			9.685	32.808	Obrigações por cessão de crédito	19		146.815	53.341	
Instrumentos financeiros derivativos	31			123.277	21.247	Obrigações sociais e trabalhistas	20		51.791	13.021	
Adiantamento à fornecedores	11		1.657	25.355	4.783	Impostos e contribuições a recolher	21	2	17.916	1.275	
Outros créditos						Adiantamentos de clientes	21		159.967	71.374	
Total do ativo circulante		2.123	2.015	2.702.379	1.055.299	Aquisição de participações societária a pagar	14		5.367	6.423	
						Outras contas a pagar		1.630	11.977	2.794	
Não circulante						Total do passivo circulante		3	1.630	2.622.956	956.014
Realizável a longo prazo						Não circulante					
Contas a receber de clientes	8			54.685	7.122	Empréstimos e financiamentos	17			31.725	
Títulos e valores mobiliários	19.1			51.545	10.380	Passivo de arrendamento	18		72.304	58.463	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29			12.349		Impostos e contribuições a recolher			3.406		
Impostos a recuperar	10			3.696	994	Imposto de renda e contribuição social diferidos	29		76.156	21.675	
Mútuos com partes relacionadas	24			664	355	Total do passivo não circulante			151.866	111.863	
Outros créditos				585		Total do passivo		3	1.630	2.774.823	1.067.877
Investimentos	12	930.330	260.434	123.524	18.851	Patrimônio líquido					
Ativos de direito de uso	15			85	131	Capital social	23	426.046	31.976	426.046	31.976
Imobilizado	13			89.709	69.862	Reservas de capital		490.944	193.807	490.944	193.807
Intangível	14			95.278	58.033	Pagamento baseado em ações		6.071	6.071	6.071	
Total do ativo não circulante		930.330	260.434	700.870	185.537	Ajustes de avaliação patrimonial			7.216	7.216	
				1.009.466	332.414	Reserva de lucros		3.538	27.820	3.538	27.820
						Lucros acumulados		5.851	5.851	5.851	
						Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		932.450	260.819	932.450	260.819
						Patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores			4.572	4.572	59.017
Total do ativo		932.453	262.449	3.711.845	1.387.713	Total do patrimônio líquido		932.450	260.819	937.022	319.836
						Total do passivo e do patrimônio líquido		932.453	262.449	3.711.845	1.387.713

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

AgroGalaxy Participações S.A.

Demonstração intermediária do resultado Período de dez meses findo em 31 de outubro

Em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019 (não auditado)	2020	2019 (não auditado)
Receitas	25			1.710.545	1.242.047
Custo das mercadorias vendidas	26			(1.492.705)	(1.046.713)
Lucro bruto				217.840	195.334
Despesas com vendas	27			(76.139)	(61.537)
Despesas gerais e administrativas	27	(311)	(92)	(86.629)	(64.658)
Outras (despesas) e receitas, líquidas	27			11.798	8.205
Resultado de equivalência patrimonial	12	(16.674)	11.359		
(Prejuízo) Lucro antes do resultado financeiro		(16.985)	11.267	66.871	77.344
Resultado financeiro, líquido	28	7	18	(97.906)	(51.759)
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(16.978)	11.285	(31.036)	25.584
Imposto de renda e contribuição social					
Imposto de renda e contribuição social correntes	29		(2)	(14.780)	(9.474)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29			23.685	1.541
(Prejuízo) Lucro líquido do período		(16.978)	11.282	(22.130)	17.651
Resultado atribuído para acionistas controladores				(16.978)	11.282
Não controladores				(5.152)	6.368
				(22.130)	17.651
(Prejuízo) Lucro líquido ponderado (básico e diluído) por ação - em R\$	23.5			(0,07)	0,05

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

AgroGalaxy Participações S.A.

Demonstração intermediária do resultado abrangente

Período de dez meses findo em 31 de outubro

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (não auditado)	2020	2019 (não auditado)
(Prejuízo) Lucro líquido do período	(16.978)	11.282	(22.130)	17.651
Outros resultados abrangentes				
Total do resultado abrangente do período	<u>(16.978)</u>	<u>11.282</u>	<u>(22.130)</u>	<u>17.651</u>
Atribuível a				
Acionistas da Companhia			(16.978)	11.282
Não controladores			<u>(5.152)</u>	<u>6.368</u>
			<u>(22.130)</u>	<u>17.651</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

AgroGalaxy Participações S.A.

Demonstração intermediária das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

Nota	Capital social				Atribuível aos acionistas da Controladora				Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de legal	Reserva de retenção lucros	Lucros acumulados	Total			
Em 1º de janeiro de 2019											
	25.535	(3.884)	187.132	7.216	396	6.305		222.700	47.664	270.364	
Aumento de capital social	9.500	(3.059)						6.441		6.441	
Integralização de capital subscrito	231	3.884						3.884		3.884	
Reserva de ágio na subscrição de ações	23,2		6.675					6.675		6.675	
Lucro líquido do período							11.282	11.282	6.368	17.651	
Em 31 de outubro de 2019 (não auditado)											
	35.035	(3.059)	193.807	7.216	396	6.305	11.282	250.982	54.032	305.015	
Em 1º de janeiro de 2020											
	35.035	(3.059)	193.807	7.216	1.505	26.315		260.819	59.017	319.836	
Aumento de capital social	55.786							55.786	(55.786)	3.401	
Opções outorgadas em controladas	23,7			2.455				2.455	946	174	
Ajuste participação de não controladores	23,1		174					174	(5.132)	(22.130)	
Prejuízo do período							(16.978)	(16.978)	975	2.605	
Reversão do dividendos mínimos obrigatórios	23,4					1.630		1.630			
Patrimônio líquido em 30 de outubro de 2020 antes da reestruturação											
	90.821	(3.059)	193.981	9.671	1.505	27.945	(16.978)	303.886		303.886	
Efeito da combinação de negócios											
Adequação da estrutura de capital da controladora legal											
Incorporação da Agro Kes Participações S.A. (adquirente controlado) pelo valor de livros											
Patrimônio líquido da Agro Trends Participações S.A. (adquirida controlada e adquirente legal) adquirido em 30 de outubro de 2020 pelo valor justo											
Incorporação Agro Advance Participações S.A. adquirida em 30 de outubro de 2020 pelo valor justo											
Em 31 de outubro de 2020											
	426.046		490.045	6.071	1.572	1.965	5.851	932.450	4.572	937.022	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

AgroGalaxy Participações S.A.

Demonstração intermediária dos fluxos de caixas

Período de dez meses findo em 31 de outubro

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (não auditado)	2020	2019 (não auditado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado do período antes dos impostos	(16.978)	11.285	(31.036)	25.584
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Depreciação e amortização			23.310	21.109
Ajuste a valor presente			(21.202)	2.886
Ajuste a valor presente de arrendamento			8.683	9.511
Resultado na venda de ativo imobilizado			(2.718)	
Resultado de equivalência patrimonial de controladas	16.674	(11.359)		
Variação no valor justo de commodities			49.678	(23.020)
Variação no valor justo dos contratos a termo			(19.506)	15.464
Instrumentos financeiros derivativos			(632)	(285)
Juros sobre empréstimos e financiamentos			15.713	22.084
Variação cambial empréstimos e financiamentos			552	(70)
Plano de pagamento baseado em ações			3.401	
Perda no valor realizável de contas a receber			4.045	6.511
	(304)	(75)	30.289	79.775
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes			46.339	(72.195)
Estoques			(212.198)	(199.571)
Adiantamentos a fornecedores			(40.815)	(7.616)
Impostos a recuperar			1.871	(5.048)
Outros créditos	29	87	(3.587)	(3.605)
Fornecedores e outras contas a pagar			195.029	141.301
Obrigações trabalhistas e sociais			6.777	1.777
Obrigações tributárias			255	(6.229)
Adiantamentos de clientes			(7.680)	68.441
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(275)	12	16.280	(2.971)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(2.675)	
Juros pagos		(2)	(17.739)	(17.385)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(275)	10	(4.134)	(20.356)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativos imobilizados			(19.065)	(23.051)
Recursos provenientes de alienação de imobilizado			13.311	1.650
Caixa líquido incorporado na combinação de negócios	1.990		34.151	
Dividendos recebidos				(1.423)
Aquisição de investimentos			74	(29)
Aplicação em títulos e valores mobiliários			(455)	5.445
Mútuo com partes relacionadas			(1.381)	(634)
Pagamento na aquisição de controlada indireta				(13.646)
Aumento de capital em controlada		(17.100)		
Aquisição de intangível			(7.213)	(1.806)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	1.990	(17.100)	19.423	(33.492)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captações de empréstimos e financiamentos			310.903	197.744
Captações de recursos securitizados			9.908	9.488
Liquidações de empréstimos e financiamentos			(242.464)	(204.067)
Liquidação de recursos securitizados			(63.249)	(25.671)
Passivos de arrendamento			(17.719)	(14.736)
Aumento de capital e reserva de capital		17.000		17.000
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamentos		17.000	(2.622)	(20.242)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	1.715	(90)	12.667	(74.090)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	353	443	97.921	97.900
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2.068	353	110.588	23.810

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

AgroGalaxy Participações S.A.

Demonstração intermediária do valor adicionado

Período de dez meses findo em 31 de outubro

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (não auditado)	2020	2019 (não auditado)
RECEITAS				
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços			1.718.414	1.246.605
Outras Receitas			11.798	8.205
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa			(4.045)	(6.511)
			1.726.167	1.248.299
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos das mercadorias e serviços vendidos			(1.494.408)	(1.050.516)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(311)	(92)	(56.240)	(44.516)
	(311)	(92)	(1.550.648)	(1.095.032)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(311)	(92)	175.518	153.267
DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO			(23.309)	(20.662)
VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(311)	(92)	152.209	132.605
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas Financeiras e Variações Cambiais	7	17	63.617	28.341
Resultado de Equivalência Patrimonial	(16.674)	11.359		
	(16.667)	11.376	63.617	28.341
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	(16.978)	11.284	215.826	160.946
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL				
Remuneração Direta			64.572	39.740
Benefícios			57.592	35.405
FGTS			3.776	1.625
			3.204	2.710
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES				
Federais		1	(5.857)	8.718
Estaduais		1	64	13.907
Municipais			(6.245)	(5.550)
			323	361
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS				
Juros, Variações Cambiais e Monetárias		1	179.242	94.837
Despesas de Aluguéis e Arrendamento		1	161.523	80.100
			17.719	14.736
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS				
Resultado do período Retido	(16.978)	11.282	(22.130)	17.651
	(16.978)	11.282	(22.130)	17.651
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	(16.978)	11.284	215.827	160.946

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A AgroGalaxy Participações S.A. (anteriormente denominada Agro Trends Participações S.A., e referida nessas demonstrações financeiras intermediárias como AgroGalaxy ou "Companhia" e quando em conjunto com suas controladas como o "Grupo"), constituída na forma de sociedade anônima e sediada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Em 31 de outubro de 2020, não há um acionista identificado como controlador e, dessa forma, configura-se o controle coletivo da Companhia conforme decisões por maioria em percentuais definidos em acordo de acionistas. Adicionalmente, em decorrência do Acordo de Acionistas celebrado em 30 de outubro de 2020, Agrofundo Brasil III Fundo de Investimento Participações Multiestratégia ("Agrofundo III"), Agrofundo Brasil IV Fundo de Investimento Participações Multiestratégia ("Agrofundo IV"), Agrofundo Brasil V Fundo de Investimento Participações Multiestratégia ("Agrofundo V"), Galaxy Agrobusiness IE ("Galaxy"), Spectra II – Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia IE ("Spectra II"), Spectra III – Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia IE ("Spectra III"), Fact Enterprise FIP Multiestratégia ("Fact Enterprise") e VIC Spectra III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE, em conjunto, possuem ações representativas de 63,71% do capital social total e votante vinculado a tal acordo, estão organizados em um bloco de acionistas, os quais tem o poder de indicar a maioria dos membros do Conselho de Administração, sem contudo configurar controle conjunto nos termos do CPC 19 (R2)/ IFRS 11 Negócios em Conjunto.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia compreendem a Companhia e suas controladas diretas e indiretas (individualmente referidas como "entidades do Grupo"). O Grupo atua, primariamente, no comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários, sementes, rações, maquinários e implementos agrícolas, representações comerciais, assistência técnica agrícola, prestação de serviços fitossanitários (vendas aplicadas e tratamentos de sementes), reembalador de sementes (soja, trigo e milho), remessa e ou recebimento de produtos agrícolas em consignação e ou para depósito, bem como, em operar na comercialização e exportação de cereais (soja e milho), no armazenamento, beneficiamento e padronização destes cereais, além de participação no capital de outras sociedades como cotistas e acionistas e produção agrícola.

No dia 30 de outubro de 2020, foi concluído o processo de reestruturação societária de incorporação, pelo qual a empresa Agro Trends Brasil Participações S.A. ("Agro Trends") incorporou as empresas Agro Key Participações S.A. ("Agro Key") e Agro Advance Participações S.A. ("Agro Advance"), formando a AgroGalaxy, contabilmente tratado como uma aquisição reversa. O detalhamento dessa transação está descrito na Nota 5.

Em 30 de dezembro de 2020, a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

1.1 Efeitos do COVID-19 nas demonstrações financeiras

Em atendimento ao Ofício Circular SNC/SEP 02/2020, que trata da orientação sobre a divulgação dos potenciais impactos do COVID-19 nas demonstrações financeiras, considerando cuidadosamente os principais riscos e incertezas advindos desta análise e observadas as normas contábeis, a Companhia trabalhou, em especial na análise dos seguintes possíveis impactos:

- a) Ações realizadas pela Companhia em função do COVID-19 e possíveis impactos nos seus controles internos;
- b) Aumento do risco de perdas em ativos financeiros (CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros);
- c) Valor realizável de estoques (CPC 16/ IFRS IAS2 – Estoques);
- d) *Impairment* de ativos imobilizado e intangível (CPC 01/ IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos);
- e) Impactos na receita do período e nas margens;

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- f) Análise de continuidade operacional da Companhia;
- g) Fluxo de caixa, impactos no acesso ao crédito de empréstimos e financiamentos e *covenants*.

A Companhia realizou o estudo dos itens elencados acima e não identificou impactos relevantes em suas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. Neste sentido, é importante comentar que as operações da Companhia e suas controladas estão sendo acompanhadas por um modelo de gestão de crise e estratégias estão sendo montadas para que a Companhia possa atravessar esse período com o mínimo de impacto negativo possível. A Companhia agiu com celeridade e assertividade na criação de um Comitê, o qual ficou responsável pela elaboração e acompanhamento contínuo das ações de enfrentamento do COVID-19, que visam a identificação de riscos e vulnerabilidades, além de estabelecer medidas de proteção, controle e contenção de eventual proliferação do COVID-19 no âmbito da Companhia e sua controlada.

A agricultura brasileira costuma ser um setor menos afetado, uma vez considerada como atividade essencial e a população precisa alimentar-se mesmo em face de desemprego e redução de renda. Especificamente no Brasil, considerado um dos maiores exportadores mundiais de grãos e demais produtos agrícolas, não deverão ocorrer grandes alterações nas tendências de demanda e oferta dos produtos no ano de 2020, exceto em setores específicos. Ainda assim, a pandemia de Covid-19 trouxe muita incerteza e volatilidade ao mercado das commodities agrícolas.

A respeito dos compromissos firmes de venda para clientes, a Companhia não espera alterações relevantes em sua composição, visto que sua origem reside em uma forte correlação com a forma como as negociações são realizadas e os players escolhidos como parceiros comerciais, não tendo sido identificados, até o momento, questões relacionadas a estes compromissos.

Adicionalmente, em momentos como esse se acentuam as preocupações com o caixa, a alavancagem financeira, eficiência de custos e dívidas sujeita à variação cambial e, nesse sentido, a Companhia está bem posicionada para ultrapassar os efeitos advindos da COVID-19, sendo possível ressaltar também a política de gestão de riscos aplicada pela Companhia de forma consistente nos últimos anos. A liquidez de curto e longo prazo estão preservadas e, mesmo eventuais alterações em embarques e recebimentos, estão dimensionados para que não afetem de forma relevante a posição financeira da Companhia. Nesse sentido, a Companhia não identificou riscos relevantes em relação à sua capacidade de continuar operando.

Outro fator de importante relevância é a forte desvalorização do Real em relação ao Dólar, causando aumento dos custos de fertilizantes, cujas matérias-primas são essencialmente importadas. Tais impactos são geralmente absorvidos pelo mercado com preços de vendas também lastreados no dólar. Este cenário é benéfico aos nossos clientes exportadores de grãos em curto prazo ou enquanto durar. Também na Companhia, o impacto do câmbio não afetará o caixa, já que a dívida em moeda estrangeira é imaterial. Consequentemente a administração entende que o “efeito câmbio” não afetou até o momento a situação financeira da Companhia.

Por fim, não foram constatados eventos subsequentes relevantes a serem divulgados, relacionados a fatos que tenham se tornado conhecidos após a data base de 31 de outubro de 2020.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas, e estão sendo apresentadas para o período findo em 31 de outubro de 2020, de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e de acordo com o IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos (inclusive instrumentos financeiros derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras intermediárias comparativas, correspondem às demonstrações financeiras da adquirente contábil, considerando os efeitos da aquisição reversa descrita na Nota 5.

(a) Demonstrações financeiras intermediárias individuais

As demonstrações financeiras intermediárias individuais da Controladora foram preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e de acordo com o IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (“IASB”). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas, são as demonstrações financeiras da adquirente contábil (Nota 4 (c)), como resultado da aplicação consistente dos princípios de aquisição reversa do CPC 15 (R1)/ IFRS 3 Combinação de negócios, aplicável às demonstrações financeiras consolidadas, considerando que essa representa a melhor forma de apresentação da entidade que continua reportando.

(b) Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e de acordo com o IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

(c) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração Intermediária do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

3.1 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As seguintes práticas contábeis foram aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados na consolidação. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Em 31 de outubro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, as quais foram consolidadas integralmente, a saber:

	Percentual de participação	
	31/10/20	31/12/19
Controladas diretas:		
Existente antes da combinação de negócios (Nota 5):		
Agro Control Participações S.A. (“Agro Control”)	100%	99,99%
Iniciada depois da combinação de negócios (Nota 5):		
Rural Brasil S.A. (“Rural Brasil”)	100%	0%
Grão de Ouro Agronegócios S.A. (“Grão de Ouro”)	100%	0%
	Percentual de participação	
	31/10/20	31/12/19
Controladas indireta:		
Existente antes da combinação de negócios (Nota 5):		
Agrototal Holdings S.A. (“Agrototal”)	100%	66,5%
Bussadori, Garcia & Cia Ltda. (“Agro100”)	100%	66,5%
Agro Ferrari Produtos Agrícolas EIRELI (“AgroFerrari”)	100%	66,5%
Iniciada depois da combinação de negócios (Nota 5):		
Campeã Agronegócio S.A. (“Campeã”)	70%	
Grão de Ouro Comércio de Insumos Agrícolas Ltda (“Insumos”)	100%	

Agro Control - A Agro Control é uma ‘ Holding ’, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado e domiciliada no Brasil, e tem por objeto social a participação em outras sociedades, no Brasil ou no exterior, como sócia ou acionista. Em 31 de outubro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, é a controladora direta da Agrototal.

Agrototal - A Agrototal é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em Londrina, e tem por objeto social a participação, como sócia, acionista, beneficiária, ou de outra forma legalmente admissível, do capital social de outras sociedades ou empreendimentos, bem como da administração ou gestão de empresas de qualquer natureza, de seus próprios bens de renda, móveis e imóveis. Em 31 de outubro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, é a controladora direta das sociedades Agro100 e AgroFerrari.

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Agro 100 - A Agro 100 é uma sociedade limitada, sediada em Londrina - Paraná, e tem por objeto social comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários, sementes, rações, maquinários e implementos agrícolas, representações comerciais, assistência técnicas agrícolas, prestação de serviços fitossanitários (vendas aplicadas e tratamentos de sementes), reembalador de sementes (soja, trigo e milho), remessa e ou recebimento de produtos agrícolas em consignação e ou para depósito, locação de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, participação no capital de outras sociedades como cotistas e acionistas de carga e produção agrícola.

AgroFerrari - A AgroFerrari é uma sociedade limitada EIRELI, sediada em Santa Cruz do Rio Pardo – São Paulo, e tem por objeto social comércio e representação de insumos agrícolas, sementes, corretivos de solo, fertilizantes, defensivos e maquinários e implementos agrícolas, assistência técnicas agrícolas, prestação de serviços e de transporte rodoviários e carga, exceto produtos perigosos.

Rural Brasil - A Rural Brasil é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em Jataí – no estado de Goiás, tem por objeto a comercialização de defensivos agrícolas, sementes, adubos granulados, fertilizantes foliar e grãos, bem como atua no armazenamento, beneficiamento, padronização e comercialização de cereais (soja e milho). Em 31 de outubro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, é a controladora direta Campeã.

Campeã: A Campeã é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Agua Fria de Goiás, no estado de Goiás, e tem por objeto social (a) a produção, beneficiamento, armazenamento, reembalamento, esmagamento de grãos e depósito de mercadorias para terceiros; e (b) o comércio atacadista e varejista de sementes em geral, defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes, corretivos do solo e matérias-primas agrícolas.

Grão de Ouro. - A Grão de Ouro é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em Passos – Minas Gerais, e tem por objeto social o comércio atacadista e varejista de insumos agrícolas, fertilizantes, sementes, defensivos, rações balanceadas, concentrados, cereais, máquinas agrícolas e produtos agropecuários em geral, recomendação técnica de produtos agrícolas e prescrição de receitas agrônômica e representação comercial e prestação de serviços relacionados com a atividade de commodities. A Grão de Ouro controla a empresa Grão de Ouro Comércio de Insumos Agrícolas Ltda. ("GDO Insumos" e, em conjunto com a Grão de Ouro, o "Grupo Grão de Ouro").

b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é revista e mensurada ao seu, valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

3.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Uma série de novas normas estão em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020. A adoção dessas normas pela Companhia e suas controladas não tiveram impactos relevantes em suas demonstrações financeiras intermediárias. A seguir está uma relação dessas normas:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência (alterações às IFRS 7 e IFRS 9); e
- Impacto da aplicação inicial da alteração à IFRS 16—Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (emendas ao CPC 06/IFRS 16).

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

3.4 Conversão em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras Intermediárias são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado em “Resultado Financeiro” (Nota 28).

3.5 Ativos financeiros

a) Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. O Grupo não possui ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

b) Reconhecimento e mensuração

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no período em que ocorrem.

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo, como segue:

- Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

O Grupo não mantém investimentos patrimoniais.

c) **Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) **Impairment de ativos financeiros**

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

e) **Instrumentos financeiros derivativos**

O Grupo detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e transações envolvendo *commodities*. Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pelo Grupo compreendem contratos a termo, instrumentos de swap e NDFs cambiais.

Os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data da celebração do contrato e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo. Em virtude de o Grupo não ter adotado como política a contabilidade de hedge (hedge accounting), as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidos imediatamente na demonstração do resultado, em “Resultado financeiro”.

3.6 **Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*").

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico do Grupo, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 6.1(b).

As empresas do Grupo realizam o cálculo do valor presente para as vendas a prazo a serem recebidas em reais. A taxa de desconto utilizada pela administração para esses itens é baseada na taxa média de captação de recursos por cada empresa junto a seus fornecedores e reflete os percentuais efetivamente negociados com os clientes em caso de antecipação de recebimentos. O valor presente é registrado como redutora das contas a receber e reconhecido ao resultado a pro rata até o seu vencimento.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referências às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) foi estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas esperadas na realização dos créditos. Para os demais títulos vencidos e à vencer relacionados a clientes com risco verificado, é efetuada uma análise individualmente e a administração mantém os procedimentos de cobrança e provisão quando pertinentes. As contas a receber também incluem os recebíveis originados nas operações de "Barter", em que a Companhia e suas controladas comercializam defensivos em troca de *commodities* agrícolas. O reconhecimento dessa operação ocorre pelo valor justo na data da transação e, posteriormente, o valor justo das contas a receber atrelado à variação do preço de *commodity* (soja, milho e café) é ajustado pela cotação da commodity no mercado físico, em contrapartida do resultado financeiro, conforme política contábil adotada pelo Grupo para determinar o resultado por segmento (Nota 4.2 (a)).

Em 31 de outubro de 2020 e 31 dezembro de 2019, as contas a receber também incluem recebíveis cedidos em operação de securitização com a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"). Esses recebíveis são mantidos como ativo nas demonstrações financeiras do Grupo, uma vez que as obrigações mantidas pelo Grupo não atendem aos critérios determinados nas práticas contábeis aplicáveis para o desreconhecimento do ativo financeiro. Na prática, esses recebíveis estão cedidos para a liquidação das operações de CRA, registradas como Obrigações por cessão de créditos, no passivo circulante (Nota 19).

3.7 Estoques

Os estoques de produtos agrícolas, adquiridos de terceiros e recebidos na liquidação de operações de barter, são registrados pelo valor de aquisição ou valor de troca na data de recebimento dos produtos pelo Grupo e, subsequentemente, são mensurados pelo seu valor justo deduzidos os custos das vendas, em contrapartida do custo das mercadorias vendidas, conforme alinhamento às práticas contábeis do mercado de atuação da Companhia e suas controladas.

Os demais itens em estoque são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.8 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada e seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edificações, Instalações e benfeitorias	15 anos
Máquinas e equipamentos	7 anos
Veículos	6 anos
Computadores e periféricos	7 anos
Móveis e utensílios	7 anos

A administração tem utilizado a vida útil fiscal para a depreciação dos bens do ativo imobilizado, pois considera que essas vidas úteis se aproximam da vida útil real dos referidos ativos, bem como que eventual ajuste nessa estimativa não resultaria em ajustes materiais nos saldos das demonstrações financeiras. Ao final de cada exercício, essa estimativa é revisada e, se necessário, ajustada pela administração.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras (despesas) e receitas, líquidas”, na demonstração do resultado.

3.9 Intangível

(a) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

(b) Ágio gerado na combinação de negócios

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

3.10 Arrendamentos

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Grupo. Os passivos são mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de empréstimo incremental do arrendatário na data da contratação. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras.

As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Em 2019, o Grupo aplicou a abordagem de transição simplificada com objetivo de refletir os efeitos de aplicação dessa norma nas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2019, e, portanto, não reapresentou informações comparativas de 2018, conforme permitido pelas disposições específicas de transição da norma.

3.11 Impairment de ativos não financeiro

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Até 30 de outubro de 2020, a Companhia possuía duas UGCs, correspondentes às operações consolidadas de grãos e insumos da Agrototal. Em 31 de outubro de 2020, a Companhia identificou três UGCs adicionais para alocação do ágio resultante da aquisição de controladas, representadas pelas operações consolidadas de grãos da Rural Brasil, insumos da Rural Brasil e de insumos da Grão de Ouro.

Os ativos não financeiros, exceto ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

3.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar referente a compra de mercadorias de revenda de insumos agrícolas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, considerando a taxa média dos contratos negociados com os próprios fornecedores.

As contas a pagar referente a compra de commodities agrícolas com preço a fixar, são registradas pelo valor justo na data de recebimento dos produtos pelo Grupo e, subsequentemente, o valor justo dessas contas a pagar atreladas à variação do preço de commodity é ajustado pela cotação da commodity no mercado físico, em contrapartida dos saldos de estoque de commodities ou do custo dos produtos vendidos.

3.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a as empresas do Grupo tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.14 Obrigações por cessão de créditos

As obrigações por cessão de crédito são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que essas obrigações estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As obrigações por cessão de crédito são classificadas como passivo circulante, considerando que a sua liquidação está diretamente relacionada ao recebimento dos recebíveis securitizados, os quais têm o seu vencimento em período inferior a 12 meses após a data do balanço.

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.15 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia e ou suas controladas tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

3.16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 ao mês para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia e suas controladas espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir.

As receitas do Grupo são provenientes substancialmente das seguintes atividades:

- armazenamento, beneficiamento, padronização, comercialização, importação, exportação de grãos (soja, milho e trigo); e
- revenda de insumos agrícolas, produtos agropecuários e sementes.

Em ambas essas atividades de venda, o Grupo mantém contratos com clientes distintos para a obter bens ou serviços que constituem um produto das atividades normais da entidade em troca de contraprestação.

Venda de mercadorias

A receita de venda de grãos, insumos agrícolas e sementes é reconhecida quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o cliente e esse passa a ter controle sobre os produtos vendidos. As condições para reconhecimento dessa receita com venda de produtos estão apresentadas a seguir:

- O Grupo e o comprador aprovaram a transação e estão comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- O Grupo pode identificar os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos;
- O Grupo pode identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- A transação possui substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e
- É provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

O montante da receita auferida com a venda de insumos é determinado no momento do seu reconhecimento, com base no valor justo estimado para cada transação quando da transferência do controle da mercadoria.

Para as vendas de insumos que serão liquidadas em dinheiro, o valor justo é determinado pelo valor presente das contas a receber originadas na transação, e para as vendas de insumos que serão liquidadas com a entrega física de commodities (barter) pelo cliente, o valor justo é determinado pelo valor de comercialização dessas commodities no momento em que a venda dos insumos é reconhecida.

A administração do Grupo entende não haver receita variável decorrente da transação de venda de insumos, por considerar que, a partir do reconhecimento do recebível atrelado ao preço das commodities agrícolas, os resultados auferidos contribuem para o segmento de grãos. Nesse contexto, o Grupo auferire margens similares nas vendas de insumos liquidadas em ativos financeiros em comparação com as vendas liquidadas em commodities agrícolas.

O montante da receita auferida com a venda das commodities agrícolas é determinado com base no valor contratual definido entre o Grupo e seus clientes.

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.18 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- receitas e despesas de juros;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo regime de competência utilizando o método dos juros efetivos. As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas com a atualização do valor justo com operações de *barter* são registradas pelo regime de competência em “Resultado financeiro”.

3.19 Ajustes a valor presente

Os valores a receber e a pagar, quando o efeito for relevante, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, considerando os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos contratos.

Quando ocorre o ajuste a valor presente sobre os recebíveis, o valor apurado reduz o saldo de contas a receber, bem como a receita de vendas, e a reversão do ajuste é feita de acordo com a fluência dos prazos na receita financeira. Quando ocorre o ajuste a valor presente sobre fornecedores, o valor apurado reduz o saldo de estoque e fornecedores e a reversão do ajuste ocorre de acordo com a fluência dos prazos na rubrica “Despesas financeiras”.

3.20 Custos e demais receitas e despesas

Os custos e as demais receitas e despesas são reconhecidas no resultado de acordo com o princípio contábil da competência dos exercícios.

3.21 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(a) Opção de pagamento baseado em ações

As empresas controladas possuem plano de outorga de opções de ações, segundo o qual concede aos beneficiários o direito de se tornarem acionistas dessas controladas.

O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, deve ser reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico).

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos.

O valor total da despesa deve ser reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas.

Na data de cada balanço, essas controladas revisam suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço. As controladas reconhecem o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. Na Companhia, esses instrumentos são reconhecidos de forma reflexa, na conta de avaliação de ajustes patrimonial, no patrimônio líquido, como uma transação de capital entre acionistas.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança é tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

(b) Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, e também reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

3.22 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas, fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período social, estão contempladas a seguir.

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Valor justo de instrumentos financeiros derivativos e de ativos não monetários

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam em seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

b) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (*impairment*)

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico do Grupo, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 6.1(b).

c) *Impairment* sobre ágio proveniente na combinação de negócios

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.11. O valor recuperável de Unidade Geradora de Caixa (UGC) foi determinado com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 14).

Não foram identificadas perdas por *impairment* em 2019, bem como os cálculos realizados pela administração com o apoio de especialistas em avaliação de negócios demonstram que não é provável a apuração de perdas por *impairment* haja vista o valor em uso calculado e divulgado na Nota 14. As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias que indicarem um possível *impairment*.

4.2 Julgamento crítico a aplicação das políticas contábeis

(a) Determinação da receita com a venda de insumos agrícolas com a liquidação em ativo não financeiro

O Grupo realiza a venda de insumos agrícolas para o recebimento em commodities agrícolas, sempre por determinação do cliente que prefere travar o valor da operação em quantidade de mercadoria a ser entregue, sem correr o risco de preço. Essa operação atende aos interesses normais do Grupo que opera na originação de grãos para sua atuação como uma *trading company*. Considerando que essas contas a receber são liquidadas com ativos não monetários (produtos agrícolas), as mesmas estão fora do escopo do IFRS 9/ CPC 48 Instrumentos financeiros.

A receita da venda de insumos é determinada pelo valor justo desses recebíveis no momento da venda. As variações subsequentes dessas contas a receber, as quais são remensuradas conforme o valor justo estimado de liquidação das commodities no mercado físico são reconhecidos como resultado financeiro.

O Grupo entende que essas variações subsequentes das contas a receber não representam receita variável da venda de insumos, considerando que a partir do seu reconhecimento inicial, o segmento de grãos passa a atuar na gestão desses ativos em conjunto com os estoques de grãos, os quais constituirão o custos das vendas daquele segmento.

Nos períodos de 31 de outubro de 2020 e 2019, o montante dessa variação reconhecida como resultado financeiro no resultado do exercício é no montante de R\$ 76.374 e R\$ 8.990, respectivamente, de ganho.

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Valorização dos contratos a termo de compra e venda de commodities pelo valor justo

O Grupo valoriza os ativos não monetários atrelados ao preço de commodities, bem como o seu estoque de commodities, e as contas a pagar com preço não fixado pelo valor justo contra o resultado do exercício. O segmento de Grãos, com o objetivo de definir a sua margem nas operações em que o Grupo atua como uma *trading company*, contrata instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos de compra e venda a termo com clientes, bem como por contratos futuros com instituições financeiras, os quais são mensurados ao valor justo nas demonstrações financeiras do Grupo, incluindo aqueles contratos a termo que são liquidados com a entrega física dos produtos.

Conforme descrito na Nota 3.5.4, a administração reconhece contabilmente o valor justo dos contratos a termo de compra e venda que são liquidados com a entrega física, por entender que a mensuração desses contratos pelo valor justo por meio do resultado é necessária para eliminar uma inconsistência que surgiria pelo seu não reconhecimento, conforme previsto no parágrafo 2.5 do CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos financeiros. Esses contratos a termo são firmados para proteção do risco de preço (Nota 6.1 (a) (iii)) que o Grupo está sujeito, em razão das operações com grãos de onde surgem os seguintes ativos e passivos mensurados pelo valor justo: (i) estoques de commodities agrícolas, (ii) contas a pagar pela compra de soja a fixar, (iii) ativos não financeiros atrelados ao preço de mercado da soja (contas a receber originadas em operações de barter, conforme Nota 3.6); e (iv) operações de futuros firmados com instituições financeiras. Dessa forma, a não valorização desses contratos a termos resultaria em impactar o resultado do exercício em momentos diferentes dos referidos instrumentos.

Nos períodos de 31 de outubro de 2020 e 2019, essas operações resultaram no reconhecimento de despesa financeira nos montantes de R\$ 56.868 e R\$ 24.454, respectivamente.

(c) Identificação da adquirente contábil na combinação de negócios

Conforme descrito na Nota 5 (a), em 30 de outubro de 2020, ocorreu uma reestruturação societária que foi caracterizada como combinação de negócios entre as empresas Agro Trends, Agro Advance e Agro Key.

Na avaliação dessa combinação de negócios, conforme requerido pelo CPC 15/ IFRS 3 Combinação de negócios, é requerida a determinação da adquirente contábil pela administração a qual, geralmente, é a entidade que emite seus instrumentos de patrimônio. Todavia, a norma contábil também determina que, em algumas situações, a entidade que emite ações pode não ser a adquirente, resultando em uma aquisição reversa e, nesses casos, a adquirente é a maior das entidades combinadas, susceptível a obter a maior parte dos votos da entidade combinada, ou de poder controlar a entidade combinada de alguma forma.

Nesse contexto, a administração avaliou os aspectos dessa combinação de negócios e determinou tratar-se de uma aquisição reversa, concluindo que a Agro Key é a adquirente contábil (apesar de ser a empresa incorporada legalmente) enquanto a Agro Trends, assim como a Agro Advance, foram consideradas como as adquiridas contábil, (apesar de a Agro Trends, sob a nova denominação de AgroGalaxy, ser a incorporadora e a entidade sobrevivente legal – adquirente legal). Nos termos descritos acima, considerando que os acionistas da Agro Key terão a maioria das ações votantes na entidade combinada (Nota 5), bem como que a Agro Key tem o maior valor justo, a entidade foi considerada como adquirente contábil.

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Combinação de negócios

a) Contexto da reestruturação

Em 30 de outubro de 2020 foi aprovada pelos respectivos acionistas da Agro Trends Participações S.A. (Agro Trends), da Agro Key Participações S.A. (“Agro Key”), e da Agro Advance Participações S.A. (Agro Advance), em sede de Assembleia Geral Extraordinária, a combinação de negócios dessas companhias, por meio da incorporação da Agro Key e da Agro Advance pela Agro Trends, nos termos do artigo 1.117 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dos artigos dos artigos 224 e 225 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), conforme termos do Protocolo e Justificação de Incorporação da Agro Key pela Agro Trends e do Protocolo de Justificação de Incorporação da Agro Advance pela Agro Trends, celebrados em 23 de outubro de 2020.

Dessa forma, em 30 de outubro de 2020, as referidas companhias concluíram a obtenção de todas as autorizações, renúncias, consentimentos e aprovações de terceiros julgadas como necessárias para a consumação da referida incorporação. Nesse contexto, a transação foi legalmente implementada por meio de troca de ações sendo que as entidades Agro Key e a Agro Advance foram extintas nos termos do artigo 219, inciso II, da Lei das S.A., e a Agro Trends, sucedeu essas empresas incorporadas em todos os seus direitos e obrigações. Nesta mesma data, os acionistas aprovaram em Assembleia Geral a alteração da denominação social da Agro Trends para AgroGalaxy Participações S.A (“AgroGalaxy”).

Esta reestruturação ocorreu com a troca de ações, por valores negociados entre as partes, em uma operação entre companhias que não possuem controle comum e, portanto, representa uma combinação de negócios avaliada sob o escopo do CPC 15 (R1)/ IFRS 3 Combinação de negócios, a qual está sendo apresentada considerando o método de aquisição.

Nesse contexto, como parte da avaliação da administração, a Agro Key foi determinada como a adquirente contábil (apesar de ser a empresa incorporada legalmente) e a Agro Trends, assim como a Agro Advance, foram consideradas como as adquiridas contábil, (apesar de a Agro Trends, sob a nova denominação de AgroGalaxy, ser a incorporadora e a entidade sobrevivente legal – adquirente legal), configurando uma aquisição reversa, nos termos do CPC 15 (R1)/ IFRS 3 Combinação de negócios. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras consolidadas da AgroGalaxy após a transação, são representadas pelas demonstrações financeiras da Agro Key (adquirente contábil) pelos seus valores históricos de antes das incorporações, e pelos ativos e passivos adquiridos da Agro Trends e da Agro Advance reconhecidos pelos seus valores justos que foram determinados na combinação de negócios, e que são baseados em informações disponíveis nesta data e premissas efetuadas pela Administração das empresas.

Como resultado dessa combinação, os acionistas que detinham ações da Agro Key, antes da incorporação, passaram a deter, em conjunto, 44,10% do capital social total e votante da AgroGalaxy (entidade após a combinação de negócios), enquanto que os acionistas originais da Agro Trends passaram a deter, em conjunto, 41,7% do capital social total e votante da AgroGalaxy, e os acionistas originais da Agro Advance passaram a deter, em conjunto, 14,2% do capital social total e votante da AgroGalaxy. A contraprestação transferida ocorreu pela relação de substituição de ações, sendo determinado a seguinte relação: 1,12746 ação ordinária de emissão da AgroGalaxy por cada ação ordinária de emissão da Agro Key e 0,93942 ação ordinária de emissão da AgroGalaxy por cada ação ordinária de emissão da Agro Advance.

b) Determinação da contraprestação paga e alocação de preço

O valor justo das 403.233.696 ações ordinárias emitidas como parte da contraprestação na troca de ações para a aquisição da Agro Trends e da Agro Advance (adquiridas contábil), no montante de R\$ 633.135 baseou-se na avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos pela Agro Key, adquirente contábil em 30 de outubro de 2020.

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os acionistas originais de cada uma das companhias envolvidas na transação possuem as seguintes quantidades de ações da AgroGalaxy após as incorporações:

Composição acionária da AgroGalaxy, para cálculo do preço da transação ao valor justo:	Quantidade de ações	% de participação
Total de ações da Agro Trends antes da transação	288.408.922	41,70%
Total de ações emitidas e integralizadas pelos acionistas da Agro Key	305.027.736	44,10%
Total de ações emitidas e integralizadas pelos acionistas da Agro Advance	98.205.960	14,20%
	<u>691.642.618</u>	<u>100,00%</u>

O valor justo da contraprestação transferida das companhias adquiridas, em 30 de outubro de 2020, é como segue:

Número de ações da Agro Key	343.906.555
Multiplicado pela relação de troca de 0,88695 ações da AgroGalaxy para cada ação ordinária da Agro Key	305.027.736
Multiplicado pelo valor justo das ações da AgroGalaxy (R\$)	1,56
Valor justo da contraprestação transferida (R\$ mil)	475.375
Número de ações da Agro Advance	91.666.828
Multiplicado pela relação de troca de 1,07133 ações da AgroGalaxy para cada ação ordinária da Agro Advance	98.205.960
Multiplicado pelo valor justo das ações da AgroGalaxy (R\$)	1,61
Valor justo da contraprestação transferida (R\$ mil)	157.760
Valor justo da contraprestação total transferida (R\$ mil)	633.135

O valor justo do acordo da contraprestação paga foi estimado aplicando-se o método da lucratividade (*income approach*) e está classificado como nível 3 da hierarquia do valor justo. As principais premissas não observáveis no cálculo do valor justo são:

Premissa	Agro Trends	Agro Advance
Período de avaliação	10 anos	10 anos
Taxa média de crescimento anual da vendas no período	8,7%	7,6%
Margem de lucro bruto	10,5%	22,5%
Margem de EBITDA	5,8%	10,9%
Taxa crescimento na perpetuidade	4,2%	4,2%
Taxa de desconto	10,7%	13,5%

A alocação do valor justo aos ativos e passivos das companhias adquiridas foi efetuada conforme demonstrativo a seguir:

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de outubro de 2020	Agro Trends	Agro Advance	Total
ATIVOS			
Caixa e equivalentes de caixa	24.123	10.028	34.151
Aplicações financeiras	25.819		25.819
Contas a receber de clientes	762.780	206.190	968.969
Estoques	389.224	69.546	458.770
Mais valia estoques	17.656	4.367	22.023
Tributos a recuperar	7.813	9.107	16.920
Derivativos	9.471	66	9.537
Outros créditos	42.643	34.523	77.166
Total ativo circulante	1.279.529	333.827	1.613.357
Outros ativos realizáveis a longo prazo	88.383	3.412	91.795
Tributos e contribuições diferidos	1.645	581	2.227
Imobilizado	27.080	2.679	29.759
Arrendamentos	11.038	7.112	18.150
Intangível registrado	12.891	3.661	16.552
Mais valia imobilizado	5.178	1.235	6.413
Step up relacionamento com clientes	124.768	46.925	171.693
Intangível valor não alocado (goodwill)	260.267	67.025	327.292
Total ativo não circulante	531.251	132.630	663.881
PASSIVOS			
Fornecedores	(617.520)	(174.819)	(792.339)
Empréstimos e financiamentos	(342.056)	(78.364)	(420.420)
Passivos de arrendamentos	(3.222)	(1.826)	(5.048)
Obrigações por cessão de crédito	(146.815)		(146.815)
Obrigações trabalhistas	(17.090)	(7.055)	(24.145)
Obrigações tributárias	(2.736)	(1.547)	(4.282)
Outras obrigações	(111.741)	(10.792)	(122.533)
Total passivo circulante	(1.241.180)	(274.403)	(1,515,582)
Empréstimos e financiamentos	(33.644)	(10.222)	(43.866)
Passivos de arrendamentos	(7.691)	(5.514)	(13.205)
Tributos e contribuições	(2.706)	(700)	(3.406)
Tributos e contribuições diferidos			-
Tributos e contribuições diferidos combinação de negócios	(50.185)	(17.859)	(68.044)
Total passivo não circulante	(94.225)	(34.295)	(128,520)
Total de ativos identificáveis, líquidos	475.375	157.760	633.135
Total da contraprestação	475.375	157.760	633.135

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Como resultado da combinação de negócios, espera-se que a AgroGalaxy aumente a sua representatividade e presença nesses mercados. Conseqüentemente, a consolidação dessas operações em uma única estrutura administrativa também deve resultar na redução de custos por meio de economias de escala.

O montante de R\$ 325.223 refere-se ao ágio apurado nessa aquisição, e foi atribuído a rentabilidade futura decorrente das economias de escala esperadas da combinação das operações do Grupo. A administração não tem a intenção de utilizar o ágio reconhecido como despesa dedutível para fins de imposto de renda.

O valor justo dos ativos intangíveis identificáveis adquiridos de R\$ 171.693, refere-se ao valor justo da carteira de clientes, estimado com base na observação da recorrência de transações dos últimos três anos. Nessa avaliação, foi considerada taxa de mortalidade (*churn rate*) aplicada no horizonte de projeção de 11,2% a.a. e taxa de desconto de 12,2% a.a. A vida útil econômica estimada para esse ativo foi de 10 anos. Considerando que não há um planejamento tributário que permita da utilização do benefício tributário sobre a amortização deste ativo, a administração constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 58.376, sobre valor justo alocado para esse ativo.

A Administração não identificou outros ativos intangíveis elegíveis e relevantes para alocação do preço da combinação de negócios referente a essa transação.

O resumo da alocação do valor da contraprestação da combinação de negócios está apresentado a seguir:

Alocação	Agro Trends	Agro Advance	Total
Mais valia dos estoques	17.656	4.367	22.023
Mais valia do imobilizado	5.178	1.235	6.413
Valor justo da carteira clientes	124.768	46.925	171.693
Subtotal mais valia	147.602	52.527	200.129
Efeito tributário	(50.185)	(17.859)	(68.044)
Ágio	260.267	67.025	327.291

A mais valia que compõe o valor justo dos estoques adquiridos foi de R\$ 22.023, mesurados com base no valor de mercado dos produtos em estoque em 30 de outubro de 2020, líquidos das despesas de venda. Sobre a mais valia dos estoques foram reconhecidos os efeitos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 7.488.

A mais valia que compõe valor justo dos bens do ativo imobilizado adquiridos foi de R\$ 6.413. Sobre a mais valia do imobilizado foram reconhecidos os efeitos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 2.180.

Se a AgroGalaxy tivesse sido consolidada a partir de 1º de janeiro de 2020, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida *pro forma* (informação não auditada) de R\$ 3.231.698, já eliminando transações entre as empresas, e prejuízo *pro forma* (informação não auditada) de R\$ 23.348. Essa informação de receita líquida e resultado foi obtida mediante a simples agregação dos valores das empresas adquiridas e adquirente e não representa os valores reais consolidados para o ano (informação não auditada).

Não houve impacto no resultado do exercício da AgroGalaxy referente ao período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020 referente as empresas incorporadas em 30 de outubro de 2020.

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos dessa transação totalizaram o montante de R\$ 552, apropriados a conta de despesas administrativa de serviços com terceiros.

6 Gestão de risco financeiro

6.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. Nos termos dessas práticas, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas pelo Conselho de Administração, a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

<u>Risco</u>	<u>Exposição</u>	<u>Metodologia utilizada para mensuração do impacto</u>	<u>Gestão</u>
Risco de mercado – câmbio	Operações comerciais futuras Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Previsão de fluxos de caixa Análise de sensibilidade	Contratos futuros a termo
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	<i>Swaps</i> de taxa de juros
Risco de mercado - volatilidade no preço das commodities	Estoques, e operações comerciais atreladas a commodities agrícolas	Análise de sensibilidade	Contratos de futuros e a termo
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings</i>
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Risco de mercado

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxas de juros

O principal risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de curto prazo com taxas variáveis, expondo o Grupo ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros. Durante 2020 e 2019, os empréstimos do Grupo às taxas variáveis eram mantidos em reais e em dólar.

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

(ii) Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos.

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas do Grupo, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de hedge, efetuadas sob a orientação da Tesouraria do Grupo.

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

O Grupo usa operações cambiais a termo para se proteger contra a exposição ao risco cambial. Na política do Grupo, os termos essenciais dos contratos a termo e das opções devem estar alinhados aos itens protegidos.

O Grupo estabelece que os contratos de compra e venda devem apresentar ganho ou perda equivalentes a fim de criar um hedge natural em suas operações, com a finalidade de minimizar os impactos de alterações da moeda, podemos observar que na data base o Grupo possuía USD 60.495 mil de saldo em contas a receber e contratos de operações, e USD 29.522 mil a pagar a fornecedores referentes a operações com moeda estrangeira, sempre que existem essas diferenças entre contas a receber e contas a pagar o Grupo realiza contratos de swap com o intuito de equilibrar essas variações, a diferença resultante desses contratos e das proteções gerou um ganho de R\$ 11.163 (R\$ 8.745 de perda em 2019).

O Grupo utiliza variadas ferramentas para mitigar os riscos inerentes a exposições cambiais do negócio. No quadro abaixo, demonstraremos a exposição líquida em milhares de dólares norte-americanos:

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	(milhares de USD)	
	<u>31/10/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Empréstimos e financiamentos	24.583	13.635
Contratos de compra em Dólar	29.522	2.040
Contrato SWAP cambiais	(24.583)	(13.635)
Contrato a termo NDFs de compra	(9.905)	(2.040)
Contrato a termo NDFs de venda	35.591	41.338
Contratos de venda em Dólar	(23.597)	(14.705)
Contratos Exportação	(36.898)	(28.627)
Antecipação de Contrato de Cambio (ACC)	3.354	4.163
	<u>(1.934)</u>	<u>2.170</u>
		(milhares de EUR)
	<u>31/10/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Empréstimos e financiamentos em Euro		1.426
Contrato SWAP cambiais em Euro		(1.426)

(iii) Risco de preço

No curso normal de suas operações, as controladas da Companhia efetuam negociações de permuta vinculada a preço de commodities, principalmente soja, trigo e milho.

Os preços da soja e do milho estão sujeitos à volatilidade resultante das condições climáticas, do rendimento de safra, dos custos com transporte, dos custos de armazenagem, da política agrícola do governo, das taxas de câmbio e dos preços dessas commodities no mercado internacional, entre outros fatores.

É prática da administração do Grupo proteger-se da exposição a variações de preço da soja e do milho por meio de contratos de venda de grãos futuro junto a Grupos terceiros, vinculando o preço dos grãos que serão recebidos dos clientes em tais contratos de venda.

Para mitigar estes riscos, é realizado o monitoramento dos mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se aos movimentos dos preços. Abaixo segue resumo das exposições das commodities no Grupo no período findo em 31 de outubro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, bem como os instrumentos contratados pela administração para reduzir exposições físicas (contratos de compra e vendas no mercado futuro) (em toneladas):

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Posições / Produtos	31/10/2020				31/12/2019		
	Soja	Milho	Trigo	Café	Soja	Milho	Trigo
Estoque físicos	8.684	162.725	9.648		13.891	116.512	3.052
Posições de vendas a fixar	4.069	5.117			24.254	10.686	
Posições de compras a fixar	(20.050)	(131.408)	(8.024)		(33.808)	(88.066)	(2.862)
Posição Física	(7.297)	36.435	1.624		4.337	39.132	190
Contratos de compra	387.281	95.181	147	5.836	220.896	65.664	3.795
Contratos de venda	(379.431)	(130.996)	(755)	(5.784)	(233.739)	(78.258)	(3.107)
Posição Contratos Futuros	7.850	(35.815)	(608)	52	(12.843)	(12.594)	689
Saldo líquido	553	620	1.016	52	(8.506)	26.539	879

A política de gestão adotada pela Companhia estabelece diretrizes para a proteção de riscos nas oscilações de preços de commodities e as exposições de cada commodity foram determinadas analisando a demanda, expectativa de produção anual de grãos, recebimento, armazenamento e as estratégias comerciais tendo em vista o custo/oportunidade a que o mercado apresentava à época.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto.

O risco de crédito é administrado corporativamente. Os clientes são classificados pela área de análise de crédito avaliando a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Contas a receber de clientes

O Grupo aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos. As perdas esperadas calculadas em, aproximadamente, 0,7% do faturamento anual de insumos.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. Os ativos de contratos se relacionam a trabalhos em andamento que não foram faturados e possuem essencialmente as mesmas características de riscos das contas a receber de clientes para os mesmos tipos de contratos. Portanto, o Grupo concluiu que as taxas de perdas esperadas para as contas a receber de clientes representam uma aproximação razoável das taxas de perda para os ativos de contratos. As formas de mensuração das perdas podem ser resumidas à seguir:

- As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de vendas durante um período de 60 meses antes do encerramento do exercício em análise, e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período, que suporta todo o ciclo de safra e renegociações que ocorrem, bem como, históricos da carteira dos mesmos clientes. As taxas de perdas históricas

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

- Em cada data base é avaliado o risco de não recebimento de clientes vencidos, principalmente acima de 180 dias, safra seguinte, através de uma análise individual da carteira, considerando o rating de crédito deste cliente, garantias disponíveis, renegociação e capacidade de pagamento, baseado no rating atual, consultas atualizadas de restrição de crédito e histórico do cliente.

Em suma as perdas de crédito são contabilizadas levando como fator o risco individual de cada cliente vencido, adicionalmente com o histórico de perda aplicado sobre o faturamento do período, com isso, gerando, na visão da Administração, a provisão necessária para cobrir eventuais perdas passadas e futuras.

O aging dos títulos vencidos e a vencer pode ser demonstrado a seguir:

	<u>31/10/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
A vencer	1.265.278	469.141
Vencidos		
Entre 1 e 60 dias	62.457	6.784
Vencido de 61 a 180 dias	101.944	6.504
Entre 181 dias e 365 dias	38.001	5.574
Acima de 365 dias	78.730	29.765
(-) PCLD	(108.275)	(43.917)
	<u>172.857</u>	<u>4.711</u>

A movimentação da provisão para perdas é demonstrada a seguir:

	<u>31/10/2020</u>	<u>31/10/2019</u>
Saldo anterior	(43.917)	(47.928)
Estorno/ recebimento do exercício	972	8.872
Constituição do exercício	(5.017)	(6.511)
Incorporação (nota 5)	(60.314)	
	<u>(108.275)</u>	<u>(45.567)</u>

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com o Grupo ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 180 dias.

(c) Risco de liquidez (Consolidado)

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	31/10/2020		31/12/2019	
	Menos de um ano	Acima de um ano	Menos de um ano	Acima de um ano
Fornecedores e outras contas a pagar	1.508.072		535.727	
Empréstimos e financiamentos	839.518		204.295	83.506
Obrigações por cessão de recebíveis	157.636		65.336	
Aquisição de participações societária a pagar	5.367		6.423	
Passivos de arrendamento	24.971	109.018	17.283	93.258
Outras contas a pagar	11.977			
	<u>2.547.541</u>	<u>109.018</u>	<u>829.064</u>	<u>176.764</u>

O montante de empréstimos e financiamentos exigíveis em menos de um ano inclui o montante de R\$ 104.233, referente ao fluxo estimado de pagamentos acima de ano, reclassificado para o passivo circulante em 31 de outubro de 2020 para o atendimento das normas contábeis aplicáveis (Nota 17).

Os valores exigíveis acima de um ano têm a sua exigibilidade em até 10 anos, conforme idade de vencimento divulgada nas Notas 17e 18.

6.2 Gestão de capital (Consolidado)

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2020, a estratégia do Grupo, foi a de manter o índice de alavancagem financeira entre 35% e 60%, devido ao registro do arrendamento, conforme adoção inicial do CPC 06(R2)/IFRS 16. Os índices de alavancagem financeira em 31 de outubro de 2020 e de 2019 podem ser assim sumariados:

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/10/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Empréstimos e financiamentos	795.827	264.577
Passivos de arrendamento (nota 18)	92.994	73.586
Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(110.588)	(97.921)
Aplicações financeiras	(25.819)	
Dívida líquida	<u>752.414</u>	<u>240.242</u>
Total do patrimônio líquido	<u>937.022</u>	<u>319.836</u>
Capital total	<u>1.689.436</u>	<u>560.078</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>45%</u>	<u>43%</u>

As Obrigações por cessão de créditos (Nota 19) não estão sendo consideradas, nesta análise, como parte da dívida líquida do Grupo, uma vez que serão liquidadas com os recebíveis securitizados, sem a expectativa de desembolso para o Grupo.

6.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

O Grupo apresenta os instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações por nível como segue:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

Os instrumentos financeiros são mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível de hierarquia.

Os ativos e passivos do Grupo, mensurados ao valor justo em 31 de outubro de 2020 são:

- i) Contas a receber originadas em operações de barter R\$ 194.567 (2019 – R\$ 87.906) (Nota 7), classificada no Nível 2 da hierarquia do valor justo;
- ii) Estoques adquiridos de terceiros e recebidos em operações de barter de R\$ 206.210 (2019 – R\$ 154.071) (Nota 8), classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo;
- iii) Contas a pagar (fornecedores) pela compra de commodities agrícolas a fixar de R\$ 185.504 (2019 – R\$ 123.573), classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo;
- iv) Instrumentos financeiros derivativos cambiais líquidos de R\$ 8.610 (2019 – líquido passivo R\$ 484), classificado no Nível 2 da hierarquia do valor justo, (Nota 31.1); e
- v) Instrumentos financeiros derivativos contratos à termo passivo R\$ 4.760 (2019– líquido passivo R\$ 17.163).

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não houve transferência entre os níveis durante o período. Em 31 de outubro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o Grupo não possui instrumentos financeiros ao valor justo classificados nos níveis 1 e 3.

Nível 2

O valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.

A determinação do valor justo (“fair value”) dos instrumentos financeiros contratados pelo Grupo é efetuada com base em informações obtidas junto às instituições financeiras (para os derivativos) e preço cotado em mercado ativo das commodities com as quais trabalha (no caso de ativos e passivos liquidados em commodities), utilizando metodologia usual padrão de apuração no mercado, que compreende avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro.

7 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/10/2020	31/12/2019	31/10/2020	31/12/2019
Caixa			4.534	4.668
Bancos conta corrente	122		18.687	5.357
Aplicações financeiras (i)	1.946	353	87.366	87.896
	<u>2.068</u>	<u>353</u>	<u>110.588</u>	<u>97.921</u>
Aplicações Financeiras (ii)			<u>25.819</u>	

- (i) As aplicações financeiras são representadas substancialmente por certificado de depósito bancário (CDB), possuem remuneração atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), por taxas entre 65% a 103% (80% à 100% em 31 de dezembro de 2019) do CDI. As aplicações são feitas em bancos considerados de primeira linha e o seu valor contábil se aproxima do valor justo dessas aplicações. O volume de recursos junto às instituições financeiras corresponde a créditos que serão utilizados pela Administração no giro financeiro operacional, sendo prontamente conversíveis em caixa, com insignificante risco de mudança de valor; e
- (ii) Referem-se a aplicações financeiras cujo prazo de vencimento para resgate supera 90 dias e, portanto, não são classificadas como equivalentes de caixa. Essas aplicações financeiras são mantidas em Certificados de Depósitos Bancários – CDB, renumerados por taxas de 100% da variação do Certificado de Depósitos Interbancários – CDI (2019 – 100% do CDI).

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Contas a receber de clientes (Consolidado)

	<u>31/10/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contas a receber de clientes nacionais	1.108.113	359.061
Contas a receber partes relacionadas (nota 24.1)	56.833	10.673
Títulos securitizados - CRA (i)	210.559	61.383
Outras contas a receber	23.933	10.045
Transações de Barter (ii)	194.567	87.906
(-) Provisão para perda em recebíveis	(108.275)	(43.917)
(-) Ajuste a valor presente clientes	(47.593)	(11.300)
	<u>1.438.136</u>	<u>473.851</u>
Circulante	<u>1.383.451</u>	<u>466.729</u>
Não circulante	<u>54.685</u>	<u>7.122</u>

- (i) Em 2020, o Grupo realizou a cessão de recebíveis em operações de securitização e emissão de CRA. O passivo resultante dessas operações está registrado como Obrigações por cessão de crédito (Nota 19). Dessa forma, em 31 de outubro de 2020, o Grupo possuía duplicatas a receber nos montantes de R\$ 210.559 cedidos para a liquidação dessas obrigações (2019 - R\$ 63.383).
- (ii) As contas a receber compreendem o montante de R\$ 194.567 (2019 – R\$ 87.906), originados em operações na modalidade barter. Esta modalidade consiste na venda de produtos a um cliente mediante o recebimento do resultado da colheita do produtor (commodities agrícolas) em substituição do pagamento efetivo de caixa. Essas contas a receber são valorizadas ao valor justo, conforme descrito na Nota 6.3. A comercialização de insumos para o recebimento em commodities agrícolas é parte da estratégia de originação de grãos do Grupo, para a consecução de sua atividade principal de comercialização de commodities agrícolas.

O prazo médio das contas a receber do Grupo para o segmento insumos é de 163 dias (2019 – 190). Quando aplicável, as contas a receber são ajustadas ao seu valor presente pelo prazo de cada operação a taxa de juros mensal média de 0,9% (2019 – 0,7%).

A composição por ano de vencimento das contas a receber de clientes e a movimentação da provisão para perdas constituída está apresentada na Nota 6.1 (b).

Em 31 de outubro de 2020, as contas a receber de clientes do Grupo no valor de R\$ 176.658 (2019 – R\$ 4.711) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. As políticas de vendas e concessão de crédito das controladas no segmento de insumos estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração, suportada por sistemas tecnológicos e processos, vinculados à área de risco e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

Este objetivo é alcançado pela Administração das controladas por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco). Os recebíveis das controladas são originados nas suas operações de venda de grãos e ao varejo ao produtor rural de forma massificada, com análise de crédito individual, com baixo ticket médio, tendo como característica a pulverização absoluta do risco de crédito e a presença de instrumento de garantia, tais como CPR, hipotecas, fianças e alienação fiduciária.

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Estoques (Consolidado)

	<u>31/10/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Defensivos	609.374	190.412
Sementes	29.150	18.592
Fertilizantes	47.904	32.555
Especialidades (foliares e biológicos)	79.036	13.627
Grãos	206.210	154.071
Outros	17.846	1.737
	<u>989.520</u>	<u>410.995</u>

A Administração estima que a realização dos estoques ocorra em prazo inferior a um ano, por isso o saldo se encontra registrado no ativo circulante. Em 31 de outubro de 2020 havia provisões de perdas por obsolescência e/ou avarias no montante de R\$ 1.246 (2019 R\$ 830), dos quais R\$ 871 mil referem-se a incorporação da Agro Trends (Nota 5) e R\$ 455 de reversão de provisão no período. Estes produtos estão sendo negociados para sua devolução/descarte junto aos fornecedores.

As cotações médias utilizadas para a valorização dos estoques de *commodities* na data das demonstrações financeiras intermediárias foram obtidas por meio de fontes públicas independentes, e são como segue:

	<u>31/10/2020</u>			<u>31/12/2019</u>		
	<u>Valor</u>	<u>Sacas (*)</u>	<u>Valor Saca (60 kg)</u>	<u>Valor</u>	<u>Sacas (*)</u>	<u>Valor Saca (60Kg)</u>
Soja	22.803	145	157,6	62.293	730	85,3
Milho	167.298	2.712	61,7	89.053	1.942	45,9
Trigo	16.109	161	100,2	2.725	51	53,6
	<u>206.210</u>	<u>3.018</u>		<u>154.071</u>	<u>2.723</u>	

(*) Em milhares de sacas de 60 kgs.

Os níveis de exposição da Companhia aos riscos de mercado relacionados às cotações das referida *commodities* estão divulgados na Nota 31.

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo das mercadorias vendidas" totalizou R\$ 1.492.044 (2019 - R\$ 1.046.427).

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Impostos a recuperar (Consolidado)

	<u>31/10/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
ICMS a recuperar	20.450	11.306
IRPJ e CSLL a recuperar	8.984	797
PIS e COFINS a recuperar	7.204	8.923
Outros impostos a recuperar	1.741	783
	<u>38.379</u>	<u>21.810</u>
Circulante	<u>(34.683)</u>	<u>(20.816)</u>
Não circulante	<u>3.696</u>	<u>994</u>

- (i) O saldo de ICMS acumulado refere-se substancialmente a operações de compras de fora do estado, principalmente no Estado de São Paulo, Paraná, Goiás e Minas Gerais. Como parte das ações de realização destes créditos estão sendo tomadas as seguintes medidas: a) Aquisição de insumos no próprio estado de comercialização (origem) e; b) compras junto a fornecedores, no qual será utilizado como forma de pagamento os créditos de ICMS acumulados de São Paulo. Adicionalmente, em 2019 houve alteração na legislação do Estado de São Paulo, sendo que os créditos oriundos das compras para 2020, que não forem compensados no próprio mês, deverão ser estornados, com isso, não gerando mais acúmulo de tais créditos. Em outubro de 2020, foram homologados R\$ 450 mil e estão em processo de habilitação aproximadamente R\$ 3.000 mil em créditos.
- (ii) Os créditos de Pis/Cofins na sua essência vem da tomada de créditos sobre aquisição de insumos e de serviços utilizados para comercialização das mercadorias. O principal fator para a não compensação durante o ano foi a mudança na legislação em 2018 de compensação de créditos com IRPJ e CSLL. Tal mudança trouxe barreira para a compensação na forma de apuração de lucro real anual, por isso, a Empresa alterou sua tributação em 2019 para lucro real trimestral, perfazendo assim a compensação de tais impostos. Em 2019, foi reconhecido o montante de R\$ 6.560 de créditos extemporâneos de Pis e Cofins, decorrente principalmente de royalties, fretes e combustíveis. A incorporação da empresa Nutri100 (controlada) pela Agro100 (controlada), realizado em 4 de janeiro de 2019, está contribuindo para consolidar o processo de compensação desses créditos com débitos de Pis/Cofins e IRPJ/CSLL.

11 Adiantamentos a fornecedores (Consolidado)

	<u>31/10/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Adiantamentos a fornecedores mercado interno	120.645	19.181
Adiantamentos a partes relacionadas (nota 23.1)	915	279
Outros adiantamentos	1.717	1.787
	<u>123.277</u>	<u>21.247</u>

Refere-se substancialmente a adiantamentos para aquisição futura de estoques, principalmente de fertilizantes, defensivos e sementes, dentro do curso normal dos negócios, dado a sazonalidade da safra verão que ocorre principalmente nos últimos 3 meses do ano. A Administração prevê que os valores sejam realizados em menos de um ano.

12 Investimentos (Controladora)

Conforme descrito na Nota 5, em 30 de outubro de 2020 houve a reorganização societária, configurada como combinação de negócios. Em decorrência desta transação, Companhia adquiriu o controle da Grão de Ouro e da Rural Brasil, por meio de participação equivalente a 100% de seu capital social.

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12.1 Composição dos saldos da controladora

Controlada	Participação no capital %		Patrimônio líquido		Resultado do período	
	31/10/2020	31/12/2019	31/10/2020	31/12/2019	31/10/2020	31/10/2019 (não auditado)
Agro Control	100,00%	99,99%	303.805	260.434	(16.674)	11.359
Rural Brasil	100,00%		132.852			
Grão de Ouro	100,00%		58.378			

12.2 Informações financeiras das controladas

	31/12/2019			
	Direta	Indiretas		
	Agro Control	Agrototal	Agro 100	Agro Ferrari
Ativo				
Circulante	2.158	8.045	877.283	177.403
Não circulante	259.934	159.795	141.530	7.884
Total do ativo	262.092	167.840	1.018.812	185.287
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante	1.656	9.500	813.686	141.143
Não circulante			96.334	5.272
Patrimônio líquido	260.436	158.340	108.792	38.872
Total do passivo e patrimônio líquido	262.092	167.840	1.018.812	185.287
Lucro líquido	22.248	40.372	31.689	10.523

	31/10/2020							
	Agro Control	Rural Brasil	Grão de Ouro	Agrototal	Agro 100	Agro Ferrari	Campeã	GDO Insumos
	Direta	Direta incorporada		Indiretas			Indiretas incorporadas	
Ativo								
Circulante	105	1.202.159	266.776	1.534.768	1.298.868	236.095	63.542	45.046
Não circulante	303.707	164.581	35.045	177.508	156.209	7.067	7.156	221
Total do ativo	303.812	1.366.740	301.821	1.712.276	1.455.077	243.162	70.698	45.267
Passivo e patrimônio líquido								
Circulante	7	1.189.797	244.484	1.453.783	1.258.503	194.506	53.366	14.067
Não circulante		44.091	7.970	100.779	93.731	7.049	2.092	9
Patrimônio líquido	303.805	132.852	58.378	157.713	102.844	41.608	15.240	31.192
Total do passivo e patrimônio líquido	303.812	1.366.740	310.832	1.712.276	1.455.077	243.162	70.698	45.267
Lucro (prejuízo) líquido	(16.674)			(7.230)	(5.312)	2.735		

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12.3 Movimentação dos investimentos nos períodos:

Em 31 de dezembro de 2018		<u>222.143</u>
Resultado de equivalência patrimonial		11.359
Integralização de capital social	(i)	3.122
Reserva de ágio na subscrição de ações	(i)	9.099
Adiantamento para futuro aumento de capital	(i)	<u>4.879</u>
Em 31 de outubro de 2019 (não auditado)		<u>250.602</u>
Em 31 de dezembro de 2019		<u>260.434</u>
Combinação de negócio	(v)	626.525
Resultado de equivalência patrimonial		(16.674)
Integralização de capital social	(ii)	55.786
Dividendos não distribuídos	(iii)	1.630
Opções outorgadas em controladas	(iv)	2.455
Ajuste participação de não controladores	(ii)	<u>175</u>
Em 31 de outubro de 2020		<u><u>930.330</u></u>

(i) Em 9 de agosto de 2017, conforme Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o aumento do capital social da Agro Control, realizado pela Companhia mediante a emissão de 217.821.398 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço total da emissão no valor de R\$ 217.821, sendo R\$ 21.782 destinados à conta de capital social e R\$ 196.039, destinados a reserva de capital decorrente do ágio apurado na subscrição de ações, passando o capital social de R\$ 1.520 para R\$ 23.302. As ações subscritas em 9 de agosto de 2017, serão integralizadas no prazo de até 24 meses. Durante o período de dez meses findo em 31 de dezembro de 2019, houve integralização de capital social no valor de R\$ 3.122 e de reserva de capital no valor de R\$ 9.099.

Em 30 de outubro de 2019, os acionistas aprovaram o aumento de capital social da controlada, no valor de R\$ 7.979, mediante a emissão de 7.319.818 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, parcialmente integralizado pelo valor de R\$ 4.879, restando R\$ 3.100 a integralizar.

(ii) Em 30 de outubro de 2020 os acionistas não controladores da Agrototal Holding S.A. (“Agrototal”), controlada da Companhia, efetuaram aporte de capital na Agro Control Participações S.A. (Agro Control), elevando seu capital social do montante de R\$ 32.281 para R\$ 87.066, totalizando o montante de R\$ 55.786.

(iii) Conforme acordado entre os acionistas, não houve a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, sendo assim, o montante retornou a reserva de capital da Companhia e do saldo de investimento na Agro Control.

(iv) Reflexo das opções outorgadas em controladas, conforme descrito na Nota 23.7.

(v) Representa os efeitos da combinação de negócio, conforme descrito na Nota 5, referente aos saldos dos investimentos das controladoras AgroTrends e AgroAdvance, líquido dos ativos, incluindo caixa, equivalente de caixa e outros ativos alocados a controladora de R\$ 2.038 e participação de não controladores de R\$ 4.572.

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13

Imobilizado (Consolidado)

(+) Custo	31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência	Incorporação (nota 5)	31/10/2020
Terrenos	4.730		(1.969)				2.761
Veículos	21.689	1.470	(13.430)		44	18.960	28.733
Máquinas e equipamentos	14.218	4.969	(1.737)		72	7.518	25.040
Móveis e utensílios	2.511	487			12	3.128	6.138
Computadores e periféricos	3.355	247			(12)	4.029	7.619
Edificações, instalações e benfeitorias	27.083	10.530	(595)		(72)	14.704	51.650
Imobilizado em andamento		1.306					1.306
Consórcio em andamento	73	55					128
Outros	1.056					2.236	3.292
Total	74.715	19.065	(17.732)		44	48.339	126.668
(-) Depreciação	31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência	Incorporação (nota 5)	31/10/2020
Terrenos							-
Veículos	(9.170)		6.463	(3.216)	(34)	(7.188)	(13.144)
Máquinas e equipamentos	(2.374)		613	(1.529)	(11)	(1.499)	(4.800)
Móveis e utensílios	(593)			(204)		(923)	(1.720)
Computadores e periféricos	(1.281)			(458)		(1.805)	(3.544)
Edificações, instalações e benfeitorias	(2.208)		62	(1.992)		(1.306)	(5.444)
Outros	(1.056)					(1.682)	(2.738)
Total	(16.682)		7.138	(7.399)	(44)	(14.403)	(31.390)
(=) Saldo Residual Líquido	31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência	Incorporação (nota 5)	31/10/2020
Terrenos	4.730		(1.969)	-			2.761
Veículos	12.519	1.470	(6.967)	(3.216)	11	11.772	15.588
Máquinas e equipamentos	11.844	4.969	(1.124)	(1.529)	61	6.019	20.240
Móveis e utensílios	1.918	487		(204)	12	2.205	4.418
Computadores e periféricos	2.074	247		(458)	(12)	2.224	4.075
Edificações, instalações e benfeitorias	27.795	10.530	(533)	(1.992)	(72)	13.398	49.126
Imobilizado em andamento	(2.920)	1.306					(1.614)
Consórcio em andamento	73	55					128
Outros						554	554
Total	58.033	19.065	(10.593)	(7.399)		36.172	95.278

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(+) Custo	31/12/2018	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência	31/10/2019 (não auditado)
Terrenos	1.261	1.969				3.231
Veículos	18.048	6.301	(2.255)			22.094
Máquinas e equipamentos	6.679	5.618	(670)		319	11.946
Móveis e utensílios	1.724	646	(4)			2.367
Computadores e periféricos	1.529	1.811	(11)			3.328
Edificações, Instalações e benfeitorias	17.270	6.073	(1)		1.899	25.241
Imobilizado em andamento	1.619	599			(2.218)	(0)
Consórcio em andamento	34	34				68
Outros	1.056					1.056
Total	49.221	23.051	(2.941)			69.330

(-) Depreciação	31/12/2018	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência	31/10/2019 (não auditado)
Veículos dp	(6.773)		1.230	(3.224)		(8.767)
Máquinas e equipamentos	(1.396)		50	(827)		(2.172)
Móveis e utensílios	(400)			(156)		(556)
Computadores e periféricos	(909)		11	(295)		(1.193)
Edificações, Instalações e benfeitorias	(771)			(1.108)		(1.879)
Outros	(717)			(339)		(1.056)
Total	(10.966)		1.291	(5.948)		(15.624)

(=) Saldo residual, líquido	31/12/2018	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência	31/10/2019 (não auditado)
Terrenos	1.261	1.969				3.231
Veículos	11.275	6.301	(1.025)	(3.224)		13.327
Máquinas e equipamentos	5.284	5.618	(620)	(827)	319	9.774
Móveis e utensílios	1.324	646	(4)	(156)		1.810
Computadores e periféricos	620	1.811	(0)	(295)		2.135
Edificações, Instalações e benfeitorias	16.499	6.073	(1)	(1.108)	1.899	23.362
Imobilizado em andamento	1.619	599			(2.218)	
Consórcio em andamento	34	34				68
Outros	339			(339)		
Total	38.254	23.051	(1.650)	(5.948)		53.707

As transferências referem-se principalmente a bens em andamento que quando concluídos suas construções, instalações ou montagem são transferidos para os grupos operacionais, bem como, no caso de reclassificação entre grupos, por realocação do bem ou equipamento.

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13.2 Garantias

Nas datas de levantamento das demonstrações financeiras intermediárias, existiam bens do ativo imobilizado oferecidos a terceiros como garantias relacionadas a empréstimos bancários, atrelados ao seu próprio financiamento conforme demonstrado na Nota 17.

13.3 Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e para o período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020, a administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar indicativos de *impairment*.

14 Intangível (Consolidado)

	<u>31/12/2019</u>	<u>Adição</u>	<u>Amortização</u>	<u>Incorporação (i)</u>	<u>31/10/2020</u>
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (i), (ii) e (iii)	152.732			327.291	480.023
Carteira de clientes (i) e (ii)	47.110			171.693	218.803
Software	3.070	5.013		16.430	24.513
Marcas, patentes e outros		2.200		122	2.322
Custo	<u>202.912</u>	<u>7.213</u>		<u>515.536</u>	<u>725.661</u>
Carteira de clientes (i) (ii)	(16.941)		(6.625)		(23.566)
Software	(433)		(792)		(1.225)
Amortização	<u>(17.374)</u>		<u>(7.417)</u>		<u>(24.791)</u>
Valor residual	<u>185.537</u>	<u>7.213</u>	<u>(7.417)</u>	<u>515.536</u>	<u>700.870</u>
		<u>31/12/2018</u>	<u>Adição</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/10/2019</u>
					(não auditado)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (ii) e (iii)		152.732			152.732
Carteira de clientes (ii)		47.110			47.110
Software		758	1.806		2.564
Custo		<u>200.600</u>	<u>1.806</u>		<u>202.405</u>
Carteira de clientes (ii)		(9.734)		(6.007)	(15.741)
Software		(88)		(250)	(338)
Amortização		<u>(9.822)</u>		<u>(6.256)</u>	<u>(16.078)</u>
Valor residual		<u>190.777</u>	<u>1.806</u>	<u>(6.256)</u>	<u>186.327</u>

- i) Em 30 de outubro de 2020, a Companhia adquiriu e incorporou o acervo líquido integral das empresas Agro Trends e Agro Advance, conforme divulgado na Nota 5. Com a combinação de negócios foram atribuídos mais valia sobre a carteira de clientes e ágio com base na expectativa de rentabilidade futura, mediante a troca de ações.

Abaixo quadro demonstrando os saldos gerados na combinação de negócios ocorrida em 30 de outubro de 2020:

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Carteira de clientes</u>	<u>Ágio</u>	<u>Total</u>
Saldo antes da incorporação e combinação de negócios	47.110	152.732	199.842
Combinação	171.693	327.291	498.984
	<u>218.803</u>	<u>480.023</u>	<u>698.826</u>

- ii) Os saldos de ágio e carteira de clientes ágio reconhecido em 31 de dezembro de 2019 refere-se a:
- A aquisição de controle da Agrototal (controlada indireta), obtida mediante desembolso financeiro pela Agro Control, no montante de R\$ 211.196, dos quais R\$ 140.700 foram atribuídos ao ágio gerado na aquisição de negócios com base na expectativa de rentabilidade futura e R\$ 47.110 atribuído a carteira de clientes, com vida útil econômica estimada em 10 anos.
 - Aquisição de controle da AgroFerrari (controlada indireta), adquirida pela Agrototal em 9 de novembro de 2018, mediante desembolso e troca de ações no montante de R\$ 23.679, dos quais R\$ 12.032 foram atribuídos ao ágio por rentabilidade futura.
- iii) Os saldos de ágio e carteira de clientes ágio gerado na combinação de negócios em 30 de outubro de 2020 (Nota 5), referem-se a:
- Combinação de negócio com a companhia incorporada AgroTrends, que possuía o controle acionários das empresas Rural Brasil e sua controlada Campeã, mediante a troca de ações, o qual foi atribuído ao ágio por rentabilidade futura o montante de R\$ 260.267 e para o valor justo da carteira de clientes, a ser amortizada pelo período residual de 10 anos o montante de R\$ 124.768.
 - Combinação de negócio com a companhia incorporada AgroAdvance, que possuía o controle acionários da Grão de Ouro e sua controlada GdO Insumos, mediante a troca de ações, o qual foi atribuído ao ágio por rentabilidade futura o montante de R\$ 67.025 e para o valor justo da carteira de clientes, a ser amortizada pelo período residual de 10 anos o montante de R\$ 46.925.

Em 31 de outubro de 2020, o saldo de aquisição societária a pagar registrado no passivo circulante era de R\$ 5.367 (2019 – R\$ 6.423) relacionados a compra da Campeã, pela Rural Brasil, em 2020 e da AgroFerrari em 2019.

Teste anual de impairment do ágio

Considerando a homogeneidade de processos e sinergia das operações, a administração avaliou e concluiu que cada segmento de suas controladas diretas corresponde à uma UGC. Essa avaliação leva em consideração que cada controlada direta e suas respectivas controladas (controladas indiretas da Companhia) são administradas com o foco na geração de receita e de caixa de casa segmento, os quais compartilham da sinergia da estrutura de cada controlada, compra conjunta, administração do caixa, entre outros.

Em decorrência da combinação de negócios em 30 de outubro de 2020 (Nota 5), a Companhia reconheceu valor de ágio adicional de R\$ 327.291, o qual foi alocado a três novas UGCs identificadas, e somada às UGCs Agrototal, a qual já possuíam R\$ 152.732 de ágio alocado em aquisições anteriores. Dessa forma, em 31 de outubro de 2020, a alocação do ágio por UGC esta segregada da seguinte forma:

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/10/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
UGC Agrototal - grãos	15.424	15.424
UGC Agrototal - insumos	137.307	137.308
UGC Rural Brasil - grãos	3.106	
UGC Rural Brasil - insumos	257.160	
UGC Grão de Ouro	67.025	
	<u>480.023</u>	<u>152.732</u>

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração.

O valor recuperável da UGC é avaliado anualmente com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de dez anos. Na elaboração das projeções de fluxo de caixa, a Administração toma como premissas o histórico de faturamento e crescimento do setor de insumos agrícolas somado expansão de negócios, bem como, o histórico de margens bruta e operacional sobre o faturamento de grãos e insumos.

Considerando que o ágio alocado nas UGCs Rural Brasil (grãos e insumos) e Grão de Ouro foi reconhecido em 30 de outubro de 2020, com base valor justo da combinação de negócios (Nota 5), a Administração não realizou nova avaliação de impairment para essas UGCs.

Em 31 de dezembro de 2019, última avaliação realizada pela Companhia, para as UGCs da Agrototal os fluxos de caixa foram projetados com base em uma taxa média de crescimento de 20% em volume, com uma margem média de EBITDA de 6,3% para os insumos e 1% para os grãos. Os valores referentes os fluxos de caixa posteriores ao período de dez anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento de 4,5% a.a. Essa taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor em que as UGCs atuam e teve por base o crescimento estimado por loja e as possibilidades de ampliação do *Market share* de cada segmento. As projeções do fluxo de caixa foram trazidas a valor presente com base na taxa WACC calculada pela administração de 17,21% a.a., antes do imposto de renda e da contribuição social.

O volume de vendas considera a média anual da taxa de crescimento. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado. O preço de venda considera a média anual da taxa de crescimento de 5%. Ele se baseia nas atuais tendências do setor e inclui as previsões de inflação para o longo prazo para cada território.

A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período previsto. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas e no *mix* de vendas, com ajustes efetuados para refletir os aumentos de preço futuros esperados para os insumos agrícolas, que a administração não espera poder repassar para os clientes por meio de aumentos no preço. Existe a expectativa de que o preço dos insumos agrícolas subirá em média 5% ao ano, mantendo a margem bruta média anual em 10,7%. A margem para os grãos se mantém estável em 1%

Outros custos operacionais são os custos fixos das UGCs, que não variam de maneira significativa com os volumes de vendas ou os preços. A administração estimou esses custos com base na estrutura atual dos negócios, ajustando-os aos aumentos inflacionários, e estes não refletem quaisquer reestruturações futuras ou medidas de economias de custo.

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2019, para as UGCs Agrototal, o valor a recuperar calculado com base no valor em uso ultrapassou o valor contábil e a administração não identificou a necessidade de constituir qualquer provisão para perda.

15 Ativos de direito de uso (Consolidado)

	Saldo em 1º de janeiro de 2020	Adições	Amortização	Incorporação (i)	Saldo em 31/10/2020
Imóveis	80.554	2.127		19.634	102.315
Veículos		5.431		6.331	11.763
Máquinas e Equipamentos		2.632			2.632
Informática				2.170	2.170
Outros				200	200
(-) Amortização Imóveis	(10.692)		(8.302)	(7.787)	(26.781)
(-) Amortização Veículos			(37)	(1.541)	(1.577)
(-) Amortização Máquinas e Equipamentos			(156)		(156)
(-) Amortização Informática				(757)	(757)
(-) Amortização Outros				(100)	(100)
	<u>69.862</u>	<u>10.191</u>	<u>(8.494)</u>	<u>18.150</u>	<u>89.709</u>

	Saldo em 1º de janeiro de 2019	Adição	Amortização	Saldo em 31/10/2019 (não auditado)
<u>Imóveis</u>				
Adoção inicial 1º de janeiro de 2019	74.754			74.754
Novos contratos		5.480		5.480
(-) Amortização			(8.905)	(8.905)
	<u>74.754</u>	<u>5.480</u>	<u>(8.905)</u>	<u>71.328</u>

16 Fornecedores e outras contas a pagar (Consolidado)

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios.

	31/10/2020	31/12/2019
Fornecedores de mercadorias	1.241.671	133.663
Fornecedores de grãos	205.809	390.726
Fornecedores - partes relacionadas (nota 24.2)	17.919	2.198
Outras contas a pagar	39.864	9.140
(-) Ajuste a valor presente	(98.462)	(26.371)
	<u>1.406.801</u>	<u>509.356</u>

O saldo a pagar para os fornecedores de grãos está, em sua maioria, atrelado à variação do valor justo das commodities agrícolas com que o Grupo opera.

Conforme determina a norma contábil, as compras a prazo são descontadas a valor presente, conforme prazo negociado com cada fornecedor, considerando uma taxa mensal média de 1,5% (2019 – 1,5%)

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Modalidade	Vencimento	Taxa de juros média a.a.	31/10/2020	31/12/2019
Nota de crédito a exportação – NCE	20/12/2021	CDI+2,70% - 4,42%	156.372	101.682
Cédula de crédito à exportação – CCE	22/04/2022	CDI+3,70% - 7,10%	189.000	73.588
Adiantamento para contrato de câmbio – ACC	29/01/2021	3,90%	13.763	42.432
Capital de giro - moeda estrangeira	06/09/2020	140% a 150% do CDI		22.708
Cédula de crédito bancário – CCB	10/04/2029	CDI+3,29% - 8,47%	398.938	5.169
Crédito Direto ao Consumidor - CDC	03/10/2022	11,86%	4.097	
Financiamento para garantia de preços ao produtor - FGPP	27/05/2021	CDI+4,03%	26.359	10.168
Cessão de Duplicatas	20/08/2021	6,38%	6.185	
Finame e Leasing	16/01/2023	8,73 à 13,22%	1.114	8.830
			795.827	264.577
Circulante			795.827	232.852
Não circulante				31.725
			795.827	264.577

Em 31 de outubro de 2020, a Companhia reclassificou, para o passivo circulante, o montante de R\$ 85.098, correspondente a parcela dos empréstimos e financiamentos originalmente classificada no passivo não circulante. Essa reclassificação ocorreu em razão do direito contratual da contraparte em exigir a liquidação imediata da dívida em determinadas situações, as quais incluem alterações no controle acionário das empresas do Grupo.

Apesar de entender como remota a possibilidade de cobrança antecipada, a Companhia efetuou a reclassificação em atendimento ao CPC 26 (R1)/ IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis, haja vista que não obteve o *waiver* formal das instituições financeiras credoras.

O cronograma dos vencimentos original (sem os efeitos da reclassificação para o período findo em 31 de outubro de 2020) dos empréstimos e financiamentos classificados no não circulante é demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

Descrição	31 de outubro de 2020	31 de dezembro de 2019
2021	24.994	27.794
2022	44.903	1.299
2023	7.352	
Acima de 2023	7.849	2.632
	85.098	31.725

17.1 Compromissos (“covenants”)

A Companhia e suas controladas não possuía contratos com *covenants* financeiros em 31 de outubro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

17.2 Garantias

As garantias existentes para empréstimos e financiamento são apresentadas a seguir:

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/10/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Alienação fiduciária	5.969	9.480
Avais dos sócios	66.266	23.823
Hipoteca	65.027	5.169
Estoques	163.444	60.611
Avalista e duplicata	124.169	
Colateral	45.199	
Cédula de Produtor Rural (CPR)	9.006	
	<u>479.081</u>	<u>99.083</u>

18 Passivos de arrendamento (Consolidado)

Em 2019, o Grupo reconheceu os contratos de arrendamento, relacionados principalmente a aluguel de imóveis e silos, além de veículos e outros bens, como equipamentos e empilhadeiras, reconhecidos ao valor presente das obrigações contratuais.

	<u>31/10/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Imóveis	79.027	73.586
Veículos	10.221	
Outros	3.746	
	<u>92.994</u>	<u>73.586</u>
Passivo circulante	<u>20.690</u>	<u>15.123</u>
Passivo não circulante	<u>72.304</u>	<u>58.463</u>

Os contratos possuem em média de 3 à 8 anos de prazos remanescentes e os pagamentos são realizados em prestações mensais.

Os saldos estimados de arrendamento a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

<u>Vencimento</u>	<u>31/10/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
2021	24.671	19.239
2022	30.947	24.418
2023	22.411	19.837
2024	16.828	16.009
Após 2024	14.556	14.511
Ajuste a valor presente	<u>(37.110)</u>	<u>(34.915)</u>
	<u>72.304</u>	<u>59.099</u>

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No quadro abaixo é apresentado o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos:

	31/10/2020		31/12/2019	
	Valor nominal	Valor descontado	Valor nominal	Valor descontado
Contraprestações do arrendamento	133.990	92.995	110.542	73.586
Não passível de tomada de crédito (i)	117.248	78.070	106.936	70.684
Passível de tomada de crédito	16.741	14.924	3.606	2.902
Pis/cofins potencial (9,25%)	(1.549)	(1.381)	(334)	(268)
	132.441	91.614	110.208	73.318

- (i) Em conformidade com a legislação tributária vigente no Brasil, a Administração da Companhia, junto com seus assessores tributários, entendem que há arrendamentos que não dão direito a crédito de Pis/Cofins e, por isso, apresenta de forma segregada a parcela potencial para a tomada de crédito sobre o total dos passivos de contratos de arrendamento.

A Companhia calculou suas taxas incrementais nominais, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a sua realidade econômica:

Vigência dos contratos	31/10/2020	31/12/2019
	Taxa incremental	Taxa incremental
2 anos	10,9%	10,9%
3 anos	11,2%	11,2%
4 anos	11,6%	11,6%
5 anos	11,9%	11,9%

A Companhia, em plena conformidade com o CPC 06 (R1)/ IFRS 16, na mensuração e na mensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela norma.

Adicionalmente, em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, são apresentadas abaixo as comparações nas rubricas do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa de depreciação e da despesa financeira do período findo em 31 de outubro de 2020 e os períodos futuros utilizando o fluxo de caixa descontado considerando a inflação futura projetada nos fluxos de pagamentos, descontados pelas taxas nominais acima apresentadas:

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/10/2020	2020	2021	2022	2023	Após 2023
Ativo direito de uso						
IFRS 16	71.559	58.229	42.843	17.625	4.374	3.733
Ofício CVM	85.495	70.619	53.923	25.887	5.672	4.980
	19,5%	21,3%	25,9%	46,9%	29,7%	
Passivo de arrendamento						
IFRS 16	74.742	71.949	61.207	39.652	22.779	8.701
Ofício CVM	85.129	73.544	66.719	47.455	31.561	8.254
	13,9%	2,2%	9,0%	19,7%	38,6%	
Despesa com depreciação						
IFRS 16	(8.493)	(21.818)	(26.424)	(24.826)	(12.711)	(2.765)
Ofício CVM	(10.012)	(24.581)	(29.693)	(27.588)	(19.587)	(3.777)
	17,9%	12,7%	12,4%	11,1%	54,1%	36,6%
Despesa financeira						
IFRS 16	(8.968)	(2.090)	(10.356)	(8.410)	(6.589)	(15.439)
Ofício CVM	(9.855)	(2.345)	(11.810)	(9.490)	(7.403)	(16.521)
	9,9%	12,2%	14,0%	12,8%	12,4%	7,0%
	IFRS 16/ CPC 06 (R2)		Ofício CVM			
Despesa com Depreciação	(49.508)	(55.591)				
Despesa Financeira	(4.371)	(5.128)				
	(53.879)	(60.719)				

As comparações nas rubricas do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa de depreciação e da despesa financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e os períodos futuros utilizando o fluxo de caixa descontado considerando a inflação futura projetada nos fluxos de pagamentos, descontados pelas taxas nominais acima apresentadas estão apresentadas a seguir:

	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023
Ativo direito de uso						
IFRS 16	69.862	58.807	48.140	38.044	29.985	
Ofício CVM	84.453	71.503	58.955	46.998	37.240	
	20,9%	21,6%	22,5%	23,5%	24,2%	
Passivo de arrendamento						
IFRS 16	73.587	64.251	54.231	44.178	33.461	
Ofício CVM	85.548	77.855	69.238	59.861	49.106	
	16,3%	21,2%	27,7%	35,5%	46,8%	
Despesa com depreciação						
IFRS 16	(10.692)	(11.055)	(10.667)	(10.096)	(8.059)	(29.985)
Ofício CVM	(12.511)	(12.950)	(12.548)	(11.957)	(9.758)	(37.240)
	17,0%	17,1%	17,6%	18,4%	21,1%	24,2%
Despesa financeira						
IFRS 16	(9.742)	(7.948)	(6.972)	(6.481)	(5.816)	(9.738)
Ofício CVM	(11.507)	(10.334)	(9.106)	(7.868)	(6.489)	(9.911)
	18,1%	30,0%	30,6%	21,4%	11,6%	1,8%

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>IFRS 16/ CPC 06 (R2)</u>	<u>Ofício CVM</u>
Despesa com Depreciação	(50.569)	(59.724)
Despesa Financeira	(36.959)	(45.304)
	<u>(87,528)</u>	<u>(105,028)</u>

19 Obrigações por cessão de créditos (Consolidado)

<u>Modalidade / Securitizadora</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxas de juros média a.a.</u>	<u>31/10/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
CRA / XP Investimentos S.A.	30/04/2022	150% CDI	88.309	
CRA / Vert Securitizadora	31/08/2022	11,98%	34.906	53.341
CRA / Gaia Agro Securitizadora S.A.	30/11/2023	102,6% CDI	23.600	
			<u>146.815</u>	<u>53.341</u>

Essas obrigações por cessão de crédito, originadas na emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) são classificadas como dívida no passivo circulante, a fim de manter a comparabilidade com seu respectivo lastro, ou seja, os direitos creditórios sobre as Contas a receber que foram cedidos na operação (Nota 8). A Companhia possui a opção assegurada em contrato de promover a revolvência dos saldos de curto prazo até a liquidação da operação do CRA, através de encontro de contas, o qual ocorrerá conforme os prazos descritos acima. Dessa forma, a liquidação dessas operações não deverão resultar em saída de caixa futuro.

As operações de CRA tem revolvências semestrais a partir de cada vencimento de safra normalmente em 30 de abril e 30 de setembro de cada ano.

19.1 Títulos e valores mobiliários (Consolidado)

Em 31 de outubro de 2020, os títulos e valores mobiliários do Grupo no montante de R\$ 51.545 (2019 – R\$ 10.380). Esses títulos adquiridos nas operações de emissão de CRA, correspondentes às quotas subordinadas contribuídas, de titularidade das controladas, nas referidas operações.

Estes títulos são adquiridos para garantir eventuais riscos de crédito à Securitizadora, os quais encontram-se classificados como títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento no ativo não circulante.

De acordo com a estrutura financeira da referida emissão, cabe ao CRA subordinado a absorção das primeiras perdas apuradas na carteira de recebíveis cedida, limitadas entre 15% a 20% do valor de emissão, de acordo com os contratos de CRA.

Em 31 de outubro de 2020, a administração do Grupo não espera incorrer em perdas significativas relacionadas a não liquidez dos títulos cedidos em garantia, haja vista os procedimentos de avaliação de crédito do Grupo, bem como a possibilidade de substituição dos recebíveis securitizados no caso de eventual evento futuro.

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Obrigações sociais e trabalhistas (Consolidado)

	<u>31/10/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisão para férias e encargos sobre férias	12.247	5.566
Provisão para décimo terceiro salário	6.599	
Provisão para comissões e PPR	15.826	3.949
Provisão de bônus	8.274	1.827
Salários à pagar	1.655	
INSS a recolher	3.753	1.209
FGTS a recolher	1.693	354
Outras obrigações trabalhistas	1.714	116
	<u>51.761</u>	<u>13.021</u>

21 Adiantamentos de clientes (Consolidado)

	<u>31/10/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Adiantamentos de clientes mercado interno	155.100	70.709
Adiantamentos de partes relacionadas (nota 24.2)	4.866	665
	<u>159.967</u>	<u>71.374</u>

- (i) Refere-se a adiantamentos recebimentos de produtores e tradings para a aquisição de insumos e de grãos (operações não fixadas), respectivamente, os quais sofram variação relevante ao longo do exercício em decorrência da sazonalidade da safra agrícola.
- (ii) Refere-se a adiantamentos recebidos de produtores e tradings, em operações cujos faturamentos já foram realizados e recebidos, mas os produtos ainda não foram entregues (entrega futura).

22 Contingências (Consolidado)

O Grupo é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e civil, no curso normal de seus negócios, com base em parecer dos assessores jurídicos do Grupo, as ações com possibilidade possível de perda totalizam R\$ 2.223 em 31 de outubro de 2020 (2019 - R\$ 2.649) referente as ações cíveis e trabalhistas, não havendo causas prováveis a serem registradas.

Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas às questões tributárias do exercício, ou exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva desses itens no Brasil. Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação. Também podem existir obrigações de naturezas trabalhista ou cível que, no presente momento, não são conhecidas pela administração do Grupo. Entretanto, com base na opinião de seus consultores legais, a administração do Grupo é de opinião que todos os tributos e demais obrigações assumidas pelas Companhia e suas controladas têm sido pagos ou provisionados adequadamente e, em 31 de outubro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não eram conhecidas ações de vulto formalizadas contra a Companhia e suas controladas que implicassem a constituição de provisão para cobrir eventuais perdas.

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Patrimônio líquido

23.1 Capital social

	<u>31/10/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Número de ações em milhares	691.643	228.698
Capital social	<u>426.046</u>	<u>31.976</u>

Conforme descrito na Nota 5, no dia 30 de outubro de 2020, a Agro Key foi incorporada em um processo de combinação de negócios por meio de troca de ações sendo que a Agro Key foi extinta nos termos do artigo 219, inciso II, da Lei das S.A., e a AgroGalaxy, sucedeu a Agro Key em todos os seus direitos e obrigações. Adicionalmente, com a incorporação, as ações da Agro Key foram extintas e novas ações ordinárias foram emitidas pela AgroGalaxy (anteriormente denominada, Agro Trends), as quais foram atribuídas aos antigos acionistas da Agro Key e da Agro Advance.

Esta transação de combinação de negócios foi considerada pela Administração da Companhia uma aquisição reversa. Dessa forma, embora a Agro Key seja a empresa adquirente para fins contábeis, os instrumentos patrimoniais da AgroGalaxy correspondem à continuidade dos instrumentos patrimoniais da Agro Trends.

Para melhor entendimento das mutações do patrimônio líquido da Companhia, demonstramos a seguir as mutações ocorridas até o dia 30 de outubro de 2020, data da incorporação e posteriormente apresentamos a descrição dos instrumentos patrimoniais existentes em 31 de outubro de 2020, que correspondem a continuidade da empresa adquirida contábil.

Em 2019

Em 6 de agosto de 2019, os acionistas aprovaram o aumento de capital social da Agro Key no valor de R\$ 9.500, mediante a emissão de 9.356.459 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, parcialmente integralizadas no período findo em 31 de outubro de 2019 pelo montante de R\$ 6.441. Nesse mesmo período, os acionistas integralizaram o montante de R\$10.559, sendo R\$ 3.884 destinados a capital social e R\$ 6.675 a reserva de capital, decorrente de aumento de capital subscrito em exercícios anteriores.

Em 2020

b) Principais mutações do patrimônio líquido até 30 de outubro de 2020

Em 30 de outubro de 2020 os acionistas não controladores da Agrototal, efetuaram aporte de capital na Agro Control no montante de R\$ 55.786, mediante emissão de 114.182.720 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralizadas por meio da conferência de ações da Agrototal, equivalentes a 33,5% de seu capital social. Ato seguinte, estes acionistas não controladores, efetuaram aporte de capital na Agro Key, no montante de R\$ 55.786 mediante emissão de 115.208.697 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralizadas por meio da conferência de ações da Agro Control, equivalentes a 33,5% de seu capital social. Em decorrência das transações retro-mencionadas, a Companhia passou a deter controle integral da Agro Control e Agrototal.

c) Aumento de capital de 30 de outubro de 2020, decorrente da combinação de negócios (Nota 5):

Em 30 de outubro de 2020, como parte da transação de combinação de negócios (Nota 5), os acionistas aprovaram o aumento de capital social da Companhia em R\$ 298.401, mediante emissão de 403.233.696

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, a serem integralizadas por meio da incorporação do acervo líquido integral da Agro Key e da Agro Advance.

Em 31 de outubro de 2020, o capital social de R\$ 426.046 totalmente subscrito e integralizado, estava representado por 691.642.618 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

23.2 Reserva de capital social

Refere-se a ágio na emissão de ações pagos pelos acionistas da Companhia, conforme descrito na nota 23.1 (a) e 23.1 (b), o qual trouxe o reflexo da incorporação pela combinação de negócios.

23.3 Reserva de lucros

A Companhia destina 5% para a reserva legal, conforme previsto pela legislação societária. Adicionalmente, as reservas de lucros também estão compostas por lucros a destinar que compreendem o montante de lucros retidos e que serão submetidos à Assembleia Geral Ordinária.

23.4 Dividendos

No caso de distribuição de dividendos é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% sobre o lucro do exercício (2019 – 5%), conforme definido no Estatuto Social.

Os dividendos mínimos obrigatórios provisionados em anos anteriores, não foram pagos e, por decisão dos acionistas, os mesmos foram revertidos para a reserva de lucros no montante de R\$ 1.630.

23.5 Ajustes de avaliação patrimonial

Incluem o resultado de transações realizadas entre a Companhia e os sócios não controladores da Rural Brasil e Agrototal entre 2017 e 2019, bem como o resultado do reconhecimento do Plano de Compra de Ações ("Plano") das controladas Rural Brasil, Agrototal e Grão de Ouro, reconhecido de forma reflexa no patrimônio líquido da Companhia.

23.5.1 Pagamento baseado em ações

O Conselho de Administração das controladas aprovou plano de opção de compra de ações. Este Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano") do Grupo estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão dessas controladas, nos termos do artigo 168, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/1976.

O plano permite que as controladas outorguem opções de compra de ações de sua emissão a Administradores, Empregados e Prestadores de serviços (conforme qualificadores na cláusula 5 do plano), conferindo-lhes a possibilidade de se tornarem acionistas das referidas controladas mediante o cumprimento de determinadas condições.

O objetivo do Plano consiste em: (i) estimular a melhoria, a expansão, o êxito e a consecução das atividades das controladas do Grupo; (ii) obter um maior alinhamento dos interesses dos Administradores, Empregados e Prestadores de Serviços com os interesses da Companhia e de suas afiliadas; e (iii) incentivar a permanência dos Administradores, Empregados e Prestadores de Serviços nas controladas da Companhia.

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ações incluídas no plano

As opções de compra de Ações outorgadas segundo o Plano (“Opções”) poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal de emissão das controladas, sem direito a voto, com prioridade de distribuição de dividendo fixo anual no valor de R\$ 0,01 (um centavo de real) por ação (“Ações”) que não exceda o montante máximo e cumulativo de 5% a 8% do total de Ações de emissão das referidas controladas. Para fins do limite estabelecido, deverão ser computadas todas as Opções já outorgadas no âmbito do plano, exercida ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas antes de serem exercidas, sendo que as opções outorgadas com base em planos anteriores, vigentes ou não, não serão computadas para efeito do limite estabelecido.

Os acionistas, nos termos do artigo 171, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/1976, não terão direito de preferência na aquisição ou exercício das Opções.

As Ações resultantes do exercício das Ações outorgadas segundo Plano conferirão aos seus titulares os direitos previstos na legislação aplicável e no estatuto social das controladas.

Outorgas realizadas

O quadro abaixo resume os planos realizados em cada Controlada:

Companhia	Plano	Quantidade de Ações		Data Exercício	Data Outorga	Valor		
		Total do Plano	Total Outorgada			Valor Total Opções	Reconhecido Resultado	Valor Reserva
Agrototal	1	1.649.046	1.090.559	Jan/20 a Ago/24	Jan a Set/20	7.443	(3.692)	3.692
Rural Brasil	1	485.432	485.432	out/21	out/18	3.373	(468)	1.316
	2	3.650.956	1.640.464	Ago/19 a Mar/25	Jul/19 a Out/20	5.888	(2.101)	2.101
Grão de Ouro	1	609.274	432.940	Set/20 a Jun/25	Jul a Ago/20	749	(78)	78
Campeã	1	47.700	47.700	Set/20 a Jun/23	ago/20	896	(123)	123
		<u>6.442.408</u>	<u>3.697.095</u>			<u>18.349</u>	<u>(6.462)</u>	<u>7.310</u>

Essas opções referem-se a instrumentos de patrimônio das controladas e, portanto, não tem efeito diluidor na Companhia.

23.6 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O Lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias diluidoras.

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/10/2020</u>	<u>31/10/2019</u> (não auditado)
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	<u>(16.978)</u>	<u>11.282</u>
Quantidade de ações ordinárias no início do exercício (*)	228.698	219.341
Média ponderada das ações ordinárias no exercício (*)	<u>274.992</u>	<u>222.148</u>
Lucro básico / diluído por lote de mil ações - R\$	<u>(0,06)</u>	<u>0,05</u>

(*) em milhares de ações

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Em 31 de outubro de 2020 e de 2019, não existem instrumentos com potencial de diluição do lucro.

24 Partes relacionadas (Consolidado)

No decorrer de suas operações, direitos e obrigações são contraídas entre partes relacionadas, oriundas de operações comerciais e financeiras. As transações comerciais, tais como compra e venda de mercadorias entre partes relacionadas, são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes, que devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes com partes não relacionadas. As operações financeiras com partes relacionadas decorrentes de transações de mútuo entre, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, são realizadas em condições específicas, sendo que não há cobrança de juros ou de prazo definido para pagamento nessas operações. Os saldos de transações com partes relacionadas estão demonstrados abaixo.

24.1 Ativos com partes relacionadas

		<u>31/10/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoa Física	(i)	56.437	10.478
GB2 Empreendimentos Ltda.	(ii)	177	183
Ricolog Transbordo e Multimodal S.A.	(ii)	210	12
Ouro Forte Industria de Fertilizantes e Transportes Ltda.		<u>9</u>	<u></u>
Total nas contas a receber (nota 8)		<u>56.833</u>	<u>10.673</u>

- (i) Refere-se a valores à receber de pessoas físicas, conforme determina CPC 05/IAS 24, que participam diretamente da administração da Companhia ou suas controladas, com cargo de direção ou conselheiro, e representam em sua essência valores de venda de insumos agrícolas à vencer, os quais possuem condições similares à de outros clientes.
- (ii) Refere-se a valores de reembolso por prestação de serviços e venda de grãos a cotações de mercado.

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		<u>31/10/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoa Física			100
GB2 Empreendimentos Ltda.	(i)	1.073	10
GB5 Empreendimentos Imobiliários Ltda.		47	
V S Ribeiro Eireli	(ii)	<u>617</u>	<u>245</u>
Total mútuo e outros partes relacionadas		<u>1.736</u>	<u>355</u>

(i) Refere-se a valores à receber de transferência de consórcio e venda de veículo.

(ii) O saldo com a V S Ribeiro Eireli, refere-se a mútuo entre as partes, através de contrato, o qual poderá ser convertido em quotas da empresa, com vencimento até 2022.

		<u>31/10/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoa Física		493	178
GB5 Empreendimentos Imobiliários Ltda.		142	101
Status Holding Empreendimentos e participações		<u>281</u>	
Total adiantamento a fornecedores (nota 11)		<u>915</u>	<u>279</u>

Adiantamento realizado para aquisição de grãos à fixar pessoa física e adiantamento de prestação de serviços de fretes e aluguel.

24.2 Passivos com partes relacionadas

		<u>31/10/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoa Física	(i)	2.561	890
V S Ribeiro Eireli		24	
Ricolog Transbordo e Multimodal S.A.			156
Gb2 Empreendimentos Ltda	(ii)	264	809
Gb5 Empreendimentos Imobiliários Ltda	(ii)	7.387	342
Nutrialfa Alimentos Ltda.		7.668	
Ouro Forte Industria de Fertilizantes e Transportes Ltda.		<u>15</u>	
Total em fornecedores (Nota 16)		<u>17.919</u>	<u>2.198</u>

(i) Valores à pagar sobre aquisição de commodities (grãos fixados).

(ii) Valores à pagar sobre aluguel, prestação de serviço de frete e transbordo.

(iii) Valores à pagar por compra de insumos agrícolas para revenda.

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/10/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoa Física	4.416	665
Status Holding Empreendimentos e participações	17	
Agrofour Gestão De Ativos e Participações Ltda.	<u>434</u>	
Total em adiantamentos de clientes (Nota 21)	<u><u>4.866</u></u>	<u><u>665</u></u>

Valores referente a recebimento antecipados de pessoa física para aquisição futura de insumos agrícolas, principalmente na modalidade de venda à entrega futura.

Dividendos à pagar:

Em 31 de outubro de 2020, o saldo de dividendos à pagar foi integralmente revertido contra o saldo de lucros acumulados, no patrimônio líquido na controladora, e integralizado pelos referidos acionistas minoritários nas controladas. Em 31 de dezembro de 2019, os saldos de R\$ 2.794 e R\$ 1.630, registrados em Outras contas a pagar, referem-se substancialmente aos dividendos mínimos obrigatórios do Grupo e Companhia.

24.3 Vendas para partes relacionadas

		<u>31/10/2020</u>	<u>31/10/2019</u>
			(não auditado)
Pessoa Física	(i)	73.916	16.128
GB2 Empreendimentos LTDA	(ii)	6	16
Gb5 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	(ii)	47	
Ricolog Transbordo e Multimodal S.A.	(iii)	200	1
Ouro Forte Industria de Fertilizantes e Transportes Ltda.		9	
Multigrãos Armazéns Gerais Ltda		<u>1</u>	
Total de vendas para partes relacionadas		<u><u>74.177</u></u>	<u><u>16.145</u></u>

- (i) Referem-se, principalmente, a vendas de insumos agrícolas (Fertilizantes, defensivos, sementes e especialidades), os prazos e condições comerciais são acordados entre as partes e substancialmente similares a com outros clientes.
- (ii) Refere-se a reembolso de custos e venda de bens (ativo imobilizado e grãos).
- (iii) Referem a venda de commodities, principalmente soja, em condições e prazos similares a de mercado.

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.4 Compras de partes relacionadas

		<u>31/10/2020</u>	<u>31/10/2019</u> (não auditado)
Pessoa Física	(i)	45.793	58.664
Aqua Capital S.A.	(ii)	927	24
GB2 Empreendimentos Ltda.	(iii)	6.307	24.597
GB5 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(iii)	16.605	8.638
Ricolog Transbordo e Multimodal S.A.	(iv)	2.180	2.150
V S Ribeiro Eireli	(v)	261	102
Ouro Forte Industria de Fertilizantes e Transportes Ltda.	(iii)	129	
Status Holding Empreendimentos e participações	(ii)	54	
Nutrialfa Alimentos Ltda.	(vi)	7.890	
Total de compras para partes relacionadas		<u>80.146</u>	<u>94.174</u>

- (i) Referem-se, substancialmente, a aquisição de commodities agrícolas, com prazos e condições comerciais de mercado.
- (ii) Referem-se a prestação de serviços administrativos, com prazos e condições comerciais, acordados entre as partes.
- (iii) Referem-se, substancialmente, a aluguel de imóveis, transporte e assessoria técnica. As condições e prazos estão estipuladas em contrato e seguem o acordado entre as partes.
- (iv) Refere-se a serviços de transbordo e logística de terminal ferroviário, para transporte de commodities agrícolas, com prazos e condições comerciais estabelecidas em contrato, condizentes com mercado.
- (v) Refere-se a prestação de serviços de assinatura, monitoramento e assistência técnica ao sistema GeoData.
- (vi) Refere-se a compra de insumos agrícolas para revenda, conforme prazo e condições acordado entre as partes, em consonância com o estabelecido com outros fornecedores.

24.4 Remuneração do pessoal chave da administração

No período de 31 outubro de 2020, a remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração da Companhia e suas controladas, composta por Diretoria da Companhia e de suas controladas, por serviços na qualidade de empregados, foi no montante de R\$ 8.433 (2019 – R\$ 1.861).

Adicionalmente, a gestão de determinadas atividades administrativas da Companhia é realizada por administradores alocados nas controladas, sem o repasse de custos para a controladora. Conseqüentemente, não há despesas com remuneração alocadas a controladora na data base.

25 Receita de contrato de clientes (Consolidado)

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do período:

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/10/2020</u>	<u>31/10/2019</u> (não auditado)
Venda de grãos mercado interno	378.337	239.395
Venda de grãos mercado externo	709.009	492.826
Prestação de serviços	2.077	844
Venda de mercadorias mercado interno	<u>682.546</u>	<u>564.382</u>
Total da Receita Bruta	1.771.970	1.297.448
Menos:		
Impostos sobre receita	(7.869)	(4.558)
Devoluções e abatimentos	<u>(53.556)</u>	<u>(50.842)</u>
Total receita operacional líquida	<u>1.710.545</u>	<u>1.242.047</u>

- (i) As vendas de insumos agropecuários possuem base de cálculo do ICMS reduzida nas saídas dos insumos agropecuários, bem como, a isenção de Pis/Cofins sobre insumos agrícolas.

A apresentação da receita de forma desagregada por segmento, conforme requerido pelo IFRS15/ CPC47 Receita de contrato com clientes, pode ser vista na Nota 32 - Informações por segmento.

26 Custos das vendas (Consolidado)

	<u>31/10/2020</u>	<u>31/10/2019</u> (não auditado)
Custo das mercadorias vendidas - commodities	901.211	614.991
Custo das mercadorias vendidas - insumos agrícolas	474.179	414.916
Custo dos serviços prestados	661	286
Custo de fretes	66.975	39.541
Valor justo commodities	<u>49.678</u>	<u>(23.020)</u>
	<u>1.492.705</u>	<u>1.046.713</u>

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Despesas administrativas e de vendas (Consolidado)		31/10/2020	31/10/2019 (não auditado)
Gastos com frota		5.468	5.790
Gastos com pessoal e terceiros	(i)	74.482	46.025
Provisões para perdas com recebíveis		4.125	4.493
Serviços de terceiros	(i)	19.224	14.723
Depreciação e amortização		23.309	21.111
Gastos com armazenagem		2.989	2.763
Gastos com classificação de grãos		1.055	1.698
Manutenção e conservação		2.592	2.724
Comissões		4.966	6.502
Propaganda, publicidade e anúncios		2.117	3.632
Água, energia e telefone		3.940	4.780
Despesas com alimentação		170	1.150
Material de uso e consumo		1.524	1.819
Despesas tributárias		1.067	225
Pró-labore		2.153	1.220
Reembolso por washout		(5.442)	
Resultado por venda de imobilizado	(i)	(2.738)	(773)
Crédito extemporâneos	(i)	(2.699)	(6.382)
Outras	(i)	12.666	6.492
		<u>150.969</u>	<u>117.991</u>
Despesas administrativas		106.881	64.658
Despesas de vendas		55.887	61.537
Outras receitas operacionais líquidas		<u>(11.798)</u>	<u>(8.205)</u>
		<u>150.969</u>	<u>117.991</u>

- (i) Nos montantes acima, estão contidas despesas (receitas) que são classificadas como não recorrentes pela administração, haja vista sua natureza não usual às suas atividades operacionais normais de cada exercício.

Essas despesas (receitas) tem a seguinte natureza, por período:

		31/10/2020	31/10/2019
Despesas Compartilhadas	(ii)	4.400	1.275
Crédito extemporâneo, líquido de fee consultoria	(iii)	(2.261)	(6.362)
Venda de bens	(iv)	(2.738)	(773)
Stock option e phantom	(v)	4.326	
Serviços de consultoria para atividades não recorrentes	(vi)	5.609	2.959
Despesas não recorrentes		<u>9.337</u>	<u>(2.901)</u>

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Refere-se principalmente a despesas incorridas por outras empresas que estão sob a gestão do fundo e compartilhadas com as empresas do Grupo.
- (iii) Crédito extemporâneos de anos anteriores, líquido dos honorários dos consultores.
- (iv) As vendas de ativos imobilizados são consideradas como não recorrentes, líquidos de gastos para sua venda.
- (v) Refere-se a programas de benefícios a empregados em empresas controladas que tem como característica a mudança de controle das controladas.
- (vi) Serviços de consultoria, principalmente para processo de IPO, reestruturação societária, consultorias de reestruturação de atividades e *modus operandi*, necessários a melhorias das atividades e que não tem natureza recorrente.

28 Resultado financeiro (Consolidado)

	<u>31/10/2020</u>	<u>31/10/2019</u> (não auditado)
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(15.712)	(22.084)
Juros passivos	(7.414)	(3.289)
Descontos concedidos	(3.944)	(1.592)
Ajuste a valor presente	(31.146)	(14.527)
Ajuste a valor presente arrendamento	(8.683)	(9.511)
Outras despesas financeiras	(1.752)	(1.553)
	<u>(68.651)</u>	<u>(52.557)</u>
Receitas financeiras		
Descontos por antecipação de pagamentos	5.310	4.355
Ajuste a valor presente	4.873	2.456
Juros ativos	8.561	8.307
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.154	1.763
Pis/Cofins sobre receita financeira	(1.353)	(638)
Outras receitas financeiras	50	39
	<u>18.595</u>	<u>16.282</u>
Variação cambial e valor justo		
Variação cambial passiva	(35.768)	(2.160)
Valor justo contratos a termo - commodities despesa		(16.165)
Instrumentos financeiros derivativos passivos	(57.104)	(9.217)
Variação cambial ativa	2.998	2.254
Valor justo contratos a termo - commodities	19.506	701
Instrumentos financeiros derivativos ativos	22.518	9.105
	<u>(47.850)</u>	<u>(15.483)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(97.906)</u>	<u>(51.759)</u>

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação da variação cambial com os instrumentos financeiros cambiais é demonstrada a seguir:

	<u>31/10/2020</u>	<u>31/10/2019</u> (não auditado)
Saldo inicial	484	248
Resultado	(67.356)	(19)
Incorporação	(8.462)	
Pagamento ou recebimento	<u>66.724</u>	<u>(266)</u>
Saldo final	<u>(8.610)</u>	<u>(37)</u>

29 Imposto de renda e contribuição social (Consolidado)

29.1 Reconciliação da alíquota efetiva

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/10/2020</u>	<u>31/10/2019</u>	<u>31/10/2020</u>	<u>31/10/2019</u>
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	(16.978)	11.285	(31.036)	25.584
Imposto calculado com base em alíquotas de impostos vigentes (34%)	5.773	(3.837)	10.552	(8.699)
Equivalência patrimonial	(5.669)	3.862		
Outros	<u>(104)</u>	<u>(27)</u>	<u>(1.647)</u>	<u>766</u>
Tributos no resultado		<u>(2)</u>	<u>8.905</u>	<u>(7.933)</u>

29.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>31/12/2019</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>Incorporação (i)</u>	<u>Combinação de Negócio (i)</u>	<u>31/10/2020</u>
Mais valia sobre ativo imobilizado e intangível	(10.257)	2.011		(68.044)	(76.290)
Valor justo contratos a termo commodities	5.836	(6.632)	(2.428)		(3.224)
Provisão para comissões	1.558	(81)	1.588		3.065
Provisão de perda nos estoques	1.455	(155)	307		1.608
Complemento de preço de venda	(3.016)	2.293			(723)
Provisão para royalties	(188)	5.726			5.538
Provisão de sobra técnica	(1.934)				(1.934)
Provisões para perda em recebíveis	5.871	2.257	(1.907)		6.221
Variações cambiais não realizadas	13	5.779			5.792
Ajuste dos estoques a valor justo	(6.729)	(3.854)			(10.583)
Valor justo de fornecedor a fixar	(5.818)	20.744			14.926
Juros ativos provisionados	(3.445)	74			(3.371)
Provisão de variação de Hedge/Swap	113	(5.834)	434		(5.288)
Ajuste a valor presente	(4.018)	2.381	(5.212)		(6.849)
Provisões comerciais	(2.450)	(3.478)	(4.387)		(10.314)
Provisão de bônus	883	1.273	2.153		4.308
Prejuízo fiscal apurado	663		5.069		5.733
Outros	(213)	1.183	2.104		3.074
Imposto líquido ativo (passivo)	<u>(21.675)</u>	<u>23.685</u>	<u>(2.279)</u>		<u>(68.313)</u>
Imposto ativo		10.703	1.645		12.349
Imposto passivo	<u>(21.675)</u>	<u>12.982</u>	<u>(3.925)</u>	<u>(68.044)</u>	<u>(80.662)</u>

- (i) Em 30 de outubro de 2020, a Companhia incorporou o acervo líquido integral na combinação de negócios das empresas da Agro Trends e Agro Advance, conforme divulgado na Nota 5

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração da Companhia estima que a realização dos impostos diferidos se dê pelo histórico de rentabilidade de cada uma de suas controladas, devendo ocorrer o mesmo em até 5 anos, pois refere-se principalmente a variações no valor justo de derivativos e provisões de fornecedores de commodities.

30 Informações por segmento (Consolidado)

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

O Comitê Executivo, Grupo tomador de decisões operacionais, considera o negócio sob perspectiva de produto. Na visão do Grupo, os segmentos operacionais apresentados a seguir são organizados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Conselho de Administração, principal tomador de decisões e responsável pela alocação de recursos e avaliação de desempenho desses segmentos:

- i) Insumos agrícolas: compreendem o comércio de fertilizantes, defensivos, foliares e sementes de soja e milho. O resultado desse segmento é determinado pela receita de venda auferida pela venda desses produtos, mensurada até o momento em que o Grupo transfere para o cliente o controle dos produtos vendidos.
- ii) Grãos de soja e milho: compreendem as operações decorrente do recebimento físico, padronização e comercialização de grãos adquiridos de terceiros, bem como, dos grãos originados nas operações de “Barter” O resultado desse segmento é determinado pelo resultado auferido nas operações de compra e venda de commodities agrícolas, incluindo a variação dos instrumentos financeiros atrelados à comercialização dessas commodities, bem como dos ativos não monetários relacionados.

O Comitê Executivo avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base no EBITDA ajustado. Essa base de mensuração exclui operações descontinuadas e efeitos de gastos não recorrentes de segmentos operacionais, como custos de reestruturação, despesas legais e *impairment* de ágio quando o *impairment* é resultado de um evento isolado, não recorrente. A mensuração também exclui os efeitos de pagamentos baseados em ações liquidados em ações e ganhos ou perdas não realizadas sobre instrumentos financeiros. Despesas de vendas e administrativas não alocadas diretamente a UGC são consideradas, não reportável, pois atende todas as unidades do Grupo. Receitas e despesas de juros não são alocadas aos segmentos, pelo fato destas atividades serem gerenciadas pela tesouraria central, a qual gerencia a posição de caixa do Grupo.

	GRÃOS		INSUMOS		NÃO REPORTADO		TOTAL	
	31/10/2020	31/10/2019	31/10/2020	31/10/2019	31/10/2020	31/10/2019	31/10/2020	31/10/2019
	(não auditado)		(não auditado)		(não auditado)		(não auditado)	
Receita Líquida	1.050.128	694.984	660.417	547.063			1.710.545	1.242.047
Custo	(969.176)	(634.886)	(523.529)	(411.827)			(1.492.705)	(1.046.713)
Lucro Bruto	80.952	60.099	136.888	135.236			217.840	195.334
Depreciação	(6.271)	(6.296)	(17.039)	(14.813)			(23.310)	(21.109)
Despesas Administrativas	(25.427)	(19.486)	(34.979)	(17.971)	(2.913)	(6.093)	(63.319)	(43.549)
Despesas de Vendas	(10.966)	(12.472)	(53.026)	(42.924)	(12.147)	(6.142)	(76.139)	(61.537)
Outras receitas operacionais líquidas					11.798	8.205	11.798	8.205
Resultado financeiro, líquido	(45.568)	(21.022)	(27.312)	(4.955)	(25.026)	(25.783)	(97.906)	(51.759)
Resultado antes dos impostos	(7.279)	824	4.533	54.573	(28.289)	(29.813)	(31.035)	25.585
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	2.089	(236)	(1.301)	(15.659)	8.117	7.962	8.905	(7.934)
Lucro (prejuízo) líquido do período	(5.191)	588	3.232	38.914	(20.171)	(21.850)	(22.130)	17.651
EBITDA Contábil	44.560	28.141	48.884	74.342	(3.263)	(4.030)	90.181	98.453
(+/-) Valor justo commodities	49.678	(23.019)					49.678	(23.019)
(-) IFRS 16 imóveis	(9.554)	(8.565)	(6.797)	(6.093)			(16.351)	(14.658)
(+/-) Variação cambial operacional	(60.632)	(304)	(7.356)				(67.988)	(304)
(+/-) Receita e despesas não recorrentes					9.337	(2.901)	9.337	(2.901)
EBITDA Ajustado	24.051	(3.745)	34.730	68.248	6.074	(6.931)	64.856	57.571

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os principais ativos e passivos operacionais da Companhia foram segregados por segmento em função dos correspondentes centros de custo em que estão alocados e/ou de critério de rateio que leva em consideração o desempenho de cada setor em relação ao desempenho total; assim, essa alocação pode variar de um período para outro. Os ativos e passivos dos segmentos reportáveis podem ser assim resumidos:

	31/10/2020	31/12/2019	31/10/2020	31/12/2019	31/10/2020	31/12/2019	31/10/2020	31/12/2019
	GRÃOS		INSUMOS		NÃO REPORTADO		TOTAL	
Ativo								
Contas a receber de clientes	77.298	83.222	1.360.838	390.630			1.438.136	473.851
Estoques	206.210	151.618	783.310	259.377			989.520	410.995
Adiantamentos a fornecedores	6.801	10.539	116.476	10.709			123.277	21.247
Impostos a recuperar			38.379	21.810			38.379	21.810
Contratos a termo	-	32.808						32.808
Títulos e valores mobiliários			51.545	10.380			51.545	10.380
Ativos de direito de uso	41.812	40.820	47.897	29.042			89.709	69.862
Imobilizado	16.538	10.669	783.740	47.364			95.278	58.033
Intangível	18.531	15.424	682.339	170.113			700.870	185.537
Total dos ativos alocados	367.190	245.378	2.260.624	660.715			3.526.714	1.284.523
Caixa e equivalente de caixa					110.588	97.921	110.588	97.921
Aplicações financeiras					25.819		25.819	
Outros ativos					48.723	5.269	48.723	5.269
Demais ativos não alocáveis					185.131	103.190	185.131	103.190
Total do ativo	367.190	245.378	2.260.624	660.715	185.131	103.190	3.711.845	1.387.713
Passivo								
Fornecedores e outras contas a pagar	244.982	124.009	1.161.819	385.347			1.406.801	509.356
Adiantamentos de clientes	18.801	59.203	141.165	12.170			159.966	71.374
Passivo de arrendamento	54.337	42.996	38.658	30.590			92.994	73.586
Obrigações por cessão de crédito			146.815	53.341			146.815	53.341
Obrigações sociais e trabalhistas	5.792	4.482	45.969	8.539			51.761	13.021
Impostos e contribuições a recolher	8.370	713	9.546	562			17.916	1.275
Contratos a termo	4.760	49.971					4.760	49.971
Imposto de renda e contribuição social diferidos			63.610	10.257			63.610	10.257
Total dos passivos alocados	337.042	281.375	1.607.582	500.806			1.944.624	782.181
Empréstimos e financiamentos					795.827	264.577	795.827	264.577
Patrimônio líquido					937.022	319.836	937.022	319.836
Outros passivos					34.372	21.119	34.372	21.119
Demais passivos não alocáveis					1.767.221	605.532	1.767.221	605.532
Total do passivo	337.042	281.375	1.607.582	500.806	1.767.221	605.532	3.711.845	1.387.713

31 Instrumentos financeiros (Consolidado)

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

As atividades do Grupo à expõem a riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros, sendo eles respectivamente risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. Sendo que tais riscos são mitigados pela gerência e diretoria do Grupo, buscando minimizar e projetar possíveis efeitos adversos que no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira e diretoria do Grupo. Sendo que a tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a sociedade contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais.

As operações realizadas pelo Grupo através de instrumentos financeiros são demonstradas abaixo.

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos	31/10/2020	31/12/2019
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	110.588	97.921
Contas a receber de clientes (i)	1.236.466	404.768
Outros créditos	25.940	4.783
Mútuo partes relacionadas	664	355
Títulos e valores mobiliários	51.545	10.380
	<u>1.425.204</u>	<u>518.207</u>
Valor justo através do resultado		
Contratos a termo - cambiais	9.685	
Contratos a termo - commodities		32.808
Contas a receber de clientes (ii)	59.816	
Instrumentos financeiros derivativos	9.471	1.085
	<u>78.972</u>	<u>33.893</u>
	<u>1.504.176</u>	<u>552.100</u>

- (i) Não considera o valor a receber nas operações de barter, os quais serão liquidados mediante o recebimento de ativos não financeiros.
- (ii) Contas a receber de clientes à valor justo através do resultado representa valores a receber que oscilam conforme a variação do preço das commodities (soja, miho e café).
- (iii) Não considera ativos não monetários, tais como adiantamentos, os quais serão liquidados mediante o recebimento de ativos não financeiros.

Passivos	31/10/2020	31/12/2019
Valor justo através do resultado		
Fornecedores e outras contas a pagar	185.504	123.573
Contratos a termo - cambiais	1.075	484
Contratos a termo - commodities	4.760	49.971
	<u>191.339</u>	<u>174.028</u>
Custo amortizado		
Fornecedores e outras contas a pagar	1.221.298	385.783
Empréstimos e financiamentos	795.827	264.577
Obrigações com títulos securitizados	146.815	53.341
Aquisição de participação societária a pagar	5.367	6.423
Passivos de arrendamento	92.994	73.586
Outras contas a pagar	11.977	2.794
	<u>2.274.278</u>	<u>786.504</u>
	<u>2.465.617</u>	<u>960.532</u>

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos classificados como instrumentos financeiros referem-se a:

Caixa e equivalentes de caixa - Incluem o caixa, os saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Contas a receber de clientes/fornecedores - Decorrem diretamente das operações do Grupo, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas.

Empréstimos e financiamentos - Contratações realizadas junto a instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.

Contratos a termo financeiro - cambiais - Valores referentes ao valor justo de operações de termo de moeda futuro junto a instituições financeiras.

Obrigações por cessão de créditos - Contratações realizadas junto a empresa Securitizadora (desconto de títulos), registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.

Títulos e valores mobiliários – Aplicações em cotas de capital secundárias em Fundo de Investimento em títulos do Agronegócio - CRA.

Outros Créditos – Saldos decorrentes de outras transações com terceiros, e que serão convertidos em caixa.

Mútuo com partes relacionadas – Saldo decorrentes de outras transações com partes relacionadas.

Passivos de arrendamento – Substancialmente se referem aos aluguéis de imóveis.

Outras contas a pagar – saldo decorrentes de outras transações e que serão liquidadas em caixa.

Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados, principalmente, à flutuação das variações cambiais e a preços de *commodities*. O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros de proteção para mitigar sua exposição a esses riscos. O Grupo vem implementando e aprimorando os controles internos para identificar e mensurar os efeitos das transações com as *tradings* e com as instituições financeiras, para que tais transações sejam capturadas, reconhecidas e divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em quaisquer outros ativos de risco.

31.1 Contratos a termo - commodities

Os valores classificados como contratos a termo commodities referem-se ao valor justo de operações de compra e venda futura de commodities através de contratos a termo junto a produtores rurais e clientes.

Os valores justos foram estimados com base em informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações, trazidas a valor presente. (Metodologia descrita na nota explicativa 6).

No quadro abaixo, demonstramos as origens e classificações dos saldos nas demonstrações financeiras intermediárias.

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/10/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ganho em contratos de compra e venda futura de commodities (i)	442.235	32.808
Perda em contratos de compra e venda futura de commodities (i)	<u>(446.995)</u>	<u>(49.971)</u>
	<u>(4.760)</u>	<u>(17.163)</u>

- (i) Compra e venda futura de commodities: Referem-se aos resultados estimados nas datas bases de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias com a realização de contratos a termo junto a produtores rurais (compra) e clientes (venda) de commodities.

As compras ocorrem em duas modalidades:

Trocas - Operações de fornecimento e financiamento de insumos agrícolas ao produtor rural prazo safra, com garantia de recebimento através de CPR;

Preço fixo - Operações de compra direta no campo através da oferta de preços para entrega em data futura com garantia contratual de recebimento;

31.2 Contratos a termo – cambiais

Os valores classificados como contratos a termo cambiais referem-se ao valor justo de operações de câmbio para proteção das exposições.

No quadro abaixo, demonstramos as origens e classificações dos saldos nas demonstrações financeiras intermediárias.

	<u>31/10/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ganho em contratos a termo - cambiais	9.685	
Perdas em contratos a termo - cambiais	<u>(1.075)</u>	<u>(484)</u>
	<u>8.610</u>	<u>(484)</u>

31.3 Posição líquida dos contratos a termo

	<u>31/10/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ganho em contratos de compra e venda futura de commodities	442.235	32.808
Ganho em contratos a termo - cambiais	<u>9.685</u>	
	<u>451.920</u>	<u>32.808</u>
Perda em contratos de compra e venda futura de commodities	(426.913)	(49.971)
Perdas em contratos a termo - cambiais	<u>(1.075)</u>	<u>(484)</u>
	<u>(427.988)</u>	<u>(50.455)</u>

- (i) Calculado considerando o preço de liquidação do mercado físico a vista, considerando que essas operações são liquidadas com a entrega (venda) ou recebimento (compra) das commodities negociadas.

- (ii) Calculado conforme critério adotado para instrumentos financeiros classificados no Nível 2 (Nota 5).

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31.4 Análises de sensibilidade

Foram realizadas simulações à sensibilidade das posições existentes em 31 de outubro de 2020 para os significativos identificados como riscos de mercado: preço das commodities e taxas cambiais.

As simulações foram elaboradas para demonstrar apenas o impacto em possíveis cenários negativos às posições tomadas pelo Grupo.

Como cenários foram utilizados um aumento de 25% ou uma redução de 50%, respectivamente, no caso análise das variações nos preços das commodities e no caso das taxas cambiais, sendo que essas variações foram definidas com base no histórico de mercado e nas projeções realizadas pela Administração em relação às exposições assumidas.

Abaixo, demonstramos os reflexos financeiros para cada risco:

(a) Variações nos preços das commodities

Posição	Toneladas	Posição	Risco	Mercado		+25% Aumento		+50% Redução	
				Atual	Cotação	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Soja	16.154	Vendida		26.977	100,20	125,26	(6.744)	150,31	(13.489)
Milho	788	Vendida		718	54,70	75,10	(268)	82,04	(359)
Trigo	1.016	Vendida		1.626	96,00	120,00	(406)	144,00	(813)
Exposição líquida				29.321			(7.419)		(14.661)

De acordo com sua política de gerenciamento de riscos de mercado, o Grupo compra e vende posições futuras de mercadoria para se proteger do risco de preço de mercado uma vez que os grãos têm seus preços referenciados nas cotações da BM&F e CBOT.

(b) Variações nas taxas cambiais

Risco	Saldo Nocial	Saldo Fechamento	Mercado Atual Cotação	+25% Aumento		+50% Aumento		
				Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	
Empréstimos e financiamentos	Câmbio / USD	24.583	141.886	5,772	7,215	(17.971)	8,658	(35.941)
Contratos de compra em Dólar	Câmbio / USD	29.522	170.394	5,772	7,215	(14.292)	8,658	(28.585)
Contrato SWAP cambiais	Câmbio / USD	(24.583)	(141.886)	5,772	7,215	17.971	8,658	35.941
Contrato a termo NDFs de compra	Câmbio / USD	(9.905)	(57.170)	5,772	7,215	14.292	8,658	28.585
Contrato a termo NDFs de venda	Câmbio / USD	35.591	205.422	5,772	7,215	(51.445)	8,658	(102.890)
Contratos de venda em Dólar	Câmbio / USD	(23.597)	(136.196)	5,772	7,215	3.031	8,658	6.063
Contratos Exportação	Câmbio / USD	(36.898)	(212.971)	5,772	7,215	53.243	8,658	106.485
Antecipação de Contrato de Cambio (ACC)	Câmbio / USD	3.354	19.358	5,772	7,215	(4.839)	8,658	(9.679)
Exposição líquida				(1.934)		(10)		(21)

(c) Variações nas taxas de juros

Posição	Risco	Saldo Nocial	Saldo Fechamento	Mercado Atual Cotação	+ 25%		+ 50%	
					Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Empréstimos e financiamentos	Taxa de juros pós	664.539	665.455	2,0%	2,5%	(3.238)	3,0%	(6.476)
Contrato SWAP CDI	Taxa de juros pós	112.947	112.947	2,0%	2,5%	(563)	3,0%	(1.126)
						(3.801)		(7.602)

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32 Outras divulgações sobre os fluxos de caixa (Consolidado)

a) Reconciliação da dívida líquida

	<u>31/10/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Empréstimos e financiamentos	795.827	264.577
Passivos de arrendamento (nota 18)	92.994	73.586
Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(110.588)	(97.921)
Aplicações financeiras	(25.819)	
	<hr/>	<hr/>
Dívida líquida	<u>752.414</u>	<u>240.242</u>

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Movimentação da dívida líquida

	Empréstimos bancários	Debêntures	Arrendamento	Total dívida	Aplicações financeiras	Caixa e equivalentes	Dívida líquida
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2018	248.989	15.852	74.754	264.841		(97.900)	166.941
Ajuste adoção inicial CPC 06(R2)/IFRS16				74.754			74.754
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa							
Obtenção de empréstimos	197.744			197.744			197.744
Pagamento de empréstimos	(187.552)	(16.515)		(204.067)			(204.067)
Pagamento de juros	(17.385)			(17.385)			(17.385)
Variações monetárias/cambiais	(70)			(70)			(70)
Caixa e equivalente de caixa gerado			(14.736)	(14.736)		74.090	74.089
Pagamento de parcela de arrendamento							(14.736)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa							
Aquisição/novos arrendamentos			5.480	5.480			5.480
Juros provisionados	21.421	663	9.511	31.595			31.595
Dívida líquida em 31 de outubro de 2019 (não auditado)	263.148		75.008	338.156		(23.810)	314.345
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2019	264.577		73.586	338.164		(97.921)	240.243
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa							
Obtenção de empréstimos	310.903			310.903			310.903
Pagamento de empréstimos	(242.464)			(242.464)			(242.464)
Pagamento de juros	(17.739)			(17.739)			(17.739)
Variações monetárias/cambiais	552			552			552
Caixa e equivalente de caixa gerado			(17.719)	(17.719)		21.484	21.484
Pagamento de parcela de arrendamento							(17.719)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa							
Aquisição/novos arrendamentos			10.191	10.191			10.191
Juros provisionados	15.713		8.683	24.396			24.396
Incorporação (Nota 5)	464.285		18.253	482.538	(25.819)	(34.151)	422.568
Dívida líquida em 31 de Outubro de 2020	795.827		92.994	888.821	(25.819)	(110.588)	752.414

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de outubro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Transação não caixa

As operações de reconhecimento dos arrendamentos com base no CPC 02(R2)/ IFRS 16 no período de 2020, no montante de R\$ 10.191, não tiveram valores desembolsados de caixa.

Os montantes demonstrados na nota 5 da incorporação, conforme combinação de negócios nota 5, não tiveram efeito caixa e foram eliminados das movimentações líquidas de ativos e passivos operacionais, apenas o montante de R\$ 34.151 de caixa e equivalente de caixa, referente ao caixa incorporado.

33 Seguros

Em 31 de outubro de 2020, a Companhia e suas controladas têm programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

31/10/2020

Patrimonial e Estoques	162.580
Frotas	100% tabela fip
Ambiental e Transporte	102.000
D&O	50.000

34 Eventos subsequentes

a) Registro de Companhia Aberta

Em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 17 de dezembro de 2020, foi deliberada e aprovada as seguintes matérias:

- a submissão pela Companhia do pedido de registro de companhia aberta na categoria “A” perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480.
- a submissão à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão: (a) do pedido de adesão da Companhia ao Novo Mercado; e (b) do pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado, ficando a Diretoria da Companhia autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado.

b) Contrato de intenção de aquisição de cotas

A Companhia assinou contrato de intenção de aquisição de 100% das quotas da empresa Boa Vista Comércio de Produtos Agropecuários Ltda., operando na revenda de insumos agrícolas no estado do Mato Grosso do Sul, atualmente com 6 lojas e um faturamento de R\$ 254,4 milhões em 2019 (não auditado), contudo esta operação dependerá de aprovação dos órgãos reguladores e de conclusão de etapas de *due diligence*, para os quais poderá em concluir a aquisição ou cancelar a intenção.

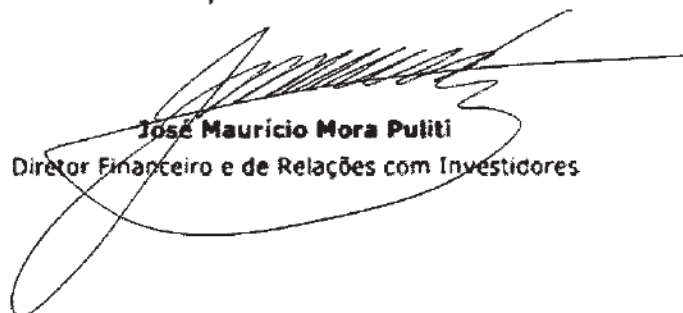
DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os diretores do AgroGalaxy Participações S.A. ("Companhia") abaixo designados declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020.

São Paulo, 31 de dezembro de 2020.


Welton Clóvis Pascoal
Diretor Presidente


José Mauricio Mora Puliti
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Relatório da Administração sobre os Resultados Consolidados

RECEITA LÍQUIDA TOTALIZA R\$ 1.710,5 MILHÕES EM 31 DE OUTUBRO DE 2020, ALTA DE +37,7% EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO DE 2019.

São Paulo, 28 de dezembro de 2020 – AgroGalaxy Participações S.A. divulga seus resultados de 31 de outubro de 2020. Os comentários aqui incluídos referem-se aos resultados consolidados em IFRS, cujas comparações têm como base o mesmo período de 2019, conforme indicado.

I. MENSAGEM DA DIRETORIA

Somos um dos maiores grupos no setor de varejo de insumos agrícolas do Brasil, com presença consolidada no Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sul, Sudoeste e Sudeste do Brasil. Operamos no varejo tradicional, no segmento de produção de sementes de soja, atendendo principalmente os produtores de grãos de soja, milho e trigo. Nossas lojas possuem em média 1.000m², o que nos permite oferecer a entrega de insumos agrícolas no momento mais adequado para os produtores rurais, os quais possuem suas propriedades agrícolas em regiões muitas vezes distantes dos grandes centros urbanos, com desafios logísticos inerentes ao negócio.

Atuamos desde 1987 com o varejo de insumos agrícolas no Brasil. Também somos especialistas na prestação de serviços técnicos aos nossos clientes, oferecendo o conhecimento de 347 Consultores Técnicos de Venda (CTV), através de análises das características químicas de solo e apresentando as melhores soluções para alta produtividade agrícola, totalizando 1.448 colaboradores com foco em buscar o melhor entendimento do nosso cliente, oferecer o melhor sortimento, além de uma operação diferenciada, entregando serviço e experiência a fim de garantir a melhor produtividade rural.

Todas as nossas iniciativas internas e externas têm como objetivo final garantir que entendemos e servimos o nosso cliente da melhor maneira possível. Temos indicadores, acompanhados diariamente por diversas áreas, que medem tanto o encantamento do nosso cliente, caso da metodologia *Net Promoter Score (NPS)*, bem como, os processos e padrões da loja, chamado de EPO100 (Excelência de Processos Operacionais). Esses são exemplos práticos da nossa cultura, que está preocupada em servir com excelência e garantir um relacionamento de longo prazo com nossos clientes.

Nossas vendas passam por rigoroso processo de aprovação de crédito, de acordo com política específica, que visam minimizar os riscos de inadimplência da operação. Usamos sistema integrado de apoio para realizar tais análises de créditos, garantindo a governança de liberação de pedidos. Utilizamos instrumentos de garantia tais como: Certificado de Produto do Agronegócio (CPR), alienações fiduciárias, hipotecas e seguro de safra, além de operações de barter (troca de produto) em linha com nossas políticas de crédito e de gestão de risco.

II. DESTAQUES

Contexto da reestruturação

Em 30 de outubro de 2020 foi aprovada pelos respectivos acionistas da Agro Trends Participações S.A. (Agro Trends), da Agro Key Participações S.A. (“Agro Key”), e da Agro Advance Participações S.A. (Agro Advance), em sede de Assembleia Geral Extraordinária, a combinação de negócios dessas companhias, por meio da incorporação da Agro Key e da Agro Advance pela Agro Trends, nos termos do artigo 1.117 da Lei n.º10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dos artigos dos artigos 224 e 225 da Lei n.º6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), conforme termos do Protocolo e Justificação de Incorporação da Agro Key pela Agro Trends e do Protocolo de Justificação de Incorporação da Agro Advance pela Agro Trends, celebrados em 23 de outubro de 2020.

Dessa forma, em 30 de outubro de 2020, as referidas companhias concluíram a obtenção de todas as autorizações, renúncias, consentimentos e aprovações de terceiros julgadas como necessárias para a consumação da referida incorporação. Nesse contexto, a transação foi legalmente implementada por meio de troca de ações sendo que as entidades Agro Key e a Agro Advance foram extintas nos termos do artigo 219, inciso II, da Lei das S.A., e a Agro Trends, sucedeu essas empresas incorporadas em todos os seus direitos e obrigações. Nesta mesma data, os acionistas aprovaram em Assembleia Geral a alteração da denominação social da Agro Trends para AgroGalaxy Participações S.A (“AgroGalaxy”).

Esta reestruturação ocorreu com a troca de ações, por valores negociados entre as partes, em uma operação entre companhias que não possuem controle comum e, portanto, representa uma combinação de negócios avaliada sob o escopo do CPC 15 (R1)/ IFRS 3 Combinação de negócios, a qual está sendo apresentada considerando o método de aquisição.

Nesse contexto, como parte da avaliação da administração, a Agro Key foi determinada como a adquirente contábil (apesar de ser a empresa incorporada legalmente) e a Agro Trends, assim como a Agro Advance, foram consideradas como as adquiridas contábil, (apesar de a Agro Trends, sob a nova denominação de AgroGalaxy, ser a incorporadora e a entidade sobrevivente legal – adquirente legal), configurando uma aquisição reversa, nos termos do CPC 15 (R1)/ IFRS 3 Combinação de negócios. Consequentemente, as demonstrações financeiras consolidadas da AgroGalaxy após a transação, são representadas pelas demonstrações financeiras da Agro Key (adquirente contábil) pelos seus valores históricos de antes das incorporações, e pelos ativos e passivos adquiridos da Agro Trends e da Agro Advance reconhecidos pelos seus valores justos que foram determinados na combinação de negócios, e que são baseados em informações disponíveis nesta data e premissas efetuadas pela Administração das empresas.

Como resultado dessa combinação, os acionistas que detinham ações da Agro Key, antes da incorporação, passaram a deter, em conjunto, 44,10% do capital social total e votante da AgroGalaxy (entidade após a combinação de negócios), enquanto que os acionistas originais da Agro Trends passaram a deter, em conjunto, 41,7% do capital social total e votante da AgroGalaxy, e os acionistas originais da Agro Advance passaram a deter, em conjunto, 14,2% do capital social total e votante da AgroGalaxy. A contraprestação transferida ocorreu pela relação de substituição de ações, sendo determinado a seguinte relação: 1,12746 ação ordinária de emissão da AgroGalaxy por cada ação ordinária de emissão da Agro Key e 0,93942 ação ordinária de emissão da AgroGalaxy por cada ação ordinária de emissão da Agro Advance.

Com isso concentramos forma como uma das maiores revendas do país, atendendo de norte a sul o produtor rural.

Nossa receita em 31 de outubro de 2020 foi de R\$ 1.710,5 milhões, atingindo um aumento de R\$ 468,5 milhões ou +37,7% em relação ao mesmo período em 2019, puxado principalmente pelo bom desempenho em grãos, que teve forte crescimento de R\$ 355 milhões (+51%).

Nossas estruturas administrativas e de vendas, estão em constante transformação, gerando maior segurança a operação, implementando controles, processos e melhorias no sistema, que garantam o crescimento sustentável para o ano de 2020, como também, para os próximos anos, focando na melhoria do atendimento ao produtor rural, e garantindo a confiança com governança aos nossos fornecedores e colaboradores.

Os resultados operacionais de resultado compõem apenas os números da AgroKey (incorporadora reversa), dado que o mesmo ocorreu em 30 de outubro de 2020.

III. ANÁLISE DO DESEMPENHO OPERACIONAL

a) Dados operacionais

	10/2020	10/2019
 Lojas (# Unidades)	87	38
 Silos (# Unidades)	18	17
 Colaboradores (# pessoas)	1.448	742
 Vendedores (# pessoas)	347	146
 Recebimento de Grãos (Scs Mil)	7.220	347
 UBS(*) (Sementes) (# Unidades)	3	2

(*) UBS = Unidade de Beneficiamento de Sementes

IV. SUSTENTABILIDADE

Gestão de resíduos:

Em todas as nossas unidades temos, parcerias / associação com empresas para o recolhimento e armazenagem corretas das embalagens vazias, dando assim, condições ao produtor rural na correta destinação dos materiais.

Produtos biológicos:

Temos fortemente estimulado a venda de produtos biológicos e ambientalmente sustentáveis no mercado e em toda a cadeia de produção.

Monitoramento das áreas de plantio:

Em nosso processo de aprovação de crédito e liberação de faturamento aos produtores rurais, executamos procedimentos para garantir que não haja:

- Uso de trabalho escravo ou infantil;
- Plantio em áreas embargadas pelos órgãos de controle ambiental; e
- Áreas sem a devida devolução das embalagens.

Colaboradores:

Com aproximadamente 1.448 colaboradores, espalhados pelo Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sul, Sudoeste e Sudeste do Brasil. Nossos colaboradores carregam o *mindset* da Companhia e são nosso maior ponto de contato com nossos clientes nas lojas físicas. A Companhia possui boas práticas adotadas nos últimos anos em diversos programas da área de operações, tais como: manuais operacionais de loja, treinamentos, programa de excelência de vendas, plataforma online interna de divulgação de comunicados, vídeos de treinamentos, competições e etc.

Realizamos anualmente treinamentos voltados aos nossos colaboradores, para capacitação técnica, melhorias operacionais e excelência na prestação de serviços, focando nas equipes comerciais e aos nossos clientes, nossos “dia-de-campo”, que são mais de 500 ao ano, que em resumo demonstram através de palestra técnicas e demonstração de campos lado-a-lado novas tecnologias, soluções e argumentação técnica.

Realizamos através da UCA (Universidade Corporativa Agro100 / AgroFerrari) e da Universidade Rural, treinamentos online e presenciais (fora do período de pandemia trazido pela Covid-19) a todos os nossos colaboradores, melhorando na capacitação técnica para a empresa e principalmente para o desenvolvimento pessoal do colaborador.

V. DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

Resumo Resultado <i>Em milhares de R\$</i>	Consolidado		Var. \$	Var. (%)
	31/10/2020	31/10/2019		
Receita líquida	1.710.545	1.242.047	468.498	37,7%
(-) Custo das mercadorias vendidas	(1.492.705)	(1.046.713)	(445.993)	42,6%
Lucro bruto	217.840	195.334	22.505	11,5%
<i>% receita líquida</i>	<i>12,7%</i>	<i>15,7%</i>	<i>-3,0 p.p.</i>	<i>-19,0%</i>
(-) despesas de vendas	(76.139)	(61.537)	(14.601)	23,7%
(-) despesas administrativas	(86.629)	(64.658)	(21.970)	34,0%
(-) outras receitas e despesas operacionais	11.798	8.205	3.593	43,8%
Lucro antes do resultado financeiro (a)	66.871	77.344	(10.473)	-13,5%
<i>% receita líquida</i>	<i>3,9%</i>	<i>6,2%</i>	<i>-2,3 p.p.</i>	<i>-37,2%</i>
(-) Resultado financeiro	(97.906)	(51.759)	(46.147)	89,2%
(-) Imposto de renda e contribuição social	8.905	(7.933)	16.839	212,3%
(=) Lucro líquido	(22.130)	17.651	(39.781)	-225,4%
<i>% receita líquida</i>	<i>-1,3%</i>	<i>1,4%</i>	<i>-2,7 p.p.</i>	<i>-191,0%</i>
(+) Depreciação e amortização (b)	23.310	21.109	2.201	10,4%
EBITDA Contábil (a) + (b)	90.181	98.453	(8.272)	-8,4%
<i>% receita líquida</i>	<i>5,3%</i>	<i>7,9%</i>	<i>-2,7 p.p.</i>	<i>-33,5%</i>
(+/-) Valor justo commodities	49.678	(23.019)	72.697	315,8%
(-) IFRS 16 imóveis	(16.351)	(14.658)	(1.693)	11,6%
(+/-) Variação cambial operacional	(67.988)	(304)	(67.685)	22296,7%
(+/-) Receita e despesas não recorrentes	9.337	(2.901)	12.238	421,8%
EBITDA Ajustado	64.856	57.571	7.285	12,7%
Margem EBITDA Ajustado	3,8%	4,6%	-0,8 p.p.	-18,2%

No acumulado de 31 de outubro de 2020, tivemos um EBITDA ajustado de R\$ 64,8 milhões, +12,7% do que o mesmo período do ano anterior. O resultado foi impactado principalmente pela maior receita líquida, que ficou R\$ 468,5 milhões acima do mesmo período do ano anterior e pela variação positiva de valor justo de commodities em R\$ 49,7 milhões contra R\$ -23,0 milhões do mesmo período de 2019, um aumento absoluto de R\$ 72,7 milhões.

Receita Líquida

A receita líquida foi maior em 37,7% ou R\$ 468,5 milhões, totalizando R\$ 1.710,5 milhões no período. A venda de grãos cresceu R\$ 355,1 milhões (+51%) e a receita líquida com venda de insumos agrícolas foi maior em R\$ 113,4 milhões (21%), totalizando um crescimento de R\$ 468,5 milhões (+37,7%).



Margem Bruta (lucro bruto)

A Margem Bruta em 31 de outubro de 2020 foi de 12,7%, uma queda de -3,0 p.p. ou -R\$ 22,5 milhões em relação ao mesmo período de 2019 por maiores custos de mercadorias vendidas, principalmente em grãos.

SG&A – Despesas com Vendas, Administrativas e Gerais

As despesas de vendas, administrativas e gerais cresceram R\$ 36,6 milhões, sendo R\$ 22,0 milhões em despesas administrativas. Esse aumento é parte das ampliações das estruturas administrativas e vendas, principalmente em expansão e para construção de um *backoffice* e governança necessária para suportar a estratégia da empresa nos próximos anos.



EBITDA Ajustado¹



O EBITDA ajustado² foi de R\$ 64,9 milhões em 31 de outubro de 2020, alta de R\$ 7,3 milhões (+12,7%). A margem EBITDA caiu 0,8p.p., em comparação com o mesmo período do ano anterior. Esse resultado foi impactado principalmente pela variação positiva em valor justo de commodities em R\$ 49,7 milhões.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro (despesa líquida) no período foi negativo em R\$ 97,9 milhões contra uma despesa de R\$ 51,8 milhões (+89%) em 31 de outubro de 2019. Esse incremento ocorre principalmente por: (i) variação cambial passiva de R\$ 35,8 milhões negativos; (ii) ajuste a valor presente negativo em R\$ 31,1 milhões e (iii) instrumentos financeiros cambiais negativos em R\$ 57,1 milhões.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios representam 5% do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal de 5%, de acordo com as demonstrações financeiras. A proposta de distribuição do resultado deverá ser aprovada em Assembleia Geral.

Investimentos

Os investimentos operacionais somaram R\$ 26,3 milhões, sendo mais representativo em: (i) equipamentos para silos e sementeira com investimentos de R\$ 11,5 milhões, (ii) R\$ 11,8 milhões em instalações para filiais existentes e abertura de novas lojas e adequações, (iii) R\$ 1,4 milhões em veículos operacionais.

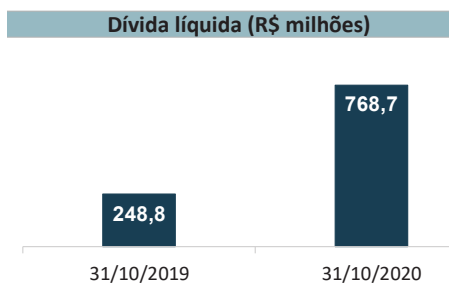
Geração Operacional de Caixa e Endividamento

A geração operacional de caixa em 30 de outubro de 2020 foi positiva em R\$ 16,3 milhões, frente a uma geração negativa de R\$ -3,0 milhões no mesmo período do ano anterior. O principal

¹ EBITDA ajustado desconsidera os ganhos ou perdas com variação no valor justo de commodities, adiciona a variação cambial operacional quando referente a proteção da receita ou do custo dos produtos liquidados e receita e/ou despesas não recorrentes (exemplo crédito extemporâneo, consultoria de reestruturação, despesas compartilhadas/fee de consultoria e gastos com M&A).

impacto foi no estoque, que aumentou R\$ 47 milhões contra R\$ 329,6 milhões negativos em outubro de 2019.

Estrutura de Capital



A dívida líquida ajustada² totalizou R\$ 624,2 milhões em outubro 2020, um aumento de R\$ 391 milhões (+168 %) contra o mesmo período do ano anterior. Esse aumento teve como principal fator a unificação das companhias, que gerou um impacto de R\$ 166,6 milhões.

Desconsiderando a unificação das companhias, a dívida líquida ajustada totalizou R\$ 258,7 milhões em outubro 2020, um aumento de R\$ 9,8 milhões contra o mesmo período do ano anterior.

Inadimplência

Os títulos vencidos acima de 360 dias totalizaram o montante de R\$ 78,7 milhões no total, considerando a unificação das companhias. Desconsiderando a unificação, temos um total de R\$ 34,3 milhões vencidos no período, dos quais há provisão para perda no montante de sua totalidade. Esses títulos vencidos referem-se principalmente a (i) títulos de longa data em que parte os sócios fundadores são responsáveis; (ii) títulos em renegociação que tem garantia real (iii) títulos em execução ou cobrança com baixa ou sem expectativa nenhuma de recebimento. Dado a sazonalidade dos nossos clientes com a principal cultura de soja terem um ciclo a cada ano, as renegociações tendem a ter um prazo para quitação no mínimo acima de um ano.

Hedge moeda estrangeira e de commodities agrícolas

A Companhia realiza operações em moeda estrangeira e com commodities agrícolas, principalmente em aquisição de insumos agrícolas, tais como fertilizantes, venda de grãos e em operações de empréstimos para capital de giro. Essas operações, conforme a política interna, são protegidas contra tais variações, através de contratação de operações de NDF (Non Deliverable Forward), Swap cambial, mercado futuro (Chicago, B3), barter (troca de insumos por grãos através de head natural). As posições em aberto 30 de outubro de 2020 e reconhecidas ao valor justo foram: a) contratos a termo – commodities (líquido ativo e passivo) perda de R\$ 4,7 milhões; b) ganho em contratos cambiais de R\$ 8,6 milhões, considerando a unificação das companhias. No cenário sem a unificação das companhias, temos o seguinte reconhecimento de valores: a) contratos a termo – commodities (líquido ativo e passivo) ganho de R\$ 15,3 milhões; b) ganho em contratos cambiais R\$ 8,6 milhões.

² Dívida líquida ajustada considera os valores de empréstimos e financiamento (circulante e não circulante), obrigações com cessão de crédito e/ou títulos securitizados, obrigações com arrendamento de veículos (leasing bancário ou com locadoras de veículos), deduzindo caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS
SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, 2018 E 2017**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Agro Trends
Participações S.A.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Agro Trends Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Agro Trends Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Agro Trends Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agro Trends Participações S.A. e da Agro Trends Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reemissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Chamamos a atenção para a Nota 2.1 as demonstrações financeiras, que descreve a atualização e reemissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido a intenção da Companhia de se registrar na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para o processo de abertura de capital (Nota 35(c)). Emitimos nosso relatório do auditor independente original com data de 9 de junho de 2020 sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas aprovadas para emissão em 9 de junho de 2020.

Agro Trends Participações S.A.

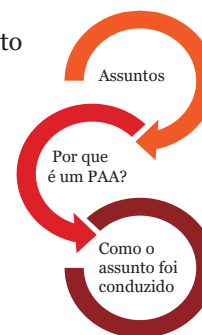
Devido a atualização descrita na Nota 2.1, estamos emitindo novo relatório do auditor independente sobre as novas demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas pela administração da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase - Alteração da razão social da Companhia e impactos da aquisição reversa

Chamamos a atenção para a Nota 35(c) às demonstrações financeiras, que descreve que, em 31 de outubro de 2020, a Companhia teve a sua razão social alterada para AgroGalaxy Participações S.A., após uma combinação de negócios caracterizada como aquisição reversa, em que a Companhia, apesar de ser determinada como adquirente legal, foi apontada como adquirida contábil. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Impairment do ágio

Conforme descrito nas Notas 3.11 e 13 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas mantém em suas demonstrações financeiras saldo de ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill) de R\$ 90.226 mil, resultante de combinações de negócios ocorridas no exercício corrente e em anos anteriores.

A avaliação anual de recuperabilidade do ágio envolve premissas e julgamentos críticos por parte da administração na determinação dos fluxos de caixa futuros esperados das Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") identificadas pela Companhia.

Focamos nossos trabalhos nas projeções de resultados dessas controladas, pois envolvem estimativas e julgamentos críticos da administração

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- Avaliamos a definição, pela administração da Companhia, das Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 01/IAS 36 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos".
- Confrontamos os fluxos de caixa futuros utilizados no teste de recuperação do ágio com as projeções de resultados futuros ("Projeções") aprovadas pelo Conselho de Administração.
- Com o apoio de nossos especialistas internos em avaliação de negócios, verificamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como discutimos a adequação do



Agro Trends Participações S.A.

Porque é um PAA

na preparação dos fluxos de caixa futuros, os quais, se alterados, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos apurados pela Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

modelo utilizado pela administração para fins de avaliação da recuperabilidade do ágio.

- Avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas nas Projeções, tais como taxa de desconto, taxa de crescimento de receita, margem bruta esperada por segmento, e os custos operacionais das UGCs mediante a comparação dessas premissas com informações de mercado, quando disponíveis, e com informações históricas da própria Companhia.
- Avaliamos a competência e a objetividade dos especialistas externos contratados pela administração para a preparação dos fluxos de caixa futuros.
- Efetuamos análises de sensibilidade para as principais premissas das Projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis.
- Efetuamos a leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Agro Trends Participações S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Agro Trends Participações S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos



Agro Trends Participações S.A.

esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia, 31 de dezembro de 2020

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Luciano de Oliveira Lopes', is written over the printed name.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Luis Fernando de Souza Maranhã', is written over the printed name.

Luis Fernando de Souza Maranhã
Contador CRC 1SP201527/O-5

Índice

Balço patrimonial	2
Demonstraço do resultado	3
Demonstraço do resultado abrangente	4
Demonstraço das mutaçoões do patrimõnio líquido	5
Demonstraço dos fluxos de caixa	6
Demonstraço do valor adicionado	7
Notas explicativas da administraço às demonstraçoões financeira	
1. Informaçoões gerais	8
2. Base de preparaço e apresentaço	8
3. Resumo das principais políticás contábeis	10
4. Estimativas contábeis e julgamentos críticos	23
5. Gestõ de risco financeiro	25
6. Caixa e equivalentes de Caixa e Aplicaçoões financeiras	32
7. Contas a receber de clientes (Consolidado)	33
8. Estoques (Consolidado)	34
9. Impostos a recuperar (Consolidado)	34
10. Outros créditos	34
11. Investimentos (Controladora)	35
12. Imobilizado (Consolidado)	37
13. Intangível (Consolidado)	38
14. Direito de uso (Consolidado)	40
15. Fornecedores (Consolidado)	41
16. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)	41
17. Passivo de arrendamento (Consolidado)	42
18. Obrigaçoões por cessã de crédito (Consolidado)	43
19. Impostos e contribuiçoões a recolher (Consolidado)	45
20. Outras contas a pagar	45
21. Provisã para contingências (Consolidado)	45
22. Patrimõnio líquido (Controladora)	46
23. Partes relacionadas	49
24. Receitas (Consolidado)	50
25. Custos das mercadorias vendidas (Consolidado)	51
26. Despesas gerais e administrativas por natureza	51
27. Despesas com vendas, por natureza (Consolidado)	51
28. Outras receitas (despesas) por natureza, líquidas	52
29. Resultado financeiro	53
30. Imposto de renda e contribuiço social	54
31. Informaçoões por segmento (Consolidado)	55
32. Instrumentos financeiros (consolidado)	57
33. Outras divulgaçoões sobre os fluxos de caixa (Consolidado)	61
34. Cobertura de seguros (Consolidado)	62
35. Eventos subseqüentes	62

Agro Trends Participações S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	287	186	118.918	80.729
Aplicação financeira				6.009	
Contas a receber de clientes	7		747.735	563.151	563.151
Estoques	8		243.552	212.516	212.516
Impostos a recuperar	9	53	24	10.788	13.477
Instrumentos financeiros derivativos	32			1.085	1.156
Outras créditos	10	2.396	2.013	27.877	14.460
Total do ativo circulante		2.736	2.223	1.155.964	885.489
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	7		74.540	57.821	57.821
Títulos e valores mobiliários	18		40.280	8.517	8.517
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30		7.635	4.785	4.785
Total do ativo não circulante			122.455	71.123	71.123
Total do ativo		190.817	176.795	1.278.419	956.612
Investimentos	11			38	
Imobilizado	12			26.947	20.546
Direito de uso	14			10.120	
Intangível	13			98.687	81.795
Total do ativo não circulante		190.817	176.795	258.237	173.374
Total do ativo		190.817	176.795	1.278.419	956.612
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	15			631.555	395.599
Empréstimos e financiamentos	16			295.430	149.434
Debitários			27.442		27.442
Passivo de arrendamento	17			3.465	3.465
Obrigações por cessão de crédito	18			189.406	141.317
Obrigações sociais e trabalhistas				13.345	4.955
Impostos e contribuições a recolher	19			13.266	4.739
Obrigações por aquisição de investimentos	13		27.304		27.304
Outras contas a pagar	20	1.494	754	15.776	9.880
Total do passivo circulante		1.494	55.790	1.081.002	760.869
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16			58.407	107.521
Passivo de arrendamento	17			6.655	
Impostos e contribuições a recolher	19			2.167	5.468
Provisão para contingências	30				1.030
Obrigações por aquisição de investimentos	21			3.000	
Total do passivo não circulante			70.229	111.019	114.019
Total do passivo		1.494	55.790	1.192.021	874.887
Patrimônio líquido					
Capital social		194.303	102.802	194.303	102.802
Reservas de capital		53.651	28.807	53.651	28.807
Ajustes de avaliação patrimonial		(16.794)	(14.739)	(16.794)	(14.739)
Ações em tesouraria na controlada		(277)		(277)	
Reserva de lucros		21.176	6.349	21.176	6.349
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		192.059	123.318	192.059	123.318
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores				79.911	60.657
Total do patrimônio líquido		192.059	123.318	262.970	183.975
Total do passivo e do patrimônio líquido		193.553	179.018	1.441.201	1.058.863

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Trends Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receitas	24			1.443.693	1.052.915
Custo das mercadorias vendidas	25			(1.279.902)	(939.027)
Lucro bruto				163.791	113.888
Despesas gerais e administrativas	26	(15)	(761)	(50.497)	(42.093)
Despesas com vendas	27			(52.344)	(38.629)
Outras (despesas) e receitas, líquidas	28	4.606	1.550	2.715	(12.239)
Resultado de equivalência patrimonial	11	12.141	419		
Lucro antes do resultado financeiro		16.732	1.208	63.665	20.927
Resultado financeiro	29	(1.164)	(3.771)	(28.337)	(21.588)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		15.568	(2.562)	35.328	(661)
Imposto de renda e contribuição social					
Imposto de renda e contribuição social correntes	30			(14.754)	(3.588)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30			3.880	2.687
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		15.568	(2.562)	24.454	(1.562)
Resultado atribuído para acionistas controladores				15.568	(2.562)
Não controladores				8.886	1.000
				24.454	(1.562)
Lucro líquido (prejuízo) (básico e diluído) por ação - em R\$	22.8			0,15	(0,01)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Trends Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	15.568	(2.562)	24.454	(1.562)
Outros resultados abrangentes				
Total do resultado abrangente do exercício	<u>15.568</u>	<u>(2.562)</u>	<u>24.454</u>	<u>(1.562)</u>
Atribuível a:				
Acionistas controladores			15.568	(2.562)
Não controladores			<u>8.886</u>	<u>1.000</u>
			<u>24.454</u>	<u>(1.562)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Trends Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

Nota	Capital social		Atribuível aos acionistas da Controladora						Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social integralizar	Reserva de capital	Ações em tesouraria na controlada	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total		
Em 1º de janeiro de 2018	100.858	10.652		(9.026)	794	8.116		111.394	59.657	171.051
Aumento de capital										
Prejuízo do exercício	4.695	18.245						20.189		20.189
Absorção de prejuízos com reservas								(2.562)	1.000	(1.562)
Transação com acionistas não controladores				(5.794)				(5.794)		(5.794)
Em 31 de dezembro de 2018	105.553	28.897		(14.730)	794	5.554		123.317	60.657	183.975
Aumento de capital										
Integralização de capital social subscrito	28.750	24.754						28.750	2.462	31.202
Lucro líquido do exercício								27.504		27.504
Destinação do lucro do exercício								15.568	8.886	24.454
Reserva legal					778			(778)		
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios								(740)	(80)	(820)
Transferência para reserva de retenção de lucros						14.050		(14.050)		
Transação com acionistas não controladores				(2.910)				(2.910)	(2.199)	(5.109)
Ações em tesouraria na controlada								(277)	(166)	(443)
Piano de pagamento baseado em ações na controlada				846				846	599	1.385
Participação de não controladores na aquisição de controlada indireta									853	853
Em 31 de dezembro de 2019	134.303	53.651	(277)	(16.794)	1.572	19.604		192.059	70.912	262.970

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Trends Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixas Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes dos impostos de renda e da contribuição social	15.568	(2.562)	35.328	(661)
Ajustes:				
Depreciação (Nota 12)			3.597	1.839
Amortização (Nota 13)			4.090	3.031
Amortização Direito de uso (Nota 14)			3.497	
Participação no resultado de controladas	(12.141)	(419)		
Juros apropriados (Nota 33)		2.442	26.853	24.395
Descontos, variações monetárias e cambiais, líquidos			(29.418)	(5.298)
Juros sobre arrendamento			1.054	
Ajuste a valor presente do contas a receber			63.115	45.565
Ajuste a valor justo do contas a receber			(59.737)	(25.312)
Ajuste a valor presente de fornecedores			(76.667)	(57.245)
Ajuste a valor justo de fornecedores			64.881	26.771
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 5)			10.797	9.999
Provisão para perda de estoque			2.271	2.894
Resultado de baixa e alienação de ativo imobilizado			(1.213)	357
Resultado de baixa e alienação de ativo intangível			42	361
Provisão para plano de remuneração baseado em ações			1.355	
Reversão de provisão para contingências			(651)	(990)
Resultado ajustado	3.427	(539)	49.194	25.706
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes			(190.985)	(85.676)
Estoques			12.597	95.051
Impostos a recuperar	(29)	(11)	2.793	(1.812)
Outros créditos	235	(1.465)	(7.842)	1.553
Fornecedores		(23)	225.853	(107.905)
Obrigações sociais e trabalhistas			7.993	2.529
Impostos e contribuições a recolher			8.335	(6.626)
Outras contas a pagar		(37.804)	(13.804)	(24.921)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	3.633	(39.843)	94.134	(102.101)
Pagamento de juros sobre empréstimos (Nota 16)	(1.207)		(25.319)	(16.097)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(13.703)	(7.379)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	2.426	(39.843)	55.111	(125.576)
Fluxo de caixa de atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado			(8.579)	(13.234)
Aquisição de intangível			(21.114)	(3.193)
Aplicação financeira vinculada			(6.009)	
Títulos em Certificados de Recebíveis do Agronegócio (Nota 18)			(31.763)	9.240
Aumento de capital em controlada	(4.840)			
Aquisição de participação em controlada	(27.504)	(5.486)	(30.004)	(5.486)
Recebimento por venda do imobilizado			1.315	
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(32.344)	(5.486)	(96.154)	(12.673)
Fluxo de caixa atividades de financiamentos				
Aumento de capital e reservas	56.254	20.189	58.706	20.189
Captações de empréstimos e financiamentos			179.319	275.016
Captação de debêntures		25.000		25.000
Captações de Certificados de Recebíveis do Agronegócio			149.396	188.536
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos			(177.465)	(172.404)
Amortização de principal de debêntures	(26.235)		(27.442)	
Pagamento de passivos de arrendamento			(4.550)	
Amortização de principal de Certificados de Recebíveis do Agronegócio			(101.309)	(187.267)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	30.019	45.189	76.655	149.070
Aumento (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa, líquido	101	(141)	35.612	10.821
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	186	327	80.729	69.908
Caixa das controladas recebido nas incorporações			2.577	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	287	186	118.918	80.729
Aumento (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa, líquido	101	(141)	35.612	10.821

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Trends Participações S.A.

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas	4.840	1.550	1.449.307	1.049.093
Vendas de mercadorias, produtos e serviços			1.445.965	1.054.559
Outras receitas	4.840	1.550	14.138	4.534
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(10.797)	(9.999)
Insumos adquiridos de terceiros	(241)	(752)	(1.319.189)	(979.618)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos			(1.284.044)	(933.202)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(241)	(752)	(35.145)	(46.416)
Valor adicionado bruto	4.598	798	130.118	69.475
Depreciação e amortização			(11.184)	(5.198)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	4.598	798	118.934	64.277
Valor adicionado recebido em transferência	12.269	452	45.474	58.320
Resultado de equivalência patrimonial	12.141	419		
Receitas financeiras	128	33	45.474	58.320
Valor adicionado total a distribuir	16.867	1.250	164.407	122.598
Distribuição do valor adicionado	16.867	1.250	164.407	122.598
Pessoal			44.223	25.264
Remuneração Direta			37.533	21.998
Benefícios			4.189	1.638
F.G.T.S.			2.501	1.628
Impostos, Taxas e Contribuições	6	9	21.648	16.309
Federais	6	8	18.337	13.779
Estaduais			2.435	1.384
Municipais		1	875	1.146
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.294	3.804	74.082	82.588
Juros	1.294	3.804	73.811	79.908
Aluguéis			271	2.679
Remuneração de Capitais Próprios	15.568	(2.562)	24.454	(1.562)
Dividendos	740		820	
Lucros retidos / Prejuízo do exercício	14.828	(2.562)	14.748	(2.562)
Participação dos não-controladores nos lucros retidos			8.886	1.000

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A Agro Trends Participações S.A. (a ‘Companhia’) é uma ‘Holding’, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado e domiciliada no Brasil.

A Companhia foi constituída em 15 de outubro de 2014 e está sediada em São Paulo- SP.

O Grupo atua, primariamente, no comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários, sementes, rações, maquinários e implementos agrícolas, representações comerciais, assistência técnicas agrícolas, prestação de serviços fitossanitários (vendas aplicadas e tratamentos de sementes), reembalador de sementes (soja, trigo e milho), remessa e ou recebimento de produtos agrícolas em consignação e ou para depósito, bem como, em operar na comercialização e exportação de cereais (soja e milho), no armazenamento, beneficiamento e padronização destes cereais, além de participação no capital de outras sociedades como cotistas e acionistas e produção agrícola.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Agro Trends Participações S.A. (“Companhia”) e suas controladas (em conjunto com a Companhia, o “Grupo”).

1.1 Controladas

Em 21 de novembro de 2016, a Companhia adquiriu o controle do Grupo Rural Brasil por meio da aquisição de participação societária equivalente a 60% da Rural Brasil. A Rural Brasil S.A. (“Controlada” ou “Rural Brasil”) possui como operação a comercialização de defensivos agrícolas, sementes, adubos granulados, fertilizantes foliar e grãos, bem como atua no armazenamento, beneficiamento, padronização e comercialização de cereais (soja e milho). Após a aquisição, o Grupo passou a investir na expansão de sua área de atuação que resultou na inauguração de 14 novas lojas, sediadas nos Estados de Mato Grosso (2), Goiás (4), Pará (4), Maranhão (1) e Tocantins (3).

1.2 Aquisição da Campeã Agronegócios S.A.

Em 17 de junho de 2019, a Rural Brasil adquiriu o controle da Campeã Agronegócio S.A. (“Campeã”) por meio da aquisição de participação societária equivalente a 70% do capital social desta investida. A Campeã é uma sociedade anônima fechada com sede no município de Agua Fria de Goiás, no estado de Goiás, e tem por objeto social (a) a produção, beneficiamento, armazenamento, reembalamento, esmagamento de grãos e depósito de mercadorias para terceiros; e (b) o comércio atacadista e varejista de sementes em geral, defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes, corretivos do solo e matérias-primas agrícolas. As informações detalhadas da operação estão divulgadas na nota 11.

2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 3.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos (inclusive instrumentos financeiros derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

(c) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.1 Reemissão das demonstrações financeiras

A administração da Companhia emitiu em 9 de junho de 2020 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. No contexto da intenção de se obter o registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e com o processo de abertura de capital (Nota 35.(c)), foram necessárias adaptações para atendimento às normas da CVM, incluindo apresentação das demonstrações financeiras em IFRS, bem como a preparação e apresentação da demonstração do valor adicionado e, por esse motivo as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo reemitidas para esse fim.

A administração da Companhia analisou suas operações e concluiu que não há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e, portanto, como suas práticas contábeis já adotadas consistentemente são similares as IFRS, não há necessidade de divulgações adicionais pela adoção do IFRS e as presentes demonstrações financeiras foram preparadas conjuntamente (BRGAAP e IFRS).

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 30 de dezembro de 2020.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

3.1 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As seguintes práticas contábeis foram aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados na consolidação. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2019, as demonstrações financeiras consolidadas compreendem as operações realizadas pela Companhia, pela controlada direta Rural Brasil (doze meses), e as operações realizadas por sua controlada indireta Campeã no período de 17 de junho a 31 de dezembro de 2019 (a partir da data de aquisição de controle – Nota 1.2), que em conjunto, formam o Grupo Rural Brasil.

Em 31 de dezembro de 2018, as demonstrações financeiras consolidadas compreendem as operações realizadas pela Companhia, pela controlada direta Rural Brasil (doze meses), e as operações realizadas por suas controladas indiretas (Rural Primavera Ltda., Rural Agricultura no Vale Ltda., Rural Canarana Ltda., Rural Dinâmica Produtos Agropecuários Ltda. e Rural Agrícola Mineiros Ltda.) de 1º janeiro a 31 de agosto de 2018 (oito meses até a data de incorporação pela Rural), considerando o percentual de participação de 62,5% (2018 – 62,2%).

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo, denominadas transações de capital entre os sócios. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada diretamente no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é revista e mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

3.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes normas foram adotadas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019 pelo Grupo:

- CPC 06 (R2)/ IFRS 16 – "Arrendamentos": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

O Grupo aplicou a abordagem de transição simplificada com objetivo de refletir os efeitos de aplicação dessa norma nas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2019, e, portanto, não reapresentou informações comparativas de 2018, conforme permitido pelas disposições específicas de transição da norma. O método de transição adotado seguiu os seguintes procedimentos:

O valor do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento foi calculado com base no valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados, utilizando a taxa incremental no arrendamento, que é definida como taxa equivalente ao que a Companhia teria que pagar ao realizar empréstimo bancário para adquirir um ativo de direito de uso semelhante, nas mesmas condições do contrato de arrendamento na data de aplicação inicial. Subsequentemente, a depreciação é deduzida no ativo de direito de uso, calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos e os pagamentos efetivos são amortizados, e os juros incorridos são acrescidos no passivo de arrendamento. A taxa média ponderada de empréstimo incremental do arrendatário aplicada aos passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foi de 10% ao ano.

Os passivos de arrendamento do Grupo foram reconhecidos em contrapartida aos ativos de direito de uso associados, imediatamente após a data de aplicação inicial, em 1º de janeiro de 2019, no montante de R\$ 10.962:

	<u>Imóveis</u>	<u>Total</u>
Fluxos de caixa não descontado	17.014	17.014
Ajuste a valor presente	<u>(6.052)</u>	<u>(6.052)</u>
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	<u>10.962</u>	<u>10.962</u>

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não havia contratos de arrendamento onerosos que poderiam demandar um ajuste nos ativos de direito de uso na data inicial de adoção.

Expedientes práticos aplicados

Na primeira aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS 16, o Grupo utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

- Uso de uma taxa única de desconto em uma carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares.
- Utilização de avaliações anteriores sobre se os arrendamentos são onerosos.
- Contabilização de arrendamentos operacionais com um prazo remanescente de menos de 12 meses em 1º de janeiro de 2019 como arrendamentos de curto prazo.
- Exclusão dos custos diretos iniciais para a mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial.

As atividades de arrendamento do Grupo e a maneira como são contabilizadas

O Grupo aluga imóveis onde estão instaladas suas lojas e sede administrativas, bem como áreas de armazenamento de produtos. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de dois a cinco anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, mas os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. O Grupo aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais o Grupo é o arrendatário, o Grupo optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Até o exercício de 2018, os arrendamentos de ativos imobilizados eram classificados como arrendamentos financeiros ou operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) eram reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

A partir de 1º de janeiro de 2019, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Grupo. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Os passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos que podem ser considerados variáveis, mas, em essência, são fixos), menos incentivos de arrendamentos a receber.
- Pagamentos de arrendamentos variáveis baseados em algum índice ou taxa.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Valores a serem pagos pelo arrendatário sob garantias de valores residuais.
- O preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer a opção.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser determinada, a taxa de empréstimo incremental do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, o Grupo:

- sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido; e
- usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pelo Grupo, sem financiamento recente com terceiros.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento.
- Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.
- Quaisquer custos diretos iniciais.
- Custos de restauração.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de até 12 meses. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

- ICPC 22 / IFRIC 23- "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda": essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do CPC 32/ IAS 12 – “Tributos sobre o lucro”, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pelo Grupo nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2019, não há outras normas e interpretações já emitidas e que não estão em vigor, que poderiam afetar as demonstrações financeiras da Companhia ou de suas controladas.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

3.4 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado Financeiro" (Nota 29).

3.5 Ativos financeiros

3.5.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. O Grupo não possui ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

3.5.2 Reconhecimento e mensuração

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo, como segue:

- Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

O Grupo não mantém investimentos patrimoniais.

3.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5.4 Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

3.5.4 Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e transações envolvendo *commodities*. Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pelo Grupo compreendem contratos a termo, instrumentos de swap e NDFs cambiais.

Os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data da celebração do contrato e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo. Em virtude de o Grupo não ter adotado como política a contabilidade de hedge (hedge accounting), as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidos imediatamente na demonstração do resultado, em “Resultado financeiro”.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*").

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico do Grupo, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 5.1(b).

As empresas do Grupo realizam o cálculo do valor presente para as vendas a prazo a serem recebidas em reais. A taxa de desconto utilizada pela administração para esses itens é baseada na taxa média de captação de recursos por cada empresa junto a seus fornecedores e reflete os percentuais efetivamente negociados com os clientes em caso de antecipação de recebimentos. O valor presente é registrado como redutora das contas a receber e reconhecido ao resultado a pro rata até o seu vencimento.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referências às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) foi estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas esperadas na realização dos créditos. Para os demais títulos vencidos e à vencer relacionados a clientes com risco verificado, é efetuada uma análise individualmente e a administração mantém os procedimentos de cobrança e provisão quando pertinentes.

As contas a receber também incluem os recebíveis originados nas operações de *barter*, em que o Grupo comercializa defensivos em troca de commodities agrícolas. O reconhecimento dessa operação ocorre pelo valor justo na data da transação e, posteriormente, o valor justo das contas a receber atrelado à variação do preço de commodity é ajustado pela cotação da commodity (soja e milho) no mercado físico, em contrapartida do resultado financeiro, conforme política contábil adotada pelo Grupo (Nota 4.2 (a)).

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as contas a receber também incluem recebíveis cedidos em operação de securitização com a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"). Esses recebíveis são mantidos como ativo nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que as obrigações mantidas pelo Grupo não atendem aos critérios determinados nas práticas contábeis aplicáveis para o não reconhecimento do ativo financeiro. Na prática, esses recebíveis estão cedidos para a liquidação das operações de CRA, registradas como Obrigações com cessões de crédito, no passivo circulante (Nota 18).

3.7 Estoques

Os estoques de produtos agrícolas, adquiridos de terceiros e recebidos na liquidação de operações de *barter*, são registrados pelo valor de aquisição ou valor de troca na data de recebimento dos produtos pelo Grupo e, subsequentemente, são mensurados pelo seu valor justo deduzidos os custos das vendas, em alinhamento às práticas contábeis do mercado de atuação do Grupo.

Os demais itens em estoque estão demonstrados pelo custo de aquisição que não excede o valor de mercado. A determinação do preço unitário dos itens na data do balanço é a média ponderável móvel baseada no histórico de compra, que não excede o custo de reposição, deduzido dos impostos recuperáveis.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, e estão assim apresentadas:

Edificações	10 anos
Máquinas e equipamentos	7 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	4 anos
Móveis e utensílios	7 anos
Benfeitorias	7 anos

A administração tem utilizado a vida útil estimada que se aproxima da vida útil real dos referidos ativos. Ao final de cada exercício, essa estimativa é revisada e, se necessário, ajustada pela administração.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras (despesas) e receitas, líquidas”, na demonstração do resultado.

3.9 Intangível

(a) *Ágio gerado na combinação de negócios*

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

(b) *Softwares*

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

3.10 Arrendamentos

Conforme descrito na Nota 3.2, até o exercício de 2018, os arrendamentos de ativos imobilizados eram classificados como arrendamentos financeiros ou operacionais. A partir de 1º de janeiro de 2019, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Grupo. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras.

As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Na adoção do CPC 06 (R2)/ IFRS 16, o Grupo reconheceu os passivos de arrendamento envolvendo arrendamentos que já haviam sido classificados como "arrendamentos operacionais" seguindo os princípios do CPC 06/ IAS 17 - "Arrendamentos". Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes conforme descontados por meio da taxa de empréstimo incremental do arrendatário em 1º de janeiro de 2019.

3.11 Impairment de ativos não financeiro

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

Em 31 de dezembro de 2019, a administração entende que o ágio resultante da aquisição de controladas está alocado às operações de grãos e de insumos agrícolas, e o teste de *impairment* sobre o ágio foi elaborado considerando o resultado dessas duas UGCs, separadamente.

Os ativos não financeiros, exceto ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar referente a compra de mercadorias de revenda de insumos agrícolas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, considerando a taxa média dos contratos negociados com os próprios fornecedores.

As contas a pagar referente a compra de commodities agrícolas com preço a fixar, são registradas pelo valor justo na data de recebimento dos produtos pelo Grupo e, subsequentemente, o valor justo dessas contas a pagar atreladas à variação do preço de commodity é ajustado pela cotação da commodity no mercado físico, em contrapartida dos saldos de estoque de commodities ou do custo dos produtos vendidos.

3.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.14 Obrigações por cessão de crédito

As obrigações por cessão de crédito são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que essas obrigações estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As obrigações por cessão de crédito são classificadas como passivo circulante, considerando que a sua liquidação está diretamente relacionada ao recebimento dos recebíveis securitizados, os quais têm o seu vencimento em período inferior a 12 meses após a data do balanço.

3.15 Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia e ou sua controlada tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferida

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia e suas controladas espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

3.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O Grupo reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas, conforme descrição a seguir.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As receitas do Grupo são provenientes substancialmente das seguintes atividades:

- armazenamento, beneficiamento, padronização, comercialização, importação, exportação de grãos (soja, milho e trigo); e
- revenda de insumos agrícolas, produtos agropecuários e sementes.

Em ambas essas atividades de venda, o Grupo mantém contratos com clientes distintos para a obter bens ou serviços que constituem um produto das atividades normais da entidade em troca de contraprestação.

Venda de mercadorias

A receita de venda de grãos, insumos agrícolas e sementes é reconhecida quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o cliente, e esse passa a ter controle sobre os produtos vendidos. As condições para reconhecimento dessa receita com venda de produtos estão apresentadas a seguir:

- O Grupo e o comprador aprovaram a transação, e estão comprometidos em cumprir suas respectivas obrigações;
- O Grupo pode identificar os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos;
- O Grupo pode identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- A transação possui substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato)
- É provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

O montante da receita auferida com a venda de insumos é determinado no momento do seu reconhecimento, com base no valor justo estimado para cada transação quando da transferência do controle da mercadoria.

Para as vendas de insumos que serão liquidadas em dinheiro, o valor justo é determinado pelo valor presente das contas a receber originadas na transação, e para as vendas de insumos que serão liquidadas com a entrega física de commodities (barter) pelo cliente, o valor justo é determinado pelo valor de comercialização dessas commodities no momento em que a venda dos insumos é reconhecida.

A administração do Grupo entende não haver receita variável decorrente da transação de venda de insumos, por considerar que, a partir do reconhecimento do recebível atrelado ao preço das commodities agrícolas, os resultados auferidos contribuem para o segmento de grãos. Nesse contexto, o Grupo auferire margens similares nas vendas de insumos liquidadas em ativos financeiros em comparação com as vendas liquidadas em commodities agrícolas.

O montante da receita auferida com a venda das commodities agrícolas é determinado com base no valor contratual definido entre o Grupo e seus clientes.

3.18 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- receitas e despesas de juros;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas com a atualização do valor justo com operações de *barter* são registradas pelo regime de competência em “Resultado financeiro”.

3.19 Ajustes a valor presente

Os valores a receber e a pagar, quando o efeito for relevante, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, considerando os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos contratos.

Quando ocorre o ajuste a valor presente sobre os recebíveis, o valor apurado reduz o saldo de contas a receber, bem como a receita de vendas, e a reversão do ajuste é feita de acordo com a fluência dos prazos na receita financeira. Quando ocorre o ajuste a valor presente sobre fornecedores, o valor apurado reduz o saldo de estoque e fornecedores e a reversão do ajuste ocorre de acordo com a fluência dos prazos na rubrica “Despesas financeiras”.

3.20 Custos e demais receitas e despesas

Os custos e as demais receitas e despesas são reconhecidas no resultado de acordo com o princípio contábil da competência dos exercícios.

3.21 Benefícios a empregados

(a) Opção de pagamento baseado em ações

A Rural Brasil, controlada da Companhia, possui plano de outorga de opções de ações, segundo o qual concede aos beneficiários o direito de se tornarem acionistas da referida controlada.

O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, deve ser reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico).

As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos.

O valor total da despesa deve ser reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas.

Na data de cada balanço, a Rural Brasil revisou suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço. A Rural Brasil reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. Na Companhia, esses instrumentos são reconhecidos de forma reflexa, na conta de avaliação de ajustes patrimonial, no patrimônio líquido, como uma transação de capital entre acionistas.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança é tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

(b) Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, e também reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (constructive obligation).

3.22 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

4. Estimativas contábeis e julgamentos críticos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período social, estão contempladas a seguir:

(a) Valor justo de instrumentos financeiros derivativos e de ativos não monetários

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos e de ativos financeiros não monetários (contas a receber em commodities agrícolas) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(b) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (*impairment*)

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico do Grupo, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 5.1(b).

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Impairment sobre ágio proveniente na combinação de negócios

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.11. O valor recuperável de Unidade Geradora de Caixa (UGC) foi determinado com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 13).

Não foram identificadas perdas por impairment em 2019, bem como os cálculos realizados pela administração com o apoio de especialistas em avaliação de negócios demonstram que não é provável a apuração de perdas por impairment haja vista o valor em uso calculado e divulgado na Nota 13.

4.2 Julgamento crítico a aplicação das políticas contábeis

(a) Determinação da receita com a venda de insumos agrícolas com a liquidação em ativo não financeiro

O Grupo realiza a venda de insumos agrícolas para o recebimento em commodities agrícolas, sempre por determinação do cliente que prefere travar o valor da operação em quantidade de mercadoria a ser entregue, sem correr o risco de preço. Essa operação atende aos interesses normais do Grupo que opera na originação de grãos para sua atuação como uma trading company. Considerando que essas contas a receber são liquidadas com ativos não monetários (produtos agrícolas), as mesmas estão fora do escopo do IFRS 9/ CPC 48 Instrumentos financeiros.

A receita da venda de insumos é determinada pelo valor justo desses recebíveis no momento da venda. As variações subsequentes dessas contas a receber, as quais são remensuradas conforme o valor justo estimado de liquidação das commodities no mercado físico são reconhecidos como resultado financeiro.

O Grupo entende que essas variações subsequentes das contas a receber não representam receita variável da venda de insumos, considerando que a partir do seu reconhecimento inicial, o segmento de grãos passa a atuar na gestão desses ativos em conjunto com os estoques de grãos, os quais constituirão o custos das vendas daquele segmento.

Nos exercícios de 2019 e 2018, o montante dessa variação reconhecida como resultado financeiro no resultado do exercício é um ganho de R\$ 376 e R\$ 447, respectivamente.

(b) Valorização dos contratos a termo de compra e venda de commodities pelo valor justo

O Grupo valoriza os ativos não monetários atrelados ao preço de commodities, bem como o seu estoque de commodities, e as contas a pagar com preço não fixado pelo valor justo contra o resultado do exercício. O segmento de Grãos, com o objetivo de definir a sua margem nas operações em que o Grupo atua como uma trading company, contrata instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos de compra e venda a termo com clientes, bem como por contratos futuros com instituições financeiras, os quais são mensurados ao valor justo nas demonstrações financeiras do Grupo, incluindo aqueles contratos a termo que são liquidados com a entrega física dos produtos.

A administração reconhece contabilmente o valor justo dos contratos a termo de compra e venda que são liquidados com a entrega física, por entender que a mensuração desses contratos pelo valor justo por meio do resultado é necessária para eliminar uma inconsistência que surgiria pelo seu não reconhecimento, conforme previsto no parágrafo 2.5 do CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos financeiros. Esses contratos a

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

termo são firmados para proteção do risco de preço (Nota 5.1 (a) (iii)) que o Grupo está sujeito, em razão das operações com grãos de onde surgem os seguintes ativos e passivos mensurados pelo valor justo: (i) estoques de commodities agrícolas, (ii) contas a pagar pela compra de soja a fixar, (iii) ativos não financeiros atrelados ao preço de mercado da soja (contas a receber originadas em operações de barter, conforme Nota 3.6); e (iv) operações de futuros firmados com instituições financeiras. Dessa forma, a não valorização desses contratos a termos resultaria em impactar o resultado do exercício em momentos diferentes dos referidos instrumentos.

Nos exercícios de 2019 e 2018, essas operações resultaram no reconhecimento de receita financeira de R\$ 376 e de despesa financeira de R\$ 39, respectivamente.

5. Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. Nos termos dessas práticas, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas pelo Conselho de Administração, a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

<u>Risco</u>	<u>Exposição</u>	<u>Metodologia utilizada para mensuração do impacto</u>	<u>Gestão</u>
Risco de mercado – câmbio	Operações comerciais futuras	Previsão de fluxos de caixa	Contratos futuros a termo
	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Análise de sensibilidade	
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Swaps de taxa de juros

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de mercado - volatilidade no preço das commodities	Estoque de commodities e operações comerciais atreladas às commodities agrícolas	Análise de sensibilidade	Contratos de futuros e a termo
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings</i>
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

(a) Risco de mercado

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxas de juros

O principal risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de curto prazo com taxas variáveis, expondo o Grupo ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros. Durante 2019 e 2018, os empréstimos do Grupo às taxas variáveis eram mantidos em reais e em dólar.

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

(ii) Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos.

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas do Grupo, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de hedge, efetuadas sob a orientação da Tesouraria do Grupo.

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

O Grupo usa operações cambiais a termo para se proteger contra a exposição ao risco cambial. Na política do Grupo, os termos essenciais dos contratos a termo e das opções devem estar alinhados aos itens protegidos.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo estabelece que os contratos de compra e venda devem apresentar ganho ou perda equivalentes a fim de criar um hedge natural em suas operações, com a finalidade de minimizar os impactos de alterações da moeda. No quadro abaixo, demonstraremos a exposição líquida em milhares de dólares norte-americanos:

	(milhares de USD)	
	2019	2018
Contas a receber de clientes	22.883	18.391
Fornecedores	(19.825)	(23.384)
Empréstimos e financiamentos	6.065	8.057
Contratos de swap	(6.065)	(8.057)
	<u>3.058</u>	<u>(4.993)</u>

(iii) Risco de preço

No curso normal de suas operações, as controladas da Companhia efetuam negociações de permuta vinculada a preço de commodities, principalmente soja e milho.

Os preços da soja e do milho estão sujeitos à volatilidade resultante das condições climáticas, do rendimento de safra, dos custos com transporte, dos custos de armazenagem, da política agrícola do governo, das taxas de câmbio e dos preços dessas commodities no mercado internacional, entre outros fatores.

É prática da administração do Grupo proteger-se da exposição a variações de preço da soja e do milho por meio de contratos de venda de grãos futuro junto a *tradings* de *commodities*, vinculando o preço dos grãos que serão recebidos dos clientes em tais contratos de venda.

Abaixo segue resumo das exposições das commodities no Grupo no período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 bem como os instrumentos contratados pela administração para reduzir exposições físicas (contratos de compra e vendas no mercado futuro) (em toneladas):

Posições/produtos	2019		2018	
	Soja	Milho	Soja	Milho
Contratos de compra	111.120	76.620	148.464	114.258
Contratos de venda	(110.254)	(71.427)	(147.609)	(113.832)
Posição contratos futuros	<u>866</u>	<u>5.193</u>	<u>854</u>	<u>426</u>

A política de gestão adotada pela Companhia estabelece diretrizes para a proteção de riscos nas oscilações de preços de commodities e as exposições de cada commodity foram determinadas analisando a demanda, expectativa de produção anual de grãos, recebimento, armazenamento e as estratégias comerciais tendo em vista o custo/oportunidade a que o mercado apresentava à época.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto.

O risco de crédito é administrado corporativamente. Os clientes são classificados pela área de análise de crédito avaliando a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Contas a receber de clientes

O Grupo aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos. As perdas esperadas calculadas em, aproximadamente, 0,8% do faturamento anual de insumos.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. Os ativos de contratos se relacionam a trabalhos em andamento que não foram faturados e possuem essencialmente as mesmas características de riscos das contas a receber de clientes para os mesmos tipos de contratos. Portanto, o Grupo concluiu que as taxas de perdas esperadas para as contas a receber de clientes representam uma aproximação razoável das taxas de perda para os ativos de contratos. As formas de mensuração das perdas podem ser resumidas à seguir:

- As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de vendas durante um período de 36 meses antes do encerramento do exercício em análise, e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período, que suporta todo o ciclo de safra e renegociações que ocorrem, bem como, históricos da carteira dos mesmos clientes. As taxas de perdas históricas são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.
- Em cada data base é avaliado o risco de não recebimento de clientes vencidos, principalmente acima de 180 dias, safra seguinte, através de uma análise individual da carteira, considerando o rating de crédito deste cliente, garantias disponíveis, renegociação e capacidade de pagamento, baseado no rating atual, consultas atualizadas de restrição de crédito e histórico do cliente.

Em suma, as perdas de crédito são contabilizadas levando como fator o risco individual de cada cliente vencido, adicionalmente com o histórico de perda aplicado sobre o faturamento do período, com isso, gerando, na visão da Administração, a provisão necessária para cobrir eventuais perdas passadas e futuras.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O aging dos títulos vencidos e a vencer pode ser demonstrado a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
A vencer	767.867	564.862
Vencidos		
Entre 1 e 30 dias	6.856	503
Entre 31 e 60 dias	1.108	1.892
Entre 61 e 90 dias	3.501	10.047
Entre 91 e 180 dias	8.469	19.092
Entre 181 dias e 365 dias	12.045	20.774
Acima de 365 dias	63.937	34.513
(-) PCLD	(41.508)	(30.711)
Sub-total	<u>54.408</u>	<u>56.111</u>
	<u>822.275</u>	<u>620.972</u>

A movimentação da provisão para perdas é demonstrada a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo inicial	(30.711)	(20.712)
Constituição	(22.125)	(16.150)
Reversão	<u>11.328</u>	<u>6.150</u>
Saldo final	<u>(41.508)</u>	<u>(30.711)</u>

As contas a receber de clientes são baixados quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com o Grupo ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 180 dias.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Até 12 meses</u>	<u>De 2 a 3 anos</u>
Em 31 de dezembro de 2019		
Fornecedores	583.792	
Empréstimos, financiamentos	226.425	70.345
Passivo de arrendamento	3.819	8.015
Obrigações por cessão de crédito	208.763	
Obrigações por aquisição de ações	9.720	3.613
Outras contas a pagar	17.387	
	<u>1.049.906</u>	<u>81.973</u>
Em 31 de dezembro de 2018		
Fornecedores	431.577	
Empréstimos, financiamentos	160.057	128.767
Debêntures	30.153	
Obrigações por cessão de crédito	155.279	
Obrigações por aquisição de ações	30.315	
Outras contas a pagar	10.890	
	<u>818.270</u>	<u>128.767</u>

Os valores exigíveis acima de um ano têm a sua exigibilidade em até 10 anos, conforme idade de vencimento divulgada nas Notas 16 e 17.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2019, a estratégia do Grupo, que ficou inalterada em relação à de 2018, foi a de gerenciar o índice de alavancagem financeira de acordo com as oportunidades disponíveis no mercado, tendo obtido os índices de 37% em 2019 e 53% em 2018.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 podem ser assim sumariados:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Empréstimos e financiamentos, Passivos de arrendamento e Debêntures	273.957	284.397
(-) Caixa e equivalentes	<u>(118.918)</u>	<u>(80.729)</u>
Dívida líquida	155.039	203.668
Total do patrimônio líquido	<u>262.970</u>	<u>183.975</u>
Capital total	<u>418.009</u>	<u>387.644</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>37%</u>	<u>53%</u>

As obrigações por cessão de crédito (Nota 18) não estão sendo consideradas como parte da dívida líquida do Grupo, uma vez que serão liquidadas com os recebíveis securitizados, sem a expectativa de desembolso para o Grupo.

5.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

O Grupo apresenta os instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações por nível como segue:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

Os instrumentos financeiros são mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível de hierarquia.

Os ativos e passivos do Grupo, mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2019 são:

- i) Contas a receber em operações de barter R\$ 120.142 (2018 – R\$ 166.410) (Nota 7), classificada no Nível 2 da hierarquia do valor justo; e
- ii) Instrumentos financeiros derivativos R\$ 1.085 (2018 – R\$ 1.156), classificado no Nível 2 da hierarquia do valor justo, (Nota 32).

Não houve transferência entre níveis durante os exercícios apresentados. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o Grupo não possui instrumentos financeiros ao valor justo classificados nos níveis 1 e 3.

As atividades dos nossos clientes são sazonais, baseadas nos ciclos de plantio, crescimento e colheita de grãos. A demanda por insumos agrícolas concentra-se durante a temporada de plantio de culturas de grãos, que geralmente ocorre entre os meses de setembro e dezembro. As operações relacionadas a comercialização de grãos, sejam elas operações de barter ou de originação, estão concentradas no período de colheita, que geralmente ocorre entre os meses de março e abril. Tais operações de comercialização de grãos normalmente são liquidadas nos meses subsequentes à colheita, quando ocorre a liquidação física e

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

financeira das transações de barter ou de originação. Dessa forma, os saldos físicos de estoque, bem como as contas a pagar a fornecedores de grãos, são zero ou próximos de zero em datas próximas ao encerramento do exercício fiscal.

Nível 2

O valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.

A determinação do valor justo (“fair value”) dos instrumentos financeiros contratados pelo Grupo é efetuada com base em informações obtidas junto às instituições financeiras (para os derivativos) e preço cotado em mercado ativo das commodities com as quais trabalha (no caso de ativos e passivos liquidados em commodities), utilizando metodologia usual padrão de apuração no mercado, que compreende avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro.

O Grupo avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

6. Caixa e equivalentes de Caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa			256	35
Banco conta movimento	82	6	7.531	9.972
Aplicações financeiras (i)	205	180	111.131	70.722
	<u>287</u>	<u>186</u>	<u>118.918</u>	<u>80.729</u>
Aplicações financeiras (ii)			6.009	
	<u>287</u>	<u>186</u>	<u>124.927</u>	<u>80.729</u>

- (i) As aplicações financeiras representadas substancialmente por certificado de depósito bancário (CDB), possuem remuneração atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), por taxas entre 79% a 84% da variação do Certificado de Depósitos Interbancários – CDI (2018 – 90% a 98% do CDI). As aplicações são feitas em bancos considerados de primeira linha e o seu valor contábil se aproxima do valor justo dessas aplicações. O volume de recursos junto às instituições financeiras corresponde a créditos que serão utilizados pela Administração no giro financeiro operacional, sendo prontamente conversíveis em caixa, com insignificante risco de mudança de valor; e
- (ii) Referem-se a aplicações financeiras cujo prazo de vencimento para resgate supera 90 dias. Essas aplicações financeiras são mantidas em Certificados de Depósitos Bancários – CDB, renumerados por taxas de 100% da variação do Certificado de Depósitos Interbancários – CDI (2018 – 90% a 98% do CDI).

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Contas a receber de clientes (Consolidado)

7.1 Composição do saldo

	2019	2018
Contas a receber clientes nacionais (iii)	656.604	465.431
Contas a receber partes relacionadas (nota 23)	42.203	35.051
Titulos securitizados - CRA (i)	182.757	166.792
Outras contas a receber	6.786	5.598
(-) PCLD	(41.508)	(30.711)
(-) Ajuste a valor presente de clientes (ii)	(24.567)	(21.189)
	<u>822.275</u>	<u>620.972</u>
Circulante	747.735	563.151
Não circulante	<u>74.540</u>	<u>57.821</u>
	<u>822.275</u>	<u>620.972</u>

- (i) Em 2019 e 2018, o Grupo realizou a cessão de recebíveis em operações de securitização e emissão de CRA. O passivo resultante dessas operações está registrado como Obrigações por cessão de crédito (Nota 18). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía duplicatas a receber nos montantes de R\$ 182.757 (2018 – R\$ 166.792) cedidos para a liquidação dessas obrigações.
- (ii) O prazo médio das contas a receber do Grupo é de 222 dias (2018 – 251 dias). Quando aplicável, as contas a receber são ajustadas ao seu valor presente pelo prazo de cada operação a taxa de juros média de 1% a.m. em 2019 e 2018.
- (iii) As contas a receber compreendem o montante de R\$ 120.142 (2018 – R\$ 166.410), originados em operações na modalidade barter. Esta modalidade consiste na venda de produtos a um cliente mediante o recebimento do resultado da colheita do produtor (commodities agrícolas) em substituição ao pagamento efetivo de caixa. Essas contas a receber são valorizadas ao valor justo, conforme descrito na Nota 5.3. A comercialização de insumos para o recebimento em commodities agrícolas é parte da estratégia de originação de grãos do Grupo.

A composição por ano de vencimento das contas a receber de clientes e movimentação da provisão para credores de liquidação duvidosa são apresentados na nota 5.1 (b). Em 31 de dezembro de 2019, as contas a receber de clientes do Grupo no valor de R\$ 54.408 (2018 – R\$ 30.212) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração, suportada por sistemas tecnológicos e processos, vinculados à área de risco e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração da Companhia por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco).

Em 2019, a administração vem trabalhando no aprimoramento de seus controles para a concessão de crédito, melhorando a qualidade das garantias obtidas e, conseqüentemente, reduzindo o montante da perda estimada nos recebíveis do Grupo.

Os recebíveis das controladas do Grupo são originados nas suas operações de vendas de grãos e ao varejo ao produtor rural de forma massificada, com análise de crédito individual, com baixo ticket médio, tendo como característica a pulverização absoluta do risco de crédito e a presença de instrumento de garantia, tais como CPR, hipotecas, fianças e alienação fiduciária.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Estoques (Consolidado)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Defensivos	172.645	169.690
Sementes	23.910	17.632
Fertilizante foliar	39.071	21.044
Outros	<u>7.926</u>	<u>4.150</u>
	<u>243.552</u>	<u>212.516</u>

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo constituiu provisão para perdas nos estoques e provisão de descartes nos montantes de R\$ 525 e de R\$ 98, respectivamente (em 2018 - nos montantes de R\$ 2.840 e R\$ 53, respectivamente).

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo das mercadorias vendidas" totalizou R\$ 1.279.902 (2018 - R\$ 939.027).

9. Impostos a recuperar (Consolidado)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.935	2.421
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.319	987
Imposto de renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	4.085	6.840
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	847	2.020
Programa de Integração Social - PIS	357	292
Contribuição para Financiamento Seguridade Social - COFINS	1.237	909
Contribuição ao Instituto Nacional Seguridade Social - INSS	<u>8</u>	<u>8</u>
	<u>10.788</u>	<u>13.477</u>

10. Outros créditos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Bens mantidos para venda			2.560	2.311
Adiantamentos a fornecedores e partes relacionadas	2.396	1.922	24.764	12.057
Outros valores a receber		<u>91</u>	<u>553</u>	<u>92</u>
	<u>2.396</u>	<u>2.013</u>	<u>27.877</u>	<u>14.460</u>

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Investimentos (Controladora)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	185.551	160.551
Participação no capital social	<u>62,47%</u>	<u>62,22%</u>
Participação nos investimentos	115.919	99.895
Valor justo dos ativos adquiridos, líquidos da realização		3.032
Tributos diferidos, relacionados		(1.031)
Ágio na aquisição de investida	<u>74.898</u>	<u>74.898</u>
Saldo contábil do investimento na controladora	<u>190.817</u>	<u>176.795</u>

Abaixo, segue resumo das informações financeiras da controlada, em 31 de dezembro de 2019:

<u>Controlada</u>	<u>Participação no capital %</u>		<u>Patrimônio líquido</u>		<u>Resultado do exercício</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Rural Brasil S.A.	62,5%	62,2%	185.551	160.551	22.602	3.748

11.1 Informações financeiras resumidas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo circulante	1.127.282	884.377
Ativo não circulante	184.856	95.445
Passivo circulante	1.057.316	705.170
Passivo não circulante	69.272	114.101
Patrimônio líquido	185.550	160.551
Resultado do exercício	22.602	3.748

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11.2 Movimentação

Abaixo segue movimentação do investimento em controlada no exercício:

Em 1º de janeiro de 2018	176.307
Resultado de equivalência patrimonial	2.419
Realização de mais valia de ativos (i)	(2.000)
Aquisição de participação incremental (ii)	5.486
Transação com não controladores	(2.296)
Transação com não controladores - dividendos desproporcionais (iii)	(3.408)
Distribuição de dividendos	287
Em 31 de dezembro de 2018	176.795
Resultado de equivalência patrimonial	14.141
Realização de mais valia de ativos (i)	(2.000)
Aumento de capital na controlada (ii)	4.840
Ações em tesouraria (iv)	(277)
Opção de pagamento baseado em ações (v)	846
Dividendos mínimos obrigatórios	(137)
Distribuição de dividendos	(481)
Transação com não controladores - ganho no aumento de capital (ii)	103
Transação com não controladores - dividendos desproporcionais (iii)	(3.013)
	190.817

- (i) O valor justo dos ativos adquiridos refere-se à alocação do preço pago à carteira de clientes, a ser amortizado em 3 anos, findos no exercício de 2019. A amortização no exercício foi de R\$ 3.031 (2018 - R\$ 3.031) e a realização de impostos diferidos de R\$ 1.030 (2018 - R\$ 1.030).
- (ii) Em abril de 2018, conforme instrumento particular de compra e venda de ações a Companhia adquiriu 107.085 ações preferências de classe “G”, 222 de classe “I” e 970.301 novas ações preferenciais classe “N” da Rural Brasil S.A., então detidas pelos acionistas não controladores, pelo montante de R\$ 5.486. O valor patrimonial dessas ações na data da transação foi de R\$ 3.190, resultando em perda na transação de capital com acionistas não controladores no valor de R\$ 2.296, registrada em contrapartida ao patrimônio líquido (Nota 22.5).
- (iii) Em 27 de maio de 2019, os acionistas da Rural Brasil aprovaram aumento de capital social no valor de R\$ 20.865 mediante emissão de 3.154.358 novas ações ordinárias, o aumento de capital ora aprovado será integralizado da seguinte forma: (a) R\$ 7.292 a serem integralizados na presente data; (b) R\$ 4.827 a serem integralizados no primeiro aniversário da data de subscrição; (c) R\$ 5.026 a serem integralizados no segundo aniversário da data de subscrição; (d) R\$ 1.824 a serem integralizados no terceiro aniversário da data de subscrição; e (e) R\$ 1.896 a serem integralizados no quarto aniversário da data de subscrição. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Companhia integralizou o montante de R\$ 4.840 referente a este aumento de capital e, em decorrência da alteração de participação societária, registrou ganho de R\$ 103 na transação com acionistas não controladores.
- (iv) Refere-se ao resultado de transações realizadas entre a Companhia e os sócios não controladores da Rural Brasil entre 2017 e 2019 registrado em contrapartida ao patrimônio líquido (Nota 22.5).
- (v) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Rural Brasil recomprou de 242.625 ações preferenciais, reconhecidas em contrapartida ao patrimônio líquido, como ações em tesouraria (Nota 22.6).
- (vi) Em 9 de outubro de 2019, os acionistas da Rural Brasil aprovaram o plano de pagamento baseado em ações, que permite que o Grupo outorgue opções de compra de ações de sua emissão a Administradores, Empregados e Prestadores de serviços (conforme qualificadores na cláusula 5 do plano), conferindo-lhes a possibilidade de se tornarem acionistas da Rural Brasil mediante o cumprimento de determinadas condições. Durante o exercício de 2019, a Rural Brasil reconheceu o efeito das opções concedidas e maturadas no período, como remuneração aos administradores, em contrapartida ao patrimônio líquido (Nota 22.7).

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Imobilizado (Consolidado)

	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Computadores	Móveis e Utensílios	Benefeitorias Imóveis de Terceiros	Total
Em 1º de janeiro de 2018	1.758	772	2.731	1.016	626	2.604	9.508
Adições	236	1.125	7.663	999	940	2.271	13.234
Baixas	(1)	(1)	(212)	(18)	(43)	(82)	(356)
Depreciação	(308)	(128)	(786)	(145)	(94)	(378)	(1.839)
Transferência	(787)					787	
Em 31 de dezembro de 2018	899	1.768	9.396	1.852	1.429	5.202	20.546
Custo	1.038	2.245	11.297	2.508	1.767	5.355	24.210
Depreciação acumulada	(139)	(477)	(1.901)	(656)	(338)	(153)	(3.664)
Valor residual	899	1.768	9.396	1.852	1.429	5.202	20.546
Em 1º de janeiro de 2019	899	1.768	9.396	1.852	1.429	5.202	20.546
Adições	964	1.330	2.274	312	427	3.272	8.579
Baixas	(12)	(52)	(612)	(516)	(21)	(21)	(1.213)
Depreciação	(102)	(334)	(2.345)	(306)	(218)	(231)	(3.597)
Imobilizado adquirido na combinação de negócios	54	1.094	747	52	76	609	2.632
Em 31 de dezembro de 2019	1.743	3.806	9.459	1.394	1.714	8.831	26.947
Custo	2.044	4.617	13.536	2.356	2.270	9.215	34.038
Depreciação acumulada	(301)	(811)	(4.077)	(962)	(556)	(384)	(7.091)
Valor residual	1.743	3.806	9.459	1.394	1.714	8.831	26.947

Em 2018, o montante de R\$787 transferido do grupo de edificações para benfeitorias em imóveis de terceiros refere-se a obras realizadas em lojas arrendadas, voltadas principalmente ao atendimento de regulamentação ambiental.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Intangível (Consolidado)

	Marcas e Patentes	Softwares	Ágio	Mais valia	Total
Em 1º de janeiro de 2018	56	888	74.898	6.062	81.904
Adições		3.193			3.193
Baixas		(361)			(361)
Amortização				(3.031)	(3.031)
Em 31 de dezembro de 2018	56	3.720	74.898	3.031	81.705
Custo	66	4.130	74.898	9.851	88.945
Amortização acumulada	(10)	(410)		(6.820)	(7.240)
Valor residual	56	3.720	74.898	3.031	81.705
Em 1º de janeiro de 2019	56	3.720	74.898	3.031	81.705
Adições	117	5.669	10.143	5.185	21.114
Baixas	(17)	(25)			(42)
Amortização	(18)	(1.041)		(3.031)	(4.090)
Aquisição de investida					
Em 31 de dezembro de 2019	138	8.323	85.041	5.185	98.687
Custo	166	9.774	85.041	15.036	110.017
Amortização acumulada	(28)	(1.451)		(9.851)	(11.330)
Valor residual	138	8.323	85.041	5.185	98.687

Em 7 de outubro de 2016, a Companhia adquiriu o controle da Rural Brasil mediante desembolso financeiro de R\$ 173.000, dos quais R\$ 74.898 foram atribuídos ao ágio gerado na aquisição de negócios com base na expectativa de rentabilidade futura. A alocação de preço pago foi revista no exercício de 2017, dentro do prazo legal para registro na Junta Comercial do laudo permanente sobre a alocação de preço pago no negócio. Durante a elaboração do laudo permanente retromencionado, o valor de R\$ 6.062 foi alocado ao valor justo da mais valia da carteira de clientes da Rural Brasil, a ser amortizada pelo período residual de 3 anos. Adicionalmente, foi reconhecido o efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a mais valia no montante de R\$ 2.061. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo a pagar de obrigação a pagar pela aquisição de investimento na Rural era de R\$ 27.504, o qual foi integralmente liquidado durante o exercício de 2019.

Em 2019, a Rural Brasil adquiriu o controle societário da Campeã Agronegócios S.A. (“Campeã”) por meio da aquisição de ações e integralização de capital social que, somados representam participação equivalente a 70% do capital social votante dessa Controlada. A transação foi realizada nos termos do Contrato de Compra e Venda e Subscrição de ações e outras avenças assinado em 8 de março de 2019 e do Termo de Fechamento e 1º Aditamento ao Contrato de Compra e Venda e Subscrição de ações e outras avenças, assinado em 17 de junho de 2019 (doravante e, denominado em conjunto, “Contrato”).

As demonstrações financeiras da Campeã foram consolidadas a partir da data de aquisição, concluída em 17 de junho de 2019. As demonstrações financeiras da Campeã foram consolidadas a partir da data de aquisição, concluída em 17 de junho de 2019. A partir dessa data, o Grupo passou a consolidar os resultados dessa controlada. Por essa razão, as demonstrações consolidadas do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2019, consolidam os resultados de, aproximadamente, sete meses da Campeã.

A aquisição de controle da Campeã foi obtida mediante desembolso financeiro pela Rural, no montante de R\$ 21.519, dos quais R\$ 15.328 foram atribuídos ao ágio gerado na aquisição de negócios com base na expectativa de rentabilidade futura. Considerando a sinergia das operações a partir da aquisição, esse ágio passa a integrar o segmento de insumos do Grupo para fins de teste de impairment. A alocação de preço pago foi revista no exercício de 2020, dentro do prazo legal para registro na junta comercial do laudo permanente sobre a alocação de preço pago no negócio. Durante a elaboração do laudo permanente retro mencionado, o valor de R\$ 5.003 foi alocado ao valor justo da carteira de clientes da Sementes Campeã, a ser amortizada pelo período residual de 3 anos e R\$ 182 foram alocados a mais valia de ativo imobilizado, a ser depreciado em 10 anos.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A alocação do valor justo aos ativos e passivos das companhias adquiridas foi efetuada conforme demonstrativo a seguir:

Demonstrações financeiras consolidadas em	31/12/2019 débito/(crédito)	Ajuste PPA débito/(crédito)	01/01/2020 débito/(crédito)
Total do ativo circulante	1.155.964		1.155.964
Realizável a longo prazo	122.455		122.455
Investimentos	28		28
Imobilizado	26.947		26.947
Mais valia sobre o ativo imobilizado		182	182
Ativo imobilizado - Outros	26.947		26.947
Direito de uso	10.120		10.120
Intangível	98.687		98.687
Ágio gerado na combinação de negócios	90.226	(5.185)	85.041
Mais valia sobre a carteira de clientes	3.031	5.003	8.034
Ativo intangível - Outros	5.430		5.430
Total do ativo	1.414.201		1.414.201
Total do passivo e patrimônio líquido	(1.414.201)		(1.414.201)

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo remanescente a pagar pela aquisição do controle da Campeã, reconhecido na rubrica de outros passivos no passivo circulante e não circulante da Companhia, é de R\$ 8.819 e R\$ 3.000, respectivamente, sujeitos a atualização monetária pela variação positiva do IGP-M/FGV. Nas demonstrações financeiras consolidadas, a obrigação decorrente do compromisso de aporte futuro de capital é apresentada de forma líquida dos efeitos da eliminação da parcela reconhecida como investimento da Companhia.

Testes do ágio para verificação de *impairment*

Considerando a homogeneidade de processos e sinergia das operações, a administração avaliou e concluiu que cada segmento corresponde à uma UGC. Essa avaliação leva em consideração que cada um dos segmentos é administrado com o foco na geração de receita e de caixa, os quais compartilham da sinergia da estrutura do Grupo, compra conjunta, administração do caixa, entre outros.

	2019	2018
UGC Rural – grãos	1.105	1.105
UGC Rural – insumos	83.936	73.793

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de dez anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores foram extrapolados com base nas taxas de crescimento que não exceda a taxa de crescimento média de longo prazo no qual a UGC atua.

Na elaboração das projeções de fluxo de caixa, a Administração toma como premissas o histórico de faturamento e crescimento do setor de insumos agrícolas somado expansão de negócios, bem como, o histórico de margens bruta e operacional sobre o faturamento de grãos e insumos.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2019, os fluxos de caixa foram projetados com base em uma taxa média de crescimento de 11,7% (sendo os primeiros 3 anos 14,54%a.a.), com uma margem média de EBITDA de 5,3% para os insumos e 1% para os grãos. Os valores referentes os fluxos de caixa posteriores ao período de dez anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento de 4,4 % a.a. Essa taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor em que UGC atua e teve por base o crescimento estimado por loja e as possibilidades de ampliação do Market share de cada segmento. As projeções do fluxo de caixa foram trazidas a valor presente com base na taxa WACC calculada pela administração de 14,56% a.a., antes do imposto de renda e da contribuição social.

O volume de vendas considera a média anual da taxa de crescimento. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado.

O preço de venda considera a média anual da taxa de crescimento. Ele se baseia nas atuais tendências do setor e inclui as previsões de inflação para o longo prazo.

A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período previsto. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas e no mix de vendas, com ajustes efetuados para refletir os aumentos de preço futuros esperados para os insumos agrícolas, que a administração não espera poder repassar para os clientes por meio de aumentos no preço. Existe a expectativa de que o preço dos insumos agrícolas subirá em média 4,8% ao ano, mantendo a margem bruta média anual em 11,4%. A margem para os grãos se mantém estável em 1%.

Outros custos operacionais são os custos fixos das UGCs, que não variam de maneira significativa com os volumes de vendas ou os preços. A administração estimou esses custos com base na estrutura atual dos negócios, ajustando-os aos aumentos inflacionários, e estes não refletem quaisquer reestruturações futuras ou medidas de economias de custo.

O valor a recuperar calculado com base no valor em uso ultrapassou o valor contábil em R\$ 86. 793. Em 31 de dezembro de 2019, a administração não identificou a necessidade de constituir qualquer provisão para perda.

14. Direito de uso (Consolidado)

	<u>Imóveis</u>	<u>Total</u>
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	10.962	10.962
Direito de uso adquirido na combinação de negócios	2.654	2.654
Amortização de direito de uso do exercício	<u>(3.497)</u>	<u>(3.497)</u>
	<u>10.120</u>	<u>10.120</u>
Custo	13.617	13.617
Amortização acumulada	<u>(3.497)</u>	<u>(3.497)</u>
Valor residual	<u>10.120</u>	<u>10.120</u>

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Fornecedores (Consolidado)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fornecedores de mercadorias	679.318	431.506
Fornecedores - partes relacionadas (nota 23)		71
(-) Ajuste a valor presente (i)	<u>(47.763)</u>	<u>(35.977)</u>
	<u>631.555</u>	<u>395.599</u>

(i) A taxa de juros utilizada para o cálculo do ajuste a valor presente foi de 1,5% a.m. no exercício de 2019 e de 2018 considerando as médias de taxas praticadas nas operações de compra de mercadorias pelo Grupo.

16. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2019, o saldos de empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante nos montantes de R\$ 205.430 e R\$ 58.407, respectivamente (2018 – R\$ 149.434 e R\$ 107.521 respectivamente) referem-se a contratos na modalidade de capital de giro. Oos empréstimos pós fixados possuem taxas entre 100% e 135% do CDI (2018 - 100% e 105% CDI) e os empréstimos pré fixados taxas entre 7,11% e 12,80% (2018 - 9% e 12,25%)

16.1 Cronograma de pagamentos

O cronograma de pagamentos correspondente do montante classificado no longo prazo é o seguinte:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
2020		105.352
2021	48.792	2.169
2022	<u>9.615</u>	
	<u>58.407</u>	<u>107.521</u>

16.2 Covenants

Os empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas restritivas.

16.3 Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária de estoque, por aval dos acionistas-proprietários e por imóveis urbanos e rurais de propriedade dos acionistas.

16.4 Debêntures

Em 18 de janeiro de 2018, foi aprovado a emissão de 25 debêntures não conversíveis em ações do Grupo no valor total de R\$ 25.000 em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória para colocação privada, com valor nominal unitário de R\$ 1.000.

Essas debêntures foram emitidas em 24 de janeiro de 2018, e foram liquidadas em 24 de maio de 2019. As debêntures eram remuneradas a 100% da variação acumulada do DI, acrescidas de um spread de 4% ao ano.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Passivo de arrendamento (Consolidado)

Os contratos de arrendamentos do Grupo referem-se a imóveis e bens onde estão instaladas nossas lojas, centro de distribuição, prédios administrativos e silos.

Os valores de passivos de arrendamento reconhecido no exercício de 2019 estão demonstrados abaixo:

	<u>Imóveis</u>	<u>Total</u>
Fluxos de caixa não descontado	17.927	17.927
Ajuste a valor presente	(7.807)	(7.807)
Valor presente	<u>10.120</u>	<u>10.120</u>
Passivo circulante	3.465	3.465
Passivo não circulante	<u>6.655</u>	<u>6.655</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>10.120</u>	<u>10.120</u>

Os saldos estimados de arrendamento a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

<u>Vencimento</u>	<u>Valor</u>
2021	3.964
2022	3.047
2023	2.103
2024	5.348
Ajuste a valor presente	<u>(7.807)</u>
	<u>6.655</u>

No quadro abaixo é apresentado o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos:

	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor descontado</u>
Contraprestações do arrendamento	17.927	10.120
Pis/cofins potencial (9,25%)	<u>(1.658)</u>	<u>(936)</u>
	<u>16.269</u>	<u>9.184</u>

A Companhia calculou às suas taxas incrementais nominais, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a sua realidade econômica:

<u>Vigência dos contratos</u>	<u>Taxa incremental</u>
2 anos	10,2%
3 anos	11,0%
4 anos	11,8%
5 anos	12,0%

A Companhia, em plena conformidade com o CPC 06 (R1)/ IFRS 16, na mensuração e na mensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela norma.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, são apresentadas abaixo as comparações nas rubricas do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa de depreciação e da despesa financeira do período findo em 31 de dezembro de 2019 e os períodos futuros utilizando o fluxo de caixa descontado considerando a inflação futura projetada nos fluxos de pagamentos, descontados pelas taxas nominais acima apresentadas:

Em 31 de dezembro de 2019					
	2020	2021	2022	2023	Após 2023
Ativo direito de uso					
IFRS 16	7.642	5.163	3.166	1.561	496
Ofício CVM	9.014	6.115	3.764	1.861	596
	18,0%	18,4%	18,9%	19,2%	20,1%
Passivo de arrendamento					
IFRS 16	7.657	5.961	4.573	3.436	2.722
Ofício CVM	8.693	6.815	5.239	3.944	3.131
	13,5%	14,3%	14,6%	14,8%	15,0%
Despesa com depreciação					
IFRS 16	(2.478)	(1.997)	(1.605)	(1.065)	(496)
Ofício CVM	(2.899)	(2.351)	(1.903)	(1.265)	(596)
	17,0%	17,7%	18,5%	18,8%	20,1%
Despesa financeira					
IFRS 16	(797)	(621)	(476)	(358)	(283)
Ofício CVM	(1.034)	(842)	(703)	(550)	(413)
	29,7%	35,6%	47,6%	53,7%	45,8%
				IFRS 16	Ofício CVM
Despesa com depreciação				(7.642)	(9.014)
Despesa financeira				(2.536)	(3.543)
				(10.178)	(12.557)

18. Obrigações por cessão de crédito (Consolidado)

Modalidade	Encargos anuais médios	
	2019	2018
CRA (i)	7,11% a.a.	26.706
CRA (ii)	11,98% a.a.	21.234
CRA (iii)	102,6% do CDI	109.134
CRA (iv)	100% do CDI	73.642
		204.010
Despesas com colocação de títulos		(14.604)
		189.406
		141.317

- (i) Em 2016, a Rural Brasil realizou uma operação de distribuição pública de certificados de recebíveis do Agronegócio emitida pela Octante Securitizadora S.A., lastreada em CPR (Cédula de Produtor Rural). A operação foi no montante de R\$ 35.260, com vencimento do principal em 2019, pagamento de juros anuais e custo de

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12,22% a.a. no primeiro ano, 7,11% a.a. no segundo ano e 6,53% a.a. no terceiro ano. O recurso foi recebido pela Rural Brasil em dezembro de 2016.

- (ii) Em 2017, a Rural Brasil realizou operação de distribuição pública de certificados de recebíveis do Agronegócio emitida pela Vert Companhia Securitizadora e pela Gaia Agro Securitizadora S.A., lastreada em CPR (Cédula de Produtor Rural). Essa operação foi no montante de R\$ 22.661, com vencimento de principal em 2019, o qual foi repactuado para vencimento em 2022, pagamentos de juros semestrais e custo de 11,98% a.a. O recurso foi recebido pela Rural Brasil em agosto de 2017.
- (iii) Em 2017, a Rural Brasil realizou uma segunda operação de distribuição pública de certificados de recebíveis do Agronegócio, também emitida pela Vert Companhia Securitizadora e pela Gaia Agro Securitizadora S.A., lastreada em CPR (Cédula de Produtor Rural). Essa operação foi no montante total de R\$ 88.645 com vencimento de principal em 2020, pagamento de juros anuais e custo de 102,6% do CDI. O recurso foi recebido pela Rural Brasil em novembro e dezembro de 2017.
- (iv) Em 2019, a Rural Brasil realizou uma operação de distribuição pública de certificados de recebíveis do Agronegócio, emitida pela Vert Companhia Securitizadora e pela XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., lastreada em duplicatas emitidas pela Rural Brasil contra os clientes. Essa operação foi no montante total de R\$ 73.642 com vencimento de principal em 2020, pagamento de juros anuais e custo de 100% do DI. O recurso foi recebido pela Rural Brasil em dezembro de 2019.
- (v) As despesas incorridas com a colocação desses títulos são mantidas como redutoras do saldo, e apropriadas ao resultado ao longo do período de cada operação, para a determinação do seu custo financeiro efetivo.

Essas obrigações por cessão de crédito, originadas na emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) são classificadas como dívida no passivo circulante, a fim de manter a comparabilidade com seu respectivo lastro, ou seja, os direitos creditórios sobre as Contas a Receber que foram cedidos na operação (Nota 7). A Companhia possui a opção assegurada em contrato de promover a revolvência dos saldos de curto prazo até a liquidação da operação do CRA, através de encontro de contas, o qual ocorrerá conforme os prazos descritos acima. Dessa forma, a liquidação dessas operações não deverão resultar em saída de caixa futuro da Rural Brasil.

18.1 Títulos e valores mobiliários (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2019, os títulos e valores mobiliários do Grupo no montante de R\$ 40.280 (2018 – R\$ 8.517), referem-se a títulos adquiridos na operação de emissão de CRA, correspondentes às quotas subordinadas contribuídas pela Rural Brasil na referida operação. A Rural Brasil está em conformidade com as cláusulas de compromisso, tendo sido exercido o direito contratual de alienação de uma parcela das suas quotas subordinadas. Esses títulos são remunerados a uma taxa média de 8,01% a.a. e serão mantidos até o vencimento de toda a operação que está previsto para ocorrer em 2020.

De acordo com a estrutura financeira da referida emissão, cabe ao CRA subordinado a absorção das primeiras perdas apuradas na carteira de recebíveis cedida, limitadas de 15% a 20% do valor de emissão, de acordo com os contratos de CRA, divulgados na Nota 7.

Em 31 de dezembro de 2019, a administração do Grupo não espera incorrer em perdas significativas relacionadas a não liquidez dos títulos cedidos em garantia, haja vista os procedimentos de avaliação de crédito da Rural Brasil, bem como a possibilidade de substituição dos recebíveis securitizados no caso de eventual evento futuro.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. Impostos e contribuições a recolher (Consolidado)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Funrural a recolher (i)	673	681
IRPJ e CSLL a recolher	11.201	3.588
Outros impostos e contribuições a recolher	<u>1.332</u>	<u>471</u>
Passivo Circulante	<u>13.206</u>	<u>4.739</u>
Funrural - Parcelamento Lei 13.606 (i)	<u>2.167</u>	<u>5.468</u>
Passivo não circulante	<u>2.167</u>	<u>5.468</u>
Total de impostos e contribuições a recolher	<u>15.373</u>	<u>10.207</u>

(i) Refere-se a adesão ao parcelamento do Fundo de assistência ao trabalhador Rural, instituído pela Lei 13.606 de 9 de janeiro de 2018, dos débitos existentes até 31 de dezembro de 2016.

20. Outras contas a pagar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Adiantamentos de clientes			4.527	3.372
Dividendos a pagar	1.494	754	1.839	790
Provisão para comissões e royalties a pagar			8.407	5.582
Outras contas a pagar			<u>1.003</u>	<u>136</u>
	<u>1.494</u>	<u>754</u>	<u>15.776</u>	<u>9.880</u>

21. Provisão para contingências (Consolidado)

O montante registrado referente aos processos com expectativa de perda provável em 31 de dezembro de 2019 é de zero (2018 – zero), conforme avaliação dos nossos assessores jurídicos. O Grupo possui, em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$ 613 (2018 – R\$ 451) em demandas judiciais classificadas com probabilidade de perda possível, em que não há provisão registrada contabilmente, conforme política e norma contábil.

Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas às questões tributárias do exercício, ou exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva desses itens no Brasil. Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação.

Também podem existir obrigações de naturezas trabalhista ou cível que, no presente momento, não são conhecidas pela administração do Grupo. Entretanto, com base na opinião de seus consultores legais, a administração do Grupo é de opinião que todos os tributos e demais obrigações assumidas pelo Grupo têm sido pagas ou provisionadas adequadamente e, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não eram conhecidas ações de vulto formalizadas contra o Grupo que implicassem a constituição de provisão para cobrir eventuais perdas.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Patrimônio líquido (Controladora)

22.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social no valor de R\$ 134.303 (2018 – R\$ 105.553), está representado por 181.027.330 (2018 - 157.544.523) ações ordinárias.

Em 20 de maio de 2019, houve um aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 28.750, passando este de R\$ 105.553 para R\$ 134.303, mediante a emissão de 23.482.807 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 22 de março de 2018, a Companhia emitiu 2.544.374 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 254 destinados à capital social e R\$ 2.290 destinados à reserva de capital, integralmente integralizados durante o exercício.

Em 26 de setembro de 2018, a Companhia emitiu 15.952.426 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 1.690 destinados à capital social e R\$ 15.210 destinados à reserva de capital, integralmente integralizados durante o exercício de 2018.

Em 21 de dezembro de 2018, a Companhia emitiu 27.004.724 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 2.750 destinados à capital social e R\$ 24.754 destinados à reserva de capital, totalmente integralizados em 2019.

Em 2018, também houve a integralização do montante de R\$ 745 destinado a Reserva de Capital, quando da emissão de ações ocorrida em 2017.

22.2 Reserva de capital

Refere-se a ágio na emissão de ações pagos pelos acionistas da Companhia, conforme descrito acima.

22.3 Reserva de lucros

A Companhia destina 5% para a reserva legal, até o limite previsto pela legislação societária.

Adicionalmente, as reservas de lucros também estão compostas por lucros a destinar que compreendem o montante de lucros retidos e que serão submetidos à Assembleia Geral Ordinária.

22.4 Dividendos

No caso de distribuição de dividendos é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 5% sobre o lucro do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	15.568	(2.562)
Constituição da reserva legal (5%)	(778)	
Base de cálculo dos dividendos	14.790	(2.562)
Dividendo mínimo obrigatório (5%)	(739)	
Total de dividendos	(739)	-
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	5%	0%

Os dividendos provisionados em 2019 foram de R\$ 739. Estas demonstrações financeiras refletem apenas os dividendos mínimos obrigatórios, dispostos no Estatuto Social da Companhia, correspondente a 5% do lucro líquido ajustado da Controladora. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada pelos acionistas.

22.5 Ajustes de avaliação patrimonial

Incluem o resultado de transações realizadas entre a Companhia e os sócios não controladores da Rural Brasil entre 2017 e 2019, bem como o resultado do reconhecimento do Plano de Compra de Ações ("Plano") da controlada Rural Brasil, reconhecido de forma reflexa no patrimônio líquido da Companhia (Nota 22.7).

22.6 Ações em tesouraria na controlada

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) e reconhecidos ao custo de aquisição e deduzidos do patrimônio líquido da Rural Brasil. Nenhum ganho ou perda foi reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da controlada Rural Brasil.

22.7 Plano de opção de pagamento baseado em ações na controlada

22.7.1 Objetivo do plano

O Conselho de Administração da controlada Rural Brasil reúne-se anualmente para, dentro das bases do primeiro programa aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Rural Brasil, estabelecer os planos, indicando os Administradores, Empregados, e Prestadores de serviços que poderão receber opções de compra ou subscrição de ações da controlada e a quantidade total a ser distribuída.

Este Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano") do Grupo estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da referida controlada, nos termos do artigo 168, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/1976.

O plano foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Rural Brasil realizada em 9 de outubro de 2018. O plano permite que a Companhia outorgue opções de compra de ações de sua emissão a Administradores, Empregados e Prestadores de serviços (conforme qualificadores na cláusula 5 do plano), conferindo-lhes a possibilidade de se tornarem acionistas da Rural Brasil mediante o cumprimento de determinadas condições. O objetivo do Plano consiste em: (i) estimular a melhoria, a expansão, o êxito e a consecução das atividades da Rural Brasil; (ii) obter um maior alinhamento dos interesses dos Administradores, Empregados e Prestadores de Serviços com os interesses da Rural Brasil; e (iii) incentivar a permanência dos Administradores, Empregados e Prestadores de Serviços na Rural Brasil.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22.7.2 Ações incluídas no plano

As opções de compra de Ações outorgadas segundo o Plano (“Opções”) poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal de emissão da Rural Brasil, sem direito a voto, com prioridade de distribuição de dividendo fixo anual no valor de R\$ 0,01 (um centavo de real) por ação (“Ações”) que não exceda o montante máximo e cumulativo de 5% (cinco por cento) do total de Ações de emissão da Rural Brasil. Para fins do limite estabelecido, deverão ser computadas todas as Opções já outorgadas no âmbito do plano, exercida ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas antes de serem exercidas, sendo que as opções outorgadas com base em planos anteriores, vigentes ou não, não serão computadas para efeito do limite estabelecido.

Os acionistas, nos termos do artigo 171, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/1976, não terão direito de preferência na aquisição ou exercício das Opções.

As Ações resultantes do exercício das Ações outorgadas segundo Plano conferirão aos seus titulares os direitos previstos na legislação aplicável e no estatuto social a Rural Brasil.

22.7.3 Outorgas realizadas

Em 9 outubro de 2018, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou o plano de outorga de Opção de Compra ou Subscrição de ação, os planos de outorga de Ações Restritas e os planos de outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações para Aceleração da Estratégia para o ano de 2018.

A Rural Brasil outorgou ao beneficiário 485.432 (quatrocentas e oitenta e cinco mil, quatrocentas e trinta e duas) opções de compra 1 (uma) ação preferencial de sua emissão, nominativa e sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade na distribuição de dividendo fixo anual de R\$ 0,01 (um centavo de real) por ação (“Opções”), de forma que o Beneficiário poderá, observar os termos e condições previstos no plano, 1º Programa e adquirir ou subscrever até 485.432 (quatrocentas e oitenta e cinco mil, quatrocentas e trinta e duas) ações preferenciais da Rural Brasil. Em 31 de dezembro de 2019, o valor atribuído a opções outorgadas é de R\$ 1.355.

Essas opções referem-se a instrumentos de patrimônio da Rural Brasil e, portanto, não tem efeito diluidor na Companhia.

22.8 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias diluidoras.

	2019	2018
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	15.568	(1.562)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	166.196	134.156
Lucro (prejuízo) básico por ação - R\$	0,09	(0,01)

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

Em 31 de dezembro de 2019, não existem instrumentos com potencial de diluição do lucro.

23. Partes relacionadas

No decorrer de suas operações, direitos e obrigações são contraídas entre partes relacionadas, oriundas de operações comerciais e financeiras. As transações comerciais, tais como compra e venda de mercadorias entre partes relacionadas, são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes, que devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes com partes não relacionadas. As operações financeiras com partes relacionadas decorrentes de transações de mútuo entre, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, são realizadas em condições específicas, sendo que não há cobrança de juros ou de prazo definido para pagamento nessas operações. A Administração considera como partes relacionadas seus acionistas, outras empresas ligadas aos mesmos quotistas, seus administradores, seus conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares.

As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

(a) Saldos do fim do exercício, decorrentes das vendas/compras de produtos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contas a receber de partes relacionadas (nota 7)	42.203	35.051
Outros créditos (nota 110)	5.593	5.162
Contas a pagar a partes relacionadas (nota 15)		71
Obrigação por aquisição de ações (Nota 20)		27.504

As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas e vencem em curto prazo. As contas a receber não têm garantias e estão sujeitas a juros.

As contas a pagar às partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de compras e vencem em curto prazo após a data da compra. As contas a pagar estão sujeitas a juros.

Os outros créditos referem-se a valores pagos de forma antecipada para as partes relacionadas, conforme acordo firmado entre as partes.

(b) Vendas de produtos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Vendas de produtos junto aos acionistas	16.566	21.786
Venda de produtos demais partes relacionadas	41.013	32.056
	<u>57.579</u>	<u>53.842</u>

Os produtos são vendidos com base nas tabelas de preço em vigor e nos termos que estariam disponíveis para terceiros. As vendas de serviços são negociadas com as partes relacionadas, com base nos custos, permitindo uma margem de 10% (2018 - 10%).

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Compras de produtos e serviços

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Compras de produtos junto aos acionistas	5.240	7.104
Compras de produtos demais partes relacionadas	<u>4.562</u>	<u>12.451</u>
	<u>9.802</u>	<u>19.555</u>

Os produtos e serviços são comprados de coligadas e de uma entidade controlada pelo pessoal-chave da administração, com base em termos e condições comerciais normais. A entidade controlada, pelo pessoal-chave da administração, é uma firma pertencente ao Sr. Silva, conselheiro da Companhia. Os serviços de administração são comprados da Controladora imediata com base nos custos, permitindo uma margem de 10% (2018 - 10%).

(d) Transações com acionistas

A Rural Brasil utiliza certos imóveis de propriedade dos acionistas para suas atividades operacionais, tendo ocorrido pagamento de aluguel em condições pactuadas contratualmente em 2019 no valor de R\$ 4.935 (2018 – R\$ 3.263).

(e) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salários e outros benefícios de curto prazo, a empregados	5.045	6.012
Benefícios de rescisão	271	
Pagamentos com base em ações	<u>1.355</u>	
	<u>6.671</u>	<u>6.012</u>

Adicionalmente, a gestão de determinadas atividades administrativas da Companhia é realizada por administradores alocados nas controladas, sem o repasse de custos para a controladora. Conseqüentemente, não há despesas com remuneração alocadas a controladora na data base.

24. Receitas de contratos com clientes (Consolidado)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita de venda de insumos agrícolas	1.300.673	956.042
Receita de venda de grãos de soja e milho	274.436	224.157
Impostos incidentes sobre as vendas(i)	(2.271)	(1.644)
Descontos, abatimentos e devoluções	(66.030)	(80.075)
(-) Ajuste a valor presente de vendas	<u>(63.115)</u>	<u>(45.566)</u>
	<u>1.443.693</u>	<u>1.052.915</u>

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As vendas de insumos agropecuários possuem base de cálculo do ICMS reduzida nas saídas, bem como são isentas de Pis/Cofins.

25. Custos das mercadorias vendidas (Consolidado)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custo de insumos agrícolas	1.074.676	760.300
Custo de grãos de soja e milho	277.220	227.498
Fretes	4.672	8.475
(-) Ajuste a valor presente de compras	<u>(76.666)</u>	<u>(57.246)</u>
	<u>1.279.902</u>	<u>939.027</u>

26. Despesas gerais e administrativas por natureza

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesa com aluguel			271	2.679
Despesa com depreciação e amortização			11.184	5.198
Despesa com impostos e taxas		2	1.858	2.044
Despesa com material de uso de consumo			1.167	1.036
Despesa com pessoal			21.340	21.705
Despesa com serviço de terceiros	6	708	8.826	6.845
Despesa com viagem e hospedagem		34	1.316	1.859
Outras despesas administrativas e gerais	<u>9</u>	<u>17</u>	<u>4.536</u>	<u>726</u>
	<u>15</u>	<u>761</u>	<u>50.497</u>	<u>42.093</u>

Durante o exercício de 2019, o aumento de outras despesas administrativas e gerais decorre substancialmente da abertura de novas seis lojas e aquisição de frota de 145 veículos realizada no final de 2018.

Nos montantes acima, estão contidas despesas que são classificadas como não recorrentes pela administração, haja vista sua natureza não usual às suas atividades operacionais normais de cada exercício. Essas despesas tem a seguinte natureza, por exercício:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Autuação e notificação tributária de exercícios anteriores			1.809	7.996
Consultoria para atividades não recorrentes (i)			<u>2.578</u>	<u>3.644</u>
Total de despesas não recorrentes			<u>4.387</u>	<u>11.641</u>

- (i) As despesas não recorrentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, na rubrica de Consultoria para atividade não recorrente, estão substancialmente relacionadas à aquisição de ações da controlada Campeã Agronegócios Ltda., enquanto que em 2018 estão substancialmente relacionadas à mudança do escritório corporativo da controlada direta Rural Brasil S.A. do município de Jataí - GO para Goiânia- GO.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27. Despesas com vendas, por natureza (Consolidado)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesa com combustíveis	2.557	2.455
Despesas com salários e encargos sociais	25.500	10.990
Despesa com comissões	9.129	11.063
Despesa com logística	597	355
Despesa com propaganda e publicidade	1.603	2.014
Despesa com remuneração por ações	1.355	
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.797	10.000
Despesa com veículos, viagens e outros	807	1.753
	<u>52.344</u>	<u>38.629</u>

Durante o exercício de 2019, o aumento de despesas com salários e encargos decorre substancialmente da abertura de novas lojas e conclusão da reestruturação administrativa realizada no final de 2018, a qual envolveu contratação equipe e dirigentes.

28. Outras receitas (despesas) por natureza, líquidas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Amostras recebidas				404
Despesa com contingências			(1.264)	(7.490)
Perda de estoque não inerente à operação			(623)	(2.894)
Ganho (Perda) com imobilizado			102	(356)
Recuperação de perdas (i)	4.840		4.840	
Outros	(234)	1.550	(341)	(1.903)
	<u>4.606</u>	<u>1.550</u>	<u>2.715</u>	<u>(12.239)</u>

- (i) Refere-se a recuperação de perdas incorridas pela controlada no desfecho de discussões judiciais relacionadas a período anterior a aquisição do investimento pela Companhia, deduzidas da última parcela paga aos acionistas não controladores nos termos do contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes em 19 de maio de 2016. As despesas correspondentes foram registradas em 2018 e as receitas foram reconhecidas quando a administração entendeu como líquido e certo o seu direito ao reembolso.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita financeira				
Rendimento sobre aplicações financeiras	128	33	1.339	939
Descontos obtidos por antecipação de pagamentos			10.557	3.728
Realização do AVP de recebíveis			59.737	26.076
Receita com operações de Barter			376	447
Juros sobre clientes			24.621	22.150
	128	33	96.630	53.340
Despesa financeira				
SWAP			(2.803)	1.445
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.207)	(3.758)	(29.731)	(27.808)
Juros sobre CRA			(15.643)	(12.068)
Realização do AVP de recebíveis			(64.881)	(27.535)
Encargos sobre arrendamento mercantil			(1.054)	
Outras despesas financeiras	(87)	(46)	(10.167)	(9.326)
	(1.294)	(3.804)	(124.279)	(75.292)
Variação cambial				
Instrumentos financeiros derivativos			(2.803)	1.445
Variação cambial ativa	1		8.581	29.611
Variação cambial passiva			(6.466)	(30.693)
	1		(688)	363
Resultado financeiro	(1.164)	(3.771)	(28.337)	(21.588)

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30. Imposto de renda e contribuição social

Os saldos de ativo e passivo diferidos têm a seguinte composição:

	Consolidado	
	2019	2018
Ajuste a valor presente e valor justo	(4.696)	(5.028)
Prejuízo fiscal e base negativa	5.536	5.657
Provisão para devedores duvidosos	3.719	3.400
Provisão de bônus	1.132	566
Provisão para perda de estoques	230	966
Mais valia na combinação de negócios		(1.030)
Impairment	(121)	
Outros	1.835	(776)
Ativo de impostos diferidos, líquido	<u>7.635</u>	<u>3.755</u>
Impostos diferidos ativos	7.635	4.785
Impostos diferidos passivos		<u>(1.030)</u>
Ativo de impostos diferidos, líquido	<u>7.635</u>	<u>3.755</u>

O total dos prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social acumulados em 31 de março de 2020 no consolidado é de R\$ 16.282 (2019 - R\$ 16.638).

A Administração da Companhia estima que a realização dos impostos diferidos se dê pelo histórico de rentabilidade, devendo ocorrer em até 5 anos, pois refere-se principalmente ao prejuízo fiscal decorrente da sazonalidade das operações.

A reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e de contribuição social está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	15.568	(2.562)	35.328	(661)
Alíquota fiscal	34%	34%	34%	34%
	(5.293)	871	(12.012)	225
Resultado de equivalência patrimonial	4.128	142		
Outros diferenças permanentes	<u>1.165</u>	<u>1.013</u>	<u>1.138</u>	<u>(1.126)</u>
Tributos no resultado		<u>2.026</u>	<u>(10.874)</u>	<u>(901)</u>
Corrente			(14.754)	(3.588)
Diferido			<u>3.880</u>	<u>2.687</u>
			<u>(10.874)</u>	<u>(901)</u>

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31. Informações por segmento (Consolidado)

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Comitê Executivo, que é o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, bem como pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

O Comitê Executivo, grupo tomador de decisões operacionais, considera o negócio sob perspectiva de produto. Na visão do Grupo, os segmentos operacionais apresentados a seguir são organizados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Conselho de Administração, principal tomador de decisões e responsável pela alocação de recursos e avaliação de desempenho desses segmentos:

- i) Insumos agrícolas: compreendem o comércio de fertilizantes, defensivos, foliares e sementes de soja e milho. O resultado desse segmento é determinado pela receita de venda auferida pela venda desses produtos, mensurada até o momento em que o Grupo transfere para o cliente o controle dos produtos vendidos.
- ii) Grãos de soja e milho: compreendem as operações decorrente do recebimento físico, padronização e comercialização de grãos adquiridos de terceiros, bem como, dos grãos originados nas operações de “Barter” O resultado desse segmento é determinado pelo resultado auferido nas operações de compra e venda de commodities agrícolas, incluindo a variação dos instrumentos financeiros atrelados à comercialização dessas commodities, bem como dos ativos não monetários relacionados.

O Comitê Executivo avalia o desempenho desses segmentos operacionais com base na evolução das receitas e no EBITDA ajustado gerados por cada segmento operacional. Essa base de mensuração exclui operações descontinuadas, quando aplicável, e efeitos de gastos não recorrentes de segmentos operacionais, como custos de reestruturação, despesas legais e *impairment* de ágio quando o *impairment* é resultado de um evento isolado, não recorrente. A mensuração também exclui os efeitos de pagamentos baseados em ações liquidados em ações e ganhos ou perdas não realizadas sobre instrumentos financeiros. Despesas de vendas e administrativas não alocadas diretamente aos segmentos são consideradas como não-reportável, pois atende todas as unidades do Grupo. Receitas e despesas de juros não são alocadas aos segmentos, pelo fato destas atividades serem gerenciadas pela tesouraria central, no contexto do Grupo.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do resultado consolidado por segmento

	Grãos		Insumos		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Receita operacional	274.436	224.157	1.169.258	828.758	1.443.693	1.052.915
Custo das mercadorias vendidas	(277.220)	(227.498)	(1.002.682)	(711.530)	(1.279.902)	(939.027)
Resultado bruto	(2.785)	(3.341)	166.576	117.229	163.791	113.888
Despesas com vendas	(367)	(690)	(51.977)	(37.938)	(52.344)	(38.629)
Despesas gerais e administrativas	(1.277)	(2.935)	(38.036)	(34.288)	(39.313)	(37.223)
Outros resultados operacionais	(32)		2.747	(12.239)	2.715	(12.239)
Resultado financeiro líquido	751	408	(29.088)	(21.996)	(28.337)	(21.588)
Resultado gerado pelos segmentos	(3.710)	(6.558)	50.222	10.768	46.512	4.209
Depreciação e amortização			(11.184)	(4.870)	(11.184)	(4.870)
Imposto de renda e contribuição social	1.261	2.230	(12.135)	(3.131)	(10.874)	(901)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(2.449)	(4.328)	26.902	2.767	24.454	(1.562)
(+/-) Resultado financeiro	(751)	(408)	29.088	21.996	28.337	21.588
(+/-) IRPJ e CSLL	(1.261)	(2.230)	12.135	3.131	10.874	901
(+) Depreciação e amortização			11.184	4.870	11.184	4.870
(-) IFRS 16 imóveis			(4.550)		(4.550)	
(+) Despesas não recorrentes			4.387	11.640	4.387	11.640
EBITDA Ajustado	(4.461)	(6.966)	79.147	44.403	74.686	37.437

O resultado apresentado na tabela não deduz as despesas com depreciações e amortizações do ativo imobilizado e do intangível. A exclusão destas despesas no cálculo está em linha com a forma como a Administração avalia o desempenho de cada negócio e sua contribuição na geração do caixa. O resultado financeiro não é alocado por segmento, entendendo que sua formação está mais relacionada às decisões corporativas de estrutura de capital do que à natureza do resultado de cada segmento de negócio.

Ativos e Passivos operacionais consolidados por segmento

Os principais ativos e passivos operacionais da companhia foram segregados por segmento em função dos correspondentes centros de custo em que estão alocados e/ou de critério de rateio que leva em consideração o desempenho de cada setor em relação ao desempenho total; assim, essa alocação pode variar de um exercício para outro.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não há saldos de contas a receber e contas a pagar em aberto decorrentes das atividades do segmento de grãos, de modo que a segregação é apresentada como segue:

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Grãos		Insumos		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ativo						
Contas a receber de clientes			822.275	620.972	822.275	620.972
Estoques			243.552	212.517	243.552	212.517
Intangível	1.105	1.105	97.582	80.600	98.687	81.705
Outros créditos	3.484	2.109	24.393	12.351	27.877	14.460
Total dos ativos alocados	<u>4.589</u>	<u>3.214</u>	<u>1.187.802</u>	<u>926.439</u>	<u>1.192.391</u>	<u>929.653</u>
Demais ativos não alocáveis					221.811	129.210
Total dos ativos					<u>1.414.201</u>	<u>1.058.863</u>
Passivo						
Fornecedores			631.555	395.599	631.555	395.599
Outras contas a pagar	3.913	2.027	11.863	7.853	15.776	9.880
Total dos passivos alocados	<u>3.913</u>	<u>2.027</u>	<u>643.418</u>	<u>403.452</u>	<u>647.331</u>	<u>405.479</u>
Demais passivos não alocáveis					766.870	653.384
Total dos passivos					<u>1.414.201</u>	<u>1.058.863</u>

32. Instrumentos financeiros (consolidado)

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira e diretoria do Grupo. Sendo que a tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a sociedade contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais.

As operações realizadas pelo Grupo através de instrumentos financeiros são demonstradas abaixo.

32.1 Ativos

Os ativos financeiros do Grupo são classificados como segue:

	2019	2018
Valor justo por meio do resultado		
Contratos a termo - commodities	376	
Instrumentos financeiros derivativos	1.085	1.156
	<u>1.461</u>	<u>1.156</u>
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	118.918	80.729
Aplicações financeiras	6.009	
Contas a receber de clientes (i)	702.133	454.562
Títulos e valores mobiliários	40.280	8.517
Outros créditos (ii)	3.723	2.980
	<u>871.062</u>	<u>546.788</u>
	<u>872.523</u>	<u>547.944</u>

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Não considera o valor a receber nas operações de barter, os quais serão liquidados mediante o recebimento de ativos não financeiros.
- (ii) Não considera ativos não monetários, tais como adiantamentos, os quais serão liquidados mediante o recebimento de ativos não financeiros.

32.2 Passivos

Os passivos financeiros do Grupo são classificados como custo amortizado, e são como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Valor justo por meio do resultado		
Contratos a termo - commodities		39
		<u>39</u>
Custo amortizado		
Fornecedores	631.555	395.599
Empréstimos e financiamentos e Debêntures	263.837	284.397
Passivo de arrendamento	10.120	
Obrigações por cessão de crédito	189.406	141.317
Obrigações por aquisição de ações	11.819	27.504
Outras contas a pagar (iii)	11.249	6.508
	<u>1.117.985</u>	<u>855.324</u>
	<u>1.117.985</u>	<u>855.363</u>

- (iii) Não considera passivos não monetários, os quais serão liquidados mediante a entrega de itens não financeiros.

Os saldos classificados como instrumentos financeiros referem-se a:

- **Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem o caixa, os saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras.
- **Contas a receber de clientes/fornecedores** - Decorrem diretamente das operações o Grupo, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas.
- **Empréstimos e financiamentos** - Contratações realizadas junto a instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.
- **Contratos a termo financeiro - cambiais - / commodities** - Valores referentes ao valor justo de operações de termo de moeda futuro junto a instituições financeiras, bem como, de contratos de venda futura de grãos no mercado a termo..
- **Obrigações com títulos securitizados** - Contratações realizadas junto a empresa Securitizadora (desconto de títulos), registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.
- **Títulos e valores mobiliários** – Aplicações em cotas de capital secundárias em Fundo de Investimento em títulos do Agronegócio - CRA.
- **Outros créditos** – Saldos decorrentes de outras transações com terceiros, e que serão convertidos em caixa.
- **Mútuo com partes relacionadas** – Saldo decorrentes de outras transações com partes relacionadas.
- **Passivos de arrendamento** – Substancialmente se referem aos aluguéis de imóveis.
- **Outras contas a pagar** – saldo decorrentes de outras transações e que serão liquidadas em caixa.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32.3 Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados, principalmente, à flutuação das variações cambiais e a preços de *commodities*. O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros de proteção para mitigar sua exposição a esses riscos. O Grupo vem implementando e aprimorando os controles internos para identificar e mensurar os efeitos das transações com as *tradings* e com as instituições financeiras, para que tais transações sejam capturadas, reconhecidas e divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em quaisquer outros ativos de risco.

32.3 Posições em aberto em outros valores a receber

Em 31 de dezembro, as seguintes posições em aberto a receber e a pagar no mercado de futuros são como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Swap de taxas de juros	(1.085)	(1.156)
	<u>(1.085)</u>	<u>(1.156)</u>

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de hedge e não como investimentos especulativos. Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses.

32.4 Swap de taxas de juros

Os valores de referência (nacional) dos contratos de swap de taxas de juros, em aberto em 31 de dezembro de 2019, correspondem a R\$ 1.085 (2018 - R\$ 1.156). Em 31 de dezembro de 2019, as taxas de juros fixas variaram entre 2,4% e 2,5% (2018 - 1,1% a 1,21%).

32.5 Venda a termo

O Grupo possui contratos de venda futura de soja, milho e soja em dólar. As posições em aberto em 31 de dezembro são como segue:

(a) 2019

<u>Produto</u>	<u>Quantidade (milhares de sacas)</u>	<u>Preço médio - R\$/ Sc</u>	<u>Nacional</u>	<u>Valor de mercado</u>
Soja	1.852	R\$70,38	R\$130.344	191
Milho	1.277	R\$26,31	R\$33.598	185
				<u>376</u>

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) 2018

Produto	Quantidade (milhares de sacas)	Preço médio - R\$/ Se	Nocional	Valor de mercado
Soja	2.474	R\$69,56	R\$172.119	(279)
Milho	1.904	R\$23,09	R\$43.970	240
				(39)

32.6 Posição de Swap de taxas de juros

Referem-se a ajustes nas posições de swap de dólar, com vencimentos futuros, com referência à cotação de R\$ 4,0307 em 31 de dezembro de 2019 (2018 – R\$ 3,8748) acima.

2019				2018	
Banco	Vencimento	Saldo a Pagar/(receber) (R\$ mil)	Banco	Vencimento	Saldo a Pagar/(receber) (R\$ mil)
Citibank	29/03/2019		Citibank	29/03/2019	495
Citibank	25/11/2019		Citibank	25/11/2019	429
Votorantim	14/01/2021	(556)	Votorantim	19/09/2019	(2.080)
Itaú	30/11/2020	(529)			
		<u>(1.085)</u>			<u>(1.156)</u>

32.7 Análises de sensibilidade

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais o Grupo está exposto no final do exercício. As variáveis de riscos relevantes para o Grupo no exercício, levando em consideração o período projetado de três meses para essa avaliação são sua exposição à flutuação de moedas estrangeiras, substancialmente o dólar norte-americano, e sua exposição à flutuação nas taxas de juros e commodities.

(a) Variações nos preços das commodities

Toneladas	Posição	Risco Atual	Mercado Atual	Aumento			Redução	
				Provável 5%	25%	50%	25%	50%
			Cotação	Efeito	Efeito	Efeito	Efeito	Efeito
Soja - Safa 19.20	866 Venda	1.010	69,99	(50)	(252)	(505)	252	505
Milho - Safra 2020	5.193 Venda	2.277	26,31	(114)	(569)	(1.138)	569	1.138
				<u>(164)</u>	<u>(822)</u>	<u>(1.643)</u>	<u>822</u>	<u>1.643</u>

De acordo com sua política de gerenciamento de riscos de mercado, o Grupo compra e vende posições futuras de mercadoria para se proteger do risco de preço de mercado uma vez que os grãos têm seus preços referenciados nas cotações da BM&F e CBOT.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Variações nas taxas cambiais

Risco	Saldo Nocional	Saldo de Fechamento	Mercado Atual	Provável					
				Aumento			Redução		
				5%	25%	50%	25%	50%	
			Cotação	Efeito	Efeito	Efeito	Efeito	Efeito	
Empréstimos e financiamentos	Câmbio	(6.065)	(24.444)	4,0307	(1.222)	(6.111)	(12.222)	6.111	12.222
Contrato de Swap	Câmbio	6.065	24.444	4,0307	1.222	6.111	12.222	(6.111)	(12.222)
Contas a receber	Câmbio	22.883	92.236	4,0307	4.612	23.059	46.118	(23.059)	(46.118)
Contas a pagar	Câmbio	(19.825)	(79.909)	4,0307	(3.995)	(19.977)	(39.955)	19.977	39.955
					<u>616</u>	<u>3.082</u>	<u>6.164</u>	<u>(3.082)</u>	<u>(6.164)</u>

(c) Variações nas taxas de juros

Posição	Risco	Saldo Nocional	Saldo de Fechamento	Mercado Atual	Provável				
					Aumento			Redução	
					5%	25%	50%	25%	50%
				Cotação	Efeito	Efeito	Efeito	Efeito	Efeito
Empréstimos e financiamentos	Taxa de juros pós	256.238	257.772	6,0%	(762)	(3.812)	(7.623)	3.812	7.623
Contrato SWAP CDI	Taxa de juros pós	6.065	6.065	6,0%	(18)	(90)	(180)	90	180
		<u>262.303</u>	<u>263.837</u>		<u>(780)</u>	<u>(3.902)</u>	<u>(7.804)</u>	<u>3.902</u>	<u>7.804</u>

33. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa (Consolidado)

(a) Reconciliação da dívida líquida

A posição financeira líquida corresponde ao total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos de curto e longo prazos.

	2019	2018
Empréstimo de curto prazo	205.430	149.434
Empréstimo de longo prazo	58.407	107.521
Debêntures		27.442
Arrendamento de curto prazo	3.465	
Arrendamento de longo prazo	6.655	
Total da dívida	273.957	284.397
Caixa e equivalentes de caixa	(118.918)	(80.729)
Aplicação financeira	(6.009)	
Dívida líquida	<u>149.030</u>	<u>203.668</u>

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação da dívida líquida

	Empréstimo bancário	Debêntures e outros	Arrendamentos	Total da dívida	Caixa e equivalentes	Apliação financeira	Dívida líquida
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2018	147.784			147.784	(69.908)		77.876
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa							
Captação de debêntures		25.000		25.000			25.000
Obtenção de empréstimos	275.719			275.719			275.719
Pagamento de empréstimos	(172.404)			(172.404)			(172.404)
Pagamento de juros/dividendos	(16.097)			(16.097)			(16.097)
Outras					(10.821)		(10.821)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa							
Juros apropriados	21.953	2.442		24.395			24.395
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2018	256.955	27.442		284.397	(80.729)		203.668
Ajuste de adoção inicial do IFRS 16/CPC 06(R2) - Nota 3.2			10.962	10.962			10.962
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2019	256.955	27.442	10.962	295.358	(80.729)		214.629
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa							
Obtenção de empréstimos	178.616			178.616			178.616
Pagamento de empréstimos/debêntures	(177.465)	(27.442)		(204.907)			(204.907)
Pagamento de juros	(25.319)			(25.319)			(25.319)
Contraprestações de arrendamento pagas			(4.550)	(4.550)			(4.550)
Outras					(38.189)	(6.009)	(44.198)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa							
Aquisição/novos arrendamentos							
Juros apropriados	26.853		1.054	27.907			27.907
Efeito da combinação de negócios	4.197		2.654	6.851			6.851
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2019	263.837		10.120	273.957	(118.918)	(6.009)	149.030

34. Cobertura de seguros (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2019 a cobertura de seguros do Grupo, contratada de acordo a orientação de seus consultores de seguros, compreendia:

Cobertura de seguro	Controladora	Consolidado
Responsabilidade civil	50.000	100.000
Predial e Estoques	45.000	47.290
Veículos	100% Tabela FIPE	100% Tabela FIPE

35. Eventos subsequentes

a) Cenário de pandemia

No final do primeiro trimestre de 2020, tendo em vista o cenário de pandemia mundial, a Companhia verificou a necessidade imediata de dedicar seus esforços a prevenção e combate ao Coronavírus.

Antes mesmo que as autoridades brasileiras determinassem que as empresas privadas tomassem qualquer medida de prevenção, ao final de fevereiro de 2020 a Companhia divulgou amplamente as orientações preventivas a serem seguidas por seus funcionários como medida para evitar contágio. Ainda em março de 2020 foi instituído o comitê de crise, divulgando amplamente o plano de contingência para enfrentamento ao COVID-19, bem como consultoria com médico infectologista e monitoramento de casos suspeitos e confirmados de Coronavírus. É importante destacar que os serviços prestados pela Companhia sempre estiveram de acordo com a classificação federal de serviços essenciais, através do Decreto Federal nº 10.282/20.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As ações imediatas para contenção da crise envolveram o cancelamento de eventos, viagens, reuniões, treinamento e processo seletivo presenciais, intensificação da higienização dos ambientes e mobiliários da empresa, afastamento dos funcionários do grupo de risco e investimento em adequações para alocação de equipes em home office, além de adaptações às regras de distanciamento social nos sites do Grupo.

Diante das incertezas relacionadas ao cenário de pandemia, que ainda persiste, o Grupo mantém avaliação contínua sobre os possíveis impactos que podem ocorrer em suas operações em relação a:

- Insumos necessários ao desenvolvimento das atividades;
- impactos nas vendas; e
- Impactos no fluxo de caixa do Grupo, e se há um aumento significativo no risco de crédito.

Até a presente data, a Administração não identificou impactos significativo da pandemia sobre suas operações e não espera que o cenário de pandemia afete os resultados e/ou plano de expansão da Companhia e suas controladas. Na data em que a Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas em 2019, a administração determinou que não havia incertezas relevantes que pudessem em dúvida a capacidade da entidade de continuar operando nos próximos 12 meses.

b) Cisão parcial de seu acervo líquido

Em 30 de setembro de 2020, os acionistas da controlada Rural aprovaram a cisão parcial de seus ativos, mediante a versão de R\$ 72.164 do seu capital social à Rural Brasil CAR S.A (“Rural CAR”), empresa constituída com a finalidade exclusiva de receber os ativos cindidos, na mesma proporcionalidade da ações dos acionistas controladores e não controladores da Rural.

Em 30 de outubro de 2020, os acionistas da Companhia, aprovaram a cisão parcial dos ativos da Companhia, representados por sua participação societária na Rural CAR Companhia e a versão do acervo líquido cindido à Agro Opportunity Participações S.A. Essa cisão parcial ocorreu com a finalidade de refletir os acordos jurídicos estabelecidos entre seus acionistas e resultou na redução de do capital social da Companhia, no valor de R\$45.295.

c) Possibilidade de Initial Public Offering (IPO)

Em julho de 2020, os acionistas do Grupo avaliaram a possibilidade de acessar o mercado de capitais e decidiram proceder com uma reestruturação societária para viabilizar essa operação. Nesse contexto, a administração do Grupo procedeu com determinados movimentos societários, com o objetivo de efetuar a distribuição primária de ações de sua nova estrutura, denominada Agrogalaxy, após o registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e ser listada no Novo Mercado.

Em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 17 de dezembro de 2020, foi deliberada e aprovada as seguintes matérias:

- a submissão pela Agrogalaxy do pedido de registro de companhia aberta na categoria “A” perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480.
- a submissão à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão: (a) do pedido de adesão do Agrogalaxy ao Novo Mercado; e (b) do pedido de admissão à negociação das ações do Agrogalaxy na B3, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado, ficando a Diretoria do Agrogalaxy autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os movimentos societários realizados pela administração do Grupo para viabilizar essa operação, foram os seguintes:

- Em 30 de outubro de 2020, os acionistas não controladores da Rural efetuaram aporte de capital na Companhia mediante a conferência de ações que esses detinham na Rural, equivalentes a 37,23% do capital social da empresa. Nesse evento, o capital social da Companhia foi aumentado de R\$ 89.007 para R\$ 127.645, mediante a emissão de 107.381.592 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
- Em 30 de outubro de 2020, a Agro Key Participações S.A. (“Agro Key”) e a Agro Advance Participações S.A. (“Agro Advance”) foram incorporadas pela Companhia, determinada como adquirente legal, que nessa mesma data alterou a sua razão social para Agrogalaxy Participações S.A. (“Agrogalaxy”). Nessa operação, de acordo com as regras contábeis aplicáveis, a Agro Key foi determinada como adquirente contábil e, portanto, as demonstrações financeiras do Agrogalaxy serão apresentadas como uma continuidade das demonstrações financeiras da Agro Key.

Esta reestruturação ocorreu com a troca de ações, por valores negociados entre as partes, em uma operação entre companhias que não possuem controle comum e, portanto, representa uma combinação de negócios sob o escopo do CPC 15 (R1)/ IFRS 3 Combinação de negócios, apresentada considerando o método de aquisição. Como parte da avaliação da Administração, para fins de combinação de negócios, a Agro Key foi considerada a adquirente contábil (apesar de ser a empresa legalmente incorporada/ adquirida) e a Companhia, assim como a Agro Advance, foram consideradas as empresas adquiridas, (apesar de a Agro Trends ser incorporadora e a entidade sobrevivente legal), configurando uma situação de aquisição reversa.

Também em 30 de outubro de 2020, as empresas concluíram a obtenção de todas autorizações, renúncias, consentimentos e aprovações de terceiros necessárias para a consumação dessa operação. Desta forma, a transação foi legalmente implementada por meio de troca de ações, com a extinção da Agro Key e a Agro Advance, nos termos do artigo 219, inciso II, da Lei das S.A. e estabelecendo o Agrogalaxy (antiga Agro Trends) como sucessora de todos os direitos e obrigações das empresas extintas

A referida operação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, que aprovou a combinação dos negócios dessas empresas, por meio da incorporação da Agro Key e da Agro Advance pela Companhia, nos termos do artigo 1.117 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dos artigos dos artigos 224 e 225 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), conforme termos do Protocolo e Justificação de Incorporação da Agro Key pela Companhia e do Protocolo de Justificação de Incorporação da Agro Advance pela Companhia, celebrados em 23 de outubro de 2020.

A contraprestação transferida ocorreu pela relação de substituição de ações nas proporções acordadas de 1,12746 ação ordinária de emissão da Agrogalaxy por cada ação ordinária de emissão da Agro Key e 0,93942 ação ordinária de emissão da Agrogalaxy por cada ação ordinária de emissão da Agro Advance. Dessa forma, os acionistas da Agro Key passaram a deter, em conjunto, 44,10% do capital social total e votante da Agrogalaxy, enquanto os acionistas originais da Companhia passaram a deter, em conjunto, 41,7% do capital social total e votante da Agrogalaxy.

Os efeitos contábeis desta reestruturação, incluindo alocação de preço da aquisição de negócios, representado pelo valor justo das empresas contabilmente adquiridas, Agro Advance e Companhia, serão reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da adquirente contábil Agro Key a partir de 31 de outubro de 2020.

* * *

Relatório da Administração sobre os resultados consolidados

EBITDA¹ TOTALIZA R\$ 74,7 MILHÕES EM 2019, AVANÇO DE 99,5%

São Paulo, 20 de outubro de 2020 – Agro Galaxy Participações S.A. divulga seus resultados do exercício de 2019. Os comentários aqui incluídos referem-se aos resultados consolidados em IFRS, cujas comparações têm como base o mesmo período de 2018, conforme indicado.

I. MENSAGEM DA DIRETORIA

Somos um dos maiores grupos no setor de varejo de insumos agrícolas do Brasil, com presença consolidada no Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil. Operamos no varejo tradicional, no segmento de produção de sementes de soja, localizados nos maiores Estados produtores de grãos de soja e milho do país, tais como Goiás, Mato Grosso, Pará, Maranhão e Tocantins. Nossas lojas possuem em média 1.000m², o que nos permite oferecer a entrega de insumos agrícolas no momento mais adequado para os produtores rurais, os quais possuem suas propriedades agrícolas em regiões muitas vezes distantes dos grandes centros urbanos, com desafios logísticos inerentes ao negócio.

Atuamos desde 1987 com a distribuição de insumos agrícolas no Brasil. Também somos especialistas na prestação de serviços técnicos aos nossos clientes, oferecendo o conhecimento de 150 funcionários com formação em Engenharia Agrônômica através de análises das características químicas de solo e apresentando as melhores soluções para alta produtividade agrícola, totalizando 420 funcionários com foco em sempre buscar o melhor entendimento do nosso cliente, oferecer o melhor sortimento, além de uma operação diferenciada, entregando serviço e experiência a fim de garantir a melhor produtividade rural.

Todas as nossas iniciativas internas e externas têm como objetivo final garantir que entendemos e servimos o nosso cliente da melhor maneira possível. Temos indicadores, acompanhados diariamente por diversas áreas, que medem tanto o encantamento do nosso cliente, caso da metodologia *Net Promoter Score (NPS)*, bem como, os processos e padrões da loja, chamado de Pegada Rural. Esses são exemplos práticos da nossa cultura, que está preocupada em servir com excelência e garantir um relacionamento de longo prazo com nossos clientes.

Nossas vendas passam por rigoroso processo de aprovação de crédito, de acordo com política específica, que visam minimizar os riscos de inadimplência da operação. Usamos sistema integrado de apoio para realizar tais análises de créditos, garantindo a governança de liberação de pedidos. Utilizamos instrumentos de garantia tais como: Certificado de Produto do Agronegócio (CPR), alienações fiduciárias, hipotecas e seguro de safra, além de operações de barter (troca de produto) em linha com nossas políticas de crédito e de gestão de risco.

II. DESTAQUES


O ano de 2019 teve seu principal destaque no crescimento, através de expansão com 6 novas lojas e crescimento das lojas atuais. Nossa receita aumentou em mais de 37% (trinta e sete por cento), mostrando o fortalecimento da marca na região de atuação.

¹ Se refere ao EBITDA ajustado, conforme reconciliação no item V. A).

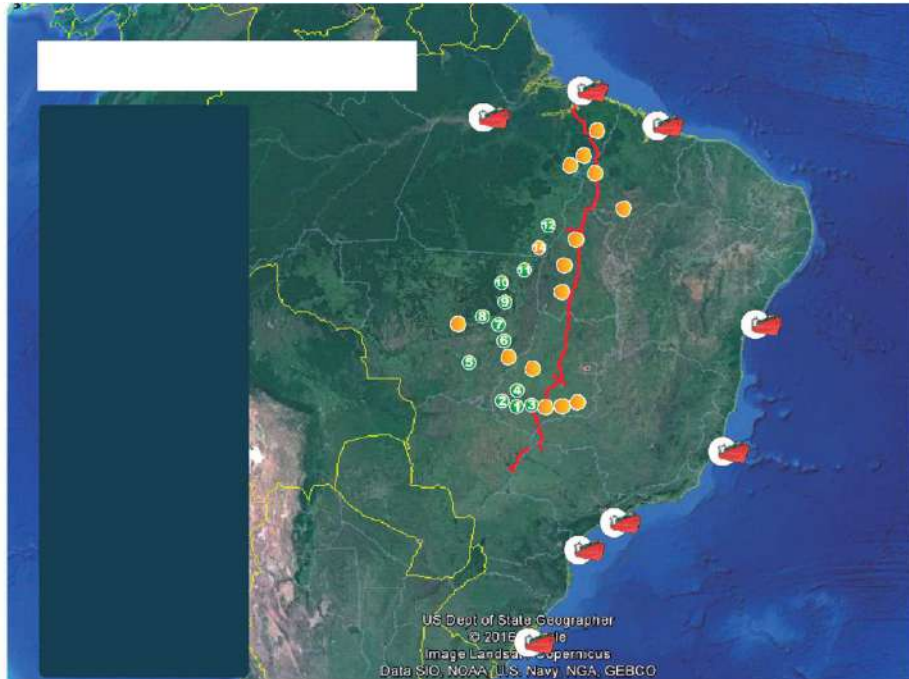
Houve diluição e redução das despesas de vendas, gerais e administrativa versus a receita líquida em 2,4 p.p para 4,41 %, demonstrando um controle forte das despesas versus o crescimento da Companhia.

Consolidamos a aquisição de 70% da participação da Campeã Agronegócio S.A. (“Campeã”) produzindo semente de soja de alta qualidade, aderindo ao portfólio de insumos da Rural Brasil. Essa aquisição estratégica se consolidou em 2019 na busca de melhores produtos e reduzir o risco da produção em outros parceiros.

III. ANÁLISE DO DESEMPENHO OPERACIONAL

	2019	2018
 Lojas (# Unidades)	27	21
 Silos (# Unidades)	1	1
 Colaboradores (# pessoas)	420	370
 Vendedores (# pessoas)	101	108
 Recebimento de Gãos (Scs Mil)	3.129	4.378
 UBS(*) (Sementes) (# Unidades)	1	0

(*) UBS = Unidade de Beneficiamento de Sementes



IV. SUSTENTABILIDADE

Gestão de resíduos:

Em todas as nossas unidades temos, parcerias / associação com empresas para o recolhimento e armazenagem corretas das embalagens vazias, dando assim, condições ao produtor rural na correta destinação dos materiais

Produtos biológicos:

Temos fortemente estimulado a venda de produtos biológicos e ambientalmente sustentáveis no mercado e em toda a cadeia de produção.

Monitoramento das áreas de plantio:

Em nosso processo de aprovação de crédito e liberação de faturamento aos produtores rurais, executamos procedimentos para garantir que não haja:

- Uso de trabalho escravo ou infantil;
- Plantio em áreas embargadas pelos órgãos de controle ambiental; e
- Áreas sem a devida devolução das embalagens.

Colaboradores:

Com aproximadamente 420 funcionários, espalhados pelo Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil. Nossos colaboradores carregam o *mindset* da Companhia e são nosso maior ponto de contato com nossos clientes nas lojas físicas. A Companhia possui boas práticas adotadas nos últimos anos em diversos programas da área de operações, tais como: manuais operacionais de loja, treinamentos, programa de excelência de vendas, plataforma online interna de divulgação de comunicados, vídeos de treinamentos, competições e etc.

Também implementamos a Universidade Rural, que é a plataforma digital da Companhia, a qual oferece ensino a distância para os colaboradores, permitindo acesso a cursos e treinamentos com alto nível de detalhes e personalização, refletindo assim nossos valores, políticas, estratégias e objetivos empresariais. As Trilhas de Aprendizagem são adaptadas às necessidades de treinamento e de gestão dos talentos de cada unidade de negócio.

V. DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

O exercício de 2019 foi marcado por resultados positivos em Receita Líquida (+37,1%) e Lucro Bruto (+43,8%), além de redução na relação despesas versus receita operacional líquida em 1,9 p.p. devido ao plano estratégico da Administração para melhoria da eficiência operacional, colaborando com o crescimento do Lucro líquido (+1.665,9%), o qual reverteu a situação de prejuízo de 2018, e do EBITDA Ajustado (+99,5%).

Resumo Resultado Anual <i>Em milhares de R\$</i>	Consolidado		Var. \$	Var. (%)
	2019	2018		
Receita líquida	1.443.693	1.052.915	390.778	37,1%
(-) Custo das mercadorias vendidas	(1.279.902)	(939.027)	(340.875)	36,3%
Lucro bruto	163.791	113.888	49.903	43,8%
<i>% receita líquida</i>	<i>11,3%</i>	<i>10,8%</i>	<i>0,5 p.p.</i>	<i>4,9%</i>
(-) despesas administrativas	(50.497)	(42.093)	(8.404)	20,0%
(-) despesas comerciais	(52.344)	(38.629)	(13.715)	35,5%
(-) outras receitas e despesas operacionais	2.715	(12.239)	14.954	-122,2%
Lucro antes do resultado financeiro (a)	63.665	20.927	42.738	204,2%
<i>% receita líquida</i>	<i>4,4%</i>	<i>2,0%</i>	<i>2,4 p.p.</i>	<i>121,9%</i>
(-) Resultado financeiro	(28.337)	(21.588)	(6.749)	31,3%
(-) Imposto de renda e contribuição social	(10.874)	(901)	(9.973)	1106,9%
(=) Lucro líquido	24.454	(1.562)	26.016	-1665,9%
<i>% receita líquida</i>	<i>1,7%</i>	<i>-0,1%</i>	<i>1,8 p.p.</i>	<i>-1242,0%</i>
(+) Depreciação e amortização (b)	11.184	4.870	6.315	129,7%
EBITDA Contábil (a) + (b)	74.849	25.797	49.052	190,1%
<i>% receita líquida</i>	<i>5,2%</i>	<i>2,5%</i>	<i>2,7 p.p.</i>	<i>111,6%</i>
(-) IFRS 16 imóveis	(4.550)	-	(4.550)	n/a
(+/-) Receita e despesas não recorrentes	4.387	11.640	(7.254)	-62,3%
EBITDA Ajustado	74.686	37.437	37.249	99,5%
Margem EBITDA Ajustado	5,2%	3,6%	1,6 p.p.	45,5%

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12. O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, conciliada com nossas demonstrações financeiras. O EBITDA consiste no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é medida de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS), e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. Para maiores detalhes vide seção 3.2 do Formulário de Referência.

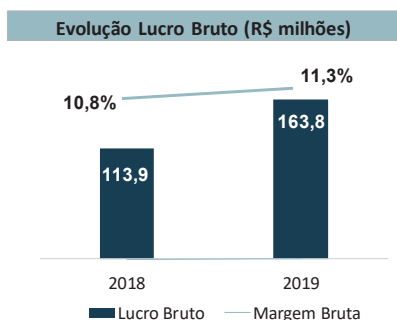
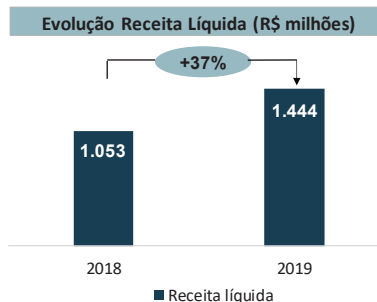
A Margem EBITDA corresponde à divisão entre o EBITDA e a receita líquida. A Margem EBITDA não é medida de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS), e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. Para maiores detalhes vide seção 3.2 do Formulário de Referência.

O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA de um período ou exercício ajustado para excluir ou adicionar efeitos do mesmo período ou exercício, conforme aplicável. A margem EBITDA Ajustado é calculada pelo EBITDA Ajustado de um período ou exercício dividido pela receita operacional líquida do mesmo período. O EBITDA Ajustado não é medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pela IFRS, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerada como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa operacional, assim como não deve ser considerada como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia. Para maiores detalhes vide seção 3.2 do Formulário de Referência.

A Margem EBITDA Ajustado corresponde à divisão entre o EBITDA Ajustado e a receita líquida. A Margem EBITDA Ajustado não é medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pela IFRS, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerada como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa operacional, assim como não deve ser considerada como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia. Para maiores detalhes vide seção 3.2 do Formulário de Referência.

Receita Líquida

A receita líquida com venda de insumos agrícolas cresceu R\$ 340,5 milhões (+41,1%) e a receita líquida com venda de grãos cresceu R\$ 50,3 milhões (+22,4%), totalizando um crescimento de R\$ 390,8 milhões (+37,1%). O crescimento deu-se na maturação de lojas em regiões de expansão, com a abertura de 6 novas lojas em 2019 (2 em 2018) e no próprio crescimento dentro de regiões já maturadas.



Margem Bruta (lucro bruto)

A Margem Bruta atingiu o patamar de 11,3%, um crescimento de 0,5 p.p. em relação ao ano anterior, conseguindo melhoria na margem percentual mesmo com um crescimento de 37,1% em relação ao ano anterior no faturamento.

SG&A – Despesas com Vendas, Administrativas e Gerais

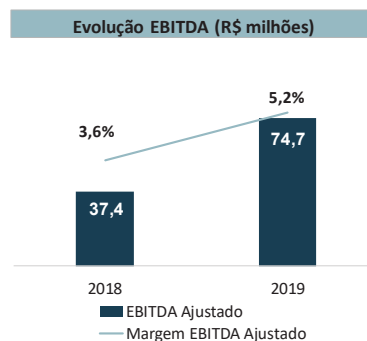


As despesas de vendas, administrativas e gerais cresceram 20,0% e 35,5% respectivamente. Esse crescimento está em linha com a ampliação das estruturas, principalmente em expansão e gastos com vendas relacionados diretamente a receita líquida. Mesmo com os crescimentos da empresa, conseguimos diluir os gastos fixos reduzindo assim o percentual de participação sobre a receita passando 8,8% em 2018 para 6,9% em 2019.

EBITDA Ajustado²

O EBITDA ajustado² da operação foi de R\$ 74,7 milhões em 2019, crescimento de R\$ 37,2 milhões (+99,5%) e a margem EBITDA atingiu 5,2%, +1,6p.p., em comparação com o ano anterior.

O crescimento consistente na receita (+37,1%), com abertura de novas lojas e aumento da receita em áreas já consolidadas, e a redução da despesa em relação a receita, sustentaram o crescimento do EBITDA ajustado em 2019, frente a 2018.



Resultado Financeiro

O resultado financeiro (despesa líquida) no período foi de R\$ (28,3) milhões contra uma despesa de R\$ (21,6) milhões de 2018. Esse incremento é decorrente da elevação do nível de endividamento da Companhia ao longo do ano para alavancar o crescimento.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios que representa 5% do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal de 5%, de acordo com as demonstrações financeiras. A proposta de distribuição do resultado deverá ser aprovada em Assembleia Geral.

Investimentos

Os investimentos operacionais somaram R\$ 22,2 milhões, assim distribuídos: (i) R\$ 13,6 milhões em direitos de uso de arrendamento (IFRS16), (ii) R\$ 3,3 milhões em benfeitorias em imóveis de terceiros, com abertura de novas lojas e adequações, (iii) R\$ 2,3 milhões em veículos operacionais e (iv) R\$3,0 milhões em edificações, máquinas e equipamentos e outros. O total foi 59,6% superior aos R\$ 13,2 milhões de 2018, em função do IFRS16 e de investimentos em novas lojas (reformas e veículos) além de investimentos.

Geração Operacional de Caixa e Endividamento

A geração operacional de caixa em 2019 foi de R\$ 94,1 milhões, frente a uma aplicação em 2018 de R\$ 102,1 milhões. O resultado positivo foi de R\$ 196,2 milhões um efeito (i) do maior prazo com fornecedores, que conseguiu suportar o crescimento de clientes (capital de giro); (ii) aumento no resultado ajustado do exercício.

² EBITDA ajustado reclassifica os valores de descontos concedidos e desconto obtidos em renegociações de preços junto a fornecedores e para clientes, variação cambial operacional quando referente a proteção da receita ou do custo dos produtos, juros / mora cobrado dos clientes, juros passivos pagos a fornecedores em novação e receita e/ou despesas não recorrentes (exemplo crédito extemporâneo, consultoria de reestruturação e gastos com M&A).

Estrutura de capital



A dívida líquida ajustada correspondeu ao montante de R\$ 288,0 milhões em 2019 versus R\$ 336,5 milhões em 2018, uma redução de R\$ 48,4 milhões, reduzindo o índice de endividamento em 5,1 vezes o EBTIDA ajustado, mesmo com um aumento de R\$ 16 milhões (líquido), em operações de CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio) em 2019, que auxiliam no financiamento do produtor rural.

Inadimplência

Os títulos vencidos acima de 365 dias totalizaram o montante de 63,9 milhões no período, dos quais há provisão para perda de no montante de R\$ 41,5 milhões. Esses títulos vencidos referem-se principalmente a (i) títulos de longa data em que os sócios fundadores são responsáveis; (ii) títulos em renegociação que tem garantia real e que por isso não foram constituídos provisão de perda sobre o mesmo. Dado a sazonalidade dos nossos clientes com a principal cultura de soja terem um ciclo a cada ano, as renegociações.

Hedge moeda estrangeira e de commodities agrícolas

A Companhia realiza operações em moeda estrangeira, principalmente em aquisição de insumos agrícolas, tais como fertilizantes, venda de grãos e em operações de empréstimos para capital de giro. Essas operações, conforme a política interna, são protegidas contra tais variações, através de contratação de operações de NDF (Non Deliverable Forward), Swap cambial, mercado futuro (Chicago, B3), barter (troca de insumos por grãos através de head natural). As posições em aberto em 31 de dezembro de 2019 reconhecidas ao valor justo eram: a) ganho venda a termo commodities R\$ 0,4 milhão (perda de 0,1 milhão em 2018); b) ganho na posição de swap cambial R\$ 1,1 milhão e de R\$ 1,2 milhão em 2018.

Agro Trends
Participações S.A.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Agro Trends Participações S.A.

Opinião

Examinamos as Demonstrações financeiras individuais da Agro Trends Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Agro Trends Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agro Trends Participações S.A. e da Agro Trends Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reemissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Chamamos a atenção para a Nota 2.1 as demonstrações financeiras, que descreve a atualização e reemissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido a intenção da Companhia de se registrar na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para o processo de abertura de capital (Nota 33(d)). Emitimos nosso relatório do auditor independente original com data de 24 de maio de 2019 sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas aprovadas para emissão em 24 de maio de 2019.

Agro Trends Participações S.A.

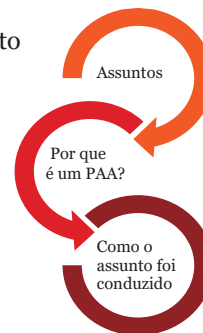
Devido a atualização descrita na Nota 2.1, estamos emitindo novo relatório do auditor independente sobre as novas demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas pela administração da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase - Alteração da razão social da Companhia e impactos da aquisição reversa

Chamamos a atenção para a Nota 34(d) às demonstrações financeiras, que descreve que, em 31 de outubro de 2020, a Companhia teve a sua razão social alterada para AgroGalaxy Participações S.A., após uma combinação de negócios caracterizada como aquisição reversa, em que a Companhia, apesar de ser determinada como adquirente legal, foi apontada como adquirida contábil. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Impairment do ágio</p> <p>Conforme descrito nas Notas 3.10 e 13 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas mantêm em suas demonstrações financeiras saldo de ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill) de R\$ 74.898 mil, resultante de aquisições de negócios ocorridas em anos anteriores.</p> <p>A avaliação anual de recuperabilidade do ágio envolve premissas e julgamentos críticos por parte da administração na determinação dos fluxos de caixa futuros esperados das Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") identificadas pela Companhia.</p> <p>Focamos nossos trabalhos nas projeções de resultados dessa controlada, pois envolvem</p>	<p>Nossa abordagem de auditoria considerou, dentre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliamos a definição, pela administração da Companhia, das Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 01/IAS 36 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos". • Confrontamos os fluxos de caixa futuros utilizados no teste de recuperação do ágio com as projeções de resultados futuros ("Projeções") aprovadas pelo Conselho de Administração. • Com o apoio de nossos especialistas internos em avaliação de negócios, verificamos a coerência



Agro Trends Participações S.A.

Porque é um PAA

estimativas e julgamentos críticos da administração na preparação dos fluxos de caixa futuros, os quais, se alterados, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos apurados pela Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como discutimos a adequação do modelo utilizado pela administração para fins de avaliação da recuperabilidade do ágio.

- Avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas nas Projeções, tais como taxa de desconto, taxa de crescimento de receita, margem bruta esperada por segmento, e os custos operacionais das UGCs mediante a comparação dessas premissas com informações de mercado, quando disponíveis, e com informações históricas da própria Companhia.
- Avaliamos a competência e a objetividade dos especialistas externos contratados pela administração para a preparação dos fluxos de caixa futuros.
- Efetuamos análises de sensibilidade para as principais premissas das Projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis.
- Efetuamos a leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos



Agro Trends Participações S.A.

relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,



Agro Trends Participações S.A.

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Agro Trends Participações S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia, 31 de dezembro de 2020

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Luana de Oliveira Lopes', written over the printed name.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Luis Fernando de Souza Maranhã', written over the printed name.

Luis Fernando de Souza Maranhã
Contador CRC 1SP201527/O-5

Índice

Balço patrimonial	2
Demonstraço do resultado	3
Demonstraço do resultado abrangente	4
Demonstraço das mutaçoões do patrimõnio líquido	5
Demonstraço dos fluxos de caixa	6
Demonstraço do valor adicionado.....	7
Notas explicativas da administraço às demonstraçoões financeira	
1. Informaçoões gerais	8
2. Base de preparaço e apresentaço	8
3. Resumo das principais polítias contábeis	9
4. Uso de estimativas e julgamentos.....	22
5. Gestõo de risco financeiro	24
6. Caixa e equivalentes de caixa	32
7. Contas a receber de clientes (Consolidado)	33
8. Estoques (Consolidado)	34
9. Impostos a recuperar (Consolidado).....	34
10. Outros créditos	35
11. Investimentos (Consolidado).....	35
12. Imobilizado (Consolidado)	37
13. Intangível (Consolidado).....	38
14. Fornecedores (Consolidado).....	39
15. Empréstimos e financiamentos (Consolidado).....	40
16. Obrigaçoões por cessão de crédito (Consolidado)	41
17. Impostos e contribuiçoões a recolher (Consolidado)	42
18. Outras contas a pagar	42
19. Provisão para contingências (Consolidado).....	42
20. Patrimõnio líquido (Controladora)	43
21. Partes relacionadas (Consolidado)	46
22. Receitas (Consolidado).....	47
23. Custos das mercadorias vendidas (Consolidado)	48
24. Despesas gerais e administrativas por natureza	48
25. Despesas com vendas, por natureza (Consolidado)	49
26. Outras receitas (despesas) por natureza, líquidas	49
27. Resultado financeiro	50
28. Imposto de renda e contribuiçoão social.....	51
29. Informaçoões por segmento (Consolidado).....	52
30. Instrumentos financeiros (consolidado).....	54
31. Outras divulgaçoões sobre os fluxos de caixa (Consolidado).....	59
32. Cobertura de seguros (Consolidado)	60
33. Eventos subsequentes	60

Agro Trends Participações S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017		2018	2017		
Passivo e patrimônio líquido										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	6	186	327	80.729	69.908	14			395.599	503.504
Contas a receber de clientes	7			593.151	485.143	15			149.434	132.359
Estoque	8			212.516	304.673	15-4	27.442		27.442	
Impostos a recuperar	9	24	14	13.477	11.337	16			141.317	140.017
Instrumentos financeiros derivativos	30-5			1.156				1	4.955	2.488
Outros créditos	10	2.013	548	14.460	18.145	17			4.739	11.365
						30-5				159
		2.223	889	855.489	880.207	13	27.504	40.112	27.504	31.406
						18	754	754	9.880	17.471
Não circulante							55.700	40.890	760.869	898.799
Realizável a longo prazo										
Contas a receber de clientes	7			57.821	50.153	15			107.521	15.425
Títulos e valores mobiliários	16			8.517	17.758	17			5.468	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18			4.785	4.700	28			1.030	2.061
						13				24.912
				71.123	72.610	19				990
Investimentos	11									
Imobilizado	12	176.795	176.307	20.546	9.508		21.912	21.912	114.019	43.388
Intangível	13			81.705	81.013				874.887	882.187
		176.795	176.307	173.374	164.031		55.700	65.802		
						20	102.802	100.858	102.802	100.858
							28.897	10.652	28.897	10.652
							(14.730)	(9.026)	(14.730)	(9.026)
							6.348	8.910	6.348	8.910
							123.318	111.394	123.318	111.394
Participação dos não controladores									66.657	59.657
Total do patrimônio líquido							123.318	111.394	183.975	171.051
Total do ativo		179.018	177.196	1.058.863	1.053.238		179.018	177.196	1.058.863	1.053.238

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Trends Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receitas	22			1.052.915	1.047.790
Custo das mercadorias vendidas	23			(939.027)	(936.405)
Lucro bruto				113.888	111.385
Despesas gerais e administrativas	24	(761)	(68)	(42.093)	(38.389)
Despesas com vendas	25			(38.629)	(31.437)
Outras receitas (despesas), líquidas	26	1.550	(2)	(12.239)	1.594
Resultado de equivalência patrimonial	11.2	419	11.765		
Lucro antes do resultado financeiro		1.208	11.695	20.927	43.153
Resultado financeiro	27	(3.771)	(1.239)	(21.588)	(12.335)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.562)	10.456	(661)	30.818
Imposto de renda e contribuição social					
Imposto de renda e contribuição social correntes	28			(3.588)	(14.729)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28			2.687	3.878
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(2.562)	10.456	(1.562)	19.967
Atribuível a					
Acionistas				(2.562)	10.456
Participação dos não controladores				1.000	9.511
				(1.562)	19.967
Lucro líquido (prejuízo) (básico e diluído) por ação - em R\$	20.8			(0,01)	0,18

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Trends Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(2.562)	10.456	(1.562)	19.967
Outros resultados abrangentes				
Total do resultado abrangente do exercício	(2.562)	10.456	(1.562)	19.967
Atribuível a				
Acionistas			(2.562)	10.456
Participação dos não controladores			1.000	9.512
			(1.562)	19.967

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Trends Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

Nota	Capital social	Capital social				Atribuível aos acionistas da Controladora				Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
		Capital integralizar	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total		
					Reserva legal	Reserva retenção de lucros	Reserva de lucros (prejuízos) acumulados				
Em 1º de janeiro de 2017											
20.5	96.413	(138)	142	(9.026)	271	(1.320)	95.368	50.147	145.515		
20.1	4.445	138	10.510				4.583		4.583		
						10.456	10.510		10.510		
							10.456		10.456		9.511
							(523)		(497)		(497)
							(497)		(8.116)		
							8.116				
Em 31 de dezembro de 2017											
	100.858		10.652	(9.026)	794		111.394	59.657	171.051		
20.5				(5.704)			(5.704)		(5.704)		
20.1	4.695	(2.750)	18.245				20.189		20.189		
							(2.562)		(2.562)		
							2.562				1.000
Em 31 de dezembro de 2018											
	105.553	(2.750)	28.897	(14.730)	794	5.554	123.318	60.657	183.975		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Trends Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixas Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades de operacionais				
Lucro (prejuízo) antes dos impostos de renda e da contribuição social	(2.562)	10.456	(661)	30.818
Ajustes:				
Depreciação (Nota 12)			1.839	1.017
Amortização (Nota 13)			3.031	3.789
Participação no resultado de controladas	(419)	(11.765)		
Descontos, variações monetárias e cambiais, líquidos			(5.298)	(41.329)
Juros apropriados	2.442		24.395	21.798
Ajuste a valor presente do contas a receber			45.565	28.081
Ajuste a valor justo do contas a receber			(25.312)	(44.917)
Ajuste a valor presente de fornecedores			(57.245)	(34.462)
Ajuste a valor justo de fornecedores			26.771	48.676
Provisão para crédito de liquidação duvidosa			10.000	8.404
Provisões para perdas nos estoques			2.893	
Resultado de baixa e alienação de ativo imobilizado			357	1.455
Resultado de baixa e alienação de ativo intangível			361	
Provisão (reversão) para contingências			(990)	572
Resultado ajustado	(539)	(1.309)	25.706	23.903
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes			(85.676)	(60.422)
Estoques			95.051	32.668
Impostos a recuperar	(11)	(3)	(1.812)	2.585
Outros créditos	(1.465)	(548)	1.553	9.805
Fornecedores	(23)	(38)	(107.905)	(69.965)
Obrigações sociais e trabalhistas		(1)	2.529	1.181
Impostos e contribuições a recolher		1	(6.626)	(5.386)
Outras contas a pagar	(37.804)	(13.804)	(24.921)	(10.403)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(39.843)	(15.702)	(102.101)	(76.035)
Pagamento de juros sobre empréstimos			(16.097)	(9.285)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(7.378)	(9.661)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(39.843)	(15.702)	(125.576)	(94.982)
Fluxo de caixa de atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado			(13.234)	(6.858)
Aquisição de intangível			(3.193)	(756)
Títulos em Certificados de Recebíveis do Agronegócio			9.240	(17.758)
Aquisição de participação na investida	(5.486)		(5.486)	
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(5.486)		(12.673)	(25.372)
Fluxo de caixa atividades de financiamentos				
Aumento de capital e reserva de capital	20.189	15.838	20.189	31.038
Captação de debêntures	25.000		25.000	
Captações de empréstimos e financiamentos			275.016	117.683
Captações de Certificados de Recebíveis do Agronegócio			188.536	104.787
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos			(172.404)	(78.540)
Amortização de Certificados de Recebíveis do Agronegócio			(187.267)	
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	45.189	15.838	149.071	174.967
Aumento em caixa e equivalentes de caixa, líquido	(141)	136	10.821	54.614
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	327	191	69.908	15.294
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	186	327	80.729	69.908
	(141)	136	10.821	54.614

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Trends Participações S.A.

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas	1.550	62	1.049.094	1.044.888
Vendas de mercadorias, produtos e serviços			1.054.559	1.049.746
Outras receitas	1.550	62	4.534	3.545
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(9.999)	(8.404)
Insumos adquiridos de terceiros	(752)	(131)	(979.618)	(975.559)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos			(933.202)	(930.592)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(752)	(131)	(46.416)	(43.001)
Outros				(1.966)
Valor adicionado bruto	798	(69)	69.475	69.329
Depreciação e amortização			(5.198)	(4.806)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	798	(69)	64.277	64.523
Valor adicionado recebido em transferência	452	11.790	58.320	57.819
Resultado de equivalência patrimonial	419	11.765		
Receitas financeiras	33	25	58.320	57.819
Valor adicionado total a distribuir	1.250	11.721	122.598	122.343
Distribuição do valor adicionado	1.250	11.721	122.598	122.343
Pessoal			25.264	13.636
Remuneração Direta			21.998	12.614
Benefícios			1.638	492
F.G.T.S.			1.628	530
Impostos, taxas e contribuições	9	2	16.309	15.669
Federais	8	1	13.779	13.684
Estaduais			1.384	975
Municipais	1	1	1.146	1.010
Remuneração de capitais de terceiros	3.804	1.264	82.587	73.072
Juros	3.804	1.264	79.908	70.154
Aluguéis			2.679	2.918
Remuneração de capitais próprios	(2.562)	10.456	(1.562)	19.967
Dividendos		497		497
Lucros retidos / Prejuízo do exercício	(2.562)	9.959	(2.562)	9.959
Participação dos não-controladores nos lucros retidos			1.000	9.511

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A Agro Trends Participações S.A. (a ‘Companhia’) é uma ‘Holding’, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado e domiciliada no Brasil.

A Companhia foi constituída em 15 de outubro de 2014 e está sediada em São Paulo- SP.

O Grupo atua, primariamente, no comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários, sementes, rações, maquinários e implementos agrícolas, representações comerciais, assistência técnicas agrícolas, prestação de serviços fitossanitários (vendas aplicadas e tratamentos de sementes), reembalador de sementes (soja, trigo e milho), remessa e ou recebimento de produtos agrícolas em consignação e ou para depósito, bem como, em operar na comercialização e exportação de cereais (soja e milho), no armazenamento, beneficiamento e padronização destes cereais, além de participação no capital de outras sociedades como cotistas e acionistas e produção agrícola.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Agro Trends Participações S.A. (“Companhia”) e suas controladas (em conjunto com a Companhia, o “Grupo”).

1.1 Controladas

Em 21 de novembro de 2016, a Companhia adquiriu o controle do Grupo Rural Brasil por meio da aquisição de participação societária equivalente a 60% da Rural Brasil. A Rural Brasil S.A. (“Controlada” ou “Rural Brasil”) possui como operação a comercialização de defensivos agrícolas, sementes, adubos granulados, fertilizantes foliar e grãos, bem como atua no armazenamento, beneficiamento, padronização e comercialização de cereais (soja e milho). Após a aquisição, o Grupo passou a investir na expansão de sua área de atuação que resultou na inauguração de 12 novas lojas, sediadas nos Estados de Mato Grosso (2), Goiás (3), Pará (4), Maranhão (1) e Tocantins (2).

2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos (inclusive instrumentos financeiros derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

(c) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.1 Reemissão das demonstrações financeiras

A administração da Companhia emitiu em 24 de maio de 2019 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. No contexto da intenção de se obter o registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e com o processo de abertura de capital (Nota 33.(d)), foram necessárias adaptações para atendimento às normas da CVM, incluindo apresentação das demonstrações financeiras em IFRS, bem como a preparação e apresentação da demonstração do valor adicionado e, por esse motivo as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo reemitidas para esse fim.

A administração da Companhia analisou suas operações e concluiu que não há diferenças relevantes entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e, portanto, como suas práticas contábeis já adotadas consistentemente são similares as IFRS, não há necessidade de divulgações adicionais pela adoção do IFRS e as presentes demonstrações financeiras foram preparadas conjuntamente (BRGAAP e IFRS).

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 30 de dezembro de 2020.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.1 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As seguintes práticas contábeis foram aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados na consolidação. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2018, as demonstrações financeiras consolidadas compreendem as operações realizadas pela Companhia, pela controlada direta Rural Brasil (doze meses), e as operações realizadas por suas controladas indiretas (Rural Primavera Ltda., Rural Agricultura no Vale Ltda., Rural Canarana Ltda., Rural Dinâmica Produtos Agropecuários Ltda. e Rural Agrícola Mineiros Ltda.) de 1º janeiro a 31 de agosto de 2018 (oito meses até a data de incorporação pela Rural), considerando o percentual de participação de 62,22% (2017 –60,00%).

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo, denominadas transações de capital entre os sócios. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada diretamente no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é revista e mensurada ao seu, valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes normas e interpretações foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018 e não tiveram impactos materiais para a Companhia e suas controladas:

- CPC 48 / IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 / IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

O referido pronunciamento impacta as demonstrações financeiras da Companhia e do Grupo na classificação dos instrumentos financeiros e na contabilização do *impairment* para ativos financeiros. Dessa forma, quando da adoção desse pronunciamento, em 1º de janeiro de 2018, os ativos financeiros que antes eram classificados na categoria de "Empréstimos e recebíveis" foram reclassificados para a categoria "Custo amortizado".

Os critérios de apuração do *impairment* de ativos financeiros foram revistos e a Companhia optou pela adoção da abordagem simplificada (uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil dos ativos relacionadas), não sendo identificado ajuste a ser registrado na data de transição.

- CPC 47 / IFRS 15- "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o CPC 17 / IAS11 - "Contratos de Construção, CPC 30 / IAS 18- "Receitas" e correspondentes interpretações.

O Grupo auferir receitas de vendas de mercadorias para clientes e apenas reconhece sua receita quando o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente. A conclusão da Companhia é que essa nova norma não trouxe impactos na atual metodologia de reconhecimento de receitas.

- No que se refere à interpretação ICPC 21 / IFRIC 22- "Transações em moeda estrangeira", que também entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e provê esclarecimentos sobre a data da transação a ser usada para conversão de adiantamentos feitos ou recebidos em transações em moeda estrangeira, a Companhia optou por fazer a transição de forma prospectiva, isto é, os saldos de adiantamentos, incluindo o valor do principal e sua respectiva variação cambial acumulada, em 31 de dezembro de 2017, foram considerados como sendo os saldos iniciais dos adiantamentos e a data de 31 de dezembro de 2017 como sendo a data de transição. Os impactos de adoção dessa interpretação não são materiais.

Em 31 de dezembro de 2018, não há outras normas e interpretações já emitidas e que não estão em vigor, que poderiam afetar as demonstrações financeiras da Companhia ou de suas controladas.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.4 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado Financeiro" (Nota 27).

3.5 Ativos financeiros

3.5.1 Classificação

A partir de 1º de janeiro de 2018, em acordo com a norma CPC 48/ IFRS 9, o Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. O Grupo não possui ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Até 31 de dezembro de 2017, antes da adoção inicial do CPC 48, IFRS 8, o ativos financeiros, no reconhecimento eram classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A segregação dos ativos financeiros por modalidade esta apresentada na Nota 30.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

3.5.2 Reconhecimento e mensuração

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo, como segue:

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

O Grupo não mantém investimentos patrimoniais.

3.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5.4 *Impairment* de ativos financeiros

Desde 1º de janeiro de 2018, o Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Até 31 de dezembro de 2017, o Grupo avaliava a cada data de apresentação se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros estava deteriorado e as perdas por *impairment* eram registradas somente se havia evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, O Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.5.5 Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e transações envolvendo *commodities*. Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pelo Grupo compreendem contratos a termo, instrumentos de swap e NDFs cambiais.

Os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data da celebração do contrato e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo. Em virtude de o Grupo não ter adotado como política a contabilidade de hedge (hedge accounting), as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidos imediatamente na demonstração do resultado, em “Resultado financeiro”.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD” ou “*impairment*”).

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico do Grupo, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 5.1(b).

As empresas do Grupo realizam o cálculo do valor presente para as vendas a prazo a serem recebidas em reais. A taxa de desconto utilizada pela administração para esses itens é baseada na taxa média de captação de recursos por cada empresa junto a seus fornecedores e reflete os percentuais efetivamente negociados com os clientes em caso de antecipação de recebimentos. O valor presente é registrado como redutora das contas a receber e reconhecido ao resultado a pro rata até o seu vencimento.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referências às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) foi estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas esperadas na realização dos créditos. Para os demais títulos vencidos e à vencer relacionados a clientes com risco verificado, é efetuada uma análise individualmente e a administração mantém os procedimentos de cobrança e provisão quando pertinentes.

As contas a receber também incluem os recebíveis originados nas operações de *barter*, em que o Grupo comercializa defensivos em troca de *commodities* agrícolas. O reconhecimento dessa operação ocorre pelo valor justo na data da transação e, posteriormente, o valor justo das contas a receber atrelado à variação do preço de commodity é ajustado pela cotação da commodity (soja e milho) no mercado físico, em contrapartida do resultado financeiro, conforme política contábil adotada pelo Grupo (Nota 4.2 (a)).

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as contas a receber também incluem recebíveis cedidos em operação de securitização com a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”). Esses recebíveis são mantidos como ativo nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que as obrigações mantidas pela Companhia não atendem aos critérios determinados nas práticas contábeis aplicáveis para o não reconhecimento do ativo financeiro. Na prática, esses recebíveis estão cedidos para a

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

liquidação das operações de CRA, registradas como Obrigações com cessões de crédito, no passivo circulante (Nota 16).

3.7 Estoques

Os estoques de produtos agrícolas, adquiridos de terceiros e recebidos na liquidação de operações de barter, são registrados pelo valor de aquisição ou valor de troca na data de recebimento dos produtos pelo Grupo e, subsequentemente, são mensurados pelo seu valor justo deduzidos os custos das vendas, em alinhamento às práticas contábeis do mercado de atuação do Grupo..

Os demais itens em estoque são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

3.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, e estão assim apresentadas:

Edificações	10 anos
Máquinas e equipamentos	7 anos
Computadores	5 anos
Veículos	4 anos
Móveis e utensílios	7 anos
Benfeitorias	7 anos

A administração tem utilizado a vida útil estimada que se aproxima da vida útil real dos referidos ativos. Ao final de cada exercício, essa estimativa é revisada e, se necessário, ajustada pela administração.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras (despesas) e receitas, líquidas”, na demonstração do resultado.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.9 Intangível

a) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

b) Ágio gerado na combinação de negócios

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

3.10 Impairment de ativos não financeiro

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2018, a administração entende que o ágio resultante da aquisição de controladas está alocado às operações de grãos e de insumos agrícolas, e o teste de impairment sobre o ágio foi elaborado considerando o resultado dessas duas UGCs, separadamente.

Os ativos não financeiros, exceto ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

3.11 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar referente a compra de mercadorias de revenda de insumos agrícolas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, considerando a taxa média dos contratos negociados com os próprios fornecedores.

As contas a pagar referente a compra de commodities agrícolas com preço a fixar, são registradas pelo valor justo na data de recebimento dos produtos pelo Grupo e, subsequentemente, o valor justo dessas contas a pagar atreladas à variação do preço de commodity é ajustado pela cotação da commodity no mercado físico, em contrapartida dos saldos de estoque de commodities ou do custo dos produtos vendidos.

3.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.13 Obrigações por cessão de crédito

As obrigações por cessão de crédito são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que essas obrigações estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As obrigações por cessão de crédito são classificadas como passivo circulante, considerando que a sua liquidação está diretamente relacionada ao recebimento dos recebíveis securitizados, os quais têm o seu vencimento em período inferior a 12 meses após a data do balanço.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.14 Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia e ou sua controlada tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

3.15 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia e suas controladas espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

3.16 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O Grupo reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas, conforme descrição a seguir.

As receitas do Grupo são provenientes substancialmente das seguintes atividades:

- armazenamento, beneficiamento, padronização, comercialização, importação, exportação de grãos (soja, milho e trigo); e
- revenda de insumos agrícolas, produtos agropecuários e sementes.

Em ambas essas atividades de venda, o Grupo mantém contratos com clientes distintos para a obter bens ou serviços que constituem um produto das atividades normais da entidade em troca de contraprestação.

Venda de mercadorias

A receita de venda de grãos, insumos agrícolas e sementes é reconhecida quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o cliente, e esse passa a ter controle sobre os produtos vendidos. As condições para reconhecimento dessa receita com venda de produtos estão apresentadas a seguir:

- O Grupo e o comprador aprovaram a transação, e estão comprometidos em cumprir suas respectivas obrigações;
- O Grupo pode identificar os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos;
- O Grupo pode identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- A transação possui substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato);
- É provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

O montante da receita auferida com a venda de insumos é determinado no momento do seu reconhecimento, com base no valor justo estimado para cada transação quando da transferência do controle da mercadoria.

Para as vendas de insumos que serão liquidadas em dinheiro, o valor justo é determinado pelo valor presente das contas a receber originadas na transação, e para as vendas de insumos que serão liquidadas com a entrega física de commodities (barter) pelo cliente, o valor justo é determinado pelo valor de comercialização dessas commodities no momento em que a venda dos insumos é reconhecida.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração do Grupo entende não haver receita variável decorrente da transação de venda de insumos, por considerar que, a partir do reconhecimento do recebível atrelado ao preço das commodities agrícolas, os resultados auferidos contribuem para o segmento de grãos. Nesse contexto, o Grupo auferiu margens similares nas vendas de insumos liquidadas em ativos financeiros em comparação com as vendas liquidadas em commodities agrícolas.

O montante da receita auferida com a venda das commodities agrícolas é determinado com base no valor contratual definido entre o Grupo e seus clientes.

3.17 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- receitas e despesas de juros;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo regime de competência utilizando o método dos juros efetivos. As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas com a atualização do valor justo com operações de *barter* são registradas pelo regime de competência em “Resultado financeiro”.

3.18 Ajustes a valor presente

Os valores a receber e a pagar, quando o efeito for relevante, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, considerando os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos contratos.

Quando ocorre o ajuste a valor presente sobre os recebíveis, o valor apurado reduz o saldo de contas a receber, bem como a receita de vendas, e a reversão do ajuste é feita de acordo com a fluência dos prazos na receita financeira. Quando ocorre o ajuste a valor presente sobre fornecedores, o valor apurado reduz o saldo de estoque e fornecedores e a reversão do ajuste ocorre de acordo com a fluência dos prazos na rubrica “Despesas financeiras”.

3.19 Custos e demais receitas e despesas

Os custos e as demais receitas e despesas são reconhecidas no resultado de acordo com o princípio contábil da competência dos exercícios.

3.20 Benefícios a empregados

(a) Opção de pagamento baseado em ações

Em 2018, a Rural Brasil, controlada da Companhia, instituiu plano de outorga de opções de ações, segundo o qual concede aos beneficiários o direito de se tornarem acionistas da referida controlada.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, deve ser reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico).

As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos.

O valor total da despesa deve ser reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas.

Na data de cada balanço, a Rural Brasil revisou suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço. A Rural Brasil reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. Na Companhia, esses instrumentos são reconhecidos de forma reflexa, na conta de avaliação de ajustes patrimonial, no patrimônio líquido, como uma transação de capital entre acionistas.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança é tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

(b) Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, e também reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (contractive obligation).

3.21 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

3.22 Normas novas que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2019

As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), mas não estão em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas não é permitida no Brasil pelo CPC, sendo sua vigência a partir de exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019.

CPC 6 (R2) / IFRS 16- "Arrendamento": o CPC 6 (R2) / IFRS 16 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- i. Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e
- ii. Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A administração apurou os efeitos da adoção inicial do CPC 6 (R2)/ IFRS16 na classificação e mensuração dos seus arrendamentos e optou pela adoção da abordagem de transição simplificada com objetivo de refletir os efeitos de aplicação dessa norma nas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2019, e, portanto, não reapresentará informações comparativas de 2018, conforme permitido pelas disposições específicas de transição da norma. O método de transição adotado segue os seguintes procedimentos:

- O valor do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento calculado com base no valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados, utilizando a taxa incremental no arrendamento, que é definida como taxa equivalente ao que a Companhia teria que pagar ao realizar empréstimo bancário para adquirir um ativo de direito de uso semelhante, nas mesmas condições do contrato de arrendamento na data de aplicação inicial. Subsequentemente, a depreciação é deduzida no ativo de direito de uso, calculada pelo método linear pelo prazo.
- Os passivos de arrendamento do Grupo são reconhecidos em contrapartida aos ativos de direito de uso associados, imediatamente após a data de aplicação inicial.
- A taxa média ponderada de empréstimo incremental do arrendatário aplicada aos passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foi de 10% ao ano.

Os ativos de direito de uso reconhecidos em decorrência da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019, relacionam-se a contratos de aluguel de imóveis, onde estão instaladas suas lojas e sede administrativas, bem como áreas de armazenamento de produtos. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de dois a cinco anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os passivos de arrendamento do Grupo foram reconhecidos em contrapartida aos ativos de direito de uso associados, imediatamente após a data de aplicação inicial, em 1º de janeiro de 2019, no montante de R\$ 10.962.

ICPC 22 - "Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro": A interpretação ICPC 22 / IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 / IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração do Grupo deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2019.

A aplicação dessa interpretação não resultou em impactos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período social, estão contempladas a seguir:

(a) Valor justo de instrumentos financeiros derivativos e de ativos não monetários

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos e de ativos financeiros não monetários (contas a receber em commodities agrícolas) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(b) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (*impairment*)

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico do Grupo, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 5.1(b).

(f) Impairment sobre ágio proveniente na combinação de negócios

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.10. O valor recuperável de Unidade Geradora de Caixa (UGC) foi determinado com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 13).

Não foram identificadas perdas por *impairment* em 2018, bem como os cálculos realizados pela administração com o apoio de especialistas em avaliação de negócios demonstram que não é provável a apuração de perdas por *impairment* haja vista o valor em uso calculado e divulgado na Nota 13.

4.2 Julgamento crítico a aplicação das políticas contábeis

(a) Determinação da receita com a venda de insumos agrícolas com a liquidação em ativo não financeiro

O Grupo realiza a venda de insumos agrícolas para o recebimento em commodities agrícolas, sempre por determinação do cliente que prefere travar o valor da operação em quantidade de mercadoria a ser entregue, sem correr o risco de preço. Essa operação atende aos interesses normais do Grupo que opera na originação de grãos para sua atuação como uma trading company. Considerando que essas contas a receber são liquidadas com ativos não monetários (produtos agrícolas), as mesmas estão fora do escopo do IFRS 9/ CPC 48 Instrumentos financeiros.

A receita da venda de insumos é determinada pelo valor justo desses recebíveis no momento da venda. As variações subsequentes dessas contas a receber, as quais são remensuradas conforme o valor justo estimado de liquidação das commodities no mercado físico são reconhecidos como resultado financeiro.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo entende que essas variações subsequentes das contas a receber não representam receita variável da venda de insumos, considerando que a partir do seu reconhecimento inicial, o segmento de grãos passa a atuar na gestão desses ativos em conjunto com os estoques de grãos, os quais constituirão o custos das vendas daquele segmento.

Nos exercícios de 2018 e 2017, o montante dessa variação reconhecida como resultado financeiro no resultado do exercício é um ganho de R\$ 447 e R\$ 9.359, respectivamente.

(b) Valorização dos contratos a termo de compra e venda de commodities pelo valor justo

O Grupo valoriza os ativos não monetários atrelados ao preço de commodities, bem como o seu estoque de commodities, e as contas a pagar com preço não fixado pelo valor justo contra o resultado do exercício. O segmento de Grãos, com o objetivo de definir a sua margem nas operações em que o Grupo atua como uma trading company, contrata instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos de compra e venda a termo com clientes, bem como por contratos futuros com instituições financeiras, os quais são mensurados ao valor justo nas demonstrações financeiras do Grupo, incluindo aqueles contratos a termo que são liquidados com a entrega física dos produtos.

A administração reconhece contabilmente o valor justo dos contratos a termo de compra e venda que são liquidados com a entrega física, por entender que a mensuração desses contratos pelo valor justo por meio do resultado é necessária para eliminar uma inconsistência que surgiria pelo seu não reconhecimento, conforme previsto no parágrafo 2.5 do CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos financeiros. Esses contratos a termo são firmados para proteção do risco de preço (Nota 5.1 (a) (iii)) que o Grupo está sujeito, em razão das operações com grãos de onde surgem os seguintes ativos e passivos mensurados pelo valor justo: (i) estoques de commodities agrícolas, (ii) contas a pagar pela compra de soja a fixar, (iii) ativos não financeiros atrelados ao preço de mercado da soja (contas a receber originadas em operações de barter, conforme Nota 3.6); e (iv) operações de futuros firmados com instituições financeiras. Dessa forma, a não valorização desses contratos a termos resultaria em impactar o resultado do exercício em momentos diferentes dos referidos instrumentos.

Nos exercícios de 2018 e 2017, essas operações resultaram no reconhecimento de despesa financeira nos montantes de R\$ 39 e R\$ 32, respectivamente.

5. Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. Nos termos dessas práticas, a natureza e a posição geral dos riscos

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas pelo Conselho de Administração, a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – câmbio	Operações comerciais futuras Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Previsão de fluxos de caixa Análise de sensibilidade	Contratos futuros a termo
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	<i>Swaps</i> de taxa de juros
Risco de mercado - volatilidade no preço das commodities	Estoque de commodities e operações comerciais atreladas às commodities agrícolas	Análise de sensibilidade	Contratos de futuros e a termo
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings</i>
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

(a) Risco de mercado

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxas de juros

O principal risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de curto prazo com taxas variáveis, expondo o Grupo ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros. Durante 2018 e 2017, os empréstimos do Grupo às taxas variáveis eram mantidos em reais e em dólar.

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos.

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas do Grupo, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de hedge, efetuadas sob a orientação da Tesouraria do Grupo.

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

O Grupo usa operações cambiais a termo para se proteger contra a exposição ao risco cambial. Na política do Grupo, os termos essenciais dos contratos a termo e das opções devem estar alinhados aos itens protegidos.

O Grupo estabelece que os contratos de compra e venda devem apresentar ganho ou perda equivalentes a fim de criar um hedge natural em suas operações, com a finalidade de minimizar os impactos de alterações da moeda. No quadro abaixo, demonstraremos a exposição líquida em milhares de dólares norte-americanos:

	(milhares de USD)	
	2018	2017
Contas a receber de clientes	18.391	10.357
Fornecedores	(23.384)	(14.149)
Empréstimos e financiamentos	8.057	6.900
Contratos de swap	(8.057)	(6.900)
	(4.993)	(3.792)

(iii) Risco de preço

No curso normal de suas operações, as controladas da Companhia efetuam negociações de permuta vinculada a preço de commodities, principalmente soja e milho.

Os preços da soja e do milho estão sujeitos à volatilidade resultante das condições climáticas, do rendimento de safra, dos custos com transporte, dos custos de armazenagem, da política agrícola do governo, das taxas de câmbio e dos preços dessas commodities no mercado internacional, entre outros fatores.

É prática da administração do Grupo proteger-se da exposição a variações de preço da soja e do milho por meio de contratos de venda de grãos futuro junto a *tradings* de *commodities*, vinculando o preço dos grãos que serão recebidos dos clientes em tais contratos de venda.

Abaixo segue resumo das exposições das commodities no Grupo no período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 bem como os instrumentos contratados pela administração para reduzir exposições físicas (contratos de compra e vendas no mercado futuro) (em toneladas):

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Posições/produtos	2018		2017	
	Soja	Milho	Soja	Milho
Contratos de compra	148.464	114.258	132.527	21.151
Contratos de venda	(147.609)	(113.832)	(134.669)	(25.408)
Posição contratos futuros	854	426	(2.142)	(4.257)

A política de gestão adotada pela Companhia estabelece diretrizes para a proteção de riscos nas oscilações de preços de commodities e as exposições de cada commodity foram determinadas analisando a demanda, expectativa de produção anual de grãos, recebimento, armazenamento e as estratégias comerciais tendo em vista o custo/oportunidade a que o mercado apresentava à época.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto.

O risco de crédito é administrado corporativamente. Os clientes são classificados pela área de análise de crédito avaliando a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Contas a receber de clientes

A partir de 1º de janeiro de 2018, Grupo aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos. As perdas esperadas calculadas em, aproximadamente, 0,8% do faturamento anual de insumos.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. Os ativos de contratos se relacionam a trabalhos em andamento que não foram faturados e possuem essencialmente as mesmas características de riscos das contas a receber de clientes para os mesmos tipos de contratos. Portanto, o Grupo concluiu que as taxas de perdas esperadas para as contas a receber de clientes representam uma aproximação razoável das taxas de perda para os ativos de contratos.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As formas de mensuração das perdas podem ser resumidas à seguir:

- As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de vendas durante um período de 36 meses antes do encerramento do exercício em análise, e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período, que suporta todo o ciclo de safra e renegociações que ocorrem, bem como, históricos da carteira dos mesmos clientes. As taxas de perdas históricas são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.
- Em cada data base é avaliado o risco de não recebimento de clientes vencidos, principalmente acima de 180 dias, safra seguinte, através de uma análise individual da carteira, considerando o rating de crédito deste cliente, garantias disponíveis, renegociação e capacidade de pagamento, baseado no rating atual, consultas atualizadas de restrição de crédito e histórico do cliente.

Em suma, as perdas de crédito são contabilizadas levando como fator o risco individual de cada cliente vencido, adicionalmente com o histórico de perda aplicado sobre o faturamento do período, com isso, gerando, na visão da Administração, a provisão necessária para cobrir eventuais perdas passadas e futuras.

O aging dos títulos vencidos e a vencer pode ser demonstrado a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A vencer	<u>564.861</u>	<u>504.491</u>
Vencidos		
Entre 1 e 30 dias	503	935
Entre 31 e 60 dias	1.892	1.973
Entre 61 e 90 dias	10.047	3.293
Entre 91 e 180 dias	19.092	11.586
Entre 181 dias e 365 dias	20.774	14.272
Acima de 365 dias	34.513	19.456
(-) PCLD	<u>(30.711)</u>	<u>(20.711)</u>
Sub-total	<u>56.110</u>	<u>30.805</u>
	<u>620.972</u>	<u>535.296</u>

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação da provisão para perdas é demonstrada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo inicial	(20.711)	(12.307)
Constituição	(16.150)	(12.028)
Reversão	6.150	3.625
Saldo final	<u>(30.711)</u>	<u>(20.711)</u>

As contas a receber de clientes são baixados quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com o Grupo ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 180 dias.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Até 12 meses</u>	<u>2 a 3 anos</u>
Em 31 de dezembro de 2018		
Fornecedores	431.577	
Empréstimos, financiamentos	160.057	128.767
Debêntures	30.153	
Obrigações por cessão de crédito	155.279	
Obrigações por aquisição de ações	30.315	
Outras contas a pagar	10.890	
	<u>818.270</u>	<u>128.767</u>
Em 31 de dezembro de 2017		
Fornecedores	553.250	
Empréstimos, financiamentos	145.436	18.473
Instrumentos financeiros derivativos	175	
Obrigações por cessão de crédito	153.884	
Obrigações por aquisição de ações	34.509	27.373
Outras contas a pagar	19.197	
	<u>852.745</u>	<u>18.473</u>

Os valores exigíveis acima de um ano têm a sua exigibilidade em até 10 anos, conforme idade de vencimento divulgada na Nota 15.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2018, a estratégia do Grupo, que ficou inalterada em relação à de 2017, foi a de gerenciar o índice de alavancagem financeira de acordo com as oportunidades disponíveis no mercado, tendo obtido os índices de 53% em 2018 e 31% em 2017. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 podem ser assim sumariados:

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	284.397	147.784
(-) Caixa e equivalentes	6	(80.729)	(69.908)
Dívida líquida		203.668	77.876
Total do patrimônio líquido		183.975	171.051
Capital total		387.642	248.927
Índice de alavancagem financeira - %		53%	31%

As obrigações por cessão de crédito (Nota 16) não estão sendo consideradas como parte da dívida líquida do Grupo, uma vez que serão liquidadas com os recebíveis securitizados, sem a expectativa de desembolso para o Grupo.

5.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

O Grupo apresenta os instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações por nível como segue:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

Os instrumentos financeiros são mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível de hierarquia.

Os ativos e passivos do Grupo, mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2018 são:

- i) Contas a receber em operações de barter R\$ 166.410 (2017 – R\$ 126.334) (Nota 7), classificada no Nível 2 da hierarquia do valor justo; e,
- ii) Estoques adquiridos de terceiros e recebidos em operações de barter estavam zerados em 2018 (2017 – R\$ 6.330) (Nota 8), classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo;
- iii) Contas a pagar (fornecedores) pela compra de commodities agrícolas a fixar estavam zerados em 2018 (2017 – R\$ 3.726), classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo; e
- iv) Instrumentos financeiros derivativos R\$ 1.156 (2017 – R\$ 159), classificado no Nível 2 da hierarquia do valor justo, (Nota 30.5).

Não houve transferência entre os níveis durante os exercícios apresentados. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o Grupo não possui instrumentos financeiros ao valor justo classificados nos níveis 1 e 3.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As atividades dos nossos clientes são sazonais, baseadas nos ciclos de plantio, crescimento e colheita de grãos. A demanda por insumos agrícolas concentra-se durante a temporada de plantio de culturas de grãos, que geralmente ocorre entre os meses de setembro e dezembro. As operações relacionadas a comercialização de grãos, sejam elas operações de barter ou de originação, estão concentradas no período de colheita, que geralmente ocorre entre os meses de março e abril. Tais operações de comercialização de grãos normalmente são liquidadas nos meses subsequentes à colheita, quando ocorre a liquidação física e financeira das transações de barter ou de originação. Dessa forma, os saldos físicos de estoque, bem como as contas a pagar a fornecedores de grãos, são zero ou próximos de zero em datas próximas ao encerramento do exercício fiscal.

Nível 2

O valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.

A determinação do valor justo (“fair value”) dos instrumentos financeiros contratados pelo Grupo é efetuada com base em informações obtidas junto às instituições financeiras (para os derivativos) e preço cotado em mercado ativo das commodities com as quais trabalha (no caso de ativos e passivos liquidados em commodities), utilizando metodologia usual padrão de apuração no mercado, que compreende avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro.

O Grupo avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa			35	9
Banco conta movimento	6	10	9.972	1.368
Aplicações financeiras (i)	180	317	70.722	68.531
	<u>186</u>	<u>327</u>	<u>80.729</u>	<u>69.908</u>

- (i) As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por certificado de depósito bancário (CDB), possuem remuneração atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), por taxas entre 90% a 98% da CDI. As aplicações são feitas em bancos considerados de primeira linha e o seu valor contábil se aproxima do valor justo dessas aplicações. O volume de recursos junto às instituições financeiras corresponde a créditos que serão utilizados pela Administração no giro financeiro operacional, sendo prontamente conversíveis em caixa, com insignificante risco de mudança de valor.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Contas a receber de clientes (Consolidado)

7.1 Composição do saldo

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contas a receber clientes nacionais (iii)	465.431	349.790
Contas a receber partes relacionadas (nota 33)	35.051	39.900
Títulos securitizados - CRA (i)	166.792	167.695
Outras contas a receber	5.598	9.055
(-) PCLD	(30.711)	(20.711)
(-) Ajuste a valor presente de clientes (ii)	(21.189)	(10.434)
	<u>620.972</u>	<u>535.296</u>
Circulante	563.151	485.143
Não circulante	57.821	50.153
	<u>620.972</u>	<u>535.296</u>

- (i) Em 2018 e 2017, o Grupo realizou a cessão de recebíveis em operações de securitização e emissão de CRA. O passivo resultante dessas operações está registrado como Obrigações por cessão de crédito (Nota 16). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía duplicatas a receber nos montantes de R\$ 166.792 (2017 – R\$ 167.695) cedidos para a liquidação dessas obrigações.
- (ii) O prazo médio das contas a receber do Grupo é de 212 dias (2017 – 184 dias). Quando aplicável, as contas a receber são ajustadas ao seu valor presente pelo prazo de cada operação a taxa de juros média de 1% a.m. em 2018 e 2017.
- (iii) As contas a receber incluem o montante de R\$ 166.410 (2017 – R\$ 126.334), originados em operações na modalidade barter. Esta modalidade consiste na venda de produtos a um cliente mediante o recebimento do resultado da colheita do produtor (commodities agrícolas) em substituição ao pagamento efetivo de caixa. Essas contas a receber são valorizadas ao valor justo, conforme descrito na Nota 5.3. A comercialização de insumos para o recebimento em commodities agrícolas é parte da estratégia de origemação de grãos do Grupo.

A composição por ano de vencimento das contas a receber de clientes e a movimentação da provisão para perdas constituída está apresentada na Nota 5.1 (b).

Em 31 de dezembro de 2018, as contas a receber de clientes do Grupo no valor de R\$ 30.212 (2017 – R\$ 30.805) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração, suportada por sistemas tecnológicos e processos, vinculados à área de risco e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração da Companhia por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco). Em 2018, a administração vem trabalhando no aprimoramento de seus controles para a concessão de crédito, melhorando a qualidade das garantias obtidas e, conseqüentemente, reduzindo o montante da perda estimada nos recebíveis do Grupo.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os recebíveis das controladas do Grupo são originados nas suas operações de venda de grãos e ao varejo ao produtor rural de forma massificada, com análise de crédito individual, com baixo ticket médio, tendo como característica a pulverização absoluta do risco de crédito e a presença de instrumento de garantia, tais como CPR, hipotecas, fianças e alienação fiduciária.

8. Estoques (Consolidado)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Defensivos	169.690	265.723
Sementes	17.632	12.179
Fertilizante foliar	21.044	15.379
Grãos a granel		6.330
Outros	4.150	5.061
	<u>212.516</u>	<u>304.673</u>

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo constituiu provisão para perdas nos estoques e provisão de descartes nos montantes de R\$ 2.840 e de R\$ 53, respectivamente.

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo das mercadorias vendidas" totalizou R\$ 1.286.457 (Em 2017 – R\$ 1.131.415).

Em 31 de dezembro de 2018, os estoques de grãos estavam zerados (2017 – 6.041 toneladas de milho e 1.134 toneladas de soja).

9. Impostos a recuperar (Consolidado)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.421	3.173
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	987	508
Imposto de renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	6.840	4.079
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	2.020	1.400
Programa de Integração Social - PIS	292	408
Contribuição para Financiamento Seguridade Social - COFINS	909	1.766
Contribuição ao Instituto Nacional Seguridade Social - INSS	8	4
	<u>13.477</u>	<u>11.337</u>

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Bens mantidos para venda			2.311	
Adiantamentos a fornecedores e outros	232		11.480	12.948
Partes relacionadas	1.690	548	577	5.197
Outros valores a receber	91		92	
	<u>2.013</u>	<u>548</u>	<u>14.460</u>	<u>18.145</u>

11. Investimentos (Consolidado)

	2018	2017
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	160.551	147.836
Participação no capital social	62,22%	60,00%
Participação nos investimentos	99.895	88.702
Participação em aportes de capital futuro		8.706
Valor justo dos ativos adquiridos, líquidos da realização	3.031	6.062
Tributos diferidos, relacionados	(1.030)	(2.061)
Ágio na aquisição de investida	74.898	74.898
Saldo contábil do investimento na Controladora	<u>176.795</u>	<u>176.307</u>

Abaixo, segue resumo das informações financeiras da controlada, em 31 de dezembro de 2018:

Controlada	Participação no capital %		Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Rural Brasil S.A.	62,2%	60,0%	160.551	147.836	3.748	23.776

11.1 Informações financeiras resumidas

	2018	2017
Ativo circulante	884.377	888.452
Ativo não circulante	95.445	83.070
Passivo circulante	705.170	807.272
Passivo não circulante	114.101	16.415
Patrimônio líquido	160.551	147.836
Resultado do exercício	3.748	23.776

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11.2 Movimentação

Abaixo segue movimentação do investimento em controlada no exercício:

Em 1º de janeiro de 2017	174.448
Resultado de equivalência patrimonial	14.266
Realização de mais valia de ativos (i)	(2.501)
Distribuição de dividendos	(135)
Transação de não controladores (ii)	(9.771)
Em 31 de dezembro de 2017	176.307
Resultado de equivalência patrimonial	2.419
Realização de mais valia de ativos (i)	(2.000)
Aquisição de participação incremental (iii)	5.486
Transação de não controladores (iii)	(2.296)
Transação de não controladores (ii)	(3.408)
Distribuição de dividendos	287
Em 31 de dezembro de 2018	176.795

- (i) O valor justo dos ativos adquiridos refere-se à alocação do preço pago à carteira de clientes, a ser amortizado em 3 anos, findos no exercício de 2019. A amortização no exercício foi de R\$ 3.030 (2017 - R\$ 3.789) e a realização de impostos diferidos de R\$ 1.030 (2017 - R\$ 1.288).
- (ii) Refere-se ao resultado de transações realizadas entre a Companhia e os sócios não controladores da Rural Brasil registrados em contrapartida ao patrimônio líquido.
- (iii) Em abril de 2018, conforme instrumento particular de compra e venda de ações a Companhia adquiriu 107.085 ações preferências de classe "G", 222 de classe "I" e 970.301 novas ações preferenciais classe "N" da Rural Brasil S.A., então detidas pelos acionistas não controladores, pelo montante de R\$ 5.486. O valor patrimonial dessas ações na data da transação foi de R\$ 3.190, resultando em perda na transação de capital com acionistas não controladores no valor de R\$ 2.296, registrada em contrapartida ao patrimônio líquido (Nota 20.5).

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Imobilizado (Consolidado)

	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Computadores	Móveis e Utensílios	Benefeitorias Imóveis de Terceiros	Total
Em 1º de janeiro de 2017	1.542	374	2.830	197	179		5.122
Adições	583	481	1.349	948	545	2.952	6.858
Baixas	(179)		(1.156)	(20)	(31)	(69)	(1.455)
Depreciação	(188)	(83)	(292)	(109)	(67)	(279)	(1.017)
Em 31 de dezembro de 2017	1.758	772	2.731	1.016	626	2.604	9.508
Custo	2.362	955	3.785	1.178	741	2.883	11.905
Depreciação acumulada	(604)	(183)	(1.055)	(162)	(115)	(279)	(2.397)
Valor residual	1.758	772	2.731	1.016	626	2.604	9.508
Em 1º de janeiro de 2018	1.758	772	2.731	1.016	626	2.604	9.508
Adições	236	1.125	7.663	999	940	2.271	13.234
Baixas		(1)	(212)	(18)	(43)	(82)	(357)
Depreciação	(308)	(128)	(786)	(145)	(94)	(378)	(1.839)
Transferência (i)	(787)					787	
Em 31 de dezembro de 2018	899	1.768	9.396	1.852	1.429	5.202	20.546
Custo	1.038	2.245	11.297	2.508	1.767	5.355	24.210
Depreciação acumulada	(139)	(477)	(1.901)	(656)	(338)	(153)	(3.664)
Valor residual	899	1.768	9.396	1.852	1.429	5.202	20.546

(i) Em 2018, o montante de R\$787 transferido do grupo de edificações para benfeitorias em imóveis de terceiros refere-se a obras realizadas em lojas arrendadas, voltadas principalmente ao atendimento de regulamentação ambiental.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Intangível (Consolidado)

	<u>Marcas e Patentes</u>	<u>Softwares</u>	<u>Ágio</u>	<u>Mais valia</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2017	56	141	74.898	9.851	84.946
Adições		756			756
Amortização				(3.789)	(3.789)
Em 31 de dezembro de 2017	<u>56</u>	<u>897</u>	<u>74.898</u>	<u>6.062</u>	<u>81.913</u>
Custo	56	897	74.898	6.062	81.913
Amortização acumulada					
Valor residual	<u>56</u>	<u>897</u>	<u>74.898</u>	<u>6.062</u>	<u>81.913</u>
Em 1º de janeiro de 2018	56	888	74.898	6.062	81.904
Adições		3.193			3.193
Baixas		(361)			(361)
Amortização				(3.031)	(3.031)
Em 31 de dezembro de 2018	<u>56</u>	<u>3.720</u>	<u>74.898</u>	<u>3.031</u>	<u>81.705</u>
Custo	66	4.130	74.898	9.851	88.945
Amortização acumulada	(10)	(410)		(6.820)	(7.240)
Valor residual	<u>56</u>	<u>3.720</u>	<u>74.898</u>	<u>3.031</u>	<u>81.705</u>

Em 7 de outubro de 2016, a Companhia adquiriu o controle da Rural Brasil mediante desembolso financeiro de R\$ 173.000, dos quais R\$ 74.898 foram atribuídos ao ágio gerado na aquisição de negócios com base na expectativa de rentabilidade futura. A alocação de preço pago foi revista no exercício de 2017, dentro do prazo legal para registro na Junta Comercial do laudo permanente sobre a alocação de preço pago no negócio. Durante a elaboração do laudo permanente retromencionado, o valor de R\$ 6.062 foi alocado ao valor justo da mais valia da carteira de clientes da Rural Brasil, a ser amortizada pelo período residual de 3 anos. Adicionalmente, foi reconhecido o efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a mais valia no montante de R\$ 2.061 (Nota 28). Em 31 de dezembro de 2018, o saldo a pagar de obrigação a pagar pela aquisição de investimento na Rural era de R\$ 27.504 (2017 – R\$ 40.112 e R\$ 24.912 registrados no passivo circulante e não circulante, respectivamente), o qual foi integralmente liquidado durante o exercício de 2019.

Testes do ágio para verificação de *impairment*

Considerando a homogeneidade de processos e sinergia das operações, a administração avaliou e concluiu que cada segmento de suas controladas diretas corresponde à uma UGC. Essa avaliação leva em consideração que cada controlada direta e suas respectivas controladas (controladas indiretas da Companhia) são administradas com o foco na geração de receita e de caixa de casa segmento, os quais compartilham da sinergia da estrutura de cada controlada, compra conjunta, administração do caixa, entre outros.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
UGC Rural – grãos	1.105	1.105
UGC Rural – insumos	73.793	73.793

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de dez anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores foram extrapolados com base nas taxas de crescimento que não exceda a taxa de crescimento média de longo prazo no qual a UGC atua.

Na elaboração das projeções de fluxo de caixa, a Administração toma como premissas o histórico de faturamento e crescimento do setor de insumos agrícolas somado expansão de negócios, bem como, o histórico de margens bruta e operacional sobre o faturamento de grãos e insumos.

Em 31 de dezembro de 2018, os fluxos de caixa foram projetados com base em uma taxa média de crescimento de 11,8% (sendo os primeiros 3 anos 14,54% a.a.), com uma margem média de EBITDA de 5,3% para os insumos e 1% para os grãos. Os valores referentes os fluxos de caixa posteriores ao período de dez anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento de 4,4 % a.a. Essa taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor em que UGC atua e teve por base o crescimento estimado por loja e as possibilidades de ampliação do Market share de cada segmento. As projeções do fluxo de caixa foram trazidas a valor presente com base na taxa WACC calculada pela administração de 16,6% a.a., antes do imposto de renda e da contribuição social.

O volume de vendas considera a média anual da taxa de crescimento. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado.

O preço de venda considera a média anual da taxa de crescimento. Ele se baseia nas atuais tendências do setor e inclui as previsões de inflação para o longo prazo.

A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período previsto. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas e no mix de vendas, com ajustes efetuados para refletir os aumentos de preço futuros esperados para os insumos agrícolas, que a administração não espera poder repassar para os clientes por meio de aumentos no preço. Existe a expectativa de que o preço dos insumos agrícolas subirá em média 7,2% ao ano, mantendo a margem bruta média anual em 10,9%. A margem para os grãos se mantém estável em 1%.

Outros custos operacionais são os custos fixos das UGCs, que não variam de maneira significativa com os volumes de vendas ou os preços. A administração estimou esses custos com base na estrutura atual dos negócios, ajustando-os aos aumentos inflacionários, e estes não refletem quaisquer reestruturações futuras ou medidas de economias de custo.

O valor a recuperar calculado com base no valor em uso ultrapassou o valor contábil em R\$ 78.091. Em 31 de dezembro de 2018, a administração não identificou a necessidade de constituir qualquer provisão para perda.

14. Fornecedores (Consolidado)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores de insumos agrícolas	431.506	512.762
Fornecedores de grãos de soja e milho		3.726
Fornecedores - partes relacionadas (nota 33)	71	1.452
(-) Ajuste a valor presente (i)	<u>(35.977)</u>	<u>(14.436)</u>
	<u>395.599</u>	<u>503.504</u>

- (i) A taxa de juros utilizada para o cálculo do ajuste a valor presente foi de 1,5% a.m. no exercício de 2018 e de 1,2% no exercício de 2017 considerando as médias de taxas praticadas nas operações de compra de mercadorias pelo Grupo.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2018, o saldos de empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante nos montantes de R\$ 149.434 e R\$ 107.521, respectivamente (2017 – R\$ 132.359 e R\$ 15.425 respectivamente) referem-se a contratos na modalidade de capital de giro. Os empréstimos pós fixados possuem taxas entre 100% e 105% do CDI (2017 - 103% e 135% CDI) e os empréstimos pré fixados taxas entre 9% e 12,25% (2017 – 7,11% e 12,80%).

15.1 Cronograma de pagamentos

O cronograma de pagamentos correspondente do montante classificado no longo prazo é o seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
2019		15.425
2020	105.352	
2021	2.169	
	<u>107.521</u>	<u>15.425</u>

15.2 Covenants

Os empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas restritivas.

15.3 Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária de estoque, por aval dos acionistas-proprietários e por imóveis urbanos e rurais de propriedade dos acionistas.

15.4 Debêntures

Em 18 de janeiro de 2018, foi aprovada a emissão de 25 debêntures não conversíveis em ações do Grupo no valor total de R\$ 25.000 em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória para colocação privada, com valor nominal unitário de R\$ 1.000.

Essas debêntures foram emitidas em 24 de janeiro de 2018 e tem vencimento em 24 de maio de 2019. As debêntures são remuneradas a 100% da variação acumulada do DI, acrescidas de um spread de 4% ao ano. As debêntures serão integralmente pagas na data do vencimento.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Obrigações por cessão de crédito (Consolidado)

Modalidade	Encargos anuais		
	médios	2018	2017
CRA (i)	7,11% a.a.	26.706	37.576
CRA (ii)	11,98% a.a.	21.508	22.661
CRA (iii)	102,6% do CDI	96.605	88.645
		<u>144.819</u>	<u>148.882</u>
Despesas com colocação de títulos (iv)		<u>(3.502)</u>	<u>(8.834)</u>
		<u>141.317</u>	<u>140.047</u>

- (i) Em 2016, a Rural Brasil realizou uma operação de distribuição pública de certificados de recebíveis do Agronegócio emitida pela Octante Securitizadora S.A., lastreada em CPR (Cédula de Produtor Rural). A operação foi no montante de R\$ 35.260, com vencimento do principal em 2019, pagamento de juros anuais e custo de 12,22% a.a. no primeiro ano, 7,11% a.a. no segundo ano e 6,53% a.a. no terceiro ano. O recurso foi recebido pela Rural Brasil em dezembro de 2016.
- (ii) Em 2017, a Rural Brasil realizou operação de distribuição pública de certificados de recebíveis do Agronegócio emitida pela Vert Companhia Securitizadora e pela Gaia Agro Securitizadora S.A., lastreada em CPR (Cédula de Produtor Rural). Essa operação foi no montante de R\$ 22.661, com vencimento de principal em 2019, o qual foi repactuado para vencimento em 2022, pagamentos de juros semestrais e custo de 11,98% a.a. O recurso foi recebido pela Rural Brasil em agosto de 2017.
- (iii) Em 2017, a Rural Brasil realizou uma segunda operação de distribuição pública de certificados de recebíveis do Agronegócio, também emitida pela Vert Companhia Securitizadora e pela Gaia Agro Securitizadora S.A., lastreada em CPR (Cédula de Produtor Rural). Essa operação foi no montante total de R\$ 88.645 com vencimento de principal em 2020, pagamento de juros anuais e custo de 102,6% do CDI. O recurso foi recebido pela Rural Brasil em novembro e dezembro de 2017.
- (iv) As despesas incorridas com a colocação desses títulos são mantidas como redutoras do saldo, e apropriadas ao resultado ao longo do período de cada operação, para a determinação do seu custo financeiro efetivo.

Essas obrigações por cessão de crédito, originadas na emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) são classificadas como dívida no passivo circulante, a fim de manter a comparabilidade com seu respectivo lastro, ou seja, os direitos creditórios sobre as Contas a Receber que foram cedidos na operação (Nota 7). A Companhia possui a opção assegurada em contrato de promover a revolvência dos saldos de curto prazo até a liquidação da operação do CRA, através de encontro de contas, o qual ocorrerá conforme os prazos descritos acima. Dessa forma, a liquidação dessas operações não deverão resultar em saída de caixa futuro da Rural Brasil.

16.1 Títulos e valores mobiliários (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2018, os títulos e valores mobiliários do Grupo no montante de R\$ 8.517 (2017 – R\$ 17.758), referem-se a títulos adquiridos na operação de emissão de CRA, correspondentes às quotas subordinadas contribuídas pela Rural Brasil na referida operação. A Rural Brasil está em conformidade com as cláusulas de compromisso, tendo sido exercido o direito contratual de alienação de uma parcela das suas quotas subordinadas. Esses títulos são remunerados a uma taxa média de 8,01% a.a. e serão mantidos até o vencimento de toda a operação que está previsto para ocorrer em 2020.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De acordo com a estrutura financeira da referida emissão, cabe ao CRA subordinado a absorção das primeiras perdas apuradas na carteira de recebíveis cedida, limitadas de 15% a 20% do valor de emissão, de acordo com os contratos de CRA, divulgados na Nota 7.

Em 31 de dezembro de 2018, a administração do Grupo não espera incorrer em perdas significativas relacionadas a não liquidez dos títulos cedidos em garantia, haja vista os procedimentos de avaliação de crédito da Rural Brasil, bem como a possibilidade de substituição dos recebíveis securitizados no caso de eventual evento futuro.

17. Impostos e contribuições a recolher (Consolidado)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Funrural a recolher	681	2.944
IRPJ e CSLL a recolher	3.588	5.485
Outros impostos e contribuições a recolher	<u>471</u>	<u>2.936</u>
Circulante	<u>4.739</u>	<u>11.365</u>
Funrural - Parcelamento Lei 13.606 (i)	<u>5.468</u>	
Não circulante	<u>5.468</u>	
Impostos e contribuições a recolher total	<u>10.207</u>	<u>11.365</u>

- (i) Refere-se a adesão ao parcelamento do Fundo de assistência ao trabalhador Rural, instituído pela Lei 13.606 de 09 de janeiro de 2018, dos débitos existentes até 31 de dezembro de 2016.

18. Outras contas a pagar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Adiantamentos de clientes			3.372	9.267
Dividendos a pagar	754	754	790	760
Provisão para comissões a pagar			5.582	6.540
Outras contas a pagar			<u>136</u>	<u>904</u>
	<u>754</u>	<u>754</u>	<u>9.880</u>	<u>17.471</u>

19. Provisão para contingências (Consolidado)

O montante registrado referente aos processos com expectativa de perda provável em 31 de dezembro de 2018 é zero (2017 – R\$ 990), conforme avaliação dos nossos assessores jurídicos. O Grupo possui, em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$ 451 (2017 – R\$ 1.500) em demandas judiciais classificadas com probabilidade de perda possível, em que não há provisão registrada contabilmente, conforme política e norma contábil.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas às questões tributárias do exercício, ou exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva desses itens no Brasil. Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação.

Também podem existir obrigações de naturezas trabalhista ou cível que, no presente momento, não são conhecidas pela administração do Grupo. Entretanto, com base na opinião de seus consultores legais, a administração do Grupo é de opinião que todos os tributos e demais obrigações assumidas pelo Grupo têm sido pagas ou provisionadas adequadamente e, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não eram conhecidas ações de vulto formalizadas contra o Grupo que implicassem a constituição de provisão para cobrir eventuais perdas.

20. Patrimônio líquido (Controladora)

20.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social no valor de R\$ 105.553 (2017 – R\$ 100.858), está representado por 157.544.523 (2017 – 112.042.999) ações ordinárias.

Em 3 de março de 2017, houve um aumento de capital social do Grupo no valor de R\$ 500, mediante a emissão de 500.000 ações ordinárias. Em 30 de março de 2017, foi integralizado o montante de R\$ 638, sendo R\$ 500 referente ao aumento de capital de 3 de março de 2017 e R\$ 138 referente ao aumento de capital realizado no exercício de 2016.

Em 30 de setembro de 2017, o Grupo emitiu 15.130.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 3.945 destinados à capital social e R\$ 11.255 destinados à reserva de capital, sendo o capital totalmente integralizado em 2017, o montante de R\$ 10.510, referente a reserva, integralizado ainda em 2017, e o montante de R\$ 745, também referente a reserva, integralizado em 2018.

Em 22 de março de 2018, a Companhia emitiu 2.544.374 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 254 destinados à capital social e R\$ 2.290 destinados à reserva de capital, integralmente integralizados durante o exercício de 2018.

Em 26 de setembro de 2018, a Companhia emitiu 15.952.426 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 1.690 destinados à capital social e R\$ 15.210 destinados à reserva de capital, integralmente integralizados durante o exercício de 2018.

Em 21 de dezembro de 2018, a Companhia emitiu 27.004.724 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 2.750 destinados à capital social e R\$ 24.754 destinados à reserva de capital, totalmente integralizados em 2019.

20.2 Reserva de capital

Refere-se a ágio na emissão de ações pagos pelos acionistas da Companhia, conforme descrito acima.

20.3 Reserva de lucros

A Companhia destina 5% para a reserva legal, até o limite previsto pela legislação societária.

Adicionalmente, as reservas de lucros também estão compostas por lucros a destinar que compreendem o montante de lucros retidos e que serão submetidos à Assembleia Geral Ordinária.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20.4 Dividendos

No caso de distribuição de dividendos é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 5% sobre o lucro do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	(2.562)	10.456
Constituição da reserva legal (5%)		(523)
Base de cálculo dos dividendos	<u>(2.562)</u>	<u>9.933</u>
Dividendo mínimo obrigatório (5%)		(497)
Dividendo adicional proposto a pagar		
Total de dividendos	<u>-</u>	<u>(497)</u>
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	0%	5%

Não houve pagamento de dividendos em 2018, entretanto em 2017 foram pagos o total de R\$ 497. Estas demonstrações financeiras refletem apenas os dividendos mínimos obrigatórios, dispostos no Estatuto Social da Companhia, correspondente a 5% do lucro líquido ajustado da Controladora. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada pelos acionistas.

20.5 Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se ao resultado de transações realizadas entre a Companhia e os sócios não controladores da Rural Brasil realizadas entre 2017 e 2018.

Nessa rubrica também são registrados o reconhecimento do Plano de Compra de Ações da Rural Brasil, reconhecido de forma reflexa no patrimônio líquido da Companhia (Nota 20.8) e, portanto, não tem efeito diluidor na Companhia.

20.6 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O Lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias diluidoras.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(2.562)	10.456
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	<u>134.156</u>	<u>109.507</u>
Lucro (prejuízo) básico por ação - R\$	<u>(0,02)</u>	<u>0,10</u>

(b) *Diluído*

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Em 31 de dezembro de 2018, não existem instrumentos com potencial de diluição do lucro.

20.7 Plano de opção de pagamento baseado em ações na controlada

20.7.1 Objetivo do plano

O Conselho de Administração da controlada Rural Brasil reúne-se anualmente para, dentro das bases do primeiro programa aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Rural Brasil, estabelecer os planos, indicando os Administradores, Empregados, e Prestadores de serviços que poderão receber opções de compra ou subscrição de ações da controlada e a quantidade total a ser distribuída.

Este Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano”) do Grupo estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da referida controlada, nos termos do artigo 168, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/1976.

O plano foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Rural Brasil realizada em 9 de outubro de 2018. O plano permite que a Companhia outorgue opções de compra de ações de sua emissão a Administradores, Empregados e Prestadores de serviços (conforme qualificadores na cláusula 5 do plano), conferindo-lhes a possibilidade de se tornarem acionistas da Rural Brasil mediante o cumprimento de determinadas condições. O objetivo do Plano consiste em: (i) estimular a melhoria, a expansão, o êxito e a consecução das atividades da Rural Brasil; (ii) obter um maior alinhamento dos interesses dos Administradores, Empregados e Prestadores de Serviços com os interesses da Rural Brasil; e (iii) incentivar a permanência dos Administradores, Empregados e Prestadores de Serviços na Rural Brasil.

20.7.2 Ações incluídas no plano

As opções de compra de Ações outorgadas segundo o Plano (“Opções”) poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal de emissão da Rural Brasil, sem direito a voto, com prioridade de distribuição de dividendo fixo anual no valor de R\$ 0,01 (um centavo de real) por ação (“Ações”) que não exceda o montante máximo e cumulativo de 5% (cinco por cento) do total de Ações de emissão da Rural Brasil. Para fins do limite estabelecido, deverão ser computadas todas as Opções já outorgadas no âmbito do plano, exercida ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas antes de serem exercidas, sendo que as opções outorgadas com base em planos anteriores, vigentes ou não, não serão computadas para efeito do limite estabelecido.

Os acionistas, nos termos do artigo 171, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/1976, não terão direito de preferência na aquisição ou exercício das Opções.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As Ações resultantes do exercício das Ações outorgadas segundo Plano conferirão aos seus titulares os direitos previstos na legislação aplicável e no estatuto social a Rural Brasil.

Não houve outorgas realizadas no exercício de 2018.

21. Partes relacionadas (Consolidado)

No decorrer de suas operações, direitos e obrigações são contraídas entre partes relacionadas, oriundas de operações comerciais e financeiras. As transações comerciais, tais como compra e venda de mercadorias entre partes relacionadas, são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes, que devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes com partes não relacionadas. As operações financeiras com partes relacionadas decorrentes de transações de mútuo entre, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, são realizadas em condições específicas, sendo que não há cobrança de juros ou de prazo definido para pagamento nessas operações. A Administração considera como partes relacionadas seus acionistas, outras empresas ligadas aos mesmos quotistas, seus administradores, seus conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares.

As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

(a) Saldos do fim do exercício, decorrentes das vendas/compras de produtos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 7)	35.051	39.900
Contas a pagar a partes relacionadas (nota 14)	71	1.452
Obrigação por aquisição de investimentos (Nota 13)	<u>27.504</u>	<u>56.318</u>
	<u>62.626</u>	<u>97.670</u>

As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas e vencem em curto prazo. As contas a receber não têm garantias e estão sujeitas a juros.

As contas a pagar às partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de compras e vencem em curto prazo após a data da compra. As contas a pagar estão sujeitas a juros.

(b) Vendas de produtos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Vendas de produtos junto aos Acionistas	21.786	22.454
Venda de Produtos demais partes relacionadas	<u>32.056</u>	<u>32.919</u>
	<u>53.842</u>	<u>55.372</u>

Os produtos são vendidos com base nas tabelas de preço em vigor e nos termos que estariam disponíveis para terceiros. As vendas de serviços são negociadas com as partes relacionadas, com base nos custos, permitindo uma margem de 10% (2017 - 10%).

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Compras de produtos e serviços

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Compras de produtos junto aos Acionistas	7.104	78
Compras de Produtos demais partes relacionadas	<u>12.451</u>	<u>22.090</u>
	<u>19.555</u>	<u>22.168</u>

Os produtos e serviços são comprados de coligadas e de uma entidade controlada pelo pessoal-chave da administração, com base em termos e condições comerciais normais. A entidade controlada, pelo pessoal-chave da administração, é uma firma pertencente ao Sr. Silva, conselheiro da Companhia. Os serviços de administração são comprados da Controladora imediata com base nos custos, permitindo uma margem de 10% (2017 - 10%).

(d) Aluguel de imóveis

A Rural Brasil utiliza certos imóveis de propriedade dos acionistas para suas atividades operacionais, tendo ocorrido pagamento de aluguel em condições pactuadas contratualmente no valor de R\$ 3.263.

(e) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários e outros benefícios de curto prazo, a empregados	<u>6.012</u>	<u>4.567</u>
	<u>6.012</u>	<u>4.567</u>

Adicionalmente, a gestão de determinadas atividades administrativas da Companhia é realizada por administradores alocados nas controladas, sem o repasse de custos para a controladora. Conseqüentemente, não há despesas com remuneração alocadas a controladora na data base.

22. Receitas de contratos de clientes (Consolidado)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita de venda de insumos agrícolas	956.042	853.172
Receita de venda de grãos de soja e milho	224.157	282.068
Impostos incidentes sobre as vendas (i)	(1.644)	(1.956)
Descontos, abatimentos e devoluções	(80.075)	(57.412)
(-) Ajuste a valor presente de vendas	<u>(45.566)</u>	<u>(28.081)</u>
	<u>1.052.915</u>	<u>1.047.790</u>

- (i) As vendas de insumos agropecuários possuem base de cálculo do ICMS reduzida nas saídas dos insumos agropecuários, bem como, a isenção de Pis/Cofins sobre insumos agrícolas.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23. Custos das mercadorias vendidas (Consolidado)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custo de insumos agrícolas	760.300	680.452
Custo de grãos de soja e milho	227.498	283.663
Frete	8.475	6.752
(-) Ajuste a valor presente de compras	<u>(57.246)</u>	<u>(34.462)</u>
	<u>939.027</u>	<u>936.405</u>

24. Despesas gerais e administrativas por natureza

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesa com aluguel			2.679	2.918
Despesa com depreciação e amortização			4.870	4.806
Despesa com impostos e taxas	2	3	2.044	4.139
Despesa com material de uso de consumo			1.036	1.130
Despesa com pessoal			21.705	13.995
Despesa com serviço de terceiros	708	59	6.845	7.072
Despesa com viagem e hospedagem	34	4	1.859	1.524
Outras despesas administrativas e gerais	<u>17</u>	<u>2</u>	<u>1.054</u>	<u>2.804</u>
	<u>761</u>	<u>68</u>	<u>42.093</u>	<u>38.389</u>

Nos montantes apresentados nas notas explicativas 24 e 26, estão contidas despesas que são classificadas como não recorrentes pela administração, haja vista sua natureza não usual às suas atividades operacionais normais de cada exercício. Essas despesas tem a seguinte natureza, por exercício:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesa com contingências tributária (Nota 26)	7.996	2.356
Despesa com contingências ambiental (Nota 26)		1.083
Consultoria para atividades não recorrentes	<u>3.644</u>	
Total de despesas não recorrentes	<u>11.640</u>	<u>3.439</u>

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. Despesas com vendas, por natureza (Consolidado)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesa com combustíveis	2.455	1.693
Despesas com salários e encargos sociais	10.990	2.431
Despesa com comissões	11.063	10.460
Despesa com logística	355	871
Despesa com propaganda e publicidade	2.014	1.902
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.000	8.404
Despesa com veículos, viagens e outros	1.753	5.675
	<u>38.629</u>	<u>31.437</u>

26. Outras receitas (despesas) por natureza, líquidas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Amostras recebidas			404	2.410
Receita com venda de ativos				369
Despesa com contingências			(7.490)	(1.083)
Perda de estoque não inerente à operação			(2.894)	
Ganho (Perda) com imobilizado			(357)	(1.455)
Outros	1.550	(2)	(1.903)	1.353
	<u>1.550</u>	<u>(2)</u>	<u>(12.239)</u>	<u>1.594</u>

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras:				
Rendimento sobre aplicações financeiras	33	25	939	325
Descontos obtidos por antecipação de pagamento			3.728	13.038
Receita com operações de Barter			447	9.359
Realização do AVP de clientes			26.076	44.917
Juros sobre clientes			22.150	22.562
Total das receitas financeiras	33	25	53.340	90.201
Despesas financeiras				
SWAP			1.445	
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.758)	(1.262)	(27.808)	(18.439)
Juros sobre CRA			(12.068)	(4.621)
Realização do AVP de fornecedores			(27.535)	(48.676)
Descontos concedidos				(6.685)
Remuneração sobre garantias dos sócios				(4.675)
Outras despesas financeiras	(46)	(2)	(9.326)	(13.464)
Total das despesas financeiras	(3.804)	(1.264)	(75.292)	(96.560)
Variação cambial				
Instrumento financeiro derivativo			1.445	(983)
Variação cambial ativa			29.611	12.535
Variação cambial passiva			(30.693)	(17.528)
			363	(5.977)
Resultado financeiro	(3.771)	(1.239)	(21.588)	(12.335)

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28. Imposto de renda e contribuição social

Os saldos de ativo e passivo diferidos têm a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ajuste a valor presente e valor justo	(5.028)	(2.291)
Prejuízo fiscal e base negativa	5.657	5.657
Provisão para devedores duvidosos	3.400	
Provisão de bônus	566	442
Provisão para perda de estoques	966	
Mais valia na combinação de negócios	(1.030)	(2.061)
Provisão para contingências		892
Outros	(776)	
Ativo de impostos diferidos, líquido	<u>3.755</u>	<u>2.639</u>
Impostos diferidos ativos	4.785	4.700
Impostos diferidos passivos	<u>1.030</u>	<u>2.061</u>
Ativo de impostos diferidos, líquido	<u>3.755</u>	<u>2.639</u>

A reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e de contribuição social está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(2.562)	10.456	(661)	30.818
Alíquota fiscal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
	871	(3.555)	225	(10.478)
Resultado de equivalência patrimonial	142	4.000		
Outros diferenças permanentes	<u>(1.013)</u>	<u>(445)</u>	<u>(1.126)</u>	<u>(373)</u>
Tributos no resultado			<u>(901)</u>	<u>(10.851)</u>
Corrente			(3.588)	(14.729)
Diferido			<u>2.687</u>	<u>3.878</u>
			<u>(901)</u>	<u>(10.851)</u>

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29. Informações por segmento (Consolidado)

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Comitê Executivo, que é o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, bem como pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

O Comitê Executivo, Grupo tomador de decisões operacionais, considera o negócio sob perspectiva de produto. Na visão do Grupo, os segmentos operacionais apresentados a seguir são organizados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Conselho de Administração, principal tomador de decisões e responsável pela alocação de recursos e avaliação de desempenho desses segmentos:

- i) Insumos agrícolas: compreendem o comércio de fertilizantes, defensivos, foliares e sementes de soja e milho. O resultado desse segmento é determinado pela receita de venda auferida pela venda desses produtos, mensurada até o momento em que o Grupo transfere para o cliente o controle dos produtos vendidos.
- ii) Grãos de soja e milho: compreendem as operações decorrente do recebimento físico, padronização e comercialização de grãos adquiridos de terceiros, bem como, dos grãos originados nas operações de “Barter” O resultado desse segmento é determinado pelo resultado auferido nas operações de compra e venda de commodities agrícolas, incluindo a variação dos instrumentos financeiros atrelados à comercialização dessas commodities, bem como dos ativos não monetários relacionados.

O Comitê Executivo avalia o desempenho desses segmentos operacionais com base na evolução das receitas e no EBITDA ajustado gerados por cada segmento operacional. Essa base de mensuração exclui operações descontinuadas, quando aplicável, e efeitos de gastos não recorrentes de segmentos operacionais, como custos de reestruturação, despesas legais e *impairment* de ágio quando o *impairment* é resultado de um evento isolado, não recorrente. A mensuração também exclui os efeitos de pagamentos baseados em ações liquidados em ações e ganhos ou perdas não realizadas sobre instrumentos financeiros. Despesas de vendas e administrativas não alocadas diretamente aos segmentos são consideradas como não-reportável, pois atende todas as unidades do Grupo. Receitas e despesas de juros não são alocadas aos segmentos, pelo fato destas atividades serem gerenciadas pela tesouraria central, no contexto do Grupo.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do resultado consolidado por segmento

	Grãos		Insumos		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Receita operacional	224.157	282.068	828.758	765.722	1.052.915	1.047.790
Custo das mercadorias vendidas	(227.498)	(283.663)	(711.530)	(652.743)	(939.027)	(936.406)
Resultado bruto	(3.341)	(1.594)	117.229	112.979	113.888	111.384
Despesas com vendas	(690)	(612)	(37.939)	(30.824)	(38.630)	(31.437)
Despesas gerais e administrativas	(2.935)	(2.059)	(34.287)	(31.524)	(37.222)	(33.583)
Outros resultados operacionais			(12.239)	1.593	(12.239)	1.594
Resultado financeiro líquido	408	9.327	(21.996)	(21.662)	(21.588)	(12.335)
Resultado gerado pelos segmentos	(6.558)	5.061	10.768	30.561	4.208	35.624
Depreciação e amortização			(4.870)	(4.806)	(4.870)	(4.806)
Imposto de renda e contribuição social	2.230	(1.721)	(3.130)	(9.130)	(901)	(10.851)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(4.328)	3.341	2.767	16.625	(1.562)	19.967
(+/-) Resultado financeiro	(408)	(9.327)	21.996	21.662	21.588	12.335
(+/-) IRPJ e CSLL	(2.230)	1.721	3.130	9.130	901	10.851
(+) Depreciação e amortização			4.870	4.806	4.870	4.806
(+) Despesas não recorrentes			11.640	3.439	11.640	3.439
EBITDA Ajustado	(6.966)	(4.266)	44.403	55.662	37.436	51.398

O resultado apresentado na tabela não deduz as despesas com depreciações e amortizações do ativo imobilizado e do intangível. A exclusão destas despesas no cálculo está em linha com a forma como a Administração avalia o desempenho de cada negócio e sua contribuição na geração do caixa. O resultado financeiro não é alocado por segmento, entendendo que sua formação está mais relacionada às decisões corporativas de estrutura de capital do que à natureza do resultado de cada segmento de negócio.

Ativos e Passivos operacionais consolidados por segmento

Os principais ativos e passivos operacionais da companhia foram segregados por segmento em função dos correspondentes centros de custo em que estão alocados e/ou de critério de rateio que leva em consideração o desempenho de cada setor em relação ao desempenho total; assim, essa alocação pode variar de um exercício para outro.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não há saldos de contas a receber e contas a pagar em aberto decorrentes das atividades do segmento de grãos, de modo que a segregação é apresentada como segue:

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Grãos		Insumos		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Ativo						
Contas a receber de clientes			620.972	535.296	620.972	535.296
Estoques		6.330	212.517	298.343	212.517	304.673
Intangível	1.105	1.105	80.600	80.808	81.705	81.913
Outros créditos	2.109	2.133	12.351	16.012	14.460	18.145
Total dos ativos alocados	<u>3.214</u>	<u>9.568</u>	<u>926.440</u>	<u>930.459</u>	<u>929.654</u>	<u>940.027</u>
Demais ativos não alocáveis					<u>129.209</u>	<u>113.211</u>
Total dos ativos					<u>1.058.863</u>	<u>1.053.238</u>
Passivo						
Fornecedores		3.726	395.599	499.778	395.599	503.504
Outras contas a pagar	<u>2.027</u>	<u>2.749</u>	<u>7.853</u>	<u>14.722</u>	<u>9.880</u>	<u>17.471</u>
Total dos passivos alocados	<u>2.027</u>	<u>6.475</u>	<u>403.452</u>	<u>514.500</u>	<u>405.480</u>	<u>520.975</u>
Demais passivos não alocáveis					<u>653.383</u>	<u>532.263</u>
Total dos passivos					<u>1.058.863</u>	<u>1.053.238</u>

30. Instrumentos financeiros (consolidado)

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira e diretoria do Grupo. Sendo que a tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a sociedade contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais.

As operações realizadas pelo Grupo através de instrumentos financeiros são demonstradas abaixo.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30.1 Ativos

Os ativos financeiros do Grupo são classificados como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017 (ii)</u>
Valor justo por meio do resultado		
Contratos a termo - commodities	447	9.359
Instrumentos financeiros derivativos	1.156	
	<u>1.603</u>	<u>9.359</u>
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	80.729	69.908
Contas a receber de clientes (i)	454.562	408.962
Títulos e valores mobiliários	8.517	17.758
Outros créditos (iii)	2.980	6.665
	<u>546.788</u>	<u>503.293</u>
	<u>548.391</u>	<u>512.652</u>

- (i) Não considera o valor a receber nas operações de barter, os quais serão liquidados mediante o recebimento de ativos não financeiros.
- (ii) Durante o exercício de 2018, o Grupo adotou a norma CPC 48/ IFRS 9 (Nota 3.5) e reclassificou os ativos financeiros anteriormente classificados como empréstimos e recebíveis para a categoria de ativos financeiros ao custo amortizado.
- (iii) Não considera ativos não monetários, tais como adiantamentos, os quais serão liquidados mediante o recebimento de ativos não financeiros.

30.2 Passivos

Os passivos financeiros do Grupo são classificados como custo amortizado, e são como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017 (iv)</u>
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos		159
		<u>159</u>
Custo amortizado		
Fornecedores	395.599	503.504
Empréstimos, financiamentos e debêntures	284.397	147.784
Obrigações por cessão de crédito	141.317	140.047
Obrigações por aquisição de investimentos	27.504	56.318
Outras contas a pagar (v)	6.508	8.204
	<u>855.325</u>	<u>855.857</u>
	<u>855.325</u>	<u>856.016</u>

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iv) Durante o exercício de 2018, o Grupo adotou a norma CPC 48/ IFRS 9 (Nota 3.5) e reclassificou os passivos financeiros anteriormente classificados como outros passivos financeiros para a categoria de passivos financeiros ao custo amortizado.
- (v) Não considera passivos não monetários, os quais serão liquidados mediante a entrega de itens não financeiros.

Os saldos classificados como instrumentos financeiros referem-se a:

Caixa e equivalentes de caixa - Incluem o caixa, os saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras.

Contas a receber de clientes/fornecedores - Decorrem diretamente das operações o Grupo, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas.

Empréstimos e financiamentos - Contratações realizadas junto a instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.

Contratos a termo financeiro - cambiais - Valores referentes ao valor justo de operações de termo de moeda futuro junto a instituições financeiras.

Obrigações por cessão de crédito - Contratações realizadas junto a empresa Securitizadora (desconto de títulos), registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.

Títulos e valores mobiliários – Aplicações em cotas de capital secundárias em Fundo de Investimento em títulos do Agronegócio - CRA.

Outros créditos – Saldos decorrentes de outras transações com terceiros, e que serão convertidos em caixa.

Outras contas a pagar – saldo decorrentes de outras transações e que serão liquidadas em caixa.

30.3 Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados, principalmente, à flutuação das variações cambiais e a preços de *commodities*. O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros de proteção para mitigar sua exposição a esses riscos. O Grupo vem implementando e aprimorando os controles internos para identificar e mensurar os efeitos das transações com as *tradings* e com as instituições financeiras, para que tais transações sejam capturadas, reconhecidas e divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em quaisquer outros ativos de risco.

30.4 Posições em aberto em outros valores a receber

Em 31 de dezembro, as seguintes posições em aberto a receber e a pagar no mercado de futuros são como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Swap	<u>(1.156)</u>	<u>159</u>

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de hedge e não como investimentos especulativos. Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30.5 Swap de taxas de juros

Os valores de referência (nocial) dos contratos de swap de taxas de juros, em aberto em 31 de dezembro de 2019, correspondem a R\$ 1.156 (2017 - R\$ 159). Em 31 de dezembro de 2018, as taxas de juros fixas variaram entre 1,1% e 1,21% (2017 - 1,1% a 1,21%).

30.6 Venda a termo

O Grupo possui contratos de venda futura de soja, milho e soja em dólar. As posições em aberto em 31 de dezembro são como segue:

(a) 2018

Produto	Quantidade (milhares de sacas)	Preço médio - R\$/ Sc	Nocial	Valor de mercado
Soja	2.474	R\$ 69,56	R\$ 172.119	(279)
Milho	1.904	R\$ 23,09	R\$ 43.970	240
				<u>(39)</u>

2017

Produto	Quantidade (milhares de sacas)	Preço médio - R\$/ Sc	Nocial	Valor de mercado
Soja	2.326	R\$ 63,34	R\$ 147.329	(31)
Milho	504	R\$ 23,84	R\$ 12.015	(1)
				<u>(32)</u>

30.7 Posição de Swap de taxas de juros

Referem-se a ajustes nas posições de swap de dólar, com vencimentos futuros, com referência à cotação de R\$ 3,8749 em 31 de dezembro de 2018 (2017 - R\$ 3,3144).

Controladora			Consolidado		
2018			2017		
Banco	Vencimento	Saldo a Pagar/(receber) (R\$ mil)	Banco	Vencimento	Saldo a Pagar/(receber) (R\$ mil)
Citibank	29/03/19	495	Citibank	18/07/18	54
Citibank	25/11/19	429	Itaú	20/08/18	(124)
Votorantim	19/09/19	(2.080)	Itaú	25/11/19	152
			Itaú	12/03/18	118
			Itaú	31/10/18	(41)
		<u>(1.156)</u>			<u>159</u>

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30.8 Análises de sensibilidade

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais o Grupo está exposto no final do exercício. As variáveis de riscos relevantes para o Grupo no exercício, levando em consideração o período projetado de três meses para essa avaliação são sua exposição à flutuação de moedas estrangeiras, substancialmente o dólar norte-americano, e sua exposição à flutuação nas taxas de juros e commodities.

(a) Variações nos preços das commodities

	Toneladas	Posição	Risco Atual	Mercado Atual	Aumento			Redução	
					Provável 5%	25%	50%	25%	50%
					Cotação	Efeito	Efeito	Efeito	Efeito
Soja - Safa 19.20	866	Venda	1.010	69,99	(50)	(252)	(505)	252	505
Milho - Safra 2020	5.193	Venda	2.277	26,31	(114)	(569)	(1.138)	569	1.138
					(164)	(822)	(1.643)	822	1.643

De acordo com sua política de gerenciamento de riscos de mercado, o Grupo compra e vende posições futuras de mercadoria para se proteger do risco de preço de mercado uma vez que os grãos têm seus preços referenciados nas cotações da BM&F e CBOT.

(b) Variações nas taxas cambiais

Risco	Saldo Nocial	Saldo de Fechamento	Mercado Atual	Aumento			Redução		
				Provável 5%	25%	50%	25%	50%	
				Cotação	Efeito	Efeito	Efeito	Efeito	
Empréstimos e financiamentos	Cambio	(8.057)	(31.219)	3,8748	(1.561)	(7.805)	(15.610)	7.805	15.610
Contrato de Swap	Cambio	8.057	31.219	3,8748	1.561	7.805	15.610	(7.805)	(15.610)
Contas a receber	Cambio	18.391	71.261	3,8748	3.563	17.815	35.631	(17.815)	(35.631)
Contas a pagar	Cambio	(23.384)	(90.608)	3,8748	(4.530)	(22.652)	(45.304)	22.652	45.304
					(967)	(4.837)	(9.673)	4.837	9.673

(b) Variações nas taxas de juros

Posição	Risco	Saldo Nocial	Saldo de Fechamento	Mercado Atual	Aumento			Redução	
					Provável 5%	25%	50%	25%	50%
					Cotação	Efeito	Efeito	Efeito	Efeito
Empréstimos e financiamentos	Taxa de juros pós	132.898	138.754	6,0%	(395)	(1.977)	(3.954)	1.977	3.954
Contrato SWAP CDI	Taxa de juros pós	6.065	6.065	6,0%	(18)	(90)	(180)	90	180
		138.963	144.819		(413)	(2.067)	(4.134)	2.067	4.134

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa (Consolidado)

(a) Reconciliação da dívida líquida

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Empréstimo de curto prazo	149.434	132.359
Empréstimo de longo prazo	107.521	15.425
Debêntures	<u>27.442</u>	
Total da dívida	284.397	147.784
Caixa e equivalentes de caixa	<u>(80.729)</u>	<u>(69.908)</u>
Dívida líquida	<u><u>203.668</u></u>	<u><u>77.876</u></u>

(b) Movimentação da dívida líquida

	<u>Empréstimo bancário</u>	<u>Debêntures e outros</u>	<u>Total da dívida</u>	<u>Caixa e equivalentes</u>	<u>Dívida líquida</u>
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2017	96.128		96.128	(15.294)	80.834
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa					
Obtenção de empréstimos	117.683		117.683		117.683
Pagamento de empréstimos	(78.540)		(78.540)		(78.540)
Pagamento de juros/dividendos	(9.285)		(9.285)		(9.285)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa				(54.614)	(54.614)
Juros apropriados	22.501		22.501		22.501
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2017	<u>148.487</u>		<u>148.487</u>	<u>(69.908)</u>	<u>78.579</u>
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2018	148.487		148.487	(69.908)	78.579
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa					
Captação de debêntures		25.000	25.000		25.000
Obtenção de empréstimos	275.016		275.016		275.016
Pagamento de empréstimos	(172.404)		(172.404)		(172.404)
Pagamento de juros/dividendos	(16.097)		(16.097)		(16.097)
Outras				(10.821)	(10.821)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa				(80.729)	(56.334)
Juros apropriados	21.953	2.442	24.395	(80.729)	(56.334)
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2018	<u><u>256.955</u></u>	<u><u>27.442</u></u>	<u><u>284.397</u></u>	<u><u>(80.729)</u></u>	<u><u>203.668</u></u>

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32. Cobertura de seguros (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2018 a cobertura de seguros do Grupo, contratada de acordo a orientação de seus consultores de seguros, compreendia:

Cobertura de seguro	Controladora	Consolidado
Responsabilidade civil	50.000	100.000
Predial e Estoques	45.000	47.290
Veículos	100% Tabela FIPE	100% Tabela FIPE

33. Eventos subsequentes

a) Cenário de pandemia

No final do primeiro trimestre de 2020, tendo em vista o cenário de pandemia mundial, a Companhia verificou a necessidade imediata de dedicar seus esforços a prevenção e combate ao Coronavírus.

Antes mesmo que as autoridades brasileiras determinassem que as empresas privadas tomassem qualquer medida de prevenção, ao final de fevereiro de 2020 a Companhia divulgou amplamente as orientações preventivas a serem seguidas por seus funcionários como medida para evitar contágio. Ainda em março de 2020 foi instituído o comitê de crise, divulgando amplamente o plano de contingência para enfrentamento ao COVID-19, bem como consultoria com médico infectologista e monitoramento de casos suspeitos e confirmados de Coronavírus. É importante destacar que os serviços prestados pela Companhia sempre estiveram de acordo com a classificação federal de serviços essenciais, através do Decreto Federal nº 10.282/20.

As ações imediatas para contenção da crise envolveram o cancelamento de eventos, viagens, reuniões, treinamento e processo seletivo presenciais, intensificação da higienização dos ambientes e mobiliários da empresa, afastamento dos funcionários do grupo de risco e investimento em adequações para alocação de equipes em home office, além de adaptações às regras de distanciamento social nos sites do Grupo.

Diante das incertezas relacionadas ao cenário de pandemia, que ainda persiste, o Grupo mantém avaliação contínua sobre os possíveis impactos que podem ocorrer em suas operações em relação a:

- Insumos necessários ao desenvolvimento das atividades;
- impactos nas vendas; e
- Impactos no fluxo de caixa do Grupo, e se há um aumento significativo no risco de crédito.

Até a presente data, a Administração não identificou impactos significativo da pandemia sobre suas operações e não espera que o cenário de pandemia afete os resultados e/ou plano de expansão da Companhia e suas controladas. Na data em que a Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas em 2019, a administração determinou que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a capacidade da entidade de continuar operando nos próximos 12 meses.

b) Cisão parcial de seu acervo líquido

Em 30 de setembro de 2020, os acionistas da controlada Rural aprovaram a cisão parcial de seus ativos, mediante a versão de R\$ 72.164 do seu capital social à Rural Brasil CAR S.A (“Rural CAR”), empresa constituída com a finalidade exclusiva de receber os ativos cindidos, na mesma proporcionalidade da ações dos acionistas controladores e não controladores da Rural.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de outubro de 2020, os acionistas da Companhia, aprovaram a cisão parcial dos ativos da Companhia, representados por sua participação societária na Rural CAR Companhia e a versão do acervo líquido cindido à Agro Opportunity Participações S.A. Essa cisão parcial ocorreu com a finalidade de refletir os acordos jurídicos estabelecidos entre seus acionistas e resultou na redução de do capital social da Companhia, no valor de R\$45.295.

c) Aquisição do controle da Campeã Agronegócios S.A.

Em 17 de junho de 2019, a Companhia adquiriu o controle da Campeã Agronegócio S.A. (“Campeã”) por meio da aquisição de participação societária equivalente a 70% do capital social desta investida. A Campeã é uma sociedade anônima fechada com sede no município de Agua Fria de Goiás, no estado de Goiás, e tem por objeto social (a) a produção, beneficiamento, armazenamento, reembalador, esmagadora de grãos e depósito de mercadorias para terceiros; e (b) o comércio atacadista e varejista de sementes em geral, defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes, corretivos do solo e matérias-primas agrícolas.

d) Possibilidade de Initial Public Offering (IPO)

Em julho de 2020, os acionistas do Grupo avaliaram a possibilidade de acessar o mercado de capitais e decidiram proceder com uma reestruturação societária para viabilizar essa operação. Nesse contexto, a administração do Grupo procedeu com determinados movimentos societários, com o objetivo de efetuar a distribuição primária de ações de sua nova estrutura, denominada Agrogalaxy, após o registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e ser listada no Novo Mercado.

Em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 17 de dezembro de 2020, foi deliberada e aprovada as seguintes matérias:

- a submissão pela Agrogalaxy do pedido de registro de companhia aberta na categoria “A” perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480.
- a submissão à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão: (a) do pedido de adesão do Agrogalaxy ao Novo Mercado; e (b) do pedido de admissão à negociação das ações do Agrogalaxy na B3, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado, ficando a Diretoria do Agrogalaxy autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado.

Os movimentos societários realizados pela administração do Grupo para viabilizar essa operação, foram os seguintes:

- Em 30 de outubro de 2020, os acionistas não controladores da Rural efetuaram aporte de capital na Companhia mediante a conferência de ações que esses detinham na Rural, equivalentes a 37,23% do capital social da empresa. Nesse evento, o capital social da Companhia foi aumentado de R\$ 89.007 para R\$ 127.645, mediante a emissão de 107.381.592 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
- Em 30 de outubro de 2020, a Agro Key Participações S.A. (“Agro Key”) e a Agro Advance Participações S.A. (“Agro Advance”) foram incorporadas pela Companhia, determinada como adquirente legal, que nessa mesma data alterou a sua razão social para Agrogalaxy Participações S.A (“Agrogalaxy”). Nessa operação, de acordo com as regras contábeis aplicáveis, a Agro Key foi determinada como adquirente contábil e, portanto, as demonstrações financeiras do Agrogalaxy serão apresentadas como uma continuidade das demonstrações financeiras da Agro Key.

Esta reestruturação ocorreu com a troca de ações, por valores negociados entre as partes, em uma operação entre companhias que não possuem controle comum e, portanto, representa uma combinação de negócios sob o escopo do CPC 15 (R1)/ IFRS 3 Combinação de negócios, apresentada considerando o método de aquisição. Como parte da avaliação da Administração, para fins de combinação de negócios, a Agro Key foi considerada a adquirente contábil (apesar de ser a empresa legalmente incorporada/

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

adquirida) e a Companhia, assim como a Agro Advance, foram consideradas as empresas adquiridas, (apesar de a Agro Trends ser incorporadora e a entidade sobrevivente legal), configurando uma situação de aquisição reversa.

Também em 30 de outubro de 2020, as empresas concluíram a obtenção de todas autorizações, renúncias, consentimentos e aprovações de terceiros necessárias para a consumação dessa operação. Desta forma, a transação foi legalmente implementada por meio de troca de ações, com a extinção da Agro Key e a Agro Advance, nos termos do artigo 219, inciso II, da Lei das S.A. e estabelecendo o Agrogalaxy (antiga Agro Trends) como sucessora de todos os direitos e obrigações das empresas extintas

A referida operação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, que aprovou a combinação dos negócios dessas empresas, por meio da incorporação da Agro Key e da Agro Advance pela Companhia, nos termos do artigo 1.117 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dos artigos dos artigos 224 e 225 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), conforme termos do Protocolo e Justificação de Incorporação da Agro Key pela Companhia e do Protocolo de Justificação de Incorporação da Agro Advance pela Companhia, celebrados em 23 de outubro de 2020.

A contraprestação transferida ocorreu pela relação de substituição de ações nas proporções acordadas de 1,12746 ação ordinária de emissão da Agrogalaxy por cada ação ordinária de emissão da Agro Key e 0,93942 ação ordinária de emissão da Agrogalaxy por cada ação ordinária de emissão da Agro Advance. Dessa forma, os acionistas da Agro Key passaram a deter, em conjunto, 44,10% do capital social total e votante da Agrogalaxy, enquanto os acionistas originais da Companhia passaram a deter, em conjunto, 41,7% do capital social total e votante da Agrogalaxy.

Os efeitos contábeis desta reestruturação, incluindo alocação de preço da aquisição de negócios, representado pelo valor justo das empresas contabilmente adquiridas, Agro Advance e Companhia, serão reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da adquirente contábil Agro Key a partir de 31 de outubro de 2020.

* * *

Relatório da Administração sobre os Resultados Consolidados

EBITDA¹ TOTALIZA R\$ 37,4 MILHÕES EM 2018, RECUO DE 27,2%

São Paulo, 20 de outubro de 2020 – Agro Galaxy Participações S.A. (nova razão social da Agro Trends Participações S.A.) divulga seus resultados do exercício de 2018. Os comentários aqui incluídos referem-se aos resultados consolidados em IFRS, cujas comparações têm como base o mesmo período de 2017, conforme indicado.

I. MENSAGEM DA DIRETORIA

Somos um dos maiores grupos no setor de varejo de insumos agrícolas do Brasil, com presença consolidada no Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil. Operamos no varejo tradicional e estamos localizados nos maiores Estados produtores de grãos de soja e milho do país, tais como Goiás, Mato Grosso, Pará, Maranhão e Tocantins. Nossas lojas possuem em média 1.000m², o que nos permite oferecer a entrega de insumos agrícolas no momento mais adequado para os produtores rurais, os quais possuem suas propriedades agrícolas em regiões muitas vezes distantes dos grandes centros urbanos, com desafios logísticos inerentes ao negócio.

Atuamos desde 1987 com a distribuição de insumos agrícolas no Brasil. Também somos especialistas na prestação de serviços técnicos aos nossos clientes, oferecendo o conhecimento de 127 funcionários com formação em Engenharia Agrônoma através de análises das características químicas de solo e apresentando as melhores soluções para alta produtividade agrícola, totalizando 370 funcionários com foco em sempre buscar o melhor entendimento do nosso cliente, oferecer o melhor sortimento, além de uma operação diferenciada, entregando serviço e experiência a fim de garantir a melhor produtividade rural.

Todas as nossas iniciativas internas e externas têm como objetivo final garantir que entendemos e servimos o nosso cliente da melhor maneira possível. Temos indicadores, acompanhados diariamente por diversas áreas, que medem tanto o encantamento do nosso cliente, caso da metodologia *Net Promoter Score (NPS)*, bem como, os processos e padrões da loja, chamado de Pegada Rural. Esses são exemplos práticos da nossa cultura, que está preocupada em servir com excelência e garantir um relacionamento de longo prazo com nossos clientes.

Nossas vendas passam por rigoroso processo de aprovação de crédito, de acordo com política específica, que visam minimizar os riscos de inadimplência da operação. Usamos sistema integrado de apoio para realizar tais análises de créditos, garantindo a governança de liberação de pedidos. Utilizamos instrumentos de garantia tais como: Certificado de Produto do Agronegócio (CPR), alienações fiduciárias, hipotecas e seguro de safra, além de operações de barter (troca de produto) em linha com nossas políticas de crédito e de gestão de risco.






II. DESTAQUES

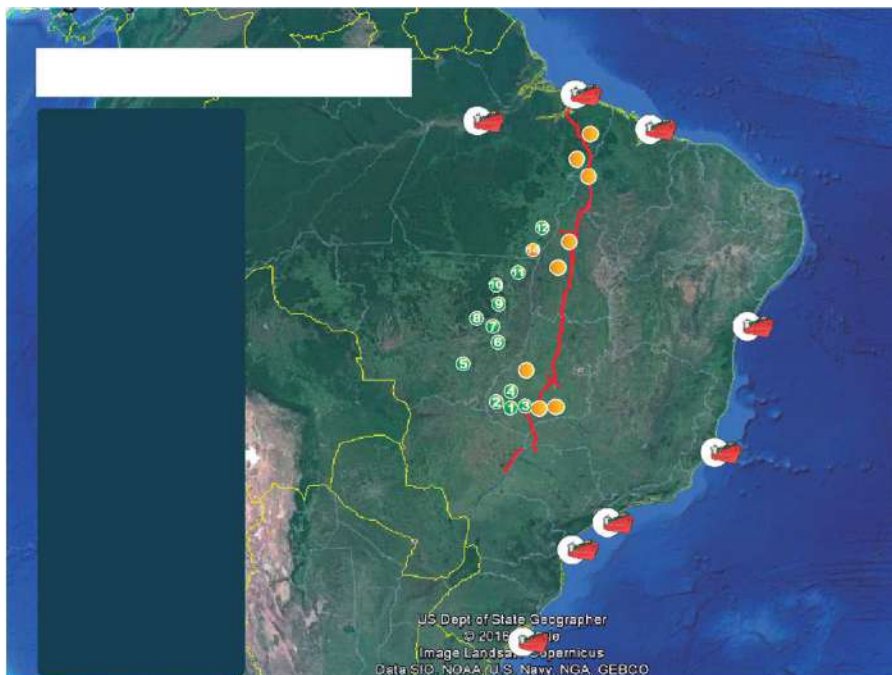
O ano de 2018 o crescimento da receita foi de 0,5% através da expansão com 2 novas lojas, mesmo com um ano de redução nos preços dos insumos agrícolas, focando na abertura de novas filiais que irão auxiliar na expectativa de crescimento futuro.

O principal destaque do ano foi a melhoria do lucro bruto (margem bruta) em R\$ 2,5 milhões (+2,2%), uma melhoria de 0,2 p.p. na em relação a receita líquida, atingindo 10,8%.

¹ Se refere ao EBITDA ajustado, conforme reconciliação no item V).

III. ANÁLISE DO DESEMPENHO OPERACIONAL

	2018	2017
 Lojas (# Unidades)	21	19
 Silos (# Unidades)	1	1
 Colaboradores (# pessoas)	370	334
 Vendedores (# pessoas)	108	66
 Recebimento de Grãos (Scs Mil)	4.378	2.230



IV. SUSTENTABILIDADE

Gestão de resíduos:

Em todas as nossas unidades temos, parcerias / associação com empresas para o recolhimento e armazenagem corretas das embalagens vazias, dando assim, condições ao produtor rural na correta destinação dos materiais

Produtos biológicos:

Temos fortemente estimulado a venda de produtos biológicos e ambientalmente sustentáveis no mercado e em toda a cadeia de produção.

Monitoramento das áreas de plantio:

Em nosso processo de aprovação de crédito e liberação de faturamento aos produtores rurais, executamos procedimentos para garantir que não haja:

- Uso de trabalho escravo ou infantil;
- Plantio em áreas embargadas pelos órgãos de controle ambiental; e
- Áreas sem a devida devolução das embalagens.

Colaboradores:

Com aproximadamente 370 funcionários, espalhados pelo Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil. Nossos colaboradores carregam o *mindset* da Companhia e são nosso maior ponto de contato com nossos clientes nas lojas físicas. A Companhia possui boas práticas adotadas nos últimos anos em diversos programas da área de operações, tais como: manuais operacionais de loja, treinamentos, programa de excelência de vendas, plataforma online interna de divulgação de comunicados, vídeos de treinamentos, competições e etc.

Também implementamos a Universidade Rural, que é a plataforma digital da Companhia, a qual oferece ensino a distância para os colaboradores, permitindo acesso a cursos e treinamentos com alto nível de detalhes e personalização, refletindo assim nossos valores, políticas, estratégias e objetivos empresariais. As Trilhas de Aprendizagem são adaptadas às necessidades de treinamento e de gestão dos talentos de cada unidade de negócio.

V. DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

Resumo Resultado Anual <i>Em milhares de R\$</i>	Consolidado		Var. \$	Var. (%)
	2018	2017		
Receita líquida	1.052.915	1.047.790	5.125	0,5%
(-) Custo das mercadorias vendidas	(939.027)	(936.405)	(2.622)	0,3%
Lucro bruto	113.888	111.385	2.503	2,2%
<i>% receita líquida</i>	<i>10,8%</i>	<i>10,6%</i>	<i>0,2 p.p.</i>	<i>1,7%</i>
(-) despesas administrativas	(42.093)	(38.389)	(3.704)	9,6%
(-) despesas comerciais	(38.629)	(31.437)	(7.192)	22,9%
(-) outras receitas e despesas operacionais	(12.239)	1.594	(13.833)	-867,8%
Lucro antes do resultado financeiro (a)	20.927	43.153	(22.226)	-51,5%
<i>% receita líquida</i>	<i>2,0%</i>	<i>4,1%</i>	<i>-2,1 p.p.</i>	<i>-51,7%</i>
(-) Resultado financeiro	(21.588)	(12.335)	(9.253)	75,0%
(-) Imposto de renda e contribuição social	(901)	(10.851)	9.950	-91,7%
(=) Lucro líquido	(1.562)	19.967	-21.529	-107,8%
<i>% receita líquida</i>	<i>-0,1%</i>	<i>1,9%</i>	<i>-2,1 p.p.</i>	<i>-107,8%</i>
(+) Depreciação e amortização (b)	4.870	4.806	64	1,3%
EBITDA Contábil (a) + (b)	25.797	47.959	(22.161)	-46,2%
<i>% receita líquida</i>	<i>2,5%</i>	<i>4,6%</i>	<i>-2,1 p.p.</i>	<i>-46,5%</i>
(+/-) Juros ativos e passivos				
(+/-) Receita e despesas não recorrentes	11.640	3.439	8.201	238,5%
EBITDA Ajustado	37.437	51.398	(13.960)	-27,2%
Margem EBITDA Ajustado	3,6%	4,9%	-1,3 p.p.	-27,5%

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12. O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, conciliada com nossas demonstrações financeiras. O EBITDA consiste no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é medida de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS), e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. Para maiores detalhes vide seção 3.2 do Formulário de Referência.

A Margem EBITDA corresponde à divisão entre o EBITDA e a receita líquida. A Margem EBITDA não é medida de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS), e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. Para maiores detalhes vide seção 3.2 do Formulário de Referência.

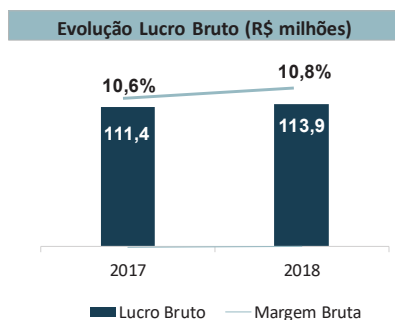
O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA de um período ou exercício ajustado para excluir ou adicionar efeitos do mesmo período ou exercício, conforme aplicável. A margem EBITDA Ajustado é calculada pelo EBITDA Ajustado de um período ou exercício dividido pela receita operacional líquida do mesmo período. O EBITDA Ajustado não é medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pela IFRS, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerada como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa operacional, assim como não deve ser considerada como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia. Para maiores detalhes vide seção 3.2 do Formulário de Referência.

A Margem EBITDA Ajustado corresponde à divisão entre o EBITDA Ajustado e a receita líquida. A Margem EBITDA Ajustado não é medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pela IFRS, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerada como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa operacional, assim como não deve ser considerada como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia. Para maiores detalhes vide seção 3.2 do Formulário de Referência.

O exercício de 2018 foi marcado por resultados positivos em Receita Líquida (+0,5%) e Lucro Bruto (+2,2%). Foi um ano de grandes investimentos na estruturação de posições, novas lojas que elevaram as despesas administrativas e comerciais, além de uma provisão de contingências para Imposto de Renda e Funnrural no montante de R\$ 8,0 milhões, gerando assim uma redução do Lucro líquido em R\$ 21,5 milhões (-107,8%) e do EBITDA Ajustado em R\$ 13,9 milhões (-27,2%).

Receita Líquida

A receita líquida com venda de insumos agrícolas cresceu R\$ 63,0 (+ 8,2%) e a receita líquida com venda de grãos reduziu R\$ 57,9 (-20,5%), totalizando um crescimento de R\$ 5,1 milhões (+0,5%) O crescimento deu-se na maturação de lojas em regiões de expansão que foram iniciadas ao longo de 2018. Houve redução de 8,6% nos preços médios em relação a 2017, gerando assim, perda de faturamento.



Margem Bruta (lucro bruto)

A Margem Bruta atingiu o patamar de 10,8%, um crescimento de 0,2 p.p., ou seja R\$ 2,5 milhões em relação ao ano anterior.

O desafio de melhoria de margem, mesmo em anos com oscilação de preços para baixo, demonstra que o portfólio, estratégia com fornecedores e equilíbrio na venda do mix ideal ao produtor, estão adequados para garantir o crescimento esperado.

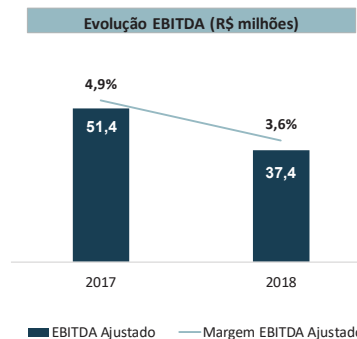
SG&A – Despesas com Vendas, Administrativas e Gerais



As despesas de vendas, administrativas e gerais cresceram 9,6% e 22,9% respectivamente, totalizando um crescimento de R\$ 22,2 milhões. Esse crescimento está em linha com a ampliação das estruturas administrativas e vendas, principalmente em expansão e nas estruturas da matriz, com crescimento principalmente em despesas com pessoal no montante de R\$ 7,8 milhões. No ano de 2018 focou na abertura de 2 novas lojas, como parte do plano de expansão.

EBITDA Ajustado²

O EBITDA ajustado² da operação foi de R\$ 37,4 milhões em 2018, redução de R\$ 13,9 milhões (-27,2%) e a margem EBITDA atingiu 3,6%, -1,3 p.p., em comparação com o ano anterior. O mesmo foi impactado fortemente pelo aumento das despesas de vendas e administrativas, principalmente nas novas estruturas de *backoffice* da matriz e de expansão de novas lojas.



Resultado Financeiro

O resultado financeiro (despesa líquida) no período foi de R\$ 21,6 milhões contra uma despesa de R\$ 12,3 milhões de 2017. Esse incremento é decorrente da elevação do nível de endividamento da Companhia ao longo do ano para alavancar o crescimento.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios que representa 5% do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal de 5%, de acordo com as demonstrações financeiras. A proposta de distribuição do resultado deverá ser aprovada em Assembleia Geral.

Investimentos

Os investimentos operacionais somaram R\$ 13,2 milhões, assim distribuídos: (i) R\$ 7,7 milhões em veículos operacionais, (ii) R\$ 2,3 milhões em benfeitorias em imóveis de terceiros, com abertura de novas lojas e adequações, (iii) R\$ 0,2 milhões em edificações, (iv) R\$ 1,1 máquinas e equipamentos e, (v) R\$ 1,9 diversos. O total foi 193% superior aos R\$ 6,9 milhões de 2017, em função de investimentos em novas lojas (reformas, edificações e veículos).

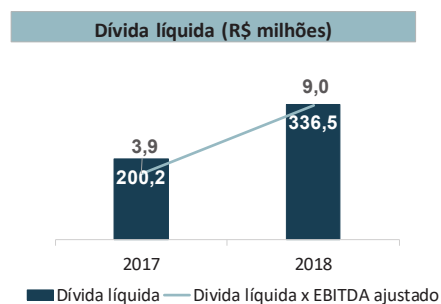
Geração Operacional de Caixa e Endividamento

A geração operacional de caixa em 2018 foi negativa, gerando uma aplicação de R\$ 102,1 milhões, frente a uma aplicação em 2017 de R\$ 76,0 milhões. O resultado negativo foi de R\$ 26,1 milhões um efeito (i) redução no volume de compras e aumento de compras à vista, reduzindo a rubrica fornecedores, (ii) em contrapartida a redução de fornecedores houve redução em estoques; (iii) crescimento de clientes (capital de giro), com maior volume de vendas à prazo.

² EBITDA ajustado reclassifica os valores de descontos concedidos e desconto obtidos em renegociações de preços junto a fornecedores e para clientes, variação cambial operacional quando referente a proteção da receita ou do custo dos produtos, juros / mora cobrado dos clientes, juros passivos pagos a fornecedores em novação e receita e/ou despesas não recorrentes (exemplo crédito extemporâneo, consultoria de reestruturação e gastos com M&A).

Estrutura de Capital

A dívida líquida ajustada³ correspondeu ao montante de R\$ 336,5 milhões em 2018, frente a uma dívida líquida ajustada de 200,2 milhões em 2017, um aumento de R\$ 136,3 milhões. Esse aumento deu-se principalmente com novas linhas de empréstimos e financiamentos tomados a longo prazo para maior volume de compras à vista, auxiliando no financiamento ao produtor rural, bem como, por debêntures emitidas para futuro investimento.



Inadimplência

Os títulos vencidos acima de 365 dias totalizaram o montante de 34,5 milhões no período, dos quais há provisão para perda no montante de R\$ 30,7 milhões. Esses títulos vencidos referem-se principalmente a (i) títulos de longa data em que os sócios fundadores são responsáveis; (ii) títulos em renegociação que tem garantia real. Dado a sazonalidade dos nossos clientes com a principal cultura de soja terem um ciclo a cada ano, as renegociações tendem a ter um prazo para quitação no mínimo acima de um ano.

Hedge moeda estrangeira e de commodities agrícolas

A Companhia realiza operações em moeda estrangeira, principalmente em aquisição de insumos agrícolas, tais como fertilizantes, venda de grãos e em operações de empréstimos para capital de giro. Essas operações, conforme a política interna, são protegidas contra tais variações, através de contratação de operações de NDF (Non Deliverable Forward), Swap cambial, mercado futuro (Chicago, B3), barter (troca de insumos por grãos através de head natural). As posições em aberto em 31 de dezembro de 2018 reconhecidas ao valor justo eram: a) perda posição mercados futuros swap R\$ 1,2 milhão (ganho de R\$ 0,2 milhão em 2017); b) perda na venda a termo commodities R\$ 0,1 milhão (perda de 0,1 milhão em 2017);

³ Dívida líquida ajustada considera os valores de empréstimos e financiamento (circulante e não circulante), obrigações com cessão de crédito e/ou títulos securitizados, obrigações com arrendamento de veículos (leasing bancário ou com locadoras de veículos), deduzindo caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários.

Agro Trends
Participações S.A.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2017
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Agro Trends Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Agro Trends Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Agro Trends Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agro Trends Participações S.A. e da Agro Trends Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reemissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Chamamos a atenção para a Nota 2.1 as demonstrações financeiras, que descreve a atualização e reemissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido a intenção da Companhia de se registrar na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para o processo de abertura de capital (Nota 31(d)). Emitimos nosso relatório do auditor independente original com data de 30 de maio de 2018 sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas aprovadas para emissão em 30 de maio de 2018.

Agro Trends Participações S.A.

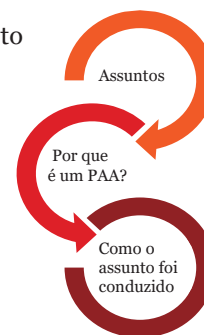
Devido a atualização descrita na Nota 2.1, estamos emitindo novo relatório do auditor independente sobre as novas demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas pela administração da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase - Alteração da razão social da Companhia e impactos da aquisição reversa

Chamamos a atenção para a Nota 31 (d) às demonstrações financeiras, que descreve que, em 31 de outubro de 2020, a Companhia teve a sua razão social alterada para AgroGalaxy Participações S.A., após uma combinação de negócios caracterizada como aquisição reversa, em que a Companhia, apesar de ser determinada como adquirente legal, foi apontada como adquirida contábil. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Impairment do ágio

Conforme descrito na Notas 3.10 e 13 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas mantém em suas demonstrações financeiras saldo de ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill) de R\$ 74.898 mil, resultante de aquisições de negócios ocorridas em anos anteriores.

A avaliação anual de recuperabilidade do ágio envolve premissas e julgamentos críticos por parte da administração na determinação dos fluxos de caixa futuros esperados das Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") identificadas pela Companhia.

Focamos nossos trabalhos nas projeções de resultados dessa controlada, pois envolvem estimativas e julgamentos críticos da administração na comparação dos fluxos de caixa futuros, os quais,

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- Avaliamos a definição, pela administração da Companhia, das Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 01/IAS 36 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos".
- Confrontamos os fluxos de caixa futuros utilizados no teste de recuperação do ágio com as projeções de resultados futuros ("Projeções") aprovadas pelo Conselho de Administração.
- Com o apoio de nossos especialistas internos em avaliação de negócios, verificamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como discutimos a adequação do



Agro Trends Participações S.A.

Porque é um PAA

se alterados, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos apurados pela Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

modelo utilizado pela administração para fins de avaliação da recuperabilidade do ágio.

- Avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas nas Projeções, tais como taxa de desconto, taxa de crescimento de receita, margem bruta esperada por segmento, e os custos operacionais das UGCs mediante a comparação dessas premissas com informações de mercado, quando disponíveis, e com informações históricas da própria Companhia.
- Avaliamos a competência e a objetividade dos especialistas externos contratados pela administração para a preparação dos fluxos de caixa futuros.
- Efetuamos análises de sensibilidade para as principais premissas das Projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis.
- Efetuamos a leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes do exercício anterior

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins comparativos e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas.

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações



Agro Trends Participações S.A.

financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As



Agro Trends Participações S.A.

distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

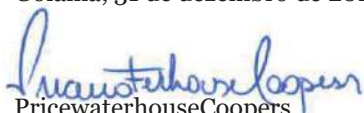
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Agro Trends Participações S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia, 31 de dezembro de 2020


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Luis Fernando de Souza Maranhã
Contador CRC 1SP201527/O-5

Índice

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Demonstração do valor adicionado	7
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1. Informações gerais	8
2. Base de preparação e apresentação	8
3. Resumo das principais políticas contábeis	9
4. Estimativas contábeis e julgamentos críticos	21
5. Gestão de risco financeiro	23
6. Caixa e equivalentes de Caixa e Aplicações financeiras	30
7. Contas a receber de clientes (Consolidado)	31
8. Estoques (Consolidado)	32
9. Impostos a recuperar	32
10. Outros créditos	33
11. Investimentos (Controladora)	33
12. Imobilizado (Consolidado)	35
13. Intangível (Consolidado)	36
14. Fornecedores	37
15. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)	38
16. Obrigações por cessão de crédito (Consolidado)	38
17. Impostos e contribuições a recolher (Consolidado)	39
18. Outras contas a pagar	40
19. Provisão para contingências (Consolidado)	40
20. Patrimônio líquido (Controladora)	40
21. Partes relacionadas	42
22. Receitas (Consolidado)	44
23. Custos das mercadorias vendidas (Consolidado)	44
24. Despesas gerais e administrativas por natureza	44
25. Despesas com vendas, por natureza (Consolidado)	45
26. Resultado financeiro	46
27. Imposto de renda e contribuição social	47
28. Informações por segmento (Consolidado)	47
29. Instrumentos financeiros (consolidado)	49
30. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa (Consolidado)	53
31. Cobertura de seguros (não auditado)	54
32. Eventos subsequentes	54

Agro Trends Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016 (não auditado)	2017	2016 (não auditado)
Receitas	22			1.047.790	390.087
Custo das mercadorias vendidas	23			(936.405)	(323.186)
Lucro bruto				111.385	66.901
Despesas gerais e administrativas	24	(68)	(2.283)	(38.389)	(7.709)
Despesas com vendas	25			(31.437)	(16.613)
Outras receitas, líquidas		(2)		1.594	48
Resultado de equivalência patrimonial	3	11.765	7.632		
Lucro antes do resultado financeiro		11.695	5.349	43.153	42.627
Resultado Financeiro	26	(1.239)	68	(12.335)	(25.503)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		10.456	5.417	30.818	17.124
Imposto de renda e contribuição social					
Imposto de renda e contribuição social correntes	27			(14.729)	(13.687)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27			3.878	7.068
Lucro líquido do exercício		10.456	5.417	19.967	10.505
Atribuível a					
Acionistas				10.456	5.417
Participação dos não controladores				9.511	5.088
				19.967	10.505
Lucro líquido (básico e diluído) por ação - em R\$	20.6			0,18	0,42

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Trends Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 (não auditado)	2017	2016 (não auditado)
Lucro líquido do exercício	10.456	5.417	19.967	10.505
Outros resultados abrangentes				
Total do resultado abrangente do exercício	10.456	5.417	19.967	10.505
Atribuível a				
Acionistas			10.456	5.417
Participação dos não controladores			<u>9.511</u>	<u>5.088</u>
			19.967	10.505

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Trends Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

Nota	Atribuível aos acionistas da Controladora									
	Capital social			Reserva de lucros			Adiantamento para aumento de capital (AFAC)			
	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Subtotal	Participação dos não controladores	Total
Em 1º de janeiro de 2016 (não auditado)										
20.1	95.992	(138)					(25)	95.854		95.854
20.1									421	421
20.1	421							421	(421)	
20.1			142					142		142
						5.417		5.417	5.088	10.505
Destinações:										
20.4					271	(271)				
20.4						(257)		(257)		(257)
20.3						(6.184)		(6.184)	45.059	38.875
Em 31 de dezembro de 2016										
	96.413	(138)	142		271	(1.320)		95.368	50.147	145.515
Transação com acionistas não controladores										
20.5				(9.026)				(9.026)		(9.026)
20.1	4.445	138						4.583		4.583
20.1			10.510					10.510		10.510
20.4						10.456		10.456	9.511	19.967
Destinações:										
20.3					523	(523)				
20.4						(497)		(497)		(497)
20.3						(8.116)				
Em 31 de dezembro de 2017										
	100.858		10.652	(9.026)	794	8.116		111.394	59.657	171.051

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Trends Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
	(Não auditado)		(Não auditado)	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos de renda e da contribuição social	10.456	5.417	30.818	17.124
Ajustes:				
Depreciação			1.017	690
Amortização			3.789	
Participação no resultado de controladas	(11.765)	(7.632)		
Juros apropriados			21.798	4.165
Descontos, variações monetárias e cambiais, líquidos			(41.329)	3.219
Ajuste a valor justo do contas a receber			(44.917)	14.433
Ajuste a valor presente do contas a receber			28.081	7.809
Ajuste a valor presente de fornecedores			(34.462)	(7.645)
Ajuste a valor justo de fornecedores			48.676	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa			8.404	3.813
Resultado de baixa e alienação de ativo imobilizado			1.455	1.175
Provisão para contingências			572	
Resultado ajustado	(1.309)	(2.215)	23.903	44.783
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes			(60.422)	(232.424)
Estoques			32.668	(7.683)
Impostos a recuperar	(3)		2.585	1.605
Outros créditos	(548)	(11)	9.805	24.063
Fornecedores	(38)	31	(69.965)	144.174
Obrigações sociais e trabalhistas	(1)		1.181	(92)
Impostos e contribuições a recolher	1		(5.386)	4.523
Outras contas a pagar	(13.058)		(9.658)	15.755
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(14.956)	(2.195)	(75.290)	(5.296)
Pagamento de juros sobre empréstimos			(9.285)	(5.425)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(9.661)	(13.687)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(14.956)	(2.195)	(94.237)	(24.408)
Fluxo de caixa de atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado			(6.858)	(3.021)
Aquisição de intangível			(756)	
Títulos em Certificados de Recebíveis do Agronegócio			(17.758)	(197)
Aquisição de controle de entidade investida		(94.037)		(80.634)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		(94.037)	(25.372)	(83.852)
Fluxo de caixa atividades de financiamentos				
Aumento de capital e AFAC	15.093	96.417	30.293	96.417
Captações de empréstimos e financiamentos			117.683	56.089
Captações de Certificados de Recebíveis do Agronegócio			104.787	
Amortização de principal de emp. e financiamentos			(78.540)	(23.383)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	15.093	96.417	174.222	129.123
Aumento em caixa e equivalentes de caixa, líquido	137	185	54.614	20.863
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	191	6	15.294	
Caixa inicial de investidas				5.569
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	327	191	69.908	15.294
	136	185	54.614	20.863

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Trends Participações S.A.

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
	(Não auditado)		(Não auditado)	
Receitas	62		1.044.888	390.091
Vendas de mercadorias, produtos e serviços			1.049.746	391.275
Outras receitas	62		3.545	2.072
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(8.404)	(3.256)
Insumos adquiridos de terceiros	(131)	(2.099)	(975.559)	(343.445)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos			(930.592)	(318.691)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(131)	(1.912)	(43.001)	(24.195)
Outros		(187)	(1.966)	(559)
Valor Adicionado Bruto	(69)	(2.099)	69.329	46.646
Depreciação, Amortização			(4.806)	(690)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela entidade	(69)	(2.099)	64.523	45.956
Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.790	7.700	57.819	2.854
Resultado de equivalência patrimonial	11.765	7.632		
Receitas financeiras	25	68	57.819	2.854
Valor Adicionado Total a Distribuir	11.721	5.601	122.343	48.810
Distribuição do Valor Adicionado	11.721	5.601	122.343	48.810
Pessoal			13.636	2.018
Remuneração Direta			12.614	1.842
Benefícios			492	55
F.G.T.S.			530	121
Impostos, Taxas e Contribuições	2	182	15.669	7.455
Federais	1	181	13.684	7.690
Estaduais			975	(322)
Municipais	1	1	1.010	87
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.264	2	73.072	28.832
Juros	1.264		70.154	28.357
Aluguéis		2	2.918	475
Remuneração de Capitais Próprios	10.456	5.417	19.967	10.505
Dividendos	497	257	497	257
Lucros retidos / Prejuízo do exercício	9.959	5.160	9.959	5.160
Participação dos não-controladores nos lucros retidos			9.511	5.088

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A Agro Trends Participações S.A. (a ‘Companhia’) é uma ‘Holding’, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado e domiciliada no Brasil.

A Companhia foi constituída em 15 de outubro de 2014 e está sediada em São Paulo- SP.

O Grupo atua, primariamente, no comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários, sementes, rações, maquinários e implementos agrícolas, representações comerciais, assistência técnicas agrícolas, prestação de serviços fitossanitários (vendas aplicadas e tratamentos de sementes), reembalador de sementes (soja, trigo e milho), remessa e ou recebimento de produtos agrícolas em consignação e ou para depósito, bem como, em operar na comercialização e exportação de cereais (soja e milho), no armazenamento, beneficiamento e padronização destes cereais, além de participação no capital de outras sociedades como cotistas e acionistas e produção agrícola.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Agro Trends Participações S.A. (“Companhia”) e suas controladas (em conjunto com a Companhia, o “Grupo”).

1.1 Controladas

Em 21 de novembro de 2016, a Companhia adquiriu o controle do Grupo Rural Brasil por meio da aquisição de participação societária equivalente a 60% da Rural Brasil. A Rural Brasil S.A. (“Controlada” ou “Rural Brasil”) possui como operação a comercialização de defensivos agrícolas, sementes, adubos granulados, fertilizantes foliar e grãos, bem como atua no armazenamento, beneficiamento, padronização e comercialização de cereais (soja e milho). Após a aquisição, o Grupo passou a investir na expansão de sua área de atuação que resultou na inauguração de 7 novas lojas, sediadas nos Estados de Goiás (2), Pará (3), Maranhão (1) e Tocantins (1).

Dessa forma, as demonstrações financeiras consolidadas de 2016, apresentadas como demonstrações financeiras correspondentes para fins comparativos, compreendem as operações da controlada para o período subsequente à data da aquisição.

2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos (inclusive instrumentos financeiros derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

(c) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.1 Reemissão das demonstrações financeiras

A administração da Companhia emitiu em 30 de maio de 2018 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. No contexto da intenção de se obter o registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e com o processo de abertura de capital (Nota 32.(d)), foram necessárias adaptações para atendimento às normas da CVM, incluindo apresentação das demonstrações financeiras em IFRS, bem como a preparação e apresentação da demonstração do valor adicionado e, por esse motivo as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo reemitidas para esse fim.

A administração da Companhia analisou suas operações e concluiu que não há diferenças relevantes entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e, portanto, como suas práticas contábeis já adotadas consistentemente são similares as IFRS, não há necessidade de divulgações adicionais pela adoção do IFRS e as presentes demonstrações financeiras foram preparadas conjuntamente (BRGAAP e IFRS).

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 30 de dezembro de 2020.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.1 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As seguintes práticas contábeis foram aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados na consolidação. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2017, as demonstrações financeiras consolidadas compreendem as operações realizadas pela Companhia, pela controlada direta Rural Brasil e por suas controladas indiretas (Rural Primavera Ltda., Rural Agricultura no Vale Ltda., Rural Canarana Ltda., Rural Dinâmica Produtos Agropecuários Ltda. e Rural Agrícola Mineiros Ltda.), considerando o percentual de participação de 60,0%.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo, denominadas transações de capital entre os sócios. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada diretamente no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é revista e mensurada ao seu, valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.2 Novas normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor da data base das demonstrações financeiras

- CPC 48 / IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 / IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

O referido pronunciamento impacta as demonstrações financeiras da Companhia na classificação dos instrumentos financeiros e na contabilização do *impairment* para ativos financeiros. Dessa forma, quando da adoção desse pronunciamento, em 1º de janeiro de 2018, os ativos financeiros que antes eram classificados na categoria de "Empréstimos e recebíveis" serão reclassificados para a categoria "Custo amortizado".

Os critérios de apuração do *impairment* de ativos financeiros serão revistos e a Companhia, que optará pela adoção da abordagem simplificada (uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil dos ativos relacionadas), a qual não resultará em ajuste a ser registrado na data de transição.

- CPC 47 / IFRS 15- "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o CPC 17 / IAS11 - "Contratos de Construção, CPC 30 / IAS 18- "Receitas" e correspondentes interpretações.

O Grupo auferir receitas de vendas de mercadorias para clientes e apenas reconhece sua receita quando o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente. A conclusão da Companhia é que essa nova norma não trará impactos na atual metodologia de reconhecimento de receitas.

- ICPC 21 / IFRIC 22- "Transações em moeda estrangeira", essa interpretação entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e provê esclarecimentos sobre a data da transação a ser usada para conversão de adiantamentos feitos ou recebidos em transações em moeda estrangeira. A Companhia optará por fazer a transição de forma prospectiva, isto é, os saldos de adiantamentos, incluindo o valor do principal e sua respectiva variação cambial acumulada, em 31 de dezembro de 2017, serão considerados como sendo os saldos iniciais dos adiantamentos e a data de 31 de dezembro de 2017 como sendo a data de transição. Os impactos de adoção dessa interpretação não são materiais.
- CPC 6 (R2) / IFRS 16- "Arrendamento": o CPC 6 (R2) / IFRS 16 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:
 - i. Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e
 - ii. Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração apurou os efeitos da adoção inicial do CPC 6 (R2)/ IFRS16 na classificação e mensuração dos seus arrendamentos e optou pela adoção da abordagem de transição simplificada com objetivo de refletir os efeitos de aplicação dessa norma nas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2019, e, portanto, não reapresentará informações comparativas de 2018, conforme permitido pelas disposições específicas de transição da norma. O método de transição adotado segue os seguintes procedimentos:

- O valor do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento calculado com base no valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados, utilizando a taxa incremental no arrendamento, que é definida como taxa equivalente ao que a Companhia teria que pagar ao realizar empréstimo bancário para adquirir um ativo de direito de uso semelhante, nas mesmas condições do contrato de arrendamento na data de aplicação inicial. Subsequentemente, a depreciação é deduzida no ativo de direito de uso, calculada pelo método linear pelo prazo.
- Os passivos de arrendamento do Grupo são reconhecidos em contrapartida aos ativos de direito de uso associados, imediatamente após a data de aplicação inicial.
- A taxa média ponderada de empréstimo incremental do arrendatário aplicada aos passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foi de 10% ao ano.

Os ativos de direito de uso reconhecidos em decorrência da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019, relacionam-se a contratos de aluguel de imóveis, onde estão instaladas suas lojas e sede administrativas, bem como áreas de armazenamento de produtos. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de dois a cinco anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os passivos de arrendamento do Grupo foram reconhecidos em contrapartida aos ativos de direito de uso associados, imediatamente após a data de aplicação inicial, em 1º de janeiro de 2019, no montante de R\$ 10.962.

- ICPC 22 - "Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro": A interpretação ICPC 22 / IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 / IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração do Grupo deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2019.

A aplicação dessa interpretação não resultou em impactos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

Outras alterações em vigor não são relevantes para a Companhia e suas controladas.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.4 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado Financeiro" (Nota 26).

3.5 Ativos financeiros

3.5.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

3.5.2 Reconhecimento e mensuração

Classificados nas seguintes categorias específicas: (a) empréstimos e recebíveis e (b) valor justo por meio de resultado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. A Companhia e suas controladas não possuem ativos classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e ativos financeiros "disponíveis para venda".

Os empréstimos e recebíveis referem-se a ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, sendo mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, pela imaterialidade do valor dos juros a ser reconhecido.

3.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.5.4 Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia a cada data de apresentação se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, O Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.5.5 Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e transações envolvendo *commodities*. Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pelo Grupo compreendem contratos a termo, instrumentos de swap e NDFs cambiais.

Inicialmente os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo.

O ganho ou perda da operação de *swap* de taxa de juros para proteção contra empréstimo com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado financeiro Nota 26.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*").

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e histórico de recebimento das empresas do Grupo. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

histórico do Grupo e nas condições existentes de mercado. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 5.1(b).

As empresas do Grupo realizam o cálculo do valor presente para as vendas a prazo a serem recebidas em reais. A taxa de desconto utilizada pela administração para esses itens é baseada na taxa média de captação de recursos por cada empresa junto a seus fornecedores e reflete os percentuais efetivamente negociados com os clientes em caso de antecipação de recebimentos. O valor presente é registrado como redutora das contas a receber e reconhecido ao resultado a pro rata até o seu vencimento.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referências às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) foi estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas esperadas na realização dos créditos. Para os demais títulos vencidos e à vencer relacionados a clientes com risco verificado, é efetuada uma análise individualmente e a administração mantém os procedimentos de cobrança e provisão quando pertinentes.

As contas a receber também incluem os recebíveis originados nas operações de “Barter”, em que a Companhia comercializa defensivos em troca de *commodities* agrícolas. O reconhecimento dessa operação ocorre pelo valor justo na data da transação e, posteriormente, o valor justo das contas a receber atrelado à variação do preço de *commodities* (soja e milho) é ajustado pela cotação da commodity no mercado físico, em contrapartida do resultado financeiro, conforme política contábil adotada pelo Grupo para determinar o resultado por segmento (Nota 4.2 (a)).

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as contas a receber também incluem recebíveis cedidos em operação de securitização com a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”). Esses recebíveis são mantidos como ativo nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que as obrigações mantidas pela Companhia não atendem aos critérios determinados nas práticas contábeis aplicáveis para o não reconhecimento do ativo financeiro. Na prática, esses recebíveis estão cedidos para a liquidação das operações de CRA, registradas como Obrigações com cessões de crédito, no passivo circulante (Nota 16).

3.7 Estoques

Os estoques de produtos agrícolas, adquiridos de terceiros e recebidos na liquidação de operações de barter, são registrados pelo valor de aquisição ou valor de troca na data de recebimento dos produtos pelo Grupo e, subsequentemente, são mensurados pelo seu valor justo deduzidos os custos das vendas, em alinhamento às práticas contábeis do mercado de atuação do Grupo.

Os demais itens em estoque são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

3.8 Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edificações	10 anos
Máquinas e equipamentos	7 anos
Computadores	5 anos
Veículos	4 anos
Móveis e utensílios	7 anos
Benfeitorias	7 anos

A administração tem utilizado a vida útil estimada que se aproxima da vida útil real dos referidos ativos. Ao final de cada exercício, essa estimativa é revisada e, se necessário, ajustada pela administração.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas, líquidas”, na demonstração do resultado.

3.9 Intangível

(a) *Ágio gerado na combinação de negócios*

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

(b) *Softwares*

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

3.10 Impairment de ativos não financeiro

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

Em 31 de dezembro de 2017, a administração entende que o ágio resultante da aquisição de controladas está alocado às operações de grãos e de insumos agrícolas, e o teste de *impairment* sobre o ágio foi elaborado considerando o resultado dessas duas UGCs, separadamente.

Os ativos não financeiros, exceto ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

3.11 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar referente a compra de mercadorias de revenda de insumos agrícolas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, considerando a taxa média dos contratos negociados com os próprios fornecedores.

As contas a pagar referente a compra de commodities agrícolas com preço a fixar, são registradas pelo valor justo na data de recebimento dos produtos pelo Grupo e, subsequentemente, o valor justo dessas contas a pagar atreladas à variação do preço de commodity é ajustado pela cotação da commodity no mercado físico, em contrapartida dos saldos de estoque de commodities ou do custo dos produtos vendidos.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.13 Obrigações por cessão de crédito

As obrigações por cessão de crédito são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que essas obrigações estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As obrigações por cessão de crédito são classificadas como passivo circulante, considerando que a sua liquidação está diretamente relacionada ao recebimento dos recebíveis securitizados, os quais têm o seu vencimento em período inferior a 12 meses após a data do balanço.

3.14 Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia e ou sua controlada tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

3.15 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferida

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia e suas controladas espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

3.16 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O Grupo reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas, conforme descrição a seguir.

As receitas do Grupo são provenientes substancialmente das seguintes atividades:

- armazenamento, beneficiamento, padronização, comercialização, importação, exportação de grãos (soja, milho e trigo); e
- revenda de insumos agrícolas, produtos agropecuários e sementes.

Em ambas essas atividades de venda, o Grupo mantém contratos com clientes distintos para a obter bens ou serviços que constituem um produto das atividades normais da entidade em troca de contraprestação.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Venda de mercadorias

A receita de venda de grãos, insumos agrícolas e sementes é reconhecida quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o cliente, e esse passa a ter controle sobre os produtos vendidos. As condições para reconhecimento dessa receita com venda de produtos estão apresentadas a seguir:

- O Grupo e o comprador aprovaram a transação, e estão comprometidos em cumprir suas respectivas obrigações;
- O Grupo pode identificar os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos;
- O Grupo pode identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- A transação possui substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato)
- É provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

O montante da receita auferida com a venda de insumos é determinado no momento do seu reconhecimento, com base no valor justo estimado para cada transação quando da transferência do controle da mercadoria.

Para as vendas de insumos que serão liquidadas em dinheiro, o valor justo é determinado pelo valor presente das contas a receber originadas na transação, e para as vendas de insumos que serão liquidadas com a entrega física de commodities (barter) pelo cliente, o valor justo é determinado pelo valor de comercialização dessas commodities no momento em que a venda dos insumos é reconhecida.

A administração do Grupo entende não haver receita variável decorrente da transação de venda de insumos, por considerar que, a partir do reconhecimento do recebível atrelado ao preço das commodities agrícolas, os resultados auferidos contribuem para o segmento de grãos. Nesse contexto, o Grupo auferiu margens similares nas vendas de insumos liquidadas em ativos financeiros em comparação com as vendas liquidadas em commodities agrícolas.

O montante da receita auferida com a venda das commodities agrícolas é determinado com base no valor contratual definido entre o Grupo e seus clientes.

3.17 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- receitas e despesas de juros;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas com a atualização do valor justo com operações de *barter* são registradas pelo regime de competência em “Resultado financeiro”.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.18 Ajustes a valor presente

Os valores a receber e a pagar, quando o efeito for relevante, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, considerando os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos contratos.

Quando ocorre o ajuste a valor presente sobre os recebíveis, o valor apurado reduz o saldo de contas a receber, bem como a receita de vendas, e a reversão do ajuste é feita de acordo com a fluência dos prazos na receita financeira. Quando ocorre o ajuste a valor presente sobre fornecedores, o valor apurado reduz o saldo de estoque e fornecedores e a reversão do ajuste ocorre de acordo com a fluência dos prazos na rubrica “Resultado financeiro”.

3.19 Custos e demais receitas e despesas

Os custos e as demais receitas e despesas são reconhecidas no resultado de acordo com o princípio contábil da competência dos exercícios.

3.20 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia e suas controladas não possuem opção de pagamento baseado em ações.

Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, e também reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (contractive obligation).

3.21 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

4. Estimativas contábeis e julgamentos críticos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período social, estão contempladas a seguir:

(a) Valor justo de instrumentos financeiros derivativos e de ativos não monetários

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos e de ativos financeiros não monetários (contas a receber em commodities agrícolas) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(b) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (*impairment*)

Tendo em vista todos os controles do Grupo para mitigação dos riscos de crédito, e a consequente baixa inadimplência histórica, no Grupo o *impairment* é estabelecido quando existe uma evidência objetiva de que as empresas não serão capazes de receber todos os valores, sendo a provisão calculada em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e as respectivas garantias possuídas.

(c) Impairment sobre ágio proveniente na combinação de negócios

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.10. O valor recuperável de Unidade Geradora de Caixa (UGC) foi determinado com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 13).

Não foram identificadas perdas por *impairment* em 2017, bem como os cálculos realizados pela administração com o apoio de especialistas em avaliação de negócios demonstram que não é provável a apuração de perdas por *impairment* haja vista o valor em uso calculado e divulgado na Nota 13.

4.2 Julgamento crítico a aplicação das políticas contábeis

(a) Determinação da receita com a venda de insumos agrícolas com a liquidação em ativo não financeiro

O Grupo realiza a venda de insumos agrícolas para o recebimento em commodities agrícolas, sempre por determinação do cliente que prefere travar o valor da operação em quantidade de mercadoria a ser entregue, sem correr o risco de preço. Essa operação atende aos interesses normais do Grupo que opera na originação de grãos para sua atuação como uma trading company. Considerando que essas contas a receber são liquidadas com ativos não monetários (produtos agrícolas), as mesmas estão fora do escopo do IFRS 9/ CPC 48 Instrumentos financeiros.

A receita da venda de insumos é determinada pelo valor justo desses recebíveis no momento da venda. As variações subsequentes dessas contas a receber, as quais são remensuradas conforme o valor justo estimado de liquidação das commodities no mercado físico são reconhecidos como resultado financeiro.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo entende que essas variações subsequentes das contas a receber não representam receita variável da venda de insumos, considerando que a partir do seu reconhecimento inicial, o segmento de grãos passa a atuar na gestão desses ativos em conjunto com os estoques de grãos, os quais constituirão o custos das vendas daquele segmento.

Nos exercícios de 2017 e 2016, o montante dessa variação reconhecida como resultado financeiro no resultado do exercício é um ganho de R\$ 9.360 e perda de R\$ 14.433, respectivamente.

(b) Valorização dos contratos a termo de compra e venda de commodities pelo valor justo

O Grupo valoriza os ativos não monetários atrelados ao preço de commodities, bem como o seu estoque de commodities, e as contas a pagar com preço não fixado pelo valor justo contra o resultado do exercício. O segmento de Grãos, com o objetivo de definir a sua margem nas operações em que o Grupo atua como uma trading company, contrata instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos de compra e venda a termo com clientes, bem como por contratos futuros com instituições financeiras, os quais são mensurados ao valor justo nas demonstrações financeiras do Grupo, incluindo aqueles contratos a termo que são liquidados com a entrega física dos produtos.

A administração reconhece contabilmente o valor justo dos contratos a termo de compra e venda que são liquidados com a entrega física, por entender que a mensuração desses contratos pelo valor justo por meio do resultado é necessária para eliminar uma inconsistência que surgiria pelo seu não reconhecimento, conforme previsto no parágrafo 2.5 do CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos financeiros. Esses contratos a termo são firmados para proteção do risco de preço (Nota 5.1 (a) (iii)) que o Grupo está sujeito, em razão das operações com grãos de onde surgem os seguintes ativos e passivos mensurados pelo valor justo: (i) estoques de commodities agrícolas, (ii) contas a pagar pela compra de soja a fixar, (iii) ativos não financeiros atrelados ao preço de mercado da soja (contas a receber originadas em operações de barter, conforme Nota 3.6); e (iv) operações de futuros firmados com instituições financeiras. Dessa forma, a não valorização desses contratos a termos resultaria em impactar o resultado do exercício em momentos diferentes dos referidos instrumentos.

Nos exercícios de 2017 e 2016, essas operações resultaram no reconhecimento de despesa financeira no montante de R\$ 32 e de receita financeira de R\$ 2.325, respectivamente.

5. Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. Nos termos dessas práticas, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas pelo Conselho de Administração, a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

<u>Risco</u>	<u>Exposição</u>	<u>Metodologia utilizada para mensuração do impacto</u>	<u>Gestão</u>
Risco de mercado – câmbio	Operações comerciais futuras Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Previsão de fluxos de caixa Análise de sensibilidade	Contratos futuros a termo
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Swaps de taxa de juros
Risco de mercado - volatilidade no preço das commodities	Estoque de commodities e operações comerciais atreladas às commodities agrícolas	Análise de sensibilidade	Contratos de futuros e a termo
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ ratings
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

(a) Risco de mercado

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxas de juros

O principal risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de curto prazo com taxas variáveis, expondo o Grupo ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros. Durante 2017 e 2016, os empréstimos do Grupo às taxas variáveis eram mantidos em reais e em dólar.

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

(ii) Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos.

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas do Grupo, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de hedge, efetuadas sob a orientação da Tesouraria do Grupo.

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

O Grupo usa operações cambiais a termo para se proteger contra a exposição ao risco cambial. Na política do Grupo, os termos essenciais dos contratos a termo e das opções devem estar alinhados aos itens protegidos.

O Grupo estabelece que os contratos de compra e venda devem apresentar ganho ou perda equivalentes a fim de criar um hedge natural em suas operações, com a finalidade de minimizar os impactos de alterações da moeda.

No quadro abaixo, demonstraremos a exposição líquida em milhares de dólares norte-americanos:

	(milhares de USD)	
	2017	2016
	(não auditado)	
Contas a receber de clientes	10.357	6.779
Fornecedores	(14.149)	(10.411)
Empréstimos e financiamentos	6.900	1.400
Contratos de swap	(6.900)	(1.400)
	<u>(3.792)</u>	<u>(3.633)</u>

(iii) Risco de preço

No curso normal de suas operações, as controladas da Companhia efetuam negociações de permuta vinculada a preço de commodities, principalmente soja e milho.

Os preços da soja e do milho estão sujeitos à volatilidade resultante das condições climáticas, do rendimento de safra, dos custos com transporte, dos custos de armazenagem, da política agrícola do governo, das taxas de câmbio e dos preços dessas commodities no mercado internacional, entre outros fatores.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

É prática da administração do Grupo proteger-se da exposição a variações de preço da soja e do milho por meio de contratos de venda de grãos futuro junto a *tradings* de *commodities*, vinculando o preço dos grãos que serão recebidos dos clientes em tais contratos de venda.

Abaixo segue resumo das exposições das commodities no Grupo no período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 bem como os instrumentos contratados pela administração para reduzir exposições físicas (contratos de compra e vendas no mercado futuro) (em toneladas):

Posições/produtos	2017		2016	
	Soja	Milho	Soja	Milho
			(não auditado)	
Contratos de compra	132.527	21.151	106.800	41.100
Contratos de venda	(134.669)	(25.408)	(104.664)	(40.278)
Posição contratos futuros	(2.142)	(4.257)	2.136	822

A política de gestão adotada pela Companhia estabelece diretrizes para a proteção de riscos nas oscilações de preços de commodities e as exposições de cada commodity foram determinadas analisando a demanda, expectativa de produção anual de grãos, recebimento, armazenamento e as estratégias comerciais tendo em vista o custo/oportunidade a que o mercado apresentava à época.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto.

O risco de crédito é administrado corporativamente. Os clientes são classificados pela área de análise de crédito avaliando a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Contas a receber de clientes

O Grupo reconhece uma perda estimada para créditos de liquidação duvidosa para os recebíveis vencidos acima de 180 dias que não possuem garantia real de recebimento. O Grupo acredita que os montantes que não sofreram perda por redução ao valor recuperável e que estão vencidos acima de 180 dias ainda são cobráveis integralmente, com base em histórico de comportamento de pagamento e em análises detalhadas do risco de crédito dos respectivos clientes.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O aging dos títulos vencidos e a vencer podem ser demonstrados a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u> (não auditado)
A vencer	504.491	441.282
Vencidos		
Entre 1 e 30 dias	935	3.387
Entre 31 e 60 dias	1.973	827
Entre 61 e 90 dias	3.293	1.040
Entre 91 e 180 dias	11.586	20.218
Entre 181 dias e 365 dias	14.272	8.693
Acima de 365 dias	19.456	11.734
(-) PCLD	<u>(20.711)</u>	<u>(12.307)</u>
Sub-total	<u>30.805</u>	<u>33.592</u>
	<u>535.296</u>	<u>474.874</u>

A movimentação da provisão para perdas é demonstrada a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u> (não auditado)
Saldo inicial da provisão para perdas em 1º de janeiro	12.307	8.494
Aumento na provisão para perdas reconhecida no resultado do exercício	12.028	4.594
Valores não utilizados e estornados	<u>(3.624)</u>	<u>(781)</u>
Saldo final da provisão para perdas em 31 de dezembro	<u>20.711</u>	<u>12.307</u>

As contas a receber de clientes são baixados quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com o Grupo ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 180 dias.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Até 12 meses</u>	<u>2 a 3 anos</u>
Em 31 de dezembro de 2017		
Fornecedores	553.250	
Empréstimos, financiamentos	145.436	18.473
Instrumentos financeiros derivativos	175	
Obrigações por cessão de crédito	153.884	
Obrigações por aquisição de ações	34.509	27.373
Outras contas a pagar	19.197	
	<u>852.745</u>	<u>18.473</u>
Em 31 de dezembro de 2016 (Não auditado)		
Fornecedores	630.128	
Empréstimos, financiamentos	58.263	51.621
Instrumentos financeiros derivativos	1.366	
Obrigações por cessão de crédito	38.744	
Obrigações por aquisição de ações	12.637	
Outras contas a pagar	20.783	56.701
	<u>728.500</u>	<u>51.621</u>

Os valores exigíveis acima de um ano têm a sua exigibilidade em até 10 anos, conforme idade de vencimento divulgada na Nota 15.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2017, a estratégia do Grupo, que ficou inalterada em relação à de 2016, foi a de gerenciar o índice de alavancagem financeira de acordo com as oportunidades disponíveis no mercado, tendo obtido os índices de 31% em 2017 e 36% em 2016.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2017	2016
		(não auditado)
Empréstimos e financiamentos	147.784	96.128
(-) Caixa e equivalentes	(69.908)	(15.294)
Dívida líquida	77.876	80.834
Total do patrimônio líquido	171.051	145.515
Capital total	248.927	226.349
Índice de alavancagem financeira - %	31%	36%

As obrigações por cessão de crédito (Nota 16) não estão sendo consideradas como parte da dívida líquida do Grupo, uma vez que serão liquidadas com os recebíveis securitizados, sem a expectativa de desembolso para o Grupo.

5-3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

O Grupo apresenta os instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações por nível como segue:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

Os instrumentos financeiros são mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível de hierarquia.

Os ativos e passivos do Grupo, mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2017 são:

- i) Contas a receber originadas em operações de barter R\$ 126.334 (2016 – R\$ 148.322), classificada no Nível 2 da hierarquia do valor justo;
- ii) Estoques adquiridos de terceiros e recebidos em operações de barter de R\$ 6.330 (2016 – R\$ 585) (Nota 8), classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo;
- iii) Contas a pagar (fornecedores) pela compra de commodities agrícolas a fixar de R\$ 3.726 (2016 – 2.062), classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo; e
- iv) Instrumentos financeiros derivativos R\$ 159 (2017 – R\$ 1.243), classificado no Nível 2 da hierarquia do valor justo, (Nota 29).

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não houve transferência entre os níveis durante os exercícios apresentados. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o Grupo não possui instrumentos financeiros ao valor justo classificados nos níveis 1 e 3.

As atividades dos nossos clientes são sazonais, baseadas nos ciclos de plantio, crescimento e colheita de grãos. A demanda por insumos agrícolas concentra-se durante a temporada de plantio de culturas de grãos, que geralmente ocorre entre os meses de setembro e dezembro. As operações relacionadas a comercialização de grãos, sejam elas operações de barter ou de originação, estão concentradas no período de colheita, que geralmente ocorre entre os meses de março e abril. Tais operações de comercialização de grãos normalmente são liquidadas nos meses subsequentes à colheita, quando ocorre a liquidação física e financeira das transações de barter ou de originação. Dessa forma, os saldos físicos de estoque, bem como as contas a pagar a fornecedores de grãos, são zero ou próximos de zero em datas próximas ao encerramento do exercício fiscal.

Nível 2

O valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.

A determinação do valor justo (“fair value”) dos instrumentos financeiros contratados pelo Grupo é efetuada com base em informações obtidas junto às instituições financeiras (para os derivativos) e preço cotado em mercado ativo das commodities com as quais trabalha (no caso de ativos e passivos liquidados em commodities), utilizando metodologia usual padrão de apuração no mercado, que compreende avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro.

O Grupo avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
	(não auditado)		(não auditado)	
Caixa			9	9
Banco conta movimento	10	191	1.368	382
Aplicações financeiras (i)	317		68.531	14.903
	<u>327</u>	<u>191</u>	<u>69.908</u>	<u>15.294</u>

- (i) As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por certificado de depósito bancário (CDB), possuem remuneração atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), por taxas entre 79% a 84% da variação do Certificado de Depósitos Interbancários – CDI (2016 – 90% a 98% do CDI). As aplicações são feitas em bancos considerados de primeira linha e o seu valor contábil se aproxima do valor justo dessas aplicações. O volume de recursos junto às instituições financeiras corresponde a créditos que serão utilizados pela Administração no giro financeiro operacional, sendo prontamente conversíveis em caixa, com insignificante risco de mudança de valor;

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Contas a receber de clientes (Consolidado)

Composição do saldo

	<u>2017</u>	<u>2016</u> (não auditado)
Contas a receber clientes nacionais (iii)	349.790	433.619
Contas a receber partes relacionadas (nota 31)	39.900	38.933
Títulos securitizados - CRA (i)	167.695	37.576
Outras contas a receber	9.055	4.322
(-) PCLD	(20.711)	(12.307)
(-) Ajuste a valor presente de clientes (ii)	(10.434)	(27.269)
	<u>535.296</u>	<u>474.874</u>
Circulante	485.143	450.856
Não circulante	<u>50.153</u>	<u>24.018</u>
	<u>535.296</u>	<u>474.874</u>

- (i) Em 2017 e 2016, o Grupo realizou a cessão de recebíveis em operações de securitização e emissão de CRA. O passivo resultante dessas operações está registrado como Obrigações por cessão de crédito (Nota 16). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía duplicatas a receber nos montantes de R\$ 167.695 (2016 – R\$ 37.576) cedidos para a liquidação dessas obrigações.
- (ii) O prazo médio das contas a receber do Grupo é de 184 dias (2016 – 438 dias). Quando aplicável, as contas a receber são ajustadas ao seu valor presente pelo prazo de cada operação a taxa de juros média de 1% a.m. em 2017 e 2016.
- (iii) As contas a receber incluem o montante de R\$ 126.334 (2016 – R\$ 148.322), originados em operações na modalidade barter. Esta modalidade consiste na venda de produtos a um cliente mediante o recebimento do resultado da colheita do produtor (commodities agrícolas) em substituição ao pagamento efetivo de caixa. Essas contas a receber são valorizadas ao valor justo, conforme descrito na Nota 5.3. A comercialização de insumos para o recebimento em commodities agrícolas é parte da estratégia de originação de grãos do Grupo.

A composição por ano de vencimento das contas a receber de clientes e a movimentação da provisão para perdas constituída estão apresentadas na Nota 5.1 (b).

Em 31 de dezembro de 2017, as contas a receber de clientes do Grupo no valor de R\$ 30.805 (2017 – R\$ 33.592) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração, suportada por sistemas tecnológicos e processos, vinculados à área de risco e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração da Companhia por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco).

Em 2017, a administração aprimorou seus controles para a concessão de crédito, melhorando a qualidade das garantias obtidas e, conseqüentemente, reduzindo o montante da perda estimada nos recebíveis do Grupo.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os recebíveis das controladas do Grupo são originados nas suas operações de venda de grãos e ao varejo ao produtor rural de forma massificada, com análise de crédito individual, com baixo ticket médio, tendo como característica a pulverização absoluta do risco de crédito e a presença de instrumento de garantia, tais como CPR, hipoteca, fianças e alienação fiduciária.

Deste modo, os valores registrados no contas a receber representam a dimensão adequada da exposição do Grupo ao risco de crédito.

8. Estoques (Consolidado)

	<u>2017</u>	<u>2016</u> (não auditado)
Defensivos	265.723	295.955
Sementes	12.179	29.116
Fertilizante foliar	15.379	11.614
Grãos a granel	6.330	585
Outros	5.061	71
	<u>304.673</u>	<u>337.341</u>

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo não identificou indicadores que requeiram reduzir o valor de realização de seus estoques, seja por casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo das mercadorias vendidas" totalizou R\$ 936.405 (Em 2016 – R\$ 323.186).

Em 31 de dezembro de 2017, os estoques de grãos referem-se a 6.041 toneladas de milho e 1.134 toneladas de soja (2016 – 1.404 toneladas de milho).

9. Impostos a recuperar (Consolidado)

	<u>2017</u>	<u>2016</u> (não auditado)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	3.173	3.807
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	508	23
Imposto de renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	4.079	7.463
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.400	2.490
Programa de Integração Social - PIS	408	24
Contribuição para Financiamento Seguridade Social - COFINS	1.766	111
Contribuição ao Instituto Nacional Seguridade Social - INSS	4	4
	<u>11.337</u>	<u>13.922</u>

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Outros créditos(Consolidado)

	<u>2017</u>	<u>2016</u> (não auditado)
Adiantamentos a fornecedores e outros	12.948	17.778
Partes Relacionadas	<u>5.197</u>	
	<u>18.145</u>	<u>17.778</u>

11. Investimentos (Controladora)

	<u>2017</u>	<u>2016</u> (não auditado)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	147.836	125.369
Participação no capital social	<u>60,00%</u>	<u>60,00%</u>
Participação nos investimentos	88.702	75.221
Participação em aportes de capital futuro	8.706	17.826
Valor justo dos ativos adquiridos, líquidos da realização	6.062	9.851
Tributos diferidos, relacionados	(2.061)	(3.349)
Ágio na aquisição de investida	<u>74.898</u>	<u>74.898</u>
Saldo contábil do investimento na Controladora	<u>176.307</u>	<u>174.448</u>

Abaixo, segue resumo das informações financeiras da controlada, em 31 de dezembro de 2019:

	Participação no capital (%)		Patrimônio Líquido		Lucro do Exercício	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
	(não auditado)		(não auditado)		(não auditado)	
Rural Brasil S.A.	60%	60%	147.836	125.369	23.776	23.073

11.1 Informações financeiras resumidas

	<u>2017</u>	<u>2016</u> (não auditado)
Ativo circulante	888.452	807.123
Ativo não circulante	83.070	34.750
Passivo circulante	807.272	670.487
Passivo não circulante	16.415	46.017
Patrimônio líquido	<u>147.836</u>	<u>125.369</u>
Resultado do exercício	<u>23.776</u>	<u>23.073</u>

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11.2 Movimentação

Abaixo segue movimentação do investimento em controlada no exercício:

Aquisição de controle de investida em 7 de outubro de 2016	173.000
Resultado de participação societária	<u>1.448</u>
Em 31 de dezembro de 2016 (não auditado)	174.448
Resultado de participação societária	14.266
Realização de mais valia de ativos (i)	(2.501)
Distribuição de dividendos	(880)
Ajustes de avaliação patrimonial reflexo	<u>(9.026)</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u>176.307</u>

- (i) O valor justo dos ativos adquiridos refere-se à alocação do preço pago à carteira de clientes, a ser amortizado em 3 anos. A amortização no exercício foi de R\$ 3.789 (realização de impostos diferidos de R\$ 1.288).

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Imobilizado (Consolidado)

	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Computadores	Móveis e Utensílios	Imóveis de Terceiros	Total
Em 1º de janeiro de 2016 (não auditado)	25	216	338	72	59		710
Saldo inicial de investidas	1.642	249	3.337	42	107		5.377
Adições	83	76	584	117	40		900
Baixas	(208)	(117)	(1.048)	(7)	(3)		(1.175)
Depreciação		(50)	(381)	(27)	(24)		(690)
Em 31 de dezembro de 2016 (não auditado)	1.542	374	2.830	197	179		5.122
Custo	1.958	474	3.592	250	227		6.502
Depreciação acumulada	(416)	(101)	(762)	(53)	(48)		(1.380)
Valor residual	1.542	374	2.830	197	179		5.122
Em 31 de dezembro de 2016 (não auditado)	1.542	374	2.830	197	179		5.122
Adições	583	481	1.349	948	545	2.952	6.858
Baixas	(179)	(83)	(1.156)	(20)	(31)	(69)	(1.455)
Depreciação	(188)	(83)	(292)	(109)	(67)	(279)	(1.017)
Em 31 de dezembro de 2017	1.758	772	2.731	1.016	626	2.604	9.508
Custo	2.362	955	3.785	1.178	741	2.883	11.905
Depreciação acumulada	(604)	(183)	(1.055)	(162)	(115)	(279)	(2.397)
Valor residual	1.758	772	2.731	1.016	626	2.604	9.508

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Intangível (Consolidado)

	Consolidado 2017				
	Marcas e Patentes	Softwares	Ágio	Mais valia	Total
Em 1º de janeiro de 2016 (não auditado)					
Adições	56	141	74.898	9.851	84.946
Em 31 de dezembro de 2016 (não auditado)	56	141	74.898	9.851	84.946
Custo	56	141	74.898	9.851	84.946
Valor residual	56	141	74.898	9.851	84.946
Em 1º de janeiro de 2017 (não auditado)	56	141	74.898	9.851	84.946
Adições		756			756
Amortização				(3.789)	(3.789)
Em 31 de dezembro de 2017	56	897	74.898	6.062	81.913
Custo	56	897	74.898	9.851	85.702
Amortização acumulada				(3.789)	(3.789)
Valor residual	56	897	74.898	6.062	81.913

Em 7 de outubro de 2016, a Companhia adquiriu o controle da Rural Brasil mediante desembolso financeiro de R\$ 173.000, dos quais R\$ 74.898 foram atribuídos ao ágio gerado na aquisição de negócios com base na expectativa de rentabilidade futura. A alocação de preço pago foi revista no exercício de 2017, dentro do prazo legal para registro na Junta Comercial do laudo permanente sobre a alocação de preço pago no negócio. Durante a elaboração do laudo permanente retromencionado, o valor de R\$ 6.062 foi alocado ao valor justo da mais valia da carteira de clientes da Rural Brasil, a ser amortizada pelo período residual de 3 anos. Adicionalmente, foi reconhecido o efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a mais valia no montante de R\$ 2.061 (Nota 27). Em 31 de dezembro de 2017, o saldo a pagar de obrigação a pagar pela aquisição de investimento na Rural era de R\$ 40.112 e R\$ 24.912 registrados no passivo circulante e não circulante, respectivamente (2016 – R\$ 15.200 e R\$ 63.763 registrados no passivo circulante e não circulante, respectivamente), os quais foram integralmente liquidados durante o exercício de 2019.

Testes do ágio para verificação de *impairment*

Considerando a homogeneidade de processos e sinergia das operações, a administração avaliou e concluiu que cada segmento de suas controladas diretas corresponde a uma UGC. Essa avaliação leva em consideração que cada controlada direta e suas respectivas controladas (controladas indiretas da Companhia) são administradas com o foco na geração de receita e de caixa de cada segmento, os quais compartilham da sinergia da estrutura de cada controlada, compra conjunta, administração do caixa, entre outros.

	2017	2018
UGC Rural – grãos	1.105	1.105
UGC Rural – insumos	73.793	73.793

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de dez anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores foram extrapolados com base nas taxas de crescimento que não excede a taxa de crescimento média de longo prazo no qual a UGC atua.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na elaboração das projeções de fluxo de caixa, a Administração toma como premissas o histórico de faturamento e crescimento do setor de insumos agrícolas somado a expansão de negócios, bem como, o histórico de margens bruta e operacional sobre o faturamento de grãos e insumos.

Em 31 de dezembro de 2017, os fluxos de caixa foram projetados com base em uma taxa média de crescimento de 10,8%, com uma margem média de EBITDA de 5,5% para os insumos e 1% para os grãos. Essa taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor em que UGC atua e teve por base o crescimento estimado por loja e as possibilidades de ampliação do Market share de cada segmento. As projeções do fluxo de caixa foram trazidas a valor presente com base na taxa WACC calculada pela administração de 14,81% a.a., antes do imposto de renda e da contribuição social.

O volume de vendas considera a média anual da taxa de crescimento. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado.

O preço de venda considera a média anual da taxa de crescimento. Ele se baseia nas atuais tendências do setor e inclui as previsões de inflação para o longo prazo.

A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período previsto. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas e no mix de vendas, com ajustes efetuados para refletir os aumentos de preço futuros esperados para os insumos agrícolas, que a administração não espera poder repassar para os clientes por meio de aumentos no preço. Existe a expectativa de que o preço dos insumos agrícolas subirá em média 6,4% ao ano, mantendo a margem bruta média anual em 13,3%. A margem para os grãos se mantém estável em 1%.

Outros custos operacionais são os custos fixos das UGCs, que não variam de maneira significativa com os volumes de vendas ou os preços. A administração estimou esses custos com base na estrutura atual dos negócios, ajustando-os aos aumentos inflacionários, e estes não refletem quaisquer reestruturações futuras ou medidas de economias de custo.

O valor a recuperar calculado com base no valor em uso ultrapassou o valor contábil em R\$ 85.627. Em 31 de dezembro de 2017, a administração não identificou a necessidade de constituir qualquer provisão para perda.

14. Fornecedores (Consolidado)

	<u>2017</u>	<u>2016</u> (não auditado)
Fornecedores de insumos agrícolas	512.762	599.273
Fornecedores de grãos de soja e milho	3.726	2.062
Fornecedores - partes relacionadas (nota 21)	1.452	784
(-) Ajuste a valor presente (i)	(14.436)	(28.650)
	<u>503.504</u>	<u>573.469</u>

(i) A taxa de juros utilizada para o cálculo do ajuste a valor presente foi de 1,2% a.m. no exercício de 2017 e de 2016 considerando as médias de taxas praticadas nas operações de compra de mercadorias pelo Grupo.

O saldo a pagar para os fornecedores de grãos estão, em sua maioria, atrelados a variação do valor justo das commodities agrícolas com que o Grupo opera.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017, o saldos de empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante nos montantes de R\$ 132.359 e R\$ 15.425, respectivamente (2016 – R\$ 53.054 e R\$ 43.104 respectivamente) referem-se a contratos na modalidade de capital de giro. Os empréstimos pós fixados possuem taxas entre 103% e 135% do CDI (2016 - 133% e 137% CDI) e os empréstimos pré fixados taxas entre 7,11% e 12,80% (2016 – 16,46% e 20,98%).

15.1 Cronograma de pagamentos

O cronograma de pagamentos correspondente do montante classificado no longo prazo é o seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
2018		27.361
2019	15.425	15.743
	<u>15.425</u>	<u>43.104</u>

15.2 Covenants

Os empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas restritivas.

15.3 Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária de estoque, por aval dos acionistas-proprietários e por imóveis urbanos e rurais de propriedade dos acionistas.

16. Obrigações por cessão de crédito (Consolidado)

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos anuais médios</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
			(não auditado)
CRA (i)	7,11% a.a.	37.576	35.260
CRA (ii)	11,98% a.a.	22.661	
CRA (iii)	102,6% do CDI	88.645	
		<u>148.881</u>	<u>35.260</u>
Despesas com colocação de títulos		<u>(8.834)</u>	
		<u>140.047</u>	<u>35.260</u>

- (i) Em 2016, a Rural Brasil realizou uma operação de distribuição pública de certificados de recebíveis do Agronegócio emitida pela Octante Securitizadora S.A., lastreada em CPR (Cédula de Produtor Rural). A operação foi no montante de R\$ 35.260, com vencimento do principal em 2019, pagamento de juros anuais e custo de 12,22% a.a. no primeiro ano, 7,11% a.a. no segundo ano e 6,53% a.a. no terceiro ano. O recurso foi recebido pela Rural Brasil em dezembro de 2016.
- (ii) Em 2017, a Rural Brasil realizou operação de distribuição pública de certificados de recebíveis do Agronegócio emitida pela Vert Companhia Securitizadora e pela Gaia Agro Securitizadora S.A., lastreada em CPR (Cédula de Produtor Rural). Essa operação foi no montante de R\$ 22.661, com vencimento de principal em 2019, o qual foi repactuado para vencimento em 2022, pagamentos de juros semestrais e custo de 11,98% a.a. O recurso foi recebido pela Rural Brasil em agosto de 2017.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Em 2017, a Rural Brasil realizou uma segunda operação de distribuição pública de certificados de recebíveis do Agronegócio, também emitida pela Vert Companhia Securitizadora e pela Gaia Agro Securitizadora S.A., lastreada em CPR (Cédula de Produtor Rural). Essa operação foi no montante total de R\$ 88.645 com vencimento de principal em 2020, pagamento de juros anuais e custo de 102,6% do CDI. O recurso foi recebido pela Rural Brasil em novembro e dezembro de 2017.
- (iv) As despesas incorridas com a colocação desses títulos são mantidas como redutoras do saldo, e apropriadas ao resultado ao longo do período de cada operação, para a determinação do seu custo financeiro efetivo.

Essas obrigações por cessão de crédito, originadas na emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) são classificadas como dívida no passivo circulante, a fim de manter a comparabilidade com seu respectivo lastro, ou seja, os direitos creditórios sobre as Contas a Receber que foram cedidos na operação (Nota 7). A Companhia possui a opção assegurada em contrato de promover a revolvência dos saldos de curto prazo até a liquidação da operação do CRA, através de encontro de contas, o qual ocorrerá conforme os prazos descritos acima. Dessa forma, a liquidação dessas operações não deverão resultar em saída de caixa futuro da Rural Brasil.

16.1 Títulos e valores mobiliários (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017, os títulos e valores mobiliários do Grupo no montante de R\$ 17.758, referem-se a títulos adquiridos na operação de emissão de CRA, correspondentes às quotas subordinadas contribuídas pela Rural Brasil na referida operação. A Rural Brasil está em conformidade com as cláusulas de compromisso, tendo sido exercido o direito contratual de alienação de uma parcela das suas quotas subordinadas. Esses títulos são remunerados a uma taxa média de 8,01% a.a. e serão mantidos até o vencimento de toda a operação que está previsto para ocorrer em 2020.

De acordo com a estrutura financeira da referida emissão, cabe ao CRA subordinado a absorção das primeiras perdas apuradas na carteira de recebíveis cedida, limitadas de 15% a 20% do valor de emissão, de acordo com os contratos de CRA, divulgados na Nota 7.

Em 31 de dezembro de 2017, a administração do Grupo não espera incorrer em perdas significativas relacionadas a não liquidez dos títulos cedidos em garantia, haja vista os procedimentos de avaliação de crédito da Rural Brasil, bem como a possibilidade de substituição dos recebíveis securitizados no caso de eventual evento futuro.

17. Impostos e contribuições a recolher (Consolidado)

	<u>2017</u>	<u>2016</u> (não auditado)
Funrural a recolher	2.944	2.743
IRPJ e CSLL a recolher	5.485	13.818
Outros impostos e contribuições a recolher	<u>2.936</u>	<u>190</u>
	<u>11.365</u>	<u>16.751</u>

O Funrural a recolher, refere-se a adesão ao parcelamento do Fundo de assistência ao trabalhador Rural, instituído pela Lei 13.606 de 9 de janeiro de 2018, dos débitos existentes até 31 de dezembro de 2016.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
	(não auditado)		(não auditado)	
Adiantamentos de clientes			9.267	7.981
Dividendos a pagar	754	257	760	476
Provisão para comissões a pagar			6.540	8.548
Outras contas a pagar			904	675
	754	257	17.471	17.680

19. Provisão para contingências (Consolidado)

O montante registrado referente aos processos com expectativa de perda provável em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 990 (2016 – R\$ 418), conforme avaliação dos nossos assessores jurídicos. O Grupo possui, em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$ 1.500 (2016 – R\$ 5.066) em demandas judiciais classificadas com probabilidade de perda possível, em que não há provisão registrada contabilmente, conforme política e norma contábil.

Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas às questões tributárias do exercício, ou exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva desses itens no Brasil. Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação.

Também podem existir obrigações de naturezas trabalhista ou cível que, no presente momento, não são conhecidas pela administração do Grupo. Entretanto, com base na opinião de seus consultores legais, a administração do Grupo é de opinião que todos os tributos e demais obrigações assumidas pelo Grupo têm sido pagas ou provisionadas adequadamente e, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, não eram conhecidas ações de vulto formalizadas contra o Grupo que implicassem a constituição de provisão para cobrir eventuais perdas.

20. Patrimônio líquido (Controladora)

20.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e parcialmente integralizado no valor de R\$ 100.858 (2016 – R\$ 96.275), está representado por 112.042.999 (2016 – 96.412.099) ações ordinárias.

Em 22 de março, 27 de julho, 30 de setembro, 3 e 4 de outubro de 2016, os acionistas integralizaram capital na Companhia, mediante moeda corrente e emissão de novas ações, nos montantes de R\$ 1.500, R\$ 913, R\$ 93.770, R\$ 229 e R\$ 1, respectivamente. O aporte de capital de setembro de 2016, incluiu o pagamento do acionista à Companhia no montante de R\$ 142, referente a ágio na emissão de ações.

Em 3 de março de 2017, houve um aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 500, mediante a emissão de 500.000 ações ordinárias. Em 30 de março de 2017 foi integralizado o montante de R\$ 638, sendo R\$ 500 referente ao aumento de capital de 3 de março de 2017 e R\$ 138 referente ao aumento de capital realizado no exercício de 2016.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia emitiu 15.130.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 3.945 destinados à capital social e R\$ 11.255 destinados à reserva de capital. Em relação ao montante total, foi integralizado R\$ 15.200 no exercício.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20.2 Reserva de capital

Refere-se a ágio na emissão de ações pagos pelos acionistas da Companhia, conforme descrito acima.

20.3 Reserva de lucros

A Companhia destina 5% para a reserva legal, até o limite previsto pela legislação societária.

Adicionalmente, as reservas de lucros também estão compostas por lucros a destinar que compreendem o montante de lucros retidos e que serão submetidos à Assembleia Geral Ordinária.

20.4 Dividendos

No caso de distribuição de dividendos é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 5% sobre o lucro do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

	<u>2017</u>	<u>2016</u> (não auditado)
Lucro líquido do exercício	10.456	5.417
Constituição da reserva legal (5%)	<u>(523)</u>	<u>(271)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>9.933</u>	<u>5.146</u>
Dividendo mínimo obrigatório (5%)	<u>(497)</u>	<u>(257)</u>
Total de dividendos	<u>(497)</u>	<u>(257)</u>
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	5%	5%

Os dividendos provisionados em 2017 foram de R\$ 497. Estas demonstrações financeiras refletem apenas os dividendos mínimos obrigatórios, dispostos no Estatuto Social da Companhia, correspondente a 5% do lucro líquido ajustado da Controladora. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada pelos acionistas.

20.5 Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se ao resultado de transações realizadas entre a Companhia e os sócios não controladores da Rural Brasil em 2017.

20.6 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O Lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias diluidoras.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2017</u>	<u>2016</u> (não auditado)
Lucro atribuível ao acionista da companhia	10.456	5.417
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	109.507	42.268
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,10</u>	<u>0,13</u>

(b) *Diluído*

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Em 31 de dezembro de 2017, não existem instrumentos com potencial de diluição do lucro.

21. Partes relacionadas (Consolidado)

No decorrer de suas operações, direitos e obrigações são contraídas entre partes relacionadas, oriundas de operações comerciais e financeiras. As transações comerciais, tais como compra e venda de mercadorias entre partes relacionadas, são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes, que devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes com partes não relacionadas. As operações financeiras com partes relacionadas decorrentes de transações de mútuo entre, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, são realizadas em condições específicas, sendo que não há cobrança de juros ou de prazo definido para pagamento nessas operações.

(a) **Saldos do fim do exercício, decorrentes das vendas/compras de produtos**

	<u>2017</u>	<u>2016</u> (não auditado)
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 7)	39.900	38.933
Outros créditos (Nota 10)	5.197	
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 14)	1.452	784
Obrigação por aquisição de investimentos (Nota 13)	56.318	61.137
	<u>102.867</u>	<u>100.854</u>
Circulante	77.955	49.251
Não circulante	24.912	51.603
	<u>102.867</u>	<u>100.854</u>

As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas e vencem em curto prazo. As contas a receber não têm garantias e estão sujeitas a juros.

As contas a pagar às partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de compras e vencem em curto prazo após a data da compra. As contas a pagar estão sujeitas a juros.

Os outros créditos referem-se a valores pagos de forma antecipada para as partes relacionadas, conforme acordo firmado entre as partes.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Vendas de produtos

	<u>2017</u>	<u>2016</u> (não auditado)
Vendas de produtos junto aos acionistas	22.454	19.361
Venda de produtos demais partes relacionadas	<u>32.919</u>	<u>28.194</u>
	<u>55.372</u>	<u>47.555</u>

Os produtos são vendidos com base nas tabelas de preço em vigor e nos termos que estariam disponíveis para terceiros. As vendas de serviços são negociadas com as partes relacionadas, com base nos custos, permitindo uma margem de 10% (2017 - 10%).

(c) Compras de produtos e serviços

	<u>2017</u>	<u>2016</u> (não auditado)
Compras de produtos junto aos acionistas	78	3.584
Compras de produtos demais partes relacionadas	<u>22.090</u>	<u>4.633</u>
	<u>22.168</u>	<u>8.217</u>

Os produtos e serviços são comprados de coligadas e de uma entidade controlada pelo pessoal-chave da administração, com base em termos e condições comerciais normais. A entidade controlada, pelo pessoal-chave da administração, é uma firma pertencente ao Sr. Silva, conselheiro da Companhia. Os serviços de administração são comprados da Controladora imediata com base nos custos, permitindo uma margem de 10% (2017 - 10%).

(d) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u> (não auditado)
Salários e outros benefícios de curto prazo, a empregados	<u>4.567</u>	<u>2.804</u>
	<u>4.567</u>	<u>2.804</u>

Adicionalmente, a gestão de determinadas atividades administrativas da Companhia é realizada por administradores alocados nas controladas, sem o repasse de custos para a controladora. Consequentemente, não há despesas com remuneração alocadas a controladora na data base.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Receitas (Consolidado)

	<u>2017</u>	<u>2016</u> (não auditado)
Receita de venda de insumos agrícolas	853.172	409.303
Receita de venda de grãos de soja e milho	282.068	6.331
Impostos incidentes sobre as vendas (i)	(1.956)	(1.188)
Descontos, abatimentos e devoluções	(57.412)	(16.550)
(-) Ajuste a valor presente de vendas	(28.081)	(7.809)
	<u>1.047.790</u>	<u>390.087</u>

- (i) As revendas de insumos agropecuários possuem base de cálculo do ICMS reduzida nas saídas, bem como são isentas de Pis/Cofins.

23. Custos das mercadorias vendidas (Consolidado)

	<u>2017</u>	<u>2016</u> (não auditado)
Custo de insumos agrícolas	680.452	322.875
Custo de grãos de soja e milho	283.663	5.456
Fretes	6.752	2.500
(-) Ajuste a valor presente de compras	(34.462)	(7.645)
	<u>936.405</u>	<u>323.186</u>

24. Despesas gerais e administrativas por natureza

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u> (não auditado)	<u>2017</u>	<u>2016</u> (não auditado)
Despesa com aluguel			2.918	475
Despesa com depreciação e amortização			4.806	690
Despesa com impostos e taxas	3	4	4.139	182
Despesa com material de uso de consumo			1.130	311
Despesa com pessoal			13.995	2.159
Despesa com serviço de terceiros	59	1.492	7.072	2.952
Despesa com viagem e hospedagem	4	218	1.524	494
Outras despesas administrativas e gerais	2	569	2.804	448
	<u>68</u>	<u>2.283</u>	<u>38.389</u>	<u>7.709</u>

Nos montantes acima, estão contidas despesas (receitas) que são classificadas como não recorrentes pela administração, haja vista sua natureza não usual às suas atividades operacionais normais de cada exercício.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Essas despesas (receitas) tem a seguinte natureza, por exercício:

	2017	Consolidado 2016 (não auditado)
Despesa com contingência tributária	2.356	
Despesa com contingência ambiental	1.083	
Resultado positivo extraordinário de grãos		(7.759)
Total de despesas não recorrentes	3.439	(7.761)

Despesas com vendas, por natureza (Consolidado)

	2017	2016 (não auditado)
Despesa com combustíveis	1.693	477
Despesa com comissões	10.460	7.923
Despesa com logística	871	586
Despesa com propaganda e publicidade	1.902	380
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.404	3.256
Despesa com veículos, viagens e outros	8.106	3.991
	31.437	16.613

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
	(não auditado)		(não auditado)	
Receitas financeiras:				
Rendimento sobre aplicações financeiras	25	68	325	489
Descontos obtidos por antecipação de pagamento			13.038	3.513
Receita com operações de Barter			9.360	(14.433)
Realização do AVP de recebíveis			44.917	4.651
Juros sobre clientes			22.562	
Outros				
Total das receitas financeiras	25	68	90.202	(5.780)
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.262)		(18.439)	(5.535)
Juros sobre CRA			(4.621)	
Realização do AVP de fornecedores			(48.676)	(12.027)
Descontos concedidos			(6.685)	
Remuneração sobre garantias dos sócios			(4.675)	
Outras despesas financeiras	(2)		(13.464)	(312)
Total das despesas financeiras	(1.264)		(96.560)	(17.874)
Variação cambial				
Instrumentos financeiros derivativos			(983)	
Variação cambial ativa			12.535	8.634
Variação cambial passiva			(17.528)	(10.483)
			(5.977)	(1.849)
Resultado financeiro	(1.239)	68	(12.335)	(25.503)

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26. Imposto de renda e contribuição social

Os saldos de ativo e passivo diferidos têm a seguinte composição:

	Consolidado	
	2017	2016
		(não auditado)
Ajuste a valor presente e valor justo	(2.291)	3.301
Prejuízo fiscal e base negativa	5.657	
Provisão de bônus	442	
Ajuste a valor justo de fornecedores		(3.349)
Mais valia sobre aquisição de investida	(2.061)	(383)
Provisão para contingência	892	
Ativo de impostos diferidos, líquido	<u>2.639</u>	<u>(431)</u>
Impostos diferidos ativos	4.700	5.413
Impostos diferidos passivos	<u>2.061</u>	<u>5.844</u>
Passivos de impostos diferidos, líquidos, por empresa	<u>2.639</u>	<u>(431)</u>

A reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e de contribuição social está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
		(não auditado)		(não auditado)
Lucro antes dos impostos	10.456	5.417	30.818	17.124
Alíquota fiscal	34%	34%	34%	34%
	(3.555)	(1.842)	(10.478)	(5.822)
Resultado de equivalência patrimonial	4.000	2.595		
Outros	(445)	(753)	(373)	(797)
Tributos no resultado			<u>(10.851)</u>	<u>(6.619)</u>
Corrente			(14.729)	(13.687)
Diferido			<u>3.878</u>	<u>7.068</u>
Tributos no resultado			<u>(10.851)</u>	<u>(6.619)</u>

27. Informações por segmento (Consolidado)

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Comitê Executivo, que é o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, bem como pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

O Comitê Executivo, Grupo tomador de decisões operacionais, considera o negócio sob perspectiva de produto. Na visão do Grupo, os segmentos operacionais apresentados a seguir são organizados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Conselho de Administração, principal tomador de decisões e responsável pela alocação de recursos e avaliação de desempenho desses segmentos:

- Insumos agrícolas: compreendem o comércio de fertilizantes, defensivos, foliares e sementes de soja e milho. O resultado desse segmento é determinado pela receita de venda auferida pela venda desses produtos, mensurada até o momento em que o Grupo transfere para o cliente o controle dos produtos vendidos.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- ii) Grãos de soja e milho: compreendem as operação decorrente do recebimento físico, padronização e comercialização de grãos adquiridos de terceiros, bem como dos grãos originados nas operações de “Barter”. O resultado desse segmento é determinado pelo resultado auferido nas operações de compra e venda de commodities agrícolas, incluindo a variação dos instrumentos financeiros atrelados à comercialização dessas commodities, bem como dos ativos não monetários relacionados.

O Comitê Executivo avalia o desempenho desses segmentos operacionais com base na evolução das receitas e no EBITDA ajustado gerados por cada segmento operacional. Essa base de mensuração exclui operações descontinuadas, quando aplicável, e efeitos de gastos não recorrentes de segmentos operacionais, como custos de reestruturação, despesas legais e *impairment* de ágio quando o *impairment* é resultado de um evento isolado, não recorrente. A mensuração também exclui os efeitos de pagamentos baseados em ações liquidados em ações e ganhos ou perdas não realizadas sobre instrumentos financeiros. Despesas de vendas e administrativas não alocadas diretamente aos segmentos são consideradas como não-reportável, pois atende todas as unidades do Grupo. Receitas e despesas de juros não são alocadas aos segmentos, pelo fato destas atividades serem gerenciadas pela tesouraria central, no contexto do Grupo.

Demonstração do resultado consolidado por segmento

	Grãos		Insumos		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
	(não auditado)		(não auditado)		(não auditado)	
Receita operacional	282.068	6.331	765.722	383.756	1.047.790	390.087
Custo das mercadorias vendidas	(283.663)	(5.456)	(652.743)	(317.730)	(936.406)	(323.186)
Resultado bruto	(1.594)	875	112.979	66.026	111.384	66.901
Despesas com vendas	(612)	(429)	(30.824)	(16.184)	(31.437)	(16.613)
Despesas gerais e administrativas	(2.059)	(122)	(31.522)	(6.897)	(33.583)	(7.019)
Outros resultados operacionais		(113)	1.593	161	1.594	48
Resultado financeiro líquido	9.360	(14.433)	(21.695)	(11.070)	(12.335)	(25.503)
Resultado gerado pelos segmentos	5.094	(14.222)	30.531	32.036	35.623	17.814
Depreciação e amortização			(4.806)	(690)	(4.806)	(690)
Imposto de renda e contribuição social	(1.732)	4.835	(9.119)	(11.454)	(10.851)	(6.619)
Lucro líquido do exercício	3.362	(9.386)	16.606	19.891	19.967	10.505
(+/-) Resultado financeiro	(9.360)	14.433	21.695	11.070	12.335	25.503
(+/-) IRPJ e CSLL	1.732	(4.835)	9.119	11.454	10.851	6.619
(+) Depreciação e amortização			4.806	690	4.806	690
(+/-) Despesas não recorrentes			3.439	(7.759)	3.439	(7.759)
EBITDA Ajustado	(4.266)	211	55.664	35.347	51.398	35.558

O resultado apresentado na tabela não deduz as despesas com depreciações e amortizações do ativo imobilizado e do intangível. A exclusão destas despesas no cálculo está em linha com a forma como a Administração avalia o desempenho de cada negócio e sua contribuição na geração do caixa. O resultado financeiro não é alocado por segmento, entendendo que sua formação está mais relacionada às decisões corporativas de estrutura de capital do que à natureza do resultado de cada segmento de negócio.

Ativos e Passivos operacionais consolidados por segmento

Os principais ativos e passivos operacionais da companhia foram segregados por segmento em função dos correspondentes centros de custo em que estão alocados e/ou de critério de rateio que leva em consideração o desempenho de cada setor em relação ao desempenho total; assim, essa alocação pode variar de um exercício para outro.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, não há saldos de contas a receber e contas a pagar em aberto decorrentes das atividades do segmento de grãos, de modo que a segregação é apresentada como segue:

	Grãos		Insumos		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Ativo		(não auditado)		(não auditado)		(não auditado)
Contas a receber de clientes			535.296	474.874	535.296	474.874
Estoques	6.330	585	298.343	336.756	304.673	337.341
Ágio	1.105	1.105	80.808	83.841	81.913	84.946
Outros créditos	2.133	1.528	16.012	16.250	18.145	17.778
Total dos ativos alocados	9.568	3.218	930.459	911.721	940.027	914.939
Demais ativos não alocáveis					113.211	50.058
Total dos ativos					1.053.238	964.997
Passivo						
Fornecedores	3.726	2.026	499.778	571.443	503.504	573.469
Outras contas a pagar	2.749	1.958	14.722	15.722	17.471	17.680
Total dos passivos alocados	6.475	3.984	514.500	587.165	520.975	591.149
Demais passivos não alocáveis					532.263	373.848
Total dos passivos					1.053.238	964.997

28. Instrumentos financeiros (consolidado)

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira e diretoria do Grupo. Sendo que a tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a sociedade contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais.

As operações realizadas pelo Grupo através de instrumentos financeiros são demonstradas abaixo.

29.1 Ativos

Os ativos financeiros do Grupo são classificados como empréstimos e recebíveis e são como segue:

	2017	2016
Outros ativos financeiros		(não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	69.908	15.294
Contas a receber de clientes (i)	408.962	326.552
Títulos e valores mobiliários	17.758	
Outros créditos (ii)	18.145	17.778
	514.773	359.624

- (i) Não considera o valor a receber nas operações de barter, os quais serão liquidados mediante o recebimento de ativos não financeiros.
- (ii) Não considera ativos não monetários, tais como adiantamentos, os quais serão liquidados mediante o recebimento de ativos não financeiros.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29.2 Passivos

Os passivos financeiros do Grupo são classificados como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u> (Não auditado)
Outros passivos financeiros		
Fornecedores	503.504	573.469
Empréstimos e financiamentos	147.784	96.128
Obrigações por cessão de crédito	140.047	35.260
Obrigações por aquisição de ações	56.318	61.137
Outras contas a pagar (iii)	8.204	9.699
	<u>855.857</u>	<u>775.693</u>
Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos	<u>159</u>	<u>1.243</u>
	<u>159</u>	<u>1.243</u>

(iii) Não considera passivos não monetários, tais como adiantamentos, os quais serão liquidados mediante o recebimento de ativos não financeiros.

Os saldos classificados como instrumentos financeiros referem-se a:

Caixa e equivalentes de caixa - Incluem o caixa, os saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras.

Contas a receber de clientes/fornecedores - Decorrem diretamente das operações do Grupo, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas.

Empréstimos e financiamentos - Contratações realizadas junto a instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.

Contratos a termo/ commodities - Valores referentes ao valor justo de operações de termo de moeda futuro junto a instituições financeiras, bem como, de contratos de venda futura de grãos no mercado a termo.

Obrigações por cessão de crédito - Contratações realizadas junto a empresa Securitizadora (desconto de títulos), registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.

Títulos e valores mobiliários – Aplicações em cotas de capital secundárias em Fundo de Investimento em títulos do Agronegócio - CRA.

Outros créditos – Saldos decorrentes de outras transações com terceiros, e que serão convertidos em caixa.

Mútuo com partes relacionadas – Saldo decorrentes de outras transações com partes relacionadas.

Outras contas a pagar – saldo decorrentes de outras transações e que serão liquidadas em caixa.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29.3 Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados, principalmente, à flutuação das variações cambiais e a preços de *commodities*. O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros de proteção para mitigar sua exposição a esses riscos. O Grupo vem implementando e aprimorando os controles internos para identificar e mensurar os efeitos das transações com as *tradings* e com as instituições financeiras, para que tais transações sejam capturadas, reconhecidas e divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em quaisquer outros ativos de risco.

29.4 Posições em aberto em outros valores a receber

Em 31 de dezembro, as seguintes posições em aberto a receber e a pagar no mercado de futuros são como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u> (não auditado)
Venda de <i>commodities a termo</i>		2.325
Swap	159	(1.082)
	<u>159</u>	<u>1.243</u>

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de hedge e não como investimentos especulativos. Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses.

29.5 Swap de taxas de juros

Os valores de referência (nocial) dos contratos de swap de taxas de juros, em aberto em 31 de dezembro de 2017, correspondem a R\$ 159 (2016 - R\$ 1.082). Em 31 de dezembro de 2017, as taxas de juros fixas variaram entre 1,1% e 1,21% (2016 - 1,1% a 1,21%).

29.6 Venda a termo

O Grupo possui contratos de venda futura de soja, milho e soja em dólar. As posições em aberto em 31 de dezembro são como segue:

(a) 2017				
Produto	Quantidade (mil de sacas)	Preço médio - R\$ / Sc	Nocial	Valor de mercado
Soja	2.326	R\$ 63,34	R\$ 147.316	(31)
Milho	504	R\$ 23,84	R\$ 12.018	(1)
				<u>(32)</u>

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) 2016

<u>Produto</u>	<u>Quantidade (mil de sacas)</u>	<u>Preço médio - R\$/ Sc</u>	<u>Nocional</u>	<u>Valor de mercado</u>
Soja	1.376	R\$ 63,50	R\$ 81.166	1.064
Milho	685	R\$ 28,50	R\$ 13.956	200
Soja em dólar	404	USD 19,56	USD 8.707	1.061
				<u>2.325</u>

29.7 Posição de Swap de taxas de juros

Referem-se a ajustes nas posições de swap de dólar, com vencimentos futuros, com referência à cotação de R\$ 3,3144 em 31 de dezembro de 2017 (2016 – R\$ 3,9048) acima.

<u>2017</u>			<u>2016 (não auditado)</u>		
<u>Banco</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Saldo a Pagar/(receber) (R\$ mil)</u>	<u>Banco</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Saldo a Pagar/(receber) (R\$ mil)</u>
Citibank	18/07/2018	54	Citibank	05/09/2017	(426)
ABC	20/08/2018	(124)	Itaú	02/05/2017	(223)
Itaú	25/11/2019	152	Itaú	30/10/2017	(197)
Citibank	12/03/2018	118	Itaú	27/04/2018	(108)
Citibank	31/10/2018	(41)	Itaú	22/04/2019	(128)
		<u>159</u>			<u>(1.082)</u>

29.8 Análises de sensibilidade

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais o Grupo está exposto no final do exercício. As variáveis de riscos relevantes para o Grupo no exercício, levando em consideração o período projetado de três meses para essa avaliação são sua exposição à flutuação de moedas estrangeiras, substancialmente o dólar norte-americano, e sua exposição à flutuação nas taxas de juros e commodities.

(a) Variações nos preços das commodities

<u>Toneladas</u>	<u>Posição</u>	<u>Risco Atual</u>	<u>Mercado Atual</u>	<u>Aumento</u>			<u>Redução</u>		
				<u>Provável 5%</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>	
				<u>Cotação</u>	<u>Efeito</u>	<u>Efeito</u>	<u>Efeito</u>	<u>Efeito</u>	<u>Efeito</u>
Soja - Safa 17.18	14.484	Venda	15.101	62,55	(755)	(3.775)	(7.550)	3.775	7.550
Milho - Safra 2017	1.768	Venda	565	19,16	(28)	(141)	(282)	141	282
					<u>(783)</u>	<u>(3.916)</u>	<u>(7.833)</u>	<u>3.916</u>	<u>7.833</u>

De acordo com sua política de gerenciamento de riscos de mercado, o Grupo compra e vende posições futuras de mercadoria para se proteger do risco de preço de mercado uma vez que os grãos têm seus preços referenciados nas cotações da BM&F e CBOT.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Variações nas taxas cambiais

Risco	Saldo Nocial	Saldo de Fechamento	Mercado Atual	Aumento			Redução		
				Provável 5%	25%	50%	25%	50%	
			Cotação	Efeito	Efeito	Efeito	Efeito	Efeito	
Empréstimos e financiamentos	Câmbio	(6.900)	(22.825)	3.3080	(1.141)	(5.706)	(11.413)	5.706	11.413
Contrato de Swap	Câmbio	6.900	22.825	3.3080	1.141	5.706	11.413	(5.706)	(11.413)
Contas a receber	Câmbio	10.357	34.260	3.3080	1.713	8.565	17.130	(8.565)	(17.130)
Contas a pagar	Câmbio	(14.149)	(46.805)	3.3080	(2.340)	(11.701)	(23.403)	11.701	23.403
					<u>(627)</u>	<u>(3.136)</u>	<u>(6.272)</u>	<u>3.136</u>	<u>6.272</u>

(c) Variações nas taxas de juros

Posição	Risco	Saldo Nocial	Saldo de Fechamento	Mercado Atual	Aumento			Redução	
					Provável 5%	25%	50%	25%	50%
				Cotação	Efeito	Efeito	Efeito	Efeito	Efeito
Empréstimos e financiamentos	Taxa de juros pós	128.371	140.884	6,0%	(382)	(1.910)	(3.819)	1.910	3.819
Contrato SWAP CDI	Taxa de juros pós	6.900	6.900	6,0%	(21)	(103)	(205)	103	205
		<u>135.271</u>	<u>147.784</u>		<u>(402)</u>	<u>(2.012)</u>	<u>(4.024)</u>	<u>2.012</u>	<u>4.024</u>

29. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa (Consolidado)

(a) Reconciliação da dívida líquida

	2017	2016
		(não auditado)
Empréstimo de curto prazo	132.359	53.024
Empréstimo de longo prazo	15.425	43.104
Total da dívida	147.784	96.128
Caixa e equivalentes de caixa	(69.908)	(15.294)
Dívida líquida	<u>77.876</u>	<u>80.834</u>

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação da dívida líquida

	Empréstimo bancário	Total da dívida	Caixa e equivalentes	Dívida líquida
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2016 (não auditado)	64.682	64.682	(4.000)	60.682
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa				
Captação de debêntures	56.089	56.089		56.089
Obtenção de empréstimos				
Pagamento de empréstimos	(23.383)	(23.383)		(23.383)
Pagamento de juros/dividendos	(5.425)	(5.425)		(5.425)
Outras			(11.294)	(11.294)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa				
Juros apropriados	4.165	4.165		4.165
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2016 (não auditado)	96.128	96.128	(15.294)	80.834
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2017 (não auditado)	96.128	96.128	(15.294)	80.834
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa				
Captação de debêntures				
Obtenção de empréstimos	117.683	117.683		117.683
Pagamento de empréstimos	(78.540)	(78.540)		(78.540)
Pagamento de juros/dividendos	(9.285)	(9.285)		(9.285)
Outras			(54.614)	(54.615)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa				
Juros apropriados	21.798	21.798		21.798
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2017	147.784	147.784	(69.908)	77.876

30. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2017 a cobertura de seguros do Grupo, contratada de acordo a orientação de seus consultores de seguros, compreendia:

Cobertura de seguro	Controladora	Consolidado
Responsabilidade civil	50.000	100.000
Predial e Estoques	45.000	47.290
Veículos	100% Tabela FIPE	100% Tabela FIPE

31. Eventos subsequentes

a) Cenário de pandemia

No final do primeiro trimestre de 2020, tendo em vista o cenário de pandemia mundial, a Companhia verificou a necessidade imediata de dedicar seus esforços a prevenção e combate ao Coronavírus.

Antes mesmo que as autoridades brasileiras determinassem que as empresas privadas tomassem qualquer medida de prevenção, ao final de fevereiro de 2020 a Companhia divulgou amplamente as orientações preventivas a serem seguidas por seus funcionários como medida para evitar contágio. Ainda em março de 2020 foi instituído o comitê de crise, divulgando amplamente o plano de contingência para enfrentamento ao COVID-19, bem como consultoria com médico infectologista e monitoramento de casos suspeitos e confirmados de Coronavírus. É importante destacar que os serviços prestados pela Companhia sempre estiveram de acordo com a classificação federal de serviços essenciais, através do Decreto Federal nº 10.282/20.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As ações imediatas para contenção da crise envolveram o cancelamento de eventos, viagens, reuniões, treinamento e processo seletivo presenciais, intensificação da higienização dos ambientes e mobiliários da empresa, afastamento dos funcionários do grupo de risco e investimento em adequações para alocação de equipes em home office, além de adaptações às regras de distanciamento social nos sites do Grupo.

Diante das incertezas relacionadas ao cenário de pandemia, que ainda persiste, o Grupo mantém avaliação contínua sobre os possíveis impactos que podem ocorrer em suas operações em relação a:

- Insumos necessários ao desenvolvimento das atividades;
- impactos nas vendas; e
- Impactos no fluxo de caixa do Grupo, e se há um aumento significativo no risco de crédito.

Até a presente data, a Administração não identificou impactos significativo da pandemia sobre suas operações e não espera que o cenário de pandemia afete os resultados e/ou plano de expansão da Companhia e suas controladas. Na data em que a Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas em 2019, a administração determinou que não havia incertezas relevantes que pudessem em dúvida a capacidade da entidade de continuar operando nos próximos 12 meses.

b) Cisão parcial de seu acervo líquido

Em 30 de setembro de 2020, os acionistas da controlada Rural aprovaram a cisão parcial de seus ativos, mediante a versão de R\$ 72.164 do seu capital social à Rural Brasil CAR S.A (“Rural CAR”), empresa constituída com a finalidade exclusiva de receber os ativos cindidos, na mesma proporcionalidade da ações dos acionistas controladores e não controladores da Rural.

Em 30 de outubro de 2020, os acionistas da Companhia, aprovaram a cisão parcial dos ativos da Companhia, representados por sua participação societária na Rural CAR Companhia e a versão do acervo líquido cindido à Agro Opportunity Participações S.A. Essa cisão parcial ocorreu com a finalidade de refletir os acordos jurídicos estabelecidos entre seus acionistas e resultou na redução de do capital social da Companhia, no valor de R\$45.295.

c) Aquisição do controle da Campeã Agronegócios S.A.

Em 17 de junho de 2019, a Companhia adquiriu o controle da Campeã Agronegócio S.A. (“Campeã”) por meio da aquisição de participação societária equivalente a 70% do capital social desta investida. A Campeã é uma sociedade anônima fechada com sede no município de Agua Fria de Goiás, no estado de Goiás, e tem por objeto social (a) a produção, beneficiamento, armazenamento, reembalador, esmagadora de grãos e depósito de mercadorias para terceiros; e (b) o comércio atacadista e varejista de sementes em geral, defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes, corretivos do solo e matérias-primas agrícolas.

d) Possibilidade de Initial Public Offering (IPO)

Em julho de 2020, os acionistas do Grupo avaliaram a possibilidade de acessar o mercado de capitais e decidiram proceder com uma reestruturação societária para viabilizar essa operação. Nesse contexto, a administração do Grupo procedeu com determinados movimentos societários, com o objetivo de efetuar a distribuição primária de ações de sua nova estrutura, denominada Agrogalaxy, após o registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e ser listada no Novo Mercado.

Em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 17 de dezembro de 2020, foi deliberada e aprovada as seguintes matérias:

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- a submissão pela Agrogalaxy do pedido de registro de companhia aberta na categoria “A” perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480.
- a submissão à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão: (a) do pedido de adesão do Agrogalaxy ao Novo Mercado; e (b) do pedido de admissão à negociação das ações do Agrogalaxy na B3, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado, ficando a Diretoria do Agrogalaxy autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado.

Os movimentos societários realizados pela administração do Grupo para viabilizar essa operação, foram os seguintes:

- Em 30 de outubro de 2020, os acionistas não controladores da Rural efetuaram aporte de capital na Companhia mediante a conferência de ações que esses detinham na Rural, equivalentes a 37,23% do capital social da empresa. Nesse evento, o capital social da Companhia foi aumentado de R\$ 89.007 para R\$ 127.645, mediante a emissão de 107.381.592 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
- Em 30 de outubro de 2020, a Agro Key Participações S.A. (“Agro Key”) e a Agro Advance Participações S.A. (“Agro Advance”) foram incorporadas pela Companhia, determinada como adquirente legal, que nessa mesma data alterou a sua razão social para Agrogalaxy Participações S.A. (“Agrogalaxy”). Nessa operação, de acordo com as regras contábeis aplicáveis, a Agro Key foi determinada como adquirente contábil e, portanto, as demonstrações financeiras do Agrogalaxy serão apresentadas como uma continuidade das demonstrações financeiras da Agro Key.

Esta reestruturação ocorreu com a troca de ações, por valores negociados entre as partes, em uma operação entre companhias que não possuem controle comum e, portanto, representa uma combinação de negócios sob o escopo do CPC 15 (R1)/ IFRS 3 Combinação de negócios, apresentada considerando o método de aquisição. Como parte da avaliação da Administração, para fins de combinação de negócios, a Agro Key foi considerada a adquirente contábil (apesar de ser a empresa legalmente incorporada/ adquirida) e a Companhia, assim como a Agro Advance, foram consideradas as empresas adquiridas, (apesar de a Agro Trends ser incorporadora e a entidade sobrevivente legal), configurando uma situação de aquisição reversa.

Também em 30 de outubro de 2020, as empresas concluíram a obtenção de todas autorizações, renúncias, consentimentos e aprovações de terceiros necessárias para a consumação dessa operação. Desta forma, a transação foi legalmente implementada por meio de troca de ações, com a extinção da Agro Key e a Agro Advance, nos termos do artigo 219, inciso II, da Lei das S.A. e estabelecendo o Agrogalaxy (antiga Agro Trends) como sucessora de todos os direitos e obrigações das empresas extintas.

A referida operação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, que aprovou a combinação dos negócios dessas empresas, por meio da incorporação da Agro Key e da Agro Advance pela Companhia, nos termos do artigo 1.117 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dos artigos dos artigos 224 e 225 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), conforme termos do Protocolo e Justificação de Incorporação da Agro Key pela Companhia e do Protocolo de Justificação de Incorporação da Agro Advance pela Companhia, celebrados em 23 de outubro de 2020.

A contraprestação transferida ocorreu pela relação de substituição de ações nas proporções acordadas de 1,12746 ação ordinária de emissão da Agrogalaxy por cada ação ordinária de emissão da Agro Key e 0,93942 ação ordinária de emissão da Agrogalaxy por cada ação ordinária de emissão da Agro Advance. Dessa forma, os acionistas da Agro Key passaram a deter, em conjunto, 44,10% do capital social total e votante da Agrogalaxy, enquanto os acionistas originais da Companhia passaram a deter, em conjunto, 41,7% do capital social total e votante da Agrogalaxy.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os efeitos contábeis desta reestruturação, incluindo alocação de preço da aquisição de negócios, representado pelo valor justo das empresas contabilmente adquiridas, Agro Advance e Companhia, serão reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da adquirente contábil Agro Key a partir de 31 de outubro de 2020.

* * *

Relatório da Administração sobre os resultados consolidados

EBITDA¹ TOTALIZA R\$ 51,4 MILHÕES EM 2017, AVANÇO DE 44,5%

São Paulo, 20 de outubro de 2020 – Agro Galaxy Participações S.A. divulga seus resultados do exercício de 2017. Os comentários aqui incluídos referem-se aos resultados consolidados, cujas comparações têm como base o mesmo período de 2016, conforme indicado.

I. MENSAGEM DA DIRETORIA

Somos um dos maiores grupos no setor de varejo de insumos agrícolas do Brasil, com presença consolidada no Centro-Oeste. Operamos no varejo tradicional, no segmento de produção de sementes de soja, localizados nos maiores Estados produtores de grãos de soja e milho do país, tais como Goiás, Mato Grosso, Pará. Nossas lojas possuem em média 1.000m², o que nos permite oferecer a entrega de insumos agrícolas no momento mais adequado para os produtores rurais, os quais possuem suas propriedades agrícolas em regiões muitas vezes distantes dos grandes centros urbanos, com desafios logísticos inerentes ao negócio.

Atuamos desde 1987 com a distribuição de insumos agrícolas no Brasil. Também somos especialistas na prestação de serviços técnicos aos nossos clientes, oferecendo o conhecimento de 77 funcionários com formação em Engenharia Agrônômica através de análises das características químicas de solo e apresentando as melhores soluções para alta produtividade agrícola, totalizando 334 funcionários com foco em sempre buscar o melhor entendimento do nosso cliente, oferecer o melhor sortimento, além de uma operação diferenciada, entregando serviço e experiência a fim de garantir a melhor produtividade rural.

Todas as nossas iniciativas internas e externas têm como objetivo final garantir que entendemos e servimos o nosso cliente da melhor maneira possível. Temos indicadores, acompanhados diariamente por diversas áreas, que medem tanto o encantamento do nosso cliente, caso da metodologia *Net Promoter Score (NPS)*, bem como, os processos e padrões da loja, chamado de Pegada Rural. Esses são exemplos práticos da nossa cultura, que está preocupada em servir com excelência e garantir um relacionamento de longo prazo com nossos clientes.

Nossas vendas passam por rigoroso processo de aprovação de crédito, de acordo com política específica, que visam minimizar os riscos de inadimplência da operação. Usamos sistema integrado de apoio para realizar tais análises de créditos, garantindo a governança de liberação de pedidos. Utilizamos instrumentos de garantia tais como: Certificado de Produto do Agronegócio (CPR), alienações fiduciárias, hipotecas e seguro de safra, além de operações de barter (troca de produto) em linha com nossas políticas de crédito e de gestão de risco.


II. DESTAQUES

O ano de 2017 teve seu principal destaque no crescimento, através de expansão com 7 novas lojas e crescimento das lojas atuais. Nossa receita apresentou um aumento de 168,6% (cento e sessenta e oito e seis por cento), mostrando o fortalecimento da marca na região de atuação.

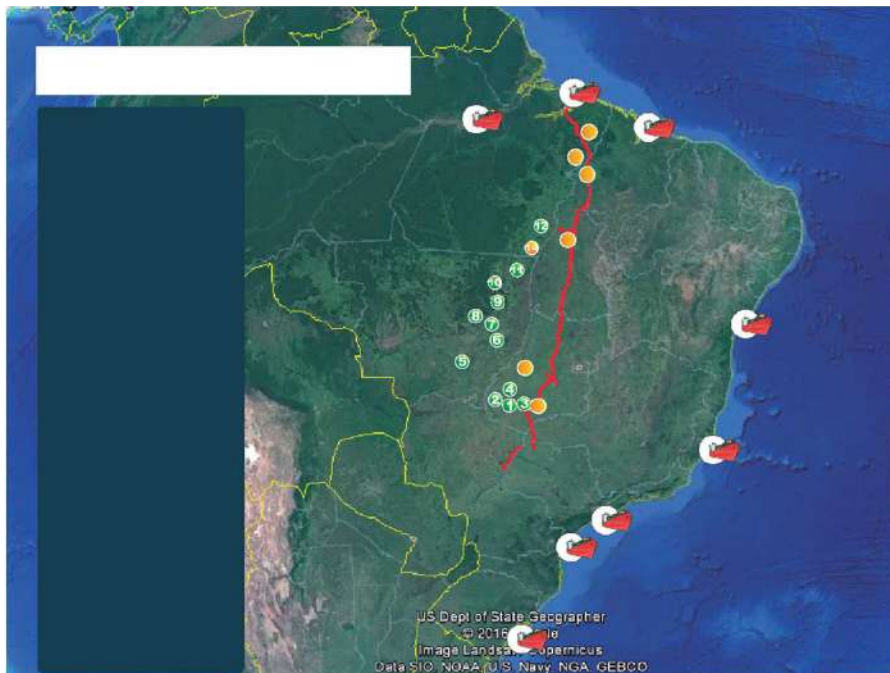
¹ Se refere ao EBITDA ajustado, conforme reconciliação no item V. A).

Houve relativo aumento das despesas de vendas, gerais e administrativa versus a receita líquida em 0,3 p.p para 6,5%, demonstrando um controle forte das despesas versus o crescimento da Companhia.

III. ANÁLISE DO DESEMPENHO OPERACIONAL

	2017	2016
 Lojas (# Unidades)	19	12
 Silos (# Unidades)	1	1
 Colaboradores (# pessoas)	334	253
 Vendedores (# pessoas)	66	64
 Recebimento de Grãos (Scs Mil)	2.830	2.465
 UBS(*) (Sementes) (# Unidades)	0	0

(*) UBS = Unidade de Beneficiamento de Sementes



IV. SUSTENTABILIDADE

Gestão de resíduos:

Em todas as nossas unidades temos, parcerias / associação com empresas para o recolhimento e armazenagem corretas das embalagens vazias, dando assim, condições ao produtor rural na correta destinação dos materiais

Produtos biológicos:

Temos fortemente estimulado a venda de produtos biológicos e ambientalmente sustentáveis no mercado e em toda a cadeia de produção.

Monitoramento das áreas de plantio:

Em nosso processo de aprovação de crédito e liberação de faturamento aos produtores rurais, executamos procedimentos para garantir que não haja:

- Uso de trabalho escravo ou infantil;
- Plantio em áreas embargadas pelos órgãos de controle ambiental; e
- Áreas sem a devida devolução das embalagens.

Colaboradores:

Com aproximadamente 334 funcionários, espalhados pelo Centro-Oeste e Pará. Nossos colaboradores carregam o *mindset* da Companhia e são nosso maior ponto de contato com nossos clientes nas lojas físicas. A Companhia possui boas práticas adotadas nos últimos anos em diversos programas da área de operações, tais como: manuais operacionais de loja, treinamentos, programa de excelência de vendas, plataforma online interna de divulgação de comunicados, vídeos de treinamentos, competições e etc.

V. DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

Resumo Resultado Anual <i>Em milhares de R\$</i>	Consolidado		Var. \$	Var. (%)
	2017	2016		
Receita líquida	1.047.790	390.087	657.703	168,6%
(-) Custo das mercadorias vendidas	(936.405)	(323.186)	(613.219)	189,7%
Lucro bruto	111.385	66.901	44.484	66,5%
<i>% receita líquida</i>	<i>10,6%</i>	<i>17,2%</i>	<i>-6,5 p.p.</i>	<i>-38,0%</i>
(-) despesas administrativas	(38.389)	(7.709)	(30.680)	398,0%
(-) despesas comerciais	(31.437)	(16.613)	(14.824)	89,2%
(-) outras receitas e despesas operacionais	1.594	48	1.546	3221,7%
Lucro antes do resultado financeiro (a)	43.153	42.627	526	1,2%
<i>% receita líquida</i>	<i>4,1%</i>	<i>10,9%</i>	<i>-6,8 p.p.</i>	<i>-62,3%</i>
(-) Resultado financeiro	(12.335)	(25.503)	13.168	-51,6%
(-) Imposto de renda e contribuição social	(10.851)	(6.619)	(4.232)	63,9%
(=) Lucro líquido	19.967	10.505	9.462	90,1%
<i>% receita líquida</i>	<i>1,9%</i>	<i>2,7%</i>	<i>-0,8 p.p.</i>	<i>-29,2%</i>
(+) Depreciação e amortização (b)	4.806	690	4.116	596,5%
EBITDA Contábil (a) + (b)	47.959	43.317	4.642	10,7%
<i>% receita líquida</i>	<i>4,6%</i>	<i>11,1%</i>	<i>-6,5 p.p.</i>	<i>-58,8%</i>
(+/-) Juros ativos e passivos				
(-) IFRS 16 imóveis	-	-	-	n/a
(+/-) Receita e despesas não recorrentes	3.439	(7.759)	11.198	-144,3%
EBITDA Ajustado	51.398	35.558	15.840	44,5%
Margem EBITDA Ajustado	4,9%	9,1%	-4,2 p.p.	-46,2%

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12. O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, conciliada com nossas demonstrações financeiras. O EBITDA consiste no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é medida de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS), e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. Para maiores detalhes vide seção 3.2 do Formulário de Referência.

A Margem EBITDA corresponde à divisão entre o EBITDA e a receita líquida. A Margem EBITDA não é medida de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS), e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. Para maiores detalhes vide seção 3.2 do Formulário de Referência.

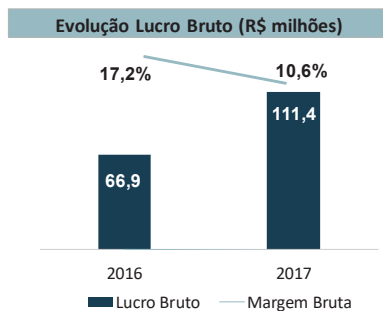
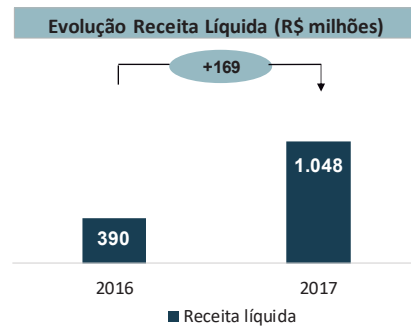
O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA de um período ou exercício ajustado para excluir ou adicionar efeitos do mesmo período ou exercício, conforme aplicável. A margem EBITDA Ajustado é calculada pelo EBITDA Ajustado de um período ou exercício dividido pela receita operacional líquida do mesmo período. O EBITDA Ajustado não é medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pela IFRS, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerada como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa operacional, assim como não deve ser considerada como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia. Para maiores detalhes vide seção 3.2 do Formulário de Referência.

A Margem EBITDA Ajustado corresponde à divisão entre o EBITDA Ajustado e a receita líquida. A Margem EBITDA Ajustado não é medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pela IFRS, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerada como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa operacional, assim como não deve ser considerada como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia. Para maiores detalhes vide seção 3.2 do Formulário de Referência.

O exercício de 2017 foi marcado por resultados positivos em Receita Líquida (+168,6%) e Lucro Bruto (+66,5%) com crescimento do Lucro líquido (+90,1%).

Receita Líquida

A receita líquida com venda de insumos agrícolas cresceu R\$ 382,0 milhões (+99,5%) e a receita líquida com venda de grãos cresceu R\$ 275,7 milhões (+4.355,6%), totalizando um crescimento de R\$ 657,7 milhões (+168,6%) O crescimento deuse na maturação de lojas em regiões de expansão, com a abertura de 7 novas lojas em 2017 e no próprio crescimento dentro de regiões já maturadas.



Margem Bruta (lucro bruto)

A Margem Bruta chegou a 10,6%, uma redução de 6,5 p.p. em relação ao ano anterior, reflexo do forte crescimento em novas Regiões com a estratégia de menores preço de venda para garantir penetração de mercado e aumento de *market-share* em novas regiões.

SG&A – Despesas com Vendas, Administrativas e Gerais



As despesas de vendas, administrativas e gerais cresceram 89,2% e 398,0% respectivamente. Esse crescimento está em linha com a ampliação das estruturas, principalmente em expansão e gastos com vendas relacionados diretamente a receita líquida. Mesmo com os crescimentos da empresa, conseguimos reduzir os gastos fixos limitando assim o percentual de participação sobre a receita de 6,2% em 2016 para 6,5% em 2017 apenas 0,3 p.p .

EBITDA Ajustado²

O EBITDA ajustado² da operação foi de R\$ 51,4 milhões em 2017, avanço de R\$ 15,8 milhões (44,5%) e a margem EBITDA atingiu 4,9%, redução de 4,2 p.p., em comparação com o ano anterior. Justificado pela estruturação da Companhia em 2017 com foco em aumentar a margem EBITDA nos próximos anos, através da maturação de novas lojas e, aumento de *market-share* em mercados maduros.



² EBITDA ajustado reclassifica os valores de descontos concedidos e desconto obtidos em renegociações de preços junto a fornecedores e para clientes, variação cambial operacional quando referente a proteção da receita ou do custo dos produtos, juros / mora cobrado dos clientes, juros passivos pagos a fornecedores em novação e receita e/ou despesas não recorrentes (exemplo crédito extemporâneo, consultoria de reestruturação e gastos com M&A).

Resultado Financeiro

O resultado financeiro (despesa líquida) no período foi de R\$ (12,3) milhões contra uma despesa de R\$ (25,5) milhões de 2016 com destaque para redução nas despesas financeiras de R\$ 13,2 milhões que representa o resultado da estratégia da Administração em negociar melhores condições com as instituições financeiras.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios que representa 5% do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal de 5%, de acordo com as demonstrações financeiras. A proposta de distribuição do resultado deverá ser aprovada em Assembleia Geral.

Investimentos

Os investimentos operacionais somaram R\$ 6,9 milhões, assim distribuídos: (i) R\$ 2,9 milhões em benfeitorias em imóveis de terceiros, (ii) R\$ 1,4 milhões em veículos operacionais, (iii) R\$ 1,6 milhões em edificações, máquinas e móveis e utensílios (iv) R\$1,0 milhões, com computadores. O total foi 127,0 % superior aos R\$ 3,0 milhões de 2016.

Geração Operacional de Caixa e Endividamento

A geração operacional de caixa em 2017 foi negativa, gerando uma aplicação de R\$ 75,3 milhões, frente a uma aplicação em 2016 de R\$ 5,3 milhões. O resultado negativo foi de R\$ 80,6 milhões um efeito (i) redução no volume de compras e aumento de compras à vista, reduzindo a rubrica fornecedores, (ii) em contrapartida a redução de fornecedores houve redução em estoques; (iii) crescimento de clientes (capital de giro), com maior volume de vendas à prazo.

Estrutura de Capital

A dívida líquida ajustada correspondeu ao montante de R\$ 202,2 milhões em 2017 versus R\$ 116,1 milhões em 2016, um aumento de R\$ 84,1 milhões, aumentando o índice de endividamento em 0,6 vezes o EBITDA ajustado, efeito da estruturação da Companhia em 2017 com foco no aumento da margem EBITDA nos próximos anos.



Inadimplência

Os títulos vencidos acima de 365 dias totalizaram o montante de R\$ 19,5 milhões no período, dos quais há provisão para perda de todo o contas a receber no montante de R\$ 20,7 milhões. Esses títulos vencidos referem-se principalmente a (i) títulos de longa data em que os sócios fundadores são responsáveis; (ii) títulos em renegociação que tem garantia real e que por isso não foram constituídos provisão de perda sobre o mesmo. Dado a sazonalidade dos nossos clientes com a principal cultura de soja terem um ciclo a cada ano, as renegociações.

Hedge moeda estrangeira e de commodities agrícolas

A Companhia realiza operações em moeda estrangeira, principalmente em aquisição de insumos agrícolas, tais como fertilizantes, venda de grãos e em operações de empréstimos para capital de giro. Essas operações, conforme a política interna, são protegidas contra tais variações, através de contratação de operações de NDF (Non Deliverable Forward), Swap cambial, mercado futuro (Chicago, B3), barter (troca de insumos por grãos através de head natural). As posições em aberto em 31 de dezembro de 2017 reconhecidas ao valor justo eram: a) perda na venda a termo commodities R\$ 0,1 milhão (ganho de 2,3 milhões em 2016); b) ganho na posição de swap cambial R\$ 0,1 milhão e perda R\$ 1,1 milhão em 2016.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PRO FORMA NÃO AUDITADAS DA DEMONSTRAÇÃO DO
RESULTADO DA COMPANHIA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2019 E PERÍODOS DE DEZ MESES FINDOS EM 31 DE OUTUBRO DE 2020 E 2019**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

AgroGalaxy Participações S.A.
Relatório de asseguarção razoável do
auditor independente sobre a compilação
de informações financeiras consolidadas
condensadas *pro forma*



Relatório de asseguuração razoável do auditor independente sobre a compilação de informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma*

Aos administradores e acionistas
AgroGalaxy Participações S.A.

Concluimos nosso trabalho de asseguuração para emissão de relatório sobre a compilação de informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* da AgroGalaxy Participações S.A. ("AgroGalaxy" ou "Companhia"), elaborada sob responsabilidade de sua administração. As informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* compreendem a demonstração do resultado consolidada *pro forma* para o período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020, a demonstração do resultado consolidada *pro forma* para o período de dez meses findo em 31 de outubro de 2019, a demonstração do resultado consolidada *pro forma* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas notas explicativas. Os critérios aplicáveis com base nos quais a administração da Companhia compilou as informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* estão especificados no Comunicado CTG 06 - "Apresentação de informações financeiras *pro forma*", do Conselho Federal de Contabilidade, e sumariados na Nota 1 às informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma*.

As informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* foram compiladas pela administração da Companhia para ilustrar o impacto das aquisições ("transações" ou "combinação") da Agro Trends Participações S.A e suas controladas ("Agro Trends") e da Agro Advance Participações S.A. e sua controlada ("Agro Advance"), apresentadas na Nota 1 às informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma*, como se as transações tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2019. Como parte desse processo, informações sobre o desempenho operacional da Companhia foram extraídas pela administração da Companhia das suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, sobre as quais emitimos relatório de auditoria, sem modificações, em 30 de dezembro de 2020, das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas para o período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020, sobre as quais emitimos relatório de auditoria, sem modificações, em 30 de dezembro de 2020, e das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas para o período de dez meses findo em 31 de outubro de 2019, sobre as quais emitimos relatório de revisão, sem modificações, em 30 de dezembro de 2020. Adicionalmente, as informações sobre o desempenho operacional da Agro Trends e da Agro Advance foram extraídas das demonstrações financeiras consolidadas da Agro Trends e da Agro Advance, respectivamente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, sobre as quais emitimos relatórios de auditoria, sem modificações, em 30 de dezembro de 2020, das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Agro Trends e da Agro Advance, respectivamente, para o período de nove meses e 30 dias findo em 30 de outubro de 2020, sobre as quais emitimos relatório de auditoria, sem modificações, em 30 de dezembro de 2020, e das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Agro Trends e da Agro Advance, respectivamente, para o período de dez meses findo em 31 de outubro de 2019, sobre as quais emitimos relatórios de revisão, sem modificações, em 30 de dezembro de 2020.

2 de 4



AgroGalaxy Participações S.A.

Responsabilidade da administração da companhia pelas informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma*

A administração da Companhia é responsável pela compilação das informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* com base nos critérios estabelecidos no Comunicado CTG 06.

Nossa independência e controle de qualidade

Cumprimos com a independência e outros requerimentos de ética das NBCs PG 100 e 200 e NBC PA 291, que são fundamentados nos princípios de integridade, objetividade e competência profissional e que, também, consideram o sigilo e o comportamento dos profissionais.

Aplicamos os padrões internacionais de controle de qualidade estabelecidos na NBC PA 01 e, dessa forma, mantemos apropriado sistema de controle de qualidade que inclui políticas e procedimentos relacionados ao cumprimento dos requerimentos de ética, padrões profissionais, exigências legais e requerimentos regulatórios.

Responsabilidades do auditor independente

Nossa responsabilidade é expressar uma opinião, conforme requerido pela Comissão de Valores Mobiliários, sobre se as informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* foram compiladas pela administração da Companhia, em todos os aspectos relevantes, com base nos critérios estabelecidos no Comunicado CTG 06.

Conduzimos nosso trabalho de acordo com a norma NBC TO 3420 - "Trabalho de Asseguração sobre a Compilação de Informações Financeiras *Pro Forma* Incluídas em Prospecto", emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, equivalente à Norma Internacional emitida pela Federação Internacional de Contadores ISAE 3420. Essas normas requerem que os auditores planejem e executem procedimentos de auditoria com o objetivo de obter segurança razoável de que a administração da Companhia compilou, em todos os aspectos relevantes, as informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* com base nos critérios estabelecidos no Comunicado CTG 06.

Para os fins deste trabalho, não somos responsáveis pela atualização ou reemissão de quaisquer relatórios ou opiniões sobre quaisquer informações financeiras históricas usadas na compilação das informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma*, tampouco executamos, no curso deste trabalho, auditoria ou revisão das demonstrações financeiras e todas as demais informações financeiras históricas usadas na compilação das informações financeiras condensadas *pro forma*.

A finalidade das informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* é a de exclusivamente ilustrar o impacto das transações relevantes sobre as informações financeiras históricas consolidadas da AgroGalaxy, como se as transações tivessem ocorrido na data anterior selecionada para propósito ilustrativo. Dessa forma, nós não fornecemos qualquer asseguração de que o resultado real das transações relevantes em 1º de janeiro de 2019 teriam sido conforme apresentado.

Um trabalho de asseguração razoável sobre se as informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, com base nos critérios aplicáveis, envolve a execução de procedimentos para avaliar se os critérios aplicáveis adotados pela administração da Companhia na compilação das informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* oferecem



AgroGalaxy Participações S.A.

base razoável para apresentação dos efeitos relevantes diretamente atribuíveis à transação, e para obter evidência suficiente apropriada sobre se:

- (i) os correspondentes ajustes *pro forma* proporcionam efeito apropriado a esses critérios; e
- (ii) as informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* refletem a aplicação adequada desses ajustes às informações financeiras históricas.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor independente, levando em consideração seu entendimento sobre a Companhia, sobre a natureza da transação com relação à qual as informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* foram compiladas, bem como outras circunstâncias relevantes do trabalho. O trabalho envolve ainda a avaliação da apresentação geral das informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma*.

Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre a compilação das informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma*.

Opinião

Em nossa opinião, as informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, com base nos critérios estabelecidos no Comunicado CTG 06 - "Apresentação de informações financeiras *pro forma*".

Outros assuntos

De acordo com os termos do nosso trabalho, esse relatório de asseguarção razoável sobre as informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* foi elaborado para atendimento aos requerimentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em conexão com o processo de registro de oferta de emissão de ações e não para outro fim ou qualquer outro propósito.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 1 às informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma*, que descreve que essas informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia para o período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020, com as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Agro Trends e da Agro Advance para o período de nove meses e 30 dias findo em 30 de outubro de 2020 e com as demonstrações financeiras da Companhia, da Agro Trends e da Agro Advance para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as quais foram base para a elaboração das informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma*.

Goiânia, 31 de dezembro de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luis Fernando de Souza Maranhã
Contador CRC 1SP201527/O-5

AgroGalaxy Participações S.A.

Demonstração do resultado consolidado condensado *pro forma* (não auditado) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Agro Key		Agro Trends		Agro Advance		Eliminações Pro Forma	Ajustes Pro Forma	AgroGalaxy Pro Forma
		1.2 (v)	1.2 (iv)	1.2 (v)	1.2 (vi)					
Receita de contratos com clientes	2.3 (a)	1.554.937	1.443.693	271.610				(749)		3.270.240
Custo das vendas e serviços prestados	2.3 (a)	(1.286.870)	(1.279.902)	(197.388)				749		(2.764.150)
Lucro bruto		<u>268.067</u>	<u>163.791</u>	<u>74.222</u>						<u>506.081</u>
Despesas de vendas		(61.405)	(50.497)	(24.102)						(136.004)
Despesas administrativas	2.3 (b)	(96.674)	(52.344)	(24.917)					(18.254)	(192.189)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	/ (c)	9.764	2.715	(13)						12.466
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>119.752</u>	<u>63.665</u>	<u>25.190</u>					(18.254)	<u>190.353</u>
Resultado financeiro		(63.582)	(28.337)	(4.753)						(96.672)
Resultado antes dos impostos		<u>56.170</u>	<u>35.328</u>	<u>20.437</u>					(18.254)	<u>93.681</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(10.177)	(14.754)	(5.734)						(30.665)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.3 (d)	(11.791)	3.880	(1.495)					6.206	(3.200)
Lucro líquido do exercício		<u>34.202</u>	<u>24.454</u>	<u>13.208</u>					(12.048)	<u>59.816</u>
Lucro líquido (básico e diluído) por ação - em R\$	2.3 (e)									<u>0,08648</u>

AgroGalaxy Participações S.A.

Demonstração do resultado consolidado condensado *pro forma* (não auditado) para o período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	AgroGalaxy 1.2 (i)	Agro Trends 1.2 (ii)	Agro Advance 1.2 (iii)	Eliminações Pro Forma	Ajustes Pro Forma	AgroGalaxy Pro Forma
Receitas	2.3 (a)	1.710.545	1.293.665	227.489	(9.413)		3.231.698
Custo das mercadorias vendidas	2.3 (a)	(1.492.705)	(1.135.063)	(172.044)	9.413	-	(2.799.812)
Lucro bruto		217.840	158.601	55.445	-	-	431.886
Despesas com vendas		(76.139)	(47.761)	(28.021)			(151.921)
Despesas gerais e administrativas		(86.629)	(45.070)	(24.123)		(15.212)	(171.033)
Outras (despesas) e receitas, líquidas	2.3. (b) / (c)	11.798	123	(5.835)			6.085
Resultado de equivalência patrimonial							
Lucro antes do resultado financeiro		66.871	65.893	(2.535)	-	(15.212)	115.016
Resultado financeiro		(97.906)	(32.386)	(15.722)			(146.015)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(31.036)	33.507	(18.258)		(15.212)	(30.998)
Imposto de renda e contribuição social							
Imposto de renda e contribuição social correntes		(14.780)	(8.501)	(260)			(23.541)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.3. (d)	23.685	(3.400)	2.960		5.172	28.417
Lucro líquido (prejuízo) do período		(22.130)	21.605	(15.557)	-	(10.040)	(26.122)
Lucro líquido ponderado (básico e diluído) por ação - em R\$	2.3. (e)						(0,0378)

AgroGalaxy Participações S.A.

Demonstração do resultado consolidado condensado *pro forma* (não auditado) para o período de dez meses findo em 31 de outubro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Agro Key 1.2 (vii)	Agro Trends 1.2 (viii)	Agro Advance 1.2 (iv)	Eliminações Pro Forma	Ajustes Pro Forma	AgroGalaxy Pro Forma
Receitas	2.3 (a)	1.242.047	994.729	207.208	(749)		2.443.984
Custo das mercadorias vendidas	2.3 (a)	(1.046.713)	(897.566)	(155.070)	749		(2.099.349)
Lucro bruto		195.334	97.164	52.138	-	-	344.636
Despesas com vendas		(61.537)	(41.664)	(18.607)			(121.809)
Despesas gerais e administrativas		(64.658)	(40.668)	(14.557)		(15.212)	(135.095)
Outras (despesas) e receitas, líquidas	2.3.(b) / (c)	8.205	3.003	(127)			11.081
Resultado de equivalência patrimonial							
Lucro antes do resultado financeiro		77.344	17.835	18.847	-	(15.212)	98.814
Resultado financeiro		(51.759)	(25.346)	(3.258)			(80.363)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		25.584	(7.511)	15.589		(15.212)	18.451
Imposto de renda e contribuição social		(9.474)	(1.540)	(4.237)			(15.252)
Imposto de renda e contribuição social correntes		1.541	5.725	-		5.172	12.438
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.3.(d)						
Lucro líquido (prejuízo) do período		17.651	(3.327)	11.352	-	(10.040)	15.637
Lucro líquido ponderado (básico e diluído) por ação - em R\$	2.3.(e)						0,0226

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* (não auditadas) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e aos períodos de dez meses findos em 31 de outubro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Descrição das transações e base para elaboração das informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas

1.1 Descrição da transação

Em 30 de outubro de 2020 foi aprovada pelos respectivos acionistas da Agro Trends Participações S.A. (“Agro Trends”), da Agro Key Participações S.A. (“Agro Key”), e da Agro Advance Participações S.A. (“Agro Advance”), em sede de Assembleia Geral Extraordinária, a combinação de negócios dessas companhias, por meio da incorporação da Agro Key e da Agro Advance pela Agro Trends (“Transação”) exclusivamente por meio de troca de ações, sendo que, na data do fechamento da transação a Agro Key e Agro Advance deixaram de existir como entidades legais e seus direitos e obrigações foram transferidos para a Agro Trends. Nesta mesma data, os acionistas aprovaram em Assembleia Geral a alteração da denominação social da Agro Trends para AgroGalaxy Participações S.A (“AgroGalaxy”) que passou a ser a nova razão social das entidades combinadas.

Nessa transação, as ações das empresas Agro Key e Agro Advance foram canceladas e novas ações ordinárias da AgroGalaxy foram emitidas para os acionistas da Agro Key e Agro Advance.

A troca de ações acordada ocorreu mediante emissão de novas ações da AgroGalaxy para os acionistas das Agro Key e Agro Advance, sendo a relação gerada de troca em uma nova posição de participação de cada bloco do qual, (i) acionistas Agro Trends passaram a deter 41,7% do capital social total da AgroGalaxy, (ii) acionistas da Agro Key passaram a deter 44,1% do capital social total da AgroGalaxy e (iii) acionistas das Agro Advance passaram a deter 14,2% do capital social total da AgroGalaxy.

A administração avaliou os aspectos dessa combinação de negócios e determinou tratar-se de uma aquisição reversa, concluindo que a Agro Key é a adquirente contábil (apesar de ser a empresa incorporada legalmente, a Agro Key representa o maior valor justo da transação em comparação com as demais empresas, e os seus acionistas terão a maioria das ações votantes da AgroGalaxy), enquanto a Agro Trends, assim como a Agro Advance, foram consideradas como as adquiridas contábil, (apesar de a Agro Trends, sob a nova denominação de AgroGalaxy, ser a incorporadora e a entidade sobrevivente legal – adquirente legal).

As demonstrações de resultado consolidadas condensadas *pro forma* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e para os períodos de dez meses findos em 31 de outubro de 2020 e de 2019 refletem, portanto, a transação acima detalhada, como se ela tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2019.

1.2 Base de elaboração das informações financeiras *pro forma* não auditadas

Estas informações financeiras *pro forma* não auditadas foram preparadas e são apresentadas conforme a Orientação Técnica OCPC 06 – “Apresentação de Informações Financeiras Pro Forma” emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovada pela Comissão de Valores Imobiliários (“CVM”).

As informações contábeis históricas referentes utilizadas na elaboração destas informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas foram obtidas a partir das:

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras consolidadas Condensadas pro forma (não auditadas) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e aos períodos de dez meses findos em 31 de outubro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da AgroGalaxy para o período de 10 meses findo em 31 de outubro de 2020, elaboradas de acordo o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstrações Intermediárias, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, cujo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras intermediárias foi emitido em 31 de dezembro de 2020, sem ressalvas;
- (ii) Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Agro Trends para o período de 9 meses e 30 dias findo em 30 de outubro de 2020, elaboradas de acordo o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstrações Intermediárias, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, cujo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras intermediárias foi emitido em 31 de dezembro de 2020, sem ressalvas;
- (iii) Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Agro Advance para o período de 9 meses e 30 dias findo em 30 de outubro de 2020, elaboradas de acordo o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstrações Intermediárias, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, cujo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras intermediárias foi emitido em 31 de dezembro de 2020, sem ressalvas;
- (iv) Demonstrações financeiras consolidadas da Agro Trends para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – “IFRS”*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, cujo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras intermediárias foi emitido em 31 de dezembro de 2020, sem ressalvas;
- (v) Demonstrações financeiras consolidadas da Agro Key para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – “IFRS”*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, cujo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras intermediárias foi emitido em 31 de dezembro de 2020, sem ressalvas;
- (vi) Demonstrações financeiras consolidadas da Agro Advance para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – “IFRS”*), emitidas pelo *International Accounting*

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras consolidadas Condensadas *pro forma* (não auditadas) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e aos períodos de dez meses findos em 31 de outubro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Standards Board (IASB), auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, cujo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras intermediárias foi emitido em 31 de dezembro de 2020, sem ressalvas;

- (vii) Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Agro Key para o período de 10 meses findo em 31 de outubro de 2019, elaboradas de acordo o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstrações Intermediárias, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, cujo relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias foi emitido em 31 de dezembro de 2020, sem ressalvas;
- (viii) Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Agro Trends para o período de 10 meses findo em 31 de outubro de 2019, elaboradas de acordo o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstrações Intermediárias, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, cujo relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias foi emitido em 31 de dezembro de 2020, sem ressalvas; e
- (ix) Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Agro Advance para o período de 10 meses findo em 31 de outubro de 2019, elaboradas de acordo o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstrações Intermediárias, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, cujo relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias foi emitido em 31 de dezembro de 2020, sem ressalvas.

As informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas foram elaboradas e apresentadas exclusivamente para fins informativos no pressuposto da aquisição das companhias envolvidas ter ocorrido em 1º de janeiro de 2019 e não devem ser utilizadas como indicativo de futuras demonstrações contábeis consolidadas ou interpretadas como demonstrações do resultado e/ou posição patrimonial e financeira efetiva da AgroGalaxy.

As informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas foram preparadas usando o método contabilização de aquisição de acordo com o CPC15(R1)/IFRS 3 - Combinações de Negócios, onde a Agro Key é considerada a adquirente contábil, configurando uma aquisição reversa. O CPC15 (R1)/IFRS 3, requer, entre outras coisas, que os ativos adquiridos e passivos assumidos sejam reconhecidos em seu valor justos na data de aquisição. A mensuração de valor justo pode ser altamente subjetiva e é possível que outros profissionais, aplicando julgamento razoável aos mesmos fatos e circunstâncias, possam desenvolver e suportar um intervalo de valores estimados.

Custos de Transação relacionados à aquisição (ou seja, assessoria, assessoria jurídica, avaliadores e outros honorários profissionais) e determinados gastos com reestruturação societária relacionados à Transação não são considerados componentes da contraprestação transferida, mas são contabilizados como despesas nos períodos em que os custos foram incorridos. Os custos relacionados a Transação não foram considerados relevantes pela Administração.

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras consolidadas Condensadas *pro forma* (não auditadas) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e aos períodos de dez meses findos em 31 de outubro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas não refletem nenhuma economia de custo, sinergia operacional ou crescimento da receita que a AgroGalaxy possa obter como resultado da Transação. Adicionalmente não refletem os custos para integrar as operações das companhias envolvidas ou os custos necessários para atingir essas otimizações de custo e sinergias operacionais, como fornecimento, fabricação, distribuição e eficiência da estrutura administrativa e crescimento de receita.

Estas informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras históricas das companhias envolvidas e acima mencionadas.

Essas informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 30 de dezembro de 2020.

2. Ajustes *pro forma*

As informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas foram elaboradas e apresentadas a partir das demonstrações financeiras históricas de cada entidade envolvida e os ajustes *pro forma* não auditados foram determinados com base em premissas e estimativas, as quais acreditamos serem razoáveis, e incluem os seguintes ajustes:

2.1. Contraprestação transferida

A Transação foi realizada por meio de troca de ações entre as companhias envolvidas. O valor justo das ações da AgroGalaxy foi estimado com base em múltiplos de EBTIDA ajustado, deduzido dívidas e outros aspectos negociais definidos entre as partes envolvidas. Desta forma, a contraprestação transferida foi determinada da seguinte maneira:

Número de ações da Agro Key	343.906.555
Multiplicado pela relação de troca de 0,88695 ações da AgroGalaxy para cada ação ordinária da Agro Key	305.027.736
Multiplicado pelo valor justo das ações da AgroGalaxy (R\$)	1,56
Valor justo da contraprestação transferida (R\$ mil)	475.375
Número de ações da Agro Advance	91.666.828
Multiplicado pela relação de troca de 1,07133 ações da AgroGalaxy para cada ação ordinária da Agro Advance	98.205.960
Multiplicado pelo valor justo das ações da AgroGalaxy (R\$)	1,61
Valor justo da contraprestação transferida (R\$ mil)	157.760
Valor justo da contraprestação total transferida (R\$ mil)	633.135

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras consolidadas Condensadas pro forma (não auditadas) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e aos períodos de dez meses findos em 31 de outubro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dessa forma, os acionistas que detinham ações da Agro Key, antes da incorporação, passaram a deter, em conjunto, 44,10% do capital social total e votante da AgroGalaxy, enquanto os acionistas originais da Agro Trends passaram a deter, em conjunto, 41,7% do capital social total e votante da AgroGalaxy, e os acionistas originais da Agro Advance passaram a deter, em conjunto, 14,2% do capital social total e votante da AgroGalaxy:

	Nº Ações	%
	Nº Ações	Participação
Número de ações em 30 de outubro de 2020, antes da combinação de negócio, originário Agro Trends	288.408.922	41,7%
Emissão de novas ações, na proporção de participação das Sociedades	403.233.696	58,3%
Acionistas oriundos da Agro Key (incorporadora reversa)	305.027.736	44,1%
Acionistas oriundos da Agro Advance	98.205.960	14,2%
Total de ações final	691.642.618	100,0%

2.2. Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos

A Companhia realizou uma avaliação do valor justo dos ativos a serem adquiridos e passivos a serem assumidos das adquiridas contábeis Agro Trends e Agro Advance, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 15/IFRS 3 – Combinação de Negócios, baseado em informações disponíveis a data destas informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas. Utilizando a contraprestação total para a Transação, a AgroGalaxy estimou a alocação do preço de compra. A tabela a seguir resume a alocação do preço de compra como se a data da Transação tivesse ocorrido em 30 de outubro de 2020:

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras consolidadas Condensadas pro forma (não auditadas) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e aos períodos de dez meses findos em 31 de outubro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de outubro de 2020	Agro Trends	Agro Advance	Total
ATIVOS			
Caixa e equivalentes de caixa	24.123	10.028	34.151
Aplicações financeiras	25.819		25.819
Contas a receber de clientes	762.780	206.190	968.969
Estoques	389.224	69.546	458.770
Mais valia estoques	17.656	4.367	22.023
Tributos a recuperar	7.813	9.107	16.920
Derivativos	9.471	66	9.537
Outros créditos	42.643	34.523	77.166
Total ativo circulante	1.279.529	333.827	1.613.357
Outros ativos realizáveis a longo prazo	88.383	3.412	91.795
Tributos e contribuições diferidos	1.645	581	2.227
Imobilizado	27.080	2.679	29.759
Arrendamentos	11.038	7.112	18.150
Intangível registrado	12.891	3.661	16.552
Mais valia imobilizado	5.178	1.235	6.413
Step up relacionamento com clientes	124.768	46.925	171.693
Total ativo não circulante	270.984	65.605	336.589
PASSIVOS			
Fornecedores	(617.520)	(174.819)	(792.339)
Empréstimos e financiamentos	(342.056)	(78.364)	(420.420)
Passivos de arrendamentos	(3.222)	(1.826)	(5.048)
Obrigações por cessão de crédito	(146.815)		(146.815)
Obrigações trabalhistas	(17.090)	(7.055)	(24.145)
Obrigações tributárias	(2.736)	(1.547)	(4.282)
Outras obrigações	(111.741)	(10.792)	(122.533)
Total passivo circulante	(1.241.180)	(274.403)	(1.515.582)
Empréstimos e financiamentos	(33.644)	(10.222)	(43.866)
Passivos de arrendamentos	(7.691)	(5.514)	(13.205)
Tributos e contribuições	(2.706)	(700)	(3.406)
Tributos e contribuições diferidos			-
Tributos e contribuições diferidos combinação de negócios	(50.185)	(17.859)	(68.044)
Total passivo não circulante	(94.225)	(34.295)	(128.520)
Intangível valor não alocado (goodwill)	260.267	67.025	327.292
Total da contraprestação	475.375	157.760	633.135

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras consolidadas Condensadas *pro forma* (não auditadas) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e aos períodos de dez meses findos em 31 de outubro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas apresentadas, incluindo a alocação da contraprestação transferida, são baseadas em nossas estimativas do valor justo dos ativos adquiridos, passivos assumidos, informações disponíveis nesta data e premissas da administração.

Incluimos apenas ajustes materiais que são diretamente atribuíveis à Transação proposta, factualmente suportáveis e, com relação à demonstração do resultado, espera-se que tenham um impacto contínuo nos resultados consolidados. A Companhia não tem a intenção de utilizar o ágio reconhecido como despesa dedutível para fins de imposto de renda.

2.3. Ajustes Pro Forma

Uma descrição geral dos ajustes *pro forma* está apresentada abaixo:

a) Ajustes de transações entre partes relacionadas

Este ajuste reflete na demonstração do resultado *pro forma* não auditado a eliminação das transações comerciais de compra e venda entre as Companhias envolvidas na combinação de negócios, eliminando a receita e o custo, demonstrando a margem efetivamente gerada nestas transações, dado os valores de mercado na revenda de insumos agrícolas que ocorreu com terceiros. Essas transações ocorrem nas empresas controladas operacionais. Os valores eliminados de receita e custo totalizou, em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 749, em 31 de outubro de 2020, o montante de R\$ 9.413 e, em 31 de outubro de 2019, o montante de R\$ 749.

b) Imobilizado

A tabela a seguir representa o ajuste ao valor justo estimado do imobilizado, da Agro Trends e da Agro Advance e, conseqüentemente, os impactos da depreciação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e para os períodos de dez meses findos em 31 de outubro de 2020 e de 2019:

Descrição	Ajuste a Valor Justo	Metodologia de Avaliação	Vida útil (média em anos)	Despesa com depreciação		
				31/12/2019	31/10/2020	31/10/2019
Moveis e utensílios	106	Abordagem de mercado	10	11	9	9
Veículos	4.409	Abordagem de mercado	5	882	735	735
Equipamentos de informática	235	Abordagem de mercado	10	24	20	20
Máquinas e equipamentos	1.636	Abordagem de mercado	10	164	136	136
Edificações e instalações	9	Abordagem de mercado	5	2	1	1
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11	Abordagem de mercado	5	2	2	2
Softwares	7	Abordagem de mercado	5	1	1	1
	<u>6.413</u>			<u>1.085</u>	<u>904</u>	<u>904</u>

A avaliação dos ativos imobilizados foi baseada em comparativo direto de dados de mercado. Este método se baseia na comparação com preços ofertados ou praticados em transações efetivas de compra e venda de bens. O processo é essencialmente comparativo, relacionando o bem avaliado com bens comparáveis. Neste método, estão previstos ajustes para refletir as diferenças entre o bem objeto da avaliação e os demais obtidos na pesquisa de mercado.

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras consolidadas Condensadas pro forma (não auditadas) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e aos períodos de dez meses findos em 31 de outubro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A despesa de depreciação pro forma sobre o ajuste ao valor justo do imobilizado foi alocada no custo dos produtos vendidos. A depreciação é calculada pelo método linear.

c) Intangível

Reflete o ajuste a valor justo dos intangíveis identificados de relacionamento com clientes. A despesa com amortização estimada pro forma foi calculada utilizando-se o método linear e reconhecida como despesas com vendas. A tabela abaixo demonstra a metodologia utilizada para mensuração desses ativos intangíveis e os respectivos valores justos estimados e amortizações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e para os períodos de dez meses findos em 31 de outubro de 2020 e de 2019:

Descrição	Ajuste a Valor Justo	Metodologia de Avaliação	Churn Estimado	Taxa Desconto	31/12/2019	31/10/2020	31/10/2019
Carteira de clientes AgroTrends	124.768	MEEM	12,2%	11,7%	12.477	10.397	10.397
Carteira de clientes AgroAdvance	46.925	MEEM	7,7%	14,2%	4.693	3.910	3.910
	<u>171.693</u>				<u>17.169</u>	<u>14.308</u>	<u>14.308</u>

Para a determinação do ajuste ao valor justo na carteira de clientes, foi considerada a abordagem da renda e o método *MEEM* (*Multi Period Excess Earnings Method*). Neste método, o valor justo da carteira de clientes é o valor presente do fluxo de caixa gerado, descontado da cobrança pelo uso dos ativos contributórios (ativos que contribuem para a formação do fluxo de caixa atribuído ao ativo avaliado). Considerando o histórico de 10 anos com dados de vendas e o *churn rate* que mensura a permanência dos clientes na carteira

Abaixo principais itens utilizados para cálculo do MEEM.

Receita	Estimativa de receita da carteira de clientes da RURAL considerando o crescimento estimado projetado para este universo de clientes nos próximos anos, ou seja, foi desconsiderado qualquer crescimento estimado que deriva de novos clientes.
Taxa de perda de clientes (Churn rate)	A taxa de mortalidade ou de perda de clientes ("churn rate"), durante o horizonte de projeção foi considerada entre 7,7% e 12,2% ao ano (Análise foca em perdas médias em número de clientes, considerando 80% da carteira nos períodos selecionados de 2017 a 2019).
Vida útil	Estimativa de 9 a 13 anos considerando o churn médio, utilizando o fluxo de caixa descontado total.
Ativos contributórios (CAC)	O CAC considerado inclui Capital de Giro, Ativos Fixos e Força de trabalho. O CAC médio foi de 1,6% sobre a receita.

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras consolidadas Condensadas *pro forma* (não auditadas) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e aos períodos de dez meses findos em 31 de outubro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Benefício de amortização fiscal (Tax Amortization Benefit - TAB Factor)	Na avaliação econômica financeira do ativo intangível, o benefício de amortização fiscal (ou benefício de amortização fiscal refere-se ao valor presente das reduções de imposto de renda resultantes da dedução fiscal gerada pela amortização de um ativo intangível. Utilizamos o TAB Factor estimado em 1,18 a 1,28 resultado das estimativas da taxa de imposto de 34% e o período de 9 a 13 anos sob o conceito de desconto End Year.
Taxa de desconto	Desconto do Fluxo de Caixa pela taxa de desconto de 11,7% a 14,2%, já incluído uma taxa superior entre 0,7% a 1% ao WACC das Empresas, refletindo o maior risco.

d) Efeito do imposto de renda e contribuição social

Reflete o efeito do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos nas informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas, com base na alíquota nominal de 34% sobre os ajustes *pro forma*.

O efeito do imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes *pro formas* realizados nas demonstrações do resultado consolidado condensado *pro forma* não auditadas para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2019 e para o período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020 e 2019 somam o montante de R\$ 6.206 mil, R\$ 5.172 mil e R\$ 5.172 mil, respectivamente.

e) Lucro por ação

O lucro básico e diluído por ação foi ajustado considerando a emissão de 403.233.696 ações da AgroGalaxy em 30 de outubro de 2020, conforme demonstrado abaixo:

	Exercício findo em 31 de dezembro	Período de dez meses findo em 31 de outubro de	
	2019	2020	2019
Número de ações AgroGalaxy – em milhares de ações	288.409	288.409	288.409
Ações emitidas pela AgroGalaxy – em milhares de ações	403.234	403.234	403.234
Número de ações AgroGalaxy <i>Pro Forma</i> – em milhares de ações	691.643	691.643	691.643
Lucro líquido (prejuízo) <i>pro forma</i>	59.816	(26.122)	15.637
Lucro (prejuízo) por ação <i>pro forma</i> básico e diluído (em reais)	0,0865 ***	(0,0378)	0,0226

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA AGRO KEY REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, 2018 E 2017**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

***Agro Key
Participações S.A.***
***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Agro Key Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Agro Key Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Agro Key Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agro Key Participações S.A. e da Agro Key Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reemissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Chamamos a atenção para a Nota 2.1 às demonstrações financeiras, que descreve a atualização e reemissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido a intenção da Companhia de se registrar na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para o processo de abertura de capital (Nota 34(b)). Emitimos nosso relatório do auditor independente original com data de 15 de junho de 2020 sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas aprovadas para emissão em 15 de junho de 2020.

Agro Key Participações S.A.

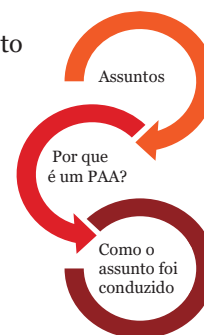
Devido a atualização descrita na Nota 2.1, estamos emitindo novo relatório do auditor independente sobre as novas demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas pela administração da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase - Aprovação dessas demonstrações financeiras pela administração de sua sucessora legal

Chamamos a atenção para a Nota 34(b) as demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia foi incorporada pela AgroGalaxy Participações S.A. em 30 de outubro de 2020, que a sucedeu em todos os seus direitos e obrigações, inclusive na aprovação da reemissão dessas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Impairment do ágio

Conforme descrito na Notas 3.11 e 13 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas mantém em suas demonstrações financeiras saldo de ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill) de R\$ 152.732 mil, resultante de combinações de negócios ocorridas em anos anteriores.

A avaliação anual de recuperabilidade do ágio envolve premissas e julgamentos críticos por parte da administração na determinação dos fluxos de caixa futuros esperados Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") identificadas pela Companhia.

Focamos nossos trabalhos nas projeções de resultados dessas controladas, pois envolvem estimativas e julgamentos críticos da administração

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- Avaliamos a definição, pela administração da Companhia, das Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 01/IAS 36 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos".
- Confrontamos os fluxos de caixa futuros utilizados no teste de recuperação do ágio com as projeções de resultados futuros ("Projeções") aprovadas pelo Conselho de Administração.
- Com o apoio de nossos especialistas internos em avaliação de negócios, verificamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de



Agro Key Participações S.A.

Porque é um PAA

na preparação dos fluxos de caixa futuros, os quais, se alterados, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos apurados pela Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

caixa, bem como discutimos a adequação do modelo utilizado pela administração para fins de avaliação da recuperabilidade do ágio.

- Avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas nas Projeções, tais como taxa de desconto, taxa de crescimento de receita, margem bruta esperada por segmento, e os custos operacionais das UGCs, mediante a comparação dessas premissas com informações de mercado, quando disponíveis, e com informações históricas da própria Companhia.
- Avaliamos a competência e a objetividade dos especialistas externos contratados pela administração para a preparação dos fluxos de caixa futuros.
- Efetuamos análises de sensibilidade para as principais premissas das Projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis.
- Efetuamos a leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Agro Key Participações S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Agro Key Participações S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos



Agro Key Participações S.A.

esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 31 de dezembro de 2020

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'PricewaterhouseCoopers', written over the printed name.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Luis Fernando de Souza Maranhã', written over the printed name.

Luis Fernando de Souza Maranhã
Contador CRC 1SP201527/O-5

Índice

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Demonstração do valor adicionado	7
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	8
2 Base de preparação	8
3 Resumo das principais políticas contábeis	10
4 Uso de estimativas e julgamentos	23
5 Gestão de risco financeiro	25
6 Caixa e equivalentes de caixa	32
7 Contas a receber de clientes (Consolidado)	33
8 Estoques (Consolidado)	34
9 Adiantamentos a fornecedores (Consolidado)	35
10 Impostos a recuperar	35
11 Investimentos (Controladora)	35
12 Imobilizado (Consolidado)	38
13 Intangível (Consolidado)	40
14 Ativos de direito de uso (Consolidado)	42
15 Fornecedores e outras contas a pagar (Consolidado)	42
16 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)	43
17 Passivos de arrendamento (Consolidado)	44
18 Obrigações por cessão de crédito (Consolidado)	46
19 Obrigações trabalhistas e sociais (Consolidado)	47
20 Obrigações tributárias (Consolidado)	48
21 Adiantamentos de clientes (Consolidado)	48
22 Contingências (Consolidado)	48
23 Patrimônio líquido	48
24 Partes relacionadas (Consolidado)	51
25 Receita de contrato de clientes (Consolidado)	54
26 Custos das vendas (Consolidado)	54
27 Despesas administrativas e de vendas	55
28 Resultado financeiro (Consolidado)	56
29 Imposto de renda e contribuição social (Consolidado)	57
30 Informações por segmento	57
31 Instrumentos financeiros (Consolidado)	60
32 Outras divulgações sobre os fluxos de caixa (Consolidado)	63
33 Seguros	65
34 Eventos subsequentes	65

Agro Key Participações S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018		2019	2018		
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	6	353	443	97.921	97.900	15		509.356	310.733	
Contas a receber de clientes	7			466.729	304.138	16		232.852	214.834	
Estoques	8			410.995	250.075	32			15.852	
Adiantamentos a fornecedores	9			21.247	14.323	17		15.123		
Impostos a recuperar	10	5	2	20.816	20.424	18		53.341	25.671	
Contratos a termo	31.2			32.808	38.890	19		13.021	7.611	
Outros créditos		1.657	90	4.783	2.951	20	1	1.275	1.074	
Dividendos a receber			600			31.2		484	248	
Créditos com partes relacionadas					1.222	31.2		40.971	36.288	
Total do ativo circulante		2.015	1.135	1.055.299	729.923	21		71.374	25.510	
						11.3	1.630	6.423	7.223	
						25.2		2.791	2.490	
Não circulante							1.630	956.014	647.564	
Realizável a longo prazo:										
Títulos e valores mobiliários	18			10.380	5.445					
Contas a receber de clientes	7			7.122	3.509					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22				2.939	16		31.725	34.155	
Impostos a recuperar	10			994	160	17		58.463		
Mínus com partes relacionadas	25.1			355	105	11.3			6.423	
Outros créditos					110	22		21.673	12.823	
Total do passivo circulante				18.851	12.268			111.863	53.401	
Investimento	11	260.434	222.143	131	107		1.630	1.067.877	700.965	
Ativos de direito de uso	14			69.862						
Imobilizado	12			58.033	38.254					
Intangível	13			185.537	190.777					
Total do ativo não circulante		260.434	222.143	382.414	241.406	22	31.976	31.976	21.651	
							103.807	187.132	187.132	
							27.820	27.820	6.701	
							7.216	7.216	7.216	
Total do patrimônio líquido		260.819	222.700	260.819	222.700		260.819	260.819	222.700	
Participação de não controladores								59.017	47.664	
Total do patrimônio líquido		260.819	222.700	260.819	222.700		260.819	319.836	270.364	
Total do passivo e patrimônio líquido		262.449	223.278	1.387.713	971.329		262.449	1.387.713	971.329	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Key Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita de contratos com clientes	26			1.554.937	1.299.313
Custo das vendas e serviços prestados	27			(1.286.870)	(1.131.415)
Lucro bruto				268.067	167.898
Despesas de vendas	28			(61.405)	(35.166)
Despesas administrativas	28		(72)	(96.674)	(78.566)
Outras receitas operacionais líquidas		(93)	(1)	9.764	1.275
Resultado de equivalência patrimonial	11	22.248	1.951		
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		22.155	1.878	119.752	55.441
Despesas financeiras	29		(1)	(90.249)	(68.968)
Receitas financeiras	29	19	7	26.667	29.146
Resultado financeiro		19	6	(63.582)	(39.822)
Resultado antes dos impostos		22.174	1.884	56.170	15.619
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	(2)		(10.177)	(10.964)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22			(11.791)	1.563
Lucro líquido do exercício		22.172	1.884	34.202	6.218
Atribuível a					
Acionistas da Companhia				22.172	1.884
Não controladores				12.030	4.334
				34.202	6.218
Lucro líquido (básico e diluído) por ação - em R\$	23.6			0,10	0,01

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Key Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	22.172	1.884	34.202	6.218
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	22.172	1.884	34.202	6.218
Atribuível a				
Acionistas da Companhia			22.172	1.884
Não controladores			12.030	4.334
			34.202	6.218

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Key Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

Nota	Capital social		Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Atribuível aos acionistas da Controladora			Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social integralizar	Capital a integralizar			Reserva de legal	Reserva de lucros retenção	Lucros acumulados		
Em 1º de janeiro de 2018									
23-11	25.535	(7.156)	129.404		302	4.604	152.689	35.006	187.695
23-11		3.272	57.728				3.272		3.272
							57.728		57.728
							1.884	4.334	6.218
23-13					94		(94)		
23-14							(89)		(89)
23-13				7.216		1.701	(1.701)		
23-15							7.216	8.625	15.841
								(391)	(391)
Em 31 de dezembro de 2018									
23-11	25.535	(3.884)	187.132	7.216	396	6.395	222.700	47.664	270.364
23-11		3.884					3.884		3.884
23-11	9.500	(3.059)	6.675				6.675		6.675
							6.441		6.441
							22.172	12.030	34.202
23-13					1.109		(1.109)		
23-14							(1.053)		(1.053)
23-13						20.010	(20.010)		
								(677)	(677)
Em 31 de dezembro de 2019									
	35.035	(3.059)	193.807	7.216	1.505	26.315	260.819	59.017	319.836

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Key Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixas Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro do exercício antes dos impostos	22.174	1.884	56.170	15.619
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Depreciação e amortização			25.647	10.212
Ajuste a valor presente			1.417	(1.279)
Resultado na venda de ativo imobilizado			(864)	(807)
Provisão de perda dos estoques			(919)	
Resultado de equivalência patrimonial de controladas	(22.248)	(1.951)		
Variação no valor justo de commodities			(37.624)	(10.907)
Variação no valor justo dos contratos a termo			20.064	8.000
Instrumentos cambiais			236	248
Juros sobre empréstimos e financiamentos			23.620	25.530
Variação cambial empréstimos e financiamentos			(70)	1.080
Perda no valor realizável de contas a receber			(4.011)	6.118
	(74)	(67)	83.666	53.814
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes			(163.816)	(39.424)
Estoques			(99.395)	(28.174)
Adiantamentos a fornecedores			(6.924)	12.241
Impostos a recuperar	(3)	(1)	(1.228)	(6.531)
Outros créditos	90	(90)	(1.722)	361
Fornecedores e outras contas a pagar			185.434	12.399
Obrigações trabalhistas e sociais			5.410	(140)
Obrigações tributárias	(2)		(83)	(2.415)
Adiantamentos de clientes	(1)		45.830	8.994
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	10	(158)	47.171	11.125
Imposto de renda e contribuição social pagos			(9.892)	(15.476)
Juros pagos			(23.284)	(6.942)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	10	(158)	13.995	(11.293)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativos imobilizados			(24.186)	(16.761)
Recursos provenientes de alienação de imobilizado			2.896	2.528
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido (consolidado)			(7.389)	(55.340)
Aplicação em títulos e valores mobiliários			(4.935)	(421)
Partes relacionadas			972	(502)
Aquisição de intangível			(2.312)	(638)
Integralização de capital em controlada	(17.100)			
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(17.100)		(34.954)	(71.134)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captações de empréstimos e financiamentos e debêntures			258.410	223.968
Captações de recursos securitizados			53.341	50.037
Liquidações de empréstimos e financiamentos e debêntures			(263.968)	(202.764)
Liquidação de recursos securitizados			(25.671)	(48.753)
Passivos de arrendamento			(16.710)	
Pagamento de lucros			(1.424)	(387)
Aumento de capital e reserva de capital	17.000	600	17.000	61.000
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	17.000	600	20.979	83.101
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(90)	442	21	674
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	443	1	97.900	97.226
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	353	443	97.921	97.900

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Key Participações S.A.

Demonstração de valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços			1.560.455	1.303.210
Outras Receitas			9.764	1.275
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			4.011	(6.118)
			<u>1.574.230</u>	<u>1.298.368</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos das mercadorias e serviços vendidos			(1.291.246)	(1.137.022)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(93)	(73)	(63.481)	(37.135)
	<u>(93)</u>	<u>(73)</u>	<u>(1.354.726)</u>	<u>(1.174.157)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(93)</u>	<u>(73)</u>	<u>219.503</u>	<u>124.210</u>
DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO			<u>(25.647)</u>	<u>(10.212)</u>
VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>(93)</u>	<u>(73)</u>	<u>193.856</u>	<u>113.998</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras e variações cambiais	19	7	26.667	29.146
Resultado de equivalência patrimonial de controladas	22.248	1.951		
	<u>22.267</u>	<u>1.958</u>	<u>26.667</u>	<u>29.146</u>
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>22.174</u>	<u>1.885</u>	<u>220.523</u>	<u>143.144</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL			72.185	38.230
Remuneração direta			39.569	22.226
Benefícios			30.523	14.025
FGTS			2.094	1.979
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	2		23.887	16.334
Federais	2		29.976	20.816
Estaduais			(6.549)	(4.900)
Municipais			460	418
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS		1	90.249	82.362
Juros, variações cambiais e monetárias		1	90.249	68.968
Despesas de aluguéis e arrendamento				13.394
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	22.172	1.884	34.202	6.218
Dividendos	1.053	89	1.730	390
Resultado do exercício retido	21.119	1.795	32.472	5.828
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	<u>22.174</u>	<u>1.885</u>	<u>220.523</u>	<u>143.144</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

1 Contexto operacional

A Agro Key Participações S.A. (a ‘Companhia’) é uma ‘Holding’, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado e domiciliada no Brasil.

A Companhia foi constituída em 28 de janeiro de 2016, sob a denominação de Agro Key Participações Ltda., e em 28 de abril de 2016 foi transformada de sociedade limitada para sociedade anônima, passando a ser denominada Agro Key Participações S.A.. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias direta e indiretas (conjuntamente referidas como ‘Grupo’ e individualmente como ‘entidades do Grupo’).

Em 11 de abril de 2017, a Companhia tornou-se controladora da Agro Control Participações Ltda. (sociedade transformada em sociedade anônima em 25 de julho de 2017, logo após a transferência de seu controle, passando sua denominação social a ser Agro Control Participações S.A.) (“Agro Control”), adquirindo parte das quotas dos sócios à época, resultando na participação de 99,99% de seu capital social.

Em 16 de agosto de 2017, a Agro Control tornou-se controladora da Agrototal Holding S.A. (“Agrototal”), adquirindo parte das ações dos acionistas à época, resultando na participação de 70% de seu capital social, conseqüentemente, passou a deter indiretamente o controle das sociedades Nutri 100 Agro Ltda. e Bussadori, Garcia e Cia Ltda.

Em 9 de novembro de 2018, a controlada Agrototal, adquiriu 100% das quotas da empresa Agro Ferrari Produtos Agrícolas EIRELI (“AgroFerrari”). A AgroFerrari atua na região sul do Estado de São Paulo, com sede em Santa Cruz do Rio Pardo, e vem complementar o segmento de venda de insumos agrícolas, através de uma bandeira conhecida e de solidez na região, de encontro aos planos de expansão da Companhia (Nota 11).

Em 4 de janeiro de 2019, a controlada indireta Bussadori, Garcia & Cia Ltda. (“Agro 100”) incorporou o acervo líquido da Nutri 100 Agro Ltda., (“Nutri 100”), também controlada da Companhia e que foi extinta nesse ato. O objetivo da transação foi trazer as sinergias das duas operações em uma única estrutura, a fim de reduzir os custos operacionais e melhorar o atendimento aos clientes do Grupo. A referida operação não resultou em qualquer ganho ou perda contábil nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e do Grupo.

O Grupo atua, primariamente, no armazenamento, beneficiamento, padronização, comercialização, importação, exportação de cereais (soja, milho e trigo), além de operar no comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários, sementes, rações, maquinários e implementos agrícolas, representações comerciais, assistência técnicas agrícolas, prestação de serviços fitossanitários (vendas aplicadas e tratamentos de sementes), reembalador de sementes (soja, trigo e milho), remessa e ou recebimento de produtos agrícolas em consignação e ou para depósito, locação de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, participação no capital de outras sociedades como cotistas e acionistas e produção agrícola.

2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 3.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 **Em milhares de reais, exceto quando indicado**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos (inclusive instrumentos financeiros derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

(c) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.1 Reemissão das demonstrações financeiras

A administração da Companhia emitiu, em 15 de junho de 2020 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Conforme divulgado na Nota 34 (b), a Companhia será adquirida e suas demonstrações financeiras serão arquivadas como demonstrações financeiras suplementares quando do registro da sua adquirente como companhia aberta na CVM. Nesse contexto, foram necessárias adaptações nessas demonstrações financeiras para o atendimento às normas específicas da CVM, incluindo apresentação das demonstrações financeiras em IFRS, bem como a preparação e apresentação da demonstração do valor adicionado e, por esse motivo as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo reemitidas para esse fim.

A administração da Companhia analisou suas operações e concluiu que não há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e, portanto, como suas práticas contábeis já adotadas consistentemente são similares as IFRS, não há necessidade de divulgações adicionais pela adoção do IFRS e as presentes demonstrações financeiras foram preparadas conjuntamente (BRGAAP e IFRS).

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Em 30 de dezembro de 2020, a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Agrogalaxy Participações S.A., sucessora legal da Companhia após a reestruturação societária divulgada na nota 34 (b).

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

3.1 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As seguintes práticas contábeis foram aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados na consolidação. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, as quais foram consolidadas integralmente, a saber:

	Percentual de participação	
	2019	2018
<u>Controladas diretas:</u>		
Agro Control Participações S.A. (“Agro Control”)	99,99%	99,99%
<u>Controladas indiretas:</u>		
Agrototal Holdings S.A. (“Agrototal”)	66,5%	66,5%
Nutri 100 Agro Ltda. (“Nutri100”)	-	66,5%
Bussadori, Garcia & Cia Ltda. (“Agro100”)	66,5%	66,5%
Agro Ferrari Produtos Agrícolas EIRELI (“AgroFerrari”)	66,5%	66,5%

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Agro Control - A Agro Control é uma 'Holding', constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado e domiciliada no Brasil, e tem por objeto social em outras sociedades, no Brasil ou no exterior, como sócia ou acionista.

Agrototal - A Agrototal é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em Londrina – Paraná, e tem por objeto social a participação, como sócia, acionista, beneficiária, ou de outra forma legalmente admissível, do capital social de outras sociedades ou empreendimentos, bem como da administração ou gestão de empresas de qualquer natureza, de seus próprios bens de renda, móveis e imóveis.

Nutri 100 - A Nutri 100 é uma sociedade limitada, sediada em Londrina - Paraná, e tem por objeto social comércio e indústria atacadista e varejista de cereais (soja, milho e trigo), armazenamento, beneficiamento, padronização, comercialização, importação, exportação de cereais e cereais para consumo humano. Conforme mencionado na Nota 1, a Nutri 100 foi incorporada pela Agro 100 em 4 de janeiro de 2019, data de sua extinção.

Agro 100 - A Agro 100 é uma sociedade limitada, sediada em Londrina - Paraná, e tem por objeto social comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários, sementes, rações, maquinários e implementos agrícolas, representações comerciais, assistência técnicas agrícolas, prestação de serviços fitossanitários (vendas aplicadas e tratamentos de sementes), reembalador de sementes (soja, trigo e milho), remessa e ou recebimento de produtos agrícolas em consignação e ou para depósito, locação de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, participação no capital de outras sociedades como cotistas e acionistas de carga e produção agrícola.

AgroFerrari - A AgroFerrari é uma sociedade limitada EIRELI, sediada em Santa Cruz do Rio Pardo – São Paulo, e tem por objeto social comércio e representação de insumos agrícolas, sementes, corretivos de solo, fertilizantes, defensivos e maquinários e implementos agrícolas, assistência técnicas agrícolas, prestação de serviços e de transporte rodoviários e carga, exceto produtos perigosos.

b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo, denominadas transações de capital entre os sócios. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada diretamente no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é revista e mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

3.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes normas foram adotadas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019 pelo Grupo:

- CPC 06 (R2)/ IFRS 16 – "Arrendamentos": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

O Grupo aplicou a abordagem de transição simplificada com objetivo de refletir os efeitos de aplicação dessa norma nas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2019, e, portanto, não reapresentou informações comparativas de 2018, conforme permitido pelas disposições específicas de transição da norma. O método de transição adotado seguiu os seguintes procedimentos:

O valor do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento foi calculado com base no valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados, utilizando a taxa incremental no arrendamento, que é definida como taxa equivalente ao que a Companhia teria que pagar ao realizar empréstimo bancário para adquirir um ativo de direito de uso semelhante, nas mesmas condições do contrato de arrendamento na data de aplicação inicial. Subsequentemente, a depreciação é deduzida no ativo de direito de uso, calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos e os pagamentos efetivos são amortizados, e os juros incorridos são acrescidos no passivo de arrendamento. A taxa média ponderada de empréstimo incremental do arrendatário aplicada aos passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foi de 11,9% ao ano.

Os passivos de arrendamento do Grupo foram reconhecidos em contrapartida aos ativos de direito de uso associados, imediatamente após a data de aplicação inicial, em 1º de janeiro de 2019, no montante de R\$ 74.754:

	<u>2019</u>
Compromissos de arrendamentos operacionais em 1º de janeiro 2019	119.562
Descontados por meio da taxa de empréstimo incremental do arrendatário na data da aplicação inicial	<u>(44.808)</u>
Passivo de arrendamento reconhecido em 1º de janeiro de 2019	<u>74.754</u>
Dos quais:	
Passivos de arrendamento circulantes	9.622
Passivos de arrendamento não circulantes	<u>65.132</u>
	<u>74.754</u>

Os ativos de direito de uso reconhecidos relacionam-se aos seguintes tipos de ativos:

	<u>1º de janeiro de 2019</u>
Imóveis	<u>74.754</u>
Total de ativos de direito de uso	<u>74.754</u>

Não havia contratos de arrendamento onerosos que poderiam demandar um ajuste nos ativos de direito de uso na data inicial de adoção.

Expedientes práticos aplicados

Na primeira aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS 16, o Grupo utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 **Em milhares de reais, exceto quando indicado**

- Uso de uma taxa única de desconto em uma carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares.
- Utilização de avaliações anteriores sobre se os arrendamentos são onerosos.
- Contabilização de arrendamentos operacionais com um prazo remanescente de menos de 12 meses em 1º de janeiro de 2019 como arrendamentos de curto prazo.
- Exclusão dos custos diretos iniciais para a mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial.

As atividades de arrendamento do Grupo e a maneira como são contabilizadas

O Grupo aluga imóveis onde estão instaladas suas lojas, silos e sede administrativas, bem como áreas de armazenamento de produtos. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de dois a cinco anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, mas os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. O Grupo aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais o Grupo é o arrendatário, o Grupo optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Até o exercício de 2018, os arrendamentos de ativos imobilizados eram classificados como arrendamentos financeiros ou operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) eram reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

A partir de 1º de janeiro de 2019, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Grupo. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Os passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos que podem ser considerados variáveis, mas, em essência, são fixos), menos incentivos de arrendamentos a receber.
- Pagamentos de arrendamentos variáveis baseados em algum índice ou taxa.
- Valores a serem pagos pelo arrendatário sob garantias de valores residuais.
- O preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer a opção.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser determinada, a taxa de empréstimo incremental do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 **Em milhares de reais, exceto quando indicado**

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, o Grupo:

- sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido; e
- usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pelo Grupo, sem financiamento recente com terceiros. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento.
- Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.
- Quaisquer custos diretos iniciais.
- Custos de restauração.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de até 12 meses. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

- ICPC 22/ IFRIC 23 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda": essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do CPC 32 / IAS 12 – “Tributos sobre o lucro”, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pelo Grupo nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2019, não há outras normas e interpretações já emitidas e que não estão em vigor, que poderiam afetar as demonstrações financeiras da Companhia ou de suas controladas.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

3.4 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” (Nota 28).

3.5 Ativos financeiros

3.5.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. O Grupo não possui ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

3.5.2 Reconhecimento e mensuração

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo, como segue:

- Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

O Grupo não mantém investimentos patrimoniais.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

3.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5.4 Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

3.5.4 Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e transações envolvendo *commodities*. Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pelo Grupo compreendem contratos a termo, instrumentos de swap e NDFs cambiais.

Os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data da celebração do contrato e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo. Em virtude de o Grupo não ter adotado como política a contabilidade de hedge (hedge accounting), as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidos imediatamente na demonstração do resultado, em “Resultado financeiro”.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*").

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico do Grupo, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 5.1(b).

As empresas do Grupo realizam o cálculo do valor presente para as vendas a prazo a serem recebidas em reais. A taxa de desconto utilizada pela administração para esses itens é baseada na taxa média de captação de recursos por cada empresa junto a seus fornecedores e reflete os percentuais efetivamente negociados com os clientes em caso de antecipação de recebimentos. O valor presente é registrado como redutora das contas a receber e reconhecido ao resultado a pro rata até o seu vencimento.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referências às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) foi estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Administração para fazer frente a eventuais perdas esperadas na realização dos créditos. Para os demais títulos vencidos e à vencer relacionados a clientes com risco verificado, é efetuada uma análise individualmente e a administração mantém os procedimentos de cobrança e provisão quando pertinentes.

As contas a receber também incluem os recebíveis originados nas operações de barter, em que o Grupo comercializa defensivos em troca de commodities agrícolas. O reconhecimento dessa operação ocorre pelo valor justo na data da transação e, posteriormente, o valor justo das contas a receber atrelado à variação do preço de commodity é ajustado pela cotação da commodity (soja, trigo e milho) no mercado físico, em contrapartida do resultado financeiro, conforme política contábil adotada pelo Grupo (Nota 4.2 (a)).

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as contas a receber também incluem recebíveis cedidos em operação de securitização com a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"). Esses recebíveis são mantidos como ativo nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que as obrigações mantidas pelo Grupo não atendem aos critérios determinados nas práticas contábeis aplicáveis para o não reconhecimento do ativo financeiro. Na prática, esses recebíveis estão cedidos para a liquidação das operações de CRA, registradas como Obrigações com cessões de crédito, no passivo circulante (Nota 18).

3.7 Estoques

Os estoques de produtos agrícolas, adquiridos de terceiros e recebidos na liquidação de operações de barter, são registrados pelo valor de aquisição ou valor de troca na data de recebimento dos produtos pelo Grupo e, subsequentemente, são mensurados pelo seu valor justo deduzidos os custos das vendas, em alinhamento às práticas contábeis do mercado de atuação do Grupo.

Os demais itens em estoque estão demonstrados pelo custo de aquisição que não excede o valor de mercado. A determinação do preço unitário dos itens na data do balanço é a média ponderável móvel baseada no histórico de compra, que não excede o custo de reposição, deduzido dos impostos recuperáveis.

3.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, e estão assim apresentadas:

Edificações	20 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	8 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	12 anos

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 **Em milhares de reais, exceto quando indicado**

A administração tem utilizado a vida útil estimada que se aproxima da vida útil real dos referidos ativos. Ao final de cada exercício, essa estimativa é revisada e, se necessário, ajustada pela administração.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras (despesas) e receitas, líquidas”, na demonstração do resultado.

3.8 Intangível

(a) Ágio gerado na combinação de negócios

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

(b) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

3.10 Arrendamentos

Conforme descrito na Nota 3.2, até o exercício de 2018, os arrendamentos de ativos imobilizados eram classificados como arrendamentos financeiros ou operacionais. A partir de 1º de janeiro de 2019, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Grupo. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras.

As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Na adoção do CPC 06 (R2)/ IFRS 16, o Grupo reconheceu os passivos de arrendamento envolvendo arrendamentos que já haviam sido classificados como "arrendamentos operacionais" seguindo os princípios do CPC 06/ IAS 17 - "Arrendamentos". Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes conforme descontados por meio da taxa de empréstimo incremental do arrendatário em 1º de janeiro de 2019.

3.11 *Impairment* de ativos não financeiro

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

Em 31 de dezembro de 2019, a administração entende que o ágio resultante da aquisição de controladas está alocado às operações de grãos e de insumos agrícolas, e o teste de *impairment* sobre o ágio foi elaborado considerando o resultado dessas duas UGCs, separadamente.

3.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar referente a compra de mercadorias de revenda de insumos agrícolas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, considerando a taxa média dos contratos negociados com os próprios fornecedores.

As contas a pagar referente a compra de commodities agrícolas com preço a fixar, são registradas pelo valor justo na data de recebimento dos produtos pelo Grupo e, subsequentemente, o valor justo dessas contas a pagar atreladas à variação do preço de commodity é ajustado pela cotação da commodity no mercado físico, em contrapartida dos saldos de estoque de commodities ou do custo dos produtos vendidos.

3.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a as empresas do Grupo tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

3.14 Obrigações por cessão de crédito

As obrigações por cessão de crédito são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que essas obrigações estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As obrigações por cessão de crédito são classificadas como passivo circulante, considerando que a sua liquidação está diretamente relacionada ao recebimento dos recebíveis securitizados, os quais têm o seu vencimento em período inferior a 12 meses após a data do balanço.

3.15 Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia e ou suas controladas tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

3.16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 **Em milhares de reais, exceto quando indicado**

Ativos e passivos diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia e suas controladas espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

3.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O Grupo reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir.

As receitas do Grupo são provenientes substancialmente das seguintes atividades:

- armazenamento, beneficiamento, padronização, comercialização, importação, exportação de grãos (soja, milho e trigo); e
- revenda de insumos agrícolas, produtos agropecuários e sementes.

Em ambas essas atividades de venda, o Grupo mantém contratos com clientes distintos para a obter bens ou serviços que constituem um produto das atividades normais da entidade em troca de contraprestação.

(i) Venda de mercadorias

A receita de venda de grãos, insumos agrícolas e sementes é reconhecida quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o cliente e esse passa a ter controle sobre os produtos vendidos. As condições para reconhecimento dessa receita com venda de produtos estão apresentadas a seguir:

- O Grupo e o comprador aprovaram a transação e estão comprometidos em cumprir suas respectivas obrigações;
- O Grupo pode identificar os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos;
- O Grupo pode identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- A transação possui substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e
- É provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

O montante da receita auferida com a venda de insumos é determinado no momento do seu reconhecimento, com base no valor justo estimado para cada transação quando da transferência do controle da mercadoria.

Para as vendas de insumos que serão liquidadas em dinheiro, o valor justo é determinado pelo valor presente das contas a receber originadas na transação, e para as vendas de insumos que serão liquidadas com a entrega física de commodities (barter) pelo cliente, o valor justo é determinado pelo valor de comercialização dessas commodities no momento em que a venda dos insumos é reconhecida.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

A administração do Grupo entende não haver receita variável decorrente da transação de venda de insumos, por considerar que, a partir do reconhecimento do recebível atrelado ao preço das commodities agrícolas, os resultados auferidos contribuem para o segmento de grãos. Nesse contexto, o Grupo auferiu margens similares nas vendas de insumos liquidadas em ativos financeiros em comparação com as vendas liquidadas em commodities agrícolas.

O montante da receita auferida com a venda das commodities agrícolas é determinado com base no valor contratual definido entre o Grupo e seus clientes.

(ii) **Serviços**

As receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados. As receitas não são reconhecidas se existem incertezas significativas da sua realização.

3.18 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- receitas e despesas de juros;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas com a atualização do valor justo com operações de *barter* são registradas pelo regime de competência em “Resultado financeiro”.

3.19 Ajustes a valor presente

Os valores a receber e a pagar, quando o efeito for relevante, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, considerando os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos contratos.

Quando ocorre o ajuste a valor presente sobre os recebíveis, o valor apurado reduz o saldo de contas a receber, bem como a receita de vendas, e a reversão do ajuste é feita de acordo com a fluência dos prazos na receita financeira. Quando ocorre o ajuste a valor presente sobre fornecedores, o valor apurado reduz o saldo de estoque e fornecedores e a reversão do ajuste ocorre de acordo com a fluência dos prazos na rubrica “Despesas financeiras”.

3.20 Custos e demais receitas e despesas

Os custos e as demais receitas e despesas são reconhecidas no resultado de acordo com o princípio contábil da competência dos exercícios.

3.21 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tem uma obrigação legal ou

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(a) Opção de pagamento baseado em ações

A Agrototal, controlada da Companhia, possui plano de outorga de opções de ações, segundo o qual concede aos beneficiários o direito de se tornarem acionistas da referida controlada.

O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, deve ser reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico).

As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos.

O valor total da despesa deve ser reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas.

Na data de cada balanço, a Agrototal revisou suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço. A Agrototal reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. Na Companhia, esses instrumentos são reconhecidos de forma reflexa, na conta de avaliação de ajustes patrimonial, no patrimônio líquido, como uma transação de capital entre acionistas.

(b) Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, e também reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (constructive obligation).

3.22 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

4 Estimativas contábeis e julgamentos críticos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período social, estão contempladas a seguir.

(a) Valor justo de instrumentos financeiros derivativos e de ativos não monetários

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos e de ativos financeiros não monetários (contas a receber em commodities agrícolas) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa em seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(b) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (impairment)

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico do Grupo, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 5.1(b).

(c) Impairment sobre ágio proveniente na combinação de negócios

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.11. O valor recuperável de Unidade Geradora de Caixa (UGC) foi determinado com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 13).

Não foram identificadas perdas por impairment em 2019, bem como os cálculos realizados pela administração com o apoio de especialistas em avaliação de negócios demonstram que não é provável a apuração de perdas por impairment haja vista o valor em uso calculado e divulgado na Nota 13.

4.2 Julgamento crítico a aplicação das políticas contábeis

(a) Determinação da receita com a venda de insumos agrícolas com a liquidação em ativo não financeiro

O Grupo realiza a venda de insumos agrícolas para o recebimento em commodities agrícolas, sempre por determinação do cliente que prefere travar o valor da operação em quantidade de mercadoria a ser entregue, sem correr o risco de preço. Essa operação atende aos interesses normais do Grupo que opera na originação de grãos para sua atuação como uma trading company. Considerando que essas contas a receber são liquidadas com ativos não monetários (produtos agrícolas), as mesmas estão fora do escopo do IFRS 9/ CPC 48 Instrumentos financeiros.

A receita da venda de insumos é determinada pelo valor justo desses recebíveis no momento da venda. As variações subsequentes dessas contas a receber, as quais são remensuradas conforme o valor justo estimado de liquidação das commodities no mercado físico são reconhecidos como resultado financeiro.

O Grupo entende que essas variações subsequentes das contas a receber não representam receita variável da venda de insumos, considerando que a partir do seu reconhecimento inicial, o segmento de grãos passa

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

a atuar na gestão desses ativos em conjunto com os estoques de grãos, os quais constituirão o custos das vendas daquele segmento.

Nos exercícios de 2019 e 2018, o montante dessa variação reconhecida como resultado financeiro no resultado do exercício é no montante de R\$ 17.665 e R\$ 10.848, respectivamente, de ganho.

(b) Valorização dos contratos a termo de compra e venda de commodities pelo valor justo

O Grupo valoriza os ativos não monetários atrelados ao preço de commodities, bem como o seu estoque de commodities, e as contas a pagar com preço não fixado pelo valor justo contra o resultado do exercício. O segmento de Grãos, com o objetivo de definir a sua margem nas operações em que o Grupo atua como uma trading company, contrata instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos de compra e venda a termo com clientes, bem como por contratos futuros com instituições financeiras, os quais são mensurados ao valor justo nas demonstrações financeiras do Grupo, incluindo aqueles contratos a termo que são liquidados com a entrega física dos produtos.

A administração reconhece contabilmente o valor justo dos contratos a termo de compra e venda que são liquidados com a entrega física, por entender que a mensuração desses contratos pelo valor justo por meio do resultado é necessária para eliminar uma inconsistência que surgiria pelo seu não reconhecimento, conforme previsto no parágrafo 2.5 do CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos financeiros. Esses contratos a termo são firmados para proteção do risco de preço (Nota 5.1 (a) (iii)) que o Grupo está sujeito, em razão das operações com grãos de onde surgem os seguintes ativos e passivos mensurados pelo valor justo: (i) estoques de commodities agrícolas, (ii) contas a pagar pela compra de soja a fixar, (iii) ativos não financeiros atrelados ao preço de mercado da soja (contas a receber originadas em operações de barter, conforme Nota 3.6); e (iv) operações de futuros firmados com instituições financeiras. Dessa forma, a não valorização desses contratos a termos resultaria em impactar o resultado do exercício em momentos diferentes dos referidos instrumentos.

Nos exercícios de 2019 e 2018, essas operações resultaram no reconhecimento de despesa financeira nos montantes de R\$ 37.728 e R\$ 18.848), respectivamente.

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. Nos termos dessas práticas, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas pelo Conselho de Administração, a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

<u>Risco</u>	<u>Exposição</u>	<u>Metodologia utilizada para mensuração do impacto</u>	<u>Gestão</u>
Risco de mercado – câmbio	Operações comerciais futuras Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Previsão de fluxos de caixa Análise de sensibilidade	Contratos futuros a termo
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	<i>Swaps</i> de taxa de juros
Risco de mercado - volatilidade no preço das commodities	Estoque de commodities e operações comerciais atreladas às commodities agrícolas	Análise de sensibilidade	Contratos de futuros e a termo
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings</i>
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

(a) Risco de mercado

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxas de juros

O principal risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de curto prazo com taxas variáveis, expondo o Grupo ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros. Durante 2019 e 2018, os empréstimos do Grupo às taxas variáveis eram mantidos em reais e em dólar.

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(ii) Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos.

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas do Grupo, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de hedge, efetuadas sob a orientação da Tesouraria do Grupo.

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

O Grupo usa operações cambiais a termo para se proteger contra a exposição ao risco cambial. Na política do Grupo, os termos essenciais dos contratos a termo e das opções devem estar alinhados aos itens protegidos.

O Grupo estabelece que os contratos de compra e venda devem apresentar ganho ou perda equivalentes a fim de criar um hedge natural em suas operações, com a finalidade de minimizar os impactos de alterações da moeda, podemos observar que na data base o Grupo possuía USD 2.040 mil de saldo em contratos e contas a receber de operações em dólar, e R\$ 14.705 mil a pagar a fornecedores referentes a operações com moeda estrangeira, sempre que existem essas diferenças entre contas a receber e contas a pagar o Grupo realiza contratos de swap com o intuito de equilibrar essas variações, a diferença resultante desses contratos gerou uma perda de R\$ 8.745 (R\$ 6.148 em 2018).

O Grupo utiliza variadas ferramentas para mitigar os riscos inerentes a exposições cambiais do negócio. No quadro abaixo, demonstraremos a exposição líquida em milhares em moeda estrangeira:

	(milhares de USD)	
	2019	2018
Empréstimos e financiamentos	13.635	20.551
Contrato SWAP cambiais	(13.635)	(22.043)
Contrato a termo NDFs de compra	(2.040)	(1.500)
Contrato a termo NDFs de venda	41.338	21.036
Contratos de venda em Dólar (contas a receber)	(14.705)	(2.328)
Contratos de compra em Dólar (fornecedores a pagar)	2.040	1.500
Contratos Exportação	(28.627)	(18.629)
Antecipação de Contrato de Cambio (ACC)	4.163	3.000
	<u>2.170</u>	<u>1.587</u>

	(milhares de EUR)	
	2019	2018
Empréstimos e financiamentos em Euro	1.426	
Contrato SWAP cambiais em Euro	(1.426)	
	<u></u>	<u></u>

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(iii) Risco de preço

No curso normal de suas operações, as controladas da Companhia efetuam negociações de permuta vinculada a preço de commodities, principalmente soja e milho.

Os preços da soja e do milho estão sujeitos à volatilidade resultante das condições climáticas, do rendimento de safra, dos custos com transporte, dos custos de armazenagem, da política agrícola do governo, das taxas de câmbio e dos preços dessas commodities no mercado internacional, entre outros fatores.

É prática da administração do Grupo proteger-se da exposição a variações de preço da soja e do milho por meio de contratos de venda de grãos futuro junto a *tradings* de *commodities*, vinculando o preço dos grãos que serão recebidos dos clientes em tais contratos de venda.

Abaixo segue resumo das exposições das commodities no Grupo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como os instrumentos contratados pela administração para reduzir exposições físicas (contratos de compra e vendas no mercado futuro) (em toneladas):

Posições / Produtos	2019			2018		
	Soja	Milho	Trigo	Soja	Milho	Trigo
Estoque físicos	13.891	116.512	3.052	16.885	81.782	7.453
Posições de vendas a fixar	24.254	10.686	-	6.465	15.742	-
Posições de compras a fixar	(33.808)	(88.066)	(2.862)	(31.563)	(96.310)	2.468
Posição Física	4.337	39.132	190	(8.213)	1.213	9.921
Contratos de compra	220.896	65.664	3.795	193.648	62.254	-
Contratos de venda	(233.739)	(78.258)	(3.107)	(191.087)	(50.429)	(5.010)
Posição Contratos Futuros	(12.843)	(12.594)	689	2.561	11.825	(5.010)
Saldo líquido	(8.506)	26.539	879	(5.652)	13.039	4.911

A política de gestão adotada pela Companhia estabelece diretrizes para a proteção de riscos nas oscilações de preços de commodities e as exposições de cada commodity foram determinadas analisando a demanda, expectativa de produção anual de grãos, recebimento, armazenamento e as estratégias comerciais tendo em vista o custo/oportunidade a que o mercado apresentava à época.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto.

O risco de crédito é administrado corporativamente. Os clientes são classificados pela área de análise de crédito avaliando a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Contas a receber de clientes

O Grupo aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos. As perdas esperadas calculadas em, aproximadamente, 0,6% do faturamento anual de insumos.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. Os ativos de contratos se relacionam a trabalhos em andamento que não foram faturados e possuem essencialmente as mesmas características de riscos das contas a receber de clientes para os mesmos tipos de contratos. Portanto, o Grupo concluiu que as taxas de perdas esperadas para as contas a receber de clientes representam uma aproximação razoável das taxas de perda para os ativos de contratos. As formas de mensuração das perdas podem ser resumidas à seguir:

- As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de vendas durante um período de 60 meses antes do encerramento do exercício em análise, e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período, que suporta todo o ciclo de safra e renegociações que ocorrem, bem como, históricos da carteira dos mesmos clientes. As taxas de perdas históricas são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.
- Em cada data base é avaliado o risco de não recebimento de clientes vencidos, principalmente acima de 180 dias, safra seguinte, através de uma análise individual da carteira, considerando o rating de crédito deste cliente, garantias disponíveis, renegociação e capacidade de pagamento, baseado no rating atual, consultas atualizadas de restrição de crédito e histórico do cliente.

Em suma, as perdas de crédito são contabilizadas levando como fator o risco individual de cada cliente vencido, adicionalmente com o histórico de perda aplicado sobre o faturamento do período, com isso, gerando, na visão da Administração, a provisão necessária para cobrir eventuais perdas passadas e futuras.

O aging dos títulos vencidos e a vencer pode ser demonstrado a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
A vencer acima de 360 dias	8.268	3.761
A vencer de 181 a 360 dias	57.162	31.786
A vencer de 61 a 180 dias	322.732	190.836
A vencer de 01 a 60 dias	<u>92.278</u>	<u>89.177</u>
	<u>480.440</u>	<u>315.560</u>
Vencido de 01 a 60 dias	6.784	8.481
Vencido de 61 a 180 dias	6.504	7.442
Vencido de 181 a 360 dias	5.574	4.667
Vencido a mais de 360 dias	<u>29.766</u>	<u>29.102</u>
	<u>48.628</u>	<u>49.692</u>
	<u>529.068</u>	<u>365.252</u>

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

A movimentação da provisão para perdas é demonstrada a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo anterior	(47.928)	(36.714)
Estorno/ recebimento do exercício	11.202	1.642
Aquisição de controlada		(5.097)
Constituição do exercício	(7.191)	(7.760)
	<u>(43.917)</u>	<u>(47.928)</u>

As contas a receber de clientes são baixados quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com o Grupo ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 180 dias.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	<u>Menos de um ano</u>	<u>Acima de um ano</u>	<u>Menos de um ano</u>	<u>Acima de um ano</u>
Fornecedores e outras contas a pagar	535.727		327.155	
Empréstimos e financiamentos	204.295	83.506	200.811	58.611
Debêntures			16.595	
Obrigações com títulos securitizados	65.336		26.919	
Aquisição de participação societária a pagar	6.423		7.223	6.423
Passivos de arrendamento	17.283	93.258		
	<u>829.064</u>	<u>176.764</u>	<u>578.703</u>	<u>65.034</u>

Os valores exigíveis acima de um ano tem a sua exigibilidade em até 10 anos, conforme idade de vencimento divulgada nas Notas 16 e 17.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2019, a estratégia do Grupo, foi a de manter o índice de alavancagem financeira entre 35% e 60% (35% a 45% em 2018), aumento devido ao registro do arrendamento, conforme adoção inicial do CPC 06(R2)/IFRS 16. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 podem ser assim sumariados:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Empréstimos e financiamentos	264.577	248.989
Debêntures		15.852
Passivos de arrendamento (Nota 20)	73.586	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	<u>(97.921)</u>	<u>(97.900)</u>
Dívida líquida	240.242	166.941
Total do patrimônio líquido	<u>319.836</u>	<u>270.364</u>
Capital total	<u>560.078</u>	<u>437.305</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>43%</u>	<u>38%</u>

As obrigações por cessão de crédito (Nota 18) não estão sendo consideradas como parte da dívida líquida do Grupo, uma vez que serão liquidadas com os recebíveis securitizados, sem a expectativa de desembolso para o Grupo.

5.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

O Grupo apresenta os instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações por nível como segue:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

Os instrumentos financeiros são mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível de hierarquia.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Os ativos e passivos do Grupo, mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2019 são:

- i) Contas a receber originadas em operações de barter R\$ 87.906 (2018 – R\$ 81.316) (Nota 7), classificada no Nível 2 da hierarquia do valor justo;
- ii) Estoques adquiridos de terceiros e recebidos em operações de barter de R\$ 154.071 (2018 – R\$ 72.183) (Nota 8), classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo;
- iii) Contas a pagar (fornecedores) pela compra de commodities agrícolas a fixar de R\$ 123.620 (2018 – R\$ 81.106), classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo;
- iv) Instrumentos financeiros derivativos passivos R\$ 484 (2018 – líquido ativo R\$ 1.277), classificado no Nível 2 da hierarquia do valor justo, (Nota 31.1); e
- v) Instrumentos financeiros derivativos contratos à termo passivos R\$ 17.163 (2018 – líquido ativo R\$ 2.602).

Não houve transferência entre níveis durante os exercícios apresentados. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o Grupo não possui instrumentos financeiros ao valor justo classificados nos níveis 1 e 3.

Nível 2

O valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.

A determinação do valor justo (“fair value”) dos instrumentos financeiros contratados pelo Grupo é efetuada com base em informações obtidas junto às instituições financeiras (para os derivativos) e preço cotado em mercado ativo das commodities com as quais trabalha (no caso de ativos e passivos liquidados em commodities), utilizando metodologia usual padrão de apreçamento no mercado, que compreende avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro.

O Grupo avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa			4.668	6.098
Bancos conta corrente			5.357	4.211
Aplicações financeiras	(i) 353	443	87.896	87.591
	353	443	97.921	97.900

As aplicações financeiras representadas substancialmente por certificado de depósito bancário (CDB), possuem remuneração atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), por taxas entre 80% a 100% (85% à 95% em 31 de dezembro de 2018) do CDI. As aplicações são feitas em bancos considerados de primeira linha e o seu valor contábil se aproxima do valor justo dessas aplicações. O volume de recursos junto às instituições financeiras corresponde a créditos que serão utilizados pela Administração no giro financeiro operacional, sendo prontamente conversíveis em caixa, com insignificante risco de mudança de valor.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado

7 Contas a receber de clientes (Consolidado)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contas a receber de clientes nacionais	446.967	334.532
Contas a receber partes relacionadas - nota 26	10.673	5.049
Títulos securitizados - CRA (i)	61.383	25.671
Outras contas a receber	10.045	
(-) Provisão para perda em recebíveis	(43.917)	(47.928)
(-) Ajuste a valor presente clientes	<u>(11.300)</u>	<u>(9.677)</u>
	473.851	307.647
Circulante	466.729	304.138
Não circulante	<u>7.122</u>	<u>3.509</u>
	<u>473.851</u>	<u>307.647</u>

- (i) As controladas Agro100 e AgroFerrari realizaram a cessão de recebíveis em operações de securitização e emissão de CRA. O passivo resultante dessas operações está registrado como Obrigações por cessão de crédito (Nota 18). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2019, o Grupo possui duplicatas a receber nos montantes de R\$ 61.383 (2018 - R\$ 25.671) que foram cedidos para a obtenção de créditos, nessa modalidade.
- (ii) As contas a receber incluem o montante de R\$ 87.906 (2018 – R\$ 81.316), originados em operações na modalidade barter. Esta modalidade consiste na venda de produtos a um cliente mediante o recebimento do resultado da colheita do produtor (commodities agrícolas) em substituição ao pagamento efetivo de caixa. Essas contas a receber são valorizadas ao valor justo, conforme descrito na Nota 5.3. A comercialização de insumos para o recebimento em commodities agrícolas é parte da estratégia de originação de grãos do Grupo, para a consecução de sua atividade principal de comercialização de commodities agrícolas.

O prazo médio das contas a receber do Grupo para o segmento insumos é de 190 dias (2018 – 202). Quando aplicável, as contas a receber são ajustadas ao seu valor presente pelo prazo de cada operação a taxa de juros média de 0,7% a.m. (2018 - 1% a.m.).

A composição por ano de vencimento das contas a receber de clientes e a movimentação da provisão para perdas constituída está apresentada na Nota 5.1 (b).

Em 31 de dezembro de 2019, as contas a receber de clientes das controladas no valor de R\$ 48.628 (2018 – R\$ 49.692) encontram-se vencidas e provisionadas pelo montante de que a Administração considera suficiente para cobrir qualquer impairment sobre as contas a receber. As políticas de vendas e concessão de crédito das controladas no segmento de insumos estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração, suportada por sistemas tecnológicos e processos, vinculados à área de risco e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

Este objetivo é alcançado pela Administração das controladas por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco). Os recebíveis das controladas são originados nas suas operações de venda de grãos e ao varejo ao produtor rural de forma massificada, com análise de crédito individual, com baixo ticket médio, tendo como característica a pulverização absoluta do risco de crédito e a presença de instrumento de garantia, tais como CPR, hipotecas, fianças e alienação fiduciária.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

8 Estoques (Consolidado)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Mercadorias para revenda:		
Defensivos	190.412	109.928
Fertilizantes	32.555	32.105
Sementes (soja, milho e trigo)	18.592	21.360
Especialidades	13.627	14.365
Outras mercadorias	1.162	409
Commodities - grãos:		
Soja	62.293	20.083
Milho	89.053	45.599
Outros cereais	2.725	6.501
Almoxarifado	1.405	154
Sementes (soja, milho e trigo) em produção		215
(-) Provisão para perda nos estoques insumos	(830)	(1.748)
Materiais de consumo		1.104
	<u>410.995</u>	<u>250.075</u>

(i) Especialidades: Compreende, os subgrupos foliares, biológicos, inoculantes.

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo das mercadorias vendidas" totalizou R\$ 939.027 (Em 2018 – R\$ 936.405).

A Administração estima que a realização dos estoques ocorra em prazo inferior a um ano, por isso o saldo se encontra registrado no ativo circulante. Em 31 de dezembro de 2019, havia provisões de perdas por obsolescência e/ou avarias no montante de R\$ 830 (2018 R\$ 1.749). Estes produtos estão sendo negociados para sua devolução/descarte junto aos fornecedores.

As cotações médias utilizadas para a valorização dos estoques de commodities na data das demonstrações financeiras foram obtidas por meio de fontes públicas independentes, e são como segue:

	<u>2019</u>			<u>2018</u>		
	<u>Valor</u>	<u>Sacas (*)</u>	<u>Valor Sacas (60Kg)</u>	<u>Valor</u>	<u>Sacas (*)</u>	<u>Valor Sacas (60Kg)</u>
Soja	62.293	730	85,31	20.083	281	71,37
Milho	89.053	1.942	45,86	45.599	1.363	33,45
Trigo	2.725	51	53,56	6.501	124	52,49
	<u>154.071</u>	<u>2.723</u>		<u>72.183</u>	<u>1.768</u>	

(*) Em milhares de sacas de 60 kgs.

Os níveis de exposição da Companhia aos riscos de mercado relacionados às cotações das referidas commodities estão divulgados na Nota 31.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

9 Adiantamentos a fornecedores (Consolidado)

		<u>2019</u>	<u>2018</u>
Adiantamentos a fornecedores mercado interno	(i)	19.181	13.097
Adiantamentos a partes relacionadas (nota 26)		279	
Outros adiantamentos		<u>1.787</u>	<u>1.226</u>
		<u>21.247</u>	<u>14.323</u>

- (i) Se refere a adiantamentos para aquisição futura de estoques, principalmente de fertilizantes, defensivos e sementes. A Administração prevê que os valores sejam realizados em menos de um ano.

10 Impostos a recuperar

		<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
		<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
ICMS a recuperar	(i)	11.306	7.649		
IRPJ e CSLL a recuperar		797	2.655		
PIS e COFINS a recuperar	(ii)	8.923	9.695		
Outros impostos a recuperar		<u>783</u>	<u>585</u>	<u>5</u>	<u>2</u>
		<u>21.810</u>	<u>20.584</u>	<u>5</u>	<u>2</u>
Circulante		20.816	20.424	5	2
Não circulante		<u>994</u>	<u>160</u>		
		<u>21.810</u>	<u>20.584</u>	<u>5</u>	<u>2</u>

- (i) O saldo de ICMS acumulado refere-se substancialmente a operações de compras de fora do estado, principalmente no Estado de São Paulo e Paraná. Como parte das ações de realização destes créditos estão sendo tomadas as seguintes medidas: a) aquisição de insumos no próprio estado de comercialização (origem) e; b) compras junto a fornecedores, no qual será utilizado como forma de pagamento os créditos de ICMS acumulados de São Paulo. Adicionalmente, em 2019 houve alteração na legislação do Estado de São Paulo, sendo que os créditos oriundos das compras para 2020, que não forem compensados no próprio mês, deverão ser estornados, com isso, não gerando mais acúmulo de tais créditos.
- (ii) Os créditos de Pis/Cofins na sua essência vem da tomada de créditos sobre aquisição de insumos e de serviços utilizados para comercialização das mercadorias. O principal fator para a não compensação durante o ano foi a mudança na legislação em 2018 de compensação de créditos com IRPJ e CSLL. Tal mudança trouxe barreira para a compensação na forma de apuração de lucro real anual, por isso, a Empresa alterou sua tributação em 2019 para lucro real trimestral, perfazendo assim a compensação de tais impostos. Em 2019, foi reconhecido o montante de R\$ 6.560 de créditos extemporâneos de Pis e Cofins, decorrente principalmente de royalties, fretes e combustíveis. A incorporação da empresa Nutri100 (controlada) pela Agro100 (controlada), realizado em 4 de janeiro de 2019, está contribuindo para consolidar o processo de compensação desses créditos com débitos de Pis/Cofins e IRPJ/CSLL.

11 Investimentos (Controladora)

Em 11 de abril de 2017, a Companhia adquiriu 399.999 (trezentas e noventa e nove mil) ações da Agro Control Participações S.A. ("Agro Control"), tornando-se controladora desta empresa com 99,99% de seu capital social. A transação não gerou ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura de resultados ou pagamento por mais valia de ativos.

Em 25 de julho de 2017 e em 9 de agosto de 2017, a Companhia integralizou novas ações no total de 1.120.000 e 217.821.398, respectivamente, emitidas pela Agro Control, permanecendo com 99,99% de seu capital social.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

11.1 Composição do saldo de investimento

Controlada	Participação no capital %		Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Agro Control Participações S.A.	99,99%	99,99%	260.434	222.143	22.248	1.951

11.2 Informações financeiras das controladas

	31/12/2019			
	Direta	Indiretas		
	Agro Control	Agrototal	Agro 100	Agro Ferrari
Ativo				
Circulante	2.158	8.045	877.283	177.403
Não circulante	259.934	159.795	141.530	7.884
Total do ativo	262.092	167.840	1.018.812	185.287
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante	1.657	9.500	813.686	141.143
Não circulante			96.334	5.272
Patrimônio líquido	260.435	158.340	108.792	38.872
Total do passivo e patrimônio líquido	262.092	167.840	1.018.812	185.287
Lucro líquido	22.248	40.372	31.689	10.523

	31/12/2018				
	Direta	Indiretas			
	Agro Control	Agrototal	Agro 100	Nutri 100	Agro Ferrari (*)
Ativo					
Circulante	825	13.686	436.740	212.294	91.998
Não circulante	237.916	120.915	33.076	12.850	4.933
Total do ativo	238.741	134.601	469.816	225.144	96.931
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante	16.597	8.192	372.459	212.037	64.457
Não circulante		6.423	25.265	4.765	4.125
Patrimônio líquido	222.144	119.986	72.092	8.342	28.349
Total do passivo e patrimônio líquido	238.741	134.601	469.816	225.144	96.931
Lucro líquido (prejuízo)	1.951	17.842	17.947	(900)	861

(*) Período após a aquisição em 9 de novembro de 2018 (Nota 1)

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

11.3 Movimentação dos investimentos no exercício

Em 1º de dezembro de 2018	152.669
Resultado de equivalência patrimonial	1.951
Integralização de capital social (i)	60.400
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	(93)
Ajustes de avaliação patrimonial reflexo (ii)	7.216
	<hr/>
Em 31 de dezembro de 2018	222.143
Resultado de equivalência patrimonial	22.248
Integralização de capital social (i)	17.100
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	(1.057)
	<hr/>
Em 31 de dezembro de 2019	260.434

- (i) Em 25 de julho de 2017, conforme assembleia geral dos quotistas, os sócios aprovaram o aumento de capital da Agro Control em R\$ 1.120, com emissão de 1.120.000 novas quotas sociais, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pela Companhia. Adicionalmente, os sócios aprovaram a transformação da sociedade limitada em uma sociedade anônima fechada a ser regida pela lei das S.A., e alterou a denominação de Agro Control Participações Ltda. para Agro Control Participações S.A. Neste mesmo ato, foi aprovada a conversão de 1.520.000 quotas representativas do capital social em 1.520.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 9 de agosto de 2017, conforme Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o aumento do capital social da Agro Control, realizado pela Companhia mediante a emissão de 217.821.398 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço total da emissão no valor de R\$ 217.821, sendo R\$ 21.782 destinados à conta de capital social e R\$ 196.039, destinados a reserva de capital decorrente do ágio apurado na subscrição de ações, passando o capital social de R\$ 1.520 para R\$ 23.302. As ações subscritas em 9 de agosto de 2017, serão integralizadas no prazo de até 24 meses. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, houve integralização de capital social no valor de R\$ 3.122 (2018 – R\$ 4.140) e de reserva de capital no valor de R\$ 9.099 (2018 – R\$ 56.260).

Em 30 de outubro de 2019, os acionistas aprovaram o aumento de capital social da controlada, no valor de R\$ 7.979, mediante a emissão de 7.319.818 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, parcialmente integralizado pelo valor de R\$ 4.879, restando R\$ 3.100 a integralizar.

- (ii) Em 9 de novembro de 2018, a controlada Agrototal adquiriu a titularidade da AgroFerrari, a qual passou a fazer parte das demonstrações financeiras consolidadas.

A aquisição ocorreu: (a) pela contribuição pelo antigo titular de 37% do capital social da AgroFerrari no capital social da Agrototal, passando o antigo titular da AgroFerrari a ser o proprietário de ações representativas de 5% do capital social da Agrototal; e (a) pela aquisição de 63% do capital social da AgroFerrari pela Agrototal no valor de R\$ 23.679, negociado nas seguintes condições:

- Pagamento a vista no valor de R\$ 10.033.
- Saldo à pagar de R\$ 13.646, registrado na rubrica “Aquisição de participação societária a pagar” no passivo circulante pelo valor de R\$ 7.223 e no passivo não circulante pelo valor de R\$ 6.423.
- Permuta de ações ao valor justo de R\$ 15.841, por meio da emissão de 1.649.046 novas ações ordinárias da Companhia, equivalentes a 5% do capital social votante, subscritas pelo ex-quotista da AgroFerrari e integralizadas por meio da cessão das quotas remanescentes, equivalentes a 37% AgroFerrari.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Em decorrência da operação acima descrita, a Agro Control teve sua participação no capital social da Agrototal reduzida de 70% para 66,5% e, nesta apuração, apurou ganho na transação com acionistas não controladores no valor de R\$ 7.216, registrados em contrapartida ao patrimônio líquido, com efeito reflexo na Companhia (Nota 23).

12 Imobilizado (Consolidado)

12.1 Garantias

Nas datas de levantamento das demonstrações financeiras, existiam bens do ativo imobilizado oferecidos a terceiros como garantias relacionadas a empréstimos bancários, atrelados ao seu próprio financiamento conforme demonstrado na Nota 16.

12.2 Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar indicativos de *impairment*.

12.4 Movimentação

(+) Custo	31/12/2018	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência	31/12/2019
Terrenos	1.261	3.469				4.730
Veículos	18.048	6.505	(2.864)			21.689
Máquinas e equipamentos	6.679	8.058	(839)		319	14.218
Móveis e utensílios	1.724	792	(5)			2.511
Computadores e periféricos	1.529	1.837	(11)			3.354
Edificações, Instalações e benfeitorias	17.270	7.440	(1)		5.294	30.003
Imobilizado em andamento	1.619	1.074			(5.613)	(2.920)
Consórcio em andamento	34	39				73
Outros	1.056					1.056
Total	49.221	29.213	(3.720)			74.715

(-) Depreciação	31/12/2018	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência	31/12/2019
Veículos	(6.773)		1.559	(3.956)		(9.170)
Máquinas e equipamentos	(1.396)		116	(1.094)		(2.374)
Móveis e utensílios	(400)			(193)		(593)
Computadores e periféricos	(909)		11	(383)		(1.282)
Edificações, Instalações e benfeitorias	(771)			(1.438)		(2.209)
Outros	(717)			(339)		(1.056)
Total	(10.966)		1.686	(7.403)		(16.682)

(=) Saldo residual, líquido	31/12/2018	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência	31/12/2019
Terrenos	1.261	3.469				4.730
Veículos	11.275	6.505	(1.305)	(3.956)		12.519
Máquinas e equipamentos	5.284	8.058	(722)	(1.094)	319	11.844
Móveis e utensílios	1.324	792	(5)	(193)		1.918
Computadores e periféricos	620	1.837		(383)		2.073
Edificações, Instalações e benfeitorias	16.499	7.440	(1)	(1.438)	5.294	27.794
Imobilizado em andamento	1.619	1.074			(5.613)	(2.920)
Consórcio em andamento	34	39				73
Outros	339			(339)		
Total	38.254	29.213	(2.033)	(7.403)		58.033

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado

O Grupo vem investindo na melhoria das instalações e unidades em que operam, bem como, com forte expansão, gerando assim investimentos ao longo de 2019, sendo os principais:

- Aquisição uma nova planta de produção de sementes no município de Faxinal/PR, com investimento total de R\$ 9.259.
- Investimentos em instalações e maquinários nas unidades de recebimento de grãos no montante de R\$ 2.719.
- Reforma de lojas e adequação das existentes e a abertura de 14 novas filiais totalizando investimentos em R\$ 4.077.
- Aquisição e troca de veículos leves e pesados (89 veículos) para equipe de vendas, administrativa e entregas no total de R\$ 6.505.

	31/12/2017		2018				31/12/2018	
	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação	Transf.	Aquisição Controlada	Depreciação	
(+) Custo								
Terrenos	106	1.155					1.261	
Veículos	7.876	8.518	(2.226)			3.880	18.048	
Máquinas e Equipamentos	2.765	4.002	(450)			362	6.679	
Móveis e utensílios	787	719				218	1.724	
Computadores e Periféricos	476	328				724	1.529	
Edificações, Instalações e benfeitorias	10.883	4.352			1.749	286	17.270	
Imobilizado em andamento	2.461	911	(5)		(1.749)		1.619	
Consórcio em andamento	24	10	(148)			148	34	
Outros	1.056						1.056	
Total	26.435	19.996	(2.829)			5.618	49.221	

	31/12/2017		2018				31/12/2018	
	Depreciação acumulada	Adições	Baixas	Depreciação	Transf.	Aquisição Controlada	Depreciação acumulada	
(-) Depreciação								
Veículos	(3.741)		1.068	(1.855)		(2.245)	(6.773)	
Máquinas e Equipamentos	(754)		39	(479)	(1)	(203)	(1.396)	
Móveis e utensílios	(150)			(116)		(134)	(400)	
Computadores e Periféricos	(203)			(112)		(594)	(909)	
Outros	(239)			(478)			(717)	
Edificações, Instalações e benfeitorias	(11)			(651)	1	(110)	(771)	
Total	(5.096)		1.107	(3.692)		(3.286)	(10.967)	

	31/12/2017		2018				31/12/2018	
	Saldo residual	Adições	Baixas	Depreciação	Transf.	Aquisição Controlada	Saldo residual	
(-) Saldo Residual Líquido								
Terrenos	106	1.155					1.261	
Veículos	4.135	8.518	(1.158)	(1.855)		1.635	11.275	
Máquinas e Equipamentos	2.014	4.002	(411)	(479)	(1)	159	5.284	
Móveis e utensílios	637	719		(116)		84	1.324	
Computadores e Periféricos	273	328		(112)		130	620	
Instalações	10.872	4.352		(651)	1.750	176	16.499	
Imobilizado em andamento	2.461	911	(5)		(1.749)		1.619	
Consórcio em andamento	24	10	(148)			148	34	
Outros	817			(478)			339	
Total	21.340	19.996	(1.722)	(3.692)		2.772	38.274	

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

13 Intangível (Consolidado)

13.1 Composição

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adição</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Adição</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2019</u>
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (i) e (ii)	140.700	12.032		152.732			152.732
Carteira de clientes (i)	47.110			47.110			47.110
Software	120	638		758	2.312		3.070
Custo	187.930	12.670		200.600	2.312		202.912
Carteira de clientes (i)	(3.255)		(6.479)	(9.734)		(7.207)	(16.941)
Software	(48)		(40)	(88)		(345)	(433)
Amortização	(3.303)		(6.519)	(9.822)		(7.552)	(17.374)
Valor residual	184.627	12.670	(6.519)	190.777	2.312	(7.552)	185.537

- i) A aquisição de controle da Agrototal foi obtida mediante desembolso financeiro pela Agro Control, no montante de R\$ 211.196, dos quais R\$ 140.700 foram atribuídos ao ágio gerado na aquisição de negócios com base na expectativa de rentabilidade futura. A alocação de preço pago foi revista no exercício de 2018, dentro do prazo legal para registro no cartório de títulos e documentos do laudo permanente sobre a alocação de preço pago no negócio. Nas demonstrações financeiras consolidadas foi alocada a totalidade da mais valia sobre os adquiridos no montante de R\$ 31.790 (líquido do efeito tributário de R\$ 16.376), sendo o valor de R\$ 47.110 atribuído a carteira de clientes.
- ii) Conforme divulgado na Nota 11, em 9 de novembro de 2018, a controlada Agrototal adquiriu a titularidade da AgroFerrari, a qual passou a fazer parte das demonstrações financeiras consolidadas.

O valor justo da contraprestação desta combinação de negócios foi de R\$ 39.520, dos quais R\$ 27.488 referem-se a participação no patrimônio líquido contábil e o montante de R\$ 12.032 ao ágio sobre expectativa de rentabilidade futura dessa controlada.

Durante o exercício de 2019, a Administração elaborou análise definitiva para alocação do valor justo pago na combinação de negócios e não identificou ativos para alocar o prêmio pago na aquisição, o qual foi reconhecido integralmente como ágio sobre expectativa de rentabilidade futura, o qual está registrado na linha de investimentos da Companhia (controladora) e como intangível no consolidado.

13.2 Avaliação de *impairment* do ágio

Teste anual de *impairment* do ágio

Considerando a homogeneidade de processos e sinergia das operações, a administração avaliou e concluiu que cada segmento de suas controladas diretas corresponde à uma UGC. Essa avaliação leva em consideração que cada controlada direta e suas respectivas controladas (controladas indiretas da Companhia) são administradas com o foco na geração de receita e de caixa de cada segmento, os quais compartilham da sinergia da estrutura de cada controlada, compra conjunta, administração do caixa, entre outros.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
UGC Agrototal insumos	137.308	137.308
UGC Agrototal grãos	15.424	15.424

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração, para um período de dez anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores foram extrapolados com base nas taxas de crescimento que não exceda a taxa de crescimento média de longo prazo no qual a UGC atua.

Na elaboração das projeções de fluxo de caixa, a Administração toma como premissas o histórico de faturamento e crescimento do setor de insumos agrícolas somado expansão de negócios, bem como, o histórico de margens bruta e operacional sobre o faturamento de grãos e insumos.

Para a data base de 31 de dezembro de 2019, os fluxos de caixa foram projetados com base em uma taxa média de crescimento de 20% em volume, com uma margem média de EBITDA de 6,3% para os insumos e 1% para os grãos. Os valores referentes os fluxos de caixa posteriores ao período de dez anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento de 4,5% a.a. Essa taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor em que UGC atua e teve por base o crescimento estimado por loja e as possibilidades de ampliação do Market share de cada segmento. As projeções do fluxo de caixa foram trazidas a valor presente com base na taxa WACC calculada pela administração de 17,21% a.a., antes do imposto de renda e da contribuição social.

O volume de vendas considera a média anual da taxa de crescimento. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado.

O preço de venda considera a média anual da taxa de crescimento de 5%. Ele se baseia nas atuais tendências do setor e inclui as previsões de inflação para o longo prazo para cada território.

A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período previsto. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas e no *mix* de vendas, com ajustes efetuados para refletir os aumentos de preço futuros esperados para os insumos agrícolas, que a administração não espera poder repassar para os clientes por meio de aumentos no preço. Existe a expectativa de que o preço dos insumos agrícolas subirá em média 5% ao ano, mantendo a margem bruta média anual em 10,7%. A margem para os grãos se mantém estável em 1%.

Outros custos operacionais são os custos fixos das UGCs, que não variam de maneira significativa com os volumes de vendas ou os preços. A administração estimou esses custos com base na estrutura atual dos negócios, ajustando-os aos aumentos inflacionários, e estes não refletem quaisquer reestruturações futuras ou medidas de economias de custo.

O valor a recuperar calculado com base no valor em uso ultrapassou o valor contábil em R\$ 81.492. Em 31 de dezembro de 2019, a administração não identificou a necessidade de constituir qualquer provisão para perda.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

14 Ativos de direito de uso (Consolidado)

Imóveis	1º de janeiro de 2019	Adição	Amortização	31/12/2019
Adoção inicial 1º de janeiro de 2019	74.754			74.754
Novos contratos		5.800		5.800
(-) Depreciação			(10.692)	(10.692)
Total	74.754	5.800	(10.692)	69.862
Custo	74.754	5.800		80.554
Amortização acumulada			(10.692)	(10.692)
Total	74.754	5.800	(10.692)	69.862

15 Fornecedores e outras contas a pagar (Consolidado)

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios.

	Nota	2019	2018
Fornecedores de grãos		133.663	85.801
Fornecedores de mercadorias		390.726	231.745
Fornecedores - partes relacionadas	26	2.198	3.851
Outras contas a pagar		9.140	5.759
(-) Ajuste a valor presente		(26.371)	(16.422)
		509.356	310.733

O saldo a pagar para os fornecedores de grãos está, em sua maioria, atrelado à variação do valor justo das commodities agrícolas com que o Grupo opera.

Conforme determina a norma contábil, as compras a prazo são descontadas a valor presente, conforme prazo negociado com cada fornecedor, considerando uma taxa média de 1,5% a.m. (2018 – 1,5% a.m.).

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

16 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Modalidade	Vencimento	Taxa de juros média a.a.	2019	2018
Nota de crédito a exportação – NCE	20/12/2021	CDI+2,8%	101.682	85.213
Cédula de crédito à exportação – CCE	28/07/2021	CDI+2,6%	73.588	36.674
Adiantamento para contrato de câmbio – ACC	31/08/2020	4,20%	42.432	14.799
Capital de giro - moeda estrangeira	06/09/2020	140% a 150% do CDI	22.708	53.850
Cédula de crédito bancário – CCB	10/04/2020	CDI+4,6%	5.169	29.523
Financiamento para garantia de preços ao produtor - FGPP	09/11/2020	CDI+2,5%	10.168	17.500
Finame	16/01/2023	3,0 à 13,1%	8.830	11.431
			<u>264.577</u>	<u>248.989</u>
Circulante			232.852	214.834
Não circulante			<u>31.725</u>	<u>34.155</u>
			<u>264.577</u>	<u>248.989</u>

O cronograma dos vencimentos dos empréstimos e financiamentos classificados no não circulante é demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

	2019	2018
2020		23.020
2021	27.794	10.339
2022	1.299	796
Acima de 2022	<u>2.632</u>	
	<u>31.725</u>	<u>34.155</u>

16.1 Compromissos (“covenants”)

A Companhia e suas controladas não possuíam contratos com covenants em 31 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2018, um contrato possuía cláusulas financeiras de liquidação antecipada no montante de R\$ 2.536, o qual foi totalmente liquidado em 2019.

16.2 Garantias

As garantias existentes para empréstimos e financiamento são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Alienação fiduciária	9.480	10.602
Avais dos sócios	23.823	17.449
Hipoteca	5.169	19.926
Estoques	<u>60.611</u>	<u>37.723</u>
	<u>99.083</u>	<u>85.700</u>

16.3 Debêntures

Conforme escritura particular de 1ª emissão de debêntures datada de 15 de agosto de 2017 e aditada em 22 de março de 2018, foi aprovada a emissão de 14 (quatorze) debêntures pela controlada Agro Control, no valor total de R\$ 14.000, não conversíveis em ações do Grupo, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória para colocação privada, com valor nominal unitário de R\$ 1.000, com data de vencimento em 16 de agosto de 2019, quando foram integralmente liquidadas. Essas debêntures e remuneradas por 100% da variação acumulada do DI, acrescidas de um spread de 3% ao ano.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

17 Passivos de arrendamento (Consolidado)

Em 2019, o Grupo reconheceu os contratos de arrendamento, relacionados principalmente a aluguel de imóveis e silos, reconhecidos ao valor presente das obrigações contratuais.

Os contratos possuem em média 8 anos de prazos remanescentes e os pagamentos são realizados em prestações mensais.

	<u>Imóveis</u>	<u>Total</u>
Fluxos de caixa não descontado	119.562	119.562
Ajuste a valor presente	(44.808)	(44.808)
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	<u>74.754</u>	<u>74.754</u>
Novos contratos	5.800	5.800
Juros do exercício	9.742	9.742
Contraprestação paga	(16.710)	(16.710)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>73.586</u>	<u>73.586</u>
Passivo circulante	<u>(15.123)</u>	<u>(15.123)</u>
Passivo não circulante	<u>58.463</u>	<u>58.463</u>

A movimentação do exercício é como segue:

Os saldos estimados de arrendamento a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

<u>Vencimento</u>	<u>Valor</u>
2021	16.992
2022	16.534
2023	16.533
2024	15.759
Após 2024	27.440
Ajuste a valor presente	<u>(34.795)</u>
	<u>58.463</u>

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

No quadro abaixo é apresentado o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos:

	Consolidado	
	Valor nominal	Valor descontado
Contraprestações do arrendamento	112.952	73.586
Não passível de tomada de crédito (i)	109.346	70.684
Passível de tomada de crédito	3.606	2.902
Pis/cofins potencial (9,25%)	(334)	(268)
	<u>112.618</u>	<u>73.318</u>

(i) Em conformidade com a legislação tributária vigente no Brasil, a Administração da Companhia, junto com seus assessores tributários, entendem que há arrendamentos que não dão direito a crédito de Pis/Cofins e, por isso, apresenta de forma segregada a parcela potencial para a tomada de crédito sobre o total dos passivos de contratos de arrendamento.

A Companhia calculou suas taxas incrementais nominais, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a sua realidade econômica:

Vigência dos contratos	Taxa incremental
2 anos	10,9%
3 anos	11,2%
4 anos	11,6%
5 anos	11,9%

A Companhia, em plena conformidade com o CPC 06 (R1)/ IFRS 16, na mensuração e na mensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela norma.

Adicionalmente, em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, são apresentadas abaixo as comparações nas rubricas do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa de depreciação e da despesa financeira do período findo em 31 de dezembro de 2019 e os períodos futuros utilizando o fluxo de caixa descontado considerando a inflação futura projetada nos fluxos de pagamentos, descontados pelas taxas nominais acima apresentadas:

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado

	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023
Ativo direito de uso						
IFRS 16	69.862	58.807	48.140	38.044	29.985	
Ofício CVM	84.453	71.503	58.955	46.998	37.240	
	20,9%	21,6%	22,5%	23,5%	24,2%	
Passivo de arrendamento						
IFRS 16	73.587	64.251	54.231	44.178	33.461	
Ofício CVM	85.548	77.855	69.238	59.861	49.106	
	16,3%	21,2%	27,7%	35,5%	46,8%	
Despesa com depreciação						
IFRS 16	(10.692)	(11.055)	(10.667)	(10.096)	(8.059)	(29.985)
Ofício CVM	(12.511)	(12.950)	(12.548)	(11.957)	(9.758)	(37.240)
	17,0%	17,1%	17,6%	18,4%	21,1%	24,2%
Despesa financeira						
IFRS 16	(9.742)	(7.948)	(6.972)	(6.481)	(5.816)	(9.738)
Ofício CVM	(11.507)	(10.334)	(9.106)	(7.868)	(6.489)	(9.911)
	18,1%	30,0%	30,6%	21,4%	11,6%	1,8%

	IFRS 16/ CPC 06 (R2)	Ofício CVM
Despesa com Depreciação	(50.569)	(59.724)
Despesa Financeira	(36.959)	(45.304)
	(87.528)	(105.028)

18 Obrigações por cessão de crédito (Consolidado)

Modalidade / Securitizadora	2019	2018
CRA / Vert Securitizadora	53.341	
CRA / Eco Securitizadora S.A.		22.981
CRA / Octante Securitizadora S.A.		2.690
	53.341	25.671

Em janeiro de 2017, o Grupo concluiu uma operação de distribuição pública de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) emitidos pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., lastreadas em recebíveis emitidos pelo Grupo. A operação inicial totalizou R\$ 25.000 (limite da operação), com encerramento da operação (contratual) em 2020, com pagamentos de juros semestrais e custo de 100% do CDI. O recurso foi recebido pelo Grupo em janeiro de 2017 e incorre em revolvência a cada semestre com liquidação em novembro de 2019.

Com a aquisição da controlada AgroFerrari, foi incorporado ao balanço patrimonial o montante de R\$ 2.690 da operação em aberto com certificado dos de recebíveis do agronegócio (CRA) emitidos pela Octante Securitizadora S.A., lastreados pelos recebíveis emitidos pela referida controlada. O encerramento da operação (contratual) é em 2020, o saldo da operação totaliza em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 5.160.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Em dezembro de 2019, o Grupo concluiu com o recebimento dos recursos, uma nova operação de distribuição pública de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) emitidos pela Vert Securitizadora, lastreados em recebíveis emitidos pelo Grupo. A operação inicial totalizou R\$ 120.000 (limite da operação) em qual o Grupo está participando com R\$ 55.790. O contrato é de 3 anos com revolvência semestral e pagamento de juros semestrais com custo de 150% do CDI. O saldo da operação classificado no passivo circulante totaliza o montante de R\$53.341 (2018 – R\$ 22.981 Eco Securitizadora S.A.).

Essas obrigações por cessão de crédito, originadas na emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) são classificadas como dívida no Passivo Circulante, a fim de manter a comparabilidade com seu respectivo lastro, ou seja, os direitos creditórios sobre as contas a receber que foram cedidos na operação (Nota 7). O Grupo possui a opção assegurada em contrato de promover a revolvência dos saldos de curto prazo até a liquidação da operação do CRA, através de encontro de contas, o qual ocorrerá conforme os prazos descritos acima. Dessa forma, a liquidação dessas operações não deverá resultar em saída de caixa futuro do Grupo.

As despesas incorridas com a colocação desses títulos são mantidas como redutoras do saldo, e apropriadas ao resultado ao longo do período de cada operação, para a determinação do seu custo financeiro efetivo.

18.1 Títulos e valores mobiliários (Consolidado)

Como forma de garantir eventuais riscos de crédito à Securitizadora, foram adquiridas cotas secundárias (ou subordinadas) no montante de R\$ 10.380 desta distribuição realizada em 2019, o qual encontra-se classificado como títulos e valores mobiliários no ativo não circulante, pois foram adquiridos com a finalidade de serem mantidos até o vencimento no ativo não circulante. O saldo dos títulos em aberto em 2019 totaliza R\$ 10.380 (2018 R\$ 5.445).

De acordo com a estrutura financeira da referida emissão, cabe ao CRA subordinado a absorção das primeiras perdas apuradas na carteira de recebíveis cedida, limitadas a 20% do valor de emissão. Em 31 de dezembro de 2019, a administração do Grupo não espera incorrer em perdas significativas relacionadas a não liquidez dos títulos cedidos em garantia, haja vista os procedimentos de avaliação de crédito do Grupo, bem como a possibilidade de substituição dos recebíveis securitizados no caso de eventual evento futuro.

19 Obrigações trabalhistas e sociais (Consolidado)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisão para férias e encargos sobre férias	5.566	3.770
Provisão para comissões	3.949	1.629
Provisão de bônus remuneração sócios	1.827	1.238
INSS a recolher	1.209	459
FGTS a recolher	354	89
Outras obrigações trabalhistas	116	426
	<u>13.021</u>	<u>7.611</u>

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

20 Obrigações tributárias (Consolidado)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
IRPJ e CSLL a recolher	448	165
ICMS a recolher		4
IRRF a recolher	666	374
PIS e COFINS a recolher		1
Outros impostos a recolher	161	529
	<u>1.275</u>	<u>1.074</u>

21 Adiantamentos de clientes (Consolidado)

		<u>2019</u>	<u>2018</u>
Adiantamentos de clientes mercado interno	(i)	15.167	7.265
Adiantamentos de clientes venda futura	(ii)	55.542	15.977
Adiantamentos de partes relacionadas	Nota 26	665	2.298
		<u>71.374</u>	<u>25.540</u>

- (i) Refere-se a adiantamentos recebimentos de produtores e tradings para a aquisição de insumos e de grãos (operações não fixadas), respectivamente.
- (ii) Refere-se a adiantamentos recebidos de produtores e tradings, em operações cujos faturamentos já foram realizados e recebidos, mas os produtos ainda não foram entregues (entrega futura).
- (iii) Os adiantamentos a partes relacionadas referem-se a adiantamentos de produtores, conforme item ii, acima em que houve o pagamento antecipado com faturamento para entrega futura.

22 Contingências (Consolidado)

O Grupo é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e civil, no curso normal de seus negócios, com base em parecer dos assessores jurídicos do Grupo, as ações com possibilidade possível de perda totalizam R\$ 2.649 em 2019 (R\$ 5.127 em 2018) referente as ações cíveis e trabalhistas.

Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas às questões tributárias do exercício, ou exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva desses itens no Brasil. Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação. Também podem existir obrigações de naturezas trabalhista ou cível que, no presente momento, não são conhecidas pela administração do Grupo. Entretanto, com base na opinião de seus consultores legais, a administração do Grupo é de opinião que todos os tributos e demais obrigações assumidas pelas Companhia e suas controladas têm sido pagos ou provisionados adequadamente e, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não eram conhecidas ações de vulto formalizadas contra a Companhia e suas controladas que implicassem a constituição de provisão para cobrir eventuais perdas.

23 Patrimônio líquido

23.1 Capital social

Em 9 de agosto de 2017, houve a cessão e transferência do total de ações de propriedade das acionistas Agribusiness Lation America Fund II, L.P., Mid-Market Laif II, L.P., Leiden PE II, L.P., Hudson River Consultoria Ltda. para o Agrofundo Brasil V Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Nesta mesma data, conforme Assembleia Geral Extraordinária, o acionista aprovou novo aumento de capital da Companhia mediante a emissão de 215.340.899 novas ações ordinárias, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas, através do montante de R\$ 215.341, sendo: i) R\$ 21.534 foram destinados à conta de capital social, integralizados ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, pelos respectivos montantes de R\$ 3.884, R\$ 3.272 e R\$ 17.176; e, ii) R\$ 193.807 foram destinados à reserva de capital, integralizados ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, pelos respectivos montantes de R\$ 6.675, R\$ 57.728 e R\$ 129.404. As novas ações ordinárias foram subscritas pelo acionista Agrofundo Brasil V Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia e pelos acionistas ingressantes, Spectra II - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE, Spectra III Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Fact Enterprise FIP Multiestratégia e Benildo Carvalho Teles.

Em 6 de agosto de 2019, os acionistas aprovaram o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 9.500, mediante a emissão de 9.356.459 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, parcialmente integralizadas no exercício pelo montante de R\$ 6.441.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e parcialmente integralizado da Companhia era de R\$ 35.035 (2018 – R\$ 25.535) representado por 228.697.858 (2018 – 219.341.399) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

23.2 Reserva de capital

Refere-se a ágio na emissão de ações pagos pelos acionistas da Companhia, conforme mencionado na Nota 23.1.

23.3 Reserva de lucros

A Companhia destina 5% para a reserva legal, conforme previsto pela legislação societária. Adicionalmente, as reservas de lucros também estão compostas por lucros a destinar que compreendem o montante de lucros retidos e que serão submetidos à Assembleia Geral Ordinária.

23.4 Dividendos

No caso de distribuição de dividendos é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 5% sobre o lucro do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	22.172	1.884
Constituição da reserva legal (5%)	<u>(1.109)</u>	<u>(94)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>21.063</u>	<u>1.790</u>
Dividendo mínimo obrigatório (5%)	<u>(1.053)</u>	<u>(89)</u>
Total de dividendos	<u>(1.053)</u>	<u>(89)</u>
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	<u>4,7%</u>	<u>4,7%</u>

Os dividendos provisionados em 2019 foram de R\$ 1.053. Estas demonstrações financeiras refletem apenas os dividendos mínimos obrigatórios, dispostos no Estatuto Social da Companhia, correspondente a 5% do lucro líquido ajustado da Controladora. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada pelos acionistas.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

23.5 Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se ao resultado de transações realizadas entre a Companhia e os sócios não controladores da Agrototal realizadas entre 2017 e 2018.

Nessa rubrica também são registrados o reconhecimento do Plano de Compra de Ações da Agrototal, reconhecido de forma reflexa no patrimônio líquido da Companhia (Nota 23.7).

23.6 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias diluidoras.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	22.172	1.884
Quantidade de ações ordinárias no início do exercício (*)	219.341	219.341
Média ponderada das ações ordinárias no exercício (*)	<u>223.240</u>	<u>223.240</u>
Lucro básico / diluído por lote de mil ações - R\$	<u>0,10</u>	<u>0,01</u>

(*) em milhares de ações

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

Em 31 de dezembro de 2019, não existem instrumentos com potencial de diluição do lucro.

23.7 Pagamento baseado em ações

O Conselho de Administração da controlada Agrototal reúne-se anualmente para, dentro das bases do primeiro programa aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Agrototal, estabelecer os planos, indicando os Administradores, Empregados, e Prestadores de serviços que poderão receber opções de compra ou subscrição de ações da controlada e a quantidade total a ser distribuída.

Este Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano”) do Grupo estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da referida controlada, nos termos do artigo 168, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/1976.

O plano foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Agrototal realizada em 1º de setembro de 2019. O plano permite que a Companhia outorgue opções de compra de ações de sua emissão a Administradores, Empregados e Prestadores de serviços (conforme qualificadores na cláusula 5 do plano), conferindo-lhes a possibilidade de se tornarem acionistas da Agrototal mediante o cumprimento de determinadas condições.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

O objetivo do Plano consiste em: (i) estimular a melhoria, a expansão, o êxito e a consecução das atividades da Agrototal; (ii) obter um maior alinhamento dos interesses dos Administradores, Empregados e Prestadores de Serviços com os interesses da Agrototal; e (iii) incentivar a permanência dos Administradores, Empregados e Prestadores de Serviços na Agrototal.

Ações incluídas no plano

As opções de compra de Ações outorgadas segundo o Plano (“Opções”) poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal de emissão da Agrototal, sem direito a voto, com prioridade de distribuição de dividendo fixo anual no valor de R\$ 0,01 (um centavo de real) por ação (“Ações”) que não exceda o montante máximo e cumulativo de 5% (cinco por cento) do total de Ações de emissão da Agrototal. Para fins do limite estabelecido, deverão ser computadas todas as Opções já outorgadas no âmbito do plano, exercida ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas antes de serem exercidas, sendo que as opções outorgadas com base em planos anteriores, vigentes ou não, não serão computadas para efeito do limite estabelecido.

Os acionistas, nos termos do artigo 171, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/1976, não terão direito de preferência na aquisição ou exercício das Opções.

As Ações resultantes do exercício das Ações outorgadas segundo Plano conferirão aos seus titulares os direitos previstos na legislação aplicável e no estatuto social a Agrototal.

Não houve outorgas realizadas no exercício de 2019.

24 Partes relacionadas (Consolidado)

No decorrer de suas operações, direitos e obrigações são contraídas entre partes relacionadas, oriundas de operações comerciais e financeiras. As transações comerciais, tais como compra e venda de mercadorias entre partes relacionadas, são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes, que devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes com partes não relacionadas. As operações financeiras com partes relacionadas decorrentes de transações de mútuo entre, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, são realizadas em condições específicas, sendo que não há cobrança de juros ou de prazo definido para pagamento nessas operações. Os saldos de transações com partes relacionadas estão demonstrados abaixo.

24.1 Ativos com partes relacionadas

		<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pessos físicas	(i)	10.478	4.860
GB2 Empreendimentos Ltda.		183	189
Ricolog Transbordo e Multimodal S.A.		<u>12</u>	
Total nas contas a receber (nota 9)		<u>10.673</u>	<u>5.049</u>

- (i) Refere-se a valores à receber de pessoas físicas, conforme determina CPC 05/IAS 24 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, que participam diretamente da administração da Companhia ou suas controladas, com cargo de direção ou conselheiro, e representam em sua essência valores de venda de mercadorias à vender, os quais possuem condições similares à de outros clientes.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
GB2 Empreendimentos Ltda.	10	1.222
V. S. Ribeiro Eireli (i)	245	-
Pessoas físicas	<u>100</u>	<u>105</u>
Total mútuo e outros partes relacionadas	<u>355</u>	<u>1.327</u>

(i) O saldo com a V S Ribeiro Eireli, refere-se a mútuo entre as partes, através de contrato, o qual poderá ser convertido em quotas da empresa, com vencimento até 2022.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
GB5 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	101	
Pessoas físicas (i)	<u>178</u>	
Total adiantamentos a fornecedores (nota 11)	<u>279</u>	

(i) Adiantamento realizado para aquisição de grãos à fixar.

24.2 Passivos com partes relacionadas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pessoa física (i)	890	1.190
Ricolog Transbordo e Multimodal S.A.	156	-
GB2 Empreendimentos Ltda	809	2.053
GB5 Empreendimentos Imobiliários Ltda	<u>342</u>	<u>608</u>
Total em fornecedores (Nota 18)	<u>2.198</u>	<u>3.851</u>

(i) Valores à pagar sobre aquisição de commodities (grãos fixados).

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pessoa física (i)	<u>665</u>	<u>2.298</u>
Total em adiantamentos de clientes (Nota 24)	<u>665</u>	<u>2.298</u>

(i) Valores referente a recebimento antecipados de pessoa física para aquisição futura de insumos agrícolas, principalmente na modalidade de venda à entrega futura.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de dividendos à pagar no montante de R\$ 2.794 e R\$ 1.630 (2018 - R\$ 2.490 e R\$ 577), refere-se substancialmente aos dividendos mínimos obrigatórios do Grupo e Companhia, respectivamente.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado

24.3 Vendas para partes relacionadas

		<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pessoa física	(i)	23.821	26.489
GB2 Empreendimentos LTDA	(ii)	74	1.871
Ricolog Transbordo e Multimodal S.A.	(ii)	1	
Total de vendas para partes relacionadas		<u>23.896</u>	<u>28.359</u>

- (i) Referem-se, principalmente, a vendas de insumos agrícolas (Fertilizantes, defensivos, sementes e especialidades), os prazos e condições comerciais são acordados entre as partes e substancialmente similares a com outros clientes.
- (ii) Referem a venda de commodities, principalmente soja, em condições e prazos similares a de mercado.

24.4 Compras de partes relacionadas

		<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pessoa física	(i)	58.239	45.219
Aqua Capital S.A.	(ii)	24	
GB2 Empreendimentos Ltda.	(iii)	28.132	19.751
GB5 Empreendimentos LTDA	(iii)	10.138	8.963
Ricolog Transbordo e Multimodal S.A	(iv)	2.593	656
Hudson River Consultoria	(ii)	1.482	533
V S Ribeiro Eireli	(iv)	157	
Total de compras para partes relacionadas		<u>100.765</u>	<u>75.121</u>

- (i) Referem-se, substancialmente, a aquisição de commodities agrícolas, com prazos e condições comerciais de mercado.
- (ii) Referem-se a prestação de serviços administrativos, com prazos e condições comerciais, acordados entre as partes.
- (iii) Referem-se, substancialmente, a aluguel de imóveis, transporte e assessoria técnica. As condições e prazos estão estipuladas em contrato e seguem o acordado entre as partes.
- (iv) Refere-se a serviços de transbordo e logística de terminal ferroviário, para transporte de commodities agrícolas, com prazos e condições comerciais estabelecidas em contrato, condizentes com mercado.
- (v) Refere-se a prestação de serviços de assinatura, monitoramento e assistência técnica ao sistema GeoData.

24.5 Remuneração do pessoal chave da administração

No exercício de 2019, a remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração da Companhia e suas controladas, composta por Diretoria da Companhia e de suas controladas, por serviços na qualidade de empregados, foi no montante de R\$ 2.037 (2018 – R\$ 354).

Adicionalmente, a gestão de determinadas atividades administrativas da Companhia é realizada por administradores alocados nas controladas, sem o repasse de custos para a controladora. Conseqüentemente, não há despesas com remuneração alocadas a controladora na data base.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

25 Receita de contrato de clientes (Consolidado)

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Venda de grãos mercado interno	289.142	341.708
Venda de grãos mercado externo	570.624	486.033
Prestação de serviços	918	677
Venda de mercadorias mercado interno	<u>759.945</u>	<u>514.105</u>
Total da receita Bruta	<u>1.620.628</u>	<u>1.342.522</u>
Menos:		
Impostos sobre receita	(5.518)	(3.897)
Devoluções e abatimentos	<u>(60.174)</u>	<u>(39.312)</u>
Total receita operacional líquida	<u>1.554.937</u>	<u>1.299.313</u>

- (i) As vendas de insumos agropecuários possuem base de cálculo do ICMS reduzida nas saídas dos insumos agropecuários, bem como, a isenção de Pis/Cofins sobre insumos agrícolas.

26 Custos das vendas (Consolidado)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custo das mercadorias vendidas - commodities	736.315	734.083
Custo das mercadorias vendidas - insumos agrícolas	549.998	374.519
Custo dos serviços prestados	413	
Custo de fretes	37.768	33.720
Valor justo commodities	<u>(37.624)</u>	<u>(10.907)</u>
	<u>1.286.870</u>	<u>1.131.415</u>

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

27

Despesas administrativas e de vendas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Gastos com frota	7.537	5.254
Gastos com pessoal e terceiros	64.956	40.084
Provisões para perdas com recebíveis	(4.011)	6.118
Baixa de recebíveis incobráveis	7.949	
Serviços de terceiros	17.673	13.392
Depreciação e amortização	25.647	10.212
Gastos com armazenagem	3.555	6.637
Gastos com classificação de grãos	1.779	
Água, energia e telefone	5.382	3.510
Manutenção e conservação	2.326	2.247
Comissões	7.367	3.533
Propaganda, publicidade e anúncios	3.213	1.466
Despesas com alimentação	1.188	848
Material de uso e consumo	1.988	1.321
Despesas tributárias	224	371
Aluguéis		13.394
Pró-labore	1.632	339
Outras	(88)	3.731
	<u>148.315</u>	<u>112.457</u>
Despesas administrativas	61.405	35.166
Despesas de vendas	96.674	78.566
Outras receitas operacionais, líquidas	(9.764)	(1.275)
	<u>148.315</u>	<u>112.457</u>

- (i) Nos montantes acima, estão contidas despesas (receitas) que são classificadas como não recorrentes pela administração, haja vista sua natureza não usual às suas atividades operacionais normais de cada exercício. Essas despesas (receitas) tem a seguinte natureza, por período:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas Compartilhadas	3.204	
Crédito extemporâneo	(6.560)	
Reversão de provisão para perdas	(1.521)	
Serviços de consultoria para atividades não recorrentes	1.942	315
Receitas (Despesas) não recorrentes	<u>(2.934)</u>	<u>315</u>

- (ii) Além desses valores classificados temos um montante de R\$ 9.764 (2017 – R\$1.275) em outras receitas operacionais que referem-se a venda de bens e recuperação de imposto que a administração considera como não recorrente.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

28 Resultado financeiro (Consolidado)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	(24.051)	(25.530)
Juros passivos	(3.492)	(243)
Descontos concedidos	(5.431)	(3.329)
Ajuste a valor presente	(20.808)	(11.857)
Ajuste a valor presente arrendamento	(9.742)	
Outras despesas financeiras	(1.510)	(1.739)
	<u>(65.034)</u>	<u>(42.698)</u>
Receitas financeiras		
Descontos por antecipação de pagamentos	4.802	5.078
Ajuste a valor presente	3.547	
Juros ativos	10.692	11.751
Rendimentos sobre aplicações financeiras	2.102	4.617
Pis/Cofins sobre receita financeira	(836)	(695)
Outras receitas financeiras	12	5
	<u>20.318</u>	<u>20.756</u>
Total das receitas financeiras		
	<u>20.318</u>	<u>20.756</u>
Variação cambial e valor justo		
Variação cambial passiva	(2.833)	(12.962)
Valor justo contratos a termo - commodities despesa	(20.856)	(8.605)
Instrumentos financeiros cambiais passivos	(1.525)	(4.703)
Variação cambial ativa	2.381	7.785
Valor justo contratos a termo - commodities receita	793	605
Instrumentos financeiros cambiais ativos	3.175	
	<u>(18.866)</u>	<u>(17.880)</u>
	<u>(18.866)</u>	<u>(17.880)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(63.582)</u>	<u>(39.822)</u>

A movimentação da variação cambial é demonstrada a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Variação cambial		
Saldo Inicial	248	0
Resultado	(1.197)	9.880
(+) Pagamento	1.433	(9.632)
Saldo Final	<u>484</u>	<u>248</u>
Instrumentos financeiros derivativos (ativos)		
Instrumentos financeiros derivativos (passivos)	<u>484</u>	<u>248</u>
Variação líquida	<u>484</u>	<u>248</u>

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

29 Imposto de renda e contribuição social (Consolidado)

29.1 Reconciliação da alíquota efetiva

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes do imposto	22.174	1.884	56.170	15.619
Imposto calculado com base em alíquotas de impostos vigentes (34%)	(7.539)	(641)	(19.098)	(5.310)
Equivalência patrimonial	7.564	663		
Outros	(27)	(22)	(2.870)	(4.091)
Tributos no resultado	(2)		(21.968)	(9.401)

A Administração da Companhia estima que a realização dos impostos diferidos se dê pelo histórico de rentabilidade de cada uma de suas controladas, devendo ocorrer o mesmo em até 5 anos, pois refere-se principalmente a variações no valor justo de derivativos e provisões de fornecedores de commodities.

29.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 1º de janeiro 2018			31/12/2019	
	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido	Reconhecido no resultado	Transferência	Passivo fiscal diferido
Mais valia sobre ativo imobilizado e intangível		(12.823)	2.566		(10.257)
Valor justo contratos a termo commodities	(596)		6.821	(389)	5.836
Provisão para comissões	1.335		809	(586)	1.558
Provisão de perda nos estoques	800		655		1.455
Complemento de preço de venda	(1.368)		(1.648)		(3.016)
Provisão para royalties			(188)		(188)
Provisão de sobra técnica			(1.934)		(1.934)
Provisões para perda em recebíveis			744	540	5.871
Variações cambiais não realizadas	4.586		(23)	36	13
Ajuste dos estoques a valor justo	13.902		(20.632)		(6.729)
Valor justo de fornecedor a fixar	(13.658)		7.839		(5.819)
Juros ativos provisionados	(2.685)		(760)		(3.445)
Provisão de variação de Hedge/Swap	(236)		(60)	409	113
Ajuste a valor presente	(2.293)		(1.724)	(1)	(4.018)
Provisão de acordos comerciais			(3.522)		(3.522)
Provisão para marketing			(34)	34	
Provisão de bônus			601	20	621
Prejuízo fiscal apurado	2.060		(987)		1.073
Arrendamento			883		883
Aquisição de controlada	663				663
Provisão de participação nos lucros			(214)		(214)
Provisão de despesa	365				365
Outras adições/exclusões temporárias	63		(984)	(63)	(984)
Imposto líquido ativo (passivo)	2.939	(12.823)	(11.791)		(21.675)

30 Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Comitê Executivo, que é o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, bem como pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

O Comitê Executivo considera o negócio sob perspectiva de produto. Na visão do Grupo, os segmentos operacionais apresentados a seguir são organizados de modo consistente com o relatório interno fornecido

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

para o Conselho de Administração, principal tomador de decisões e responsável pela alocação de recursos e avaliação de desempenho desses segmentos:

- i) Insumos agrícolas: compreendem o comércio de fertilizantes, defensivos, foliares e sementes de soja e milho. O resultado desse segmento é determinado pela receita de venda auferida pela venda desses produtos, mensurada até o momento em que o Grupo transfere para o cliente o controle dos produtos vendidos
- ii) Grãos de soja e milho: compreendem as operações decorrentes do recebimento físico, padronização e comercialização de grãos adquiridos de terceiros, bem como, dos grãos originados nas operações de “Barter” O resultado desse segmento é determinado pelo resultado auferido nas operações de compra e venda de commodities agrícolas, incluindo a variação dos instrumentos financeiros atrelados à comercialização dessas commodities, bem como dos ativos não monetários relacionados.

O Comitê Executivo avalia o desempenho desses segmentos operacionais com base na evolução das receitas e no EBITDA ajustado gerados por cada segmento operacional. Essa base de mensuração exclui operações descontinuadas, quando aplicável, e efeitos de gastos não recorrentes de segmentos operacionais, como custos de reestruturação, despesas legais e *impairment* de ágio quando o *impairment* é resultado de um evento isolado, não recorrente. A mensuração também exclui os efeitos de pagamentos baseados em ações liquidados em ações e ganhos ou perdas não realizadas sobre instrumentos financeiros. Despesas de vendas e administrativas não alocadas diretamente aos segmentos são consideradas como não-reportável, pois atende todas as unidades do Grupo. Receitas e despesas de juros não são alocadas aos segmentos, pelo fato destas atividades serem gerenciadas pela tesouraria central no contexto do Grupo.

	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Receita Líquida	820.084	801.383	734.853	497.930			1.554.937	1.299.313
Custo	(736.459)	(751.642)	(550.411)	(379.773)			(1.286.870)	(1.131.415)
Lucro Bruto	83.625	49.741	184.442	118.157			268.067	167.898
Depreciação	(802)	(197)	(4.198)	(913)	(20.647)	(9.102)	(25.647)	(10.212)
Despesas Administrativas	(17.897)	(9.369)	(19.563)	(31.330)	(33.567)	(27.655)	(71.027)	(68.354)
Despesas de Vendas	(9.901)	(10.975)	(46.441)	(21.518)	(5.063)	(2.673)	(61.405)	(35.166)
Outras receitas operacionais líquidas					9.764	1.275	9.764	1.275
Resultado financeiro, líquido	(20.064)	(8.000)			(43.518)	(31.822)	(63.582)	(39.822)
Resultado antes dos impostos	34.961	21.200	114.240	64.396	(93.031)	(69.977)	56.170	15.619
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(13.673)	(12.760)	(44.679)	(38.760)	36.384	42.119	(21.968)	(9.401)
Lucro (prejuízo) líquido do período	21.288	8.440	69.561	25.636	(56.647)	(27.858)	34.202	6.218
EBITDA Contábil	55.827	29.397	118.438	65.309	(28.866)	(29.053)	145.399	65.653
(+/-) Valor justo commodities	(37.624)	(10.907)					(37.624)	(10.907)
(-) IFRS 16 imóveis	(16.710)						(16.710)	-
(+/-) Variação cambial operacional	1.433	(9.632)					1.433	(9.632)
(+/-) Receita e despesas não recorrentes					(1.894)	315	(1.894)	315
EBITDA Ajustado	2.926	8.858	118.438	65.309	(30.760)	(28.738)	90.604	45.429

Os principais ativos e passivos operacionais da companhia foram segregados por segmento em função dos correspondentes centros de custo em que estão alocados e/ou de critério de rateio que leva em consideração o desempenho de cada setor em relação ao desempenho total; assim, essa alocação pode variar de um exercício para outro. Os ativos e passivos dos segmentos reportáveis podem ser assim resumidos:

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
	GRÃOS		INSUMOS		NÃO REPORTADO		TOTAL	
Ativo								
Contas a receber de clientes	83.222	31.592	390.630	276.055			473.851	307.647
Estoques	151.618	73.380	259.377	176.695			410.995	250.075
Adiantamentos a fornecedores	10.539	4.695	10.709	9.629			21.247	14.324
Impostos a recuperar		12.695	21.810	7.888			21.810	20.583
Contratos a termo	32.808	38.890					32.808	38.890
Títulos e valores mobiliários			10.380	5.445			10.380	5.445
Ativos de direito de uso	40.820		29.042				69.862	
Imobilizado	10.669	10.704	47.364	27.550			58.033	38.254
Intangível	15.424	15.262	170.113	175.515			185.537	190.777
Total dos ativos alocados	245.378	187.218	660.715	678.777			1.284.523	865.995
Caixa e equivalente de caixa					97.921	97.900	97.921	97.900
Outros ativos					5.269	7.434	5.269	7.434
Demais ativos não alocáveis					103.190	105.334	103.190	105.334
Total do ativo	245.378	187.218	660.715	678.777	103.190	105.334	1.387.713	971.329
Passivo								
Fornecedores e outras contas a pagar	124.009	91.011	385.347	219.722			509.356	310.733
Adiantamentos de clientes	59.203	3.172	12.170	22.368			71.374	25.540
Passivo de arrendamento	42.996		30.590				73.586	
Obrigações por cessão de crédito		2.639	53.341	25.671			53.341	25.671
Obrigações sociais e trabalhistas	4.482	662	8.539	4.972			13.021	7.611
Impostos e contribuições a recolher	713	36.288	562	412			1.275	1.074
Contratos a termo	49.971						49.971	36.288
Imposto de renda e contribuição social diferidos			10.257	12.823			10.257	12.823
Total dos passivos alocados	281.375	133.773	500.806	285.967			782.181	419.740
Empréstimos e financiamentos					264.577	248.989	264.577	248.989
Patrimônio líquido					319.836	270.364	319.836	270.364
Outros passivos					21.119	32.236	21.119	32.236
Demais passivos não alocáveis					605.532	551.589	605.532	551.589
Total do passivo	281.375	133.773	500.806	285.967	605.532	551.589	1.387.713	971.329

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

31 Instrumentos financeiros (Consolidado)

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira e diretoria do Grupo. Sendo que a tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a sociedade contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais.

As operações realizadas pelo Grupo através de instrumentos financeiros são demonstradas abaixo.

<u>Ativos</u>		<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa		97.921	97.900
Contas a receber de clientes	(i)	404.768	226.331
Outros créditos		4.783	3.061
Mútuo partes relacionadas		355	1.327
Títulos e valores mobiliários		10.380	5.445
		518.207	334.064
Valor por meio do resultado			
Contratos a termo - cambiais			1.525
Contratos a termo - commodities		32.808	37.365
		32.808	38.890
		551.015	372.954

(i) Não considera o valor a receber nas operações de barter, os quais serão liquidados mediante o recebimento de ativos não financeiros.

<u>Passivos</u>		<u>2019</u>	<u>2018</u>
Valor por meio do resultado			
Fornecedores e outras contas a pagar		123.573	81.065
Contratos a termo - cambiais		484	248
Contratos a termo - commodities		49.971	36.288
		174.028	117.601
Custo amortizado			
Fornecedores e outras contas a pagar		385.783	229.668
Empréstimos e financiamentos		264.577	248.989
Debêntures			15.852
Obrigações com títulos securitizados		53.341	25.671
Aquisição de participação societária a pagar		6.423	13.646
Dividendos a pagar		2.794	2.490
Passivos de arrendamento		73.586	
		786.504	536.316
		960.532	653.917

Os saldos classificados como instrumentos financeiros referem-se a:

- **Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem o caixa, os saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

- **Contas a receber de clientes/fornecedores** - Decorrem diretamente das operações o Grupo, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas e desconsiderando instrumentos não financeiros como “barter”.
- **Empréstimos e financiamentos** - Contratações realizadas junto a instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.
- **Contratos a termo financeiro - cambiais/ commodities** - Valores referentes ao valor justo de operações de termo de moeda futuro junto a instituições financeiras, bem como, de contratos de venda futura de grãos no mercado a termo.
- **Obrigações por cessão de crédito** - Contratações realizadas junto a empresa Securitizadora (desconto de títulos), registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.
- **Títulos e valores mobiliários** – Aplicações em cotas de capital secundárias em Fundo de Investimento em títulos do Agronegócio - CRA.
- **Outros créditos** – Saldos decorrentes de outras transações com terceiros, e que serão convertidos em caixa.
- **Mútuo com partes relacionadas** – Saldo decorrentes de outras transações com partes relacionadas.
- **Passivos de arrendamento** – Substancialmente se referem aos aluguéis de imóveis.

31.1 Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados, principalmente, à flutuação das variações cambiais e a preços de *commodities*. O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros de proteção para mitigar sua exposição a esses riscos. O Grupo vem implementando e aprimorando os controles internos para identificar e mensurar os efeitos das transações com as *tradings* e com as instituições financeiras, para que tais transações sejam capturadas, reconhecidas e divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em quaisquer outros ativos de risco.

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de hedge e não como investimentos especulativos. Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses.

31.2 Contratos a termo - commodities

Os valores classificados como contratos a termo de commodities referem-se ao valor justo de operações de compra e venda futura de commodities através de contratos a termo junto a produtores rurais e clientes (geralmente tradings)

Os valores justos foram estimados com base em informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações, trazidas a valor presente. (Metodologia descrita na Nota 5).

No quadro abaixo, demonstramos as origens e classificações dos saldos nas demonstrações financeiras.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ganho em contratos de compra e venda futura de commodities (i)	32.808	37.365
Perda em contratos de compra e venda futura de commodities (i)	<u>(49.971)</u>	<u>(36.288)</u>
	<u>(17.163)</u>	<u>1.077</u>

- (i) Compra e venda futura de commodities: Referem-se aos resultados estimados nas datas bases de elaboração das demonstrações financeiras com a realização de contratos a termo junto a produtores rurais (compra) e clientes (venda) de commodities.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

As compras ocorrem em duas modalidades:

Trocas/ operações de barter - Operações de fornecimento e financiamento de insumos agrícolas ao produtor rural prazo safra, com garantia de recebimento através de CPR;

Preço fixo - Operações de compra direta no campo através da oferta de preços para entrega em data futura com garantia contratual de recebimento.

31.2 Contratos a termo – cambiais

Os valores classificados como contratos a termo cambiais referem-se ao valor justo de operações de câmbio para proteção das exposições.

No quadro abaixo, demonstramos as origens e classificações dos saldos nas demonstrações financeiras.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ganho em contratos a termo - cambiais		1.525
Perdas em contratos a termo - cambiais	(484)	(248)
	<u>(484)</u>	<u>1.277</u>

31.2 Posição líquida dos contratos a termo

Os saldos em aberto dessas operações ao final do exercício é como segue:

		<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ganho em contratos de compra e venda futura de commodities	(i)	32.808	37.365
Ganho em contratos a termo - cambiais	(ii)		1.525
		<u>32.808</u>	<u>38.890</u>
Perda em contratos de compra e venda futura de commodities	(i)	(49.971)	(36.288)
Perdas em contratos a termo - cambiais	(ii)	(484)	(248)
		<u>(50.455)</u>	<u>(36.536)</u>
		<u>(17.647)</u>	<u>2.354</u>

- (i) Calculado considerando o preço de liquidação do mercado físico a vista, considerando que essas operações são liquidadas com a entrega (venda) ou recebimento (compra) das commodities negociadas.
- (ii) Calculado conforme critério adotado para instrumentos financeiros classificados no Nível 2 (Nota 5.3).

31.3 Análises de sensibilidade

Foram realizadas simulações à sensibilidade das posições existentes em 31 de dezembro de 2019 para os significativos identificados como riscos de mercado: preço das commodities e taxas cambiais.

As simulações foram elaboradas para demonstrar apenas o impacto em possíveis cenários negativos às posições tomadas pelo Grupo.

Como cenários foram utilizados um aumento de 25% e um aumento de 50%, respectivamente, no caso análise das variações nos preços das commodities e no caso das taxas cambiais e juros, sendo que essas

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

variações foram definidas com base no histórico de mercado e nas projeções realizadas pela Administração em relação às exposições assumidas.

Abaixo, demonstramos os reflexos financeiros para cada risco:

(a) Variações nos preços das commodities

Posição	Toneladas	Posição	Risco Atual	Mercado	+25% Aumento		+50% Aumento	
				Atual Cotação	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Soja	(8.506)	Comprada	(12.121)	85,50	106,88	3.030	128,25	6.060
Milho	26.539	Vendida	20.346	46,00	57,50	(5.087)	69,00	(10.173)
Trigo	879	Vendida	809	55,20	69,00	(202)	82,80	(404)
Exposição líquida			9.034			(2.259)		(4.517)

De acordo com sua política de gerenciamento de riscos de mercado, o Grupo compra e vende posições futuras de mercadoria para se proteger do risco de preço de mercado uma vez que os grãos têm seus preços referenciados nas cotações da BM&F e CBOT.

(b) Variações nas taxas cambiais

Posição	Risco	Saldo	Saldo	Mercado	+25% Aumento		+50% Aumento	
		Nocional	Fechamento	Atual Cotação	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Empréstimos e financiamentos	Câmbio / USD	13.635	54.957	4,0307	5,0384	(13.739)	6,0461	(27.479)
Contrato SWAP cambiais	Câmbio / USD	(13.635)	(54.957)	4,0307	5,0384	13.739	6,0461	27.479
Contrato a termo NDFs de compra	Câmbio / USD	(2.040)	(8.224)	4,0307	5,0384	2.056	6,0461	4.112
Contrato a termo NDFs de venda	Câmbio / USD	41.338	166.620	4,0307	5,0384	(41.655)	6,0461	(83.310)
Contratos de venda em Dólar (contas a receber)	Câmbio / USD	(14.705)	(59.270)	4,0307	5,0384	14.817	6,0461	29.635
Contratos de compra em Dólar (fornecedores a pagar)	Câmbio / USD	2.040	8.224	4,0307	5,0384	(2.056)	6,0461	(4.112)
Contratos Exportação	Câmbio / USD	(28.627)	(115.385)	4,0307	5,0384	28.846	6,0461	57.692
Antecipação de Contrato de Cambio (ACC)	Câmbio / USD	4.163	16.780	4,0307	5,0384	(4.195)	6,0461	(8.390)
Empréstimos e financiamentos em Euro	Câmbio / EUR	1.426	6.460	4,5305	5,6631	(1.615)	6,7958	(3.230)
Contrato SWAP cambiais em Euro	Câmbio / EUR	(1.426)	(6.460)	4,5305	5,6631	1.615	6,7958	3.230
Exposição líquida		2.170	8.745			(2.186)		(4.373)

(c) Variações nas taxas de juros

Posição	Risco	Saldo	Saldo	Mercado	+25% Aumento		+50% Aumento	
		Nocional	Fechamento	Atual Cotação	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Empréstimos e financiamentos	Taxa de juros pós	158.092	158.358	4,3%	5,3%	(1.680)	6,4%	(3.359)
Contrato SWAP CDI	Taxa de juros pós	54.957	54.957	4,3%	5,3%	(584)	6,4%	(1.168)
		213.049	213.315			(2.264)		(4.527)

32 Outras divulgações sobre os fluxos de caixa (Consolidado)

A posição financeira líquida corresponde ao total de caixa e equivalentes de caixa subtraído do montante de empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos de curto e longo prazos.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(a) Reconciliação da dívida líquida

	2019	2018
Empréstimos e financiamentos	264.577	248.989
Debêntures		15.852
Passivos de arrendamento (Nota 20)	73.586	
Total da dívida	<u>338.163</u>	<u>264.841</u>
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	<u>(97.921)</u>	<u>(97.900)</u>
Dívida líquida	<u>240.242</u>	<u>166.941</u>

(b) Movimentação da dívida líquida

	Empréstimos bancários	Debêntures	Arrendamento	Total Dívida	Caixa e equivalentes	Dívida líquida
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2018	184.330	14.232		198.562	(97.226)	101.336
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa						
Obtenção de empréstimos	227.203			227.203		227.203
Pagamento de empréstimos	(202.764)			(202.764)		(202.764)
Pagamento de juros	(6.942)			(6.942)		(6.942)
Variações monetárias/cambiais	1.080			1.080		1.080
Caixa e equivalente de caixa aplicado					(674)	(674)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa						
Juros provisionados	23.910	1.620		25.530		25.530
Aquisição de controlada	22.172			22.172		22.172
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2018	<u>248.989</u>	<u>15.852</u>		<u>264.841</u>	<u>(97.900)</u>	<u>166.941</u>
Ajuste adoção inicial CPC 06(R2)/IFRS16			74.754	74.754		74.754
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa						
Obtenção de empréstimos	263.437			263.437		263.437
Pagamento de empréstimos	(248.968)	(15.000)		(263.968)		(263.968)
Pagamento de juros	(21.321)	(1.963)		(23.284)		(23.284)
Variações monetárias/cambiais	(70)			(70)		(70)
Contraprestações de arrendamento pagas			(16.710)	(16.710)		(16.710)
Caixa e equivalente de caixa aplicado					(21)	(21)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa						
Aquisição/novos arrendamentos			5.800	5.800		5.800
Juros provisionados	22.509	1.111	9.742	33.362		33.362
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2019	<u>264.577</u>		<u>73.586</u>	<u>338.164</u>	<u>(97.921)</u>	<u>240.243</u>

As obrigações por cessão de crédito (Nota 18) não estão sendo consideradas como parte da dívida líquida do Grupo, uma vez que serão liquidadas com os recebíveis securitizados, sem a expectativa de desembolso para o Grupo.

(c) Transação não caixa

Em 2019, foi adquirido o montante de R\$ 5.027 (2018 R\$ 3.235) em veículos e imóveis através de operações de CDC, que não geraram movimentação de caixa no exercício e por isso são desconsiderados na Demonstração de fluxo de caixa.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

33 Seguros

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas têm programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

<u>Cobertura do Seguro</u>	<u>Consolidado</u>
Patrimonial e Estoques	53.920
Frotas	2.150
Ambiental e Transporte	2.500

34 Eventos subsequentes

a) Cenário de pandemia

No final do primeiro trimestre de 2020, tendo em vista o cenário de pandemia mundial, a Companhia verificou a necessidade imediata de dedicar seus esforços a prevenção e combate ao Coronavírus.

Antes mesmo que as autoridades brasileiras determinassem que as empresas privadas tomassem qualquer medida de prevenção, ao final de fevereiro de 2020 a Companhia divulgou amplamente as orientações preventivas a serem seguidas por seus funcionários como medida para evitar contágio. Ainda em março de 2020 foi instituído o comitê de crise, divulgando amplamente o plano de contingência para enfrentamento ao COVID-19, bem como consultoria com médico infectologista e monitoramento de casos suspeitos e confirmados de Coronavírus. É importante destacar que os serviços prestados pela Companhia sempre estiveram de acordo com a classificação federal de serviços essenciais, através do Decreto Federal nº 10.282/20.

As ações imediatas para contenção da crise envolveram o cancelamento de eventos, viagens, reuniões, treinamento e processo seletivo presenciais, intensificação da higienização dos ambientes e mobiliários da empresa, afastamento dos funcionários do grupo de risco e investimento em adequações para alocação de equipes em home office, além de adaptações às regras de distanciamento social nos sites do Grupo.

Diante das incertezas relacionadas ao cenário de pandemia, que ainda persiste, o Grupo mantém avaliação contínua sobre os possíveis impactos que podem ocorrer em suas operações em relação a:

- Insumos necessários ao desenvolvimento das atividades;
- impactos nas vendas; e
- Impactos no fluxo de caixa do Grupo, e se há um aumento significativo no risco de crédito.

Até a presente data, a Administração não identificou impactos significativo da pandemia sobre suas operações e não espera que o cenário de pandemia afete os resultados e/ou plano de expansão da Companhia e suas controladas. Na data em que a Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas em 2019, a administração determinou que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a capacidade da entidade de continuar operando nos próximos 12 meses.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Possibilidade de Initial Public Offering (IPO)

Em julho de 2020, os acionistas do Grupo avaliaram a possibilidade de acessar o mercado de capitais e decidiram proceder com uma reestruturação societária para viabilizar essa operação. Nesse contexto, a administração do Grupo procedeu com determinados movimentos societários, com o objetivo de efetuar a distribuição primária de ações de sua nova estrutura, denominada Agrogalaxy, após o registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e ser listada no Novo Mercado.

Em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 17 de dezembro de 2020, foi deliberada e aprovada as seguintes matérias:

- a submissão pela Agrogalaxy do pedido de registro de companhia aberta na categoria “A” perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480.
- a submissão à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão: (a) do pedido de adesão do Agrogalaxy ao Novo Mercado; e (b) do pedido de admissão à negociação das ações do Agrogalaxy na B3, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado, ficando a Diretoria do Agrogalaxy autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado.

Os movimentos societários realizados pela administração do Grupo para viabilizar essa operação, foram os seguintes:

Reestruturação societária da Companhia

Em 30 de outubro de 2020, os acionistas não controladores da Agrototal Holding S.A. ("Agrototal"), controlada direta da Agro Control Participações S.A. ("Agro Control"), e controlada indireta da Companhia, efetuaram aporte de capital na Companhia após terem trocado suas ações da Agrototal por ações da Agro Control. Como resultado dessa reestruturação, a Companhia passou a deter 100% de participação, nas empresas, Agro Control e Agrototal, controladas direta e indireta, respectivamente. Os passos dessa reestruturação foram os seguintes:

- os acionistas não controladores da Agrototal efetuaram o aporte de capital na Agro Control com a conferência de ações que esses detinham na Agrototal, equivalentes a 33,5% do capital social da empresa. Nesse evento, o capital social da Agro Control foi aumentado de R\$ 32.281 para R\$ 87.066, mediante a emissão de 114.182.720 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e
- os então acionistas não controladores da Agro Control efetuaram o aporte de capital na Companhia, com a conferência das ações que esses detinham na Agro Control, equivalentes a 33,5% do capital social da empresa. Nesse evento, o capital social da Companhia foi aumentado de R\$ 35.035 para R\$ 90.820, mediante a emissão de 115.208.697 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Reestruturação societária do Agrogalaxy Participações S.A. (“Agrogalaxy”, anteriormente Agro Trends Participações S.A.)

Em 30 de outubro de 2020, a Companhia e a Agro Advance Participações S.A. (“Agro Advance”) foram incorporadas pela Agro Trends Participações S.A. (“Agro Trends”), a qual foi determinada como adquirente legal e que, nessa mesma data alterou a sua razão social para Agrogalaxy Participações S.A. (“Agrogalaxy”). Nessa operação, de acordo com as regras contábeis aplicáveis, a Companhia foi determinada como adquirente contábil e, portanto, as demonstrações financeiras do Agrogalaxy serão apresentadas como uma continuidade das demonstrações financeiras da Companhia.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Esta reestruturação ocorreu com a troca de ações, por valores negociados entre as partes, em uma operação entre companhias que não possuem controle comum e, portanto, representa uma combinação de negócios sob o escopo do CPC 15 (R1)/ IFRS 3 Combinação de negócios, apresentada considerando o método de aquisição. Como parte da avaliação da Administração, para fins de combinação de negócios, a Companhia foi considerada a adquirente contábil (apesar de ser a empresa legalmente incorporada/adquirida) e a Agro Trends, assim como a Agro Advance, foram consideradas as empresas adquiridas, (apesar de a Agro Trends ser incorporadora e a entidade sobrevivente legal), configurando uma situação de aquisição reversa.

Também em 30 de outubro de 2020, as empresas concluíram a obtenção de todas autorizações, renúncias, consentimentos e aprovações de terceiros necessárias para a consumação dessa operação. Desta forma, a transação foi legalmente implementada por meio de troca de ações, com a extinção da Companhia e a Agro Advance, nos termos do artigo 219, inciso II, da Lei das S.A. e estabelecendo a AgroGalaxy (antiga Agro Trends) como sucessora de todos os direitos e obrigações das empresas extintas

A referida operação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, que aprovou a combinação dos negócios dessas empresas, por meio da incorporação da Companhia e da Agro Advance pela Agro Trends, nos termos do artigo 1.117 da Lei n.º10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dos artigos dos artigos 224 e 225 da Lei n.º6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), conforme termos do Protocolo e Justificação de Incorporação da Companhia pela Agro Trends e do Protocolo de Justificação de Incorporação da Agro Advance pela Agro Trends, celebrados em 23 de outubro de 2020.

Como resultado dessa combinação, os acionistas que detinham ações da Agro Key, antes da incorporação, passaram a deter, em conjunto, 44,10% do capital social total e votante da AgroGalaxy (entidade após a combinação de negócios), enquanto que os acionistas originais da Agro Trends passaram a deter, em conjunto, 41,7% do capital social total e votante da AgroGalaxy, e os acionistas originais da Agro Advance passaram a deter, em conjunto, 14,2% do capital social total e votante da AgroGalaxy. A contraprestação transferida ocorreu pela relação de substituição de ações, sendo determinado a seguinte relação: 1,12746 ação ordinária de emissão da AgroGalaxy por cada ação ordinária de emissão da Agro Key e 0,93942 ação ordinária de emissão da AgroGalaxy por cada ação ordinária de emissão da Agro Advance. A seguir a relação de trocas:

Composição acionária da AgroGalaxy, para cálculo do preço da transação ao valor justo:	Quantidade de ações	% de participação
Total de ações da Agro Trends antes da transação	288.408.922	41,70%
Total de ações emitidas e integralizadas pelos acionistas da Agro Key	305.027.736	44,10%
Total de ações emitidas e integralizadas pelos acionistas da Agro Advance	98.205.960	14,20%
	<u>691.642.618</u>	<u>100,00%</u>

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

O valor justo da contraprestação transferida das companhias adquiridas, em 30 de outubro de 2020, é como segue:

Número de ações da Agro Key	343.906.555
Multiplicado pela relação de troca de 0,88695 ações da AgroGalaxy para cada ação ordinária da Agro Key	305.027.736
Multiplicado pelo valor justo das ações da AgroGalaxy (R\$)	1,56
Valor justo da contraprestação transferida (R\$ mil)	475.375
Número de ações da Agro Advance	91.666.828
Multiplicado pela relação de troca de 1,07133 ações da AgroGalaxy para cada ação ordinária da Agro Advance	98.205.960
Multiplicado pelo valor justo das ações da AgroGalaxy (R\$)	1,61
Valor justo da contraprestação transferida (R\$ mil)	157.760
Valor justo da contraprestação total transferida (R\$ mil)	633.135

A alocação do valor justo aos ativos e passivos das companhias adquiridas foi efetuada conforme demonstrativo a seguir:

<u>Alocação</u>	<u>Agro Trends</u>	<u>Agro Advance</u>	<u>Total</u>
Mais valia dos estoques	17.656	4.367	22.023
Mais valia do imobilizado	5.178	1.235	6.413
Valor justo da carteira clientes	124.768	46.925	171.693
Subtotal mais valia	147.602	52.527	200.129
Efeito tributário	(50.185)	(17.859)	(68.044)
Ágio	260.267	67.025	327.291

Como resultado da combinação de negócios, espera-se que a Agrogalaxy aumente a sua representatividade e presença nesses mercados. Consequentemente, a consolidação dessas operações em uma única estrutura administrativa também deve resultar na redução de custos por meio de economias de escala.

O total do ágio demonstrado acima refere-se ao ágio apurado nessa aquisição, e foi atribuído a rentabilidade futura decorrente das economias de escala esperadas da combinação das operações do Grupo. A administração não tem a intenção de utilizar o ágio reconhecido como despesa dedutível para fins de imposto de renda.

O valor justo dos ativos intangíveis identificáveis adquiridos de R\$ 171.693, refere-se ao valor justo da carteira de clientes, estimado com base na observação da recorrência de transações dos últimos três anos. Nessa avaliação, foi considerada taxa de mortalidade (*churn rate*) aplicada no horizonte de projeção de 11,2% a.a. e taxa de desconto de 12,2% a.a. A vida útil econômica estimada para esse ativo foi de 10 anos. Considerando que não há um planejamento tributário que permita da utilização do benefício tributário sobre a amortização deste ativo, a administração constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 58.376, sobre valor justo alocado para esse ativo.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado

A Administração não identificou outros ativos intangíveis elegíveis e relevantes para alocação do preço da combinação de negócios referente a essa transação.

A mais valia que compõe o valor justo dos estoques adquiridos foi de R\$ 22.023, mesurados com base no valor de mercado dos produtos em estoque em 30 de outubro de 2020, líquidos das despesas de venda. Sobre a mais valia dos estoques foram reconhecidos os efeitos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 7.488.

A mais valia que compõe o valor justo dos bens do ativo imobilizado adquiridos foi de R\$ 6.143. Sobre a mais valia do imobilizado foram reconhecidos os efeitos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 2.180.

Relatório da Administração sobre os Resultados Consolidados

EBITDA¹ TOTALIZA R\$ 90,6 MILHÕES EM 2019, AUMENTO DE 99,4%

São Paulo, 20 de outubro de 2020 – Agro Key Participações S.A. divulga seus resultados do exercício de 2019. Os comentários aqui incluídos referem-se aos resultados consolidados em IFRS, cujas comparações têm como base o mesmo período de 2018, conforme indicado.

I. MENSAGEM DA DIRETORIA

Somos um dos maiores grupos no setor de varejo de insumos agrícolas do Brasil, com presença consolidada no Sul e Sudeste do país. Operamos no varejo tradicional e no segmento de produção de sementes de soja, localizados nos Estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo, atendendo principalmente os produtores de grãos de soja, milho e trigo. Nossas lojas possuem em média 1.000m², o que nos permite oferecer a entrega de insumos agrícolas no momento mais adequado para os produtores rurais, os quais possuem suas propriedades agrícolas em regiões muitas vezes distantes dos grandes centros urbanos, com desafios logísticos inerentes ao negócio.

Em 9 de novembro de 2018 a Companhia adquiriu 100% das cotas da Agro Ferrari Produtos Agrícolas Ltda (“Agro Ferrari”).

Atuamos desde 1996 com o varejo de insumos agrícolas no Brasil. Também somos especialistas na prestação de serviços técnicos aos nossos clientes, oferecendo o conhecimento de 141 Consultores Técnicos de Venda (CTV), através de análises das características químicas de solo e apresentando as melhores soluções para alta produtividade agrícola, totalizando 744 colaboradores com foco em sempre buscar o melhor entendimento do nosso cliente, oferecer o melhor sortimento, além de uma operação diferenciada, entregando serviço e experiência a fim de garantir a melhor produtividade rural.

Todas as nossas iniciativas internas e externas têm como objetivo final garantir que entendemos e servimos o nosso cliente da melhor maneira possível. Temos indicadores, acompanhados diariamente por diversas áreas, que medem tanto o encantamento do nosso cliente, caso da metodologia *Net Promoter Score (NPS)*, bem como, os processos e padrões da loja, chamado de Pegada Rural. Esses são exemplos práticos da nossa cultura, que está preocupada em servir com excelência e garantir um relacionamento de longo prazo com nossos clientes.

Nossas vendas passam por rigoroso processo de aprovação de crédito, de acordo com política específica, que visam minimizar os riscos de inadimplência da operação. Usamos sistema integrado de apoio para realizar tais análises de créditos, garantindo a governança de liberação de pedidos. Utilizamos instrumentos de garantia tais como: Certificado de Produto do Agronegócio (CPR), alienações fiduciárias, hipotecas e seguro de safra, além de operações de barter (troca de produto) em linha com nossas políticas de crédito e de gestão de risco.

¹ Se refere ao EBITDA ajustado, conforme reconciliação no item V).

II. DESTAQUES


O ano de 2019 demonstrou um forte crescimento da receita, com aumento de R\$ 255,6 milhões (+19,7%), principalmente com a abertura de 13 novas lojas, crescimento das lojas em maturação (entre 2 e 4 anos) e aquisição da Agro Ferrari.

Houve forte crescimento do EBITDA ajustado em R\$ 45,2 milhões (+99,4% %), passando para R\$ 90,6 milhões, isso afetado diretamente pelo aumento da receita, melhoria da margem (lucro bruto) principalmente com melhoria do nosso mix, já excluindo valor justo de commodities, mesmo com o aumento das despesas, atreladas diretamente ao crescimento.

Realizamos grande volume de investimento com a abertura de 13 novas filiais em 2019, que irão dar sustentabilidade no crescimento em áreas de atuação e de expansão, além de um forte investimento estratégico na melhoria da Unidade de Beneficiamento de Sementes (UBS) localizada em Cornélio Procópio/PR, bem como, em uma nova aquisição de planta em Faxinal/PR, região extremamente propícia para campos de sementes e produção.

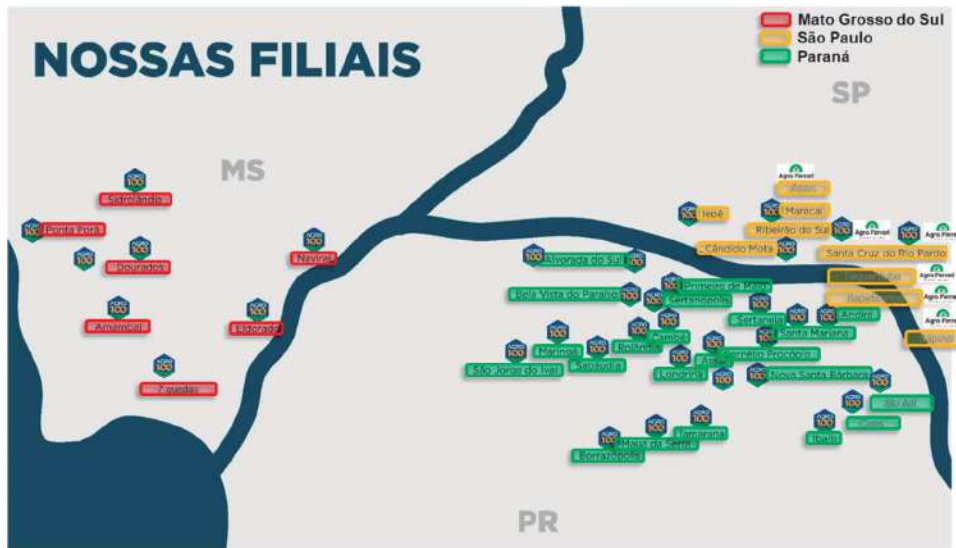
III. ANÁLISE DO DESEMPENHO OPERACIONAL

a) Dados operacionais

	2019	2018
 Lojas (# Unidades)	43	30
 Silos (# Unidades)	17	15
 Colaboradores (# pessoas)	744	638
 Vendedores (# pessoas)	141	125
 Recebimento de Grãos (Scs Mil)	11.086	10.942
 UBS(*) (Sementes) (# Unidades)	2	1

(*) UBS = Unidade de Beneficiamento de Sementes

b) Nossas filiais



IV. SUSTENTABILIDADE

Gestão de resíduos:

Em todas as nossas unidades temos, parcerias / associação com empresas para o recolhimento e armazenagem das embalagens vazias, dando assim, condições ao produtor rural na correta destinação dos materiais.

Produtos biológicos:

Temos fortemente estimulado a venda de produtos biológicos e ambientalmente sustentáveis no mercado e em toda a cadeia de produção.

Monitoramento das áreas de plantio:

Em nosso processo de aprovação de crédito e liberação de faturamento aos produtores rurais, executamos procedimentos para garantir que não haja:

- Uso de trabalho escravo ou infantil;
- Plantio em áreas embargadas pelos órgãos de controle ambiental; e
- Áreas sem a devida devolução das embalagens.

Colaboradores:

Com aproximadamente 744 funcionários, espalhados pelo Sul e Sudoeste do Brasil, incluindo o Mato Grosso do Sul. Nossos colaboradores carregam o *mindset* da Companhia e são nosso maior ponto de contato com nossos clientes nas lojas físicas. A Companhia possui boas práticas adotadas nos últimos anos em diversos programas da área de operações, tais como: manuais operacionais de loja, treinamentos, programa de excelência de vendas, plataforma online interna de divulgação de comunicados, vídeos de treinamentos, competições e etc.

Realizamos anualmente treinamentos voltados aos nossos colaboradores, para capacitação técnica, melhorias operacionais e excelência na prestação de serviços, focando as equipes comerciais e aos nossos clientes, nossos “dia-de-campo”, que são mais de 500 ao ano, que em resumo demonstram através de palestra técnicas e demonstração de campos lado-a-lado novas tecnologias, soluções e argumentação técnica.

V. DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

Resumo Resultado Anual <i>Em milhares de R\$</i>	Consolidado		Var. \$	Var. (%)
	2019	2018		
Receita líquida	1.554.937	1.299.313	255.624	19,7%
(-) Custo das mercadorias vendidas	(1.286.870)	(1.131.415)	(155.455)	13,7%
Lucro bruto	268.068	167.898	100.170	59,7%
<i>% receita líquida</i>	<i>17,2%</i>	<i>12,9%</i>	<i>4,3 p.p.</i>	<i>33,4%</i>
(-) despesas de vendas	(61.405)	(35.166)	(26.239)	74,6%
(-) despesas administrativas	(96.674)	(78.566)	(18.108)	23,0%
(-) outras receitas e despesas operacionais	9.764	1.275	8.489	665,8%
Lucro antes do resultado financeiro (a)	119.752	55.441	64.311	116,0%
<i>% receita líquida</i>	<i>7,7%</i>	<i>4,3%</i>	<i>3,4 p.p.</i>	<i>80,5%</i>
(-) Resultado financeiro	(63.582)	(39.822)	(23.760)	59,7%
(-) Imposto de renda e contribuição social	(21.968)	(9.401)	(12.567)	133,7%
(=) Lucro líquido	34.202	6.218	27.984	450,1%
<i>% receita líquida</i>	<i>2,2%</i>	<i>0,5%</i>	<i>1,7 p.p.</i>	<i>359,6%</i>
(+) Depreciação e amortização (b)	25.647	10.212	15.435	151,1%
EBITDA Contábil (a) + (b)	145.399	65.653	79.746	121,5%
<i>% receita líquida</i>	<i>9,4%</i>	<i>5,1%</i>	<i>4,3 p.p.</i>	<i>85,1%</i>
(+/-) Valor justo commodities	(37.624)	(10.907)	(26.718)	245,0%
(-) IFRS 16 imóveis	(16.710)	-	(16.710)	n/a
(+/-) Variação cambial operacional	1.433	(9.632)	11.065	-114,9%
(+/-) Receita e despesas não recorrentes	(1.894)	315	(2.209)	-701,2%
EBITDA Ajustado	90.604	45.429	45.175	99,4%
Margem EBITDA Ajustado	5,8%	3,5%	2,3 p.p.	66,7%

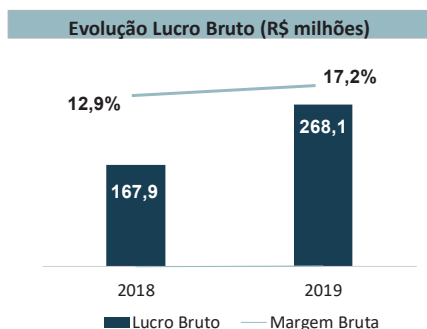
O exercício de 2019 foi marcado por resultados positivos em Receita Líquida (+19,7%) e Lucro Bruto (+59,7%). O lucro líquido de 2019 fechou em R\$ 34,2 milhões (+450,0%) em relação a 2018, cabe ressaltar aqui também os efeitos significativos de valor justo de contratos e commodities em R\$ 17,6 milhões (líquido de impostos de renda e contribuição social diferidos), que impactaram diretamente o lucro. O EBITDA Ajustado fechou o ano de 2019 em R\$ 90,6 milhões, um crescimento de R\$ 45,4 milhões (+99,4%), principalmente pelo aumento do faturamento com abertura de novas lojas e crescimento em lojas em maturação, bem como, pela aquisição da AgroFerrari atuando em São Paulo, melhoria de margem bruta (lucro bruto), mesmo com o crescimento da despesas, principalmente pelas novas estruturas na matriz e nas filiais (novas filiais), o qual parte é variável, principalmente despesas de vendas, em relação a receita.

Receita Líquida

A receita líquida com venda de insumos agrícolas cresceu R\$ 236,9 milhões (+47,6%) e a receita líquida com venda de grãos teve um crescimento de R\$ 18,7 milhões (+2,3%), totalizando um crescimento de R\$ 255,6 milhões (+19,7%). Este forte crescimento da receita está ligado diretamente a abertura de novas filiais e maturação de filiais abertas nos últimos 2 anos, bem como, a inserção da AgroFerrari ao longo dos doze meses de 2019.



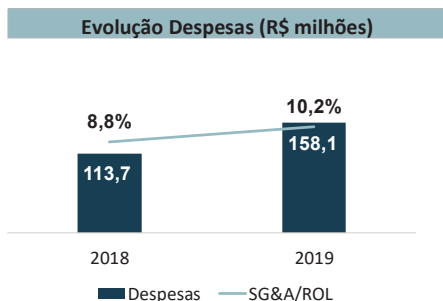
Margem Bruta (lucro bruto)



A Margem Bruta atingiu o patamar de 17,2 %, um crescimento de 4,3 p.p., ou seja R\$ 100,2 milhões em relação ao ano anterior, desconsiderando o valor justo de commodities a margem bruta ajustada haveria um crescimento de R\$73,5 milhões.

O desafio de melhoria de margem, demonstra que o portfólio, estratégia com fornecedores e equilíbrio na venda do mix ideal ao produtor, estão adequados para garantir o crescimento esperado.

SG&A – Despesas com Vendas, Administrativas e Gerais

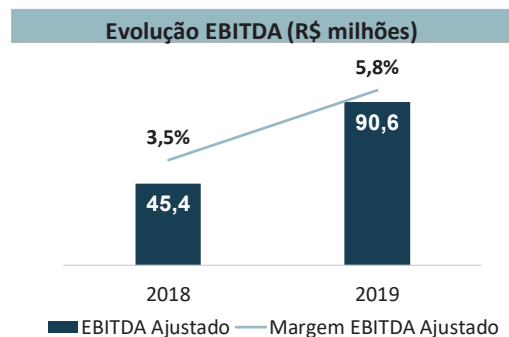


As despesas de vendas e administrativas cresceram R\$ 26,2 milhões e R\$ 18,1 milhões respectivamente, totalizando um crescimento de R\$ 44,3 milhões. Esse crescimento está em linha com a forte expansão e abertura de 13 novas lojas, reestruturação de *backoffice* administrativo e comercial, aumento das equipes de vendas e implantação através de consultorias de melhoria de governança.

Adicionalmente também houve, devido aos investimentos realizados nos últimos anos em reformas, instalações, máquinas e silos de grãos, softwares, veículos, além da depreciação dos imóveis reconhecido pelo IFRS 16, houve um aumento de R\$ 15,4 milhões na depreciação. Houve também o reconhecimento dos gastos de aluguel de imóveis, conforme determina o IFRS16, que não impactou na despesa no montante de R\$ 17,6 milhões.

EBITDA Ajustado²

O EBITDA ajustado² da operação foi de R\$ 90,6 milhões em 2019, aumento de R\$ 45,2 milhões (+99,4 %) e a margem EBITDA atingiu 5,8 %, +2,3 p.p., e em comparação com o ano anterior. O aumento refere-se principalmente ao crescimento em faturamento em 19,7% e na melhoria da margem bruta ajustado pelo valor justo das commodities (lucro bruto) em 2,7 p.p..



² EBITDA ajustado desconsidera os ganhos ou perdas com variação no valor justo de commodities, adiciona a variação cambial operacional quando referente a proteção da receita ou do custo dos produtos liquidados e receita e/ou despesas não recorrentes (exemplo crédito extemporâneo, consultoria de reestruturação, despesas compartilhadas/fee de consultoria e gastos com M&A).

O crescimento da geração de EBITDA demonstra que a estratégia de expansão, aumento de *Market share* nas áreas de atuação, as reestruturações nas estruturas para suportar o crescimento e melhorar a governança estão trazendo os resultados.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro (despesa líquida) no período foi de R\$ 63,6 milhões contra uma despesa líquida de R\$ 39,8 milhões de 2018, aumento de R\$ 23,7 milhões. Esse incremento ocorreu principalmente pelas seguintes situações: (i) variação do valor justo dos contratos a termos de commodities em R\$ 26,7 milhões; (ii) apropriação dos juros sobre arrendamento, conforme IFRS 16, R\$ 16,7 milhões; (iii) variação cambial no montante líquido de R\$ 11,1 milhões .

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios que representa 5% do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal de 5%, de acordo com as demonstrações financeiras. A proposta de distribuição do resultado deverá ser aprovada em Assembleia Geral.

Investimentos

Os investimentos operacionais somaram R\$ 29,2 milhões, assim distribuídos: (i) R\$ 6,5 milhões em veículos operacionais, (ii) R\$ 8,1 milhões em máquinas e equipamentos para silos e sementeiras, (iii) R\$ 8,5 milhões em instalações e imobilizado em andamento para abertura de novas lojas, adequações e melhorias em silos e sementeiras, (iv) R\$ 6,1 milhões em móveis, computadores e periféricos; (v) R\$ 3,4 milhões em terreno / área rural. O total foi 46,1% superior aos R\$ 20 milhões de 2018, em função de investimentos em silos e novas lojas (reformas, edificações e veículos), além de aquisição e melhorias de uma nova unidade de beneficiamento de sementes em Faxinal/PR e melhorias nas máquinas e instalações da unidade em Cornélio Procópio/PR, totalizando um investimento de R\$ 8,9 milhões.

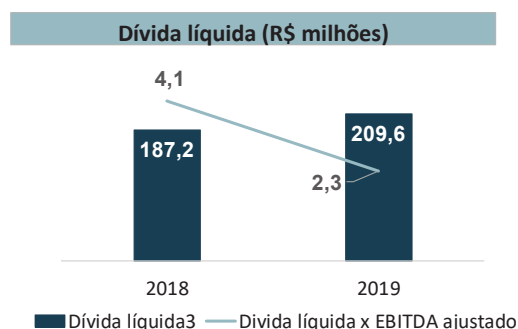
Estes investimentos em unidades de beneficiamento de sementes são estratégicos para que consigamos atender a demanda do produtor rural, atingindo maior nível de qualidade e reduzindo a exposição ao mercado.

Geração Operacional de Caixa e Endividamento

A geração operacional de caixa em 2019 foi de R\$ 47,1 milhões, frente a uma geração em 2018 de R\$ 11,1 milhões. O resultado positivo de R\$ 36 milhões um efeito de (i) aumento de compras à prazo com fornecedores, entre crescimento de estoque e fornecedores (capital de giro efetivo), (ii) em contrapartida suportar o crescimento do contas à receber com o grande volume de vendas em 2019; (iii) recuperação de imposto com a efetiva compensação dos mesmos.

Estrutura de Capital

A dívida líquida ajustada³ correspondeu ao montante de R\$ 209,6 milhões em 2019, frente a uma dívida líquida ajustada de 187,2 milhões em 2018, um aumento de R\$ 22,5 milhões. Esse aumento deu-se principalmente com novas linhas de empréstimos e financiamentos tomados para suportar o crescimento das vendas, auxiliando no financiamento ao produtor rural, bem como, pelos investimentos realizados com nova unidade de beneficiamento de sementes e aberturas de novas lojas.



Inadimplência

Os títulos vencidos acima de 360 dias totalizaram o montante de R\$ 29,7 milhões no período, dos quais há provisão para perda no montante de sua totalidade. Esses títulos vencidos referem-se principalmente a (i) títulos de longa data em execução; (ii) títulos em renegociação que tem garantia real. Dado a sazonalidade dos nossos clientes com a principal cultura de soja terem um ciclo a cada ano, as renegociações tendem a ter um prazo para quitação no mínimo acima de um ano.

Hedge moeda estrangeira e de commodities agrícolas

A Companhia realiza operações em moeda estrangeira e com commodities agrícolas, principalmente em aquisição de insumos agrícolas, tais como fertilizantes, venda de grãos e em operações de empréstimos para capital de giro. Essas operações, conforme a política interna, são protegidas contra tais variações, através de contratação de operações de NDF (Non Deliverable Forward), Swap cambial, mercado futuro (Chicago, B3), barter (troca de insumos por grãos através de head natural). As posições em aberto em 31 de dezembro de 2019 reconhecidas ao valor justo eram: a) contratos a termo – commodities (líquido ativo e passivo) perda de R\$ 17,2 milhões (ganho de R\$ 1,1 milhões em 2018); b) perda em contratos cambiais R\$ 0,5 milhão (perda de R\$ 1,3 milhão em 2018);

³ Dívida líquida ajustada considera os valores de empréstimos e financiamento (circulante e não circulante), obrigações com cessão de crédito e/ou títulos securitizados, obrigações com arrendamento de veículos (leasing bancário ou com locadoras de veículos), deduzindo caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários.

Agro Key
Participações S.A.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Agro Key Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Agro Key Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Agro Key Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agro Key Participações S.A. e da Agro Key Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reemissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Chamamos a atenção para a Nota 2.1 às demonstrações financeiras, que descreve a atualização e reemissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido a intenção da Companhia de se registrar na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para o processo de abertura de capital (Nota 28(c)). Emitimos nosso relatório do auditor independente original com data de 19 de junho de 2019 sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas aprovadas para emissão em 19 de junho de 2019.

Agro Key Participações S.A.

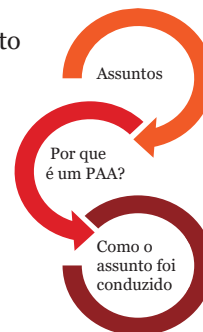
Devido a atualização descrita na Nota 2.1, estamos emitindo novo relatório do auditor independente sobre as novas demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas pela administração da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase - Aprovação dessas demonstrações financeiras pela administração de sua sucessora legal

Chamamos a atenção para a Nota 28(c) as demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia foi incorporada pela AgroGalaxy Participações S.A. em 30 de outubro de 2020, que a sucedeu em todos os seus direitos e obrigações, inclusive na aprovação da reemissão dessas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Impairment do ágio

Conforme descrito na Notas 3.10 e 12 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas mantém em suas demonstrações financeiras saldo de ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill) de R\$ 152.732 mil, resultante de combinações de negócios ocorridas em anos anteriores e no ano corrente.

A avaliação anual de recuperabilidade do ágio envolve premissas e julgamentos críticos por parte da administração na determinação dos fluxos de caixa futuros esperados das Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") identificadas pela Companhia.

Focamos nossos trabalhos nas projeções de resultados dessas controladas, pois envolvem

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- Avaliamos a definição, pela administração da Companhia, das Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 01/IAS 36 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos".
- Confrontamos os fluxos de caixa futuros utilizados no teste de recuperação do ágio com as projeções de resultados futuros ("Projeções") aprovadas pelo Conselho de Administração.
- Com o apoio de nossos especialistas internos em avaliação de negócios, verificamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de



Agro Key Participações S.A.

Porque é um PAA

estimativas e julgamentos críticos da administração na preparação dos fluxos de caixa futuros, os quais, se alterados, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos apurados pela Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

caixa, bem como discutimos a adequação do modelo utilizado pela administração para fins de avaliação da recuperabilidade do ágio.

- Avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas nas projeções, tais como taxa de desconto, taxa de crescimento de receita, margem bruta esperada por segmento, e os custos operacionais das UGCs mediante a comparação dessas premissas com informações de mercado, quando disponíveis, e com informações históricas da própria Companhia.
- Avaliamos a competência e a objetividade dos especialistas externos contratados pela administração para a preparação dos fluxos de caixa futuros.
- Efetuamos análises de sensibilidade para as principais premissas das projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis.
- Efetuamos a leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Agro Key Participações S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Agro Key Participações S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos



Agro Key Participações S.A.

esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 31 de dezembro de 2020

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Luana Teixeira Lopes".

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Luis Fernando de Souza Maranha".

Luis Fernando de Souza Maranha
Contador CRC 1SP201527/O-5

Índice:

Balancos patrimoniais	2
Demonstrações do resultado	3
Demonstrações do resultado abrangente	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstrações dos fluxos de caixa	6
Demonstração do valor adicionado	7
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	8
2 Base de preparação	8
3 Resumo das principais políticas contábeis	10
4 Uso de estimativas e julgamentos	23
6 Caixa e equivalentes de caixa	32
7 Contas a receber de clientes (consolidado)	32
8 Estoques (consolidado)	33
9 Impostos a recuperar (consolidado)	34
10 Investimentos (controladora)	34
11 Imobilizado (consolidado)	37
12 Intangível (consolidado)	38
13 Fornecedores (consolidado)	40
14 Empréstimos e financiamentos (consolidado)	40
15 Obrigações por cessão de crédito	41
16 Provisão para contingências – (consolidado)	42
17 Patrimônio líquido	42
18 Partes relacionadas (consolidado)	44
19 Receitas de contratos de clientes (consolidado)	46
20 Custos das mercadorias vendidas, por natureza (consolidado)	47
21 Despesas de vendas, gerais e administrativas, por natureza (consolidado)	47
22 Resultado financeiro (consolidado)	48
23 Imposto de renda e contribuição social diferidos	49
24 Informações por segmento	50
25 Instrumentos financeiros (consolidado)	52
26 Outras divulgações sobre o fluxo de caixa (consolidado)	57
27 Cobertura de seguros	58
28 Eventos subsequentes	58

Agro Key Participações S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017		2018	2017		
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	6	443	1	97.900	97.226	13		310.733	286.719	
Contas a receber de clientes	7			394.138	241.092	14.1	2	214.834	153.870	
Estoques	8			250.075	380.786	14.2		15.852	14.232	
Adiantamentos a fornecedores	9			14.324	26.466	15		25.071	24.987	
Impostos a recuperar	9	2	1	20.423	9.112			7.611	6.617	
Outros créditos	25	90		38.890	12.542	25	1	1.074	5.544	
Mínimos com partes relacionadas	18	600	508	2.951	2.079	25		36.288	68	
				1.222	726			25.540	14.023	
Total do ativo circulante		1.135	510	759.923	579.929	10.4	577	7.223	55.465	488
						18		2.490	992.333	
Não circulante										
Realizável a longo prazo:										
Títulos e valores mobiliários	15.1			5.445	5.012					
Contas a receber de clientes	7			3.959	4.323	14.1		34.435	30.460	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23			2.939	3.078	23		12.823	15.189	
Impostos a recuperar	9			160	89	10.4		6.423		
Mínimos com partes relacionadas	18			105	100					
Outros créditos				110	101			33.491	45.649	
				12.268	9.703					
Total do passivo circulante							578	700.995	607.962	
							490			
Patrimônio líquido										
Capital social	10	222.143	152.669	107	59	17.1	21.651	21.651	18.379	
Reserva de capital	11			38.254	21.340	17.2	187.132	187.132	129.404	
Ajustes de avaliação patrimonial	12			190.777	184.926	17.5	7.216	7.216	4.906	
Reserva de lucros		222.143	152.669	211.406	215.728	17.3	6.791	6.791	4.906	
Total do ativo não circulante							222.790	222.790	152.680	152.680
Total do passivo e patrimônio líquido		223.278	153.179	971.329	795.557			47.664	35.006	
							222.790	270.364	187.695	
							223.278	971.329	795.657	

Participação de não controladores

Total do patrimônio líquido

Total do passivo e patrimônio líquido

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Key Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita de contratos com clientes	19			1.299.313	413.607
Custo das vendas e serviços prestados	20			(1.131.415)	(376.134)
Lucro bruto				167.898	37.473
Despesas de vendas	21			(35.166)	(9.136)
Despesas administrativas	21	(72)	(402)	(78.566)	(33.923)
Outros resultados operacionais		(1)	(9)	1.275	836
Resultado de equivalência patrimonial	10	1.951	6.457		
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		1.878	6.046	55.441	(4.750)
Resultado financeiro	22	6	(4)	(39.822)	18.845
Resultado antes dos impostos		1.884	6.042	15.619	14.095
Imposto de renda e contribuição social correntes	23			(10.964)	(6.997)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23			1.563	3.736
Lucro líquido do exercício		1.884	6.042	6.218	10.834
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia				1.884	6.042
Não controladores				4.334	4.792
				6.218	10.834
Lucro líquido básico / diluído por lote de mil ações - R\$	17.6			0,01	0,06

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Key Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do exercício	1.884	6.042	6.218	10.834
Outros resultados abrangentes				
Total do resultado abrangente do exercício	<u>1.884</u>	<u>6.042</u>	<u>6.218</u>	<u>10.834</u>
Atribuível a:				
Acionistas			1.884	6.042
Não controladores			<u>4.334</u>	<u>4.792</u>
			<u>6.218</u>	<u>10.834</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Key Participações S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Em milhares de reais

	Nota	Capital social		Atribuível aos acionistas da Controladora							Total do patrimônio líquido		
		Capital social	Capital a integralizar	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de legal	Reserva de retenção lucros	Lucros acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores			
Em 1º de janeiro de 2017		4.001	(2.798)								555		555
Aumento de capital	17.1	21.534	(4.358)								17.176		17.176
Reserva de ágio na subscrição de ações	17.1			129.404							129.404		129.404
Lucro líquido do exercício											6.042	4.792	10.834
Destinações:													
Reserva legal	17.3					302					(302)		
Dividendos mínimos obrigatórios	17.4										(488)		
Reserva de lucros	17.3							4.604			(4.604)		
Participação de não controladores provenientes da aquisição de controle													(488)
												30.214	30.214
Em 31 de dezembro de 2017		25.535	(7.156)	129.404		302		4.604			152.689	35.006	187.695
Integralização de capital subscrito	17.1		3.272								3.272		3.272
Reserva de ágio na subscrição de ações	17.1			57.728							57.728		57.728
Lucro líquido do exercício											1.884	4.334	6.218
Destinações:													
Reserva legal	17.3					94					(94)		
Dividendos mínimos obrigatórios	17.4										(89)		
Reserva de lucros	17.3						7.216	1.701			(1.701)		
Transação com acionistas não controladores	17.5											8.625	15.841
Participação de não controladores provenientes da distribuição de dividendos												(301)	(301)
												47.664	270.364
Em 31 de dezembro de 2018		25.535	(3.884)	187.132		396		6.395			222.700	47.664	270.364

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Key Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos impostos	1.884	6.042	15.619	14.095
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Depreciação e amortização			10.212	3.697
Ajuste a valor presente			(1.279)	(1.589)
Resultado na venda de ativo imobilizado			(807)	3.280
Resultado de equivalência patrimonial de controladas	(1.951)	(6.457)		
Variação no valor justo de commodities			(10.907)	(969)
Variação no valor justo dos contratos a termo			8.000	(8.890)
Instrumentos cambiais			248	
Juros sobre empréstimos, financiamentos e outros passivos			25.530	8.672
Variação cambial empréstimos e financiamentos			1.080	1.730
Perda no valor realizável de contas a receber			6.118	2.205
	(67)	(415)	53.814	22.231
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes			(39.424)	30.501
Estoques			(28.174)	(22.502)
Adiantamentos a fornecedores		11	12.241	6.031
Impostos a recuperar	(1)	(1)	(6.531)	(1.035)
Outros créditos	(90)	214	361	3.114
Fornecedores e outras contas a pagar		485	12.309	(45.330)
Obrigações trabalhistas e sociais			(140)	(821)
Obrigações tributárias		(2)	(2.415)	187
Adiantamentos de clientes			8.994	(3.444)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(158)	292	11.125	(11.068)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(15.476)	(2.719)
Juros pagos			(6.942)	(8.665)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(158)	292	(11.293)	(22.452)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativos imobilizados			(16.761)	(9.597)
Recursos provenientes de alienação de imobilizado			2.528	237
Aplicação em títulos e valores mobiliários			(421)	(71)
Envio de recursos a partes relacionadas			(502)	
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido (consolidado)		(146.698)	(55.340)	(84.274)
Aquisição de intangível			(638)	
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(146.698)	(71.134)	(93.705)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captações de empréstimos e financiamentos e debêntures			223.968	189.228
Captações de recursos securitizados			50.037	40.483
Liquidações de empréstimos e financiamentos			(202.764)	(123.755)
Liquidação de recursos securitizados			(48.753)	(40.221)
Pagamento de lucros e juros sobre o capital próprio			(387)	
Recebimento (pagamento) de recursos de partes relacionadas		(508)		1.068
Aumento de capital	600	146.580	61.000	146.580
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	600	146.072	83.101	213.383
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	442	(334)	674	97.226
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	335	97.226	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	443	1	97.900	97.226

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Key Participações S.A.

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços			1.303.210	416.337
Outras receitas			1.275	836
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(6.118)	(2.205)
			1.298.368	414.968
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos das mercadorias e serviços vendidos			(1.137.022)	(376.134)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(73)	(411)	(37.135)	(19.039)
	(73)	(411)	(1.174.157)	(395.173)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(73)	(411)	124.210	19.795
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO			(10.212)	(3.697)
VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(73)	(411)	113.998	16.098
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras e variações cambiais	7	2	29.146	35.649
Resultado de equivalência patrimonial	1.951	6.457		
	1.958	6.459	29.146	35.649
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.885	6.048	143.144	51.747
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL			38.230	11.376
Remuneração direta			22.226	6.824
Benefícios			14.025	3.982
FGTS			1.979	570
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES			16.334	8.878
Federais			20.816	6.421
Estaduais			(4.900)	2.457
Municipais			418	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	1	6	82.362	20.659
Juros, variações cambiais e monetárias	1	6	68.968	16.804
Despesas de aluguéis e arrendamento			13.394	3.855
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	1.884	6.042	6.218	10.834
Dividendos	89	488	390	488
Resultado do exercício retido	1.795	5.554	5.828	10.346
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	1.885	6.048	143.144	51.747

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

1 Contexto operacional

A Agro Key Participações S.A. (a ‘Companhia’) é uma ‘Holding’, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado e domiciliada no Brasil.

A Companhia foi constituída em 28 de janeiro de 2016, sob a denominação de Agro Key Participações Ltda., e em 28 de abril de 2016 teve sua forma alterada de sociedade limitada para sociedade anônima, passando a ser denominada Agro Key Participações S.A. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias direta e indiretas (conjuntamente referidas como ‘Grupo’ e individualmente como ‘entidades do Grupo’).

Em 11 de abril de 2017, a Companhia tornou-se controladora da Agro Control Participações Ltda. (sociedade transformada em sociedade anônima em 25 de julho de 2017, logo após a transferência de seu controle, passando sua denominação social a ser Agro Control Participações S.A.) (“Agro Control”), adquirindo parte das quotas dos sócios à época, resultando na participação de 99,99% de seu capital social.

Em 16 de agosto de 2017, a Agro Control tornou-se controladora da Agrototal Holding S.A. (“Agrototal”), adquirindo parte das ações dos acionistas à época, resultando na participação de 70% de seu capital social, conseqüentemente, passou a deter indiretamente o controle das sociedades Nutri 100 Agro Ltda. e Bussadori, Garcia e Cia Ltda.

Em 9 de novembro de 2018, a controlada Agrototal, adquiriu 100% das quotas da empresa Agro Ferrari Produtos Agrícolas EIRELI (“AgroFerrari”). A AgroFerrari atua na região sul do Estado de São Paulo, com sede em Santa Cruz do Rio Pardo, e vem complementar o segmento de venda de insumos agrícolas, através de uma bandeira conhecida e de solidez na região, de encontro aos planos de expansão da Companhia.

O Grupo atua, primariamente, no armazenamento, beneficiamento, padronização, comercialização, importação, exportação de cereais (soja, milho e trigo), além de operar no comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários, sementes, rações, maquinários e implementos agrícolas, representações comerciais, assistência técnicas agrícolas, prestação de serviços fitossanitários (vendas aplicadas e tratamentos de sementes), reembalador de sementes (soja, trigo e milho), remessa e ou recebimento de produtos agrícolas em consignação e ou para depósito, locação de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, participação no capital de outras sociedades como cotistas e acionistas e produção agrícola.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos (inclusive instrumentos financeiros derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

(c) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.1 Reemissão das demonstrações financeiras

A administração da Companhia emitiu, em 29 de junho de 2019 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Conforme divulgado na Nota 28 (c), a Companhia será adquirida e suas demonstrações financeiras serão arquivadas como demonstrações financeiras suplementares quando do registro da sua adquirente como companhia aberta na CVM. Nesse contexto, foram necessárias adaptações nessas demonstrações financeiras para o atendimento às normas específicas da CVM, incluindo apresentação das demonstrações financeiras em IFRS, bem como a preparação e apresentação da demonstração do valor adicionado e, por esse motivo as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo reemitidas para esse fim.

A administração da Companhia analisou suas operações e concluiu que não há diferenças relevantes entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e, portanto, como suas práticas contábeis já adotadas consistentemente são similares as IFRS, não há necessidade de divulgações adicionais pela adoção do IFRS e as presentes demonstrações financeiras foram preparadas conjuntamente (BRGAAP e IFRS).

Em 30 de dezembro de 2020, a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Agrolaxy Participações S.A., sucessora legal da Companhia após a reestruturação societária divulgada na nota 28 (b).

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

3.1 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As seguintes práticas contábeis foram aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controlada

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, as quais foram consolidadas integralmente, a saber:

	Percentual de participação	
	2018	2017
Controle direto:		
Agro Control Participações S.A. ("Agro Control")	100,0%	100,0%
Controle indireto:		
Agrototal Holding S.A. ("Agrototal")	66,5%	70%
Bussadori, Garcia & Cia Ltda. ("Agro 100")	66,5%	70%
Nutri 100 Agro Ltda. ("Nutri100")	66,5%	70%
Agro Ferrari Produtos Agrícolas Eirelli ("AgroFerrari")	66,5%	0%

Agro Control - A Agro Control é uma 'Holding', constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado e domiciliada no Brasil, e tem por objeto social em outras sociedades, no Brasil ou no exterior, como sócia ou acionista.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Agrototal - A Agrototal é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em Londrina – Paraná, e tem por objeto social a participação, como sócia, acionista, beneficiária, ou de outra forma legalmente admissível, do capital social de outras sociedades ou empreendimentos, bem como da administração ou gestão de empresas de qualquer natureza, de seus próprios bens de renda, móveis e imóveis.

Nutri 100 - A Nutri 100 é uma sociedade limitada, sediada em Londrina - Paraná, e tem por objeto social comércio e indústria atacadista e varejista de cereais (soja, milho e trigo), armazenamento, beneficiamento, padronização, comercialização, importação, exportação de cereais e cereais para consumo humano.

Agro 100 - A Agro 100 é uma sociedade limitada, sediada em Londrina - Paraná, e tem por objeto social comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários, sementes, rações, maquinários e implementos agrícolas, representações comerciais, assistência técnicas agrícolas, prestação de serviços fitossanitários (vendas aplicadas e tratamentos de sementes), reembalador de sementes (soja, trigo e milho), remessa e ou recebimento de produtos agrícolas em consignação e ou para depósito, locação de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, participação no capital de outras sociedades como cotistas e acionistas de carga e produção agrícola.

AgroFerrari - A AgroFerrari é uma sociedade limitada EIRELI, sediada em Santa Cruz do Rio Pardo – São Paulo, e tem por objeto social comércio e representação de insumos agrícolas, sementes, corretivos de solo, fertilizantes, defensivos e maquinários e implementos agrícolas, assistência técnicas agrícolas, prestação de serviços e de transporte rodoviários e carga, exceto produtos perigosos. As demonstrações financeiras dessas sociedades controladas passaram a ser consolidadas a partir da data em que a Companhia adquiriu o controle de suas operações.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo, denominadas transações de capital entre os sócios. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada diretamente no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é revista e mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

3.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes normas e interpretações foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018 e não tiveram impactos materiais para a Companhia e suas controladas:

- CPC 48 / IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 / IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 **Em milhares de reais, exceto quando indicado**

O referido pronunciamento impacta as demonstrações financeiras da Companhia na classificação dos instrumentos financeiros e na contabilização do impairment para ativos financeiros. Dessa forma, quando da adoção desse pronunciamento, em 1º de janeiro de 2018, os ativos financeiros que antes eram classificados na categoria de "Empréstimos e recebíveis" foram reclassificados para a categoria "Custo amortizado".

Os critérios de apuração do impairment de ativos financeiros foram revistos e a Companhia optou pela adoção da abordagem simplificada (uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil dos ativos relacionadas), não sendo identificado ajuste a ser registrado na data de transição.

- CPC 47 / IFRS 15- "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o CPC 17 / IAS11 - "Contratos de Construção, CPC 30 / IAS 18- "Receitas" e correspondentes interpretações.

O Grupo auferir receitas de vendas de mercadorias para clientes e apenas reconhece sua receita quando o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente. A conclusão da Companhia é que essa nova norma não trouxe impactos na atual metodologia de reconhecimento de receitas.

- No que se refere à interpretação ICPC 21 / IFRIC 22- "Transações em moeda estrangeira", que também entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e provê esclarecimentos sobre a data da transação a ser usada para conversão de adiantamentos feitos ou recebidos em transações em moeda estrangeira, a Companhia optou por fazer a transição de forma prospectiva, isto é, os saldos de adiantamentos, incluindo o valor do principal e sua respectiva variação cambial acumulada, em 31 de dezembro de 2017, foram considerados como sendo os saldos iniciais dos adiantamentos e a data de 31 de dezembro de 2017 como sendo a data de transição. Os impactos de adoção dessa interpretação não são materiais.

Em 31 de dezembro de 2018, não há outras normas e interpretações já emitidas e que não estão em vigor, que poderiam afetar as demonstrações financeiras da Companhia ou de suas controladas.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

3.4 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado Financeiro" (Nota 22).

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

3.5 Ativos financeiros

3.5.1 Classificação

A partir de 1º de janeiro de 2018, em acordo com a norma CPC 48/ IFRS 9, o Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. O Grupo não possui ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Até 31 de dezembro de 2017, antes da adoção inicial do CPC 48/ IFRS 9, o ativos financeiros, no reconhecimento eram classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A segregação dos ativos financeiros por modalidade esta apresentada na Nota 25.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

3.5.2 Reconhecimento e mensuração

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo, como segue:

- Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

O Grupo não mantém investimentos patrimoniais.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

3.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5.4 *Impairment* de ativos financeiros

Desde 1º de janeiro de 2018, o Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Até 31 de dezembro de 2017, o Grupo avaliava a cada data de apresentação se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros estava deteriorado e as perdas por *impairment* eram registradas somente se havia evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, O Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.5.5 Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e transações envolvendo *commodities*. Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pelo Grupo compreendem contratos a termo, instrumentos de swap e NDFs cambiais.

Os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data da celebração do contrato e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo. Em virtude de o Grupo não ter adotado como política a contabilidade de hedge (hedge accounting), as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidos imediatamente na demonstração do resultado, em "Resultado financeiro".

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*").

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico do Grupo, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 5.1(b).

As empresas do Grupo realizam o cálculo do valor presente para as vendas a prazo a serem recebidas em reais. A taxa de desconto utilizada pela administração para esses itens é baseada na taxa média de captação de recursos por cada empresa junto a seus fornecedores e reflete os percentuais efetivamente negociados com os clientes em caso de antecipação de recebimentos. O valor presente é registrado como redutora das contas a receber e reconhecido ao resultado a pro rata até o seu vencimento.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referências às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) foi estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas esperadas na realização dos créditos. Para os demais títulos vencidos e à vencer relacionados a clientes com risco verificado, é efetuada uma análise individualmente e a administração mantém os procedimentos de cobrança e provisão quando pertinentes.

As contas a receber também incluem os recebíveis originados nas operações de "Barter", em que a Companhia e suas controladas comercializam defensivos em troca de *commodities* agrícolas. O reconhecimento dessa operação ocorre pelo valor justo na data da transação e, posteriormente, o valor justo das contas a receber atrelado à variação do preço de *commodity* (soja e milho) é ajustado pela cotação da commodity no mercado físico, em contrapartida do resultado financeiro, conforme política contábil adotada pelo Grupo para determinar o resultado por segmento (Nota 4.2 (a)).

Em 31 de dezembro de 2018, as contas a receber também incluem recebíveis cedidos em operação de securitização com a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"). Esses recebíveis são mantidos como ativo nas demonstrações financeiras do Grupo, uma vez que as obrigações mantidas pelo Grupo não atendem aos critérios determinados nas práticas contábeis aplicáveis para o desreconhecimento do ativo financeiro. Na prática, esses recebíveis estão cedidos para a liquidação das operações de CRA, registradas como Obrigações por cessão de crédito, no passivo circulante (Nota 15).

3.7 Estoques

Os estoques de produtos agrícolas, adquiridos de terceiros e recebidos na liquidação de operações de barter, são registrados pelo valor de aquisição ou valor de troca na data de recebimento dos produtos pelo Grupo e, subsequentemente, são mensurados pelo seu valor justo deduzidos os custos das vendas, em alinhamento às práticas contábeis do mercado de atuação da Companhia e suas controladas.

Os demais itens em estoque são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

3.8 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edificações	20 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	8 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	12 anos

A administração tem utilizado a vida útil fiscal para a depreciação dos bens do ativo imobilizado, que se aproximam da vida útil real dos referidos ativos. Ao final de cada exercício, essa estimativa é revisada e, se necessário, ajustada pela administração.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros resultados operacionais", na demonstração do resultado.

3.9 Intangível

(a) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

(b) **Ágio gerado na combinação de negócios**

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

3.10 Impairment de ativos não financeiro

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

Em 31 de dezembro de 2018, a administração entende que o ágio resultante da aquisição de controladas está alocado às operações de grãos e de insumos agrícolas, e o teste de *impairment* sobre o ágio foi elaborado considerando o resultado dessas duas UGCs, separadamente.

Os ativos não financeiros, exceto ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

3.11 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar referente a compra de mercadorias de revenda de insumos agrícolas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, considerando a taxa média dos contratos negociados com os próprios fornecedores.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

As contas a pagar referente a compra de commodities agrícolas com preço a fixar, são registradas pelo valor justo na data de recebimento dos produtos pelo Grupo e, subsequentemente, o valor justo dessas contas a pagar atreladas à variação do preço de commodity é ajustado pela cotação da commodity no mercado físico, em contrapartida dos saldos de estoque de commodities ou do custo dos produtos vendidos.

3.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a as empresas do Grupo tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.13 Obrigações por cessão de crédito

As obrigações por cessão de crédito são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que essas obrigações estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As obrigações por cessão de crédito são classificadas como passivo circulante, considerando que a sua liquidação está diretamente relacionada ao recebimento dos recebíveis securitizados, os quais têm o seu vencimento em período inferior a 12 meses após a data do balanço.

3.14 Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia e ou suas controladas tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

3.15 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia e suas controladas espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

3.16 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir.

As receitas do Grupo são provenientes substancialmente das seguintes atividades:

- armazenamento, beneficiamento, padronização, comercialização, importação, exportação de grãos (soja, milho e trigo); e
- revenda de insumos agrícolas, produtos agropecuários e sementes.

Em ambas essas atividades de venda, o Grupo mantém contratos com clientes distintos para a obter bens ou serviços que constituem um produto das atividades normais da entidade em troca de contraprestação.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(i) *Venda de mercadorias*

A receita de venda de grãos, insumos agrícolas e sementes é reconhecida quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o cliente e essa passa a ter controle sobre os produtos vendidos. As condições para reconhecimento dessa receita com venda de produtos estão apresentadas a seguir:

- O Grupo e o comprador aprovaram a transação e estão comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- O Grupo pode identificar os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos;
- O Grupo pode identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- A transação possui substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e
- É provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

O montante da receita auferida com a venda de insumos é determinado no momento do seu reconhecimento, com base no valor justo estimado para cada transação quando da transferência do controle da mercadoria.

Para as vendas de insumos que serão liquidadas em dinheiro, o valor justo é determinado pelo valor presente das contas a receber originadas na transação, e para as vendas de insumos que serão liquidadas com a entrega física de commodities (barter) pelo cliente, o valor justo é determinado pelo valor de comercialização dessas commodities no momento em que a venda dos insumos é reconhecida.

A administração do Grupo entende não haver receita variável decorrente da transação de venda de insumos, por considerar que, a partir do reconhecimento do recebível atrelado ao preço das commodities agrícolas, os resultados auferidos contribuem para o segmento de grãos. Nesse contexto, o Grupo auferiu margens similares nas vendas de insumos liquidadas em ativos financeiros em comparação com as vendas liquidadas em commodities agrícolas.

O montante da receita auferida com a venda das commodities agrícolas é determinado com base no valor contratual definido entre o Grupo e seus clientes.

(ii) *Serviços*

As receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados. As receitas não são reconhecidas se existem incertezas significativas da sua realização.

3.17 **Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- receitas e despesas de juros;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo regime de competência utilizando o método dos juros efetivos. As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas com a atualização do valor justo com operações de *barter* são registradas pelo regime de competência em “Resultado financeiro”.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

3.18 Ajustes a valor presente

Os valores a receber e a pagar, quando o efeito for relevante, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, considerando os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos contratos.

Quando ocorre o ajuste a valor presente sobre os recebíveis, o valor apurado reduz o saldo de contas a receber, bem como a receita de vendas, e a reversão do ajuste é feita de acordo com a fluência dos prazos na receita financeira. Quando ocorre o ajuste a valor presente sobre fornecedores, o valor apurado reduz o saldo de estoque e fornecedores e a reversão do ajuste ocorre de acordo com a fluência dos prazos na rubrica "Despesas financeiras".

3.19 Custos e demais receitas e despesas

Os custos e as demais receitas e despesas são reconhecidas no resultado de acordo com o princípio contábil da competência dos exercícios.

3.20 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia e suas controladas não possuem opção de pagamento baseado em ações.

(a) Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, e também reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (contractive obligation).

3.21 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

3.22 Normas novas que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2019

As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), mas não estão em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas não é permitida no Brasil pelo CPC, sendo sua vigência a partir de exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019.

CPC 6 (R2) / IFRS 16- "Arrendamento": o CPC 6 (R2) / IFRS 16 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

- i. Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e
- ii. Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A administração apurou os efeitos da adoção inicial do CPC 6 (R2)/ IFRS16 na classificação e mensuração dos seus arrendamentos e optou pela adoção da abordagem de transição simplificada com objetivo de refletir os efeitos de aplicação dessa norma nas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2019, e, portanto, não reapresentará informações comparativas de 2018, conforme permitido pelas disposições específicas de transição da norma. O método de transição adotado segue os seguintes procedimentos:

- O valor do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento calculado com base no valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados, utilizando a taxa incremental no arrendamento, que é definida como taxa equivalente ao que a Companhia teria que pagar ao realizar empréstimo bancário para adquirir um ativo de direito de uso semelhante, nas mesmas condições do contrato de arrendamento na data de aplicação inicial. Subsequentemente, a depreciação é deduzida no ativo de direito de uso, calculada pelo método linear pelo prazo.
- Os passivos de arrendamento do Grupo são reconhecidos em contrapartida aos ativos de direito de uso associados, imediatamente após a data de aplicação inicial.
- Os efeitos para a adoção no 1º de janeiro de 2019, são conforme segue:

Compromissos de arrendamentos operacionais em 1º de janeiro 2019	119.562
Descontados por meio da taxa de empréstimo incremental do arrendatário na data da aplicação inicial de 11,9% a.a.	<u>(44.808)</u>
Passivo de arrendamento reconhecido em 1º de janeiro de 2019	<u>74.754</u>
Dos quais:	
Passivos de arrendamento circulantes	9.622
Passivos de arrendamento não circulantes	<u>65.132</u>
	<u>74.754</u>

Os ativos de direito de uso reconhecidos em decorrência da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019, no valor de R\$ 74.754, relacionam-se a contratos de aluguel de imóveis, onde estão instaladas suas lojas, silos e sede administrativas, bem como áreas de armazenamento de produtos. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de dois a cinco anos e podem incluir opções de prorrogação.

ICPC 22 - "Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro": A interpretação ICPC 22 / IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 / IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração do Grupo deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2019.

A aplicação dessa interpretação não resultou em impactos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período social, estão contempladas a seguir.

(a) Valor justo de instrumentos financeiros derivativos e de ativos não monetários

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos e de ativos não monetários (contas a receber em commodities agrícolas) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam em seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(b) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (impairment)

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico do Grupo, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 5.1(b).

(c) Impairment sobre ágio proveniente na combinação de negócios

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.10. O valor recuperável de Unidade Geradora de Caixa (UGC) foi determinado com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 12).

Não foram identificadas perdas por impairment em 2018, bem como os cálculos realizados pela administração com o apoio de especialistas em avaliação de negócios demonstram que não é provável a apuração de perdas por impairment haja vista o valor em uso calculado e divulgado na Nota 12.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

4.2 Julgamento crítico a aplicação das políticas contábeis

(a) Determinação da receita com a venda de insumos agrícolas com a liquidação em ativo não financeiro

O Grupo realiza a venda de insumos agrícolas para o recebimento em commodities agrícolas, sempre por determinação do cliente que prefere travar o valor da operação em quantidade de mercadoria a ser entregue, sem correr o risco de preço. Essa operação atende aos interesses normais do Grupo que opera na originação de grãos para sua atuação como uma trading company. Considerando que essas contas a receber são liquidadas com ativos não monetários (produtos agrícolas), as mesmas estão fora do escopo do IFRS 9/ CPC 48 Instrumentos financeiros.

A receita da venda de insumos é determinada pelo valor justo desses recebíveis no momento da venda. As variações subsequentes dessas contas a receber, as quais são remensuradas conforme o valor justo estimado de liquidação das commodities no mercado físico são reconhecidos como resultado financeiro.

O Grupo entende que essas variações subsequentes das contas a receber não representam receita variável da venda de insumos, considerando que a partir do seu reconhecimento inicial, o segmento de grãos passa a atuar na gestão desses ativos em conjunto com os estoques de grãos, os quais constituirão o custos das vendas daquele segmento.

Nos exercícios de 2018 e 2017, o montante dessa variação reconhecida como resultado financeiro no resultado do exercício é no montante de R\$ 10.848 e R\$ 2.664, respectivamente, de ganho.

(b) Valorização dos contratos a termo de compra e venda de commodities pelo valor justo

O Grupo valoriza os ativos não monetários atrelados ao preço de commodities, bem como o seu estoque de commodities, e as contas a pagar com preço não fixado pelo valor justo contra o resultado do exercício. O segmento de Grãos, com o objetivo de definir a sua margem nas operações em que o Grupo atua como uma trading company, contrata instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos de compra e venda a termo com clientes, bem como por contratos futuros com instituições financeiras, os quais são mensurados ao valor justo nas demonstrações financeiras do Grupo, incluindo aqueles contratos a termo que são liquidados com a entrega física dos produtos.

Conforme descrito na Nota 3.5.4, a administração reconhece contabilmente o valor justo dos contratos a termo de compra e venda que são liquidados com a entrega física, por entender que a mensuração desses contratos pelo valor justo por meio do resultado é necessária para eliminar uma inconsistência que surgiria pelo seu não reconhecimento, conforme previsto no parágrafo 2.5 do CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos financeiros. Esses contratos a termo são firmados para proteção do risco de preço (Nota 5.1 (a) (iii)) que o Grupo está sujeito, em razão das operações com grãos de onde surgem os seguintes ativos e passivos mensurados pelo valor justo: (i) estoques de commodities agrícolas, (ii) contas a pagar pela compra de soja a fixar, (iii) ativos não financeiros atrelados ao preço de mercado da soja (contas a receber originadas em operações de barter, conforme Nota 3.6); e (iv) operações de futuros firmados com instituições financeiras. Dessa forma, a não valorização desses contratos a termos resultaria em impactar o resultado do exercício em momentos diferentes dos referidos instrumentos.

Nos exercícios de 2018 e 2017, essas operações resultaram no reconhecimento de resultado financeiro nos montantes de R\$ 18.848 (perda) e R\$ 6.226 (ganho), respectivamente.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. Nos termos dessas práticas, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas pelo Conselho de Administração, a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

<u>Risco</u>	<u>Exposição</u>	<u>Metodologia utilizada para mensuração do impacto</u>	<u>Gestão</u>
Risco de mercado – câmbio	Operações comerciais futuras Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Previsão de fluxos de caixa Análise de sensibilidade	Contratos futuros a termo
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	<i>Swaps</i> de taxa de juros
Risco de mercado - preço	Estoques, e operações comerciais atreladas a commodities agrícolas	Análise de sensibilidade	<i>Contratos de futuros e a termo</i>
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings</i>
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

Agro Key Participações S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(a) Risco de mercado

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxas de juros

O principal risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de curto prazo com taxas variáveis, expondo o Grupo ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros. Durante 2018 e 2017, os empréstimos do Grupo às taxas variáveis eram mantidos em reais e em dólar.

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

(ii) Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos.

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas do Grupo, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de hedge, efetuadas sob a orientação da Tesouraria do Grupo.

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

O Grupo usa operações cambiais a termo para se proteger contra a exposição ao risco cambial. Na política do Grupo, os termos essenciais dos contratos a termo e das opções devem estar alinhados aos itens protegidos.

O Grupo estabelece que os contratos de compra e venda devem apresentar ganho ou perda equivalentes a fim de criar um hedge natural em suas operações, com a finalidade de minimizar os impactos de alterações da moeda, caso não haja o hedge natural, o Grupo efetua contratação de derivativos a fim de reduzir ou eliminar a exposição na data base de 1.587 mil USD (2.410 mil USD em 2018), podemos observar que na data base haviam os seguintes valores em moeda estrangeira, além de títulos de clientes e fornecedores:

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado

	(milhares de USD)	
	2018	2017
Empréstimos e financiamentos	20.551	22.791
Contrato SWAP cambiais	(22.043)	(20.073)
Contrato a termo NDFs de compra	(1.500)	
Contrato a termo NDFs de venda	21.036	4.152
Contratos de compra em Dólar (fornecedores a pagar)	1.500	
Contratos de venda em Dólar (contas a receber)	(2.328)	
Contratos exportação	(18.629)	(8.960)
Antecipação de Contrato de Cambio (ACC)	3.000	4.500
	<u>1.587</u>	<u>2.410</u>

(iii) Risco de preço

No curso normal de suas operações, as controladas da Companhia efetuam negociações de permuta vinculada a preço de commodities, principalmente soja e milho.

Os preços da soja e do milho estão sujeitos à volatilidade resultante das condições climáticas, do rendimento de safra, dos custos com transporte, dos custos de armazenagem, da política agrícola do governo, das taxas de câmbio e dos preços dessas commodities no mercado internacional, entre outros fatores.

É prática da administração do Grupo proteger-se da exposição a variações de preço da soja e do milho por meio de contratos de venda de grãos futuro junto a *tradings* de *commodities*, vinculando o preço dos grãos que serão recebidos dos clientes em tais contratos de venda.

Abaixo segue resumo das exposições das commodities no Grupo no período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 bem como os instrumentos contratados pela administração para reduzir exposições físicas (contratos de compra e vendas no mercado futuro) (em toneladas):

Posições / Produtos	2018			2017		
	Soja	Milho	Trigo	Soja	Milho	Trigo
Estoque físicos	16.885	81.782	7.453	18.338	77.145	7.809
Posições de vendas a fixar	6.465	15.742	-	11.111	69.953	-
Posições de compras a fixar	(31.563)	(96.310)	2.468	(63.127)	(132.792)	(4.343)
Posição Física	(8.213)	1.213	9.921	(33.678)	14.306	3.466
Contratos de compra	193.648	62.254	-	117.698	2.332	-
Contratos de venda	(191.087)	(50.429)	(5.010)	(86.735)	(16.110)	(3.157)
Posição Contratos Futuros	2.561	11.825	(5.010)	30.963	(13.778)	(3.157)
Saldo líquido	(5.652)	13.039	4.911	(2.715)	528	309

A política de gestão adotada pela Companhia estabelece diretrizes para a proteção de riscos nas oscilações de preços de commodities e as exposições de cada commodity foram determinadas analisando a demanda, expectativa de produção anual de grãos, recebimento, armazenamento e as estratégias comerciais tendo em vista o custo/oportunidade a que o mercado apresentava à época.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto.

O risco de crédito é administrado corporativamente. Os clientes são classificados pela área de análise de crédito avaliando a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Contas a receber de clientes

A partir de 1º de janeiro, o Grupo aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos. As perdas esperadas calculadas em, aproximadamente, 0,7% do faturamento anual de insumos.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. Os ativos de contratos se relacionam a trabalhos em andamento que não foram faturados e possuem essencialmente as mesmas características de riscos das contas a receber de clientes para os mesmos tipos de contratos. Portanto, o Grupo concluiu que as taxas de perdas esperadas para as contas a receber de clientes representam uma aproximação razoável das taxas de perda para os ativos de contratos.

As formas de mensuração das perdas podem ser resumidas à seguir:

- As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de vendas durante um período de 60 meses antes do encerramento do exercício em análise, e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período, que suporta todo o ciclo de safra e renegociações que ocorrem, bem como, históricos da carteira dos mesmos clientes. As taxas de perdas históricas são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.
- Em cada data base é avaliado o risco de não recebimento de clientes vencidos, principalmente acima de 180 dias, safra seguinte, através de uma análise individual da carteira, considerando o rating de crédito deste cliente, garantias disponíveis, renegociação e capacidade de pagamento, baseado no rating atual, consultas atualizadas de restrição de crédito e histórico do cliente.

Em suma as perdas de crédito são contabilizadas levando como fator o risco individual de cada cliente vencido, adicionalmente com o histórico de perda aplicado sobre o faturamento do período, com isso, gerando, na visão da Administração, a provisão necessária para cobrir eventuais perdas passadas e futuras.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

O aging dos títulos vencidos e a vencer pode ser demonstrado a seguir:

	2018	2017
A vencer acima de 360 dias	3.761	1.323
A vencer de 181 a 360 dias	31.786	15.138
A vencer de 61 a 180 dias	190.836	157.452
A vencer de 01 a 60 dias	89.177	63.343
	<u>315.560</u>	<u>237.257</u>
Vencido de 01 a 60 dias	8.481	9.199
Vencido de 61 a 180 dias	7.442	7.601
Vencido de 181 a 360 dias	4.667	9.086
Vencido a mais de 360 dias	29.102	23.256
	<u>49.692</u>	<u>49.141</u>
	<u>365.252</u>	<u>286.398</u>

A movimentação da provisão para perdas é demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2018	2017
Saldo Anterior	(36.714)	(34.509)
Estorno/ recebimento do exercício	1.642	1.718
Aquisição de controlada	(5.097)	-
Constituição do exercício	(7.760)	(3.923)
	<u>(47.928)</u>	<u>(36.714)</u>

As contas a receber de clientes são baixados quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com o Grupo ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 180 dias.

(c) **Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

	2018		2017	
	Menos de um ano	Acima de um ano	Menos de um ano	Acima de um ano
Fornecedores e outras contas a pagar	327.155	-	299.454	-
Empréstimos e financiamentos	200.811	58.611	159.497	39.117
Debêntures	16.595	-	15.966	-
Obrigações com títulos securitizados	26.919	-	24.908	-
Aquisição de participação societária a pagar	7.223	6.423	61.060	-
	<u>578.703</u>	<u>65.034</u>	<u>560.886</u>	<u>39.117</u>

Os valores exigíveis acima de um ano têm a sua exigibilidade em até 10 anos, conforme idades de vencimento divulgada nas Nota 14.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2018, a estratégia do Grupo, foi a de manter o índice de alavancagem financeira entre 35% e 45%. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 podem ser assim sumariados:

	2018	2017
Empréstimos e financiamentos	248.989	184.330
Debêntures	15.852	14.232
Caixa e equivalentes de caixa	(97.900)	(97.226)
Dívida líquida	<u>166.941</u>	<u>101.336</u>
Total do patrimônio líquido	<u>270.364</u>	<u>187.697</u>
Capital total	<u>437.305</u>	<u>289.033</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>38%</u>	<u>35%</u>

As Obrigações por cessão de crédito (Nota 15) não estão sendo consideradas como parte da dívida líquida do Grupo, uma vez que serão liquidadas com os recebíveis securitizados, sem a expectativa de desembolso para o Grupo.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

5.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

O Grupo apresenta os instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações por nível como segue:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

Os instrumentos financeiros são mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível de hierarquia.

Os ativos e passivos do Grupo, mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2018 são:

- i) Contas a receber originadas em operações de barter R\$ 81.316 (2017 – R\$ 45.424) (Nota 7), classificada no Nível 2 da hierarquia do valor justo;
- ii) Estoques adquiridos de terceiros e recebidos em operações de barter de R\$ 72.183 (2018 – R\$ 61.780) (Nota 8), classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo;
- iii) Contas a pagar (fornecedores) pela compra de commodities agrícolas a fixar de R\$ 81.106 (2017 – R\$ 99.698), classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo;
- iv) Instrumentos financeiros derivativos ativos líquidos R\$ 1.277 (2017 – líquido ativo R\$ 539), classificado no Nível 2 da hierarquia do valor justo (Nota 25); e
- v) Instrumentos financeiros de contrato à termo de commodities a) Contratos a termo ativos R\$ 37.365 (2017 – R\$ 11.935); b) Contratos a termo passivos R\$ 36.288 (2017 - R\$ 68), classificado no Nível 2 da hierarquia do valor justo (Nota 25).

Não houve transferência entre os níveis durante os exercícios apresentados. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o Grupo não possui instrumentos financeiros ao valor justo classificados nos níveis 1 e 3.

Nível 2

O valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.

A determinação do valor justo (“fair value”) dos instrumentos financeiros contratados pelo Grupo é efetuada com base em informações obtidas junto às instituições financeiras (para os derivativos) e preço cotado em mercado ativo das commodities com as quais trabalha (no caso de ativos e passivos liquidados em commodities), utilizando metodologia usual padrão de apreçamento no mercado, que compreende avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro.

O Grupo avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa			6.098	6.817
Bancos conta corrente			4.211	10.931
Aplicações financeiras (i)	443	1	87.591	79.478
	443	1	97.900	97.226

- (i) As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por certificado de depósito bancário (CDB), possuem remuneração atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), por taxas entre 85% a 95% (90% à 100% em 31 de dezembro de 2017) do CDI. As aplicações são feitas em bancos considerados de primeira linha e o seu valor contábil se aproxima do valor justo dessas aplicações. O volume de recursos junto às instituições financeiras corresponde a créditos que serão utilizados pela Administração no giro financeiro operacional, sendo prontamente conversíveis em caixa, com insignificante risco de mudança de valor.

7 Contas a receber de clientes (consolidado)

	2018	2017
Contas a receber de clientes nacionais	334.532	249.698
Contas a receber partes relacionadas	5.049	12.313
Títulos securitizados - CRA (i)	25.671	24.387
(-) Provisão para perda em recebíveis	(47.928)	(36.714)
(-) Ajuste a valor presente clientes	(9.677)	(7.269)
	<u>307.647</u>	<u>242.415</u>
Circulante	304.138	241.092
Não circulante	3.509	1.323
	<u>307.647</u>	<u>242.415</u>

- (i) As controladas Agro100 e AgroFerrari realizaram a cessão de recebíveis em operações de securitização e emissão de CRA. O passivo resultante dessas operações está registrado como Obrigações por cessão de crédito (Nota 15). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2018, o Grupo possui duplicatas a receber nos montantes de R\$ 25.671 (2017 - R\$ 24.387) que foram cedidos para a obtenção de créditos, nessa modalidade.
- (ii) As contas a receber de clientes nacionais incluem o montante de R\$ 81.316 (2017 - R\$ 45.424), originados em operações na modalidade barter. Esta modalidade consiste na venda de produtos a um cliente mediante o recebimento do resultado da colheita do produtor (commodities agrícolas) em substituição ao pagamento efetivo de caixa. Essas contas a receber são valorizadas ao valor justo, conforme descrito na Nota 5.3. A comercialização de insumos para o recebimento em commodities agrícolas é parte da estratégia de originação de grãos do Grupo, para a consecução de sua atividade principal de comercialização de commodities agrícolas.

O prazo médio das contas a receber do Grupo para o segmento insumos é de 202 dias (2017 - 293). Quando aplicável, as contas a receber são ajustadas ao seu valor presente pelo prazo de cada operação a taxa de juros média mensal de 1% (2017 - 1%).

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

A composição por ano de vencimento das contas a receber de clientes e a movimentação da provisão para perdas constituída está apresentada na Nota 5.1 (b).

Em 31 de dezembro de 2018, as contas a receber de clientes das controladas no valor de R\$ 49.692 (2017 – R\$ 49.141) encontram-se vencidas e provisionadas pelo montante de que a Administração considera suficiente para cobrir qualquer impairment sobre as contas a receber. As políticas de vendas e concessão de crédito das controladas no segmento de insumos estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração, suportada por sistemas tecnológicos e processos, vinculados à área de risco e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

Este objetivo é alcançado pela Administração das controladas por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco). Os recebíveis das controladas são originados nas suas operações de venda de grãos e ao varejo ao produtor rural de forma massificada, com análise de crédito individual, com baixo ticket médio, tendo como característica a pulverização absoluta do risco de crédito e a presença de instrumento de garantia, tais como CPR, hipotecas, fianças e alienação fiduciária.

8 Estoques (consolidado)

	2018	2017
<i>Commodities</i> - grãos	72.183	61.780
Materiais de consumo	1.104	1.843
Mercadorias para revenda		
Defensivos	109.928	89.344
Fertilizantes	32.105	19.723
Sementes (soja, milho e trigo)	21.360	13.587
Especialidades (i)	14.365	2.905
Outras mercadorias	409	279
Sementes (soja, milho e trigo)	215	266
Almoxarifado	154	59
(-) Perda / obsolescência	(1.748)	-
	<u>250.075</u>	<u>189.786</u>

(i) Especialidades: Compreende, os subgrupos foliares, biológicos, inoculantes.

A Administração estima que a realização dos estoques ocorra em prazo inferior a um ano, por isso o saldo se encontra registrado no ativo circulante. Em 31 de dezembro de 2018 havia provisões de perdas por obsolescência e/ou avarias no montante de R\$ 1.748, recebidos pelo Grupo quando da aquisição da controlada AgroFerrari. Estes produtos estão sendo negociados para sua devolução/descarte junto aos fornecedores.

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo das mercadorias vendidas" totalizou R\$ 1.1.31.415 (2019 – R\$ 376.174).

As cotações médias utilizadas para a valorização dos estoques de commodities na data das demonstrações financeiras foram obtidas por meio de fontes públicas independentes, e são como segue:

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado

	2018			2017		
	Valor	Sacas (*)	Valor por saca (60 kg)	Valor	Sacas (*)	Valor por saca (60 kg)
Milho	45.599	1.363	33,45	36.001	1.286	27,99
Soja	20.083	281	71,37	20.703	306	67,66
Trigo	6.501	124	52,49	5.076	130	39,05
	<u>72.183</u>	<u>1.768</u>		<u>61.780</u>	<u>1.722</u>	

(*) Em milhares de sacas de 60 kgs.

Os níveis de exposição da Companhia aos riscos de mercado relacionados às cotações das referida commodities estão divulgados na Nota 5.1 e 25.

9 Impostos a recuperar (consolidado)

	2018	2017
ICMS a recuperar (i)	7.649	2.839
IRPJ e CSLL estimado a recuperar	2.655	253
PIS e COFINS a recuperar (ii)	9.695	5.888
Outros impostos a recuperar	584	221
	<u>20.583</u>	<u>9.201</u>
Circulante	20.423	9.112
Não circulante	160	89
	<u>20.583</u>	<u>9.201</u>

- (i) O saldo de ICMS acumulado refere-se substancialmente a operações de compras de fora do estado, principalmente no Estado de São Paulo e Paraná. Como parte das ações de realização destes créditos estão sendo tomadas as seguintes medidas: a) aquisição de insumos no próprio estado de comercialização (origem) e; b) compras junto a fornecedores, no qual será utilizado como forma de pagamento os créditos de ICMS acumulados de São Paulo.
- (ii) Os créditos de Pis/Cofins na sua essência vem da tomada de créditos sobre aquisição de insumos e de serviços utilizados para comercialização das mercadorias. O principal fator para a não compensação durante o ano foi a mudança na legislação em 2018 de compensação de créditos com IRPJ e CSLL. Tal mudança trouxe barreira para a compensação na forma de apuração de lucro real anual, por isso, as controladas planejam alterar sua tributação em 2019 para lucro real trimestral, perfazendo assim a compensação de tais impostos.

10 Investimentos (controladora)

Em 11 de abril de 2017, a Companhia adquiriu 399.999 (trezentas e noventa e nove mil) quotas da Agro Control Participações S.A. ("Agro Control"), tornando-se controladora desta empresa com 99,99% de seu capital social. A transação não gerou ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura de resultados ou pagamento por mais valia de ativos.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Em 25 de julho de 2017 e em 9 de agosto de 2017, a Companhia integralizou novas ações no total de 1.120.000 e 217.821.398, respectivamente, emitidas pela Agro Control, permanecendo com 99,99% de seu capital social.

10.1 Composição dos saldos de investimentos

Controlada	Participação no capital %		Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Agro Control Participações S.A.	99,99%	99,99%	222.143	152.669	1.951	6.457

10.2 Informações financeiras das controladas

	31/12/2018				
	Direta		Indireta		
	Agro Control	Agrototal	Agro 100	Nutri 100	Agro Ferrari (*)
Ativo					
Circulante	824	13.686	436.740	212.294	91.998
Não circulante	237.917	120.915	33.076	12.850	4.933
Total do ativo	238.741	134.601	469.816	225.144	96.931
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante	16.598	8.192	372.459	212.037	64.457
Não circulante	-	6.423	25.265	4.765	4.125
Patrimônio líquido	222.143	119.086	72.092	8.342	28.349
Total do passivo e patrimônio líquido	238.741	134.601	469.816	225.144	96.931
Lucro líquido (prejuízo) líquido do exercício	1.951	17.842	17.947	(900)	862

(*) Período compreendido entre 9 de novembro e 31 de dezembro de 2018.

	31/12/2017			
	Agro Control	Agrototal	Agro 100	Nutri 100
	Reapresentado - nota 2.2			
Ativo				
Circulante	506	40	370.349	218.222
Não circulante	222.376	87.167	22.427	7.826
Total do ativo	222.882	87.207	392.776	226.048
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante	70.213	10	294.889	206.408
Não circulante	-	-	20.061	10.399
Patrimônio líquido	152.669	87.197	77.826	9.241
Total do passivo e do patrimônio líquido	222.882	87.207	392.776	226.048
Lucro líquido (prejuízo) líquido do exercício	6.457	18.279	19.511	(1.225)

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

10.3 Movimentação dos investimentos

Valor pela aquisição do controle de investida	146.212
Resultado de participação societária	6.457
Em 31 de dezembro de 2017	152.669
Resultado de equivalência patrimonial	1.951
Integralização de capital social (i)	60.400
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	(93)
Ajustes de avaliação patrimonial reflexo (ii)	7.216
Em 31 de dezembro de 2018	222.143

- (i) Em 25 de julho de 2017, conforme assembleia geral dos quotistas, os sócios aprovaram o aumento de capital da Agro Control em R\$ 1.120, com emissão de 1.120.000 novas quotas sociais, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pela Companhia. Adicionalmente, os sócios aprovaram a transformação da sociedade limitada em uma sociedade anônima fechada a ser regida pela lei das S.A., e alterou a denominação de Agro Control Participações Ltda. para Agro Control Participações S.A. Neste mesmo ato, foi aprovada a conversão de 1.520.000 quotas representativas do capital social em 1.520.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 9 de agosto de 2017, conforme Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o aumento do capital social da Agro Control, realizado pela Companhia mediante a emissão de 217.821.398 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço total da emissão no valor de R\$ 217.821, sendo R\$ 21.782 destinados à conta de capital social e R\$ 196.039, destinados a reserva de capital decorrente do ágio apurado na subscrição de ações, passando o capital social de R\$ 1.520 para R\$ 23.302. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, houve integralização de capital social no valor de R\$ 4.140 (2017 – R\$ 16.039) e de reserva de capital no valor de R\$ 56.260 (2017 – R\$ 130.680).

- (ii) Em 9 de novembro de 2018, a controlada indireta Agrototal adquiriu a titularidade da AgroFerrari, a qual passou a fazer parte das demonstrações financeiras consolidadas.

A aquisição ocorreu: (i) pela contribuição pelo antigo titular de 37% do capital social da AgroFerrari no capital social da Agrototal, passando o antigo titular da AgroFerrari a ser o proprietário de ações representativas de 5% do capital social da Agrototal; e (ii) pela aquisição de 63% do capital social da AgroFerrari pela Companhia no valor de R\$ 23.679, negociado nas seguintes condições:

- Pagamento a vista no valor de R\$ 10.033.
- Saldo à pagar de R\$ 13.646, registrado na rubrica “Aquisição de participação societária a pagar” no passivo circulante pelo valor de R\$ 7.223 e no passivo não circulante pelo valor de R\$ 6.423.
- Permuta de ações ao valor justo de R\$ 15.841, por meio da emissão de 1.649.046 nova ações ordinárias da Companhia, equivalentes a 5% do capital social votante, subscritas pelo ex-quotista da AgroFerrari e integralizadas por meio da cessão das quotas remanescentes, equivalentes a 37% AgroFerrari.

Em decorrência da operação acima descrita, a Agro Control teve sua participação no capital social da Agrototal reduzida de 70% para 66,5% e, nesta apuração, apurou ganho na transação de capital com acionistas não controladores no valor de R\$ 7.216, registrados em contrapartida ao patrimônio líquido, com efeito reflexo na Companhia (Nota 17).

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

10.4 Aquisição de participação societária a pagar (consolidado)

A aquisição de controle da Agrototal foi obtida mediante desembolso financeiro pela controlada Agro Control, no montante de R\$ 219.022 (R\$ 211.196, ajustado a valor presente), negociados mediante pagamento a vista de R\$ 109.520, integralização imediata de capital social no montante de R\$ 48.442 e saldo remanescente a pagar no ato da compra de R\$ 61.060 (R\$ 53.234 ajustado a valor presente). A parcela a pagar atualizada monetariamente está registrada no passivo circulante pelo montante de R\$ 143 (2017 - R\$ 55.463). Adicionalmente na aquisição da AgroFerrari (controlada da Agrototal) totalizou o montante de R\$ 13.503. Sendo assim o saldo no passivo circulante totalizou R\$ 7.223 (R\$ 55.465 em 2017) e no passivo não circulante R\$ 6.423.

11 Imobilizado (consolidado)

11.1 Movimentação

(+) Custo	31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	Transf.	Aquisição de controlada	31/12/2018
Terrenos	106	1.155					1.261
Veículos	7.876	8.518	(2.226)			3.880	18.048
Máquinas e Equipamentos	2.765	4.002	(450)			362	6.679
Móveis e utensílios	787	719				218	1.724
Computadores e Periféricos	476	328				724	1.529
Edificações, Instalações e benfeitorias	10.883	4.352			1.749	286	17.270
Imobilizado em andamento	2.461	911	(4)		(1.749)		1.620
Consórcio em andamento	24	10	(148)			148	34
Outros	1.056						1.056
Total	26.435	19.996	(2.828)			5.618	49.222

(-) Depreciação	31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	Transf.	Aquisição de controlada	31/12/2018
Veículos	(3.741)		1.068	(1.855)		(2.245)	(6.773)
Máquinas e Equipamentos	(751)		39	(479)	(1)	(203)	(1.396)
Móveis e utensílios	(150)			(116)		(134)	(400)
Computadores e Periféricos	(203)			(112)		(594)	(909)
Outros	(239)			(479)			(718)
Edificações, Instalações e benfeitorias	(11)			(651)	1	(110)	(771)
Total	(5.096)		1.107	(3.693)		(3.286)	(10.968)

(=) Saldo Residual Líquido	31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	Transf.	Aquisição de controlada	31/12/2018
Terrenos	106	1.155					1.261
Veículos	4.135	8.518	(1.158)	(1.855)		1.635	11.275
Máquinas e Equipamentos	2.014	4.002	(411)	(479)	(1)	159	5.284
Móveis e utensílios	637	719		(116)		84	1.324
Computadores e Periféricos	273	328		(112)		130	620
Instalações	10.872	4.352		(651)	1.750	176	16.499
Imobilizado em andamento	2.461	911	(4)		(1.749)		1.620
Consórcio em andamento	24	10	(148)			148	34
Outros	817			(479)			338
Total	21.340	19.996	(1.721)	(3.693)		2.332	38.254

	Em 16 de agosto de 2017	Adições	Baixas	Depreciação	Transfer.	31/12/2017
Terrenos	106					106
Veículos	1.552	2.917	(333)			4.136
Máquinas e equipamentos	2.031	732	(652)	(98)		2.013
Móveis e utensílios	2.999		(2.356)	(7)		636
Computadores e periféricos	214	90	(2)	(32)	5	270
Instalações	3.136	4.213		(18)		7.331
Consórcios em andamento	52				(28)	52
Outros	1.056			(239)		817
Imobilizado em andamento	4.508	1.645	(174)		23	5.979
	15.654	9.597	(3.517)	(394)		21.340

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

11.3 Garantias

Nas datas de levantamento das demonstrações financeiras, existiam bens do ativo imobilizado oferecidos a terceiros como garantias relacionadas a empréstimos bancários, atrelados ao seu próprio financiamento conforme demonstrado na Nota 14.

11.4 Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar indicativos de *impairment*.

12 Intangível (consolidado)

12.1 Composição

	Software	Carteira de clientes	Ágio	Total
Combinação de negócios - Aquisição Agrototal (i)	120	47.110	140.700	187.930
Amortização	(48)	(3.255)		(3.303)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	72	43.855	140.700	184.627
Custo	120	47.110	140.700	187.930
Amortização acumulada	(48)	(3.255)		(3.303)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	72	43.855	140.700	184.627
Combinação de negócios - Aquisição AgroFerrari (ii)	637		12.032	12.669
Amortização	(39)	(6.480)		(6.519)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	670	37.375	152.732	190.777
Custo	758	47.110	152.732	200.600
Amortização acumulada	(88)	(9.735)		(9.823)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	670	37.375	152.732	190.777

- i) A aquisição de controle da Agrototal foi obtida mediante desembolso financeiro pela Agro Control, no montante de R\$ 211.196, dos quais R\$ 140.700 foram atribuídos ao ágio gerado na aquisição de negócios com base na expectativa de rentabilidade futura. A alocação de preço pago foi revista no exercício de 2018, dentro do prazo legal para registro no cartório de títulos e documentos do laudo permanente sobre a alocação de preço pago no negócio. Nas demonstrações financeiras consolidadas foi alocada a totalidade da mais valia sobre os adquiridos no montante de R\$ 31.790 (líquido do efeito tributário de R\$ 16.376), sendo o valor de R\$ 47.110 atribuído a carteira de clientes.
- ii) Conforme divulgado na Nota 10, em 9 de novembro de 2018, a controlada Agrototal adquiriu a controle da AgroFerrari, a qual passou a fazer parte das demonstrações financeiras consolidadas.

O valor justo da contraprestação desta combinação de negócios foi de R\$ 39.520, dos quais R\$ 27.488 referem-se a participação no patrimônio líquido contábil e o montante de R\$ 12.032 ao ágio sobre expectativa de rentabilidade futura dessa controlada.

Durante o exercício de 2019, a Administração elaborou análise definitiva para alocação do valor justo pago na combinação de negócios e não identificou ativos para alocar o prêmio pago na aquisição, o qual foi reconhecido integralmente como ágio sobre expectativa de rentabilidade futura, o qual está registrado na linha de investimentos da Companhia (controladora) e como intangível no consolidado.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

12.2 Avaliação de *impairment* do ágio

Teste anual de *impairment* do ágio

Considerando a homogeneidade de processos e sinergia das operações, a administração avaliou e concluiu que cada segmento de suas controladas diretas corresponde à uma UGC. Essa avaliação leva em consideração que cada controlada direta e suas respectivas controladas (controladas indiretas da Companhia) são administradas com o foco na geração de receita e de caixa de cada segmento, os quais compartilham da sinergia da estrutura de cada controlada, compra conjunta, administração do caixa, entre outros.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
UGC Agrototal – grãos	15.424	15.424
UGC Agrototal – insumos	137.308	125.276

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração, para um período de dez anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores foram extrapolados com base nas taxas de crescimento que não exceda a taxa de crescimento média de longo prazo no qual a UGC atua.

Na elaboração das projeções de fluxo de caixa, a Administração toma como premissas o histórico de faturamento e crescimento do setor de insumos agrícolas somado expansão de negócios, bem como, o histórico de margens bruta e operacional sobre o faturamento de grãos e insumos.

Para a data base de 31 de dezembro de 2019, os fluxos de caixa foram projetados com base em uma taxa média de crescimento de 16,5% em volume, com uma margem média de EBITDA de 7% para os insumos e 1% para os grãos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de dez anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento de 4,8% a.a. Essa taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor em que UGC atua e teve por base o crescimento estimado por loja e as possibilidades de ampliação do Market share de cada segmento. As projeções do fluxo de caixa foram trazidas a valor presente com base na taxa WACC calculada pela administração de 14,75% a.a., antes do imposto de renda e da contribuição social

O volume de vendas considera a média anual da taxa de crescimento. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado.

O preço de venda considera a média anual da taxa de crescimento de 5%. Ele se baseia nas atuais tendências do setor e inclui as previsões de inflação para o longo prazo para cada território.

A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período previsto. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas e no *mix* de vendas, com ajustes efetuados para refletir os aumentos de preço futuros esperados para os insumos agrícolas, que a administração não espera poder repassar para os clientes por meio de aumentos no preço. Existe a expectativa de que o preço dos insumos agrícolas subirá em média 5% ao ano, mantendo a margem bruta média anual em 14%. A margem para os grãos se mantém estável em 1%.

Outros custos operacionais são os custos fixos das UGCs, que não variam de maneira significativa com os volumes de vendas ou os preços. A administração estimou esses custos com base na estrutura atual dos negócios, ajustando-os aos aumentos inflacionários, e estes não refletem quaisquer reestruturações futuras ou medidas de economias de custo.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

O valor a recuperar calculado com base no valor em uso ultrapassou o valor contábil em R\$ 42.453. Em 31 de dezembro de 2018, a administração não identificou a necessidade de constituir qualquer provisão para perda.

13 Fornecedores e outras contas a pagar (consolidado)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores de grãos	85.801	122.617
Fornecedores de mercadorias	231.745	162.443
Fornecedores - partes relacionadas	3.851	5.024
Outras contas a pagar	5.759	9.370
(-) Ajuste a valor presente	<u>(16.422)</u>	<u>(12.735)</u>
	<u>310.733</u>	<u>286.719</u>

O saldo a pagar para os fornecedores de grãos está, em sua maioria, atrelado à variação do valor justo das commodities agrícolas com que o Grupo opera.

Conforme determina a norma contábil, as compras a prazo são descontadas a valor presente, conforme prazo negociado com cada fornecedor, considerando uma taxa média mensal de 1,5% (2017 – 1,5%).

14 Empréstimos e financiamentos (consolidado)

14.1 Composição

<u>Modalidade</u>	<u>Moeda</u>	<u>Taxa de juros média a.a.</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Nota de crédito a exportação – NCE	USD	117 a 160% CDI (117% a 122,5% do CDI em 2017)	85.213	47.365
Cédula de crédito à exportação – CCE	USD	115% do CDI a 21,9%	36.674	19.122
Adiantamento para contrato de câmbio – ACC	USD	2,54 a 5,94%	14.799	29.031
Capital de giro - moeda estrangeira	USD	136 a 150% do CDI (140% a 150% do CDI em 2017)	53.850	64.812
Cédula de crédito bancário – CCB	R\$	140 a 180% do CDI (141% do CDI em 2017)	29.523	14.098
Financiamento para garantia de preços ao produtor - FGPP	R\$	6,5% à 2%	17.500	-
Finame e Leasing	R\$	2,5% à 13% (2,5% à 8,7% em 2017)	<u>11.431</u>	<u>9.902</u>
			<u>248.989</u>	<u>184.330</u>
Circulante			244.834	153.870
Não Circulante			<u>34.155</u>	<u>30.460</u>
			<u>248.989</u>	<u>184.330</u>

O cronograma dos vencimentos dos empréstimos e financiamentos classificados no não circulante é demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
2019	-	19.108
2020	23.020	9.107
2021	10.339	1.416
Acima de 2021	<u>796</u>	<u>829</u>
	<u>34.155</u>	<u>30.460</u>

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

14.2 Debêntures

Conforme escritura particular de 1ª emissão de debêntures datada de 15 de agosto de 2017 e aditada em 22 de março de 2018, foi aprovada a emissão de 14 (quatorze) debêntures pela controlada Agro Control, no valor total de R\$ 14.000, não conversíveis em ações do Grupo, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória para colocação privada, com valor nominal unitário de R\$ 1.000, com data de vencimento em 16 de agosto de 2019. As debêntures são remuneradas por 100% da variação acumulada do DI, acrescidas de um spread de 3% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a controlada Agro Control tem 14 (quatorze) debêntures negociadas, sendo o saldo no montante de R\$ 15.832 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 14.232 em 2017).

14.3 Compromissos (“covenants”)

Em 31 de dezembro de 2018, a controlada Agro 100 possuía apenas um contrato com *covenants* financeiro em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 2.536 (R\$ 4.168 em 31 de dezembro de 2017), o qual exigia a controlada ter índice de liquidez corrente acima de 1,0 (um), o qual está adimplente em 31 de dezembro de 2018.

Os demais empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas não possuíam nesta data contratos contendo cláusulas de restrições financeiras (*covenants*), não estando sujeitas a vencimentos antecipados.

14.4 Garantias

As garantias existentes para empréstimos e financiamento são apresentadas a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Alienação fiduciária	10.602	8.611
Avais dos sócios	17.449	7.209
Hipoteca	19.926	30.043
Estoques	<u>37.723</u>	<u>15.461</u>
	<u>85.700</u>	<u>61.324</u>

15 Obrigações por cessão de crédito

	Taxa de juros média a.a.	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Octante Securitizadora S.A.	100% do CDI	2.690	-
Eco Securitizadora S.A.	100% do CDI	<u>22.981</u>	<u>24.387</u>
		<u>25.671</u>	<u>24.387</u>

A controlada indireta Agro 100 possui uma operação de distribuição privada de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) emitidos pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., lastreadas em recebíveis emitidos pela referida controlada. A operação inicial totalizou R\$ 25.000 (limite da operação), com encerramento da operação (contratual) em 2020, com pagamentos de juros semestrais e custo de 100% do CDI. O recurso foi recebido pela controlada em janeiro de 2017.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Essas obrigações por cessão de crédito, originadas na emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) são classificadas como dívida no passivo circulante, a fim de manter a comparabilidade com seu respectivo lastro, ou seja, os direitos creditórios sobre as Contas a Receber que foram cedidos na operação (Nota 7).

A controlada possui a opção assegurada em contrato de promover a revolvência dos saldos de curto prazo até a liquidação da operação do CRA, através de encontro de contas, o qual ocorrerá conforme os prazos descritos acima. Dessa forma, a liquidação dessas operações não deverá resultar em saída de caixa futuro da controlada.

15.1 Títulos e valores mobiliários (Consolidado)

De acordo com a estrutura financeira das referidas emissões (Agro100 e AgroFerrari), cabe ao CRA subordinado a absorção das primeiras perdas apuradas na carteira de recebíveis cedida, limitadas a 20% do valor de emissão. Em 31 de dezembro de 2018, a administração da Companhia não espera incorrer em perdas significativas relacionadas a não liquidez dos títulos cedidos em garantia, haja vista os procedimentos de avaliação de crédito das empresas controladas, bem como a possibilidade de substituição dos recebíveis securitizados no caso de eventual evento futuro.

Como forma de garantir eventuais riscos de crédito às Securitizadoras, foram adquiridas cotas secundárias (ou subordinadas) desta distribuição realizada, o qual encontra-se classificado como títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento no ativo não circulante. Em 2018, com a aquisição da AgroFerrari, há no balanço consolidado o montante de R\$ 297 em cotas subordinadas. Estes títulos são remunerados basicamente à 50% do CDI, sendo o montante atualizado dos títulos da Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 5.445 (31 de dezembro de 2017, de R\$ 5.012).

16 Provisão para contingências – (consolidado)

O Grupo é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e civil, no curso normal de seus negócios, com base em parecer dos assessores jurídicos do Grupo, as ações com possibilidade possível de perda totalizam R\$ 5.127 em 2018 (R\$ 1.545 em 2017) referente as ações cíveis e trabalhistas.

Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas às questões tributárias do exercício, ou exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva desses itens no Brasil. Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação. Também podem existir obrigações de naturezas trabalhista ou cível que, no presente momento, não são conhecidas pela administração do Grupo.

Entretanto, com base na opinião de seus consultores legais, a administração do Grupo é de opinião que todos os tributos e demais obrigações assumidas pelas Companhia e suas controladas têm sido pagos ou provisionados adequadamente e, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não eram conhecidas ações de vulto formalizadas contra a Companhia e suas controladas que implicassem a constituição de provisão para cobrir eventuais perdas.

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

Em 9 de agosto de 2017, houve a cessão e transferência do total de ações de propriedade das acionistas Agribusiness Lation America Fund II, L.P., Mid-Market Laif II, L.P., Leiden PE II, L.P., Hudson River Consultoria Ltda. para o Agrofundo Brasil V Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Nesta mesma data, conforme Assembleia Geral Extraordinária, o acionista aprovou novo aumento de capital da Companhia mediante a emissão de 215.340.899 (duzentos e quinze milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentas e noventa e nove) novas ações ordinárias, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas, através do montante de R\$ 215.341, sendo que R\$ 21.534 foram destinados à conta de capital social, sendo R\$ 17.176 integralizados durante o exercício de 2017 e R\$ 3.272 integralizados durante o exercício de 2018, e R\$ 193.807 destinados à reserva de capital, sendo R\$ 129.404 integralizados em 2017 e R\$ 57.728 integralizados durante o exercício de 2018, e o saldo de R\$ 6.675 a integralizar, passando o capital social de R\$ 4.001 para R\$ 25.535, representado por 219.341.399 (duzentos e dezanove milhões, trezentos e quarenta e um mil, trezentas e noventa e nove) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, parcialmente integralizadas, no montante de R\$ 21.651 (2017 – R\$ 18.379). As novas ações ordinárias foram subscritas pelo acionista Agrofundo Brasil V Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia e pelos acionistas ingressantes, Spectra II – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE, Spectra III Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Fact Enterprise FIP Multiestratégia e Benildo Carvalho Teles.

17.2 Reserva de capital

Refere-se a ágio na emissão de ações pagos pelos acionistas da Companhia, conforme mencionado na Nota 17.1.

17.3 Reserva de lucros

A Companhia destina 5% do lucro líquido para a reserva legal, conforme previsto pela legislação societária. Adicionalmente, as reservas de lucros também estão compostas por lucros a destinar que compreendem o montante de lucros retidos e que serão submetidos à Assembleia Geral Ordinária.

17.4 Dividendos

No caso de distribuição de dividendos é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 5% sobre o lucro do exercício depois de deduzidos os prejuízos acumulados e a apropriação da reserva legal, conforme definido em se Estatuto Social.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	1.884	6.042
Constituição da reserva legal (5%)	<u>(94)</u>	<u>(302)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>1.790</u>	<u>5.740</u>
Dividendo mínimo obrigatório (5%)	(89)	(287)
Dividendos adicionais	<u> </u>	<u>(201)</u>
Total de dividendos	<u>(89)</u>	<u>(488)</u>
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	<u>4,7%</u>	<u>8,1%</u>

17.5 Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se ao resultado de transação de capital com acionistas não controladores, decorrente da aquisição da controlada indireta AgroFerrari pela Agrototal, parcialmente liquidada por meio de permuta de ações da Agrototal, conforme divulgado na Nota 10.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

17.6 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias diluidoras.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	1.884	6.042
Quantidade de ações ordinárias no início do exercício	219.341	4.001
Média ponderada das ações ordinárias no exercício	<u>219.341</u>	<u>93.726</u>
Lucro básico / diluído por lote de mil ações - R\$	<u>0,01</u>	<u>0,06</u>

Em 31 de dezembro de 2018, não existem instrumentos com potencial de diluição do lucro.

18 Partes relacionadas (consolidado)

No decorrer de suas operações, direitos e obrigações são contraídas entre partes relacionadas, oriundas de operações comerciais e financeiras. As transações comerciais, tais como compra e venda de mercadorias entre partes relacionadas, são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes, que devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes com partes não relacionadas. As operações financeiras com partes relacionadas decorrentes de transações de mútuo entre profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, são realizadas em condições específicas, sendo que não há cobrança de juros ou de prazo definido para pagamento nessas operações. Os saldos de transações com partes relacionadas estão demonstrados abaixo.

18.1 Ativos com partes relacionadas

		<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoa física	(i)	4.860	2.985
GB2 Empreendimentos Ltda.		<u>189</u>	<u>9.328</u>
Total nas contas a receber (Nota 7)		<u>5.049</u>	<u>12.313</u>

- (i) Refere-se a valores a receber de pessoas físicas, conforme determina CPC 05/IAS 24 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, que participam diretamente da administração da Companhia ou suas controladas, com cargo de direção ou conselheiro, e representam em sua essência valores de venda de mercadorias a vencer, os quais possuem condições similares a de outros clientes.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
GB2 Empreendimentos Ltda.	1.222	-
Pessoa Física	<u>105</u>	<u>746</u>
Total mútuo e crédito com partes relacionadas	<u><u>1.327</u></u>	<u><u>746</u></u>

Os valores constantes na controladora referem-se a valores a receber de dividendos das controladas e, por isso, são eliminados na consolidação.

18.2 Passivos com partes relacionadas

		<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoa física	(i)	1.190	3.607
Gb2 Empreendimentos Ltda.	(ii)	2.053	958
Gb5 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(ii)	<u>608</u>	<u>459</u>
Total em fornecedores (nota 13)		<u><u>3.851</u></u>	<u><u>5.024</u></u>

- (i) Valores à pagar sobre aquisição de commodities (grãos fixados).
(ii) Referem-se, substancialmente, a aluguel de imóveis, transporte e assessoria técnica. As condições e prazos estão estipuladas em contrato e seguem o acordado entre as partes.

O saldo de dividendos à pagar no montante de R\$ 2.490 (2017 - R\$ 488) refere-se substancialmente a:

- R\$ 1.613 decorrente da distribuição de lucro intermediários da AgroFerrari, declarados e aprovados da AgroFerrari no montante de R\$ 1.613, antes da aquisição desta controlada;
- Dividendos mínimos obrigatórios apurados pela Agrototal no exercício de 2018, no montante de R\$ 300, a serem pagos aos acionistas minoritários desta controlada; e,
- Dividendos mínimos obrigatórios apurados pela Companhia no exercício de 2018 e 2017, no montante de R\$ 577 (2017 - R\$ 488).

18.3 Vendas para partes relacionadas

		<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoa física	(i)	26.489	9.412
GB2 Empreendimentos LTDA.	(ii)	<u>1.871</u>	<u>4.219</u>
Total de vendas para partes relacionadas		<u><u>28.359</u></u>	<u><u>13.631</u></u>

- (i) Referem-se, principalmente, a vendas de insumos agrícolas (Fertilizantes, defensivos, sementes e especialidades), os prazos e condições comerciais são acordados entre as partes e substancialmente similares a com outros clientes.
(ii) Referem a venda de commodities, principalmente soja, em condições e prazos similares a de mercado.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado

18.4 Compras de partes relacionadas

		<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoa física	(i)	45.219	6.865
GB2 Empreendimentos Ltda.	(ii)	19.751	7.985
GB5 Empreendimentos LTDA.	(ii)	8.963	1.821
Ricolog Transbordo e Multimodal S.A.	(iii)	656	1.378
Hudson River Consultoria	(iv)	<u>533</u>	<u>-</u>
		<u>75.121</u>	<u>18.049</u>

- (i) Referem-se, substancialmente, a aquisição de commodities agrícolas, com prazos e condições comerciais de mercado.
- (ii) Referem-se, substancialmente, a aluguel de imóveis, transporte e assessoria técnica. As condições e prazos estão estipuladas em contrato e seguem o acordado entre as partes.
- (iii) Refere-se a serviços de transbordo e logística de terminal ferroviário, para transporte de commodities agrícolas, com prazos e condições comerciais estabelecidas em contrato, condizentes com mercado.
- (iv) Referem-se a prestação de serviços administrativos, com prazos e condições comerciais, acordados entre as partes.

18.5 Remuneração do pessoal chave da administração

No exercício de 2018, a remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração da Companhia e suas controladas, composta por Diretoria da Companhia e de suas controladas, por serviços na qualidade de empregados, foi no montante de R\$ 354 (2017 – R\$ 330).

Adicionalmente, a gestão de determinadas atividades administrativas da Companhia é realizada por administradores alocados nas controladas, sem o repasse de custos para a controladora. Consequentemente, não há despesas com remuneração alocadas a controladora na data base.

19 Receitas de contratos de clientes (consolidado)

		<u>2018</u>	<u>2017</u>
Venda de grãos mercado interno		341.708	85.023
Venda de grãos mercado externo		486.033	133.473
Prestação de serviços		677	504
Venda de mercadorias mercado interno		<u>514.105</u>	<u>206.086</u>
Total da receita bruta		<u>1.342.522</u>	<u>425.086</u>
Menos:			
Impostos sobre receita	(i)	(3.897)	(2.730)
Devoluções e abatimentos		<u>(39.312)</u>	<u>(8.749)</u>
Total da receita operacional líquida		<u>1.299.313</u>	<u>413.607</u>

- (i) As vendas de insumos agropecuários possuem base de cálculo do ICMS reduzida nas saídas dos insumos agropecuários, bem como, a isenção de Pis/Cofins sobre insumos agrícolas.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado

20 Custos das mercadorias vendidas, por natureza (consolidado)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custo das mercadorias vendidas - <i>commodities</i>	734.083	188.657
Custo das mercadorias vendidas - insumos agrícolas	302.803	132.468
Custo das mercadorias vendidas - sementes	71.716	34.458
Custo de fretes	33.720	21.520
Valor justo <i>commodities</i>	(10.907)	(969)
	<u>1.131.415</u>	<u>376.134</u>

21 Despesas de vendas, gerais e administrativas, por natureza (consolidado)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Gastos com frota	5.254	837
Gastos com pessoal	40.084	14.184
Provisões para perdas com recebíveis	6.118	2.205
Serviços de terceiros (i)	13.392	5.973
Depreciação e amortização	10.212	3.697
Gastos com armazenagem	6.637	2.754
Água, energia e telefone	3.510	2.223
Manutenção e conservação	2.247	193
Comissões	3.533	97
Propaganda, publicidade e anúncios	1.466	502
Despesas com alimentação	848	297
Material de uso e consumo	1.321	789
Despesas tributárias	371	132
Aluguéis	13.394	3.855
Pró-labore	339	138
Outras	3.731	4.347
	<u>112.457</u>	<u>42.223</u>
Despesas de vendas	35.166	9.136
Despesas administrativas	78.566	33.923
Outras resultados operacionais (ii)	(1.275)	(836)
	<u>112.457</u>	<u>42.223</u>

- (i) Nos montantes acima, estão contidas despesas que são classificadas como não recorrentes pela administração, haja vista sua natureza não usual às suas atividades operacionais normais de cada exercício. Essas despesas (receitas) tem a seguinte natureza, por período:

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Descrição	2018	2017
Serviços de consultoria para atividades não recorrentes	315	
Receitas (Despesas) não recorrentes	315	-

- (ii) Além desses valores classificados temos um montante de R\$ 1.275 (2017 – R\$836) em outras receitas e despesas operacionais que se referem a venda e bens e recuperação de imposto que a administração considera como não recorrente.

22 Resultado financeiro (consolidado)

	2018	2017
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(25.530)	(8.672)
Juros passivos	(243)	(627)
Descontos concedidos	(3.329)	(1.520)
Ajuste a valor presente	(11.857)	(4.899)
Outras despesas financeiras	(1.739)	(442)
	<u>(42.698)</u>	<u>(16.160)</u>
Receitas financeiras		
Descontos por antecipação de pagamentos	5.078	11.601
Juros ativos	11.751	7.652
Rendimentos sobre aplicações financeiras	4.617	1.414
Pis/Cofins sobre receita financeira	(695)	(1.517)
Ajuste a valor presente		5.721
Outras receitas financeiras	5	22
	<u>20.756</u>	<u>24.893</u>
Variação cambial e valor justo		
Variação cambial passiva	(12.962)	
Valor justo contratos a termo - commodities despesa	(8.605)	
Instrumentos financeiros cambiais passivos	(4.703)	(644)
Variação cambial ativa	7.785	443
Ganhos em operações com NDF's - cambiais		1.423
Valor justo contratos a termo - commodities receita	605	8.890
	<u>(17.880)</u>	<u>10.112</u>
Total resultado financeiro	<u>(39.822)</u>	<u>18.845</u>

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

A movimentação da variação cambial é demonstrada a seguir:

	2018	2017
Variação cambial		
Saldo Inicial		
Resultado	9.880	(1.222)
(+) Pagamento	(9.632)	1.222
Saldo Final	248	
Instrumentos financeiros derivativos (ativos)		
Instrumentos financeiros derivativos (passivos)	248	
Variação líquida	248	

23 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativo e passivo diferidos consolidados têm a seguinte composição:

	Saldo líquido em 1º de janeiro	Reconhecido no resultado	Em 31 de dezembro de 2018		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Imposto de renda e contribuição social diferidos					
Passivo não circulante, líquido					
Mais valia sobre ativo imobilizado e intangível	(15.188)	2.365	(12.823)		(12.823)
Imposto de renda e contribuição social diferidos					
Ativo não circulante, líquido					
Ajuste a valor presente	(1.858)	(435)	(2.293)	(2.293)	
Ajuste dos estoques a valor justo	7.854	6.048	13.902	13.902	
Complemento de preço	-	(1.368)	(1.368)	(1.368)	
Juros ativos provisionados	(1.685)	(999)	(2.685)	(2.685)	
Prejuízos fiscais	2.532	(472)	2.060	2.060	
Provisão de despesa	-	365	365	365	
Provisão de perdas estoques	-	800	800	800	
Provisão de variação de hedge	(155)	(81)	(236)	(236)	
Provisão para comissões e bônus	1.367	(32)	1.335	1.335	
Provisões para perda em recebíveis	3.384	1.203	4.586	4.586	
Valor justo contratos a termo cambiais	116	(116)			
Valor justo contratos a termo commodities	(3.780)	3.184	(596)	(596)	
Valor justo de fornecedores a fixar	(4.651)	(9.007)	(13.658)	(13.658)	
Aquisição de controlada	-	-	663	663	
Outras adições/exclusões temporárias	(46)	109	62	62	
Imposto líquido ativo (passivo)	(12.110)	1.563	(9.885)	2.939	(12.823)

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

	Saldo líquido em 1º de janeiro	Reconhecido no resultado	Em 31 de dezembro de 2017		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Imposto de renda e contribuição social diferidos					
Passivo não circulante, líquido					
Mais valia sobre ativo imobilizado e intangível	(16.379)	1.190	(15.189)		(15.189)
Imposto de renda e contribuição social diferidos					
Ativo não circulante, líquido					
Ajuste dos estoques a valor justo	(2.584)	10.438	7.854	7.854	
Valor justo contratos a termo cambiais	3.154	(3.038)	116	116	
Valor justo contratos a termo commodities	(5.307)	1.528	(3.779)	(3.779)	
Valor justo de fornecedores a fixar	4.553	(9.203)	(4.650)	(4.650)	
Provisões para perda em recebíveis	1.853	1.531	3.384	3.384	
Provisão de despesa	131	650	781	781	
Variações cambiais não realizadas	(94)	58	(36)	(36)	
Provisão devariação de Hedge	(1.355)	1.236	(119)	(119)	
Provisão de juros ativos	-	(1.685)	(1.685)	(1.685)	
Ajuste a valor presente	(391)	(1.314)	(1.705)	(1.705)	
Prejuízos fiscais	714	1.818	2.532	2.532	
Outros	(144)	527	384	384	
Imposto líquido ativo (passivo)	(15.849)	3.736	(12.111)	3.078	(15.189)

A reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e de contribuição social está abaixo demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Resultado antes dos impostos	1.884	6.042	15.619	14.095
Imposto calculado com base em alíquotas de impostos vigentes (34%)	(641)	(2.054)	(5.310)	(4.792)
Resultado de equivalência patrimonial	663	2.364		
Benefício sobre prejuízo fiscal não constituído	-	(310)	(1.945)	(310)
Outros	(22)	-	(2.146)	1.841
Tributos no resultado	-	-	(9.401)	(3.261)

A Administração da Companhia estima que a realização dos impostos diferidos se dê pelo histórico de rentabilidade de cada uma de suas controladas, devendo ocorrer o mesmo em até 5 anos, pois refere-se principalmente a variações no valor justo de derivativos e provisões de fornecedores de commodities.

24 Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Comitê Executivo, que é o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, bem como pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

O Comitê Executivo considera o negócio sob perspectiva de produto. Na visão do Grupo, os segmentos operacionais apresentados a seguir são organizados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Conselho de Administração, principal tomador de decisões e responsável pela alocação de recursos e avaliação de desempenho desses segmentos:

- i) Insumos agrícolas: compreendem o comércio de fertilizantes, defensivos, foliares e sementes de soja e milho. O resultado desse segmento é determinado pela receita de venda auferida pela venda desses produtos, mensurada até o momento em que o Grupo transfere para o cliente o controle dos produtos vendidos
- ii) Grãos de soja e milho: compreendem as operação decorrente do recebimento físico, padronização e comercialização de grãos adquiridos de terceiros, bem como dos grãos originados nas operações de “Barter” O resultado desse segmento é determinado pelo resultado auferido nas operações de compra e venda de commodities agrícolas, incluindo a variação dos instrumentos financeiros atrelados à comercialização dessas commodities, bem como dos ativos não monetários relacionados.

O Comitê Executivo avalia o desempenho desses segmentos operacionais com base na evolução das receitas e no EBITDA ajustado gerados por cada segmento operacional. Essa base de mensuração exclui operações descontinuadas, quando aplicável, e efeitos de gastos não recorrentes de segmentos operacionais, como custos de reestruturação, despesas legais e *impairment* de ágio quando o *impairment* é resultado de um evento isolado, não recorrente. A mensuração também exclui os efeitos de pagamentos baseados em ações liquidados em ações e ganhos ou perdas não realizadas sobre instrumentos financeiros. Despesas de vendas e administrativas não alocadas diretamente aos segmentos são consideradas como não reportável, pois atende todas as unidades do Grupo. Receitas e despesas de juros não são alocadas aos segmentos, pelo fato destas atividades serem gerenciadas pela tesouraria central no contexto do Grupo.

	Grãos		Insumos		Não reportável		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Receita líquida	801.383	215.766	497.930	197.841			1.299.313	413.607
Custo	(751.642)	(209.208)	(379.773)	(166.026)			(1.131.415)	(376.134)
Lucro Bruto	49.741	6.558	118.157	30.915			167.898	37.473
Depreciação	(97)	(632)	(913)	(627)	(9.102)	(2.438)	(10.212)	(3.697)
Despesas Administrativas	(9.369)	(12.410)	(31.330)	(15.310)	(27.655)	(2.506)	(68.354)	(30.226)
Despesas de Vendas	(10.975)	(3.691)	(21.518)	(5.445)	(2.673)	-	(35.166)	(9.136)
Outras resultados operacionais					1.275	836	1.275	836
Resultado financeiro	(8.000)	8.890			(31.822)	9.955	(39.822)	18.845
Resultado antes dos impostos	21.200	(1.282)	64.396	9.333	(69.977)	5.847	15.619	14.095
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferido	(12.760)	297	(38.760)	(2.206)	42.119	(1.353)	(9.401)	(3.261)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	8.440	(988)	25.636	7.327	(27.858)	4.494	6.218	10.834
EBITDA Contábil	29.397	(9.543)	65.309	10.160	(29.053)	(1.670)	65.653	(1.053)
(+/-) Valor justo commodities	(10.907)						(10.907)	
(+/-) Variação cambial operacional	(9.632)	(1.046)					(9.632)	(1.046)
(+/-) Receita e despesas não recorrentes					315		315	
EBITDA Ajustado	8.858	(10.589)	65.309	10.160	(28.738)	(1.670)	45.129	(2.099)

Os principais ativos e passivos operacionais da companhia foram segregados por segmento em função dos correspondentes centros de custo em que estão alocados e/ou de critério de rateio que leva em consideração o desempenho de cada setor em relação ao desempenho total; assim, essa alocação pode variar de um exercício para outro. Os ativos e passivos dos segmentos reportáveis podem ser assim resumidos:

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

	Grãos		Insumos		Não reportável		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Ativo								
Contas a receber de clientes	31.592	83.464	276.055	158.951			307.647	242.415
Estoques	73.380	63.716	176.695	126.070			250.075	189.786
Adiantamentos a fornecedores	4.695	4.063	9.629	22.403			14.324	26.466
Impostos a recuperar	12.636	4.800	7.947	4.401			20.583	9.201
Contratos a termo	38.890	12.542					38.890	12.542
Títulos e valores mobiliários			5.445	5.012			5.445	5.012
Imobilizado	10.704	5.742	27.550	14.781			38.254	20.523
Intangível	15.262	13.668	15.515	15.180			190.777	170.848
Total dos ativos alocados	187.159	187.995	678.836	488.798			865.995	676.793
Caixa e equivalente de caixa					97.900	97.226	97.900	97.226
Outros ativos					7.434	21.638	7.434	21.638
Demais ativos não alocáveis					105.334	118.864	105.334	118.864
Total do ativo	187.159	187.995	678.836	488.798	105.334	118.864	971.329	795.657
Passivo								
Contas a pagar	91.011	104.527	219.722	182.192			310.733	286.719
Adiantamentos de clientes	3.172	3.669	22.368	11.254			25.540	14.923
Obrigações por cessão de crédito			25.671	24.387			25.671	24.387
Obrigações sociais e trabalhistas	2.227	1.776	5.364	4.841			7.611	6.617
Impostos e contribuições a recolher	659	2.892	415	2.652			1.074	5.544
Contratos a termo	36.288	68					36.288	68
Imposto de renda e contribuição social diferidos			12.823	15.189			12.823	15.189
Total dos passivos alocados	133.357	112.932	286.383	210.515			419.740	353.417
Empréstimos e financiamentos					248.989	184.330	248.989	184.330
Patrimônio líquido					270.364	183.079	270.364	183.079
Outros passivos					32.236	74.801	32.236	74.801
Demais passivos não alocáveis					551.589	442.210	551.589	442.210
Total do passivo e patrimônio líquido	133.357	112.932	286.383	210.515	551.589	442.210	971.329	795.657

25 Instrumentos financeiros (consolidado)

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira e diretoria do Grupo. Sendo que a tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a sociedade contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais.

As operações realizadas pelo Grupo através de instrumentos financeiros são demonstradas abaixo.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Ativos	2018	2017 (ii)
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	97.900	97.226
Contas a receber de clientes (i)	226.331	196.990
Outros créditos	3.061	3.080
Mútuo partes relacionadas	1.327	826
Títulos e valores mobiliários	5.445	5.012
	<u>334.064</u>	<u>303.134</u>
Valor justo por meio do resultado		
Contratos a termo - cambiais	1.525	607
Contratos a termo - commodities	37.365	11.935
	<u>38.890</u>	<u>12.542</u>
	<u>372.954</u>	<u>315.676</u>

- (i) Não considera o valor a receber nas operações de barter, os quais serão liquidados mediante o recebimento de ativos não financeiros.
- (ii) Durante o exercício de 2018, o Grupo adotou a norma CPC 48/ IFRS 9 (Nota 3.5) e reclassificou os ativos financeiros anteriormente classificados como empréstimos e recebíveis para a categoria de ativos financeiros ao custo amortizado.

Passivos	2018	2017 (iii)
Valor justo por meio do resultado		
Fornecedores e outras contas a pagar (iv)	81.065	117.788
Contratos a termo - cambiais	248	68
Contratos a termo - commodities	36.288	
	<u>117.601</u>	<u>117.856</u>
Custo amortizado		
Fornecedores e outras contas a pagar	229.668	168.931
Empréstimos e financiamentos	248.989	184.330
Debêntures	15.852	14.232
Obrigações com títulos securitizados	25.671	24.387
Aquisição de participação societária a pagar	13.646	55.465
Dividendos a pagar	2.490	488
	<u>536.316</u>	<u>447.833</u>
	<u>653.917</u>	<u>565.689</u>

- (iii) Durante o exercício de 2018, o Grupo adotou a norma CPC 48/ IFRS 9 (Nota 3.5) e reclassificou os passivos financeiros anteriormente classificados como outros passivos financeiros para a categoria de passivos financeiros ao custo amortizado.
- (iv) Refere-se a posição de fornecedores de grãos a fixar, onde o valor a pagar tem oscilação do preço de mercado das commodities, até a sua fixação por parte do fornecedor. As oscilações do valor justo são reconhecidas diretamente ao custo das mercadorias vendidas.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Os saldos classificados como instrumentos financeiros referem-se a:

Caixa e equivalentes de caixa - Incluem o caixa, os saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras.

Contas a receber de clientes/fornecedores - Decorrem diretamente das operações do Grupo, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas.

Empréstimos e financiamentos - Contratações realizadas junto a instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.

Contratos a termo financeiro - cambiais/ commodities - Valores referentes ao valor justo de operações de termo de moeda futuro junto a instituições financeiras, bem como, de contratos de venda futura de grãos no mercado a termo.

Obrigações por cessão de crédito - Contratações realizadas junto a empresa Securitizadora (desconto de títulos), registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.

Títulos e valores mobiliários – Aplicações em cotas de capital secundárias em Fundo de Investimento em títulos do Agronegócio - CRA.

Outros créditos – Saldos decorrentes de outras transações com terceiros.

Mútuo com partes relacionadas – Saldo decorrentes de outras transações com partes relacionadas.

25.1 Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados, principalmente, à flutuação das variações cambiais e a preços de *commodities*. O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros de proteção para mitigar sua exposição a esses riscos. O Grupo vem implementando e aprimorando os controles internos para identificar e mensurar os efeitos das transações com as *tradings* e com as instituições financeiras, para que tais transações sejam capturadas, reconhecidas e divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em quaisquer outros ativos de risco.

25.2 Contratos a termo - commodities

Os valores classificados como contratos a termo de commodities referem-se ao valor justo de operações de compra e venda futura de commodities através de contratos a termo junto a produtores rurais e clientes (geralmente tradings).

Os valores justos foram estimados com base em informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações, trazidas a valor presente. (Metodologia descrita na Nota 5).

No quadro abaixo, demonstramos as origens e classificações dos saldos nas demonstrações financeiras.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ganho em contratos de compra e venda futura de commodities (i)	37.365	11.935
Perda em contratos de compra e venda futura de commodities (i)	<u>(36.288)</u>	<u> </u>
	<u>1.077</u>	<u>11.935</u>

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

- (i) Compra e venda futura de commodities: Referem-se aos resultados estimados nas datas bases de elaboração das demonstrações financeiras com a realização de contratos a termo junto a produtores rurais (compra) e clientes (venda) de commodities.

As compras ocorrem em duas modalidades:

Trocas/ operações de barter - Operações de fornecimento e financiamento de insumos agrícolas ao produtor rural prazo safra, com garantia de recebimento através de CPR;

Preço fixo - Operações de compra direta no campo através da oferta de preços para entrega em data futura com garantia contratual de recebimento;

25.3 Contratos a termo – cambiais

Os valores classificados como contratos a termo cambiais referem-se ao valor justo de operações de câmbio para proteção das exposições.

No quadro abaixo, demonstramos as origens e classificações dos saldos nas demonstrações financeiras.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ganho em contratos a termo - cambiais	1.525	607
Perdas em contratos a termo - cambiais	<u>(248)</u>	<u>(68)</u>
	<u>1.277</u>	<u>539</u>

25.4 Posição líquida dos contratos a termo

Os saldos em aberto dessas operações ao final do exercício é como segue:

		<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ganho em contratos de compra e venda futura de commodities	(i)	37.365	11.935
Ganho em contratos a termo - cambiais	(ii)	<u>1.525</u>	<u>607</u>
		38.890	12.542
Perda em contratos de compra e venda futura de commodities	(i)	(36.288)	-
Perdas em contratos a termo - cambiais	(ii)	<u>(248)</u>	<u>(68)</u>
		<u>(36.536)</u>	<u>(68)</u>
		<u>2.354</u>	<u>12.474</u>

- (i) Calculado considerando o preço de liquidação do mercado físico a vista, considerando que essas operações são liquidadas com a entrega (venda) ou recebimento (compra) das commodities negociadas.
- (ii) Calculado conforme critério adotado para instrumentos financeiros classificados no Nível 2 (Nota 5).

25.5 Análises de sensibilidade

Foram realizadas simulações à sensibilidade das posições existentes em 31 de dezembro de 2018 para os riscos significativos identificados como riscos de mercado: preço das commodities e taxas cambiais.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

As simulações foram elaboradas para demonstrar apenas o impacto em possíveis cenários negativos às posições tomadas pelo Grupo.

Como cenários foram utilizados um cenário base provável, aumento de 25% e um aumento de 50%, respectivamente, no caso análise das variações nos preços das commodities, taxas cambiais e taxas de juros, sendo que essas variações foram definidas com base no histórico de mercado e nas projeções realizadas pela Administração em relação às exposições assumidas.

Abaixo, demonstramos os reflexos financeiros para cada risco:

(a) Variações nos preços das commodities

De acordo com sua política de gerenciamento de riscos de mercado, o Grupo compra e vende posições futuras de mercadoria para se proteger do risco de preço de mercado uma vez que os grãos têm seus preços referenciados nas cotações da BM&F e CBOT.

Posição	Toneladas	Posição	Risco	Mercado Atual	+25% Aumento		+50% Aumento	
					Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Soja	(5.652)	Comprada	(6.829)	72,50	90,63	(8.536)	108,75	(10.244)
Milho	13.039	Vendida	7.280	33,50	41,88	9.100	50,25	10.920
Trigo	4.911	Vendida	4.420	54,00	67,50	5.525	81,00	6.629
Exposição líquida			4.870			6.088		7.306

(b) Variações nas taxas cambiais

Posição	Risco	Saldo Nocional	Saldo Fechamento	Mercado Atual	+25% Aumento		+50% Aumento	
					Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Empréstimos e financiamentos	Câmbio	20.551	79.629	3,8748	4,8435	(19.907)	5,8122	(39.815)
Contrato SWAP cambiais	Câmbio	(22.043)	(85.412)	3,8748	4,8435	21.353	5,8122	42.706
Contrato a termo NDFs de compra	Câmbio	(1.500)	(5.812)	3,8748	4,8435	1.453	5,8122	2.906
Contrato a termo NDFs de venda	Câmbio	21.036	81.510	3,8748	4,8435	(20.378)	5,8122	(40.755)
Contratos de compra em Dólar (fornecedores a pagar)	Câmbio	1.500	5.812	3,8748	4,8435	(1.453)	5,8122	(2.906)
Contratos de venda em Dólar (contas a receber)	Câmbio	(2.328)	(9.021)	3,8748	4,8435	2.255	5,8122	4.510
Contratos exportação - contas a receber	Câmbio	(18.629)	(72.184)	3,8748	4,8435	18.046	5,8122	36.092
Antecipação de Contrato de Cambio (ACC)	Câmbio	3.000	11.624	3,8748	4,8435	(2.906)	5,8122	(5.812)
Exposição líquida		1.587	6.148			(1.537)		(3.074)

(c) Variações nas taxas de juros

Posição	Risco	Saldo Nocional	Saldo Fechamento	Mercado Atual	+25% Aumento		+50% Aumento	
					Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Empréstimos e financiamentos / Debentures	CDI	115.544	132.918	6,5%	8,1%	(1.878)	9,8%	(3.755)
Contrato SWAP	CDI	86.573	86.573	6,5%	8,1%	(1.407)	9,8%	(2.814)
Exposição líquida		202.117	219.491			(3.284)		(6.569)

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

26 Outras divulgações sobre o fluxo de caixa (consolidado)

(a) Dívida líquida

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Empréstimos e financiamentos	248.989	184.330
Debêntures	15.852	14.232
Caixa e equivalentes de caixa	<u>(97.900)</u>	<u>(97.226)</u>
Dívida líquida	<u>166.941</u>	<u>101.336</u>

As Obrigações por cessão de crédito (Nota 15) não estão sendo consideradas como parte da dívida líquida do Grupo, uma vez que serão liquidadas com os recebíveis securitizados, sem a expectativa de desembolso para o Grupo.

(b) Movimentação da dívida líquida

	<u>Empréstimos bancários</u>	<u>Debêntures</u>	<u>Caixa e equivalentes</u>	<u>Dívida líquida</u>
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2017	131.352		(25.433)	105.919
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa				
Obtenção de empréstimos/ emissão de títulos	175.228	14.000		189.228
Pagamento de empréstimos	(123.755)			(123.755)
Pagamento de juros	(8.665)			(8.665)
Caixa e equivalente de caixa gerado			(71.793)	(71.793)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa				
Juros provisionados	8.440	232		8.672
Variações monetárias/cambiais	1.730			1.730
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2017	184.330	14.232	(97.226)	101.336
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa				
Obtenção de empréstimos	227.203			227.203
Pagamento de empréstimos	(202.764)			(202.764)
Pagamento de juros	(6.942)			(6.942)
Variações monetárias/cambiais	1.080			1.080
Caixa e equivalente de caixa gerado	-		(674)	(674)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa				
Juros provisionados	23.910	1.620		25.530
Aquisição de controlada	22.172			22.172
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2018	<u>248.989</u>	<u>15.852</u>	<u>(97.900)</u>	<u>166.941</u>

(c) Transações não caixa

Em 2018 foram adquiridos o montante de R\$ 3.235 em veículos através de operações de leasing e CDC, que não geraram movimentação de caixa no exercício e por isso são desconsiderados na Demonstração de fluxo de caixa.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

27 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas têm programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

<u>Cobertura do Seguro</u>	<u>Consolidado</u>
Patrimonial e Estoques	44.680
Frotas	1.610

28 Eventos subsequentes

a) Incorporação de controlada

Em 4 de janeiro de 2019, a empresa controlada Agro100 efetuou a incorporação integral da empresa controlada Nutri100. A incorporação se deu aos valores dos livros contábeis. Essa incorporação ocorreu com a finalidade de reduzir custos operacionais e melhorar o atendimento aos clientes, devido a sinergia entre as empresas, a fim de reduzir custos operacionais e melhorar o atendimento aos clientes.

b) Cenário de pandemia

No final do primeiro trimestre de 2020, tendo em vista o cenário de pandemia mundial, a Companhia verificou a necessidade imediata de dedicar seus esforços a prevenção e combate ao Coronavírus.

Antes mesmo que as autoridades brasileiras determinassem que as empresas privadas tomassem qualquer medida de prevenção, ao final de fevereiro de 2020 a Companhia divulgou amplamente as orientações preventivas a serem seguidas por seus funcionários como medida para evitar contágio. Ainda em março de 2020 foi instituído o comitê de crise, divulgando amplamente o plano de contingência para enfrentamento ao COVID-19, bem como consultoria com médico infectologista e monitoramento de casos suspeitos e confirmados de Coronavírus. É importante destacar que os serviços prestados pela Companhia sempre estiveram de acordo com a classificação federal de serviços essenciais, através do Decreto Federal nº 10.282/20.

As ações imediatas para contenção da crise envolveram o cancelamento de eventos, viagens, reuniões, treinamento e processo seletivo presenciais, intensificação da higienização dos ambientes e mobiliários da empresa, afastamento dos funcionários do grupo de risco e investimento em adequações para alocação de equipes em home office, além de adaptações às regras de distanciamento social nos sites do Grupo.

Diante das incertezas relacionadas ao cenário de pandemia, que ainda persiste, o Grupo mantém avaliação contínua sobre os possíveis impactos que podem ocorrer em suas operações em relação a:

- Insumos necessários ao desenvolvimento das atividades;
- impactos nas vendas; e
- Impactos no fluxo de caixa do Grupo, e se há um aumento significativo no risco de crédito.

Até a presente data, a Administração não identificou impactos significativo da pandemia sobre suas operações e não espera que o cenário de pandemia afete os resultados e/ou plano de expansão da Companhia e suas controladas. Na data em que a Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas em 2019, a administração determinou que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a capacidade da entidade de continuar operando nos próximos 12 meses.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Possibilidade de Initial Public Offering (IPO)

Em julho de 2020, os acionistas do Grupo avaliaram a possibilidade de acessar o mercado de capitais e decidiram proceder com uma reestruturação societária para viabilizar essa operação. Nesse contexto, a administração do Grupo procedeu com determinados movimentos societários, com o objetivo de efetuar a distribuição primária de ações de sua nova estrutura, denominada Agrogalaxy, após o registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e ser listada no Novo Mercado.

Em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 17 de dezembro de 2020, foi deliberada e aprovada as seguintes matérias:

- a submissão pela Agrogalaxy do pedido de registro de companhia aberta na categoria “A” perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480.
- a submissão à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão: (a) do pedido de adesão do Agrogalaxy ao Novo Mercado; e (b) do pedido de admissão à negociação das ações do Agrogalaxy na B3, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado, ficando a Diretoria do Agrogalaxy autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado.

Os movimentos societários realizados pela administração do Grupo para viabilizar essa operação, foram os seguintes:

Reestruturação societária da Companhia

Em 30 de outubro de 2020, os acionistas não controladores da Agrototal Holding S.A. ("Agrototal"), controlada direta da Agro Control Participações S.A. ("Agro Control"), e controlada indireta da Companhia, efetuaram aporte de capital na Companhia após terem trocado suas ações da Agrototal por ações da Agro Control. Como resultado dessa reestruturação, a Companhia passou a deter 100% de participação, nas empresas, Agro Control e Agrototal, controladas direta e indireta, respectivamente. Os passos dessa reestruturação foram os seguintes:

- os acionistas não controladores da Agrototal efetuaram o aporte de capital na Agro Control com a conferência de ações que esses detinham na Agrototal, equivalentes a 33,5% do capital social da empresa. Nesse evento, o capital social da Agro Control foi aumentado de R\$ 32.281 para R\$ 87.066, mediante a emissão de 114.182.720 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e
- os então acionistas não controladores da Agro Control efetuaram o aporte de capital na Companhia, com a conferência das ações que esses detinham na Agro Control, equivalentes a 33,5% do capital social da empresa. Nesse evento, o capital social da Companhia foi aumentado de R\$ 35.035 para R\$ 90.820, mediante a emissão de 115.208.697 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Reestruturação societária do Agrogalaxy Participações S.A. (“Agrogalaxy”, anteriormente Agro Trends Participações S.A.)

Em 30 de outubro de 2020, a Companhia e a Agro Advance Participações S.A. (“Agro Advance”) foram incorporadas pela Agro Trends Participações S.A. (“Agro Trends”), a qual foi determinada como adquirente legal e que, nessa mesma data alterou a sua razão social para Agrogalaxy Participações S.A. (“Agrogalaxy”). Nessa operação, de acordo com as regras contábeis aplicáveis, a Companhia foi determinada como adquirente contábil e, portanto, as demonstrações financeiras do Agrogalaxy serão apresentadas como uma continuidade das demonstrações financeiras da Companhia.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Esta reestruturação ocorreu com a troca de ações, por valores negociados entre as partes, em uma operação entre companhias que não possuem controle comum e, portanto, representa uma combinação de negócios sob o escopo do CPC 15 (R1)/ IFRS 3 Combinação de negócios, apresentada considerando o método de aquisição. Como parte da avaliação da Administração, para fins de combinação de negócios, a Companhia foi considerada a adquirente contábil (apesar de ser a empresa legalmente incorporada/ adquirida) e a Agro Trends, assim como a Agro Advance, foram consideradas as empresas adquiridas, (apesar de a Agro Trends ser incorporadora e a entidade sobrevivente legal), configurando uma situação de aquisição reversa.

Também em 30 de outubro de 2020, as empresas concluíram a obtenção de todas autorizações, renúncias, consentimentos e aprovações de terceiros necessárias para a consumação dessa operação. Desta forma, a transação foi legalmente implementada por meio de troca de ações, com a extinção da Companhia e a Agro Advance, nos termos do artigo 219, inciso II, da Lei das S.A. e estabelecendo o AgroGalaxy (antiga Agro Trends) como sucessora de todos os direitos e obrigações das empresas extintas.

A referida operação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, que aprovou a combinação dos negócios dessas empresas, por meio da incorporação da Companhia e da Agro Advance pela Agro Trends, nos termos do artigo 1.117 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dos artigos dos artigos 224 e 225 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), conforme termos do Protocolo e Justificação de Incorporação da Companhia pela Agro Trends e do Protocolo de Justificação de Incorporação da Agro Advance pela Agro Trends, celebrados em 23 de outubro de 2020.

Como resultado dessa combinação, os acionistas que detinham ações da Agro Key, antes da incorporação, passaram a deter, em conjunto, 44,10% do capital social total e votante da AgroGalaxy (entidade após a combinação de negócios), enquanto que os acionistas originais da Agro Trends passaram a deter, em conjunto, 41,7% do capital social total e votante da AgroGalaxy, e os acionistas originais da Agro Advance passaram a deter, em conjunto, 14,2% do capital social total e votante da AgroGalaxy. A contraprestação transferida ocorreu pela relação de substituição de ações, sendo determinado a seguinte relação: 1,12746 ação ordinária de emissão da AgroGalaxy por cada ação ordinária de emissão da Agro Key e 0,93942 ação ordinária de emissão da AgroGalaxy por cada ação ordinária de emissão da Agro Advance. A seguir a relação de trocas:

Composição acionária da AgroGalaxy, para cálculo do preço da transação ao valor justo:	Quantidade de ações	% de participação
Total de ações da Agro Trends antes da transação	288.408.922	41,70%
Total de ações emitidas e integralizadas pelos acionistas da Agro Key	305.027.736	44,10%
Total de ações emitidas e integralizadas pelos acionistas da Agro Advance	98.205.960	14,20%
	<u>691.642.618</u>	<u>100,00%</u>

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

O valor justo da contraprestação transferida das companhias adquiridas, em 30 de outubro de 2020, é como segue:

Número de ações da Agro Key	343.906.555
Multiplicado pela relação de troca de 0,88695 ações da AgroGalaxy para cada ação ordinária da Agro Key	305.027.736
Multiplicado pelo valor justo das ações da AgroGalaxy (R\$)	1,56
Valor justo da contraprestação transferida (R\$ mil)	475.375
Número de ações da Agro Advance	91.666.828
Multiplicado pela relação de troca de 1,07133 ações da AgroGalaxy para cada ação ordinária da Agro Advance	98.205.960
Multiplicado pelo valor justo das ações da AgroGalaxy (R\$)	1,61
Valor justo da contraprestação transferida (R\$ mil)	157.760
Valor justo da contraprestação total transferida (R\$ mil)	633.135

A alocação do valor justo aos ativos e passivos das companhias adquiridas foi efetuada conforme demonstrativo a seguir:

<u>Alocação</u>	<u>Agro Trends</u>	<u>Agro Advance</u>	<u>Total</u>
Mais valia dos estoques	17.656	4.367	22.023
Mais valia do imobilizado	5.178	1.235	6.413
Valor justo da carteira clientes	124.768	46.925	171.693
Subtotal mais valia	147.602	52.527	200.129
Efeito tributário	(50.185)	(17.859)	(68.044)
Ágio	260.267	67.025	327.291

Como resultado da combinação de negócios, espera-se que a Agrogalaxy aumente a sua representatividade e presença nesses mercados. Consequentemente, a consolidação dessas operações em uma única estrutura administrativa também deve resultar na redução de custos por meio de economias de escala.

O total do ágio demonstrado acima refere-se ao ágio apurado nessa aquisição, e foi atribuído a rentabilidade futura decorrente das economias de escala esperadas da combinação das operações do Grupo. A administração não tem a intenção de utilizar o ágio reconhecido como despesa dedutível para fins de imposto de renda.

O valor justo dos ativos intangíveis identificáveis adquiridos de R\$ 171.693, refere-se ao valor justo da carteira de clientes, estimado com base na observação da recorrência de transações dos últimos três anos. Nessa avaliação, foi considerada taxa de mortalidade (*churn rate*) aplicada no horizonte de projeção de 11,2% a.a. e taxa de desconto de 12,2% a.a. A vida útil econômica estimada para esse ativo foi de 10 anos. Considerando que não há um planejamento tributário que permita da utilização do benefício tributário sobre a amortização deste ativo, a administração constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 58.376, sobre valor justo alocado para esse ativo. A Administração não identificou outros ativos intangíveis elegíveis e relevantes para alocação do preço da combinação de negócios referente a essa transação.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

A mais valia que compõe o valor justo dos estoques adquiridos foi de R\$ 22.023, mesurados com base no valor de mercado dos produtos em estoque em 30 de outubro de 2020, líquidos das despesas de venda. Sobre a mais valia dos estoques foram reconhecidos os efeitos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 7.488.

A mais valia que compõe o valor justo dos bens do ativo imobilizado adquiridos foi de R\$ 6.143. Sobre a mais valia do imobilizado foram reconhecidos os efeitos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 2.180.

Relatório da Administração sobre os Resultados Consolidados

EBITDA¹ TOTALIZA R\$ 45,4 MILHÕES EM 2018, NO PRIMEIRO ANO DE OPERAÇÃO FULL

São Paulo, 20 de outubro de 2020 – Agro Key Participações S.A. divulga seus resultados do exercício de 2018. Os comentários aqui incluídos referem-se aos resultados consolidados em IFRS, cujas comparações têm como base o mesmo período de 2017, conforme indicado.

I. MENSAGEM DA DIRETORIA

Somos um dos maiores grupos no setor de varejo de insumos agrícolas do Brasil, com presença consolidada no Sul e Sudeste do Brasil. Operamos no varejo tradicional, no segmento de produção de sementes de soja, localizados nos Estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo, atendendo principalmente os produtores de grãos de soja, milho e trigo. Nossas lojas possuem em média 1.000m², o que nos permite oferecer a entrega de insumos agrícolas no momento mais adequado para os produtores rurais, os quais possuem suas propriedades agrícolas em regiões muitas vezes distantes dos grandes centros urbanos, com desafios logísticos inerentes ao negócio.

Em 11 de abril de 2017, a Companhia tornou-se controladora da Agro Control Participações Ltda. (sociedade transformada em sociedade anônima em 25 de julho de 2017, logo após a transferência de seu controle, passando sua denominação social a ser Agro Control Participações S.A.) (“Agro Control”), adquirindo parte das quotas dos sócios à época, resultando na participação de 99,99% de seu capital social e, em 16 de agosto de 2017, a Agro Control adquirindo parte das ações dos acionistas à época, resultando na participação de 70% de seu capital social, conseqüentemente, passou a deter indiretamente o controle das sociedades Nutri 100 Agro Ltda. e Bussadori, Garcia e Cia Ltda. Em 9 de novembro de 2018 a Companhia adquiriu 100% das cotas da Agro Ferrari Produtos Agrícolas Ltda (“Agro Ferrari”), a qual atua principalmente no sul do Estado de São Paulo.

Atuamos desde 1996 com o varejo de insumos agrícolas no Brasil. Também somos especialistas na prestação de serviços técnicos aos nossos clientes, oferecendo o conhecimento de 125 Consultores Técnicos de Venda (CTV), através de análises das características químicas de solo e apresentando as melhores soluções para alta produtividade agrícola, totalizando 638 colaboradores com foco em sempre buscar o melhor entendimento do nosso cliente, oferecer o melhor sortimento, além de uma operação diferenciada, entregando serviço e experiência a fim de garantir a melhor produtividade rural.

Todas as nossas iniciativas internas e externas têm como objetivo final garantir que entendemos e servimos o nosso cliente da melhor maneira possível. Temos indicadores, acompanhados diariamente por diversas áreas, que medem tanto o encantamento do nosso cliente, caso da metodologia *Net Promoter Score (NPS)*, bem como, os processos e padrões da loja, chamado de Pegada Rural. Esses são exemplos práticos da nossa cultura, que está preocupada em servir com excelência e garantir um relacionamento de longo prazo com nossos clientes.

Nossas vendas passam por rigoroso processo de aprovação de crédito, de acordo com política específica, que visam minimizar os riscos de inadimplência da operação. Usamos sistema integrado de apoio para realizar tais análises de créditos, garantindo a governança de liberação de

¹ Se refere ao EBITDA ajustado, conforme reconciliação no item V).

pedidos. Utilizamos instrumentos de garantia tais como: Certificado de Produto do Agronegócio (CPR), alienações fiduciárias, hipotecas e seguro de safra, além de operações de barter (troca de produto) em linha com nossas políticas de crédito e de gestão de risco.

II. DESTAQUES

Em 2018 houve a aquisição de 100% da participação na Agro Ferrari Produtos Agrícolas EIRELI (“Agro Ferrari”), pela Agro Total Holding S.A., controlada indireta da Agro Key, que atua na região sul do Estado de São Paulo, com 3 lojas, através de 23 Consultores Técnicos de Vendas (CTV) atingindo um faturamento anual em 2018 de R\$ 109,0 milhões.

Cabe destacar que este ano de 2018 foi o ano que os números operacionais refletidos nas demonstrações financeiras, refletem a totalidade de doze meses (ano completo), com isso, os destaques de aumento são expressivos, visto que a operação em 2017, consolidou apenas quatro meses de operação.

O ano de 2018 o crescimento da receita foi de R\$ 885,7 milhões, dado a consolidação da Agro Total em 2017 ser a partir de agosto. O crescimento da receita está baseado através da expansão com 4 novas lojas (3 advindas da Agro Ferrari), focando na abertura de novas filiais que irão auxiliar na expectativa de crescimento futuro.

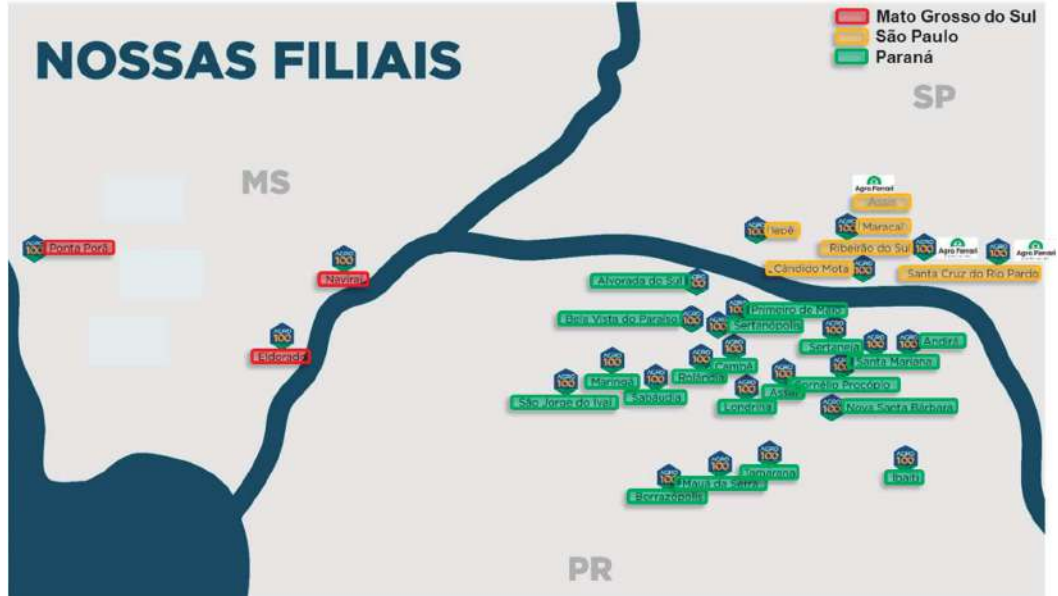
III. ANÁLISE DO DESEMPENHO OPERACIONAL

a) Dados operacionais

	2018	2017
 Lojas (# Unidades)	30	26
 Silos (# Unidades)	15	15
 Colaboradores (# pessoas)	638	470
 Vendedores (# pessoas)	125	68
 Recebimento de Grãos (Scs Mil)	9.310	11.526
 UBS(*) (Sementes) (# Unidades)	1	1

(*) UBS = Unidade de Beneficiamento de Sementes

b) Nossas filiais



IV. SUSTENTABILIDADE

Gestão de resíduos:

Em todas as nossas unidades temos, parcerias / associação com empresas para o recolhimento e armazenagem corretas das embalagens vazias, dando assim, condições ao produtor rural na correta destinação dos materiais.

Produtos biológicos:

Temos fortemente estimulado a venda de produtos biológicos e ambientalmente sustentáveis no mercado e em toda a cadeia de produção.

Monitoramento das áreas de plantio:

Em nosso processo de aprovação de crédito e liberação de faturamento aos produtores rurais, executamos procedimentos para garantir que não haja:

- Uso de trabalho escravo ou infantil;
- Plantio em áreas embargadas pelos órgãos de controle ambiental; e
- Áreas sem a devida devolução das embalagens.

Colaboradores:

Com aproximadamente 638 funcionários, espalhados pelo Sul, Sudoeste e Sudeste do Brasil. Nossos colaboradores carregam o *mindset* da Companhia e são nosso maior ponto de contato com nossos clientes nas lojas físicas. A Companhia possui boas práticas adotadas nos últimos anos em diversos programas da área de operações, tais como: manuais operacionais de loja, treinamentos, programa de excelência de vendas, plataforma online interna de divulgação de comunicados, vídeos de treinamentos, competições e etc.

Realizamos anualmente treinamentos voltados aos nossos colaboradores, para capacitação técnica, melhorias operacionais e excelência na prestação de serviços, focando as equipes comerciais e aos nossos clientes, nossos “dia-de-campo”, que são mais de 400 ao ano, que em resumo demonstram através de palestra técnicas e demonstração de campos lado-a-lado novas tecnologias, soluções e argumentação técnica.

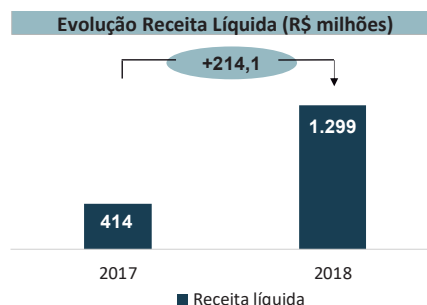
V. DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

Resumo Resultado Anual <i>Em milhares de R\$</i>	Consolidado		Var. \$	Var. (%)
	2018	2017		
Receita líquida	1.299.313	413.607	885.706	214,1%
(-) Custo das mercadorias vendidas	(1.131.415)	(376.134)	(755.281)	200,8%
Lucro bruto	167.898	37.473	130.425	348,1%
<i>% receita líquida</i>	<i>12,9%</i>	<i>9,1%</i>	<i>3,9 p.p.</i>	<i>42,6%</i>
(-) despesas de vendas	(35.166)	(9.136)	(26.030)	284,9%
(-) despesas administrativas	(78.566)	(33.923)	(44.643)	131,6%
(-) outras receitas e despesas operacionais	1.275	836	439	52,5%
Lucro antes do resultado financeiro (a)	55.441	(4.750)	60.191	-1267,2%
<i>% receita líquida</i>	<i>4,3%</i>	<i>-1,1%</i>	<i>5,4 p.p.</i>	<i>-471,5%</i>
(-) Resultado financeiro	(39.822)	18.845	(58.667)	-311,3%
(-) Imposto de renda e contribuição social	(9.401)	(3.261)	(6.140)	188,3%
(=) Lucro líquido	6.218	10.834	(4.616)	-42,6%
<i>% receita líquida</i>	<i>0,5%</i>	<i>2,6%</i>	<i>-2,1 p.p.</i>	<i>-81,7%</i>
(+) Depreciação e amortização (b)	10.212	3.697	6.515	176,2%
EBITDA Contábil (a) + (b)	65.653	(1.053)	66.706	-6334,9%
<i>% receita líquida</i>	<i>5,1%</i>	<i>-0,3%</i>	<i>5,3 p.p.</i>	<i>-2084,7%</i>
(+/-) Valor justo commodities	(10.907)	-	(10.907)	--
(+/-) Variação cambial operacional	(9.632)	(1.046)	(8.586)	820,8%
(+/-) Receita e despesas não recorrentes	315	-	315	--
EBITDA Ajustado	45.429	(2.099)	47.528	-2264,3%
Margem EBITDA Ajustado	3,5%	-0,5%	4,0 p.p.	-789,0%

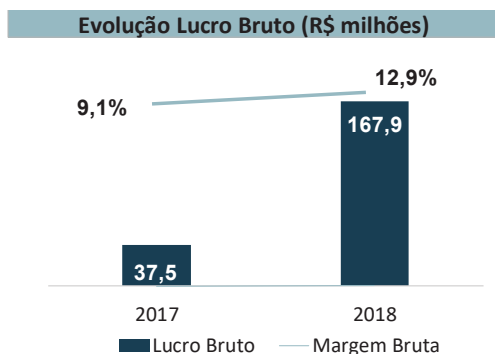
O exercício de 2018 foi marcado por resultados positivos em Receita Líquida (+214,1%) e Lucro Bruto (+348,1%). O ano demonstra o resultado da operação nos 12 meses do ano versus 4 meses em 2017. O lucro líquido de 2018 fechou em R\$ 6,2 milhões redução de R\$ 4,6 milhões (-42,6%) em relação a 2017, contudo aqui houve o reconhecimento de efeitos financeiros na provisão a valor justo de contratos à termo, reconhecimento de juros de ajuste à valor presente, juros sobre empréstimos e descontos recebidos. O EBITDA Ajustado fechou o ano de 2018 em R\$ 45,4 milhões, visto que em 2017 representou apenas 4 meses.

Receita Líquida

A receita líquida com venda de insumos agrícolas cresceu R\$ 300,1 milhões (+151,7%) e a receita líquida com venda de grãos cresceu R\$ 585,6 (+271,4%), totalizando um crescimento de R\$ 885,7 milhões (+214,1%), quando comparados os períodos temos doze meses em 2018 versus quatro meses em 2017, quando da aquisição dos controles das empresas operacionais.



Margem Bruta (lucro bruto)

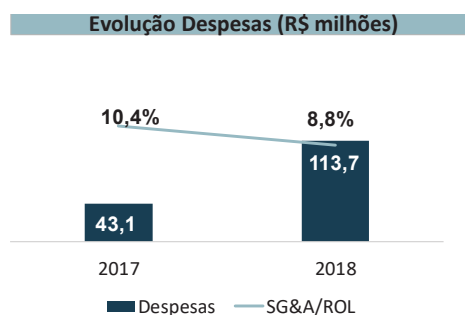


A Margem Bruta atingiu o patamar de 12,9%, um crescimento de 3,9 p.p., ou seja R\$ 130,4 milhões em relação ao ano anterior.

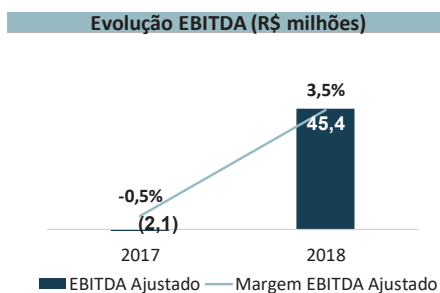
O desafio de melhoria de margem, demonstra que o portfólio, estratégia com fornecedores e equilíbrio na venda do mix ideal ao produtor, estão adequados para garantir o crescimento esperado.

SG&A – Despesas com Vendas, Administrativas e Gerais

As despesas de vendas, administrativas e gerais cresceram R\$ 26,0 milhões e R\$ 44,6 milhões respectivamente, totalizando um crescimento de R\$ 70,7 milhões. Esse crescimento está em linha com a consolidação dos números do ano de 2018 versus 4 meses em 2017, com a ampliação das estruturas administrativas e vendas, principalmente em expansão e nas estruturas da matriz, para construção de um *backoffice* e de governança necessária para os próximos anos.



EBITDA Ajustado²



O EBITDA ajustado² da operação foi de R\$ 45,4 milhões em 2018, aumento de R\$ 47,5 milhões em comparação com 2017, revertendo o resultado negativo do ano anterior, e a margem EBITDA atingiu 3,5%. O aumento refere-se principalmente a avaliação de doze meses em 2018 versus 4 meses em 2017, mesmo assim, verificamos leve melhoria no percentual de lucro bruto.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro (despesa líquida) no período foi de R\$ 39,8 milhões contra uma receita de R\$ 18,8 milhões de 2017. Esse incremento ocorre devido a termos os doze meses de 2018 versus 4 meses em 2017, além das seguintes variações: (i) apropriação dos juros do ajuste à valor presente de clientes e fornecedores no montante líquido de despesa de R\$ 17,5 milhões, demonstrando a operação do ano inteiro; (ii) variação do valor justo dos contratos a termos de commodities em R\$ 17,5 milhões; (iii) descontos auferidos com fornecedores ao final do

² EBITDA ajustado desconsidera os ganhos ou perdas com variação no valor justo de commodities, adiciona a variação cambial operacional quando referente a proteção da receita ou do custo dos produtos liquidados e receita e/ou despesas não recorrentes (exemplo crédito extemporâneo, consultoria de reestruturação, despesas compartilhadas / fee de consultoria e gastos com M&A).

exercício de 2017 superior em R\$ 6,5 milhões; (iv) variação cambial e valor justos dos derivativos cambiais em R\$ 6,2 milhões.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios que representa 5% do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal de 5%, de acordo com as demonstrações financeiras. A proposta de distribuição do resultado deverá ser aprovada em Assembleia Geral.

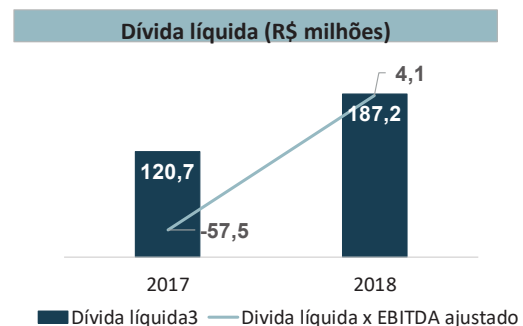
Investimentos

Os investimentos operacionais somaram R\$ 20 milhões, assim distribuídos: (i) R\$ 8,5 milhões em veículos operacionais, (ii) R\$ 5,3 milhões em instalações e imobilizado em andamento para filiais existentes, bem como, abertura de novas lojas e adequações, (iii) R\$ 4,0 milhões em máquinas e equipamentos para silos e sementeira, (iv) R\$ 0,7 móveis e utensílios, (v) R\$ 1,1 terrenos. O total foi 108,0% superior aos R\$ 9,6 milhões de 2017, em função de investimentos em silos e novas lojas (reformas, edificações e veículos), além de equipamentos para sementeira (UBS – Unidade de Beneficiamento de Sementes).

Geração Operacional de Caixa e Endividamento

A aplicação operacional de caixa em 2018 foi de R\$ 11,3 milhões, frente a uma aplicação em 2017 de R\$ 22,5 milhões. O resultado positivo de R\$ 1,2 milhões teve seu efeito no: (i) aumento do prazo de pagamento com fornecedores e redução de antecipações e compras à vista. Em contrapartida houve: (ii) aumento do imposto de renda pago no período; (iii) consumo pelo crescimento do contas à receber com o grande volume de vendas em 2018 (capital de giro).

A dívida líquida ajustada³ correspondeu ao montante de R\$ 187,2 milhões em 2018, frente a uma dívida líquida ajustada de 120,7 milhões em 2017, um aumento de R\$ 66,5 milhões. Esse aumento deu-se principalmente com novas linhas de empréstimos e financiamentos tomados para suportar o crescimento das vendas, auxiliando no financiamento ao produtor rural, bem como, pela aquisição da parcela da AgroFerrari no montante de R\$ 10,0 milhões.



Inadimplência

Os títulos vencidos acima de 360 dias totalizaram o montante de R\$ 29,1 milhões no período, dos quais há provisão para perda no montante de sua totalidade. Esses títulos vencidos referem-se principalmente a (i) títulos de longa data; (ii) títulos em renegociação que tem garantia real. Dado

³ Dívida líquida ajustada considera os valores de empréstimos e financiamento (circulante e não circulante), obrigações com cessão de crédito e/ou títulos securitizados, obrigações com arrendamento de veículos (leasing bancário ou com locadoras de veículos), deduzindo caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários.

a sazonalidade dos nossos clientes com a principal cultura de soja terem um ciclo a cada ano, as renegociações tendem a ter um prazo para quitação no mínimo acima de um ano.

Hedge moeda estrangeira e de commodities agrícolas

A Companhia realiza operações em moeda estrangeira e com commodities agrícolas, principalmente em aquisição de insumos agrícolas, tais como fertilizantes, venda de grãos e em operações de empréstimos para capital de giro. Essas operações, conforme a política interna, são protegidas contra tais variações, através de contratação de operações de NDF (Non Deliverable Forward), Swap cambial, mercado futuro (Chicago, B3), barter (troca de insumos por grãos através de head natural). As posições em aberto em 31 de dezembro de 2018 reconhecidas ao valor justo eram: a) contratos a termo – commodities (líquido ativo e passivo) ganho de R\$ 1,1 milhão (ganho de R\$ 11,9 milhões em 2017); b) ganho em contratos cambiais R\$ 1,3 milhão (ganho de R\$ 0,5 milhão em 2017);

Agro Key
Participações S.A.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2017
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Agro Key Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Agro Key Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Agro Key Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agro Key Participações S.A. e da Agro Key Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reemissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Chamamos a atenção para a Nota 2.1 às demonstrações financeiras, que descreve a atualização e reemissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido a intenção da Companhia de se registrar na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para o processo de abertura de capital (Nota 32(d)). Emitimos nosso relatório do auditor independente original com data de 18 de julho de 2018 sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas aprovadas para emissão em 18 de julho de 2018.

Agro Key Participações S.A.

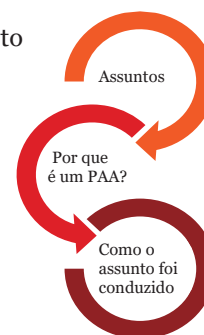
Devido a atualização descrita na Nota 2.1, estamos emitindo novo relatório do auditor independente sobre as novas demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas pela administração da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase - Aprovação dessas demonstrações financeiras pela administração de sua sucessora legal

Chamamos a atenção para a Nota 32(d) as demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia foi incorporada pela AgroGalaxy Participações S.A. em 30 de outubro de 2020, que a sucedeu em todos os seus direitos e obrigações, inclusive na aprovação da reemissão dessas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Combinação de negócios - aquisição da Agrototal Holding S.A. e suas controladas

Conforme descrito na Nota 13 às demonstrações financeiras, em 2017, a Companhia adquiriu o controle da empresa Agrototal Holding S.A. e suas controladas.

Esta transação foi avaliada como uma combinação de negócios sob o escopo da norma CPC 15 (R1)/IFRS 3 - "Combinação de Negócios", a ser contabilizada pelo método de aquisição. Tal método considera, entre outros, a determinação dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos, bem como do ágio ou ganho por compra vantajosa, nos casos do custo de aquisição ser superior ou inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, respectivamente.

Consideramos essa área como de foco na auditoria devido ao nível de julgamento envolvido na

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento dos processos estabelecidos pela administração, na aplicação do CPC 15 (R1)/IFRS 3 - "Combinação de Negócios", incluindo a determinação do adquirente contábil e os modelos de cálculo para determinação da alocação do preço de compra.

Avaliamos os procedimentos adotados pela administração na determinação do adquirente contábil, os quais incluíram o entendimento da avaliação realizada pela administração para a avaliação dessa combinação de negócios, a análise dos atos societários que formalizaram a transação e a verificação dos efeitos contábeis resultantes dessa transação nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.



Agro Key Participações S.A.

Porque é um PAA

identificação e na determinação dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos, bem como do ágio apurado.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com o apoio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade da metodologia e discutimos as principais premissas adotadas na identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, comparando-as com dados observáveis de mercado e/ou segmento de atuação, quando aplicável, e com informações históricas disponíveis, bem como com o contrato que formalizou a transação.

Avaliamos a competência e a objetividade dos especialistas externos contratados pela administração para a emissão do laudo de alocação do preço de compra na combinação de negócios.

Avaliamos a adequação das divulgações sobre a natureza e os efeitos financeiros da combinação de negócios efetuada pela Companhia.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos da administração para determinar o adquirente contábil e os efeitos dessa transação nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, bem como os julgamentos e premissas utilizados pela administração no processo de identificação e mensuração dos valores justos dos ativos adquiridos e passivo assumidos nas transações são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes do exercício anterior

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins comparativos e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas.

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a



Agro Key Participações S.A.

formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As



Agro Key Participações S.A.

distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Agro Key Participações S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 31 de dezembro de 2020

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Luciana Teixeira Lopes".

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Luis Fernando de Souza Maranhã".

Luis Fernando de Souza Maranhã
Contador CRC 1SP201527/O-5

Índice:

Balanços patrimoniais	2
Demonstrações do resultado	3
Demonstrações do resultado abrangente	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstrações dos fluxos de caixa	6
Demonstração do valor adicionado	7
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1. Contexto operacional	8
2. Base de preparação	8
3. Principais políticas contábeis	9
4. Estimativas contábeis e julgamentos críticos	22
5. Gestão de risco financeiro	24
6. Caixas e equivalentes de caixa	30
7. Contas a receber de clientes (Consolidado)	31
8. Estoques (Consolidado)	32
9. Adiantamentos a fornecedores (Consolidado)	33
10. Impostos a recuperar (Consolidado)	33
11. Investimentos (Controladora)	33
12. Imobilizado (Consolidado)	35
13. Intangível (Consolidado)	36
14. Fornecedores e outras contas a pagar (Consolidado)	37
15. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)	38
16. Obrigações por cessão de crédito	39
17. Obrigações trabalhistas e sociais (Consolidado)	40
18. Obrigações tributárias (Consolidado)	40
19. Adiantamentos de clientes (Consolidado)	40
20. Contingências	40
21. Patrimônio líquido	41
22. Partes relacionadas (Consolidado)	43
23. Receita operacional líquida (Consolidado)	45
24. Custos das vendas, por natureza (Consolidado)	45
25. Despesas administrativas e de vendas, por natureza (Consolidado)	46
26. Resultado financeiro (Consolidado)	47
27. Imposto de renda e contribuição social (Consolidado)	48
28. Informações por segmento	48
29. Instrumentos financeiros	50
30. Outras divulgações sobre o fluxo de caixa (consolidado)	54
31. Seguros	55
32. Evento subsequente	55

Agro Key Participações S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016 (não auditado)	2017	2016 (não auditado)		2017	2016 (não auditado)		
Caixa e equivalentes de caixa	6	1	335	97.226	Fornecedores e outras contas a pagar	14	2	286.719		
Contas a receber de clientes	7			241.092	Empréstimos e financiamentos	15		153.870		
Estoques	8			189.786	Debêntures	15.1		14.232		
Adiantamentos a fornecedores	9		11	26.466	Obrigações por cessão de crédito	16		24.387		
Impostos a recuperar	10	1		9.112	Obrigações trabalhistas e sociais	17		6.617		
Contratos a termo	29			12.542	Obrigações tributárias	18		5.545		
Outros créditos			214	2.979	Contratos a termo	29		68		
Mútuos com partes relacionadas	22	508		726	Adiantamentos de clientes	19		14.923		
Total do ativo circulante		510	560	579.929	Aquisição de participação societária a pagar	11		55.465		
					Dividendos a pagar	21.4		488		
Títulos e valores mobiliários	16.1			5.012	Total do passivo circulante			490	562.314	
Contas a receber de clientes	7			1.323	Empréstimos e financiamentos	15		30.460		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27			3.078	Imposto de renda e contribuição social diferidos	27		15.189		
Impostos a recuperar	10			89	Total do passivo não circulante				45.649	
Mútuos com partes relacionadas	22			100	Total do passivo			490	607.963	
Outros créditos				101	Patrimônio líquido					
				9.703	Capital social	21		18.379	18.379	
Investimento	11	152.669		59	Reserva de capital	21.1		129.404	129.404	
Imobilizado	12			21.340	Reserva de lucros	21.2		4.906	4.906	
Intangível	13			184.627	Prejuízo acumulado	21.3		(648)		
Total do ativo não circulante		152.669		215.729	Participação dos não controladores			152.689	152.689	
					Total do patrimônio líquido				35.006	
Total do ativo		153.179	560	795.658	Total do passivo e patrimônio líquido			152.689	187.695	
								153.179	795.658	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Key Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>
Receita operacional líquida	23		(não auditado)	413.607
Custo das vendas e dos serviços prestados	24			(376.134)
Lucro bruto				37.473
Despesas de vendas	25			(9.136)
Despesas administrativas	25	(402)	(642)	(33.923)
Outros resultados operacionais		(9)	(1)	836
Resultado de equivalência patrimonial	11	6.457		
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		6.046	(644)	(4.750)
Despesas financeiras	26	(6)	(5)	(16.804)
Receitas financeiras	26	2	1	35.649
Resultado financeiro		(4)	(4)	18.845
Resultado antes dos impostos		6.042	(648)	14.095
Imposto de renda e contribuição social correntes	27			(6.997)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27			3.736
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		6.042	(648)	10.834
Atribuível a				
Acionistas				6.042
Participação dos não controladores				4.792
				10.834
Lucro líquido (básico e diluído) por lote de mil ações - em R\$	21.5			0,06

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Key Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2017</u>	<u>2016</u> (não auditado)	<u>2017</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	6.042	(648)	10.834
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>6.042</u>	<u>(648)</u>	<u>10.834</u>
Atribuível a			
Acionistas			6.042
Participação dos não controladores			<u>4.792</u>
			<u>10.834</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Key Participações S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Em milhares de reais

Nota	Atribuível aos acionistas da Controladora							Total do patrimônio líquido
	Capital social			Reserva de Lucros				
	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a destinar	Lucros (prejuízos) acumulados	Participação dos acionistas não controladores	
21.1	1	-						1
21.1	4.000	(2.798)			(648)			1.202 (648)
Em 31 de dezembro de 2016 (não auditado)								
	4.001	(2.798)			(648)			555
21.1	21.534	(4.358)						17.176
21.2			129.404			6.042		129.404
							4.792	10.834
							30.214	30.214
21.3				302		(302)		
21.4						(488)		(488)
21.3					4.604	(4.604)		
Em 31 de dezembro de 2017								
	25.535	(7.156)	129.404	302	4.604		35.006	187.695

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Key Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado
	2017	2016 (não auditado)	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos	6.042	(648)	14.095
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação e amortização			3.697
Ajuste a valor presente			(1.589)
Resultado na venda de ativo imobilizado			3.280
Resultado de equivalência patrimonial de controladas	(6.457)		
Variação no valor justo de commodities			(969)
Variação no valor justo dos contratos a termo			(8.890)
Juros sobre empréstimos e financiamentos			8.672
Variação cambial empréstimos e financiamentos			1.730
Perda no valor realizável de contas a receber			2.205
	(415)	(648)	22.231
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes			30.501
Estoques			(22.502)
Adiantamentos a fornecedores	11	(11)	6.031
Impostos a recuperar	(1)		(1.035)
Outros créditos	214	(213)	3.114
Fornecedores e outras contas a pagar	485	3	(45.330)
Obrigações trabalhistas e sociais			(821)
Obrigações tributárias	(2)	2	187
Adiantamentos de clientes			(3.444)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	292	(867)	(11.068)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(2.719)
Juros pagos			(8.665)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	292	(867)	(22.452)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de ativos imobilizados			(9.597)
Recursos provenientes de alienação de imobilizado			237
Aplicação em títulos e valores mobiliários			(71)
Aquisição controle de investida, líquido do caixa adquirido (consolidado)	(146.698)		(84.274)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(146.698)		(93.705)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captações de empréstimos e financiamentos e debêntures			189.228
Captações de recursos securitizados			40.483
Liquidações de empréstimos e financiamentos			(123.755)
Liquidação de recursos securitizados			(40.221)
Recebimento de recursos de partes relacionadas	(508)		1.068
Integralização, aumento de capital e ágio na emissão de ações	146.580	1.202	146.580
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	146.072	1.202	213.383
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(334)	335	97.226
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	335		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1	335	97.226

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Key Participações S.A.

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017
RECEITAS			
Vendas de mercadorias, produtos e serviços			416.337
Outras receitas			836
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(2.205)
			414.968
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Matérias-primas consumidas			(376.134)
Custos das mercadorias e serviços vendidos			(19.039)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(411)	(644)	
	(411)	(644)	(395.173)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(411)	(644)	19.795
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO			(3.697)
VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(411)	(644)	16.098
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras e variações cambiais	2	1	35.649
Resultado de equivalência patrimonial	6.457		
	6.459	1	35.649
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	6.048	(643)	51.747
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
PESSOAL			11.376
Remuneração direta			6.824
Benefícios			3.982
FGTS			570
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES			8.878
Federais			6.421
Estaduais			2.457
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	6	5	20.659
Juros, variações cambiais e monetárias	6	5	16.804
Despesas de Aluguéis e Arrendamento			3.855
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	6.042	(648)	10.834
Dividendos	488		488
Resultado do exercício retido	5.554	(648)	10.346
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	6.048	(643)	51.747

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Agro Key Participações S.A. (a ‘Companhia’) é uma ‘Holding’, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado e domiciliada no Brasil.

A Companhia foi constituída em 28 de janeiro de 2016, sob a denominação de Agro Key Participações Ltda., e em 28 de abril de 2016 teve sua forma alterada de sociedade limitada para sociedade anônima, passando a ser denominada Agro Key Participações S.A. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias direta e indiretas (conjuntamente referidas como ‘Grupo’ e individualmente como ‘entidades do Grupo’).

Em 11 de abril de 2017, a Companhia tornou-se controladora da Agro Control Participações Ltda. (sociedade transformada em sociedade anônima em 25 de julho de 2017, logo após a transferência de seu controle, passando sua denominação social a ser Agro Control Participações S.A.) (“Agro Control”), adquirindo parte das quotas dos sócios à época, resultando na participação de 99,99% de seu capital social.

Em 16 de agosto de 2017, a Agro Control tornou-se controladora da Agrototal Holding S.A. (“Agrototal”), adquirindo parte das ações dos acionistas à época, resultando na participação de 70% de seu capital social, conseqüentemente, passou a deter indiretamente o controle das sociedades Nutri 100 Agro Ltda. e Bussadori, Garcia e Cia Ltda.

O Grupo atua, primariamente, no armazenamento, beneficiamento, padronização, comercialização, importação, exportação de cereais (soja, milho e trigo), além de operar no comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários, sementes, rações, maquinários e implementos agrícolas, representações comerciais, assistência técnicas agrícolas, prestação de serviços fitossanitários (vendas aplicadas e tratamentos de sementes), reembalador de sementes (soja, trigo e milho), remessa e ou recebimento de produtos agrícolas em consignação e ou para depósito, locação de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, participação no capital de outras sociedades como cotistas e acionistas e produção agrícola.

2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos (inclusive instrumentos financeiros derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

(c) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.1 Reemissão das demonstrações financeiras

A administração da Companhia emitiu, em 18 de julho de 2018 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Conforme divulgado na Nota 32 (d), a Companhia será adquirida e suas demonstrações financeiras serão arquivadas como demonstrações financeiras suplementares quando do registro da sua adquirente como companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Nesse contexto, foram necessárias adaptações nessas demonstrações financeiras para o atendimento às normas específicas da CVM, incluindo apresentação das demonstrações financeiras em IFRS, bem como a preparação e apresentação da demonstração do valor adicionado e, por esse motivo as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo reemitidas para esse fim.

A administração da Companhia analisou suas operações e concluiu que não há diferenças relevantes entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e, portanto, como suas práticas contábeis já adotadas consistentemente são similares as IFRS, não há necessidade de divulgações adicionais pela adoção do IFRS e as presentes demonstrações financeiras foram preparadas conjuntamente (BRGAAP e IFRS).

Em 30 de dezembro de 2020, a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Agrogalaxy Participações S.A., sucessora legal da Companhia após a reestruturação societária divulgada na nota 32 (d).

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.1 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As seguintes práticas contábeis foram aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controlada

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, as quais foram consolidadas integralmente. As controladas compreendem as seguintes empresas:

	<u>Percentual de participação</u>
	<u>2017</u>
Controlada direta:	
Agro Control Participações S.A. ("Agro Control")	99,99%
Controladas indiretas:	
Agrototal Holding S.A. ("Agrototal")	70,00%
Nutri 100 Agro Ltda. ("Nutri100")	70,00%
Bussadori, Garcia & Cia Ltda. ("Agro100")	70,00%

Agro Control - A Agro Control é uma 'Holding', constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado e domiciliada no Brasil, e tem por objeto social em outras sociedades, no Brasil ou no exterior, como sócia ou acionista.

Agrototal - A Agrototal é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em Londrina – Paraná, e tem por objeto social a participação, como sócia, acionista, beneficiária, ou de outra forma legalmente admissível, do capital social de outras sociedades ou empreendimentos, bem como da administração ou gestão de empresas de qualquer natureza, de seus próprios bens de renda, móveis e imóveis.

Nutri 100 - A Nutri 100 é uma sociedade limitada, sediada em Londrina - Paraná, e tem por objeto social comércio e indústria atacadista e varejista de cereais (soja, milho e trigo), armazenamento, beneficiamento, padronização, comercialização, importação, exportação de cereais e cereais para consumo humano.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Agro 100 - A Agro 100 é uma sociedade limitada, sediada em Londrina - Paraná, e tem por objeto social comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários, sementes, rações, maquinários e implementos agrícolas, representações comerciais, assistência técnicas agrícolas, prestação de serviços fitossanitários (vendas aplicadas e tratamentos de sementes), reembalador de sementes (soja, trigo e milho), remessa e ou recebimento de produtos agrícolas em consignação e ou para depósito, locação de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, participação no capital de outras sociedades como cotistas e acionistas de carga e produção agrícola.

AgroFerrari - A AgroFerrari é uma sociedade limitada EIRELI, sediada em Santa Cruz do Rio Pardo – São Paulo, e tem por objeto social comércio e representação de insumos agrícolas, sementes, corretivos de solo, fertilizantes, defensivos e maquinários e implementos agrícolas, assistência técnicas agrícolas, prestação de serviços e de transporte rodoviários e carga, exceto produtos perigosos.

As demonstrações financeiras dessas sociedades controladas passaram a ser consolidadas a partir da data em que a Companhia adquiriu o controle de suas operações.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo, denominadas transações de capital entre os sócios. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada diretamente no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é revista e mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

3.2 Novas normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

- CPC 48 / IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 / IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

O referido pronunciamento impacta as demonstrações financeiras da Companhia na classificação dos instrumentos financeiros e na contabilização do *impairment* para ativos financeiros. Dessa forma, quando da adoção desse pronunciamento, em 1º de janeiro de 2018, os ativos financeiros que antes eram classificados na categoria de "Empréstimos e recebíveis" serão reclassificados para a categoria "Custo amortizado".

Os critérios de apuração do *impairment* de ativos financeiros serão revistos e a Companhia, que optará pela adoção da abordagem simplificada (uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil dos ativos relacionadas), a qual não resultará em ajuste a ser registrado na data de transição.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- CPC 47 / IFRS 15- "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o CPC 17 / IAS11 - "Contratos de Construção, CPC 30 / IAS 18- "Receitas" e correspondentes interpretações.

O Grupo auferiu receitas de vendas de mercadorias para clientes e apenas reconhece sua receita quando o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente. A conclusão da Companhia é que essa nova norma não trará impactos na atual metodologia de reconhecimento de receitas.

- ICPC 21 / IFRIC 22- "Transações em moeda estrangeira", essa interpretação entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e provê esclarecimentos sobre a data da transação a ser usada para conversão de adiantamentos feitos ou recebidos em transações em moeda estrangeira. A Companhia optará por fazer a transição de forma prospectiva, isto é, os saldos de adiantamentos, incluindo o valor do principal e sua respectiva variação cambial acumulada, em 31 de dezembro de 2017, serão considerados como sendo os saldos iniciais dos adiantamentos e a data de 31 de dezembro de 2017 como sendo a data de transição. Os impactos de adoção dessa interpretação não são materiais.
- CPC 6 (R2) / IFRS 16- "Arrendamento": o CPC 6 (R2) / IFRS 16 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:
 - i. Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e
 - ii. Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A administração apurou os efeitos da adoção inicial do CPC 6 (R2)/ IFRS16 na classificação e mensuração dos seus arrendamentos e optou pela adoção da abordagem de transição simplificada com objetivo de refletir os efeitos de aplicação dessa norma nas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2019, e, portanto, não reapresentará informações comparativas de 2018, conforme permitido pelas disposições específicas de transição da norma. O método de transição adotado segue os seguintes procedimentos:

- O valor do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento calculado com base no valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados, utilizando a taxa incremental no arrendamento, que é definida como taxa equivalente ao que a Companhia teria que pagar ao realizar empréstimo bancário para adquirir um ativo de direito de uso semelhante, nas mesmas condições do contrato de arrendamento na data de aplicação inicial. Subsequentemente, a depreciação é deduzida no ativo de direito de uso, calculada pelo método linear pelo prazo.
- Os passivos de arrendamento do Grupo são reconhecidos em contrapartida aos ativos de direito de uso associados, imediatamente após a data de aplicação inicial.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Os efeitos para a adoção no 1º de janeiro de 2019, serão conforme segue:

Compromissos de arrendamentos operacionais em 1º de janeiro 2019	119.562
Descontados por meio da taxa de empréstimo incremental do arrendatário na data da aplicação inicial de 11,9% a.a.	<u>(44.808)</u>
Passivo de arrendamento reconhecido em 1º de janeiro de 2019	<u>74.754</u>
Dos quais:	
Passivos de arrendamento circulantes	9.622
Passivos de arrendamento não circulantes	<u>65.132</u>
	<u><u>74.754</u></u>

Os ativos de direito de uso reconhecidos em decorrência da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019, no valor de R\$ 74.754, relacionam-se a contratos de aluguel de imóveis, onde estão instaladas suas lojas, silos e sede administrativas, bem como áreas de armazenamento de produtos. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de dois a cinco anos e podem incluir opções de prorrogação.

- ICPC 22 - "Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro": A interpretação ICPC 22 / IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 / IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração do Grupo deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2019.

A aplicação dessa interpretação não resultou em impactos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

Em 31 de dezembro de 2017, não há outras normas e interpretações já emitidas e que não estão em vigor, que poderiam afetar as demonstrações financeiras da Companhia ou de suas controladas.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

3.4 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado Financeiro" (Nota 26).

3.5 Ativos financeiros

3.5.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

3.5.2 Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas são classificados nas seguintes categorias específicas: (a) empréstimos e recebíveis e (b) valor justo por meio de resultado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. A Companhia e suas controladas não possuem ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e ativos financeiros "disponíveis para venda".

Os empréstimos e recebíveis referem-se a ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, sendo mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, pela imaterialidade do valor dos juros a ser reconhecido.

3.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

3.5.4 Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia a cada data de apresentação se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, O Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.5.5 Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e transações envolvendo *commodities*. Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pelo Grupo compreendem contratos a termo, instrumentos de swap e NDFs cambiais.

Inicialmente os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo.

O ganho ou perda da operação de *swap* de taxa de juros para proteção contra empréstimo com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado financeiro Nota 26.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*").

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e histórico de recebimento das empresas do Grupo. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico do Grupo e nas condições existentes de mercado. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 5.1(b).

As empresas do Grupo realizam o cálculo do valor presente para as vendas a prazo a serem recebidas em reais. A taxa de desconto utilizada pela administração para esses itens é baseada na taxa média de captação de recursos por cada empresa junto a seus fornecedores e reflete os percentuais efetivamente negociados com os clientes em caso de antecipação de recebimentos. O valor presente é registrado como redutora das contas a receber e reconhecido ao resultado a pro rata até o seu vencimento.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referências às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) foi estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas esperadas na realização dos créditos. Para os demais

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

títulos vencidos e à vencer relacionados a clientes com risco verificado, é efetuada uma análise individualmente e a administração mantém os procedimentos de cobrança e provisão quando pertinentes.

As contas a receber também incluem os recebíveis originados nas operações de “Barter”, em que a Companhia comercializa defensivos em troca de *commodities* agrícolas. O reconhecimento dessa operação ocorre pelo valor justo na data da transação e, posteriormente, o valor justo das contas a receber atrelado à variação do preço de *commodity* (soja e milho) é ajustado pela cotação da *commodities* no mercado físico, em contrapartida do resultado financeiro, conforme política contábil adotada pelo Grupo para determinar o resultado por segmento (Nota 4.2 (a)).

Em 31 de dezembro de 2017, as contas a receber também incluem recebíveis cedidos em operação de securitização com a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”). Esses recebíveis são mantidos como ativo nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que as obrigações mantidas pela Companhia não atendem aos critérios determinados nas práticas contábeis aplicáveis para o não reconhecimento do ativo financeiro. Na prática, esses recebíveis estão cedidos para a liquidação das operações de CRA, registradas como Obrigações com cessões de crédito, no passivo circulante (Nota 16).

3.7 Estoques

Os estoques de produtos agrícolas, adquiridos de terceiros e recebidos na liquidação de operações de barter, são registrados pelo valor de aquisição ou valor de troca na data de recebimento dos produtos pelo Grupo e, subsequentemente, são mensurados pelo seu valor justo deduzidos os custos das vendas, em alinhamento às práticas contábeis do mercado de atuação da Companhia e suas controladas.

Os demais itens em estoque são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

3.8 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edificações	20 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	8 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	12 anos

A administração tem utilizado a vida útil fiscal se aproximam da vida útil real dos referidos ativos. Ao final de cada exercício, essa estimativa é revisada e, se necessário, ajustada pela administração.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outros resultados operacionais”, na demonstração do resultado.

3.9 Intangível

(a) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

(b) Ágio gerado na combinação de negócios

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.10 Impairment de ativos não financeiro

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

Em 31 de dezembro de 2017, a administração entende que o ágio resultante da aquisição de controladas está alocado às operações de grãos e de insumos agrícolas, e o teste de *impairment* sobre o ágio foi elaborado considerando o resultado dessas duas UGCs, separadamente.

Os ativos não financeiros, exceto ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

3.11 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar referente a compra de mercadorias de revenda de insumos agrícolas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, considerando a taxa média dos contratos negociados com os próprios fornecedores.

As contas a pagar referente a compra de commodities agrícolas com preço a fixar, são registradas pelo valor justo na data de recebimento dos produtos pelo Grupo e, subsequentemente, o valor justo dessas contas a pagar atreladas à variação do preço de commodity é ajustado pela cotação da commodity no mercado físico, em contrapartida dos saldos de estoque de commodities ou do custo dos produtos vendidos.

3.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.13 Obrigações por cessão de crédito

As obrigações por cessão de crédito são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que essas obrigações estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As obrigações por cessão de crédito são classificadas como passivo circulante, considerando que a sua liquidação está diretamente relacionada ao recebimento dos recebíveis securitizados, os quais têm o seu vencimento em período inferior a 12 meses após a data do balanço.

3.14 Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia e ou suas controladas tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

3.15

3.16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidas

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos e passivos diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia e suas controladas espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

3.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O Grupo reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir.

As receitas do Grupo são provenientes substancialmente das seguintes atividades:

- armazenamento, beneficiamento, padronização, comercialização, importação, exportação de grãos (soja, milho e trigo); e
- revenda de insumos agrícolas, produtos agropecuários e sementes.

Em ambas essas atividades de venda, o Grupo mantém contratos com clientes distintos para a obter bens ou serviços que constituem um produto das atividades normais da entidade em troca de contraprestação.

(i) Venda de mercadorias

A receita de venda de grãos, insumos agrícolas e sementes é reconhecida quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o cliente, e esse passa a ter controle sobre os produtos vendidos. As condições para reconhecimento dessa receita com venda de produtos estão apresentadas a seguir:

- O Grupo e o comprador aprovaram a transação e estão comprometidos em cumprir suas respectivas obrigações;
- O Grupo pode identificar os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos;
- O Grupo pode identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- A transação possui substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e
- É provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

O montante da receita auferida com a venda de insumos é determinado no momento do seu reconhecimento, com base no valor justo estimado para cada transação quando da transferência do controle da mercadoria.

Para as vendas de insumos que serão liquidadas em dinheiro, o valor justo é determinado pelo valor presente das contas a receber originadas na transação, e para as vendas de insumos que serão liquidadas com a entrega física de commodities (barter) pelo cliente, o valor justo é determinado pelo valor de comercialização dessas commodities no momento em que a venda dos insumos é reconhecida.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração do Grupo entende não haver receita variável decorrente da transação de venda de insumos, por considerar que, a partir do reconhecimento do recebível atrelado ao preço das commodities agrícolas, os resultados auferidos contribuem para o segmento de grãos. Nesse contexto, o Grupo auferir margens similares nas vendas de insumos liquidadas em ativos financeiros em comparação com as vendas liquidadas em commodities agrícolas.

O montante da receita auferida com a venda das commodities agrícolas é determinado com base no valor contratual definido entre o Grupo e seus clientes.

(ii) Serviços

As receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados. As receitas não são reconhecidas se existem incertezas significativas da sua realização.

3.18 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- receitas e despesas de juros;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas com a atualização do valor justo com operações de *barter* são registradas pelo regime de competência em “Resultado financeiro”.

3.19 Ajustes a valor presente

Os valores a receber e a pagar, quando o efeito for relevante, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, considerando os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos contratos.

Quando ocorre o ajuste a valor presente sobre os recebíveis, o valor apurado reduz o saldo de contas a receber, bem como a receita de vendas, e a reversão do ajuste é feita de acordo com a fluência dos prazos na receita financeira. Quando ocorre o ajuste a valor presente sobre fornecedores, o valor apurado reduz o saldo de estoque e fornecedores e a reversão do ajuste ocorre de acordo com a fluência dos prazos na rubrica “Despesas financeiras”.

3.20 Custos e demais receitas e despesas

Os custos e as demais receitas e despesas são reconhecidas no resultado de acordo com o princípio contábil da competência dos exercícios.

3.21 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia e suas controladas não possuem opção de pagamento baseado em ações.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, e também reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*contractive obligation*).

3.21 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

4. Estimativas contábeis e julgamentos críticos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período social, estão contempladas a seguir:

(a) Valor justo de instrumentos financeiros derivativos e de ativos não monetários

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos e de ativos não monetários (contas a receber em commodities agrícolas) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa em seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(b) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (*impairment*)

Tendo em vista todos os controles da Companhia e suas controladas para mitigação dos riscos de crédito, e a consequente baixa inadimplência histórica, no Grupo o *impairment* é estabelecido quando existe uma evidência objetiva de que as empresas não serão capazes de receber todos os valores, sendo a provisão calculada em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e as respectivas garantias possuídas.

(c) *Impairment* sobre ágio proveniente na combinação de negócios

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.10. O valor recuperável de Unidade Geradora de Caixa (UGC) foi determinado com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 13).

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não foram identificadas perdas por impairment em 2018, bem como os cálculos realizados pela administração com o apoio de especialistas em avaliação de negócios demonstram que não é provável a apuração de perdas por impairment haja vista o valor em uso calculado e divulgado na Nota 13.

4.2 Julgamento crítico a aplicação das políticas contábeis

(a) Determinação da receita com a venda de insumos agrícolas com a liquidação em ativo não financeiro

O Grupo realiza a venda de insumos agrícolas para o recebimento em commodities agrícolas, sempre por determinação do cliente que prefere travar o valor da operação em quantidade de mercadoria a ser entregue, sem correr o risco de preço. Essa operação atende aos interesses normais do Grupo que opera na originação de grãos para sua atuação como uma trading company. Considerando que essas contas a receber são liquidadas com ativos não monetários (produtos agrícolas), as mesmas estão fora do escopo do IFRS 9/ CPC 48 Instrumentos financeiros.

A receita da venda de insumos é determinada pelo valor justo desses recebíveis no momento da venda. As variações subsequentes dessas contas a receber, as quais são remensuradas conforme o valor justo estimado de liquidação das commodities no mercado físico são reconhecidos como resultado financeiro.

O Grupo entende que essas variações subsequentes das contas a receber não representam receita variável da venda de insumos, considerando que a partir do seu reconhecimento inicial, o segmento de grãos passa a atuar na gestão desses ativos em conjunto com os estoques de grãos, os quais constituirão o custos das vendas daquele segmento.

No exercício de 2017, o montante dessa variação reconhecida como resultado financeiro no resultado do exercício é no montante de R\$ 2.664 de ganho.

(b) Valorização dos contratos a termo de compra e venda de commodities pelo valor justo

O Grupo valoriza os ativos não monetários atrelados ao preço de commodities, bem como o seu estoque de commodities, e as contas a pagar com preço não fixado pelo valor justo contra o resultado do exercício. O segmento de Grãos, com o objetivo de definir a sua margem nas operações em que o Grupo atua como uma trading company, contrata instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos de compra e venda a termo com clientes, bem como por contratos futuros com instituições financeiras, os quais são mensurados ao valor justo nas demonstrações financeiras do Grupo, incluindo aqueles contratos a termo que são liquidados com a entrega física dos produtos.

A administração reconhece contabilmente o valor justo dos contratos a termo de compra e venda que são liquidados com a entrega física, por entender que a mensuração desses contratos pelo valor justo por meio do resultado é necessária para eliminar uma inconsistência que surgiria pelo seu não reconhecimento, conforme previsto no parágrafo 2.5 do CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos financeiros. Esses contratos a termo são firmados para proteção do risco de preço (Nota 5.1 (a) (iii)) que o Grupo está sujeito, em razão das operações com grãos de onde surgem os seguintes ativos e passivos mensurados pelo valor justo: (i) estoques de commodities agrícolas, (ii) contas a pagar pela compra de soja a fixar, (iii) ativos não financeiros atrelados ao preço de mercado da soja (contas a receber originadas em operações de barter, conforme Nota 3.6); e (iv) operações de futuros firmados com instituições financeiras. Dessa forma, a não valorização desses contratos a termos resultaria em impactar o resultado do exercício em momentos diferentes dos referidos instrumentos.

No exercício de 2017, essas operações resultaram no reconhecimento de receita financeira nos montantes de R\$ 6.226.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. Nos termos dessas práticas, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas pelo Conselho de Administração, a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

<u>Risco</u>	<u>Exposição</u>	<u>Metodologia utilizada para mensuração do impacto</u>	<u>Gestão</u>
Risco de mercado – câmbio	Operações comerciais futuras Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Previsão de fluxos de caixa Análise de sensibilidade	Contratos futuros a termo
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	<i>Swaps</i> de taxa de juros
Risco de mercado - preço	Estoques, e operações comerciais atreladas a commodities agrícolas	Análise de sensibilidade	Contratos de futuros e a termo
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings</i>
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Risco de mercado

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxas de juros

O principal risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de curto prazo com taxas variáveis, expondo o Grupo ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros. Durante 2017, os empréstimos do Grupo às taxas variáveis eram mantidos em reais e em dólar.

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

(ii) Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos.

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas do Grupo, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de hedge, efetuadas sob a orientação da Tesouraria do Grupo.

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

O Grupo usa operações cambiais a termo para se proteger contra a exposição ao risco cambial. Na política do Grupo, os termos essenciais dos contratos a termo e das opções devem estar alinhados aos itens protegidos.

O Grupo estabelece que os contratos de compra e venda devem apresentar ganho ou perda equivalentes a fim de criar um hedge natural em suas operações, com a finalidade de minimizar os impactos de alterações da moeda, caso não haja o hedge natural, o Grupo efetua contratação de derivativos a fim de reduzir ou eliminar a exposição na data base de 2.410 mil USD, podemos observar que na data base havia os seguintes valores em moeda estrangeira, além de títulos de clientes e fornecedores:

	(milhares de USD)
	2017
Empréstimos e financiamentos	22.791
Contratos exportação	(8.960)
Antecipação câmbio (ACC)	4.500
SWAP	(20.073)
NDFs cambiais	4.152
	2.410

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Risco de preço

No curso normal de suas operações, as controladas da Companhia efetuam negociações de permuta vinculada a preço de commodities, principalmente soja e milho.

Os preços da soja e do milho estão sujeitos à volatilidade resultante das condições climáticas, do rendimento de safra, dos custos com transporte, dos custos de armazenagem, da política agrícola do governo, das taxas de câmbio e dos preços dessas commodities no mercado internacional, entre outros fatores.

É prática da administração do Grupo proteger-se da exposição a variações de preço da soja e do milho por meio de contratos de venda de grãos futuro junto a *tradings* de *commodities*, vinculando o preço dos grãos que serão recebidos dos clientes em tais contratos de venda.

Abaixo segue resumo das exposições das commodities no Grupo no período findo em 31 de dezembro de 2017, bem como os instrumentos contratados pela administração para reduzir exposições físicas (contratos de compra e vendas no mercado futuro) (em toneladas):

Posições / Produtos	2017		
	Soja	Milho	Trigo
Estoques físicos	18.338	77.145	7.809
Posições de vendas a fixar	11.111	69.953	-
Posições de compras a fixar	(63.127)	(132.792)	(4.343)
Posição física	(33.678)	14.306	3.466
Contratos de compra	117.698	2.332	-
Contratos de venda	(86.735)	(16.110)	(3.157)
Posição contratos futuros	30.963	(13.778)	(3.157)
Saldo Líquido	(2.715)	528	309

A política de gestão adotada pela Companhia estabelece diretrizes para a proteção de riscos nas oscilações de preços de commodities e as exposições de cada commodity foram determinadas analisando a demanda, expectativa de produção anual de grãos, recebimento, armazenamento e as estratégias comerciais tendo em vista o custo/oportunidade a que o mercado apresentava à época.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto.

O risco de crédito é administrado corporativamente. Os clientes são classificados pela área de análise de crédito avaliando a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contas a receber de clientes

O Grupo reconhece uma perda estimada para créditos de liquidação duvidosa para os recebíveis vencidos acima de 180 dias que não possuem garantia real de recebimento. O Grupo acredita que os montantes que não sofreram perda por redução ao valor recuperável e que estão vencidos acima de 180 dias ainda são cobráveis integralmente, com base em histórico de comportamento de pagamento e em análises detalhadas do risco de crédito dos respectivos clientes.

O aging dos títulos vencidos e a vencer podem ser demonstrados a seguir:

	<u>2017</u>
A vencer acima de 360 dias	1.323
A vencer de 181 a 360 dias	15.138
A vencer de 61 a 180 dias	157.452
A vencer de 01 a 60 dias	<u>63.343</u>
	237.257
Vencido de 01 a 60 dias	9.199
Vencido de 61 a 180 dias	7.601
Vencido de 181 a 360 dias	9.086
Vencido há mais de 360 dias	<u>23.256</u>
	<u>49.141</u>
	<u>286.398</u>

A movimentação da provisão para perdas é demonstrada a seguir:

	<u>2017</u>
Saldo inicial em 1º de agosto de 2017	(34.509)
Estorno / recebimento do período	1.718
Constituição do período	<u>(3.923)</u>
	<u>(36.714)</u>

As contas a receber de clientes são baixados quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com o Grupo ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 180 dias.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Acima de um ano</u>
Fornecedores e outras contas a pagar	286.719	-
Obrigações com títulos securitizados	24.387	-
Empréstimos e financiamentos	153.870	30.460
Debêntures	14.232	-
	<u>479.208</u>	<u>30.460</u>

Os valores exigíveis acima de um ano têm a sua exigibilidade em até 5 anos, conforme idade de vencimento divulgada na Nota 15.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2017, a estratégia do Grupo, foi a de manter o índice de alavancagem financeira entre 35% e 45%. O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2017 pode ser assim sumariado:

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2017</u>
Empréstimos e financiamentos	184.330
Debêntures	14.232
Caixa e equivalentes de caixa	<u>(97.226)</u>
Dívida líquida	101.336
Total do patrimônio líquido	<u>187.697</u>
Capital total	<u>289.033</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>35%</u>

As obrigações por cessão de crédito (Nota 16) não estão sendo consideradas como parte da dívida líquida do Grupo, uma vez que serão liquidadas com os recebíveis securitizados, sem a expectativa de desembolso para o Grupo.

5.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

O Grupo apresenta os instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações por nível como segue:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

Os instrumentos financeiros são mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível de hierarquia.

Os ativos e passivos do Grupo, mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2017 são:

- i) Contas a receber originadas em operações de barter R\$ 45.424 (Nota 7), classificada no Nível 2 da hierarquia do valor justo;
- ii) Estoques adquiridos de terceiros e recebidos em operações de barter de R\$ 61.780 (Nota 8), classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo;
- iii) Contas a pagar (fornecedores) pela compra de commodities agrícolas a fixar de R\$ 99.698, classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo;
- iv) Instrumentos financeiros derivativos ativos líquidos R\$ 539, classificado no Nível 2 da hierarquia do valor justo (Nota 29); e
- v) Instrumentos financeiros de contrato à termo de commodities a) Contratos a termo ativos R\$ 11.935; e, b) Contratos a termo passivos R\$ 68, classificado no Nível 2 da hierarquia do valor justo (Nota 29).

As atividades dos nossos clientes são sazonais, baseadas nos ciclos de plantio, crescimento e colheita de grãos. A demanda por insumos agrícolas concentra-se durante a temporada de plantio de culturas de grãos, que geralmente ocorre entre os meses de setembro e dezembro. As operações relacionadas a

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

comercialização de grãos, sejam elas operações de barter ou de originação, estão concentradas no período de colheita, que geralmente ocorre entre os meses de março e abril. Tais operações de comercialização de grãos normalmente são liquidadas nos meses subsequentes à colheita, quando ocorre a liquidação física e financeira das transações de barter ou de originação. Dessa forma, os saldos físicos de estoque, bem como as contas a pagar a fornecedores de grãos, são zero ou próximos de zero em datas próximas ao encerramento do exercício fiscal.

Não houve transferência entre os níveis durante os exercícios apresentados. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o Grupo não possui instrumentos financeiros ao valor justo classificados nos níveis 1 e 3.

Nível 2

O valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.

A determinação do valor justo (“fair value”) dos instrumentos financeiros contratados pelo Grupo é efetuada com base em informações obtidas junto às instituições financeiras (para os derivativos) e preço cotado em mercado ativo das commodities com as quais trabalha (no caso de ativos e passivos liquidados em commodities), utilizando metodologia usual padrão de apreçamento no mercado, que compreende avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro.

O Grupo avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

6. Caixas e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>
Caixa		6	6.817
Bancos conta corrente		28	10.931
Aplicações financeiras (i)	<u>1</u>	<u>301</u>	<u>79.478</u>
	<u>1</u>	<u>335</u>	<u>97.226</u>

- (i) As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por certificado de depósito bancário (CDB), possuem remuneração atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), por taxas entre 90% a 100% (95% à 100% em 31 de dezembro de 2016) do CDI. As aplicações são feitas em bancos considerados de primeira linha e o seu valor contábil se aproxima do valor justo dessas aplicações. O volume de recursos junto às instituições financeiras corresponde a créditos que serão utilizados pela Administração no giro financeiro operacional, sendo prontamente conversíveis em caixa, com insignificante risco de mudança de valor.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Contas a receber de clientes (Consolidado)

	<u>2017</u>
Contas a receber de clientes nacionais	249.698
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 23)	12.313
Títulos securitizados - CRA (i)	24.387
(-) Provisão para perdas em recebíveis	(36.714)
(-) Ajuste a valor presente - Clientes	(7.269)
	<u>242.415</u>
Circulante	241.092
Não circulante	1.323
	<u>242.415</u>

- (i) Em 2017, a controlada Agro100 realizou a cessão de recebíveis em operações de securitização e emissão de CRA. O passivo resultante dessas operações está registrado como Obrigações por cessão de crédito (Nota 19). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2017, o Grupo possui duplicatas a receber nos montantes de R\$ 24.387 cedidas para a obtenção de créditos, nessa modalidade.
- (ii) As contas a receber incluem montante de R\$ 45.424, originados em operações na modalidade barter. Esta modalidade consiste na venda de produtos a um cliente mediante o recebimento do resultado da colheita do produtor (commodities agrícolas) em substituição ao pagamento efetivo de caixa. Essas contas a receber são valorizadas ao valor justo, conforme descrito na Nota 5.3. A comercialização de insumos para o recebimento em commodities agrícolas é parte da estratégia de originação de grãos do Grupo, para a consecução de sua atividade principal de comercialização de commodities agrícolas.

O prazo médio das contas a receber do Grupo para o segmento insumos é de 293 dias. Quando aplicável, as contas a receber são ajustadas ao seu valor presente pelo prazo de cada operação a taxa de juros média mensal de 1%.

A administração reconhece uma perda estimada para créditos de liquidação duvidosa para os recebíveis vencidos acima de 180 dias que não possuem garantia real de recebimento, ou na existência de títulos com devedores em dificuldade financeira. A administração acredita que os montantes que não sofreram perda por redução ao valor recuperável e que estão vencidos acima de 180 dias ainda são cobráveis integralmente, com base em histórico de comportamento de pagamento e em análises detalhadas do risco de crédito dos respectivos clientes.

Este objetivo é alcançado pela Administração das controladas por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco). Os recebíveis das controladas são originados nas suas operações de venda de grãos e ao varejo ao produtor rural de forma massificada, com análise de crédito individual, com baixo ticket médio, tendo como característica a pulverização absoluta do risco de crédito e a presença de instrumento de garantia, tais como CPR, hipotecas, fianças e alienação fiduciária.”

A composição por ano de vencimento das contas a receber de clientes e a movimentação da provisão para perdas constituída são demonstradas na nota 5.1 (b).

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Estoques (Consolidado)

	<u>2017</u>
Commodities - grãos	61.780
Materiais de consumo	1.843
Mercadorias para revenda	
Defensivos	89.344
Fertilizantes	19.723
Sementes (soja, milho e trigo)	13.587
Outras mercadorias	3.184
Sementes (soja, milho e trigo)	266
Almoxarifado	<u>59</u>
	<u>189.786</u>

A administração estima que a realização dos estoques seja inferior a um ano, por isso o saldo se encontra registrado em sua totalidade no ativo circulante. Em 31 de dezembro de 2017, não foram reconhecidas provisões de perdas por obsolescência.

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo das mercadorias vendidas" totalizou R\$ 376.134.

As cotações médias utilizadas para a valorização dos estoques de commodities na data das demonstrações financeiras foram obtidas por meio de fontes públicas independentes, e são como segue:

	<u>2017</u>		
	<u>Valor</u>	<u>Sacas (*)</u>	<u>Valor por saca (60 kg)</u>
Milho	36.001	1.286	27,99
Soja	20.703	306	67,66
Trigo	<u>5.076</u>	<u>130</u>	39,05
	<u>61.780</u>	<u>1.722</u>	

(*) Em milhares de sacas de 60 kgs.

Os níveis de exposição da Companhia aos riscos de mercado relacionados às cotações das referidas commodities estão divulgados nas Notas 5.1 e 29.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Adiantamentos a fornecedores (Consolidado)

	<u>2017</u>
Adiantamentos a fornecedores no mercado interno (i)	26.009
Outros adiantamentos	<u>457</u>
	<u>26.466</u>

(i) Referem-se a adiantamentos para futura aquisição de mercadorias, principalmente de insumos agrícolas.

10. Impostos a recuperar (Consolidado)

	<u>2017</u>
ICMS a recuperar	2.839
IRPJ e CSLL estimado a recuperar	253
PIS e COFINS a recuperar	5.888
Outros impostos a recuperar	<u>221</u>
	<u>9.201</u>
Circulante	9.112
Não circulante	<u>89</u>
	<u>9.201</u>

11. Investimentos (Controladora)

Em 11 de abril de 2017, a Companhia adquiriu 399.999 (trezentas e noventa e nove mil) quotas da Agro Control Participações S.A. ("Agro Control"), tornando-se controladora desta empresa com 99,99% de seu capital social (Nota 1).

Em 25 de julho de 2017 e em 9 de agosto de 2017, a Companhia integralizou novas ações no total de 1.120.000 e 217.821.398, respectivamente, emitidas pela Agro Control, permanecendo com 99,99% de seu capital social.

Composição dos saldos de investimentos

	<u>2017</u>		
	<u>Participação no capital</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Resultado do período</u>
Agro Control Participações S.A.	99,99%	152.669	6.457

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resumo das informações financeiras das controladas

	<u>Agro Control</u>	<u>Agrototal</u>	<u>Agro 100</u>	<u>Nutri 100</u>
Ativo				
Circulante	506	40	370.349	218.222
Não circulante	222.376	87.167	22.427	7.826
Total do ativo	<u>222.882</u>	<u>87.207</u>	<u>392.776</u>	<u>226.048</u>
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante	70.213	10	294.889	206.408
Não circulante			20.061	10.399
Patrimônio líquido	152.669	87.197	77.826	9.241
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>222.882</u>	<u>87.207</u>	<u>392.776</u>	<u>226.048</u>
Lucro líquido (prejuízo) do período	<u>6.457</u>	<u>18.279</u>	<u>19.511</u>	<u>(1.225)</u>

11.3 Movimentação dos investimentos no período

	<u>Integralização</u>	<u>Equivalência</u>	<u>2017</u>
Agro Control Participações S.A.	<u>146.212</u>	<u>6.457</u>	<u>152.669</u>

- (i) Em 25 de julho de 2017, conforme assembleia geral dos quotistas, os sócios aprovaram o aumento de capital da Agro Control em R\$ 1.120, com emissão de 1.120.000 novas quotas sociais, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pela Companhia. Adicionalmente, os sócios aprovaram a transformação da sociedade limitada em uma sociedade anônima fechada a ser regida pela lei das S.A., e alterou a denominação de Agro Control Participações Ltda. para Agro Control Participações S.A. Neste mesmo ato, foi aprovada a conversão de 1.520.000 quotas representativas do capital social em 1.520.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 9 de agosto de 2017, conforme Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o aumento do capital social da Agro Control, realizado pela Companhia mediante a emissão de 217.821.398 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço total da emissão no valor de R\$ 217.821, sendo R\$ 21.782 destinados à conta de capital social e R\$ 196.039, destinados a reserva de capital decorrente do ágio apurado na subscrição de ações, passando o capital social de R\$ 1.520 para R\$ 23.302. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, houve integralização de capital social no valor R\$ 16.039 e de reserva de capital no valor de R\$ 130.680, sendo que o saldo remanescente de capital social e reserva de capital foram integralizados em 2018 nos montantes de R\$ 4.140 e R\$ 56.260, respectivamente .

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Imobilizado (Consolidado)

12.1 Composição

	2017		
	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	106		106
Veículos	7.877	(3.741)	4.136
Máquinas e equipamentos	2.766	(752)	2.014
Móveis e utensílios	786	(150)	636
Computadores e periféricos	487	(210)	277
Instalações	7.344	(12)	7.332
Imobilizado em andamento (a)	5.998		5.998
Outros	1.056	(239)	817
Consórcios em andamento	24		24
	<u>26.444</u>	<u>(5.104)</u>	<u>21.340</u>

Refere-se, substancialmente, a obras de benfeitorias e instalações em unidades locadas das lojas de insumos e armazenagem de grãos. A previsão de conclusão dessas obras é abril de 2018.

12.2 Movimentação

	Em 16 de agosto de 2017	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência	Em 31 de dezembro de 2017
Terrenos	106					106
Veículos	1.552	2.917	(333)			4.136
Máquinas e equipamentos	2.031	733	(652)	(98)		2.014
Móveis e utensílios	2.999		(2.356)	(7)		636
Computadores e periféricos	214	92	(2)	(32)	5	277
Instalações	3.136	4.214		(18)		7.332
Consórcios em andamento	52				(28)	24
Outros	1.056			(239)		817
Imobilizado em andamento	4.508	1.641	(174)		23	5.998
Imobilizado	<u>15.654</u>	<u>9.597</u>	<u>(3.517)</u>	<u>(394)</u>		<u>21.340</u>

12.3 Garantias

Nas datas de levantamento das demonstrações financeiras, existiam bens do ativo imobilizado oferecidos a terceiros como garantias relacionadas a empréstimos bancários, atrelados ao seu próprio financiamento conforme demonstrado na Nota 15.

12.4 Valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar indicativos de *impairment*.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Intangível (Consolidado) 13.1 Composição

	Software	Carteira de clientes	Ágio	Total
Combinação de negócios - Aquisição Agrototal (i)	120	47.110	140.700	187.930
Amortização	(48)	(3.255)		(3.303)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	72	43.855	140.700	184.627
Custo	120	47.110	140.700	187.930
Amortização acumulada	(48)	(3.255)		(3.303)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	72	43.855	140.700	184.627

(i) Combinação de negócios – aquisição da Agrototal

Em 16 de agosto de 2017, a controlada Agro Control obteve o controle societário Agrototal mediante aquisição de participação societária equivalente a 70% do capital social dessa companhia.

A aquisição de controle foi obtida mediante desembolso financeiro pela Agro Control, no montante de R\$ 219.022 (R\$ 211.196, ajustado a valor presente), negociados mediante pagamento a vista de R\$ 109.520, integralização imediata de capital social no montante de R\$ 48.442 e saldo remanescente a pagar no ato da compra de R\$ 61.060 (R\$ 53.234 ajustado a valor presente). A parcela a pagar atualizada monetariamente está registrada no passivo circulante pelo montante de R\$ 55.463.

Durante o período de mensuração da combinação de negócios, a Administração, com apoio de seus especialistas, conclui a elaboração do laudo definitivo para alocação do valor pago na aquisição de negócio no montante de R\$ 211.196 (ajustado a valor presente), conforme demonstrado :

- R\$ 48.244 - participação patrimonial
- R\$ 140.700 - ágio gerado na aquisição de negócios com base na expectativa de rentabilidade futura
- R\$ 32.977 - valor justo da carteira de clientes da Agrototal e suas controladas
- R\$ 739 - mais valia sobre o ativo imobilizado
- R\$ 11.464 - imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a mais valia.

13.2 Avaliação de *impairment* do ágio

Considerando a homogeneidade de processos e sinergia das operações, a administração avaliou e concluiu que cada segmento de suas controladas diretas corresponde à uma UGC. Essa avaliação leva em consideração que cada controlada direta e suas respectivas controladas (controladas indiretas da Companhia) são administradas com o foco na geração de receita e de caixa de casa segmento, os quais compartilham da sinergia da estrutura de cada controlada, compra conjunta, administração do caixa, entre outros.

	<u>2017</u>
UGC Agrototal insumos	125.276
UGC Agrototal grãos	15.424

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração, para um período de dez anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores foram extrapolados com base nas taxas de crescimento que não exceda a taxa de crescimento média de longo prazo no qual a UGC atua.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na elaboração das projeções de fluxo de caixa para a determinação do valor justo da contraprestação da combinação de negócios, a Administração tomou como premissas o histórico de faturamento e crescimento do setor de insumos agrícolas somado expansão de negócios, bem como, o histórico de margens bruta e operacional sobre o faturamento de grãos e insumos.

Os fluxos de caixa foram projetados com base em uma taxa média de crescimento de 19,1% em volume, com uma margem média de EBITDA de 8% para os insumos e 1% para os grãos. Os valores referentes os fluxos de caixa posteriores ao período de dez anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento de 4,26% a.a. Essa taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor em que UGC atua e teve por base o crescimento estimado por loja e as possibilidades de ampliação do Market share de cada segmento. As projeções do fluxo de caixa foram trazidas a valor presente com base na taxa WACC calculada pela administração de 16,1% a.a., antes do imposto de renda e da contribuição social.

O volume de vendas considera a média anual da taxa de crescimento. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado.

O preço de venda considera a média anual da taxa de crescimento de 5%. Ele se baseia nas atuais tendências do setor e inclui as previsões de inflação para o longo prazo.

A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período previsto. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas e no *mix* de vendas, com ajustes efetuados para refletir os aumentos de preço futuros esperados para os insumos agrícolas, que a administração não espera poder repassar para os clientes por meio de aumentos no preço. Existe a expectativa de que o preço dos insumos agrícolas subirá em média 4% ao ano, mantendo a margem bruta média anual em 13%. A margem para os grãos se mantém estável em 1%.

Outros custos operacionais são os custos fixos das UGCs, que não variam de maneira significativa com os volumes de vendas ou os preços. A administração estimou esses custos com base na estrutura atual dos negócios, ajustando-os aos aumentos inflacionários, e estes não refletem quaisquer reestruturações futuras ou medidas de economias de custo.

A Administração avaliou as operações das UGCs ao longo do exercício e concluiu que não houve mudança substancial nas operações das controladas desde a aquisição do controle, ocorrido em agosto de 2017, que levassem o Grupo a efetuar uma nova avaliação de impairment sobre o ágio registrado contabilmente para a data base de 31 de dezembro de 2017.

14. Fornecedores e outras contas a pagar (Consolidado)

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios.

	2017
Fornecedores de grãos	122.617
Fornecedores de mercadorias	162.443
Fornecedores - partes relacionadas (Nota 23)	5.024
Outras contas a pagar	9.370
(-) Ajuste a valor presente	(12.735)
	<u>286.719</u>

O saldo a pagar para os fornecedores de grãos está, em sua maioria, atrelado à variação do valor justo das commodities agrícolas com que o Grupo opera.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme determina a norma contábil, as compras a prazo são descontadas a valor presente, conforme prazo negociado com cada fornecedor, considerando uma taxa média mensal de 1,5%.

15. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Modalidade	Moeda	Taxa de juros média a.a.	2017
Nota de crédito a exportação – NCE	USD	117 à 122,5% do CDI	47.365
Cédula de crédito à exportação – CCE	USD	115% do CDI a 21,9%	19.121
Adiantamento para contrato de câmbio – ACC	USD	2,54 à 5,94%	29.031
Capital de giro - moeda estrangeira	USD	140% a 150% do CDI	64.812
Cédula de crédito bancário – CCB	R\$	141% do CDI	14.098
Finame e Leasing	R\$	2,5% à 8,7%	9.903
			<u>184.330</u>
Circulante			153.870
Não circulante			<u>30.460</u>
			<u>184.330</u>

O cronograma dos vencimentos dos empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante é demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

	<u>2017</u>
2019	19.108
2020	9.107
2021	1.416
Acima de 2021	<u>829</u>
	<u>30.460</u>

15.1 Debêntures

Conforme escritura particular de 1ª emissão de debêntures datada de 15 de agosto de 2017 e aditada em 22 de março de 2018, foi aprovada a emissão de 14 (quatorze) debêntures pela controlada Agro Control, no valor total de R\$ 14.000, não conversíveis em ações do Grupo, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória para colocação privada, com valor nominal unitário de R\$ 1.000, com data de vencimento em 16 de agosto de 2019. As debêntures são remuneradas por 100% da variação acumulada do DI, acrescidas de um spread de 3% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2017, a controlada Agro Control tem 14 (quatorze) debêntures negociadas, sendo o saldo no montante de R\$ 14.232 em 2017, o qual foi liquidado em 2019, na data de vencimento.

15.2 Compromissos (“covenants”)

A controlada Agro 100 possuía apenas um contrato com *covenants* financeiro em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 4.168, o qual deve ter índice de liquidez corrente acima de 1,0 (um), e que está totalmente adimplente em 31 de dezembro de 2017.

Os demais empréstimos e financiamentos do Grupo não possuíam contratos contendo cláusulas de restrições financeiras ou operacionais (*covenants*).

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15.3 Garantias

	<u>2017</u>
Alienação fiduciária	8.611
Avais dos sócios	7.209
Hipoteca	30.043
Estoques	<u>15.461</u>
	<u>61.324</u>

16. Obrigações por cessão de crédito

Em janeiro de 2017, a controlada Agro 100 concluiu uma operação de distribuição pública de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) emitidos pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., lastreadas em recebíveis emitidos pela referida controlada. A operação inicial totalizou R\$ 25.000 (limite da operação), com encerramento da operação (contratual) em 2020, com pagamentos de juros semestrais e custo de 100% do CDI. O recurso foi recebido pela controlada em janeiro de 2017.

Essas obrigações por cessão de crédito, originadas na emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) são classificadas como dívida no Passivo circulante, a fim de manter a comparabilidade com seu respectivo lastro, ou seja, os direitos creditórios sobre as Contas a Receber que foram cedidos na operação (Nota 7). A controlada possui a opção assegurada em contrato de promover a revolvência dos saldos de curto prazo até a liquidação da operação do CRA, através de encontro de contas, o qual ocorrerá conforme os prazos descritos acima. Dessa forma, a liquidação dessas operações não deverá resultar em saída de caixa futuro da controlada.

16.1 Títulos e valores mobiliários (Consolidado)

Como forma de garantir eventuais riscos de crédito à Securitizadora, foram adquiridas cotas secundárias (ou subordinadas) no montante de R\$ 5.000 desta distribuição realizada, o qual encontra-se classificado como títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento no ativo não circulante. Este título é remunerado a 50% do CDI, sendo o montante atualizado, em 31 de dezembro de 2017, de R\$ 5.012.

De acordo com a estrutura financeira da referida emissão, cabe ao CRA subordinado a absorção das primeiras perdas apuradas na carteira de recebíveis cedida, limitadas a 20% do valor de emissão. Em 31 de dezembro de 2017, a administração da controlada não espera incorrer em perdas significativas relacionadas a não liquidez dos títulos cedidos em garantia, haja vista os procedimentos de avaliação de crédito da controlada, bem como a possibilidade de substituição dos recebíveis securitizados no caso de eventual evento futuro.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Obrigações trabalhistas e sociais (Consolidado)

	<u>2017</u>
Provisão para férias e encargos sobre férias	1.943
Provisão para comissões	2.296
Provisão de bônus remuneração sócios	468
INSS a recolher	772
FGTS a recolher	161
Outras obrigações trabalhistas	<u>977</u>
	<u>6.617</u>

18. Obrigações tributárias (Consolidado)

	<u>2017</u>
IRPJ e CSLL a recolher	4.679
ICMS a recolher	114
IRRF a recolher	137
PIS e COFINS a recolher	167
Outros impostos a recolher	<u>448</u>
	<u>5.545</u>

19. Adiantamentos de clientes (Consolidado)

	<u>2017</u>
Adiantamentos de clientes mercado interno (i)	14.546
Adiantamentos de partes relacionadas (ii)	<u>377</u>
	<u>14.923</u>

(i) Refere-se a adiantamentos recebimentos de produtores e tradings para a aquisição de insumos e de grãos (operações não fixadas), respectivamente.

(ii) Adiantamento recebido pela antecipação de pagamento de insumos safra 2017/2018.

20. Contingências

O Grupo é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e civil, no curso normal de seus negócios, com base em parecer dos assessores jurídicos do Grupo, as ações com possibilidade possível de perda totalizam R\$ 1.545 em 2017, referente as ações cíveis.

Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas às questões tributárias do exercício, ou exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva desses itens no Brasil. Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação. Também podem existir obrigações de naturezas trabalhista ou cível que, no presente momento, não são conhecidas pela administração do Grupo.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Entretanto, com base na opinião de seus consultores legais, a administração do Grupo é de opinião que todos os tributos e demais obrigações assumidas têm sido pagas ou provisionadas adequadamente e, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, não eram conhecidas ações de vulto formalizadas contra a Companhia e suas controladas que implicassem a constituição de provisão para cobrir eventuais perdas.

21. Patrimônio líquido

21.1 Capital social

Em 28 de janeiro de 2016, foi constituída a sociedade empresária limitada, denominada Agro Key Participações Ltda., pelos acionistas Aqua Capital Consultoria Ltda. e Hudson River Consultoria Ltda., através de 500 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), totalmente subscritas.

Em 28 de abril de 2016, houve a 1ª alteração do contrato social da Companhia, com o ingresso dos novos sócios, Leiden PE II, L.P., Mid-Market LAIF II, L.P. e Agribusiness Latin America Fund II, L.P. Nesta mesma data, houve a cessão e transferência total das quotas da antiga sócia, Hudson River Consultoria Ltda. e parcial da sócia Aqua Capital Consultoria Ltda. Adicionalmente, houve o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 1.000, com a emissão de 1.000.000 de novas quotas, passando o capital social dos atuais R\$ 1 para R\$ 1.001 e a aprovação da transformação da sociedade, originalmente constituída sob a forma de sociedade limitada, em uma sociedade anônima fechada, a ser regida pela Lei das S.A., e alterou a denominação social da Agro Key Participações Ltda. para Agro Key Participações S.A.

Em 16 de dezembro de 2016, conforme Assembleia Geral, os sócios aprovaram o aumento do capital social em R\$ 3.000, com a emissão de 3.000.000 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo que o montante de R\$ 202 foi integralizado e R\$ 2.798 foi registrado como capital a integralizar.

Em 9 de agosto de 2017, houve a cessão e transferência do total de ações de propriedade das acionistas Agribusiness Lation America Fund II, L.P., Mid-Market Laif II, L.P., Leiden PE II, L.P., Hudson River Consultoria Ltda. para o Agrofundo Brasil V Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia.

Nesta mesma data, conforme Assembleia Geral Extraordinária, o acionista aprovou novo aumento de capital da Companhia mediante a emissão de 215.340.899 (duzentos e quinze milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentas e noventa e nove) novas ações ordinárias, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas, através do montante de R\$ 215.341, sendo que R\$ 21.534 foram destinados à conta de capital social, sendo R\$ 17.176 integralizados durante o exercício de 2017 e R\$ 3.272 integralizados durante o exercício de 2018, e R\$ 193.807 destinados à reserva de capital, sendo R\$ 129.404 integralizados em 2017 e R\$ 57.728 integralizados durante o exercício de 2018, e o saldo de R\$ 6.675 a integralizar, passando o capital social de R\$ 4.001 para R\$ 25.535, representado por 219.341.399 (e dezenove milhões, trezentos e quarenta e um mil, trezentas e noventa e nove) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal , parcialmente integralizadas, no montante de R\$ 18.379. As novas ações ordinárias foram subscritas pelo acionista Agrofundo Brasil V Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia e pelos acionistas ingressantes, Spectra II - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE, Spectra III Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Fact Enterprise FIP Multiestratégia e Benildo Carvalho Teles.

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e parcialmente integralizado da Companhia era de R\$ 25.535 (2016 – R\$ 4.001) representado por 228.697.858 (2016 – 4.000.500) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21.2 Reserva de capital

Refere-se a ágio na emissão de ações pagos pelos acionistas da Companhia, conforme mencionado na Nota 21.1.

21.3 Reserva de lucros

A Companhia destina 5% do lucro líquido do exercício para a reserva legal, conforme previsto pela legislação societária. Adicionalmente, as reservas de lucros também estão compostas por lucros a destinar que compreendem o montante de lucros retidos e que serão submetidos à Assembleia Geral Ordinária.

21.4 Dividendos

No caso de distribuição de dividendos é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 5% sobre o lucro do exercício, depois de deduzidos os prejuízos acumulados e a apropriação da reserva legal, conforme definido em seu Estatuto Social.

		2017
Lucro líquido do exercício		6.042
Constituição de reserva legal	(5%)	(302)
Base de cálculo dos dividendos		<u>5.740</u>
Dividendo mínimo obrigatório	(5%)	<u>(287)</u>
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício		4,8%
Dividendo adicional		<u>(201)</u>
Total de dividendos distribuídos		<u>(488)</u>
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício		8,1%

21.5 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias diluidoras.

	2017
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	6.042
Quantidade de ações ordinárias no início do exercício (*)	4.001
Média ponderada das ações ordinárias no exercício (*)	93.726
Lucro básico/ diluído por lote de mil ações - R\$	<u>0,06</u>

(*) Lotes de mil ações

Em 31 de dezembro de 2017, não existem instrumentos com potencial de diluição do lucro.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Partes relacionadas (Consolidado)

No decorrer de suas operações, direitos e obrigações são contraídas entre partes relacionadas, oriundas de operações comerciais e financeiras. As transações comerciais, tais como compra e venda de mercadorias entre partes relacionadas, são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes, que devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes com partes não relacionadas. As operações financeiras com partes relacionadas decorrentes de transações de mútuo entre profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, são realizadas em condições específicas, sendo que não há cobrança de juros ou de prazo definido para pagamento nessas operações.

Os saldos de transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir.

22.1 Ativos com partes relacionadas

		<u>2017</u>
Pessoa física	(i)	2.984
GB2 Empreendimentos Ltda.	(ii)	<u>9.328</u>
Total nas contas a receber (Nota 7)		<u><u>12.313</u></u>

(i) Refere-se a valores a receber a vencer, pela venda de insumos agrícolas, conforme prazos e condições estabelecidas entre as partes.

(ii) Refere-se a valores a receber oriundos de venda de ativos imobilizados e da comercialização de soja em grãos.

		<u>2017</u>
Pessoa física		<u>826</u>
Total dos mútuos a receber		<u>826</u>
Circulante		726
Não circulante		<u>100</u>
		<u><u>826</u></u>

Refere-se a valores pagos antecipados de dividendos e de créditos oriundos de acordo entre os sócios.

22.2 Passivos com partes relacionadas

		<u>2017</u>
Pessoa física	(i)	3.607
Gb2 Empreendimentos Ltda.	(ii)	958
Gb5 Empreendimentos Imobiliarios Ltda.	(ii)	<u>459</u>
Total em fornecedores (Nota 14)		<u><u>5.024</u></u>

(i) Refere-se a valores a pagar pela aquisição de commodities, conforme prazos e condições de mercado

(ii) Refere-se, substancialmente, a valores pagar de alugueis, conforme prazos e condições acordadas entre as partes.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22.3 Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2017, havia o montante a pagar de R\$ 488, referente aos dividendos provisionados no período, conforme Nota 21.2.

22.4 Vendas para partes relacionadas

		<u>2017</u>
Pessoa física	(i)	9.412
GB2 Empreendimentos LTDA	(ii)	<u>4.219</u>
Total de vendas para partes relacionadas		<u>13.631</u>

- (i) Substancialmente, representadas por vendas de insumos agrícolas (fertilizantes, defensivos etc.) em condições negociadas entre as partes.
- (ii) Referem-se a valores de venda de ativo imobilizado e venda de commodities (soja em grãos), em condições negociadas entre as partes.

22.5 Compras de partes relacionadas

		<u>2017</u>
Pessoa física	(i)	6.865
GB2 Empreendimentos Ltda.	(ii)	7.985
GB5 Empreendimentos LTDA.	(ii)	1.821
Ricolog Transbordo e Multimodal S.A.	(iii)	<u>1.378</u>
Total de compras para partes relacionadas		<u>18.049</u>

- (i) Valores aquisição de commodities agrícolas (soja, milho e trigo), conforme prazos e condições de mercado.
- (ii) Substancialmente, representados por aluguel de imóveis, transporte e assessoria técnica, em condições negociadas entre as partes.
- (iii) Refere-se a valores de aquisição de serviços de armazenagem e transbordo ferroviários, conforme prazos e condições acordadas em contrato.

22.6 Remuneração do pessoal chave da administração

No exercício de 2017, a remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração do Grupo, composta por Diretoria das controladas direta e indiretas, por serviços na qualidade de empregados, foi no montante de R\$ 330 (2016 – R\$ 275).

Adicionalmente, a gestão de determinadas atividades administrativas da Companhia é realizada por administradores alocados nas controladas, sem o repasse de custos para a controladora. Consequentemente, não há despesas com remuneração alocadas a controladora na data base.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23. Receita operacional líquida (Consolidado)

	<u>2017</u>
Venda de grãos mercado interno	85.023
Venda de grãos mercado externo	133.473
Prestação de serviços	504
Venda de mercadorias mercado interno	<u>206.086</u>
Total da receita bruta	<u>425.086</u>
Menos:	
Impostos sobre receita	(i) (2.730)
Devoluções e abatimentos	<u>(8.749)</u>
Total da receita operacional líquida	<u><u>413.607</u></u>

- (i) As vendas de insumos agropecuários possuem base de cálculo do ICMS reduzida nas saídas, bem como são isentas de Pis/Cofins.

24. Custos das vendas, por natureza (Consolidado)

	<u>2017</u>
Custo das mercadorias vendidas - <i>commodities</i>	188.657
Custo das mercadorias vendidas - insumos agrícolas	166.926
Custo com fretes	21.520
Valor justo commodities	<u>(969)</u>
	<u><u>376.134</u></u>

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. Despesas administrativas e de vendas, por natureza (Consolidado)

	<u>2017</u>
Gastos com frota	837
Gastos com pessoal	14.184
Provisões para perdas com recebíveis	2.205
Serviços de terceiros	5.973
Depreciação e amortização	3.697
Gastos com armazenagem	2.754
Água, energia e telefone	2.223
Manutenção e conservação	193
Comissões	97
Propaganda, publicidade e anúncios	502
Despesas com alimentação	297
Material de uso e consumo	789
Provisão (reversão de provisão) de títulos incobráveis	132
Aluguéis	3.855
Pró-labore	138
Outras	<u>4.347</u>
	<u>42.223</u>
Despesas administrativas	33.923
Despesas de vendas	9.136
Outras resultado operacionais	(i) <u>(836)</u>
	<u>42.223</u>

- (i) Além desses valores classificados temos um montante de R\$ 836 em outras receitas e despesas operacionais que se referem a venda de bens e recuperação de imposto que a administração considera como não recorrente.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26. Resultado financeiro (Consolidado)

	<u>2017</u>
Despesas financeiras	
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.672)
Juros passivos	(627)
Ajuste a valor presente	(4.899)
Descontos concedidos	(1.520)
Outras despesas financeiras	(442)
	<u>(16.160)</u>
Receitas financeiras	
Descontos por antecipação de pagamentos	11.601
Juros ativos	7.652
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.414
Pis/Cofins sobre receita financeira	(1.517)
Ajuste a valor presente	5.721
Outras receitas financeiras	22
	<u>24.893</u>
Variação cambial e valor justo	
Instrumentos financeiros cambiais passivos	(644)
Variação cambial ativa	443
Ganhos em operações com NDF's - cambiais	1.423
Valor justo contratos a termo - <i>commodities</i>	8.890
	<u>10.112</u>
Resultado financeiro	<u>18.845</u>

A movimentação da variação cambial é demonstrada a seguir:

Variação cambial

	<u>2017</u>
Saldo inicial	
Resultado	1.222
(-) Pagamento	(1.222)
Saldo final	<u> </u>

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27. Imposto de renda e contribuição social (Consolidado)

27.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Saldo patrimonial – ativo e passivo

	Em 31 de dezembro de 2017				
	Saldo líquido inicial	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Imposto de renda e contribuição social diferidos					
Passivo não circulante, líquido					
Mais valia sobre ativo imobilizado intangível	(16.378)	1.189	(15.189)		(15.189)
Imposto de renda e contribuição social diferidos					
Ativo não circulante, líquido					
Ajuste dos estoques a valor justo	(2.584)	10.438	7.854	7.854	
Valor justo contratos a termo cambiais	3.154	(3.038)	116	116	
Valor justo contratos a termo <i>commodities</i>	(5.307)	1.528	(3.779)	(3.779)	
Valor justo de fornecedores a fixar	4.553	(9.203)	(4.650)	(4.650)	
Provisões para perda em recebíveis	1.852	1.531	3.383	3.383	
Provisão de despesa	131	650	781	781	
Variações cambiais não realizadas	(94)	58	(36)	(36)	
Provisão de variação de <i>hedge</i>	(1.355)	1.236	(119)	(119)	
Provisão de juros ativos	-	(1.685)	(1.685)	(1.685)	
Ajuste a valor presente	(391)	(1.314)	(1.705)	(1.705)	
Prejuízos fiscais	714	1.818	2.532	2.532	
Outros	(144)	529	386	386	
Imposto líquido ativo (passivo)	(15.849)	3.736	(12.111)	3.078	(15.189)

A administração da Companhia estima que a realização dos impostos diferidos se dê pelo histórico de rentabilidade de cada uma de suas controladas, devendo ocorrer o mesmo em até 5 anos, pois refere-se principalmente a variações no valor justo de derivativos e provisões de fornecedores de commodities.

27.2 Reconciliação da alíquota efetiva

	Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017
Resultado antes do imposto	6.042	(648)	14.095
Imposto calculado com base em alíquotas de impostos vigentes (34%)	(2.054)	220	(4.792)
Equivalência patrimonial	2.364		
Benefício sobre prejuízo fiscal não constituído	(310)		(310)
Outros		(220)	1.841
Tributos no resultado			(3.261)

28. Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Comitê Executivo, que é o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, bem como pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Comitê Executivo considera o negócio sob perspectiva de produto. Na visão do Grupo, os segmentos operacionais apresentados a seguir são organizados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Conselho de Administração, principal tomador de decisões e responsável pela alocação de recursos e avaliação de desempenho desses segmentos:

- (i) Insumos agrícolas: compreendem o comércio de fertilizantes, defensivos, foliares e sementes de soja e milho. O resultado desse segmento é determinado pela receita de venda auferida pela venda desses produtos, mensurada até o momento em que o Grupo transfere para o cliente o controle dos produtos vendidos.
- (ii) Grãos de soja e milho: compreendem as operação decorrente do recebimento físico, padronização e comercialização de grãos adquiridos de terceiros, bem como dos grãos originados nas operações de “Barter” O resultado desse segmento é determinado pelo resultado auferido nas operações de compra e venda de commodities agrícolas, incluindo a variação dos instrumentos financeiros atrelados à comercialização dessas commodities, bem como dos ativos não monetários relacionados.

O Comitê Executivo avalia o desempenho desses segmentos operacionais com base na evolução das receitas e no EBITDA ajustado gerados por cada segmento operacional. Essa base de mensuração exclui operações descontinuadas, quando aplicável, e efeitos de gastos não recorrentes de segmentos operacionais, como custos de reestruturação, despesas legais e *impairment* de ágio quando o *impairment* é resultado de um evento isolado, não recorrente. A mensuração também exclui os efeitos de pagamentos baseados em ações liquidados em ações e ganhos ou perdas não realizadas sobre instrumentos financeiros. Despesas de vendas e administrativas não alocadas diretamente aos segmentos são consideradas como não-reportável, pois atende todas as unidades do Grupo. Receitas e despesas de juros não são alocadas aos segmentos, pelo fato destas atividades serem gerenciadas pela tesouraria central, no contexto do Grupo.

	<u>Grãos</u>	<u>Insumos</u>	<u>Não reportável</u>	<u>Total</u>
Receita líquida	215.766	197.841		413.607
Custo	(209.208)	(166.926)		(376.134)
Lucro Bruto	6.558	30.915		37.473
Depreciação	(632)	(627)	(2.438)	(3.697)
Despesas Administrativas	(12.410)	(15.310)	(2.506)	(30.226)
Despesas de Vendas	(3.691)	(5.445)	-	(9.136)
Outras resultados operacionais			836	836
Resultado financeiro	8.890		9.955	18.845
Resultado antes dos impostos	(1.285)	9.533	5.847	14.095
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferido	297	(2.206)	(1.353)	(3.261)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(988)	7.327	4.494	10.834
EBITDA Contábil	(9.543)	10.160	(1.670)	(1.053)
(+/-) Valor justo commodities				
(+/-) Variação cambial operacional	(1.046)			(1.046)
(+/-) Receita e despesas não recorrentes				
EBITDA Ajustado	(10.589)	10.160	(1.670)	(2.099)

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos e passivos dos segmentos reportáveis podem ser assim resumidos:

	<u>Grãos</u>	<u>Insumos</u>	<u>Não reportável</u>	<u>Total</u>
Ativo				
Contas a receber de clientes	83.464	158.951		242.415
Estoques	63.716	126.070		189.786
Adiantamentos a fornecedores	4.063	22.403		26.466
Impostos a recuperar	4.800	4.401		9.201
Contratos a termo	12.542			12.542
Títulos e valores mobiliários		5.012		5.012
Imobilizado	5.742	14.781		20.523
Intangível	13.668	157.180		170.848
Total dos ativos alocados	187.995	488.798		676.793
Caixa e equivalente de caixa			97.226	97.226
Outros ativos			21.638	21.638
Demais ativos não alocáveis			118.864	118.864
Total do ativo	187.995	488.798	118.864	795.657
Passivo				
Contas a pagar	104.527	182.192		286.719
Adiantamentos de clientes	3.669	11.254		14.923
Obrigações por cessão de crédito		24.387		24.387
Obrigações sociais e trabalhistas	1.776	4.841		6.617
Impostos e contribuições a recolher	2.892	2.652		5.544
Contratos a termo	68			68
Imposto de renda e contribuição social diferidos		15.189		15.189
Total dos passivos alocados	112.932	240.515		353.447
Empréstimos e financiamentos			184.330	184.330
Patrimônio líquido			183.079	183.079
Outros passivos			74.801	74.801
Demais passivos não alocáveis			442.210	442.210
Total do passivo e patrimônio líquido	112.932	240.515	442.210	795.657

29. Instrumentos financeiros

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira e diretoria do Grupo. Sendo que a tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a sociedade contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais.

As operações com instrumentos financeiros mantidas na data-base das demonstrações financeiras estão demonstradas abaixo.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos	2017
Empréstimos e recebíveis	
Caixa e equivalentes de caixa	97.226
Contas a receber de clientes (i)	196.990
Outros créditos	3.080
Mútuo partes relacionadas	826
Títulos e valores mobiliários	5.012
	<u>303.134</u>
Valor justo por meio do resultado	
Contratos a termo - cambiais	607
Contratos a termo - commodities	11.935
	<u>12.542</u>

(i) Não considera o valor a receber nas operações de barter, os quais serão liquidados mediante o recebimento de ativos não financeiros.

Passivos	2017
Valor justo por meio do resultado	
Fornecedores e outras contas a pagar (i)	117.788
Contrato a termo - cambiais	68
	<u>117.856</u>
Custo amortizado	
Fornecedores e outras contas a pagar	168.931
Obrigações com títulos securitizados	24.387
Empréstimos e financiamentos	184.330
Debêntures	14.232
Aquisição de participação societária a pagar	55.465
Dividendos a pagar	488
	<u>447.833</u>

(i) Refere-se a posição de fornecedores de grãos a fixar, onde o valor a pagar tem oscilação do preço de mercado das commodities, até a sua fixação por parte do fornecedor. As oscilações do valor justo são reconhecidas diretamente ao custo das mercadorias vendidas.

Os saldos classificados como instrumentos financeiros referem-se a:

Caixa e equivalentes de caixa - Incluem o caixa, os saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras.

Contas a receber de clientes/fornecedores - Decorrem diretamente das operações o Grupo, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas.

Empréstimos e financiamentos - Contratações realizadas junto a instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contratos a termo financeiro - cambiais - Valores referentes ao valor justo de operações de termo de moeda futuro junto a instituições financeiras.

Contratos a termo/ commodities - Valores referentes ao valor justo de operações de termo de moeda futuro junto a instituições financeiras, bem como, de contratos de venda futura de grãos no mercado a termo.

Obrigações por cessão de crédito - Contratações realizadas junto a empresa Securitizadora (desconto de títulos), registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.

Títulos e valores mobiliários – Aplicações em cotas de capital secundárias em Fundo de Investimento em títulos do Agronegócio - CRA.

Debêntures - Títulos de dívida representativo de um empréstimo, emitido pela Companhia, por intermédio de terceiros, assegurando a seus detentores direito contra a emissora, estabelecidos na escritura de emissão.

29.1 Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados, principalmente, à flutuação das variações cambiais e a preços de *commodities*. O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros de proteção para mitigar sua exposição a esses riscos. O Grupo vem implementando e aprimorando os controles internos para identificar e mensurar os efeitos das transações com as *tradings* e com as instituições financeiras, para que tais transações sejam capturadas, reconhecidas e divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em quaisquer outros ativos de risco.

29.2 Contratos a termo - commodities

Os valores classificados como contratos a termo de commodities referem-se ao valor justo de operações de compra e venda futura de commodities através de contratos a termo junto a produtores rurais e clientes (geralmente *tradings*).

Os valores justos foram estimados com base em informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações, trazidas a valor presente. (Metodologia descrita na Nota 4).

No quadro abaixo, demonstramos as origens e classificações dos saldos nas demonstrações financeiras.

	<u>2017</u>
Ganho em contratos de compra e venda futura de <i>commodities</i> (i)	<u>11.935</u>

- (i) Compra e venda futura de *commodities*: Referem-se aos resultados estimados nas datas bases de elaboração das demonstrações financeiras com a realização de contratos a termo junto a produtores rurais (compra) e clientes (venda) de *commodities*.

As compras ocorrem em duas modalidades:

Trocas/ operações de barter - Operações de fornecimento e financiamento de insumos agrícolas ao produtor rural prazo safra, com garantia de recebimento através de CPR;

Preço fixo - Operações de compra direta no campo através da oferta de preços para entrega em data futura com garantia contratual de recebimento;

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29.3 Contratos a termo – cambiais

Os valores classificados como contratos a termo cambiais referem-se ao valor justo de operações de câmbio para proteção das exposições.

No quadro abaixo, demonstramos as origens e classificações dos saldos nas demonstrações financeiras.

	<u>2017</u>
Ganho em contratos a termo - cambiais	607
Perdas em contratos a termo - cambiais	<u>(68)</u>
	<u>539</u>

29.4 Posição líquida dos contratos a termo

Os saldos em aberto dessas operações ao final do exercício é como segue:

		<u>2017</u>
Ganho em contratos de compra e venda futura de commodities	(i)	11.935
Ganho em contratos a termo - cambiais	(ii)	<u>607</u>
		12.542
Perdas em contratos a termo - cambiais	(ii)	<u>(68)</u>
		<u>12.474</u>

(i) Calculado considerando o preço de liquidação do mercado físico a vista, considerando que essas operações são liquidadas com a entrega (venda) ou recebimento (compra) das commodities negociadas.

(ii) Calculado conforme critério adotado para instrumentos financeiros classificados no Nível 2 (Nota 5.1).

29.5 Análises de sensibilidade

Foram realizadas simulações à sensibilidade das posições existentes em 31 de dezembro de 2017 para os seguintes riscos de mercado: preço das commodities e taxas cambiais.

As simulações foram elaboradas para demonstrar apenas o impacto em possíveis cenários negativos às posições tomadas pelo Grupo.

Como cenários foram utilizados um cenário base provável, aumento de 25% e um aumento de 50%, respectivamente, no caso análise das variações nos preços das commodities, taxas cambiais e taxas de juros, sendo que essas variações foram definidas com base no histórico de mercado e nas projeções realizadas pela Administração em relação às exposições assumidas.

Abaixo, demonstramos os reflexos financeiros para cada risco:

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Variações nos preços das commodities

Posição	Toneladas	Posição	Risco Atual	Mercado	+25% Aumento		+50% Aumento	
				Atual	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Soja	(2.715)	Comprada	(3.122)	69,00	86,25	(3.903)	103,50	(4.683)
Milho	528	Vendida	247	28,00	35,00	308	42,00	370
Trigo	309	Vendida	201	39,00	48,75	251	58,50	302
Exposição líquida			(2.675)			(3.343)		(4.012)

(b) Variações nas taxas cambiais

Posição	Risco	Saldo	Saldo	Mercado	+25% Aumento		+50% Aumento	
		Nocional	Fechamento	Atual	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Empréstimos e financiamentos	Câmbio	22.791	75.393	3,3080	4,1350	(18.848)	4,9620	(37.696)
Contratos de compras em Dólar	Câmbio	-	-	3,3080	4,1350	-	4,9620	-
Contrato SWAP cambiais	Câmbio	(20.073)	(66.401)	3,3080	4,1350	16.600	4,9620	33.201
Contrato a termo NDFs de compra	Câmbio	-	-	3,3080	4,1350	-	4,9620	-
Contrato a termo NDFs de venda	Câmbio	4.152	13.735	3,3080	4,1350	(3.434)	4,9620	(6.867)
Contratos de venda em Dólar	Câmbio	-	-	3,3080	4,1350	-	4,9620	-
Contratos exportação - contas a receber	Câmbio	(8.960)	(29.640)	3,3080	4,1350	7.410	4,9620	14.820
Antecipação de Contrato de Cambio (ACC)	Câmbio	4.500	14.886	3,3080	4,1350	(3.722)	4,9620	(7.443)
Exposição líquida		2.410	7.972			(1.993)		(3.986)

(c) Variações nas taxas de juros

Posição	Risco	Saldo	Saldo	Mercado	+25% Aumento		+50% Aumento	
		Nocional	Fechamento	Atual	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Empréstimos e financiamentos / debentures	CDI	91.258	92.995	7,0%	8,8%	(1.597)	10,5%	(3.194)
Contrato SWAP	CDI	66.401	66.401	7,0%	8,8%	(1.162)	10,5%	(2.324)
Exposição líquida		157.659	159.396			(2.759)		(5.518)

30. Outras divulgações sobre o fluxo de caixa (consolidado)

(a) Dívida líquida

	2017
Empréstimos e financiamentos	184.330
Debêntures	14.232
Caixa e equivalentes de caixa	(97.226)
Dívida líquida	101.336

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação da dívida líquida

	<u>Empréstimos bancários</u>	<u>Debêntures</u>	<u>Caixa e equivalentes</u>	<u>Dívida líquida</u>
Dívida líquida incorporada aquisição de controlada	131.352	-	(25.433)	105.919
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa				
Obtenção de empréstimos	175.228	14.000	-	189.228
Pagamento de empréstimos	(123.755)	-	-	(123.755)
Pagamento de juros	(8.665)	-	-	(8.665)
Caixa e equivalente de caixa gerado	-	-	(71.793)	(71.793)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa				
Juros provisionados	8.440	232	-	8.672
Variações monetárias/cambiais	1.730	-	-	1.730
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2017	<u>184.330</u>	<u>14.232</u>	<u>(97.226)</u>	<u>101.336</u>

31. Seguros

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas têm programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros (informação não auditada).

Cobertura do Seguro

Consolidado

Patrimonial e Estoques	32.130
Frotas	950

32. Evento subsequente

a) Aquisição de controlada

Em 9 de novembro de 2018, a controlada Agrototal adquiriu a titularidade da AgroFerrari, a qual passou a fazer parte das demonstrações financeiras consolidadas. A aquisição ocorreu: (i) pela contribuição pelo antigo titular de 37% do capital social da AgroFerrari no capital social da Agrototal, passando o antigo titular da AgroFerrari a ser o proprietário de ações representativas de 5% do capital social da Agrototal; e (ii) pela aquisição de 63% do capital social da AgroFerrari pela Agrototal no valor de R\$ 23.679.

b) Incorporação de controlada

Em 4 de janeiro de 2019, a empresa controlada Agro100 efetuou a incorporação integral da empresa controlada Nutri100. A incorporação se deu aos valores dos livros contábeis. Essa incorporação incorreu devido a sinergia entre as empresas, a fim de reduzir custos operacionais e melhorar o atendimento aos clientes.

c) Cenário de pandemia

No final do primeiro trimestre de 2020, tendo em vista o cenário de pandemia mundial, a Companhia verificou a necessidade imediata de dedicar seus esforços a prevenção e combate ao Coronavírus.

Antes mesmo que as autoridades brasileiras determinassem que as empresas privadas tomassem qualquer medida de prevenção, ao final de fevereiro de 2020 a Companhia divulgou amplamente as orientações preventivas a serem seguidas por seus funcionários como medida para evitar contágio. Ainda em março de 2020 foi instituído o comitê de crise, divulgando amplamente o plano de contingência para enfrentamento

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

ao COVID-19, bem como consultoria com médico infectologista e monitoramento de casos suspeitos e confirmados de Coronavírus. É importante destacar que os serviços prestados pela Companhia sempre estiveram de acordo com a classificação federal de serviços essenciais, através do Decreto Federal nº 10.282/20.

As ações imediatas para contenção da crise envolveram o cancelamento de eventos, viagens, reuniões, treinamento e processo seletivo presenciais, intensificação da higienização dos ambientes e mobiliários da empresa, afastamento dos funcionários do grupo de risco e investimento em adequações para alocação de equipes em home office, além de adaptações às regras de distanciamento social nos sites do Grupo.

Diante das incertezas relacionadas ao cenário de pandemia, que ainda persiste, o Grupo mantém avaliação contínua sobre os possíveis impactos que podem ocorrer em suas operações em relação a:

- Insumos necessários ao desenvolvimento das atividades;
- impactos nas vendas; e
- Impactos no fluxo de caixa do Grupo, e se há um aumento significativo no risco de crédito.

Até a presente data, a Administração não identificou impactos significativo da pandemia sobre suas operações e não espera que o cenário de pandemia afete os resultados e/ou plano de expansão da Companhia e suas controladas. Na data em que a Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas em 2019, a administração determinou que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a capacidade da entidade de continuar operando nos próximos 12 meses.

d) Possibilidade de Initial Public Offering (IPO)

Em julho de 2020, os acionistas do Grupo avaliaram a possibilidade de acessar o mercado de capitais e decidiram proceder com uma reestruturação societária para viabilizar essa operação. Nesse contexto, a administração do Grupo procedeu com determinados movimentos societários, com o objetivo de efetuar a distribuição primária de ações de sua nova estrutura, denominada Agrogalaxy, após o registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e ser listada no Novo Mercado.

Em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 17 de dezembro de 2020, foi deliberada e aprovada as seguintes matérias:

- a submissão pela Agrogalaxy do pedido de registro de companhia aberta na categoria “A” perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480.
- a submissão à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão: (a) do pedido de adesão do Agrogalaxy ao Novo Mercado; e (b) do pedido de admissão à negociação das ações do Agrogalaxy na B3, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado, ficando a Diretoria do Agrogalaxy autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado.

Os movimentos societários realizados pela administração do Grupo para viabilizar essa operação, foram os seguintes:

Reestruturação societária do Agrogalaxy Participações S.A. (“Agrogalaxy”, anteriormente Agro Trends Participações S.A.)

Em 30 de outubro de 2020, a Companhia e a Agro Advance Participações S.A. (“Agro Advance”) foram incorporadas pela Agro Trends Participações S.A. (“Agro Trends”), a qual foi determinada como adquirente legal e que, nessa mesma data alterou a sua razão social para Agrogalaxy Participações S.A. (“Agrogalaxy”). Nessa operação, de acordo com as regras contábeis aplicáveis, a Companhia foi

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

determinada como adquirente contábil e, portanto, as demonstrações financeiras do Agrogalaxy serão apresentadas como uma continuidade das demonstrações financeiras da Companhia.

Esta reestruturação ocorreu com a troca de ações, por valores negociados entre as partes, em uma operação entre companhias que não possuem controle comum e, portanto, representa uma combinação de negócios sob o escopo do CPC 15 (R1)/ IFRS 3 Combinação de negócios, apresentada considerando o método de aquisição. Como parte da avaliação da Administração, para fins de combinação de negócios, a Companhia foi considerada a adquirente contábil (apesar de ser a empresa legalmente incorporada/adquirida) e a Agro Trends, assim como a Agro Advance, foram consideradas as empresas adquiridas, (apesar de a Agro Trends ser incorporadora e a entidade sobrevivente legal), configurando uma situação de aquisição reversa.

Também em 30 de outubro de 2020, as empresas concluíram a obtenção de todas as autorizações, renúncias, consentimentos e aprovações de terceiros necessárias para a consumação dessa operação. Desta forma, a transação foi legalmente implementada por meio de troca de ações, com a extinção da Companhia e a Agro Advance, nos termos do artigo 219, inciso II, da Lei das S.A. e estabelecendo a Agrogalaxy (antiga Agro Trends) como sucessora de todos os direitos e obrigações das empresas extintas.

A referida operação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, que aprovou a combinação dos negócios dessas empresas, por meio da incorporação da Companhia e da Agro Advance pela Agro Trends, nos termos do artigo 1.117 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dos artigos dos artigos 224 e 225 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), conforme termos do Protocolo e Justificação de Incorporação da Companhia pela Agro Trends e do Protocolo de Justificação de Incorporação da Agro Advance pela Agro Trends, celebrados em 23 de outubro de 2020.

Como resultado dessa combinação, os acionistas que detinham ações da Agro Key, antes da incorporação, passaram a deter, em conjunto, 44,10% do capital social total e votante da AgroGalaxy (entidade após a combinação de negócios), enquanto que os acionistas originais da Agro Trends passaram a deter, em conjunto, 41,7% do capital social total e votante da AgroGalaxy, e os acionistas originais da Agro Advance passaram a deter, em conjunto, 14,2% do capital social total e votante da AgroGalaxy. A contraprestação transferida ocorreu pela relação de substituição de ações, sendo determinado a seguinte relação: 1,12746 ação ordinária de emissão da AgroGalaxy por cada ação ordinária de emissão da Agro Key e 0,93942 ação ordinária de emissão da AgroGalaxy por cada ação ordinária de emissão da Agro Advance. A seguir a relação de trocas:

Composição acionária da Agrogalaxy, para cálculo do preço da transação ao valor justo:	Quantidade de ações	% de participação
Total de ações da Agro Trends antes da transação	288.408.922	41,70%
Total de ações emitidas e integralizadas pelos acionistas da Agro Key	305.027.736	44,10%
Total de ações emitidas e integralizadas pelos acionistas da Agro Advance	98.205.960	14,20%
	<u>691.642.618</u>	<u>100,00%</u>

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo da contraprestação transferida das companhias adquiridas, em 30 de outubro de 2020, é como segue:

Número de ações da Agro Key	343.906.555
Multiplicado pela relação de troca de 0,88695 ações da AgroGalaxy para cada ação ordinária da Agro Key	305.027.736
Multiplicado pelo valor justo das ações da AgroGalaxy (R\$)	1,56
Valor justo da contraprestação transferida (R\$ mil)	475.375
Número de ações da Agro Advance	91.666.828
Multiplicado pela relação de troca de 1,07133 ações da AgroGalaxy para cada ação ordinária da Agro Advance	98.205.960
Multiplicado pelo valor justo das ações da AgroGalaxy (R\$)	1,61
Valor justo da contraprestação transferida (R\$ mil)	157.760
Valor justo da contraprestação total transferida (R\$ mil)	633.135

A alocação do valor justo aos ativos e passivos das companhias adquiridas foi efetuada conforme demonstrativo a seguir:

<u>Alocação</u>	<u>Agro Trends</u>	<u>Agro Advance</u>	<u>Total</u>
Mais valia dos estoques	17.656	4.367	22.023
Mais valia do imobilizado	5.178	1.235	6.413
Valor justo da carteira clientes	124.768	46.925	171.693
Subtotal mais valia	147.602	52.527	200.129
Efeito tributário	(50.185)	(17.859)	(68.044)
Ágio	260.267	67.025	327.291

Como resultado da combinação de negócios, espera-se que a Agrogalaxy aumente a sua representatividade e presença nesses mercados. Consequentemente, a consolidação dessas operações em uma única estrutura administrativa também deve resultar na redução de custos por meio de economias de escala.

O total do ágio demonstrado acima refere-se ao ágio apurado nessa aquisição, e foi atribuído a rentabilidade futura decorrente das economias de escala esperadas da combinação das operações do Grupo. A administração não tem a intenção de utilizar o ágio reconhecido como despesa dedutível para fins de imposto de renda.

O valor justo dos ativos intangíveis identificáveis adquiridos de R\$ 171.693, refere-se ao valor justo da carteira de clientes, estimado com base na observação da recorrência de transações dos últimos três anos. Nessa avaliação, foi considerada taxa de mortalidade (*churn rate*) aplicada no horizonte de projeção de 11,2% a.a. e taxa de desconto de 12,2% a.a. A vida útil econômica estimada para esse ativo foi de 10 anos. Considerando que não há um planejamento tributário que permita da utilização do benefício tributário sobre a amortização deste ativo, a administração constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 58.376, sobre valor justo alocado para esse ativo.

A Administração não identificou outros ativos intangíveis elegíveis e relevantes para alocação do preço da combinação de negócios referente a essa transação.

Agro Key Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A mais valia que compõe o valor justo dos estoques adquiridos foi de R\$ 22.023, mesurados com base no valor de mercado dos produtos em estoque em 30 de outubro de 2020, líquidos das despesas de venda. Sobre a mais valia dos estoques foram reconhecidos os efeitos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 7.488.

A mais valia que compõe o valor justo dos bens do ativo imobilizado adquiridos foi de R\$ 6.143. Sobre a mais valia do imobilizado foram reconhecidos os efeitos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 2.180.

Relatório da Administração sobre os Resultados Consolidados

LUCRO LÍQUIDO TOTALIZOU R\$ 10,8 MILHÕES EM 2017

São Paulo, 20 de dezembro de 2020 – Agro Key Participações S.A. divulga seus resultados do exercício de 2017. Os comentários aqui incluídos referem-se aos resultados consolidados em IFRS. A empresa iniciou suas operações em 16 de agosto de 2017.

I. MENSAGEM DA DIRETORIA

Em 11 de abril de 2017, a Companhia tornou-se controladora da Agro Control Participações Ltda. (sociedade transformada em sociedade anônima em 25 de julho de 2017, logo após a transferência de seu controle, passando sua denominação social a ser Agro Control Participações S.A.) (“Agro Control”), adquirindo parte das quotas dos sócios à época, resultando na participação de 99,99% de seu capital social e, em 16 de agosto de 2017, a Agro Control adquirindo parte das ações dos acionistas à época, resultando na participação de 70% de seu capital social, consequentemente, passou a deter indiretamente o controle das sociedades Nutri 100 Agro Ltda. e Bussadori, Garcia e Cia Ltda.

Somos um dos maiores grupos no setor de varejo de insumos agrícolas do Brasil, com presença consolidada no Sul e Sudeste do Brasil. Operamos no varejo tradicional, no segmento de produção de sementes de soja, localizados nos Estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo, atendendo principalmente os produtores de grãos de soja, milho e trigo. Nossas lojas possuem em média 1.000m², o que nos permite oferecer a entrega de insumos agrícolas no momento mais adequado para os produtores rurais, os quais possuem suas propriedades agrícolas em regiões muitas vezes distantes dos grandes centros urbanos, com desafios logísticos inerentes ao negócio.

Atuamos desde 1996 com o varejo de insumos agrícolas no Brasil. Também somos especialistas na prestação de serviços técnicos aos nossos clientes, oferecendo o conhecimento de 88 Consultores Técnicos de Venda (CTV), através de análises das características químicas de solo e apresentando as melhores soluções para alta produtividade agrícola, totalizando 542 colaboradores com foco em sempre buscar o melhor entendimento do nosso cliente, oferecer o melhor sortimento, além de uma operação diferenciada, entregando serviço e experiência a fim de garantir a melhor produtividade rural.

Nossas vendas passam por rigoroso processo de aprovação de crédito, de acordo com política específica, que visam minimizar os riscos de inadimplência da operação. Usamos sistema integrado de apoio para realizar tais análises de créditos, garantindo a governança de liberação de pedidos. Utilizamos instrumentos de garantia tais como: Certificado de Produto do Agronegócio (CPR), alienações fiduciárias, hipotecas e seguro de safra, além de operações de barter (troca de produto) em linha com nossas políticas de crédito e de gestão de risco.

II. DESTAQUES

O ano de 2017 foi o ano da aquisição do controle operacional da AgroTotal Holding S.A., holding das empresas, Bussadori, Garcia e Cia Ltda (“Agro100”), voltada a comercialização de insumos agrícolas, e da Nutri 100 Agro Ltda, voltada ao recebimento, padronização e comercialização de grãos (soja, milho e trigo).

III. ANÁLISE DO DESEMPENHO OPERACIONAL

a) Dados operacionais

		2017
	Lojas (# Unidades)	29
	Silos (# Unidades)	15
	Colaboradores (# pessoas)	542
	Vendedores (# pessoas)	88
	Recebimento de Grãos (Scs Mil)	11.526
	UBS(*) (Sementes) (# Unidades)	1

(*) UBS = Unidade de Beneficiamento de Sementes

IV. SUSTENTABILIDADE

Gestão de resíduos:

Em todas as nossas unidades temos, parcerias / associação com empresas para o recolhimento e armazenagem corretas das embalagens vazias, dando assim, condições ao produtor rural na correta destinação dos materiais

Produtos biológicos:

Temos fortemente estimulado a venda de produtos biológicos e ambientalmente sustentáveis no mercado e em toda a cadeia de produção.

Monitoramento das áreas de plantio:

Em nosso processo de aprovação de crédito e liberação de faturamento aos produtores rurais, executamos procedimentos para garantir que não haja:

- Uso de trabalho escravo ou infantil;
- Plantio em áreas embargadas pelos órgãos de controle ambiental; e
- Áreas sem a devida devolução das embalagens.

Colaboradores:

Com aproximadamente 542 funcionários, espalhados pelo Sul, Sudoeste e Sudeste. Nossos colaboradores carregam o *mindset* da Companhia e são nosso maior ponto de contato com nossos clientes nas lojas físicas.

Realizamos anualmente treinamentos voltados aos nossos colaboradores, para capacitação técnica, melhorias operacionais e excelência na prestação de serviços, focando as equipes comerciais e aos nossos clientes, nossos “dia-de-campo”, que são mais de 120 ao ano, que em resumo demonstram através de palestra técnicas e demonstração de campos lado-a-lado novas tecnologias, soluções e argumentação técnica.

V. DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

Resumo Resultado Anual <i>Em milhares de R\$</i>	Consolidado		Var. \$	Var. (%)
	2017	2016		
Receita líquida	413.607	-	413.607	--
(-) Custo das mercadorias vendidas	(376.134)	-	(376.134)	--
Lucro bruto	37.473	0	37.473	--
<i>% receita líquida</i>	<i>9,1%</i>	<i>0,0%</i>	<i>9,1 p.p.</i>	--
(-) despesas de vendas	(9.136)	(642)	(8.494)	1322,1%
(-) despesas administrativas	(33.923)	(1)	(33.922)	2599363,6%
(-) outras receitas e despesas operacionais	836	-	836	--
Lucro antes do resultado financeiro (a)	(4.750)	(644)	(4.106)	637,9%
<i>% receita líquida</i>	<i>-1,1%</i>	<i>0,0%</i>	<i>-1,1 p.p.</i>	--
(-) Resultado financeiro	18.845	(4)	18.849	-424324,8%
(-) Imposto de renda e contribuição social	(3.261)	-	(3.261)	--
(=) Lucro líquido	10.834	(648)	11.482	-1771,4%
<i>% receita líquida</i>	<i>2,6%</i>	<i>0,0%</i>	<i>2,6 p.p.</i>	--
(+) Depreciação e amortização (b)	3.697	-	3.697	--
EBITDA Contábil (a) + (b)	(1.053)	(644)	(409)	63,6%
<i>% receita líquida</i>	<i>-0,3%</i>	<i>0,0%</i>	<i>-0,3 p.p.</i>	--
(+/-) Variação cambial operacional	1.222	-	1.222	--
EBITDA Ajustado	169	(644)	813	-126,3%
Margem EBITDA Ajustado	0,0%	0,0%	0,0 p.p.	0,0%

O exercício de 2017 foi marcado por resultados positivos em Receita Líquida em R\$ 413,6 milhões e Lucro Bruto de R\$ 37,5 milhões. O ano demonstra o resultado da operação nos últimos 4 meses do ano, período em que houve a apuração do controle da operação da Agrototal. O lucro líquido de 2017 fechou em R\$ 10,8 milhões. O EBITDA Ajustado¹ fechou o ano de 2017 em R\$ 0,2 milhão negativo, visto que o montante refere-se a operação de 4 meses das controladas, após a aquisição do controle.

Investimentos

Os investimentos operacionais somaram R\$ 9,6 milhões, assim distribuídos: (i) R\$ 2,9 milhões em veículos operacionais, (ii) R\$ 5,9 milhões em instalações e imobilizado em andamento para filiais existentes, bem como, abertura de novas lojas e adequações, (iii) R\$ 0,7 milhão em máquinas e equipamentos para silos e sementeira.

Geração Operacional de Caixa e Endividamento

A geração operacional de caixa em 2017 foi uma aplicação de R\$ 22,5 milhões, sendo o principal efeito de (i) pagamento de fornecedores, principalmente pelo pagamento da safrinha 2017, bem como de compras à vista de fertilizantes e sementes para safra verão 17/18; (ii) pagamento de impostos sobre o lucro; (iii) pagamento de juros de empréstimos; (iv) em contrapartida houveram os recebimentos de safrinha 2017, basicamente utilizados para pagamento à fornecedores. A dívida líquida ajustada² fechou o período em R\$ 120,7 milhões, gerada principalmente pela captação de empréstimos bancários e captação de CRA

¹ EBITDA ajustado desconsidera os ganhos ou perdas com variação no valor justo de commodities, adiciona a variação cambial operacional quando referente a proteção da receita ou do custo dos produtos liquidados e receita e/ou despesas não recorrentes (exemplo crédito extemporâneo, consultoria de reestruturação, despesas compartilhadas/fee de consultoria e gastos com M&A).

² Refere-se ao saldo de empréstimos/financiamentos e obrigações com cessão de recebíveis (CRA) deduzido do saldo do caixa e equivalente de caixa, além dos títulos e valores mobiliários do CRA.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA AGRO ADVANCE REFERENTES AO EXERCÍCIO
SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

***Agro Advance
Participações S.A.***
***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Agro Advance Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Agro Advance Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Agro Advance Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agro Advance Participações S.A. e da Agro Advance Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reemissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Chamamos a atenção para a Nota 2.1 as demonstrações financeiras, que descreve a atualização e reemissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido a intenção da Companhia de se registrar na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para o processo de abertura de capital (Nota 32(c)). Emitimos nosso relatório do auditor independente original com data de 26 de junho de 2020 sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas aprovadas para emissão em 26 de junho de 2020.

Agro Advance Participações S.A.

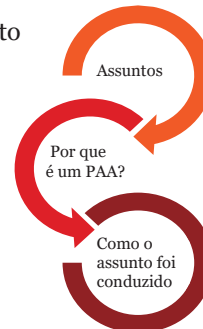
Devido a atualização descrita na Nota 2.1, estamos emitindo novo relatório do auditor independente sobre as novas demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas pela administração da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase - Aprovação dessas demonstrações financeiras pela administração de sua sucessora legal

Chamamos a atenção para a Nota 32(c) as demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia foi incorporada pela AgroGalaxy Participações S.A. em 30 de outubro de 2020, que a sucedeu em todos os seus direitos e obrigações, inclusive na aprovação da reemissão dessas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Combinação de negócios - aquisição da Grão de Ouro Agronegócios S.A. e sua controlada

Conforme descrito nas Notas 1 e 11 às demonstrações financeiras, em 2019, a Companhia adquiriu o controle da empresa Grão de Ouro Agronegócios S.A. e sua controlada.

Esta transação foi avaliada como uma combinação de negócios sob o escopo da norma CPC 15 (R1)/IFRS 3 - Combinação de Negócios, a ser contabilizada pelo método de aquisição. Tal método considera, entre outros, a determinação dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos, bem como do ágio ou ganho por compra vantajosa, nos casos do custo de aquisição ser superior ou inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, respectivamente.

Consideramos essa área como de foco na auditoria devido ao nível de julgamento envolvido na identificação e na determinação dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos, bem como do ágio apurado.

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento dos processos estabelecidos pela administração, na aplicação do CPC 15 (R1)/IFRS 3 - Combinação de Negócios, incluindo a determinação do adquirente contábil e os modelos de cálculo para determinação da alocação do preço de compra.

Avaliamos os procedimentos adotados pela administração na determinação do adquirente contábil, os quais incluíram o entendimento da avaliação realizada pela administração para a avaliação dessa combinação de negócios, a análise dos atos societários que formalizaram a transação, a verificação dos efeitos contábeis resultantes dessa transação nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Com o apoio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade da metodologia e discutimos as principais premissas



Agro Advance Participações S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

adotadas na identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, comparando-as com dados observáveis de mercado e/ou segmento de atuação, quando aplicável, e com informações históricas disponíveis, bem como com o contrato que formalizou a transação.

Avaliamos a competência e a objetividade dos especialistas externos contratados pela administração para a emissão do laudo de alocação do preço de compra na combinação de negócios.

Avaliamos a adequação das divulgações sobre a natureza e os efeitos financeiros da combinação de negócios efetuada pela Companhia.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos da administração para determinar o adquirente contábil e os efeitos dessa transação nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, bem como os julgamentos e premissas utilizados pela administração no processo de identificação e mensuração dos valores justos dos ativos adquiridos e passivo assumidos nas transações são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Agro Advance Participações S.A.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Agro Advance Participações S.A.

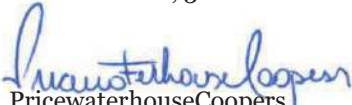
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 31 de dezembro de 2020


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Luís Fernando de Souza Maranhã
Contador CRC 1SP201527/O-5

Índice

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Demonstração do valor adicionado.....	7
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1. Informações gerais	9
2. Base de preparação e apresentação	9
3. Resumo das principais políticas contábeis	10
4. Uso de estimativas e julgamentos.....	20
5. Gestão de risco financeiro (Consolidado)	21
6. Caixa e equivalentes de caixa	28
7. Contas a receber de clientes (Consolidado)	28
8. Estoques (Consolidado)	29
9. Impostos a recuperar (Consolidado).....	30
10. Outros créditos (Consolidado).....	30
11. Investimentos	30
12. Imobilizado (Consolidado)	32
13. Intangível (Consolidado).....	33
14. Direito de uso (Consolidado)	34
15. Fornecedores (Consolidado).....	35
16. Empréstimos e financiamentos (Consolidado).....	35
17. Passivo de arrendamento (Consolidado)	36
18. Outras contas a pagar (Consolidado)	38
19. Contingências (Consolidado).....	38
20. Patrimônio líquido.....	39
21. Partes relacionadas.....	40
22. Receitas (Consolidado).....	42
23. Custos das mercadorias vendidas (Consolidado)	42
24. Despesas gerais e administrativas por natureza	43
25. Despesas com vendas, por natureza (Consolidado)	43
26. Resultado financeiro	44
27. Imposto de renda e contribuição social.....	45
28. Informações por segmento	45
29. Instrumentos financeiros (Consolidado)	46
30. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa (Consolidado).....	49
31. Cobertura de seguros.....	50
32. Eventos subsequentes	51

Agro Advance Participações S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais

	Nota	Controladora	Consolidado		Nota	Controladora	Consolidado
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	11.888	19.347	Fornecedores	15		132.473
Contas a receber de clientes	7		203.872	Empréstimos e financiamentos	16		72.710
Estoque	8		54.150	Passivo de arrendamento	17		866
Impostos e contribuições a recuperar	9	1	5.882	Obrigações sociais e trabalhistas			3.564
Outros créditos	10	479	10.665	Impostos e contribuições a recolher			2.097
Total do ativo circulante		12.368	293.916	Contas a pagar - aquisição de investimentos	11	12.139	6.103
Não circulante				Instrumentos financeiros derivativos	29		7.782
Realizável a longo prazo				Outras contas a pagar	18	338	5.754
Contas a receber de clientes	7		8.394	Total do passivo circulante		12.477	231.349
Impostos e contribuições a recuperar	9		1.523				
Depósitos judiciais			439	Não circulante			
Total do ativo não circulante			10.356	Empréstimos e financiamentos	16		677
Investimentos	11			Passivo de arrendamento	17		1.655
Imobilizado	12	64.188	6.466	Impostos e contribuições a recolher			548
Intangível	13		24.451	Contas a pagar - aquisição de investimentos	11	5.571	5.571
Direito de uso	14		2.458	Imposto de renda e contribuição social diferidos	27		6.678
Total do ativo não circulante		64.188	43.731	Total do passivo não circulante		5.571	15.129
Total do ativo				Patrimônio líquido	20		
				Capital social		5.246	5.246
				Reserva de capital		47.209	47.209
				Ajustes de avaliação patrimonial		(720)	(720)
				Reserva de lucros		6.773	6.773
				Total do patrimônio líquido		58.508	58.508
				Atribuível aos não controladores			32.661
				Total do patrimônio líquido		58.508	91.169
				Total do passivo e patrimônio líquido		76.556	337.647

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Advance Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma

	<u>Nota</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Receitas	22		271.610
Custo das mercadorias vendidas	23		(197.388)
Lucro bruto			<u>74.222</u>
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	24	(769)	(24.102)
Despesas de vendas	25		(24.917)
Outras despesas, líquidas		(1,00)	(13)
Resultado de equivalência patrimonial	11	9.145	
Lucro operacional		<u>8.375</u>	<u>25.190</u>
Resultado financeiro	26	(1.264)	(4.753)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>7.111</u>	<u>20.437</u>
Imposto de renda e contribuição social – correntes	27		(5.734)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	27		(1.495)
Lucro líquido do exercício		<u>7.111</u>	<u>13.208</u>
Atribuível a:			
Controladores			7.111
Não controladores			<u>6.097</u>
			<u>13.208</u>
Lucro líquido (básico e diluído) por lote de mil ações - em R\$	20.6		<u>0,24</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Advance Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Lucro líquido do exercício	7.111	13.208
Outros resultados abrangentes		
Total do resultado abrangente do exercício	<u>7.111</u>	<u>13.208</u>
Atribuível a:		
Controladores	7.111	7.111
Não controladores		<u>6.097</u>
	<u>7.111</u>	<u>13.208</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Advance Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

Nota	Atribuível aos acionistas controladores									
	Capital social		Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total controladores	Não controladores	Total do patrimônio líquido
	Subscrito	A integralizar			Legal	Retenção de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2018										
20.1	5.500	(254)	47.209				52.455	15.064	67.519	
20.1								12.298	12.298	
							7.111	6.097	13.208	
20.2					356		(356)			
20.4				(720)			(338)		(338)	
20.5						6.417	(6.417)		(798)	
20.3										
	5.500	(254)	47.209	(720)	356	6.417	58.508	32.661	91.169	
Saldos em 31 de dezembro de 2019										

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Advance Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	7.111	20.437
Ajustes:		
Depreciação e amortização		5.801
Ajuste a valor presente sobre contas a receber		3.106
Ajuste a valor presente sobre estoques		1.845
Ajuste a valor presente sobre fornecedores		(12.624)
Ajuste a valor justo do contas a receber		(6.660)
Variação cambial de empréstimos e financiamentos		(147)
Instrumentos financeiros		9.363
Resultado de equivalência patrimonial	(9.145)	
Baixas de ativo imobilizado e intangível		118
Créditos com fornecedores		(4.178)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa		6.061
Juros ativos		(2.008)
Juros provisionados e não pagos		8.595
Juros sobre passivo de arrendamento		206
Provisão de bônus a pagar		1.245
	<u>(2.034)</u>	<u>31.160</u>
Resultado ajustado		
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber		(66.601)
Estoques		(16.864)
Impostos a recuperar	(1)	(1.386)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(2)	(4.603)
Fornecedores		37.651
Obrigações sociais e trabalhistas		1.330
Impostos e contribuições a recolher		(235)
Outros passivos circulantes e não circulantes		(13.785)
	<u>(2.037)</u>	<u>(33.333)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		
Pagamentos de IRPJ e da CSLL		(5.240)
Pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos		(8.443)
	<u>(2.037)</u>	<u>(47.016)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		
	<u>(2.037)</u>	<u>(47.016)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível (nota 12 e 13)		(2.771)
Aquisição de controle em investida	(38.530)	(15.933)
	<u>(38.530)</u>	<u>(18.704)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		
	<u>(38.530)</u>	<u>(18.704)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aporte de capital	52.455	67.520
Distribuição de dividendos		(1.996)
Captação de empréstimos e financiamentos		68.943
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos		(51.082)
Contraprestação paga do passivo de arrendamento		(686)
	<u>52.455</u>	<u>82.699</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		
	<u>52.455</u>	<u>82.699</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa líquido		
	<u>11.888</u>	<u>16.979</u>
Caixa e equivalentes de caixa incorporado na combinação de negócios		2.368
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.888	19.347
	<u>11.888</u>	<u>16.979</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa líquido		
	<u>11.888</u>	<u>16.979</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Advance Participações S.A.

Demonstração do valor adicionado Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		272.657
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(6.061)
		266.596
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos vendidos		(197.388)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(770)	(12.892)
	(770)	(210.280)
Valor adicionado bruto	(770)	56.316
Depreciação, amortização e exaustão		(5.801)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(770)	50.515
Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado de equivalência patrimonial	9.145	
Receita financeira e variação cambial	6	26.573
	9.151	26.573
Valor adicionado total a distribuir	8.381	77.088
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		19.828
Remuneração direta		17.895
Benefícios		873
F.G.T.S.		1.061
Impostos, taxas e contribuições		12.617
Federais		12.460
Estaduais		123
Municipais		35
Remuneração de capitais de terceiros	1.270	31.434
Despesas financeiras	1.270	31.326
Aluguéis		108
Remuneração de capitais próprios	7.111	13.208
Dividendos	338	338
Resultado do exercício retido	6.773	12.870
Valor adicionado distribuído	8.381	77.088

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A Agro Advance Participações S.A. ("Companhia" ou "Agro Advance"), foi constituída em 24 de outubro de 2018, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e tem como objeto a participação em outras sociedades, no Brasil ou no exterior, como sócia ou acionista.

Em 9 de janeiro de 2019, a Companhia adquiriu o controle societário da empresa Grão de Ouro Agronegócios S.A. ("Grão de Ouro") por meio da aquisição de ações e da subscrição e integralização de novas ações, passando a ser titular de ações representativas de 60% do capital social da Grão de Ouro.

A Grão de Ouro opera com o comércio atacadista e varejista de insumos agrícolas, fertilizantes, sementes, defensivos, rações balanceadas, concentrados, cereais, máquinas agrícolas e produtos agropecuários em geral, recomendação técnica de produtos agrícolas e prescrição de receitas agrônômica e representação comercial e prestação de serviços relacionados com a atividade de commodities. A Grão de Ouro controla a empresa Grão de Ouro Comércio de Insumos Agrícolas Ltda. ("GDO Insumos" e, em conjunto com a Grão de Ouro, o "Grupo").

2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos (inclusive instrumentos financeiros derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia em 31 de dezembro de 2018 constava apenas saldo em caixa e de capital social integralizado, ambos no valor de R\$ 100,00 (cem reais) e, por essa razão, face à imaterialidade de sua divulgação, as demonstrações financeiras do exercício de 2018 não foram incluídas como demonstrações financeiras comparativas às demonstrações financeiras de 2019. Adicionalmente, a Companhia não possuía qualquer controlada em 2018, não sendo possível preparar demonstrações financeiras consolidadas para o referido exercício.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

(c) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.1 Reemissão das demonstrações financeiras

A administração da Companhia emitiu, em 26 de junho de 2020, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Conforme divulgado na Nota 32 (c), a Companhia será adquirida e suas demonstrações financeiras serão arquivadas como demonstrações financeiras suplementares quando do registro da sua adquirente como companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Nesse contexto, foram necessárias adaptações nessas demonstrações financeiras para o atendimento às normas específicas da CVM, incluindo apresentação das demonstrações financeiras em IFRS, bem como a preparação e apresentação da demonstração do valor adicionado e, por esse motivo as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo reemitidas para esse fim.

A administração da Companhia analisou suas operações e concluiu que não há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e, portanto, como suas práticas contábeis já adotadas consistentemente são similares as IFRS, não há necessidade de divulgações adicionais pela adoção do IFRS e as presentes demonstrações financeiras foram preparadas conjuntamente (BRGAAP e IFRS).

Em 30 de dezembro de 2020, a reemissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Agrolaxy Participações S.A., sucessora legal da Companhia após a reestruturação societária divulgada na nota 32 (c).

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

3.1 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As seguintes práticas contábeis foram aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras 'consolidadas.

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Controlada

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados na consolidação. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2019, as demonstrações financeiras consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, incluem as demonstrações financeiras da Companhia, da controlada direta Grão de Ouro, sobre a qual a Companhia detém a participação direta de 60% e da controlada indireta Grão de Ouro Insumos, sobre a qual a Companhia detém a participação indireta de 60%.

Em 2018, a Agro Advance Participações S.A. não possuía ações da Grão de Ouro Agronegócios S.A., conforme Nota 1

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo, denominadas transações de capital entre os sócios. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada diretamente no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é revista e mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

(d) Outras informações

- Em 2019 não houve transações que indiquem a perda de controle da Companhia em qualquer controlada;
- A Companhia não mantém investimentos em coligadas ou em empreendimentos controlados em conjunto.

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

O CPC 06 (R2) – Arrendamentos e o ICPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda" entraram em vigor em 1º de janeiro de 2019 e não tiveram qualquer impacto na sua adoção inicial, considerando que as operações consolidadas do Grupo foram iniciadas com a aquisição da controlada em 2019.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

3.4 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado Financeiro" (Nota 26).

3.5 Ativos financeiros

3.5.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

3.5.2 Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo, como segue:

- . Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- . Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

O Grupo não mantém investimentos patrimoniais.

3.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5.4 Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

3.5.5 Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e transações envolvendo *commodities*. Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pelo Grupo compreendem contratos a termo futuros com bancos e corretoras, instrumentos de swap e NDFs cambiais.

Os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data da celebração do contrato e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo. Em virtude do Grupo não ter adotado como política a contabilidade de hedge (*hedge accounting*), as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidos imediatamente na demonstração do resultado, em "Resultado financeiro".

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*").

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico do Grupo, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 5.1(b).

As empresas do Grupo realizam o cálculo do valor presente para as vendas a prazo a serem recebidas em reais. A taxa de desconto utilizada pela administração para esses itens é baseada na taxa média de captação de recursos por cada empresa junto a seus fornecedores e reflete os percentuais efetivamente negociados com os clientes em caso de antecipação de recebimentos. O valor presente é registrado como redutora das contas a receber e reconhecido ao resultado a pro rata até o seu vencimento.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referências às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) foi estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas esperadas na realização dos créditos. Para os demais títulos vencidos e à vencer relacionados a clientes com risco verificado, é efetuada uma análise individualmente e a administração mantém os procedimentos de cobrança e provisão quando pertinentes.

As contas a receber também incluem os recebíveis originados nas operações atreladas à variação do valor justo das commodities agrícolas, em que o Grupo comercializa defensivos em troca de commodities agrícolas. O reconhecimento dessa operação ocorre pelo valor justo na data da transação e, posteriormente, o valor justo das contas a receber atrelado à variação do preço de commodity é ajustado pela cotação da commodity no mercado físico, em contrapartida do resultado financeiro, conforme política contábil adotada pelo Grupo (Nota 4.2 (a)). Essas operações são liquidadas com ativos financeiros na data da sua liquidação.

3.7 Estoques

Os itens em estoque são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

3.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, também, inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edificações	25 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos
Veículos	8 anos
Computadores e periféricos	8 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados pela administração, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas e receitas, líquidas", na demonstração do resultado.

3.9 Intangível

(a) Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

(b) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

3.10 Arrendamentos

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Grupo. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras.

As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

3.11 Impairment de ativos não financeiro

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

Em 31 de dezembro de 2019, a administração entende que o ágio resultante da aquisição de controladas beneficia as operações do Grupo como um todo e, frente a impossibilidade de alocação de valor entre a UGCs, senão por critério arbitrário, o teste de *impairment* sobre o ágio foi elaborado considerando o resultado das operações do Grupo como um todo, enquanto a avaliação de indicadores de *impairment* sobre os demais ativos considerou a segregação entre entidades jurídicas operacionais (Grão de Ouro e GDO Insumos).

3.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

3.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.14 Provisões para contingências

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que o Grupo questionou a inconstitucionalidade de tributos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

3.15 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

Na Companhia e sua controlada Grão de Ouro, optantes do regime de tributação pelo lucro real, a despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

A controlada indireta GDO Insumos é optante do regime de tributação sobre o lucro presumido, no qual a base tributável do imposto de renda e contribuição social é calculada por meio da aplicação do percentual de presunção de 8% e de 12 % sobre a receita de venda de produtos, respectivamente e 32% sobre a receita de prestação de serviços.

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia e suas controladas espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

3.16 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O Grupo reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir.

As receitas do Grupo são provenientes, substancialmente, das vendas de insumos agrícolas e da prestação de serviços diversos para os produtores rurais

(a) Venda de mercadorias

A receita de venda de insumos agrícolas é reconhecida quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o cliente, e esse passa a ter controle sobre os produtos vendidos. As condições para reconhecimento dessa receita com venda de produtos estão apresentadas a seguir:

- O Grupo e o comprador aprovaram a transação e estão comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- O Grupo pode identificar os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos;
- O Grupo pode identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- A transação possui substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e
- É provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante da receita auferida com a venda de insumos é determinado no momento do seu reconhecimento, com base no valor justo estimado para cada transação quando da transferência do controle da mercadoria, tanto para as vendas com preço fixo já definido no momento da entrega das mercadorias, como para as vendas com preço a fixar, sujeitas a variação do preço da commodity agrícola café.

A administração do Grupo entende não haver receita variável decorrente da transação de venda de insumos, por considerar que, a partir do reconhecimento do recebível atrelado ao preço das commodities agrícolas, as variações observadas nas cotações são anuladas pela contratação de instrumentos financeiros derivativos de proteção, sob a responsabilidade do departamento financeiro. Nesse contexto, o Grupo aufer margens similares nas vendas de insumos fixadas e a fixar, se considerado o resultado dos instrumentos de proteção.

(b) Serviços

As receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados. As receitas não são reconhecidas se existem incertezas significativas da sua realização.

3.17 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- receitas e despesas de juros;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas com a atualização do valor justo dos recebíveis originados nas operações atreladas à variação do valor justo das commodities agrícolas são registradas pelo regime de competência em "Resultado financeiro".

3.18 Ajustes a valor presente

Os valores a receber e a pagar, quando o efeito for relevante, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, considerando os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos contratos.

Quando ocorre o ajuste a valor presente sobre os recebíveis, o valor apurado reduz o saldo de contas a receber, bem como a receita de vendas, e a reversão do ajuste é feita de acordo com a fluência dos prazos na receita financeira. Quando ocorre o ajuste a valor presente sobre fornecedores, o valor apurado reduz o saldo de estoque e fornecedores e a reversão do ajuste ocorre de acordo com a fluência dos prazos na rubrica "Despesas financeiras".

3.19 Custos e demais receitas e despesas

Os custos e as demais receitas e despesas são reconhecidas ao resultado de acordo com o princípio contábil da competência dos exercícios.

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.20 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia e suas controladas não possuem opção de pagamento baseado em ações.

(a) Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, e também reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

3.21 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período social, estão contempladas a seguir:

(a) Valor justo de instrumentos financeiros derivativos e de ativos não monetários

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos e de ativos financeiros não monetários (contas a receber em commodities agrícolas) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (impairment)

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico do Grupo, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 5.1(b).

(c) Impairment sobre ágio proveniente na combinação de negócios

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.11. O valor recuperável de Unidade Geradora de Caixa (UGC) foi determinado com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 13).

Não foram identificadas perdas por impairment em 2019, bem como os cálculos realizados pela administração com o apoio de especialistas em avaliação de negócios demonstram que não é provável a apuração de perdas por impairment haja vista o valor em uso calculado e divulgado na Nota 13.

4.2 Julgamento crítico a aplicação das políticas contábeis

(a) Determinação da receita com a venda de insumos agrícolas a fixar

O Grupo realiza a venda de insumos agrícolas com preço a fixar, com base no preço futuro da commodity agrícola café, no momento escolhido pelo cliente, o qual prefere travar o valor da operação em quantidade de mercadoria, sem correr o risco de preço. Essa operação atende aos interesses normais do Grupo que contrata instrumentos financeiros para a proteção do risco de preço dessa commodity e, conseqüentemente, anula os efeitos que as variações na cotação poderiam trazer para o resultado do Grupo.

A receita da venda de insumos é determinada pelo valor justo desses recebíveis no momento da venda. As variações subsequentes dessas contas a receber, as quais são remensuradas conforme o valor justo estimado de liquidação das commodities no mercado físico são reconhecidos como resultado financeiro.

O Grupo entende que essas variações subsequentes das contas a receber não representam receita variável da venda de insumos, considerando que a partir do seu reconhecimento inicial, as variações subsequentes não têm substância econômica para o Grupo pois é anulada pelo resultado dos instrumentos financeiros que produzem resultado inverso.

No exercício de 2019, o montante dessa variação reconhecida como receita financeira no resultado do exercício é no montante de R\$ 7.946. Em contrapartida, os instrumentos financeiros derivativos contratados para a proteção dessas operações resultaram, em 2019, em despesa financeira no montante de R\$ 8.282. O resultado líquido dessa operação é de R\$ 336 de despesa líquida.

5. Gestão de risco financeiro (Consolidado)

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e o risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. Nos termos dessas práticas, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas pelo Conselho de Administração, a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição:

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – câmbio	Operações comerciais futuras	Previsão de fluxos de caixa	Contratos futuros a termo
	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Análise de sensibilidade	
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	<i>Swaps</i> de taxa de juros
Risco de mercado - preço	Operações comerciais atreladas a commodities agrícolas	Análise de sensibilidade	Contratos futuros e contratos a termo, ambos com liquidação financeira
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras
			Monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings</i>
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Risco de mercado

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxas de juros

O principal risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de curto prazo com taxas variáveis, expondo o Grupo ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros. Durante 2019 e 2018, os empréstimos do Grupo às taxas variáveis eram mantidos em reais e em dólar.

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

(ii) Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos.

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas do Grupo, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de *hedge*, efetuadas sob a orientação da Tesouraria do Grupo.

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

O Grupo usa operações cambiais a termo para se proteger contra a exposição ao risco cambial. Na política do Grupo, os termos essenciais dos contratos a termo e das opções devem estar alinhados aos itens protegidos.

O Grupo estabelece que os contratos de compra e venda devem apresentar ganho ou perda equivalentes a fim de criar um hedge natural em suas operações, com a finalidade de minimizar os impactos de alterações da moeda, caso não haja o hedge natural, o Grupo efetua contratação de derivativos a fim de reduzir ou eliminar a exposição.

Podemos observar que na data base havia os seguintes valores em moeda estrangeira:

Descrição	(milhares de USD)
	2019
Contas a receber atrelado ao valor justo de commodities	9246
Contratos de NDF	(7.262)
Trading	(2.164)
Empréstimos e financiamentos	(1.225)
Contratos SWAP cambiais	1.225
	<u>(180)</u>

(iii) Risco de preço

No curso normal de suas operações, o Grupo efetua negociações de permuta vinculada a preço de *commodities*, principalmente café.

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os preços do café estão sujeitos à volatilidade resultante das condições climáticas, do rendimento de safra, dos custos com transporte, dos custos de armazenagem, da política agrícola do governo, das taxas de câmbio e dos preços dessas *commodities* no mercado internacional, entre outros fatores.

É prática da administração do Grupo proteger-se da exposição a variações de preço do café por meio de contratos futuros junto a *tradings* de *commodities*, bancos ou corretoras, vinculando o preço dos grãos que serão recebidos ou travados com clientes em operações atreladas à variação do valor justo das *commodities* agrícolas, gerando assim um *hedge* sobre a operação.

Abaixo segue resumo das exposições das *commodities* no Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, bem como os instrumentos contratados pela administração para reduzir exposições físicas (contratos de compra e vendas no mercado futuro) (em toneladas):

Posições /produtos	2019
	Café
Contas a receber com valor vinculado ao preço da saca de café	3.855
Contratos de venda e/ou posição derivativo de café	(3.855)
Posição contratos futuros	

A política de gestão adotada pela Companhia estabelece diretrizes para a proteção de riscos nas oscilações de preços de *commodities* e as exposições de cada *commodity* foram determinadas analisando a demanda, produção esperada para a safra e as estratégias comerciais tendo em vista o custo/oportunidade a que o mercado apresentava à época.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto.

O risco de crédito é administrado corporativamente. Os clientes são classificados pela área de análise de crédito avaliando a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Contas a receber de clientes

O Grupo aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos. As perdas esperadas calculadas em, aproximadamente, 1,6% do faturamento anual de insumos.

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. Os ativos de contratos se relacionam a trabalhos em andamento que não foram faturados e possuem essencialmente as mesmas características de riscos das contas a receber de clientes para os mesmos tipos de contratos. Portanto, o Grupo concluiu que as taxas de perdas esperadas para as contas a receber de clientes representam uma aproximação razoável das taxas de perda para os ativos de contratos. As formas de mensuração das perdas podem ser resumidas a seguir:

- As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de vendas durante um período de 24 meses antes do encerramento do exercício em análise, e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período, que suporta todo o ciclo de safra e renegociações que ocorrem, bem como, históricos da carteira dos mesmos clientes. As taxas de perdas históricas são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.
- Em cada data base é avaliado o risco de não recebimento de clientes vencidos, principalmente acima de 360 dias, safra seguinte, através de uma análise individual da carteira, considerando o rating de crédito deste cliente, garantias disponíveis, renegociação e capacidade de pagamento, baseado no rating atual, consultas atualizadas de restrição de crédito e histórico do cliente.

Em suma as perdas de crédito são contabilizadas levando como fator o risco individual de cada cliente vencido, adicionalmente com o histórico de perda aplicado sobre o faturamento do período, com isso, gerando, na visão da Administração, a provisão necessária para cobrir eventuais perdas passadas e futuras.

O aging dos títulos vencidos e a vencer pode ser demonstrado a seguir:

Descrição	2019
A vencer	204,362
Vencidos	
Entre 1 e 30 dias	535
Entre 31 e 60 dias	420
Entre 61 e 90 dias	150
Entre 91 e 180 dias	5,896
Entre 181 e 365 dias	7,010
Acima de 365 dias	5,292
Sub-total	19,303
	<u>223,665</u>

A movimentação da provisão para perdas é demonstrada a seguir:

Descrição	2019
Saldo inicial	
Constituição	<u>(6,061)</u>
Saldo final	<u><u>(6,061)</u></u>

As contas a receber de clientes são baixados quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com o Grupo ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 360 dias, pois o ciclo da cultura do cliente é anual.

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Descrição	Até 12 meses	2 a 3 anos
Passivo		
Fornecedores	147.452	
Empréstimos e financiamentos	76.719	1.510
Instrumentos financeiros derivativos	7.782	
Passivo de arrendamento	987	2.023
Contas a pagar - aquisição de investimentos	6.103	5.571
	<u>239.043</u>	<u>9.104</u>

Os valores exigíveis acima de um ano têm a sua exigibilidade em até 3 anos, conforme idade de vencimento divulgada nas Notas 16 e 17.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2019, a estratégia do Grupo, foi a de manter o índice de alavancagem financeira entre 35% e 60%. O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 pode ser assim sumarizado:

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	2019
Empréstimos e financiamentos	73.387
Passivo de arrendamento	2.521
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(19.347)
Dívida líquida	56.561
Total do patrimônio líquido	91.169
Capital total	147.730
Índice de alavancagem financeira - %	38%

5.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A Companhia e suas controladas apresentam os instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações por nível como segue:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

Os instrumentos financeiros são mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível de hierarquia.

Os ativos e passivos do Grupo, mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2019 são:

- i) Contas a receber originadas em operações atreladas à variação do valor justo das commodities agrícolas de R\$ 37.214, classificadas no nível 2; e,
- ii) Instrumentos financeiros derivativos R\$ 7.782, classificados no nível 2.

Não houve transferência entre os níveis durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo não possui instrumentos financeiros ao valor justo classificados nos níveis 1 e 3.

Nível 2

O valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.

A determinação do valor justo ("*fair value*") dos instrumentos financeiros contratados pelo Grupo é efetuada com base em informações obtidas junto às instituições financeiras e preço cotado em mercado ativo, utilizando metodologia usual padrão de apuração no mercado, que compreende avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro.

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment).

6. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora	Consolidado
	2019	2019
Caixa		170
Banco conta movimento		94
Aplicações financeiras	11.888	19.083
	<u>11.888</u>	<u>19.347</u>

As aplicações financeiras representadas substancialmente por certificado de depósito bancário (CDB), possuem remuneração atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), por taxas entre 70% a 100% do CDI. As aplicações são feitas em bancos considerados de primeira linha e o seu valor contábil se aproxima do valor justo dessas aplicações. O volume de recursos junto às instituições financeiras corresponde a créditos que serão utilizados pela Administração no giro financeiro operacional, sendo prontamente conversíveis em caixa, com insignificante risco de mudança de valor.

7. Contas a receber de clientes (Consolidado)

7.1 Composição do saldo

Descrição	2019
Duplicatas a receber	184.635
Transações com partes relacionadas	1.816
Transações de <i>Barter</i> (i)	<u>37.214</u>
Duplicatas a receber - total (ii)	<u>223.665</u>
Juros a receber	2.008
(-) Ajuste a valor presente - AVP	(7.346)
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	<u>(6.061)</u>
	<u>212.266</u>
Circulante	<u>(203.872)</u>
Não circulante	<u>8.394</u>

- (i) O Grupo tem como prática a comercialização de defensivos agrícolas com o preço a fixar com base no preço da commodity café negociada no mercado físico. Em 31 de dezembro de 2019, essas transações no Grupo correspondiam a 64.247 sacas de 60 quilos cada, com entrega estimada para agosto de 2020. O saldo a receber de R\$ 37.214 foi atualizado pela cotação das *commodities* de café no mercado local, em 31 de dezembro de 2019 e refletem a melhor estimativa de valor de liquidação dessas operações nas datas das demonstrações financeiras.
- (ii) O prazo médio das contas a receber do Grupo é de 281 dias. Quando aplicável, as contas a receber são ajustadas ao seu valor presente pelo prazo de cada operação a taxa de juros média de 1,0% a.m.

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição por ano de vencimento das contas a receber de clientes e a movimentação da provisão para perdas constituída está apresentada na Nota 5.1 (b).

Em 31 de dezembro de 2019, as contas a receber de clientes das controladas nos montantes de R\$ 13.042, encontram-se vencidas e provisionadas pelo montante de que a Administração considera suficiente para cobrir qualquer impairment sobre as contas a receber. As políticas de vendas e concessão de crédito do Grupo estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração, suportada por sistemas tecnológicos e processos, vinculados à área de risco e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração da Grupo por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco).

Os recebíveis do Grupo são originados nas suas operações de varejo ao produtor rural de forma massificada, com análise de crédito individual, com baixo ticket médio, tendo como característica a pulverização absoluta do risco de crédito e a presença de instrumento de garantia, tais como CPR e alienação fiduciária.

Deste modo, os valores registrados no contas a receber representam a dimensão adequada da exposição do Grupo ao risco de crédito.

8. Estoques (Consolidado)

Descrição	2019
Mercadorias para revenda:	
Defensivos	39.252
Especialidades	9.959
Sementes	4.327
Fertilizantes	531
Outros estoques	81
	<u>54.150</u>

A administração do Grupo entende, com base no vencimento dos produtos e análise do giro dos estoques, que não há necessidade de registro de perdas estimadas para obsolescência e para movimentação lenta de estoques.

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo das mercadorias vendidas" totalizou R\$ 197.388.

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Impostos a recuperar (Consolidado)

<u>Descrição</u>	<u>2019</u>
Circulante	
Contribuição para Financiamento Seguridade Social - COFINS	1.272
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	3.824
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	495
Programa de Integração Social - PIS	280
PIS, COFINS e CSLL retidos	<u>11</u>
	5.882
Não circulante	
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	<u>1.523</u>
	<u>7.405</u>

10. Outros créditos (Consolidado)

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2019</u>	<u>2019</u>
Adiantamentos a fornecedores		8.591
Adiantamentos à partes relacionadas (nota 21.1)		792
Despesas antecipadas		534
Dividendos a receber (nota 21.1)	479	
Adiantamentos a funcionários		208
Outros créditos		<u>540</u>
	<u>479</u>	<u>10.665</u>

11. Investimentos

A Companhia é controladora do Grupo e detém ações representativas de 60% do capital social da Grão de Ouro Agronegócios S.A. ("Grão de Ouro"), adquirida em 9 de janeiro de 2019, conforme previamente apresentado na Nota 1.

A aquisição de controle foi obtida em 9 de janeiro de 2019, mediante desembolso financeiro pela Companhia no montante de R\$ 56.825 (R\$ 56.240, ajustado a valor presente), sendo R\$ 8.750 referentes ao preço de aquisição das ações dos antigos acionistas e R\$ 48.075 referentes à subscrição e integralização das novas ações na Grão de Ouro.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo a pagar referente à aquisição da Grão de Ouro registrado no passivo circulante e não circulante da Companhia era de R\$ 12.139 e R\$ 5.571, respectivamente, dos quais referem-se a R\$ 6.036 a obrigação de integralização de capital social assumida na combinação de negócios.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração, com apoio de seus especialistas, concluiu a elaboração do laudo definitivo para alocação do valor pago na aquisição de negócio no montante de R\$ 56.240, conforme demonstrado a seguir:

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Participação sobre o patrimônio líquido	10.541
Capital social a integralizar	28.632
Valor justo da mais valia da carteira de clientes	10.808
Mais valia sobre o ativo imobilizado	1.170
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a mais valia.	(4.073)
Ágio gerado na aquisição de negócios com base na expectativa de rentabilidade futura	9.162
	<u>56.240</u>

11.1 Informações financeiras das controladas

Descrição	2019	
	Grão de Ouro	GDO Insumos
Circulante		
Ativo	273.850	45.090
Passivo	(246.511)	(15.313)
Ativo circulante, líquido	<u>27.339</u>	<u>29.777</u>
Não circulante		
Ativo	48.105	310
Passivo	(4.196)	(1)
Ativo não circulante, líquido	<u>43.909</u>	<u>309</u>
Patrimônio líquido	<u>71.248</u>	<u>30.086</u>
Lucro líquido	<u>18.013</u>	<u>1.825</u>

11.2 Movimentação do investimento na controlada no exercício

Aquisição de controlada	56.240
Resultado de participação societária - equivalência patrimonial	10.808
Resultado de participação societária - realização da mais valia identificada (i)	(1.663)
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	(477)
Ajustes de avaliação patrimonial reflexo (ii)	(720)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>64.188</u>

- (i) Refere-se à alocação do preço pago à carteira de clientes e ativo imobilizado, com prazo de amortização e depreciação estimados com base na vida útil remanescentes de 7 e 2,6 anos. A depreciação/amortização no exercício foi de R\$ 2.520 e a realização de impostos diferidos de R\$ 857.
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Grão de Ouro destinou o valor de R\$ 1.200 para pagamento de dividendos preferenciais não cumulativos e devidos nos exercícios em que a controlada apura lucro. Em decorrência da distribuição desproporcional dos dividendos, a Companhia apurou perda na transação de capital com acionistas não controladores no valor de R\$ 720, registrada em contrapartida ao patrimônio líquido (Nota 20).

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Imobilizado (Consolidado)

Descrição	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de Informática	Outros imobilizados	Telefonia	Mais valia na combinação de negócios (a)	Beneficiárias imóveis de terceiros	Total
Incorporação de ativos na combinação de negócios (a)										
Adições (b)	51	432	1.413	339	163	161	313	1.950	26	4.848
Baixas		133	2.671	173	407	79	268		206	3.937
Depreciações	(3)	(66)	(111)	(56)	(2)	(4)	(156)	(1.145)	(1)	(2.201)
Em 31 de dezembro de 2019	48	498	3.306	456	464	233	425	805	231	6.466
Custo	85	850	5.261	636	828	260	875	1.950	235	10.980
Depreciação acumulada	(37)	(352)	(1.955)	(180)	(364)	(27)	(450)	(1.145)	(4)	(4.514)
Valor residual	48	498	3.306	456	464	233	425	805	231	6.466

(a) Em 9 de janeiro de 2019, a Companhia adquiriu o controle societário da Grão de Ouro, conforme divulgado nas Notas 1 e 11.

(b) Em 2019, foi adquirido o montante de R\$ 1.496 em veículos através de operações de CDC, que não geraram movimentação de caixa no exercício, conforme descrito na nota 30 (c).

12.1 Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar indicativos de *impairment*.

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Intangível (Consolidado)

Descrição	Marcas e Patentes	Softwares	Ágio na combinação de negócios	Mais valia na carteira de clientes	Total
Incorporação de ativos na combinação de negócios (a)	2	1	9.162	18.013	27.178
Adições		330			330
Amortizações		(4)		(3.053)	(3.057)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>2</u>	<u>327</u>	<u>9.162</u>	<u>14.960</u>	<u>24.451</u>
Custo	2	332	9.162	18.013	27.509
Amortização acumulada		(5)		(3.053)	(3.058)
Valor residual	<u>2</u>	<u>327</u>	<u>9.162</u>	<u>14.960</u>	<u>24.451</u>

- (a) Em 9 de janeiro de 2019, a Companhia adquiriu o controle societário da Grão de Ouro, conforme divulgado nas Notas 1 e 11.

A aquisição de controle foi obtida mediante desembolso financeiro pela Companhia, no montante de R\$ 56.240 (ajustado a valor presente), dos quais R\$ 9.162 foram atribuídos ao ágio gerado na aquisição de negócios com base na expectativa de rentabilidade futura e R\$ 18.013 ao valor justo da carteira de clientes, considerando a totalidade da mais valia sobre os adquiridos.

Em 31 de dezembro

13.1 Teste anual de impairment do ágio

Considerando a homogeneidade de processos e sinergia das operações, bem como forma de gestão de estratégia e operacional do Grupo, a administração identificou uma única unidade geradora de caixa (“UGC”), a qual o ágio foi integralmente alocado. A administração avaliou e concluiu que dado o segmento e atividade que executa de forma principal, corresponde à uma única UGC, visto que, é administrado como uma única fonte de receita e geração de caixa, não segmentando os valores entre empresas, usando a sinergias de estrutura, compra conjunta, administração do caixa, entre outros., como segue:

	<u>2019</u>
UGC Grão de Ouro	140.987

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo no qual a UGC atua.

O valor recuperável da UGC é avaliado anualmente com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de dez anos.

Na elaboração das projeções de fluxo de caixa, a Administração tomou como premissas o histórico de faturamento de sua controlada e o crescimento do setor de insumos agrícolas somado expansão de negócios, bem como, o histórico de margens bruta e operacional sobre o faturamento.

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2019, os fluxos de caixa foram projetados com base em uma taxa média de crescimento de 18%, com uma margem média de EBITDA de 8,8%. Os valores referentes os fluxos de caixa posteriores ao período de dez anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento de 4,4% a.a. Essa taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor em que UGC atua e teve por base o crescimento estimado por loja e as possibilidades de ampliação do Market share de cada segmento. As projeções do fluxo de caixa foram trazidas a valor presente com base na taxa WACC calculada pela administração de 12,4% a.a., antes do imposto de renda e da contribuição social.

O volume de vendas considera a média anual da taxa de crescimento. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado.

O preço de venda considera a média anual da taxa de crescimento de 5%. Ele se baseia nas atuais tendências do setor e inclui as previsões de inflação para o longo prazo para cada território.

A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período previsto. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas e no *mix* de vendas, com ajustes efetuados para refletir os aumentos de preço futuros esperados para os insumos agrícolas, que a administração não espera poder repassar para os clientes por meio de aumentos no preço. Existe a expectativa de que o preço dos insumos agrícolas subirá em média 5% ao ano, mantendo a margem bruta média anual em 23,9%.

Outros custos operacionais são os custos fixos das UGCs, que não variam de maneira significativa com os volumes de vendas ou os preços. A administração estimou esses custos com base na estrutura atual dos negócios, ajustando-os aos aumentos inflacionários, e estes não refletem quaisquer reestruturações futuras ou medidas de economias de custo.

O valor a recuperar calculado com base no valor em uso ultrapassou o valor contábil em R\$ 76.799. Em 31 de dezembro de 2019, a administração não identificou a necessidade de constituir qualquer provisão para perda.

14. Direito de uso (Consolidado)

<u>Descrição</u>	<u>Direito de uso arrendamento</u>
Incorporação de ativos na combinação de negócios (a)	3.001
Amortizações	<u>(543)</u>
Em 31 de dezembro de 2019	<u>2.458</u>
Custo	3.001
Amortização acumulada	<u>(543)</u>
Valor residual	<u>2.458</u>

Em 9 de janeiro de 2019, a Companhia adquiriu o controle societário da Grão de Ouro, conforme divulgado nas Notas 1 e 11.

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Fornecedores (Consolidado)

<u>Descrição</u>	<u>2019</u>
Fornecedores nacionais	127.500
Transações com partes relacionadas	9.825
(-) Ajuste a valor presente - AVP	<u>(14.979)</u>
	<u>122.346</u>

(i) A taxa de juros utilizada para o cálculo do ajuste a valor presente foi de 1,5% a.m. considerando as médias de taxas praticadas nas operações de compra de mercadorias pelo Grupo.

16. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

16.1 Composição

<u>Modalidade</u>	<u>Indexador</u>	<u>Encargos médios anuais</u>	<u>2019</u>
Moeda Nacional			
Finame	R\$	12,74%	1.162
Conta garantida	R\$	20,41%	28
Capital de giro	R\$	10,55%	50.929
Capital de giro	R\$	CDI+3,40%	<u>16.332</u>
			<u>68.451</u>
Moeda Estrangeira			
Capital de giro (a)	USD	9,58%	<u>4.936</u>
			<u>4.936</u>
Circulante			<u>(72.710)</u>
Não circulante			<u>677</u>

(a) A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos, *swap*, para se proteger das oscilações da moeda para as captações em moeda estrangeira, conforme Nota 29.1.

16.2 Cronograma de pagamentos

O cronograma de pagamentos correspondente do montante classificado no longo prazo é o seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>2019</u>
2021	482
2022	<u>195</u>
	<u>677</u>

16.3 Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação e cessão fiduciária, por aval dos acionistas-proprietários e duplicatas em garantia.

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16.4 Covenants

Os empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas restritivas.

17. Passivo de arrendamento (Consolidado)

Em 2019, o Grupo reconheceu os contratos de arrendamento, relacionados principalmente a aluguel de imóveis, reconhecidos ao valor presente das obrigações contratuais.

Os contratos possuem em média 4 anos de prazos remanescentes e os pagamentos são realizados em prestações mensais.

	<u>Imóveis</u>
Fluxos de caixa não descontado	3.755
Ajuste a valor presente	<u>(754)</u>
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	<u>3.001</u>
Novos contratos	
Juros do exercício	206
Contraprestação paga	<u>(686)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>2.521</u>
Passivo circulante	<u>(866)</u>
Passivo não circulante	<u>1.655</u>

Os saldos estimados de arrendamento a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

<u>Vencimento</u>	<u>Valor</u>
2021	878
2022	607
2023	342
2024	196
Ajuste a valor presente	<u>(368)</u>
	<u>1.655</u>

No quadro abaixo é apresentado o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos:

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor descontado</u>
Contraprestações do arrendamento	3.069	2.521
Não passível de tomada de crédito (i)	2.099	1.678
Passível de tomada de crédito	970	843
Pis/cofins potencial (9,25%)	(90)	(78)
	<u>2.979</u>	<u>2.443</u>

(i) Em conformidade com a legislação tributária vigente no Brasil, a Administração da Companhia, junto com seus assessores tributários, entendem que há arrendamentos que não dão direito a crédito de Pis/Cofins e, por isso, apresenta de forma segregada a parcela potencial para a tomada de crédito sobre o total dos passivos de contratos de arrendamento.

A Companhia calculou as suas taxas incrementais nominais, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a sua realidade econômica:

<u>Vigência dos contratos</u>	<u>Taxa incremental</u>
2 anos	10,2%
3 anos	11,0%
4 anos	11,8%
5 anos	12,0%

A Companhia, em plena conformidade com o CPC 06 (R1)/ IFRS 16, na mensuração e na mensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela norma.

Adicionalmente, em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, são apresentadas abaixo as comparações nas rubricas do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa de depreciação e da despesa financeira do período findo em 31 de dezembro de 2019 e os períodos futuros utilizando o fluxo de caixa descontado considerando a inflação futura projetada nos fluxos de pagamentos, descontados pelas taxas nominais acima apresentadas:

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023
Ativo direito de uso						
IFRS 16	2.458	1.734	1.012	497	146	
Ofício CVM	2.850	2.071	1.288	724	336	
	15,9%	19,4%	27,3%	45,7%	130,1%	
Passivo de arrendamento						
IFRS 16	2.521	1.796	1.073	557	207	
Ofício CVM	2.659	1.916	1.171	639	276	
	5,5%	6,7%	9,2%	14,7%	33,4%	
Despesa com depreciação						
IFRS 16	(543)	(724)	(722)	(515)	(351)	(146)
Ofício CVM	(584)	(779)	(783)	(564)	(388)	(336)
	7,6%	7,6%	8,4%	9,5%	10,5%	130,1%
Despesa financeira						
IFRS 16	(198)	(252)	(173)	(97)	(46)	(9)
Ofício CVM	(214)	(276)	(190)	(107)	(50)	(10)
	8,1%	9,5%	9,8%	10,3%	8,7%	11,1%
	IFRS 16/ CPC 06 (R2)	Ofício CVM				
Despesa com Depreciação	(2.855)	(3.098)				
Despesa Financeira	(766)	(837)				
	(3.621)	(3.935)				

18. Outras contas a pagar (Consolidado)

Descrição	Consolidado	
	2019	
Provisão de bônus a pagar		1.590
Adiantamento de clientes		1.048
Adiantamentos de partes relacionadas (nota 21.1)		2.141
Lucros/ dividendos a pagar (nota 21.1)	338	975
	338	5.754

19. Contingências (Consolidado)

O Grupo possui, em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$ 410 em demandas judiciais classificadas com probabilidade de perda possível, com base na opinião de seus assessores jurídicos, em que não há provisão registrada contabilmente, conforme política e norma contábil.

Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas às questões tributárias do exercício, ou exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva desses itens no Brasil. Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação.

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Também podem existir obrigações de naturezas trabalhista ou cível que, no presente momento, não são conhecidas pela administração do Grupo. Entretanto, com base na opinião de seus consultores legais, a administração do Grupo é de opinião que todos os tributos e demais obrigações assumidas pelo Grupo têm sido pagas ou provisionados adequadamente e, em 31 de dezembro de 2019, não eram conhecidas ações de vulto formalizadas contra o Grupo que implicassem a constituição de provisão para cobrir eventuais perdas.

20. Patrimônio líquido

20.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia é representado por 55.000.100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de janeiro de 2019, a Companhia emitiu 55.000.000 novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal e com direito a voto, ao preço de emissão no valor global de R\$55.000, aumento este que foi integralmente subscrito e será integralizado em até 12 meses da seguinte forma: R\$5.500 destinados ao capital social, dos quais R\$ 254 encontram-se pendentes de integralização; e R\$ 49.500 destinados à reserva de capital, dos quais R\$ 2.291 encontram-se pendentes de integralização em 31 de dezembro de 2019. Em outubro de 2020, foram integralizados R\$ 254 de capital social e R\$ 2.291 de reserva de capital.

20.2 Reserva legal

A Companhia destina 5% do lucro líquido do exercício para a reserva legal, e não poderá exceder 20% do capital social da Companhia, conforme legislação societária.

20.3 Reserva de lucros

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da Reserva Legal e destinação dos dividendos, terá a destinação proposta pela administração e aprovada em assembleia geral, podendo ser destinado à formação de reservas para investimentos, contingências e lucros a realizar. Cabe à Assembleia Geral deliberar sobre o valor da reserva de lucros que exceder o capital social, conforme estabelecido na Lei 6.404, artigo 199, assim como toda a destinação do lucro líquido.

20.4 Dividendos

Do lucro líquido do exercício, após destinação de 5% do lucro líquido para a formação da Reserva Legal, deverá ser destinado 5% do resultado para a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios.

	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	13.208
Constituição da reserva legal (5%)	<u>(356)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>12.852</u>
Dividendo mínimo obrigatório (5%)	<u>(338)</u>
Total de dividendos	<u>(338)</u>
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	3%

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estas demonstrações financeiras refletem apenas os dividendos mínimos obrigatórios, dispostos no Estatuto Social da Companhia, de 5% do lucro líquido ajustado da Controladora. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada pelos acionistas.

Os dividendos pagos em 2019 foram de R\$ 1.996. Estas demonstrações financeiras refletem apenas os dividendos dispostos no Estatuto Social da Companhia. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada pelos acionistas.

20.5 Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se ao resultado de transações realizadas entre a Companhia e os sócios não controladores da Grão de Ouro realizadas entre 2019 e 2020.

20.6 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Descrição	2019
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	13.208
Quantidade média ponderada das ações ordinárias no exercício - lotes de mil	55.000
Lucro líquido (básico e diluído) por lote de mil ações - em R\$	0,24

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Em 31 de dezembro de 2019, não existem instrumentos com potencial de diluição do lucro.

21. Partes relacionadas

No decorrer de suas operações, direitos e obrigações são contraídas entre partes relacionadas, oriundas de operações comerciais e financeiras. As transações comerciais, tais como compra e venda de mercadorias entre partes relacionadas, são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes, que devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes com partes não relacionadas. As operações financeiras com partes relacionadas decorrentes de transações de mútuo entre, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, são realizadas em condições específicas, sendo que não há cobrança de juros ou de prazo definido para pagamento nessas operações. Os saldos de transações com partes relacionadas estão demonstrados abaixo.

A Administração considera como partes relacionadas seus acionistas, outras empresas ligadas aos mesmos quotistas, seus administradores, seus conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21.1 Operações de vendas e compras entre partes relacionadas

Estas operações estão registradas nas rubricas "Contas a receber", "Adiantamento a fornecedores", "Adiantamento de clientes", "Fornecedores", "Receita", "Custo" e "Aluguéis", como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2019</u>	<u>2019</u>
Saldos no ativo		
Contas a receber (nota 8)		1.816
Dividendos a receber	479	
Adiantamentos (nota 11)		792
	<u>479</u>	<u>2.608</u>
Saldos no passivo		
Fornecedores (nota 14)		9.825
Adiantamentos (nota 18)		2.141
Dividendos a pagar (nota 18)	338	975
	<u>338</u>	<u>12.941</u>
Transações no exercício		
Vendas a partes relacionadas		1.663
Compras de partes relacionadas		9.619
Pagamento de aluguéis		286

Os produtos são vendidos a partes relacionadas em condições especiais atreladas a margens mínimas por categorias de produtos, distintos dos preços e condições comerciais normais. As compras de produtos e pagamentos de aluguéis são efetuadas de empresas ligadas aos acionistas com base em termos e condições comerciais normais.

Os adiantamentos realizados e obtidos são para futuro recebimento e entrega de mercadoria, respectivamente.

As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas. As contas a receber não têm garantias e estão sujeitas a juros.

As contas a pagar às partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de compras. As contas a pagar estão sujeitas a juros.

O Grupo possui garantias de empréstimos e financiamentos em nome dos acionistas, e efetuou pagamento mensal aos mesmos no montante de R\$22 em 2019.

21.2 Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>2019</u>
Remuneração dos administradores	1.645
Benefícios de curto prazo	<u>375</u>
	<u>2.020</u>

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, a gestão de determinadas atividades administrativas da Companhia é realizada por administradores alocados nas controladas, sem o repasse de custos para a controladora. Consequentemente, não há despesas com remuneração alocadas a controladora na data base.

22. Receitas de contrato com cliente (Consolidado)

	<u>2019</u>
Receita com a venda de insumos agrícolas	287.186
Receita com a prestação de serviços	286
Tributos incidentes sobre as vendas (i)	(1.047)
Descontos, abatimentos e devoluções	(14.815)
	<u>271.610</u>

- (i) As revendas de insumos agropecuários possuem base de cálculo do ICMS reduzida nas saídas dos insumos agropecuários, bem como, a isenção de Pis/Cofins sobre insumos agrícolas.

Para fins de apresentação da receita de forma desagregada, conforme requerido pelo IFRS15/ CPC47 Receita de contrato com clientes, o Grupo entende não ser útil a segregação da linha de "Receita com a venda de insumos agrícolas", uma vez que as características de todas as operações classificadas nessa categoria são, substancialmente, as mesmas, bem como não há, no caso do Grupo, informação útil que poderia ser utilizada para a segregação por região. Nesse contexto, a segregação ocorre por natureza da operação, que compreendem a entrega física de mercadorias e a prestação de serviços.

23. Custos das mercadorias vendidas (Consolidado)

Custo das mercadorias vendidas	
Descrição	2019
Custo de materiais insumos	(192.653)
Frete sobre vendas	(4.735)
	<u>(197.388)</u>

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. Despesas gerais e administrativas por natureza

Descrição	Controladora	Consolidado
	2019	2019
Despesas com pessoal		(8.163)
Despesas com serviços de terceiros		(5.179)
Despesas com depreciações		(5.799)
Despesas com materiais de uso, consumo, manutenções e reparos prediais		(1.808)
Despesas com viagens e hospedagens		(713)
Despesas com cartórios		(657)
Despesas com aluguéis		(108)
Outras despesas	(769)	(1.675)
	<u>(769)</u>	<u>(24.102)</u>

25. Despesas com vendas, por natureza (Consolidado)

Descrição	2019
Despesas com pessoal	(15.487)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.103)
Despesas com veículos, viagens e hospedagem	(3.608)
(-) Reembolso de despesas de vendas	1.467
Despesas com propaganda e publicidade	(873)
Despesas com serviços de terceiros	(163)
Outras despesas	<u>(150)</u>
	<u>(24.917)</u>

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26. Resultado financeiro

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u> <u>2019</u>	<u>Consolidado</u> <u>2019</u>
Receitas financeiras		
Realização do ajuste a valor presente do contas a receber		11.739
Valor justo commodity		7.946
Rendimentos de aplicações financeiras	6	449
Juros ativos		3.792
Variação cambial		148
Descontos obtidos		2.499
	<u>6</u>	<u>26.573</u>
Despesas financeiras		
Realização do ajuste a valor presente de fornecedores		(9.859)
Juros sobre empréstimos e financiamento e outros		(8.443)
Resultado com Swap, NDF e Trading		(8.282)
Descontos concedidos		(1.339)
Despesas bancárias		(556)
Encargos sobre arrendamento mercantil		(206)
Juros passivos	(1.269)	(1.695)
IOF		(443)
Outras despesas financeiras	(1)	(503)
	<u>(1.270)</u>	<u>(31.326)</u>
	<u>(1.264)</u>	<u>(4.753)</u>

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27. Imposto de renda e contribuição social

O saldo passivo diferido, líquido e consolidado têm a seguinte composição:

Descrição	2019
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	1.394
Instrumentos financeiros	2.645
	<u>4.039</u>
Valor justo commodity	(2.264)
Ajuste a valor presente - líquido	(990)
Créditos por competência	(2.101)
Mais valia na combinação de negócios (Nota 13)	(5.362)
	<u>(10.717)</u>
Passivo de impostos diferidos, líquidos	<u>(6.678)</u>

A reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e de contribuição social está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora	Consolidado
	2019	2019
Lucro antes dos impostos	7.111	20.437
Alíquota fiscal	34%	34%
	<u>(2.418)</u>	<u>(6.949)</u>
Resultado de equivalência	3.109	
Outros	(691)	(1.349)
Diferença de alíquota - presumido		<u>1.069</u>
Tributos no resultado		<u>(7.229)</u>
Correntes		(5.734)
Diferido		<u>(1.495)</u>
Tributos no resultado		<u>(7.229)</u>

28. Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Comitê executivo, que é o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, bem como pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

O Comitê Executivo, Grupo tomador de decisões operacionais, considera o negócio sob perspectiva de produto. Na visão do Grupo, existe um único segmento operacional representado pelas atividades de venda de insumos agrícolas, que compreendem o comércio de fertilizantes, defensivos, foliares e sementes de soja e milho, o qual está organizado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Conselho de

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Administração, principal tomador de decisões e responsável pela alocação de recursos e avaliação de desempenho desse segmento.

O Comitê Executivo avalia o desempenho desse segmento operacional com base na evolução das receitas e no EBITDA ajustado gerados por cada segmento operacional. Essa base de mensuração exclui operações descontinuadas, quando aplicável, e efeitos de gastos não recorrentes de segmentos operacionais, como custos de reestruturação, despesas legais e *impairment* de ágio quando o *impairment* é resultado de um evento isolado, não recorrente. A mensuração também exclui os efeitos de pagamentos baseados em ações liquidados em ações e ganhos ou perdas não realizadas sobre instrumentos financeiros.

29. Instrumentos financeiros (Consolidado)

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira e diretoria do Grupo. Sendo que a tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a sociedade contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais.

As operações realizadas pelo Grupo através de instrumentos financeiros são demonstradas abaixo.

Ativos

Os ativos financeiros do Grupo são classificados como segue:

<u>Descrição</u>	<u>Custo amortizado</u> <u>2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa	19.347
Contas a receber de clientes	175.052
Outros créditos (ii)	208
Depósitos judiciais	439
Total dos ativos	<u>195.046</u>

<u>Descrição</u>	<u>Valor justo por meio do resultado</u> <u>2019</u>
Contas a receber de clientes (i)	<u>37.214</u>

(i) Refere-se às contas a receber originadas nas operações atreladas a variação do valor justo das commodities agrícolas, as quais serão liquidadas com o recebimento de ativos financeiros.

(ii) Não considera ativos não monetários, tais como adiantamentos, os quais serão liquidados mediante o recebimento de ativos não financeiros.

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivos

Os passivos financeiros do Grupo são classificados em:

Descrição	Custo amortizado
	2019
Fornecedores	132.473
Empréstimos e financiamentos	73.387
Passivo de arrendamento	2.521
Contas a pagar - aquisição de investimentos	11.674
Outras contas a pagar	5.754
	<u>225.809</u>
Descrição	Valor justo por meio do resultado
	2019
Instrumentos financeiros derivativos	<u>7.782</u>
	<u>7.782</u>

Os saldos classificados como instrumentos financeiros referem-se a:

Caixa e equivalentes de caixa - Incluem o caixa, os saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras.

Contas a receber de clientes/fornecedores - Decorrem diretamente das operações do Grupo, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas.

Empréstimos e financiamentos - Contratações realizadas junto a instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.

Contratos a termo financeiro - cambiais - Valores referentes ao valor justo de operações de termo de moeda futuro junto a instituições financeiras e/ou tradings, sempre liquidados com ativos financeiros.

Outros créditos – Saldos decorrentes de outras transações com terceiros, e que serão convertidos em caixa.

Mútuo com partes relacionadas – Saldo decorrentes de outras transações com partes relacionadas.

Passivos de arrendamento – Substancialmente se referem aos aluguéis de imóveis.

29.1 Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados, principalmente, à flutuação das variações cambiais e a preços de *commodities*. O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros de proteção para mitigar sua exposição a esses riscos. O Grupo vem implementando e aprimorando os controles internos para identificar e mensurar os efeitos das transações com as *tradings* e com as instituições financeiras, para que tais transações sejam capturadas, reconhecidas e divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em quaisquer outros ativos de risco.

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29.2 Posições em aberto em outros valores a receber

Em 31 de dezembro, as seguintes posições em aberto a receber e a pagar no mercado de futuros são como segue:

Descrição	2019
Swap	(5.741)
NDF	(507)
Termo em moeda	(85)
Trading	(1.449)
	<u>(7.782)</u>

29.3 Contas a receber vinculadas à variação de preço da saca de café

O Grupo possui contratos futuro de café em dólar. As posições em aberto em 31 de dezembro são como segue:

Produto	Quantidade (milhares de sacas)	Preço médio - R\$/SC	Nocional	Valor de mercado
Café	64,25	R\$ 475,57	R\$ 30.554	R\$ 37.214
				<u>R\$ 37.214</u>

29.4 Posição em aberto

Referem-se a ajustes nas posições em aberto, com vencimentos futuros, com referência às cotações a seguir em 31 de dezembro de 2019:

Banco	Operação Tipo	Cotação em 31/12/2019		Vencimento	Saldo a (Pagar)/ receber (R\$ mil)
		Taxa	Dólar		
Itaú	Commodity e Dólar futuro	135,80	\$ 4,0650	10/08/2020	(6.018)
Santander	Commodity e Dólar futuro	135,80	\$ 4,0650	17/08/2020	(85)
Trading	Commodity e Dólar futuro	135,80	\$ 4,0650	20/08/2020	(1.447)
Bradesco	Pré-Fixada e Dólar PTAX	9,58%	\$ 4,0307	20/10/2020	(232)
					<u>(7.782)</u>

29.5 Análises de sensibilidade

Foram realizadas simulações à sensibilidade das posições existentes em 31 de dezembro de 2019 para os significativos identificados como riscos de mercado: preço das commodities e taxas cambiais.

As simulações foram elaboradas para demonstrar apenas o impacto em possíveis cenários negativos às posições tomadas pelo Grupo.

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Como cenários foram utilizados um aumento de 50% ou uma redução de 50%, respectivamente, no caso análise das variações nos preços das commodities e no caso das taxas cambiais, sendo que essas variações foram definidas com base no histórico de mercado e nas projeções realizadas pela Administração em relação às exposições assumidas.

(a) Variações nos preços das commodities e dólar (trava operações co commodities agrícolas)

Descrição	Risco	Saldo nocial	Saldo do fechamento	Mercado atual	25% Aumento		50% Aumento	
					Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Transações em Barter	Commodity e Dólar futuro	9.246	37.586	4.0650	5,0813	9.396	6,0975	18.792
Contrato de SWAP/NDF	Commodity e Dólar futuro	(7.262)	(29.520)	4.0650	5,0813	(7.380)	6,0975	(14.760)
Trading	Commodity e Dólar futuro	(2.164)	(8.798)	4.0650	5,0813	(2.199)	6,0975	(4.398)
						(183)		(366)

De acordo com sua política de gerenciamento de riscos de mercado, o Grupo compra e vende posições futuras de mercadoria para se proteger do risco de preço de mercado uma vez que o café tem seu preço referenciado nas cotações da BM&F e/ou NYBOT. O Grupo não adquire as commodities, apenas recebe os recursos financeiros correspondentes ao preço do café na data de fixação do preço pelo cliente.

Considerando que as contas a receber estão atreladas ao preço futuro da commodity e, em alguns casos, também expostas ao dólar, as operações acima mitigam essa exposição.

(b) Variações nas taxas cambiais

Descrição	Risco	Saldo nocial	Saldo do fechamento	Mercado atual	25% Aumento		50% Aumento	
					Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Empréstimos e financiamentos	Cambio	(1.225)	(4.936)	4,0307	5,0384	(1.234)	6,0461	(2.468)
Contrato de Swap	Cambio	1.225	4.936	4,0307	5,0384	1.234	6,0461	2.468
		-	-			-		-

(c) Variações nas taxas de juros

Descrição	Risco	Saldo nocial	Saldo do fechamento	Mercado atual	25% Aumento		50% Aumento	
					Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Empréstimos e financiamentos	Taxa de Juros - CDI	15.666	16.332	4,3%	5,3%	(166)	6,4%	(333)

30. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa (Consolidado)

(a) Reconciliação da dívida líquida

	2019
Empréstimos circulante	72.710
Empréstimos não circulante	677
Arrendamento circulante	866
Arrendamento não circulante	1.655
Total da dívida	75.908
Caixa e equivalentes de caixa	(19.347)
Dívida líquida	56.561

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação da dívida líquida

Descrição	Empréstimos e financiamentos	Arrendamentos	Total da dívida	Caixa e equivalentes de caixa	Dívida líquida (b)
Incorporação de dívida na combinação de negócios (a)	54.025	3.001	57.026		57.026
Captação de empréstimos e financiamentos	70.439		70.439		70.439
Amortizações	(51.082)		(51.082)		(51.082)
Pagamento de juros	(8.443)		(8.443)		(8.443)
Contraprestações de arrendamento pagas		(686)	(686)		(686)
Caixa gerado no exercício				(16.979)	(16.979)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa:					
Juros apropriados	8.595	206	8.801		8.801
Variação cambial	(147)		(147)		(147)
Caixa incorporado na combinação de negócios (a)				(2.368)	(2.368)
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2019	<u>73.387</u>	<u>2.521</u>	<u>75.908</u>	<u>(19.347)</u>	<u>56.561</u>

(a) Em 9 de janeiro de 2019, a Companhia adquiriu o controle societário da Grão de Ouro, conforme divulgado nas Notas 1 e 11.

(c) Transação não caixa

Em 2019, foi adquirido o montante de R\$ 1.496 em veículos através de operações de CDC, que não geraram movimentação de caixa no exercício e por isso são desconsiderados na Demonstração de fluxo de caixa.

As operações em moeda estrangeira, incluindo instrumentos financeiros derivativos, que geram ganho ou perda na apuração mensal de juros, podem não gerar saída efetiva de caixa, por isso, não são considerados no fluxo de caixa e nas medições não contábeis apresentadas pela Companhia

Variação cambial	2019
Saldo inicial	-
Resultado financeiro	188
(-) Pagamento	<u>934</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019 líquido	1.122
Instrumentos financeiros derivativos (passivo)	7.782
Contas a receber de clientes (nota 7)	<u>(6.660)</u>
	<u>1.122</u>

31. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2019 o Grupo tem programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade (informação não auditada), os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cobertura do seguro	2019
Patrimonial e estoques	26.760
Frotas	440
Transportes	500
	<u>27.700</u>

32. Eventos subsequentes

a) Cenário de pandemia

No final do primeiro trimestre de 2020, tendo em vista o cenário de pandemia mundial, a Companhia verificou a necessidade imediata de dedicar seus esforços à prevenção e combate ao Coronavírus.

Antes mesmo que as autoridades brasileiras determinassem que as empresas privadas tomassem qualquer medida de prevenção, ao final de fevereiro de 2020 a Companhia divulgou amplamente as orientações preventivas a serem seguidas por seus funcionários como medida para evitar contágio. Ainda em março de 2020 foi instituído o comitê de crise, divulgando amplamente o plano de contingência para enfrentamento ao COVID-19, bem como consultoria com médico infectologista e monitoramento de casos suspeitos e confirmados de Coronavírus. É importante destacar que os serviços prestados pela Companhia sempre estiveram de acordo com a classificação federal de serviços essenciais, através do Decreto Federal nº 10.282/20.

As ações imediatas para contenção da crise envolveram o cancelamento de eventos, viagens, reuniões, treinamento e processo seletivo presenciais, intensificação da higienização dos ambientes e mobiliários da empresa, afastamento dos funcionários do grupo de risco e investimento em adequações para alocação de equipes em home office, além de adaptações às regras de distanciamento social nos sites do Grupo.

Diante das incertezas relacionadas ao cenário de pandemia, que ainda persiste, o Grupo mantém avaliação contínua sobre os possíveis impactos que podem ocorrer em suas operações em relação a:

- Insumos necessários ao desenvolvimento das atividades;
- impactos nas vendas; e
- Impactos no fluxo de caixa do Grupo, e se há um aumento significativo no risco de crédito.

Até a presente data, a Administração não identificou impactos significativo da pandemia sobre suas operações e não espera que o cenário de pandemia afete os resultados e/ou plano de expansão da Companhia e suas controladas. Na data em que a Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas em 2019, a administração determinou que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a capacidade da entidade de continuar operando nos próximos 12 meses.

b) Cisão parcial por cessão de créditos

Em 30 de setembro de 2020 foi deliberado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Grão de Ouro Agronegócios S.A., controlada da Agro Advance Participações S.A, a cisão parcial por cessão de créditos (títulos a receber) mencionado no “Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil para fins de cisão parcial de quotas patrimoniais”, no montante de R\$ 16.672. A Cisão teve por objetivo fundamentar a reestruturação societária e visa a cisão parcial das quotas patrimoniais de determinados ativos do acervo líquido desta Sociedade e que foram vertidos para a Sociedade incorporadora.

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores cindidos, contempla principalmente, os títulos a receber categorizados como vencidos à média e longa data, de acordo com o *aging* acima demonstrado.

c) Registro de Companhia Aberta

Em julho de 2020, os acionistas do Grupo avaliaram a possibilidade de acessar o mercado de capitais e decidiram proceder com uma reestruturação societária para viabilizar essa operação. Nesse contexto, a administração do Grupo procedeu com determinados movimentos societários, com o objetivo de efetuar a distribuição primária de ações de sua nova estrutura, denominada Agrogalaxy, após o registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e ser listada no Novo Mercado.

Em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 17 de dezembro de 2020, foi deliberada e aprovada as seguintes matérias:

- a submissão pela Agrogalaxy do pedido de registro de companhia aberta na categoria “A” perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480.
- a submissão à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão: (a) do pedido de adesão do Agrogalaxy ao Novo Mercado; e (b) do pedido de admissão à negociação das ações do Agrogalaxy na B3, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado, ficando a Diretoria do Agrogalaxy autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado.

Os movimentos societários realizados pela administração do Grupo para viabilizar essa operação, foram os seguintes:

Reestruturação societária da Companhia

Em 30 de outubro de 2020 os acionistas não controladores da Grão de Ouro Participações S.A. (“Grão de Ouro”), controlada da Companhia, efetuaram aporte de capital na Companhia, elevando seu capital social subscrito do montante de R\$ 14.454 para R\$ 19.699. O aumento capital na Agro Advance resultou emissão de 36.666.728 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralizadas por meio da conferência de ações da Grão de Ouro, equivalentes a 40% de seu capital social, totalizando o montante de 91.666.828 ações ordinárias.

Reestruturação societária da Agrogalaxy Participações S.A. (anteriormente Agro Trends Participações S. A.)

Em 30 de outubro de 2020, a Companhia e a Agro Key Participações S.A. (“Agro Key”) foram incorporadas pela Agro Trends Participações S.A. (“Agro Trends”), determinada como adquirente legal, que nessa mesma data alterou a sua razão social para Agrogalaxy Participações S.A (“Agrogalaxy”). Nessa operação, de acordo com as regras contábeis aplicáveis, a Agro Key foi determinada como adquirente contábil e, portanto, as demonstrações financeiras do Agrogalaxy serão apresentadas como uma continuidade das demonstrações financeiras da Companhia.

Agro Advance Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Esta reestruturação ocorreu com a troca de ações, por valores negociados entre as partes, em uma operação entre companhias que não possuem controle comum e, portanto, representa uma combinação de negócios sob o escopo do CPC 15 (R1)/ IFRS 3 Combinação de negócios, apresentada considerando o método de aquisição. Como parte da avaliação da Administração, para fins de combinação de negócios, a Agro Key foi considerada a adquirente contábil (apesar de ser a empresa legalmente incorporada/adquirida) e a Agro Trends, assim como a Companhia, foram consideradas as empresas adquiridas, (apesar de a Agro Trends ser incorporadora e a entidade sobrevivente legal), configurando uma situação de aquisição reversa.

Também em 30 de outubro de 2020, as empresas concluíram a obtenção de todas autorizações, renúncias, consentimentos e aprovações de terceiros necessárias para a consumação dessa operação. Desta forma, a transação foi legalmente implementada por meio de troca de ações, com a extinção da Companhia e a Agro Key, nos termos do artigo 219, inciso II, da Lei das S.A. e estabelecendo o Agrogalaxy (antiga Agro Trends) como sucessora de todos os direitos e obrigações das empresas extintas

A referida operação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, que aprovou a combinação dos negócios dessas empresas, por meio da incorporação da Companhia e da Agro Key pela Agro Trends, nos termos do artigo 1.117 da Lei n.º10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dos artigos dos artigos 224 e 225 da Lei n.º6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), conforme termos do Protocolo e Justificação de Incorporação da Companhia pela Agro Trends e do Protocolo de Justificação de Incorporação da Agro Key pela Agro Trends, celebrados em 23 de outubro de 2020.

A contraprestação transferida ocorreu pela relação de substituição de ações nas proporções acordadas de 0,93942 ação ordinária de emissão da Agrogalaxy por cada ação ordinária de emissão da Companhia e 1,12746 ação ordinária de emissão da Agrogalaxy por cada ação ordinária de emissão da Agro Key.

* * *

Relatório da Administração sobre os Resultados Consolidados

EBITDA¹ TOTALIZA R\$ 31 MILHÕES EM 31/12/2019

São Paulo, 27 de dezembro de 2020 – Agro Advance Participações S.A. divulga seus resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Os comentários aqui incluídos referem-se aos resultados consolidados em IFRS.

I. MENSAGEM DA DIRETORIA

Somos um dos maiores grupos no setor de varejo de insumos agrícolas do Brasil, com presença consolidada na região Sul de Minas Gerais. Operamos no varejo tradicional, localizados nos Estados de Minas Gerais e São Paulo, atendendo principalmente os produtores de café. Nossas lojas possuem em média 1.000m², o que nos permite oferecer a entrega de insumos agrícolas no momento mais adequado para os produtores rurais, os quais possuem suas propriedades agrícolas em regiões muitas vezes distantes dos grandes centros urbanos, com desafios logísticos inerentes ao negócio.

Atuamos desde 2004 com o varejo de insumos agrícolas no Brasil. Também somos especialistas na prestação de serviços técnicos aos nossos clientes, oferecendo o conhecimento de 101 Consultores Técnicos de Venda (CTV), através de análises das características químicas de solo e apresentando as melhores soluções para alta produtividade agrícola, totalizando 261 colaboradores com foco em sempre buscar o melhor entendimento do nosso cliente, oferecer o melhor sortimento, além de uma operação diferenciada, entregando serviço e experiência a fim de garantir a melhor produtividade rural.

Todas as nossas iniciativas internas e externas têm como objetivo final garantir que entendemos e servimos o nosso cliente da melhor maneira possível. Temos indicadores, acompanhados diariamente por diversas áreas, que medem tanto o encantamento do nosso cliente, caso da metodologia Net Promoter Score (NPS), bem como, os processos e padrões da loja, chamado de Pegada Rural. Esses são exemplos práticos da nossa cultura, que está preocupada em servir com excelência e garantir um relacionamento de longo prazo com nossos clientes.

Nossas vendas passam por rigoroso processo de aprovação de crédito, de acordo com política específica, que visam minimizar os riscos de inadimplência da operação. Usamos sistema integrado de apoio para realizar tais análises de créditos, garantindo a governança de liberação de pedidos. Utilizamos instrumentos de garantia tais como: Certificado de Produto do Agronegócio (CPR), alienações fiduciárias, hipotecas e seguro de safra, além de operações de barter (troca de produto) em linha com nossas políticas de crédito e de gestão de risco.

II. DESTAQUES

O ano de 2019 foi o ano da aquisição do controle da Grão de Ouro Agronegócios, pelo qual a Agro Advance adquiriu 60% da participação acionária, em 9 de janeiro de 2019.

A receita líquida atingiu R\$ 271,6 milhões em 2019, principalmente com a abertura de 3 novas lojas e crescimento das lojas em fase de maturação (entre 2 e 4 anos), antes da aquisição do controle, em 2018, a receita líquida foi de R\$ 238,2 milhões (não auditado).




¹ Se refere ao EBITDA ajustado, conforme reconciliação no item V).

Em 2019, o EBITDA ajustado chegou em R\$ 31,2 milhões, isso afetado diretamente pela receita e boa margem bruta (lucro bruto) principalmente com um bom equilíbrio do mix de portfólio.

Realizamos grande volume de investimento com a abertura de 3 novas filiais em 2019, que irão dar sustentabilidade no crescimento em áreas de atuação e de expansão.

III. ANÁLISE DO DESEMPENHO OPERACIONAL

a) Dados operacionais

	2019	2018
 Lojas (# Unidades)	12	09
 Colaboradores (# pessoas)	261	170
 Vendedores (# pessoas)	101	78

b) Nossas filiais



IV. SUSTENTABILIDADE

Gestão de resíduos:

Em todas as nossas unidades temos, parcerias / associação com empresas para o recolhimento e armazenagem corretas das embalagens vazias, dando assim, condições ao produtor rural na correta destinação dos materiais.

Produtos biológicos:

Temos fortemente estimulado a venda de produtos biológicos e ambientalmente sustentáveis no mercado e em toda a cadeia de produção.

Monitoramento das áreas de plantio:

Em nosso processo de aprovação de crédito e liberação de faturamento aos produtores rurais, executamos procedimentos para garantir que não haja:

- Uso de trabalho escravo ou infantil;
- Plantio em áreas embargadas pelos órgãos de controle ambiental; e
- Áreas sem a devida devolução das embalagens.

Colaboradores:

Com aproximadamente 261 funcionários, espalhados pelo Sudeste do Brasil. Nossos colaboradores carregam o *mindset* da Companhia e são nosso maior ponto de contato com nossos clientes nas lojas físicas. A Companhia possui boas práticas adotadas nos últimos anos em diversos programas da área de operações, tais como: manuais operacionais de loja, treinamentos, programa de excelência de vendas, plataforma online interna de divulgação de comunicados, vídeos de treinamentos, competições e etc.

Realizamos anualmente treinamentos voltados aos nossos colaboradores, para capacitação técnica, melhorias operacionais e excelência na prestação de serviços, focando as equipes comerciais e aos nossos clientes, nossos “dia-de-campo”, que em resumo demonstram através de palestra técnicas e demonstração de campos lado-a-lado novas tecnologias, soluções e argumentação técnica.

V. DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

Resumo Resultado Anual <i>Em milhares de R\$</i>	Consolidado 2019
Receita líquida	271.610
(-) Custo das mercadorias vendidas	(197.388)
Lucro bruto	74.222
<i>% receita líquida</i>	<i>27,3%</i>
(-) despesas de vendas	(24.917)
(-) despesas administrativas	(24.102)
(-) outras receitas e despesas operacionais	(13)
Lucro antes do resultado financeiro (a)	25.190
<i>% receita líquida</i>	<i>9,3%</i>
(-) Resultado financeiro	(4.753)
(-) Imposto de renda e contribuição social	(7.229)
(=) Lucro líquido	13.208
<i>% receita líquida</i>	<i>4,9%</i>
(+) Depreciação e amortização (b)	<u>5.801</u>
EBITDA Contábil (a) + (b)	30.991
<i>% receita líquida</i>	<i>11,4%</i>
(-) IFRS 16 imóveis	(686)
(+/-) Variação cambial operacional	934
EBITDA Ajustado	31.239
Margem EBITDA Ajustado	11,5%

O exercício de 2019 foi marcado por resultados positivos, a Receita Líquida chegou ao patamar de R\$ 271,6 milhões e o Lucro Bruto atingiu 27,3% sobre a receita líquida. O lucro líquido de 2019 fechou em R\$ 13,2 milhões. O EBITDA ajustado² fechou o ano de 2019 em R\$ 31,2 milhões, principalmente pelo faturamento com abertura de novas lojas e crescimento em lojas em maturação, melhoria de margem bruta (lucro bruto), mesmo com um nível alto de despesas, principalmente pelas novas estruturas nas filiais (novas filiais), o qual parte é variável, principalmente despesas de vendas, em relação a receita.

Receita Líquida

A receita líquida com venda de insumos agrícolas atingiu R\$ 271,6 milhões. Este forte crescimento da receita está ligado diretamente a abertura de novas filiais e maturação de filiais abertas nos últimos 2 anos. Se considerarmos o faturamento de 2018 (não auditado), antes da aquisição, o crescimento seria em torno de 14%.

Margem Bruta (lucro bruto)

A Margem Bruta atingiu o patamar de 27,3%. O desafio de melhoria de margem, demonstra que o portfólio, estratégia com fornecedores e equilíbrio na venda do mix ideal ao produtor, estão adequados para garantir o crescimento esperado.

SG&A – Despesas com Vendas, Administrativas e Gerais

As despesas de vendas, administrativas e gerais atingiram o patamar de 18,0% da receita líquida do exercício. Esse valor está em linha com a com a expansão e abertura de 03 novas lojas, reestruturação de *backoffice* administrativo e comercial, aumento das equipes de vendas e implantação através de consultorias de melhoria de governança.

EBITDA Ajustado²

O EBITDA ajustado da operação foi de R\$ 31,2 milhões em 2019, chegando ao patamar de 11,4 % sobre a receita líquida.

O percentual gerado de EBITDA demonstra que a estratégia de expansão, aumento de *Market share* nas áreas de atuação, as reestruturações nas estruturas para suportar o crescimento e melhorar a governança estão trazendo os resultados.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro (despesa líquida) no período foi de R\$ 4,8 milhões, sendo principalmente por: juros sobre empréstimos e financiamentos em R\$ 8,6 milhões; parcialmente compensada por juros sobre clientes R\$ 3,8 milhões.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios que representa 5% do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal de 5%, de acordo com as demonstrações financeiras. A proposta de distribuição do resultado deverá ser aprovada em Assembleia Geral.

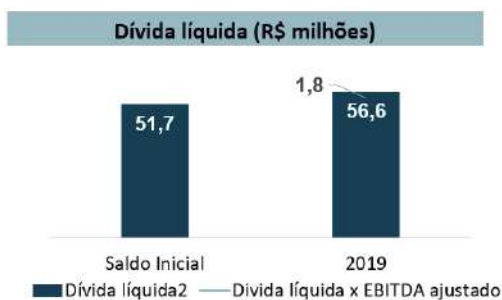
² EBITDA ajustado desconsidera os ganhos ou perdas com variação no valor justo de commodities, adiciona a variação cambial operacional quando referente a proteção da receita ou do custo dos produtos liquidados e as contraprestações pagas de arrendamento de imóveis (CPC 06(R2)/IFRS16) considerando como despesa.

Investimentos

Os investimentos operacionais somaram R\$ 4,3 milhões, assim distribuídos: (i) R\$ 2,7 milhões em veículos, (ii) R\$ 0,1 milhão em máquinas e equipamentos, (ii) R\$ 0,2 milhão em benfeitoria em imóveis de terceiros, (iii) R\$ 0,4 milhão em equipamentos de informática; (iv) R\$ 0,5 milhão em outros imobilizados; e (v) R\$ 0,3 milhão em intangível.

Geração Operacional de Caixa e Endividamento

A geração operacional de caixa em 2019 foi negativa em R\$ 33,3 milhões, o principal efeito para essa aplicação de recursos foi para o aumento do contas a receber como forma de suportar o grande volume de vendas em 2019, auxiliando o produtor rural no financiamento da safra.



A dívida líquida ajustada³ em 2019 fechou o ano em 1,8 vezes o EBITDA ajustado totalizando R\$ 56,6 milhões, comparado com o saldo inicial, que apresentou uma dívida líquida ajustada de 51,7 milhões, um aumento de R\$ 4,9 milhão. Resultado da aceleração do crescimento das vendas, que demandaram novas linhas de financiamento e empréstimos. O aporte de capital ajudou a equalizar a dívida líquida, tomada com o intuito de suportar os novos investimentos em abertura de pontos de vendas.

Inadimplência

Os títulos vencidos acima de 365 dias totalizaram o montante de R\$ 5,3 milhões no período, dos quais há provisão para perda na sua totalidade. Esses títulos vencidos referem-se principalmente a títulos em renegociação que tem garantia real. Dado a sazonalidade dos nossos clientes com a principal cultura de café terem um ciclo a cada ano, as renegociações tendem a ter um prazo para quitação no mínimo acima de um ano.

Hedge moeda estrangeira e de commodities agrícolas

A Companhia realiza operações em moeda estrangeira e com commodities agrícolas, principalmente com venda de grãos e em operações de empréstimos para capital de giro. Essas operações, conforme a política interna, são protegidas contra tais variações, através de contratação de operações de NDF (Non Deliverable Forward), Swap cambial, Termo, barter (troca de insumos por grãos através de head natural). As posições em aberto em 31 de dezembro de 2019 reconhecidas ao valor justo eram: a) contratos a termo – commodities (líquido ativo e passivo) perda de R\$ 0,1 milhão (ganho de R\$ 0,8 milhão em 2018); b) perda em contratos cambiais R\$ 0,2 milhão.

³ Dívida líquida ajustada considera os valores de empréstimos e financiamento (circulante e não circulante), obrigações com cessão de crédito e/ou títulos securitizados, obrigações com arrendamento de veículos (leasing bancário ou com locadoras de veículos), deduzindo caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores	4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	5
2.3 - Outras Informações Relevantes	6

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	7
3.2 - Medições Não Contábeis	8
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	15
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	16
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	19
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	20
3.7 - Nível de Endividamento	21
3.8 - Obrigações	22
3.9 - Outras Informações Relevantes	23

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	29
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	66
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	71
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	80
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	82
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	83
4.7 - Outras Contingências Relevantes	85

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	88
5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos	
5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	89
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	97
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	99
5.4 - Programa de Integridade	102
5.5 - Alterações significativas	104
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	105
6. Histórico do Emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	106
6.3 - Breve Histórico	107
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	109
6.6 - Outras Informações Relevantes	110
7. Atividades do Emissor	
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	111
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	123
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	124
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	125
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	139
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	140
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	153
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	154
7.8 - Políticas Socioambientais	155
7.9 - Outras Informações Relevantes	156
8. Negócios Extraordinários	
8.1 - Negócios Extraordinários	157
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	158

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	159
8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	160
9. Ativos Relevantes	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	161
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	162
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	163
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	180
9.2 - Outras Informações Relevantes	181
10. Comentários Dos Diretores	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	182
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	224
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	228
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	230
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	235
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	239
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	240
10.8 - Plano de Negócios	241
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	243
11. Projeções	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	251
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	252
12. Assembléia E Administração	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	253
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	261
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	265
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	268

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	269
12.7/8 - Composição Dos Comitês	275
12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	279
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	280
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	282
12.12 - Outras informações relevantes	284
13. Remuneração Dos Administradores	
13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	287
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	292
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	296
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	298
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	301
13.6 - Opções em Aberto	302
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	303
13.8 - Precificação Das Ações/opções	304
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	305
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	306
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	307
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	308
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	309
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	310
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	311
13.16 - Outras Informações Relevantes	312
14. Recursos Humanos	
14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	313

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	314
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	315
14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	317
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	318
15. Controle E Grupo Econômico	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	319
15.3 - Distribuição de Capital	328
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	329
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	330
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	332
15.7 - Principais Operações Societárias	333
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	337
16. Transações Partes Relacionadas	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	338
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	340
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	373
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	375
17. Capital Social	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	376
17.2 - Aumentos do Capital Social	377
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	379
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	380
17.5 - Outras Informações Relevantes	381
18. Valores Mobiliários	
18.1 - Direitos Das Ações	382

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	383
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	384
18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	385
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	386
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	387
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	388
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	389
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	390
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	391
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	392
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	393
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	394
19. Planos de Recompra/tesouraria	
19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	395
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	396
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	397
20. Política de Negociação	
20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	398
20.2 - Outras Informações Relevantes	399
21. Política de Divulgação	
21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	400
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	401
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	403
21.4 - Outras Informações Relevantes	404

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Welles Clóvis Pascoal

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

José Maurício Mora Puliti

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

Eu, Welles Clóvis Pascoal, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da cédula de identidade nº M.1.160.572, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 263.295.496-72, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, na qualidade de Diretor Presidente do **AgroGalaxy Participações S.A.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, inscrita no CNPJ/ME sob nº 21.240.146/0001-84 ("Companhia") declaro que: (i) revi todas as informações contidas no Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e (iii) o conjunto das informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



WELLES CLÓVIS PASCOAL
Diretor Presidente

1.2 – Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Eu, José Maurício Mora Puliti, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 19.388.6157, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 246.535.668-28, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores do **AgroGalaxy Participações S.A.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, inscrita no CNPJ/ME sob nº 21.240.146/0001-84 ("Companhia") declaro que: (i) revi todas as informações contidas no Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e (iii) o conjunto das informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



JOSÉ MAURÍCIO MORA PULITI
Diretor de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

1.3 – Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

Não aplicável. Declarações do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores já se encontram descritas nos itens 1.1. e 1.2 acima.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0012-83
Data início	02/04/2018
Descrição do serviço contratado	Exercício de 2020: (i) Auditoria das demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social a findar em 31 de dezembro de 2020 e ao período de dez meses encerrado em 31/10/2020 e revisão trimestral dos trimestres encerrados em 31/03/2020, 30/06/2020 e 30/09/2020; (ii) Trabalho de Asseguração sobre a compilação de informações financeiras pro forma em 31/10/2020; e (iii) Serviço de auditoria para a emissão de carta conforto em conexão com a Oferta Pública Inicial de ações da Companhia. Exercício de 2019, 2018 e 2017: (i) Auditoria das demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017. Em 31 de outubro de 2020, os valores pagos aos auditores independentes totalizavam R\$ 5.376 mil, compostos por (i) R\$ 3.359 mil referentes a serviços de auditoria das demonstrações financeiras, (ii) R\$ 578 mil relacionados a outros serviços de auditoria, tais como, serviços de conformidade tributária, asseguração, dentre outros serviços de suporte aos trabalhos de auditoria e (iii) R\$ 1.600 mil referentes a emissão de carta conforto em conexão com a oferta pública inicial de ações da Companhia. Não aplicável. Não aplicável.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	
Justificativa da substituição	
Razão apresentada pelo auditor em caso de discordância da justificativa do emissor	
Nome responsável técnico	
DATA_INICIO_ATUACAO	01/01/2017
CPF	268.316.798-97
Endereço	Av. Antônio Diederichsen, 400, 21º e 22º, Jardim América, São Paulo, SP, Brasil, CEP 14020-250, Telefone (16) 351666000, e-mail: luis.maranha@pwc.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 – Outras informações relevantes

Para a contratação de qualquer serviço dos auditores independentes, é feita uma análise interna para avaliar a natureza dos trabalhos e possíveis impactos que possam afetar os trabalhos de auditoria. Da mesma forma, os próprios auditores são obrigados a avaliar as questões de independência, conflito de interesse e objetividade, entre outros fatores que possam inviabilizar a aceitação dos trabalhos a serem prestados, de acordo com as normas aplicáveis.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (31/10/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	937.022.000,00	262.970.000,00	183.975.400,00	171.051.000,00
Ativo Total	3.711.845.100,00	1.414.201.000,00	1.058.863.000,00	1.053.237.800,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.710.545.000,00	1.443.693.000,00	1.052.915.000,00	1.047.790.000,00
Resultado Bruto	217.840.000,00	163.791.000,00	113.888.000,00	111.385.000,00
Resultado Líquido	-22.130.000,00	24.454.000,00	-1.562.000,00	19.967.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	691.642.618	181.027.330	157.544.523	112.042.999
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	1,354778	1,452654	1,167768	1,526655
Resultado Básico por Ação	-0,060000	0,093673	-0,019097	0,095482
Resultado Diluído por Ação	-0,06	0,09	-0,02	0,10

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 – Medições não contábeis

Consistente com práticas de mercado, a Companhia divulga medidas não contábeis que não consistem em medidas de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). A administração acredita que a apresentação dessas medidas fornece informações úteis para investidores terem melhor entendimento da performance operacional e resultados financeiros da Companhia. Entretanto, estas medidas não contábeis não têm significados e metodologias padronizados e podem não ser diretamente comparáveis com métricas de nome igual ou similar publicadas por outras Companhias devido a diferentes metodologias de cálculo ou devido a itens que podem ser objeto de interpretação. Ainda que as medidas não contábeis sejam usadas frequentemente por investidores no mercado e pela Administração para análise de sua posição financeira e operacional, potenciais investidores não devem basear sua decisão de investimento nessas informações como um substituto para as medidas contábeis ou como indicativo de resultados futuros.

Reestruturação societária da Companhia – Combinação de negócios

Em 30 de outubro de 2020, foi aprovada a combinação dos negócios das Companhias: Agro Trends Participações S.A. (“Agro Trends”), Agro Key Participações S.A. (“Agro Key”) e da Agro Advance Participações S.A. (“Agro Advance”) através da incorporação societária pela Agro Trends das companhias Agro Key e Agro Advance. Esta reestruturação ocorreu com a troca de ações, por valores negociados entre as partes, em uma operação entre companhias que não possuem controle comum e que, portanto, representa uma combinação de negócios sob o escopo do CPC 15 (R1) / IFRS 3 Combinação de negócios, apresentada considerando o método de aquisição. Como parte da avaliação da Administração nesse contexto, a companhia Agro Key foi considerada como a adquirente contábil (apesar de ser a empresa incorporada legalmente) e a Agro Trends, assim como a Agro Advance, foram consideradas como as adquiridas, (apesar de a Agro Trends ser incorporadora e a entidade sobrevivente legal), configurando uma situação de aquisição reversa. As informações financeiras consolidadas, incluindo a alocação do preço de aquisição, são baseadas em estimativas do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos das adquiridas contábil (Agro Trends e Agro Advance), informações disponíveis nesta data e premissas efetuadas pela Administração da Companhia. No mesmo ato societário ocorreu a alteração da razão social da Agro Trends passando a se chamar AgroGalaxy Participações S.A., atual razão social da Companhia.

Dessa forma as demonstrações aqui apresentadas refletem as informações históricas da AgroTrends (antiga razão social da AgroGalaxy), conforme demonstrações financeiras auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, além do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e 2019, e da incorporação reversa da AgroKey (incorporadora reversa da AgroTrends), sociedade que incorporou e apresenta os resultados do período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020 e 2019., visto que a operação ocorreu em 30 de outubro de 2020.

Adicionalmente as medições não contábeis pro forma estão apresentadas na seção 3.9, deste formulário de referência.



3.2 - Medições Não Contábeis

a) Informar o valor das medições não contábeis.

A Companhia divulgou informações de medições não contábeis para os últimos 3 exercícios e para os períodos de dez meses findos em 31 de outubro de 2020 e 2019.

(Em milhões de Reais)	Período de dez meses findo em		Exercício encerrado em		
	31/10/2020	31/10/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida	1.710,5	1.242,0	1.443,7	1.052,9	1.047,8
EBITDA	90,2	98,5	74,9	25,8	47,9
Margem EBITDA	5,3%	7,9%	5,2%	2,4%	4,6%
EBITDA Ajustado	64,9	57,6	74,7	37,4	51,4
Margem EBITDA Ajustado	3,8%	4,6%	5,2%	3,6%	4,9%
Dívida Líquida Ajustada	768,6	248,8	288,0	336,4	200,1
Dívida líquida ajustada (*) / EBITDA ajustado	11,9 x	4,3 x	3,9 x	9,0 x	3,9 x

(*) Conforme divulgado no item 15.7 deste Formulário de Referência e nas informações intermediárias de 31 de outubro de 2020, dado a nova estrutura societária, para melhor entendimento da dívida líquida ajustada sobre o EBITDA ajustado, avaliar a seção 3.9 deste Formulário de Referência, consideramos os valores do EBITDA pro forma que é a soma simples dos EBITDAs das três companhias, visto que, a dívida líquida ajustada, já consolidada em 31 de outubro de 2020 com a combinação de negócio, conforme seção 3.9 deste Formulário de Referência

EBITDA E MARGEM EBITDA

O EBITDA (Earning before interest, taxes depreciation and amortization) ou LAJIDA (Lucro antes de juros, impostos depreciação e amortização) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada ("Instrução CVM 527"), conciliada com suas demonstrações financeiras. Esta medição consiste no lucro líquido antes do resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

Não obstante o EBITDA possuir um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução da CVM 527, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, o EBITDA e a Margem EBITDA divulgados pela Companhia podem não ser comparáveis ao EBITDA e Margem EBITDA preparados por outras sociedades.

EBITDA AJUSTADO E MARGEM EBITDA AJUSTADO

Para melhor compreensão da situação financeira da Companhia, se faz necessário o uso de um EBITDA "ajustado", o qual desconsidera os ganhos ou perdas com variação no valor justo de commodities, adiciona a variação cambial operações de hedge realizadas quando referente a proteção da receita ou do custo dos produtos, adiciona as contraprestações pagas de arrendamento de imóveis (CPC 06(R2)/IFRS16) e receita e/ou despesas não usuais (exemplo crédito extemporâneo, consultoria de reestruturação, despesas compartilhadas / fees de consultoria e gastos com M&A / oferta pública, pagamento baseado em ações de controlada).

O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

A margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida. A margem EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

3.2 - Medições Não Contábeis

A Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado

divulgados pela Companhia podem não ser comparáveis ao EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado preparados por outras sociedades.

DÍVIDA LÍQUIDA AJUSTADA E DÍVIDA LÍQUIDA AJUSTADA / EBITDA AJUSTADO

A dívida líquida ajustada não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS e possui a finalidade de demonstrar qual o valor da dívida líquida "ajustada" ao final de cada período da Companhia, mesmo sendo base de divulgação em nota explicativa. A dívida líquida ajustada considera os valores de empréstimos e financiamento (circulante e não circulante), debêntures, obrigações com cessão de crédito e/ou títulos securitizados (CRA), obrigações com arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos (leasing bancário ou com locadoras de veículos), deduzindo caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

A relação da Dívida Líquida ajustada / EBITDA ajustado demonstra o número de vezes que a dívida líquida ajustada representa pela geração do EBITDA ajustado.

Dívida Líquida ajustada / EBITDA ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

INDICADORES DE LIQUIDEZ

A liquidez corrente, geral e seca não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS e possui a finalidade de avaliar a capacidade de pagamento da Companhia frente as suas obrigações. Os indicadores de liquidez corrente, geral e seca são indicadores que são calculados através de uma razão entre o ativos e passivos, apresentados nos Balanços patrimoniais. Estes índices não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais. Segue abaixo os índices de liquidez nos períodos:

<i>Indicadores de Liquidez (Em milhões de Reais)</i>	31/10/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Liquidez Corrente (Ativo circulante/Passivo circulante)	1,0 x	1,1 x	1,2 x	1,1 x
Liquidez Geral (Ativo Total/Passivo Total)	1,3 x	1,3 x	1,2 x	1,2 x
Liquidez Seca (Ativo Circulante - Estoques /Passivo Circulante)	0,7 x	0,7 x	0,9 x	0,7 x

3.2 - Medições Não Contábeis

b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas.

EBITDA E MARGEM EBITDA / EBITDA AJUSTADO E MARGEM EBITDA AJUSTADO

EBITDA ajustado (Em milhões de Reais)	Período de dez meses findo em		Exercício encerrado em		
	31/10/2020	31/10/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Lucro (prejuízo) líquido do período	(22,1)	17,7	24,5	(1,6)	19,9
(+) Depreciação e amortização	23,3	21,1	11,2	4,9	4,8
(+) Resultado financeiro líquido	97,9	51,8	28,3	21,6	12,3
(+) Imposto de renda e contribuição social	(8,9)	7,9	10,9	0,9	10,9
EBITDA	90,2	98,5	74,9	25,8	47,9
(-) Variação valor justo commodities ⁽¹⁾	49,7	(23,0)			
(-) CPC 06(R2)/IFRS 16 imóveis ⁽²⁾	(16,4)	(14,7)	(4,6)		
(-) Variação cambial operacional liquidadada ⁽³⁾	(68,0)	(0,3)			
(+/-) (Receita) e despesas não usuais ⁽⁴⁾	9,3	(2,9)	4,4	11,6	3,5
EBITDA Ajustado	64,9	57,5	74,7	37,4	51,4

- (1) Variação do valor justo das commodities, classificado como receita ou custo operacional, porém que não houve a efetiva venda ou compra dos estoques.
- (2) O impacto do CPC06(R2)/IFRS16 se refere aos pagamentos de aluguéis de imóveis (lojas, silos, sede administrativas, e áreas de armazenamento de produtos), que, a partir da adoção inicial em 2019, deixaram de ser contabilizados como despesa operacional na forma de aluguel e passaram a compor o resultado através da depreciação/amortização do direito ao uso e pela despesa financeira de juros apropriados ao longo do prazo do contrato.
- (3) Variação cambial refere-se a valores liquidados que encontram-se classificados no resultado financeiro e tem como origem ganho ou perda operacional.
- (4) Receita e/ou despesas consideradas de natureza não usuais ou eventuais relacionadas como crédito extemporâneo, consultoria de reestruturação, despesas compartilhadas/fees de consultoria e gastos com M&A / oferta pública, pagamento em ações de controladas.

Abaixo relacionamos os principais itens das receitas e despesas não usuais:

(Receitas) e despesas não usuais (Em milhões de Reais)	Período de dez meses findo em		Exercício encerrado em		
	31/10/2020	31/10/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Despesas Compartilhadas ⁽¹⁾	4,4	1,3	2,1	0,9	
Crédito extemporâneo ⁽²⁾	(2,3)	(6,4)			
Venda de bens ⁽³⁾	(2,7)	(0,8)	(0,1)	1,2	
Contingências pagas ⁽⁴⁾			1,8	8,2	3,4
Stock option e phantom (controladas) ⁽⁵⁾	4,3				
Serviços de consultoria para atividades não usuais ⁽⁶⁾	5,6	3,0	0,6	1,4	
(Receitas) Despesas não usuais	9,3	(2,9)	4,4	11,6	3,4

- (1) despesas compartilhadas entre empresas fora do grupo, gastos com IPO, M&A e fee de sucesso em créditos tributários e advogados, o quais tem natureza não recorrente para a continuidade da operação.
- (2) créditos extemporâneos levantados com auxílio de assessores os quais tem natureza não recorrente.
- (3) ganho ou perda com alienação de bens (imobilizado e investimentos).
- (4) valores pagos de contingências de anos anteriores que não tem natureza recorrente e o qual, a Administração, entende que já foram sanadas.
- (5) Programa de pagamento baseado em ações em controladas que não tem natureza recorrente.
- (6) serviços prestados por consultorias para reestruturação e assessoramento de atividades operacionais, comerciais e backoffice, os quais encontram-se concluídos ou em fase final de conclusão.

3.2 - Medições Não Contábeis

DÍVIDA LÍQUIDA AJUSTADA

A dívida líquida ajustada considera os valores de empréstimos e financiamento (circulante e não circulante), debêntures, obrigações com cessão de crédito e/ou títulos securitizados (CRA), passivo de arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos (leasing bancário ou com locadoras de veículos), deduzindo caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, não são considerados na dívida líquida passivos de arrendamento de imóveis, o qual já encontra-se deduzido as parcelas do EBITDA ajustado]. A seguir apresentamos os saldos em 31 de outubro de 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

Dívida líquida ajustada (Em milhões de Reais)	Período de dez meses findo em		Exercício encerrado em		
	31/10/20	31/10/19	31/12/19	31/12/18	31/12/17
(+) Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	795,8	263,1	263,8	256,9	147,8
(+) Debêntures	-	-	-	27,4	-
(-) Caixa e equivalente de caixa	(110,6)	(18,7)	(118,9)	(80,7)	(69,9)
(-) Aplicações financeiras	(25,8)	-	(6,0)	-	-
Dívida líquida	659,4	244,4	138,9	203,6	77,9
(+) Obrigações por cessão de crédito - CRA ⁽¹⁾	146,8	9,5	189,4	141,3	140,0
(+) Passivo de arrendamento veículos/outros ⁽²⁾	13,9	-	-	-	-
(-) Títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾	(514,5)	(5,1)	(40,3)	(8,5)	(17,8)
Dívida líquida ajustada	768,64	248,8	288,0	336,4	200,2
Dívida líquida ajustada / EBITDA ajustado ⁽³⁾	11,9 x	4,3 x	3,9 x	9,0 x	3,9 x

(1) Obrigações com título securitizados CRA - Certificados de Recebíveis do Agronegócio são classificadas como dívida no Passivo circulante e referem-se a operações de títulos de clientes colocados no mercado para financiar o produtor rural. Bem como há a obrigação do passivo quando da emissão do títulos do CRA a Companhia adquiriu títulos e valores mobiliários, classificados no ativo não circulante, como cotas subordinadas que suportará possível títulos não quitados da obrigação registrada no passivo, desta forma, está demonstrando as duas pontas, ativa e passiva.

(2) O passivo de arrendamento é mensurado pelos contratos que asseguram o direito de uso de veículos, máquinas e equipamentos conforme CPC 06 /- IFRS 16.

(3) A relação da Dívida líquida ajustada / EBITDA ajustado demonstra o número de vezes que a dívida líquida ajustada representa pela geração do EBITDA ajustado.

INDICADORES DE LIQUIDEZ

Indicadores de Liquidez (Em milhões de Reais)	31/10/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante	2.702,4	1.055,3	885,5	889,2
Passivo circulante	2.623,0	956,0	760,9	838,8
Liquidez Corrente	1,0 x	1,1 x	1,2 x	1,1 x
(Ativo circulante/Passivo circulante)				
Ativo circulante	2.702,4	1.055,3	885,5	889,2
Ativo não circulante	1.009,5	332,4	173,4	164,0
Passivo circulante	2.623,0	956,0	760,9	838,8
Passivo não circulante	151,9	111,9	114,0	43,4
Liquidez Geral	1,3 x	1,3 x	1,2 x	1,2 x
(Ativo Total/Passivo Total)				
Ativo circulante	2.702,4	1.055,3	885,5	889,2
Estoque	989,5	411,0	212,5	304,7
Passivo circulante	2.623,0	956,0	760,9	838,8
Liquidez Seca	0,7 x	0,7 x	0,9 x	0,7 x

(Ativo Circulante - Estoques /Passivo Circulante)

3.2 - Medições Não Contábeis

- c) ***Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.***

A Companhia utiliza tais medições, como EBITDA Ajustado, Dívida Líquida ajustada, resultado da divisão da Dívida Líquida ajustada pelo EBITDA ajustado e os índices de liquidez corrente e geral, por entender que elas representam as métricas usualmente utilizadas no mercado brasileiro e por investidores em geral para diagnosticar e analisar as operações da Companhia. Além disso, utiliza tais métricas para guiar as ações da Administração da Companhia com o intuito de maximizar a sua performance financeira e operacional, bem como, a lucratividade da participação dos acionistas da Companhia.

EBITDA E MARGEM EBITDA

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Neste sentido o EBITDA possui um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução da CVM 527 e a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, o EBITDA e a Margem EBITDA divulgados pela Companhia podem não ser comparáveis ao EBITDA e Margem EBITDA preparados por outras sociedades.

EBITDA AJUSTADO E MARGEM EBITDA AJUSTADA

A Companhia entende que se faz necessário o uso de um EBITDA “ajustado”, mesmo sendo uma medida não contábil que mais se aproxima da geração de caixa operacional, utilizado para medir e avaliar a capacidade operacional. Os ajustes ao EBITDA desconsideram os ganhos ou perdas com variação no valor justo de commodities, adiciona a variação cambial operações de hedge realizadas quando referente a proteção da receita ou do custo dos produtos adiciona as contraprestações pagas de arrendamento de imóveis (CPC 06(R2)/IFRS16) e receitas e/ou despesas não usuais (exemplo crédito extemporâneo, consultoria de reestruturação, despesas compartilhadas / fees de consultoria e gastos com M&A / oferta pública, pagamento baseado em ações de controlada), que tem natureza pontual e itens que não impactam o caixa, onde a Margem EBITDA ajustada é calculada na razão do EBITDA Ajustado sobre a receita operacional.

DÍVIDA LÍQUIDA AJUSTADA

A Companhia entende que a dívida líquida ajustada é o montante da dívida que mais se aproxima da realidade da Companhia, uma vez que considera toda a dívida bruta bancária, além da adição do financiamento via cessão de recebíveis (CRA), deduzido de todos os ativos de caixa e equivalente e das aplicações e títulos atrelados a dívida bruta bancária e cessão de recebíveis, adicionalmente aos valores de passivo de arrendamento com característica igual a de financiamento de leasing, para veículos, máquinas e outros.

Apesar de ser uma medida não contábil, este índice é comumente utilizado pelo mercado financeiro e de capitais, permitindo a comparação com negócios semelhantes da Companhia.

DÍVIDA LÍQUIDA AJUSTADA SOBRE EBITDA AJUSTADO

A Companhia utiliza-se deste índice para auferir quanto tempo sua geração operacional de caixa levaria para realizar os pagamentos de sua dívida líquida.

Apesar de ser uma medida não contábil, este índice é comumente utilizado pelo mercado financeiro e de capitais, permitindo a comparação com negócios semelhantes da Companhia.

3.2 - Medições Não Contábeis

LIQUIDEZ GERAL

A Companhia entende que este índice leva em consideração a sua posição em um horizonte de curto, médio e longo prazo, refletindo se a Companhia está ganhando ou perdendo liquidez nos últimos anos, auxiliando assim na tomada de decisões mais assertivas para projetos futuros, inclusive no referente a financiamentos.

LIQUIDEZ CORRENTE

A Companhia entende que este índice avalia a capacidade de cumprir com as suas obrigações de curto prazo, representando a saúde do caixa.

LIQUIDEZ SECA

Esse indicador é calculado pelo ativo circulante, deduzido dos estoques e dividido pelo passivo circulante. Esse indicador considera a liquidez imediata da Companhia, deduzindo os estoques disponíveis.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 – Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Conforme descrito nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de outubro de 2020, em 9 de outubro de 2020, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças visando a aquisição de 100% (cem por cento) do capital social da Boa Vista Comércio de Produtos Agropecuários Ltda. (“Boa Vista”), a qual opera na revenda de insumos agrícolas no estado do Mato Grosso do Sul, atualmente com 6 lojas.

O fechamento da aquisição da Boa Vista está condicionado ao cumprimento de condições precedentes, dentre as quais a conclusão satisfatória da auditoria. Caso concluída, parte da aquisição será feita em dinheiro, com recursos da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia, e parte por meio da incorporação da Boa Vista, de forma que o seu atual sócio será detentor de uma participação de 2,4% do capital social da Companhia (antes dos efeitos da diluição da oferta pública inicial de ações da Companhia) e os demais acionistas terão suas participações diluídas.

Eventos Recentes:

Em 10 de fevereiro de 2021, a Companhia deliberou sobre o aumento de capital, em decorrência do exercício das opções de compra de ações outorgadas no âmbito do Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações do Plano de Opção de Compra de Ações e de Incentivo Atrelado a Ações da Companhia aprovado em 18 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 36.797.326,99 correspondentes a 3.640.399 opções de compra de ações. Com esse aumento de capital, o capital social da Companhia passou dos atuais R\$ 426.046.141,78 para R\$ 462.783.468,77.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4 – Política de destinação dos resultados

Período	2019	2018	2017
(a) Regras sobre retenção de lucros	<p>Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar, por maioria simples, a destinação do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Companhia.</p> <p>De acordo com o Estatuto Social da Companhia, (que é parte integrante do presente Relatório Anual) será destinado, antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, até o limite máximo previsto na Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Adicionalmente, conforme previsto no artigo 196 da Lei das S.A., a Companhia poderá aprovar a proposta de sua Administração para reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado.</p> <p>Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, do lucro líquido no valor de R\$ 15.568 mil, realizamos as seguintes retenções: (i) R\$ 778 mil foram destinados à reserva legal; (ii) R\$ 740 mil foram destinados a dividendos mínimos obrigatórios; (iii) R\$ 14.050 mil foram destinados para constituição de reserva de retenção de lucros.</p> <p>Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>Reserva Legal: 5% Dividendos mínimos obrigatórios: 4,8% Reserva de retenção de lucros: 90,2%</p>	<p>Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar, por maioria simples, a destinação do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Companhia.</p> <p>De acordo com o Estatuto Social da Companhia, (que é parte integrante do presente Relatório Anual) será destinado, antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, até o limite máximo previsto na Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Adicionalmente, conforme previsto no artigo 196 da Lei das S.A., a Companhia poderá aprovar a proposta de sua Administração para reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado.</p> <p>Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, do prejuízo líquido no valor de R\$ 2.562 mil, realizamos as seguintes retenções: (i) R\$ 2.562 mil foram transferidos para absorção do prejuízo pela reserva de retenção de lucros.</p> <p>Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>Reserva de retenção de lucros: 100,0%</p>	<p>Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar, por maioria simples, a destinação do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Companhia.</p> <p>De acordo com o Estatuto Social da Companhia, (que é parte integrante do presente Relatório Anual) será destinado, antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, até o limite máximo previsto na Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Adicionalmente, conforme previsto no artigo 196 da Lei das S.A., a Companhia poderá aprovar a proposta de sua Administração para reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado.</p> <p>Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, do lucro líquido no valor de R\$ 10.456 mil, realizamos as seguintes retenções: (i) R\$ 523 mil foram destinados à reserva legal; (ii) R\$ 499 mil foram destinados a dividendos mínimos obrigatórios; (iii) R\$ 8.411 mil foram destinados para constituição de reserva de retenção de lucros.</p> <p>Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>Reserva Legal: 5% Dividendos mínimos obrigatórios: 4,8% Reserva de retenção de lucros: 77,6%</p>
(a ii) Percentuais em relação aos Lucros Totais Declarados			

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

Período	2019	2018	2017
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	<p>O Estatuto Social assegura a seus Acionistas o direito de receber dividendos em dinheiro, em um prazo de até 90 dias após o encerramento do exercício, em um valor de capital próprio não inferior a 5% (cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores. Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os dividendos somente serão distribuídos se a Companhia não estiver em situação de falência, não estiver com suspensão de pagamento de dívidas, não estiver com qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o Imposto sobre a Renda. A Lei das Sociedades por Ações autoriza que a Companhia pague dividendos a qualquer título, desde que não haja prejuízos acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal).</p> <p>Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o nosso lucro líquido no valor de R\$ 1.458.689,79 foi distribuído a todos os nossos acionistas em forma de dividendos.</p> <p>Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p>	<p>O Estatuto Social assegura a seus Acionistas o direito de receber dividendos em dinheiro, em um prazo de até 90 dias após o encerramento do exercício, em um valor de capital próprio não inferior a 5% (cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores. Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os dividendos somente serão distribuídos se a Companhia não estiver em situação de falência, não estiver com suspensão de pagamento de dívidas, não estiver com qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o Imposto sobre a Renda. A Lei das Sociedades por Ações autoriza que a Companhia pague dividendos a qualquer título, desde que não haja prejuízos acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal).</p> <p>Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o nosso prejuízo líquido no valor de R\$ 1.562.000,00 não foi distribuído a todos os nossos acionistas em forma de dividendos.</p> <p>Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p>	<p>O Estatuto Social assegura a seus Acionistas o direito de receber dividendos em dinheiro, em um prazo de até 90 dias após o encerramento do exercício, em um valor de capital próprio não inferior a 5% (cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores. Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os dividendos somente podem ser distribuídos se a Companhia não estiver em situação de falência, não estiver com suspensão de pagamento de dívidas, não estiver com qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o Imposto sobre a Renda. A Lei das Sociedades por Ações autoriza que a Companhia pague dividendos a qualquer título, desde que não haja prejuízos acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal).</p> <p>Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o nosso lucro líquido no valor de R\$ 1.458.689,79 foi distribuído a todos os nossos acionistas em forma de dividendos.</p> <p>Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p>
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>Annual – até 31 de dezembro do ano seguinte.</p>	<p>Annual – até 31 de dezembro do ano seguinte.</p>	<p>Annual – até 31 de dezembro do ano seguinte.</p>

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

Período	2019	2018	2017
(d) Restrições à distribuição de dividendos	<p>Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, 5% do lucro líquido deve ser destinado para a constituição da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social. De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve distribuir, em cada exercício social, dividendo não inferior a 5% do lucro líquido. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos aos acionistas em determinado exercício social, se seus administradores manifestarem, e a Assembleia Geral assim aprovar, que tal pagamento é desaconselhável diante de situação montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social da Companhia, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por Proposta de Ações, destinar o excesso a constituição de reserva de lucros a realizar. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os dividendos poderão ser reduzidos por deliberação unânime em Assembleia Geral.</p>	<p>Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, 5% do lucro líquido deve ser destinado para a constituição da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social. De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve distribuir, em cada exercício social, dividendo não inferior a 5% do lucro líquido. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos aos acionistas em determinado exercício social, se seus administradores manifestarem, e a Assembleia Geral assim aprovar, que tal pagamento é desaconselhável diante de situação montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social da Companhia, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por Proposta de Ações, destinar o excesso a constituição de reserva de lucros a realizar. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os dividendos poderão ser reduzidos por deliberação unânime em Assembleia Geral.</p>	<p>Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, 5% do lucro líquido deve ser destinado para a constituição da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social. De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve distribuir, em cada exercício social, dividendo não inferior a 5% do lucro líquido. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos aos acionistas em determinado exercício social, se seus administradores manifestarem, e a Assembleia Geral assim aprovar, que tal pagamento é desaconselhável diante de situação montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social da Companhia, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por Proposta de Ações, destinar o excesso a constituição de reserva de lucros a realizar. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os dividendos poderão ser reduzidos por deliberação unânime em Assembleia Geral.</p>
(e) Política de destinação do resultado formalmente aprovada	<p>Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação regida pelo Estatuto Social da Companhia e pela Lei das Sociedades por Ações.</p>		

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado	-22.130,00	14.790,00	-2.562,00	9.933,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	5,000000	0,000000	5,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	-2,400000	7,700000	-2,100000	8,900000
Dividendo distribuído total	0,00	740,00	0,00	497,00
Lucro líquido retido	-22.130,00	14.050,00	-2.562,00	9.436,00
Data da aprovação da retenção		30/10/2020	30/10/2020	01/08/2018

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária	0,00		740,00	0,00		497,00

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 – Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não aplicável, tendo em vista que nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, não houve distribuição de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/10/2020	2.774.822.000,00	Índice de Endividamento	2,96131685	
31/12/2019	1.151.231.000,00	Índice de Endividamento	4,37778976	

3.8 - Obrigações

Últ. Inf. Contábil (31/10/2020)									
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total		
Financiamento	Garantia Real		417.000,00	0,00	0,00	0,00	417.000,00		
Empréstimo	Garantia Real		162.378.865,00	0,00	0,00	0,00	162.378.865,00		
Financiamento	Quirografárias		19.449.599,00	0,00	0,00	0,00	19.449.599,00		
Títulos de dívida	Quirografárias		146.815.369,00	0,00	0,00	0,00	146.815.369,00		
Empréstimo	Quirografárias		613.581.414,00	0,00	0,00	0,00	613.581.414,00		
Total			942.642.247,00	0,00	0,00	0,00	942.642.247,00		

Observação

As informações desta tabela se baseiam nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas ao período de 10 meses findo em 31 de outubro de 2020 (preparada em conformidade com o CPC/IFRS). O montante total indicado corresponde à soma dos valores de: (i) empréstimos e financiamentos; e (ii) obrigações por cessão de crédito (CRA). Para fins da tabela acima, foram considerados os prazos de vencimento das respectivas obrigações da Companhia, por tipo.

Exercício social (31/12/2019)									
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total		
Financiamento	Garantia Real		445.000,00	225.000,00	0,00	0,00	670.000,00		
Empréstimo	Garantia Real		12.514.450,00	36.000.837,00	0,00	0,00	48.515.287,00		
Financiamento	Quirografárias		6.523.566,00	0,00	0,00	0,00	6.523.566,00		
Empréstimo	Quirografárias		185.946.984,00	22.181.163,00	0,00	0,00	208.128.147,00		
Títulos de dívida	Quirografárias		189.406.000,00	0,00	0,00	0,00	189.406.000,00		
Total			394.836.000,00	58.407.000,00	0,00	0,00	453.243.000,00		

Observação

As informações desta tabela se baseiam nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 (preparada em conformidade com o CPC/IFRS). O montante total indicado corresponde à soma dos valores de: (i) empréstimos e financiamentos; e (ii) obrigações por cessão de crédito (CRA). Para fins da tabela acima, foram considerados os prazos de vencimento das respectivas obrigações da Companhia, por tipo.

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 - Outras informações relevantes

Informações adicionais sobre contratos financeiros

Parte dos contratos de financiamento celebrados pela Companhia e/ou por suas controladas, bem como da documento de emissão dos valores mobiliários de dívida emitido por controlada da Companhia, possuem cláusulas que determinam o vencimento antecipado das parcelas em aberto, em caso de vencimento antecipado (*cross acceleration*) ou de descumprimento (*cross default*) de obrigações de outro contrato financeiro firmado com a mesma contraparte e/ou de qualquer contrato financeiro, observados os limites estabelecidos. Para mais informações sobre os contratos mencionados acima, veja o item 10.1 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, as controladas da Companhia realizaram uma operação de distribuição pública de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), emitida pela Vert Companhia Securitizadora e pela XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., lastreada em duplicatas emitidas pelas controladas da Companhia contra os clientes, em conformidade com a ICVM 476. Além desta emissão proprietária, as controladas da Companhia participaram de outras operações de CRA juntamente com fornecedores. O saldo destes montantes em 31 de outubro de 2020 é de R\$ 146.815 mil.

Informações de medições não financeiras adicionais ao item 3.2 deste Formulário de Referência

Reestruturação societária da Companhia – Combinação de negócios

Em 30 de outubro de 2020, foi aprovada a combinação dos negócios da Companhia, da Agro Key Participações S.A. (“Agro Key”) e da Agro Advance Participações S.A. (“Agro Advance”) através da incorporação societária dessas duas últimas companhias pela Companhia (“Transação”). Esta reestruturação ocorreu com a troca de ações, por valores negociados entre as partes, em uma operação entre companhias que não possuem controle comum e que, portanto, representa uma combinação de negócios sob o escopo do CPC 15 (R1)/ IFRS 3 Combinação de negócios, apresentada considerando o método de aquisição. Como parte da avaliação da Administração nesse contexto, a companhia Agro Key foi considerada como a adquirente contábil (apesar de ser a empresa incorporada legalmente) e a Companhia, assim como a Agro Advance, foram consideradas como as adquiridas, (apesar de a Companhia ser a incorporadora e a entidade sobrevivente legal), configurando uma situação de aquisição reversa. As informações financeiras consolidadas, incluindo a alocação do preço de aquisição, são baseadas em estimativas do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos das adquiridas contábil (Companhia e Agro Advance), informações disponíveis nesta data e premissas efetuadas pela Administração da Companhia.

Seguem abaixo as medições não contábeis com base nas informações pro forma preparadas em conformidade com a Instrução CVM 565, já demonstrando o resultado após a combinação de negócio.

a) Informar o valor das medições não contábeis – PRO FORMA

A Companhia divulgou informações de medições não contábeis para o resultado Pro Forma do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e para o período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020 e 2019.

Esses resultados pro forma consideraram a alocação da combinação de negócios e conseqüentemente todos os ajustes ao resultado da mesma forma, principalmente, quanto a amortização de mais valia do intangível e seus reflexos de impostos de renda e contribuição social diferidos, impactando no resultado como se a combinação de negócio tivesse ocorrida em 1º de janeiro de 2019.

3.9 - Outras Informações Relevantes

EBITDA E MARGEM EBITDA

Resumo Pro Forma (Em milhões de Reais)	Período de dez meses findo em		Exercício findo em 31/12/2019
	31/10/2020	31/10/2019	
Receita líquida Pro Forma	3.231,7	2.444,0	3.270,2
EBITDA Pro Forma	169,8	147,7	251,1
Margem EBITDA Pro Forma	5,3%	6,0%	7,7%
EBITDA Ajustado Pro Forma	145,6	105,7	196,4
Margem EBITDA Ajustado Pro Forma	4,5%	4,3%	6,0%
Dívida Líquida Ajustada Pro Forma	768,6	592,3	551,0
Dívida líquida ajustada Pro Forma / EBITDA ajustado Pro Forma	5,3 x	5,6 x	2,8 x

(*) Dívida líquida pro forma de 2019 é representada pela soma simples da dívida líquida das 3 sociedades envolvidas na combinação de negócios (Agro Trends, Agro Key e Agro Advance).

O EBITDA (*Earning before interest, taxes depreciation and amortization*) ou LAJIDA (*Lucro antes de juros, impostos depreciação e amortização*) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada ("Instrução CVM 527"), conciliada com suas demonstrações financeiras. Esta medição consiste no lucro líquido antes do resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

Não obstante o EBITDA possuir um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução da CVM 527, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, o EBITDA e a Margem EBITDA divulgados pela Companhia podem não ser comparáveis ao EBITDA e Margem EBITDA preparados por outras sociedades.

EBITDA AJUSTADO E MARGEM EBITDA AJUSTADO

Para melhor compreensão da situação financeira da Companhia, se faz necessário o uso de um EBITDA "ajustado", o qual desconsidera os ganhos ou perdas com variação no valor justo de commodities, adiciona a variação cambial operacional liquidadas quando referente a proteção da receita ou do custo dos produtos, adiciona as contraprestações pagas de arrendamento de imóveis (CPC 06(R2)/IFRS16) e receitas e/ou despesas não usuais (exemplo crédito extemporâneo, consultoria de reestruturação, despesas compartilhadas/fees de consultoria e gastos com M&A / oferta pública, pagamento baseado em ações de controlada). O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. A margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida.

A Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado divulgados pela Companhia podem não ser comparáveis ao EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado preparados por outras sociedades.

DÍVIDA LÍQUIDA AJUSTADA E DÍVIDA LÍQUIDA AJUSTADA / EBITDA AJUSTADO

A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS e possui a finalidade de demonstrar qual o valor da dívida líquida

3.9 - Outras Informações Relevantes

“ajustada” ao final de cada período da Companhia, mesmo sendo base de divulgação em nota explicativa. A dívida líquida “ajustada” o qual considera os valores de empréstimos e financiamento (circulante e não circulante), obrigações por cessão de crédito e/ou títulos securitizados (CRA), obrigações com arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos (leasing bancário ou com locadoras de veículos), deduzindo caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

A relação da Dívida Líquida ajustada / EBITDA ajustado demonstra o número de vezes que a dívida líquida ajustada representa pela geração do EBITDA ajustado.

b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas.

EBITDA E MARGEM EBITDA PRO FORMA / EBITDA AJUSTADO E MARGEM EBITDA AJUSTADO PRO FORMA

EBITDA ajustado PRO FORMA (Em milhões de Reais)	Período de dez meses findo em		Exercício findo em
	31/10/2020	31/10/2019	31/12/2019
Lucro (prejuízo) líquido do período	(26,1)	15,6	59,8
AgroKey / AgroGalaxy	(22,1)	17,7	34,2
AgroTrends	21,6	(3,3)	24,5
AgroAdvance	(15,6)	11,3	13,2
Ajuste combinação de negócios - pro forma	(10,0)	(10,0)	(12,0)
(+) Depreciação e amortização	54,7	48,9	60,8
AgroKey / AgroGalaxy	23,3	21,1	25,7
AgroTrends	10,0	8,1	11,1
AgroAdvance	6,2	4,5	5,8
Ajuste combinação de negócios - pro forma	15,2	15,2	18,3
(+) Resultado financeiro líquido	146,0	80,4	96,7
AgroKey / AgroGalaxy	97,9	51,8	63,6
AgroTrends	32,4	25,3	28,3
AgroAdvance	15,7	3,3	4,8
(+) Imposto de renda e contribuição social	(4,9)	2,8	33,9
AgroKey / AgroGalaxy	(8,9)	7,9	22,0
AgroTrends	11,9	(4,2)	10,9
AgroAdvance	(2,7)	4,2	7,2
Ajuste combinação de negócios - pro forma	(5,2)	(5,2)	(6,2)
EBITDA PRO FORMA	169,8	147,7	251,2
(-) Variação valor justo commodities⁽¹⁾	49,7	(23,0)	(37,6)
AgroKey / AgroGalaxy	49,7	(23,0)	(37,6)
(-) CPC 06(R2)/IFRS 16 imóveis⁽²⁾	(23,4)	(19,2)	(21,9)
AgroKey / AgroGalaxy	(16,4)	(14,7)	(16,7)
AgroTrends	(6,0)	(3,8)	(4,6)
AgroAdvance	(1,0)	(0,6)	(0,7)
(-) Variação cambial operacional liquidada⁽³⁾	(70,5)	(0,3)	1,4
AgroKey / AgroGalaxy	(68,0)	(0,3)	1,4
AgroAdvance	(2,5)		
(+/-) Receita e despesas não usuais⁽⁴⁾	20,0	0,5	3,4
EBITDA Ajustado PRO FORMA	145,6	105,7	196,4

(1) Variação do valor justo das commodities, classificado como receita ou custo operacional, porém que não houve a efetiva venda ou compra dos estoques.

(2) O impacto do CPC06(R2)/IFRS16 se refere aos pagamentos de aluguéis de imóveis, que, a partir da adoção inicial em 2019, deixaram de ser contabilizados como despesa operacional na forma de aluguel e passaram a compor o resultado através da depreciação/amortização do direito ao uso e pela despesa financeira de juros apropriados ao longo do prazo do contrato.

(3) Variação cambial refere-se a valores liquidados que encontram-se classificados no resultado financeiro e tem como origem ganho ou perda operacional.

(4) Receita e/ou despesas consideradas de natureza não usuais ou eventuais relacionadas como crédito extemporâneo, consultoria de reestruturação, despesas compartilhadas/fee de consultoria e gastos com M&A / oferta pública, pagamento em ações de controladas. Os detalhes estão descritos no item 3.2.(b).

3.9 - Outras Informações Relevantes

Abaixo relação dos itens não usuais

<i>(Receitas) e despesas não usuais ProForma</i> <i>(Em milhões de Reais)</i>	Período de dez meses findo em		Exercício findo em
	31/10/2020	31/10/2019	31/12/2019
Despesas Compartilhadas	3,2	2,1	5,3
AgroKey / AgroGalaxy	3,2	1,3	3,2
AgroTrends		0,8	2,1
Crédito extemporâneo	(2,3)	(6,4)	(6,4)
AgroKey / AgroGalaxy	(2,3)	(6,4)	(6,4)
Venda de bens	3,1	(0,8)	(1,1)
AgroKey / AgroGalaxy	(2,7)	(0,8)	(0,8)
AgroAdvance	5,8	0,0	(0,3)
Contingências pagas	0,0	1,8	1,8
AgroTrends		1,8	1,8
Stock option e phantom	8,6	0,0	0,0
AgroKey / AgroGalaxy	4,3	0,0	0,0
AgroTrends	4,3	0,0	0,0
Serviços de consultoria para atividades não usuais	7,3	3,7	3,8
AgroKey / AgroGalaxy	6,8	3,0	3,2
AgroTrends	0,5	0,8	0,6
(Receitas) Despesas não usuais	20,0	0,5	3,4

- (1) despesas compartilhadas entre empresas fora do grupo, gastos com IPO, M&A e fee de sucesso em créditos tributários e advogados, o quais tem natureza não recorrente para a continuidade da operação.
(2) créditos extemporâneos levantados com auxílio de assessores os quais tem natureza não recorrente.
(3) ganho ou perda com alienação de bens (imobilizado e investimentos).
(4) valores pagos de contingências de anos anteriores que não tem natureza recorrente e o qual, a Administração, entende que já foram sanadas.
(5) Programa de pagamento baseado em ações em controladas que não tem natureza recorrente.
(6) serviços prestados por consultorias para reestruturação e assessoramento de atividades operacionais, comerciais e backoffice, os quais encontram-se concluídos ou em fase final de conclusão.

DÍVIDA LÍQUIDA AJUSTADA PRO FORMA E DÍVIDA LÍQUIDA AJUSTADA PRO FORMA / EBITDA AJUSTADO PRO FORMA

<i>Dívida líquida ajustada PRO FORMA</i> <i>(Em milhões de Reais)</i>	Período de dez meses findo em		Exercício findo em
	31/10/2020 ^(**)	31/10/2019	31/12/2019
(+) Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	795,8	581,8	601,8
AgroKey / AgroGalaxy	795,8	263,1	264,6
AgroTrends		247,0	263,8
AgroAdvance		71,7	73,4
(-) Caixa e equivalente de caixa	(110,6)	(58,8)	(236,2)
AgroKey / AgroGalaxy	(110,6)	(23,8)	(97,9)
AgroTrends		(31,2)	(118,9)
AgroAdvance		(3,8)	(19,3)
(-) Aplicações financeiras	(25,8)		(6,0)
AgroKey / AgroGalaxy	(25,8)		
AgroTrends			(6,0)
Dívida líquida	659,4	523,0	359,7
(+) Obrigações por cessão de crédito - CRA⁽¹⁾	146,8	94,8	242,7
AgroKey / AgroGalaxy	146,8	9,5	53,3
AgroTrends		85,3	189,4
(+) Passivo de arrendamento veículos/outros⁽²⁾	13,9		
AgroKey / AgroGalaxy	13,9		
(-) Títulos e valores mobiliários⁽¹⁾	(51,5)	(25,5)	(50,7)
AgroKey / AgroGalaxy	(51,5)		(10,4)
AgroTrends		(25,5)	(40,3)
Dívida líquida ajustada	768,6	592,3	551,7
Dívida líquida ajustada / EBITDA ajustado ⁽³⁾	5,3 x	5,6 x	2,8 x

(*) Refere-se a soma simples dos ativos e passivos das 3 Sociedades Agro Trends, Agro Key e Agro Advance, no período de 31 de outubro de 2019 e 31 de dezembro de 2019.

(**) O saldo de 31/10/2020 refere-se às demonstrações financeiras da AgroGalaxy e não representa informação proforma, sendo necessário para o quadro do indicados de dívida líquida ajustada/EBITDA ajustado.

(1) Obrigações com título securitizados CRA - Certificados de Recebíveis do Agronegócio são classificadas como dívida no Passivo circulante e refere-se a operações de títulos de clientes colocados no mercado para financiar o produtor rural. Bem como há a obrigação do passivo quando da emissão do títulos do CRA a Companhia adquiriu títulos e valores mobiliários, classificados no ativo não circulante, como cotas subordinadas que suportará possível títulos não quitados da obrigação registrada no passivo, desta forma, está demonstrando as duas pontas, ativa e passiva.

3.9 - Outras Informações Relevantes

(2) Passivo de arrendamento de veículos e outros (máquinas), haja visto, que na essência é uma aquisição financeira ao longo da vida útil do bem.

(3) A relação da Dívida Líquida ajustada Pro Forma / EBITDA ajustado Pro Forma demonstra o número de vezes que a dívida líquida ajustada representa pela geração do EBITDA ajustado Forma.

Medições não contábeis dos resultados de 2018 e 2017, não incluídos no ProForma da AgroKey

Abaixo demonstramos as medições não contábeis do EBITDA ajustado e da dívida líquida ajustada da sociedade Agro Key para o período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Cabe destacar que a Agro Key adquiriu as operações da AgroTotal (sua controlada) em agosto de 2017, por isso, os resultados refletem apenas quatro meses de operação.

EBITDA ajustado AgroKey (Em milhões de Reais)	Exercício findo em	
	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do período	6,2	10,8
(+) Depreciação e amortização	10,2	3,7
(+) Resultado financeiro líquido	39,8	(18,8)
(+) Imposto de renda e contribuição social	9,4	3,3
EBITDA	65,6	(1,0)
(-) Variação valor justo commodities ⁽¹⁾	(10,9)	-
(-) CPC 06(R2)/IFRS 16 imóveis ⁽²⁾	-	-
(-) Variação cambial operacional liquidada ⁽³⁾	(9,6)	1,2
(+/-) Receita e despesas não usuais ⁽⁴⁾	2,4	-
EBITDA Ajustado	47,5	0,2

(1) Variação do valor justo das commodities, classificado como receita ou custo operacional, porém que não houve a efetiva venda ou compra dos estoques.

(2) O impacto do CPC06(R2)/IFRS16 se refere aos pagamentos de aluguéis de imóveis, que, a partir da adoção inicial em 2019, deixaram de ser contabilizados como despesa operacional na forma de aluguel e passaram a compor o resultado através da depreciação/amortização do direito ao uso e pela despesa financeira de juros apropriados ao longo do prazo do contrato.

(3) Variação cambial refere-se a valores liquidados que encontram-se classificados no resultado financeiro e tem como origem ganho ou perda operacional.

(4) Receita e/ou despesas consideradas de natureza não usuais ou eventuais relacionadas como crédito extemporâneo, consultoria de reestruturação, despesas compartilhadas/fee de consultoria e gastos com M&A / oferta pública, pagamento em ações de controladas. Os detalhes estão descritos no item 3.2.(b).

(Receitas) e despesas não usuais (Em milhões de Reais)	Exercício findo em	
	31/12/2018	31/12/2017
Despesas Compartilhadas	0,9	-
Venda de bens	1,2	-
Serviços de consultoria para atividades não usuais	0,3	-
(Receitas) Despesas não usuais	2,4	-

Dívida líquida ajustada Agrokey (Em milhões de Reais)	Exercício findo em	
	31/12/2018	31/12/2017
(+) Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	249,0	184,3
(+) Debêntures	15,9	-
(-) Caixa e equivalente de caixa	(97,9)	(97,2)
(-) Aplicações financeiras	-	-
Dívida líquida	166,9	87,1
(+) Obrigações com cessão de crédito - CRA ⁽¹⁾	25,7	24,4
(+) Passivo de arrendamento veículos/outros ⁽²⁾	-	-
(-) Títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾	(5,4)	(5,0)
Dívida líquida ajustada	187,2	106,5
Dívida líquida ajustada / EBITDA ajustado ⁽³⁾	3,9 x	546,0 x

(*) Refere-se a soma simples dos ativos e passivos das 3 Sociedades Agro Trends, Agro Key e Agro Advance, no período de 31 de outubro de 2019 e 31 de dezembro de 2019.

(1) Obrigações com título securitizados CRA - Certificados de Recebíveis do Agronegócio são classificadas como dívida no Passivo circulante e refere-se a operações de títulos de clientes colocados no mercado para financiar o produtor rural. Bem como há a obrigação do passivo quando da emissão do títulos do CRA a Companhia adquiriu títulos, classificados no ativo não circulante, como cotas subordinadas que suportará possível títulos não quitados da obrigação registrada no passivo, desta forma, está demonstrando as duas pontas, ativa e passiva.

(2) Passivo de arrendamento de veículos e outros (máquinas), haja visto, que na essência é uma aquisição financeira ao longo da vida útil do bem.

(3) A relação da Dívida Líquida ajustada Pro Forma / EBITDA ajustado Pro Forma demonstra o número de vezes que a dívida líquida ajustada representa pela geração do EBITDA ajustado Forma.

3.9 - Outras Informações Relevantes

c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

A Companhia utiliza tais medições, como EBITDA Ajustado, Dívida líquida ajustada, resultado da divisão da Dívida líquida ajustada pelo EBITDA ajustado e os índices de liquidez corrente, geral e seca por entender que elas representam as métricas usualmente utilizadas no mercado brasileiro e por investidores em geral para diagnosticar e analisar as operações da Companhia. Além disso, utiliza tais métricas para guiar as ações da Administração da Companhia com o intuito de maximizar a sua performance financeira e operacional, bem como a lucratividade da participação dos acionistas da Companhia.

Para informações adicionais, vide item 3.2 (c) deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 - Fatores de Risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve riscos significativos. A seguir, estão descritos os principais fatores de risco considerados relevantes, na data deste Formulário de Referência, e que a Companhia acredita que possam influenciar a decisão de investidores em adquirir valores mobiliários de sua emissão.

Em decorrência da materialização dos fatores de risco descritos a seguir, das informações contidas neste Formulário de Referência e nas demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas, as atividades da Companhia, seus negócios, sua situação financeira e patrimonial, seus resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação, participação de mercado, margens, perspectiva, setor de atuação e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão podem ser adversamente afetados. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte ou a totalidade de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Para os fins deste item, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter, causará ou terá um "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia significa que tal risco, incerteza ou problema poderá afetar adversa e materialmente as atividades da Companhia, sua situação financeira, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez, reputação, participação de mercado, margens, perspectivas, negócios, setor de atuação e/ou valor de mercado de seus valores mobiliários. Expressões similares incluídas neste item devem ser compreendidas nesse contexto.

Antes de tomar qualquer decisão de investimento referente a qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados a seguir e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas da Companhia.

Os riscos descritos a seguir são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que a Companhia conhece e que acredita que podem afetá-la adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos pela Companhia atualmente, ou que a Companhia considera irrelevantes na data deste Formulário de Referência, também poderão afetá-la adversamente.

Os termos "nós", "nosso", "Companhia" ou "AgroGalaxy", quando utilizados nesta seção do Formulário de Referência, referem-se ou significam, conforme o caso, ao AgroGalaxy Participações S.A. e suas controladas em conjunto, exceto se expressamente indicado de forma diferente.

a) Riscos relacionados à Companhia

Condições climáticas adversas podem diminuir a demanda por produtos, atrasar as compras por parte dos agricultores ou provocar perda de produtividade nas lavouras, podendo aumentar significativamente a inadimplência dos clientes da Companhia.

Os negócios e clientes da Companhia são impactados pelos padrões e condições meteorológicas. Condições adversas que possam atrasar ou interromper intermitentemente o trabalho no campo, durante as estações de plantio e cultivo, podem afetar a utilização por clientes de nutrientes agrícolas e produtos de proteção à lavoura, o que pode afetar adversamente a demanda por tais produtos. A diminuição desta demanda em relação a tais clientes poderá durar até a estação de cultivo seguinte, o que pode reduzir a receita da Companhia em determinado ano.

Além disso, a Companhia enfrenta o risco e o custo significativo em relação à manutenção de estoques, caso, pelas razões acima mencionadas, as atividades dos clientes sejam reduzidas. Ademais, a Companhia não pode garantir que haverá distribuição de produtos durante o ano suficiente a fim de sustentar a demanda dos seus clientes nas estações de pico, tampouco pode garantir que seus clientes reagirão rapidamente às mudanças climáticas inesperadas, o que pode afetar adversamente a demanda por seus produtos. Mudanças relacionadas ao clima impactam diretamente o cronograma de plantio e a

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

demanda dos clientes da Companhia, o rendimento das colheitas dos seus clientes e da própria Companhia, conseqüentemente, afetam adversamente a capacidade financeira da Companhia e de seus clientes, bem como a capacidade destes de cumprir com suas obrigações com a Companhia.

Ainda, o impacto das mudanças climáticas nas operações de clientes é incerto, podendo ter um impacto negativo nas operações devido a alterações de padrão de precipitação pluvial, escassez de água, alteração no nível do mar, mudança nos padrões e intensidades das chuvas, alteração nos níveis de temperatura, entre outros. Esses impactos poderiam variar de acordo com a localização e grau, consistindo em riscos agudos (aumento da gravidade de eventos climáticos extremos) e riscos crônicos (decorrentes de mudanças a longo prazo nos padrões climáticos). Ainda, os riscos das mudanças climáticas também dependem de respostas políticas, regulatórias, jurídicas, tecnológicas e de mercado. A Companhia não pode garantir que o prejuízo de tais efeitos climáticos na safra dos clientes da Companhia será recuperado até mesmo em estações seguintes. Como consequência, os resultados financeiros da Companhia podem ser afetados adversamente e variar significativamente a cada ano.

Pragas ou doenças poderão prejudicar as colheitas de clientes, afetando sua capacidade de honrar seus compromissos com a Companhia, podendo afetar adversamente seus resultados.

As lavouras atuais e futuras de clientes da Companhia estão expostas a pragas e doenças, o que pode afetar sua produção. O combate ou o controle das pragas e doenças demanda investimentos constantes, o que eleva o custo de produção. Além das pragas já existentes, o surgimento de novas pragas e/ou a mutação dos tipos atualmente existentes poderão afetar negativamente e, até mesmo, destruir por completo as lavouras de clientes da Companhia. O combate e o controle destas pragas e doenças podem demandar dispêndios adicionais, aumentando o custo de produção, e, conseqüentemente, em conjunto com eventual impacto de perda de receita em função de pragas e doenças, poderá gerar um efeito adverso sobre a situação financeira de clientes, diminuindo sua capacidade de honrar seus compromissos financeiros com a Companhia, aumentando a inadimplência, ou diminuindo a demanda dos clientes pelos produtos da Companhia, o que pode afetar adversamente seus resultados.

A Companhia pode não ser bem-sucedida em sua estratégia e política de concessão de crédito a produtores, o que poderá causar um efeito adverso em seus negócios, em sua situação financeira e em seus resultados operacionais.

A Companhia, como parte de suas operações, concede crédito na forma de insumos para seus clientes, que representam aproximadamente 80% de suas vendas.

A Companhia possui um processo formal de concessão de crédito às pessoas físicas e aos grupos econômicos por meio do qual as informações importantes para tomada de decisão da referida concessão (tais como imposto de renda, dados da propriedade e restrições ambientais e financeiras) são analisadas e registradas em sistema específico. A partir de tal registro, é definido um grau de risco para cada cliente.

A Companhia está exposta às seguintes falhas na avaliação de concessões do crédito aos clientes:

- Ocorrência de falha na análise de crédito do cliente, devido à ausência de documentação de suporte à avaliação da capacidade e regularidade financeira, ambiental, imobiliária e produtiva do cliente;
- Ocorrência de falhas na formalização das garantias por parte da Companhia; e
- Não ocorrência de plantio do produtor na área financiada pela Companhia, caracterizando fraudes, em que o produtor revende tais insumos a terceiros. Pode haver, portanto, risco de redução de receita do produtor e aumento do risco de inadimplência perante a Companhia.

Tais riscos podem inviabilizar e/ou prejudicar as ações de recuperação de crédito da Companhia, deixando-a mais suscetível à inadimplência, o que pode resultar em um efeito adverso nos níveis de perdas com devedores duvidosos e, portanto, nos resultados da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode não ser bem-sucedida nas aquisições de novos negócios, tais como empresas e ativos, fato que poderá causar um efeito adverso nos negócios, em sua situação financeira e em seus resultados operacionais.

Regularmente, a Companhia analisa oportunidades de crescimento estratégico por meio de aquisições, fusões e outros investimentos. Aquisições podem envolver uma série de riscos e desafios que poderão causar efeitos prejudiciais relevantes sobre os negócios da Companhia, especialmente, os seguintes:

- As aquisições podem não contribuir com a estratégia comercial ou com a imagem da Companhia;
- A Companhia pode enfrentar um passivo contingente relativo a, entre outras, questões cíveis, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e questões de propriedade intelectual, bem como questões regulatórias e ambientais, não identificadas em um processo de *due diligence* ou cujo processo de *due diligence* não tenha capturado seu total impacto;
- As aquisições podem sofrer *write-offs* de ativos e constituição de passivos *off-balance sheet* resultantes em perdas de capital de giro e ativos fixos, ambos riscos não identificados em um processo de *due diligence* ou cujo processo de *due diligence* não tenha capturado seu total impacto;
- Os processos de aquisições podem ser demorados e a atenção da administração da Companhia pode ser desviada de suas operações usuais;
- A Companhia pode ter dificuldade em integrar operações, contabilidade, pessoal e sistemas de informação gerenciais;
- A Companhia poderá incorrer em custos adicionais não programados relacionados à operação de integração;
- As aquisições e fusões realizadas pela Companhia podem não ser aprovadas no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) ou órgão de defesa da concorrência competente ou o processo de aprovação dessas operações pode ser demorado;
- Os investimentos em aquisições podem não gerar os retornos esperados, inclusive em virtude da não realização de sinergias esperadas; e
- A estrutura de custos das sociedades e/ou marcas adquiridas poderá ser diferente, e a Companhia pode não ser capaz de adequar tais estruturas à sua.

Em 17 de fevereiro de 2021, a Companhia possuía memorandos de entendimento não vinculantes firmados com algumas empresas no contexto de aquisição de ativos. A efetiva aquisição desses ativos estará sujeita a verificação de determinadas condições precedentes, dentre as quais (i) a conclusão satisfatória de auditoria das empresas e (ii) a obtenção de anuências prévias de terceiros para realização da operação como, por exemplo, agentes financiadores e reguladores. Não podemos garantir que as condições precedentes pactuadas serão implementadas, que a aquisição de qualquer desses ativos efetivamente ocorrerá nem podemos garantir que, caso venham a ser adquiridos, os riscos citados acima não se materializarão em relação à aquisição desses ativos.

Ademais, a Companhia pode precisar de recursos adicionais para dar continuidade a sua estratégia de expansão. Caso não seja possível obter financiamento adequado para concluir qualquer potencial aquisição e implementar os planos de expansão, a Companhia pode não ter condições de implementar sua estratégia de crescimento o que pode ter um impacto adverso nos seus planos de crescimento, nos custos operacionais e, conseqüentemente, em seus resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode ter perdas significativas caso seus clientes não cumpram com as obrigações estabelecidas nas operações de Barter (permuta) firmados com tradings (risco de wash-out).

No caso de operações de Barter (permuta) da Companhia, são vendidos insumos a prazo em troca de entrega de *commodities*, principalmente soja e milho, quando da colheita da safra. A relação de troca entre o valor devido em reais pelos clientes da Companhia e a quantidade de sacos de soja e milho a serem entregues à Companhia, é definida pelo preço da *commodity* no mercado, sendo as operações formalizadas com o cliente por meio de contratos de Barter. Qualquer quebra de contrato de compra de grãos celebrado com clientes, motivada pela variação positiva nos preços de grãos, por quebra de safra em virtude de fatores climáticos, etc, pode originar descasamentos nos contratos de vendas de grãos celebrados com as *tradings*, o que poderá resultar em perdas, em decorrência da exposição aos preços de *commodities*.

Os preços dos insumos e, principalmente, os preços da soja e do milho estão sujeitos à volatilidade resultante das condições climáticas, do rendimento de safra, dos custos com transporte, dos custos de armazenagem, da política agrícola do governo brasileiro, das taxas de câmbio e dos preços dessas *commodities* no mercado internacional, entre outros fatores.

Em uma eventual apreciação significativa da *commodity* estabelecida no contrato de Barter e quando do momento da liquidação deste contrato, produtores podem considerar desviar suas produções para outras *tradings* ou clientes, descumprindo a entrega de grão, e ficando a Companhia obrigada a:

- (i) comprar no mercado físico a *commodity* para entrega à *trading* nas quantidades contratadas;
- (ii) compensar a *trading* em valor igual à diferença entre o valor da *commodity* no momento da entrega e o momento de fechamento do contrato com o produtor (*wash-out*). Tal compensação às *tradings* poderá causar um impacto adverso nos negócios e resultados da Companhia.

Uma redução da participação societária do atual grupo de controle da Companhia, inclusive imediatamente em decorrência da Oferta poderá ser interpretada como uma alteração no controle da Companhia e, conseqüentemente, configurar um evento de vencimento antecipado de determinados contratos, o que poderá afetar adversamente a Companhia.

A Companhia é parte em contratos financeiros, cujos termos preveem vencimento antecipado em caso de alteração no controle, direto ou indireto, da Companhia, conforme aplicável. Uma parte relevante dos contratos financeiros das controladas da Companhia, celebrados com Banco Alfa, Banco ABC, Banco do Brasil, Banco Paulista, Banco Rabobank, Caixa Econômica Federal, Caixa Geral, China Construction Bank, Citibank, Banco Daycoval, Itaú Unibanco, Banco Pine, Banco Safra, Banco Santander, Banco Original, Banco Votorantim, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Banco do Nordeste e Banco Cooperativo (SICOOB), preveem vencimento antecipado em caso de alteração no seu controle indireto e/ou de suas controladas. Para mais informações sobre os contratos financeiros, vide item 10.1 do Formulário de Referência deste Formulário de Referência.

Caso haja a consumação da Oferta, o grupo de controle formado pelo Agrofundo Brasil III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Agrofundo Brasil IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Agrofundo Brasil V Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Galaxy Agribusiness LP, Spectra II - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE, Spectra III Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Fact Enterprise Fip Multiestratégia, Vic Spectra III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE (em conjunto, "Grupo de Controle"), deixará de deter mais do que 50% do capital votante da Companhia. Sem prejuízo do acima, caso o Grupo de Controle venha a efetuar no futuro vendas adicionais de sua participação, ou caso um novo acionista ou grupo de acionistas seja capaz de eleger a maioria dos administradores da Companhia em assembleia geral de acionistas levando a uma efetiva alteração no controle da Companhia e, indiretamente, das suas controladas, e caso a Companhia não seja capaz de obter as aprovações necessárias, o evento poderá ocasionar a declaração do vencimento antecipado de tais contratos. O vencimento antecipado destes contratos consumiria uma parcela relevante do caixa da Companhia e/ou de suas controladas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Em 31 de janeiro de 2021, o saldo em aberto do endividamento financeiro da Companhia sujeito à cláusulas de *cross default* e *cross acceleration* totalizava o montante de R\$803,3 milhões. A Companhia ainda não obteve o consentimento prévio em relação à potencial alteração de seu controle acionário no contexto da oferta pública inicial de ações (“Oferta”) junto aos seguintes credores: (i) Banco Safra, em relação a contratos envolvendo o montante de R\$104,4 milhões, em 31 de janeiro de 2021, (ii) Caixa Econômica Federal, em relação a contratos envolvendo o montante de R\$ 24,4 milhões na mesma data, e (iii) Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, em relação a contratos envolvendo o montante de R\$ 12,4 milhões, na mesma data. Para mais informações sobre os contratos financeiros, vide item 10.1 do Formulário de Referência do Formulário de Referência.

A Companhia não pode garantir que será capaz de obter, junto a credores, as confirmações formais de não ocorrência de hipótese de vencimento antecipado, ou de renúncia a eventual prerrogativa de declaração de vencimento antecipado previamente à conclusão da Oferta. O vencimento antecipado de parte relevante ou de todos os contratos financeiros da Companhia consumiria uma parcela significativa ou todo o caixa da Companhia, e/ou de suas controladas, o que pode afetar adversamente a sua situação financeira da Companhia.

Ainda, no caso dos contratos e instrumentos financeiros que demandam consentimento prévio dos credores em relação à realização da oferta pública inicial das ações da Companhia, conforme mencionado acima, caso a Companhia não obtenha os consentimentos prévios necessários, poderá ter que destinar parte dos recursos da Oferta para o pagamento dessas dívidas, o que impactaria a destinação de recursos pretendida.

Mudanças significativas no mercado agrícola, tais como mudanças tecnológicas, podem ter um impacto negativo nos negócios da Companhia.

O mercado agrícola tem apresentado rápidas mudanças resultantes de fatores como a consolidação de *players* na cadeia da agricultura e da indústria de insumos, mudanças climáticas e avanços tecnológicos.

O desenvolvimento de novas tecnologias possibilita a criação de novas ferramentas e procedimentos, como por exemplo, o desenvolvimento de sementes que requeiram menos nutrientes para plantio, o desenvolvimento de substitutos totais ou parciais para estes produtos ou desenvolvimentos na aplicação de nutrientes para as culturas, como por exemplo, melhor uso de nutrientes ou eficiência através do uso da agricultura de precisão. Tais inovações tecnológicas possuem potencial para afetar adversamente a demanda pelos produtos, comercializados pela Companhia e, portanto, podem impactar negativamente nos seus resultados.

Além disso, mudanças sociais que influenciam a demanda a longo prazo pelos produtos e serviços comercializados pela Companhia, tais como o crescimento populacional e as mudanças nos hábitos alimentares da população, poderão ter um impacto negativo sobre sua estratégia e o seu desempenho financeiro.

O ritmo de crescimento de vendas da Companhia pode não ser contínuo.

Os fatores mais importantes para o crescimento das vendas da Companhia consistem no: (i) crescimento da produção de commodities agrícolas no Brasil; (ii) capacidade de abertura de novas lojas e novos mercados; (iii) aumento de representatividade (*share*) nos clientes atuais e atração de novos clientes; (iv) atualização das políticas de fidelidade e marketing; (v) concorrência; (vi) excelência na prestação dos serviços; e (vii) capacidade da Companhia de realizar novos investimentos. A alteração de quaisquer dos itens indicados acima, entre outros, pode impactar negativamente o ritmo de crescimento de suas vendas e, conseqüentemente, os negócios e resultados operacionais da Companhia.

O aumento de concorrência pode afetar negativamente os negócios da Companhia.

Tem-se observado crescimento da influência do setor agrícola no Brasil e em outros mercados, inclusive no mercado brasileiro de varejo de insumos agrícolas, decorrente do surgimento de grupos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

resultantes de aquisições e fusões, a entrada de players internacionais no Brasil, assim como pela competição das cooperativas.

Adicionalmente, os fornecedores de insumos podem intensificar sua estratégia de venda direta a produtores rurais ou, ainda, decidir avançar na cadeia de valor, tornando-se varejistas de insumos.

A Companhia não pode garantir que estes players não trarão competição adicional aos mercados em que atua ou que pretende atuar no futuro, podendo levar à redução de margens e competição por recursos humanos. Em ambos os casos, os resultados da Companhia poderão ser adversamente afetados.

Mudanças significativas nas políticas de comércio exterior no Brasil e em outros países podem afetar adversamente os negócios da Companhia.

O Brasil é um importante fornecedor de excedentes agrícolas, dado sua capacidade produtiva em razão das áreas de plantio disponíveis e por possuir um ambiente climático que permite o desenvolvimento e cultivo de diversas espécies.

As exportações respondem por parcelas cada vez mais significativas da produção dos clientes da Companhia, visto a significativa demanda do mercado internacional. Medidas como restrições e quotas ou suspensões à importação adotadas por determinado país, inclusive em decorrência da pandemia do COVID-19, poderão afetar substancialmente os volumes de exportação do setor e, consequentemente, o desempenho das exportações de seus clientes, sua capacidade financeira, e seus resultados operacionais. A competitividade das *commodities* brasileiras tanto no mercado doméstico, quanto no mercado externo, dependerão de muitos fatores em relação aos quais não temos controle, como: (i) a volatilidade dos preços internacionais de *commodities* e câmbio; (ii) condições meteorológicas; (iii) oferta e demanda de *commodities* substitutivas e concorrentes; (iii) alterações dos níveis de subsídios agrícolas de certos produtores agrícolas importantes no mundo; (iv) variações do real em relação ao dólar; e (v) efeitos da pandemia do COVID-19 na economia brasileira e mundial.

Além disso, as condições macroeconômicas globais e a dinâmica de mudança, incluindo tarifas e restrições comerciais e o aumento da concorrência nos preços, ou ainda uma mudança significativa na produção agrícola ou nas tendências de consumo, poderão levar a uma redução sustentada da demanda dos clientes pelos produtos e serviços comercializados pela Companhia e/ou diminuição significativa no preço das *commodities*.

A Companhia é impactada pelo mercado global e pelas condições econômicas que poderão afetar negativamente os fluxos de comércio de *commodities* agrícolas ou ainda, aumentar os preços ou diminuir a disponibilidade das matérias-primas. Essas condições incluem disputas comerciais internacionais, crises internacionais (tais como pandemias ou epidemias), variação da renda nos países em desenvolvimento, o valor relativo do dólar e seu impacto sobre as importações de insumos, políticas agrícolas brasileiras e estrangeiras, a existência de ou alterações nas barreiras cambiais de importação ou de moeda estrangeira em certos mercados estrangeiros e outras políticas reguladoras de governos estrangeiros.

Além disso, a maioria dos clientes da Companhia compra os seus produtos mediante acesso ao crédito. A impossibilidade da Companhia de conceder crédito, devido aos efeitos adversos acima mencionados, poderá afetar adversamente a demanda por insumos agrícolas, em razão de relutância em repor estoques sem a concessão de crédito, o que poderá agravar ainda mais os efeitos adversos sobre os negócios da Companhia, sua condição financeira e seus resultados de operações.

A Companhia não pode garantir que conseguirá obter logística de transporte, armazenamento e de processamento adequados para que os seus produtos cheguem até os principais mercados.

A Companhia transporta os seus produtos aos seus clientes por meio de rodovias, que representavam 73% dos produtos transportados pela Companhia em 31 de dezembro de 2019 e, adicionalmente, utiliza transporte ferroviário para transporte de grãos dos seus silos até os portos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As operações da Companhia dependem da estrutura logística brasileira, uma vez que a Companhia precisa garantir que os insumos agrícolas sejam entregues aos clientes na hora certa. Gargalos logísticos, incluindo rodovias em condições precárias, que são acentuados em determinados períodos-chave para o plantio, podem levar a atrasos na entrega de tais produtos, ou até fazer com que tais produtos não sejam entregues, impactando a janela de plantio dos clientes e prejudicando o seu relacionamento com a Companhia, o que poderá afetar adversamente os seus resultados.

Ainda, o Brasil é marcado ao longo de sua história por movimentos sociais de grande impacto, como a greve dos caminhoneiros ocorrida em 2018, que podem representar ameaças à rotina operacional da Companhia.

A Companhia não pode assegurar que o transporte por meio de rodovias dos produtos por ela comercializados não estará sujeito a bloqueios, invasões ou ocupações por estes grupos, o que poderá impactar a entrega eficiente e adequada de produtos aos clientes da Companhia e, conseqüentemente, afetar adversamente a sua imagem, negócios e resultados.

Ademais, a dependência da Companhia pelo transporte por caminhões pode afetar sua posição como distribuidor. Além disso, sua cadeia de distribuição depende do transporte rodoviário e pode ser adversamente afetada pelas condições climáticas que causam sua diminuição ou paralisação. Quaisquer impedimentos ao tráfego rodoviário ao longo das rotas normalmente usadas na cadeia de distribuição da Companhia podem exigir que utilize rotas alternativas, o que pode resultar em atrasos e ter um efeito material adverso sobre seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Qualquer atraso ou falha no desenvolvimento de sistemas de infraestrutura poderá prejudicar os serviços de distribuição da Companhia, bem como impedir a realização de tais serviços ou impor custos adicionais aos seus negócios.

A Companhia depende de sistemas de tecnologia e gerenciamento de informação e de telecomunicações para processar transações, controlar seu estoque, compilar resultados e administrar seus negócios. Falhas ou interrupções nos sistemas fornecidos por terceiros podem ter um impacto adverso nos seus negócios.

As operações da Companhia dependem em grande parte de seus sistemas de tecnologia e gerenciamento de informação, que são importante ferramenta de administração de custos e controle de seus ativos relevantes. Considerando o grande volume de transações que são processadas por ano em suas lojas e centros de distribuição, é necessário manter o fornecimento ininterrupto de tais sistemas de computadores e de telecomunicações para apoiar, dentre outras, as operações de vendas, de controle de estoque, de transporte e de faturamento.

Os sistemas de tecnologia da informação e de telecomunicações próprios e os fornecidos por terceiros podem sofrer falhas ou interrupções decorrentes de falta de energia, falhas na rede de computadores ou de telecomunicações, vírus de computador, falhas de segurança, ataques cibernéticos, erros de operação causados por funcionários da Companhia ou do terceiro contratado ou, ainda, decorrentes de desastres naturais como incêndios, enchentes e terremotos. Caso a Companhia não seja capaz de efetuar os reparos a tempo, as operações e seus controles operacionais e financeiros podem ser prejudicados, o que pode afetar adversamente seus resultados. Além disso, caso a Companhia não seja capaz de atualizar estes sistemas de maneira constante, de modo a acompanhar a velocidade do desenvolvimento tecnológico, as operações poderão ser prejudicadas, o que pode afetar adversamente os seus resultados.

O sucesso da Companhia depende significativamente do valor de sua imagem e reputação pública, da eficiência de sua estratégia de marketing e da sua capacidade em oferecer aos clientes serviços e produtos.

A reputação das controladas operacionais da Companhia (como Rural Brasil, Agro100, entre outras) desempenha papel importante nos processos decisórios de compra dos produtores. Quaisquer incidentes que reduzam a confiança de seus *stakeholders* ou sua afinidade com essas marcas poderão reduzir de forma significativa o seu valor. Se os clientes da Companhia perceberem ou experimentarem uma redução na qualidade dos produtos e serviços, se ocorrerem atrasos na

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

entrega de produtos, acidentes ou incidentes nas lojas ou centro de distribuição ou nas operações em geral, inclusive com fatalidades ou se os clientes de qualquer forma acreditarem que não são oferecidos serviços satisfatórios, a reputação da Companhia poderá ser impactada, o que poderá afetar adversamente seus negócios e resultados financeiros.

Além disso, o reconhecimento da reputação da Companhia pelo mercado é essencial para seu sucesso financeiro. Caso a estratégia comercial de marketing da Companhia, a precificação dos seus produtos e serviços não sejam eficientes ou se seus concorrentes fizerem investimentos mais significativos, a Companhia pode não conseguir atrair novos clientes ou, perder os clientes existentes, afetando adversamente seus resultados operacionais.

A perda de membros da alta administração, ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, poderá ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia. A administração de companhias controladas adquiridas recentemente também poderá sofrer mudanças e impactar os resultados da Companhia no curto prazo.

A capacidade da Companhia de manter sua posição competitiva depende em larga escala dos serviços da sua alta administração. No entanto, a Companhia não pode garantir que terá sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar a sua alta administração e acompanhar o ritmo de crescimento. A perda dos serviços de qualquer dos membros de sua alta administração, inclusive em virtude da inabilitação de administradores, decorrente de eventuais processos, ou a incapacidade de atrair ou manter pessoal adicional para integrá-la, poderá causar um efeito adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

Além disso, pode haver mudanças na gestão comercial de companhias ou sociedades adquiridas recentemente, o que poderá impactar os resultados de curto prazo da Companhia. O sucesso da Companhia também depende de sua habilidade em identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia, marketing e serviços aos clientes. A competição por tais colaboradores altamente qualificados é intensa e a Companhia pode não ser capaz de atrair, contratar, reter, motivar e gerir suficientemente com sucesso tais profissionais qualificados. Se a Companhia não for capaz de atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir suas operações, poderá não ter capacidade para conduzir seu negócio e, conseqüentemente, os seus resultados operacional e financeiro poderão ser adversamente afetados.

A Companhia pode não dispor de seguros ou suas apólices podem ser insuficientes para se proteger contra perdas substanciais.

A Companhia não pode garantir que as coberturas das apólices estarão disponíveis ou que serão suficientes para cobrir eventuais danos decorrentes de sinistros relacionados a riscos relacionados às atividades da Companhia, tais como incêndios, roubos, desastres naturais e outros acidentes fora do controle da Companhia. Além disso, existem determinados tipos de riscos que podem não estar cobertos por suas apólices, tais como, exemplificativamente, guerra, caso fortuito, força maior ou interrupção de certas atividades.

Adicionalmente, a Companhia não pode garantir que, quando do vencimento de suas atuais apólices de seguro, conseguirá renová-las em termos suficientes e favoráveis. Por fim, riscos que não estejam segurados ou sinistros que não estejam cobertos por suas apólices contratadas ou a impossibilidade de renovação de apólices de seguros podem afetar adversamente os negócios da Companhia ou sua condição financeira. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A falha da Companhia em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá colocar a Companhia em uma situação de risco, dado que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

A Companhia pode não ser capaz de renovar ou manter contratos de locação de seus escritórios, lojas, centros de distribuição e silos em termos aceitáveis.

A Companhia possui a totalidade de seus escritórios, lojas, centros de distribuição e silos em imóveis alugados, incluindo de partes relacionadas. A localização estratégica desses ativos é fundamental para o

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

desenvolvimento da própria estratégia de negócios da Companhia e, como resultado, a Companhia pode ser adversamente afetada, caso: (i) um número significativo de seus contratos de locação seja rescindido, ou não seja renovado em termos de mercado favoráveis à Companhia; ou (ii) não consiga celebrar os contratos de locação para novos imóveis em localidades estratégicas ou tais contratos de locação não sejam celebrados em termos satisfatórios. A Companhia pode enfrentar, ainda, tanto a concorrência por espaços comerciais, quanto a perda de qualquer um de seus locais estratégicos, o que pode afetar negativamente seus resultados operacionais e sua condição financeira. Além disso, de acordo com a legislação aplicável, os locadores podem requerer a revisão do valor do aluguel, inclusive judicialmente, após três anos de vigência do contrato ou de acordo anteriormente realizado. Um aumento significativo no valor dos aluguéis pode afetar adversamente a posição financeira e o resultado operacional da Companhia.

Ainda, nos termos da Lei nº 8.245/1991 - Lei de Locações, caso os imóveis ocupados pela Companhia sejam alienados a terceiros durante a vigência do prazo contratual, o adquirente não estará obrigado a respeitar os termos e condições da locação, salvo se cumulativamente: (i) a locação for pactuada por prazo determinado; (ii) constar no contrato cláusula de vigência da locação em caso de alienação do imóvel; e (iii) a cláusula de vigência estiver devidamente registrado nos Cartórios de Registro de Imóveis competentes. Caso estes requisitos não sejam preenchidos, o adquirente poderá solicitar, em até 90 dias da aquisição, a desocupação do imóvel locado, contados do recebimento pela locatária de notificação. As cláusulas de vigência dos contratos de locação dos imóveis utilizados para o exercício das atividades operacionais da Companhia não estão registradas nas matrículas imobiliárias junto aos respectivos cartórios, deixando de cumprir as condições estipuladas por lei para garantir a vigência dos contratos de locação, o que poderá acarretar a necessidade de desocupação caso o locador venda o imóvel locado e o novo adquirente não possua intenção em manter relações contratuais com a Companhia.

Adicionalmente, em relação aos imóveis locados com finalidade comercial, a Lei de Locações prevê ao locatário o direito à renovação compulsória do contrato, desde que, cumulativamente: (i) o contrato tenha sido celebrado por escrito e com prazo determinado; (ii) o prazo do contrato seja de, no mínimo, 5 (cinco) anos ininterruptos, sendo admitida a somatória de prazos contratuais; (iii) o locatário esteja explorando sua atividade, no mesmo ramo, pelo prazo mínimo e ininterrupto de 3 (três) anos; e (iv) ajuíze ação renovatória no prazo decadencial de um ano a seis meses anteriores à data do término do prazo do contrato de locação em vigor. Parte dos contratos de locação dos imóveis utilizados para o exercício das atividades operacionais da Companhia não atendem aos requisitos para garantir o direito à renovação compulsória pela Companhia. Portanto, a perda de qualquer de seus imóveis, incluindo por não renovação ou manutenção dos contratos de locação existentes, pode afetar adversamente as operações da Companhia, bem como seus resultados financeiros.

Além disso, se a Companhia decidir rescindir qualquer contrato de locação dos imóveis alugados, antes do fim do prazo contratual da locação, pode ser obrigada a pagar uma multa contratual ao proprietário, proporcional ao período de cumprimento do contrato, como consequência da rescisão antecipada do contrato de locação. Os valores envolvidos em tais multas e sua eventual quantidade poderia afetar adversamente a Companhia.

A Companhia pode não conseguir obter, manter ou renovar tempestivamente suas licenças, outorgas, autorizações, registros, cadastros e alvarás para a instalação e operação de seus escritórios, lojas, centros de distribuição e silos.

Os escritórios, as lojas, os centros de distribuição e os silos da Companhia também estão sujeitos à obtenção de certas licenças, outorgas, autorizações, registros, cadastros e/ou alvarás de uso e funcionamento necessários ao desenvolvimento das atividades operacionais da Companhia, expedidos pelas prefeituras municipais, pelos conselhos profissionais competentes, pelos corpos de bombeiros e órgãos ambientais e autoridades sanitárias e agropecuárias competentes. As licenças, outorgas, autorizações, registros, cadastros e autorizações possuem prazo de validade e devem ser obtidas e renovadas periodicamente e dentro do prazo legal, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. A Companhia pode não conseguir obter ou manter todas as licenças, outorgas, autorizações, registros, cadastros e alvarás necessários ou, ainda, a Companhia não pode garantir que as renovações serão solicitadas de forma tempestiva. Além disso, a Companhia pode não cumprir ou enfrentar dificuldades em cumprir as condicionantes e exigências das autoridades competentes na obtenção e renovação das licenças.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Em determinados casos, além das condicionantes técnicas de validade estabelecidas, o órgão ambiental pode condicionar a validade das licenças ambientais a outros registros, documentos ou certificados (tais como, Certificados de Regularidade Ambiental). Caso não sejam obtidos, mantidos e renovados tempestivamente pela Companhia, a validade das licenças ambientais poderá ser prejudicada, de modo que a Companhia poderá ser autuada nas esferas criminal e administrativa, além de responder por eventuais danos ambientais, o que poderá afetar adversamente seus resultados operacionais e a sua imagem.

Além disso, o cenário de pandemia do COVID-19 pode ter efeitos adversos nos prazos e procedimentos para renovação de tais licenças, outorgas, autorizações, registros, cadastros e alvarás. Caso a Companhia não consiga obter, manter ou renovar tempestivamente as licenças e alvarás necessários para o desenvolvimento das atividades em seus estabelecimentos, a Companhia pode ter que incorrer em custos adicionais para o pagamento de eventuais encargos ou mesmo comprometer o regular funcionamento de suas atividades nas lojas, centros de distribuição e silos. O cenário de pandemia não exime a Companhia da obrigação de obter, manter e renovar tempestivamente as licenças, outorgas, autorizações, registros, cadastros e/ou alvarás exigidos para as suas atividades, nem de cumprir com as condicionantes técnicas de validade e/ou demais exigências impostas pelo órgão ambiental responsável por supervisionar o processo de licenciamento ambiental.

Na data deste Formulário de Referência, a licença de operação da unidade da Agro100 localizada em Alvorada do Sul, requerida após a conclusão da etapa de instalação do empreendimento, ainda não havia sido emitida pelo órgão ambiental e, portanto, as atividades estavam sendo desenvolvidas sem respaldo de licença ambiental válida.

O desenvolvimento de atividades sem as devidas licenças ou em desconformidade com as licenças e suas exigências técnicas pode resultar em diversas penalidades que podem vir a ser aplicadas de acordo com o rigor do não cumprimento com o licenciamento correspondente, tais como: (i) resultar em autos de infração; (ii) aplicação de multas (nos valores de até R\$ 50 milhões de reais em se tratando de licenças ambientais; (iii) impedimento de abertura e operação de unidades, ainda que temporariamente; (iv) interdição (total ou parcial) ou fechamento de unidades, ainda que temporariamente; (v) exposição da Companhia a riscos adicionais ou perda de cobertura de seguros no caso de um acidente de segurança e proteção, ou evento similar; (vi) afetar adversamente tal instalação enquanto uma licença estiver pendente; (vii) apreensão de produtos e mercadorias; e/ou (viii) expor a Companhia, bem como os representantes da Companhia, a sanções criminais, em caso de exercício de atividades sem as devidas licenças, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos ambientais causados.

Caso a Companhia não obtenha, não renove tempestivamente ou tenha suas licenças, outorgas, autorizações, registros, cadastros e/ou alvarás cancelados, os resultados operacionais, os resultados financeiros, a imagem e a reputação da Companhia poderão ser adversamente afetados.

A Companhia está sujeita ao cumprimento de obrigações específicas nos seus contratos financeiros e instrumentos de dívida. O não cumprimento desses covenants pode causar o inadimplemento e/ou vencimento antecipado de contratos financeiros, o que poderá afetar adversamente a Companhia.

A Companhia possui cláusulas restritivas (covenants) existentes em seus contratos de dívidas, com base em determinados aspectos não financeiros (obrigações) e cláusulas de vencimento antecipado, nos casos de alteração de controle, recuperação judicial, entre outros. Ainda, a Companhia poderá pactuar contratos de dívidas com cláusulas restritivas à capacidade de endividamento (covenants financeiros).

Qualquer inadimplemento dos termos de tais contratos poderá resultar na decisão dos respectivos credores em declarar o vencimento antecipado cruzado do saldo devedor das respectivas dívidas e/ou resultar no inadimplemento e/ou vencimento antecipado de outros contratos financeiros (*cross default* e/ou *cross acceleration*), o que pode afetar a capacidade da Companhia em honrar seus compromissos e acarretar um impacto adverso relevante nos negócios da Companhia e em sua

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

situação financeira.

O nível de alavancagem da Companhia pode afetar adversamente sua capacidade de refinanciar seu endividamento existente ou captar recursos adicionais para financiar suas operações, limitar sua capacidade de reagir a mudanças na economia ou no setor do agronegócio e impedi-la de cumprir com suas obrigações previstas em seus instrumentos de dívida.

Em 31 de outubro de 2020, o saldo da Dívida Líquida Ajustada consolidada da Companhia era de R\$ 768,6 milhões. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide item 10.1, alíneas (d), (e) e (f), deste Formulário de Referência. O alto índice de alavancagem da Companhia pode apresentar consequências relevantes, incluindo:

- aumento da sua vulnerabilidade a desacelerações ou mudanças adversas em geral nas condições econômicas, setoriais ou competitivas e mudanças adversas na regulamentação governamental;
- redução da sua capacidade de utilizar seus fluxos de caixa para financiar suas operações, despesas de capital e oportunidades futuras de negócio, em razão de sua necessidade de dedicar parcela substancial de seus fluxos de caixa das atividades operacionais ao pagamento de principal e juros remuneratórios de seu endividamento;
- exposição a riscos associados ao aumento das taxas de juros, na medida em que a maioria de seus empréstimos e financiamentos é contratada a taxas de juros flutuantes;
- limitação da sua capacidade de realizar aquisições estratégicas ou necessidade de realizar desinvestimentos estratégicos e/ou não estratégicos;
- limitação da sua capacidade de obter financiamento adicional para, entre outros, capital de giro, despesas de capital, recompras de ações, desenvolvimento de produtos e serviços, exigências decorrentes do serviço da dívida, aquisições e propósitos corporativos; e
- limitação da sua capacidade de se adequar às mudanças nas condições de mercado, posicionando-a em desvantagem competitiva em relação aos seus concorrentes menos alavancados.

A Companhia pode vir a contratar empréstimos e/ou financiamentos adicionais no futuro, inclusive onerando em garantia uma parcela substancial de seus ativos, o que pode intensificar os correspondentes riscos a que está atualmente exposta. Além disso, caso uma parcela substancial dos ativos da Companhia esteja onerada em favor de determinados credores, a Companhia pode não dispor de ativos suficientes para satisfazer integralmente os créditos de seus credores quirografários na eventualidade de sua insolvência, falência ou liquidação.

A Companhia acredita ter de contratar dívidas adicionais no futuro e não pode garantir que sua capacidade de geração de receitas de suas operações evoluirá de forma proporcional ao aumento do seu endividamento e que será suficiente para atender suas obrigações financeiras estabelecidas em seus instrumentos de dívida, o que pode afetar adversamente seus resultados operacionais e situação financeira.

Adicionalmente, qualquer rebaixamento da classificação de seu risco (rating) pode afetar adversamente sua capacidade de contratar empréstimos e/ou financiamentos no futuro ou o custo para contratá-los, o que pode dificultar ou encarecer o financiamento de suas operações ou o refinanciamento de suas obrigações financeiras e, conseqüentemente, afetar sua situação financeira e resultados operacionais. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide item 10.1, alíneas (d), (e) e (f), deste Formulário de Referência.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e pode ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e pode ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

No ano de 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados, conforme alterada (Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”), que entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020 quanto a maior parte de suas disposições - exceto quanto às suas sanções administrativas (art. 52, 53 e 54), cuja aplicabilidade somente será possível a partir do dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020.

A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis para justificar o tratamento de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e a transferências de dados, bem como a autorização para a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”).

A ANPD tem assegurada sua autonomia técnica, embora esteja temporariamente subordinada à Presidência da República. A competência da ANPD prevalece sobre qualquer autoridade relacionada de outras entidades públicas no que diz respeito à proteção de dados pessoais, mas até o presente momento a ANPD ainda não editou nenhum regulamento relacionado à proteção de dados pessoais. No dia 26 de agosto de 2020, o executivo federal editou o Decreto nº 10.474/2020 aprovando a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da ANPD. O Decreto entrou em vigor em 5 de novembro de 2020, na data de publicação da nomeação do diretor-presidente da ANPD no Diário Oficial da União, e desencadeou o prazo legalmente previsto de 2 (dois) anos para transformação da ANPD em autarquia federal autônoma. O presente panorama permite que a ANPD inicie sua operação a qualquer momento, emitindo normas e diretrizes que poderão se aplicar à Companhia e impor novos limites às suas atividades de tratamento de dados pessoais.

Caso a operação de tratamento de dados pessoais da Companhia não esteja em conformidade com a LGPD até agosto de 2021, a Companhia poderá estar sujeita a sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, publicização da conduta infratora, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício social, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração, suspensão parcial do funcionamento do banco de dados e suspensão do exercício da atividade de tratamento de dados pessoais a que se refere a infração, proibição, total ou parcial, do exercício de atividades relacionadas ao tratamento de dados pessoais. Além disso, desde já, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos por ela causados e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por ela e suas controladas, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD. Ademais, é possível a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Desta forma, tanto falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, quanto a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, bloqueio temporário e/ou eliminação dos dados pessoais da base, sem prejuízo de eventuais sanções civis e criminais e até a suspensão de suas atividades. Tais consequências poderão afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia e, conseqüentemente, o valor de suas ações.

A incapacidade ou a falha da Companhia em proteger os seus direitos de propriedade intelectual contra violações de terceiros pode afetá-la negativamente.

O sucesso dos negócios da Companhia depende, em parte, da sua capacidade de proteger as atuais e futuras marcas, nomes de domínio e outros direitos de propriedade intelectual. Eventos como o indeferimento definitivo dos pedidos de registro de marca da Companhia pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”) ou o uso indevido ou não autorizado das marcas registradas da Companhia,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

ou ainda, o reconhecimento de nulidade administrativa dos seus registros marcários podem diminuir o valor das marcas da Companhia e afetar adversamente a sua imagem ou reputação.

Nesse sentido, a Companhia não pode garantir que as medidas adotadas para proteger os seus direitos de propriedade intelectual serão suficientes, ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente dos seus direitos de propriedade intelectual. Ainda, cabe ressaltar que o monitoramento do uso não autorizado de propriedade intelectual demanda esforços significativos e assim, ocasionalmente, terceiros já podem ter registrado ou adquirido direitos de marcas idênticas ou similares para produtos ou soluções que atendam ao mesmo mercado.

Há também o risco, ainda que por omissão, de a Companhia não conseguir renovar o registro de propriedade intelectual em tempo hábil ou que os concorrentes contestem ou invalidem quaisquer propriedades intelectuais existentes ou futuras enviadas para a Companhia ou licenciadas pela Companhia. Além disso, litígios dispendiosos e demorados podem ser necessários para impor e determinar o escopo de direitos de propriedade da Companhia, e se não obtiver êxito em defesa, os negócios da Companhia podem ser impactados adversamente. Qualquer falha na Companhia em proteger sua propriedade intelectual pode ter um efeito adverso em seus resultados operacionais.

Caso a Companhia perca e/ou não seja capaz de promover a manutenção dos contratos firmados com os produtores integrados de sementes, a execução e o desenvolvimento de suas atividades podem ser material e negativamente afetados.

A Companhia é, dentre outras atividades, uma beneficiadora de sementes que adquire produtos matriz (semente adquirida de fornecedores que desenvolvem variedades de sementes com aprimoramentos genéticos e são titulares da propriedade intelectual dessas sementes) e celebra com seus produtores contratos integrados para que estes promovam a sua plantação e multiplicação. As sementes são então tratadas pela Companhia que as revende aos seus clientes. Estes contratos são celebrados por safra e não há exclusividade entre a Companhia e os mencionados produtores integrados.

Caso os produtores integrados decidam não renovar os contratos para safras futuras, e a Companhia perca o relacionamento com tais cooperados, os seus resultados operacionais poderão ser adversamente afetados. Como consequência, poderá descumprir seus compromissos contratuais relativo à entrega de produtos para seus clientes, o que poderá acarretar em indenizações que poderão afetar adversamente os resultados e a reputação da Companhia.

Adicionalmente, a inexistência de cláusulas de exclusividade nos contratos com os produtores integrados sujeita à Companhia aos seguintes riscos: (i) impossibilidade de contratar cooperados para a produção de determinado tipo de semente, (ii) risco de concentração de parcela relevante da produção em certos cooperados, o que pode levar ao aumento no preço dos serviços desses cooperados e (iii) maior competição pelos campos, o que pode levar ao aumento de custos de aquisição das sementes. A materialização de tais riscos poderá afetar adversamente os custos, resultados e margens operacionais da Companhia.

A Companhia está sujeita a mudanças nos entendimentos, julgamentos e legislação que amparam a concessão de crédito a produtores rurais.

Nos últimos anos, houve mudanças na legislação que regulamenta as atividades do agronegócio, merecendo destaque a Medida Provisória nº 897 de 2019, ("MP do Agro"). Sancionada pelo Presidente da República em 07/04/2020, a MP do Agro foi convertida na Lei Federal nº 13.986, trazendo relevantes alterações nas normas para o financiamento do setor do agronegócio, destravando o crédito rural fomentado pelo crédito privado.

Contudo, há incertezas a respeito da interpretação e aplicação das mudanças na legislação sobre o regime de garantias e suas execuções, o que pode gerar insegurança jurídica quando a Companhia realiza avaliações de risco ao crédito. Qualquer alteração nos entendimentos, julgamentos e legislação, poderá causar maior inadimplência perante a Companhia, redução das vendas por impossibilidade de concessão de crédito, bem como o aumento dos custos processuais, o que poderá causar um impacto negativo nos resultados da Companhia. Para mais informações sobre a regulação estatal nas atividades da Companhia, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode sofrer impactos relevantes devido a alterações na legislação tributária brasileira ou a conflitos em sua interpretação.

O governo brasileiro tem frequentemente implementado e discutido diversas alterações nos regimes fiscais que podem afetar as empresas e seus clientes, inclusive como resultado da execução ou alteração de tratados fiscais. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas vigentes e/ou criação de tributos, temporários ou definitivos, cujos recursos são destinados a fins estabelecidos pelo governo, assim como o cancelamento de benefícios em vigor. Algumas dessas mudanças podem resultar em aumentos da carga tributária da Companhia, o que poderia afetar adversamente a lucratividade e os preços dos produtos da Companhia, bem como restringir a sua capacidade de fazer negócios nos mercados existentes.

Dentre as mudanças que podem afetar materialmente os negócios da Companhia, estão a reforma tributária, a revogação de isenções fiscais e alterações significativas na legislação do ICMS e do PIS/COFINS, incluindo aumento de alíquotas, alterações de base de cálculo, entre outros; além de alterações e/ou revogações dos incentivos fiscais do agronegócio que são repassados ao produtor rural. Ademais, algumas leis fiscais podem ser interpretadas controversamente pelas autoridades fiscais. Conseqüentemente, a Companhia pode ser adversamente afetada no caso de uma interpretação diferente daquela em que se baseou para realizar suas transações. A Companhia não pode garantir que será capaz de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer aumentos nos tributos brasileiros aplicáveis às suas operações.

Atualmente, existem no congresso brasileiro propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança completa no sistema de tributação ao consumo, que extingiria alguns tributos federais, estaduais e/ou municipais, dentre eles, por exemplo, IPI, PIS, Cofins, ICMS, e o ISS, para a criação de um ou mais tributos que incidiria sobre o consumo. A Companhia não pode assegurar que não haverá mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis que eventualmente poderão alterar sua carga tributária e os incentivos fiscais do agronegócio.

Falhas na manutenção de controles internos da Companhia podem afetar adversamente a sua reputação e os seus negócios.

A administração da Companhia é responsável por elaborar e manter controles internos adequados sobre os relatórios financeiros. Controles internos inadequados podem resultar em falhas no cumprimento das regulamentações aplicáveis, nos prazos aplicáveis, o que pode afetar negativamente a reputação da Companhia, bem como a análise realizada por seus acionistas e o mercado em geral.

Em conexão com a auditoria de demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, os auditores independentes identificaram certas deficiências significativas em 30 de outubro de 2020. As deficiências identificadas estão relacionadas aos recursos contábeis da Companhia e aos processos considerados insuficientes e que seriam necessários para cumprir os requisitos de conformidade do IFRS e da CVM, especificamente um ambiente de controle com normas, processos e estrutura para fornecer uma base confiável para a realização de atividades de controle interno em toda a Companhia, incluindo um processo de avaliação de risco. Neste sentido, conforme descrito no item 5.3 deste Formulário de Referência, os auditores independentes apontaram certas deficiências de controles internos e recomendações para o exercício social encerrado em 2019. A Companhia entende que terá que incorrer em despesas adicionais relacionadas a sua contabilidade e auditoria e sua administração terá que despende tempo significativo para sanar e remediar as deficiências significativas existentes.

Se a Companhia não for capaz de cumprir esses requisitos em tempo hábil, ou se identificar deficiências adicionais em seus controles internos, ou se não tiver sucesso em remediar suas deficiências significativas atuais, poderá haver um efeito adverso relevante sobre os negócios da Companhia, seus resultados operacionais e situação financeira. Além disso, as medidas para corrigir as deficiências significativas atuais exigirão que investimentos sejam feitos, bem como demandarão atenção da alta administração da Companhia. Esses aumentos de custos e o desvio da atenção da administração podem afetar adversamente os negócios, condição financeira e resultados

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

operacionais da Companhia.

Ainda, os controles podem não ser capazes de prevenir ou detectar todas as fraudes e informações imprecisas, e, portanto, a Companhia não pode garantir que deficiências relevantes adicionais não serão identificadas no futuro. Para mais informações sobre as falhas nos controles internos da Companhia vide item 5.3.d deste Formulário de Referência.

A Companhia pode enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas.

A Companhia possui receitas, custos e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas, incluindo com acionistas, pessoas vinculadas a eles e sociedades sob controle comum, conforme descritas no item 16.2 deste Formulário de Referência. As principais transações envolvem vendas de *commodities*, insumos e o armazenamento deles (como, por exemplo, serviço de armazenagem de sementes em câmaras frias) e aluguel de silos.

Contratações com partes relacionadas podem gerar situações de potencial conflito de interesses entre as partes incluindo com relação aos contratos de locação de imóveis e compra e venda de *commodities* e insumos agrícolas. Caso essas situações de conflito de interesses se configurem, poderá haver impacto negativo para os negócios da Companhia, o que poderá vir a causar um impacto adverso em suas atividades, situação financeira e resultados, bem como a seus acionistas. Para mais informações sobre as transações com partes relacionadas, veja o item 16.2 deste Formulário de Referência.

A Companhia não pode garantir que a observância da sua Política de Transações com Partes Relacionadas seja plenamente eficaz para evitar situações de potencial conflito de interesse entre as partes envolvidas. Além disso, caso verificada qualquer dessas situações, os interesses dos controladores da Companhia poderão divergir dos interesses da Companhia e de seus demais acionistas, o que poderá afetar de forma relevante as atividades, situação financeira e resultados da Companhia.

Dessa forma, em qualquer desses relacionamentos, o conflito de interesses poderá trazer um impacto negativo para a Companhia e, conseqüentemente, para seus acionistas.

A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde devido à propagação da COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma como a pandemia afetou e continuará a afetar os negócios da Companhia são incertos e imprevisíveis e podem afetar material e adversamente os negócios, condição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa e, finalmente, sua capacidade de continuar a operar os negócios.

A pandemia da COVID-19 demandou medidas restritivas por parte de autoridades governamentais mundiais, com o objetivo de proteger a população, resultando em restrição no fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução generalizada de consumo. No Brasil, estados e municípios, incluindo as localidades em que operamos, seguiram as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde, adotando medidas para controlar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de estabelecimentos comerciais e industriais, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos.

Como resultado da desaceleração econômica no Brasil em decorrência do COVID-19, os clientes da Companhia podem renegociar acordos existentes, com possíveis aumentos de inadimplência, o que poderá forçar a Companhia a manter parte dos seus ativos em estoque e, portanto, afetar adversamente resultados de suas operações e sua condição financeira.

A forma de operar parte dos negócios da Companhia foi afetada pelo COVID-19 no curso do ano de 2020, com restrições a visitas a clientes e produtores e aumento de risco de escassez e/ou atrasos na cadeia de suprimentos, não podendo a Companhia garantir que tais restrições não impactarão

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

adversamente os seus negócios ou resultados.

A pandemia pode, também, causar perturbações materiais nos negócios e operações da Companhia devido a regimes de quarentena impostos por autoridades locais, ciberataques, contaminação dos seus funcionários, medidas de distanciamento social, cancelamento de visitas dos seus times comerciais às propriedades rurais de clientes e cancelamento de viagens. Se uma porcentagem significativa da força de trabalho da Companhia não estiver apta a trabalhar, seja por motivo de contaminação ou restrições governamentais relacionadas ao COVID-19, as operações da Companhia podem ser adversamente afetadas. Ademais, um período prolongado de trabalho remoto também pode aumentar os riscos operacionais da Companhia, incluindo, mas não limitado, a riscos de cibersegurança, o que pode prejudicar a capacidade da Companhia gerência e operação.

Para informações adicionais sobre o impacto da COVID nas atividades e negócios da Companhia, vide itens 10.1 e 14.5 deste Formulário de Referência.

Não há precedentes comparáveis que possam fornecer uma orientação ou previsão quanto às consequências da pandemia global do COVID-19. Dessa forma, a extensão em que o surto de COVID-19 afetará os negócios, condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa da Companhia dependerá de eventos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, incluindo, entre outros, a duração e a distribuição geográfica do surto, sua gravidade, as ações para conter o vírus, como serão enfrentados os impactos por este causados e a velocidade em que as condições econômicas serão retomadas.

Mesmo depois da diminuição do surto de COVID-19, a Companhia pode ter impactos materialmente adversos em seus negócios como resultado de seu impacto econômico global, incluindo qualquer recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego que ocorreu ou pode ocorrer no futuro, o que pode diminuir a demanda pelos serviços prestados pela Companhia, em razão do aumento de receios de consumidores, bem como por conta do aumento do inadimplemento dos clientes.

Os impactos da pandemia de COVID-19 também podem precipitar ou agravar os outros riscos informados neste Formulário de Referência, incluindo aqueles relacionados ao endividamento da Companhia e a sua capacidade de cumprir com obrigações (*covenants*). Para mais informações, vide item 10.1.f deste Formulário de Referência.

Diante das incertezas, a Companhia avalia constantemente quais os possíveis impactos que podem ocorrer em relação a:

- Restrições de visitas a clientes no campo;
- Eventual escassez na cadeia de suprimentos;
- Aumento nos níveis de inadimplência dos clientes;
- Insumos necessários ao desenvolvimento das atividades;
- Os impactos nas vendas; e
- Os impactos no fluxo de caixa da Companhia e um consequente aumento significativo no risco de crédito.

A Companhia pode vir a tomar ações adicionais, conforme exigido pelas autoridades governamentais ou que entenda ser no melhor interesse de seus funcionários, clientes e parceiros de negócios. Não há certeza de que essas medidas serão suficientes para atenuar os riscos apresentados pela pandemia de COVID-19 ou, de outra forma, serão satisfatórias e suficientes. Ainda, não pode garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, não pode garantir não impactarão adversamente os seus negócios de forma igual ou superior à pandemia do COVID- 19.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ainda, os impactos incertos da pandemia podem afetar negativamente a exportação de *commodities* agrícolas, como por exemplo em relação à soja e o milho, o que poderá impactar adversamente os negócios e resultados da Companhia.

As Demonstrações de Resultado Condensadas Pro Forma Não Auditadas bem como determinadas informações financeiras correlatas incluídas neste Formulário de Referência podem não ser representativas dos resultados da Companhia após a reorganização.

As demonstrações de resultado condensadas pro forma não auditadas ("Demonstrações de Resultado Condensadas Pro Forma Não Auditadas"), bem como determinadas informações financeiras correlatas incluídas no Item 10 deste Formulário de Referência foram apresentadas para fins de informação apenas e não indicam necessariamente os resultados operacionais que efetivamente teriam ocorrido caso a reorganização tivesse ocorrido em 1º de janeiro de cada período demonstrado, nem indicam os resultados operacionais futuros da Companhia após o reflexo nas demonstrações de resultado da consumação da reorganização.

As Demonstrações de Resultado Condensadas Pro Forma Não Auditadas não refletem eventos futuros que podem vir a ocorrer, incluindo os custos relativos a uma potencial integração e quaisquer cobranças não recorrentes resultantes da reorganização, e não levam em consideração potenciais impactos de condições de mercado atuais sobre eficiências de receitas ou despesas, eventos os quais podem afetar adversamente os resultados da Companhia. As Demonstrações de Resultado Condensadas Pro Forma Não Auditadas são baseadas, em parte, em determinadas hipóteses que a Companhia acredita serem razoáveis sob as circunstâncias e para os fins específicos observados acima. As hipóteses podem não se concretizar ao longo do tempo. Contudo, as Demonstrações de Resultado Condensadas Pro Forma Não Auditadas não indicam resultados futuros e, nesse sentido, a Companhia não pode garantir que as hipóteses serão concretizadas ao longo do tempo, podendo tais resultados serem materialmente diferentes daqueles apontados nas Demonstrações de Resultado Condensadas Pro Forma Não Auditadas.

Os benefícios previstos decorrentes da operação como uma empresa combinada com a Agro Key e Agro Advance podem não ser alcançados e a Companhia pode enfrentar desafios com a integração.

O sucesso da reestruturação organizacional, conforme detalhada no item 10.1 deste Formulário de Referência, dependerá, em parte, da capacidade da Companhia em obter os benefícios esperados da integração das operações das companhias envolvidas. A Companhia não pode garantir que a integração seja conduzida sem dificuldades, que podem incluir, entre outras coisas, a perda de pessoal-chave, desvio da atenção da administração, a interrupção de seus respectivos negócios em andamento ou possíveis inconsistências em normas, procedimentos e políticas. Além disso, a Companhia pode ser obrigada a fazer investimentos ou despesas de capital imprevisíveis, a fim de manter, integrar, aprimorar ou sustentar suas operações. A integração das respectivas operações da Companhia podem envolver riscos financeiros e custos imprevisíveis e adicionais, como a ocorrência de baixas inesperadas, o impacto de tratamentos fiscais e contábeis adversos e obrigações imprevisíveis ou desconhecidas relacionados à Agro Key e Agro Advance ou à Companhia.

As dificuldades de combinar as operações das companhias incluem, entre outras:

- o gerenciamento de uma companhia bem maior;
- a coordenação de organizações geograficamente separadas;
- o possível desvio da atenção da administração e recursos de outras oportunidades estratégicas e de questões operacionais;
- alinhamento e execução da estratégia da Companhia após a transação;
- a manutenção dos clientes atuais e a atração de novos clientes;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- a manutenção da motivação dos empregados e a contratação de pessoal-chave da administração e de outros empregados;
- a integração de três culturas comerciais, que podem ser incompatíveis;
- a possibilidade de suposições incorretas subjacentes às expectativas em relação ao processo de integração;
- a consolidação de infraestruturas corporativas e administrativas e a eliminação de operações duplicadas;
- a coordenação dos esforços de distribuição e marketing;
- a integração de tecnologia da informação, de comunicações e outros sistemas;
- alterações na legislação ou no regulamento aplicável;
- o gerenciamento de custos ou ineficiências tributárias associadas à integração das suas operações após a transação;
- despesas imprevistas ou atrasos associados à transação; e
- a tomada de providências necessárias para obter aprovações regulatórias. Todos esses fatores podem diminuir ou atrasar o efeito acumulado previsto da transação.

Mesmo se as operações da Companhia e as operações da Agro Key e Agro Advance forem integradas com sucesso, a Companhia pode não obter todos os benefícios da transação, incluindo sinergias estimadas, economia de custos e oportunidades de crescimento, dentro do prazo esperado de cinco anos, se houver. A economia de custos real, os custos necessários para realizar a economia de custos e a fonte dessa economia podem diferir substancialmente das suas estimativas.

Além disso, a pandemia da COVID-19 criou significativa volatilidade, incerteza e perturbação econômica, o que pode afetar negativamente os planos de integração da Companhia e podem afetar material e adversamente os resultados operacionais, fluxos de caixa e posição financeira da Companhia.

Falhas na proteção contra riscos relacionados à segurança cibernética podem causar perda de receita e danos à reputação da Companhia, prejudicando suas operações ou resultando na divulgação não autorizada de informações.

A infraestrutura de Tecnologia da Informação (“TI”) da Companhia está sujeita a problemas em sua segurança cibernética, que podem englobar:

- (i) Ataques cibernéticos, os quais podem incluir invasão das plataformas e dos sistemas de tecnologia da informação com os objetivos de acessar, alterar, furtar, corromper ou destruir plataformas e sistemas utilizados pela Companhia, redes de computadores e informações armazenadas ou transmitidas da Companhia ou de parceiros de negócio; e
- (ii) Violação de privacidade e dados pessoais, bem como acesso ou divulgação não autorizados, de dados confidenciais e/ou particulares de clientes por pessoas de dentro ou fora da Companhia.

Os fatores acima podem ser decorrentes de *malware* (como vírus de computador), *ransomware*, *worm*, *phishing*, engenharia social, exploração de fraquezas do ambiente e sistemas, contaminação (seja intencional ou acidental) das redes e sistemas por terceiros com os quais existe a troca de dados, bem como outros tipos de ataques. Além disso, devido à pandemia do COVID-19, as práticas de trabalho remoto pelos colaboradores da Companhia aumentaram, o que pode tornar as plataformas da Companhia e sistemas de tecnologia de informação mais suscetíveis aos problemas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de segurança cibernética acima citados.

Quaisquer ataques cibernéticos podem resultar em impactos na imagem e reputação da Companhia, na paralisação de sistemas ou na indisponibilidade de serviços. Em consequência, é possível que haja perdas de negócios, contaminação, corrupção ou perda de dados de clientes e outras informações sensíveis armazenadas, violação de segurança de dados, divulgação não autorizada de informações ou, ainda, perda de níveis significativos de ativos líquidos (incluindo valores monetários).

Tentativas de ataques cibernéticos continuam evoluindo em dimensão e sofisticação, e a Companhia pode incorrer em custos significativos na tentativa de modificar ou melhorar as medidas de proteção, ou para investigar ou remediar quaisquer vulnerabilidades ou violação, ou, ainda, para comunicar ataques cibernéticos a seus clientes.

Caso a Companhia não seja capaz de proteger de maneira eficiente seus sistemas e plataformas contra ataques cibernéticos, isso pode ocasionar: violações à privacidade, de dados pessoais e confidencialidade de clientes; prejuízos decorrentes de danos à segurança de rede e violação de dados de clientes; conflitos com clientes; danos de imagem e sua reputação; responsabilidade de mídia e custos relacionados; processos judiciais, multas regulatórias, sanções, intervenções, reembolsos e outros custos de indenização; custos decorrentes de gerenciamento de crises para identificação e preservação de dados, consultoria jurídica, contratação de terceiros, defesas emergenciais e indenizações; custos necessários à restauração de ambientes (custos relativos à utilização da estrutura de backup para restaurar informações ou seus sistemas); e custos relacionados a indenizações decorrentes de ações judiciais.

Além disso, a Companhia administra, retém e mantém parcerias com terceiros para o arquivamento, processamento, manutenção e disponibilização, na internet, de dados eletrônicos que contêm informações pessoais confidenciais de clientes no curso regular de suas operações, as quais podem ser objeto de acesso e divulgações não autorizados.

Qualquer uso indevido ou não autorizado de informações de clientes, ou qualquer percepção pública de que a Companhia divulgou informações de clientes sem sua autorização prévia, poderá sujeitar a Companhia a ações judiciais e sanções administrativas, que podem afetar de forma prejudicial e substancial sua reputação, imagem e situação financeira.

Ainda, é importante ressaltar que a LGPD estabelece responsabilidade solidária entre os controladores de dados, como a Companhia, e os operadores de dados, definidos como os agentes que realizam tratamento de dados pessoais em seu nome e no seu interesse, sempre que os controladores de dados estiverem diretamente envolvidos no tratamento de dados pessoais pelos operadores. Isto significa que as violações à legislação de proteção de dados por seus contratados e subcontratados que realizem tratamento de dados em seu interesse, inclusive os provedores de aplicativos e conexão na internet, poderão resultar em deveres de compensação e indenização à Companhia perante terceiros, que poderão gerar custos e despesas relevantes e impactar os seus resultados financeiros, sua imagem e reputação.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos em que a Companhia e seus administradores são partes ou mencionados podem causar efeitos adversos para a Companhia.

A Companhia é e pode vir a ser ré em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, criminal, tributária, trabalhista e ambiental, cujos resultados podem ser desfavoráveis. Decisões contrárias aos seus interesses, aos interesses de seus administradores e/ou de seus acionistas controladores, ou ainda aos seus prognósticos de perda, poderão representar perdas financeiras e impedir a realização de seus projetos conforme inicialmente planejados, podendo afetar adversamente sua reputação, sua imagem, seus negócios, operação regular do empreendimento ou resultados. O valor de provisões, se existentes, feitas pela Companhia poderá ser inferior ao valor total das condenações referentes aos processos citados acima.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Da mesma forma, um ou mais de seus administradores podem vir a ser réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, ambiental, criminal, tributária e trabalhista, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente. Além disso, um de seus administradores é mencionado em um processo criminal, sendo possível que seja intimado para a prestação de depoimentos ou, em caso extremo, indiciado pela autoridade policial, vindo a ser incluído no escopo de novas medidas cautelares. Nessas hipóteses, é possível que haja um impacto à imagem e a reputação da Companhia, tendo em vista que, como se trata de um processo criminal, no cenário de eventual condenação, é possível que seja necessário o afastamento do administrador das funções exercidas na Companhia, o que pode impactar suas atividades, seus negócios ou seus resultados de forma adversa, direta ou indiretamente bem como ocasionar a proibição de a Companhia contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios por até 5 anos, entre outras.

Para mais informações acerca dos processos judiciais ou administrativos em relação à Companhia e aos seus administradores, veja os itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

Uma paralisação ou greve significativa da força de trabalho da Companhia pode afetar as suas operações.

Os empregados da Companhia e suas controladas são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por convenções e acordos coletivos, diretrizes sindicais ou contratos de trabalho semelhantes, que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das suas instalações, ou movimentos trabalhistas relacionados a qualquer um de seus fornecedores terceirizados, podem ter um efeito adverso relevante sobre suas operações e negócios.

A Companhia depende de câmaras frias para armazenar suas sementes e garantir o abastecimento de lojas e será adversamente afetada caso tais câmaras frias sofram prejuízos relevantes ou sejam fechadas.

A Companhia armazena as sementes em câmaras frias de terceiros com temperatura e umidade controladas para garantir altas taxas de vigor e germinação.

Caso o funcionamento das câmaras frias seja interrompido total ou parcialmente por qualquer motivo, incluindo mas não se limitando a desastres naturais, incêndios ou inundações, falha nos sistemas de controle de umidade de ar e temperatura, a Companhia pode não ser capaz de entregar sementes com as taxas de germinação e vigor esperadas.

A sua estratégia de crescimento inclui, entre outros aspectos, a expansão por meio de aquisições, o que pode exigir uma expansão na capacidade das câmaras frias existentes ou até mesmo o estabelecimento ou arrendamento de novas câmaras frias. Caso a Companhia não encontre locais adequados para estabelecer novas câmaras frias, ou não consiga expandir as câmaras frias já existentes ou integrar as novas câmaras frias eventualmente adquiridas ou arrendadas com as atuais, pode ter a qualidade das suas sementes reduzida e, como consequência, os resultados operacionais e sua estratégia de crescimento, bem como sua reputação e imagem, poderão ser adversamente afetados.

Os processos de governança, gestão de riscos, controles internos e compliance da Companhia que estão em fase de implementação para fins de adequação às regras do Novo Mercado, podem falhar ou não ser suficientes para detectar ou evitar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta, o que pode ocasionar impactos adversos relevantes sobre seus negócios, sua situação financeira, sua reputação, sua imagem, seus resultados operacionais e sobre a cotação de suas ações ordinárias.

A Companhia está sujeita a regulamentos voltados à prevenção e ao combate à corrupção, sendo exemplos dessas normas no Brasil, entre outras, a Lei n.º 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa") e a Lei n.º 12.846/13 ("Lei Anticorrupção"). As sanções aplicadas com base em tais leis incluem (i) multas e indenizações nas esferas administrativa e cível, (ii) perdimento de bens,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

direitos e/ou valores que representem vantagem ou proveito, direta ou indiretamente, obtidos da infração, (iii) suspensão ou interdição parcial de atividades, (iv) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios por até 10 anos, entre outras. Essas sanções, se aplicadas, podem ter um efeito adverso relevante sobre a reputação da Companhia, bem como afetar adversamente os seus resultados.

Os processos de governança, políticas, gestão de riscos e compliance da Companhia podem não ser capazes de prevenir ou detectar (i) violações a Lei de Improbidade Administrativa, Lei Anticorrupção ou leis similares, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos em seu nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não), inclusive por parte de seus administradores, funcionários, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes ou terceiros que possam representar ou atuar em nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não) da Companhia, ou (iii) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com a legislação ou com princípios éticos e morais, que possam afetar adversamente a sua reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais, bem como a cotação de suas ações ordinárias.

Adicionalmente, a estrutura envolvida nos Controles Internos, Gestão de Riscos e Compliance da Companhia, tal como descrito na seção 5 deste Formulário de Referência foi formalmente aprovada pelo Conselho de Administração apenas em 18 de dezembro de 2020, no contexto das atividades preparatórias para a abertura de capital da Companhia e admissão das ações ordinárias de sua emissão para negociação no Novo Mercado, sendo que a vigência dos normativos que regulam está condicionada à entrada em vigor do Contrato de Participação do Novo Mercado, a ser firmado entre a Companhia e a B3. Não há como assegurar que, mesmo implementadas, as estruturas de controles aqui mencionadas serão eficientes ao prevenir ou detectar as falhas mencionadas no parágrafo anterior.

Da mesma forma, a Companhia pode não ser capaz de evitar que seu nome seja envolvido em investigações, inquéritos ou processos judiciais ou administrativos visando a apuração de infrações contra a Administração Pública, por atos praticados por funcionários, administradores, diretores, acionistas ou terceiros atuando em nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não) da Companhia, que podem resultar nas sanções exemplificadas acima e em resultados como, por exemplo, (i) ações coercitivas ou responsabilização pela violação a leis aplicáveis e (ii) vencimento antecipado de determinados contratos. A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção e à Lei de Improbidade Administrativa por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas. Todas essas situações podem afetar material e adversamente a sua reputação, sua imagem, seus negócios, condições financeiras e resultados operacionais, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de ações.

De acordo com o seu estatuto social, a Companhia deve pagar aos acionistas, no mínimo, 25% de lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei nº 6.404/76 e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei nº 6.404/76 permite que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a situação financeira da Companhia. Caso qualquer destes eventos ocorra, os proprietários de ações podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos seus acionistas a título de participação nos resultados.

Os interesses dos administradores e executivos da Companhia podem ficar excessivamente vinculados à cotação de ações de sua emissão, uma vez que participam de um plano de opção

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de compra de ações.

Os administradores e executivos da Companhia são participantes de plano de opção de compra de ações, cujo potencial ganho para seus participantes está vinculado ao maior valor de mercado das ações de emissão da Companhia.

O fato de os administradores e executivos participarem de plano de opção de compras de ações pode levar a administração da Companhia a conduzir suas atividades com maior foco na geração de resultados no curto prazo, o que poderá não coincidir com os interesses dos seus demais acionistas que tenham uma visão de investimento de longo prazo. Para mais informações sobre o plano de opção de compra de ações da Companhia ver o item 13.4 deste Formulário de Referência.

A Companhia poderá ter um aumento de despesas com pessoal em decorrência do início de pagamento de remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria diretamente pela Companhia.

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, não eram remunerados diretamente pela Companhia, mas sim pelas suas controladas, conforme disposto no item 13.15. A partir do exercício social de 2021, os administradores passaram a receber remuneração da Companhia, conforme definido em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 2020, que definiu a remuneração global dos administradores em R\$ 18.256.117,00, fato este que poderá gerar um aumento de despesas com pessoal, incluindo não só os gastos com *pro-labore*, mas também com benefícios diretos e indiretos, bem como aumento dos encargos tributários e previdenciários a serem recolhidos pela Companhia. Tal aumento nas despesas pode reduzir a margem de lucro da Companhia e expô-la ao risco de sofrer autuações de natureza trabalhista e/ou fiscal em decorrência dos pagamentos realizados aos administradores que tendem a ser valores mais elevados.

b) Riscos relacionados a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem divergir ou entrar em conflito com os interesses dos seus demais acionistas.

Os acionistas controladores têm poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, inclusive reorganizações societárias, alienações e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório impostas pela Lei nº 6.404/76. Os acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, buscar financiamentos ou operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos demais acionistas da Companhia. Não podemos assegurar que os interesses dos acionistas controladores da Companhia estarão alinhados com os interesses dos seus demais acionistas nas deliberações.

Adicionalmente, quaisquer dos acionistas controladores da Companhia poderão optar por vender parcela significativa ou a totalidade de suas respectivas participações para terceiros. Caso não haja um acionista controlador titular da maioria absoluta do capital votante da Companhia, os seus acionistas poderão não gozar da mesma proteção conferida pela Lei das Sociedades por Ações contra abusos praticados por outros acionistas e, em consequência, poderão ter dificuldade em obter a reparação dos danos causados. Qualquer mudança repentina ou inesperada na administração da Companhia, em sua política empresarial ou direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente os seus negócios e resultados operacionais.

Caso surja um grupo de acionistas agindo em conjunto ou vinculados por acordo de voto e este grupo passe a deter o poder decisório da Companhia, esta pode sofrer mudanças repentinas e inesperadas de suas políticas corporativas e estratégias, inclusive através de mecanismos como a substituição dos seus administradores. Além disso, é possível que a Companhia fique mais vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle e aos conflitos daí decorrentes.

c) Riscos relacionados a seus acionistas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O mercado de negociação ativo e líquido para as ações da Companhia poderá não se desenvolver, limitando a capacidade de seus acionistas venderem as ações pelo preço e no momento desejados.

O mercado brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e potencialmente mais volátil que os mercados de ações nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos. Os investimentos em valores mobiliários negociados no mercado brasileiro estão sujeitos a determinados riscos, tais como mudanças nos ambientes regulatório, fiscal, social, econômico e político, local e global. Essas características de mercado poderão afetar o preço e liquidez das ações da Companhia e limitar significativamente a capacidade dos titulares das ações de sua emissão de vendê-las ao preço e nas datas desejados. O valor de mercado das ações da Companhia poderá também variar significativamente por diversas razões, incluindo os Fatores de Risco apresentados neste Formulário de Referência.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação de seus acionistas no capital social da Companhia.

A Companhia pode vir a ter que captar recursos adicionais e pode optar por obtê-los por meio da colocação pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas. A obtenção de recursos, pela Companhia, por meio da emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, poderá resultar em alteração na quantidade de ações em circulação e no preço das ações, e, conseqüentemente, na diluição da participação acionária dos referidos acionistas, que poderão passar a ter menor participação proporcional em rendimentos e menor poder de influência nas suas decisões tomadas, caso não exerçam, por qualquer motivo, seus direitos de preferência na subscrição de novas ações emitidas em decorrência de tais novas ofertas de ações para obtenção de capital adicional no futuro. Na hipótese de financiamentos públicos ou privados não estarem disponíveis, ou caso assim decidam os acionistas, tais recursos adicionais poderão ser obtidos por meio de aumento de capital social. Qualquer recurso adicional obtido por meio de aumento de capital social poderá diluir a participação de seus acionistas no capital social.

Caso a Companhia e os Acionistas Vendedores tenham êxito na realização da Oferta, os seus atuais acionistas controladores serão diluídos de modo que poderão deixar de deter mais do que 50% das ações votantes da Companhia, o que poderá tornar a Companhia suscetível a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de acionista ou grupo de acionistas que detenha controle.

Após a oferta pública inicial de ações da Companhia, há o risco de o acionista controlador passar a deter menos do que 50% do capital votante, mais uma ação. No âmbito da oferta inicial de ações, os acionistas vendedores pretendem alienar parte das ações de emissão da Companhia de sua titularidade, em quantidade tal que os Fundos de Investimentos em Participações (FIPs) controlados pelo acionista controlador, que orienta vários aspectos da condução dos negócios da Companhia e aponta os seus principais executivos, deixará de deter mais do que 50% mais uma ação do capital votante, de forma que a Companhia deixará de ter um controlador definido.

Deste modo, a Companhia pode não ter um acionista controlador ou grupo de controle vinculado por acordo de voto, titular de mais de 50% mais uma ação do capital votante. A ausência de um acionista ou grupo controlador vinculado por acordo de voto, titular de mais de 50% mais uma ação do capital votante poderá dificultar certos processos de tomada de decisão, o que pode levar a conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de acionista controlador ou grupo de controle, tais como a dificuldade em certos processos decisórios por falta de quórum para aprovação. Além disso, a Companhia e seus acionistas poderão não gozar da mesma proteção conferida pela Lei das Sociedades por Ações contra abusos praticados por acionistas controladores e, em consequência, podemos ter dificuldade em obter a reparação dos danos causados. A ausência de acionista ou grupo controlador pode nos deixar suscetível à aliança ou acordos de votos entre os acionistas, o que poderia ter o mesmo efeito de ter um grupo de controle.

A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de ações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

De acordo com o seu estatuto social, a Companhia deve pagar aos acionistas, no mínimo, 25% de lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei nº 6.404/76 e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei nº 6.404/76 permite que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a situação financeira da Companhia. Caso qualquer destes eventos ocorra, os proprietários de ações podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos seus acionistas a título de participação nos resultados.

Os interesses dos administradores e executivos da Companhia podem ficar excessivamente vinculados à cotação de ações de sua emissão, uma vez que participam de um plano de opção de compra de ações.

Os administradores e executivos da Companhia são participantes de plano de opção de compra de ações, cujo potencial ganho para seus participantes está vinculado ao maior valor de mercado das ações de emissão da Companhia.

O fato de os administradores e executivos participarem de plano de opção de compras de ações pode levar a administração da Companhia a conduzir suas atividades com maior foco na geração de resultados no curto prazo, o que poderá não coincidir com os interesses dos seus demais acionistas que tenham uma visão de investimento de longo prazo. Para mais informações sobre o plano de opção de compra de ações da Companhia ver o item 13.4 deste Formulário de Referência.

Para mais informações sobre estas operações, ver o item 10.1.f deste Formulário de Referência

d) Riscos a suas controladas e coligadas

Os resultados da Companhia dependem dos resultados de suas controladas cuja disponibilização a Companhia não pode garantir.

A capacidade da Companhia de cumprir com as suas obrigações financeiras e de pagamento de dividendos aos seus acionistas depende do fluxo de caixa e dos lucros de suas controladas. Suas controladas poderão não pagar dividendos ou juros sobre capital próprio, inclusive em decorrência dos impactos que possam vir a ser gerados futuramente pelo COVID-19. A Companhia não pode garantir que tais recursos serão disponibilizados ou que serão suficientes para o cumprimento das obrigações financeiras da Companhia e para o pagamento de dividendos aos seus acionistas.

e) Riscos relacionados a seus fornecedores

A utilização de mão-de-obra terceirizada pode implicar na assunção de obrigações de natureza trabalhista e previdenciária.

A Companhia e suas controladas utilizam de mão de obra terceirizada em suas atividades. A utilização de mão-de-obra terceirizada por parte das controladas pode implicar na assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária. A assunção de tais contingências é inerente à contratação de terceiros, uma vez que pode ser atribuída às subsidiárias, na condição de tomadoras de serviços de terceiros, a responsabilidade pelos débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados das empresas prestadoras de serviços, quando essas deixarem de cumprir com suas obrigações trabalhistas e previdenciárias.

A Companhia pode, por sua vez, vir a responder pelas eventuais contingências trabalhistas e previdenciárias relativas às suas controladas, independentemente de ser assegurado a ela e às suas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

controladas o direito de ação de regresso contra as empresas prestadoras de serviços. A ocorrência de eventuais contingências é de difícil previsão e quantificação e, caso consumadas, poderão afetar adversamente a situação financeira da Companhia e os seus resultados, bem como impactar negativamente sua imagem em caso de eventual aplicação de multa ou pagamento de indenização, bem como resultar na inclusão da Companhia em listas do Ministério do Trabalho, na sua impossibilidade de contratar financiamentos, receber incentivos fiscais ou contratar com poder público.

Por fim, tendo em vista que a Companhia terceiriza uma parte de suas operações, caso uma ou mais das empresas prestadoras de serviços terceirizados descontinue suas atividades ou interrompa a prestação de serviços, as operações da Companhia poderão ser prejudicadas, o que acarretará um efeito adverso em seus resultados e em sua condição financeira.

A Companhia depende de fornecedores para a aquisição de fertilizantes, defensivos agrícolas e sementes e está sujeita a variação no preço e condições de financiamento desses produtos.

Os fertilizantes, defensivos agrícolas e sementes representaram aproximadamente 66% dos produtos vendidos pela Companhia, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

O preço desses insumos é impactado pela variação cambial, especialmente os fertilizantes, que podem ter seus preços referenciados na moeda americana, tendo em vista que grande parte dos fertilizantes são fabricados no exterior e empresas nacionais e multinacionais atuantes no Brasil importam tais fertilizantes e os vendem posteriormente aos clientes, dentre eles, a Companhia. Além disso, o preço dos fertilizantes tem comportamento atrelado à oferta e demanda pelo produto e está significativamente atrelado ao preço da soja, ou seja, quando há alta do preço da soja, há, em segundo momento, incremento no preço do fertilizante.

Os defensivos agrícolas também possuem origem no exterior, sendo a variação cambial um componente importante na formação de seu preço, bem como as sementes também sofrem com a variação cambial decorrente da oferta e demanda.

Os fornecedores também estão sujeitos a rupturas na cadeia de fornecimento de importação de produtos, seja por motivos relativos à pandemia do COVID-19, seja por potenciais restrições de comércio internacional, conforme descritos no item 4.1.a deste Formulário de Referência. Ou seja, a oferta de tais produtos pode ser reduzida e impactar tanto o preço quanto a capacidade da Companhia de suprir a demanda de seus clientes. Desta forma, as inconstâncias da cadeia comercial relacionada a estes insumos podem impactar direta e adversamente o resultado operacional da Companhia.

Parte das compras da Companhia são realizadas a prazo com fornecedores, para tanto, depende de obtenção de linhas de crédito com estes fornecedores. Mudanças nas condições de financiamento com os fornecedores podem afetar a capacidade de compra e/ou requerer mudanças na estratégia de financiamento da Companhia.

Algumas categorias de produtos que a Companhia comercializa são substancialmente adquiridos de um número limitado de fornecedores e caso ocorram alterações nessa cadeia de fornecimento, suas atividades e negócios podem ser afetados adversamente.

Algumas categorias de produtos que a Companhia comercializa, como fertilizantes, sementes e defensivos químicos e fertilizantes foliares, são adquiridos de número restrito de fornecedores. Caso algum fornecedor não seja capaz de suprir os produtos na quantidade e na frequência usualmente adquirida pela Companhia ou deixar de fornecer os seus produtos para a Companhia e esta não for capaz de substituir o fornecedor no prazo aceitável ou efetivamente substituí-lo, pode não ser capaz de manter o seu nível usual de vendas na categoria afetada, o que pode causar um efeito adverso relevante sobre seus negócios, operações, atividades e, conseqüentemente, seus resultados.

A Companhia não pode garantir que seus prestadores de serviços ou fornecedores venham a se utilizar de práticas irregulares.

Devido à relevante pulverização e terceirização das operações dos seus prestadores de serviço e da cadeia produtiva dos seus fornecedores, a Companhia não pode garantir que alguns deles não

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

venham a apresentar problemas com questões trabalhistas ou relacionados à sustentabilidade, quarteirização da prestação de serviços ou da cadeia produtiva e condições de segurança impróprias ou mesmo que não venham a se utilizar dessas irregularidades para terem um custo mais baixo de seus produtos ou serviços. Caso seus fornecedores o façam, a Companhia poderá ter prejuízos com sua imagem e, como consequência, a percepção dos seus consumidores sobre seus produtos pode ser adversamente afetada, com impacto direto na redução de sua receita líquida e resultado operacional, bem como em sua imagem e cotação das ações ordinárias.

A Companhia pode estar sujeita a investigações periódicas e regulares por parte do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério Público do Trabalho visando ao cumprimento das normas trabalhistas, incluindo as relativas à saúde e segurança no trabalho. Essas investigações podem resultar em multas, inclusão em listas do Ministério do Trabalho, impossibilidade de contratar financiamentos, receber incentivos fiscais, contratar com o poder público e processos que podem afetar de forma adversa os negócios, resultados e as condições financeiras da Companhia.

A Companhia pode ser adversamente afetada em caso de atrasos nas alfândegas.

Diversos insumos e equipamentos que a Companhia utiliza em suas operações são produzidos ou fabricados no exterior e importados por fornecedores que os revendem no mercado brasileiro. Greves nos locais de entrada, como portos e aeroportos, atrasos nas alfândegas ou inspeções da Receita Federal do Brasil ou da Polícia Federal podem afetar a disponibilidade de tais insumos, o que pode ter um efeito material adverso nas operações da Companhia.

A Companhia pode ser considerada solidariamente responsável pelos danos ambientais causados por seus fornecedores e/ou clientes.

A responsabilidade civil por danos ambientais tem natureza objetiva e solidária. Nesse cenário, podem ser considerados responsáveis pela sua reparação todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da existência de dolo e/ou culpa. Sendo assim, a responsabilidade civil pode ser aplicada a todas as partes que estiverem envolvidas, direta ou indiretamente, na atividade que ocasionou o dano ambiental, de modo que a parte que tiver mais recursos financeiros, pode ser obrigada a repará-lo, resguardado o direito de regresso em relação aos demais envolvidos.

Portanto, caso as empresas terceirizadas que prestam serviços para a Companhia – tais como, a destinação de resíduos ou transporte de produtos químicos – não atendam às exigências da legislação ambiental, a Companhia poderá ser considerada solidária ou subsidiariamente responsável pelos eventuais danos ambientais por elas causados, podendo, assim, ser incluída no polo passivo de processos ambientais por condutas de terceiros e eventualmente ser obrigada a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades, incluindo medidas para recuperação do dano ambiental. Caso seja responsabilizada solidariamente por danos causados pelos seus fornecedores, os resultados, as atividades e a imagem da Companhia podem ser adversamente afetados.

f) Riscos relacionados a seus clientes

Risco de crédito e climático

Os riscos para os clientes da Companhia estão descritos direta ou indiretamente no item 4.1.a.: “Condições climáticas adversas podem diminuir a demanda por produtos, atrasar as compras por parte dos agricultores ou provocar perda de produtividade nas lavouras, podendo aumentar significativamente a inadimplência dos clientes da Companhia.”, dado que as condições climáticas definem de maneira essencial a produtividade dos clientes da Companhia, e “A Companhia pode não ser bem-sucedida na sua estratégia e política de concessão de crédito a produtores, o que poderá causar um efeito adverso nos seus negócios, em sua situação financeira e nos seus resultados operacionais”, visto que o não sucesso ou atraso de obtenção de crédito pode afetar sua capacidade de realizar o plantio de sua safra na quantidade, qualidade e tempo adequados.

g) Riscos relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atue

A agricultura é uma atividade sazonal, o que pode ter um efeito adverso sobre as receitas e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

condição financeira da Companhia.

As atividades e, conseqüentemente, o faturamento da Companhia estão diretamente relacionados aos ciclos das culturas agrícolas que são de natureza sazonal. Desta forma, os seus resultados operacionais sofrem variações significativas entre o período de plantio e colheita de cada safra. A sazonalidade das lavouras também implica a sazonalidade do lucro bruto apurado em bases diferentes do exercício social, o que pode causar um efeito adverso significativo nos resultados operacionais apurados em bases diferentes do exercício social, bem como no valor ou na liquidez das ações de emissão da Companhia.

As operações da Companhia e dos seus clientes estão sujeitas a ampla regulamentação sanitária e o seu descumprimento pode afetar adversamente os seus resultados.

A Companhia atua em um setor regulado por diversos entes da administração pública, o que lhe obriga a obter e manter determinadas licenças e autorizações, incluindo certificados de registro de comerciante de defensivo agrícola, certificados de registro de comerciante de fertilizantes, alvarás sanitários ou dispensa sanitária, registro nacional de sementes e mudas (“RENASEM”), registro de pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (“CREA”) para o exercício de atividades com seus produtos. Qualquer falha da Companhia na obtenção ou manutenção de tais licenças e autorizações, poderá fazer com que a Companhia seja impedida de implementar e/ou desenvolver suas atividades, gerando, conseqüentemente, um impacto negativo em seus resultados.

A comercialização dos defensivos agrícolas está sujeita ao controle pelos setores da saúde, meio ambiente e agricultura, cabendo às pessoas jurídicas com atuação nestes segmentos, promoverem os seus registros nos órgãos competentes junto aos Estados e Municípios, atendidas as diretrizes e exigências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, nos termos prescritos na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e na Lei nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002. Assim, o comerciante de defensivo agrícola está sujeito ao registro de comerciante junto ao órgão estadual competente (defesa agropecuária estadual) sendo-lhe vedado ainda a comercialização de agrotóxico a qualquer pessoa física ou jurídica que porventura não se encontre cadastrada como consumidor/usuário de defensivo agrícola no mesmo referido órgão.

A comercialização de fertilizantes é regulada pela Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, pelo Decreto nº 4.954, de 14 de janeiro de 2004, pela Instrução Normativa nº 53, de 23 de outubro de 2013 e pela Instrução Normativa nº 46, de 22 de novembro de 2016, que estabelecem a obrigatoriedade do registro dos estabelecimentos que produzam, comercializem, exportem ou importem fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes junto ao MAPA, sujeitando os infratores a sanções, desde advertência até a interdição definitiva do estabelecimento, considerando a gravidade da infração e os agravantes constatados. Os estabelecimentos que se dedicam ao comércio de produtos farão o registro no órgão estadual ou distrital, conforme as diretrizes estabelecidas pelo MAPA, quando a atividade de fiscalização for realizada pela unidade da federação, dispensado o registro no órgão federal.

A produção e comercialização de sementes pela Companhia está sujeita ao prescrito na Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004, que dispõem sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças. Assim, todas as pessoas jurídicas que produzam, beneficiem, embalem, armazenem, analisem, comercializem, importem e exportem sementes e mudas precisam obter o registro obrigatório perante o MAPA.

Caso a Companhia não consiga obter, manter ou renovar tempestivamente as licenças necessárias para o desenvolvimento das atividades nas suas unidades, tal fato pode fazer com que a Companhia incorra em custos adicionais, destinando recursos para o cumprimento de eventuais encargos, ou mesmo comprometer o regular desenvolvimento de suas atividades. Ademais, diversas penalidades podem vir a ser aplicadas de acordo com o rigor do não cumprimento com o licenciamento correspondente, tais como:

(i) resultar em autos de infração; (ii) aplicação de multas sucessivas; (iii) impedimento de abertura e operação de unidades, ainda que temporariamente; (iv) interdição ou fechamento de unidades, ainda que temporariamente; (v) expor-nos a riscos adicionais ou perda de cobertura de seguros no caso de um acidente de segurança e proteção, ou evento similar; (vi) afetar adversamente tal instalação enquanto uma licença estiver pendente; e (vii) expor a Companhia, bem como os representantes da Companhia, a sanções

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

criminais, em caso de exercício de atividades sem as devidas licenças. Além disso, tais fatores podem gerar um impacto reputacional negativo para a Companhia.

Alterações na regulamentação sanitária aplicável à Companhia também podem acarretar em um aumento de responsabilidade e dispêndios de capital pela Companhia.

As operações da Companhia e dos seus clientes estão sujeitas a ampla regulamentação ambiental e o seu descumprimento pode afetar adversamente os seus resultados e a sua imagem.

A Companhia está sujeita a uma ampla legislação federal, estadual e municipal relacionada à preservação e proteção do meio ambiente, bem como à saúde e segurança. A Companhia também é obrigada a obter licenças, outorgas, registros e autorizações emitidas por autoridades governamentais com relação a determinados aspectos das suas operações. As referidas leis, regulamentos e licenças, com frequência, exigem a instalação de equipamentos de custo elevado para controle da poluição ou a execução de mudanças operacionais a fim de limitar impactos reais ou potenciais ao meio ambiente e/ou à saúde dos funcionários da Companhia e/ou de suas controladas.

A Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei Federal nº 6.938/1981, prevê que a construção, a instalação, a ampliação, o funcionamento de estabelecimentos e o exercício de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras dependem de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, o qual estabelecerá as condições, as restrições e as medidas de fiscalização do empreendimento.

O processo de licenciamento ambiental é regulado pela Lei Complementar nº 140/2011 e pela Resolução CONAMA nº 237/1997, compreendendo, em regra, um sistema trifásico (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação), no qual cada licença fica condicionada à emissão de sua precedente. Para projetos que apresentam menor potencial poluidor, o empreendedor pode solicitar licença ambiental de fase única.

A falha ou demora em obter, manter ou renovar tempestivamente as licenças ambientais aplicáveis pode afetar adversamente as atividades e imagem da Companhia. Ademais, as autoridades ambientais, mediante decisão fundamentada, podem suspender ou cancelar uma licença nos casos de: (i) violação das normas legais ou inadequação de qualquer das condicionantes; (ii) omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a emissão da licença; e (iii) superveniência de graves riscos ambientais e de saúde. Além disso, tais fatores podem gerar um impacto reputacional negativo para a Companhia.

Nos termos da Lei Federal nº 7.802/1989, as responsabilidades administrativa, civil e penal pelos danos causados à saúde das pessoas e ao meio ambiente, quando a produção, comercialização, utilização, transporte e destinação de embalagens vazias de defensivos agrícolas, seus componentes e afins, não cumprirem o disposto na legislação pertinente, cabem aos prestadores de serviço, à Companhia e suas controladas na condição de comerciantes e aos fornecedores. Esses fatores podem afetar adversamente a reputação da Companhia, assim como sua disponibilidade de caixa e seus resultados operacionais.

Com base na legislação aplicável, a responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas: (i) civil; (ii) administrativa; e, (iii) criminal. São esferas de responsabilidade distintas e independentes porque uma única ação pode gerar responsabilidade ambiental nos três níveis, com a aplicação de sanções administrativas e criminais, bem como gerar a obrigação de reparar o dano causado. Por outro lado, a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isenta, necessariamente, o agente da responsabilidade nas demais.

Nesse sentido, as atividades da Companhia podem causar danos ao meio ambiente. Na esfera civil, a legislação federal impõe responsabilidade objetiva àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental e, portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independe de dolo ou culpa. Adicionalmente, a Companhia poderá ser responsabilizada solidariamente pelos danos ambientais que venham a ser causados pelos seus

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

prestadores de serviço e/ou fornecedores, como, por exemplo, nos casos de danos decorrentes de disposição final inadequada de resíduos sólidos e de irregularidades no transporte de produtos perigosos.

A Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998) prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica da causadora do dano ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente poderá nos impedir ou nos levar a retardar ou redirecionar planos de investimento em outras áreas, com possível efeito adverso relevante sobre o fluxo de caixa, a imagem e os investimentos da Companhia.

Ainda, a legislação ambiental prevê a responsabilização na esfera criminal tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas, envolvendo penas pecuniárias e restritivas de direitos, por exemplo. As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica podem ser (i) suspensão parcial ou total da atividade; (ii) interdição temporária do estabelecimento, da obra ou da atividade e (iii) proibição de contratar com o Poder Público e dele obter subsídios, subvenções ou doações. Na esfera administrativa, a violação às normas de proteção ambiental pode gerar a imposição de multas de até R\$ 50 milhões, suspensão de atividades, entre outras penalidades.

Os negócios da Companhia, bem como seus clientes estão sujeitos a um amplo conjunto de leis e regulamentos federais, estaduais e municipais relativos à proteção do meio ambiente, que impõem diversas obrigações de cunho ambiental. As atividades da Companhia exigem a constante obtenção, manutenção e renovação tempestiva de licenças ambientais, outorgas, autorizações e/ou cadastros, dentre outros. Caso a Companhia deixe de atender à regulamentação ambiental ou, ainda, não atenda integralmente aos seus termos e às exigências dos órgãos ambientais, poderá, conforme adiantado acima, ser penalizada administrativamente (aplicação de multas de até R\$ 50 milhões, suspensão das atividades) ou criminalmente, além da obrigação de reparar os danos ambientais causados, o que pode impactar adversamente os resultados operacionais, os resultados financeiros e a imagem da Companhia. Como as leis ambientais e a sua aplicação têm se tornado cada vez mais rigorosas, os dispêndios da Companhia para o atendimento de exigências ambientais poderão aumentar substancialmente no futuro.

Vale ressaltar que existe a possibilidade de as agências governamentais ou outras autoridades competentes estabelecerem novas regras ou imporem regulamentos adicionais ainda mais rígidos que os vigentes, ou buscarem uma interpretação mais rigorosa das leis e regulamentos existentes, o que poderia exigir da Companhia o dispêndio de fundos adicionais para a conformidade ambiental ou poderia restringir sua habilidade de operar. Ainda, o não cumprimento ou a violação da regulação pode resultar na revogação de licenças e suspensão das atividades da Companhia ou no pagamento dos custos de reparação ambiental, os quais podem ser substanciais, de modo a afetar adversamente os seus resultados operacionais e financeiros, além de sua imagem.

Os fornecedores, prestadores de serviço e clientes, da Companhia, bem como outros terceiros envolvidos na cadeia também estão sujeitos a regulamentações ambientais e, caso quaisquer destes atores descumpra a legislação ambiental, a Companhia pode vir a ser responsabilizada por tal descumprimento. Dessa forma seus resultados operacionais e financeiros, bem como sua imagem poderão ser adversamente afetados.

h) Riscos relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não desenvolve atividades no exterior.

i) Riscos relacionados a questões socioambientais

Alguns dos produtos agrícolas contêm organismos geneticamente modificados (GMO), e os riscos associados ao GMOs permanecem incertos.

Uma parte das sementes comercializadas pela Companhia comercializadas é classificada como organismo geneticamente modificado ("GMOs"), em proporções variadas, dependendo do ano safra. A produção e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

consumo de GMOs é bastante regulada e objeto de discussões. A pressão de alguns consumidores levou à adoção de alguns regulamentos governamentais limitando as vendas de produtos GMO em importantes mercados, incluindo a União Europeia. Se houver decisão dos órgãos competentes que os GMOs apresentam riscos à saúde humana ou ao meio ambiente, poderão ser impostas restrições à produção desses produtos e a demanda pelos produtos GMO poderá cair. Além disso, poderemos enfrentar passivos potencialmente significativos por danos causados por tais produtos. Nessas hipóteses, o negócio, a situação financeira, o resultado das operações e a imagem da Companhia podem ser material e adversamente afetados.

Devido à possibilidade de ocorrerem alterações na regulamentação ambiental e outros desenvolvimentos não esperados, o valor e a periodicidade de futuros dispêndios relacionados a questões ambientais poderão variar consideravelmente em relação aos valores e época atualmente previstos. A Companhia e suas Subsidiárias também podem ser consideradas responsáveis por todas e quaisquer consequências originadas da exposição humana a substâncias perigosas, tais como pesticidas e herbicidas, ou outro dano ambiental, o que pode impactar substancialmente os resultados operacionais e/ou financeiros da Companhia, além de sua imagem.

A atividade de produção de sementes e mudas no Brasil, inclusive sementes e mudas geneticamente modificadas, é regulada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, por meio da Lei nº 10.711/2003 e do Decreto nº 5.153/2004.

Nos termos dos referidos diplomas legais, todas as pessoas físicas e jurídicas que, no território nacional brasileiro, produzam, beneficiem, embalem, armazenem, analisem, comercializem, importem e exportem sementes e mudas, inclusive sementes e mudas geneticamente modificadas, precisam obter o registro obrigatório perante o MAPA.

Além dos reflexos ambientais acima mencionados, com aplicação de penalidades administrativas e criminais pelas autoridades ambientais competentes, bem como o dever de reparar todos os danos ambientais causados, o descumprimento à legislação aplicável a sementes e mudas, inclusive sementes e mudas geneticamente modificadas, também podem acarretar nas seguintes penalidades: (i) advertência; (ii) multa pecuniária; (iii) apreensão das sementes ou mudas; (iv) condenação das sementes ou mudas; (v) suspensão da inscrição no Registro Nacional de Sementes e Mudas – RENAME; (vi) cassação da inscrição no Registro Nacional de Sementes e Mudas – RENAME. A aplicação de penalidades pode impactar adversamente os resultados operacionais, os resultados financeiros e a imagem da Companhia.

Caso a Companhia seja responsabilizada em virtude de descumprimento ou irregularidade associada aos GMOs, os resultados operacionais, os resultados financeiros e a imagem da Companhia poderão ser adversamente afetados.

A utilização de defensivos químicos e outros produtos potencial ou efetivamente perigosos, de forma errônea, pode causar danos ao meio ambiente, bem como em seres humanos e, conseqüentemente, na reputação e nos resultados da Companhia.

A Companhia vende produtos químicos, principalmente, defensivos agrícolas, para combate às pragas. A utilização desses produtos de maneira errônea pode causar danos às lavouras, aos rios próximos, bem como aos colaboradores, o que pode culminar em passivos ambientais e trabalhistas para a Companhia.

De acordo com as leis ambientais brasileiras, a Companhia e suas sociedades controladas podem ser consideradas responsáveis pelos custos relacionados a qualquer contaminação em instalações atuais ou anteriores da Companhia, bem como nas de seus antecessores e em locais de descarte de resíduos de terceiros usados pela Companhia e suas sociedades controladas ou por qualquer um de seus antecessores.

Ademais, a comercialização de defensivos agrícolas realizada pela Companhia está sujeita ao cumprimento de requisitos legais e, dentre outros, deve ser realizada mediante receituário prescrito por profissional técnico legal habilitado e conforme a receita ou recomendações do fabricante e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

órgãos registrantes, sanitários e ambientais. A Companhia não pode garantir que os sistemas de controle atualmente adotados serão suficientes para assegurar o atendimento à legislação.

Sendo assim, caso haja o gerenciamento inadequado das embalagens de defensivos agrícolas ou caso a sua comercialização seja realizada de maneira inadequada, a Companhia poderá ser penalizada nas esferas administrativa e criminal, sem prejuízo da obrigação de reparar os danos ambientais causados, o que pode prejudicar seus negócios e imagem.

Possíveis proibições de produtos químicos ou a edição de normas mais restritivas podem prejudicar as operações da Companhia, visto que tais produtos são utilizados no combate à pragas. Nesta hipótese, será necessário adequar as operações da Companhia as referidas situações, o que poderá gerar custos não previstos e eventuais impactos adversos a sua reputação e ao andamento regular de suas atividades, prejudicando seus resultados operacionais e financeiros.

A Companhia pode incorrer em custos relativos à emissão de gases de efeito estufa.

O setor agrícola é diretamente dependente do clima, sendo que variações climáticas podem ter um impacto significativo nas atividades de nossos clientes e conseqüentemente nas vendas dos produtos comercializados pela Companhia.

O último relatório do IPCC (*International Panel on Climate Change*) antecipa prováveis eventos de temperatura extrema e aumento no número de dias quentes nos trópicos com elevação da temperatura em 1,5°C nos próximos 15 anos, bem como o aumento na frequência, intensidade e quantidade de chuvas em várias regiões e aumento na intensidade e frequência de secas em outras. Atualmente, não é possível mensurar os impactos decorrentes das variações climáticas, não podendo a Companhia garantir que será capaz de se proteger contra a exposição a tais impactos e possíveis prejuízos decorrentes.

Além disso, as emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”) estão diretamente relacionadas ao aumento da temperatura global. A eventual adoção de uma política de precificação de carbono, seja por meio da imposição de taxa (ou imposto) sobre as emissões ou devido à criação de um mercado de carbono, com a conseqüente imposição de um limite para as emissões da Companhia, ou, ainda, a adoção de regulamentações ambientais mais restritivas em relação aos GEE, seja por meio de novas regulamentações ou maiores exigências por órgãos ambientais ou regulatórios, pode demandar investimentos adicionais para redução de emissões, o que poderá afetar negativamente os resultados da Companhia.

A Companhia pode sofrer penalidades caso não seja capaz de realizar o gerenciamento adequado de resíduos, incluindo embalagens, de defensivos agrícolas, de acordo com as regulações vigentes.

As atividades da Companhia incluem a comercialização de defensivos agrícolas. Resíduos de agrotóxicos podem causar danos ao meio ambiente e à saúde e as embalagens podem conter esses resíduos.

A Companhia pode ser responsabilizada caso não cumpra as orientações legais que estabelecem critérios para o tratamento e disposição de embalagens de defensivos agrícolas, incluindo a destinação ambientalmente adequada de embalagens vazias e de sobras de defensivos agrícolas de acordo com recomendações técnicas apresentadas na bula ou folheto complementar, adquiridos na compra do produto, e efetuar a devolução dessas embalagens vazias, e respectivas tampas, aos nossos estabelecimentos comerciais ou a organizações autorizadas, cadastradas no INPEV (Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias) no prazo de até um ano, contado da data de sua compra ou para associações credenciadas, que se responsabilizarão pela destinação adequada desses resíduos. A legislação prevê a responsabilidade solidária a quem fabrica, comercializa, distribui e utiliza defensivos agrícolas pela destinação final adequada dos seus resíduos, inclusive quanto as suas embalagens.

O destino incorreto ou que não seja ambientalmente adequado de embalagens que contêm usadas de defensivos agrícolas associado às atividades da Companhia pode resultar na aplicação penalidades à Companhia nas esferas administrativa, e penal, além da obrigação de reparar todos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

os danos ambientais eventualmente causados, inclusive a adoção de processos de remediação de eventual contaminação ambiental em razão do gerenciamento inadequado de resíduos perigosos e potencialmente nocivos, o que poderá afetar adversamente a imagem da Companhia e, conseqüentemente, os seus negócios e resultados.

Além disso, a Lei nº 9.974/2000, que alterou a Lei de Agrotóxicos (Lei nº 7.802/89), instituiu a obrigatoriedade de adoção de sistemas de logística reversa de embalagens de defensivos agrícolas, seus componentes e afins. A Companhia é responsável pela destinação das embalagens vazias dos produtos por ela comercializados, após a devolução pelos usuários, e pela destinação dos produtos apreendidos pela ação fiscalizatória e dos impróprios para utilização ou em desuso, com vistas à sua reutilização, reciclagem ou inutilização.

O descumprimento das obrigações de logística reversa, pode implicar nas seguintes sanções: (i) advertência; (ii) multas; (iii) condenação e inutilização de produto, suspensão e/ou cancelamento de autorização, registro ou licença; (iv) interdição temporária ou definitiva de estabelecimento; (v) dentre outras, além da obrigação de reparar todos os danos ambientais eventualmente causados.

Caso a Companhia seja responsabilizada pelo descumprimento da legislação ambiental pertinente aos defensivos agrícolas, inclusive no que diz respeito ao adequado gerenciamento de suas embalagens, seus resultados operacionais e financeiros, bem como sua imagem poderão ser adversamente afetados.

A Companhia, no âmbito do licenciamento ambiental e do registro de suas unidades de negócios perante o MAPA (defesa vegetal estatual), para obtenção de certificado para comercialização de produtos químicos, é obrigada a apresentar qual será o mecanismo utilizado para recolhimento das embalagens provenientes dos produtos químicos por ela comercializados.

Eventuais falhas no gerenciamento de resíduos, conforme descrito, podem acarretar em custos adicionais, assim como afetar adversamente a imagem e reputação da Companhia.

j) Riscos Macroeconômicos

Pandemias, epidemias ou surtos de doenças infecciosas, como o COVID-19, podem levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão adversa sobre a economia mundial, incluindo a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.

Pandemias, epidemias ou surtos de doenças infecciosas podem ter um efeito adverso no mercado e economia global. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como zika vírus, vírus ébola, vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram.

Em 11 de março de 2020, a OMS declarou a pandemia do COVID-19, doença causada por um novo coronavírus (SARS-Cov-2), que desencadeou severas medidas por autoridades governamentais ao redor do mundo com o objetivo de controlar sua disseminação, incluindo restrição ao fluxo de pessoas, com limitações a viagens, utilização de transportes públicos, quarentenas e lockdowns, fechamento prolongado de estabelecimentos comerciais, interrupções na cadeia de suprimentos e redução de consumo de uma maneira geral. No Brasil, alguns estados e cidades seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de parques, shopping centers, restaurantes e outros estabelecimentos comerciais e espaços públicos.

Essas medidas aliadas às incertezas provocadas pela pandemia do COVID-19 tiveram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo o Brasil, inclusive causando seis paralisações (circuit-breakers) das negociações em oito pregões na B3 ao longo do mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3 foi adversamente afetada em razão da

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

pandemia do COVID-19. Impactos semelhantes a esses podem voltar a ocorrer, provocando oscilação dos ativos negociados na B3.

Adicionalmente, qualquer mudança material na economia e no mercado de capitais global, incluindo o Brasil, pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações ordinárias de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de seus valores mobiliários, além de dificultar seu acesso ao mercado de capitais e financiamento de suas operações, inclusive em termos aceitáveis. Para mais informações sobre os impactos da pandemia do COVID-19 nos negócios da Companhia, veja itens 10.1 e 14.5 deste Formulário de Referência.

O Governo Federal exerceu e ainda exerce influência significativa sobre a economia brasileira, o que poderá causar um efeito adverso relevante nas atividades da Companhia e de suas controladas.

A economia brasileira tem sido marcada por frequentes e, por vezes, significativas intervenções do Governo Federal, bem como por ciclos econômicos instáveis. Neste sentido, o Governo Federal tem frequentemente modificado as políticas monetárias, de crédito, fiscal, entre outras para influenciar a condução da economia do Brasil. As ações do Governo Federal para controlar a inflação envolveram, por vezes, o controle de salários e preços, a restrição ao acesso a contas bancárias, o bloqueio de contas bancárias, controles no fluxo de capital e determinados limites sobre importações e exportações de mercadorias. Além disso, a Companhia está sujeita à ingerência do Governo Federal nos órgãos reguladores que regulamentam as atividades desenvolvidas pela Companhia, principalmente no que se refere às regras do IBAMA, ANVISA, MAPA e CREA.

A Companhia não tem controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco pode prevê-las. Os negócios da Companhia, sua situação econômico-financeira e seus resultados operacionais poderão vir a ser afetados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- (a) taxas de juros;
- (b) controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- (c) política monetária;
- (d) flutuações cambiais;
- (e) alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;
- (f) mudanças na regulamentação aplicável às operações da Companhia principalmente relativas ao comércio, armazenagem e transporte de produtos químicos destinados à agricultura e à produção e comercialização de sementes;
- (g) liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- (h) política fiscal e alterações na legislação tributária;
- (i) controle sobre importação e exportação;
- (j) instabilidade social e política;
- (k) expansão e contração da economia brasileira, medida pelo produto interno bruto;
- (l) saúde pública, incluindo em razão de epidemias e pandemias, como a atual pandemia da COVID-19; e
- (m) outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras, incluindo a Companhia.

A instabilidade política e econômica do Brasil poderá afetar adversamente a economia brasileira, o que pode afetar adversamente o preço de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A economia brasileira foi e continua a ser afetada por eventos políticos no Brasil, que também afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, afetando adversamente o desempenho da economia brasileira e aumentando a volatilidade dos títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras. Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro passou por altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração do produto interno bruto, ou PIB, fortes oscilações do real em relação ao dólar americano, aumento do desemprego e menores níveis de gastos e confiança do consumidor. Esse cenário pode se intensificar com a eleição presidencial brasileira a ser realizada em outubro de 2022.

Os mercados brasileiros têm sofrido maior volatilidade devido às incertezas decorrentes das investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, e ao impacto dessas investigações na economia brasileira e no ambiente político. Muitos membros do governo brasileiro e do Poder Legislativo, bem como altos funcionários de grandes empresas estatais e privadas foram condenados por corrupção política relacionada a subornos através de propinas em contratos concedidos pelo governo a diversas infraestruturas, petróleo e gás e construtoras, entre outras.

Essas investigações tiveram um impacto adverso na imagem e reputação das empresas envolvidas e na percepção geral do mercado brasileiro.

Além disso, o presidente do Brasil pode determinar políticas e emitir atos governamentais relativos à economia brasileira que afetem as operações e o desempenho financeiro das empresas no Brasil, incluindo a Companhia. A incerteza política e econômica e quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais, condição financeira e perspectivas da Companhia.

Na data deste Formulário de Referência, investigações vêm sendo realizadas em diversos níveis hierárquicos da Administração Pública. Quaisquer consequências decorrentes dessas investigações, incluindo processos de afastamento de autoridades, cassação de mandatos, dentre outras, podem ter um efeito material adverso no ambiente político e econômico do Brasil, bem como nas empresas brasileiras, incluindo a Companhia.

A Companhia não pode prever se as investigações em curso e seus consequentes desdobramentos conduzirão a uma maior instabilidade política e econômica, tampouco se surgirão novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas no futuro. Também não pode prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

Além disso, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no Congresso Nacional poderia resultar em um impasse, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as operações da Companhia. Incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas poderão aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros e, conseqüentemente, impactar adversamente o valor de mercado dos valores mobiliários e ter um efeito adversos em nos resultados financeiros.

Desenvolvimentos e mudanças na percepção dos investidores sobre risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos, China e União Europeia, podem afetar material e adversamente a economia brasileira e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

incluindo as ações ordinárias de emissão da Companhia.

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras pode ser influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive dos Estados Unidos, China e União Europeia, de países da América Latina e de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses e outros países pode, diante da perspectiva envolvendo os contornos do evento, causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, em especial, aqueles negociados em bolsa de valores. Potenciais crises nos Estados Unidos, China e União Europeia, ou nos países de economia emergente podem, dependendo da dimensão de seus efeitos, reduzir, em certa medida, o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por determinadas flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Isso poderia prejudicar o preço das ações de emissão da Companhia, além de dificultar ou impedir totalmente seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

Não só a economia brasileira, mas também a de outros países, pode ser afetada de forma geral pela variação das condições econômicas do mercado internacional, e notadamente pela conjuntura econômica dos Estados Unidos, China e União Europeia. Ainda, eventuais reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, em alguma medida, prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros de maneira geral, inclusive das ações de emissão da Companhia. Adicionalmente, o risco de *default* de países em crise financeira, dependendo das circunstâncias, pode reduzir a confiança dos investidores internacionais e trazer volatilidade para os mercados.

A volatilidade e falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender os valores mobiliários de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação com outros mercados; isto porque, o mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados de valores mobiliários internacionais, como Estados Unidos e Europa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, incluindo:

- mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e
- restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

A volatilidade e falta de liquidez limitam substancialmente a capacidade dos detentores dos valores mobiliários de vendê-los ao preço e na ocasião em que desejem e, conseqüentemente, poderão afetar negativamente o preço de mercado dos valores mobiliários emitidos pela Companhia. O preço de mercado das ações de emissão da Companhia poderá flutuar por diversas razões, incluindo os fatores de risco mencionados neste Formulário de Referência ou por motivos relacionados ao seu desempenho.

A Companhia não pode garantir que, após a conclusão de sua oferta pública inicial de distribuição, haverá um mercado líquido, o que pode limitar a capacidade do respectivo investidor de vender as ações ordinárias de sua emissão pelo preço e no momento desejados.

Adicionalmente, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão ou seu eventual sucessor pode ser regulada de forma diferente da qual os investidores estrangeiros estão acostumados, o que pode limitar a capacidade dos acionistas de venderem seus ativos ao preço e momento desejados. Além disso, o

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

preço das ações alienadas em uma oferta pública está, frequentemente, sujeito à volatilidade imediatamente após sua realização. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode variar significativamente como resultado de vários fatores, alguns dos quais além do controle da Companhia.

A inflação e os esforços governamentais para combatê-la podem contribuir para um cenário de incerteza econômica, afetando adversamente a Companhia e o preço de mercado das suas ações.

No passado, o Brasil registrou altas taxas de inflação. Determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas impactaram material e negativamente a economia brasileira. A inflação, as políticas adotadas para combatê-la e incertezas com relação a uma possível intervenção governamental no futuro contribuíram para um clima de incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade do mercado de capitais brasileiro.

De acordo com o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), as taxas de inflação no Brasil foram de 7,30% em 2019, 7,54% em 2018 e, -0,52% em 2017. As medidas adotadas pelo governo brasileiro para o controle inflacionário incluíram a manutenção de rígidas políticas monetárias com elevadas taxas de juros, conseqüentemente restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. O Comitê de Política Monetária (COPOM), ajustou as taxas de juros oficiais em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. Mais recentemente, o COPOM reduziu as taxas de juros oficiais, que atingiram mínimas históricas, entretanto, não podemos garantir que as taxas de juros permanecerão, no futuro, nos níveis baixos atuais.

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Além disso, a Companhia poderá não ser capaz de ajustar os preços que cobra de seus clientes como forma de compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que poderá aumentar seus custos e reduzir suas margens operacionais e líquidas.

Ainda, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo dos novos empréstimos e financiamentos da Companhia, mas também o custo de seu endividamento atual, bem como o caixa e equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar da Companhia, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação podem afetar adversamente a Companhia, porque ela tem empréstimos e financiamentos indexados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e às taxas oficiais de juros de longo prazo (TJLP). Por outro lado, uma redução significativa nas taxas de CDI, TJLP ou inflação pode afetar adversamente a receita de suas aplicações financeiras.

Qualquer rebaixamento na classificação de crédito do Brasil poderá afetar adversamente o preço de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia.

As classificações de crédito afetam as percepções de risco dos investidores e, como resultado, os rendimentos exigidos nas emissões de dívida nos mercados financeiros. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, considerando uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, endividamento e a perspectiva de mudança nesses fatores.

Na data deste Formulário de Referência, as classificações de crédito soberano do Brasil eram BB- com perspectiva estável, Ba2 com perspectiva estável e BB- com perspectiva negativa pela Standard & Poor's, Moody's e Fitch, respectivamente, que está abaixo do grau de investimento.

A Companhia não pode garantir que as agências de classificação manterão as classificações de crédito soberano do Brasil. Qualquer rebaixamento nas classificações de crédito soberano do Brasil pode aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar adversamente o preço dos títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras, incluindo a Companhia, afetando adversamente seus resultados e operações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A instabilidade da taxa de câmbio pode afetar adversamente a economia brasileira e a Companhia.

O real flutuou significativamente em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras nas últimas décadas. O governo brasileiro utilizou no passado diferentes planos econômicos e regimes de taxa de câmbio, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), um sistema de taxa de câmbio flutuante, controles de câmbio e mercados de taxa de câmbio dupla. De tempos em tempos, ocorreram flutuações significativas na taxa de câmbio entre o real e o dólar americano e outras moedas.

Em 31 de dezembro de 2017, a taxa de venda do dólar americano era de R\$ 3,308 para US\$ 1,00. Em 2018 e 2019, o real se desvalorizou em relação ao dólar americano e a taxa de venda do dólar americano foi de R\$ 3,8748 para US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 4,0307 para US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2019, conforme divulgado pela Banco Central. Em 30 de setembro de 2020, a taxa de venda do dólar americano era de R\$ 5,6407 para US\$ 1,00, conforme informado pelo Banco Central, representando uma desvalorização de 39,9% do real em relação ao dólar americano no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

A Companhia não pode prever se o Banco Central ou o governo brasileiro continuarão a permitir que o real flutue livremente ou intervirão no mercado de câmbio retornando ao sistema de bandas cambiais ou de outra forma. Além disso, a legislação brasileira prevê que, sempre que houver um sério desequilíbrio na balança de pagamentos do Brasil ou razões substanciais para prever um sério desequilíbrio, restrições temporárias podem ser impostas às remessas de capital estrangeiro para o exterior.

A instabilidade da taxa de câmbio pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia. O real pode se desvalorizar ou valorizar substancialmente em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras, o que poderia criar pressões inflacionárias no Brasil por meio do aumento geral dos preços e causar aumentos nas taxas de juros. Essa desvalorização ou valorização pode afetar negativamente o crescimento da economia brasileira, geralmente restringir o acesso de emissores brasileiros, incluindo a Companhia, aos mercados de capitais internacionais e pode ter um efeito significativo nos seus resultados operacionais e na sua condição financeira. A valorização do real em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras também pode afetar negativamente as contas públicas do Brasil e o balanço de pagamentos, o que pode causar uma redução no crescimento econômico. A Companhia não pode prever ou influenciar quaisquer políticas cambiais adotadas pelo governo brasileiro e podemos ser adversamente afetados por essas políticas.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 – Descrição dos Principais Riscos de Mercado

A Companhia descreve abaixo os riscos conhecidos e que acredita que podem afetá-la adversamente. Riscos adicionais, que atualmente não são conhecidos pela Companhia ou que a Companhia considera irrelevantes, também podem vir a afetar a Companhia de maneira adversa.

Os negócios da Companhia compreendem, principalmente, comércio de insumos agrícolas, fertilizantes, sementes, defensivos, cereais e outros produtos agrícolas.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de volatilidade no preço das ações, risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Risco	Exposição
Risco de mercado – câmbio	Operações comerciais futuras Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira
Risco de mercado - taxa de juros variáveis	Empréstimos de longo prazo com taxas
Risco de mercado - volatilidade no preço das commodities agrícolas	Estoque e operações comerciais atreladas a
Risco de Crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos

(a) **Risco de mercado**

(i) **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxas de juros**

O principal risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de curto prazo com taxas variáveis, expondo a Companhia ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros. Durante 2020 e 2019, os empréstimos da Companhia às taxas variáveis eram mantidos em reais e em dólar. Variações nas taxas de juros podem impactar os custos de empréstimos e financiamentos da Companhia e, portanto, seus resultados.

(ii) **Risco cambial**

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos.

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

Exposições cambiais do negócio em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	(milhares de USD)	
	2019	2018
Contas a receber de clientes	22.883	18.391
Fornecedores	(19.825)	(23.384)
Empréstimos e financiamentos	6.065	8.057
	<u>9.123</u>	<u>3.064</u>

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Variações cambiais do real frente ao dólar americano podem impactar a parcela dos resultados exposta a esse risco, conforme tabela acima.

Com alguns clientes, a Companhia pode realizar venda de produtos em dólar. Adicionalmente, a Companhia realiza compras de produtos em dólar com fornecedores. Caso ocorram oscilações significativas de câmbio, podem ocorrer exposições tendo em vista os diferentes prazos de clientes e fornecedores. Adicionalmente, falhas na avaliação de exposição cambial, de acordo com as diretrizes de controles internos da Companhia, também podem gerar volatilidade nos resultados da Companhia.

(iii) Risco de preço

No curso normal de suas operações, as controladas da Companhia efetuam negociações de permuta vinculada a preço de commodities, principalmente soja, trigo e milho.

Os preços da soja e do milho estão sujeitos à volatilidade resultante das condições climáticas, do rendimento de safra, dos custos com transporte, dos custos de armazenagem, da política agrícola do governo, das taxas de câmbio e dos preços dessas commodities no mercado internacional, entre outros fatores. Tais volatilidades podem gerar variações em custos e, portanto, sobre os resultados da Companhia.

Foram realizadas simulações à sensibilidade das posições existentes em 31 de outubro de 2020 para os significativos identificados como riscos de mercado: preço das commodities e taxas cambiais.

As simulações foram elaboradas para demonstrar apenas o impacto em possíveis cenários negativos às posições tomadas pela Companhia.

Como cenários foram utilizados um aumento de 25% ou uma redução de 50%, respectivamente, no caso análise das variações nos preços das commodities e no caso das taxas cambiais, sendo que essas variações foram definidas com base no histórico de mercado e nas projeções realizadas pela Administração em relação às exposições assumidas.

Abaixo, demonstramos os reflexos financeiros para cada risco de mercado supradescrito:

(a) Variações nos preços das commodities

Posição	Toneladas	Posição	Risco Atual	Mercado Atual	+25% Aumento		+50% Aumento	
					Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Soja	16.154	Vendida	26.977	100,20	125,26	(6.744)	150,31	(13.489)
Milho	788	Vendida	718	54,70	75,10	(268)	82,04	(359)
Triho	1.016	Vendida	1.626	96,00	120,00	(406)	144,00	(813)
Exposição líquida			29.312			(7.419)		(14.661)

(b) Variações nas taxas cambiais

	Risco	Saldo Nacional	Saldo Fechamento	Mercado Atual	+25% Aumento		+50% Aumento	
					Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Empréstimo e financiamento	Câmbio/USD	24.583	141.886	5,772	7,215	(17.971)	8,658	(35.941)
Contratos de compra em Dólar	Câmbio/USD	29.522	170.394	5,772	7,215	(14.292)	8,658	(28.585)
Contrato SWAP cambiais	Câmbio/USD	(24.583)	(141.886)	5,772	7,215	17.971	8,658	35.941
Contrato a termo NDFs	Câmbio/USD	(9.905)	(57.170)	5,772	7,215	14.292	8,658	28.585

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

	Risco	Saldo Nacional	Saldo Fechamento	Mercado Atual	+25% Aumento		+50% Aumento	
					Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
de compra								
Contrato a termo NDFs de venda	Câmbio/USD	35.591	205.422	5,772	7,215	(51.445)	8,658	(102.890)
Contratos de venda em Dólar	Câmbio/USD	(23.597)	(136.196)	5,772	7,215	3.031	8,658	6.063
Contratos Exportação	Câmbio/USD	(36.898)	(212.971)	5,772	7,215	53.243	8,658	106.485
Antecipação de Contratos de Câmbio (ACC)	Câmbio/USD	3.354	19.358	5,772	7,215	(4.839)	8,658	(9.679)
Exposição Líquida		(1.934)	(11.163)			(10)		(21)

(c) Variações nas taxas de juros

Posição	Risco	Saldo Nacional	Saldo Fechamento	Mercado Atual	+25% Aumento		+50% Aumento	
					Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Empréstimos e Financiamentos	Taxa de juros pós	666.014	665.455	2,0%	2,5%	(3.327)	3,0%	(6.660)
Contrato SWAP CDI	Taxa de juros pós	112.947	112.947	2,0%	2,5%	(565)	3,0%	(1.129)
		778.961	778.402			(3.892)		(7.790)

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto.

Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador do crédito ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Tais riscos podem levar a aumento da inadimplência de clientes, assim como redução da liquidez da Companhia.

Contas a receber de clientes

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. Os ativos de contratos se relacionam a trabalhos em andamento que não foram faturados e possuem essencialmente as mesmas características de riscos das contas a receber de clientes para os mesmos tipos de contratos. Portanto, a Companhia concluiu que as taxas de perdas esperadas para as contas a receber de clientes representam uma aproximação razoável das taxas de perda para os ativos de contratos. As formas de mensuração das perdas podem ser resumidas à seguir:

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

- As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de vendas durante um período de 12 meses antes do encerramento do exercício em análise, e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período, que suporta todo o ciclo de safra e renegociações que ocorrem, bem como, históricos da carteira dos mesmos clientes. As taxas de perdas históricas são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.
- Em cada data base é avaliado o risco de não recebimento de clientes vencidos, principalmente acima de 180 dias, safra seguinte, através de uma análise individual da carteira, considerando o rating de crédito deste cliente, garantias disponíveis, renegociação e capacidade de pagamento, baseado no rating atual, consultas atualizadas de restrição de crédito e histórico do cliente.

Em suma, as perdas de crédito são contabilizadas levando como fator o risco individual de cada cliente vencido, adicionalmente com o histórico de perda aplicado sobre o faturamento do período, acarretando perda efetiva de receita decorrente do não recebimento de vendas realizadas a clientes insolventes.

O aging (cronograma dos prazos) dos títulos vencidos e a vencer pode ser demonstrado a seguir:

	31/10/2020	31/12/2019
A vencer	1.265.278	469.141
Vencidos		
Entre 1 e 60 dias	62.457	6.784
Vencido de 61 a 180 dias	101.944	6.504
Entre 181 dias e 365 dias	38.001	5.574
Acima de 365 dias	78.730	29.765
(-) PCLD	(108.275)	(43.917)
	172.857	4.711

A movimentação da provisão para perdas é demonstrada a seguir:

	31/10/2020	31/10/2019
Saldo anterior	(43.917)	(47.928)
Estorno/ recebimento do exercício	972	8.872
Constituição do exercício	(5.017)	(6.511)
Incorporação	(60.314)	
	(108.275)	(45.567)

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 180 dias. Diante disso, a Companhia pode ficar exposta a aumento em perdas de devedores duvidosos em seus resultados.

(c) Risco de liquidez

O Risco de Liquidez é definido pela capacidade da empresa cumprir com suas obrigações monetárias e de garantias, sem gerar perdas inaceitáveis por precificação inadequada na venda dos seus ativos, ameaçando a posição financeira da Companhia ou sua própria existência.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Em caso de não efetivação do planejamento e estratégias aplicadas a atividade *core* da Companhia, bem como incapacidade de receber suas vendas ou de manter sua capacidade de financiamento junto a capital de terceiros (bancos, agentes de financiamento e fornecedores) pode comprometer a capacidade de pagamento e disponibilidade de capital para honrar compromissos com fornecedores/credores expondo a efetividade do risco de liquidez.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 – Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não figurava como parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes.

Contudo, suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais de natureza tributária, cível, ambiental, regulatório e trabalhista, processos estes com prognósticos de perda provável, possível e remota.

Para fins deste item 4.3, foram considerados como individualmente relevantes, processos em que as empresas controladas pela Companhia figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, (ii) possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia, ou (iii) possam vir a prejudicar a operação regular da Companhia.

A seguir seguem descritos os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes a que as controladas da Companhia estavam sujeitas em 31 de outubro de 2020, segregados por natureza.

31 de outubro de 2020

A posição em 31 de outubro de 2020, que já contempla a fusão societária ocorrida em 30 de outubro de 2020, demonstrando a posição consolidada da Companhia e suas controladas.

Rural Brasil (Polo Ativo)					
Natureza	nº de processos	Total envolvido (R\$)	Provável (R\$)	Possível (R\$)	Remoto (R\$)
Cíveis	99	R\$ 92.795.872,83	R\$ 5.133.479,38	R\$ 67.049.018,28	R\$ 20.613.375,17
Trabalhistas	2	R\$ 218.589,41	R\$ -	R\$ 218.589,41	R\$ -
Tributários	5	R\$ 9.885.203,14	R\$ -	R\$ -	R\$ 9.885.203,14
Ambientais/ Regulatórios	0	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Criminais	2	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Rural Brasil (Polo Passivo)					
Natureza	nº de processos	Total envolvido (R\$)	Provável (R\$)	Possível (R\$)	Remoto (R\$)
Cíveis	27	R\$ 31.	R\$ -	R\$ 27.969.752,47	R\$ 3.325.202,58
Trabalhistas	7	294.955,05	R\$ -	R\$ 415.414,86	R\$ -
Tributários	10	R\$ 415.414,86	R\$ -	R\$ -	R\$ 45.852.881,38
Ambientais/ Regulatórios	8	R\$ 45.852.881,38	R\$ -	R\$ 2.010.503,65	R\$ -
Criminais	0	R\$ 2.010.503,67	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Agro100 (Polo Ativo)					
Natureza	nº de processos	Total envolvido (R\$)	Provável (R\$)	Possível (R\$)	Remoto (R\$)
Cíveis	180	R\$ 66.369.365,32	R\$ 7.250.475,28	R\$ 51.734.204,38	R\$ 7.384.685,66
Trabalhistas	0	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Tributários	1	R\$ 117.137,33	R\$ 117.137,33	R\$ -	R\$ -
Ambientais/ Regulatórios	0	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Criminais	0	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Agro100 (Polo Passivo)					
Natureza	nº de processos	Total envolvido (R\$)	Provável (R\$)	Possível (R\$)	Remoto (R\$)
Cíveis	13	R\$ 3.809.942,12	R\$ -	R\$ 3.762.313,35	R\$ 47.628,77
Trabalhistas	74	R\$ 10.090.542,68	R\$ -	R\$ 10.033.696,88	R\$ 56.845,60
Tributários	2	R\$ 23.026,04	R\$ -	R\$ 23.026,04	R\$ -
Ambientais/ Regulatórios	7	R\$ 12.647,25	R\$ 12.647,25	R\$ -	R\$ -
Criminais	0	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Grão de Ouro (Polo Ativo)					
Natureza	nº de processos	Total envolvido (R\$)	Provável (R\$)	Possível (R\$)	Remoto (R\$)
Cíveis	43	R\$ 13.215.770,85	R\$ -	R\$ 7.	R\$ 6.072.934,71
Trabalhistas	0	R\$ -	R\$ -	142.836,14	R\$ -
Tributários	2	R\$ 10.095,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 10.095,00
Ambientais/ Regulatórios	0	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Criminais	0	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Grão de Ouro (Polo Passivo)					
Natureza	nº de processos	Total envolvido (R\$)	Provável (R\$)	Possível (R\$)	Remoto (R\$)
Cíveis	42	R\$ 330.517,03	R\$ -	R\$ 330.517,03	R\$ -
Trabalhistas	1	R\$ 528.431,23	R\$ -	R\$ 528.431,23	R\$ -
Tributários	0	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Ambientais	0	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Criminais	0	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Contingências Cíveis

Execução de Título Extrajudicial: 0003561-39.2007.8.16.0075	
a. Juízo	1ª Vara Cível de Cornélio Procópio do Estado do- Paraná
b. Instância	1ª instância
c. Data da Instauração	27/06/2007
d. Partes do processo	Exequente: Bussadori, Garcia e Cia. Ltda Executados: Canp Comercial Agricola Norte Procopense LTDA; Belmiro Anschau; Dario Antonio Angeli; Herbert Anschau; Leandro Scudeler Angeli; Roberto Bianchini; Sofia Akemi Siraisi Anschau; Vania Mirian Avelleda Sottile;
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 6.357.873,61
f. Principais fatos	A r. execução de títulos extrajudicial foi proposta pela empresa Bayer S/A em desfavor dos executados, obtendo êxito em penhorar a "Fazenda Novo Mundo", regularmente registrada sob a matrícula nº 3.977 do CRI de Cornélio Procópio/PR, imóvel este garantidor de outras dívidas trabalhistas, alheias à Bussadori. Após análises de viabilidade, a Bussadori achou por bem formalizar acordo com a Bayer, exequente primitiva, conjuntamente dos devedores, assumindo, deste modo, o polo ativo da demanda em questão (Ref. mov. 1.22). Destaca-se que a Bayer e seus patronos cederam os créditos à Bussadori, mediante o pagamento de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em 15/12/2014. Atualmente, a Bussadori, emprega esforços para a baixa de ônus existentes na matrícula, inclusive está em negociação com os demais credores para resolução dos créditos trabalhistas averbados.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Perda econômica

Ação de Indenização nº 1000422-87.2020.8.11.0029	
a) Juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Canarana/MT
b) Instância	1ª instância
c) Data da Instauração	18/06/2020
d) Partes do processo	Requerente: Bernardo Mazzutti Requerida: Rural Brasil S.A.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R\$15.814.021,60 Valor atualizado: R\$ 16.376.690,84

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

f) Principais fatos	Trata-se de ação indenizatória por meio da qual o Autor alega que, durante a safra de soja 2018/2019, efetuou o plantio em período inadequado em decorrência de suposto atraso na entrega de sementes e insumos agrícolas por parte da Rural Brasil, o que teria culminado na baixa produtividade de sua lavoura naquela safra. Sustenta o Autor que a Ré incorrera em referido atraso de modo a forçá-lo a celebrar aditamento ao instrumento de novação de dívida, referente a débitos passados, oriundos do fornecimento de insumos agrícolas destinados à safra 2015/2016, constituindo, na versão autoral, abuso de direito por parte do credor. Com base nessa alegação, o Autor postula que a Ré seja condenada ao pagamento de aproximadamente R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) a título de indenização pelos supostos lucros cessantes, apurados em laudo unilateralmente produzido e juntado ao processo, baseando suas estimativas na suposta perda de produtividade da Fazenda Eldorado.
g) Chance de perda	Remota
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Perda econômica a ser apurada em perícia judicial. O Autor estima o valor dos alegados lucros cessantes em aproximadamente R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais). Todavia, na remota hipótese de procedência da ação, o valor da indenização será fatalmente relegado à futura liquidação.

Contingências Ambientais

Processo Administrativo nº 02013.000797/2016-05	
a) Juízo	IBAMA – Sede/DF – Coordenação dos Processos de Cobrança, Sancionador Ambiental e Fiscal (COFAS)
b) Instância	1ª instância
c) Data da Instauração	11/11/2016
d) Partes do processo	Requerente: Superintendência do IBAMA no Estado do Mato Grosso – Gerência Executiva em Barra dos Garças e Requerida: Rural Canarana Ltda.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R\$ 1.475.000,00 Valor atualizado: R\$ 1.693.278,01
f) Principais fatos	Foi lavrado Auto de Infração nº 9048635-E contra Rural Canarana Ltda. por alegadamente adquirir 2.950 sacas de soja (CPR nº 038/2015, safra 2015/2016) produzidas em área embargada. Também foi lavrado Auto de Embargo, posteriormente cancelado. Por fim, foram apresentadas as alegações finais em 09/05/2019. Ainda não foi proferida decisão em primeira instância.
g) Chance de perda	Possível
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Perda econômica e risco de imagem.

Inquérito Civil nº 47/2017	
a) Juízo	Ministério Público do Estado do Mato Grosso – Promotoria de Justiça da Comarca de Paranatinga
b) Instância	1ª instância
c) Data da Instauração	23/05/2017
d) Partes do processo	Requerente: Promotoria de Justiça da Comarca de Paranatinga Requerida: Rural Canarana Ltda. (“Rural Canarana”)
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável
f) Principais fatos	Em razão de procedimento fiscalizatório empenhado pelo IBAMA, foi instaurado Inquérito Civil contra a Rural Canarana em razão de suposta aquisição de soja proveniente de área embargada, nos termos do Auto de Infração nº 9048635-E. Em 25/07/2017, a Rural Canarana firmou com o MP Termo de Ajuste de Conduta (“TAC”) que previa i) obrigação de não fazer, ou seja, não mais adquirir/comercializar produto ou subproduto de vegetal proveniente de área embargada; ii) pagamento de R\$ 160 mil reais destinado a incentivar projeto socioambiental no município de Paranatinga. Em 29/08/2017 foi determinado o arquivamento do Inquérito Civil em razão da celebração do TAC. Em 15/03/2018 foi homologado o arquivamento dos autos pelo Conselho Superior do Ministério Público Estadual do Mato Grosso (MPE/MT).
g) Chance de perda	Remota
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	O TAC firmado no âmbito do Inquérito Civil estabelece obrigação contínua de não fazer (vide item 4.7 deste Formulário de Referência) e é objeto de fiscalização pelas autoridades ambientais. Caso a Companhia deixe de cumprir com as obrigações nele estabelecidas, o Inquérito Civil poderá ser retomado ou novos processos judiciais e administrativos poderão ser instaurados. Assim, poderá haver perda econômica e risco de imagem

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Inquérito Civil nº 0078.20.001392-4	
a) Juízo	Ministério Público da Comarca de Londrina – Estado do Paraná
b) Instância	1ª instância
c) Data da Instauração	28/02/2020
d) Partes do processo	Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná Requerida: Bussadori, Garcia & Cia Ltda. ("Agro 100")
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável
f) Principais fatos	<p>Em razão de procedimento fiscalizatório empenhado pelo ADAPAR – Agência de Defesa Agrosanitária do Estado do Paraná, foi instaurado Inquérito Civil contra a Agro100, visando apurar prática de aplicação de defensivo agrícola para tratamento de semente sem a licença/autorização ambiental devida, dentre outros (aplicação de agrotóxicos para tratamento de sementes ao lado de sacarias; descarte e armazenagem de resíduos dos agrotóxicos).</p> <p>Em 18/02/2020 a notícia de fato foi convertida em Inquérito Civil, tendo em vista a suposta utilização, pela Agro100, de defensivo agrícola no tratamento de sementes sem a devida prescrição agrônômica e autorização ambiental.</p> <p>Em 20/02/2020 foi determinada a notificação à Agro100 para se manifestar sobre o interesse em firmar Termo de Ajuste de Conduta.</p> <p>A Agro100 apresentou a documentação pertinente e aguardar manifestação do MPE sobre os documentos e eventual proposta de TAC.</p>
g) Chance de perda	Possível
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso seja constatada a prática irregular da Agro100 e/ou a ocorrência de dano ambiental, o Inquérito Civil poderá evoluir para uma ação civil pública, o que poderá resultar em perda econômica e risco de imagem.

Contingências Fiscais

Auto de Infração nº 10120-740.724/2018-14	
a) Juízo	Administrativo – Receita Federal do Brasil – Delegacia de Julgamento
b) Instância	1ª instância
c) Data da Instauração	21/12/2018
d) Partes do processo	Autuante: Receita Federal do Brasil Autuada: Rural Brasil S.A.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor originário: R\$ 2.180.192,22 Multa: R\$ 1.635.144,06 Juros: R\$ 652.825,71 Atualização Monetária: R\$ 4.468.161,99
f) Principais fatos	Objeto da autuação é a suposta falta de recolhimento do IOF nas operações de crédito realizadas pela Autuada no período de jan/2014 a dezembro/2016. Apresentada impugnação administrativa pela Autuada em 04.02.2019. Aguardando julgamento em primeira instância administrativa.
g) Chance de perda	Remota
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Obrigação de pagamento do tributo

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Auto de Infração para Imposição de Multa nº 4011802576530	
a) Juízo	Administrativo – Fazenda Estadual de Goiás – Conselho Administrativo Tributário
b) Instância	1ª instância
c) Data da Instauração	27/12/2018
d) Partes do processo	Autuante: Secretaria de Fazenda do Estado de Goiás Autuados: Rural Brasil S.A. e outros
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor originário: R\$ 9.408.107,93 Valor atualizado: R\$ 10.216.044,33
f) Principais fatos	<p>Objeto da autuação é a suposta "remessa com não incidência do ICMS para empresa comercial exportadora ou estabelecimento da mesma empresa as mercadorias constantes nas notas fiscais relacionadas na planilha denominada NOTAS FISCAIS DE REMESSA COM FIM ESPECÍFICO DE EXPORTAÇÃO, tendo efetivamente exportado apenas as mercadorias constantes no demonstrativo MERCADORIAS EXPORTADAS POR RE OU POR CNPJ EXPORTADOR, sem que tenham sido enviadas para exterior as quantidades identificadas na planilha DEMONSTRATIVO DO ICMS A RECOLHER, visto que foram reintroduzidas no mercado interno, situação esta verificada em função da não apresentação de documentos que comprovem a efetiva remessa para o exterior das mercadorias."</p> <p>Atualmente o processo encontra-se em primeira instância, após remessa ao Auditor Fiscal, com redução do valor principal de R\$ 3.693.900,72 para R\$ 2.263.137,57, sendo este valor remanescente especificado pelo auditor de acordo com o CNPJ da empresa exportadora solidária.</p> <p>Após a manifestação das solidárias será efetuada nova análise dos autos, a fim de verificar os argumentos por elas apresentados e estabelecer a estratégia para defesa do saldo remanescente.</p>
g) Chance de perda	Remota
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Obrigações de pagamento do tributo

Auto de Infração nº 4011701672878	
a) Juízo	Administrativo – Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás
b) Instância	1ª instância
c) Data da Instauração	06/07/2017
d) Partes do processo	Autuante: Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás Autuada: Rural Brasil S.A.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor originário: R\$ 16.246.458,26 Valor atualizado: R\$ 18.386.445,53

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

f) Principais fatos	<p>Objeto da autuação é a suposta omissão de registro de saída de mercadoria não tributada.</p> <p>08.12.2017, impugnação apresentada para defesa da empresa, alegando improcedência da autuação frente a comprovação da regularidade dos procedimentos;</p> <p>-26.01.2018, diligência com pedido de resposta;</p> <p>- 13.11.2018, manifestação apresentada sobre o resultado da diligência de primeira instância;</p> <p>-25.01.2019, relatório da manifestação de primeira instância;</p> <p>-05.06.2019, recurso Voluntário apresentado em face de sentença de primeira instância, pedindo a improcedência da autuação</p> <p>-19.08.2019, contradita apresentada ao recurso da representação da Fazenda, pedindo a improcedência do recurso interposto pela representação, mantendo todos os pedidos inalterado todos os pleitos do recurso voluntário já apresentado;</p> <p>-10.09.2019, apresentado pedido de adiamento;</p> <p>23.10.2019, processo foi remetido ao Auditor Fiscal responsável pela autuação, a fim de revisar o lançamento analisando a documentação apresentada pela defesa; a empresa efetuou o pagamento da parte considerada não litigiosa cujos fatos são reconhecidos;</p> <p>-04.11.2019, resolução 227/2019, intimando o sujeito passivo apresentar o levantamento contraditório apontando as diferenças questionadas;</p> <p>-28.01.2020, após revisão completa do levantamento e da verificação de todos os argumentos da defesa e dos ajustes efetuados a base de cálculo fica reduzida de R\$58.209.215,00 (cinquenta e oito milhões duzentos e nove mil e duzentos e quinze reais e vinte e dois centavos), para R\$23.965,366,12.</p> <p>-13.02.2020, despacho retornando o presente para julgadores de primeira instância – JULD</p> <p>– CAT – para fins de apreciação e ulterior prosseguimento deste contencioso;</p> <p>-12.08.2020, manifestação apresentada em diligência cameral, pugando a câmara que os autos sejam novamente remetidos em diligência, a fim de que a autoridade fiscal analise o novo levantamento elaborado, declarando a improcedência da autuação;</p> <p>-12.11.2020, último andamento do processo pautado com julgamento em segunda instância.</p>
g) Chance de perda	Remota
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Obrigação de pagamento do tributo

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Auto de Infração nº 4011701672010	
a) Juízo	Administrativo – Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás
b) Instância	1ª instância
c) Data da Instauração	06/07/2017
d) Partes do processo	Autuante: Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás Autuada: Rural Brasil S.A.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor originário: R\$ 5.773.944,24 Valor atualizado: R\$ 6.534.489,52
f) Principais fatos	Objeto da autuação é a suposta omissão de registro de saída de mercadoria não tributada. - 08.12.2017, impugnação apresentada para defesa da empresa, alegando improcedência da autuação frente a comprovação da regularidade dos procedimentos; -26.01.2018, diligenciado com pedido de resposta; -13.11.2018, manifestação apresentada sobre o resultado de diligência de primeira instância, pleiteando a readequação da penalidade pecuniária, consoante orientação jurisprudencial, cumulativamente redução em 50% do valor readequado; 05.06.2019, recurso Voluntário apresentado de sentença de primeira instância; -19.08.2019, apresentada contradita ao Rec. da Representação da Fazenda, com pedido de improcedência do recurso interposto; -04.11.2019, resolução para que proceda a análise dos lançamentos a luz das informações já apresentadas; -10.02.2020, retorno do relatório de revisão completa do levantamento e da verificação de todos os argumentos da defesa e dos ajustes a base de cálculo fica reduzida de R\$23.095.776,97 (vinte e três milhões noventa e cinco mil setecentos e seis reais e noventa e sete centavos) para R\$ 9.186.807,50. -13.02.2020, autos retornados para julgadores de primeira instância para fins de apreciação e ulterior prosseguimento deste contencioso; -12.08.2020, manifestação em diligência cameral, a requerente pugnou para que os autos sejam novamente remetidos em diligência a fim de que a autoridade fiscal análise o levantamento elaborado, promovendo os ajustes declarando a improcedência da autuação; -12.11.2020, último andamento do processo pautado com julgamento em segunda instância.
g) Chance de perda	Remota
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Obrigação de pagamento do tributo

Contingências Trabalhistas

Inquérito Civil nº 000253.2017.18.001-3-26	
a) Juízo	Ministério Público do Trabalho de Rio Verde/GO
b) Instância	1ª instância
c) Data da Instauração	26/12/2017
d) Partes do processo	Notificante: Ministério Público do Trabalho Notificados: Rural Brasil S.A. e outros
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	n/a
f) Principais fatos	Inquérito Civil instaurado visando apurar denúncias contra os Notificados a respeito, especialmente, do descumprimento da jornada de trabalho. Apuradas denúncias, foram lavrados 6 autos de infração em face da Companhia, em razão da apuração de descumprimento de regras relativas à jornada de trabalho. Referidos autos foram objeto de defesa administrativa pela Companhia. Diante do não acolhimento das razões de defesa, a Companhia optou pelo pagamento dos autos, resultando nos respectivos arquivamentos. Em paralelo, o MPT propôs a formalização de um Termo de Ajuste de Conduta, onde os Notificados se comprometeram a manter sua conduta ajustada aos ditames da legislação trabalhista em vigor (no que se refere à jornada de trabalho), por meio do cumprimento de obrigações de fazer, qual seja, respeitar a jornada de trabalho, remunerar horas extraordinárias, conceder intervalo para repouso ou alimentação de, no mínimo, 1 (uma) hora e, no máximo, 2 (duas) horas, Conceder intervalo mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso entre 2 (duas) jornadas de trabalho, consignar em registro mecânico, manual ou sistema eletrônico, os horários de entrada e saída de seus empregados. O TAC tem validade pelo período de 02 anos, abrangendo todas as unidades dos Notificados situadas no estado de Goiás.
g) Chance de perda	Possível
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	O descumprimento das obrigações de fazer e não fazer constantes do TAC sujeitará a Rural Brasil à multa fixa de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), por cláusula descumprida, não sendo relevantes os valores per capita, mensais ou a quantidade de eventos que a cláusula abranger

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

f. Principais fatos	<p>Inquérito Civil instaurado de ofício a partir do despacho proferido no âmbito do PGEA nº 191.2017.09.903/0, cujo objetivo é o de aprimorar as condições de segurança do trabalho realizado em espaços confinados no ramo das empresas de armazenamento de grãos.</p> <p>Apuradas as condições estruturais das Unidades supracitadas do Notificado, oMPT propôs a formalização de um Termo de Ajuste de Conduta ("TAC"), homologando o Plano de Ação proposto pelo Notificado quanto as adequações estruturais necessárias em silos e graneleiros até dezembro/2021, sendo:</p> <p>1. Até 11/10/2020. AQUISIÇÃO de cilindro de gás padronizado para realização de teste de resposta (<i>bump test</i>) no medidor multigases de todas as unidades.</p> <p>SITUAÇÃO: Cumprido.</p> <p>02. Até 30/06/2021:</p> <p>02.1. ELABORAR o laudo de classificações de áreas da unidade em todas as suas unidades. Prazo: 30/06/2021;</p> <p>02.2. ELABORAR e implementar o Laudo de Conformidade do Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA. Prazo: 30/06/2021.</p> <p>03. CUMPRIR integralmente as recomendações do laudo de classificação de áreas da unidade. Prazo: 31/12/2022.</p>
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	O descumprimento das obrigações assumidas no referido TAC implicará na cobrança de astreintes de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada evento unitário, incidentes de forma cumulativa.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

Os processos descritos individualmente no item 4.3 acima, não possuem riscos considerados prováveis e, por isso, nenhuma provisão foi constituída, com base na opinião de seus assessores legais e da administração da Companhia.

As provisões são realizadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 37 – Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Com relação aos processos de natureza cível, o valor reconhecido como provisão considera a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação em questão, na data das Demonstrações Financeiras. Para tanto, a Companhia considera o resultado histórico de suas ações judiciais (êxitos e perdas) bem como a evolução jurisprudencial, de forma a se municiar de elementos que indicam o valor a ser provisionado conforme o caso, observadas a legislação e a regulamentação aplicáveis. Com relação a processos de natureza trabalhista, nos casos em que há prolação de sentença de primeiro grau desfavorável à Companhia, é realizada uma avaliação detalhada dos pedidos realizados (liquidação), por perito especializado com base na qual é realizada a provisão.

Os referidos processos são acompanhados por assessores legais especializados, que orientam a Companhia quanto à possibilidade de perda e posicionamento dos órgãos julgadores de forma a manter as provisões para contingências sempre atualizadas.

A Companhia e suas controladas não possuem valores provisionados para contingências em 31 de outubro de 2020.

<i>em R\$ mil</i>	Consolidado			
Natureza	31/10/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Trabalhistas	-	-	-	400
Ambientais	-	-	-	590
Total	-	-	-	990

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

A Companhia e suas controladas não figuram como parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4.1 - Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos neste item 4.4 deste Formulário de Referência

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia e suas controladas não figuram como parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não figuram como parte em processos sigilosos que sejam considerados relevantes.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Apresentamos abaixo os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, em que a Companhia ou suas controladas figuram no polo passivo em 31 de outubro de 2020, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto:

Ações Tributárias	
A Rural Brasil figura como parte no polo passivo em 3 processos tributários, que versam sobre fiscalização do Estado de Goiás sobre registro de saída – competência do ICMS (Autos de Infração nº 4011701672878, 4011701672010 e 4011701647172).	
a) valores envolvidos	R\$ 24.933.535,02
b) prática da Companhia que causou tal contingência	omissão de registro de entrada e saída de mercadoria sem tributação – multa
c) Chance de perda	Remota

Ações Tributárias	
A Rural Brasil figura como parte no polo passivo em 2 processos tributários, que versam sobre fiscalização do Estado de Goiás sobre registro de saída – competência do ICMS (Autos de Infração 4011802576530 e 4011802579040).	
a) valores envolvidos	R\$ 10.580.111,84
b) prática da Companhia que causou tal contingência	Ausência de memorando de exportação - multa
c) Chance de perda	Remota

Ações Ambientais/Regulatórias – Defensivos Químicos	
A Rural Brasil figura como parte no polo passivo em 5 processos ambientais, que versam sobre a falha na emissão do receituário agrônomo/inobservância da legislação estadual na comercialização de defensivos agrícolas (Autos de Infração nº 064.083.2018 / 003.083.2018, 74335, 537/046/2019, 01/128/2014 e 009.109.2019)	
a) valores envolvidos	R\$ 316.515,06
b) prática da Companhia que causou tal contingência	Falha na emissão de receituário agrônomo para comercialização de defensivos agrícolas – multa; comercialização de defensivos químicos em desacordo com o receituário agrônomo ou gerenciamento inadequado dos defensivos químicos e suas embalagens
c) Chance de perda	Possível

Ações Ambientais/Regulatórias – Defensivos Químicos	
A Agro100 figura como parte no polo passivo em 6 processos ambientais, que versam sobre a falha na emissão do receituário agrônomo/inobservância da legislação estadual na armazenagem, comercialização de defensivos agrícolas (Autos de Infração nº 2021.001-06/2020, 2021.02-11/2020, 2021.007-11/2020, 15682, 3036 e 15684)	
a) valores envolvidos	R\$ 12.647,25
b) prática da Companhia que causou tal contingência	Falha na emissão de receituário agrônomo para comercialização de defensivos agrícolas – multa; comercialização de defensivos químicos em desacordo com o receituário agrônomo ou gerenciamento inadequado dos defensivos químicos e suas embalagens, armazenagem inadequada de defensivos
c) Chance de perda	Provável

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

Os processos descritos no item 4.6 acima, não possuem riscos considerados prováveis e, por isso, nenhuma provisão foi constituída, bom base na opinião de seus assessores legais e da administração da Companhia. Vide item 4.3.1. deste Formulário de Referência para a descrição dos critérios de provisionamento da Companhia.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Termo de Ajuste de Conduta firmado no âmbito do Inquérito Civil nº 47/2017 - (Rural Canarana x Ministério Público Estadual do Mato Grosso)

Em razão da lavratura pelo IBAMA, em 11/11/2016, do Auto de Infração nº 9048635-E em face da Rural Canarana Ltda. (empresa incorporada pela Rural Brasil S.A.), a Promotoria de Justiça da Comarca de Paranatinga instaurou o Inquérito Civil nº 47/2017 (SIMP 000677-042/2017), com o objetivo de investigar suposta aquisição, pela Rural Canarana, de 2.950 sacas de soja (CPR nº 038/2015, safra 2015/2016) produzidas em área embargada.

No âmbito do Inquérito Civil, a Rural Canarana Ltda. celebrou Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC") com a Promotoria de Justiça da Comarca de Paranatinga (Ministério Público do Estado do Mato Grosso), onde foram assumidos os compromissos por parte da Rural Canarana: i) obrigação de não fazer, consistente em abster-se de adquirir/comercializar produto ou subproduto vegetal produzido em área de embargo; e ii) pagamento, em favor do Conselho Comunitário de Segurança de Paranatinga), de R\$ 160 mil reais em 5 parcelas, sendo a primeira no valor de R\$80 mil (vencimento em 31/07/2017) e as demais no valor de R\$ 20 mil (vencimento no último dia dos meses subsequentes), recursos estes destinados ao Projeto "Cidadão do Xingu".

Visando garantir o cumprimento da obrigação de não fazer, pactuada pela Rural Canarana junto ao Ministério Público Federal, houve a formalização da política de crédito da Companhia, prevendo a adoção de critérios e procedimentos mais restritivos na análise de crédito e cadastro de seus clientes.

Em virtude de celebração de TAC, houve a determinação do arquivamento. Não houve a emissão de termo de quitação e/ou documento formal atestando o integral cumprimento do TAC, em face da obrigação contínua de não fazer (abster-se de adquirir/comercializar produto ou subproduto vegetal produzido em área de embargo), isto é, sem prazo definido. Caso o TAC não seja cumprido, o Inquérito Civil poderá ser desarquivado e a investigação será retomada, ou, ainda, caso o Ministério Público do Estado do Mato Grosso entenda que existam fundamentos de dano ambiental, poderá ser ajuizada ação civil pública visando a sua reparação.

Termo de Ajuste de Conduta – Bussadori, Garcia e Cia Ltda x Ministério Público do Trabalho do Paraná

Em 22/08/2017 foi instaurado o Procedimento Preparatório/PP nº 000550-2017.09.003-0 pelo Ministério Público do Trabalho, requerendo informações das unidades de armazenamento de grãos da Bussadori, Garcia e Cia Ltda. ("Agro100") localizadas na circunscrição da Procuradoria do Trabalho no Município de Londrina/PR, em especial a indicação da relação dos espaços confinados em cada uma delas.

Referido Procedimento Preparatório desdobrou-se em procedimentos administrativos individualizados para cada uma das unidades de armazenamento de grãos da Agro100 abrangidas no procedimento, estes procedimentos sido convertidos em Inquérito Civil.

Após a tramitação normal, inclusive com a apresentação de documentos e esclarecimentos, com a análise pericial realizada pelo MPT, as unidades de armazenamento de grãos da Agro100 localizadas em Londrina, Guaravera, Sertãoópolis, Tamarana, Primeiro de Maio, Cambé, Bela Vista do Paraíso e Alvorado do Sul, foram notificadas para a apresentação das análises de risco, contemplando medidas e mecanismos existentes para prevenção de engolfamento/soterramento e explosão em cada silo/armazém, cujo atendimento ocorreu tempestivamente.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Ato sucessivo, considerando as condutas positivas do Notificado ao conduzir a fiscalização, o MPT, em audiência ocorrida em 12/08/2020, propôs a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (“TAC”), onde restou estabelecido o compromisso da Agro100 de: i) cumprir integralmente as medidas estabelecidas no plano de adequações em silos e graneleiros até dezembro/2021; ii) adquirir cilindro de gás padronizado para realização de teste de resposta (bump test) no medidor multigases de todas as unidades no prazo de 30 dias (até 12/09/2020); iii) elaborar o laudo de classificações de áreas da unidade em todas as suas unidades até 30/06/2021; iv) cumprir integralmente as recomendações do laudo de classificação de áreas da unidade até 31/12/2022; v) elaborar e implementar o Laudo de Conformidade do Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA até 30/06/2021.

Ocorrendo o descumprimento injustificável de qualquer dos itens do TAC, a Agro100 estará sujeita a multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada evento unitário que configure o descumprimento da obrigação assumida, incidentes de forma cumulativa.

Termo de Ajustamento de Conduta – Rural Brasil S.A. x Ministério Público do Trabalho do Estado de Goiás.

Em 26/12/2017, o Ministério Público do Trabalho do Estado de Goiás, em Rio Verde/GO, instaurou o Inquérito Civil 000253.2017.18.001-3-26, visando apurar denúncias contra a Rural Brasil a respeito, especialmente, do descumprimento da jornada de trabalho.

Apuradas denúncias, foram lavrados 6 autos de infração em face da Rural Brasil, em razão da apuração de descumprimento de regras relativas à jornada de trabalho. Referidos autos foram objeto de defesa administrativa pela Companhia. Diante do não acolhimento das razões de defesa, a Companhia optou pelo pagamento dos autos, resultando nos respectivos arquivamentos.

Em paralelo, o MPT propôs a formalização de um Termo de Ajuste de Conduta, onde os Notificados se comprometeram a manter sua conduta ajustada aos ditames da legislação trabalhista em vigor (no que se refere à jornada de trabalho), por meio do cumprimento de obrigações de fazer, quais sejam: i) respeitar a jornada de trabalho; ii) remunerar as horas extraordinárias; iii) conceder intervalo para repouso ou alimentação de, no mínimo, 1 (uma) hora e, no máximo, 2 (duas) horas; iii) conceder intervalo mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso entre 2 (duas) jornadas de trabalho; iv) consignar em registro mecânico, manual ou sistema eletrônico, os horários de entrada e saída de seus empregados.

Referido Termo de Ajustamento de conduta têm validade pelo período de 02 anos, contados de março/2020, abrangendo todas as unidades da Rural Brasil localizados no Estado de Goiás. O descumprimento dos termos e condições previstos no Termo de Ajustamento de Conduta expõe a Rural Brasil ao pagamento de multa de R\$ 12 mil reais por cláusula compromissada descumprida, e R\$ 10 mil caso deixe de apresentar os documentos comprobatórios, exigidos pela fiscalização.

Acordo de não Persecução Penal Grão de Ouro Agronegócios

A sociedade Grão de Ouro Agronegócios, controlada pela Companhia, celebrou em novembro de 2020, no bojo do inquérito policial nº 0057714-32.2018.8.13.0071, em trâmite perante a delegacia de Boa Esperança/MG, acordo de não persecução penal visando encerrar investigação de supostas infrações penais pelo transporte de defensivos agrícolas desacompanhados de notas fiscais, ocorrido em agosto de 2014. O acordo celebrado consistiu no pagamento, já realizado pela sociedade, de prestação pecuniária no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

4.7 - Outras Contingências Relevantes

O acordo de não persecução penal é uma figura despenalizadora incluída no artigo 28-A do Código de Processo Penal brasileiro pela Lei nº 13.964/2019 e que prevê a possibilidade do oferecimento de um acordo pelo Ministério Público aos investigados que tiverem confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos. Embora a celebração do acordo de não persecução penal não resulte em qualquer registro negativo em nome da Grão de Ouro Agronegócios ou de seus representantes legais, a sociedade fica, por força de lei, impedida de celebrar novos acordos de não persecução, transação penal ou suspensão condicional do processo pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar a partir de novembro de 2020. O impedimento de celebrar novos acordos não abrange as demais sociedades controladas ou a própria Companhia, sendo estrita à Grão de Ouro Agronegócios.

Busca e Apreensão nº 5005039-51.2020.4.03.6181

O atual diretor financeiro e de relações com investidores da Companhia, Sr. José Maurício Mora Puliti, foi mencionado, juntamente com outros diretores de uma empresa não relacionada à Companhia, em outubro de 2020 no pedido de busca e apreensão nº 5005039-51.2020.4.03.6181, apresentado pela Polícia Federal à 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo/SP. O pedido de busca e apreensão tem como principal alvo, empresa não relacionada à Companhia na qual o Sr. José Maurício Mora Puliti ocupou o cargo de diretor financeiro entre 2015 e 2019. Segundo a Polícia Federal, e de acordo com documentos tornados públicos, a empresa investigada teria praticado, em tese, possíveis crimes contra a ordem tributária, lavagem de dinheiro, corrupção ativa e associação criminosa, ao menos entre 2011 e 2015. Ainda segundo a Polícia Federal, o suposto esquema consistiria na celebração de contratos de prestação de serviços fraudulentos com propósito de arrecadar dinheiro em espécie para majorar os custos e despesas da empresa estranha à Companhia e possibilitar, ao menos em parte, o pagamento de vantagens indevidas a servidor público da Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo, como forma de facilitar a prática de crimes contra a ordem tributária.

No pedido de busca e apreensão formulado, a Polícia Federal não relaciona expressamente o Sr. José Maurício Mora Puliti à prática de qualquer conduta criminosa ou mesmo à assinatura dos contratos supostamente fraudulentos. Da mesma forma, o Sr. José Maurício Mora Puliti não foi, propriamente, alvo da busca e apreensão, embora tenha constado previsão expressa para a coleta de todos os seus e-mails corporativos armazenados na empresa investigada. A busca e apreensão foi realizada em outubro deste ano e, até o momento, não há novas evidências de participação do Sr. José Maurício Mora Puliti nos supostos fatos criminosos. Até a presente data, o Sr. José Maurício Mora Puliti não é considerado, para todos os fins, investigado. É possível que, no futuro, durante as investigações conduzidas pela Polícia Federal, o Sr. José Maurício Mora Puliti seja intimado para a prestação de depoimentos ou, eventualmente, indiciado pela autoridade policial, vindo a ser incluído no escopo de novas medidas cautelares. Nessas hipóteses, é possível que haja um impacto à imagem e a reputação da Companhia. No cenário de eventual condenação, é possível que seja necessário o afastamento do diretor das funções exercidas na Companhia, o que pode impactar suas atividades de forma adversa.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não se aplica, uma vez que a Companhia não é categorizada como emissora estrangeira.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos, aprovada em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 10 de fevereiro de 2021 e vigente desde a aprovação ("Política de Risco"). Essa política tem por objetivo estabelecer as diretrizes e responsabilidades na gestão de riscos da Companhia, especialmente com o desenvolvimento, disseminação e implementação da cultura do gerenciamento de risco institucional, por meio da orientação do processo de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos, num ato de promover a melhoria contínua para os processos e foco no resultado da Companhia.

Conforme estabelece o Código de Conduta Ética Profissional da Companhia, a prevenção a poluição, a degradação ambiental e apoio o uso sustentável dos recursos naturais são condutas que estão em consonância com os valores éticos da Companhia.

b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i) Os riscos para os quais se busca proteção

A Política de Risco busca proteção contra todo tipo de risco, fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento e o cumprimento dos objetivos da Companhia, com destaque para os listados abaixo:

- **Risco Estratégico:** são riscos que podem prejudicar o núcleo do modelo de negócios da Companhia. Desafiam a lógica das escolhas estratégicas, ameaçam a competitividade e prejudicam a capacidade de se alcançar ou manter um desempenho excepcional. Riscos que estão associados à tomada de decisão da alta administração e podem gerar perda substancial no valor econômico da Companhia.
- **Risco Financeiro:** são riscos que podem afetar de forma adversa as finanças de uma Companhia, associados à exposição das operações financeiras da empresa. São decorrentes de variações de valores de ativos e passivos no mercado, descumprimento de obrigações financeiras de contrapartes, alto custo ou incapacidade de cumprir suas obrigações financeiras, ineficiência na alocação do capital ou falhas nos reportes financeiros.
- **Risco Operacional:** são riscos decorrentes de falhas de processos e controles, falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, bem como oriundos de erros ou fraudes que prejudiquem ou impossibilitem o exercício das atividades da companhia. Os riscos operacionais geralmente acarretam redução, degradação ou interrupção, total ou parcial, das atividades, com impacto negativo na reputação da sociedade, além da potencial geração de passivos contratuais, regulatórios e ambientais.
- **Risco Regulamentar:** São riscos relacionados a sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado da falha no cumprimento da aplicação de leis, acordos e regulamentos, no âmbito da aplicação da legislação trabalhista, tributária, fiscal, referentes a relações contratuais, regulamentação de mercado e de prestação de serviços, como exemplos.
- **Risco Cibernético:** São riscos que podem expor os ativos de informação da Companhia a ameaças conhecidas ou desconhecidas por meio de ataques cibernéticos por hackers. Este risco pode ser representado por falhas, indisponibilidade ou obsolescência de equipamentos e instalações, assim como de sistemas informatizados de controle, comunicação, logística e gerenciamento operacional, que prejudiquem ou impossibilitem a continuidade das atividades regulares da Companhia, ao longo da sua cadeia de valor (clientes, fornecedores, parceiros e unidades regionais).

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- **Risco Socioambiental:** consiste na possibilidade de incorrer em perdas advindas de efeitos negativos no meio-ambiente e/ou na sociedade decorrentes de impacto ambiental, em povos e comunidades nativas e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade.
- **Risco Reputacional:** conhecido como “risco de imagem”, baseia-se na possibilidade de perdas decorrentes da eventual possibilidade de a Companhia ter seu nome, marca e/ou credibilidade desgastado no mercado ou perante autoridades em razão de publicidade negativa, verdadeira ou não.

ii) Os instrumentos utilizados para proteção do risco

De acordo com a Política de Risco, a Companhia adota o modelo de gerenciamento de riscos conforme diretrizes do COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission*, os passos descritos na norma ABNT ISO 31000: 2009, e no Guia de Orientação para Gerenciamento de Riscos Corporativos do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Identificação dos riscos

A identificação de riscos tem como objetivo gerar uma lista abrangente de riscos baseada nos eventos que a Companhia é submetida ou sofre e que possam criar, aumentar, evitar, reduzir, acelerar ou atrasar o alcance dos objetivos da Companhia. Convém que pessoas com um conhecimento adequado sejam envolvidas na identificação dos riscos. Para a identificação de riscos são utilizadas entrevistas com os diretores e principais executivos de cada setor da Companhia, tendo em vista os principais processos pelos quais são responsáveis.

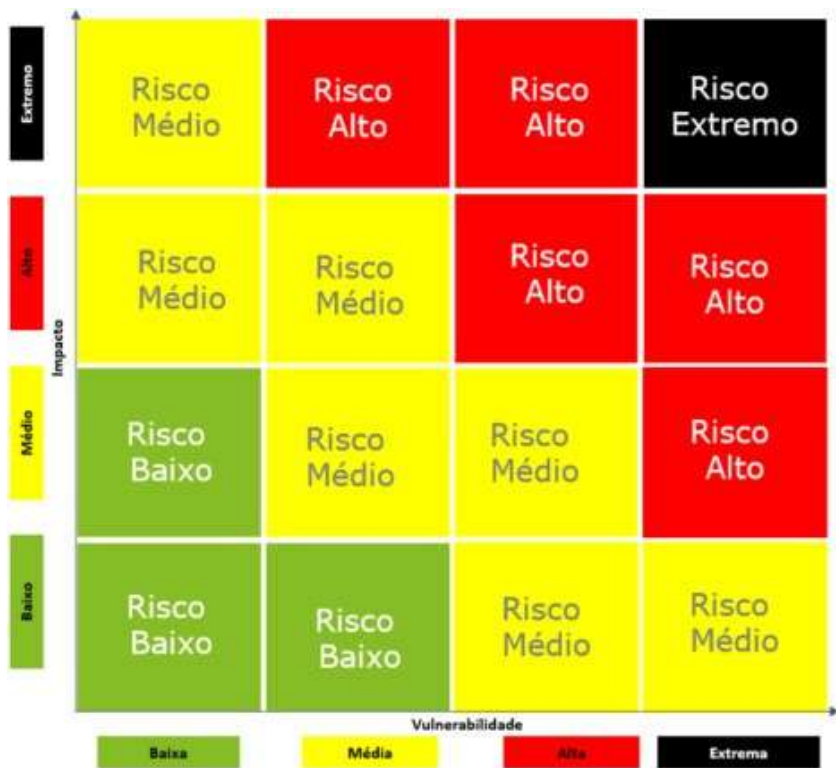
Análise de riscos

A análise de riscos envolve desenvolver a compreensão dos riscos, fornecendo uma entrada para a avaliação de riscos e para as decisões sobre a necessidade de tratá-los, e sobre as estratégias e métodos mais adequados de tratamento. A análise de riscos também pode fornecer uma entrada para a tomada de decisões em que escolhas precisam ser feitas e as opções envolvem diferentes tipos e níveis de risco. O risco é analisado determinando-se as consequências e sua probabilidade, e outros atributos do risco. Convém que os controles existentes e sua eficácia e eficiência também sejam levados em consideração. Dependendo das circunstâncias, a análise pode ser qualitativa, semi-quantitativa ou quantitativa, ou uma combinação destas.

Efetiva Avaliação de riscos

Esta etapa possui como finalidade o auxílio na tomada de decisões com base nos resultados da análise de riscos, sobre quais riscos necessitam de tratamento e a prioridade para a implementação do tratamento. A avaliação de riscos envolve comparar o nível de risco encontrado durante o processo de análise com os critérios de risco estabelecidos quando o contexto foi considerado. Priorização de acordo com a posição dos riscos na matriz de probabilidade x impacto, tendo como base também o apetite a risco estabelecido pelos executivos da Companhia:

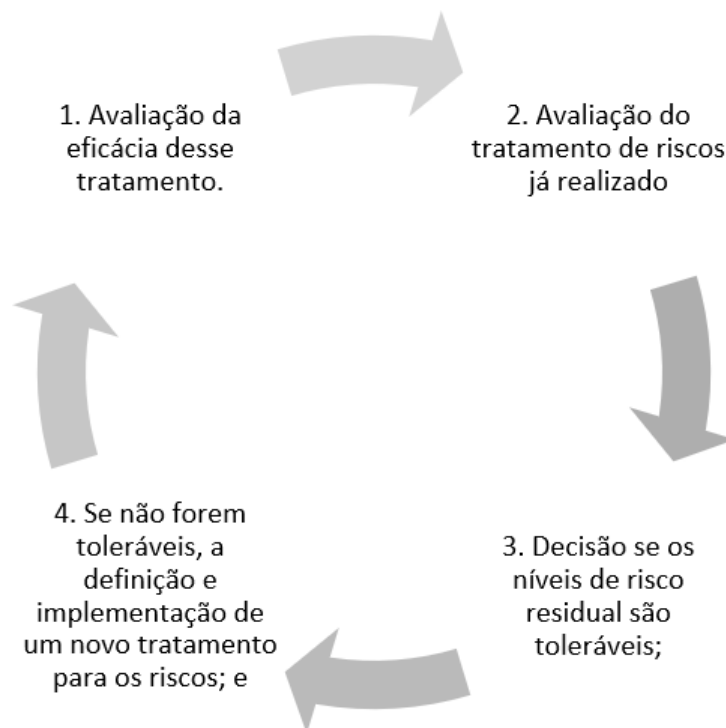
5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos



5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Tratamento de riscos

O tratamento de riscos envolve a seleção de uma ou mais opções para modificar os riscos e a implementação dessas opções. Uma vez implementado, o tratamento fornece novos controles ou modifica os existentes. Tratar risco é um processo cíclico e envolve os seguintes aspectos:



Ao optar sobre uma ação de tratamento ao risco, os executivos devem analisar o custo benefício da ação, com a análise dos custos, esforços, implementação, assim como estudar os benefícios decorrentes da ação no âmbito financeiro, legal, imagem, entre outros. O plano de tratamento deve identificar a ordem de prioridade em que cada tratamento deva ser implementado. O tratamento do risco pode gerar novos riscos residuais e, desta forma, é devido o monitoramento do risco inicial e os novos riscos residuais, se aplicável.

Monitoramento e análise crítica

Os processos de monitoramento e análise crítica da organização possui a finalidade de garantir que os controles sejam eficazes e eficientes no projeto e na operação, obter mais informações para melhor balizar a fase de avaliação de riscos, analisar eventos, mudanças, tendências, sucessos e fracassos, detectar mudanças nos contextos internos e externos, e identificar os riscos emergentes.

A estrutura organizacional de gerenciamento de Riscos

De acordo com a Política de Risco da Companhia, a estrutura organizacional envolvida no gerenciamento do risco é dividida em três principais linhas de defesa:

1ª Linha de Defesa – A primeira linha é organizada frente ao risco da Companhia, com os gerentes operacionais (*front e back office*). Estes possuem propriedade sobre os riscos e são os responsáveis por implementar as ações corretivas com objetivo de resolver as deficiências de controle e de processo, mitigando os riscos relacionados.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

2ª Linha de Defesa – A segunda linha de defesa é desempenhada pela área de Controles Internos, Gestão de Riscos e Compliance. Possui como principal atribuição a prevenção em relação ao risco, com ênfase em controles internos e conformidade, em relação a leis e regulamentos aplicáveis à Companhia, bem como em relação aos aspectos de Controladoria, com o monitoramento dos riscos financeiros e questões de reporte financeiro. Esta segunda linha de defesa deve assessorar a primeira linha nos aspectos de controles internos, procedimentos, normas, apoiar as políticas de gestão, definir papéis e responsabilidades, identificar mudanças de apetite de risco da empresa, auxiliar a construção de processos, controles e procedimentos, a aderência da Companhia às leis, regulamentos, políticas e procedimentos. Os integrantes da área de Controles Internos, Gestão de Riscos e Compliance não podem acumular suas funções com atividades operacionais ou de auditoria interna.

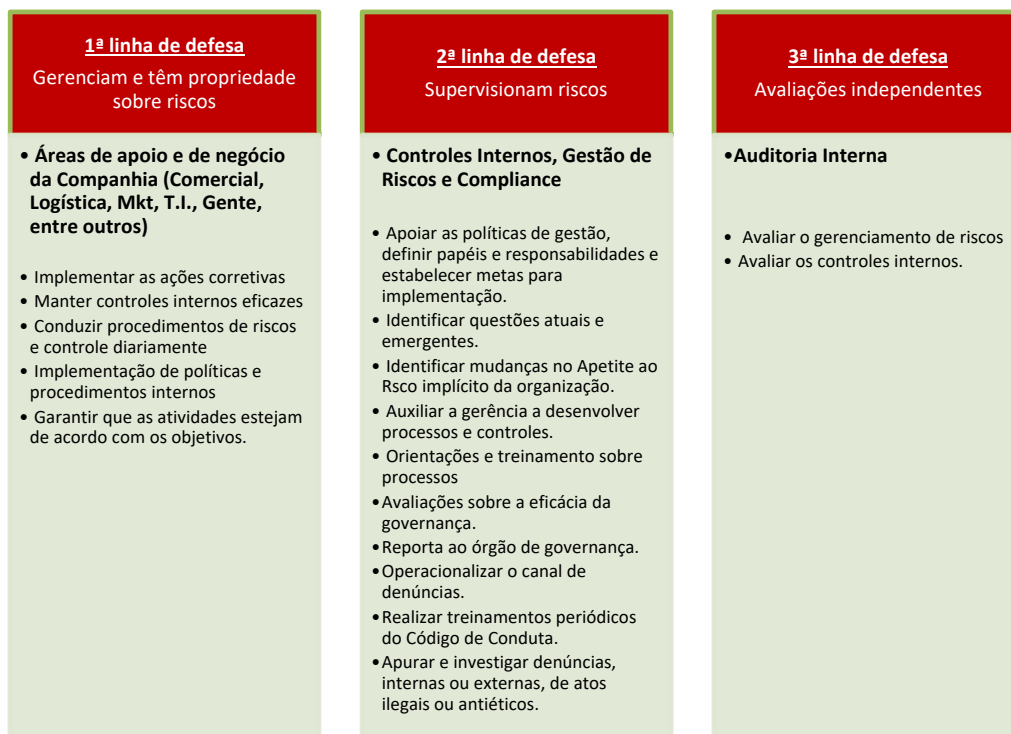
3ª Linha de Defesa – A terceira linha de defesa é desempenhada pela auditoria interna/compliance, que fornece à alta gestão e aos órgãos de governança avaliações estruturadas dos riscos mapeados, com base nos eventos e consequências relacionados, de forma independente e com objetividades dentro da Companhia. De forma detectiva, a Auditoria Interna provê avaliações sobre o status da governança, dos controles internos estruturados e de que forma este cenário impacta nos objetivos da Companhia, tendo no seu escopo:

- Avaliar eficiência e eficácia da operação;
- Salvaguarda de ativos;
- Confiabilidade de informações;
- Integridade dos processos;
- O ambiente de controles internos; e
- Análise dos processos das áreas de negócio e de apoio da Companhia.

Abaixo é esquematizado o modelo de três linhas de defesa atuantes na Companhia.



5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos



iii) A estrutura organizacional de gerenciamento de Riscos

É papel do Departamento de Controles Internos, Gestão de Riscos e *Compliance*, acompanhar e garantir a realização dos procedimentos administrativos que visam assegurar a salvaguarda os ativos da Companhia.

Os principais instrumentos utilizados pela Companhia para proteção dos riscos são compostos principalmente da seguinte forma:

- Ambiente de Controle;
- Avaliação de Risco;
- Atividades de Controle;
- Informação e Comunicação; e
- Monitoramento

Conselho de Administração

- Estabelece o nível de apetite a risco para a Companhia de acordo com a relação risco/retorno definido para a Companhia;
- Define e revisa os critérios e estratégia da gestão do risco;
- Avalia e define a estrutura e o orçamento da Auditoria Interna, nos moldes estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado;
- Avalia e delibera os reportes realizados pelo Comitê de Auditoria; e
- Avalia e delibera sobre transações com partes relacionadas, de acordo com os critérios definidos na Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada em 10 de fevereiro de 2021 pelo Conselho de Administração.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Comitê de Auditoria

- Avalia a efetividade dos controles internos e o processo e as estruturas de gerenciamento de riscos da Companhia;
- Avalia e monitora as exposições de risco da Companhia;
- Propõe ao Conselho de Administração os níveis de tolerância para exposição aos riscos pela Companhia;
- Debate e analisa com as diretorias responsáveis, as políticas, procedimentos e sistemas de mensuração e gestão de riscos;
- Demanda da administração ações e medidas para que as remediações de controle sejam viabilizadas e riscos com exposição inaceitável sejam mitigados, acompanhando a sua implementação;
- Acompanha as atividades da área de Controles Internos, Gestão de Riscos e Compliance da Companhia;
- Avalia, monitora e recomenda à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas;
- É informado pela área de Controles Internos, Gestão de Riscos e Compliance, de denúncias recebidas, seu endereçamento e respectivos resultados;
- Aplica as penalidades cabíveis para os casos em que a área de Controles Internos, Gestão de Riscos e Compliance, após a devida apuração e investigação, concluir que houve violação ao Código de Conduta e demais políticas e documentos da Companhia;
- Avalia e delibera os reportes realizados pela Auditoria Interna.

Diretor Presidente

- Define diretrizes, recursos e metas que garantam o bom funcionamento da gestão de riscos.
- Promove a integração da gestão de riscos com os ciclos de gestão e planejamento da Companhia.

Gestores operacionais das áreas de apoio e de negócio (back office e front office)

- São proprietários do risco, responsáveis por identificar e gerenciam os riscos das respectivas áreas de acordo com as estratégias e planos de ação traçados. Implementam os planos e acompanham as ações corretivas e/ou preventivas nas áreas responsáveis pelos riscos.

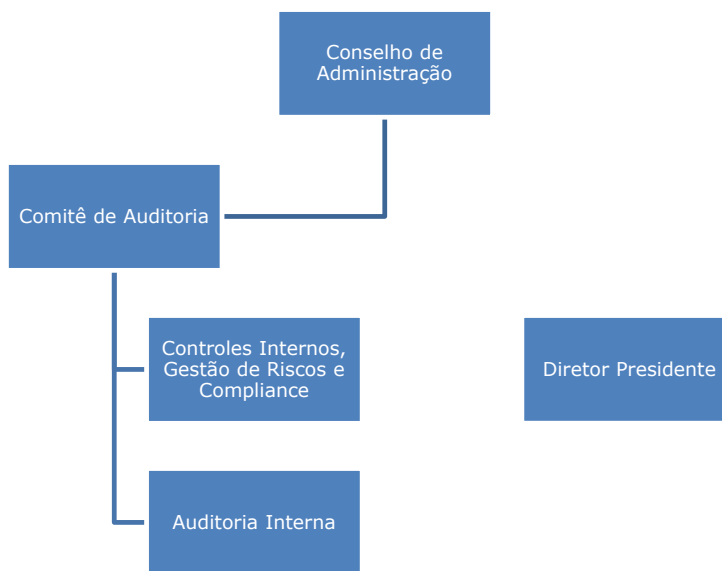
Controles Internos, Gestão de Riscos e Compliance

- Avalia a eficácia da governança corporativa;
- Elabora o planejamento e assegura a operacionalização da gestão de riscos;
- Elabora e operacionaliza o plano de auditoria interno, por setor da Companhia, de acordo com os riscos previamente mapeados e priorizados;
- Reporta ao Comitê de Auditoria;
- Mantém e operacionaliza o canal para recebimento de denúncias ("Canal de Denúncias") da Companhia.
- Assegura a conformidade (compliance) dos procedimentos da Companhia e seus colaboradores e terceiros com todos os requerimentos e diretrizes legais e regulatórias;
- Regulamenta e supervisiona, com independência e eficiência, o cumprimento das regras contidas no Código de Conduta e nas políticas da Companhia;
- Responsável pela realização de treinamentos periódicos do Código de Conduta;
- Apura e investiga denúncias, internas ou externas, de atos ilegais ou antiéticos;
- Averigua eventual descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do autor da denúncia, da manutenção do anonimato e da confidencialidade da informação.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Auditoria Interna

- Responsável por aferir a qualidade e efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia reportando-se ao Comitê de Auditoria;
- Avalia a eficiência dos controles internos, com a medição do potencial impacto e probabilidade da eventual falha dos controles;
- Avalia e propõe estratégias de mitigação dos riscos;



c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Considerando a Política de Risco da Companhia, bem como as atribuições de cada um dos órgãos envolvidos no processo de identificação, mapeamento e mitigação de riscos descritos nos itens anteriores, a Administração da Companhia entende que a atual estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da Política de Risco.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 – Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Para o gerenciamento dos riscos de mercado, a Companhia utiliza a Política de Risco, citada no item 5.1, a e b, deste Formulário de Referência, não possuindo uma política específica formalmente aprovada.

A Companhia entende que os principais riscos aos quais está exposta são tratados nas práticas e objetivos e estão em constante monitoramento. Adicionalmente, a Companhia entende que a sua Política de Risco atualmente adotada, possibilita o gerenciamento eficaz dos riscos de mercado inerentes às atividades da Companhia.

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i) Os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os riscos descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência, notadamente, os riscos de (i) commodities, através de seguros, contratos com tradings e futuros CBOT; e (ii) moedas e indexadores, por meio de operações de NDFs e swaps e opções.

ii) A estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia pode utilizar derivativos para gerenciar riscos de mercado relacionados à exposição de balanço patrimonial, a qual se dá em razão de saldos ativos e passivos financeiros denominados ou indexados em moeda estrangeira e/ou commodities.

iii) Os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia possui os seguintes instrumentos de derivativos elegíveis para implementação das operações de hedge:

- Hedge de commodities
- Hedge de moedas (NDFs, swaps, opções)
- Hedge de indexador (swaps, opções)

iv) Os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Gerenciamos nossos riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das atividades da Companhia estão em linha com os parâmetros preconizados pela administração da Companhia.

Fazemos o acompanhamento das projeções de mercado para índices de inflação (IPCA, IGP-M e INCC) e taxa de juros através do boletim Focus, do Banco Central do Brasil, e mantemos comunicação com diversos stakeholders, em relação às tendências de mercado.

v) Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos em estratégias de tomada de posições intencionais com o objetivo de aproveitar oportunidades de mercado.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

vi) A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de risco de mercado

A Diretoria Financeira é responsável pelo controle do gerenciamento de riscos de mercado e pela exposição líquida. A execução e contratação das operações de hedge de commodity são realizadas pela diretoria de origem das controladas operacionais, enquanto as operações de hedge financeiro são de responsabilidade da Diretoria Financeira, ambas amparadas pelas diretrizes estabelecidas pela Política de Risco da Companhia..

A estrutura organizacional envolvida no gerenciamento e controle de riscos de mercado é a mesma descrita no item 5.1 “b” acima.

c) a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Considerando a Política de Risco da Companhia, bem como as atribuições de cada um dos órgãos envolvidos no processo de identificação, mapeamento e mitigação de riscos descritos nos itens anteriores, a Administração da Companhia entende que a atual estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da Política de Risco face aos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

a) *As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.*

A Companhia entende que destina os esforços e recursos adequados para a manutenção e evolução contínua da sua estrutura de governança corporativa e do seu ambiente de controles internos. O objetivo é fornecer garantia razoável para seus acionistas acerca das informações financeiras e sobre a confiabilidade das demonstrações financeiras.

As políticas internas apresentadas a seguir apresentam as principais práticas de controles internos da Companhia:

- Política de Tesouraria: aprovada em 17/08/2020, tem como objetivo prover as instruções relacionadas aos temas financeiros das investidas da Companhia, em especial à gestão do fluxo de caixa operacional e gestão de riscos financeiros.
- Política de Crédito: aprovada em 17/08/2020, tem como objetivo o estabelecimento de boas práticas e regras para concessão de crédito, estabelecimento de limite de financiamento, gerenciamento do risco de recebimento e regras de cobrança advindos de clientes da Companhia. Esta política também determina os critérios para identificar os títulos do contas a receber em aberto cujo recebimento não seja provável, resultando em constituição de provisão para perda.
- Política de Estoques: aprovada em 17/08/2020, tem como objetivo estabelecer critérios para provisão de perda dos estoques da Companhia.
- Política de Arrendamentos: aprovada em 17/08/2020, tem como objetivo prover as instruções relacionadas aos temas do CPC 06 / IFRS 16 dos contratos de arrendamento da Companhia.
- Política de Ativo Imobilizado e Ativo Intangível: aprovada em 17/08/2020, tem como objetivo prover as instruções relacionadas aos temas de capitalização e depreciação dos bens imobilizados e intangíveis da Companhia.
- Política de Reconhecimento da Receita: aprovada em 17/08/2020, tem como objetivo estabelecer os princípios e diretrizes para o reconhecimento da receita de produtos e serviços na Companhia de acordo as normas contábeis do Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) em específico o CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente (em substituição ao CPC 30 – Receitas) que está correlacionado às normas internacionais de contabilidade através do IFRS 15 – Revenue from Contracts with Customers.
- Política de Verbas de Rebates e Campanhas Comerciais de Fornecedores: aprovada em 17/08/2020, tem como objetivo prover as instruções contábeis e tributárias relacionadas aos temas de verbas de rebates e campanhas comerciais dos fornecedores da Companhia.
- Política de Ajuste a Valor Presente (AVP): aprovada em 17/08/2020, tem como objetivo prover as instruções contábeis e tributárias relacionadas ao tema de AVP sobre as receitas e os custos das mercadorias vendidas pela Companhia.
- Política de Juros: aprovada em 17/08/2020, tem como objetivo estabelecer critérios para contabilização de receita de juros auferidos de clientes que efetuam pagamentos após a data de vencimento do título do “contas a receber”.
- Política de Hedge: aprovada em 17/08/2020, tem como objetivo prover as instruções contábeis e financeiras relacionadas às operações de proteção de taxas de câmbio, oscilações de commodity e taxas de juros da Companhia.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Adicionalmente, os departamentos da Companhia realizam rotinas de conciliações diárias, elaboração de fechamento contábil mensal, assim como efetua a revisão analítica entre orçado versus realizado por todas as áreas.

Todos os controles internos, por melhor que sejam preparados, têm limitações inerentes. Assim, mesmo os sistemas avaliados como eficazes podem não impedir ou detectar informações incorretas.

b) As estruturas organizacionais envolvidas

As áreas de compliance, governança corporativa e auditoria interna são diretamente ligadas ao Conselho de Administração, garantindo a independência de sua atuação, e estão envolvidas com os trabalhos de verificação e monitoramento do ambiente e da eficácia dos controles internos da Companhia.

O departamento contábil é o encarregado pela elaboração das demonstrações financeiras trimestrais, atendimento a auditoria externa e redação das notas explicativas.

As demonstrações financeiras são submetidas a um extenso processo de revisão que envolve, mas não se limita, aos gestores financeiros, recursos humanos, fiscal, operações e jurídico.

A aprovação das demonstrações financeiras ocorre pelo Diretor Financeiro e pela diretoria executiva.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo acompanhamento.

A responsabilidade dos controles internos é designada pelo Conselho de Administração da Companhia para o Comitê de Auditoria, o qual, em conjunto com a área de controladoria, atuam com o objetivo de supervisionar a eficiência dos controles internos. Além disso, estas áreas realizam avaliação dos controles internos e elaboram relatório relatando o acompanhamento sistemático das atividades relacionadas com o sistema de controles internos, de identificação e correção tempestiva das deficiências observadas.

Em relação à supervisão, a Companhia entende que um ambiente de controle efetivo é formado mediante a participação de todos os colaboradores, independentemente de função ou posição hierárquica. Adicionalmente, todos os gestores têm o papel de disseminar as regras, políticas, e normas da Companhia para seus colaboradores.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos da Companhia, quando da execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de outubro de 2020, conforme relatório de auditoria e de acordo com o previsto no inciso II do artigo 25 da Instrução CVM nº 308/99, apresentadas sugestões de aprimoramento dos controles, sendo que a seguinte deficiência foi apontada como significativa:

Deficiência	Recomendação
<p>“O usuário que possui acesso ao direto ao banco de dados é o analista de sistema da Companhia. Apesar das atividades registradas no banco de dados serem monitorada por meio de logs, fomos informados que a Companhia não possui procedimento formal de revisão e monitoramento dos logs.”</p>	<p>“Adoção de um procedimento formal de monitoramento e revisão de todas as atividades realizadas no banco de dados, garantindo que todos os acessos sejam previamente autorizados, bem como que estabeleça um procedimento formal para verificar e aprovar as alterações efetuadas, com o objetivo de assegurar que não houve qualquer ocorrência diferente daquela inicialmente avaliada e aprovada.”</p>

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Na avaliação desses riscos, segundo as normas de auditoria, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. O resultado sobre a avaliação dos controles, por parte dos auditores, é apresentado à Companhia, acompanhados de sugestões de aprimoramento.

É importante destacar que todas as sugestões ou comentários efetuados pela auditoria devem ser analisadas e interpretadas dentro do contexto do referido relatório. Adicionalmente, os efeitos de alguns dos aprimoramentos citados no referido relatório são considerados imateriais para fins da elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

A Administração foi informada do relatório circunstanciado do Auditor Independente sobre as deficiências nos controles internos identificadas durante o processo de auditoria da Companhia relacionados ao exercício social encerrado em 31 de outubro de 2020. A deficiência significativa mencionada no relatório foi abordada com melhorias que estão em fase de implementação pela Companhia, bem como as demais medidas adotadas para o constante aprimoramento dos controles internos e sistemas informatizados da Companhia. A diretoria executiva da Companhia entende que as deficiências significativas reportadas no relatório circunstanciado do Auditor Independente não tiveram impacto material na qualidade das informações e na confiabilidade da elaboração das Demonstrações Financeiras da Companhia.

A Administração da Companhia está concluindo o programa de melhorias de controles de acessos e procedimentos de aprovação necessários, os quais estarão implantados, segundo a previsão da Administração, até julho de 2021.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia possui práticas e procedimentos de integridade que têm como objetivo a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. A fim de consolidar todas as práticas adotadas, a Companhia as formalizou em seu Código de Conduta Ética Profissional ("Código de Conduta"). Essas normas internas voltadas à integridade reúnem um conjunto de mecanismos e procedimentos internos utilizados na prevenção, detecção e combate a desvios de conduta e descumprimento da legislação aplicável.

Reafirmando o compromisso da Companhia com o tema, serão promovidos treinamentos periódicos anuais a respeito do Código de Conduta e demais políticas internas para os colaboradores e terceiros.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A área de Controles Internos, Gestão de Risco e *Compliance* é a área responsável diretamente pela supervisão, monitoramento, funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos de integridade.

iii. se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

A Companhia, por meio do Conselho de Administração, aprovou em 10 de fevereiro de 2021, o seu Código de Conduta, o qual é aplicável a todos os membros dos órgãos da Administração (diretores, diretores executivos, conselheiros e membros de comitês), colaboradores e estagiários da Companhia e de suas controladas, bem como a seus fornecedores e prestadores de serviços.

• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

A Companhia mantém um plano para realizar treinamentos anuais em relação ao seu Código de Conduta a todos os seus colaboradores, bem como no momento de sua contratação, entrega cópia do referido código e realiza treinamento inicial. Além disso, sempre que ocorrerem atualizações do conteúdo do Código de Conduta, seu conteúdo será novamente divulgado e disponibilizado para todos os colaboradores, fornecedores e prestadores de serviços da Companhia e de suas controladas. Tendo em vista que o Código de Conduta foi recentemente implementado e a Companhia está revendo a sua política de integridade, ainda não foram realizados treinamentos com os colaboradores e administradores.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

5.4 - Programa de Integridade

Nos casos em que houver violação ou suspeita de violação de qualquer dos dispositivos do Código de Conduta da Companhia, o Comitê de Auditoria será acionado, e avaliará os fatos apresentados, aplicando, após apuração e investigação feitas pela área de Controles Internos, Gestão de Riscos e *Compliance*, conforme o caso, as medidas disciplinares abaixo, previstas no Código de Conduta e Ética, em qualquer ordem, dependendo da gravidade da situação: (a) advertência formal; (b) suspensão temporária; (c) término da relação de trabalho, com justa causa; (d) rescisão de contrato de prestação de serviços (em caso de terceiros); e (e) término da relação comercial.

• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de fevereiro de 2021, e pode ser acessado no *website* da Companhia <http://ri.agrogalaxy.com.br>

b) se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

• se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

A Companhia possui um canal interno de denúncias operacionalizado pela área de Auditoria Interna e *Compliance*, sendo possível seu acesso pelo e-mail: manifestese@agrogalaxy.com.br ou o telefone 0800 943 0760

• se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal de denúncias está aberto para qualquer pessoa que tenha o interesse em denunciar, seja ela empregada ou não da instituição, sendo seu acesso informado no site da Companhia.

• se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

Não é necessária a identificação do denunciante ao utilizar o canal. O Código de Conduta também estabelece que a Companhia não tolera qualquer tipo de retaliação contra aquele que, de boa-fé, relate pelo canal de denúncias uma preocupação sobre um fato potencialmente ilegal ou antiético – e que qualquer retaliação poderá gerar a aplicação de medidas disciplinares.

• órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias

As denúncias e os casos de violação das diretrizes contidas no Código de Conduta serão levados ao Comitê de Auditoria para análise e aplicação da penalidade cabível, após apuração e investigação feita pela área de Controles Internos, Gestão de Riscos e *Compliance*.

c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Em que pese o Código de Conduta não estabelecer diretrizes específicas a respeito de processos aplicáveis a operações de fusões e aquisições, a Companhia realiza em observância aos dispositivos legais e aos procedimentos usualmente aplicados neste tipo de operação, incluindo legal e business due diligence, com o intuito de identificar, entre outras questões a existência de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas companhias alvo.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Conforme descrito nos itens anteriores, a Companhia possui Código de Conduta que regula as relações de seus colaboradores com, entre outros, com a Administração Pública.

5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta, tampouco na política de gerenciamento de riscos adotada.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	02/10/2014
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Limitada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve Histórico

6.3 - Breve histórico do emissor

Breve histórico do emissor

Em 02 de outubro de 2014 é criada a Agro Trends Participações Ltda. (“Companhia”), com o objetivo de participar em outras sociedades.

Em 07 de outubro de 2016, a Companhia adquiriu 60% da participação no capital social da Rural Brasil S.A. (“Rural Brasil”), assumindo o seu controle acionário. A Rural Brasil foi criada em janeiro de 2012 com a finalidade de atuar no mercado de comercialização de insumos agrícolas, inicialmente no estado de Goiás, estendendo posteriormente sua atuação para os estados do Mato Grosso, Tocantins, Pará e Maranhão.

Em abril de 2017, a Agro Key Participações Ltda. (“Agro Key”), sociedade que foi incorporada pela Companhia em 30 de outubro de 2020, conforme descrito abaixo, adquiriu o controle societário da Agro Control Participações Ltda (“Agro Control”). As duas companhias foram constituídas em janeiro de 2016, com a finalidade de participar em outras sociedades.

Em agosto de 2017, a Agro Control adquiriu 66% da participação no capital social da Agrototal Holding S.A (“Agro Total”), empresa detentora do controle da Bussadori, Garcia e Cia Ltda. (“Agro100”) desde junho de 2014, e da Agro Ferrari Produtos Agrícola Eireli (“Agro Ferrari”) desde novembro de 2018. A Agro100 e Agro Ferrari são empresas constituídas em 1996 e 1991 respectivamente, com atuação no mercado de comercialização de insumos agrícolas nos estados do Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e São Paulo.

Em 18 de janeiro de 2018, a Companhia realizou a sua primeira operação de emissão de debêntures não conversíveis em ações, série única, quirografária, com garantia adicional fidejussória e para colocação privada, no valor total de emissão de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), com vencimento em 24 de maio de 2019.

Em dezembro de 2018, a Agro100 incorporou a Nutri100 Agro Ltda. (“Nutri 100”), agregando ao negócio a operação de recebimento e comercialização de grãos.

Em janeiro de 2019, a Agro Advance Participações S.A. (“Agro Advance”), empresa criada em setembro de 2018 com o objetivo de participar em outras sociedades e que foi incorporada pela Companhia em 30 de outubro de 2020, conforme descrito abaixo, adquiriu 60% da participação do capital social da Grão de Ouro Agronegócios S.A (“Grão de Ouro”), tornando-se sua sócia controladora. A Grão de Ouro foi criada na cidade de Passos/MG, em março de 2011, para atuar no segmento de comercialização de insumos agrícolas, estendendo posteriormente suas atividades a outras cidades do Estado de Minas e São Paulo.

Em 30 de outubro de 2020, a Companhia aprovou uma relevante reorganização societária, resultando, na incorporação da Agro Advance e Agro Key, nova composição do Conselho de Administração e eleição dos respectivos conselheiros e alteração da denominação social da Companhia para AgroGalaxy Participações S.A (“AgroGalaxy”). Em referida data e em virtude das operações societárias havidas, o AgroGalaxy assumiu o controle total do capital social da Agrototal (Agro100 + Agro Ferrari), Rural Brasil e Grão de Ouro. Para mais informações acerca desta reorganização e para visualização do organograma societário após a reorganização, vide itens 15.7 e 15.4 deste Formulário de Referência.

6.3 - Breve Histórico

(i) Investimentos nas empresas operacionais na linha do tempo:



Atualmente, a Companhia, por meio de suas controladas, constitui uma relevante plataforma de comercialização de insumos agrícolas, prestação de serviços de assistência técnica e agricultura de precisão, voltados ao atendimento do setor do agronegócio no Brasil, considerando em conjunto volume de venda de insumos, capacidade de originação de grãos, oferta de produtos e serviços agrícolas e cobertura geográfica. Por meio de um ecossistema integrado de produtos e serviços, são oferecidas soluções customizadas para atender a necessidade do produtor e que se adequam às características do agronegócio brasileiro. Mais detalhes sobre as atividades da Companhia e suas controladas estão descritos no item 7.1 deste Formulário de Referência.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

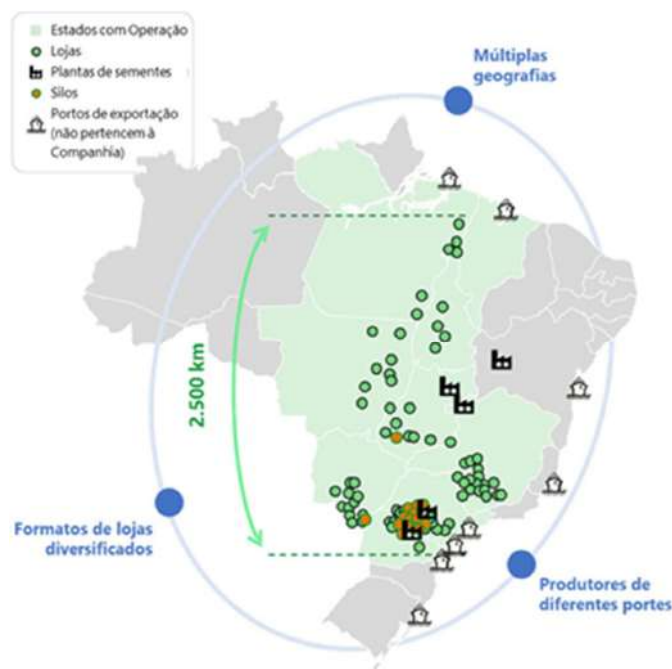
Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Visão Geral

A Companhia é uma relevante plataforma de varejo de insumos agrícolas e serviços voltados para o agronegócio brasileiro, atuando na comercialização de insumos agrícolas, produção de sementes, originação, armazenamento e comercialização de grãos, além de prestação de serviços agrícolas. Com cobertura geográfica nacional, a Companhia possui um ecossistema integrado, entregando produtos e oferecendo soluções únicas para a necessidade do produtor rural, sendo reconhecida pelo alto valor agregado que entrega aos seus clientes e por ser a parceira de produtividade do agricultor brasileiro. Formada a partir da aquisição de plataformas líderes em diferentes regiões brasileiras, a Companhia tem os benefícios da integração, enquanto mantém as características e marcas originais de cada plataforma, além de todo o histórico local e proximidade com o agricultor. Em 31 de outubro de 2020, a Companhia conta com 93 lojas, incluindo pontos comerciais (que não possuem estoque), 19 silos, 3 plantas de semente de soja operadas pela própria Companhia e 2 tooling, situadas em 9 estados, cobrindo cerca de 1.000 cidades, consolidando sua estratégia de ter forte capilaridade nas regiões mais estratégicas do agronegócio brasileiro e com próximo relacionamento com os produtores, entregando soluções de ponta com agilidade.



Fonte: Companhia

O público-alvo da Companhia são pequenos e médios produtores, com área cultivada de até dez mil hectares, que buscam os melhores produtos, diversificação de fornecedores, soluções de financiamento e crédito, assistência técnica desde o plantio até a colheita, serviços de logística e alta tecnologia. Fornecendo produtos para diversas culturas, incluindo soja, milho, café, trigo, entre outros. Na safra de 2019/2020, os clientes da Companhia representaram um total de 7,9 milhões de hectares de área plantada.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Principais Culturas



Fonte: Companhia

A Companhia vem mostrando uma trajetória, com forte ritmo de crescimento e mantendo rentabilidade. No período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020, a Companhia reportou uma receita líquida de R\$1,7 bilhão, com uma margem EBITDA de 5,3% e EBITDA Ajustado de 3,8%, e uma receita líquida proforma de R\$ 3,2 bilhões com uma margem EBITDA proforma de 5,3% e EBITDA ajustado proforma de 4,5%. Para mais detalhes sobre as medidas contábeis e não-contábeis dos últimos 3 exercícios sociais divulgadas pela Companhia vide itens 3.2, 3.9, 10.1.h e 10.9 do Formulário de Referência.

Informações Financeiras

Em 30 de outubro de 2020, foi aprovada a combinação dos negócios da Companhia, da Agro Key Participações S.A. (“Agro Key”) e da Agro Advance Participações S.A. (“Agro Advance”) através da incorporação societária pela Companhia da Agro Key e da Agro Advance. Esta reestruturação ocorreu com a troca de ações, por valores negociados entre as partes, em uma operação entre companhias que não possuem controle comum e que, portanto, representa uma combinação de negócios sob o escopo do CPC 15 (R1) / IFRS 3 Combinação de negócios, apresentada considerando o método de aquisição. Como parte da avaliação da administração nesse contexto, a Agro Key foi considerada como a adquirente contábil (apesar de ser a empresa incorporada legalmente) e a Companhia, assim como a Agro Advance, foram consideradas como as adquiridas, (apesar de a Companhia ser incorporadora e a entidade sobrevivente legal), configurando uma situação de aquisição reversa.

Dessa forma, as informações aqui apresentadas de 31 de outubro de 2020 refletem as informações da combinação de negócios, através da consolidação dos ativos e passivos das três sociedades. No entanto, o resultado da Companhia para o período findo em 31 de outubro de 2020 representa apenas os resultados da AgroKey.

Apresentamos abaixo os principais indicadores financeiros para os períodos indicados. Para informações financeiras mais detalhadas sobre indicadores financeiros da Companhia após a reestruturação societária que ocorreu em outubro e que representam de maneira mais adequada os números da Companhia para futura comparabilidade, ver itens 3.9 e 10.9 deste Formulário de Referência e as Demonstrações Financeiras Pro Forma e respectivas Notas Explicativas para os períodos indicados.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

(em R\$ mil, exceto %)	Período de dez meses findo em 31 de outubro de			Agro Trends - Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					Agro Key - Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					Agro Advanc e Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2020	2019	AH(%)	2019	2018	AH(%)	2017	AH(%)	2019	2018	AH(%)	2017	AH(%)	
Receita bruta de vendas	1.771.970	1.297.448	36,6%	1.511.994	1.134.633	33,3%	1.107.159	2,48%	1.620.628	1.342.522	20,7%	425.086	215,82%	287.472
Receita operacional líquida	1.710.545	1.242.047	37,7%	1.443.693	1.052.915	37,1%	1.047.790	0,5%	1.554.937	1.299.313	19,7%	413.607	214,1%	271.610
Lucro Líquido do exercício	(22.130)	17.651		24.454	(1.562)		19.967		34.202	6.218	450,0%	10.834	-42,6%	13.208
Margem líquida	-1,3%	1,4%		1,7%	-0,1%		1,9%		2,2%	0,5%		2,6%		4,9%
EBITDA	90.181	98.453	-8,4%	74.849	25.797	190,1%	47.959	-46,2%	145.399	65.653	121,5%	(1.053)		30.991
Margem EBITDA %	5,3%	7,9%		5,2%	2,5%		4,6%		9,4%	5,1%		-0,3%		11,4%
EBITDA Ajustado	64.856	57.571	12,7%	74.686	37.437	99,5%	51.398	-27,2%	90.604	45.429	99,4%	(2.099)		31.239
Margem EBITDA %	3,8%	4,6%		5,2%	3,6%		4,9%		5,8%	3,5%		-0,5%		11,5%
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	795.827	202.028	293,9%	205.430	149.434	37,5%	132.359	12,9%	232.852	214.834	8,4%	153.870	39,6%	72.710
Empréstimos e financiamentos de longo prazo		61.120		58.407	107.521	-45,7%	15.425	597,1%	31.725	34.155	-7,1%	30.460	12,1%	677
Dívida Líquida ajustada s/ EBITDA ajustado	11,9x	4,3x		3,9x	9,0x		3,9x		2,3x	4,1x		n/a		1,8x

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A Companhia foi formada a partir da aquisição de empresas líderes de suas regiões de atuação, com uma oferta de produtos e serviços estabelecidos, uma base de clientes sólida e uma cultura de comprometimento com o produtor brasileiro. Desde a primeira aquisição em 2016, a Companhia concluiu cinco aquisições, além da aquisição de ativos e estabelecimento de contratos de parceria. As marcas locais são geridas com autonomia local e coordenação centralizada. Na linha do tempo abaixo são indicados os principais marcos desde a fundação da Companhia:



Fonte: Companhia

Mercado de Atuação

A Companhia atua no varejo de insumos agrícolas, fornecimento de serviços e tecnologias agrícolas, com foco no desenvolvimento de uma parceria de longo-prazo com agricultores, atuando em diversas etapas do seu negócio e está presente nos estados de Goiás, Pará, Paraná, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Tocantins, com potencial para expandir a área de atuação para regiões não exploradas de Norte ao Sul do país, bem como em geografias estratégicas nas suas regiões de influência.

No início de cada safra, o produtor agrícola conta com o apoio da equipe de consultores técnicos da Companhia para fornecer orientação em relação a quais produtos utilizar, desde a semente, fertilizantes para correção de nutrientes do solo, defensivos para proteção da cultura contra pragas e ervas daninhas, entre outros. A Companhia realiza diversos eventos ao longo do ano, como a Super Agro e treinamentos de consultores de vendas e de agricultores e seus times operacionais, como a Ourotec, de forma a divulgar o lançamento de novas tecnologias, promover o trabalho dos consultores técnicos, orientar sobre o gerenciamento de culturas e maquinário, e elevar a fidelidade de seus clientes. O produtor também conta com a Companhia para fornecer crédito, solução de logística, inteligência meteorológica e *know-how* e controle sobre as culturas.

A Companhia também oferece ao produtor armazenagem e comercialização de grãos, bem como ferramentas como contratos de *barter* (que dá a opção ao produtor de pagar pela compra de insumos com entrega de grãos).

Em 31 de outubro de 2020, a Companhia contava com um time de 357 consultores técnicos treinados e capacitados, que fornecem atendimento personalizado e soluções customizadas para cada produtor. Além disso, a Companhia conta com times técnicos que estão constantemente buscando inovação e testando produtos no campo para seus clientes.

Os principais diferenciais competitivos no ramo de varejo agrícola incluem capilaridade de lojas, portfólio de produtos, fornecimento de serviços, consultoria técnica, financiamento, qualidade, reputação e relacionamento. As lojas possuem diversas funcionalidades, atuando como local de reuniões e conferências entre times de venda e produtores, e centro de logística e distribuição. As lojas da Companhia estão estrategicamente localizadas de forma a permitir a entrega *just in time* dos produtos aos clientes.

A Companhia possui *know-how* para o desenvolvimento de originação de grãos, como um produto complementar à operação de varejo de insumos. Em 31 de outubro de 2020, a Companhia operava 19 silos, incluindo unidade de armazenamento de grãos da unidade de beneficiamento de sementes, com 400 mil toneladas de capacidade estática de armazenagem, consolidando a capacidade da

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Companhia de entregar vendas com alto valor agregado e realizar todos os serviços que o produtor precisa em um único lugar – um *one-stop-shop*.



Fonte: Companhia

Modelo de Negócio

A. Varejo de Insumos

A Companhia possui uma operação robusta de venda de insumos, incluindo defensivos agrícolas, fertilizantes, sementes, especialidades, entre outros. Com relacionamento de longo prazo com os principais fornecedores do mercado, além de marcas próprias de sementes e especialidades. O maior fornecedor da Companhia representou 16,9% do total de custos no exercício de 2019. Em 2019, a Companhia vendeu cerca de 350 mil toneladas de fertilizantes e 1 bilhão de reais em defensivos.



7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Com seu propósito de ser o parceiro de escolha do agricultor brasileiro, levando para ele a melhor solução para sua cultura, a Companhia investe constantemente para encontrar tecnologia de ponta que melhor se adapte as necessidades do produtor. Através de centros de experimentação, o time técnico da Companhia desenvolve e valida protocolos técnicos e realiza teste de novos produtos, estabelecendo diretrizes desde a plantação até a colheita. Todos os produtos passam por uma triagem, e são feitos teste lado a lado dos produtos para avaliar a eficiência e produtividade e definir o custo por hectare e performance técnica. Com base a isso, o time comercial é educado e capacitado com base nas diretrizes, e se tornam especialistas na aplicação desses protocolos técnicos, levando essa expertise para os produtores.

A Companhia também tem uma estratégia de verticalização de sementes e especialidades, com o desenvolvimento de marca própria desses produtos. Em semente de soja, a Companhia opera três unidades para produção de semente, e possui parceria em outras duas unidades, atingindo capacidade de produção de 1,2 milhões de sacas de sementes de soja por ano, e que vendem mais de 784 mil sacas de semente de soja sob as marcas Sementes Campeã, Boa Nova e Rubra, via sua própria rede de lojas e via terceiros. Além disso, através da marca Nutrigrow, a Companhia realiza a venda de especialidades, cujo processo de produção é terceirizado com parceiros de confiança da Companhia.

A Companhia oferece para seus clientes uma série de soluções de financiamento e crédito, colocando sempre o agricultor em primeiro lugar. A Companhia possui um robusto sistema de avaliação de crédito, que permite a avaliação do risco do cliente para a definição do limite de crédito a ser concedido, bem como para definição das garantias a serem solicitadas para o cliente como contrapartida do crédito (ex. garantia real, CPRs, alienação fiduciária, duplicatas). Para financiar seus clientes, a Companhia utiliza linhas de financiamento com instituições financeiras, CRAs (Crédito de Recebíveis do Agronegócio), bem como financiamento com seus fornecedores.

O time de consultores técnicos da Companhia, com capacitação técnica ou graduação em agronomia, é responsável pelo atendimento e relacionamento com a base de mais de 14.500 clientes. A equipe quando combinada com a vasta gama de serviços e os protocolos técnicos originados nos centros de experimentação, garante que os consultores levem ao produtor o que ele precisa, resultando em um baixo *churn* de clientes, atrelado com um elevado LTV (life time value) a partir de relações próximas entre agrônomo e produtor.

B. Originação de Grãos

No segmento de grãos a Companhia atua na originação, armazenagem e comercialização de grãos. A Companhia origina por ano cerca de 1 milhão de toneladas de soja e milho, incluindo nas suas unidades e também por meio de parcerias. O gráfico abaixo demonstra o volume de originação de grãos da Companhia.

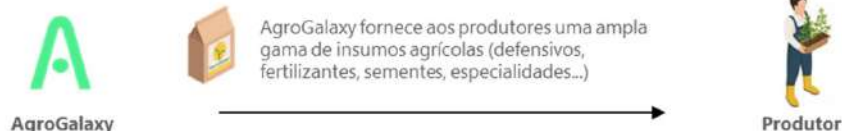


Fonte: Companhia

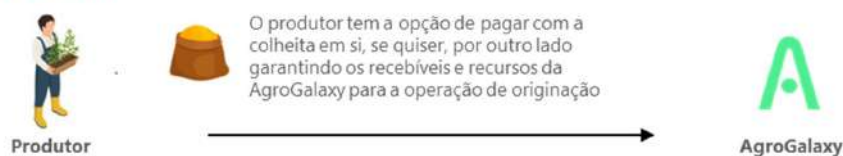
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A operação de grãos tem sinergia com a venda de insumos, na medida em que 45% do volume de grãos originado em 2019 foi proveniente de operações Barter, ou seja, os produtores pagam a compra de insumos com a entrega do grão. A opção pelo Barter é uma ferramenta da Companhia para redução do risco de inadimplência, uma vez que garante acesso direto à produção do cliente, ao mesmo tempo que é vantajosa para o produtor, dado que fixa seus custos de produção com insumos em grãos, ao permitir que ele utilize o grão como moeda para a compra de insumos. A operação de Barter está descrita na seção 4.1.a deste Formulário de Referência.

Varejo de Insumos



Originação de Grãos



Fonte: Companhia

Estratégia Digital

A Companhia possui estratégias digitais para acelerar seu crescimento, com lucratividade e aumentando o nível de serviço ao produtor. A Companhia vem investindo tempo e recursos significativos na digitalização de processos chave de avaliação de crédito, gestão e relacionamento com clientes, gestão de estoque, planejamento de demanda e de compras com fornecedores, e de suporte a força de vendas, entre outros. Do ponto de vista de conveniência e comunicação, a Companhia possui uma assistente virtual própria (“Gi”) que realiza tanto a comunicação entre o consultor técnico e o cliente no momento da venda virtual, como também auxilia no processo logístico, da reserva à entrega do pedido e faturamento ao produtor. A Gi é o primeiro passo para trazer ferramentas que agilizem as decisões de negócio dos clientes junto com a Companhia, visando agilizar a operação agrícola dos clientes, trazer campanhas e novidades nos produtos e serviços da empresa, e criar um canal de contato simples e conveniente para novas compras e atendimento. Além disso, a Companhia possui um programa de pontos e conveniência – o AgroGalaxy Club – assim como também possui uma parceria estratégica com plataforma de agtech “Geodata”, que permite que o cliente acompanhe de forma remota sua plantação, receba recomendações sobre adubação e gestão da lavoura, e acompanhe os impactos gerados pela assessoria e recomendação em áreas específicas da sua lavoura ao longo da safra com uma solução que combina monitoramento via satélite da lavoura, resultados de análises de solo georreferenciados, e podendo incorporar informações de colheita e gestão agrícola do agricultor dentro de uma solução integrada. A Companhia possui também o “PlugField” que é uma parceria estratégica, além de ser uma solução única e inovadora no mercado do agronegócio, por ser um equipamento de alta inteligência que permite monitoramento climático, conectado por GPS e integrado à nuvem. Além disso a Companhia está desenvolvendo um aplicativo, “Portal do Produtor”, para a comercialização de insumos, que permitirá o agendamento de visitas técnicas, acesso à informação do setor, previsão do tempo, entre outros serviços.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Estratégia Ambiental e Social

A Companhia busca realizar avaliação rigorosa de clientes e fornecedores - para garantir que todos os agentes do ecossistema cumpram com as devidas leis ambientais e trabalhistas, com processos internos e de terceiros estruturados de modo a não fomentar o desmatamento, trabalho infantil e trabalho escravo. A Companhia, através do Inpev - Instituto Nacional de Processamento de Embalagens busca realizar a logística reversa de embalagens de produtos com até 1 ano de uso.

A Companhia é engajada com as comunidades locais das regiões em que atua. Em 2020, foram realizados 95 eventos sociais com comunidades locais. Mais de 10.000 pessoas foram beneficiadas diretamente em 2020 por ações sociais da Companhia. A Companhia promove a diversidade, com equidade total na média dos salários pagos a média gerência em contraste com a média de mercado que remunera mulheres 34% menos que os homens, com um conselho de administração com duas mulheres como conselheiras independentes.

A Companhia busca realizar também o acompanhamento de KPIs ("Key Performance Indicators") internos voltados à diminuição da emissão de carbono no meio ambiente. Em 2019, a Companhia emitiu um total de 14,74 1000 tCO₂eq de gases de efeito estufa, sendo 8,28 1000 tCO₂eq em emissões diretas, 1,80 1000 tCO₂eq em emissões indiretas, 0,66 1000 tCO₂eq em emissões de cadeia de valor e 4,00 1000 tCO₂eq decorrentes de empresas controladas, com o plano de redução. Em 2020 a companhia recebeu o selo Bronze EcoVadis, o qual avalia políticas e práticas socioambientais da cadeia de suprimentos da Companhia, monitorando práticas de responsabilidade social e ambiental, inspirado nos padrões do GRI ("Global Reporting Initiative"). No próximo ano, a Companhia publicará a primeira edição do seu relatório de sustentabilidade, detalhando todas as suas iniciativas e promovendo maior ciência da agenda de ESG ("Environmental, Social and Corporate Governance").



Fonte: Companhia

PONTOS FORTES E VANTAGENS COMPETITIVAS

As vantagens competitivas da Companhia são:

Modelo de negócio que permite ter exposição às vantagens do setor de agronegócios do Brasil, com mitigação dos riscos

A Companhia se destaca por estar no segmento de destaque na economia brasileira, com uma rede integrada e tecnológica de soluções ao produtor rural, atendendo a um mercado que representa mais de 20% da PIB e cresce mais rápido do que a economia do Brasil como um todo. A Companhia cresce a taxas mais aceleradas que as do agronegócio, na medida em que o mercado vem se sofisticando e se profissionalizando. Entre 2014 e 2018, o crescimento anual médio de receita de biológicos, sementes, foliares, defensivos e fertilizantes foi de 68,9%, 16,2%, 14,6%, 14,3% e 10,9%, respectivamente, enquanto que a área plantada cresceu em média apenas 0,2% no mesmo período.

Ao mesmo tempo, a Companhia possui ferramentas de gestão para aprimorar a proteção dos riscos naturais do setor, como tecnologia para monitorar o risco climático descrito no item 4.1, permitindo que a Companhia, se beneficie das vantagens e resiliência do agronegócio, com limitada exposição aos riscos de produção inerentes a esse setor.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Capacidade comprovada de entregar crescimento orgânico combinado com expansão via M&A, com rápido processo de profissionalização de empresas familiares

A Companhia vem crescendo, destacadamente nos últimos 3 anos, combinando crescimento orgânico e expansão via operações de fusões e aquisições para consolidar sua presença em regiões-chave e para estratégia de verticalização da Companhia.

A Companhia foi formada a partir da aquisição de empresas líderes em suas regiões de atuação, notadamente duas empresas base, uma no cerrado brasileiro, a qual cresceu de forma orgânica para solidificar a sua presença na região, e uma no Sul/Sudeste, a qual cresceu de forma orgânica e também de forma relevante através de aquisições, que visaram fortalecer a presença em regiões chave.

Além disso, a Companhia também adquiriu empresas para implementar sua estratégia de verticalização da produção de semente de soja.

Com a relevância das plataformas adquiridas a Companhia conseguiu atingir um alcance nacional, utilizando as operações de fusões e aquisições para complementar a sua estratégia em regiões de destaque. A capacidade da Companhia de realizar a integração consistente com seus valores, ética e cultura, permitiu um processo facilitado de integração e profissionalização das companhias adquiridas ao longo de sua trajetória, tal como a Grão de Ouro e a Agro Ferrari., mantendo o crescimento acelerado ao mesmo tempo em que foram implementados processos e sistemas, com foco em criação de valor.

Posicionamento único do modelo de negócios, cultura e time, para conduzir o processo de crescimento e consolidação no setor

A Companhia desenvolveu um modelo de negócios que combina uma estratégia de operações de fusões e aquisições, com a composição de uma plataforma a partir das aquisições de empresas de primeira linha, líderes em suas regiões de atuação e com fundadores engajados no negócio, mesmo não atuando mais no dia a dia da operação. A estrutura profissional de integração das aquisições, permite a rápida incorporação de novos ativos adquiridos.

A estrutura profissional de integração das aquisições permite a rápida incorporação de novos ativos adquiridos, focando sempre em construir um time e uma cultura vencedoras, com uma equipe de liderança com nomes de referência do mercado, que permite combinar a profissionalização com os valores e histórico dos acionistas fundadores das companhias. Com uma busca constante por ter os times bem engajados, a Companhia obteve a certificação "*Great Place to Work*" em 2019, em todas as empresas da plataforma.

No campo, a Companhia também focou em desenvolver geração de demanda, com um time de especialistas focados em fomentar as vendas de especialidades e aumentar a rentabilidade, com estratégias de segmentação de clientes, para oferecer aos clientes o portfólio que se adapta melhor as necessidades de cada cliente e ferramentas de treinamento e suporte digitais.

Abordagem *one-stop-shop* capaz de proporcionar uma gama completa de soluções e experiência diferenciada para produtores agrícolas.

A Companhia possui uma plataforma que oferece soluções completas para o produtor agrícola, incluindo:

- Marketing e atendimento personalizado aos clientes
- Portfólio completo dos insumos agrícolas, a partir da parceria de longo prazo com os principais fornecedores do setor
- Soluções de crédito
- Soluções de logística
- Armazenagem e comercialização de grãos
- Assistência técnica, com acompanhamento pelos consultores técnicos ao longo de toda a jornada de produção dos clientes
- Soluções inovadoras de tecnologia do agronegócio

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Modelo de gestão de risco completo construído com base nas melhores práticas de mercado de ESG

A Companhia tem ferramentas de gestão de risco profissional e práticas sólidas de ESG, que em conjunto permitem a Companhia ter uma estrutura de gestão de risco completa.

Do ponto de vista de gestão de risco, a Companhia utiliza-se de ferramentas de gestão de câmbio, commodities e crédito, com rígidos processos e políticas, de modo a minimizar qualquer exposição.

Além disso, a diversificação geográfica da Companhia, com uma distância de 2.500 km entre suas lojas extremas, atua como um *hedge* de risco natural, na medida em que permite à Companhia:

- Otimização do capital de giro, dados os diferentes ciclos das culturas
- Diversificação climática, uma vez que eventos climáticos atingem de maneira distintas as diversas regiões brasileiras
- Diversificação de culturas
- Balanço de atuação em áreas maduras e estáveis, com regiões novas e de alto crescimento
- Fragmentação da base de clientes

A Companhia acredita que possui práticas de gestão de risco e de governança diferenciadas dentro do seu segmento de atuação, dado a alta pulverização do setor e a menor profissionalização da maior parte dos seus competidores.

Desde 2016, a Companhia busca adotar práticas de ESG de acordo com os padrões internacionais do IFC, tendo uma governança forte, com conselho de administração composto por membros do fundo de investimento Aqua Capital, sócios fundadores das companhias e membros independentes com know-how complementar em finanças, gente e gestão, ESG e varejo.

Além disso, conforme descrito, a Companhia busca se alinhar à agenda ESG no seu setor, por exemplo, mediante a realização do acompanhamento de KPIs voltados à diminuição da emissão de carbono, e a publicação da primeira edição do seu relatório de sustentabilidade em 2021, buscando promover maior ciência dos temas de ESG.

As principais iniciativas da Companhia estão detalhadas no item 7.8 deste Formulário de Referência.

ESTRATÉGIA

A Companhia busca consolidar sua posição como a provedora de soluções completas para atender as necessidades dos produtores rurais no Brasil. Para tanto, sua estratégia contempla ações voltadas a atender das questões que envolvem o dia-a-dia dos produtores, gerando assim um alto nível de lealdade à Companhia e, como consequência.

Expansão das operações e adensamento da presença em praças onde a Companhia já atua

A Companhia deverá continuar a expansão das operações, ampliando a rede de lojas de forma a fortalecer sua presença nas regiões onde já atua e entrando em novas regiões. A Companhia privilegia a expansão orgânica, com a abertura de lojas próprias, mas sem descartar a oportunidade de crescermos via outros modelos, com um modelo de expansão da companhia visa adaptar o tamanho da loja as características da região e ao tamanho do mercado.

Otimização da operação através de investimentos e iniciativas já realizados

A Companhia vem implementando diversos projetos ao longo dos últimos anos, como de eficiência operacional, eficiência comercial, gestão de mix, desenvolvimento de marca própria de produtos, gestão de capital de giro, além de obtenção de sinergias, os quais devem continuar, com o foco em otimização da operação atual da Companhia.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

De forma a capturar com maior êxito as sinergias e oportunidades da fusão entre as plataformas, a Companhia tem trabalhado com consultorias para estruturação do seu planejamento estratégico e de criação de valor para os próximos anos, e estruturar projetos chave para aumento da produtividade do time comercial, iniciativas para aumentar o mix de produtos de alto valor agregado, implementar melhorias operacionais e processos para diluição de custos fixos, otimizar as margens operacionais via gestão de precificação, gestão de fornecedores, planejamento de demanda, otimização da malha logística, entre outros. Todas essas iniciativas estão organizadas em projetos chave dentro da organização, com acompanhamento periódico das lideranças, garantindo a maior geração de valor aos nossos clientes. Além disso, a partir da incorporação das distintas empresa à Companhia em 2020, existe uma agenda importante de captura de sinergias que apenas começou a ser explorada e é uma importante alavanca de valor da plataforma.

Estratégia digital focada no aprimoramento da experiência do cliente e ganhos de produtividade

A agenda de transformação digital toma cada vez mais espaço, e continuará sendo essencial para a liderança no segmento, de modo a se consolidar como o canal digital no agronegócio, e torná-lo integrado com a ampla rede de lojas físicas da Companhia. Assim, a Companhia pretende expandir a conveniência com o cliente, de modo que os produtos possam ser retirados em loja ou enviados a partir da loja, fazendo com que cada loja funcione como um centro de distribuição, capturando, desta forma, sinergias operacionais entre os canais físicos e digitais de venda e garantindo ganhos de produtividade e eficiência.

Grande parte dos ganhos dessas iniciativas ainda não estão 100% refletidas na rentabilidade da operação, como por exemplo as iniciativas digitais que são mais recentes. Avaliação de benchmarks de mercado mostram que iniciativas nesse segmento são importantes alavancas para continuar ganhando rentabilidade no negócio e continuaram sendo chaves para a frente.

Aquisições de marcas complementares e aceleração do crescimento inorgânico

A Companhia presente utilizar-se de sua longa e robusta experiência em adquirir e integrar empresas complementares ao seu negócio e, por isso, espera ter a oportunidade de não apenas aumentar o seu faturamento via fusões e aquisições, mas também implementar as melhores práticas em um setor altamente fragmentado e pouco profissionalizado, posicionando-a como o agente ideal para a consolidação do varejo do agronegócio.

Em 17 de fevereiro de 2021, a Companhia era parte de MOUs não vinculantes para aquisições de maioria das ações com controle ou aquisição integral das ações de 7 (sete) empresas que também atuam no setor do varejo agropecuário brasileiro ("Empresas-Alvo"). Na mesma data, já havia contratos definitivos assinados para aquisição da Boa Vista, cuja conclusão deverá ocorrer no 1S21, após o cumprimento de condições precedentes dos contratos.

A Companhia considera que as aquisições das Empresas-Alvo, caso sejam concluídas, poderão fortalecer o posicionamento estratégico da Companhia e aporte conhecimentos específicos com o objetivo de acelerar a maturação do seu plano de crescimento orgânico.

A Companhia estima que, em conjunto, as Empresas-Alvo possuam 40 lojas espalhadas pelo Brasil, cuja minoria encontra-se em cidades onde a Companhia já possuía lojas em 31 de outubro de 2020.

Em 17 de fevereiro de 2021, a Companhia havia firmado memorandos de entendimento não vinculantes com as Empresas-Alvo com exclusividade para os processos de diligência. A efetiva aquisição desses ativos estará sujeita a verificação de determinadas condições precedentes padrão de mercado, dentre as quais (i) a conclusão satisfatória de auditoria das empresas e (ii) a obtenção de anuências prévias de terceiros para realização da operação como, por exemplo, agentes financiadores e reguladores.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Pontos Fracos e Obstáculos

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à Companhia, seus negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados nos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada. Para mais informações, vide, neste Formulário de Referência, os itens 4.1 e 4.2.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1-A – Indicar, caso o emissora seja sociedade de economia mista

Justificativa para o não preenchimento do quadro

Item não aplicável, considerando que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

A Companhia atua exclusivamente nos segmentos de comercialização de insumos agrícolas e de grãos de soja e milho:

- (i) Insumos agrícolas: compreendem o comércio de fertilizantes, defensivos, foliares e sementes de soja e milho. O resultado desse segmento é determinado pela receita de venda auferida pela venda desses produtos, mensurada até o momento em que o Grupo transfere para o cliente o controle dos produtos vendidos.
- (ii) Grãos de soja e milho: compreendem as operações decorrente do recebimento físico, padronização e comercialização de grãos adquiridos de terceiros, bem como, dos grãos originados nas operações de "Barter". O resultado desse segmento é determinado pelo resultado auferido nas operações de compra e venda de commodities agrícolas, incluindo a variação dos instrumentos financeiros atrelados à comercialização dessas commodities, bem como dos ativos não monetários relacionados.

a) Produtos e serviços comercializados

As receitas operacionais da Companhia, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020, decorreram principalmente da comercialização de insumos agrícolas e grãos de soja e milho.

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A Receita Operacional Líquida por segmento nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020 está demonstrada a seguir:

(em milhões de R\$)	Período de dez meses findo em 31 de outubro:				Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de:					
	2020	% Total	2019	% Total	2019	% Total	2018	% Total	2017	% Total
Receita Operacional Líquida										
Insumos	660,4	39%	547,1	44%	1.169,3	81%	828,8	79%	765,7	73%
Grãos	1.050,1	61%	695,0	56%	274,4	19%	224,1	21%	282,1	27%

As informações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e aos períodos de nove meses findo em 31 de outubro de 2020 e de 2019 foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

O lucro ou prejuízo por segmento nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020 está demonstrado a seguir:

(em milhões de R\$)	Período de dez meses findo em 31 de outubro:				Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de:					
	2020	% Total	2019	% Total	2019	% Total	2018	% Total	2017	% Total
Lucro (prejuízo) líquido										
Insumos	3,2	-14%	38,9	220%	26,9	110%	2,8	-187%	16,6	83%
Grãos	-5,1	23%	0,6	3%	-2,4	-10%	-4,3	287%	3,3	17%
Segmentos não reportáveis	-20,2	91%	-21,8	-123%		0%		0%	0,0	0%

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a) características do processo de produção

O único segmento da Companhia que possui processo produtivo é a operação das plantas de sementes, que representam 2,8% das receitas da Companhia.

A Companhia opera 3 plantas de sementes e possui parceria em outras 2, onde são beneficiados grãos de soja comprados de produtores cooperados, armazenados eventualmente em câmaras frias e posteriormente comercializados.

b) características do processo de distribuição

A venda dos produtos da Companhia é feita por meio de lojas físicas, que são em sua maioria integradas com centros de distribuição ("CDs"). Aproximadamente 73% dos produtos comercializados pela Companhia é transportado pelo modal rodoviário e os outros 27% pelo modal ferroviário em 31 de dezembro de 2019. Os clientes podem optar por retirar os produtos diretamente nos CDs, mas em sua maioria, contam com serviços de logística da Companhia para entrega em suas propriedades rurais.

Em 31 de outubro de 2020, a Companhia contava com 93 lojas e 110 centros de distribuição (incluindo parceiros), em nove Estados do Brasil, conforme demonstrado no item 7.1.

Em outubro de 2020, a Companhia lançou no aplicativo AgroGalaxy que viabilizou a realização de vendas por meio de canais digitais (website, aplicativo e Whatsapp) ("Canais de Vendas Digitais"), que são integrados com as estruturas físicas dos CDs para atendimento dos pedidos.

Fornecedores e Gestão do Estoque

As compras dos produtos vendidos pela Companhia são pulverizadas, não havendo dependência relevante de um único fornecedor, sendo que o mais representativo não ultrapassava 17% dos custos totais da Companhia no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2019.

Os fornecedores são selecionados pela equipe de Suprimentos de acordo com a sua estratégia comercial, aliada à qualidade de seus produtos frente à necessidade de seus clientes e à capacidade de atendimento dos pedidos de compra da Companhia.

Os pedidos de compra negociados com cada fornecedor são baseados na necessidade de venda e exposição e seguindo as condições de preço e prazo de pagamento negociados pela equipe de Suprimentos.

O recebimento de estoques é feito diretamente em um ou mais CDs por estado, nas localidades onde serão faturados tais produtos para os clientes finais.

Durante todo o ano, são feitos pedidos de venda pelos clientes, de acordo com a disponibilidade de pedidos de compras acordados com fornecedores, de modo a travar as margens da Companhia no momento do faturamento, que acontecem durante o período de safra, ou safrinha.

c) características dos mercados de atuação, em especial:

1. O papel do Brasil no agronegócio mundial

O Brasil tem um dos maiores potenciais globais no agronegócio, dada a vasta disponibilidade de áreas agricultáveis férteis e de alta produtividade, as quais se beneficiam de um clima diversificado, de precipitações volumosas e frequentes, de características de solo favoráveis, de energia solar abundante e de farta disponibilidade de água doce.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Neste contexto, e como resultado de diversos avanços tecnológicos, o Brasil se consolidou, nos últimos anos, como um dos maiores exportadores de produtos agropecuários do mundo. Entre 1995 e 2019, as exportações globais de produtos agrícolas triplicaram, aumentando a participação do Brasil no comércio mundial enquanto seus competidores perderam relevância.

Exportadores agrícolas

Maiores exportadores em 1995 e 2019 – participação % do total exportado globalmente

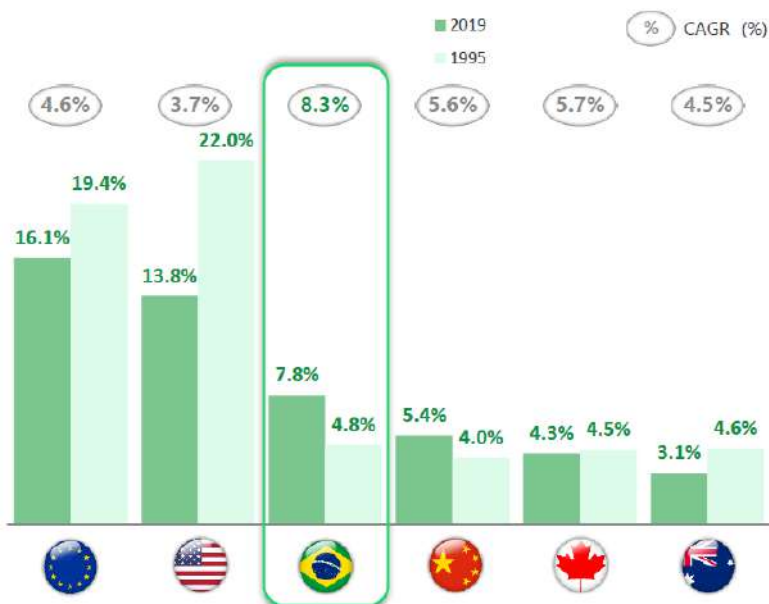


Figura 1 – Participação dos maiores exportadores agrícolas em 1995 e 2019 (OMC) e taxa média de crescimento entre 1995 e 2018 (OECD-FAO)
 Fonte: OMC

Brasil no ranking global de alimentos

	Produção	Exportação	Percentual na produção global %
Suco de Laranja	#1	#1	63%
Soja	#1	#1	37%
Café	#1	#1	36%
Açúcar	#1	#1	18%
Milho	#3	#2	9%
Algodão	#4	#2	11%

Figura 2 – Maior produtor e exportador do mundo Fonte: EMIS

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O agronegócio é uma das principais fontes de renda do Brasil, além de um dos principais vetores de crescimento do país. De acordo com informação disponibilizada pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, da ESALQ/USP (“**CEPEA**”), o agronegócio, incluindo todo o seu elo produtivo, desde o fornecimento de insumos até o processamento, distribuição e consumo, foi responsável, em 2019, por aproximadamente 21% do PIB nacional.

O Valor Bruto da Produção Agropecuária (“**VBP**”), cresceu consistentemente ao longo dos últimos anos no Brasil. Na safra 2019/2020, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (“**MAPA**”) estimou VBP recorde, de quase R\$ 704 bilhões (setecentos e quatro bilhões) de reais (incluindo agricultura e pecuária), 8,5% acima do valor de 2018/2019.

Quebra do VBP entre as regiões brasileiras

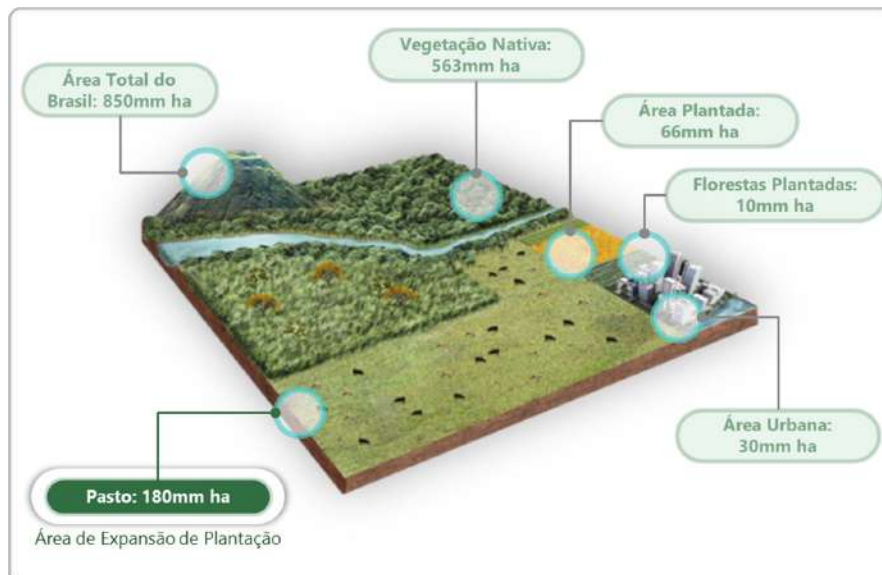


Figura 3 – Valor Bruto da Produção Agropecuária (“VBP”) por região no Brasil Fonte: MAPA

Segundo o MAPA, o Brasil possui aproximadamente 246 (duzentos e quarenta e seis) milhões de hectares de terras agricultáveis de alta produtividade dos quais apenas 66 (sessenta e seis) milhões de hectares são utilizadas para a agricultura. Estudo preparado pelo MAPA prevê que a área total plantada com grãos no país passará de 66 (sessenta e seis) milhões de hectares em 2019/20 para 76 (setenta e seis) milhões de hectares até 2029/30. Segundo o documento, a expansão se dará, principalmente, sobre terras de pastagens naturais e áreas degradadas. Dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017) apontam que tais áreas hoje correspondem a aproximadamente 180 (cento e oitenta) milhões de hectares, ou 73% do total de terras agricultáveis no Brasil, o que permite o crescimento sem desmatamento de áreas de vegetação nativa e reservas ambientais.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Área total agricultável no Brasil



+2x possibilidade de aumentar a área plantada

+30% aumento de produtividade esperado por meio de tecnologia, rotação de culturas e práticas agrícolas

Figura 4: Quantificação territorial da ocupação e uso das terras no Brasil Fonte: IBGE / Embrapa
Legenda:

“Vegetação nativa” representa as categorias: (i) áreas destinadas à preservação da vegetação nativa cadastradas no CAR, (ii) unidades de conservação integral, (iii) terras indígenas e (iv) vegetação nativa em terra devoluta e não cadastrada.

“Área plantada” representa a categoria: (i) lavouras

“Florestas plantadas” representa a categoria: (i) florestas plantadas “Área urbana” representa a categoria: (i) Infraestruturas, cidades e outros

“Pasto” representa as categorias: (i) pastagens nativas e (ii) pastagens plantadas “Área total do Brasil” representa engloba todas as categorias

A expansão da área plantada, aliada ao aumento da produtividade, deverão impulsionar a produção de grãos brasileira, a qual deverá atingir 318 (trezentos e dezoito) milhões de toneladas em 29/30, um crescimento de 61 milhões de toneladas ou um crescimento de 2,2%a.a. para o período de 2019/20 e 2029/30.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Evolução da produção total de grãos

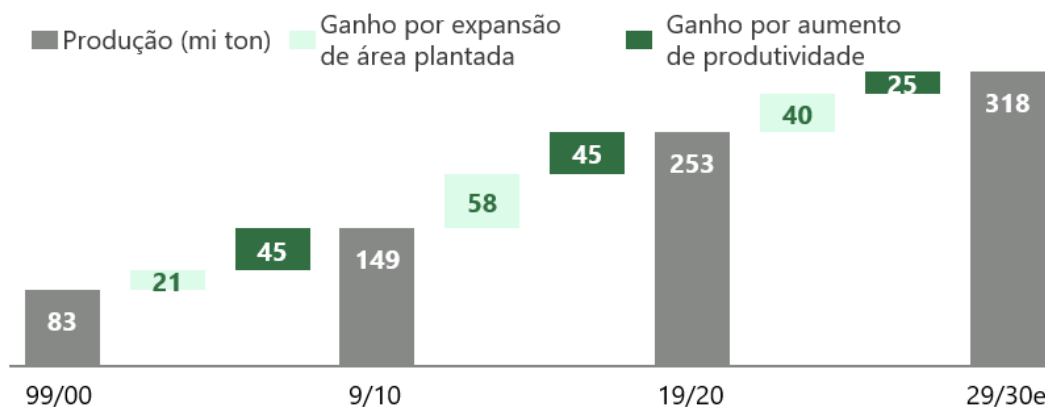


Figura 5 – Produção de grãos e evolução da área plantada Fonte: CONAB e MAPA

A liderança brasileira no agronegócio mundial deve continuar se fortalecendo nos próximos anos, como resultado do aumento esperado da produção. Segundo o *United States Department of Agriculture* (“*USDA*”), espera-se que o Brasil seja responsável por 41% de todo o crescimento global da produção agrícola entre as safras de 2020/21 e 2026/27, com liderança para a China, segunda colocada, que deverá representar aproximadamente 15%, conforme observado na figura abaixo.

Contribuição para crescimento da produção agrícola mundial (2020/21 a 2026/27)

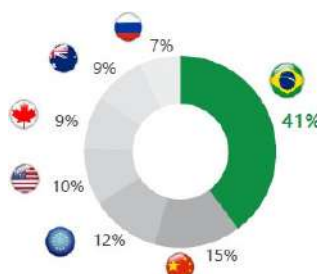


Figura 6 – Contribuição para crescimento da produção agrícola mundial (2020/21 – 2026/27) Fonte: USDA

2. Características do setor agropecuário no Brasil

Além das condições climáticas, avanços tecnológicos e modernas ferramentas de gestão contribuíram para que o país se tornasse líder do agronegócio global. Essas melhorias tecnológicas em equipamentos, bem como os avanços na agronomia e nas técnicas de plantação, permitiram que o Cerrado do Brasil, antes utilizado para pastagem, se tornasse uma superpotência agrícola. O solo do Cerrado não detém muita fertilidade, sendo que é a deficiência de enxofre demanda a aplicação de fertilizantes e o uso de técnicas mais modernas de plantação.

Tal expansão, resultado de modernas práticas de cultivo, como por exemplo a prática de múltiplas safras no mesmo ano, contribuiu para um aumento significativo da produtividade do agricultor brasileiro. A prática, amplamente utilizada no centro-oeste brasileiro (Cerrado), consiste em plantar uma primeira safra entre outubro e novembro, seguida da colheita em janeiro ou fevereiro e preparo do solo em fevereiro ou março para safra a seguinte. A primeira safra ocorre durante o período chuvoso, enquanto a segunda safra, conhecida como safrinha, ocorre em um período de seca, nas regiões subtropicais (Centro-Oeste, São Paulo e Paraná).

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Possibilidade de 2 – 3 safras na mesma área

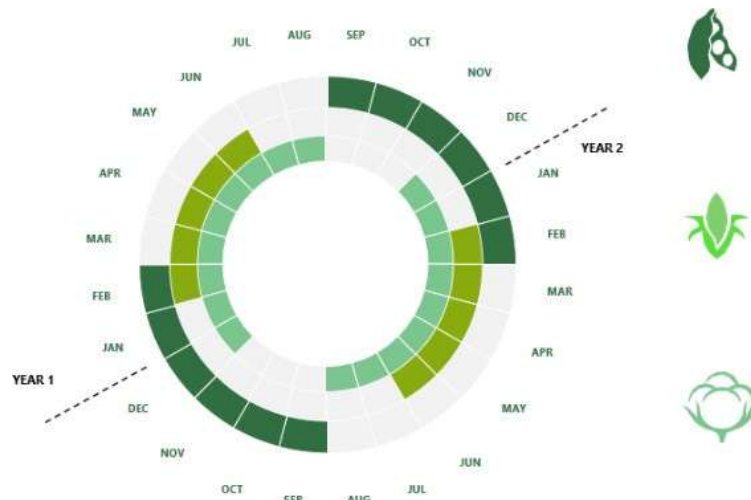


Figura 7 – Possibilidade de 2 a 3 colheitas na mesma área Fonte: CONAB

As condições climáticas e de solo brasileiras são favoráveis para tal prática. atualmente, 70,7% da plantação do cerrado ocorre em modalidade de múltiplas safras conforme ilustrado abaixo.

Área plantada e produção de milho: 1ª safra (Esquerda) e 2ª safra (direita) – 2019

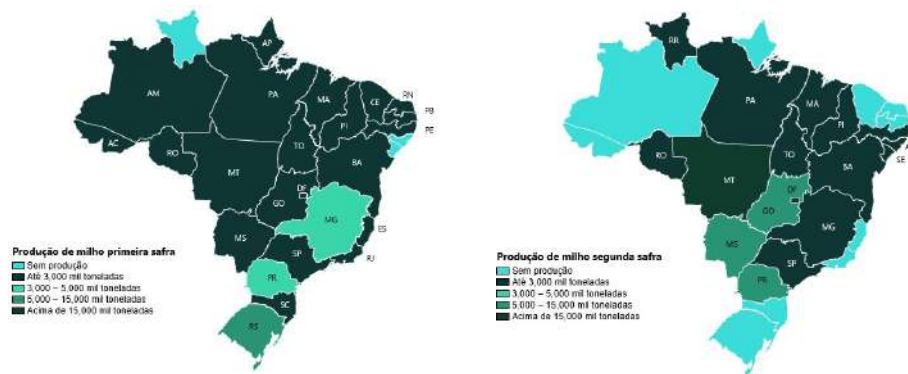
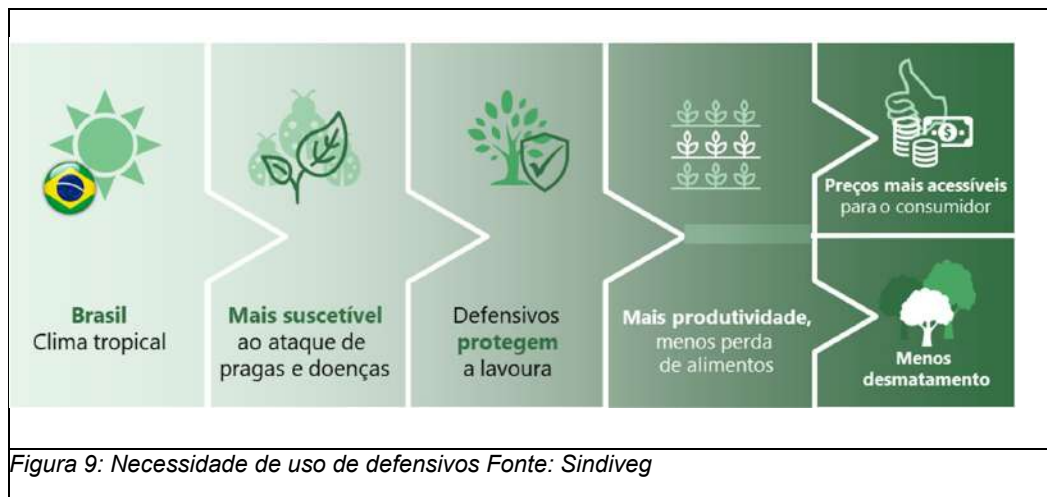


Figura 8 – Mapa da produção agrícola de milho: 1ª e 2ª safra Fonte: CONAB

Com base nas informações anteriores, pode-se concluir que, considerando o fato de o Brasil apresentar a possibilidade de ter mais de uma safra na mesma área, a demanda pelo uso de fertilizantes e defensivos é maior.

Ademais, o clima tropical, úmido e quente favorece a proliferação de pragas e doenças, o que, somado a grande parte do território com solo de baixa quantidade de nutrientes, deságua na necessidade de uso de insumos agrícolas para garantir maior produtividade à produção.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



O aumento da produção agrícola brasileira nos últimos anos foi consequência direta do aumento do uso de insumos agrícolas para mitigar adversidades de clima e solo (fertilizantes, protetores vegetais, variedades de sementes geneticamente modificadas e tecnologia) quando comparado a outras potências do agronegócio.

Conforme destacado na tabela abaixo, o mercado de insumos para proteção de safra no Brasil totalizou US\$25 bilhões (vinte e cinco bilhões de dólares estadunidenses) em 2019, apresentando uma taxa média de crescimento de 13% ao ano entre 2013 e 2019. Enquanto os mercados dos Estados Unidos e Argentina representaram US\$40 bilhões (quarenta bilhões de dólares estadunidenses) e US\$4 bilhões (quatro bilhões de dólares estadunidenses) respectivamente e com taxas de crescimento menores.

Visão geral do mercado de insumos agrícolas – 2019

	Brasil	Estados Unidos	Argentina
Mercado de insumos agrícolas ¹	US\$25bi	US\$40bi	US\$4bi
Mercado de insumos Agrícolas ² CAGR 2013 - 2019	13%	-3%	9%
Área plantada	66mi ha	95mi ha	30mi ha

Figura 10 – Visão geral do mercado de insumos agrícolas em 2019. (1) Inclui estimativas de gastos com sementes, proteção e nutrição; (2) Crescimento do mercado brasileiro e americano calculado em moeda local. Mercado argentino calculado em dólares estadunidenses

Fonte: USDA, MAPA, CEPEA, IBGE, CONAB e arquivamentos de companhias listadas na SEC

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O gráfico abaixo destaca o investimento médio em insumos agrícolas por segmento de produto para a produção de grãos em determinadas regiões do Brasil, Estados Unidos e Argentina. Quando consideramos o ciclo de produção duplo no Brasil, em termos de valor, o gasto com insumos por hectare no Brasil é 3,7 vezes o do Centro-oeste dos Estados Unidos e 4,4 vezes o da região ao norte de Buenos Aires.

Investimento em insumos agrícolas por hectare para o plantio de grãos

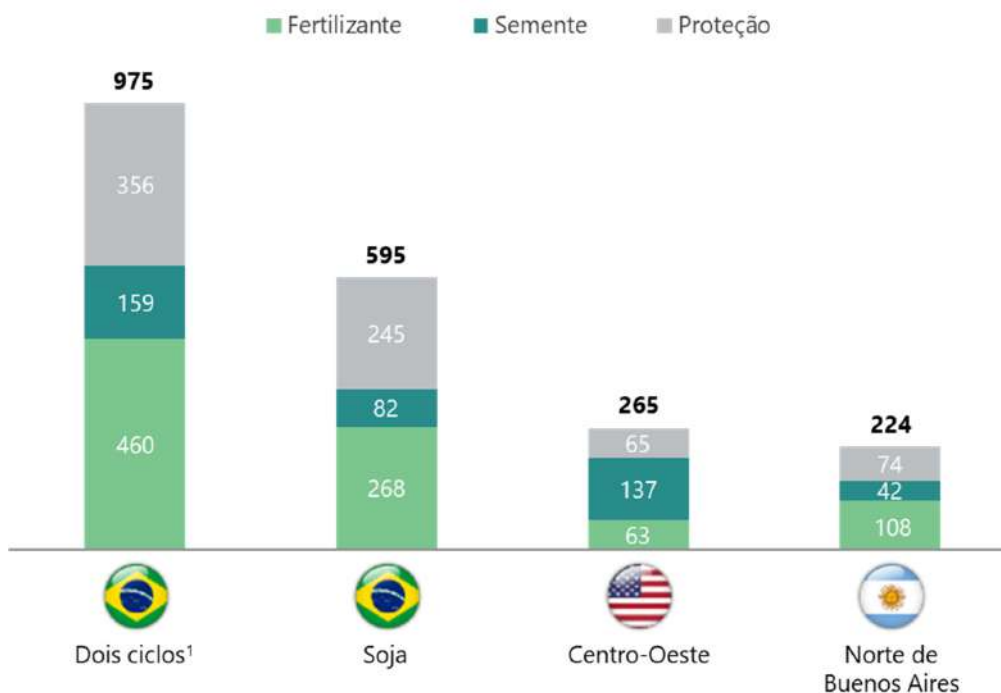


Figura 11 – Investimento em insumos agrícolas por hectare para o plantio de grãos em dólares estadunidenses. (1) Inclui gastos com plantio de milho (“safrinha”) em adição ao plantio de soja. Fonte: USDA, MAPA, CEPEA, IBGE e CONAB

3. Características do setor de distribuição e varejo de insumos agropecuários

Como resultado das suas características únicas, o mercado brasileiro de distribuição e varejo de insumos agrícolas cresceu em valor e volume nos últimos anos. Segundo dados do Associação dos distribuidores de insumos agropecuários (“ANDAV”), o mercado de fertilizantes, defensivos e sementes, faturou R\$110 bilhões (cento e dez bilhões de reais) em 2017.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Faturamento do setor de distribuição e varejo de insumos agrícolas (2018)

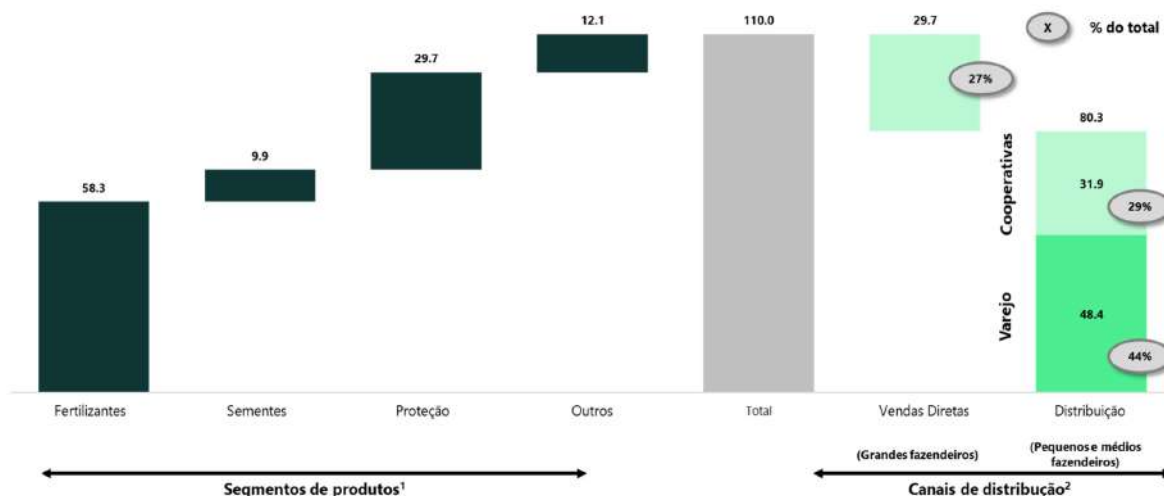


Figura 12 – Faturamento do setor de distribuição e varejo de insumos agrícolas. (1) Proporção de produtos de 2017 aplicada ao faturamento de 2018; (2) Proporção da participação dos canais de distribuição de 2017 aplicada ao faturamento de 2018. Fonte: ANDAV

Abaixo, encontra-se um fluxograma simplificado para ilustrar a cadeia de valor onde os varejistas agrícolas estão inseridos. Iniciando desde o produtor de insumos agrícolas, que em sua maioria são fornecedores globais, e terminando nas Tradings, que são responsáveis pelo comércio internacional e monetização dos grãos produzidos pelos fazendeiros brasileiros.

Fluxograma da cadeia de valor dos varejistas agrícolas

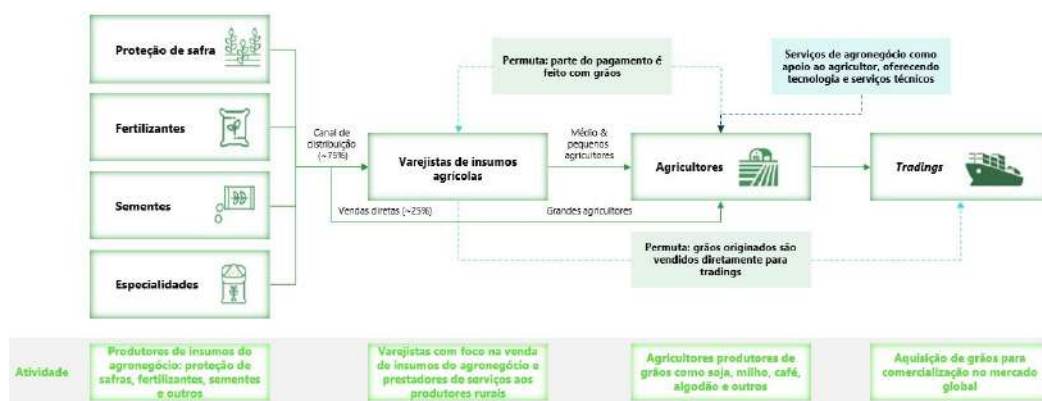


Figura 13 – Cadeia de valor dos varejistas agrícolas Fonte: Companhia

Os fazendeiros de grande porte, com mais de +10.000 ha de área de produção, geralmente são independentes, possuem maior profissionalização e infraestrutura, com acesso direto aos fabricantes de insumos agrícolas para realizar suas compras. Os fazendeiros de médio porte, com tamanho entre +200 (duzentos) Ha até 10.000 (dez mil) Ha, são, apesar de possuir acesso a diferentes fornecedores (varejistas, cooperativas e produtores de insumos agrícolas), geralmente clientes das redes de varejo de insumos agrícolas, dado alto nível de adoção de tecnologia, necessidade de

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

suporte no armazenamento e comercialização de grãos e maior dependência de financiamento, assim como os fazendeiros de pequeno porte (com áreas de 100 Ha até 200 Ha), os quais possuem baixo acesso à tecnologia e necessitam de maior suporte técnico.

O Brasil tem 2.450 (dois mil e quatrocentos e cinquenta) grandes fazendeiros, os quais possuem aproximadamente 15% da área agricultável, enquanto os médios são por volta de 251.000 (duzentos e cinquenta e um mil) e possuem 57% das áreas agricultáveis e os pequenos aproximadamente 219.000 (duzentos e dezenove mil) fazendeiros com 8% da área agricultável¹.

Neste contexto, as cooperativas, distribuidores e varejistas de insumos são parte fundamental do sucesso do agronegócio no Brasil, uma vez que são responsáveis por entregar a maior parte dos insumos aos produtores rurais. Segundo dados de 2017 da Associação Nacional de Distribuidores de Insumos Agrícolas e veterinários (ANDAV), eles respondem por cerca de 73% das vendas de defensivos para as culturas de soja e milho, sendo as cooperativas responsáveis por 29% do mercado e os varejistas e distribuidores de insumos responsáveis pelos 43% restantes do mercado. As vendas diretas da indústria para os agricultores, apesar de importantes em certas regiões do país, são responsáveis por apenas 27% das vendas.

Participação dos canais de distribuição na venda de insumos agrícolas (2017)

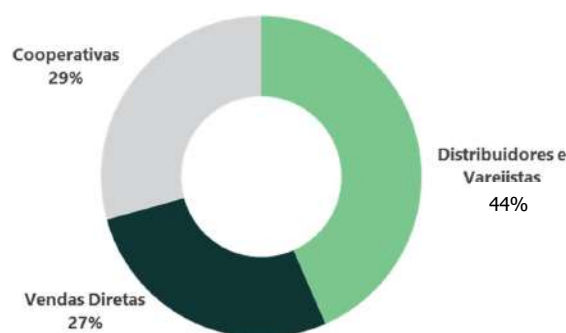


Figura 14 – Participação dos canais de distribuição na venda de insumos agrícolas Fonte: ANDAV

O setor de distribuição de insumos agrícolas tem passado por um processo de consolidação e a atuação de fundos de investimento que tem criado plataformas para a consolidação no setor. Este movimento deverá acelerar nos próximos anos, dado a fragmentação do setor, com mais de 5.500 (cinco mil e quinhentos) players.

Além disso, nos últimos 20 (vinte) anos, à medida que as patentes de insumos agrícolas líderes globais expiram, os produtos genéricos têm ganhado cada vez mais espaço no mercado, diminuindo o poder das grandes multinacionais, e permitindo aos varejistas maior variedade no portfólio de produtos e menor dependência de fornecedores.

Ainda, o crescimento do mercado tem exigido cada vez mais profissionalização, e os players que têm processos pouco estruturados de S&OP e crédito vem perdendo espaço no mercado, fomentando ainda mais a tendência de consolidação.

O varejista de insumo tem um papel cada vez mais determinante na disseminação de novas tecnologias agrícolas e suporte técnico aos produtores, uma vez que os pequenos e médios agricultores não detêm recursos e estrutura para investir e manter uma equipe técnica de agrônomos para realizar estudos e testes de campo.

¹ 20% são fazendeiros com menos de 100 ha

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Descrição dos principais insumos comercializados

Defensivos Agrícolas

Defensivos e afins são produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou plantadas, e de outros ecossistemas e de ambientes urbanos, hídricos e industriais. Como principais utilizações na agricultura, têm-se a aplicação em cultivos para o controle de pragas (principalmente insetos), para a prevenção de doenças causadas por micro-organismos e para impedir o crescimento de outras plantas que não sejam as do cultivo (também consideradas pragas). De maneira geral, os defensivos podem ser classificados em:

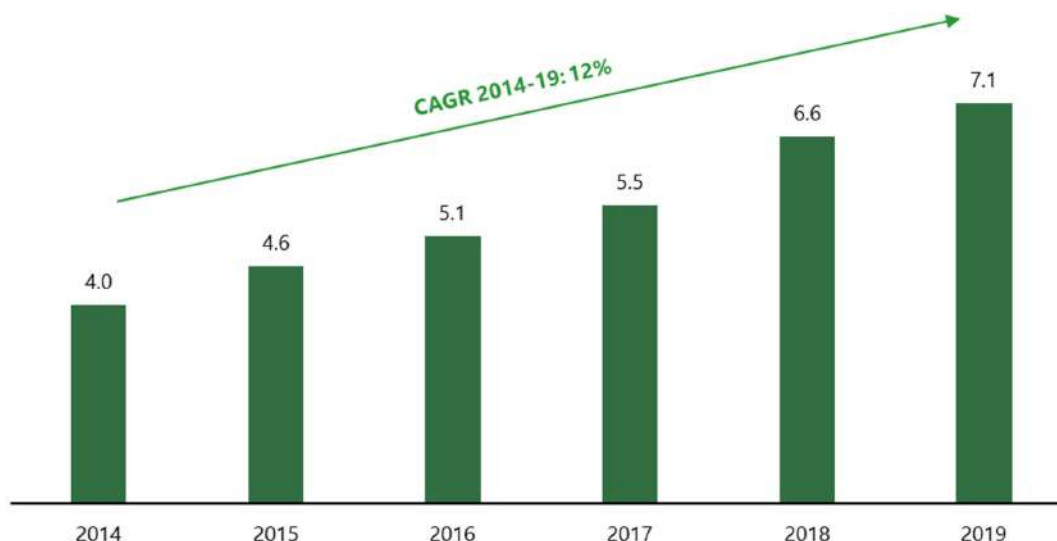
- **Herbicidas** – produtos destinados a eliminar ou impedir o crescimento de ervas daninhas. Podem ser classificados de acordo com sua atividade (de contato ou sistêmicos), uso (aplicados no solo, pré-emergentes ou pós-emergentes) e modo de ação sobre o mecanismo bioquímico da planta. Podem ser também segmentados em: herbicidas não seletivos (que destroem todas as plantas) e seletivos (aqueles que atacam unicamente a praga, preservando a lavoura).
- **Inseticidas** – são produtos à base de substâncias químicas ou agentes biológicos destinados a eliminar insetos. Há três grandes famílias de compostos químicos: os organossintéticos, os inorgânicos e os botânicos ou bioinseticidas.
- **Fungicidas** – são agentes físicos, químicos ou biológicos destinados a combater os fungos. Também podem eliminar plantas parasíticas e outros organismos semelhantes.
- **Acaricidas** – produtos químicos destinados a controlar ou eliminar ácaros, especialmente em frutas cítricas, como a laranja.
- **Agentes biológicos de controle** – organismos vivos que atuam por meio de uma ação biológica como a de parasitismo ou de competição com a praga.
- **Defensivos à base de semioquímicos** – armadilhas semelhantes aos feromônios naturais, que emanam pequenas doses de gases capazes de atrair e capturar insetos. São específicos para cada espécie de praga e agem em concentrações reduzidas e de baixo impacto ambiental.

Segundo o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (“Sindiveg”), o mercado de defensivos agrícolas, em dólar de produto aplicado, crescerá 5,8%, ou seja, uma movimentação próxima a US\$ 13,6 bilhões (treze bilhões e seiscentos milhões de dólares estadunidenses), contra US\$ 12,0 bilhões (doze bilhões de dólares estadunidenses) medidos em 2018. Apesar desse crescimento, é possível verificar que o custo médio por produto aplicado diminuirá 2%, de US\$ 9,09 (nove dólares estadunidenses e 9 centavos) para US\$ 8,90 (oito dólares estadunidenses e noventa centavos) na comparação de 2019 com 2018.

Em relação à área tratada, projetou-se um aumento de 8%, somando 1,7 bilhão (um milhão e seiscentos mil) de hectares, o que se deve ao crescimento de 2% de áreas cultivadas e uso de tecnologias para controle das principais pragas no campo.

Além disso, o mercado de fertilizantes especiais também vem apresentando forte crescimento ao longo dos anos, com uma média anual de expansão de 11.8% entre 2014 – 2019, reflexo da maior percepção das vantagens da utilização dos fertilizantes por parte dos agricultores.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



Fertilizantes

Os fertilizantes e corretivos são insumos básicos utilizados para melhorar a qualidade do solo.

Os fertilizantes são compostos orgânicos ou inorgânicos utilizados para repor os nutrientes essenciais ao crescimento e desenvolvimento vegetal. Solos férteis permitem a obtenção de elevadas produtividades sem uso de corretivos ou de fertilizantes. Contudo, cerca de 70% dos solos cultivados no Brasil apresentam uma ou mais limitações de fertilidade.

Vários elementos químicos são essenciais à produção vegetal, pois, sem qualquer um deles, as plantas não conseguem completar o seu ciclo de vida. Alguns nutrientes são necessários aos vegetais em menores quantidades e por isso são denominados micronutrientes, como é o caso do ferro, zinco, boro, Manganês, cobalto, molibdênio, etc. Outros nutrientes são necessários em maiores quantidades, são os chamados macronutrientes: nitrogênio, potássio, hidrogênio, carbono, oxigênio, cálcio, enxofre, fósforo e magnésio.

O carbono, o oxigênio e o hidrogênio estão plenamente disponíveis na natureza e podem ser absorvidos facilmente pelos vegetais, por isso praticamente não são fornecidos por meio de adubação. Já os demais macronutrientes, embora sejam abundantes no meio ambiente, tem difícil assimilação e, em alguns casos, devem ser fornecidos artificialmente, como ocorre, em especial, com o nitrogênio, o fósforo e o potássio.

Em geral, os fertilizantes são classificados em:

- **Minerais** – são aqueles produtos de natureza fundamentalmente mineral, natural ou sintético, obtido por processo físico, químico ou físico-químico, fornecedor de um ou mais nutrientes de plantas (Decreto nº.4.954, 2004).
- **Orgânicos** – São produtos de natureza fundamentalmente orgânica, obtidos por processo físico, químico, físico-químico ou bioquímico, natural ou controlado, a partir de matérias-primas de origem industrial, urbana ou rural, vegetal ou animal, enriquecidos ou não de nutrientes minerais (Decreto nº.4.954, 2004).

Corretivo é o material apto a corrigir uma ou mais características do solo. Grande parte dos solos brasileiros são ácidos, com baixas concentrações de cálcio e magnésio, níveis elevados de alumínio trocável e baixa disponibilidade de fósforo, prejudicando a absorção dos nutrientes pelas plantas e aumentando os custos da fertilização.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O calcário é o corretivo natural mais abundante e mais utilizado no Brasil, obtido pela moagem da rocha calcária.

Corretivos da acidez dos solos são produtos capazes de neutralizar (diminuir ou eliminar) a acidez dos solos e ainda repor nutrientes vegetais ao solo, principalmente cálcio e magnésio. A correção da acidez é necessária para melhorar o aproveitamento dos fertilizantes e alcançar maior produtividade das culturas exploradas.

Especialidades

São produtos que apresentam na sua formulação alguma característica adicional que os diferenciam dos fertilizantes convencionais, promovendo melhor desempenho, estabilidade, eficiência ou facilidade de manejo. Sendo que, podem ser Minerais ou Orgânicos, sólidos ou fluidos e utilizados nos mais diversos tipos de aplicação: via solo, foliar, fertirrigação, hidroponia ou semente.

Para os Orgânicos, estão incluídos neste grupo os produtos que trazem outros benefícios além do fornecimento de nutrientes, incluindo os Biofertilizantes.

No caso dos Fertilizantes Minerais são considerados “especiais” aqueles que além de fornecer os nutrientes sejam formulados com aditivos, agentes complexantes ou quelantes; aqueles que são 100% hidrossolúveis; e os de liberação controlada.

O mercado de fertilizantes especiais também vem apresentando forte crescimento ao longo dos anos, com uma média anual de expansão de 11.8% entre 2014 a 2019, reflexo da maior percepção das vantagens da utilização dos fertilizantes por parte dos agricultores.

Sementes

Ao longo dos anos vem se buscando incrementar a produção agrícola no Brasil por meio do aumento na área plantada e/ou rendimento por área. Nesse contexto, é fundamental o uso de sementes de alta qualidade na implantação das lavouras. Sementes com baixo vigor podem provocar reduções na velocidade e na emergência total, no tamanho inicial, na produção de matéria seca, na área foliar e nas taxas de crescimento, podendo afetar o estabelecimento da cultura, o seu desempenho ao longo do ciclo e a produtividade final.

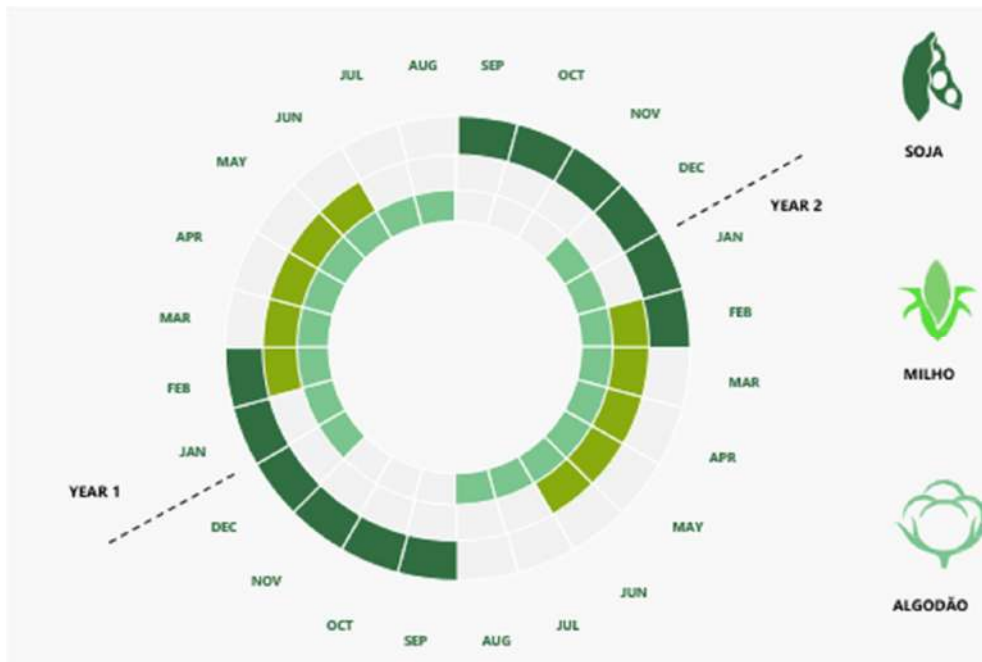
O uso de semente de boa qualidade permite o acesso aos avanços genéticos, com as garantias de qualidade e as tecnologias de adaptação nas diversas regiões, desempenho superior no campo, assegurando maiores produtividades.

A qualidade das sementes é garantida através de padrões mínimos de germinação, pureza física e varietal, bem como sanidade, exigidos por normas de produção e comercialização estabelecidas e fiscalizadas pelo governo, em cumprimento à Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003 (lei de sementes).

d) eventual sazonalidade

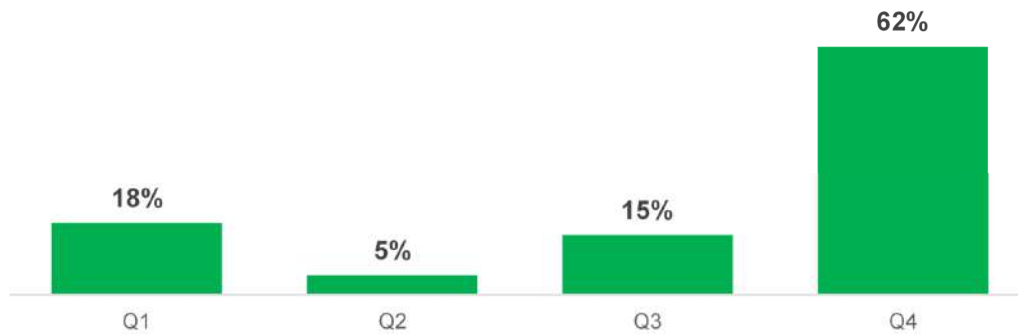
O setor do agronegócio apresenta sazonalidade, especialmente em razão dos ciclos da lavoura que dependem de condições climáticas específicas. O Brasil tem condições únicas de clima comparado com outros países produtores de *commodities* agrícolas, possibilitando o plantio de duas a três safras na mesma área por ano. As safras de grãos são denominadas Safra (Verão) e Safrinha (Inverno).

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



Assim, considerando que as atividades dos clientes da Companhia estão diretamente relacionadas aos ciclos das lavouras e têm natureza sazonal, as receitas também apresentam sazonalidade pronunciada.

A sazonalidade das lavouras também implica a sazonalidade do lucro bruto apurado em bases diferentes do exercício social, o que pode causar um efeito sazonal relevante nos resultados operacionais apurados em trimestres diferentes do exercício social. Abaixo apresentamos o impacto da sazonalidade na receita líquida de insumos da Agro Key Participações S.A. no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019:



e) principais insumos e matérias primas, informando:

Como mencionado no item 7.3.a, a Companhia beneficia sementes de soja, cujo insumo são as próprias sementes, que são multiplicadas por produtores rurais cooperados.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

a) *montante total de receitas provenientes do cliente.*

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

No período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020, apenas 2 (dois) clientes eram responsáveis por 23% da receita líquida total do período, da seguinte forma: (i) Marubeni America Corporation representando 15% das receitas e (ii) Bunge Alimentos representando 11% das vendas. Esses dois clientes absorveram 38% das vendas do segmento grãos no período.

b) *segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente.*

O cliente responsável, individualmente, por mais de 10% da receita líquida total da Companhia está no segmento de grãos, e representava 38% da receita total de referido segmento em 31 de outubro de 2020 (6% em 31 de dezembro de 2019), da seguinte forma: (i) Marubeni América Corporation representando 25% das receitas e (ii) Bunge Alimentos representando 13% das vendas.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades da Companhia

a) *necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações*

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos locais, estaduais e federais, a permissões e exigências para a obtenção das licenças de estabelecimentos e registro de produtos.

Neste sentido, a Companhia tem envidado os melhores esforços para obtenção de suas licenças, bem como para manutenção de sua validade, providenciando as respectivas renovações conforme prazos prescritos nos respectivos ordenamentos regulatórios.

A Companhia atua no segmento de distribuição/revenda de insumos agrícolas, setor da economia sujeito a determinados tipos de regulamentos e controles específicos.

I. Comercialização de Defensivos Agrícolas

A produção, utilização, embalagem, transporte, armazenagem, comercialização e destinação final das embalagens dos defensivos agrícolas está sujeita a controle pelos setores da saúde, meio ambiente e agricultura, cabendo às pessoas físicas e jurídicas com atuação nestes segmentos, promoverem os seus registros nos órgãos competentes junto aos Estados e Municípios, atendidas as diretrizes e exigências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ("MAPA"), nos termos prescritos na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 ("Lei Federal nº 7.802/1989"), alterada pela Lei 9.974, de 6 de junho de 2000, e Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002.

O comerciante de defensivo agrícola está sujeito ao Registro de Comerciante junto ao órgão estadual competente (defesa sanitária estadual) sendo-lhe vedado ainda a comercialização de defensivo agrícola a qualquer pessoa física ou jurídica que porventura não se encontre cadastrada como consumidor/usuário de defensivos agrícolas no mesmo referido órgão.

Ao comerciante de defensivo agrícola caberá ainda proceder ao licenciamento ambiental do seu estabelecimento, considerando que, no estabelecimento comercial, os defensivos agrícolas devem ser armazenados em depósito, devidamente construído, sinalizado (nos termos das normas da ABNT) e licenciado pelo órgão ambiental competente.

A gestão do depósito de agrotóxicos é confiada a um responsável técnico, devidamente credenciado junto ao órgão competente (CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do estado de atuação), a quem caberá, dentre outras atribuições, zelar pela qualidade das instalações do depósito, pelo treinamento dos empregados com acesso e manipulação aos agrotóxicos, garantir o controle do estoque (entradas e saídas) e o prazo de validade dos produtos estocados.

A comercialização dos defensivos agrícolas ao produtor rural impescinde da receita agrônômica, conforme estabelece o artigo 13 da Lei Federal nº 7.802/1989, a ser emitida por profissional da área de agronomia, legalmente habilitado e credenciado como responsável técnico junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do estado de atuação, de modo que, após o diagnóstico da condição fitossanitária da lavoura para a qual seja necessária a utilização do defensivo agrícola, orienta o produtor quanto a sua utilização correta.

Ainda, de acordo com o artigo 6º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 7.802/1989, os usuários de defensivos agrícolas deverão efetuar a devolução das embalagens vazias dos produtos aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, de acordo com as instruções previstas nas respectivas bulas, no prazo de até um ano, contado da data da compra, ou prazo superior, se autorizado pelo órgão registrante, podendo a devolução ser intermediada por postos ou centros de recolhimento, desde que autorizados e fiscalizados pelo órgão competente.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A Companhia, através de suas controladas, em cada uma de suas localidades de atuação, é filiada/associada a um centro de recolhimento/recebimento de embalagens de defensivos agrícolas vazias, de modo que os consumidores dos defensivos agrícolas por elas comercializados/distribuídos se obrigam a destinar as embalagens pós uso, vazia, nos respectivos centros de recolhimento, cujo endereço consta das notas fiscais de venda dos defensivos agrícolas por ela faturados.

Portanto, temos que os estabelecimentos comerciais da Companhia estão sujeitos ao controle e fiscalização das respectivas agências de defesa sanitária e agropecuárias estaduais, conforme a unidade federativa onde se encontram, a saber:

Unidade Federativa	Órgão Estadual (controle e fiscalização)	Legislação aplicável
Mato Grosso do Sul	IAGRO – Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal	Lei nº 2.951, de 17.12.2004 e Decreto nº 12.059, de 17.03.2006
Mato Grosso	INDEA – Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso	Lei nº 8.588, de 27.11.2006 e Decreto nº 1.651, de 11.03.2013
Goiás	AGRODEFESA – Agência Goiana de Defesa Agropecuária	Lei nº 19.423, de 26.07.2016 e Decreto nº 9.286, de 03.08.2018
Tocantins	ADAPEC Tocantins – Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins	Lei nº 224, de 26.12.1990 e Decreto nº 4.793/91, de 05.11.1991.
Paraná	ADAPAR – Agência de Defesa Agropecuária do Paraná	Lei nº 7.827, de 29.12.1983 e Decreto nº 3876, de 20.09.1984
Pará	ADEPARÁ – Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará	Lei nº 6.199, de 29.03.1998 e Decreto nº 4.856, de 01.10.2001
São Paulo	Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo – Diretoria de Defesa Sanitária Vegetal	Lei nº 17.054, de 06.05.2019
Minas Gerais	IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária	Lei nº 10.545, de 13.12.1991 e Decreto nº 41.203, de 08.08.2000
Maranhão	Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão	Lei nº 8.521, de 30.11.2006 e Decreto nº 23.118, de 29.05.2007

II. Comercialização de Fertilizantes

A comercialização de fertilizantes é regulada pela Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, pelo Decreto nº 4.954, de 14 de janeiro de 2004, pela Instrução Normativa nº 53, de 23 de outubro de 2013 e pela Instrução Normativa nº 46, de 22 de novembro de 2016, que estabelecem a obrigatoriedade do registro dos estabelecimentos que produzam ou comercializem fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes junto ao MAPA, sujeitando os infratores a sanções, desde advertência até a interdição temporária ou definitiva do estabelecimento, considerando a gravidade da infração e os agravantes constatados. Referidos diplomas designam ainda o MAPA como responsável pelo acompanhamento e fiscalização destas atividades.

III. Produção/Comercialização de Sementes

A produção e comercialização de sementes pela Companhia está sujeita ao prescrito na Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004, que dispõem sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças.

Nos termos dos referidos diplomas legais, todas as pessoas físicas e jurídicas que, no território nacional brasileiro, produzam, beneficiem, embalem, armazenem, analisem, comercializem, importem e exportem sementes e mudas precisam obter o registro obrigatório perante o MAPA.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

O Sistema Nacional de Sementes e Mudanças – SNSM é composto pelo i) Registro Nacional de Sementes e Mudanças - RENASEM; ii) Registro Nacional de Cultivares – RNC; iii) produção de sementes e mudas; iv) certificação de sementes e mudas; v) análise de sementes e mudas; vi) comercialização de sementes e mudas; vii) fiscalização da produção, do beneficiamento, da amostragem, da análise, da certificação, da reembalagem, do armazenamento, do transporte e da comercialização de sementes e mudas; e viii) utilização de sementes e mudas.

A inscrição ou o credenciamento no Registro Nacional de Sementes e Mudanças - RENASEM depende do pagamento de valores que variam conforme a natureza da inscrição, assim como as condições exigidas para a inscrição variam segundo cada categoria (produtor, beneficiador, armazenador, certificador, comerciante de sementes e mudas, etc.).

O produtor de sementes, por exemplo, deve atender às seguintes exigências: inscrever os campos de produção de sementes, comprovar a origem do material de reprodução, apresentar a autorização do obtentor (no caso de cultivar protegido) e o contrato com o certificador (quando for o caso), além dos mapas de produção e comercialização de sementes. Deve ainda manter à disposição do órgão de fiscalização o projeto técnico de produção, os laudos de vistoria de campo, o controle de beneficiamento, o termo de conformidade e o certificado de sementes e o contrato de prestação de serviços (quando o beneficiamento e o armazenamento forem realizados por terceiros).

Somente as sementes produzidas e identificadas nos termos prescritos na lei aplicável estão sujeitas à comercialização, transporte e armazenagem no território nacional brasileiro. A semente comercializada/transportada deverá estar acompanhada da respectiva nota fiscal de venda, do atestado de origem genética, do certificado de qualidade e termo de conformidade. Deverão se encontrar em embalagens invioladas, originais e com a indicação do produtor ou reembalador.

A inscrição e credenciamento no RENASEM possuem validade de 3 (três) anos, podendo ser renovados por iguais e sucessivos períodos, uma vez atendidas pelo interessado as exigências previstas na lei e respectivo regulamento, cabendo ao MAPA responder pela fiscalização de todas as atividades compreendidas no processo, desde a produção, certificação, até a comercialização e utilização das sementes.

IV. Licenciamento Ambiental

A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente prevê, como um de seus instrumentos, o licenciamento ambiental. De acordo com a Lei nº 6.938/1981, a construção, a instalação, a ampliação, o funcionamento de estabelecimentos e o exercício de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras dependem de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, o qual estabelecerá as condições, as restrições e as medidas de fiscalização do empreendimento.

O processo de licenciamento ambiental, regulado pela Lei Complementar nº 140/2011 e pela Resolução CONAMA nº 237/1997, compreende um sistema trifásico, no qual cada licença fica condicionada à emissão de sua precedente, conforme segue:

- (i) LP: concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou da atividade, aprovando a sua localização e concepção; atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;
- (ii) LI: autoriza a instalação do empreendimento ou da atividade conforme as especificações constantes dos planos, dos programas e dos projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e condicionantes, da qual constituem motivo determinante e
- (iii) LO: autoriza a operação da atividade ou do empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para operação.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento (construção, alteração, ampliação e operação) e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental competente. Caso a Companhia venha a cometer falhas no cumprimento das referidas condicionantes, ficará sujeita a multas ou até mesmo a revogação e/ou suspensão da licença ambiental obtida, o que pode impactar o regular exercício de suas atividades, inclusive com risco de total paralisação, gerando um efeito adverso relevante sobre os resultados da Companhia.

Tais normas também estabelecem que compete ao órgão ambiental estadual o licenciamento ambiental de empreendimentos cujos impactos ficam restritos ao seu território e a imposição de condições, de restrições e de medidas de controle pertinentes. Ao IBAMA compete o licenciamento ambiental de empreendimentos e de atividades com significativo impacto ambiental em âmbito regional ou internacional. Aos órgãos ambientais municipais, o licenciamento de empreendimentos com impacto local.

A Lei Complementar nº 140/2011 determina, ainda, que a renovação de qualquer licença ambiental deve ser solicitada com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, para que esse fique automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental.

As autoridades ambientais, mediante decisão fundamentada, podem suspender ou cancelar uma licença nos casos de: (i) violação das normas legais ou inadequação de qualquer das condicionantes; (ii) omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a emissão da licença e (iii) superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

A Resolução CONAMA nº 01/1986 prevê que o licenciamento de certas atividades modificadoras do meio ambiente dependerá da elaboração e da aprovação pelo órgão competente do EIA/RIMA.

O EIA/RIMA, além de atender à legislação, deverá obedecer a certas diretrizes gerais: (i) contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização de projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto; (ii) identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implementação e de operação da atividade; (iii) definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto e (iv) considerar os planos e os programas governamentais, propostos e em implementação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade.

A ausência de licença ambiental ou a operação em desacordo com as licenças ambientais emitidas, independentemente de a atividade estar causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental, e sujeita o infrator a sanções criminais e administrativas, além da obrigação de recuperar eventuais danos causados ao meio ambiente. No âmbito administrativo, além das sanções descritas no item (i) acima, as multas pelas irregularidades referidas, no âmbito federal, podem chegar a R\$ 10 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência) e interdição das atividades.

É importante, ainda, ressaltar que, para os empreendimentos com significativo impacto ambiental, é exigido o pagamento de compensação ambiental sobre os impactos negativos não mitigáveis resultantes da implantação do empreendimento, por meio de destinação de recursos para implantação e manutenção de unidade de conservação.

Os atrasos ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a eventual impossibilidade da Companhia protocolar tempestivamente os respectivos pedidos de renovação de licença ou de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação dos empreendimentos, a operação e a manutenção das atividades da Companhia.

A desativação e/ou descomissionamento de empreendimentos e atividades exige procedimento específico para a baixa das licenças ambientais, usualmente após o cumprimento de plano de desativação aprovado pelo órgão ambiental competente.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Mudanças Climáticas

O setor agrícola é diretamente dependente do clima, sendo que variações climáticas podem ter um impacto significativo nas atividades de nossos clientes e conseqüentemente nas vendas dos produtos comercializados pela Companhia. As emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”) estão diretamente relacionadas ao aumento de temperatura. A eventual adoção de uma política de precificação de carbono, seja por meio da imposição de taxa (ou imposto) sobre as emissões ou devido à criação de um mercado de carbono, com a conseqüente imposição de um limite para as emissões da Companhia, ou, ainda, a adoção de regulamentações ambientais mais restritivas em relação aos GEE pode demandar investimentos adicionais para redução de emissões, o que poderá afetar negativamente os resultados da Companhia.

Organismos geneticamente modificados

Por fim, como a Companhia exerce as atividades de comercialização de defensivos agrícolas e parte das sementes comercializadas é classificada como organismo geneticamente modificado (“GMOs”), em proporções variadas, dependendo do ano/safra, existe possibilidade de ocorrerem alterações na regulamentação aplicável não esperados que impactem a sua operação. A Lei nº 11.105/2005 prevê a obrigatoriedade de prévia aprovação de quaisquer atividades com GMOs pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (“CTNBio”). Não se pode descartar o risco de a CTNBio, baseada em novos estudos científicos, vir a reavaliar os GMOs atualmente comercializados pela Companhia, impondo novas restrições ou proibições que podem impactar seus resultados financeiros.

O descumprimento à legislação aplicável aos GMOs pela Companhia poderá acarretar nas sanções de advertência, multa de até R\$ 1.500.000,00, apreensão de GMO e seus derivados, suspensão da venda de GMO e seus derivados, embargo da atividade, interdição parcial ou total do estabelecimento, atividade ou empreendimento, suspensão de registro, licença ou autorização, intervenção no estabelecimento, entre outros.

Dessa forma, o valor e a periodicidade de futuros dispêndios relacionados a questões ambientais poderão variar consideravelmente, o que poderá resultar em impactos adversos aos negócios da Companhia e de suas Controladas, e no preço de mercado de suas ações. Por fim, em decorrência de futuras exigências regulatórias e ambientais, não se pode descartar o risco de a Companhia não conseguir aplicar os investimentos necessários para o desenvolvimento e manutenção de ativos.

Especificidades da Responsabilidade Ambiental nos âmbitos administrativo, cível e criminal

A responsabilidade ambiental pode ocorrer, de forma simultânea e independente, no âmbito: (i) administrativo; (ii) cível; e (iii) criminal.

(i) Responsabilidade Administrativa

No que se refere à responsabilidade administrativa ambiental, a Lei Federal nº 9.605/1998 (“Lei de Crimes Ambientais”), regulamentada pelo Decreto nº 6.514/2008, dispõe em seu artigo 70 que toda ação ou omissão que importe na violação das regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental, independentemente da verificação de culpa ou da efetiva ocorrência de dano ambiental.

A responsabilidade administrativa ambiental pode acarretar sanções que variam desde a aplicação de advertência, passando pela multa simples no valor de até R\$ 50 milhões; multa diária; apreensão dos produtos e subprodutos objeto da infração até o embargo e/ou suspensão parcial ou total das atividades; suspensão de benefícios fiscais e cancelamento ou interrupção de participação em linhas de crédito concedidas por bancos estatais.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

(ii) Responsabilidade Civil

A responsabilidade civil é regulada pela Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938/1981, que confere à responsabilidade civil ambiental o caráter objetivo, cabendo ao empreendedor, independentemente da existência de culpa, a obrigação de indenizar e/ou reparar os danos causados ao meio ambiente. Dessa maneira, a responsabilidade civil ambiental é atribuída, a quem for responsável, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental.

Ademais, a responsabilidade civil ambiental é solidária entre os agentes causadores do dano ambiental, sendo atribuída aos responsáveis, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental (artigo 3º, inciso IV, da Política Nacional do Meio Ambiente), onde, de acordo com a teoria da responsabilidade solidária, qualquer um dos agentes poderá responder pela totalidade do dano ambiental, cabendo-lhe ação de regresso contra os demais causadores. A Companhia poderá ser responsabilizada solidariamente pelos danos ambientais que venham a ser causados pelos seus prestadores de serviço e/ou fornecedores, especialmente nos casos de danos causados pela disposição final inadequada de resíduos sólidos, bem como por irregularidades no transporte de produtos perigosos.

Não existe, na legislação brasileira, previsão de teto ou limitação no valor a ser fixado a título de indenização pelo dano ambiental, o qual será proporcional ao dano causado.

Tudo isso requer especial atenção do empreendedor, em especial, mas não se limitando, à contratação de terceiros para prestar serviços em favor da Companhia, concessão de crédito privado para promover atividades em inobservância às normas e legislação ambiental.

(iii) Responsabilidade Criminal

A comprovação de que o empreendedor exerce a sua atividade sem as respectivas licenças e autorizações ambientais aplicáveis caracteriza crime ambiental, nos termos prescritos no artigo 60 da Lei 9.605/98 ("Lei de Crimes Ambientais"), sujeitando inclusive a pena de detenção dos diretores ou executivos responsáveis pelo ato, de um a seis meses, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

A Lei de Crimes Ambientais prevê, ainda, outros tipos penais como, por exemplo, causar poluição de qualquer natureza ou danificar vegetação especialmente protegida, sujeitos a sanções penais, desde que devidamente comprovado o dolo (intenção) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia) e que podem afetar diretamente a Companhia, tais como: (a) a suspensão total ou parcial de atividades do respectivo empreendimento; (b) a perda de benefícios e incentivos fiscais, a suspensão de financiamentos e proibição para contratar com a administração pública; e (c) a privação da liberdade dos diretores ou executivos responsáveis pelo ato.

Os diretores, administradores e outras pessoas físicas que atuem como prepostos ou mandatários do empreendedor e que porventura concorram para a prática de crimes ambientais atribuídos ao mesmo, estarão sujeitos, na medida de sua culpabilidade, a penas restritivas de direitos e privativas de liberdade.

A Lei de Crimes Ambientais prevê, inclusive, a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Nessa situação, acionistas e diretores podem ser pessoalmente responsáveis por recuperar os danos ambientais causados.

V. Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP)

De acordo com a Instrução Normativa nº 6/2013, atualizada pela Instrução Normativa nº 11/2018 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente ("IBAMA"), além do licenciamento ambiental, as atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras de recursos ambientais elencadas nas referidas normas estão sujeitas à realização de seus cadastros junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Potencialmente Poluidoras (“CTF”), sob pena de sofrerem autuações, cujos valores podem variar de R\$ 50,00, se pessoa física, ou R\$ 150,00, se microempresa, e R\$ 9.000,00, se empresa de grande porte, de acordo com o artigo 76, do Decreto Federal nº 6.514/2008.

A inscrição da pessoa jurídica no CTF enseja algumas obrigações acessórias, nos termos da Lei Federal nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, quais sejam: (i) o pagamento da TCFA – Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental; e ii) a entrega de Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (“RAPP”).

A TCFA é prevista no artigo 17-B da Lei Federal nº 6.938/1981, incluído pela Lei Federal nº 10.165/2000. De acordo com o mencionado dispositivo, a TCFA tem como fato gerador o “exercício regular do poder de polícia conferido ao IBAMA para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais”.

Nos termos do art. 17-C da referida lei, são considerados sujeitos passivos dessa taxa os estabelecimentos que exerçam atividades arroladas no Anexo VIII da Lei Federal nº 6.938/1981. Atualmente, a TCFA também é regulamentada pela Instrução Normativa nº 17/2011 do IBAMA e pela Portaria Interministerial nº 812/2015, a qual estabelece, em seu Anexo II, os valores da taxa, de acordo com o potencial de poluição da atividade fiscalizada.

A TCFA será devida no último dia útil de cada trimestre do ano civil e o recolhimento será efetuado em conta bancária vinculada ao IBAMA. O sujeito passivo da TCFA, em caso de atraso e/ou inadimplência, submete-se aos acréscimos e penalidades prescritos nos termos do artigo 6º, § 3º da Instrução Normativa IBAMA nº 17/2011.

O contribuinte que paga a taxa estadual de controle e fiscalização tem direito a um desconto de até 60% (sessenta por cento) sobre a TCFA devida ao IBAMA, conforme previsão do artigo 17-P da Lei Federal nº 6.938/1981.

VI. Gerenciamento de Resíduos Sólidos

As atividades da Companhia incluem a comercialização de defensivos agrícolas. Resíduos de defensivos agrícolas podem causar danos ao meio ambiente e à saúde, e as suas embalagens podem conter resquícios dessas substâncias. Assim, a Companhia está sujeita à Política Nacional de Resíduos Sólidos (“PNRS”) (Lei Federal nº 12.305/2010), a qual determina, entre outros, a obrigação de que sejam elaborados Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (“PGRS”, com o conteúdo mínimo previsto na norma). A referida lei ainda determina que a disposição inadequada de resíduos sólidos, bem como os acidentes decorrentes do transporte desses resíduos, podem ser fator de contaminação de solo e de águas subterrâneas e ensejar a aplicação de sanções nas esferas administrativas e penal, além do dever de reparação dos danos causados.

Por meio da responsabilidade compartilhada, instituída pela PNRS, as tarefas e custos envolvidos nas diferentes etapas de gerenciamento de resíduos sólidos são pulverizados por toda a cadeia, na medida de responsabilização de cada uma das partes envolvidas, onde o responsável pela geração de resíduos sólidos é também responsável pela sua segregação, armazenamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada, podendo ser obrigado a reparar os danos ambientais decorrentes da má gestão dos resíduos sólidos.

Em decorrência da responsabilidade civil objetiva e solidária, a empresa que contrata serviços de terceiros para a destinação final de seus resíduos sólidos, não está isenta de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pelos contratados, caso estes não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Além disso, a Lei nº 9.974/00, que alterou a Lei de Agrotóxicos (Lei nº 7.802/89), instituiu a obrigatoriedade de adoção de sistemas de logística reversa de embalagens de defensivos agrícolas, seus componentes e afins. A Companhia é responsável pela destinação das embalagens vazias dos produtos por ela comercializados, após a devolução pelos usuários, e pela destinação dos produtos apreendidos pela ação fiscalizatória e dos impróprios para utilização ou em desuso, com vistas à sua reutilização, reciclagem ou inutilização.

A Companhia aderiu ao Sistema Campo Limpo, que consiste no programa brasileiro de logística reversa de embalagens vazias de defensivos agrícolas e no qual o InpEV (Instituto Nacional de Processamento de embalagens vazias) atua como núcleo de inteligência. O programa abrange todas as regiões do país e tem como base o conceito de responsabilidade compartilhada: agricultores, indústria fabricante, canais de distribuição e poder público têm papéis e responsabilidades específicas no fluxo de funcionamento do programa, definidas por lei.

A Companhia é conveniada do InPev e o seu papel na distribuição é indicar na Nota Fiscal, a cada venda, o endereço do ponto de recolhimento mais próximo da propriedade e orientar o agricultor no processo de preparação dessas embalagens para entrega na central ou posto de recolhimento (exemplo: tríplex lavagem). Algumas dessas centrais de recebimento/reciclagem são patrocinadas pelas associações das revendas, para as quais contribuímos financeiramente para construção e/ou manutenção. No entanto, a Companhia ainda não possui um sistema para controlar a destinação correta de todas as embalagens comercializadas por suas unidades.

Caso as autoridades entendam que a Companhia não cumpre as obrigações de logística reversa, poderá aplicar as seguintes sanções: (i) advertência; (ii) multas; (iii) condenação e inutilização de produto, suspensão e/ou cancelamento de autorização, registro ou licença; (iv) interdição temporária ou definitiva de estabelecimento; (v) dentre outras.

Dessa forma, é fundamental que haja uma gestão conjunta de riscos inerentes a todos os envolvidos no desenvolvimento da atividade, de modo a minimizar os riscos que possam surgir em virtude de eventual responsabilização solidária.

Portanto, a disposição inadequada de resíduos pode causar danos ao meio ambiente, à vida e saúde da população e conseqüentemente, ensejar a aplicação de sanções nas esferas administrativa e penal, além da responsabilidade pela reparação do dano causado na esfera cível.

VII. Outras Autorizações Ambientais

Além do licenciamento ambiental, a legislação brasileira impõe diversas outras obrigações e exige a obtenção de outras autorizações específicas para determinadas atividades, tais como: (i) autorização para supressão de vegetação; (ii) a destinação final ambientalmente adequada de resíduos; e (iii) autorização para transporte interestadual de produtos perigosos, entre outros. A não obtenção de tais autorizações pode sujeitar a Companhia às penalidades de advertência, multa, embargo e interdição de atividade, de acordo com a gravidade da infração, além do dever de reparação dos danos ambientais, se houver. O não cumprimento da regulamentação ambiental poderá expor a Companhia ao risco de autuações, os quais poderão culminar em prejuízos financeiros e à sua imagem.

VIII. Uso de Recursos Hídricos

A Companhia também está sujeita à Lei Federal nº 9.433/1997 ("Política Nacional de Recursos Hídricos") que, em termos gerais, determina a necessidade de obtenção de outorga e de autorização para os seguintes usos de recursos hídricos: (i) derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final ou insumo de processo produtivo; (ii) extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo (poços tubulares); e (iii) lançamento de esgotos e/ou efluentes líquidos ou gasosos em corpo de água, dentre outros. No caso de utilização da rede pública de esgoto para o despejo de efluente sanitário e/ou industrial, a concessionária do serviço é responsável pela obtenção da outorga e o interessado (por exemplo, a

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Companhia) deve solicitar à concessionária a ligação à rede pública. Considera-se infração administrativa a utilização de recursos hídricos para qualquer finalidade sem a respectiva outorga ou em desacordo com as condições estabelecidas, bem como a perfuração de poços tubulares sem a devida autorização ou o lançamento de efluentes de forma irregular.

IX. Cadastro Ambiental Rural

De acordo com o Código Florestal, o Cadastro Ambiental Rural ("CAR") corresponde a registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

Em se tratando de imóvel rural, o Código Florestal ainda determina a obrigação de constituição e delimitação e preservação de Reserva Legal ao proprietário ou possuidor, correspondente à área que deve obrigatoriamente ser mantida com cobertura de vegetação nativa, calculada com base em percentual mínimo da área total do imóvel, o qual varia em função de sua localização e do bioma. A ausência de delimitação, constituição e/ou preservação da área de Reserva Legal nos termos do Código Florestal pode ensejar sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparar eventuais danos ambientais causados. Ademais, o déficit de Reserva Legal pode impedir o acesso a crédito financeiro e/ou programas de financiamento. Atualmente, a Companhia é proprietária e/ou possuidora de imóveis rurais que possuem áreas de Reserva Legal irregulares quanto ao Código Florestal. Sendo assim, o déficit de Reserva Legal deve ser regularizado, mediante a recomposição, regeneração e/ou compensação, o que pode ser feito pela adesão, por exemplo, ao Programa de Regularização Ambiental ("PRA").

X. Áreas Contaminadas

De acordo com a legislação ambiental brasileira, o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel que se encontre em área com contaminação ambiental poderá, independentemente de ter sido ou não o efetivo causador, ser responsabilizado e compelido a realizar a remediação e recuperação dos danos associados tanto por órgãos ambientais, quanto pelo Ministério Público.

São consideradas áreas contaminadas aquelas em que comprovadamente houve poluição ocasionada pela disposição, acúmulo, armazenamento ou infiltração de substâncias ou resíduos, implicando impactos negativos sobre os bens a proteger.

Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da biodiversidade caracteriza infração administrativa passível de multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) na esfera administrativa, além de crime ambiental e da obrigação de reparar o meio ambiente.

Em âmbito federal, a Resolução nº 420/2009 do CONAMA dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas em decorrência de atividades antrópicas.

Vale destacar que a responsabilidade civil ambiental relacionada à remediação da contaminação do solo e das águas subterrâneas é objetiva e solidária, além de ser considerada como uma obrigação propter rem (ônus que acompanha o imóvel). Assim, a empresa que contrata serviços de terceiros para o transporte e destinação final de seus resíduos sólidos, bem como transporte de produtos perigosos, não está isenta de responsabilidade por eventuais contaminações ambientais causadas pelos seus contratados.

As contaminações de solo e/ou de águas subterrâneas representam passivos ambientais que devem ser administrados com cautela, uma vez que a pretensão reparatória do dano ambiental é imprescritível, não se extinguindo por decurso de prazo.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A descoberta de contaminação exige providências por parte dos agentes governamentais, das entidades causadoras do dano ambiental e dos proprietários envolvidos. Deverão ser aplicadas medidas corretivas e efetiva remediação visando estabelecer níveis de qualidade compatíveis com um determinado uso futuro, o que pode ensejar o desembolso de despesas significativas. Assim, o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel que se encontre em área com contaminação ambiental poderá, independentemente de ter sido ou não o efetivo causador, ser responsabilizado e compelido a realizar a remediação e recuperação dos danos associados tanto por órgãos ambientais, quanto pelo Ministério Público.

Feita a remediação, segue-se o monitoramento dos resultados obtidos por período de tempo a ser definido pelo órgão ambiental. Os resultados do monitoramento indicarão a eficiência da remediação. Eventuais restrições de uso decorrentes de contaminação anteriormente existente e que sejam verificadas após a remediação de áreas desativadas devem ser tomadas públicas, por meio da averbação no registro de imóveis competente.

XI. Regulamentação sobre Privacidade e Proteção de Dados Pessoais

As normas sobre privacidade e proteção de dados no mundo têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (toda e qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável) podem ser utilizados pelas organizações.

No Brasil, especificamente, até o ano de 2018, o tema era tratado pelo judiciário de forma casuísta e pontual, por meio da interpretação de uma série de dispositivos legais setoriais, quais sejam:

- a Constituição Federal Brasileira, que estabeleceu como direitos constitucionais o direito à intimidade, à vida privada e à imagem;
- a Lei nº 8.078/1990 (“Código de Defesa do Consumidor”), que trouxe contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores, estabelecendo, inclusive, que o consumidor deve ter acesso aos dados pessoais que constam em tais bancos de dados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes;
- a Lei nº 12.414/2011 (“Lei do Cadastro Positivo”), alterada em 2019, que estabeleceu regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores, determinando que é direito do cadastrado, dentre outros, ser informado sobre a identidade do gestor e sobre o armazenamento e o objetivo do tratamento dos seus dados pessoais, e, ter os seus dados pessoais utilizados somente de acordo com a finalidade para a qual eles foram coletados;
- a Lei nº 12.965/2014 (“Marco Civil da Internet”), que tratou em diversos artigos sobre a proteção da privacidade e dos dados pessoais dos usuários no ambiente online, mas, não definiu o conceito de dados pessoais; e
- o Decreto nº 8.771/2016 (“Decreto regulamentador do Marco Civil da Internet”), que definiu dados pessoais como aqueles relacionados à pessoa natural identificada ou identificável, tais como números identificadores, dados locais ou identificadores eletrônicos, quando estes estiverem relacionados a uma pessoa.

No entanto, em agosto de 2018, com a promulgação da LGPD, as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil, passaram a ser reguladas de forma geral, por meio de um sistema de regras sobre o tema que impacta todos os setores da economia. A LGPD tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais, criando um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais dados pessoais, trazendo novas obrigações a serem observadas. A título exemplificativo, a LGPD estabelece uma série de princípios que devem ser observados no tratamento de dados pessoais, quais sejam, finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

O âmbito de aplicação da referida lei abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais, inclusive em ambiente online, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que: (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estão localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados.

Além disso, a LGPD estabelece (i) diversas hipóteses autorizadoras do tratamento de dados pessoais (bases legais); (ii) dispõe sobre uma gama de direitos dos titulares de dados pessoais; (iii) prevê sanções administrativas para o descumprimento de suas disposições; e (iv) autoriza a criação da ANPD, autoridade responsável por garantir a observância das normas sobre proteção de dados pessoais no Brasil.

Relevante esclarecer que, em que pese a publicação do Decreto nº10.474/2020, em 26 de agosto de 2020, e a aprovação dos membros de seu Conselho Diretor pelo Senado, após publicação da indicação feita pelo Presidente da República, conforme estabelecido pela LGPD e pela Constituição Federal, a ANPD ainda não iniciou sua atividade regulatória.

Com isso, alguns órgãos de defesa do consumidor já têm atuado, especialmente em casos de incidente de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais, exercendo funções de fiscalização da LGPD, mas, aplicando penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e no Marco Civil da Internet.

Ainda, importante informar que a LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020 quanto à maior parte de suas disposições, mas, a aplicabilidade de suas sanções administrativas (art. 52, 53 e 54) somente poderá ser feita a partir do dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020, sancionada em meio à pandemia do COVID-19, numa tentativa de mitigar os efeitos negativos do distanciamento social causado por tal pandemia nas organizações.

Todavia, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD, anteriormente a entrada em vigor de suas sanções administrativas, tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, em razão da ANPD ainda não ter iniciado os seus trabalhos efetivamente.

Conforme mencionado, quando da entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, em agosto de 2021, caso a Companhia não esteja adequada às suas disposições, a Companhia estará sujeita, dentre outras sanções, à (a) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (b) divulgação da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; (c) bloqueio ou eliminação dos dados pessoais correspondentes à; (d) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração; (e) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração por até 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; e (f) suspensão, proibição parcial ou total do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência.

b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental:

A Companhia ainda não possui política ambiental implementada. A Companhia busca adotar práticas voltadas à proteção do meio ambiente, tais como:

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

- a. Gestão de frotas por meio de telemetria e substituição da frota por veículos de maior eficiência energética, incluindo motores bicompostíveis, a fim de reduzir o consumo de combustíveis fósseis em 10% em 2020 comparado a 2019;
- b. Patrocínio do Projeto Nascentes de Ouro em Minas Gerais, apoiando a recomposição de matas ciliares para proteção das nascentes de águas nas propriedades dos nossos clientes agricultores. A Companhia incentiva o plantio de mais de 100.000 árvores pelos participantes do projeto das quais 20.000 foram plantadas diretamente pelo AgroGalaxy; e
- c. Implementação do monitoramento das áreas de plantio dos nossos clientes sob a ótica ambiental (por meio do Sistema Terra Magna), buscando não realizar a aprovação de crédito para áreas que estejam envolvidos em processos de desmatamento ilegal, invasão de área indígena, trabalho análogo ao escravo e trabalho infantil, bem como buscando fazer com que a rede de clientes e fornecedores da Companhia esteja em conformidade com as leis ambientais e trabalhistas.
- d. Monitoramento mensal de 34 métricas de ESG, entre elas, diversidade de gênero, emissões de gases de efeito estufa, uso de água, uso de energia elétrica, investimento na comunidade, geração de empregos, entre outros e reporte anual para os acionistas da Companhia antes da Oferta Pública Inicial de Ações.

Até a data de fechamento do presente Formulário de Referência, a Companhia ainda não havia aderido a um padrão internacional de proteção ambiental.

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei nº 9.279/1996 (“Lei da Propriedade Industrial”) dispõe que a titularidade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), autarquia federal responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de propriedade intelectual.

Após a aprovação do registro, o titular da marca passa a deter a propriedade desta em conjunto com o direito de uso exclusivo no Brasil, por um período de 10 (dez) anos, que poderá ser sucessivamente prorrogado por períodos iguais, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal requisição precisa ser realizada no último ano de validade do registro, ou nos seis meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

Relevante mencionar que, durante o processo de registro, o depositante (aquele que requereu o registro de determinada marca) possui apenas uma expectativa de direito de propriedade desta para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas são titulares de algumas marcas registradas e pedidos de registro de marca junto ao INPI, tais como “AgroGalaxy”, “Nutrigrow”, “Rubra”, “Matriarca D”, “Matriarca Trans D”, “Sulfito Max”, “Fine”, “Rural Brasil”, “Rubra Sementes”, “Grão de Agronegócios”, “OuroTec”, “Ourobio”, “Agro100” e “Sementes Boa Nova”, as quais são relevantes para suas atividades.

Nomes de Domínio

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do Domain Name System (“DNS”), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio “.br”, a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

A Companhia é titular de alguns nomes de domínio associados as suas marcas, tais como: www.agrogalaxy.com.br; www.rurabrasil.com; www.agro100.com.br; www.gouroagro.com.br; e www.nutrigrow.net.

Para mais informações sobre os ativos de propriedade intelectual da Companhia, favor verificar item 9.1.b deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 - Em relação aos países dos quais a Companhia obtém receitas relevantes, identificar:

- (a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor.
- (b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor.
- (c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor.

A Companhia exporta grãos, como soja e milho, para outros países, principalmente os países da Ásia. A receita da Companhia totalizou, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, R\$1.443,7 milhões e, no período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020, R\$1.710,5 milhões. A venda para outros países totalizou em 31 de outubro de 2020 R\$ 207,9 milhões, sendo que em 31 de dezembro de 2019 não ocorreram exportações.

País	Receita líquida em 31 de outubro de 2020 (R\$ mil)	% participação
China	189.612	11,1%
Coréia do Sul	2.362	0,1%
Japão	11.452	0,7%
Tailândia	571	0,0%
Taiwan	787	0,0%
Turquia	3.149	0,2%
Mercado externo	207.934	12,2%
Mercado interno	1.502.611	87,8%
TOTAL DA RECEITA	1.710.545	100,0%

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não há efeitos de regulação para os países em que houveram as exportações de soja e milho.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 - Políticas socioambientais

O Código de Conduta da Companhia possui diretrizes que orientam seus colaboradores a adotarem boas práticas relacionadas ao meio ambiente. Destaca-se que na data deste Formulário de Referência, a Política Socioambiental ainda não havia sido implementada.

A Política Socioambiental da Companhia está em fase final de elaboração e deverá consolidar e aperfeiçoar as práticas existentes em suas controladas. A Rural Brasil e Sementes Campeã, controladas da Companhia, possuem políticas socioambientais próprias e outras práticas que são consolidadas em Manual do Sistema de Gestão Ambiental e Social ("SGAS"). As controladas Agro100 e Agro Ferrari (que juntas são denominadas AgroTotal) possuem Política de Segurança, Saúde e Meio Ambiente e Manual SGAS que referenda esta política.

A Companhia busca adotar práticas voltadas a questão ambientais, com destaque para:

- A substituição da frota por veículos mais eficientes e implementou controle de consumo por telemetria em 98% dos carros, com objetivo de reduzir o uso de combustíveis fósseis.
- Silos com tecnologia de ponta que operam com recirculação do calor gerando redução no consumo de energia.
- Outras iniciativas listadas no item 7.5.b do Formulário de Referência.

A Companhia busca monitorar mensalmente o andamento de planos de ação ambientais e sociais de cada controlada e anualmente divulga o sumário dessas informações e 34 indicadores ESG para seus investidores antes da Oferta Pública Inicial de Ações. As informações não são divulgadas externamente.

As informações socioambientais divulgadas aos investidores antes da Oferta Pública Inicial de Ações cumprem os requisitos dos padrões ambientais e sociais da IFC (*International Finance Corporation*) e os 34 indicadores que abordam temas ESG estão parcialmente alinhados à plataforma de indicadores IRIS e alguns deles alinhados aos padrões da GRI (*Global Reporting Initiative*).

(a) se o emissor divulga informações sociais e ambientais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações sociais e ambientais.

(b) metodologia seguida na elaboração das informações socioambientais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações sociais e ambientais.

(c) se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia ainda não divulga publicamente suas informações socioambientais.

(d) Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia ainda não divulga publicamente suas informações socioambientais.

(e) Se o relatório leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia ainda não divulga publicamente seus relatórios socioambientais.

(f) Se o emissor não divulga relatório anual, de sustentabilidade ou integrado que leve em conta os ODS, explicar o motivo

A Companhia entende que a legislação ambiental atual não traz essa exigência para suas atividades.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1 – Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.

Não aplicável, considerando que nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente a Companhia não realizou operações que não se enquadrem como normais em seus negócios.

Para maiores informações sobre operações societárias realizadas no período envolvendo a Companhia e suas controladas, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2 – Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no exercício social corrente, não ocorreram quaisquer alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3 – Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, não foram celebrados contratos não relacionados com as atividades operacionais da Companhia e de suas controladas. Para maiores informações sobre operações societárias realizadas no período envolvendo a Companhia e suas controladas, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4 – Outras Informações Relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1 – Descrever os bens do ativo não circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que a Companhia julgue relevantes.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Loja comercial e unidade de recebimento de grãos	Brasil	PR	Rolândia	Alugada
Loja comercial	Brasil	GO	Rio Verde	Alugada
Centro de distribuição	Brasil	GO	Jataí	Alugada
Loja comercial	Brasil	MT	Canarana	Alugada
Centro de distribuição	Brasil	MT	Querência	Alugada
Escritório	Brasil	PR	Londrina	Alugada
Unidade de recebimento de grãos	Brasil	PR	Sertãozinho	Alugada
Unidade de recebimento de grãos	Brasil	MS	Eldorado	Alugada
Loja comercial	Brasil	MT	São Felix do Araguaia	Alugada
Unidade de recebimento de grãos	Brasil	PR	Cambé	Alugada
Loja comercial	Brasil	MT	Água Boa	Alugada
Unidade de recebimento de grãos	Brasil	SP	Maracá	Alugada
Loja comercial	Brasil	MT	Primavera do Leste	Alugada
Unidade de recebimento de grãos	Brasil	PR	Tamarana	Alugada
Unidade de recebimento de grãos	Brasil	PR	Primeiro de Maio	Alugada
Unidade de recebimento de grãos	Brasil	PR	Bela Vista do Paraíso	Alugada
Loja comercial	Brasil	PR	Bela Vista do Paraíso	Alugada
Loja comercial	Brasil	MT	Confresa	Alugada
Unidade de recebimento de grãos	Brasil	SP	Iepê	Alugada
Loja comercial	Brasil	MT	Paranatinga	Alugada
Unidade de recebimento de grãos	Brasil	GO	Jataí	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 913834491 para a marca nominativa "GENIALE" na classe NCL (11) 01	Até 26.03.2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 916662616 para a marca nominativa "AGROGALAXY" na classe NCL (11) 31	Até 10.09.2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 916663086 para a marca nominativa "AGROGALAXY" na classe NCL (11) 35	Até 10.09.2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 916855686 para a marca mista "NUTRIGROW" na classe NCL (11) 01	Até 07.01.2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 917550889 para a marca mista "AGROGALAXY" na classe NCL (11) 01	Até 18.02.2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 917551923 para a marca mista "AGROGALAXY" na classe NCL (11) 31	Até 18.02.2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 917552156 para a marca mista "AGROGALAXY" na classe NCL (11) 35	Até 18.02.2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 918162823 para a marca nominativa "RUBRA" na classe NCL (11) 35	Até 28.04.2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 918163480 para a marca mista "RUBRA" na classe NCL (11) 35	Até 28.04.2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 918260710 para a marca mista "RUBRA" na classe NCL (11) 01	Até 28.04.2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 918765730 para a marca mista "NUTRIGROW" na classe NCL (11) 35	Até 26.06.2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 918935962 para a marca nominativa "MATRIARCA TRANS D" na classe NCL (11) 01	Até 15.09.2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	<p>Registro nº 918954487 para a marca nominativa "MATRIARCA TRANS D" na classe NCL (11) 35</p>	Até 15.09.2030	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.</p>
Marcas	<p>Registro nº 918936020 para a marca nominativa "MATRIARCA D" na classe NCL (11) 01</p>	Até 15.09.2030	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.</p>
Marcas	<p>Registro nº 918936110 para a marca nominativa "MATRIARCA D" na classe NCL (11) 35</p>	Até 15.09.2030	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 918938384 para a marca nominativa "SULFITO MAX" na classe NCL (11) 35	Até 08.09.2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 918938473 para a marca nominativa "SUL TITO MAX" na classe NCL (11) 01	Até 08.09.2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 918948266 para a marca nominativa "FINE" na classe NCL (11) 35	Até 15.09.2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 912870958 para a marca mista "RURAL BRASIL" na classe NCL (11) 35	Até 04.08.2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 912933550 para a marca mista "RASIL" na classe NCL (11) 01	Até 27.11.2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 912399712 para a marca mista "RURAL BRASIL" na classe NCL (11) 05	Até 06.11.2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 912933747 para a marca mista "RURAL BRASIL" na classe NCL (11) 36	Até 06.11.2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 912933810 para a marca mista "RASIL" na classe NCL (11) 39	Até 27.11.2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 917453131 para a marca mista "RUBRA SEMENTES" na classe NCL (11) 31	Até 24.12.2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 917453204 para a marca mista "RUBRA SEMENTES" na classe NCL (11) 35	Até 24.12.2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 916207498 para a marca mista "GRAO DE OURO AGRONEGÓCIOS" na classe NCL (11) 44	Até 30.07.2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 914341022 para a marca mista "OUROTEC TEC. EM APL DE DEFENSIVOS" na classe N	Até 02.04.2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 917723902 para a marca mista "OUROBIO TECNOLOGIA EM MANEJO BIOLÓGICO" na classe NCL (11)	Até 18.02.2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 913814083 para a marca mista "SEMENTES BOA NOVA" na classe NCL (11) 31	Até 08.01.2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 827009569 para a marca mista "AGRO 100" na classe NCL (11) 35	Até 05.05.2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 827009542 para a marca mista "NUTRI 100" na classe NCL (11) 35	Até 30.10.2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 913834491 para a marca nominativa "GENIALE" na classe NCL (11) 01	Até 26.03.2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Pedido de Registro nº 917552300 para a marca mista "AGROGALAXY" na classe NCL (11) 36	N.A.	Não aplicável. Trata-se de pedido de registro, ainda não concedido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a Lei de Propriedade Industrial, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes, desde que comprove que na data do depósito do pedido por terceiro já usava marca idêntica ou semelhante no Brasil há pelo menos 6 meses, e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável. Trata-se de pedido de registro de marca, sendo que a Companhia possui mera expectativa de direito.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	<p>Pedido de Registro nº 918765129 para a marca nominativa "RHYZO GOLD" na classe NCL(11) 01</p>	N.A.	<p>Não aplicável. Trata-se de pedido de registro, ainda não concedido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a Lei de Propriedade Industrial, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes, desde que comprove que na data do depósito do pedido por terceiro já usava marca idêntica ou semelhante no Brasil há pelo menos 6 meses, e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.</p>	<p>Não aplicável. Trata-se de pedido de registro de marca, sendo que a Companhia possui mera expectativa de direito.</p>
Marcas	<p>Pedido de Registro nº 918765200 para a marca nominativa "RHYZO GOLD" na classe NCL (11) 35</p>	N.A.	<p>Não aplicável. Trata-se de pedido de registro, ainda não concedido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a Lei de Propriedade Industrial, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes, desde que comprove que na data do depósito do pedido por terceiro já usava marca idêntica ou semelhante no Brasil há pelo menos 6 meses, e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.</p>	<p>Não aplicável. Trata-se de pedido de registro de marca, sendo que a Companhia possui mera expectativa de direito.</p>
Marcas	<p>Pedido de Registro nº 918913675 para a marca nominativa "CROPGROW" na classe NCL (11) 35</p>	N.A.		<p>Não aplicável. Trata-se de pedido de registro de marca, sendo que a Companhia possui mera expectativa de direito.</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 918913896 para a marca nominativa "CROPGROW" na classe NCL (11) 05	N.A.	<p>Não aplicável. Trata-se de pedido de registro, ainda não concedido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a Lei de Propriedade Industrial, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes, desde que comprove que na data do depósito do pedido por terceiro já usava marca idêntica ou semelhante no Brasil há pelo menos 6 meses, e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.</p>	<p>Não aplicável. Trata-se de pedido de registro de marca, sendo que a Companhia possui mera expectativa de direito.</p>
Marcas	Pedido de Registro nº 918948266 para a marca nominativa "FINE" na classe NCL (11) 35	N.A.	<p>Não aplicável. Trata-se de pedido de registro, ainda não concedido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a Lei de Propriedade Industrial, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes, desde que comprove que na data do depósito do pedido por terceiro já usava marca idêntica ou semelhante no Brasil há pelo menos 6 meses, e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.</p>	<p>Não aplicável. Trata-se de pedido de registro de marca, sendo que a Companhia possui mera expectativa de direito.</p>
Marcas	Pedido de Registro nº 911915612 para a marca mista "RURAL BRASIL" na classe NCL (10) 35	N.A.		<p>Não aplicável. Trata-se de pedido de registro de marca, sendo que a Companhia possui mera expectativa de direito.</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	<p data-bbox="349 451 381 714">Pedido de Registro nº 912870869 para a marca mista "RURAL BRASIL" na classe NCL (11) 31</p>	N.A.	<p data-bbox="349 861 381 1218">Não aplicável. Trata-se de pedido de registro, ainda não concedido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a Lei de Propriedade Industrial, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes, desde que comprove que na data do depósito do pedido por terceiro já usava marca idêntica ou semelhante no Brasil há pelo menos 6 meses, e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.</p>	<p data-bbox="349 1218 381 1675">Não aplicável. Trata-se de pedido de registro de marca, sendo que a Companhia possui mera expectativa de direito.</p>
Marcas	<p data-bbox="381 451 414 714">Pedido de Registro nº 908902484 para a marca mista "SEMENTES CAMPEÁ" na classe NCL (10) 31</p>	N.A.	<p data-bbox="381 861 414 1218">Não aplicável. Trata-se de pedido de registro, ainda não concedido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a Lei de Propriedade Industrial, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes, desde que comprove que na data do depósito do pedido por terceiro já usava marca idêntica ou semelhante no Brasil há pelo menos 6 meses, e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.</p>	<p data-bbox="381 1218 414 1675">Não aplicável. Trata-se de pedido de registro de marca, sendo que a Companhia possui mera expectativa de direito.</p>
Marcas	<p data-bbox="414 451 446 714">Pedido de Registro nº 908902301 para a marca mista "SEMENTES CAMPEÁ" na classe NCL (10) 35.</p>	N.A.	<p data-bbox="414 861 446 1218">Não aplicável. Trata-se de pedido de registro, ainda não concedido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a Lei de Propriedade Industrial, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes, desde que comprove que na data do depósito do pedido por terceiro já usava marca idêntica ou semelhante no Brasil há pelo menos 6 meses, e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.</p>	<p data-bbox="414 1218 446 1675">Não aplicável. Trata-se de pedido de registro de marca, sendo que a Companhia possui mera expectativa de direito.</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	<www.agrogalaxy.com.br>	Até 08.11.2028	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	<www.nutrigrow.com.br >	Até 21.02.2029	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	<www.rubrasementes.com.br>	Até 08.05.2029	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	<www.ruralbrasil.com>	06/07/2028	<p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.</p>
Nome de domínio na internet	<www.ruralbrasilreina.mento.com>	16/06/2021	<p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.</p>
Nome de domínio na internet	<www.gouroagro.com.br>	Até 15.04.2025	<p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	<www.graodeouroagro.com.br>	Até 29.10.2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	<www.agro100.com.br >	Até 28.06.2026	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	<www.nutrigrow.net>	25/02/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Data	Valor (Reais)		
Agro Control Participações S.A.	24.200.096/0001-08	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Empresa de participações em outras sociedades	100,000000
31/10/2020	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/10/2020	303.805.000,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Incorporação Reversa da Agro Key Participações S.A. com a Companhia. Essa controlada refere-se a Holding de participação na AgroTotal Holding e que controla indiretamente as operações da Bussadori, Garcia e Cia Ltda e Agro Ferrari Prod. Agrícolas EIRELI, empresas atuantes com as marcas Agro100 e AgroFerrari.								
Grão de Ouro Agronegócios S.A.	13.722.785/0001-58	-	Controlada	Brasil	MG	Alfenas	Comércio de insumos agrícolas (fertilizantes, defensivos, sementes e especialidades), produtos agropecuários.	100,000000
31/10/2020	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/10/2020	155.890.846,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Incorporação da Agro Advance Participações S.A. Essa controlada atua na comercialização de insumos agrícolas com a marca Grão de Ouro.								
Rural Brasil S.A.	14.947.900/0001-55	-	Controlada	Brasil	GO	Jataí	Comércio de insumos agrícolas (fertilizantes, defensivos, sementes e especialidades), produtos agropecuários, no armazenamento, padronização e comercialização de cereais.	100,000000
31/10/2020	159.681.483	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2019	7.931.220	0,000000	481.000,00	Valor contábil	31/10/2020	470.633.907,00		
31/12/2018	0,276810	0,000000	135.000,00					
31/12/2017	-2,394390	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa atuante no norte e centro-oeste do Brasil, na comercialização de insumos agrícolas, através da marca Rural.								

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2 – Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes acerca desta seção 9 constam dos itens anteriores.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com: (i) as demonstrações financeiras da Companhia auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, e suas respectivas notas explicativas; (ii) as informações financeiras da Agro Key auditadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; (iii) as informações financeiras intermediárias auditadas para o período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020 e 2019 e suas respectivas notas explicativas “Demonstração Intermediária”; e (iv) as informações contábeis intermediárias trimestrais para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019 – “Informações Trimestrais”. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - (International Financial Reporting Standards - “IFRS”), aplicáveis às Companhias registradas na Comissão de Valores Mobiliários, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas no item 10 deste formulário de referência significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações financeiras, de mesma rubrica entre um período e outro. A Análise Vertical representa (i) o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das operações da Companhia, ou (ii) em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do balanço patrimonial.

Todas as informações apresentadas neste item 10.1 foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma, gerando com isso arredondamentos na última unidade e podendo, portanto, divergir imaterialmente nos cálculos.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia estarão disponíveis no site da Companhia (<http://ri.agrogalaxy.com.br>) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

Além disso, as informações financeiras condensadas e consolidadas pro forma não auditadas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, ao período de dez meses encerrado em 31 de outubro de 2020 e 2019, estão sendo apresentados como informações suplementares no item 10.9 deste Formulário de Referência.

A Administração utiliza métricas de desempenho para avaliar os negócios tais como o EBITDA e a Margem EBITDA, que podem ser analisadas na Seção 3.2 deste Formulário de Referência e no item 10.1.a. abaixo.

Os comentários a seguir podem conter declarações sobre tendências que refletem as expectativas atuais da Companhia, que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e os eventos podem não ocorrer de acordo com as expectativas da empresa, devido a diversos fatores relacionados aos negócios da companhia, ao setor de atuação e ao ambiente econômico, especialmente em relação ao informado no item 4, além de outros assuntos descritos neste formulário de referência.

Durante o ano de 2020, ocorreram eventos relevantes que devem ser considerados nas análises financeiras e desempenho da Companhia e estão destacados a seguir:

COVID-19

Em decorrência da declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020 a respeito da pandemia do novo coronavírus, o COVID-19, foram tomadas medidas necessárias à prevenção, bem como avaliado os possíveis impactos em relação a: (i) insumos necessários ao desenvolvimento das atividades; (ii) os impactos nas vendas; (iii) os impactos no fluxo de caixa do Grupo e se há um aumento significativo no risco de crédito.

Além das medidas protetivas, principalmente aos nossos colaboradores, clientes e fornecedores, também foram tomadas medidas financeiras que elencaram, principalmente na contenção de custos e de proteção do caixa, sendo: i) revisão dos gastos e corte de despesas que poderiam ser postergadas; ii) uso dos benefícios trazidos pelo governo federal ao combate da pandemia, como postergação do

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

pagamento do INSS e FGTS; iii) Comitê de crise com enfoque no fluxo de caixa, avaliando o processo de recebimento e obtenção de novas linhas de crédito junto a fornecedores; e

(iv) redução do prazo médio de recebimento e aumento do prazo médio de pagamento nas operações de compra e venda de grãos. Essas medidas foram adotadas, mesmo, com o impacto muito baixo no segmento de agronegócio no qual a Companhia possui seus clientes.

Reestruturação societária da Companhia – Combinação de negócios

Em 30 de outubro de 2020, foi aprovada a combinação dos negócios das Companhias: Agro Trends Participações S.A. (“Agro Trends”), Agro Key Participações S.A. (“Agro Key”) e da Agro Advance Participações S.A. (“Agro Advance”) através da incorporação societária pela Agro Trends das companhias Agro Key e Agro Advance. Esta reestruturação ocorreu com a troca de ações, por valores negociados entre as partes, em uma operação entre companhias que não possuem controle comum e que, portanto, representa uma combinação de negócios sob o escopo do CPC 15 (R1) / IFRS 3 Combinação de negócios, apresentada considerando o método de aquisição. Como parte da avaliação da Administração nesse contexto, a companhia Agro Key foi considerada como a adquirente contábil (apesar de ser a empresa incorporada legalmente) e a Agro Trends, assim como a Agro Advance, foram consideradas como as adquiridas, (apesar de a Agro Trends ser incorporadora e a entidade sobrevivente legal), configurando uma situação de aquisição reversa. As informações financeiras consolidadas, incluindo a alocação do preço de aquisição, são baseadas em estimativas do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos das adquiridas contábil (Agro Trends e Agro Advance), informações disponíveis nesta data e premissas efetuadas pela Administração da Companhia. No mesmo ato societário ocorreu a alteração da razão social da Agro Trends passando a se chamar AgroGalaxy Participações S.A., atual razão social da Companhia.

Dessa forma as demonstrações aqui apresentadas refletem as informações históricas da AgroTrends (antiga razão social da AgroGalaxy), conforme demonstrações financeiras auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, além do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e 2019, e da incorporação reversa da AgroKey (incorporadora reversa da AgroTrends), sociedade que incorporou e apresenta os resultados do período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020 e 2019., visto que a operação ocorreu em 30 de outubro de 2020.

Considerando a reestruturação societária mencionada acima, para um melhor entendimento das informações contábeis, no item 10.9 desse formulário de referência, a Companhia demonstra as informações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 da empresa Agro Key, das informações contábeis intermediárias de 31 de outubro de 2020 e 2019 “pro forma” e das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 das três sociedades envolvidas na combinação de negócios.

As informações contábeis consolidadas intermediárias da (i) AgroTrends para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e 2019 e (ii) AgroGalaxy para o período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020 e 2019, foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - “Demonstração Intermediária” e com a IAS 34 - “Interim Financial Reporting” emitido pelo IASB e apresentadas de forma condizente com as normas aprovadas e expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais Visão geral

Os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e longo prazo, embasados nos seguintes aspectos:

Resultado Operacional

Em 31 de outubro de 2020, a margem bruta atingiu 12,7%. Considerando que a margem bruta é o indicador que mede a rentabilidade obtida nas receitas, deduzidas dos impostos e dos custos das mercadorias vendidas, registramos um crescimento no lucro bruto de 11,5%, frente ao mesmo

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

período do ano anterior, mesmo, considerando os efeitos da pandemia nos resultados operacionais dos dez meses de 2020. Desta forma, a margem bruta refletiu uma redução de 3 pontos percentuais (pp) comparada a margem bruta do mesmo período de 2019, principalmente pela maior participação do segmento de grãos na receita. Por outro lado, antes da reorganização societária, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a margem bruta registrou: 11,3%, 10,8% e 10,6%, respectivamente, demonstrando a evolução gradual das operações.

Em termos de margem líquida (indicador baseado no resultado líquido do período comparado às receitas líquidas), os seguintes indicadores foram atingidos: 1,3% negativo em 31 de outubro de 2020; 1,7% em 31 dezembro de 2019; 0,1% negativo em 31 dezembro de 2018 e 1,9% em 31 dezembro de 2017. O desempenho operacional foi impactado pelas despesas operacionais geradas para proporcionar a expansão dos negócios e pelas despesas financeiras, pelas captações realizadas para viabilizar os investimentos e o capital de giro necessário. Por outro lado, as margens podem sofrer oscilações considerando os seguintes principais fatores: (i) os custos dos grãos que são atrelados a preços dos commodities internacionais; (ii) os custos dos insumos atrelados à variação de dólar e commodities como fertilizantes (iii) aumento/redução de impostos; (iv) necessidade captação de recursos para proporcionar o crescimento; entre outros.

Endividamento

O endividamento líquido da Companhia é calculado pelos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo deduzido do caixa e equivalentes de caixa. A tabela a seguir apresenta o endividamento líquido da Companhia em 31 de outubro de 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 (AgroGalaxy), 2018 e 2017 (Agro Trends):

Endividamento Líquido (em R\$ mil, exceto %)	Período de dez meses findo em	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	31/10/2020	2019	2018	2017
Endividamento bruto (i)	888.821	338.163	284.397	147.784
Empréstimos e financiamentos	795.827	264.577	256.955	147.784
Debêntures			27.442	
Passivo de arrendamento	92.994	73.586		
(-) Caixa e equivalentes (ii)	110.588	97.921	80.729	69.908
Endividamento líquido	778.233	240.242	203.668	77.876

- (i) Considera o montante de passivo de arrendamento, conforme CPC 06(R2)/IFRS 16, o qual teve a adoção inicial em 2019.
- (ii) Não considera no endividamento as aplicações financeiras de curto prazo, não classificados como caixa e equivalente de caixa nos montantes de R\$ 25.819 em 31 de outubro de 2020.

Adicionalmente, na avaliação da Administração da Companhia, pode ser analisada em conjunto a seção 3.2, o indicador de dívida líquida ajustada, em complemento a métrica reportada nas demonstrações financeiras.

A variação da dívida líquida da Companhia entre os exercícios analisados decorre especialmente dos empréstimos para capital de giro e investimentos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A Companhia avalia o indicador de dívida, através da dívida líquida ajustada pelo EBITDA ajustado, para avaliar a capacidade de pagamento. Conforme descrito na seção 3.2 os índices podem ser assim demonstrados:

<i>Dívida líquida ajustada</i> <i>(Em milhões de Reais)</i>	Período de dez meses findo em	
	31/10/20	31/10/19
(+) Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	795,8	263,1
(+) Debêntures		
(-) Caixa e equivalente de caixa	(110,6)	(18,7)
(-) Aplicações financeiras	(25,8)	-
Dívida líquida	659,4	244,4
(+) Obrigações com cessão de crédito - CRA ⁽¹⁾	146,8	9,5
(+) Passivo de arrendamento veículos/outros ⁽²⁾	14	
(-) Títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾	(51,5)	(5,1)
Dívida líquida ajustada	768,7	248,8
Dívida líquida ajustada / EBITDA ajustado ⁽³⁾	11,9 x	4,3 x

(1) Obrigações com título securitizados CRA - Certificados de Recebíveis do Agronegócio são classificadas como dívida no Passivo circulante e referem-se a operações de títulos de clientes colocados no mercado para financiar o produtor rural. Bem como há a obrigação do passivo quando da emissão do títulos do CRA a Companhia adquiriu títulos, classificados no ativo não circulante, como cotas subordinadas que suportará possível títulos não quitados da obrigação registrada no passivo, desta forma, está demonstrando as duas pontas, ativa e passiva.

(2) O passivo de arrendamento é mensurado pelos contratos que asseguram o direito de uso de veículos, máquinas e equipamentos conforme CPC 06 / IFRS 16.

(3) A relação da Dívida líquida ajustada / EBITDA ajustado demonstra o número de vezes que a dívida líquida ajustada representa pela geração do EBITDA ajustado.

Cabe lembrar que em 30 de outubro de 2020 houve a incorporação das Companhias Agro Trends e Agro Advance, por isso, o nível de endividamento cresceu, bem como, o indicador da dívida líquida ajustada pelo EBITDA ajustado, em relação ao mesmo período do ano anterior, visto que, os valores dos ativos e passivos foram incorporados, porém o resultado não foi afetado pela incorporação na data base de 31 de outubro de 2020. Para melhor visualização do indicador, verificar a seção 3.9, onde foram incluídas informações pro forma, em que o indicador pro forma considerando o resultado das três empresas na data base de 31 de outubro de 2020 seria de 5,4x e em 31 de outubro de 2019 de 5,0x.

Disponibilidade de caixa

Em 31 de outubro de 2020, a Companhia encerrou com caixa de R\$ 110,6 milhões, em comparação a R\$ 97,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, R\$ 80,7 milhões em 2018 e R\$ 69,9 milhões em 2017. O comportamento da posição de caixa da Companhia foi influenciado, principalmente pela geração de caixa operacional, pela captação de recursos de financiamentos para fazer frente ao crescimento do capital de giro atrelado ao crescimento das vendas e investimentos de expansão.

Giro do Ativo

Considerando a capacidade de utilização dos ativos para gerar vendas, o GA - giro do ativo calculado pela receita líquida sobre o ativo médio no final do período (receita líquida / ativo médio) atingiu: 1,17 em 31 dezembro de 2019, 1,00 em 31 dezembro de 2018 e 1,04 em 31 dezembro de 2017. Essa variação se deve, principalmente, a geração de receitas no período e o aumento nos investimentos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Indicadores Financeiros

Os indicadores financeiros de 31 de outubro de 2020, 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, tiveram as seguintes variações, conforme tabela abaixo:

Índices de Liquidez	Em 31 de outubro	Em 31 de Dezembro		
	2020	2019	2018	2017
Índice de Liquidez Geral (Ativo Total/Passivo Total)	1,3	1,3	1,2	1,2
Índice de Liquidez Corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante)	1,0	1,1	1,2	1,1
Índice de Liquidez Seca (Ativo Circulante - Estoques /Passivo Circulante)	0,7	0,7	0,9	0,7

O Índice de Liquidez Geral (Ativo Total/Passivo Total) se encontra em 1,3x (vezes) em 31 de outubro de 2020 comparado com 1,3x em 31 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2018 o índice de liquidez geral totalizou 1,2x e em 31 de dezembro de 2017 foi de 1,2x. Esse Índice demonstra a capacidade da Companhia em honrar os seus compromissos, uma vez que seus ativos superam seus passivos.

O Índice de Liquidez Corrente foi de 1,0x em 31 de outubro de 2020 (ativo circulante dividido pelo passivo circulante) contra 1,1x em 31 de dezembro de 2019 demonstrando a relação dos direitos versus obrigações no curto prazo.

O Índice de Liquidez Seca (Ativo Circulante – Estoques dividido pelo Passivo Circulante totalizou 0,7x em 31 de outubro de 2020, em linha com o índice de 0,7x apresentado em 31 de dezembro de 2019, embora, suficiente para honrar os compromissos de curto prazo da Companhia, lembrando principalmente da sazonalidade do negócio, onde há grande volume de estoques para fazer frente ao faturamento de novembro e dezembro.

b) Estrutura de Capital

Os diretores da Companhia entendem que sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e seu patrimônio líquido apresenta níveis adequados de alavancagem.

Em 31 de outubro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 937 milhões, comparado a R\$ 319,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, R\$ 184 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 171,1 milhões em 31 de dezembro de 2017. O aumento do patrimônio líquido de R\$ 765,9 milhões em 31 de outubro de 2020 quando comparado com 31 de dezembro de 2017 e refere-se principalmente ao aumento das reservas de lucros e de capital no período e a incorporação de empresas realizada em outubro de 2020, conforme descrito no caput da seção 10.1.

Em 31 de outubro de 2020, a estrutura de capital da Companhia era composta por 25% de capital próprio (patrimônio líquido) e 75% de capital de terceiros (passivo total), enquanto em 31 de dezembro de 2019 era composta por 23% de capital próprio e 77% de capital de terceiros, em 31 de dezembro de 2018 era composta por 17,4% de capital próprio e 82,6% de capital de terceiros e em 31 de dezembro de 2017 era composta por 16,2% de capital próprio e 83,8% de capital de terceiros, confirmando o equilíbrio de estrutura de capital coerente com as atividades desenvolvidas que necessitam de maior capital de giro.

O padrão de financiamento da companhia é basicamente composto por financiamentos obtidos pela empresa e pelas controladas que obtiveram financiamento junto às Instituições Financeiras e referem-se a contratos na modalidade de capital de giro. Os empréstimos pós fixados possuem taxas entre 100% e 135% do CDI e os empréstimos pré fixados taxas entre 7,11% e 12,80% a serem pagos em prestações com vencimentos até 2021. Estes financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária de estoque, por aval dos acionistas e das empresas Holdings e por imóveis urbanos e rurais de propriedade dos acionistas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Os diretores da Companhia acompanham constantemente a relação entre capital próprio e capital de terceiros visando a manutenção de uma relação ótima que propicie maior retorno ao capital investido pelos acionistas sem depreciação de sua liquidez, visando a perenidade de seu negócio.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores acreditam que a Companhia possui capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo. Esta situação pode ser verificada por meio de índices de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) e de dívida líquida (calculado pela divisão da dívida líquida – empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo menos caixa e equivalentes de caixa – pelo EBITDA dos últimos 12 meses).

Acreditamos que a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia é consequência da execução dos projetos de crescimento dentro das previsões orçadas, seja em relação a expansão dos negócios, venda, geração operacional, e respectiva rentabilidade.

Acreditamos que as nossas fontes de financiamento são adequadas ao perfil de nossa dívida e são suficientes para o nosso capital de giro e investimentos, ao mesmo tempo em que preservam o nosso perfil de financiamento de longo prazo e nossa capacidade de atender nossas obrigações financeiras

O Índice de Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante) está no patamar de 1,0x, demonstrando a liquidez positiva da companhia para honrar suas necessidades de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2019, o índice de liquidez corrente totalizou 1,1x, sendo que em 31 de dezembro de 2018 foi de 1,2x e em 31 de dezembro de 2017 foi de 1,1x.

O Índice de endividamento líquido consolidada sobre o patrimônio líquido foi de 0,8x (nível de alavancagem) em 31 de outubro de 2020 ante 0,8x em 31 de dezembro de 2019, 1,1x em 31 de dezembro de 2018 e 0,5x em 31 de dezembro de 2017 o que demonstra a capacidade da empresa para fazer frente aos seus compromissos financeiros de curto e longo prazo. Essa variação foi resultado da estratégia adotada pela administração da Companhia para o plano de crescimento e incorporação dos negócios. Além dos empréstimos e financiamentos, a dívida líquida consolidada inclui as operações de emissão de CRA e debêntures.

Para o índice de endividamento, analisar junto a seção 3.2, dívida líquida ajustada dividido pelo EBITDA ajustado, pelo qual a Administração entende, adicionalmente a métrica reportada nas demonstrações financeiras, ser adequada para a análise.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

No exercício social corrente e nos últimos três exercícios sociais, a Companhia tem utilizado geração de caixa próprio e empréstimos contratados junto a instituições financeiras de primeira linha para financiar suas necessidades de capital.

No exercício social corrente considerando os dez primeiros meses de 2020, o caixa líquido proveniente das atividades operacionais, após o pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos e impostos sobre o lucro, totalizou um consumo de caixa em R\$ 4,1 milhões ante R\$ 20,4 milhões no mesmo período dos dez primeiros meses de 2019 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 as operações da Companhia proporcionaram uma geração de caixa líquido de R\$ 55,1 milhões, já em 31 de dezembro de 2018 ocorreu um consumo de caixa líquido de R\$ 125,6 milhões e em 31 de dezembro de 2017 o consumo de caixa líquido foi de R\$ 95 milhões, enquanto suas atividades de financiamento foram responsáveis por uma geração de caixa líquido nos mesmos períodos de R\$ 76,7 milhões, R\$ 149,1 milhões, R\$ 175 milhões nos exercícios encerrados em 2019 e 2018 e 2017, respectivamente.

Para maiores informações sobre o financiamento da Companhia mediante empréstimos junto a instituições financeiras, vide item 10.1.f.(i) abaixo.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recurso para as necessidades de capital que a Companhia pretende utilizar no curso regular de seus negócios são os financiamentos de linha de crédito junto às Instituições Financeiras para viabilizar investimentos e o capital de giro.

f) Níveis de endividamento e características das dívidas

Em 31 de outubro de 2020, o saldo dos empréstimos e financiamentos da Companhia era de R\$ 795,8 milhões (R\$ 264,6 milhões, R\$ 257 milhões e R\$ 147,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente). Além dos montantes de empréstimos e financiamentos estão incluído na dívida líquida os saldos de passivo de arrendamento (CP6 06(R2)/IFRS16) que totalizaram os montantes de R\$ 93 milhões e R\$ 73,6 milhões em 31 de outubro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, respectivamente, e o saldo de debêntures em 2018 de R\$ 27,4 milhões.

A dívida líquida é calculada pela soma dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalente de caixa, sendo que a dívida líquida totalizou R\$ 778,2 milhões em 31 de outubro de 2020 (R\$ 240,2 milhões, R\$ 203,7 milhões e R\$ 77,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente).

As principais características da dívida líquida da Companhia, com base em suas demonstrações financeiras consolidadas, considerando os empréstimos contratados junto às Instituições Financeiras deduzido do Caixa e equivalente de caixa e depósitos bancários de curto prazo estão indicadas na tabela abaixo:

Endividamento Líquido	Taxa de Juros Média	Período de meses findo em	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
(em R\$ mil, exceto %)	(% ao ano)	31/10/2020	2019	2018	2017
Moeda Nacional		888.821	338.163	284.397	147.784
Cédula de Crédito Bancário - CCB	CDI + 3,29% a.a. até 8,47% a.a.	398.938	5.169	30.874	43.194
Capital de giro	140% a 150% do CDI		22.708		
Linhas de Cédulas de Créditos à Exportação - CCE	CDI + 3,7% a.a. até 7,10% a.a.	189.000	73.588	135.009	38.886
Linhas de Notas de Créditos à Exportação - NCE	DI + 2,7% a.a. até 4,42% a.a.	156.372	101.682	89.369	65.640
Linhas de Crédito Direto ao Consumidor - CDC	11,86% a.a.	4.097		575	
Linhas de Financiamento de Garantia de Preço ao Produtor - FGPP	CDI + 4,03% a.a.	26.359	10.168		
Linhas de Adiantamento de Contrato de Câmbio - ACC	3,9% a.a.	13.763	42.432		
Outros financiamentos		7.298	8.830	1.128	64
Debêntures				27.442	
Passivo de arrendamento		92.994	73.586		
Circulante		816.517	247.976	176.876	132.359
Não circulante		72.304	90.188	107.521	15.425
Endividamento bruto		888.821	338.163	284.397	147.784
(-) Caixa e equivalente de caixa e depósitos bancários de curto prazo		(110.588)	(97.921)	(80.729)	(69.908)
Endividamento Líquido		778.233	240.242	203.668	77.876

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de outubro de 2020, a Companhia possuía linhas de financiamento caracterizadas como CCB – NCE contratos de financiamento. Os contratos mais relevantes são como segue:

- Linhas de Cédula de Crédito Bancário – CCB – Saldo em aberto de R\$ 398,9 milhões junto às Instituições Itaú e Safra, 21% respectivamente, Santander 19%, Banco do Brasil 10%, ABC e Pine 6% cada, e demais instituições com 17%.
- Linhas de Notas de Créditos à Exportação - NCE – Saldo em aberto de R\$ 156,4 milhões, junto às Instituições: Citibank 36%, Votorantim 26%, Bradesco 20%, ABC 6%, Banco do Brasil 6%, Original 4%, Banco CCB S.A. 2%.
- Linhas de Cédulas de Créditos à Exportação -CCE – Saldo em aberto – R\$ 189 milhões, junto às Instituições ABC 26%, BB 11% Santander 11%, Alfa 9%, Banco CCB S.A. 9%, Caixa 8%, Daycoval 8%, Safra 5%, Votorantim 5% e demais Instituições 8%.
- Linhas de Crédito Direto ao Consumidor – CDC - Saldo em aberto – R\$ 4,9 milhões, junto às Instituições Itaú 60%, Safra 38% e Bradesco 2%.
- Linhas de Financiamento de Garantia de Preço ao Produtor - FGPP – Saldo em aberto – R\$ 26,4 milhões, junto às Instituições Safra 40%, Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob 31% e Caixa 29%.
- Linhas de Adiantamento de Contrato de Câmbio - ACC – Saldo em aberto – R\$ 13,8 milhões, junto às Instituições Banco do Brasil 72% e Banco Caixa Geral Brasil S.A. – BCG 28%.

Até a data deste Formulário de Referência, a dispensa prévia da Caixa e do Safra em relação a uma possível alteração de controle da Companhia não havia sido obtida. Para mais informações, vide fator de risco “Uma redução da participação societária do atual grupo de controle da Companhia imediatamente em decorrência da Oferta poderá ser interpretada como uma alteração no controle da Companhia e, conseqüentemente, configurar um evento de vencimento antecipado de determinados contratos, o que poderá afetar adversamente a Companhia.”, no item 4.1 deste Formulário de Referência.

Em 2020, o Grupo realizou a cessão de recebíveis em operações de securitização e emissão de CRA (Certificados de Recebíveis do Agronegócio). O passivo resultante dessas operações está registrado como Obrigações por cessão de créditos. Dessa forma, em 31 de outubro de 2020, o Grupo possuía duplicatas a receber nos montantes de R\$ 146,8 milhões cedidos para a liquidação dessas obrigações (2019 - R\$ 53,3 milhões).

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

No exercício social corrente e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas neste Formulário de Referência e em suas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia são garantidos por meio de diversos instrumentos, incluindo alienação fiduciária, aval dos sócios, hipotecas de bens da companhia e dos sócios e alienação de estoques.

Para maiores informações sobre o grau de subordinação do passivo circulante e não circulante, da Companhia vide item 3.8 deste Formulário de Referência.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As operações garantidas por alienação fiduciária de bens foram classificadas como sendo de garantia real e estariam excluídas em caso de concurso de credores. As demais obrigações foram classificadas como garantia quirografária e não há subordinação entre elas.

Em caso de eventual concurso de credores, o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia e suas controladas deverá seguir a ordem de preferência prevista no art. 83 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, qual seja, créditos trabalhistas, créditos com garantia real, créditos tributários e créditos quirografários, respectivamente.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os contratos da Companhia e das suas controladas não possuem covenants financeiros. A Companhia possui cláusulas restritivas (covenants) existentes em seus contratos de dívidas, com base em determinados aspectos não financeiros (obrigações) e cláusulas de vencimento antecipado, nos casos de alteração de controle, reorganização societária, recuperação judicial, entre outros. Para o caso da reestruturação societária ocorrida em 30 de outubro de 2020, a Companhia está buscando junto aos bancos a aprovação dos mesmos, e por isso, o saldo dos empréstimos e financiamentos nas demonstrações intermediárias de 31 de outubro de 2020, estão integralmente classificados no passivo circulante. A Companhia também está buscando a aprovação dos credores para eventual alteração de controle em decorrência da oferta pública inicial de ações da Companhia. Os covenants, incluindo relacionados a limites de endividamento e contratação de novas dívidas estão todos sendo integralmente cumpridos em 31 de outubro de 2020. Para maiores informações, ver item 4.1 (a) deste Formulário de Referência.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui, no exercício social corrente e nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, quaisquer empréstimos e financiamentos com limites disponíveis para utilização.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e às informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia relativas aos períodos de dez meses encerrado em 31 de outubro de 2020 e 2019, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, aplicáveis às companhias no Brasil registradas na CVM.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Receita Líquida de Vendas

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas, excluindo impostos, encargos sobre vendas, descontos, devoluções e abatimentos.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a empresa quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir:

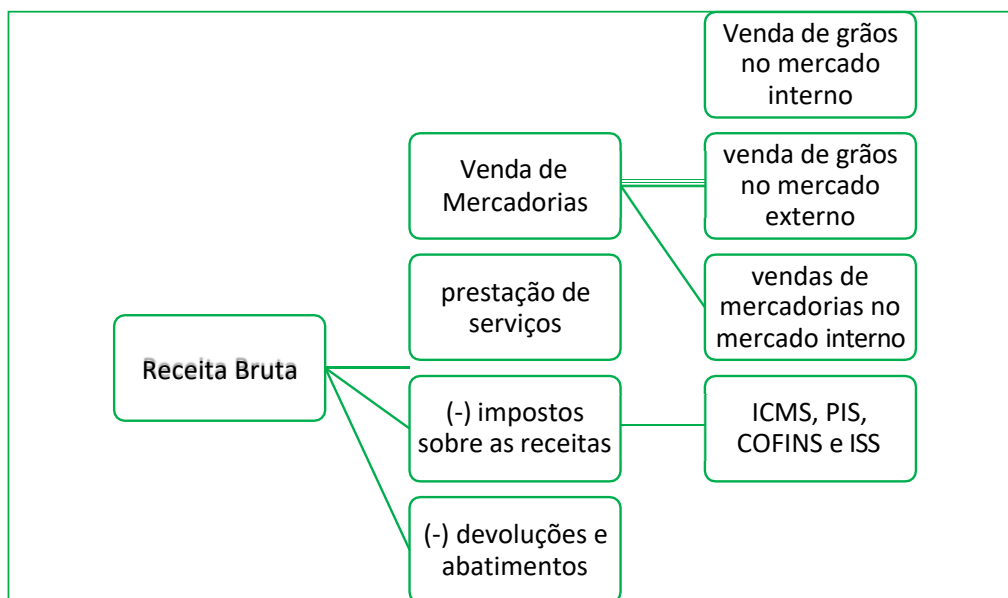
- (i) **Venda de mercadorias:** A receita com venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições são atendidas:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- O Grupo e o comprador aprovaram a transação e estão comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- O Grupo pode identificar os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos;
- O Grupo pode identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- A transação possui substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e
- É provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todos os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida.

- (ii) **Serviços:** As receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados. As receitas não são reconhecidas se existem incertezas significativas da sua realização.



As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria, que é a principal tomadora de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais. Na visão da Companhia, os segmentos operacionais apresentados a seguir são organizados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Conselho de Administração, principal tomador de decisões e responsável pela alocação de recursos e avaliação de desempenho desses segmentos:

- i) **Insumos agrícolas:** comércio de fertilizantes, defensivos, foliares e sementes de soja e milho. Possui forte sazonalidade no último trimestre do ano, entre 40% a 60% do faturamento neste segmento, à depender da região do país. As negociações junto aos clientes ocorrem, em grande parte, entre janeiro a julho antes do início do plantio da safra em meados do 3º trimestre para safra verão e entre setembro a março do ano seguinte para safrinhas de inverno.
- ii) **Grãos de (soja, milho, trigo e outros):** compreendem as operações decorrentes do

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

recebimento físico, padronização e comercialização de grãos adquiridos de terceiros, bem como dos grãos originados nas operações de “Barter”. O resultado desse segmento é determinado pelo resultado auferido nas operações de compra e venda de commodities agrícolas, incluindo a variação dos instrumentos financeiros atrelados à comercialização dessas commodities, bem como dos ativos não monetários relacionados. Sua sazonalidade incorre principalmente no período compreendido na safra verão entre fevereiro e maio, em maior escala, e entre agosto e outubro safrinha de inverno, a depender da região do país.

Custos das Mercadorias Vendidas e Serviços Prestados

Os principais custos das mercadorias vendidas e os custos dos serviços prestados são os custos relativos à aquisição de insumos agrícolas e grãos. Os custos das mercadorias vendidas e os custos dos serviços prestados também incluem gastos com frete incorridos para transporte de suas mercadorias.

Os custos das mercadorias vendidas e os custos dos serviços prestados são reconhecidos pelo regime de competência respeitando o reconhecimento de sua respectiva receita. Os gastos com frete incorridos para transporte de suas mercadorias estão classificados como custo das mercadorias vendidas. O custo das mercadorias vendidas é apresentado líquido dos valores relativos a acordos comerciais recebidos de fornecedores. Os custos são reconhecidos no resultado de acordo com o princípio contábil da competência dos exercícios.

Lucro Bruto

O Lucro Bruto é apurado através do resultado obtido entre a receita líquida de vendas deduzidas dos custos das mercadorias vendidas e os custos dos serviços prestados.

Despesas (Receitas) Operacionais

As Despesas e Receitas operacionais são compostas por Despesas com Vendas, Despesas Gerais e Administrativas e Outras receitas(despesas) operacionais líquidas, da seguinte forma:

- **Despesas com Vendas**

As despesas com vendas são decorrentes das despesas com comercialização dos produtos da Companhia. As principais despesas são de: (i) pessoal de venda, incluindo salários, comissões, encargos sociais e benefícios; e (ii) provisões para perdas com recebíveis. Despesas com vendas também são de: (i) ocupação, tais como arrendamentos, condomínios e IPTU; (ii) propaganda, publicidade e anúncios; (iii) gastos com frotas; (iv) gastos com armazenagem e com classificação de grãos; (v) meios de pagamento; e (vi) depreciação e amortização.

- **Despesas Gerais e Administrativas**

As despesas gerais e administrativas decorrem do gerenciamento e suporte das atividades operacionais e gastos gerais. Destacam-se entre as principais despesas de: (i) pessoal da área corporativa, do administrativo e de lojas e corporativo, incluindo salários, encargos sociais e benefícios; (ii) pagamento de serviços de terceiros; (iii) manutenção e conservação; (iv) Água, energia e telefone; (v) despesas com alimentação; (vi) material de uso e consumo; (vii) pró-labore; (viii) depreciação e amortização; e (ix) recuperação de impostos.

- **Outras receitas (despesas), líquidas**

Outras receitas (despesas), líquidas são referentes a movimentos em contas específicas, tais como: (i) despesas com abertura de lojas que incorrem antes da inauguração de cada unidade (“despesas pré-operacionais”); (ii) provisões de contingências cíveis e trabalhistas e (iii) demais receitas (despesas) não operacionais.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro Antes do Resultado Financeiro

O lucro antes do resultado financeiro é apurado através do resultado obtido entre o lucro bruto deduzido das despesas operacionais líquidas.

Resultado Financeiro, Líquido

O resultado financeiro líquido é resultado da diferença entre receitas e despesas financeiras. As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem: (i) receitas e despesas de juros; (ii) ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (iii) ganhos/perdas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo regime de competência utilizando o método dos juros efetivos.

As principais contas que compõem são:

- **Receitas financeiras:** são considerados como receitas financeiras: rendimentos sobre aplicações financeiras, descontos auferidos, ajuste a valor presente, variação cambial ativa, juros ativos, instrumentos financeiros cambiais, valor justo de contratos a termos – commodities, pis/cofins sobre receita financeira e outras receitas financeiras.
- **Despesas financeiras:** são alocados em despesas financeiras: juros sobre empréstimos e financiamento, juros passivos, variação cambial passiva, valor justo de contratos a termo – commodities despesas, despesas bancárias, descontos concedidos, instrumentos financeiros cambiais passivos, ajuste a valor presente, ajuste a valor presente arrendamento e outras despesas financeiras.

Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

O lucro antes do imposto de renda e contribuição social é apurado através do resultado obtido entre o lucro operacional deduzido das despesas (receitas) operacionais líquidas.

Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto sobre a renda e contribuição social está relacionada ao lucro tributável dos exercícios, sendo que as alíquotas para as atividades do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido do exercício é apurado através do lucro antes do imposto de renda e contribuição social deduzido do imposto de renda e da contribuição social.

Apresentação das demonstrações de resultado

Apresentamos a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado da Companhia, a partir das suas demonstrações financeiras. Para o período de dez meses findo de 31 de outubro de 2020 e 2019 a demonstração de resultado reflete os valores da Companhia

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

incorporadora reversa, ou seja, Agro Key, visto que a incorporação ocorreu em 30 de outubro de 2020. Tendo em vista que as nossas demonstrações de resultado para os períodos findos de 31 de outubro de 2020 e 2019 refletem os valores da Agro Key, as mesmas não são comparáveis às demonstrações de resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e para o período findo de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e 2019, que representam o histórico da Companhia.

DISCUSSÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA O PERÍODO DE DEZ MESES ENCERRADO EM 31 DE OUTUBRO DE 2020 E O MESMO PERÍODO DE DEZ MESES ENCERRADO EM 31 DE OUTUBRO DE 2019

(em R\$ mil, exceto %)	Período de dez meses encerrado em 31 de outubro de 2020	AV	Período de dez meses encerrado em 31 de outubro de 2019	AV	AH
Receita Líquida de Vendas	1.710.545	100,0%	1.242.047	100,0%	37,7%
Custos das Mercadorias Vendidas	(1.492.705)	-87,3%	(1.046.713)	-84,3%	42,6%
Lucro Bruto	217.840	12,7%	195.334	15,7%	11,5%
Despesas Operacionais	(150.969)	-8,8%	(117.991)	-9,5%	28,0%
Despesas com Vendas	(76.139)	-4,5%	(61.537)	-5,0%	23,7%
Despesas Gerais e Administrativas	(86.629)	-5,1%	(64.658)	-5,2%	34,0%
Outras receitas (despesas) líquidas	11.798	0,7%	8.205	0,7%	43,8%
Lucro Operacional	66.871	3,9%	77.344	6,2%	-13,5%
Resultado Financeiro	(97.906)	-5,7%	(51.759)	-4,2%	89,2%
(Prejuízo) Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(31.036)	-1,8%	25.584	2,1%	-221,3%
Imposto de renda e contribuição social	8.905	0,5%	(7.933)	-0,6%	-212,2%
(Prejuízo) Lucro Líquido do Período	(22.130)	-1,3%	17.651	1,4%	-225,4%

Receita líquida

No período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020, a receita líquida totalizou R\$ 1.710,5 milhões, representando um aumento de R\$ 468,5 milhões, ou 37,7%, comparado ao mesmo período findo em 31 de outubro de 2019, quando totalizou R\$ 1.242,0 milhões, devido, especialmente aos seguintes fatores:

- (i) crescimento de 20,7% ou R\$ 113,4 milhões nas receitas do segmento de insumos, a) abertura de 6 novas lojas; b) ramp-up das 13 lojas abertas de 2018 e 2019; c) melhoria da eficiência comercial com ganho de faturamento nas lojas same store sale, dado a melhora registrada na eficiência comercial, que atingiram, em média a sua maturação no período de 4 e 5 anos. O aumento no faturamento nas lojas same store sale considera as vendas realizadas nas nossas lojas físicas em operação há mais de quatro anos.
- (ii) o segmento de grãos teve crescimento em 51,1% ou R\$ 355,1 milhões como consequência dos preços das commodities, que registraram variações em média 10% de soja e de 31% no milho e aumento nos volumes de soja vendida em 46% e milho em 4%.

Custos das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas no período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020 foi de R\$ 1.492,7 milhões, representando 87,3% da receita líquida do período comparativamente a R\$ 1.046,7 milhões registrado no mesmo período do ano anterior que equivalia a 84,3% da receita líquida. Esse incremento de R\$ 446 milhões ou 42,6% deve-se especialmente a:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- (a) crescimento de 27,1%, ou R\$ 111,7 milhões, no segmento de insumos, resultado do aumento do volume de vendas, advindo da expansão de novas lojas ocorridas nos últimos anos e aumento de volume em same store sale.
- (b) crescimento de 52,7% ou R\$ 334,3 milhões dos custos do segmento de grãos, em linha com o crescimento do preço da commodities, que em média ficou em 11% na soja e 37% no milho, bem como, pelo aumento no volume vendido de 4% a 5% na soja e 4% no milho.

Lucro bruto

Desta forma, o lucro bruto acumulado no período de dez meses encerrado em 31 de outubro de 2020 foi de R\$ 217,8 milhões contra R\$ 195,3 milhões no período de dez meses encerrado em 31 de outubro de 2019, um ganho de 11,5%, com um crescimento de R\$ 22,5 milhões. Por consequência, a margem bruta do período ficou 3,0 pontos percentuais menor, atingindo 12,7% contra 15,7% no mesmo período do ano anterior:

- (i) receitas no período, com maior representatividade no segmento de grãos, que possui menor margem.
- (ii) o segmento de grãos gerou uma perda na margem bruta de 0,9 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente em milho.
- (iii) o segmento insumos gerou uma perda na margem bruta de 4 pontos percentuais, em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente por mudança de mix dos nossos produtos causados pelo atraso no plantio da safra verão ocorrido devido a falta de chuvas no período, e redução nas margens de alguns produtos como resultado de excesso de oferta de produtos químicos no mercado.

Outro fator importante a ser mensurado foi o período de desafios mundiais decorrentes da crise do coronavírus e, a paralisação de diversas atividades empresariais, bem como, de fatores macroeconômicos como preços de commodities e dólar.

Despesas operacionais

No período de dez meses encerrado em 31 de outubro de 2020, as despesas operacionais foram de R\$ 151,0 milhões, registrando um aumento de 28% em comparação ao mesmo período de 2019 que totalizou R\$ 118,0 milhões. Esse aumento das despesas operacionais de R\$ 32,9 milhões se deve:

- (i) Despesas gerais e administrativas: aumento 34% ou R\$ 22 milhões, principalmente: a) folha de pagamento nas estruturas de backoffice, para atender ao crescimento da Companhia com maiores controles e governança, estrutura de uma nova sementeira e novas filiais; b) despesas não usuais no montante de R\$ 9,3 milhões. c) Adicionalmente em 2019 houve o reconhecimento de créditos extemporâneos de Pis/Cofins que reduziram a despesas em R\$ 6,4 milhões versus R\$ 2,3 milhões em 2020;
- (ii) Despesas com vendas tiveram um incremento de 23,7% devido ao crescimento das receitas de insumos;
- (iii) Outras receitas e despesas operacionais representaram ganho de 0,7% da receita líquida no período de dez meses encerrado em 31 de outubro de 2020 comparado a um ganho de 0,7% no mesmo período de dez meses encerrado em 31 de outubro de 2019. Esse ganho deve-se a venda de nossa frota de veículos (trocado por frota terceirizada) e registrado em outras receitas operacionais.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Resultado Operacional

Desta forma, o resultado operacional acumulado no período de dez meses encerrados em 31 de outubro de 2020 totalizou R\$ 66,9 milhões, representando 3,9% da receita líquida ante 6,2% de margem operacional registrado no período de dez meses encerrados em 31 de outubro de 2019, que totalizou R\$ 77,3 milhões. Essa redução no Resultado Operacional decorre, principalmente, pelo aumento das despesas operacionais (venda, administrativas e gerais e outras receitas e despesas) em R\$ 33 milhões, geradas pelo descasamento registrado entre as despesas extraordinárias que foram contratadas para suportar o crescimento da receita e o crescimento da nossa receita devido à sazonalidade da receita de insumos que ocorre principalmente nos três últimos meses do ano, dado a entrega de produtos para safra verão, e que não foi completamente refletida nos resultados findo nos dez meses findos em 31 de outubro de 2020.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido acumulado no período de dez meses encerrados em 31 de outubro de 2020 registrou despesas financeiras líquidas de R\$ 97,9 milhões ante despesas financeiras líquidas de R\$ 51,8 milhões registradas no período dez meses encerrado em 31 de outubro de 2019, totalizando um aumento de R\$ 46,1 milhões, basicamente gerado pelos dois impactos abaixo descritos:

- (a) aumento da proteção das posições de contratos, principalmente em commodities, no montante de R\$ 67,3 milhões de despesa financeira, devido à variação cambial.
- (b) contrapartida com o aumento da receita financeira líquida na marcação a mercado de contratos a termos de commodities, que mitigaram as exposições ao preço e volume commodities comercializados, gerando um ganho de R\$ 35 milhões.

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social

O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social totalizou R\$ 31,0 milhões de prejuízo no período de dez meses encerrado em 31 de outubro de 2020, representando 1,8% negativo da receita líquida, contra R\$ 25,6 milhões de lucro líquido atingidos no mesmo período do ano anterior, ou 2,1% da receita líquida. Essa redução de R\$ 56,6 milhões é relativa ao resultado operacional, dado a sazonalidade e aumento das estruturas e com os ajustes ocorridos nas despesas financeiras, principalmente relativo as marcações a valores justos dos instrumentos financeiros cambiais.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) no período de dez meses encerrados em 31 de outubro de 2020 foi de R\$ 8,9 milhões positivo comparativamente a R\$ 7,9 milhões de imposto no período de dez meses encerrados em 31 de outubro de 2019 negativo. Esse imposto é resultado do aumento de 56% do imposto de renda e contribuição social corrente e do aumento de R\$ 22,1 milhões no imposto de renda e contribuição social diferidos, principalmente sobre as diferenças temporárias de valor justo de commodities, contratos a termos e variação cambial de instrumentos financeiros.

Resultado do exercício

O prejuízo líquido no período de dez meses encerrados em 31 de outubro de 2020 foi de R\$ 22,1 milhões comparativamente ao lucro líquido de R\$ 17,7 milhões apresentados no período de dez meses encerrados em 31 de outubro de 2019. Desta maneira, o resultado líquido representou 1,3% negativa da receita líquida ante 1,4% de margem líquida registrada no mesmo período anterior, principalmente pelas despesas operacionais, contratadas para suportar o crescimento, e ao aumento das despesas financeiras, oriundas das marcações a mercado (valor justo).

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

DISCUSSÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA O PERÍODO DE NOVE MESES ENCERRADO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E O MESMO PERÍODO DE NOVE MESES ENCERRADO EM 30 DE SETEMBRO DE 2019

Informações históricas da AgroTrends (antiga razão social da AgroGalaxy)

(em R\$ mil, exceto %)	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020	AV	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019	AV	AH
Receita Líquida de Vendas	982.160	100,0%	725.561	100,0%	35,4%
Custos das Mercadorias Vendidas	(883.171)	-89,9%	(659.812)	-90,9%	33,9%
Lucro Bruto	98.989	10,1%	65.749	9,1%	50,6%
Despesas Operacionais	(80.341)	-8,2%	(69.095)	-9,5%	16,3%
Despesas com Vendas	(39.670)	-4,0%	(35.448)	-4,9%	11,9%
Despesas Gerais e Administrativas	(40.807)	-4,2%	(36.860)	-5,1%	10,7%
Despesas com Contingências	-	0,0%	(1.250)	-0,2%	-100,0%
Outras receitas (despesas) líquidas	136	0,0%	4.462	0,6%	-97%
Lucro (prejuízo) Operacional	18.648	1,9%	(3.346)	-0,5%	-657,3%
Resultado Financeiro	(23.315)	-2,4%	(20.322)	-2,8%	14,7%
Prejuízo Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.668)	-0,5%	(23.668)	-3,3%	-80,3%
Imposto de renda e contribuição social	1.065	0,1%	9.196	1,3%	-88,4%
Prejuízo Líquido do Exercício	(3.602)	-0,4%	(14.472)	-2,0%	-75,1%

Receita Líquida

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a receita líquida totalizou R\$ 982,2 milhões, representando um aumento de R\$ 256,6 milhões, ou 35,4%, comparado ao mesmo período findo em 30 de setembro de 2019, quando totalizou R\$ 725,6 milhões, devido, especialmente aos seguintes fatores:

- (i) crescimento de 64,8% ou R\$ 291,4 milhões nas receitas do segmento de insumos devido a: a) aumento das vendas decorrentes do ramp-up de lojas, as quais atingiram sua maturação de 3 a 5 anos, e da abertura de seis lojas em 2019; b) aumento de *market share* com maior eficiência comercial em lojas same store sale.
- (ii) decréscimo de 12,6% ou R\$ 34,8 milhões, das receitas do segmento de grãos devido à redução no volume da venda de soja em grãos, mesmo com aumento de 34% no preço da soja no mercado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, visto que, boa parte dos contratos são precificados no anoanterior.

Custos das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R\$ 883,2 milhões, representando 89,9% da receita líquida do período comparativamente a R\$ 659,8 milhões registrado no mesmo período do ano anterior que equivalia a 90,9% da receita líquida. Esse incremento de 33,9% nos custos das mercadorias vendidas é devido especialmente:

- (i) crescimento de vendas no segmento de insumos, que registrou um aumento nos custos das vendas desse segmento de 68,2% ou R\$ 261,0 milhões, principalmente por mudança de mix dos nossos produtos causado pelo atraso no plantio da safra verão ocorrido devido a falta de chuvas no período, e redução nas margens de alguns produtos como resultado de excesso de oferta de produtos químicos no mercado;
- (ii) redução de 13,6% ou R\$ 37,6 milhões nos custos do segmento grãos no período, principalmente pelo volume menor de vendas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro bruto

Desta forma, o lucro bruto acumulado no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 foi de R\$ 99 milhões contra R\$ 65,7 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, um ganho de 50,7%, com um crescimento nominal de R\$ 33,3 milhões. Por consequência, a margem bruta do período ficou 1,0 ponto percentual maior, atingindo 10,1% contra 9,1% no mesmo período do ano anterior, dado que as receitas atingidas foram superiores aos custos registrados no período. Apesar da boa performance, vale destacar que outro fator importante a ser mensurado foi o período de desafios mundiais decorrentes da crise do coronavírus e, a paralização de diversas atividades empresariais, bem como, de fatores macroeconômicos como preços de *commodities* e dólar. Considerando estes fatores podemos elencar:

- (i) participação de grãos com margens inferiores resultou na redução de 13 pontos percentuais a participação na receita total;
- (ii) perda de 1,8 pontos percentuais na margem de insumos, principalmente por mudança de mix dos nossos produtos causado pelo atraso no plantio da safra verão ocorrido devido a falta de chuvas no período de alguns produtos com efeito do câmbio.

Despesas operacionais

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, as despesas operacionais foram de R\$ 80,3 milhões, registrando um aumento de 16,3% em comparação ao mesmo período de 2019 que totalizou R\$ 69,1 milhões. Esse aumento nominal de R\$ 11,2 milhões nas despesas operacionais se deve principalmente:

- (i) aumento de 10,7% nas despesas gerais e administrativas, principalmente nas estruturas de backoffice e novas filiais, com maiores gastos em folha de pagamento e serviços de terceiros, dado a estrutura para manter o crescimento atual e esperado, e das despesas com depreciação.
- (ii) crescimento de 11,9% nas despesas com vendas devido ao aumento de comissões e remunerações, provisão para crédito de liquidação duvidosa, praticamente ligados ao aumento das receitas;
- (iii) redução de R\$ 4,3 milhões nas outras receitas operacionais, considerando que em 2020 não ocorreu despesas de contingências.

Desta forma, as despesas operacionais representaram 8,2% da receita líquida no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 comparado a 9,5% no mesmo período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019. Essa redução reflete também a estratégia da Administração em aumentar produtividade de sua base operacional diluindo as despesas em relação à receita.

Resultado Operacional

Desta forma, o resultado operacional acumulado no período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2020 totalizou R\$ 18,6 milhões, representando 1,9% da receita líquida ante 0,5% de margem operacional negativa registrado no período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2019, que totalizou um prejuízo R\$ 3,3 milhões. Essa melhoria no Resultado Operacional decorre, principalmente, do aumento das receitas, com custos e despesas obtendo crescimentos inferiores a melhoria de receitas.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido acumulado no período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2020 registrou despesas financeiras líquidas de R\$ 23,3 milhões ante despesas financeiras líquidas de R\$ 20,3 milhões registradas no período nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, totalizando um aumento nominal de R\$ 3,0 milhões nas despesas financeiras, basicamente advindo dos seguintes fatores:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- (i) as despesas financeiras tiveram um aumento de 15,2% em razão da realização do AVP de fornecedores; Adicionalmente variação cambial líquida gerou perda de R\$ 4 milhões.
- (ii) as receitas financeiras demonstraram um ganho de 22,4%, sendo beneficiadas pelos seguintes aumentos registrados (a) juros sobre clientes inadimplentes (21,9%); (b) receitas com valor.

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social

O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social totalizou R\$ 4,7 milhões de prejuízo no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, representando 0,5% negativo da receita líquida, contra um prejuízo R\$ 23,7 milhões atingidos no mesmo período do ano anterior, ou 3,3% da receita líquida. Essa redução de R\$ 19 milhões no prejuízo dos períodos analisados é relativa à melhoria da performance operacional, dado o forte crescimento da receita em 35,4%, suportando o crescimento das despesas operacionais. Vale destacar que as despesas são praticamente lineares ao longo do ano refletem, em sua maior parte montante de estrutura necessário para entregar o volume esperado de negócios para safra, sendo assim, dado a sazonalidade de insumos agrícolas, há a expectativa de diluição ao final do último trimestre destas despesas.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) no período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2020 foi de R\$ 1,1 milhão positivo comparativamente a R\$ 9,2 milhões positivos no período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2019. Esse imposto é resultado do aumento de R\$ 3,7 milhões do imposto de renda e contribuição social corrente e de redução de R\$ 4.4 milhões no ganho do imposto de renda e contribuição social diferidos, principalmente devido as diferenças temporárias de variação cambial e do prejuízo fiscal no período, dado a sazonalidade da venda de insumos agrícolas.

Resultado do exercício

O prejuízo líquido no período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2020 foi de R\$ 3,6 milhões comparativamente ao prejuízo líquido de R\$ 14,5 milhões apresentados no período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2019. Desta maneira, o resultado líquido representou 0,4% negativo da receita líquida ante 2,0% de margem líquida negativa registrada no mesmo período anterior, essa redução deve-se principalmente pelo aumento da receita de final de safra verão 19/20 e na safrinha 2020, diluindo os custos no período, dado a sazonalidade muito forte no último trimestre do ano.

DISCUSSÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Informações históricas da AgroTrends (antiga razão social da AgroGalaxy)

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	AV	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	AV	AH
Receita Líquida de Vendas	1.443.693	100,0%	1.052.915	100,0%	37,1%
Custos das Mercadorias Vendidas	(1.279.902)	-88,7%	(939.027)	-89,2%	36,3%
Lucro Bruto	163.791	11,3%	113.888	10,8%	43,8%
Despesas Operacionais	(100.126)	-6,9%	(92.961)	-8,8%	7,7%
Despesas com Vendas	(52.344)	-3,6%	(38.629)	-3,7%	35,5%
Despesas Gerais e Administrativas	(50.497)	-3,5%	(42.093)	-4,0%	20,0%
Outras receitas (despesas) líquidas	2.715	0,2%	(12.239)	-1,2%	-122,2%
Lucro Operacional	63.665	4,4%	20.927	2,0%	204,2%
Resultado Financeiro	(28.337)	-2,0%	(21.588)	-2,1%	31,3%
Lucro (prejuízo) Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	35.328	2,4%	(661)	-0,1%	-5.444,7%
Imposto de renda e contribuição social	(10.874)	-0,8%	(901)	-0,1%	1106,9%
Lucro (prejuízo) líquido do Exercício	24.454	1,7%	(1.562)	-0,1%	1665,6%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita líquida de vendas

A receita líquida totalizou R\$ 1.443,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 390,8 milhões, ou 37,1%, comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R\$ 1.052,9 milhões, em razão, principalmente, pelos seguintes fatores:

- (i) crescimento de 22,4% ou R\$ 50,3 milhões nas receitas do segmento de grãos, dado o maior volume de vendas, principalmente em soja, visto que o preço da soja na região de Goiás teve uma retração de cerca de 8% no período da safra.
- (ii) aumento de 41,1% ou 340,5 milhões no segmento de insumos, esse crescimento é devido a maturação de lojas em regiões de expansão, incluindo a abertura de 6 novas lojas em 2019 contra 2 novas lojas em 2018, além de recuperação em área de atuação de lojas same store sale que tiveram uma retração em 2018.

Custo das Mercadorias Vendidas

O custo das mercadorias vendidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 1.279,9 milhões, representando 88,7% da receita líquida do período comparativamente a R\$ 939,0 milhões registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 que equivalia a 89,2% da receita líquida, os custos das mercadorias vendidas obtiveram um aumento de 36,3%, equivalentes a R\$ 340,9 milhões de aumento nominal. Esse incremento foi devido a:

- (i) crescimento de vendas: considerando um aumento de 21,9% ou R\$ 49,7 milhões no segmento de grãos, dado o maior volume de vendas;
- (ii) aumento de 40,9% ou R\$ 291,2 milhões no segmento de insumos, com a abertura das novas lojas, bem como, de melhoria de performance das lojas same store sale.

Lucro bruto

Como consequência, o lucro bruto acumulado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 163,8 milhões contra R\$ 113,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, um ganho de 43,8%, com um crescimento nominal de R\$ 49,9 milhões. Considerando esse crescimento, a margem bruta do período ficou 0,5 p.p. (ponto percentual) superior, atingindo 11,3% contra 10,8% no acumulado de 2018, basicamente pelo aumento da margem da margem percentual e absoluta em insumos, dado a volumetria de venda ocorrida e assertividade no portfólio e mix de produtos.

Despesas operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as despesas operacionais foram de R\$ 100,1 milhões, registrando um aumento de 7,7% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 que totalizou R\$ 93 milhões. Esse aumento das despesas operacionais teve participação relativa na receita líquida inferior ao aumento das receitas, gerando, desta forma, um ganho de 1,9 pontos percentuais em relação ao exercício anterior, registrando 6,9% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 contra 8,8% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Basicamente, esse aumento nas despesas foi devido pelos seguintes efeitos:

- (i) despesas com vendas: aumento de 35,5% ou R\$ 13,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, devido a ampliação das estruturas, principalmente em expansão de novas lojas (salários e encargos) e gastos com vendas (constituição para provisão de créditos de liquidação duvidosa, comissões e despesas com combustíveis);

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- (ii) despesas gerais e administrativas: registraram um aumento de 20% ou R\$ 8,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que representou uma diminuição do percentual das despesas gerais e administrativas em relação à receita líquida durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 (3,5%) quando comparado com o percentual das despesas gerais e administrativas em relação à receita líquida durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (4,0%). Isso demonstra a eficiência da Companhia em reduzir despesas fixas, como: despesa com aluguel, despesa com pessoal e despesa com viagem e hospedagem;
- (iii) outras receitas e despesas operacionais líquidas: totalizaram R\$ 2,7 milhões de receitas ante R\$ 12,2 milhões de despesas no ano anterior, devido a eventos não usuais de despesas de contingências no montante de R\$ 7,5 milhões, versus uma recuperação em 2019 de parte desse montante de R\$ 4,8 milhões, e de perda nos estoques de R\$ 2,9 milhões no exercício de 2018.

Resultado Operacional

Desta forma, o resultado operacional acumulado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$ 63,7 milhões, representando 4,4% da receita líquida ante 1,9% de margem operacional registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que totalizou R\$ 20,9 milhões. Esse aumento no resultado operacional decorre, principalmente, da melhoria da performance de vendas e crescimento dos custos e despesas em patamar inferior as receitas, permitindo, um ganho de R\$ 42,7 milhões, o que equivale a 204,2% de crescimento no lucro operacional do exercício.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido acumulado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 registrou despesas financeiras líquidas de R\$ 28,3 milhões ante despesas financeiras líquidas de R\$ 21,6 milhões registradas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando 2% da receita líquida em 2019 e 2,1% da receita líquida em 2018, somando um aumento nominal de R\$ 6,7 milhões nas despesas financeiras líquidas, basicamente gerado pelo aumento de 41,2% nos ganhos das receitas financeiras devido ao maior valor absoluto de juros de operações de cessão de recebíveis e pelo aumento de 36,8% nas despesas financeiras geradas no período devido ao maior prazo com fornecedor gerando ajuste à valor presente, em contrapartida, quando da antecipação desses pagamentos, gerando maior volume de descontos obtidos no período.

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social

Portanto, o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social totalizou R\$ 35,3 milhões de lucro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando 2,4% da receita líquida, contra R\$ 0,7 milhão negativo atingidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, ou 0,1% negativo da receita líquida do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento nominal de R\$ 36 milhões foi possível devido a melhoria da receita operacional com o aumento de 43,8% no lucro bruto e de performance no período, considerando que tivemos um ganho de 1,9 pontos percentuais em relação as despesas operacionais do exercício anterior.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 10,9 milhões comparativamente a R\$ 0,9 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse imposto representou R\$ 10 milhões do resultado do imposto de renda e contribuição social gerado no acumulado do ano e foi devido ao aumento de R\$ 11,2 milhões no imposto de renda e contribuição social corrente considerado pelo aumento do resultado, com minimização pelo ganho de R\$ 1,2 milhão no imposto de renda e contribuição social diferido do período devido as diferenças temporárias.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Resultado líquido do exercício

O lucro líquido do acumulado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 24,5 milhões comparativamente ao prejuízo líquido de R\$ 1,6 milhões apresentados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Desta maneira, o lucro líquido teve um aumento nominal de R\$ 26 milhões, o que representou 1,7% da receita líquida ante 0,1% de margem líquida negativa registrada no mesmo período do ano graças ao bom desempenho operacional registrado conforme especificado nas análises das demonstrações financeiras acima mencionadas.

DISCUSSÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	AV	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	AV	AH
Receita Líquida de Vendas	1.052.915	100,0%	1.047.790	100,0%	0,5%
Custos das Mercadorias Vendidas	(939.027)	-89,2%	(936.405)	-89,4%	0,3%
Lucro Bruto	113.888	10,8%	111.385	10,6%	2,2%
Despesas Operacionais	(92.961)	-8,8%	(68.232)	-6,5%	36,2%
Despesas com Vendas	(38.629)	-3,7%	(31.437)	-3,0%	22,9%
Despesas Gerais e Administrativas	(42.093)	-4,0%	(38.389)	-3,7%	9,6%
Outras receitas (despesas) líquidas	(12.239)	-1,2%	1.594	0,2%	-867,8%
Lucro Operacional	20.927	2,0%	43.153	4,1%	-51,5%
Resultado Financeiro	(21.588)	-2,1%	(12.335)	-1,2%	75,0%
(Prejuízo) Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(661)	-0,1%	30.818	2,9%	-102,2%
Imposto de renda e contribuição social	(901)	-0,1%	(10.851)	-1,0%	-91,7%
(Prejuízo) Lucro Líquido do Exercício	(1.562)	-0,1%	19.967	1,9%	-107,6%

Receita líquida de vendas

A receita líquida totalizou R\$ 1.052,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$ 5,1 milhões, ou 0,5%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R\$ 1.047,8 milhões, devido:

- (i) crescimento de 8,2% ou R\$ 63 milhões nas receitas do segmento de insumos; pela maturação de lojas em regiões de expansão, inclusive de duas novas lojas em 2018 e de 7 lojas abertas em 2017.
- (ii) por outro lado, a receita líquida do segmento de grãos teve uma retração de 20,5% ou R\$ 57,9 milhões em razão principalmente da redução de 9,4% nos preços médios em relação a 2017 e redução do volume de negócios.

Custo das mercadorias vendidas

O Custo das mercadorias vendidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 939,0 milhões, representando 89,2% da receita líquida do período comparativamente a R\$ 936,4 milhões registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 que equivalia a 89,4% da receita líquida.

- (i) aumento de 9% ou R\$ 58,8 milhões nos custos de insumos dado ao aumento de demanda para o segmento, com a abertura de novas lojas e rampup de lojas inauguradas no exercício anterior.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- (ii) redução de 19,8% ou R\$ 56,2 milhões registrada nos custos de grãos em função da queda de preços dessas commodities e do volume de negócios.

Lucro bruto

O lucro bruto acumulado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 113,9 milhões contra R\$ 111,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, um ganho de 2,2%, com um crescimento nominal de R\$ 2,5 milhões. Desta forma, a margem bruta do período ficou ligeiramente acima da registrada no ano anterior em 0,2 pontos percentuais, atingindo 10,8% ante 10,6% no acumulado de 2017, reflexo esse principalmente pela redução de participação de grãos na receita líquida da Companhia no período de 2018 frente a 2017, reduzindo em praticamente 5 pontos percentuais a margem desse segmento.

Despesas operacionais

As despesas operacionais foram de R\$ 93,0 milhões, registrando um aumento de 36,2% ou R\$ 24,7 milhões em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 que totalizou R\$ 68,2 milhões. Esse aumento das despesas operacionais teve participação relativa na receita líquida superior ao aumento das receitas, gerando, desta forma, um aumento de 2,3 pontos percentuais em relação ao exercício anterior, registrando 8,8% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 contra 6,5% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento nas despesas operacionais foi impactado pelos seguintes fatores:

- (i) despesas com vendas: aumento de 22,9% ou R\$ 7,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 devido aos aumentos em: despesas de salários e encargos, comissões, constituição para provisão de créditos de liquidação duvidosa, combustíveis e propaganda e publicidade, em fase principalmente de foco em melhorias, uma nova estrutura da área de vendas e expansão, com criação de regionais e novas lojas.
- (ii) despesas gerais e administrativas: registraram um aumento de 9,6% ou R\$ 3,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, devido aos aumentos de despesas com pessoas por contratações R\$ 7,7 milhões, amenizados pela queda com despesas de impostos e taxas R\$ 2,1 milhões.
- (iii) outras despesas operacionais líquidas: aumentaram em R\$ 13,8 milhões, originadas especialmente pelas contingências de tributos federais e estaduais de anos anteriores, que se refere a despesas não usuais.

Resultado Operacional

Como consequência, o lucro operacional acumulado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$ 20,9 milhões, representando 2,0% da receita líquida ante 4,1% de margem operacional registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que totalizou R\$ 43,2 milhões. Essa redução na margem operacional decorre principalmente do aumento das despesas operacionais para fazer frente ao ritmo acelerado de crescimento, refletindo em uma redução de 51,5% ou R\$ 22,2 milhões no lucro operacional do período.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido acumulado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 registrou despesas financeiras líquidas de R\$ 21,6 milhões ante R\$ 12,3 milhões registradas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, equivalentes a receita líquida de 2,1% contra 1,2% da receita líquida no ano anterior, somando um aumento de R\$ 9,3 milhões ou 75% nas despesas financeiras líquidas, sendo que:

- (i) receitas financeiras totalizou 5,1% da receita líquida, devido a uma redução no AVP de clientes.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- (ii) redução nas despesas financeiras devido ao AVP de fornecedores e aumento dos juros sobre empréstimos e financiamentos.

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social

O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social totalizou R\$ 0,7 milhão negativo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando 0,1% negativo da receita líquida, contra R\$ 30,8 milhões atingidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, ou 2,9% da receita líquida do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que equivaleu a uma queda no resultado antes do imposto de renda e contribuição social de R\$ 31,5 milhões. Esse decréscimo, decorre primordialmente do aumento de despesas operacionais e da redução no resultado financeiro líquido acima do crescimento de receita líquida, dado o crescimento de lojas o qual a Administração espera diluir ao longo da maturação destas lojas.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 0,9 milhão comparativamente a R\$ 10,9 milhões de imposto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esse imposto menor foi gerado pela diminuição no resultado operacional do período, com redução de 75,6% no imposto de renda e contribuição social corrente devido ao resultado do exercício, com 30,7% de redução no ganho do imposto de renda e contribuição social diferido do período devido as diferenças temporárias.

Resultado do exercício

Como consequência, o resultado líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 1,6 milhão negativo, comparativamente ao lucro líquido de R\$ 20 milhões apresentados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, uma redução nominal de R\$ 21,5 milhões no resultado do período. Desta forma, a margem líquida ficou em 0,1% negativa ante 1,9% positiva, respectivamente em 2018 e 2017. Apesar do crescimento das receitas líquidas e redução de custos, a companhia precisou incrementar as despesas operacionais e as despesas financeiras para fazer frente a expansão planejada de suas operações.

BALANCOS PATRIMONIAIS

Apresentamos a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre o balanço patrimonial da Companhia, a partir de suas demonstrações financeiras:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**COMPARAÇÃO ENTRE AS POSIÇÕES NO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE OUTUBRO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

ATIVO (em R\$ mil, exceto %)	31/10/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
ATIVO CIRCULANTE	2.702.379	72,8%	1.055.299	76,0%	156,1%
Caixa e equivalentes de caixa	110.588	3,0%	97.921	7,1%	12,9%
Aplicações financeiras	25.819	0,7%	-	0,0%	100,0%
Contas a receber de clientes	1.383.451	37,3%	466.729	33,6%	196,4%
Estoques	989.520	26,7%	410.995	29,6%	140,8%
Impostos a recuperar	34.683	0,9%	20.816	1,5%	66,6%
Contratos a termo	-	-	32.808	2,4%	-100,0%
Adiantamento à fornecedores	123.277	3,3%	21.247	1,5%	480,2%
Instrumentos financeiros derivativos	9.685	0,3%	-	-	-
Outros créditos	25.355	0,7%	4.783	0,3%	430,1%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.009.466	27,2%	332.414	24,0%	203,7%
Contas a receber de clientes	54.685	1,5%	7.122	0,5%	667,8%
Titulos e valores mobiliários	51.545	1,4%	10.380	0,7%	396,6%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.349	0,3%	-	0,0%	-
Impostos a recuperar	3.696	0,1%	994	0,1%	271,8%
Mútuos com partes relacionadas	664	0,0%	355	0,0%	87,0%
Outros créditos	585	0,0%	-	0,0%	-
Investimentos	85	0,0%	131	0,0%	-35,1%
Imobilizado	95.278	2,6%	58.033	4,2%	64,2%
Ativos de direito de uso	89.709	2,4%	69.862	5,0%	28,4%
Intangível	700.870	18,9%	185.537	13,4%	277,8%
TOTAL DO ATIVO	3.711.845	100,0%	1.387.713	100,0%	167,5%

PASSIVO (em R\$ mil, exceto %)	31/10/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
PASSIVO CIRCULANTE	2.622.956	70,7%	956.014	68,9%	174,4%
Fornecedores	1.406.801	37,9%	509.356	36,7%	176,2%
Empréstimos e financiamentos	795.827	21,4%	232.852	16,8%	241,8%
Passivo de arrendamento	20.690	0,6%	15.123	1,1%	36,8%
Contratos a termo	4.760	0,1%	49.971	3,6%	-90,5%
Instrumentos financeiros derivativos	1.075	0,0%	484	0,0%	122,1%
Obrigações por cessão de crédito	146.815	4,0%	53.341	3,8%	175,2%
Obrigações sociais e trabalhistas	51.761	1,4%	13.021	0,9%	297,5%
Impostos e contribuições a recolher	17.916	0,5%	1.275	0,1%	1305,2%
Adiantamentos de clientes	159.967	4,3%	71.374	5,1%	124,1%
Aquisição de participações societárias a pagar	5.367	0,1%	6.423	0,5%	-16,4%
Outras contas a pagar	11.977	0,3%	2.794	0,2%	328,7%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	151.866	4,1%	111.863	8,1%	35,8%
Empréstimos e financiamentos	-	0,0%	31.725	2,3%	-100,0%
Passivo de arrendamento	72.304	1,9%	58.463	4,2%	23,7%
Impostos e contribuições a recolher	3.406	0,1%	-	0,0%	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	76.156	2,1%	21.675	1,6%	251,4%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	937.022	25,2%	319.836	23,0%	193,0%
Capital social	426.046	11,5%	31.976	2,3%	1232,4%
Reservas de capital	490.944	13,2%	193.807	14,0%	153,3%
Pagamento baseado em ações	6.071	0,2%	-	0,0%	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	0,0%	7.216	0,5%	-100,0%
Reserva de lucros	3.538	0,1%	27.820	2,0%	-87,3%
Lucros Acumulados	5.851	0,2%	-	-	-
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores	4.572	0,1%	59.017	4,3%	-92,3%
TOTAL DO PASSIVO	3.711.845	100,0%	1.387.713	100,0%	167,5%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 30 de outubro ocorreu a combinação de negócios com a incorporação reversa dos ativos e passivos da AgroGalaxy pela Agro Key, sendo assim, em 31 de outubro de 2020 o balanço patrimonial já demonstra a combinação de negócios entre as Companhias. Diante do exposto e conforme determina a norma contábil no Brasil e as normas internacionais (IFRS), a demonstração deste período deve ser comparada ao último balanço patrimonial do exercício anterior da empresa incorporadora (Agro Key).

Ativo Circulante

Em 31 de outubro de 2020, o ativo circulante era de R\$ 2.702,4 milhões, em comparação com R\$ 1.055,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 72,8% em 31 de outubro de 2020 e 76,0% em 31 de dezembro de 2019. Esta variação positiva de R\$ 1.647,1 milhões ou 156,1% se justifica em relação aos seguintes principais fatores:

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa apresentou um aumento de 12,9% passando de R\$ 97,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 110,6 milhões em 31 de outubro de 2020. Esse aumento de R\$ 12,7 milhões é devido em função, principalmente da sazonalidade. Cabe destacar também que ao final do período de 31 de outubro de 2020 há o montante de R\$ 25,8 milhões maior que o mesmo período de aplicações financeiras não equivalentes a caixa, conforme demonstrado abaixo.

Aplicações financeiras

Em 31 de outubro de 2020 a aplicação financeira totalizou R\$ 25,8 milhões visto que em 31 de dezembro de 2019 não havia saldo, devido as aplicações vinculadas a contratos de empréstimos, o quais serão liberados a medida da liquidação ou a constituição de novas garantias.

Contas a receber de clientes

O aumento de R\$ 916,7 milhões, ou 196,4% é resultado principalmente da combinação de negócios, com a incorporação das operações das três companhias citado no item 10.1 inicial, que totalizou a inclusão de R\$ 959,6 milhões, bem como, da sazonalidade que pelo histórico demonstra um volume de contas a receber menor no período de 10 meses do que em 12 meses, dado a safra, totalizando R\$ 1.383,5 milhões no contas a receber de clientes em 31 de outubro de 2020 ante R\$ 466,7 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Estoques

Em 31 de outubro de 2020, o saldo de estoques era de R\$ 989,5 milhões contra R\$ 411 milhões, correspondente a um aumento de 140,8% ou R\$ 578,5 milhões, grande parte deste aumento está em linha com a combinação de negócio das operações, totalizando um aumento de R\$ 480,7 milhões, bem como de sazonalidade que há aquisição e estoques para fazer frente ao faturamento da safra nos próximos meses.

Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar totalizaram R\$ 34,7 milhões em 31 de outubro de 2020 contra R\$ 20,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, devido principalmente a combinação de negócio das operações, com o qual houve aumento nesta rubrica de R\$ 16,9 milhões com a incorporação da Agro Advance e da Agro Key.

Contratos a termo

Em 31 de outubro de 2020 os instrumentos financeiros derivativos tiveram o saldo zerado contra R\$ 32,8 milhões, devido a liquidação dos instrumentos e os mesmos estarem com saldo passivo em outubro de 2020.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Adiantamento à fornecedores

Em 31 de outubro de 2020 o adiantamento à fornecedores totalizou R\$ 123,3 milhões contra R\$ 21,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, refletindo em um aumento nominal de R\$ 102,1 milhões ou 480,2%, principalmente pela combinação de negócios referente ao aumento de adiantamento à fornecedores.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de outubro de 2020 os instrumentos financeiros derivativos totalizaram R\$ 9,7 milhões contra um saldo de zero em 31 de dezembro de 2019, em função de contratos de Swap e da combinação de negócios das operações.

Outros Créditos

Em 31 de outubro de 2020 os outros créditos totalizaram R\$ 25,4 milhões ante R\$ 4,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 430,1% ou R\$ 20,6 milhões, causado principalmente pela combinação de negócio.

Ativo não circulante

Em 31 de outubro de 2020, o ativo não circulante era de R\$ 1.009,5 milhões, em comparação com R\$ 332,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 27,2% em 31 de outubro de 2020 e 24% em 31 de dezembro de 2019. Este acréscimo de R\$ 677,1 milhões ou 203,7% está relacionado aos seguintes pontos:

Contas a Receber de clientes

Em 31 de outubro de 2020 o saldo era de R\$ 54,7 milhões ante R\$ 7,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 667,8%, ou R\$ 47,6 milhões, em virtude da combinação de negócio.

Títulos e valores mobiliários

O aumento do saldo de títulos e valores mobiliários, foi originado pelas cotas subordinadas de operações de cessão de crédito em operações de CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio. Desta forma, totalizaram R\$ 51,5 milhões em 31 outubro de 2020 contra R\$ 10,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 396,6%, equivalente a R\$ 41,1 milhões, advindo da combinação e negócio.

Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de outubro de 2020 o saldo era de R\$ 12,3 milhões ante em 31 de dezembro de 2019 não havia saldo, um aumento devido principalmente da combinação de negócio.

Imobilizado

Em 31 de outubro de 2020 o montante do imobilizado era de R\$ 95,3 milhões ante R\$ 58 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de 64,2% ou R\$ 37,3 milhões é devido a (i) combinação de negócio totalizou R\$ 36,2 milhões; (ii) aquisição de veículos e reformas em lojas.

Ativos de Direito de Uso

Em 31 de outubro de 2020, o saldo totalizou de R\$ 89,7 milhões sendo que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 69,9 milhões de ativos de direito de uso, incremento de R\$ 19,8 milhões Essa contabilização é devida ao direito de uso de ativo arrendado, aumento principalmente pela combinação de negócio no montante de R\$ 18,2 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Intangível

Em 31 de outubro de 2020, o Intangível totalizou R\$ 700,9 milhões, com aumento nominal de R\$ 515,4 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 que totalizou R\$ 185,5 milhões. Esse aumento de 277,8% é devido a (i) mensuração de ágio na combinação de negócios no montante de R\$ 327,3 milhões; (ii) combinação de negócio mais valia de clientes no total de R\$ 171,7 milhões e (iii) aquisições de *softwares (sistemas satélites e melhorias de processos no ERP)*.

Passivo circulante

Em 31 de outubro de 2020, o passivo circulante era de R\$ 2.623 milhões contra R\$ 956 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 70,7% em 31 de outubro de 2020 e 68,9% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$ 1.667 milhões, ou 174,4% foi devido principalmente aos seguintes fatores:

Fornecedores

Em 31 de outubro de 2020, os fornecedores representavam R\$ 1.406,8 milhões, contra R\$ 509,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 um aumento de 176,2%, ou R\$ 897,4 milhões. O aumento ocorre principalmente pela combinação de negócios.

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de outubro de 2020 os empréstimos e financiamentos representavam R\$ 795,8 milhões, contra R\$ 232,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento nominal de R\$ 563 milhões. Esse aumento decorreu: (i) da combinação de negócios no montante de R\$ 464,3 milhões; (ii) R\$ 41,2 milhões reclassificados para circulante, haja visto, que até a presente data a Companhia não havia formalizado junto aos credores o waiver sobre a reestruturação societária ocorrida; e (iii) pelo aumento de linhas de crédito para capital de giro, focado no crescimento das operações, com aumento constante do faturamento.

Passivo de arrendamento

Em 31 de outubro de 2020, o passivo de arrendamento contabilizou R\$ 20,7 milhões comparado a R\$ 15,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 36,8% em relação a 31 de dezembro de 2019. Essa variação decorreu da combinação de negócios, principalmente, totalizando um aumento de R\$ 5,6 milhões.

Contratos a termo

Em 31 de outubro de 2020, houve redução de R\$ 45,2 milhões do saldo de 31 de dezembro de 2019, passando de R\$ 50 milhões para R\$ 4,8 milhões, reflexo de valor justos dos contratos.

Instrumentos financeiros cambiais

Em 31 de outubro de 2020, houve aumento de R\$ 0,6 milhões, totalizando saldo de R\$ 1,1 milhões em 31 de outubro de 2020 ante de R\$ 0,5 milhão do saldo de 31 de dezembro de 2019, reflexo de valor justos dos instrumentos de proteção cambial, como NDFs.

Obrigações por cessão de crédito

Em 31 de outubro de 2020, as obrigações por cessão de crédito contabilizavam R\$ 146,8 milhões, um aumento de 175,2% em relação a 31 de dezembro de 2019. Essa variação nominal de R\$ 93,5 milhões ocorreu principalmente por: i) combinação de negócios que totalizou o montante de R\$ 146,8 milhões. ii) sazonalidade em que não houve a cessão de novos recebíveis até outubro de 2020 da carteira das controladas da extinta AgroKey.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Obrigações sociais e trabalhistas

Em 31 de outubro de 2020, as obrigações sociais e trabalhistas contabilizavam R\$ 51,8 milhões, um aumento de 297,5% ou R\$ 38,7 milhões em relação a 31 de dezembro de 2019 resultado da combinação de negócios no montante de R\$ 31,9 milhões e do aumento das provisões trabalhistas de férias e 13º. Salário (sazonais).

Impostos e Contribuições a recolher

Em 31 de outubro de 2020, os impostos e contribuições a recolher somavam R\$ 17,9 milhões, um aumento de R\$ 16,6 milhões em relação a 31 de dezembro de 2019. O aumento nominal foi devido a combinação de negócios no montante de R\$ 4,3 milhões, além do aumento de imposto de renda e contribuição social à pagar, devido a apuração até outubro de 2020.

Adiantamento à clientes

Em 31 de outubro de 2020 o adiantamento à clientes totalizaram R\$ 160 milhões contra R\$ 71,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, refletindo em um aumento nominal de R\$ 88,6 milhões ou 124,1%, principalmente pela combinação de negócios referente aumento de adiantamento à clientes e aumento de antecipações recebidas de clientes, dado pagamento antecipados de produtos a entregar da safra em curso de insumos

Outras contas a pagar

Em 31 de outubro de 2020, as outras contas a pagar contabilizavam R\$ 12 milhões ante R\$ 2,8 milhões, um aumento de 328,7%, correspondente a R\$ 9,2 milhões adicionais, devido principalmente a combinação de negócios em R\$ 11,9 milhões.

Passivo não circulante

Em 31 de outubro de 2020, o passivo não circulante era de R\$ 151,9 milhões contra R\$ 111,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 4,1% em 31 de outubro de 2020 e 8,1% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de 35,8%, ou R\$ 40 milhões de incremento nominal se deve especialmente aos seguintes principais fatores:

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo não apresentaram saldo em 31 de outubro de 2020 apresentando uma redução de R\$ 31,7 milhões, devido a reclassificação desses empréstimos e financiamentos do ativo não circulante para o ativo circulante, totalizando o saldo de empréstimos e financiamentos R\$ 31,7 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Passivo de arrendamento

Em 31 de outubro de 2020, o passivo de arrendamento representou R\$ 72,3 milhões ante R\$ 58,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento nominal de R\$ 13,8 milhões em relação a 31 de dezembro de 2019, 23,7% de aumento que decorreu especialmente por conta da combinação de negócios que gerou aumento de R\$ 13,2 milhões.

Impostos e contribuições a recolher

Em 31 de outubro de 2020, o saldo totalizou R\$ 3,4 milhões ante um saldo zerado em 31 de dezembro de 2019, aumento que decorreu especialmente por conta da combinação de negócios.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de outubro de 2020, o saldo totalizou R\$ 76,2 milhões ante o saldo de R\$ 21,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 251,4% ou R\$ 54,5 milhões devido: (i) impostos diferidos sobre o valor justo na combinação de negócios em R\$ 68,0 milhões, e (ii) realização de diferenças temporárias na operação, principalmente na mais valia de ativos e variação no valor justos de contratos a termos e commodities.

Patrimônio líquido

Em 31 de outubro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$ 937,0 milhões contra R\$ 319,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido era de 25,2% em 31 de outubro 2020 e 23% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento é devido, especialmente em relação ao aumento de 193,0%, equivalente a R\$ 617,2 milhões, devido aos seguintes crescimentos: (i) 1232,4% no capital social; (ii) 153,3% nas reservas de capital; amenizado pelas reservas de lucros que tiveram variação de 87,3% negativos; avaliação patrimonial com variação que ficou sem saldo em 31 de outubro de 2020 e do patrimônio líquido atribuível aos acionistas de 92,3% negativos. Esses reflexos demonstram a reestruturação societária com a combinação de negócios das 3 companhias ao seu valor justo.

As demais contas do ativo, passivo e patrimônio líquido não apresentaram saldos relevantes e/ou sofreram variações relevantes entre 31 de outubro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

COMPARAÇÃO ENTRE AS POSIÇÕES NO BALANÇO PATRIMONIAL NO PERÍODO DE NOVE MESES ENCERRADO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Os valores apresentados abaixo, se refere aos saldos históricos das demonstrações financeiras da Agro Trends (antiga razão social da AgroGalaxy), incorporadora legal.

ATIVO (em R\$ mil, exceto %)	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020	AV	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	AV	AH
ATIVO CIRCULANTE	1.121.312	81,5%	1.155.964	81,7%	-3,0%
Caixa e equivalentes de caixa	60.512	4,4%	118.918	8,4%	-49,1%
Aplicações financeiras	27.720	2,0%	6.009	0,4%	361,3%
Contas a receber de clientes	582.548	42,3%	747.735	52,9%	-22,1%
Estoques	347.202	25,2%	243.552	17,2%	42,6%
Impostos a recuperar	8.106	0,6%	10.788	0,8%	-24,9%
Instrumentos financeiros derivativos	8.721	0,6%	1.085	0,1%	703,8%
Outros créditos	86.503	6,3%	27.877	2,0%	210,3%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	255.357	18,5%	258.237	18,3%	-1,1%
Contas a receber de clientes	60.110	4,4%	74.540	5,3%	-19,4%
Títulos e valores mobiliários	40.500	2,9%	40.280	2,8%	0,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.657	1,0%	7.635	0,5%	78,9%
Investimentos	28	0,0%	28	0,0%	0,0%
Imobilizado	27.029	2,0%	26.947	1,9%	0,3%
Ativos de Direito de uso	11.546	0,8%	10.120	0,7%	14,1%
Intangível	102.487	7,4%	98.687	7,0%	3,9%
TOTAL DO ATIVO	1.376.669	100,0%	1.414.201	100,0%	-2,7%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

PASSIVO (em R\$ mil, exceto %)	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020	AV	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	AV	AH
PASSIVO CIRCULANTE	1.066.086	77,4%	1.081.002	76,4%	-1,4%
Fornecedores	442.720	32,2%	631.555	44,7%	-29,9%
Empréstimos e financiamentos	326.506	23,7%	205.430	14,5%	58,9%
Passivo de arrendamento	3.672	0,3%	3.465	0,2%	6,0%
Obrigações por cessão de crédito	160.819	11,7%	189.406	13,4%	-15,1%
Obrigações sociais e trabalhistas	16.352	1,2%	13.345	0,9%	22,5%
Impostos e contribuições a recolher	3.409	0,2%	13.206	0,9%	-74,2%
Obrigações por aquisição de ações	4.999	0,4%	8.820	0,6%	-43,3%
Outras contas a pagar	107.609	7,8%	15.775	1,1%	582,1%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	58.043	4,2%	70.229	5,0%	-17,4%
Empréstimos e financiamentos	47.528	3,5%	58.407	4,1%	-18,6%
Passivo de arrendamento	7.809	0,6%	6.655	0,5%	17,3%
Impostos e contribuições a recolher	2.706	0,2%	2.167	0,2%	24,9%
Obrigações por aquisição de ações	-	0,0%	3.000	0,2%	-100%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	252.541	18,3%	262.970	18,6%	-4,0%
Capital social	134.303	9,8%	134.303	9,5%	0,0%
Reservas de capital	53.651	3,9%	53.651	3,8%	0,0%
Ações em tesouraria na controlada	-	0,0%	(277)	0,0%	100%
Ajustes de avaliação patrimonial	(14.367)	-1,0%	(16.794)	-1,2%	-14,4%
Reserva de lucros	12.188	0,9%	21.176	1,5%	-42,4%
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores	66.767	4,8%	70.911	5,0%	-5,8%
TOTAL DO PASSIVO	1.376.669	100,0%	1.414.201	100,0%	-2,7%

Ativo Circulante

Em 30 de setembro de 2020, o ativo circulante era de R\$ 1.121,3 milhões e em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R\$ 1.156,0 milhões. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 81,5% em 30 de setembro de 2020 e 81,7% em 31 de dezembro de 2019. Esta variação negativa de R\$ 34,7 milhões ou 3% se justifica em relação os seguintes principais fatores:

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa apresentou uma redução de 49,1% passando de R\$ 118,9 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 60,5 milhões em 30 de setembro de 2020. Essa redução de R\$ 58,4 milhões é devida em função da redução das aplicações financeiras para fazer frente as necessidades de capital de giro devido a sazonalidade do negócio, principalmente pela compra a vista de determinados produtos, como fertilizantes e sementes, bem como, pelo recebimento de contas da safrinha vencidas em 30 de setembro que ocorre normalmente no mês subsequente a vencimento e do recebimento à vista das vendas oriundas de parte destas compras. Além disso houve a transferência de R\$ 21,7 milhões para aplicações financeiras.

Aplicações financeiras

O saldo de aplicações financeiras apresentou um aumento de 361,3% passando de R\$ 6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 27,7 milhões em 30 de setembro de 2020. Esse aumento de R\$ 21,7 milhões é devido a transferência das disponibilidades.

Contas a Receber

A redução de 22,1% é resultado das reduções registradas em: (i) contas a receber de clientes nacionais; (ii) contas a receber de partes relacionadas; (iii) títulos securitizados – CRA; (iv) PCLD; (v) ajuste a valor presente de clientes; passando, desta forma, o montante de contas a receber de clientes de R\$ 747,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 582,5 milhões em 30 de setembro de 2020.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Estoques

Em 30 de setembro de 2020, os estoques somavam R\$ 347,2 milhões contra os R\$ 243,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento nominal de R\$ 103,6 milhões. Esse incremento de 42,6% é devido incremento dos estoques defensivos, fertilizantes grãos e outros insumos, apesar da queda registrada nos estoques de sementes. Os incrementos registrados baseiam-se no crescimento da receita o qual deverá suprir as vendas no 1º. Trimestre do ano seguinte, concluindo assim o período da safra e parte da safrinha de inverno.

Impostos a Recuperar

Em 30 de setembro de 2020, somavam R\$ 8,1 milhões ante o registrado em 31 de dezembro de 2019, quando o saldo era de R\$ 10,8 milhões, uma redução de 24,9% ou R\$ 2,7 milhões em virtude de impostos a recuperar de ICMS, IRRF e COFINS.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de setembro de 2020, os instrumentos financeiros derivativos somavam R\$ 8,7 milhões ante o registrado em 31 de dezembro de 2019, quando o saldo era de R\$ 1,1 milhão, equivalentes a um aumento nominal de R\$ 7,6 milhões, devido a operações com instrumentos financeiros de proteção para mitigar exposição aos riscos, especialmente as flutuações das variações cambiais e de commodities.

Outros Créditos

Em 30 de setembro de 2020, o saldo era de R\$ 86,5 milhões contra o saldo em 31 de dezembro de 2019 que atingiu R\$ 27,9 milhões, representando 210,3% ou R\$ 58,6 milhões de aumento nominal devido especialmente pelo adiantamento a fornecedores para aquisição futura de estoque, principalmente fertilizantes e sementes, conforme mencionado no item de caixa e equivalente de caixa.

Ativo não circulante

Em 30 de setembro de 2020, o ativo não circulante registrou R\$ 255,4 milhões, em comparação a 31 de dezembro de 2019, quando o ativo não circulante era de R\$ 258,2 milhões. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 18,5% em 30 de setembro de 2020 e 18,3% em 31 de dezembro de 2019. Esta redução de R\$ 2,8 milhões ou 1,1% está relacionado aos seguintes fatores:

Contas a Receber de clientes

Em 30 de setembro de 2020 de R\$ 60,1 milhões contra R\$ 74,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de 19,4% ou R\$ 14,4 milhões no período em virtude do contas a receber de clientes nacionais, principalmente pela transferência das parcelas vincendas para o curto prazo.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo em 30 de setembro de 2020 era de R\$ 13,7 milhões ante o saldo de 31 de dezembro de 2019 que totalizou R\$ 7,6 milhões, um aumento de R\$ 6,1 milhões ou 78,9% que é atribuído aos ativos avaliados com base na probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias que possam ser usadas.

Ativos de Direito de Uso

Em 30 de setembro de 2020 o saldo totalizou R\$ 11,5 milhões ante o saldo 31 de dezembro de 2019, que era de R\$ 10,1 milhões devido a implementação da norma CPC 06(R2)/IFRS 16 e que incorpora a contabilização do direito de uso de ativo arrendado.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo circulante

Em 30 de setembro de 2020, o passivo circulante era R\$ 1.066,1 milhões contra R\$ 1.081 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 77,4% em 30 de setembro de 2020 e 76,4% em 31 de dezembro de 2019. Esta redução de R\$ 14,9 milhões, ou 1,4% foi devido principalmente aos seguintes fatores:

Fornecedores

Em 30 de setembro de 2020 a conta fornecedores representava R\$ 442,7 milhões comparada com R\$ 631,6 milhões, em 31 de dezembro de 2019, uma redução de 29,9%, equivalente a R\$ 188,9 milhões de redução nominal devido ao decréscimo de estoques de mercadorias, principalmente devido a sazonalidade, visto que parte das mercadorias são recebidas ao longo do segundo e terceiros trimestres para atender a safra verão, além de realização do ajuste a valor presente.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentou um aumento de R\$ 121,1 milhões, passando de R\$ 205,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 326,5 milhões em 30 de setembro de 2020 devido a contratação de empréstimos para capital de giro e investimentos.

Obrigações por cessão de crédito

Em 30 de setembro de 2020 o saldo de obrigações por cessão de crédito totalizou R\$ 160,8 milhões ante as obrigações por cessão de crédito contabilizadas em 31 de dezembro de 2019 que totalizaram R\$ 189,4 milhões, uma redução de 15,1%, ou R\$ 28,6 milhões devido ao montante de operações de CRAs emitidos.

Impostos e Contribuições a Recolher

Em 30 de setembro de 2020, os impostos e contribuições a recolher totalizaram R\$ 3,4 milhões contra R\$ 13,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma redução de 74,2% ou R\$ 9,8 milhões.

Obrigações por aquisição de ações

Em 30 de setembro de 2020, o montante era de R\$ 5,0 milhões ante R\$ 8,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma redução de 43,3% ou R\$ 3,8 milhão devido ao saldo ajustado para as obrigações por aquisição de ações.

Outras Contas a Pagar

Em 30 de setembro de 2020 o montante de outras contas a pagar era de R\$ 107,6 milhões contra R\$ 15,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 582,1% ou R\$ 91,8 milhões, principalmente por (i) aumento de adiantamentos de clientes e (ii) dividendos a pagar.

Passivo não circulante

Em 30 de setembro de 2020, o passivo não circulante era de R\$ 58 milhões contra o passivo não circulante de R\$ 70,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 4,2% em 30 de setembro de 2020 e 5% em 31 de dezembro de 2019. Esta redução de 17,4%, ou R\$ 12,2 milhões foi devida aos seguintes fatores:

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentou uma redução de 18,6%, passando de R\$ 58,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 47,5 milhões em 30 de setembro de 2020 devido, principalmente, pelo pagamento das parcelas de curto prazo, sendo o saldo reclassificado para circulante.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo de arrendamento

Em 30 de setembro de 2020 o saldo era de R\$ 7,8 milhões ante o saldo de R\$ 6,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento nominal de R\$ 1,1 milhões devido a expansão das atividades com novos arrendamentos de lojas.

Impostos e Contribuições a Recolher

Em 30 de setembro de 2020 o saldo era de R\$ 2,7 milhões ante o saldo de R\$ 2,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento nominal de R\$ 0,5 milhão decorrente especialmente por conta parcelamento do Funrural, parcelas pagas de curto prazo e reclassificado saldo para circulante.

Patrimônio líquido

Em 30 de setembro de 2020 o patrimônio líquido totalizou R\$ 252,5 milhões contra R\$ 263 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido era de 18,3% em 30 de setembro de 2020 e 18,6% em 31 de dezembro de 2019. Esta redução de R\$ 10,5 milhões ou 4,0% é devida, especialmente: (i) redução de 42,4% nas reservas de lucros; (ii) 5,8% de redução no patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores. Por outro lado, os ajustes de avaliação patrimonial tiveram um aumento de 14,4%

As demais contas do ativo, passivo e patrimônio líquido não apresentaram saldos relevantes e/ou sofreram variações relevantes entre 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

COMPARAÇÃO ENTRE AS POSIÇÕES NO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Os valores apresentados abaixo, se refere aos saldos históricos das demonstrações financeiras da Agro Trends (antiga razão social da AgroGalaxy), incorporadora legal.

ATIVO (em R\$ mil, exceto %)	2019	AV	2018	AV	AH
ATIVO CIRCULANTE	1.155.964	81,7%	885.489	83,6%	30,5%
Caixa e equivalentes de caixa	118.918	8,4%	80.729	7,6%	47,3%
Aplicações financeiras	6.009	0,4%	-	0,0%	-
Contas a receber de clientes	747.735	52,9%	563.151	53,2%	32,8%
Estoques	243.552	17,2%	212.516	20,1%	14,6%
Impostos a recuperar	10.788	0,8%	13.477	1,3%	-20,0%
Instrumentos financeiros derivativos	1.085	0,1%	1.156	0,1%	-6,1%
Outros créditos	27.877	2,0%	14.460	1,4%	92,8%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	258.237	18,3%	173.374	16,4%	48,9%
Contas a receber de clientes	74.540	5,3%	57.821	5,5%	28,9%
Títulos e valores mobiliários	40.280	2,8%	8.517	0,8%	372,9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.635	0,5%	4.785	0,5%	59,6%
Investimentos	28	0,0%	-	0,0%	-
Imobilizado	26.947	1,9%	20.546	1,9%	31,2%
Ativos de Direito de uso	10.120	0,7%	-	0,0%	-
Intangível	98.687	7,0%	81.705	7,7%	20,8%
TOTAL DO ATIVO	1.414.201	100,0%	1.058.863	100,0%	33,6%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

PASSIVO (em R\$ mil, exceto %)	2019	AV	2018	AV	AH
PASSIVO CIRCULANTE	1.081.002	76,4%	760.869	71,9%	42,1%
Fornecedores	631.555	44,7%	395.599	37,4%	59,6%
Empréstimos e financiamentos	205.430	14,5%	149.434	14,1%	37,5%
Debêntures	-	0,0%	27.442	2,6%	-100,0%
Passivo de arrendamento	3.465	0,2%	-	0,0%	-
Obrigações por cessão de crédito	189.406	13,4%	141.317	13,3%	34,0%
Obrigações sociais e trabalhistas	13.345	0,9%	4.955	0,5%	169,4%
Impostos e contribuições a recolher	13.206	0,9%	4.739	0,4%	178,7%
Obrigação por aquisição de investimentos	8.819	0,6%	27.504	2,6%	-67,9%
Outras contas a pagar	15.776	1,1%	9.880	0,9%	-59,7%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	70.229	5,0%	114.019	10,8%	-38,4%
Empréstimos e financiamentos	58.407	4,1%	107.521	10,2%	-45,7%
Passivo de arrendamento	6.655	0,5%	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher	2.167	0,2%	5.468	0,5%	-60,4%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	0,0%	1.030	0,1%	-100,0%
Outras contas a pagar	3.000	0,2%	-	0,0%	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	262.970	18,6%	183.975	17,4%	42,9%
Capital social	134.303	9,5%	102.802	9,7%	30,6%
Reservas de capital	53.651	3,8%	28.897	2,7%	85,7%
Ajustes de avaliação patrimonial	(16.794)	-1,2%	(14.730)	-1,4%	14,0%
Reserva de lucros	21.176	1,5%	6.349	0,6%	233,5%
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores	70.911	5,0%	60.657	5,7%	16,9%
TOTAL DO PASSIVO	1.414.201	100,0%	1.058.863	100,0%	33,6%

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R\$ 1.156,0 milhões, em comparação com R\$ 885,5 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 81,7% em 31 de dezembro de 2019 e 83,6% em 31 de dezembro de 2018. Esta variação positiva de R\$ 270,5 milhões ou 30,5% se justifica em relação os seguintes principais fatores:

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa apresentou um aumento 47,3% passando de R\$ 80,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 118,9 em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento é devido em função do aumento das aplicações financeiras, dado a geração de caixa operacional ao final do período.

Contas a Receber

O aumento de 32,8% é resultado dos crescimentos registrados em: (i) contas a receber de clientes nacionais; (ii) contas a receber de partes relacionadas; (iii) títulos securitizados – CRA; passando o saldo de contas a receber de R\$ 563,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 747,7 em 31 de dezembro de 2019, este fatores estão diretamente relacionados com o aumento das receitas no período no total de R\$ 390,8 milhões, visto que boa parte das vendas se concentram no 2º semestre do ano.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2019 a empresa contabilizava R\$ 243,6 milhões de estoques, um aumento nominal de R\$ 31,1 milhões, contra os R\$ 212,5 em 31 de dezembro de 2018. Esse incremento de 14,6% é devido incremento dos estoques defensivos, sementes, fertilizantes e outros insumos, estes incrementos baseia-se no crescimento da receita o qual deverá suprir as vendas no primeiro trimestre do ano seguinte, concluindo assim o período da safra e parte da safrinha de inverno.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Impostos a Recuperar

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo era de R\$ 10,8 milhões, uma redução de 20% em relação ao exercício de 31 de dezembro de 2018, que totalizou R\$ 13,5 milhões em virtude de impostos a recuperar de ICMS, IRRF e COFINS.

Outros Créditos

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo era de R\$ 27,9 milhões contra R\$ 14,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando 92,8% ou R\$ 13,4 milhões de aumento nominal devido especialmente pelo adiantamento a fornecedores para aquisição futura de estoque.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R\$ 258,2 milhões, em comparação com R\$ 173,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 18,3% em 31 de dezembro de 2019 e 16,4% em 31 de dezembro de 2018. Este incremento de R\$ 84,8 milhões ou 48,9% está relacionado aos seguintes aumentos:

Contas a Receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo era de R\$ 74,5 milhões, um aumento de 28,9% em relação ao exercício de 31 de dezembro de 2018 que totalizou R\$ 57,8 milhões em virtude do aumento do contas a receber de clientes nacionais, principalmente por renegociações de prazos.

Títulos e valores mobiliários

O aumento dos títulos e valores mobiliários foi de 372,9% ou R\$ 31,8 milhões, totalizando R\$ 40,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 ante R\$ 8,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, devido ao crescimento direcionado para títulos e valores mobiliários, em virtude de cotas subordinadas de uma emissão de CRA – Certificado de Recebíveis de Agronegócio proprietário, junto a Vert Securitizadora e XP Investimentos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$ 7,6 milhões, um aumento de R\$ 2,9 milhões ou 59,6% é atribuído aos ativos avaliados com base na probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do Imobilizado era de R\$ 26,9 milhões, com aumento nominal de R\$ 6,4 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento de 31,2% é devido ao incremento no investimento do imobilizado.

Ativos de Direito de Uso

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo totalizou de R\$ 10,1 milhões, devido implementação da norma CPC 06(R2)/IFRS 16 em 01 de janeiro de 2020. Essa contabilização é devida ao direito de uso de ativo arrendado.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2019, o Intangível totalizou R\$ 98,7 milhões, com aumento nominal de R\$ 17 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento de 20,8% é devido a mensuração de ágio, na aquisição da controlada indireta Campeã Agronegócios S.A. e *softwares*.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R\$ 1.081,0 milhões em comparação com R\$ 760,9 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 76,4% em 31 de dezembro de 2019 e 71,9% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R\$ 320,1 milhões, ou 42,1% foi devido principalmente aos seguintes fatores:

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019, os fornecedores representavam R\$ 631,6 milhões, um aumento de 59,6% em relação ao mesmo período de 2018 devido a expansão das atividades no período.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentou um aumento de R\$ 56,0 milhões, passando de R\$ 149,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 205,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 devido a contratação de empréstimos para capital de giro e investimentos.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2019, as debêntures haviam sido liquidadas sendo que em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$ 27,4 milhões.

Obrigações por cessão de crédito

Em 31 de dezembro de 2019, as obrigações por cessão de crédito contabilizavam R\$ 189,4 milhões, um aumento de 34% em relação ao mesmo período de 2018.

Essa variação decorreu do aumento da estrutura de pessoas, com crescimento das despesas administrativa e vendas, além do aumento de comissão à pagar.

Obrigações sociais e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2019, as obrigações sociais e trabalhistas contabilizavam R\$ 13,3 milhões, um aumento de 169,3% ou R\$ 8,4 milhões em relação ao mesmo período de 2018, resultado principalmente pelo aumento da nova estrutura em linha com o crescimento das despesas administrativa e vendas.

Impostos e Contribuições a Recolher

Em 31 de dezembro de 2019, somavam R\$ 13,2 milhões, um aumento de 178,7% ou R\$ 8,5 milhões em relação ao mesmo período de 2018.

Obrigações por aquisição de investimentos

Em 31 de dezembro de 2019, somavam R\$ 8,8 milhões, uma redução de 67,8% ou R\$ 18,7 milhões em relação ao mesmo período de 2018 quando totalizou R\$ 27,5 milhões.

Outras Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2019, as outras contas a pagar contabilizavam R\$ 15,8 milhões, um aumento de 59,7% em relação ao mesmo período de 2018 que totalizou R\$ 9,9 milhões, principalmente por (i) pagamento de parcela de obrigação de aquisição da Rural Brasil S.A., em contrapartida com (ii) aumento de adiantamento de clientes e (iii) Provisão para pagamento de royalties.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R\$ 70,2 milhões, em comparação com R\$ 114 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 5% em 31 de dezembro de 2019 e 10,8% em 31 de dezembro de 2018. Esta redução de 38,4%, ou R\$ 43,8 milhões foi devida aos seguintes fatores:

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentou uma redução de 45,7%, passando de R\$ 107,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 58,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 devido, principalmente, pelo pagamento das parcelas de curto prazo, sendo o saldo reclassificado para circulante.

Passivo de arrendamento

O saldo do passivo de arrendamento totalizou R\$ 6,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando 0,5% do total do passivo e patrimônio líquido comparado a um saldo zerado em 31 de dezembro de 2018 e refere-se a estrutura de lojas arrendadas para a comercialização de produtos.

Impostos e Contribuições a Recolher

Em 31 de dezembro de 2019, os impostos e contribuições a representavam R\$ 2,2 milhões, uma redução nominal de R\$ 3,3 milhões em relação ao mesmo período de 2018. Essa redução decorreu especialmente por conta parcelamento do Funrural, parcelas pagas de curto prazo e reclassificado saldo para circulante.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R\$ 263,0 milhões em comparação com R\$ 184,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido era de 18,6% em 31 de dezembro de 2019 e 17,4% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R\$ 79 milhões ou 42,9% é devido, especialmente: (i) aumento de 30,6% do capital social; (ii) aumento de 85,7% nas reservas de capital; (iii) aumento de 233,5% nas reservas de lucros; (iv) 16,9% de incremento no patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores. Por outro lado, os ajustes de avaliação patrimonial tiveram um aumento de R\$ 2,1 milhões, atingindo R\$ 16,8 milhões negativos no período devido a transações de capital com acionistas não controladores.

As demais contas do ativo, passivo e patrimônio líquido não apresentaram saldos relevantes e/ou sofreram variações relevantes entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019.

COMPARAÇÃO ENTRE AS POSIÇÕES NO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

ATIVO (em R\$ mil, exceto %)	2018	AV	2017	AV	AH
ATIVO CIRCULANTE	885.489	83,6%	889.207	84,4%	-0,4%
Caixa e equivalentes de caixa	80.729	7,6%	69.908	6,6%	15,5%
Contas a receber de clientes	563.151	53,2%	485.143	46,1%	16,1%
Estoques	212.516	20,1%	304.673	28,9%	-30,2%
Impostos a recuperar	13.477	1,3%	11.337	1,1%	18,9%
Instrumentos financeiros derivativos	1.156	0,1%	-	0,0%	-100,0%
Outros créditos	14.460	1,4%	18.145	1,7%	-20,3%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	173.374	16,4%	164.031	15,6%	5,7%
Contas a receber de clientes	57.821	5,5%	50.153	4,8%	15,3%
Títulos e valores mobiliários	8.517	0,8%	17.758	1,7%	-52,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.785	0,5%	4.700	0,4%	1,8%
Imobilizado	20.546	1,9%	9.508	0,9%	116,1%
Intangível	81.705	7,7%	81.913	7,8%	-0,3%
TOTAL DO ATIVO	1.058.863	100,0%	1.053.238	100,0%	0,5%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

PASSIVO (em R\$ mil, exceto %)	2018	AV	2017	AV	AH
PASSIVO CIRCULANTE	760.869	71,9%	838.799	79,6%	-9,3%
Fornecedores	395.599	37,4%	503.504	47,8%	-21,4%
Empréstimos e financiamentos	149.434	14,1%	132.359	12,6%	12,9%
Debêntures	27.442	2,6%	-	0,0%	-
Obrigações por cessão de crédito	141.317	13,3%	140.047	13,3%	0,9%
Obrigações sociais e trabalhistas	4.955	0,5%	2.488	0,2%	99,1%
Impostos e contribuições a recolher	4.739	0,4%	11.365	1,1%	-58,3%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0,0%	159	0,0%	-100%
Obrigação por aquisições de investimentos	27.504	2,6%	31.406	3,0%	-12,4%
Outras contas a pagar	9.880	0,9%	17.471	1,7%	-43,4%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	114.019	10,8%	43.388	4,1%	162,8%
Empréstimos e financiamentos	107.521	10,2%	15.425	1,5%	597,1%
Impostos e contribuições a recolher	5.468	0,5%	-	0,0%	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.030	0,1%	2.061	0,2%	-50,0%
Provisão para contingências	-	0,0%	990	0,1%	-100,0%
Obrigação por aquisições de investimentos	-	0,0%	24.912	2,4%	-100,0%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	183.975	17,4%	171.051	16,2%	7,6%
Capital social	102.802	9,7%	100.858	9,6%	1,9%
Reservas de capital	28.897	2,7%	10.652	1,0%	171,3%
Ajustes de avaliação patrimonial	(14.730)	-1,4%	(9.026)	-0,9%	-63,2%
Reservas de lucros	6.348	0,6%	8.911	0,8%	-28,8%
Participação dos acionistas não controladores	60.657	5,7%	59.657	5,7%	1,7%
TOTAL DO PASSIVO	1.058.863	100,0%	1.053.238	100,0%	0,5%

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante era de R\$ 885,5 milhões, em comparação com R\$ 889,2 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 83,6% em 31 de dezembro de 2018 e 84,4% em 31 de dezembro de 2017. Esta variação negativa de R\$ 3,7 milhões ou 0,4% se justifica em relação os seguintes principais fatores:

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa apresentou um aumento de 15,5% passando para R\$ 80,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 contra R\$ 69,9 em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento é devido a captação de recursos para fazer frente aos investimentos e a maior geração de caixa operacional.

Contas a Receber de clientes

O aumento de 16,1%, equivalentes a R\$ 78 milhões, é resultado do aumento de vendas, passando para R\$ 563,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 ante R\$ 485,1 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2018 a empresa contabilizava R\$ 212,5 milhões de estoque, uma redução nominal de R\$ 92,2 milhões, contra os R\$ 304,7 em 31 de dezembro de 2017. Esse decréscimo de 30,2% vem principalmente da redução de 36,1% do estoque de defensivos.

Impostos a Recuperar

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R\$ 13,5 milhões, um aumento de 18,9% em relação ao exercício de 31 de dezembro de 2017 devido impostos a recuperar de IRPJ e CSLL.

Outros Créditos

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R\$ 14,5 milhões, um decréscimo de 20,3% em relação ao exercício de 31 de dezembro de 2017 especialmente por saldos decorrentes de valores à receber de partes relacionadas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo não circulante era de R\$ 173,4 milhões, em comparação com R\$ 164 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 16,4% em 31 de dezembro de 2018 e 15,6% em 31 de dezembro de 2017. Este crescimento de R\$ 9,3 milhões ou 5,7% foi especialmente advindo dos seguintes fatores:

Contas a Receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R\$ 57,8 milhões, um aumento de 15,3% ou R\$ 7,7 milhões nominal em relação ao exercício de 31 de dezembro de 2017 em virtude do aumento de contas a receber de clientes nacionais.

Títulos e valores Mobiliários

A redução de R\$ 9,2 milhões ou 52% passando o montante de títulos e valores mobiliários de R\$ 17,8 milhões para R\$ 8,5 milhões e referem-se a títulos adquiridos na operação de emissão de CRA, correspondentes às quotas subordinadas contribuídas pela subsidiária Rural Brasil na referida operação.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2018 o montante do imobilizado era de R\$ 20,5 milhões ante R\$ 9,5 milhões, um aumento de 116,1%, R\$ 11 milhões nominal em razão dos investimentos realizados no período, principalmente com expansão, adequação de lojas e melhorias de centro de distribuição, além da mudança da sede administrativa da Rural Brasil para Goiânia.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante era de R\$ 760,9 milhões em comparação com R\$ 838,8 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 71,9% em 31 de dezembro de 2018 e 79,6% em 31 de dezembro de 2017. Esta redução de R\$ 77,9 milhões, ou 9,3% foi devido principalmente aos seguintes fatores:

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018, os fornecedores representavam R\$ 395,6 milhões, uma redução de 21,4% em relação ao mesmo período de 2017. Essa redução nominal de R\$ 107,9 milhões se deve a redução da conta fornecedores de mercadorias, menor volume de compras de estoque de passagem anual, reflexo visto na linha estoque.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentou um aumento de R\$ 17,1 milhões, passando de R\$ 132,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 149,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de 12,9% e referem-se a contratos na modalidade de capital de giro.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2018 o montante de debêntures emitida era de R\$ 27,4 milhões para viabilizar investimentos sendo que em 2017 a empresa não havia emitido esse título.

Obrigações sociais e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2018, o montante equivalia R\$ 5,0 milhões, um aumento de 99,1% em relação ao mesmo período de 2017. Esse aumento nominal de R\$ 2,5 milhões decorreu do aumento das estruturas de pessoal, visto o aumento das despesas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Impostos e contribuições a recolher

Em 31 de dezembro de 2018, o montante equivalia R\$ 4,7 milhões, uma redução de 58,3% em relação ao mesmo período de 2017. Essa redução de R\$ 6,6 milhões é relativa ao decréscimo de Funrural, IRPJ e CSLL e outros impostos e contribuições a recolher.

Obrigações por aquisição de investimentos

Em 31 de dezembro de 2018, somavam R\$ 27,5 milhões, uma redução de 12,4% ou R\$ 3,9 milhões em relação ao mesmo período de 2017 quando totalizou R\$ 31,4 milhões.

Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2018, as outras contas a pagar contabilizavam R\$ 9,9 milhões, uma redução de 43,4% em relação ao mesmo período de 2017. Os seguintes fatores contribuíram para essa redução: (i) adiantamento de clientes; (ii) provisão para comissões a pagar.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o passivo não circulante era de R\$ 43,4 milhões, em comparação com R\$ 114 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 4,1% em 31 de dezembro de 2017 e 10,8% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de 162,8%, ou R\$ 70,6 milhões de incremento nominal se deve especialmente aos seguintes principais fatores:

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentou um aumento de 597,1%, somando R\$ 107,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 ante R\$ 15,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, devido ao aumento da captação de recursos de longo prazo para maior volume de compras à vista, auxiliando no financiamento ao produtor rural.

Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2018, o imposto de renda e contribuição social totalizou R\$ 1 milhão, uma redução de 50% em relação ao período de 31 de dezembro de 2017 em razão da redução de diferenças temporárias em controladas.

Obrigações por aquisição de investimentos

Em 31 de dezembro de 2017, somavam R\$ 24,9 milhões comparado ao saldo zerado em 31 de dezembro de 2018, o qual representou as parcelas pagas de curto prazo e conseqüentemente a reclassificação para circulante.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido era de R\$ 184 milhões em comparação com R\$ 171,1 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido era de 17,4% em 31 de dezembro de 2018 e 16,2% em 31 de dezembro de 2017. Este aumento, de R\$ 12,9 milhões ou 7,6%, é devido, especialmente, aos seguintes aumentos: (i) 1,9% no capital social; e (ii) 171,3% nas reservas de capital; Em contrapartida, as reservas de lucros foram reduzidas em 28,7% equivalente a R\$ 2,6 milhões, nas reservas de lucros do período.

As demais contas do ativo, passivo e patrimônio líquido não apresentaram saldos relevantes e/ou sofreram variações relevantes entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA

Apresentamos a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre o fluxo de caixa da Companhia, a partir de suas demonstrações financeiras:

COMPARAÇÃO ENTRE O PERÍODO DE DEZ MESES ENCERRADO EM 31 DE OUTUBRO DE 2020 E O MESMO PERÍODO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE OUTUBRO DE 2019

A demonstração do fluxo de caixa para o período de 31 de outubro de 2020 e 2019 refere-se a incorporadora reversa Agro Key:

Demonstrações de fluxo de Caixa (em R\$ mil, exceto %)	31 de outubro		
	2020	2019	Var.%
Caixa líquido - atividades operacionais	(4.134)	(20.356)	-79,7%
Caixa líquido - Atividades de investimento	19.423	(33.492)	-158,0%
Caixa líquido - atividades de financiamento	(2.622)	(20.242)	-87,0%
Aumento (redução) de Caixa e equivalentes	12.667	(74.090)	-117,1%

O fluxo de caixa das atividades operacionais apresentou um fluxo consumido de R\$ 4,1 milhões no período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020, comparado a R\$ 20,4 milhões consumido no mesmo período em 31 de outubro de 2019. Essa variação negativa de R\$ 16,3 milhões decorre principalmente por pagamentos à fornecedores de forma antecipada para compra de sementes, visto o atraso da safra e aumento das vendas que cresceu em 20,7% no segmento de insumos.

O fluxo de caixa das atividades de investimento apresentou um fluxo gerado de R\$ 19,4 milhões no período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020, comparado a um fluxo consumido de R\$ 33,5 milhões no período de dez meses findo em 31 de outubro de 2019, principalmente por: (i) incorporação na combinação de negócios com entrada de caixa de R\$ 34,2 milhões; (ii) em 2020 houve recebimentos por alienação de frota de veículos leves própria em troca por terceirizada; (iii) por outro lado, em 2019 houve pagamento de parcelas de aquisição da Agro Ferrari em R\$ 13,6 milhões.

O fluxo de caixa das atividades de financiamento apresentou um fluxo consumido de R\$ 2,6 milhões no período de dez meses encerrado em 31 de outubro de 2020, comparado a um fluxo consumido de R\$ 20,2 milhões no período de dez meses findo em 31 de outubro de 2019. Essa variação se deve basicamente pelos empréstimos e financiamentos liquidados em 2019.

COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

A demonstração do fluxo de caixa para os exercícios sociais de 31 de dezembro de 2019 e 2018 refere-se as demonstrações históricas da Agro Trends (antiga razão social da AgroGalaxy).

Demonstrações de fluxo de Caixa (em R\$ mil, exceto %)	31 de dezembro		
	2019	2018	Var.%
Caixa líquido - atividades operacionais	55.111	(125.576)	-143,9%
Caixa líquido - Atividades de investimento	(96.154)	(12.673)	658,6%
Caixa líquido - atividades de financiamento	76.655	149.070	-48,6%
Aumento (redução) de Caixa e equivalentes	35.612	10.821	229,1%

O fluxo de caixa das atividades operacionais apresentou um fluxo gerado de R\$ 55,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um fluxo de caixa consumido de R\$ 125,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação positiva deveu-se, principalmente, pelo aumento na nossa performance operacional (lucro líquido ajustado) em R\$ 23,5 milhões e pelo aumento na nossa conta de fornecedores em R\$ 333,7 milhões, dado maior prazo com fornecedores para suportar o crescimento das receitas, comparado a um fluxo de caixa consumido em 2018 devido ao crescimento das receitas com redução do caixa e decréscimo na nossa conta de clientes de R\$ 105,3 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O fluxo de caixa das atividades de investimento apresentou um fluxo consumido de R\$ 96,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um fluxo consumido de R\$ 12,7 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação deveu-se, principalmente, por aquisições do imobilizado, títulos em certificados de recebíveis do agronegócio, aquisição de participações em controladas e ativos intangíveis.

O fluxo de caixa das atividades de financiamento apresentou um fluxo gerado de R\$ 76,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$ 149,1 milhões gerados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação deveu-se, principalmente, a empréstimos e financiamentos e certificados de recebíveis do agronegócio captados, compensada pela liquidação das debêntures em 2019.

COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Demonstrações de fluxo de Caixa (em R\$ mil, exceto %)	31 de dezembro		
	2018	2017	Var. %
Caixa líquido - atividades operacionais	(125.576)	(94.237)	33,3%
Caixa líquido - Atividades de investimento	(12.673)	(25.372)	-50,1%
Caixa líquido - atividades de financiamento	149.070	174.222	-14,4%
Aumento (redução) de Caixa e equivalentes	10.821	54.614	-80,2%

O fluxo de caixa das atividades operacionais apresentou um fluxo consumido de R\$ 125,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$ 94,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento de 33,3% deveu-se, principalmente pelos seguintes fatores: (i) aumento nas contas a receber de clientes, gerando perda de caixa em R\$ 25,3 milhões; (ii) redução do contas a pagar à fornecedores em R\$ 38,0 milhões por pagamentos antecipados; (iii) além do pagamento de juros sobre empréstimos.

O fluxo de caixa das atividades de investimento apresentou um fluxo consumido de R\$ 12,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a um fluxo consumido R\$ 25,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2017, ensejando assim um aumento de R\$ 12,7 milhões no caixa. Em 2017 houve pagamento de parcela de R\$ 17,7 milhões em relação a títulos do CRA, enquanto que em 2018 houve maior investimento de R\$ 8,8 milhões com imobilizado em novas lojas e veículos leves, além de investimento em sistema de processos/ERP.

O fluxo de caixa das atividades de financiamento apresentou um fluxo gerado de R\$ 149,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$ 174,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação de R\$ 25,2 milhões deveu-se, principalmente em 2017, quando da primeira captação por cessão de recebíveis através de certificados de recebíveis do agronegócio de R\$ 104,8 milhões, já em 2018 a obtenção de linhas junto a debêntures, capital de giro e integralização dos acionistas equilibraram a balança da atividade de financiamento.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 – Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações do emissor:

(i) Descrição de qualquer componente importante da receita

As receitas da Companhia, no período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, é sustentado principalmente por dois segmentos:

- Revenda de insumos agrícolas: As receitas de insumos agrícolas (defensivos, fertilizantes, sementes e especialidades), são realizadas através das lojas físicas da Companhia, distribuídas de norte a sul do país, atendendo os principais mercados agrícolas (soja, milho, trigo, café e outros), bem como, através de canal digital, uma nova experiência implantada para atender o produtor rural (plataforma omnicanal). O segmento de insumos representou 39% da receita líquida no período acumulado até 31 de outubro de 2020, 81% no exercício de 2019, 79% no exercício de 2018 e 73% no exercício de 2017.
- Originação e revenda de grãos: Adicionalmente a atividade de revenda, a área de originação e trading de grãos, trabalhando na sustentação logística e escoamento da safra de nossos clientes, trabalha em parceria com a área de insumos, dando ao produtor rural, suporte desde a produção até a venda de seu produto. O segmento de grãos representou 61% da receita líquida no período acumulado até 31 de outubro de 2020, 19% no exercício de 2019, 21% no exercício de 2018 e 27% no exercício de 2017. Os impostos incidentes sobre as vendas nas operações, basicamente são: ICMS e Pis/Cofins, contudo com carga reduzida, isenta ou alíquota zero, conforme determina a legislação vigente.

Descrevemos a seguir a composição da receita bruta, da receita líquida e da receita líquida por segmento nos períodos de 31 de outubro de 2020 comparado com 31 de outubro de 2019 e dos exercícios de 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, conforme a seguir:

Demonstração de 31 de outubro de 2020 e 2019 da Agro Key (incorporadora contábil da Agro Trends):

(em R\$ mil, exceto %)	Período de dez meses findo em		
	31/10/2020	31/10/2019	Var, %
Receita operacional Bruta	1.771.970	1.297.448	36,5%
Impostos incidentes sobre as vendas	(7.869)	(4.558)	72,7%
Descontos, abatimentos e devoluções	(53.556)	(50.842)	5,3%
Receita Líquida	1.710.545	1.242.047	37,7%

Por segmento

Grãos	1.050.128	694.984	51,1%
Insumos	660.417	547.063	20,7%
Receita Líquida Consolidada	1.710.545	1.242.047	37,7%

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Demonstração histórica da Agro Trends (antiga razão social da AgroGalaxy):

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro				
	2019	2018	Var. % 2019/18	2017	Var. %2018/17
Receita operacional Bruta	1.511.994	1.134.633	33,3%	1.107.159	2,5%
Impostos incidentes sobre as vendas	(2.271)	(1.644)	38,1%	(1.956)	-16,0%
Descontos, abatimentos e devoluções	(66.030)	(80.075)	-17,5%	(57.412)	39,5%
Receita Líquida	1.443.693	1.052.915	37,1%	1.047.790	0,5%

Por segmento

Grãos	274.436	224.157	22,4%	282.068	-20,5%
Insumos	1.169.258	828.758	41,1%	765.722	8,2%
Receita Líquida Consolidada	1.443.693	1.052.915	37,1%	1.047.790	0,5%

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Fatores como os mencionados no item 4.1 de risco deste formulário e fatores macroeconômicos podem afetar diretamente o resultado operacional da companhia, principalmente: i) fatores climáticos, como seca, excesso de chuva, pragas; ii) perspectiva de investimento tecnológico por parte do cliente; iii) crescimento do PIB; iv) disponibilidade de crédito; v) taxa de inflação; vi) taxa de câmbio; vii) taxa de juros, viii) preço das commodities agrícolas; ix) preço de insumos agrícolas commoditizados como fertilizantes e químicos; e x) aquisições, fusões e outros investimentos.

Em relação ao item (i) acima, nossos clientes são afetados substancialmente pelo clima nas regiões agrícolas e, dessa forma, a demanda pelos nossos produtos também é afetada por essa variável. Eventos danosos como secas, inundações, ondas de calor, e excesso de chuva são alguns dos fenômenos climáticos que podem afetar a disposição dos nossos clientes em comprar os nossos produtos ou mesmo reduzir a capacidade em honrar os pagamentos dos produtos já comprados. Por outro lado, um clima favorável a atividade agrícola aumenta a produtividade e a rentabilidade do produtor e conseqüentemente a disposição em investimento em tecnologia e na expansão da atividade agrícola como um todo.

Em relação ao item (x) acima, a Companhia analisa oportunidades de crescimento estratégico por meio de aquisições, fusões e outros investimentos. Em 17 de fevereiro de 2021, a Companhia era parte de MOUs não vinculantes para aquisições de maioria das ações com controle ou aquisição integral das ações de 7 (sete) empresas que também atuam no setor do varejo agropecuário brasileiro ("Empresas-Alvo"). Na mesma data, já havia contratos definitivos assinados para aquisição da Boa Vista, cuja conclusão deverá ocorrer no 1S21, após o cumprimento de condições precedentes dos contratos.

A Companhia considera que as aquisições das Empresas-Alvo, caso sejam concluídas, poderão fortalecer o posicionamento estratégico da Companhia e aporte conhecimentos específicos com o objetivo de acelerar a maturação do seu plano de crescimento orgânico.

A Companhia estima que, em conjunto, as Empresas-Alvo possuam 40 lojas espalhadas pelo Brasil, cuja minoria encontra-se em cidades onde a Companhia já possuía lojas em 31 de outubro de 2020.

Em 17 de fevereiro de 2021, a Companhia havia firmado memorandos de entendimento não vinculantes com as Empresas-Alvo com exclusividade para os processos de diligência. A efetiva aquisição desses ativos estará sujeita a verificação de determinadas condições precedentes padrão

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

de mercado, dentre as quais (i) a conclusão satisfatória de auditoria das empresas e (ii) a obtenção de anuências prévias de terceiros para realização da operação como, por exemplo, agentes financiadores e reguladores.

Por outro lado, outros fatores externos também podem afetar os resultados operacionais, incluindo a condição financeira e liquidez da empresa como: (i) condições econômicas no Brasil e no exterior; (ii) pandemias com desmembramento global como o caso da Covid-19; (iii) condições de demanda por produtos agrícolas, especialmente os insumos e grãos. (iv) alterações de alíquotas de impostos e mudanças na regulamentação dos produtos comercializados; (v) custos logísticos, bem como greves no setor de transportes.

Adicionalmente, a abertura de fronteiras agrícolas e melhorias de tecnologia de produção (sacas por hectares), também podem influenciar os resultados operacionais.

As receitas do quarto trimestre representam em torno de 40% a 50% do total do faturamento devido as compras de insumos para o plantio das principais culturas: soja, milho e café, à depender da região do país.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

As variações e modificações devido a preços finais são integralmente repassados ao cliente final, tanto os acréscimos como decréscimos dos mesmos.

Essas variações podem ser relacionadas diretamente ao câmbio e/ou inflação e também ao volume de produção, por parte dos nossos fornecedores, gerando excesso ou falta de produto no mercado.

As receitas de insumos foram pouco impactadas pela mudança dos preços com acréscimo de 11% em relação ao ano anterior, mesmo com alta do dólar médio de 33% no período. Dado o volume de estoques nos fornecedores para a safra 19/20 e parte da safra 20/21 o repasse do preço (dólar) não foi efetuado prontamente.

A originação de grãos sofreu maior impacto do dólar, com efeito direto no preço das commodities principalmente no soja que subiu em média 39% em linha com 33% do aumento do dólar e de ganho real no preço da commodity no mercado externo.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

Variação nas taxas de juros: a redução na taxa de juros nos últimos anos, impactou de maneira positiva, principalmente os custos financeiros líquidos da Companhia, (i) reduzindo os custos de dívida líquida atrelados ao CDI, entretanto por outro lado (ii) reduzindo taxas de descontos por partes de fornecedores.

Taxa de câmbio: as mudanças frequentes no câmbio nos últimos anos resulta em impacto principalmente no preço final do produto ao cliente, os quais tem suas principais matérias primas dolarizadas, entretanto esse repasse pode ocorrer tanto no curto prazo, como no médio e longo prazo, dado a produção já ocorrida destes produtos para safra seguinte. Quanto ao resultado financeiro essas variações de câmbio estão atreladas a proteção de compra e venda de produtos, incluindo preço de commodities agrícolas.

Inflação: os custos de inflação podem não ser diretamente repassados aos nossos preços, pois dependeram de fatores como preço das commodities, câmbio, produção com excesso ou escassez por parte dos fornecedores, podendo gerar impacto na rentabilidade final.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro**Efeito das variações das taxas de câmbio e inflação:**

	31 de Dezembro de		
	2019	2018	2017
Crescimento do PIB (a)	1,14%	1,12%	1,06%
Inflação - IGP-M (b)	7,30%	7,54%	-0,52%
Inflação - IPCA (c)	4,306%	3,746%	2,947%
CDI (d)	6,0%	6,4%	9,9%
TJLP (e)	6,2%	6,7%	7,0%
Taxa de câmbio - fechamento R\$ por US\$ 1,00 (f)	4,0	3,9	3,3

*Fontes:**(a) e (c) IBGE**(b) Índice Geral de Preços - Mercado - FGV**(d) BNDES**(e) e (f) Banco Central*

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) **Introdução ou alienação de segmento operacional**

Nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das atividades da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020, contudo a aquisição da Campeã, item (b) abaixo, constitui um mesmo segmento operacional de insumos agrícolas.

Adicionalmente em 31 de outubro de 2020, os acionistas da Agro Trends Participações S.A., aprovaram a cisão parcial da companhia e a versão do acervo líquido cindido à Agro Opportunity Participações S.A., e a consequente redução do capital social da companhia, no valor de R\$ 45.295 mil. Essa cisão parcial, do segmento de insumos, ocorreu com a finalidade de refletir os acordos jurídicos estabelecidos entre seus acionistas. Os ativos cindidos referem-se a recebíveis da controlada Rural Brasil S.A.

b) **Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

(i) Histórico Agro Trends (razão social anterior da Agro Galaxy)

Em 17 de junho de 2019, a Rural Brasil adquiriu o controle da Campeã Agronegócio S.A. (“Campeã”) por meio da aquisição de participação societária equivalente a 70% do capital social desta investida. A Campeã é uma sociedade anônima fechada com sede no município de Água Fria de Goiás, no estado de Goiás, e tem por objeto social (a) a produção, beneficiamento, armazenamento, reembalamento, esmagamento de grãos e depósito de mercadorias para terceiros; e (b) o comércio atacadista e varejista de sementes em geral, defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes, corretivos do solo e matérias-primas agrícolas.

(ii) Reorganização Societária – Combinação de negócios

Em 30 de outubro de 2020 foi aprovada pelos respectivos acionistas da Companhia, da Agro Trends Participações S.A. (Agro Trends) e da Agro Advance Participações S.A. (Agro Advance), em sede de Assembleia Geral Extraordinária, a combinação dos negócios das Companhias, através da incorporação da Companhia e da Agro Advance pela Agro Trends, nos termos do artigo 1.117 da Lei n.º10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dos artigos dos artigos 224 e 225 da Lei n.º6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), conforme termos do Protocolo e Justificação de Incorporação da Agro Key pela Agro Trends e do Protocolo de Justificação de Incorporação da Agro Advance pela Agro Trends, celebrados em 23 de outubro de 2020.

No dia 30 de outubro de 2020, as companhias concluíram a obtenção de todas autorizações, renúncias, consentimentos e aprovações de terceiros necessárias para a consumação da incorporação da Companhia e da Agro Advance pela Agro Trends. Desta forma, a transação foi legalmente implementada por meio de troca de ações sendo que a Companhia e a Agro Advance foram extintas nos termos do artigo 219, inciso II, da Lei das S.A., e a Agro Trends, sucedeu a Companhia e a Agro Advance em todos os seus direitos e obrigações. Nesta mesma data, os acionistas aprovaram em Assembleia Geral a alteração da denominação social da Agro Trends para AgroGalaxy Participações S.A (“AgroGalaxy”).

A contraprestação transferida ocorreu pela relação de substituição de ações acordada de 0,88695 ação ordinária de emissão do AgroGalaxy por cada ação ordinária de emissão da Agro Key e 1,07133 ação ordinária de emissão do AgroGalaxy por cada ação ordinária de emissão da Agro Advance. Dessa forma, os acionistas da Agro Key passaram a deter, em conjunto, 44,10% do capital social total e votante do AgroGalaxy, enquanto os acionistas originais da Agro Trends passaram a deter, em conjunto, 41,7% do capital social total e votante do AgroGalaxy.

Esta reestruturação ocorreu com a troca de ações, por valores negociados entre as partes, em uma operação entre companhias que não possuem controle comum e que, portanto, representa uma combinação de negócios sob o escopo do CPC 15 (R1)/ IFRS 3 Combinação de negócios,

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

apresentada considerando o método de aquisição. Como parte da avaliação da Administração nesse contexto, a Companhia foi considerada como a adquirente contábil (apesar de ser a empresa incorporada legalmente) e a Agro Trends, assim como a Agro Advance, foram consideradas como as adquiridas, (apesar de a Agro Trends ser incorporadora e a entidade sobrevivente legal), configurando uma situação de aquisição reversa. As informações financeiras consolidadas, incluindo a alocação do preço de aquisição, são baseadas em estimativas do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos das adquiridas contábil (Agro Trends e Agro Advance), informações disponíveis nesta data e premissas efetuadas pela Administração da Companhia.

(iii) Outros

A Companhia assinou contrato de compra e venda de 100% das quotas da empresa Boa Vista Comércio de Produtos Agropecuários Ltda., a qual opera na revenda de insumos agrícolas no estado do Mato Grosso do Sul, atualmente com 6 lojas. Para mais informações ver item 3.3 deste Formulário de Referência.

c) *Eventos ou operações não usuais*

No final do primeiro trimestre de 2020, tendo em vista o cenário de pandemia mundial, a Companhia verificou a necessidade imediata de dedicar seus esforços a prevenção e combate ao Coronavírus. Antes mesmo que as autoridades brasileiras determinassem que as empresas privadas tomassem qualquer medida de prevenção, ao final de fevereiro de 2020 a Companhia divulgou amplamente as orientações preventivas a serem seguidas por seus funcionários como medida para evitar contágio. Ainda em março de 2020 foi instituído o comitê de crise, divulgando amplamente o plano de contingência para enfrentamento ao COVID-19, bem como consultoria com médico infectologista e monitoramento de casos suspeitos e confirmados de Coronavírus. É importante destacar que os serviços prestados pela Companhia sempre estiveram de acordo com a classificação federal de serviços essenciais, através do Decreto Federal nº 10.282/20.

As ações imediatas para contenção da crise envolveram o cancelamento de eventos, viagens, reuniões, treinamento e processo seletivo presenciais, intensificação da higienização dos ambientes e mobiliários da empresa, afastamento dos funcionários do grupo de risco e investimento em adequações para alocação de equipes em home office, além de adaptações às regras de distanciamento social nos sites do Grupo.

Além das medidas protetivas, principalmente aos nossos colaboradores, clientes e fornecedores, também foram tomadas medidas financeiras que elencaram, principalmente de contenção de custos e de proteção do caixa, sendo: i) revisão dos gastos e corte de despesas que poderiam ser postergadas; ii) uso dos benefícios trazidos pelo governo federal ao combate da pandemia, como postergação do pagamento do INSS e FGTS; iii) Comitê de crise com enfoque no fluxo de caixa, avaliando o processo de recebimento e obtenção de novas linhas de crédito junto a fornecedores; iv) redução do prazo médio de recebimento e aumento do prazo médio de pagamento nas operações de compra e venda de grãos. Essas medidas foram adotadas, mesmo, com o impacto muito baixo no segmento de agronegócio no qual a Companhia possui seus clientes.

Diante das incertezas relacionadas ao cenário de pandemia, que ainda persiste, o Grupo mantém avaliação contínua sobre os possíveis impactos que podem ocorrer em suas operações em relação a:

- insumos necessários ao desenvolvimento das atividades;
- impactos nas vendas; e
- impactos no fluxo de caixa do Grupo, e se há um aumento significativo no risco de crédito.

Até a presente data, a Administração não identificou impactos significativo da pandemia sobre suas operações e não espera que o cenário de pandemia afete os resultados e/ou plano de expansão da Companhia e suas controladas.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 – Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) *Mudanças significativas nas práticas contábeis*

CPC 48 / IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 / IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

O referido pronunciamento impacta as demonstrações financeiras da Companhia na classificação dos instrumentos financeiros e na contabilização do impairment para ativos financeiros. Dessa forma, quando da adoção desse pronunciamento, em 1º de janeiro de 2018, os ativos financeiros que antes eram classificados na categoria de "Empréstimos e recebíveis" foram reclassificados para a categoria "Custo amortizado".

Os critérios de apuração do impairment de ativos financeiros foram revistos e a Companhia optou pela adoção da abordagem simplificada (uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil dos ativos relacionadas), não sendo identificado ajuste a ser registrado na data de transição.

CPC 47 / IFRS 15- "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o CPC 17 / IAS11 - "Contratos de Construção, CPC 30 / IAS 18- "Receitas" e correspondentes interpretações.

O Grupo auferir receitas de vendas de mercadorias para clientes e apenas reconhece sua receita quando o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente. A conclusão da Companhia é que essa nova norma não trouxe impactos na atual metodologia de reconhecimento de receitas.

CPC 06 (R2) / IFRS 16 – "Arrendamentos": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

ICPC 22 / IFRIC 23 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda": essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do CPC 32 / IAS 12, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pelo Grupo nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

b) *Efeitos significados das alterações em práticas contábeis*

CPC 06 (R2) / IFRS 16 – "Arrendamentos"

O Grupo aplicou a abordagem de transição simplificada com objetivo de refletir os efeitos de aplicação dessa norma nas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2019, e, portanto, não reapresentou informações comparativas de 2018, conforme permitido pelas disposições específicas de transição da norma. O método de transição adotado seguiu os seguintes procedimentos:

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Na primeira aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS 16, o Grupo utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

- Uso de uma taxa única de desconto em uma carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares.
- Utilização de avaliações anteriores sobre se os arrendamentos são onerosos.
- Contabilização de arrendamentos operacionais com um prazo remanescente de menos de 12 meses em 1º de janeiro de 2019 como arrendamentos de curto prazo.
- Exclusão dos custos diretos iniciais para a mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial.

O Grupo aluga imóveis onde estão instaladas suas lojas, silos e sede administrativas, bem como áreas de armazenamento de produtos. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de dois a cinco anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, mas os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. O Grupo aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais o Grupo é o arrendatário, o Grupo optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Até o exercício de 2018, os arrendamentos de ativos imobilizados eram classificados como arrendamentos financeiros ou operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) eram reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

A partir de 1º de janeiro de 2019, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Grupo. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Os passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos que podem ser considerados variáveis, mas, em essência, são fixos), menos incentivos de arrendamentos a receber.
- Pagamentos de arrendamentos variáveis baseados em algum índice ou taxa.
- Valores a serem pagos pelo arrendatário sob garantias de valores residuais.
- O preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer a opção.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser determinada, a taxa de empréstimo incremental do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, o Grupo:

- sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido; e
- usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pelo Grupo, sem financiamento recente com terceiros.
- Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento.
- Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.
- Quaisquer custos diretos iniciais.
- Custos de restauração.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de até 12 meses. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

A norma foi aplicado da mesma forma entre a Companhia e suas controladas, no mesmos períodos, por isso, não gerando nenhuma distorção de prática entre as empresas controladas, a partir da nova estrutura societária.

Os efeitos da mudança da prática contábil podem ser resumidos, em comparação ao balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, conforme tabela comparativa abaixo.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Balanco Patrimonial (Em milhões de Reais)	CPC 06 (R2) IFRS 16 31/12/2019	Impacto	Ajustado 31/12/2019	CPC 06 (R2) IFRS 16 31/12/2018	Impacto	Ajustado 31/12/2018
Ativo circulante	1.156,0		1.156,0	885,5		885,5
Ativo não circulante	258,2	(10,1)	248,1	173,4		173,4
Ativo total	1.414,2	(10,1)	1.404,1	1.058,9		1.058,9
Passivo circulante	1.081,0	(3,5)	1.077,5	760,9		760,9
Passivo não circulante	70,3	(6,7)	63,6	114,0		114,0
Total passivo	1.151,2	(10,1)	1.141,1	874,9		874,9
Patrimônio líquido	263,0	-	263,0	184,0		184,0
Total passivo e patrimônio líquido	1.414,2	(10,1)	1.404,1	1.058,9		1.058,9

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Demonstração de resultado (Em milhões de Reais)	CPC 06 (R2) IFRS 16 31/12/2019	Impacto	Ajustado 31/12/2019	CPC 06 (R2) IFRS 16 31/12/2018	Impacto	Ajustado 31/12/2018
Receita líquida	1.443,7		1.443,7	1.052,9		1.052,9
Custo das mercadorias vendidas	(1.279,9)		(1.279,9)	(939,0)		(939,0)
Lucro bruto	163,8		163,8	113,9		113,9
Despesas Operacionais	(100,1)	(1,1)	(101,2)	(93,0)		(93,0)
Lucro antes do resultado financeiro	63,7	(1,1)	62,6	20,9		20,9
Resultado Financeiro	(28,3)	1,1	(27,3)	(21,6)		(21,6)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	35,3	0,0	35,3	(0,7)		(0,7)
Imposto de renda e contribuição social	(10,9)	(0,0)	(10,9)	(0,9)		(0,9)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	24,5	0,0	24,5	(1,6)		(1,6)

Período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020

Balço Patrimonial (Em milhões de Reais)	CPC 06 (R2) IFRS 16 31/10/2020	Impacto	Ajustado 31/10/2020
Ativo circulante	2.702,4		2.702,4
Ativo não circulante	1.009,5	(123,5)	885,9
Ativo total	3.711,8	(123,5)	3.588,3
Passivo circulante	2.623,0	(20,7)	2.602,3
Passivo não circulante	151,9	(35,0)	116,9
Total passivo	2.774,8	(55,7)	2.719,2
Patrimônio líquido	937,0	(67,9)	869,2
Total passivo e patrimônio líquido	3.711,8	(123,5)	3.588,3

Demonstração de resultado (Em milhões de Reais)	CPC 06 (R2) IFRS 16 31/10/2020	Impacto	Ajustado 31/10/2020	CPC 06 (R2) IFRS 16 31/10/2019	Impacto	Ajustado 31/10/2019
Receita líquida	1.710,5		1.710,5	1.242,0		1.242,0
Custo das mercadorias vendidas	(1.492,7)		(1.492,7)	(1.046,7)		(1.046,7)
Lucro bruto	217,8		217,8	195,3		195,3
Despesas Operacionais	(151,0)	(9,5)	(160,5)	(118,0)	(5,8)	(123,8)
Lucro antes do resultado financeiro	66,9	(9,5)	57,4	77,3	(5,8)	71,5
Resultado Financeiro	(97,9)	9,0	(88,9)	(51,8)	9,5	(42,2)
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(31,0)	(0,5)	(31,6)	25,6	3,7	29,3
Imposto de renda e contribuição social	8,9	0,2	9,1	(7,9)	(1,3)	(9,2)
(Prejuízo) Lucro líquido do período	(22,1)	(0,4)	(22,5)	17,7	2,4	20,1

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas no relatório do auditor independente com relação às nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e ao período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020.

No relatório dos auditores independentes relativo às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, é chamada a atenção para a Nota 2.1, que descreve a atualização e reemissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido a intenção da Companhia de se registrar na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para o processo de abertura de capital.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Ainda, é chamada atenção para nota de evento subsequente, que descreve que, em 30 de outubro de 2020, a Companhia teve a sua razão social alterada para AgroGalaxy Participações S.A., após uma combinação de negócios caracterizada como aquisição reversa, em que a Companhia, apesar de ser determinada como adquirente legal, foi apontada como adquirida contábil. A opinião dos auditores não está ressalvada em relação a esse assunto.

No relatório dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras intermediárias de 31 de outubro de 2020, é chamada a atenção para as Notas 2, 4.2 (c) e 5, que descrevem que as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas, bem como as demonstrações financeiras correspondentes ao exercício anterior, que estão sendo apresentadas de forma comparativa, referem-se às demonstrações financeiras da Agro Key Participações S.A., determinada adquirente contábil na combinação de negócios também descrita na Nota 5, e que foi incorporada pela Companhia e legalmente extinta na data dessa combinação de negócios. A opinião do auditor não está ressalvada em relação a esse assunto.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 – Políticas contábeis críticas

No processo de elaboração das Demonstrações Financeiras, a Administração exerceu julgamentos, utilizou estimativas e premissas para calcular valores reconhecidos nos ativos, passivos e resultados (receitas e despesas).

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas, fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período social, estão contempladas a seguir.

Entretanto, caso ocorra necessidade de avaliação para novas questões mais complexas, serão necessários outros julgamentos e estudos, os quais poderiam apresentar resultados relevantes diferentes dessas estimativas. Esses impactos significativos podem existir em caso de alterações nas condições e premissas apresentadas inicialmente.

A Administração entende que as políticas contábeis críticas que podem ter impacto significativo, causando ajustes relevantes no valor contábil dos ativos, passivos e resultados (receitas e despesas) para o encerramento de futuros exercícios financeiros são elencadas a seguir:

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "impairment").

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. Os ativos de contratos se relacionam a trabalhos em andamento que não foram faturados e possuem essencialmente as mesmas características de riscos das contas a receber de clientes para os mesmos tipos de contratos. Portanto, o Grupo concluiu que as taxas de perdas esperadas para as contas a receber de clientes representam uma aproximação razoável das taxas de perda para os ativos de contratos. As formas de mensuração das perdas podem ser resumidas à seguir:

- As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de vendas durante um período de 60 meses antes do encerramento do exercício em análise, e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período, que suporta todo o ciclo de safra e renegociações que ocorrem, bem como, históricos da carteira dos mesmos clientes. As taxas de perdas históricas são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.
- Em cada data base é avaliado o risco de não recebimento de clientes vencidos, principalmente acima de 180 dias, safra seguinte, através de uma análise individual da carteira, considerando o rating de crédito deste cliente, garantias disponíveis, renegociação e capacidade de pagamento, baseado no rating atual, consultas atualizadas de restrição de crédito e histórico do cliente.

Em suma, as perdas de crédito são contabilizadas levando como fator o risco individual de cada cliente vencido, adicionalmente com o histórico de perda aplicado sobre o faturamento do período, com isso, gerando, na visão da Administração, a provisão necessária para cobrir eventuais perdas passadas e futuras.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

As provisões de perdas podem ser afetadas, por serem estimativas baseadas em dados presente, bem como, em históricos que podem não se realizar em períodos futuros. Contudo a Administração entende que com esta prática limita os riscos e mitiga eventuais perdas passadas, como as futuras.

Estoques

Os estoques de produtos agrícolas são mensurados pelo seu valor realizável líquido em alinhamento às práticas contábeis do mercado de atuação da Companhia e suas controladas. O valor líquido de realização se aproxima do preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e necessários para efetuar a venda.

Dado a variação no preço do dólar e das commodities agrícolas a mensuração do estoque, a Administração monitora os sados de estoques e as suas exposições ao mercado, qualquer mudança nas normas ou estimativas poderão trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras, sendo que a política contábil utilizada demonstra em cada período de fechamento os valores de realização de seus estoques.

Intangível

Ágio gerado na combinação de negócios

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

A análise de impairment sobre o ágio é realizada anualmente e está atrelada a premissas sobre estimativas futuras de geração de caixa das Unidades Geradoras de Caixa (UGC). A Administração entende que através das estimativas e análise de impairment, retiram o risco de um ativo não trazer mais o mesmo benefício futuro de quando foi adquirido.

Arrendamentos

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Grupo. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Mudanças nos contratos de arrendamento, podem modificar de forma significativa o reconhecimento do ativo de uso, bem como, do passivo de arrendamento e suas alocações ao resultado (despesas) ao longo dos próximos períodos. Essas mudanças também estão atreladas diretamente ao uso da taxa incremental. As políticas contábeis da Companhia e suas controladas, garante que as demonstrações financeiras reflitam os ativos relevantes utilizados, bem como, seus compromissos assumidos ao longo dos anos.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Taxa incremental sobre empréstimos do arrendamento

O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

As taxas envolvem grande julgamento por parte da Administração, podendo ser similares a outras arrendamento ou financiamentos ou de difícil determinação por parte do arrendador.

Adicionalmente, em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, são apresentadas comparações nas rubricas do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa de depreciação e da despesa financeira do período e os períodos futuros utilizando o fluxo de caixa descontado considerando a inflação futura projetada nos fluxos de pagamentos, descontados pelas taxas nominais acima apresentadas.

Valor justo de instrumentos financeiros derivativos e de ativos não monetários

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos e de ativos financeiros não monetários (contas a receber em commodities agrícolas) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam em seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

O uso destas práticas garante demonstrar o saldo na data das demonstrações financeiras ao seu valor justo, avaliando a exposição das posições de *commodities*, dólar e outros riscos financeiros.

Determinação da receita com a venda de insumos agrícolas com a liquidação em ativo não financeiro

As vendas de insumos agrícolas, conforme comentado na parágrafo anterior, e gerado pelo grupo, para o recebimento em commodities agrícolas, sempre por determinação do cliente que prefere travar o valor da operação em quantidade de mercadoria a ser entregue, sem correr o risco de preço. Essa operação atende aos interesses normais do Grupo que opera na originação de grãos para sua atuação como uma trading company. Considerando que essas contas a receber são liquidadas com ativos não monetários (produtos agrícolas), as mesmas estão fora do escopo do IFRS 9/ CPC 48 Instrumentos financeiros.

A receita da venda de insumos é determinada pelo valor justo desses recebíveis no momento da venda. As variações subsequentes dessas contas a receber, as quais são remensuradas conforme o valor justo estimado de liquidação das commodities no mercado físico são reconhecidos como resultado financeiro.

Segregação das receitas entre segmentos

O Grupo entende que essas variações subsequentes das contas a receber não representam receita variável da venda de insumos, considerando que a partir do seu reconhecimento inicial, o segmento de grãos passa a atuar na gestão desses ativos em conjunto com os estoques de grãos, os quais constituirão o custos das vendas daquele segmento.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (impairment)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (impairment) passou a ser apurada pelo critério de perdas esperadas ao invés de perdas incorridas. Tendo em vista todos os controles da Companhia e suas controladas para mitigação dos riscos de crédito, e a consequente baixa inadimplência histórica, no Grupo o impairment é estabelecido quando existe uma evidência objetiva de que as empresas não serão capazes de receber todos os valores, sendo a provisão calculada em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e as respectivas garantias possuídas.

Valor justo dos estoques de commodities

A determinação do valor justo dos produtos agrícolas é realizada com base no preço de mercado para cada commodity.

Valor justo dos contratos a termo de compra e venda de commodities pelo valor justo

O Grupo valoriza os ativos não monetários atrelados ao preço de commodities, bem como o seu estoque de commodities, conforme comentado no item anterior, e as contas a pagar com preço não fixado pelo valor justo contra o resultado do exercício. O segmento de Grãos, com o objetivo de definir a sua margem nas operações em que o Grupo atua como uma trading company, contrata instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos de compra e venda a termo com clientes, bem como por contratos futuros com instituições financeiras, os quais são mensurados ao valor justo nas demonstrações financeiras do Grupo, incluindo aqueles contratos a termo que são liquidados com a entrega física dos produtos.

A administração reconhece contabilmente o valor justo dos contratos a termo de compra e venda que são liquidados com a entrega física, por entender que a mensuração desses contratos pelo valor justo por meio do resultado é necessária para eliminar uma inconsistência que surgiria pelo seu não reconhecimento, conforme previsto no parágrafo 2.5 do CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos financeiros. Esses contratos a termo são firmados para proteção do risco de preço que o Grupo está sujeito, em razão das operações com grãos de onde surgem os seguintes ativos e passivos mensurados pelo valor justo: (i) estoques de commodities agrícolas, (ii) contas a pagar pela compra de soja a fixar, (iii) ativos não financeiros atrelados ao preço de mercado da soja (contas a receber originadas em operações de barter); e (iv) operações de futuros firmados com instituições financeiras. Dessa forma, a não valorização desses contratos a termos resultaria em impactar o resultado do exercício em momentos diferentes dos referidos instrumentos.

Impairment sobre ágio proveniente na combinação de negócios

As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias que indicarem um possível impairment.

Identificação da adquirente contábil na combinação de negócios

Em 30 de outubro de 2020, ocorreu uma reestruturação societária que foi caracterizada como combinação de negócios entre as empresas Agro Trends, Agro Advance e Agro Key.

Na avaliação dessa combinação de negócios, conforme requerido pelo CPC 15/ IFRS 3 Combinação de negócios, é requerida a determinação da adquirente contábil pela administração a qual, geralmente, é a entidade que emite seus instrumentos de patrimônio. Todavia, a norma contábil também determina que, em algumas situações, a entidade que emite ações pode não ser a adquirente, resultando em uma aquisição reversa e, nesses casos, a adquirente é a maior das entidades combinadas, susceptível a obter a maior parte dos votos da entidade combinada, ou de poder controlar a entidade combinada de alguma forma.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items) tais como:

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;

Conforme já informado no item 10.5, sobre os arrendamentos, a Companhia em conformidade com as normas contábeis CPC 06 (R2) / IFRS 16, registra os contratos com prazo superior a 12 meses, sendo assim, há contratos assumidos com prazo inferior e que não encontram-se registrados no ativo de uso e no passivo de arrendamento, os quais a Administração também julgou os mesmos como não relevantes, totalizando o montante de R\$ 217 mil no período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020 .

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando os respectivos passivos;

Não há carteira de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referente ao período findo de dez meses em 31 de outubro de 2020 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos e serviços;

Não há contratos de futura compra e venda de produtos e serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referente ao período findo de dez meses em 31 de outubro de 2020 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

(iv) contratos de construção não terminada; e

Não aplicado à Companhia e suas controladas.

(v) contratos de recebimento futuros de financiamentos.

Não há contratos de recebimento futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referente ao período findo de dez meses em 31 de outubro de 2020 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Em suma todos os ativos e passivos assumidos pela Companhia e suas controladas estão registrados em seu balanço patrimonial. Portanto, não há ativos ou passivos detidos pela Companhia e suas controladas que não estejam evidenciados em seu balanço patrimonial.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) *como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor*

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) *natureza e o propósito da operação*

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) *natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação*

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 – Plano de Negócios

a) *Investimentos*

(i) Descrição dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O principal foco de investimentos da Companhia é na expansão com abertura de novas lojas e foco na nossa estratégia digital, que resulta nas melhorias de sistemas ERP/satélites e processos.

Focado na abertura de 6 novas filiais e melhorias nas filiais existentes com investimento total R\$ 2,6 milhões, além de investimentos, principalmente em nossa estratégia digital, com investimento em melhoria de ERP, sistemas satélites e processos no montante de R\$ 8,4 milhões, no período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020.

Em 2019, a Companhia consolidou a aquisição de 70% da participação da Campeã Agronegócio S.A. (“Campeã”) produzindo semente de soja de alta qualidade, aderindo ao portfólio de insumos da Rural Brasil S.A., controlada. Essa aquisição estratégica ocorreu com o objetivo de obter melhores produtos e reduzir o risco da produção em outros parceiros. A aquisição de controle da Campeã foi obtida mediante desembolso financeiro pela Rural, no montante de R\$ 21,5 milhões.

Para 2021 há planos para abertura de 17 novas filiais com investimentos aproximados de R\$ 7 milhões, investimentos em melhorias das sementeiras (Campeã) com sistema de refrigeração e armazenamento, ampliações da capacidade produtiva de 20% a 30% de aproximadamente R\$ 9 milhões, investimentos em Digital (sistemas, processos, sites, e-commerce) em aproximadamente R\$ 12 milhões, melhorias nas unidades de recebimento de grãos e lojas de R\$ 4 milhões e investimentos em TI (segurança da informação, equipamentos e softwares) de R\$ 4 milhões.

Estamos em processo de aquisição da empresa Boa Vista, conforme seção 3.3, o qual, no seu fechamento, teremos os valores efetivos da sua aquisição com a alocação de recursos à vista e em troca de ações.

Além disso hoje há 7 empresas no *pipe-line* para novas aquisições. Em 17 de fevereiro de 2021, a Companhia era parte de MOUs não vinculantes para aquisições de maioria das ações com controle ou aquisição integral das ações de 7 (sete) empresas que também atuam no setor do varejo agropecuário brasileiro (“Empresas-Alvo”), com exclusividade para os processos de diligência. A efetiva aquisição desses ativos estará sujeita a verificação de determinadas condições precedentes padrão de mercado, dentre as quais (i) a conclusão satisfatória de auditoria das empresas e (ii) a obtenção de anuências prévias de terceiros para realização da operação como, por exemplo, agentes financiadores e reguladores, o que poderá incorrer em novos investimentos de curto e médio prazos.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos:

A fonte de financiamentos base é obtida de duas principais vertentes: (a) caixa operacional gerado na Companhia; e (b) Na obtenção de financiamentos de capital de giro, junto a bancos de primeira linha.

A fonte de financiamento adicional com a oferta primária terá seu uso alocado de R\$ 150 milhões para abertura de novas filiais nos próximos anos (média de 20 novas filiais), bem como, o montante de R\$ 300 milhões para aquisições de novas empresas.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não houve nenhum desinvestimento relevante ou previsto.

b) *Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor*

10.8 - Plano de Negócios

Com a aquisição a incorporação das empresas em 30 de outubro de 2020, os investimentos de tais empresas se juntaram ao total dos ativos e passivos da Companhia.

c) *Novos produtos e serviços, indicando:*

(i) Pesquisas em andamento

Conforme já informado no item (a) (i) o principal desenvolvimento está nas ferramentas de digital.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Conforme já informado no item (a) (i) o principal desenvolvimento está nas ferramentas de digital.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Conforme já informado no item (a) (i) o principal desenvolvimento está nas ferramentas de digital.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Conforme já informado no item (a) (i) o principal desenvolvimento está nas ferramentas de digital.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Tendo em vista a influência relevante da Transação nos resultados operacionais e financeiros da AgroGalaxy, adicionalmente às informações já apresentadas nesta Seção 10 e de modo a promover maior comparabilidade para os períodos de dez meses findos em 31 de outubro de 2020 e 2019, bem como para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, incluímos neste item 10.9, as seguintes informações suplementares:

- (a) Demonstrações de Resultados Condensadas Pro Forma Não Auditadas para o período de dez meses findos em 31 de outubro de 2020, em comparação com nossos resultados operacionais pro forma para o período de dez meses findos em 31 de outubro de 2019; e
- (b) Demonstrações de Resultados Condensadas Pro Forma Não Auditadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro 2019.
- (c) Balanço individual de 31 de dezembro de 2019 das empresas na combinação de negócios.
- (d) Demonstração de resultados da empresa incorporadora reversa Agro Key para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.
- (e) Balanço patrimonial consolidado da empresa incorporadora reversa Agro Key de 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

Adicionalmente, a preparação das Demonstrações de Resultado Condensadas Pro Forma Não Auditadas incluídas neste Formulário de Referência se baseou no fato de que a Agro Key foi a entidade sobrevivente contábil da aquisição reversa.

Para maiores informações, vide fator de risco: “As Demonstrações de Resultado Condensadas Pro Forma Não Auditadas incluídas neste Formulário de Referência podem não ser representativas dos nossos resultados após a Transação”, constante da seção 4.1. do presente Formulário de Referência.

Reestruturação societária da Companhia – Combinação de negócios

Em 30 de outubro de 2020 foi aprovada a combinação dos negócios das Companhias: Agro Trends Participações S.A. (“Agro Trends”), Agro Key Participações S.A. (“Agro Key”) e da Agro Advance Participações S.A. (“Agro Advance”) através da incorporação societária das companhias pela Agro Trends das companhias Agro Key e Agro Advance. Esta reestruturação ocorreu com a troca de ações, por valores negociados entre as partes, em uma operação entre companhias que não possuem controle comum e que, portanto, representa uma combinação de negócios sob o escopo do CPC 15 (R1)/ IFRS 3 Combinação de negócios, apresentada considerando o método de aquisição. Como parte da avaliação da Administração nesse contexto, a companhia Agro Key foi considerada como a adquirente contábil (apesar de ser a empresa incorporada legalmente) e a Agro Trends, assim como a Agro Advance, foram consideradas como as adquiridas, (apesar de a Agro Trends ser incorporadora e a entidade sobrevivente legal), configurando uma situação de aquisição reversa. As informações financeiras consolidadas, incluindo a alocação do preço de aquisição, são baseadas em estimativas do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos das adquiridas contábil (Agro Trends e Agro Advance), informações disponíveis nesta data e premissas efetuadas pela Administração da Companhia. No mesmo ato societário ocorreu a alteração da razão social da Companhia passando a se chamar AgroGalaxy Participações S.A.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante**DEMONSTRATIVOS PRO FORMA – COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS****(a) Demonstração de Resultado Condensadas Pro Forma Não Auditadas – para o período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020 e 2019**

(em RS mil)

	Agro Key Participações S.A.	Agro Trends Participações S.A.	Agro Advance Participações S.A.	Eliminação Pro Forma	Ajustes Pro Forma	AgroGalaxy Participações S.A. Pro Forma
						31/10/2020
Receitas	1.710.545	1.293.665	227.489	(9.413)		3.231.698
Custo das mercadorias vendidas	(1.492.705)	(1.135.063)	(172.044)	9.413	-	(2.799.812)
Lucro bruto	217.840	158.601	55.445	-	-	431.886
Despesas com vendas	(76.139)	(47.761)	(28.021)			(151.921)
Despesas gerais e administrativas	(86.629)	(45.070)	(24.123)		(15.212)	(171.033)
Outras (despesas) e receitas, líquidas	11.798	123	(5.835)			6.085
Lucro antes do resultado financeiro	66.871	65.893	(2.535)	-	(15.212)	115.016
Resultado financeiro	(97.906)	(32.386)	(15.722)			(146.015)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(31.036)	33.507	(18.258)		(15.212)	(30.998)
Imposto de renda e contribuição social						
Imposto de renda e contribuição social correntes	(14.780)	(8.501)	(260)			(23.541)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.685	(3.400)	2.960		5.172	28.417
Lucro líquido (prejuízo) do período	(22.130)	21.605	(15.557)	-	(10.040)	(26.122)

(em RS mil)

	Agro Key Participações S.A.	Agro Trends Participações S.A.	Agro Advance Participações S.A.	Eliminação Pro Forma	Ajustes Pro Forma	AgroGalaxy Participações S.A. Pro Forma
						31/10/2019
Receitas	1.242.047	994.729	207.208	(749)		2.443.984
Custo das mercadorias vendidas	(1.046.713)	(897.566)	(155.070)	749		(2.099.349)
Lucro bruto	195.334	97.164	52.138	-	-	344.636
Despesas com vendas	(61.537)	(41.664)	(18.607)			(121.809)
Despesas gerais e administrativas	(64.658)	(40.668)	(14.557)		(15.212)	(135.095)
Outras (despesas) e receitas, líquidas	8.205	3.003	(127)			11.081
Lucro antes do resultado financeiro	77.344	17.835	18.847	-	(15.212)	98.814
Resultado financeiro	(51.759)	(25.346)	(3.258)			(80.363)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	25.584	(7.511)	15.589		(15.212)	18.451
Imposto de renda e contribuição social						
Imposto de renda e contribuição social correntes	(9.474)	(1.540)	(4.237)			(15.252)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.541	5.725	-		5.172	12.438
Lucro líquido (prejuízo) do período	17.651	(3.327)	11.352	-	(10.040)	15.637

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

(em R\$ mil, exceto %)	AgroGalaxy	AgroGalaxy	A.H.
	Participações S.A.	Participações S.A.	
	Pro Forma	Pro Forma	
	31/10/2020	31/10/2019	
Receitas	3.231.698	2.443.984	32,2%
Custo das mercadorias vendidas	(2.799.812)	(2.099.349)	33,4%
Lucro bruto	431.886	344.636	25,3%
Despesas com vendas	(151.921)	(121.809)	24,7%
Despesas gerais e administrativas	(171.033)	(135.095)	26,6%
Outras (despesas) e receitas, líquidas	6.085	11.081	-45,1%
Lucro antes do resultado financeiro	115.016	98.814	16,4%
Resultado financeiro	(146.015)	(80.363)	81,7%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(30.998)	18.451	-268,0%
Imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social correntes	(23.541)	(15.252)	54,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.417	12.438	128,5%
Lucro líquido (prejuízo) do período	(26.122)	15.637	-267,1%

(b) Demonstração de Resultado Condensadas Pro Forma Não Auditadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(em R\$ mil)

	Agro Key	Agro Trends	Agro Advance	Eliminações	Ajustes	AgroGalaxy
	Participações	Participações	Participações	Pro Forma	Pro Forma	Participações S.A.
	S.A.	S.A.	S.A.			Pro Forma
						31/12/2019
Receita de contratos com clientes	1.554.937	1.443.693	271.610	(749)		3.270.240
Custo das vendas e serviços prestados	(1.286.870)	(1.279.902)	(197.388)	749		(2.764.159)
Lucro bruto	268.067	163.791	74.222			506.081
Despesas de vendas	(61.405)	(50.497)	(24.102)			(136.004)
Despesas administrativas	(96.674)	(52.344)	(24.917)		(18.254)	(192.189)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	9.764	2.715	(13)			12.466
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	119.752	63.665	25.190		(18.254)	190.353
Resultado financeiro	(63.582)	(28.337)	(4.753)			(96.672)
Resultado antes dos impostos	56.170	35.328	20.437		(18.254)	93.681
Imposto de renda e contribuição social correntes	(10.177)	(14.754)	(5.734)			(30.665)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(11.791)	3.880	(1.495)		6.206	(3.200)
Lucro líquido do exercício	34.202	24.454	13.208		(12.048)	59.816

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante**(c) Balanço Patrimonial separado – Combinação de Negócios em 31 de dezembro de 2019**

(em R\$ mil)	Agro Key Participações S.A.	Agro Trends Participações S.A.	Agro Advance Participações S.A.
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	97.921	118.918	19.347
Aplicações financeiras		6.009	
Contas a receber de clientes	466.729	747.735	203.872
Estoques	410.995	243.552	54.150
Adiantamentos concedidos	21.247		8.591
Impostos a recuperar	20.816	10.788	5.882
Instrumentos financeiros derivativos		1.085	
Contrato a termo - commodities	32.808		
Outros créditos	4.783	27.877	10.665
Total do ativo circulante	1.055.299	1.155.964	293.916
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	10.380	40.280	
Contas a receber de clientes	7.122	74.540	8.394
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	7.635	
Impostos a recuperar Ip	994		1.523
Mútuos com partes relacionadas	355		
Depósitos judiciais			439
	18.851	122.455	10.356
Investimentos	131	28	
Ativos de direito de uso	69.862	10.120	2.458
Imobilizado	58.033	26.947	6.466
Intangível	185.537	98.687	24.451
Total do ativo não circulante	332.414	258.237	43.731
Total do ativo	1.387.713	1.414.201	337.647
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	509.356	631.555	132.473
Empréstimos e financiamentos	232.852	205.430	72.710
Passivos de arrendamento	15.123	3.465	866
Obrigações por cessão de crédito	53.341	189.406	
Obrigações trabalhistas e sociais	13.021	13.345	3.564
Obrigações tributárias	1.275	13.206	2.097
Instrumentos financeiros cambiais	484		
Contrato a termo - commodities	49.971		7.782
Adiantamentos de clientes	1.374		
Aquisição de participação societária a pagar	6.423	8.819	
Outras contas a pagar	2.794	15.776	11.857
Total do passivo circulante	956.014	1.081.002	231.349
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	31.725	58.407	677
Passivos de arrendamento	58.463	6.655	1.655
Obrigações tributárias		2.167	548
Provisão para contingências			
Outras contas a pagar		3.000	5.571
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.675		6.678
Total do passivo não circulante	111.863	70.229	15.129
Total do passivo	1.067.877	1.151.231	246.478
Patrimônio líquido			
Capital social	31.976	134.303	5.246
Reserva de capital	193.807	53.651	47.209
Pagamento baseado em ações		846	
Ajustes de avaliação patrimonial	7.216	(17.640)	(720)

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Reserva de lucros	27.820	21.176	6.773
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	<u>260.819</u>	<u>192.059</u>	<u>58.508</u>
Patrimônio líquido atribuível aos não controladores	<u>59.017</u>	<u>70.911</u>	<u>32.661</u>
Total do patrimônio líquido	<u>319.836</u>	<u>262.970</u>	<u>91.169</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.387.713</u>	<u>1.414.201</u>	<u>337.647</u>

(d) Demonstração de Resultado AgroKey históricas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Nos períodos apresentados das demonstrações de resultados dos exercícios findos em 2019, 2018 e 2017 da AgroKey (incorporadora reversa) houve aumento da receita, principalmente devido à inauguração de novas lojas, à aquisição da AgroFerrari e melhoria no faturamento de lojas já maduras (same store sales). Os custos também aumentaram, acompanhando o faturamento, mas em um percentual menor do que o do aumento da receita devido ao crescimento de vendas no segmento de insumos e mudança de mix dos nossos produtos, o que demonstrou um aumento no margem de lucro, em percentual e absoluto, da AgroKey durante esses períodos. As despesas com vendas e despesas gerais e administrativas da Companhia também aumentaram, em virtude, principalmente, do crescimento de faturamento, tendo aumentado, em parte, pelo aumento das vendas, e, em parte, devido ao incremento da estrutura de backoffice feito para suportar o crescimento e melhorar a governança da AgroKey. As receitas financeiras também aumentaram pelo crescimento das vendas sendo compensadas por marcação a mercado de commodities (despesa financeira). Houve um aumento do imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) tendo em vista o aumento do lucro antes dos impostos, com o crescimento do faturamento e das margens de lucro. Por fim o lucro líquido demonstrou forte crescimento mesmo diante do aumento das despesas.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	AV	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	AV	AH
Receita de contratos com clientes	1.554.937	100,0%	1.299.313	100,0%	19,7%
Custos das Mercadorias Vendidas	(1.286.870)	-82,8%	(1.131.415)	-87,1%	13,7%
Lucro Bruto	268.067	17,2%	167.898	12,9%	59,7%
Despesas Operacionais	(148.315)	-9,5%	(112.457)	-8,7%	31,9%
Despesas com Vendas	(61.405)	-3,9%	(35.166)	-2,7%	74,6%
Despesas Gerais e Administrativas	(96.674)	-6,2%	(78.566)	-6,0%	23,0%
Outras receitas (despesas) líquidas	9.764	0,6%	1.275	0,1%	665,8%
Lucro Operacional	119.752	7,7%	55.441	4,3%	116,0%
Resultado Financeiro	(63.582)	-4,1%	(39.822)	-3,1%	59,7%
Receitas financeiras	26.667	1,7%	29.146	2,2%	-8,5%
Despesas financeiras	(90.249)	-5,8%	(68.968)	-5,3%	30,9%
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	56.170	3,6%	15.619	1,2%	259,6%
Imposto de renda e contribuição social	(21.968)	-1,4%	(9.401)	-0,7%	133,7%
Lucro Líquido do Exercício	34.202	2,2%	6.218	0,5%	450,0%

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	AV	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	AV	AH
Receita de contratos com clientes	1.299.313	100,0%	413.607	100,0%	214,1%
Custos das vendas e serviços prestados	(1.131.415)	-87,1%	(376.134)	-90,9%	200,8%
Lucro Bruto	167.898	12,9%	37.473	9,1%	348,1%
Despesas Operacionais	(112.457)	-8,7%	(42.223)	-10,2%	166,3%
Despesas com Vendas	(35.166)	-2,7%	(9.136)	-2,2%	284,9%
Despesas Gerais e Administrativas	(78.566)	-6,0%	(33.923)	-8,2%	131,6%
Outras receitas (despesas), líquidas	1.275	0,1%	836	0,2%	52,5%
Lucro Operacional	55.441	4,3%	(4.750)	-1,1%	-
Resultado Financeiro	(39.822)	-3,1%	18.845	4,6%	1267,2%
Receitas financeiras	29.146	2,2%	35.649	8,6%	-311,3%
Despesas financeiras	(68.968)	-5,3%	(16.804)	-4,1%	-18,2%
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	15.619	1,2%	14.095	3,4%	310,4%
Imposto de renda e contribuição social	(9.401)	-0,7%	(3.261)	-0,8%	-
Lucro Líquido do Exercício	6.218	0,5%	10.834	2,6%	-42,6%

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante**(e) Balanço patrimonial AgroKey histórico para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017****BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

ATIVO (em R\$ mil, exceto %)	2019	AV	2018	AV	AH
ATIVO CIRCULANTE	1.055.299	76,0%	729.923	75,1%	44,6%
Caixa e equivalentes de caixa	97.921	7,1%	97.900	10,1%	0,0%
Contas a receber de clientes	466.729	33,6%	304.138	31,3%	53,5%
Estoques	410.995	29,6%	250.075	25,7%	64,3%
Adiantamentos a fornecedores	21.247	1,5%	14.323	1,5%	48,3%
Impostos a recuperar	20.816	1,5%	20.424	2,1%	1,9%
Contratos a termo	32.808	2,4%	38.890	4,0%	-15,6%
Outros créditos	4.783	0,3%	2.951	0,3%	62,1%
Créditos com partes relacionadas	-	0,0%	1.222	0,1%	-100,0%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	332.414	24,0%	241.406	24,9%	37,7%
Títulos e valores mobiliários	10.380	0,7%	5.445	0,6%	90,6%
Contas a receber de clientes	7.122	0,5%	3.509	0,4%	103,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	0,0%	2.939	0,3%	-100,0%
Impostos a recuperar	994	0,1%	160	0,0%	521,3%
Mútuos com partes relacionadas	355	0,0%	105	0,0%	238,1%
Outros créditos	-	0,0%	110	0,0%	-100,0%
Investimentos	131	0,0%	107	0,0%	22,4%
Ativos de direito de uso	69.862	5,0%	-	0,0%	-
Imobilizado	58.033	4,2%	38.254	3,9%	51,7%
Intangível	185.537	13,4%	190.777	19,6%	-2,7%
TOTAL DO ATIVO	1.387.713	100,0%	971.329	100,0%	42,9%

PASSIVO (em R\$ mil, exceto %)	2019	AV	2018	AV	AH
PASSIVO CIRCULANTE	956.014	68,9%	647.564	66,7%	47,6%
Fornecedores e outras contas a pagar	509.356	36,7%	310.733	32,0%	63,9%
Empréstimos e financiamentos	232.852	16,8%	214.834	22,1%	8,4%
Debêntures	-	0,0%	15.852	1,6%	-100,0%
Passivo de arrendamento	15.123	1,1%	-	0,0%	-
Obrigações por cessão de crédito	53.341	3,8%	25.671	2,6%	107,8%
Obrigações trabalhistas e sociais	13.021	0,9%	7.611	0,8%	71,1%
Obrigações tributárias	1.275	0,1%	1.074	0,1%	18,7%
Instrumentos financeiros derivativos	484	0,0%	248	0,0%	95,2%
Contrato a termo - commodities passivo	49.971	3,6%	36.288	3,7%	37,7%
Adiantamentos de clientes	71.374	5,1%	25.540	2,6%	179,5%
Aquisição de participação societária a pagar	6.423	0,5%	7.223	0,7%	-11,1%
Dividendos a pagar	2.794	0,2%	2.490	0,3%	12,2%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	111.863	8,1%	53.401	5,5%	109,5%
Empréstimos e financiamentos	31.725	2,3%	34.155	3,5%	-7,1%
Passivos de arrendamento	58.463	4,2%	-	-	-
Aquisição de participação societária a pagar	-	0,0%	6.423	0,7%	-100,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.675	1,6%	12.823	1,3%	69,0%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	319.836	23,0%	270.364	27,8%	18,3%
Capital social	31.976	2,3%	21.651	2,2%	47,7%
Reservas de capital	193.807	14,0%	187.132	19,3%	3,6%
Reserva de lucros	27.820	2,0%	6.701	0,7%	315,2%
Ajustes de avaliação patrimonial	7.216	0,5%	7.216	0,7%	0,0%
Participação de não controladores	59.017	4,3%	47.664	4,9%	23,8%
TOTAL DO PASSIVO	1.387.713	100,0%	971.329	100,0%	42,9%

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

ATIVO (em R\$ mil, exceto %)	2018	AV	2017	AV	AH
ATIVO CIRCULANTE	729.923	75,1%	579.929	72,9%	25,9%
Caixa e equivalentes de caixa	97.900	10,1%	97.226	12,2%	0,7%
Contas a receber de clientes	304.138	31,3%	241.092	30,3%	26,2%
Estoques	250.075	25,7%	189.786	23,9%	31,8%
Adiantamentos a fornecedores	14.323	1,5%	26.466	3,3%	-45,9%
Impostos a recuperar	20.424	2,1%	9.112	1,1%	124,1%
Contratos a termo	38.890	4,0%	12.542	1,6%	210,1%
Outros créditos	2.951	0,3%	2.979	0,4%	-0,9%
Créditos com partes relacionadas	1.222	0,1%	726	0,1%	68,3%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	241.406	24,9%	215.728	27,1%	11,9%
Títulos e valores mobiliários	5.445	0,6%	5.012	0,6%	8,6%
Contas a receber de clientes	3.509	0,4%	1.323	0,2%	165,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.939	0,3%	3.078	0,4%	-4,5%
Impostos a recuperar	160	0,0%	89	0,0%	79,8%
Mútuos com partes relacionadas	105	0,0%	100	0,0%	5,0%
Outros créditos	110	0,0%	101	0,0%	8,9%
Investimentos	107	0,0%	59	0,0%	81,4%
Imobilizado	38.254	3,9%	21.340	2,7%	79,3%
Intangível	190.777	19,6%	184.626	23,2%	3,3%
TOTAL DO ATIVO	971.329	100,0%	795.657	100,0%	22,1%

PASSIVO (em R\$ mil, exceto %)	2018	AV	2017	AV	AH
PASSIVO CIRCULANTE	647.564	66,7%	562.313	70,7%	15,2%
Fornecedores e outras contas a pagar	310.733	32,0%	286.719	36,0%	8,4%
Empréstimos e financiamentos	214.834	22,1%	153.870	19,3%	39,6%
Debêntures	15.852	1,6%	14.232	1,8%	11,4%
Obrigações por cessão de crédito	25.671	2,6%	24.387	3,1%	5,3%
Obrigações trabalhistas e sociais	7.611	0,8%	6.617	0,8%	15,0%
Obrigações tributárias	1.074	0,1%	5.544	0,7%	-80,6%
Instrumentos financeiros derivativos	248	0,0%	-	0,0%	-
Contrato a termo - commodities passivo	36.288	3,7%	68	0,0%	53264,7%
Adiantamentos de clientes	25.540	2,6%	14.923	1,9%	71,1%
Aquisição de participação societária a pagar	7.223	0,7%	55.465	7,0%	-87,0%
Dividendos a pagar	2.490	0,3%	488	0,1%	410,2%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	53.401	5,5%	45.649	5,7%	17,0%
Empréstimos e financiamentos	34.155	3,5%	30.460	3,8%	12,1%
Aquisição de participação societária a pagar	6.423	0,7%	-	0,0%	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.823	1,3%	15.189	1,9%	-15,6%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	270.364	27,8%	187.697	23,6%	44,0%
Capital social	21.651	2,2%	18.379	2,3%	17,8%
Reservas de capital	187.132	19,3%	129.404	16,3%	44,6%
Reserva de lucros	6.701	0,7%	4.906	0,6%	36,6%
Transação com minoritários	7.216	0,7%	-	0,0%	-
Participação de não controladores	47.664	4,9%	35.006	4,4%	36,2%
TOTAL DO PASSIVO	971.329	100,0%	795.657	100,0%	22,1%

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 – Projeções divulgadas e premissas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 – Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Dos membros do conselho de administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, devendo a caracterização dos indicados ao conselho de administração como conselheiros independentes ser deliberada na assembleia geral que os eleger. Será considerado conselheiro independente, aquele Conselheiro que atender aos requisitos previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 (“Regulamento do Novo Mercado”) para tal (ou norma que vier a substituir o Regulamento do Novo Mercado). Também será(ão) considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, parágrafos 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações. Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Sem prejuízo das demais competências previstas em lei, compete ao Conselho de Administração:

- (i) estabelecer as orientações gerais dos negócios da Companhia;
- (ii) aprovar e alterar conforme o caso, o plano plurianual de negócios da Companhia;
- (iii) aprovar o orçamento anual e o planejamento comercial e operacional anual da Companhia e de suas controladas (o “Plano Anual de Negócios”), bem como qualquer de suas alterações;
- (iv) eleger e destituir os diretores e fixar-lhes as atribuições complementares específicas, observado o disposto no Estatuto Social;
- (v) deliberar sobre a remuneração individual dos administradores dentro do limite máximo anual estabelecido pela Assembleia Geral;
- (vi) fiscalizar a gestão dos Diretores e examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, além de solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos, seja de controladas, coligadas ou investidas;
- (vii) aprovar propostas de reforma estatutária, a serem submetidas à Assembleia Geral;
- (viii) convocar a Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto Social;
- (ix) aprovar o aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, fixando o preço de emissão, bem como as demais condições de emissão, inclusive o prazo de integralização, das novas ações, bem como aprovar a emissão de debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado;
- (x) aprovar a aquisição de ações de sua própria emissão para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como decidir acerca da sua revenda ou recolocação no mercado, observada a regulamentação aplicável;
- (xi) aprovar a celebração de quaisquer operações com partes relacionadas que não digam respeito ao curso normal dos negócios ou que, mesmo no curso normal dos negócios, envolvam valor, individual ou agregado, igual ou superior, em um período de 12 (doze)

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

meses, a R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), observado que garantias outorgadas em favor de controladas para operações no curso normal dos seus negócios não deverão ser consideradas fora do curso normal dos negócios da Companhia;

- (xii) aprovar a realização de qualquer despesa ou investimento pela Companhia não contemplada em itens específicos deste artigo, ou o desenvolvimento de novos projetos pela Companhia, cujo valor (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados em um período de 12 meses) supere R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto se a despesa ou o investimento encontrar-se contemplado no Plano Anual de Negócios aprovado nos termos deste artigo;
- (xiii) vender ou adquirir ativos imobilizados da e pela Companhia, que não estejam previstos no Plano Anual de Negócios, em valores superiores a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) em uma operação individual ou em uma série de operações relacionadas em um período de 12 (doze) meses;
- (xiv) estabelecer as alçadas da Diretoria Executiva para aquisição, alienação e oneração de bens do ativo não circulante;
- (xv) vender ou adquirir da e pela Companhia de participações societárias cujo enterprise value da companhia sendo vendida ou adquirida, implícito na operação, supere o valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);
- (xvi) a outorga de garantias em favor de terceiros, fora do curso normal dos negócios, desde que abordem negócios jurídicos relacionados à consecução do interesse social da Companhia;
- (xvii) aprovar a contratação de qualquer empréstimo, financiamento ou qualquer outro tipo de endividamento, assunção de obrigações e/ou concessão de qualquer garantia real ou fidejussória que excedam, individualmente, o montante de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
- (xviii) aprovar a celebração, pela Companhia, de quaisquer operações com derivativos, exceto aquelas realizadas para fins de hedge, e cuja operação mercantil originadora esteja contemplada no Plano Anual de Negócios ou, caso a referida operação não exceda o montante previsto no Plano Anual de Negócios em mais de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
- (xix) aprovar a emissão de debêntures simples, commercial papers, notas promissórias, bonds, notes e quaisquer títulos de dívida de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada, bem como sobre a recompra, repactuação, resgate e/ou cancelamento de quaisquer títulos ou valores mobiliários referidos este item;
- (xx) dar cumprimento a qualquer plano de opção de ações ou de remuneração baseado em ações aprovado pela assembleia geral, podendo aprovar programas e outorgas no âmbito dos planos, bem como aprovar qualquer plano de remuneração baseado em ações que não envolva a entrega de ações, em todos os casos respeitada a remuneração global aprovada em assembleia geral;
- (xxi) aprovar ou alterar as políticas, regimentos internos ou atos regimentais da Companhia e sua estrutura administrativa, incluindo o seu Código de Conduta;
- (xxii) criar e instalar, a seu exclusivo critério, comitês de assessoramento ou grupos de trabalho com objetivos definidos;
- (xxiii) aprovar ou alterar a política de dividendos;
- (xxiv) aprovar a contratação e destituição dos auditores independentes da Companhia;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- (xxv) apreciar o relatório da administração, balanços, demonstrações financeiras, bem como os demais documentos previstos no art. 133 da Lei das S.A., e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral, incluindo a proposta de destinação do lucro líquido;
- (xxvi) aprovar as informações financeiras trimestrais da Companhia;
- (xxvii) aprovar a distribuição de dividendos intercalares ou intermediários ou pagamento de juros sobre o capital próprio com base em balanços semestrais, trimestrais ou mensais, conforme previsto no artigo 28 do Estatuto Social;
- (xxviii) autorizar qualquer mudança nas políticas contábeis da Companhia, exceto se exigido pelos princípios contábeis geralmente aceitos nas jurisdições em que a Companhia opera;
- (xxix) aprovar as atribuições da área de auditoria interna da Companhia;
- (xxx) aprovar o orçamento do comitê de auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos;
- (xxxi) elaborar e divulgar parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado;
- (xxxii) exercer as funções normativas das atividades da Companhia, podendo avocar para seu exame e deliberação qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa de outros órgãos, bem como deliberar sobre os assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria; e
- (xxxiii) aprovar, no âmbito das sociedades investidas e/ou de qualquer controlada ou coligada da Companhia quaisquer das matérias previstas acima e no artigo 12º do Estatuto Social.

COMITÊS E COMISSÕES

A Companhia também não possui comitês ou comissões estatutárias, contudo, nos termos do seu Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração a criação dos referidos órgãos de assessoramento, competindo-lhe, ainda, definir regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento.

Nesse sentido, o Comitê de Auditoria foi constituído em 18 de dezembro de 2020.

Comitê de Auditoria

Em reunião realizada em 18 de dezembro de 2020, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram a criação do comitê de auditoria da Companhia ("Comitê de Auditoria"), bem como eleger os seus membros. O Comitê de Auditoria é um órgão não estatutário de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, a quem se reporta, atuando com independência em relação à Diretoria e as Gerências. O Comitê de Auditoria é o órgão colegiado de assessoramento e instrução criado pelo Conselho. O Comitê de Auditoria é composto por 3 (três) membros, sendo, no mínimo: (i) 1 (um) membro independente, conforme definido pelo Regulamento do Novo Mercado; e (ii) 1 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas e no relacionamento com os auditores independentes.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Compete ao Comitê de Auditoria:

No tocante aos sistemas de controles internos e de gerenciamento de risco:

- (i) Avaliar a efetividade dos controles internos e o processo e as estruturas de gerenciamento de riscos da Companhia;
- (ii) Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- (iii) Propor ao Conselho os níveis de tolerância para exposição aos riscos;
- (iv) Debater e analisar com as diretorias responsáveis, as políticas, procedimentos e sistemas de mensuração e gestão de riscos;
- (v) Demandar da gestão ações e medidas para que as remediações de controle sejam viabilizadas e riscos com exposição inaceitável sejam mitigados, acompanhando a sua implementação;
- (vi) Acompanhar as atividades da área de Controles Internos, Gestão de Riscos e Compliance da Companhia;
- (vii) Avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas;
- (viii) Ser informado pela área de Controles Internos, Gestão de Riscos e Compliance, responsável por manter e operacionalizar o canal para recebimento de denúncias da Companhia e por apurar e investigar as denúncias recebidas, seu endereçamento e respectivos resultados;
- (ix) Aplicar as penalidades cabíveis para os casos em que a área de Controles Internos, Gestão de Riscos e Compliance, após a devida apuração e investigação, concluir que houve violação ao Código de Conduta e demais políticas e documentos da Companhia; e
- (x) Possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

No tocante às demonstrações financeiras:

- (i) Avaliar e revisar, previamente à divulgação, as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia, incluídos também, as notas explicativas e o relatório da administração, quando for o caso;
- (ii) Analisar, em conjunto com o Auditor Independente, relativamente às demonstrações financeiras: os princípios e critérios contábeis utilizados; a forma de constituição das principais provisões; os métodos de avaliação de risco e os resultados dessas avaliações; os principais riscos; as mudanças de escopo nos trabalhos da Auditoria Independente eventualmente acontecidas; as deficiências relevantes, se encontradas, e as principais falhas de controles internos; efeitos de fatores externos (econômicos, normativos, setoriais, sociais e ambientais) nos relatórios financeiros e no processo de auditoria. Constitui-se em tópico importante da discussão, a transparência na divulgação das demonstrações financeiras;
- (iii) Analisar, em conjunto com o Auditor Independente, os métodos alternativos de tratamento contábil, se existentes, seus efeitos nas demonstrações financeiras e os critérios utilizados para sua divulgação, bem como o tratamento contábil eventualmente aconselhado pela empresa de Auditoria Independente; e
- (iv) Atuar na solução de divergências porventura existentes entre a empresa de Auditoria Independente e a Diretoria, relativas às demonstrações financeiras e aos relatórios financeiros.

No tocante às Auditorias Interna e Externa:

- (i) Recomendar ao Conselho a contratação, remuneração e substituição da Auditoria Independente;
- (ii) Proceder, anualmente, à avaliação formal das Auditorias Interna e Externa, analisando, principalmente, aspectos relativos à qualidade, objetividade, independência e efetividade dos trabalhos;
- (iii) Conhecer, discutir e acompanhar o planejamento e escopo dos trabalhos a serem desenvolvidos pela Auditoria Externa;
- (iv) Aprovar o Plano Anual de Auditoria Interna;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- (v) Revisar os trabalhos de Auditoria Interna e definir orientações quanto aos seus desdobramentos com base nos aspectos identificados;
- (vi) Apresentar nas reuniões de Conselho um sumário dos trabalhos de Auditoria Interna com a síntese dos aspectos críticos identificados; e
- (vii) Aprovar a contratação e demissão de profissionais da equipe de Auditoria Interna.

A íntegra do regimento interno do Comitê de Auditoria poderá ser acessada no site de relações com investidores da Companhia (<http://ri.agrogalaxy.com.br>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na categoria "Regimento Interno de Comitê de Auditoria".

Comitê de Sustentabilidade

Em reunião realizada em 10 de fevereiro de 2021, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram a criação do comitê de sustentabilidade da Companhia ("Comitê de Sustentabilidade"), bem como eleger os seus membros. O Comitê de Sustentabilidade é um órgão não estatutário de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, a quem se reporta, atuando com independência em relação à Diretoria e as Gerências. O Comitê de Sustentabilidade é o órgão colegiado de assessoramento e instrução criado pelo Conselho. O Comitê de Auditoria é composto por 4 (quatro) membros.

São responsabilidades do Comitê, além de outras que venham a ser atribuídas pelo Conselho de Administração:

- (i) Assessorar o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Companhia em todos os aspectos relacionados a sustentabilidade;
- (ii) Identificar, abordar, acompanhar e tratar assuntos envolvendo sustentabilidade que representem riscos ou possam ter impacto relevante para os negócios, resultados de longo prazo, ou relacionamento com clientes e colaboradores e imagem da Companhia;
- (iii) Aprovar as normas e procedimentos corporativos relacionados às questões de responsabilidade socioambiental, determinando e implementando as ações para sua divulgação;
- (iv) Elaborar uma política corporativa de sustentabilidade consistente, mantendo-a atualizada, propondo alterações sempre que necessário;
- (v) Incentivar a inclusão da responsabilidade socioambiental no planejamento estratégico da Companhia, bem como nas práticas de gestão da organização e nas suas operações;
- (vi) Assegurar que a Companhia seja aderente às melhores práticas, políticas, procedimentos, normas e legislações aplicáveis à matéria;
- (vii) Mapear e estabelecer competências para a adoção de providências necessárias à eliminação ou mitigação de riscos socioambientais e/ou desvios de conduta que configurem infrações aos direitos humanos e ao meio ambiente; e
- (viii) Reportar ao Conselho e aos membros da Diretoria Executiva assuntos que possam causar impacto significativo à imagem da Companhia.

A íntegra do regimento interno do Comitê de Sustentabilidade poderá ser acessada no site de relações com investidores da Companhia (<http://ri.agrogalaxy.com.br>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na categoria "Regimento Interno de Comitê de Sustentabilidade".

CONSELHO FISCAL

A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente que somente funcionará nos exercícios sociais em que for instalado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação da CVM aplicável e do Estatuto Social da Companhia. O pedido de funcionamento do Conselho Fiscal poderá ser formulado em qualquer Assembleia Geral, ainda que a matéria não conste do anúncio da convocação. Esta mesma Assembleia procederá a eleição dos membros do Conselho Fiscal, de seus respectivos suplentes e a fixação da remuneração dos Conselheiros Fiscais que exercerem suas funções na forma do parágrafo terceiro do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por 3 (três) membros titulares e até igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, que também fixará a sua remuneração. As atribuições e os poderes do Conselho Fiscal são definidos em lei, não podendo ser outorgados a outro órgão da Companhia sem prévia e expressa autorização legal.

O Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado até a data deste Formulário de Referência.

DIRETORIA

A Diretoria da Companhia será composta por no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 4 (quatro) Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, autorizada a cumulação de funções por um mesmo Diretor, sendo designado 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, obrigatoriamente, e 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Operações Sul/Sudeste e 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Operações Norte/Centro-Oeste.

Os Diretores serão eleitos pelo voto da maioria dos membros do Conselho de Administração, tendo mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição. Os diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura do termo de posse no livro próprio, observado o disposto no do Estatuto Social da Companhia, e permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Compete exclusivamente à Diretoria a representação da Sociedade, ativa e passivamente, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei e, no Estatuto Social.

i) se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

O Conselho de Administração possui regimento interno próprio, o qual foi devidamente aprovado pela reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de fevereiro de 2021 – o qual pode ser consultado no site da Companhia: <http://ri.agrogalaxy.com.br>.

O Comitê de Auditoria possui regimento interno próprio, o qual foi devidamente aprovado pela reunião do Conselho de Administração realizada em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de fevereiro de 2021 – o qual pode ser consultado no site da Companhia: <http://ri.agrogalaxy.com.br>.

ii) Informar se possui comitê estatutário de auditoria, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se ele atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possui Comitê Estatutário de Auditoria. No entanto, a Companhia possui Comitê de Auditoria, sendo este órgão, não estatutário, instituído pelo Conselho de Administração da Companhia.

iii) Informar de que forma o Conselho de Administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se a Companhia possui uma política de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data de sua aprovação, e caso ela seja divulgada, os locais onde ela pode ser consultada

O Conselho de Administração da Companhia seleciona o serviço de auditoria independente dentre as empresas com melhores reputação e experiência no mercado. Os resultados e apontamentos de risco da auditoria são avaliadas nas reuniões do Conselho de Administração e constam em ata. A Companhia não adota uma política de contratação e serviços extra-auditoria com o auditor independente.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

b) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Além das prerrogativas gerais atribuídas aos Diretores, competirá especificamente:

Diretor Presidente: (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (ii) determinar e acompanhar o exercício das atribuições dos diretores sem designação específica da Companhia; (iii) implementar as estratégias, planos e políticas definidas pelo Conselho de Administração; (iv) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades diárias da Companhia; e (v) supervisionar e coordenar as atividades do Diretor Financeiro e dos demais diretores da Companhia.

Diretor de Financeiro e de Relações com Investidores: (i) planejar, coordenar, organizar, dirigir e supervisionar as atividades relativas às áreas financeira, contábil, fiscal e de planejamento e controle da Companhia; (ii) coordenar o controle e movimentação financeira da Companhia, zelando pela saúde econômica e financeira; (iii) gerenciar o orçamento, controlar despesas, implantar controles e reportar o desempenho financeiro da Companhia; (iv) coordenar os trabalhos de preparação das demonstrações financeiras, do relatório anual da administração da Companhia e demais relatórios gerenciais solicitados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração; (v) representar institucionalmente a Companhia perante a CVM, acionistas, investidores, as bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como as entidades de regulação e auto-regulação e fiscalização correspondentes e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; e (vi) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e auto-regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições.

Diretor Vice-Presidente de Operações Sul/Sudeste: (i) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades diárias das controladas da Companhia e respectivas áreas de negócios com base geográfica nas regiões Sul e Sudeste do país; (ii) consolidar o resultado das controladas da Companhia e respectivas áreas de negócios com base geográfica nas regiões Sul e Sudeste do país; e (iii) atuações específicas em outras áreas da Companhia como um todo, a serem definidas pelo Conselho de Administração (como por exemplo suprimentos, barter, mesa de grãos, marketing, digital, entre outras).

Diretor Vice-Presidente de Operações Norte/Centro-Oeste: (i) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades diárias das controladas da Companhia e respectivas áreas de negócios com base geográfica nas regiões Norte e Centro Oeste do país; (ii) consolidar o resultado das controladas da Companhia e respectivas áreas de negócios com base geográfica nas regiões Norte e Centro Oeste do país; e (iii) atuações específicas em outras áreas da Companhia como um todo, a serem definidas pelo Conselho de Administração (como por exemplo suprimentos, barter, mesa de grãos, marketing, digital, entre outras).

A Diretoria da Companhia não possui regimento interno.

c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não dispõe de um Conselho Fiscal permanente. Nos termos da lei, a Companhia poderá instalar o Conselho Fiscal a pedido dos acionistas, não tendo sido ele instalado nos exercícios de 2019, 2018 e 2017 ou no exercício social corrente.

d) Informar se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração

O desempenho dos membros dos comitês, da Diretoria e seus sucessores é avaliado anualmente, com base em critérios qualitativos e quantitativos, visando a programação, desenvolvimento profissional e remuneração.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Conselho de Administração e Diretoria

O Conselho de Administração realiza, anualmente, avaliação de desempenho do órgão como colegiado, cujo resultado será divulgado a todos os Conselheiros, bem como a avaliação individual de cada um de seus membros, cujo resultado será divulgado somente ao respectivo Conselheiro que foi objeto de avaliação. Além disso, o Conselho de Administração é responsável pela avaliação individual dos membros da Diretoria da Companhia, a qual é realizada anualmente e cujo resultado será divulgado somente ao respectivo Diretor que foi objeto de avaliação. Caberá ao Presidente do Conselho de Administração a condução e coordenação do processo de avaliação anual do Conselho de Administração, tanto do órgão como de cada conselheiro, bem como pela avaliação do Diretor Presidente da Companhia. O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, contar com o apoio de consultoria externa no processo de avaliação.

Comitê de Auditoria e demais comitês

Os Comitês da Companhia realizam avaliações anuais do órgão colegiado, bem como de seus respectivos membros, de forma individual. A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do coordenador do comitê, conforme aplicável. Os resultados consolidados das avaliações serão disponibilizados a todos os membros do comitê. Os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados à pessoa em questão, ao coordenador do comitê em questão e ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia. A avaliação dos comitês deverá ser realizada prioritariamente pelos órgãos internos da Companhia, sendo que a contratação de consultoria externa poderá ser feita em caráter excepcional, conforme aprovado pelo Presidente do Conselho de Administração.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a) *prazos de convocação*

A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação, as prescrições legais pertinentes e as disposições do Estatuto Social da Companhia.

As reuniões das Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência em primeira convocação, e 8 (oito) dias de antecedência, em segunda convocação, se necessária ou, ainda, no prazo determinado pela legislação aplicável. A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, a maioria do capital social com direito de voto, salvo quando a lei exigir *quórum* mais elevado; e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas.

b) *competências*

Cabe à Assembleia Geral, além das competências previstas em lei, deliberar sobre:

- i. qualquer alteração do Estatuto Social;
- ii. eleição e destituição dos membros do Conselho de Administração, bem como definição do número de cargos a serem preenchidos no Conselho de Administração da Companhia;
- iii. tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras;
- iv. fixação da remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- v. deliberação, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício;
- vi. aumento do capital social acima do limite do capital autorizado ou redução do capital social;
- vii. emissão de debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição acima do limite do capital autorizado;
- viii. início de qualquer processo voluntário de liquidação, falência ou recuperação judicial da Companhia nos termos da Lei nº 11.101/05;
- ix. dissolução da Companhia, incluindo a escolha e contratação de liquidante, aprovação das contas correspondentes e cessação do estado de liquidação;
- x. aprovação de plano de opção de ações ou plano de remuneração baseado em ações que envolva a entrega de ações;
- xi. qualquer operação de cisão, incorporação, inclusive incorporação de ações, ou fusão envolvendo a Companhia, bem como a transformação da Companhia em qualquer outro tipo societário;
- xii. resgate, amortização, desdobramento, grupamento ou bonificação de ações; e
- xiii. dispensa da realização de oferta pública de aquisição de ações para saída do Novo Mercado, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

c) *endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise*

Os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, no site da CVM (www.cvm.gov.br), no site da B3 (www.b3.com.br) e no site de relações com investidores da Companhia (<http://ri.agrogalaxy.com.br>).

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

d) identificação e administração de conflitos de interesses

Nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 10 de fevereiro de 2021, adotamos um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador da Companhia, salvo dispensa da assembleia geral, aquele que tiver interesse conflitante com a sociedade.

A lei dispõe, ainda, que é vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e extensão do seu interesse. Não obstante, admite-se que o administrador contrate com a companhia em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a companhia contrataria com terceiros.

No que se refere especificamente aos administradores que também forem nossos acionistas, a Lei das Sociedades por Ações dispõe que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o nosso. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que tiver auferido. No momento, não há projetos de implantação de novas práticas sobre o assunto.

Adicionalmente, na Política de Transação com Partes Relacionadas, que se encontra alinhada às exigências da Lei das Sociedades por Ações, particularmente nos termos dos artigos 155 e 156, que diz respeito ao necessário dever de lealdade dos administradores para com a Companhia, exigindo que os interesses da companhia sempre se sobreponham aos interesses pessoais dos tomadores de decisão. Ademais, havendo conflito de interesses, cabe ao administrador comunicar aos demais, bem como ao Conselho de Administração, da situação de conflito, tornando-se impedido de intervir na operação e devendo fazer constar em ata do Conselho de Administração a natureza e extensão do seu interesse.

Nos termos desta Política de Transações com Partes Relacionadas, o(s) administrador(es) da Companhia que estiver envolvido em transações com partes relacionadas ou outra situação que represente potencial conflito de interesse deverá (i) manifestar o seu conflito de interesse, explicando seu envolvimento e fornecendo detalhes acerca da situação, adicionalmente, deve ausentar-se das discussões sobre o tema, abster-se de votar e fazer consignar, em ata de reunião a extensão do seu interesse, nos termos do art. 156 da Lei das Sociedades Anônimas; (ii) caso solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente, conforme o caso, os administradores que tenham interesse na operação em questão participarão parcialmente da discussão de forma a explicar seu envolvimento na operação e proporcionar maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas. Neste caso, deverão se ausentar da parte final da discussão, incluindo o processo de votação da matéria; (iii) Caso algum membro do Conselho de Administração ou Diretoria, que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo; (iv) Neste caso, a não manifestação voluntária do administrador é considerada uma violação da política de conflitos de interesse da Companhia, sendo levada ao Conselho de Administração para avaliação de eventual ação corretiva; (v) A manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção deverão constar da ata da reunião; e (vi) Quando de sua posse, os administradores da Companhia devem assinar um documento afirmando que receberam, leram e se comprometem a seguir a Política para Transações com Partes Relacionadas.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

e) *solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto*

A Companhia não possui regras, políticas ou práticas formalizadas para solicitação de procurações pela Administração para o exercício do direito de voto em suas assembleias gerais.

f) *formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procurações outorgados por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarialização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico*

A qualidade de acionista deve ser comprovada mediante exibição de documentos hábeis previstos na lei. Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de um ano e que, também, seja acionista da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos.

A Companhia exige o reconhecimento de firma e/ou notarialização das procurações apresentadas, assim como, consularização e/ou apostilamento e tradução juramentada, quando aplicáveis.

g) *formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarialização e consularização*

Nos termos da Instrução CVM 481, os acionistas que assim desejarem, poderão encaminhar o Boletim de Voto diretamente para a Companhia, e, neste caso, devem observar as regras a seguir:

(i) o Boletim de Voto somente será recebido quando enviado fisicamente, por via postal, endereçado ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia, localizado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP: 01453-000, ou quando enviado por e-mail, para o seguinte endereço eletrônico: ri@AgroGalaxy.com.br, devendo os originais, neste último caso, serem encaminhados à Companhia antes da data prevista para realização da Assembleia Geral ;

(ii) o Boletim de Voto deverá conter local, data e assinatura do acionista solicitante. Caso o acionista seja considerado uma pessoa jurídica nos termos da legislação brasileira, a assinatura deverá ser de seus representantes legais, ou procuradores com poderes para prática deste tipo de ato;

(iii) o Boletim de Voto encaminhado diretamente à Companhia deverá estar acompanhado da documentação que comprove a qualidade de acionista ou de representante legal do acionista signatário, observados, portanto, os requisitos e formalidades indicados no edital de convocação da Assembleia Geral.

O Boletim de Voto que estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista, ou à comprovação de sua representação não será considerado válido, e, em consequência, não será processado pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigido e reenviado pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 481.

Será admitido o Boletim de Voto que for recebido pela Companhia até 7 (sete) dias antes da data de realização da Assembleia Geral, nos termos da Instrução CVM 481.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

h) se a Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico próprio de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância. Também não disponibiliza mecanismos de participação a distância ou um sistema para transmissão ao vivo do vídeo e/ou áudio das assembleias gerais. Ressalta-se que, considerando o disposto no artigo 21-C da Instrução CVM 481, tais sistemas não são obrigatórios à Companhia, ainda que, se verificada a necessidade de sua implementação em um futuro próximo, a Companhia poderá implementá-los.

i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do Conselho de Administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Nos termos da Instrução CVM 481, será assegurado aos acionistas da Companhia, observadas a regulação vigente e as instruções contidas neste item, o direito de indicar candidatos ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, bem como matérias que sejam consideradas pertinentes para inclusão na ordem do dia de suas assembleias gerais ordinárias.

Todas as solicitações de inclusão de matérias para deliberação e de candidatos a membro do Conselho de Administração da Companhia deverão obedecer os prazos estipulados na Instrução CVM 481 para tanto, quais sejam, (i) 45 (quarenta e cinco) dias antes da data de realização da Assembleia Geral Ordinária; e (ii) 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização de Assembleia Geral Extraordinária neste caso, exclusivamente para solicitações de inclusão de candidatos a membro do Conselho de Administração, nas assembleias gerais extraordinárias que venham a ser convocadas para este fim; e deverão ser encaminhadas diretamente à Companhia, endereçado ao departamento de Relação com os Investidores, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP: 01453-000, ou quando enviado por e-mail, para o endereço: ri@AgroGalaxy.com.br, devendo os originais, neste último caso, serem encaminhados à Companhia antes do termo final do prazo indicado nos subitens "i" e "ii" acima.

A solicitação de inclusão que estiver desacompanhada da documentação necessária não será considerada válida, e, em consequência, não será processada pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigida e reenviada pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 481.

Toda e qualquer solicitação de inclusão de propostas ou candidatos no boletim de voto a distância, conforme descritas acima, deverão observar os requisitos legais aplicáveis, bem como o disposto nos artigos 21-L e 21-M da ICVM 481.

j) se a Companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias. Caso se verifique a existência dessa demanda em momento futuro, a Companhia avaliará os melhores métodos de implementação de sistemas como os mencionados.

k) outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito ao voto a distância

Outras informações relativas à participação à distância nas assembleias da Companhia serão divulgadas por ocasião de sua convocação.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a) *frequência das reuniões:*

O Conselho de Administração reunir-se-á, (i) ordinariamente ao menos uma vez a cada 3 (três) meses; e (ii) extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou, mediante solicitação escrita de qualquer conselheiro.

As reuniões serão convocadas mediante notificação enviada por correio ou e-mail, todos com aviso de recebimento, contendo informações sobre o local, data, horário e ordem do dia da reunião, e enviada com todos os documentos objeto de deliberação. A notificação de convocação será enviada com, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência da data da reunião.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas 5 (cinco) reuniões do Conselho de Administração.

b) *se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho*

As disposições do Acordo de Acionistas que sobreviverão após a oferta pública inicial de ações não estabelecem restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho.

Para maiores informações sobre o Acordo de Acionistas, vide item 15.4 deste Formulário de Referência.

c) *regras de identificação e administração de conflitos de interesses*

A Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração em 10 de fevereiro de 2021, visa estabelecer regras a fim de assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os nossos interesses.

A Política de Transações com Partes Relacionadas interpreta conflito de interesses como uma situação que emerge quando uma pessoa se encontra envolvida em processo decisório, negócio ou potencial transação em que ela tenha o poder de influenciar ou direcionar o resultado final deste processo e, assim, assegurar uma vantagem indevida para si, algum familiar ou terceiros, ou ainda que possa interferir na sua capacidade de julgamento isento, prejudicando o melhor interesse da Companhia. Dessa forma, a Política de Transações com Partes Relacionadas estabelece alguns procedimentos a serem observados pelos administradores envolvidos em operações com partes relacionadas ou potenciais conflitos de interesse.

Os administradores ou os administradores das controladas da Companhia envolvidos no processo de aprovação de qualquer transação com partes relacionadas, que estiverem em uma situação pessoal de conflito de interesses, deverão seguir o seguinte direcionamento:

- Os administradores da Companhia, ao identificarem uma matéria dessa natureza, devem imediatamente manifestar seu conflito de interesses. Adicionalmente, devem ausentar-se das discussões sobre o tema e abster-se de votar e fazer consignar, em ata de reunião a extensão de seu interesse, nos termos do art. 156 da Lei das Sociedades Anônimas.
- Caso solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente, conforme o caso, os administradores que tenham interesse na operação em questão participarão parcialmente da discussão de forma a explicar seu envolvimento na operação e proporcionar maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas. Neste caso, deverão se ausentar da parte final da discussão, incluindo o processo de votação da matéria.
- Caso algum membro do Conselho de Administração ou Diretoria, que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

- Neste caso, a não manifestação voluntária do administrador é considerada uma violação da política de conflitos de interesse da Companhia, sendo levada ao Conselho de Administração para avaliação de eventual ação corretiva.
- A manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção deverão constar da ata da reunião.
- Quando de sua posse, os administradores da Companhia devem assinar um documento afirmando que receberam, leram e se comprometem a seguir a Política de Transações com Partes Relacionadas.

Para mais informações sobre a Política de Transações com Partes Relacionadas, vide item 16.1 deste Formulário de Referência.

A íntegra da Política de Transações com Partes Relacionadas pode ser acessada no site de relações com investidores da Companhia (<http://ri.agrogalaxy.com.br>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na categoria "Política de Transações entre Partes Relacionadas".

d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

i) órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado; e

Em reunião realizada em 10 de fevereiro de 2021, os membros do Conselho de Administração aprovaram a política de indicação dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento ("[Política de Indicação](#)"). A íntegra da Política de Indicação pode ser acessada no site de relações com investidores da Companhia (<http://ri.agrogalaxy.com.br>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na categoria "Política de indicação".

ii) principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do Conselho de Administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

A Política de Indicação estabelece as diretrizes, critérios e procedimentos para a indicação de membros ao Conselho de Administração, Diretoria e membros de comitês de assessoramento do Conselho de Administração da Companhia. Como diretriz geral, a Política prevê que o processo de indicação de candidatos deve visar que os cargos elegíveis sejam preenchidos por membros de perfil diversificado, levando-se em conta conhecimentos, experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e gênero. Adicionalmente, os indicados aos cargos deverão ser profissionais altamente qualificados, com notável experiência profissional, técnica e acadêmica, com reputação ilibada.

Nos termos da Política de Indicação da Companhia e no Regimento Interno do Conselho de Administração, o Comitê de Pessoas é o comitê responsável no assessoramento do Conselho de Administração, da Diretoria e dos demais responsável por auxiliar o órgão na indicação de candidatos para membros do Conselho de Administração.

Como diretriz geral, o processo de indicação de candidatos deve assegurar que o Conselho de Administração seja composto de membros de perfil diversificado, número adequado de conselheiros independentes, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, e tamanho que permita a criação de comitês, o debate efetivo de ideias e a tomada de decisões técnicas, isentas e fundamentadas.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Os membros indicados ao Conselho de Administração da Companhia, incluindo os Conselheiros Independentes, deverão atender os seguintes critérios, além dos requisitos legais e regulamentares, e daqueles expressos no Estatuto Social da Companhia e demais pactos societários porventura existentes que tenham a Companhia como objeto:

- Alinhamento e comprometimento com os valores e a cultura da Companhia e seu Código de Ética e Conduta da Companhia;
- Reputação ilibada, nos termos do §3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;
- Não ter sido condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária pela CVM, que o tenha tornado inelegível para os cargos de administrador de companhia aberta;
- Não ter sido impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o sistema financeiro nacional, ou a pena criminal que vede acesso a cargos públicos, nos termos do §1º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;
- Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não ter, nem representar interesse conflitante com o da Companhia, salvo dispensa expressa da assembleia geral para esse fim, na forma do §3º do art, 147 da Lei das Sociedades por Ações;
- Formação acadêmica compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração, conforme descritas no Estatuto Social;
- Experiência profissional em temas diversificados; e
- Disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões do Conselho de Administração e da leitura prévia da documentação.

Por fim, a proposta de reeleição de membros do Conselho de Administração deverá levar em consideração o desempenho do candidato, assim como sua experiência e a assiduidade nas reuniões durante o mandato anterior.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4 – Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

O Estatuto Social da Companhia prevê que ela, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (se instalado), efetivos e suplentes, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 7 de setembro de 1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, dos regulamentos da B3 e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição		Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse		Porcentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Welles Clóvis Pascoal	23/08/1955	Pertence apenas à Diretoria	18/12/2020	18/12/2021	0
263.295.496-72	Engenheiro Agrônomo	19 - Outros Diretores	18/12/2020	Sim	0.00%
O Sr. Welles é membro do Comitê de Sustentabilidade					
José Maurício Mora Puliti	14/08/1974	Pertence apenas à Diretoria	18/12/2020	18/12/2021	2
246.535.668-28	Engenheiro Elétrico	19 - Outros Diretores	18/12/2020	Sim	0.00%
O Sr. José Maurício não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
Marco Antonio Almeida Teixeira	11/06/1970	Pertence apenas à Diretoria	18/12/2020	18/12/2021	1
778.469.906-91	Administrador de empresas	19 - Outros Diretores	18/12/2020	Sim	0.00%
O Sr. Marco Antonio não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
Sheilla Maria Pereira Albuquerque	02/10/1977	Pertence apenas à Diretoria	18/12/2020	18/12/2021	0
153.935.658-28	Administrador de empresas	19 - Outros Diretores	18/12/2020	Sim	0.00%
A Sra. Sheilla é membro do Comitê de Sustentabilidade.					
Sebastian Marcos Popik	25/11/1971	Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/12/2020	17/12/2022	4
228.485.358-73	Economista	20 - Presidente do Conselho de Administração	17/12/2020	Sim	100.00%
O Sr. Sebastian é membro do Comitê de Sustentabilidade.					
Elaine Schulze Alfredo	20/03/1976	Pertence apenas ao Conselho de Administração	11/02/2021	17/12/2022	0
037.645.517-98	Engenheira de produção	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	11/02/2021	Sim	0.00%
A Sra. Elaine não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
Tomas Agustin Romero	28/08/1981	Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/12/2020	17/12/2022	4
235.466.338-22	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	17/12/2020	Sim	100.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos	Outros cargos e funções exercidas no emissor	
						Cargo eletivo ocupado	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Profissão		Data de posse	Foi eleito pelo controlador			
Descrição de outro cargo / função							
Benildo Carvalho Teles	16/08/1955	Perfence apenas ao Conselho de Administração	17/12/2020	17/12/2022	0		
294.258.756-34	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	17/12/2020	Sim	0.00%		
O Sr. Benildo é membro do Comitê de Auditoria.							
João Fernando Garcia	24/06/1967	Perfence apenas ao Conselho de Administração	17/12/2020	17/12/2022	0		
468.702.969-87	Engenheiro Agrônomo	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	17/12/2020	Sim	0.00%		
O Sr. João Fernando não exerce outros cargos ou funções na Companhia.							
Larissa Yastrebov Pomerantzeff	08/01/1979	Perfence apenas ao Conselho de Administração	17/12/2020	17/12/2022	0		
281.150.168-10	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	17/12/2020	Sim	0.00%		
A Sra. Larissa é coordenadora do Comitê de Auditoria.							
Maurício Luis Luchetti	29/12/1958	Perfence apenas ao Conselho de Administração	17/12/2020	17/12/2022	0		
238.595.985-20	Administrador de empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	17/12/2020	Sim	0.00%		
O Sr. Maurício é membro do Comitê de Auditoria.							
Tarcila Reis Correa Ursini	09/05/1974	Perfence apenas ao Conselho de Administração	17/12/2020	17/12/2022	0		
176.122.698-30	Economista e Advogada	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	17/12/2020	Sim	0.00%		
A Sra. Tarcila é membro do Comitê de Sustentabilidade.							
Eduardo de Almeida Salles Terra	30/10/1974	Perfence apenas ao Conselho de Administração	11/02/2021	17/12/2022	0		

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
249.060.488-03	Administrador de empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	11/02/2021	Sim	0.00%

O Sr. Eduardo não exerce outros cargos ou funções na Companhia.

Experiência profissional / Critérios de Independência

Welles Clóvis Pascoal - 263.295.496-72

O Sr. Welles Pascoal possui uma experiência de mais de 20 anos de atuação na Rohm and Haas em diferentes funções comerciais no Brasil na América Latina, liderando as operações do Brasil e do México por 4 anos. Atuou por 15 anos como Diretor de Vendas na Dow AgroSciences no Brasil, como Diretor de Marketing atuou como Presidente para os dois segmentos de negócio, sendo o Crop Protection e a Seeds & Biotech. É formado em Engenharia Agrônoma pela ESACMA – Machado – MG. Curso o seu MBA em Desarrolo de Directivos pela Universidade de La Sabana e em APG pela Amana Key, Presidiu o SINDIVEG – Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal), foi Vice-Presidente do Conselho de Administração da Crop Life LA, membro do Conselho de Administração da ANDEF, Presidente do Conselho de Administração da Inpev (Instituto de Descarte de Embalagens e Ex-Presidente do Sindicato da Indústria e Diretor de Insumos da AG-DEAGRO. Atua como membro do Conselho de Administração da Grão de Ouro Agronegócios S.A. desde 2019.

O Sr. Welles não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

José Maurício Mora Puliti - 246.535.668-28

O Sr. Maurício Puliti possui uma experiência de mais de 20 anos de atuação em diversos segmentos. Atuou como Engenheiro de Vendas na Motorola Solutions. Também atuou como Gerente de Projetos na Motorola Mobility, e posteriormente como Gerente de Projetos Senior no Rabobank Brasil. Foi também Diretor e posteriormente CFO na BRF, além de ocupar o cargo de General Manager na operação da companhia no Kuwait e em Omã. Em 2015 ingressou na Allied Tecnologia com o cargo de CFO, mesmo cargo que ocupa desde abril de 2019 no AgroGalaxy. Formado em Engenharia Elétrica e Eletrônica pela Escola Politécnica da USP, cursou seu MBA em Administração na Northwestern University. Atua como Diretor Administrativo Financeiro da Rural Brasil S.A., da Bussadori, Garcia e Cia Ltda. e da Grão de Ouro Agronegócios S.A. desde 2019.

O Sr. Maurício Puliti não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Marco Antonio Almeida Teixeira - 778.469.906-91

O Sr. Marco Teixeira possui uma experiência de mais de 20 anos de atuação em diversos segmentos. Atuou como Banker do Banco BBA e do BBM, como Gerente de Mercado de Capitais e Tesoureiro Corporativo na Telefonica e na Bunge. Também atuou como Diretor Financeiro na GVT e foi CFO no GPA Malls. Em 2015 ingressou como CFO no AgroGalaxy, onde deixou em janeiro de 2019 para assumir o cargo de CEO na Rural Brasil e na Agrototal Holding S.A.. Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, também obteve seu mestrado na mesma instituição, também em Administração. Curso o seu MBA em Administração na NYU Stern School of Business e Finanças e Finanças integradas e estratégias para criação de valor na The Wharton School. Atuou como Diretor Financeiro na Agrototal Holding S.A. entre 2017 e 2019, na Bussadori, Garcia e Cia Ltda. entre 2018 e 2019 e na Grão de Ouro Agronegócios S.A. em 2019.

O Sr. Marco Antonio não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Sheilla Maria Pereira Albuquerque - 153.935.658-28

A Sra. Sheilla Pereira Albuquerque possui uma experiência de mais de 10 anos de atuação na Dow AgroSciences, onde ocupou os cargos de responsável regional de vendas e gerente de marketing, tendo atuado ainda na Corteva Agriscience durante quase 3 anos, onde foi responsável pelas áreas do Sul e do Paraguai. É formada em Administração com ênfase em negócios pela Universidade Paulista e MBA pela Business School São Paulo.

A Sra. Sheilla não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Sebastian Marcos Popik - 228.485.358-73

O Sr. Sebastián Popik, fundou o Aqua Capital e possui mais de 16 anos de experiência em private equities na América do Sul, com foco no agronegócio. Atuou como operador na Salutia e como consultor na Booz & Co na América Latina. Atualmente, também atua como membro da Harvard Agribusiness SIG. É formado em Economia pela Universidad de San Andrés e possui Mestrado em Políticas Públicas pela Universidade de Harvard através do Programa Fulbright. Atuou como membro do Conselho de Administração da Agro Control Participações S.A., da Rural Brasil S.A. e da Grão de Ouro Agronegócios S.A., além de ter sido diretor da Agro Control Participações S.A. entre 2017 e 2018, e da Companhia entre 2016 e 2018.

O Sr. Sebastian não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Elaine Schulze Alfredo - 037.645.517-98

A Sra. Elaine Schulze Alfred, ingressou na Aqua Capital em 2019 e possui mais de 20 anos de experiência em corporate finance, tendo passado pelos maiores bancos de investimento e fundos de private equity, tanto no Brasil como nos Estados Unidos. Atuou como Associada na divisão de Investment Banking no Lehman Brothers, além de ter sido VP da mesma divisão no Merrill Lynch e como Senior VP no Itaú BBA. É formada em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e possui MBA na Kellogg School of Management da Northwestern University.

A Sr. Elaine Schulze Alfred não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Tomas Agustín Romero - 235.466.338-22

O Sr. Tomás Romero ingressou no Aqua Capital em 2010, possuindo mais de 10 anos de experiência na área. Atuou como consultor para América Latina e Europa na Valeu Partners, empresa de consultoria com sede em Milão, também trabalhou no time de equity da Franklin Templeton Investments. Formado em Economia pela Universidad de San Andrés. Atuou como Diretor da Companhia entre 2019 e 2020. Atua como membro do Conselho de Administração e da Diretoria da Agro Control Participações S.A., desde 2018; como membro do Conselho de Administração da Agrototal Holding S.A., desde 2017; como membro do Conselho de Administração da Rural Brasil S.A. desde 2016; como membro do Conselho de Administração da Campeã Agronegócios S.A. desde 2019; e como membro do Conselho de Administração da Grão de Ouro Agronegócios S.A. desde 2019.

O Sr. Tomas não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Benildo Carvalho Teles - 294.258.756-34

O Sr. Benildo Carvalho Teles fundou a Rural Brasil em 1987, com formação em técnico agropecuário, possuindo uma experiência de mais de 30 anos no agronegócio. Em empresas como Nestle S.A, Rural Brasil e Grupo Teles. Atua como membro do Conselho de Administração da Rural Brasil S.A. desde 2016 e atuou como diretor entre 2016 e 2017.

O Sr. Benildo não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

João Fernando Garcia - 468.702.969-87

<p>O Sr. João Fernando ingressou na Agro100 em 1996, possuindo uma experiência de mais de 20 anos. Atuou como Diretor Comercial e como Diretor de Compras, paralelamente à Diretoria de Sementes. Formado em Agronomia e especialização em Marketing. Atua como diretor da Agrototal Holding S.A. desde 2014 e da Bussadori, Garcia e Cia Ltda. desde 2017</p> <p>O Sr. João Fernando não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.</p>	<p>Larissa Yastrebov Pomerantzeff - 281.150.168-10</p> <p>A Sra. Larissa é graduada em economia pela FAAP de São Paulo e possui MBA pela University of Pittsburgh. Possui mais de 20 anos de experiência em agronegócios e finanças, tendo ocupado posição como CFO da Syngenta Brasil antes da experiência empresarial (desde junho-2018). Anteriormente, ela atuou em diferentes funções na Syngenta, como Diretora Regional de Preços para a América Latina, Controller Sênior Regional para a América Latina, Diretora de Finanças Estatais para o Brasil e Tesoureira Regional para a América Latina. Atuou como Diretora Financeira em um projeto de startup para a GP Investments e Diretora Financeira Corporativa da Siemens para o Brasil. Larissa iniciou sua carreira na Nokia (1999-2005) respondendo pelas atividades de front e back-office de tesouraria no Brasil e nos EUA (Nova York).</p> <p>A Sra. Larissa é membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência como conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado. A Sra. Larissa não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.</p>
<p>Maurício Luis Luchetti - 238.595.985-20</p> <p>O Sr. Maurício é graduado em Administração de Empresas pela PUC-RJ e pós-graduado em Finanças e RH pelo IAG pela PUC-RJ. Atualmente é membro independente do Conselho de Administração da Tenda Construtora e do Comitê de Remuneração, Nomeação e Governança da YDUQS Participações, onde coordena o Comitê de Pessoas e Governança e participa do Comitê de Acompanhamento e Desempenho. Maurício participou como membro dos Conselhos de Administração das empresas de capital aberto Taesa Energia, Tempo Assist, JBS, Mangels e Nutriplant. Também atuou como Diretor de Gente e Gestão e Diretor de Operações Regionais da Ambev, onde trabalhou por 19 anos, como COO brasileiro da Holding Votorantim Cimentos e Diretor da Holding Votorantim Participações. É sócio da Galicia Investimentos desde 2007.</p> <p>O Sr. Maurício é membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência como conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado. O Sr. Maurício não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.</p>	<p>Tarcila Reis Correia Ursini - 176.122.698-30</p> <p>A Sra. Tarcila possui 27 anos de experiência em fusões e aquisições. Atua como conselheira em diversas empresas, tais como JSL S.A., Duratex e Banco Santander. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e em Economia pela Universidade de São Paulo (USP), com Master of Law em Desenvolvimento e Sustentabilidade pela University of London.</p> <p>A Sra. Tarcila é membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência como conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado. A Sra. Tarcila não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.</p>
<p>Eduardo de Almeida Salles Terra - 249.060.488-03</p> <p>O Sr. Eduardo terra possui uma experiência de mais de 20 anos de atuação em varejo. É presidente da SBVC - Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo, membro do Conselho de Administração de diversas empresas de varejo. Atua como professor de cursos de Pós-Graduação e MBA. Realiza palestras em eventos nacionais e internacionais de varejo e é autor de diversos livros e artigos sobre varejo e mercado de consumo. Formado em Economia pela USP, possui MBA em Varejo também pela USP, formação em varejo pelas faculdades de Columbia University in the City of New York e Youngstown State University.</p> <p>O Sr. Eduardo é membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência como conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado. O Sr. Eduardo não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.</p>	<p>Tipo de Condenação</p> <p>Wellies Clóvis Pascoal - 263.295.496-72</p> <p>N/A</p>
<p>Descrição da Condenação</p>	

José Maurício Mora Puliti - 246.535.668-28
N/A
Marco Antonio Almeida Teixeira - 778.469.906-91
N/A
Sheilla Maria Pereira Albuquerque - 153.935.658-28
N/A
Sebastian Marcos Popik - 228.485.358-73
N/A
Elaine Schulze Alfredo - 037.645.517-98
N/A
Tomas Agustin Romero - 235.466.338-22
N/A
Benildo Carvalho Teles - 294.258.756-34
N/A
João Fernando Garcia - 468.702.969-87
N/A
Larissa Yastrebov Pomerantzeff - 281.150.168-10
N/A
Maurício Luis Luchetti - 238.595.985-20
N/A
Tarcila Reis Correa Ursini - 176.122.698-30
N/A
Eduardo de Almeida Salles Terra - 249.060.488-03
N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria		Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
		Profissão	Descrição outros comitês				
Outros cargos/funções exercidas no emissor							
Larissa Yastrebov Pomerantzef	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99	Outros	Outros	08/01/1979	18/12/2020	1 ano
281.150.168-10		Economista	Coordenadora	Coordenadora	18/12/2020	0	0.00%
A Sra. Larissa é membro independente do Conselho de Administração.							
Maurício Luis Luchetti	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99	Outros	Outros	29/12/1958	18/12/2020	1 ano
238.595.985-20		Administrador de empresas	Membro sem Designação Específica	Membro sem Designação Específica	18/12/2020	0	0.00%
O Sr. Maurício é membro independente do Conselho de Administração.							
Benildo Carvalho Teles	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99	Outros	Outros	16/08/1955	10/02/2021	1 ano
294.258.756-34		Economista	Membro sem Designação Específica	Membro sem Designação Específica	10/02/2021	0	0.00%
O Sr. Benildo é membro do Conselho de Administração.							
Tarcila Reis Correa Ursini	Outros Comitês	Economista e Advogada	Outros	Outros	09/05/1974	11/02/2021	1 ano
176.122.698-30	Comitê de Sustentabilidade		Coordenadora	Coordenadora	11/02/2021	0	0.00%
A Sra. Tarcila é membro independente do Conselho de Administração.							
Sheilla Maria Pereira Albuquerque	Outros Comitês	Administrador de empresas	Outros	Outros	02/10/1977	10/02/2021	1 ano
153.935.658-28	Comitê de Sustentabilidade		Membro sem Designação Específica	Membro sem Designação Específica	10/02/2021	0	0.00%
A Sra. Sheilla é Diretora da Companhia.							
Sebastian Marcos Popik	Outros Comitês	Economista	Outros	Outros	25/11/1971	11/02/2021	1 ano
228.485.358-73	Comitê de Sustentabilidade		Membro sem Designação Específica	Membro sem Designação Específica	11/02/2021	0	0.00%
O Sr. Sebastian é Presidente do Conselho de Administração.							
Welles Clóvis Pascoal	Outros Comitês	Engenheiro Agrônomo	Outros	Outros	23/08/1955	10/02/2021	1 ano
263.295.496-72	Comitê de Sustentabilidade		Membro sem Designação Específica	Membro sem Designação Específica	10/02/2021	0	0.00%

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões

Outros cargos/funções exercidas no emissor

O Sr. Welles é Diretor Presidente da Companhia.

Experiência profissional / Critérios de Independência

Larissa Yastrebov Pomerantzef - 281.150.168-10

A Sra. Larissa é graduada em economia pela FAAP de São Paulo e possui MBA pela University of Pittsburgh. Possui mais de 20 anos de experiência em agronegócios e finanças, tendo ocupado posição como CFO da Syngenta Brasil antes da experiência empresarial (desde junho-2018). Anteriormente, ela atuou em diferentes funções na Syngenta, como Diretora Regional de Preços para a América Latina, Controller Sênior Regional para a América Latina, Diretora de Finanças Estatutárias para o Brasil e Tesoureira Regional para a América Latina. Atuou como Diretora Financeira em um projeto de startup para a GP Investments e Diretora Financeira Corporativa da Siemens para o Brasil. Larissa iniciou sua carreira na Nokia (1999-2005) respondendo pelas atividades de front e back-office de tesouraria no Brasil e nos EUA (Nova York).

A Sra. Larissa é membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadraria em nenhuma situação que implique a perda de sua independência como conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado. A Sra. Larissa não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Maurício Luis Luchetti - 238.595.985-20

O Sr. Maurício é graduado em Administração de Empresas pela PUC-RJ e pós-graduado em Finanças e RH pelo IAG pela PUC-RJ. Atualmente é membro independente do Conselho de Administração da Tenda Construtora e do Comitê de Remuneração, Nomeação e Governança da YDUQS Participações, onde coordena o Comitê de Pessoas e Governança e participa do Comitê de Acompanhamento e Desempenho. Maurício participou como membro dos Conselhos de Administração das empresas de capital aberto Taesa Energia, Tempo Assist, JBS, Mangels e Nutriplant. Também atuou como Diretor de Gente e Gestão e Diretor de Operações Regionais da Ambev, onde trabalhou por 19 anos, como COO brasileiro da Votorantim Cimentos e Diretor da Holding Votorantim Participações. É sócio da Galicia Investimentos desde 2007.

O Sr. Maurício é membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadraria em nenhuma situação que implique a perda de sua independência como conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado. O Sr. Maurício não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Benildo Carvalho Teles - 294.258.756-34

O Sr. Benildo Carvalho Teles fundou a Rural Brasil em 1987, com formação em técnico agropecuário, possuindo uma experiência de mais de 30 anos no agronegócio. Em empresas como Nestle S.A, Rural Brasil e Grupo Teles. Atua como membro do Conselho de Administração da Rural Brasil S.A. desde 2016 e atuou como diretor entre 2016 e 2017.

O Sr. Benildo não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Tarcila Reis Correa Ursini - 176.122.698-30

A Sra. Tarcila possui 27 anos de experiência em fusões e aquisições. Atua como conselheira em diversas empresas, tais como JSL S.A., Duratex e Banco Santander. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e em Economia pela Universidade de São Paulo (USP), com Master of Law em Desenvolvimento e Sustentabilidade pela University of London.

A Sra. Tarcila é membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadraria em nenhuma situação que implique a perda de sua independência como conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado. A Sra. Tarcila não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Sheilla Maria Pereira Albuquerque - 153.935.658-28

A Sra. Sheilla Pereira Albuquerque possui uma experiência de mais de 10 anos de atuação na Dow AgroSciences, onde ocupou os cargos de responsável regional de vendas e gerente de marketing, tendo atuado ainda na Corteva Agriscience durante quase 3 anos, onde foi responsável pelas áreas do Sul e do Paraguai. É formada em Administração com ênfase em negócios pela Universidade Paulista e MBA pela Business School São Paulo.

A Sra. Sheilla não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Sebastian Marcos Popik - 228.485.358-73

O Sr. Sebastián Popik, fundou o Aqua Capital e possui mais de 16 anos de experiência em private equities na América do Sul, com foco no agronegócio. Atuou como operador na Salutia e como consultor na Booz & Co na América Latina. Atualmente, também atua como membro da Harvard Agribusiness SIG. É formado em Economia pela Universidad de San Andrés e possui Mestrado em Políticas Públicas pela Universidade de Harvard através do Programa Fulbright. Atuou como membro do Conselho de Administração da Agro Control Participações S.A., da Agrototal Holding S.A., da Rural Brasil S.A. e da Grão de Ouro Agronegócios S.A., além de ter sido diretor da Agro Control Participações S.A. entre 2017 e 2018, e da Companhia entre 2016 e 2018.

O Sr. Sebastian não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Welles Clóvis Pascoal - 263.295.496-72

O Sr. Welles Pascoal possui uma experiência de mais de 20 anos de atuação na Rohm and Haas em diferentes funções comerciais no Brasil na América Latina, liderando as operações do Brasil e do México por 4 anos. Atuou por 15 anos como Diretor de Vendas na Dow AgroSciences no Brasil, como Diretor de Marketing atuou como Presidente para os dois segmentos de negócio, sendo o Crop Protection e Seeds & Biotech. É formado em Engenharia Agrônoma pela ESACMA – Machado – MG. Curso o seu MBA em Desenvolvimento de Negócios pela Universidade de La Sabana e em APG pela Amara Key. Presidiu o SINDIVEG – Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal, foi Vice-Presidente do Conselho de Administração da Crop Life LA, membro do Conselho de Administração da ANDEF, Presidente do Conselho de Administração da Inpev (Instituto de Descarte de Embalagens e Ex-Presidente do Sindicato da Indústria e Diretor de Insumos da AG-DEAGRO. Atua como membro do Conselho de Administração da Grão de Ouro Agronegócios S.A. desde 2019.

O Sr. Welles não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Larissa Yastrebov Pomerantzeff - 281.150.168-10 N/A	
Maurício Luis Luchetti - 238.595.985-20 N/A	
Benildo Carvalho Teles - 294.258.756-34 N/A	
Tarcila Reis Correa Ursini - 176.122.698-30 N/A	

Sheilla Maria Pereira Albuquerque - 153.935.658-28

N/A

Sebastian Marcos Popik - 228.485.358-73

N/A

Welles Clóvis Pascoal - 263.295.496-72

N/A

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, visto que os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não mantêm qualquer relação familiar entre si, com os membros da administração de suas controladas, com seus acionistas controladores ou com os membros da administração de suas controladoras.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
-------------------------------	----------	--	----------------------------

Exercício Social 31/12/2019Administrador do Emissor

Tomas Agustin Romero
Diretor Presidente

235.466.338-22
Prestação de serviço

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

BELL SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA.

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Marcos Teixeira
CEO – Rural

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

M A TEIXEIRA CONSULTORIA – ME

24.545.663/0001-50

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Sebastian Popik
Conselheiro

Controle

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

HUDSON RIVER CONSULTORIA LTDA.

18.668.519/0001-08

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Sebastian Popik Conselheiro		Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> AQUA CAPITAL CONSULTORIA LTDA.	15.624.684/0001-70		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u> Fernando Garcia		Prestação de serviço	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u> GB5 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	27.763.749/0001-47		
<u>Observação</u>			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 – Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

I. AgroGalaxy Participações S.A. e Rural Brasil S.A.

A Rural Brasil S.A. contratou apólice de seguro de responsabilidade civil de conselheiros, diretores e administradores em geral (D&O) junto à Chubb Seguros Brasil S.A, extensiva à AgroTrends Participações S.A. (sua controladora) e à Campeã Agronegócios S.A. (sua controlada).

O limite máximo de garantia é no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). O valor do prêmio líquido da referida apólice foi de R\$ 111.405,68 (cento e onze mil, quatrocentos e cinco reais e sessenta e oito centavos), com vigência no período de 26/12/2019 a 26/12/2020 (apólice em fase de renovação).

Esta apólice garante o pagamento e/ou reembolso das perdas indenizáveis de reclamações decorrentes de atos danosos provocados pelos segurados durante o exercício de gestão para os quais foram nomeados, pelas quais eles venham a ser civilmente responsabilizados por força de sentença judicial transitada em julgado, decisão arbitral ou acordo expressamente autorizado pela seguradora, conquanto o fato gerador esteja coberto pela apólice.

A apólice garante adicionalmente o pagamento pela seguradora de multas decorrentes de condenação em processo administrativo ou obrigações pecuniárias previstas em acordos para encerramento de processos administrativos suportadas pelos administradores, até o limite máximo de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

II. Agro 100

A Agro 100 contratou apólice de seguro de responsabilidade civil de conselheiros, diretores e administradores em geral (D&O) junto à Itbrasil Administradora e Corretora de Seguros Ltda., extensiva à Agro Key Participações S.A., Agro Control Participações S.A. e Agrototal Holding S.A. (suas controladoras) e à Agro Ferrari Produtos Agrícolas Ltda. (sua coligada).

O limite máximo de garantia é no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). O valor do prêmio líquido da referida apólice foi de R\$ 71.924,20 (setenta e um mil, novecentos e vinte e quatro reais e vinte centavos), com vigência no período de 06/03/2020 a 06/03/2021.

Esta apólice garante o pagamento e/ou reembolso das perdas indenizáveis de reclamações decorrentes de atos danosos provocados pelos segurados durante o exercício de gestão para os quais foram nomeados, pelas quais eles venham a ser civilmente responsabilizados por força de sentença judicial transitada em julgado, decisão arbitral ou acordo expressamente autorizado pela seguradora, conquanto o fato gerador esteja coberto pela apólice.

A apólice não garante o pagamento pela seguradora de multas decorrentes de condenação em processo administrativo ou obrigações pecuniárias previstas em acordos para encerramento de processos administrativos suportadas pelos administradores.

III. Grão de Ouro S.A

A Grão de Ouro S.A. contratou apólice de seguro de responsabilidade civil de conselheiros, diretores e administradores em geral (D&O) junto à Zurich Minas Brasil Seguros S.A, extensiva à Grão de Ouro Comercio de Insumos Agrícolas Ltda.

O limite máximo de garantia é no valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais). O valor do prêmio líquido da referida apólice foi de R\$ 48.146,76 (quarenta e oito milhões, cento e quarenta e seis mil e setenta reais e setenta e seis centavos), com vigência no período de 03/09/2020 a 03/09/2021.

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

Esta apólice garante o pagamento e/ou reembolso das perdas indenizáveis de reclamações decorrentes de atos danosos provocados pelos segurados durante o exercício de gestão para os quais foram nomeados, pelas quais eles venham a ser civilmente responsabilizados por força de sentença judicial transitada em julgado, decisão arbitral ou acordo expressamente autorizado pela seguradora, conquanto o fato gerador esteja coberto pela apólice.

A apólice não garante o pagamento pela seguradora de multas decorrentes de condenação em processo administrativo ou obrigações pecuniárias previstas em acordos para encerramento de processos administrativos suportadas pelos administradores.

12.12 - Outras informações relevantes**12.12 – Outras Informações Relevantes*****Assembleias gerais da Companhia realizadas nos últimos três exercícios sociais***

De modo a garantir aos investidores o acesso a informações importantes sobre as práticas da Companhia quanto às assembleias gerais, segue abaixo relação das assembleias gerais da Companhia realizadas nos 3 últimos exercícios sociais:

DATA:	TIPO DA ASSEMBLEIA:	QUÓRUM DE INSTALAÇÃO:
11/02/2021	Assembleia Geral Extraordinária	Acionistas representando a totalidade do capital social votante da Companhia
17/12/2020	Assembleia Geral Extraordinária	Acionistas representando a totalidade do capital social votante da Companhia
30/10/2020	Assembleia Geral Extraordinária	Acionistas representando a totalidade do capital social votante da Companhia
30/10/2020	Assembleia Geral Ordinária	Acionistas representando a totalidade do capital social votante da Companhia
13/07/2020	Assembleia Geral Extraordinária	Acionistas representando a totalidade do capital social votante da Companhia
20/05/2019	Assembleia Geral Extraordinária	Acionistas representando a totalidade do capital social votante da Companhia
21/12/2018	Assembleia Geral Extraordinária	Acionistas representando a totalidade do capital social votante da Companhia
26/09/2018	Assembleia Geral Extraordinária	Acionistas representando a totalidade do capital social votante da Companhia
01/08/2018	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Acionistas representando a totalidade do capital social votante da Companhia
22/03/2018	Assembleia Geral Extraordinária	Acionistas representando a totalidade do capital social votante da Companhia
19/02/2018	Assembleia Geral Extraordinária	Acionistas representando a totalidade do capital social votante da Companhia
18/01/2018	Assembleia Geral Extraordinária	Acionistas representando a totalidade do capital social votante da Companhia
30/09/2017	Assembleia Geral Extraordinária	Acionistas representando a totalidade do capital social votante da Companhia
20/03/2017	Assembleia Geral Extraordinária	Acionistas representando a totalidade do capital social votante da Companhia
03/03/2017	Assembleia Geral Extraordinária	Acionistas representando a totalidade do capital social votante da Companhia

Informações relevantes sobre os membros da administração da Companhia

Em atendimento ao item 4.5 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, para informações relevantes acerca dos membros da administração da Companhia, incluindo eventuais cargos por eles ocupados no conselho de administração, conselho fiscal, comitês e órgãos executivos de outras sociedades e entidades, vide item 12.6/12.8 deste Formulário de Referência.

12.12 - Outras informações relevantes

Órgãos de Assessoramento ao Conselho de Administração

As informações referentes ao Comitê de Auditoria e ao Comitê de Sustentabilidade foram prestadas no item 12.1 deste Formulário de Referência.

Melhores Práticas de Governança Corporativa

Segundo o IBGC O “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa”, editado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, objetiva tornar o ambiente organizacional e institucional brasileiro mais sólido, justo, responsável e transparente, estabelecendo recomendações para a criação de melhores sistemas de governança corporativa nas organizações, visando a otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para o seu bom desempenho e longevidade. A Companhia está comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, tendo aderido práticas recomendadas pelo IBGC, como por exemplo vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes; conselheiros com experiência em questões operacionais, financeiras e outros, além de experiência em participação em outros conselhos de administração; manutenção de um canal de denúncias para a apresentação de denúncias ou resolução de dilemas de ordem ética; e previsão estatutária para instalação de um conselho fiscal, entre outros.

Segmento de Listagem do Novo Mercado

A Companhia sujeita-se também às regras do Regulamento do Novo Mercado. Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos. As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a emitir apenas ações ordinárias; manter, no mínimo, 25% de ações do capital da Companhia em circulação; constituir um Comitê de Auditoria; aprovar regimento interno do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento; instituir área de controles internos na Companhia, entre outros. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a companhia e a B3, além da adaptação do estatuto da companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado. Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos. Além das informações descritas acima, não há outras informações relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais subitens deste item 12.

Diretores não estatutários

Além dos diretores estatutários, a Companhia conta com diretores não estatutários experientes na sua área de atuação, conforme abaixo:

Rodrigo Rodrigues é responsável pela unidade de negócios de sementes. Ele possui mais de 20 anos de experiência no setor de agronegócio. Formado em engenharia agrônoma pela Universidade de São Paulo e com MBA pela Fundação Getúlio Vargas. Atuou como Diretor de Operações e Diretor Presidente da Agrifirma e como conselheiro e diretor da Aqua Capital. Também exerce o cargo de Diretor Presidente da Campeã desde 2019 e passou a integrar o quadro da Companhia em janeiro de 2021.

12.12 - Outras informações relevantes

Pedro Bortolotto é responsável pelo planejamento estratégico da Companhia. Ele possui mais de 15 anos de experiência em planejamento estratégico. Formado em engenharia de produção pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e MBA pela Fundação Dom Cabral e Mestrado em Gestão de Supply Chain pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Atuou como head de supply chain na Sapore, como gerente na Medabil e na Yara Brasil entre 2015 e 2019. Passou a integrar o quadro da Companhia em março de 2020.

Alex Kuribara é responsável por integrações. Ele possui mais de 12 anos de experiência em finanças corporativas. Formado em engenharia elétrica pela Universidade de São Paulo e com MBA pela Fundação Getúlio Vargas. Atuou como analista financeiro na Natura, como consultor de negócios na Kearney, como gerente de projetos e gerente de finanças na Virgin Mobile e como gerente de finanças na Serasa Experian. Passou a integrar o quadro da Companhia em dezembro de 2018.

Felipe Neufeld é responsável por gente e gestão na Companhia. Ele conta com mais de 16 anos de experiência em empresas nacionais e multinacionais como Dow, Kimberly-Clark, Cotia Trading e Banco Votorantim. Felipe é economista, graduado pela Fundação Armando Alvares Penteado – FAAP e pós graduado em gestão de negócios pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Passou a integrar o quadro da Companhia em janeiro de 2021.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1 – Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Remuneração de Administradores, aprovada por seu Conselho de Administração em 18 de dezembro de 2020, e que se encontra disponível para consulta no site de relações com investidores da Companhia (<http://ri.agrogalaxy.com.br>) e tem por objetivo fazer com que o sistema de remuneração da Companhia promova uma cultura de superação de resultados, por meio da contratação e retenção dos melhores profissionais para a Companhia. A Política de Remuneração se aplica a todo processo, normas e procedimentos relacionados à remuneração fixa, variável dos Administradores (conforme definido abaixo) e dos membros dos Comitês e do Conselho Fiscal (quando instalado).

A prática de remuneração da Companhia para o Conselho de Administração, a Diretoria Estatutária e Não Estatutária (“Administradores”), quando instalado, tem por objetivo: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar os Administradores na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e que permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; (iii) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos Administradores; e (iv) restringir as tomadas de decisão que possam gerar distorções a estrutura e estratégia de remuneração definida.

b) composição da remuneração, indicando:

A remuneração global dos Administradores poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) benefícios; e/ou (iv) outros que o Conselho de Administração venha a determinar.

Os membros dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração não recebem remuneração específica por tal função, exceto se for membro externo especialista que não integre o Conselho de Administração, caso em que poderão receber uma remuneração fixa mensal.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Beneficiários	Elementos da Remuneração	Objetivos
Conselho de Administração, Membros dos Comitês de Assessoramento quando profissionais especialistas externos, Diretoria Executiva Estatutária, Diretoria Executiva não estatutária	Remuneração Fixa	É proporcional à responsabilidade do cargo, ao tempo dedicado às funções, à competência e reputação profissional, experiência individual e ao valor dos serviços com foco em sua perenidade e criação de valor no longo prazo. Os critérios por cargo e faixa salarial serão definidos em regulamento específico.
Diretoria Executiva Estatutária, Diretoria Executiva não estatutária	Remuneração Variável	É a parcela variável da remuneração que não está sujeita a reajustes, mas sim ao atingimento de metas, conforme definidos nos regulamentos específicos, com realização de pagamento no ano subsequente.
Diretoria Executiva Estatutária, Diretoria Executiva não estatutária	Benefícios Diretos e Indiretos	Os benefícios têm por objetivo um pacote compatível com a prática de mercado, podendo fazer jus a benefícios como assistência médica e odontológica, seguro de vida, entre outros.
Conselho de Administração, Diretoria Executiva Estatutária, Diretoria Executiva não estatutária	Remuneração baseada em Ações	A Companhia possui um plano de remuneração baseado em ações, cujo objetivo é direcionar as ações ao cumprimento dos objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia, visando a geração de valor para a Companhia.

Na data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal não está instalado.

ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Os Administradores da Companhia não receberam remuneração nos últimos 3 (três) exercícios sociais. O Conselho Fiscal da Companhia não estava instalado.

iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O Conselho de Administração tem a competência de determinar a remuneração individual dos Administradores, respeitados os limites dos valores globais anuais fixados pela Assembleia Geral, além de avaliar a prática de mercado.

É vedado ao membro do Conselho de Administração que também acumular o cargo de diretor estatutário da Companhia, ainda que provisoriamente, intervir no processo de determinação da remuneração dos Administradores.

O Conselho de Administração deve vincular a remuneração dos Administradores a resultados, incluindo metas de médio e longo prazos, relacionadas de forma clara e objetiva à geração de valor econômico para a Companhia no longo prazo. A remuneração dos membros do Conselho de Administração não deve ser baseada em participação em reuniões.

A remuneração fixa dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, será baseada nas responsabilidades do cargo e experiências individuais. A parcela variável estará vinculada ao desempenho da própria Companhia, dependendo dos resultados e do alcance de metas individuais.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

A metodologia de cálculo e reajuste leva em consideração as práticas comumente adotadas pelo mercado, e se baseia em pesquisas específicas realizadas com foco em empresas do mesmo setor, bem como nos índices oficiais de inflação divulgados pelo governo, de forma que a remuneração dos administradores seja periodicamente reajustada garantindo a compatibilidade dos valores com as metas e com as diretrizes da Companhia, conforme a evolução dos indicadores de desempenho descritos no item "c" abaixo.

iv) razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia aprovou uma Política de Remuneração para seus Administradores com o objetivo de determinar as diretrizes e responsabilidades do processo de gestão de pessoas, visando estimular o crescimento dos negócios e assegurar a sustentabilidade, alinhar os interesses dos acionistas aos de Administradores e possibilitar a atração e manutenção de executivos.

A Política de Remuneração da Companhia tem por objetivo fazer com que o sistema de remuneração da Companhia promova uma cultura de superação de resultados, por meio da contratação e retenção dos melhores profissionais para a Companhia.

v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Na data deste Formulário de Referência, todos os membros da administração da Companhia são remunerados.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Os indicadores levados em consideração na determinação da remuneração fazem parte de um sistema de gestão de metas, que leva em consideração: (i) indicadores estratégicos da Companhia, como EBITDA, receita, uso de capital, crescimento, satisfação do cliente, volume de vendas e despesas (ii) projetos estratégicos, retenção de talentos e aderência a padrões.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Os indicadores e metas são revisados anualmente, de modo a refletir mudanças na estratégia e planejamento de resultados da Companhia.

A Remuneração Variável estará vinculada ao desempenho da própria Companhia, dependendo dos resultados e do alcance de metas individuais. São concedidas bonificações anuais proporcionais ao desempenho dos Diretores estatutários e dos Diretores não estatutários da Companhia. Para o cálculo dessas bonificações são verificados anualmente o alcance das metas Corporativas e do desempenho individual de cada Diretor.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Política de Remuneração contém mecanismos que permitem a definição de práticas alinhadas às condições de mercado, garantindo a atração e retenção de talentos que por sua vez trabalham para o atingimento de objetivos de curto prazo e de longo prazo. Os indicadores utilizados na remuneração variável dos membros da Diretoria são objetivos claros e definidos e tem efeitos nos resultados, tanto do exercício social base da remuneração, bem como dos exercícios futuros.

A estratégia de remuneração da Companhia tem como objetivo a atração, retenção e motivação de profissionais qualificados, bem como a perpetuidade da Companhia. As práticas de remuneração adotadas alinham-se aos interesses da Companhia, através das políticas e diretrizes que, em suas análises, tem como itens principais a criação de valor e a continuidade dos negócios.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

A remuneração fixa dos Administradores, é uma forma de se buscar a compatibilidade da política de remuneração com os níveis de responsabilidade assumidos pelos administradores e a gestão de riscos da Companhia. Assim, a estrutura da Política de Remuneração visa evitar a assunção de riscos excessivos e proteger os acionistas.

A Companhia busca o alinhamento de interesses por meio de salários compatíveis com os níveis de mercado e busca por meio da meritocracia premiar o alcance e a superação de metas. Para o curto prazo os interesses são atendidos pela prática de remuneração base, médio prazo através da avaliação de desempenho anual dos executivos e longo prazo por meio do plano de remuneração baseado em ações, com outorgas de opções de compra de ações ou ações restritas.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há qualquer remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores para o exercício de cargos na Companhia.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável, uma vez que, na data deste Formulário de Referência, não havia qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

h) práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria, indicando:

i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Compete ao Conselho de Administração determinar a remuneração individual dos Administradores, respeitados os limites dos valores globais anuais fixados pela Assembleia Geral, bem como a calibração dos critérios para eventual pagamento de bônus anual ou premiação aos Diretores de acordo com os critérios pré estabelecidos.

ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Os administradores e os membros do Conselho Fiscal (quando instalado) poderão ter componentes de remuneração, condições e benefícios diferentes, que serão estabelecidos de acordo com especificidades relacionadas ao tempo dedicado, conhecimento técnico, experiência, participação em comitês de assessoramento, dentre outras características.

A Companhia mantém em seu quadro profissionais qualificados para a função, com relevante experiência. Desta forma, a remuneração fixa dos administradores se refere ao cumprimento das obrigações funcionais associados ao cargo, atrelada ao grau de responsabilidades e da experiência para ocupar a posição. A remuneração fixa tem como objetivo atrair e reter profissionais qualificados que possam contribuir para o crescimento, sucesso e perpetuidade da Companhia e leva em conta a responsabilidade do cargo ocupado.

A Companhia acredita que a combinação dos elementos fixos que compõem a remuneração, alinha os interesses dos executivos aos interesses da Companhia no curto, médio e longo prazos. A parcela fixa dos rendimentos proporciona segurança para o cumprimento de obrigações rotineiras dos executivos, associada a metas estabelecidas para cada exercício social, oferece o estímulo necessário para que o próprio executivo e os seus liderados entreguem seus melhores esforços no sentido de atingir e superar as metas da Companhia.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A Política de Remuneração foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 18 de dezembro de 2020 entrando em vigor em tal data por prazo indeterminado. A Remuneração Fixa dos Administradores é revisada pelo Conselho de Administração, anualmente, de forma a mantê-la adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,08	2,92	0,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.		
Total da remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,33	0,00	5,33
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.		
Total da remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00	0,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.		
Total da remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00	0,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.		
Total da remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 – Remuneração variável do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e conselho fiscal

Prevista para o Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2020				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	4,08	2,92	0	7
Número de membros remunerados ⁽¹⁾	0	0	0	0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	0	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	0	0

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular-Circular- CVM/SEP nº02/2020.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	3	2,33	-	5,33
Número de membros remunerados ⁽¹⁾	0	0	-	0
Bônus	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular-Circular- CVM/SEP nº02/2020.

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	3	2	-	5
Número de membros remunerados ⁽¹⁾	0	0	-	0
Bônus	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular-Circular- CVM/SEP nº02/2020.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	3	2	-	5
Número de membros remunerados ⁽¹⁾	0	0	-	0
Bônus	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular-Circular- CVM/SEP nº02/2020.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e diretoria estatutária

a) *Termos e condições gerais*

Os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17 de dezembro de 2020, o Plano de Opção de Compra de Ações e de Incentivos Atrelados a Ações (“Plano”), que estabelece as condições gerais para a outorga de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia aos administradores, empregados, ou outra sociedade sob o controle da Companhia, os quais serão eleitos pelo Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, por meio da instituição de Programas de Opção de Compra de Ações e/ou Programas de Incentivos Atrelados a Ações.

O Conselho de Administração da Companhia, por sua vez, aprovou, em 18 de dezembro de 2020, o 1º Programa de Opção de Compra de Ações (“1º Programa”), no âmbito do Plano. No âmbito do 1º Programa, serão outorgadas 3.752.151 opções, as quais poderão ser integralmente exercidas antes do lançamento da oferta pública inicial de ações da Companhia. O beneficiário não poderá ceder, onerar ou transferir a terceiros 40% (quarenta) por cento das ações adquiridas por meio do exercício das opções do 1º Programa.

No âmbito do 1º Programa, foram outorgadas 3.640.399 opções, sendo 2.120.547 para administradores da Companhia. Na data deste Formulário de Referência, todas as opções já foram exercidas e as ações correspondentes entregues aos beneficiários, conforme aumento de capital aprovado em 10 de fevereiro de 2021.

Ainda, o Conselho de Administração pretende aprovar em um futuro próximo, um segundo programa de opção de compra de ações e um primeiro programa de ações restritas, no âmbito do Plano, com outorgas condicionadas à realização da oferta pública inicial de ações da Companhia.

b) *Principais objetivos do plano*

Os principais objetivos do Plano são de: (i) estimular a expansão da Companhia e a maior integração dos beneficiários, na qualidade de acionistas da Companhia; e (ii) promover o bom desempenho da Companhia e os interesses de seus acionistas, mediante o comprometimento de longo prazo dos beneficiários.

c) *Forma como o plano contribui para esses objetivos:*

O Plano estimula a evolução do desempenho operacional e financeiro da Companhia ao permitir que quaisquer de seus colaboradores que ocupem cargo de “diretores”, “superintendentes”, “gerentes executivos”, “gerentes” ou outros executivos chave que mantenham vínculo estatutário e/ou de emprego com a Companhia e/ou com as sociedades controladas pela Companhia, sejam elegíveis, a critério do Conselho de Administração, adquiram ações da Companhia.

d) *Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia*

O Plano estimula a evolução do desempenho operacional e financeiro da Companhia, ao permitir que seus colaboradores elegíveis adquiram ações da Companhia, viabilizando a atração e retenção de profissionais qualificados.

e) *Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo*

Ao promover uma atitude de “dono” e engajar os beneficiários no cumprimento das suas respectivas metas, o Plano alinha os interesses dos beneficiários aos interesses dos acionistas e estimula o crescimento sustentável da Companhia. Não obstante, o Plano de Opção, estimula uma visão de longo prazo, focado na geração de valor agregado e na valorização dos seus colaboradores.

f) *número máximo de ações abrangidas*

Até 6% (seis por cento) do capital social subscrito e integralizado da Companhia.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

g) número máximo de opções a serem outorgadas

Até 6% (seis por cento) do capital social subscrito e integralizado da Companhia e não ultrapassando o limite do capital autorizado da Companhia.

h) condições de aquisição de ações

O Conselho de Administração da Companhia determinará os beneficiários em favor dos quais serão outorgadas opções, bem como:

- I. O número de Ações que poderá ser adquirido com o exercício de cada opção;
- II. O prazo de vigência das opções e o prazo para o seu exercício;
- III. O preço de exercício de cada opção ("Preço de Exercício");
- IV. As condições de pagamento do Preço de Exercício;
- V. Outras condições relativas à opções.

A outorga de opções será realizada mediante um Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações entre a Companhia e cada um dos beneficiários, que deverá especificar as condições determinadas pelo Conselho de Administração.

A partir da entrada em vigor do Plano nos termos da deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, o Conselho de Administração está autorizado a outorgar Opções nos termos deste Plano e de suas deliberações.

O Conselho de Administração poderá subordinar o exercício da opção a determinadas condições, bem como impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das Opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas Ações.

O Conselho de Administração poderá impor termos e/ou condições suspensivas ou resolutivas para o exercício da opção. As opções outorgadas nos termos do Plano e o seu exercício pelos beneficiários não têm qualquer relação, tampouco estão vinculados, à relação jurídica existente entre as partes, assim como à retribuição dos beneficiários.

Exercida a opção, o capital da Companhia deverá ser aumentado mediante a emissão de novas ações a serem subscritas pelos beneficiários, dentro do limite autorizado pela Companhia; e/ou de ações mantidas em tesouraria, se disponíveis.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Preço de Exercício das opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Conselho de Administração da Companhia, da Companhia, quando da aprovação de cada programa de compra de ações.

Critérios para fixação do prazo de exercício

Os critérios para fixação do prazo de exercício serão definidos pelo Conselho de Administração da Companhia, que terá total autonomia na administração e estruturação dos termos e condições dos programas de opção de compra de ações e de incentivos atrelados a ações.

Forma de liquidação

A forma de liquidação será definida pelo Conselho de Administração da Companhia, que terá total autonomia na administração e estruturação dos termos e condições dos programas de opção de compra de ações e de incentivos atrelados a ações

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Restrições à transferência de ações

Os critérios para restrições à venda e transferência de ações, serão definidos pelo Conselho de Administração da Companhia, que terá total autonomia na administração e estruturação dos termos e condições dos programas de opção de compra de ações e de incentivos atrelados a ações.

Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Os critérios e eventos que quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano, serão definidos pelo Conselho de Administração da Companhia, que terá total autonomia na administração e estruturação dos termos e condições dos programas de opção de compra de ações e de incentivos atrelados a ações.

Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Os efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia, serão definidos pelo Conselho de Administração da Companhia, que terá total autonomia na administração e estruturação dos termos e condições dos programas de opção de compra de ações e de incentivos atrelados a ações.

Nas hipóteses de desligamento do beneficiário, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados conforme cada caso.

O Conselho de Administração terá amplos poderes para definir as regras, consequências e procedimentos relativos à manutenção ou perda de direitos relativos às opções e às ações pelos beneficiários em caso de (i) rescisão contratual; (ii) falecimento; (iii) invalidez permanente; (iv) aposentadoria; ou (v) dissolução e/ou liquidação da Companhia.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 – Remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da diretoria estatutária

A Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações ou em opções de compra de ações para seus administradores nos últimos três exercícios sociais.

Conforme informado no item 13.4, em 17 de dezembro de 2020, a Companhia aprovou um Plano de Opção de Compra de Ações e de Incentivos Atrelados a Ações. Nos termos do referido Plano de Opções, em 18 de dezembro de 2020, a Companhia aprovou o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia, sendo que nenhuma outorga foi feita em 2020. Dessa forma, não existe previsão de remuneração baseada em ações para o exercício de 2020.

13.6 - Opções em Aberto

13.6 – Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possuía Plano em 31 de dezembro de 2019.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 – Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da diretoria estatutária nos 3 (três) últimos exercícios sociais

Não aplicável, uma vez não existiam opções nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 – Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, uma vez que não existiam opções nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão**13.9 – Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão***Em 31/12/2020*

Órgão	Ações Ordinárias	Total
Conselho de Administração	11.301.506	8,17%
Diretoria	0	0
Conselho Fiscal	0	0

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10 – Informações em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, dado que a Companhia não oferece planos de previdência aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários da Companhia.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2017
Nº de membros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12 – Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Na data deste Formulário de Referência, não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13 – Em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração de cada órgão reconhecida no resultado detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores diretos ou indiretos

Exercício de 2019	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Remuneração total do órgão (R\$)	0	0	0
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	0	0	0
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	0	0	0

Exercício de 2018	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
Remuneração total do órgão (R\$)	0	0	0
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	0	0	0
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	0	0	0

Exercício de 2017	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
Remuneração total do órgão (R\$)	0	0	0
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	0	0	0
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	0	0	0

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14 – Em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam.

Não aplicável, uma vez que, nos últimos três exercícios sociais, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração (haja vista que o Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado) não perceberam qualquer remuneração.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15 – Em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas, como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal

Exercício Social de 2019 – remunerações recebidas a título do exercício de cargo de membro do Conselho de Administração e/ou diretor das controladas				
R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	R\$ 4.124.557,59	R\$ 282.907,93	-	R\$ 4.407.465,52
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício Social de 2018 – remunerações recebidas a título do exercício de cargo de membro do Conselho de Administração e/ou diretor das controladas				
R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	R\$ 2.462.544,74	R\$ 484.636,72	-	R\$ 2.947.181,46
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício Social de 2017– remunerações recebidas a título do exercício de cargo de membro do Conselho de Administração e/ou diretor das controladas				
R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	R\$ 67.124,20	-	R\$ 67.124,20
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 – Outras informações relevantes

Até 2020, a Companhia não pagava remuneração para seus administradores. A partir de 2021, os administradores passam a fazer jus a remuneração, sendo que a Companhia aprovou em 17 de dezembro de 2020, a remuneração global dos Administradores para o ano de 2021 no valor de R\$ 18.256.117,00, incluindo os encargos sociais de responsabilidade da Companhia.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1 – Descrição dos recursos humanos

a) número de empregados da Companhia em 31 de dezembro dos respectivos exercícios sociais (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A tabela abaixo demonstra o número de empregados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020, divididos por localização geográfica.

Empregados por Localização Geográfica				
	31/10/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Sudeste	429	412	36	28
Sul	471	505	322	279
Nordeste	13	11	11	3
Norte	81	80	62	43
Centro Oeste	396	362	339	314
Total	1.390	1.370	770	667

A tabela abaixo demonstra o número de empregados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020, divididos por atividade.

Empregados por Atividade				
	31/10/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Administrativo	676	648	402	360
Agrônomo	145	158	119	84
Comercial	389	388	198	160
Operacional	180	176	51	63
Total	1.390	1.370	770	667

Com relação às áreas de Controles Internos, Gestão de Riscos e *Compliance* e de Auditoria Interna, estas foram recentemente constituídas em razão da oferta pública inicial de ações da Companhia. Dessa forma, nos períodos indicados, não haviam empregados alocados para essas áreas. Para mais informações sobre as atividades de Controles e Riscos da Companhia, vide item 5.1(ii) deste Formulário de Referência.

b) número de terceirizados da Companhia em 31 de dezembro dos respectivos exercícios sociais (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A tabela abaixo demonstra o número de terceirizados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020, divididos por localização geográfica.

Terceiros por Localização Geográfica				
	31/10/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Sudeste	24	28	0	0
Sul	6	13	14	14
Centro Oeste	22	12	6	1
Total	52	53	20	15

A tabela abaixo demonstra o número de terceirizados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no período de dez meses findo em 31 de outubro de 2020, divididos por atividade.

Terceiros por Atividade				
	31/10/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Administrativo	41	41	20	15
Limpeza	3	3	0	0
Segurança	4	4	0	0
Operacional	4	5	0	0
Total	52	53	20	15

c) Índice de Rotatividade apurado em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, bem como em 31 de outubro de 2020:

	31/10/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Índice de Rotatividade	29,2%	28,27%	44,71%	40,43%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 – Alterações relevantes - Recursos humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência, exceto pelo aumento do número de funcionários no período advindo da necessidade para fazer frente ao crescimento dos negócios.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 – Descrição da política de remuneração dos empregados

a) *política de salários e remuneração variável*

Nos últimos três exercícios sociais (2019, 2018 e 2017), a Companhia não possuía uma Política de Remuneração aprovada. Em 18 de dezembro de 2020, por meio de Reunião do Conselho de Administração, a Companhia aprovou uma Política de Remuneração para seus Administradores com o objetivo de determinar as diretrizes e responsabilidades do processo de gestão de pessoas da Companhia e apresentar os aspectos do ciclo de vida aos seus colaboradores.

A Companhia está sempre preocupada com o desenvolvimento profissional e pessoal de seus funcionários e por essa razão entende que as promoções são uma ótima ferramenta para trabalhar a valorização do indivíduo. Na Agrogalaxy, as promoções são baseadas no desempenho, sendo este sustentado pelos resultados, comportamentos e potencial. A Companhia compromete-se a desenvolver planos de sucessão para as posições estratégicas a fim de garantir um conjunto de sucessores prontos para dar resposta às necessidades futuras.

A Diretoria de Gente apoia a implementação das ferramentas necessárias e incentiva os gestores a prepararem os recursos necessários para o desenvolvimento contínuo das pessoas e da Companhia.

O Modelo de Remuneração e Benefícios dos colaboradores é composto por Remuneração Fixa, Remuneração Variável e Benefícios. A remuneração de todos os colaboradores segue as determinações de cargos e salários definidos pelo setor de Recursos Humanos, com base na estrutura abaixo:

- *Remuneração Fixa:* Toda a contratação inicial segue a política salarial de acordo com a convenção Coletiva da Categoria, piso salarial. Após este processo inicial toda e qualquer alteração salarial poderá acontecer somente após 90 dias do último reajuste efetivado, salvo quando do reajuste por conta de CCT. O processo de remuneração fixa leva em consideração: (i) a estrutura de cargos; (ii) desempenho; (iii) competências; e, (iv) tempo de casa.
- *Remuneração Variável:* A Remuneração Variável deve ser direcionada, principalmente, pela capacidade financeira e pela estratégia da Companhia. A metodologia de determinação da remuneração variável deve ser revista anualmente para assegurar o alinhamento com a estratégia da Companhia e com requisitos regulatórios. (i) Bônus por atingimento de metas: Diretores podem ter direito a receber bônus por atingimento de metas determinadas pelo Diretor Presidente e pelo Conselho de Administração. (ii) PLR: A Participação nos Lucros e Resultados contempla todos os colaboradores. Os valores recebidos pelos colaboradores são estabelecidos em convenção coletiva, sendo calculados conforme metas individuais ou coletivas. (iii) Comissões: Utilizado no setor comercial da Companhia, visa motivar os funcionários com um percentual no alcance das metas de vendas, estipulado e divulgado anualmente conforme cada segmentação. (iv) *Stock options* e planos de retenção de longo prazo (Bônus Diferido): Alguns Colaboradores, conforme determinado pelo Diretor Presidente e Comitê de pessoas, farão jus a remunerações em planos de ações ou de incentivos de longo prazo, conforme aprovação do Conselho de Administração.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

b) política de benefícios

A Política de Remuneração contempla um conjunto de benefícios, da seguinte forma (i) Alimentação: O funcionário faz a adesão se quiser no ato da sua contratação, onde paga o equivalente a 1% do custo total da refeição por dia. (ii) Vale Transporte: A adesão é feita no ato da admissão, benefício com desconto de 6% ou o menor valor em folha de pagamento. (iii) Seguro de Vida em Grupo: Esse benefício é obrigatório e a Companhia subsidia 70% do valor do seguro onde o funcionário é incluso na sua admissão; (iv) Plano de Saúde: A Companhia oferece a todos os seus funcionários no ato da admissão Plano de Saúde Coparticipativo, onde a mensalidade é controlada em 60% pela Companhia e os exames e consultas pelo funcionário, as exceções são tratadas com autorização da direção da Companhia. (v) Plano Odontológico: A Companhia tem convênio com plano odontológico para tratamentos com desconto em folha, abrangendo os dependentes, os valores seguem tabela individual.

c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

Os funcionários não-administradores da Companhia também estão elegíveis a participar do seu Plano de Opção de Compra de Ações, após a seleção e aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia. Para informações adicionais sobre o Plano aplicável aos funcionários da Companhia, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A Companhia fundamenta sua gestão de negócios em valores e princípios éticos entre seus colaboradores e demais públicos de relacionamento. A legitimidade de sua atuação ética é fortalecida com o compromisso e o respeito às condutas de cumprimento de todas as leis e dos instrumentos coletivos negociados, de forma a assegurar relações transparentes, justas e profissionais. As controladas negociam diretamente com sindicatos representantes de seus trabalhadores acordos de participação no lucro e resultados.

Não houve paralisações e greves dos empregados da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios sociais e nos últimos 10 meses findos em 31 de outubro de 2020.

São sindicatos representativos da categoria:

- Comércio Açailândia
- Comércio de Alimentação do Município de Redenção e Região
- Federação dos Empregados no Comércio e Congêneres MG
- Sindicato do Comércio Atacadista no Estado de Goiás
- Sindicato do Comércio de Poços de Caldas e Região
- Sindicato dos Aux. de Adm. de Arm. Gerais de GO
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Apucarana
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Assis
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Barra do Garças e Região
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Cor. Procópio
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Dourados
- Sindicato dos Empregados no Comércio de GO
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Itapetininga
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Itapeva
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Jataí
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Londrina
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Maringá
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Naviraí
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Ourinhos
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Passos E Região
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Ponta Porá
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Presidente Prudente
- Sindicato dos Empregados no Comércio de S Ant. Platina
- Sindicato dos Empregados no Comércio de São Jose Do Rio Pardo
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Varginha E Região
- Sindicato dos Empregados no Comércio Estado Tocantins
- Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Atacadista de Go
- Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Paragominas/PA
- Sindilojas - Sindicato dos Lojistas Varejistas do Comércio

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5 – Outras informações relevantes

Com a finalidade de enfrentar os desafios causados pela pandemia global do novo coronavírus (COVID19) (“Pandemia”), originado na China no final de 2019 e declarada como pandemia global pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020, foram instituídos grupos de trabalho multidisciplinares, os quais vêm monitorando todas as operações, dialogando com as autoridades públicas das localidades onde atuamos e instruindo nossos colaboradores, visando a execução segura das atividades da Companhia. Dentre as medidas adotadas pela Companhia e suas controladas para contribuir com a contenção da contaminação da população e preservação da saúde e bem-estar de seus colaboradores, destacam-se: 1) A implementação da política de home office para área administrativa e atividades compatíveis com trabalho a remoto, com direcionamento para gestores e liderança sobre o teletrabalho; 2) Dispensa de trabalho sem prejuízo de remuneração para aprendizes, estagiários e maiores de 60 anos e demais colaboradores dos grupos de risco que não podiam atuar remotamente; 3) Um processo estruturado de Comunicação, buscando conscientização sobre adoção de práticas de higiene, distanciamento social e medidas de prevenção; e 4) Implementação da Telemedicina - disponibilizando uma central de atendimento telefônico, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias da semana composta de médicos e enfermeiros, com a função de orientar e realizar a triagem realizando os devidos direcionamentos de acordo com a gravidade do caso junto ao empregado e dependentes referente ao COVID-19 no período entre março e junho/2020. Em abril de 2020, a Companhia aderiu ao programa do governo federal para desoneração da folha de pagamento com a postergação de pagamento de adicional de férias, INSS e FGTS para todos os colaboradores, incluindo de controladas, realizando os pagamentos em dezembro de 2020.

Além das medidas protetivas, principalmente aos nossos colaboradores, clientes e fornecedores, também foram tomadas medidas financeiras que elencaram, principalmente de contenção de custos e de proteção do caixa, sendo: i) revisão dos gastos e corte de despesas que poderiam ser postergadas; ii) comitê de crise com enfoque no fluxo de caixa, avaliando o processo de recebimento e obtenção de novas linhas de crédito junto a fornecedores; iii) redução do prazo médio de recebimento e aumento do prazo médio de pagamento nas operações de compra e venda de grãos. Essas medidas foram adotadas, mesmo, com o impacto muito baixo no segmento de agronegócio no qual a Companhia possui seus clientes.

A Companhia também realizou um mapeamento dos grupos de riscos e está monitorando eventuais afastamentos de colaboradores em razão do COVID19, bem como, definiu um protocolo para condução dos casos críticos.

As ações em vigor serão mantidas até que tenha cessado ou que tenha havido substancial redução das infecções pelo vírus, de acordo com dados divulgados pelo Ministério da Saúde do Brasil, Decretos e/ou Despachos das autoridades Federais, Estaduais e/ou Municipais.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista		Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador		Última alteração	
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	CPF/CNPJ	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior		Ações ordinárias %		Ações preferenciais %		Qtde. total de ações (Unidades)	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)							
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
Flávia Dias de Souza							
083.720.576-05	Brasileira	Sim	Não	21/12/2020			
Não							
1.276.678	0,899%	0	0,000%		1.276.678		0,899%
Conrado Badaro da Silveira Pinto							
046.857.239-29	Brasileira	Sim	Não	17/12/2020			
Não							
116.338	0,082%	0	0,000%		116.338		0,082%
Rodrigo de Araújo Rodrigues							
186.400.678-13	Brasileira	Sim	Não	11/02/2021			
Não							
439.491	0,310%	0	0,000%		439.491		0,310%
Angelo Mardegan							
505.548.759-34	Brasileira	Sim	Não	11/02/2021			
Não							
422.753	0,298%	0	0,000%		422.753		0,298%
Stelson Geraldo Couto							
697.862.756-91	Brasileira	Sim	Não	17/12/2020			
Não							
407.926	0,287%	0	0,000%		407.926		0,287%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista		Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador		Última alteração		Total ações %	
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	CPF/CNPJ	Última alteração	Qtde. total de ações (Unidades)	Ações preferenciais %	Total ações %
Acionista Residente no Exterior		Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa		CPF/CNPJ		Total ações %	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)		Ações ordinárias %		Qtde. ações preferenciais (Unidades)		Ações preferenciais %		Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)									
Classe ação		Qtde. de ações (Unidades)		Ações %		Ações %		Total ações %	
Valéria Siqueira Gonçalves									
864.108.901-25	Brasileira	Sim		Não		17/12/2020			
Não									
1.087.804		0,766%	0				1.087.804	0,000%	0,766%
José Marcolini Junior									
414.914.757-49	Brasileira	Sim		Não		17/12/2020			
Não									
6.086.702		4,287%	0				6.086.702	0,000%	4,287%
Alexsandro Peixoto Leopoldino									
917.106.851-15	Brasileira	Sim		Não		17/12/2020			
Não									
815.852		0,575%	0				815.852	0,000%	0,575%
Espólio de Bruno Teles Alves									
056.780.276-03	Brasileira	Sim		Não		17/12/2020			
Não									
815.852		0,575%	0				815.852	0,000%	0,575%
Afonso Henrique de Matos									
067.955.328-28		Sim		Não		11/02/2021			
Não									
10.150		0,007%	0				10.150	0,000%	0,007%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista		Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
CPF/CNPJ acionista	Nome do Representante Legal ou Mandatário			Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Acionista Residente no Exterior	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)		Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
José Maurício Mora Puliti						
246.535.668-28	Sim		Não	11/02/2021		
Não						
	541.140	0,381%	0		541.140	0,381%
Gustavo Albieri Calderon						
023.786.029-52	Brasileira	Sim	Não	11/02/2021		
Não						
	245.998	0,173%	0		245.998	0,173%
Marco Antonio Almeida Teixeira						
778.469.906-91		Sim	Não	11/02/2021		
Não						
	1.078.571	0,760%	0		1.078.571	0,760%
Guilherme Badauy Lauria Silva						
691.952.181-49	Brasileira	Sim	Não	11/02/2021		
Não						
	18.963	0,013%	0		18.963	0,013%
Cesar Donizeti Coelho						
009.924.726-79	Brasileira	Sim	Não	11/02/2021		
Não						
	215.042	0,151%	0		215.042	0,151%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista		Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
CPF/CNPJ acionista	Nome do Representante Legal ou Mandatário			Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Acionista Residente no Exterior	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)		Total ações %
Qtde. ações ordinárias (Unidades)						
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Welles Clóvis Pascoal						
263.295.496-72	Brasileira	Sim	Não	11/02/2021		
Não						
500.836	0,353%	0	0,000%	500.836		0,353%
José Ricardo Romanini Domingos						
292.187.778-31	Brasileira	Sim	Não	11/02/2021		
Não						
40.806	0,029%	0	0,000%	40.806		0,029%
Carlos Roberto dos Santos Gajardoni						
629.180.799-87	Brasileira	Sim	Não	11/02/2021		
Não						
126.649	0,089%	0	0,000%	126.649		0,089%
Cláudio Augusto Diniz						
147.863.461-87	Brasileira	Sim	Não	17/12/2020		
Não						
6.081.764	4,284%	0	0,000%	6.081.764		4,284%
Fact Enterprise FIP Multiestratégia						
17.867.471/0001-02	Brasileira	Sim	Sim	17/12/2020		
Não						
599.405	0,422%	0	0,000%	599.405		0,422%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista		Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador		Última alteração	
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	CPF/CNPJ	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior		Ações ordinárias %		Ações preferenciais %		Qtde. total de ações (Unidades)	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %		
Detalhamento por classes de ações (Unidades)							
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
Spectra III Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia							
27.035.883/0001-21	Brasileira	Sim	Sim	0	0,000%	17/12/2020	759.434
Não	759.434	0,535%	0	0,000%	0,000%		0,535%
Walter Bussadori Junior							
327.127.319-72	Brasileira	Sim	Sim	Não	0,000%	17/12/2020	5.097.470
Não	5.097.470	3,591%	0	0,000%	0,000%		3,591%
Vic Spectra III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE							
30.578.597/0001-17	Brasileira	Sim	Sim	Sim	0,000%	17/12/2020	331.864
Não	331.864	0,234%	0	0,000%	0,000%		0,234%
Spectra II – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE							
20.504.602/0001-93	Brasileira	Sim	Sim	Sim	0,000%	17/12/2020	643.984
Não	643.984	0,454%	0	0,000%	0,000%		0,454%
Agrofundo Brasil IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia							
19.267.481/0001-24	Brasileira	Sim	Sim	Sim	0,000%	17/12/2020	25.113.519
Não	25.113.519	17,689%	0	0,000%	0,000%		17,689%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista		Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador		Última alteração	
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	CPF/CNPJ	CPF/CNPJ	
Acionista Residente no Exterior		Ações ordinárias %		Ações preferenciais %		Qtde. total de ações (Unidades)	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)							
Classe ação		Qtde. de ações (Unidades)		Ações %			
Agrofundo Brasil III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia							
24.258.072/0001-00	Brasileiro	Sim	Sim	Sim	17/12/2020		
Não							
11.784.716	8,301%	0	0,000%	11.784.716			8,301%
Galaxy Agribusiness LP							
25.262.307/0001-91	Canadense	Sim	Sim	Sim	17/12/2020		
Sim	Tomas Agustin Romero	Física			235.466.338-22		
10.367.838	7,303%	0	0,000%	10.367.838			7,303%
Agrofundo Brasil V Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia							
28.296.538/0001-04	Brasileira	Sim	Sim	Sim	17/12/2020		
Não	Rio Iaco Participações S.A.				06.990.482/0001-50		
38.528.084	27,139%	0	0,000%	38.528.084			27,139%
Monte Cristo Participações Ltda.							
27.500.907/0001-76	Brasileira	Sim	Sim	Não	17/12/2020		
Não							
1.374.882	0,968%	0	0,000%	1.374.882			0,968%
Clarus Participações Ltda.							
30.987.102/0001-03	Brasileira	Sim	Sim	Não	17/12/2020		
Não							
1.374.882	0,968%	0	0,000%	1.374.882			0,968%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista		Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador		Última alteração		Total ações %	
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	CPF/CNPJ	Última alteração	CPF/CNPJ	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Acionista Residente no Exterior		Ações ordinárias %		Ações preferenciais %		Ações preferenciais %		Ações preferenciais %	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações %	Qtde. total de ações (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Ações preferenciais %	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)									
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)		Ações %		Ações preferenciais %		Ações preferenciais %		Total ações %
Benildo Carvalho Teles									
294.258.756-34	Brasileira	Sim	0	0,000%	6.494.108	0,000%	6.494.108	0,000%	4,574%
Não									4,574%
Rafael Dias de Souza									
095.209.416-90	Brasileira	Sim	0	0,000%	1.276.678	0,000%	1.276.678	0,000%	0,899%
Não									0,899%
Ciclus Participações Ltda.									
29.988.213/0001-55	Brasileira	Sim	0	0,000%	2.553.356	0,000%	2.553.356	0,000%	1,799%
Não									1,799%
Antônio Luiz Giuliangeli									
485.825.659-68	Brasileira	Sim	0	0,000%	3.956.640	0,000%	3.956.640	0,000%	2,787%
Não									2,787%
João Fernando Garcia									
468.702.969-87	Brasileira	Sim	0	0,000%	4.807.398	0,000%	4.807.398	0,000%	3,386%
Não									3,386%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista		Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
CPF/CNPJ acionista	Nome do Representante Legal ou Mandatário			Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Acionista Residente no Exterior	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Rogério Ezequiel Ferrari						
120.221.478-98	Brasileira	Sim	Não	17/12/2020		
Não						
3.050.278	2,149%	0	0,000%		3.050.278	2,149%
Roger Alberto Bolsoni						
539.294.899-53	Brasileira	Sim	Não	17/12/2020		
Não						
3.525.072	2,483%	0	0,000%		3.525.072	2,483%
OUTROS						
0	0,000%	0	0,000%		0	0,000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000%	0	0,000%		0	0,000%
TOTAL	141.968.923	100,000%	0	0,000%	141.968.923	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	10/02/2021
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	26
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	8
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	3

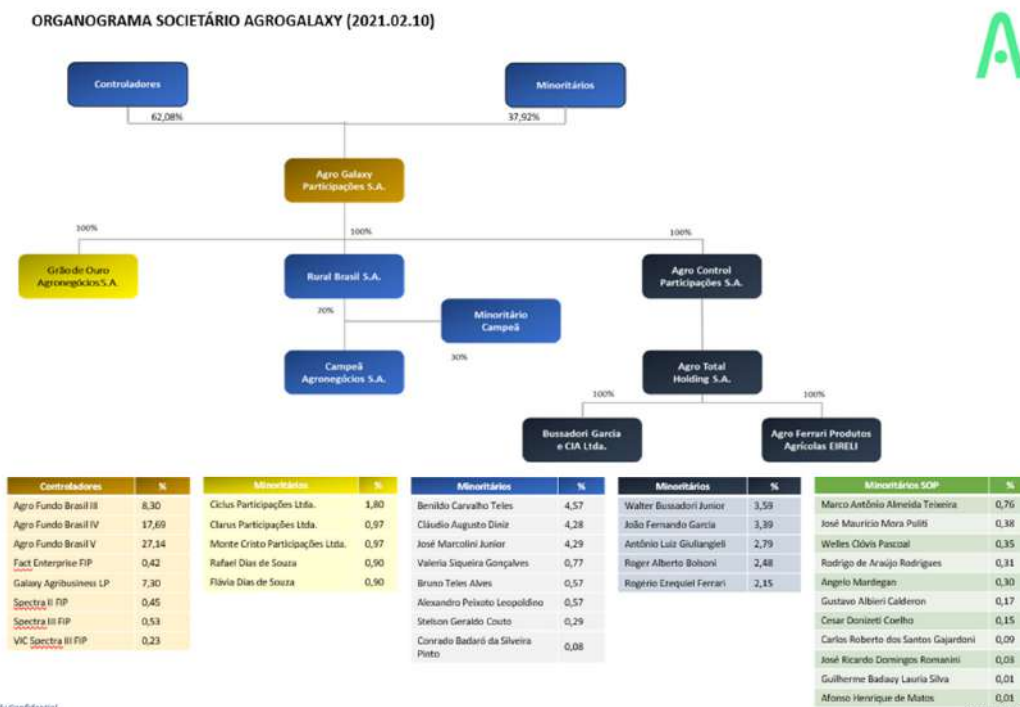
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	0	0,000%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4 – Organograma dos acionistas e do grupo econômico



15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5 – Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Em 30 de outubro de 2020, foi celebrado Acordo de Acionistas da Companhia, entre Agrofundo Brasil III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Agrofundo Brasil IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Agrofundo Brasil V Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Galaxy Agribusiness LP, Spectra II - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE, Spectra III Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Fact Enterprise Fip Multiestratégia, Vic Spectra III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE, Walter Bussadori Junior, João Fernando Garcia, Antonio Luiz Giuliangeli, Roger Alberto Bolsoni, Rogério Ezequiel Ferrari, Ciclus Participações Ltda., Clarus Participações Ltda., Monte Cristo Participações Ltda., Top Invest Participações Societárias Ltda., Benildo Carvalho Teles, Cláudio Augusto Diniz, José Marcolini Junior, Valéria Siqueira Gonçalves, Espólio de Bruno Teles Alves, Alexsandro Peixoto Leopoldino, Stelson Geraldo Couto, Conrado Badaro da Silveira Pinto.

Nos termos da sua cláusula 18.1, após a realização da oferta pública inicial de ações da Companhia, o Acordo de Acionistas estará automaticamente encerrado, ficando vigente apenas a sua cláusula 13 que regula o direito dos acionistas de exigir que a Companhia coopere e tome todas as medidas necessárias à realização de uma ou mais ofertas públicas de distribuição secundária de ações, observado, entretanto, as condições de mercado e as recomendações de uma instituição financeira contratada (ou a ser contratada) para coordenar a oferta pública de ações em questão e, ainda, que o número de ações a serem vendidas no âmbito da oferta em questão corresponda, ao menos, à soma dos volumes dos 25 dias de negociação das ações na B3 anteriores à data da notificação enviada à Companhia.

Em 23 de dezembro de 2020, Agrofundo Brasil III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Agrofundo Brasil IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Agrofundo Brasil V Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIPs”) celebraram um acordo de acionistas (“Acordo de Acionistas”), que somente produzirá efeitos após o encerramento da oferta pública inicial de ações da Companhia.

i) Partes

Os FIPs.

ii) Prazo de Vigência

O Acordo de Acionistas terá validade de 10 (dez) anos contados da sua assinatura.

iii) Objeto

O objeto do Acordo de Acionistas é regular determinados direitos e obrigações dos FIPs na qualidade de acionistas diretos da Companhia.

iv) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Não aplicável.

v) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

Sempre que permitido nos termos da legislação aplicável, os FIPs deverão indicar, no mínimo, 1 (um) membro do Conselho de Administração, incluindo, se necessário, por meio de voto múltiplo ou voto em separado, conforme o disposto na Lei das S.A. Para cumprir o disposto acima, os FIPs se obrigam a agir e votar igualmente e em conjunto para eleição de membros do Conselho de Administração, incluindo em relação a eventuais pedidos de voto múltiplo e voto em separado, conforme o disposto na Lei das S.A.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

vi) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Não aplicável.

vii) Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

Não aplicável.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 – Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Em 30 de outubro de 2020, a Companhia aprovou uma relevante reorganização societária, levando à (i) cisão parcial da Companhia para a Agro Opportunity Participações S.A., (ii) incorporação da Agro Advance Participações S.A. e Agro Key Participações S.A. e, finalmente, (iii) incorporação do acervo líquido da Rural Brasil S.A. Como resultado dessa incorporação, a Companhia passou a ser controlada em conjunto pelo Agrofundo Brasil III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Agrofundo Brasil IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Agrofundo Brasil V Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Galaxy Agribusiness LP, Spectra II – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior, Spectra III Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Fact Enterprise FIP Multiestratégia e e Vic Spectra III Fundo de Investimento Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior, que juntos detém 63,71% do capital social da Companhia. Para mais informações sobre esta reorganização societária, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7 – Principais operações societárias

Evento	Aquisição pela Rural Brasil S.A da participação societária na Campeã Agronegócios S.A. ("Operação")
Sociedades envolvidas	<ul style="list-style-type: none"> a. Rural Brasil S.A ("Rural Brasil") b. Agrológica Agromercantil ("Agrológica") c. Campeã Agronegócios S.A. ("Campeã")
Principais condições do negócio	Em 2017, aquisição, pela Rural Brasil, de 70% (setenta por cento) da participação societária da Campeã, mediante a emissão de 552.665 (quinhentas e cinquenta e duas mil, seiscentas e sessenta e cinco) novas ações ordinárias ao preço de R\$8.400.000,00 (oito milhões e quatrocentos mil reais).
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia	alterações conforme item (e) abaixo
Quadro societário antes da operação	<p>Capital Social Rural Brasil: R\$ 33.590.104,09</p> <pre> graph TD RB[Rural Brasil S.A.] --- 70% CA[Campeã Agronegócios S.A.] AA[Agrológica Agromercantil Ltda.] --- 30% CA </pre>
Quadro societário depois da operação	<p>Capital Social Rural Brasil: R\$ 54.454.285,87</p> <pre> graph TD AA[Agrológica Agromercantil Ltda.] --- 100% CA[Campeã Agronegócios S.A.] </pre>
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Pagamento à Agrológica pela aquisição das ações pela Rural Brasil.

15.7 - Principais Operações Societárias

Evento	Cisão parcial proporcional de ativos da Rural Brasil S.A ("Cisão Parcial")
Sociedades envolvidas	a. Rural Brasil S.A ("Rural Brasil") b. Agro Trends Participações S.A ("Agro Trends") c. Rural Brasil CAR S.A ("Rural CAR")
Principais condições do negócio	Em 30 de setembro de 2020, cisão parcial da Rural Brasil e incorporação da parcela cindida pela Rural CAR, mediante redução de capital no valor de R\$ 72.164.079,00 (setenta e dois milhões, cento e sessenta e quatro mil e setenta e nove reais).
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia	alterações conforme item (e) abaixo
Quadro societário antes e depois da operação	<p>Pré Operação:</p> <pre> graph TD M1[Minoritários 37,232%] --- RB[Rural Brasil S.A. Capital Social R\$ 1.008.662.797,99] AT[Agro Trends Participações S.A. 62,768%] --- RB </pre> <p>Pós Operação:</p> <pre> graph TD M2[Minoritários 37,232%] --- RB[Rural Brasil S.A. Capital Social R\$ 1.116.498.708,08] AT2[Agro Trends Participações S.A. 62,768%] --- RB M3[Minoritários 37,232%] --- RB_CAR[Rural Brasil CAR S.A.] AT3[Agro Trends Participações S.A. 62,768%] --- RB_CAR RB -- "R\$ 72.164.079,00" --> RB_CAR </pre>
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.

15.7 - Principais Operações Societárias

Evento	Cisão parcial da Agro Trends Participações S.A. ("Operação")
Sociedades envolvidas	a. Agro Trends Participações S.A. ("Companhia") b. Rural Brasil CAR S.A. ("Rural CAR") c. Agro Opportunity Participações S.A. ("Agro Opportunity")
Principais condições do negócio	Em 30 de outubro de 2020, foi feita uma cisão parcial da Companhia com a versão da parcela cindida para a Agro Opportunity. A parcela cindida corresponde à participação societária da Companhia na Rural CAR. Com a cisão foi feita redução do capital social da Agro Trends no valor de R\$ 45.295.653,40, sem o cancelamento das ações correspondentes.
Sociedades envolvidas	Agro Opportunity Participações S.A. ("Agro Opportunity")
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Alterações conforme item (e) abaixo.
Quadro societário antes da operação	<pre> graph TD A[Agro Trends Participações S.A. 21.240.146/0001-84] -- 69,364% --> B[Agrofundo Brasil IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia 19.267.481/0001-24] A -- 30,636% --> C[Minoritários Agro Trends] A -- 62,768% --> D[Rural Brasil CAR S.A.] A -- 37,232% --> E[Minoritários Rural Brasil CAR] </pre>
Quadro societário depois da operação	<pre> graph TD A[Agro Opportunity Participações S.A. 33.389.952/0001-06] -- 69,364% --> B[Agrofundo Brasil IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia 19.267.481/0001-24] A -- 30,636% --> C[Minoritários Agro Opportunity] A -- 62,768% --> D[Rural Brasil CAR S.A.] A -- 37,232% --> E[Minoritários Rural Brasil CAR] </pre>
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.	Não aplicável.

15.7 - Principais Operações Societárias

<p>Evento</p>	<p>Reorganização Societária envolvendo a Companhia e outras sociedades do mesmo grupo econômico ("<u>Reorganização</u>"), ocorrida em 30 de outubro de 2020.</p>
<p>Sociedades envolvidas</p>	<p>a. Agro Advance Participações S.A. ("<u>Agro Advance</u>"), b. Agro Trends Participações S.A. ("<u>Companhia</u>"), c. Agro Key Participações S.A. ("<u>Agro Key</u>"), d. Agro Control Participações S.A. ("<u>Agro Control</u>"), e. Agrototal Holding S.A. ("<u>Agrototal</u>") e, em conjunto com a Companhia, Agro Advance, Agro Key e Agro Control, as "<u>Holdings Não Operacionais</u>"), f. Grão de Ouro Agronegócios S.A. ("<u>Grão de Ouro</u>"), g. Grão de Ouro Comércio de Insumos S.A. ("<u>Grão de Ouro Insumos</u>"); h. Rural Brasil S.A. ("<u>Rural</u>"), i. Campeã Agronegócios S.A. ("<u>Campeã</u>"), j. Agro 100, e k. Agro Ferrari Produtos Agrícolas EIRELI ("<u>Ferrari</u>") e, em conjunto com Grão de Ouro, Grão de Ouro Insumos, Rural, Campeã e Bussadori, "<u>Sociedades Operacionais</u>")</p>
<p>Principais condições do negócio</p>	<p>A Reorganização contemplou: (i) a contribuição, pelos acionistas minoritários das Sociedades Operacionais, das respectivas participações acionárias no capital social das respectivas Holdings Não Operacionais, de forma que os acionistas minoritários passassem a deter participação direta na Companhia, Agro Advance e Agro Key ("<u>Roll Up</u>"); e (ii) a incorporação, após o Roll Up, da Agro Advance e da Agro Key pela Companhia, de forma que todos os acionistas passassem a ter participação na Companhia e a Companhia, por sua vez, deterá as Holdings Não Operacionais e as Sociedades Operacionais, com a implementação de um acordo de acionistas regulando a relação entre todos os acionistas da Companhia.</p>
<p>Efeitos resultantes da operação no quadro acionário</p>	<p>Alterações conforme item (e) abaixo.</p>
<p>Quadro societário antes da operação</p>	<p>O diagrama ilustra a estrutura societária antes da reorganização. No topo, há três Holdings Não Operacionais: Brasil III, Brasil IV e Brasil V. Brasil III possui 100% de Agro Advance Participações S.A. e 48% de Grão de Ouro Agronegócios S.A. Brasil IV possui 65,34% de Agro Trends Participações S.A. e 62,47% de Rural Brasil S.A. Brasil V possui 94,97% de Agro Key Participações S.A. e 33,59% de Agrototal Holding S.A. Além disso, Agro Trends possui 30,63% de Agro Trends Participações S.A. e 32,22% de Rural Brasil S.A. Agro Key possui 100% de Agro Control Participações S.A. e 96,20% de Agrototal Holding S.A. Grão de Ouro Agronegócios S.A. possui 100% de Grão de Ouro Comércio de Insumos Agrícolas S.A. Rural Brasil S.A. possui 76% de Campeã Agronegócios S.A. Agrototal Holding S.A. possui 100% de Bussadori, Garcia e Cia Ltda. e 100% de Agro Ferrari Produtos Agrícolas EIRELI.</p>
<p>Quadro societário depois da operação</p>	<p>O diagrama ilustra a estrutura societária depois da reorganização. A Companhia, Agro Trends Participações S.A., tornou-se o ponto central. Ela possui 100% de Grão de Ouro Agronegócios S.A. e 100% de Grão de Ouro Comércio de Insumos Agrícolas S.A. Também possui 100% de Rural Brasil S.A. e 100% de Campeã Agronegócios S.A. Além disso, Agro Trends possui 100% de Agro Control Participações S.A. e 100% de Agrototal Holding S.A. Bussadori, Garcia e Cia Ltda. e Agro Ferrari Produtos Agrícolas EIRELI continuam sob o controle de Agrototal Holding S.A.</p>
<p>Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.</p>	<p>Os cálculos das relações de substituição das ações das Companhias Incorporadas por ações da Companhia foram feitos, para os respectivos acionistas das companhias incorporadas, com base no valor econômico acordado entre os acionistas da Companhia e das companhias incorporadas. A incorporação foi aprovada por unanimidade dos presentes em assembleia geral de acionistas da companhia e das companhias incorporadas, que contou com a presença da totalidade dos acionistas das companhias.</p>

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8 – Outras informações relevantes

Conforme acordo de acionistas firmado em 30 de outubro de 2020 após a reorganização, os acionistas foram divididos em acionistas controladores e minoritários, sendo considerados para a definição contratual utilizada no acordo de acionistas como controladores, conforme indicados no item 15.1/2 deste Formulário de Referência, apenas os 8 acionistas que já eram controladores ou tinham participação nos controladores das companhias investidas (Rural, Agrototal e Grão de Ouro) anteriormente à reorganização societária. Após a realização da oferta pública inicial de ações da Companhia, esse acordo de acionistas perderá a validade e o acordo de acionistas celebrado em 23 de dezembro de 2020 entre 3 dos atuais acionistas controladores (Agrofundos Brasil III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Agrofundos Brasil IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Agrofundos Brasil V Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIPs Agrofundos”)) passará a ter vigência.

Em complementação às informações prestadas nos itens 15.1/2 deste Formulário de Referência, os FIPs Agrofundos, não possuem cotista que os controlem de forma isolada, considerando para estes fins o mesmo critério que, se fossem companhia aberta, seria suficiente para considerar a participação como de acionista controlador, ou seja, não há cotista (i) que seja titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e (ii) que use efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, nos termos do artigo 116 da Lei nº 6.404/76.

De toda forma, parcela relevante dos cotistas dos FIPs Agrofundos são parte de acordo de investimento e voto em conjunto, que lhe garante mediante votação em conjunto, a preponderância das decisões sobre os investimentos. Tais poderes são exercidos por uma entidade de administração nomeada por tais cotistas como seu agente no exterior e relacionada ao Aqua Capital Consultoria Ltda., gestora brasileira de fundos de participações voltada ao agronegócio.

Usufruto sobre Ações:

Em 30 de outubro de 2020, Benildo Carvalho Teles, Cláudio Augusto Diniz, José Marcolini Junior (em conjunto, os “Acionistas Originais”), Valéria Siqueira Gonçalves, Espólio de Bruno Teles Alves, Alexandro Peixoto Leopoldino, Stelson Geraldo Couto, Conrado Badaró da Silveira Pinto (em conjunto, os “Gestores”), Rural Brasil S.A. e AgroGalaxy Participações S.A. (“AgroGalaxy”) celebraram um Instrumento Particular, por meio do qual os Gestores constituíram usufruto sobre a totalidade das ações detidas por eles na AgroGalaxy, para que os Acionistas Originais possam exercer o direito de voto, independentemente de anuência, prévio acordo ou consulta aos Gestores.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 10 de fevereiro de 2021, foi aprovada a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia (“Política de Partes Relacionadas”). O principal objetivo dessa política consiste em estabelecer diretrizes e consolidar os procedimentos de transações dessa natureza, de forma que tais transações sejam realizadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas, assegurando também a transparência deste processo e a aderência da Companhia às melhores práticas de governança corporativa.

A Política de Partes Relacionadas se aplica à Companhia, suas controladas e suas Partes Relacionadas, conforme aplicável. A principal diretiva da Política de Transação com Partes Relacionadas, visa assegurar que todas as decisões, relacionadas às transações com Partes Relacionadas, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, que observadas as mesmas normas e critérios de contratação que utiliza para selecionar prestadores de serviços e fornecedores, sendo condição precedente também, que, de acordo com esta Política de Partes Relacionadas, as operações sejam contratadas em bases comutativas, ou seja, a preço, termos e condições que prevaleçam no mercado ao tempo de sua aprovação, sempre pautado pelo respeito às normas legais e éticas.

Adicionalmente, a Companhia segue a regras estabelecida na Lei das Sociedades por Ações que diz respeito ao necessário dever de lealdade dos administradores para com a Companhia. De acordo com o artigo 155, o administrador deve servir com lealdade à Companhia, exigindo que os interesses da Companhia sempre se sobreponham aos interesses pessoais dos tomadores de decisão. Ademais, o artigo 156 determina que, havendo conflito de interesses cabe ao administrador comunicar aos demais, bem como ao Conselho de Administração, da situação de conflito, tornando-se impedido de intervir na operação e devendo fazer constar em ata do Conselho de Administração a natureza e extensão do seu interesse.

A Política define ainda, de maneira objetiva, conceitos sobre Partes Relacionadas e transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesse, além de conflito de interesses e pessoal chave da administração, estabelecendo exigências mínimas de divulgação de informações sobre essas transações. A Política de Partes Relacionadas está disponibilizada para consulta eletronicamente pelo site da Companhia (<http://ri.agrogalaxy.com.br>).

Por fim, a Companhia adota ainda Política de Indicação de Membros da Administração, Regimento Interno do Conselho de Administração, Regimento Interno do Comitê de Auditoria, Política de Riscos, Política de Remuneração, Política de Negociação e Política de Divulgação, aplicáveis para todas as sociedades de seu grupo econômico, tendo como objetivo orientar as ações e a tomada de decisões de todos os colaboradores das empresas do grupo, nos diversos níveis de relacionamento empresarial e operacional.

Não obstante, a prática recomendada pela Companhia para possíveis conflitos de interesse é baseada no princípio de que o colaborador deverá tomar decisões e agir sempre de maneira idônea, sem se deixar influenciar por questões particulares, de familiares ou de amigos que possam afetar seu julgamento em relação à atividade na qual ele esteja envolvido, ou seja, deve-se recusar a promover qualquer forma de favorecimento ou a agir contra os interesses da Companhia.

A Companhia tem como regra para celebração de operações com partes relacionadas que:

- i. A Companhia poderá realizar operações com partes relacionadas desde que observadas as mesmas normas e critérios de contratação que utiliza para selecionar prestadores de serviços e fornecedores. É condição precedente também, que, de acordo com esta Política, as operações sejam contratadas em bases comutativas, ou seja, nas Condições de Mercado ao tempo de sua aprovação, sempre pautado pelo respeito às normas legais e éticas;
- ii. É vedada a concessão de empréstimos em favor dos controladores, diretos ou indiretos, ou dos administradores da Companhia;

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

- iii. No caso de reestruturação societárias envolvendo Partes Relacionadas, as transações devem assegurar tratamento equitativo para todos os acionistas;
- iv. Todas as Transações com Partes Relacionadas deverão ser reportadas à área de Controles Internos, Gestão de Riscos e Compliance para que esta possa identificar as Partes Relacionadas e fazer o enquadramento das operações como Transações com Partes Relacionadas, submetendo as transações que não digam respeito ao curso natural do negócio ou que, mesmo no curso natural do negócio, envolvam valor, individual ou agregado, em um período de 12 (doze) meses, igual ou superior a R\$ 35.000.000 (trinta e cinco milhões de reais) para aprovação pelo Conselho de Administração;
- v. Caberá à Diretoria Executiva aprovar as Transações com Partes Relacionadas no curso natural do negócio e que envolvam valor, individual ou agregado, em um período de 12 (doze) meses, inferior a R\$ 35.000.000 (trinta e cinco milhões de reais).
- vi. Caberá à área de Controles Internos, Gestão de Riscos e Compliance, no escopo de suas atribuições, avaliar as Transações com Partes Relacionadas e emitir recomendação ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva, conforme o caso, de acordo com os critérios descritos nesta Política.
- vii. A submissão das Transações com Partes Relacionadas para o Conselho de Administração e à Diretoria Executiva, conforme o caso, deverá vir acompanhada das seguintes informações complementares, sempre que viável: (i) razões pelas quais considera que a transação observa as Condições de Mercado, apresentando, p. ex., outras cotações e orçamentos de mercado; (ii) alternativas de mercado à Transação com Parte Relacionada em questão, ajustadas pelos fatores de risco envolvidos; (iii) justificativa para realizar a transação com a Parte Relacionada e não com terceiros; (iv) informações de eventuais transações similares previamente existentes; e (v) benefícios esperados pela Companhia e pela Parte Relacionada.
- viii. Quando exigido pela legislação aplicável, a Transação com Parte Relacionada deverá ser embasada por laudo de avaliação independente, elaborado sem a participação de nenhuma parte envolvida na operação em questão, seja ela banco, advogado, empresa de consultoria especializada, entre outros, com base em premissas realistas e informações referendadas por terceiros; e
- ix. Caberá ao Departamento Jurídico responder pela elaboração e acompanhar a formalização dos contratos entre Partes Relacionadas, os quais devem ser sempre formalizados por escrito, detalhando-se as suas características principais (direitos, responsabilidades, qualidade, preços, encargos, prazos, etc.).

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Qualyquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos S.A.	19/05/2016	101.000.000,00	R\$ 101.000.000,00	N/A	4 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sob o mesmo controle da Companhia. Em janeiro de 2021, a Qualyquímica deixou de estar sob o mesmo controle da Companhia.						
Objeto contrato	Compromisso de compra futura e distribuição exclusiva de fertilizantes foliares, por meio do qual as controladas (Rural Brasil S.A., Grão de Ouro Comércio de Insumos Agrícolas Ltda., Bussadori, Garcia e Cia Ltda. e Agro Ferrari Produtos Agrícolas EIRELI) da Companhia assumiram a obrigação de adquirir, pelo período de 4 (quatro) anos, os produtos da Qualyquímica, que deverão respeitar os limites mínimos previstos no contrato. O valor informado acima se refere ao valor total do contrato pelo período de 4 (quatro) anos.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Pagamento de take or pay (75% do valor mínimo para o período remanescente) e multa.						
Natureza e razão para a operação	Compra de produtos, de forma não exclusiva, pelas subsidiárias da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
Benildo Carvalho Teles	07/10/2016	840.000,00	R\$ 340.000,00	N/A	84 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Objeto contrato Locação do CD de Querência-MT. (matrícula nº 2.162 – Cartório de Registro de Imóveis de Querência-MT). O imóvel também pertence aos Srs. Cláudio Augusto Diniz (CPF nº 147.863.461-87) e José Marcolini Junior (CPF nº 414.914.757-49).						
Garantia e seguros	Fiança prestada por Agro Trends; Compromisso de contratação de seguro						
Rescisão ou extinção	Rescisão mediante notificação da locatária.						
Natureza e razão para a operação	Locatícia						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
Benildo Carvalho Teles	07/10/2016	336.000,00	R\$ 136.000,00	N/A	84 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Locação da Loja de Minas-GO. (matrícula nº 3.264 – Cartório de Registro de Imóveis de Minas-GO). O imóvel também pertence aos Srs. Cláudio Augusto Diniz (CPF nº 147.863.461-87) e José Marcolini Junior (CPF nº 414.914.757-49).						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Fiança prestada por Agro Trends; Compromisso de contratação de seguro. Rescisão mediante notificação da locatária.						
Posição contratual do emissor							
Especificar	Locatícia Outra Locatária						
Benildo Carvalho Teles	07/10/2016	714.000,00	R\$ 289.000,00	N/A	84 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Acionista Locação da loja de Gaúcha do Norte-MT. (matrícula nº 8.594 – 1º Serviço de Registro de Imóveis de Paratinga-MT). O imóvel também pertence aos Srs. Cláudio Augusto Diniz (CPF nº 147.863.461-87), José Marcolini Junior (CPF nº 414.914.757-49), Alexsandro Peixoto Leopoldino (CPF nº 917.106.851-15) e à Sra. Valéria Siqueira Gonçalves (CPF nº 864.108.901-25).						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Fiança prestada por Agro Trends; Compromisso de contratação de seguro. Rescisão mediante notificação da locatária.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar	Locatícia Outra Locatária						
Benildo Carvalho Teles	07/10/2016	1.260.000,00	R\$ 510.000,00	N/A	84 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Acionista Locação da loja de Água Boa — MT. (matrícula nº 8.569 – Cartório de Registro de Imóveis de Água Boa-MT). O imóvel também pertence aos Srs. Cláudio Augusto Diniz (CPF nº 147.863.461-87), José Marcolini Junior (CPF nº 414.914.757-49), Alexsandro Peixoto Leopoldino (CPF nº 917.106.851-15) e à Sra. Valéria Siqueira Gonçalves (CPF nº 864.108.901-25).						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Fiança prestada por Agro Trends; Compromisso de contratação de seguro. Rescisão mediante notificação da locatária.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar	Locatícia Outra						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar	Locatária						
Benildo Carvalho Teles	07/10/2016	6.209.000,28	R\$ 2.513.166,78	N/A	84 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Locação do armazém de Jatai-GO (matrícula nº 46.948 – Cartório de Registro de Imóveis de Jatai-GO). O imóvel também pertence aos Srs. Claudio Augusto Diniz (CPF nº 147.863.461-87) e José Marcolini Junior (CPF nº 414.914.757-49)						
Garantia e seguros	Fiança prestada por Agro Trends; Compromisso de contratação de seguro.						
Rescisão ou extinção	Rescisão mediante notificação da locatária.						
Natureza e razão para a operação	Locatícia						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
Benildo Carvalho Teles	07/10/2016	1.071.000,00	R\$ 433.500,00	N/A	84 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Locação do prédio 505 e 507 - matriz - matriz (matrículas nº 22.714 e 22.947 – Cartório de Registro de Imóveis de Jatai-GO). O imóvel também pertence aos Srs. Claudio Augusto Diniz (CPF nº 147.863.461-87) e José Marcolini Junior (CPF nº 414.914.757-49).						
Garantia e seguros	Fiança prestada por Agro Trends; Compromisso de contratação de seguro						
Rescisão ou extinção	Rescisão mediante notificação da locatária.						
Natureza e razão para a operação	Locatícia						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
Valeria Siqueira Gonçalves	07/10/2016	630.000,00	R\$ 255.000,00	N/A	84 Meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Locação da loja de Canarana-MT (matrícula nº 12.862 – Cartório de Registro de Imóveis de Canarana-MT). O imóvel também pertence ao Sr. Alessandro Peixoto Leopoldino (CPF nº 917.106.851-15).						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Fiança prestada por Agro Trends; Compromisso de contratação de seguro. Rescisão mediante notificação da locatária.						
Posição contratual do emissor	Locatária						
Outra							
Especificar	Locatária						
Rural Querência Ltda.	07/10/2016	966.000,00	R\$ 391.000,00	N/A	84 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controlada por acionistas da Companhia (Benildo, Claudio e José Marcolini) Locação do escritório de Querência-MT. (matrícula nº 5.455 – Cartório de Registro de Imóveis de Querência-MT).						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Fiança prestada por Agro Trends; Compromisso de contratação de seguro. Rescisão mediante notificação da locatária.						
Natureza e razão para a operação	Locatária						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
Rural Querência Ltda.	07/10/2016	714.000,00	R\$ 289.000,00	N/A	84 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controlada por acionistas da Companhia (Benildo, Claudio e José Marcolini) Locação da loja de Xingu-MT.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Rescisão mediante notificação da locatária.						
Natureza e razão para a operação	Locatária						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
Rural Técnica Produtos Agropecuários Ltda.	07/10/2016	2.520.000,00	R\$ 1.020.000,00	N/A	84 meses	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada por acionistas da Companhia (Benildo, Claudio e José Marcolini)						
Objeto contrato	Locação do CD de Jataí-GO. (matrícula nº 50.840 – Cartório de Registro de Imóveis de Jataí-GO).						
Garantia e seguros	Fiança prestada por Agro Trends; Compromisso de contratação.						
Rescisão ou extinção	Rescisão mediante notificação da locatária.						
Natureza e razão para a operação	Locatícia						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
Benildo Carvalho Teles	06/12/2013	63.378.874,12	R\$ 63.378.874,12	N/A	30 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Abertura de crédito rotativo à Rural Brasil pela Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A., CNPJ 07.467.822/0001-26, no valor de R\$63.378.874,12 pelo prazo de 30 anos, contados de 06/12/2013, mediante constituição de garantia hipotecária da Fazenda Macaré I de propriedade das partes relacionadas (Ilalides Medeiros Borges Teles, Cláudio Augusto Diniz, Rosana Ruscitti Diniz, José Marcolini Junior e Silvia Cristina Weyand Marcolini).						
Garantia e seguros	Hipoteca da Fazenda Macaré I.						
Rescisão ou extinção	Liquidação do saldo devedor junto à Nufarm.						
Natureza e razão para a operação	Constituição de garantia à Nufarm para manutenção da linha de crédito da Rural Brasil (crédito para aquisição de produtos de fabricação ou revenda da Nufarm) Nufarm.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Benildo Carvalho Teles	16/07/2014	42.000.000,00	R\$ 42.000.000,00	N/A	120 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Abertura de crédito rotativo à Rural Brasil pelo Itaú, Unibanco S.A.; Banco Itauleasing S.A. e Banco Itaueasing S.A., no valor de R\$42.000.000,00 pelo prazo de 120 meses, contados de 16/07/2014, mediante constituição de garantia hipotecária da Fazenda Macaré II de propriedade das partes relacionadas (Ilalides Medeiros Borges Teles, Cláudio Augusto Diniz, Rosana Ruscitti Diniz, José Marcolini Junior e Silvia Cristina Weyand Marcolini).						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
Garantia e seguros	Hipoteca da Fazenda Macaré II.						
Rescisão ou extinção	Liquidação do saldo devedor junto ao Itaú.						
Natureza e razão para a operação	Constituição de garantia ao Itaú para manutenção da linha de crédito da Rural Brasil						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
José Marcolini Junior	01/09/2015	9.000.000,00	R\$ 9.000.000,00	N/A	Até 23/07/2022	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Abertura de crédito rotativo à Rural Brasil pela Mosaic Fertilizantes, no valor de R\$9.000.000,00 pelo prazo de até 23/07/2022, mediante constituição de garantia hipotecária da Fazenda Malijú I de propriedade das partes relacionadas (Silvia Cristina Weyand Marcolini).						
Garantia e seguros	Hipoteca da Fazenda Malijú I						
Rescisão ou extinção	Liquidação do saldo devedor junto à Mosaic Fertilizantes.						
Natureza e razão para a operação	Constituição de garantia à Mosaic Fertilizantes para manutenção da linha de crédito da Rural Brasil						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Benildo Carvalho Teles	30/09/2015	20.000.000,00	R\$ 20.000.000,00	N/A	Até 31/12/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Abertura de crédito rotativo à Rural Brasil pela Mosaic Fertilizantes, no valor de R\$20.000.000,00 pelo prazo de até 31/12/2020, mediante constituição de garantia hipotecária da Fazenda Bonanza VII, VIII e IX de propriedade das partes relacionadas (Ilaídes Medeiros Borges Teles, Cláudio Augusto Diniz, Rosana Ruscitti Diniz, José Marcolini Junior, Silvia Cristina Weyand Marcolini, Valéria Siqueira Gonçalves; Alexandro Peixoto Leopoldino).						
Garantia e seguros	Hipoteca da Fazenda Bonanza VII, VIII e IX.						
Rescisão ou extinção	Liquidação do saldo devedor junto à Mosaic Fertilizantes.						
Natureza e razão para a operação	Constituição de garantia à Mosaic Fertilizantes para manutenção da linha de crédito da Rural Brasil						
Posição contratual do emissor	Devedor						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
Antônio Luiz Giuliangeli	04/05/2020	277.500,06	R\$ 277.500,06	N/A	30/03/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Compra e venda de Soja (Safrá 2020/2021)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-out)						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
Antônio Luiz Giuliangeli	01/07/2020	409.999,90	R\$ 409.999,90	N/A	30/08/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Compra e venda de Milho (Safrá 2021/2021)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-out)						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
Antônio Luiz Giuliangeli	12/05/2020	156.000,00	R\$ 156.000,00	N/A	30/08/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Compra e venda de Milho (Safrá 2021/2021)						
Garantia e seguros	N/A						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-out).						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
Antônio Luiz Giuliangeli	12/05/2020	185.000,00	R\$ 185.000,00	N/A	30/08/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Compra e venda de Milho (Safrá 2021/2021)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
Antônio Luiz Giuliangeli	02/09/2020	693.333,20	R\$ 693.333,20	N/A	15/03/2022	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Compra e venda de Soja (Safrá 2021/2022)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
Antônio Luiz Giuliangeli	19/12/2019	399.999,90	R\$ 399.999,90	N/A	30/03/2021	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Compra e venda de Soja (Saíra 2020/2021)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out)						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar							
Antônio Luiz Giuliangeli	30/03/2020	293.333,40	R\$ 293.333,40	N/A	30/04/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Compra e venda de Soja (Saíra 2020/2021)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out)						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar							
Antônio Luiz Giuliangeli	26/08/2020	170.000,10	R\$ 170.000,10	N/A	30/08/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Compra e venda de Milho (Saíra 2021/2021)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out).						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar	Compradora						
Antônio Luiz Giulliangeli	02/09/2020	424.360,08	R\$ 424.360,08	N/A	30/04/2022	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Compra e venda de Soja (Safrá 2021/2022)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out).						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
Antônio Luiz Giulliangeli	24/07/2020	284.999,94	R\$ 284.999,94	N/A	30/03/2022	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Compra e venda de Soja (Safrá 2021/2022)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-out).						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
Carlos Henrique Arrabal Garcia	02/09/2020	1.379.170,26	R\$ 1.379.170,26	N/A	30/03/2022	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Administrador da Agro Total						
Objeto contrato	Compra e venda de Soja (Safrá 2021/2022)						
Garantia e seguros	N/A						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out).						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
Carlos Henrique Arrabal Garcia	16/03/2020	255.000,06	R\$ 255.000,06	N/A	30/01/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Administrador da Agro Total						
Objeto contrato	Compra e venda de Soja (Safrá 2020/2021)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out).						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
Carlos Henrique Arrabal Garcia	14/07/2020	420.000,00	R\$ 420.000,00	N/A	30/09/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Administrador da Agro Total						
Objeto contrato	Compra e venda de Milho (Safrá 2021/2021)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out)						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
Carlos Henrique Arrabal Garcia	19/12/2019	959.999,76	R\$ 959.999,76	N/A	30/03/2021	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Administrador da Agro Total Compra e venda de Soja (Safrá 2020/2021)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out)						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
Carlos Henrique Arrabal Garcia	20/01/2020	1.226.999,70	R\$ 1.226.999,70	N/A	30/03/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Administrador da Agro Total Compra e venda de Soja (Safrá 2020/2021)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out).						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
Carlos Henrique Arrabal Garcia	02/03/2020	820.000,20	R\$ 820.000,20	N/A	15/03/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Administrador da Agro Total Compra e venda de Soja (Safrá 2020/2021)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out).						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar	Compradora						
Carlos Henrique Arrabal Garcia	16/07/2020	126.000,00	R\$ 126.000,00	N/A	20/08/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Administrador da Agro Total						
Objeto contrato	Compra e venda de Milho (Safrá 2021/2021)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out).						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
João Fernando Garcia	19/12/2019	799.999,90	R\$ 799.999,90	N/A	30/03/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Compra e venda de Soja (Safrá 2020/2021)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out)						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
João Fernando Garcia	20/01/2020	817.999,80	R\$ 817.999,80	N/A	30/03/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Compra e venda de Soja (Safrá 2020/2021)						
Garantia e seguros	N/A						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out).						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
João Fernando Garcia	30/04/2020	455.000,10	R\$ 455.000,10	N/A	30/03/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Compra e venda de Soja (Safrá 2020/2021)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out)						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
João Fernando Garcia	03/07/2020	1.024.999,50	R\$ 1.024.999,50	N/A	Ctt 10112972 - 30/09/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Compra e venda de Milho (Safrá 2021/2021)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out).						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
João Fernando Garcia	02/10/2020	499.999,80	R\$ 499.999,80	N/A	30/08/2021	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Acionista	Compra e venda de Milho - Safra 2021/2021 prazo de entrega até 30/08/2021 e firmado em 02/10/2020.					
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out).						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
João Fernando Garcia	14/05/2020	500.000,00	R\$ 500.000,00	N/A	15/04/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Acionista	Compra e venda de Soja (Safra 2020/2021)					
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out)						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
João Fernando Garcia	11/03/2020	840.000,00	R\$ 840.000,00	N/A	30/04/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Acionista	Compra e venda de Soja (Safra 2020/2021)					
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out).						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar	Compradora						
João Fernando Garcia	29/07/2020	1.899.999,60	R\$ 1.899.999,60	N/A	30/03/2022	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Compra e venda de Soja (Safrá 2021/2022)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out).						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
João Fernando Garcia	13/08/2020	1.005.000,00	R\$ 1.005.000,00	N/A	30/03/2022	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Compra e venda de Soja (Safrá 2021/2022)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out).						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
Rodrigo Freitas Bussadori	08/09/2020	251.000,10	R\$ 251.000,10	N/A	30/10/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Filho do Walter Bussadori Júnior e empregado da Companhia.						
Objeto contrato	Compra e venda de Milho (Safrá 2020/2020)						
Garantia e seguros	N/A						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out)						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
Rodrigo Freitas Bussadori	14/08/2020	357.000,00	R\$ 357.000,00	N/A	30/03/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Filho do Walter Bussadori Júnior e empregado da Companhia.						
Objeto contrato	Compra e venda de Soja (Safrá 2020/2021)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out).						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
Rodrigo Freitas Bussadori	22/07/2020	470.000,10	R\$ 470.000,10	N/A	30/03/2022	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Filho do Walter Bussadori Júnior e empregado da Companhia.						
Objeto contrato	Compra e venda de Soja (Safrá 2021/2022)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out).						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora.						
Rodrigo Freitas Bussadori	12/03/2020	256.500,00	R\$ 256.500,00	N/A	30/03/2021	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Filho do Walter Bussadori Júnior e empregado da Companhia. Compra e venda de Soja (Safrá 2020/2021).						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out).						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar							
Rodrigo Freitas Bussadori	Compradora	23/04/2020	271.499,94	R\$ 271.499,94	30/03/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Filho do Walter Bussadori Júnior e empregado da Companhia. Compra e venda de Soja (Safrá 2020/2021)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out).						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar							
Rodrigo Freitas Bussadori	Compradora	20/01/2020	817.999,80	R\$ 817.999,80	30/03/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Filho do Walter Bussadori Júnior e empregado da Companhia. Compra e venda de Soja (Safrá 2020/2021)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out).						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar	Compradora						
Ronan Guilherme Giuliangeli	21/01/2020	796.999,80	R\$ 796.999,80	N/A	30/03/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Filho do Antonio e é empregado da Companhia						
Objeto contrato	Compra e venda de Soja (Safrá 2020/2021)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
Ronan Guilherme Giuliangeli	30/03/2020	270.000,00	R\$ 270.000,00	N/A	30/05/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Filho do Antonio Luiz Giuliangeli e é empregado da Companhia.						
Objeto contrato	Compra e venda de Soja (Safrá 2019/2020)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
Ronan Guilherme Giuliangeli	24/07/2020	930.000,00	R\$ 930.000,00	N/A	30/03/2022	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Filho do Antonio Luiz Giuliangeli e é empregado da Companhia.						
Objeto contrato	Compra e venda de Soja (Safrá 2021/2022)						
Garantia e seguros	N/A						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Multa.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
Gabriel Freitas Bussadori	23/06/2020	478.500,00	R\$ 478.500,00	N/A	30/04/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Filho do Walter Bussadori Júnior.						
Objeto contrato	Compra e venda de Soja (Safrá 2020/2021)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out).						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
Roger Alberto Bolsoni	10/11/2020	747.817,00	R\$ 747.817,00	N/A	05/01/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Compra e venda de Milho (Safrá 2020/2020)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out)						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
Roger Alberto Bolsoni	31/03/2020	420.000,00	R\$ 420.000,00	N/A	20/04/2021	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Comprador						
Garantia e seguros	Acionista						
Rescisão ou extinção	Compra e venda de Soja (Safrá 2020/2021)						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out).						
Especificar	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Walter Bussadori Junior	Outra						
	Compradora						
	17/08/2020	2.475.000,00	R\$ 2.475.000,00	N/A	10/02/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Acionista						
Garantia e seguros	Compra e venda de Soja (Safrá 2021/2022)						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out).						
Posição contratual do emissor	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Especificar	Outra						
Walter Bussadori Junior	Compradora						
	23/04/2020	361.999,92	R\$ 361.999,92	N/A	30/03/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Acionista						
Garantia e seguros	Compra e venda de Soja (Safrá 2020/2021)						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out).						
Posição contratual do emissor	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
	Outra						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar	Compradora						
GB5 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	16/08/2017	3.909.237,41	R\$ 2.607.585,52	N/A	120 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada por Acionistas da Companhia (Walter Bussadori, Antonio Giuliangeli, Roger Bolsoni e João Fernando Garcia).						
Objeto contrato	Locação do Silo de Alvorada do Sul-PR. (matrícula nº 15.102 – Cartório de Registro de Imóveis de Bela Vista do Paraíso-PR).						
Garantia e seguros	Penhor sobre 1,1% das ações de, emissão da Agro Total de titularidade da Agro Control; Compromisso de contratação de seguro.						
Rescisão ou extinção	(i) rescisão mediante notificação da locatária.; (ii) por qualquer das partes em caso de inadimplemento contratual; (iii) em caso de decretação de falência ou requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial.						
Natureza e razão para a operação	Locatícia						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
GB5 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	16/08/2017	16.940.026,96	R\$11.299.536,05	N/A	120 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada por Acionistas da Companhia (Walter Bussadori, Antonio Giuliangeli, Roger Bolsoni e João Fernando Garcia).						
Objeto contrato	Locação do Silo de Eldorado-MS. (matrícula nº 7.771 – 2º Ofício de Registro de Imóveis de Eldorado-MS).						
Garantia e seguros	Penhor sobre 4,60% das ações de emissão da Agro total, de titularidade da Agro Control; Compromisso de contratação de seguro.						
Rescisão ou extinção	(i) Rescisão mediante notificação da locatária.; (ii) por qualquer das partes em caso de inadimplemento contratual; (iii) em caso de decretação de falência ou requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial.						
Natureza e razão para a operação	Locatícia						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
GB5 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	16/08/2017	7.166.932,76	R\$4.780.571,80	N/A	120 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada por Acionistas da Companhia (Walter Bussadori, Antonio Giuliangeli, Roger Bolsoni e João Fernando Garcia).						
Objeto contrato	Locação de Ipe-SP (matrícula nº 11.199 – Cartório de Registro de Imóveis de Rancharia-SP)						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
Garantia e seguros	Penhor sobre 1,9% das ações de emissão da Agro Total, de titularidade da Agro Control; Compromisso de Contratação de seguro.						
Rescisão ou extinção	(i) Rescisão mediante notificação da locatária.; (ii) por qualquer das partes em caso de inadimplemento contratual; (iii) em caso de decretação de falência ou requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial						
Natureza e razão para a operação	Locatícia						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
GB5 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	16/08/2017	6.515.396,13	R\$4.345.976,17	N/A	120 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada por Acionistas da Companhia (Walter Bussadori, Antonio Giuliangeli, Roger Bolsoni e João Fernando Garcia).						
Objeto contrato	Locação do Silo de Guaravera-PR (matrícula nº 92.402 – 3º Ofício de Registro de Imóveis de Londrina).						
Garantia e seguros	Penhor sobre 1,8% das ações da Agro Total, de titularidade da Agro Control; Compromisso de contratação de seguro.						
Rescisão ou extinção	(i) rescisão mediante notificação da locatária; por qualquer das partes em caso de inadimplemento contratual; (iii) em caso de decretação de falência ou requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial.						
Natureza e razão para a operação	Locatícia						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
GB5 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	16/08/2017	10.424.633,40	R\$6.953.561,60	N/A	120 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada por Acionistas da Companhia (Walter Bussadori, Antonio Giuliangeli, Roger Bolsoni e João Fernando Garcia).						
Objeto contrato	Locação da Loja de Maracai-SP (matrícula nº 1.703 – Cartório de Registro de Imóveis de Maracai-SP).						
Garantia e seguros	Penhor sobre 2,8% das ações da Agro total, de titularidade da Agro Control; Compromisso de contratação de seguro.						
Rescisão ou extinção	(i) rescisão mediante notificação da locatária.; (ii) por qualquer das partes em caso de inadimplemento contratual; (iii) em caso de decretação de falência ou requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial.						
Natureza e razão para a operação	Locatícia						
Posição contratual do emissor	Outra						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar	Locatária						
GB5 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	01/02/2019	1.888.096,62	R\$1.243.754,29	N/A	102 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada por Acionistas da Companhia (Walter Bussadori, Antonio Giuliangeli, Roger Bolsoni e João Fernando Garcia).						
Objeto contrato	Locação da Loja de Sabaudia-PR (Rodovia PR-218, KM 13, S/N)						
Garantia e seguros	(i) caso não seja possível obter todas as licenças; (ii) mediante acordo mútuo; (iii) decretação de falência; (iv) inadimplemento total ou parcial.						
Rescisão ou extinção	Rescisão mediante notificação da locatária.						
Natureza e razão para a operação	Locatícia						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
GB5 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	16/08/2017	11.727.712,22	R\$7.822.756,57	N/A	120 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada por Acionistas da Companhia (Walter Bussadori, Antonio Giuliangeli, Roger Bolsoni e João Fernando Garcia).						
Objeto contrato	Locação do Silo de Tamarana-PR (matrícula nº 43.554 – 3º Ofício de Registro de Imóveis de Londrina)						
Garantia e seguros	Penhor sobre 3,2% das ações da Agro Total, de titularidade da Agro Control; Compromisso de contratação de seguro.						
Rescisão ou extinção	(i) rescisão mediante notificação da locatária.; (ii) por qualquer das partes em caso de inadimplemento contratual; (iii) em caso de decretação de falência ou requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial.						
Natureza e razão para a operação	Locatícia						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
GB2 Empreendimentos Ltda	01/02/2019	1.836.882,55	R\$1.435.101,31	N/A	103 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada por Acionistas da Companhia (Walter Bussadori, Antonio Giuliangeli, Roger Bolsoni e João Fernando Garcia).						
Objeto contrato	Locação da Loja de Andirá-PR (Rodovia BR 369, Km 38)						
Garantia e seguros	N/A						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
Rescisão ou extinção	(i) caso não seja possível obter todas as licenças; (ii) mediante acordo mútuo; (iii) decretação de falência; (iv) inadimplemento total ou parcial.						
Natureza e razão para a operação	Locatária						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
GB2 Empreendimentos Ltda	01/02/2019	9.412,22	N/A	N/A	indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada por Acionistas da Companhia (Walter Bussadori, Antonio Giuliangeli, Roger Bolsoni e João Fernando Garcia).						
Objeto contrato	Locação da Loja de Assai-PR (Avenida Paul Harris, nº 70)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	(i) caso não seja possível obter todas as licenças; (ii) mediante acordo mútuo; (iii) decretação de falência; (iv) inadimplemento total ou parcial.						
Natureza e razão para a operação	Locatária						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
GB2 Empreendimentos Ltda	16/08/2017	14.333.869,59	R\$9.561.146,31	N/A	120 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada por Acionistas da Companhia (Walter Bussadori, Antonio Giuliangeli, Roger Bolsoni e João Fernando Garcia).						
Objeto contrato	Locação do Silo de Bela Vista do Paraíso-PR (matrícula nº 12.544 – Cartório de Registro de Imóveis de Bela Vista do Paraíso-PR)						
Garantia e seguros	Penhor sobre 3,9% das ações de emissão da Agro Total, de titularidade da Agro Control; Compromisso de contratação de seguro.						
Rescisão ou extinção	(i) rescisão mediante notificação da locatária; (ii) por qualquer das partes em caso de inadimplemento contratual; (iii) em caso de decretação de falência ou requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial.						
Natureza e razão para a operação	Locatária						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
GB2 Empreendimentos Ltda	16/08/2017	18.243.107,00	R\$12.168.731,83	N/A	120 meses	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
Relação com o emissor	Controlada por Acionistas da Companhia (Walter Bussadori, Antonio Giuliangeli, Roger Bolsoni e João Fernando Garcia).						
Objeto contrato	Locação do Silo de Cambé-PR (matrícula nº 31.632 – Cartório de Registro de Imóveis de Cambé-PR)						
Garantia e seguros	Penhor sobre 4,9% das ações de emissão da Agro Total, de titularidade da Agro Control; Compromisso de contratação de seguro.						
Rescisão ou extinção	(i) rescisão mediante notificação da locatária; (ii) por qualquer das partes em caso de inadimplemento contratual; (iii) em caso de decretação de falência ou requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial.						
Natureza e razão para a operação	Locatícia						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
GB2 Empreendimentos Ltda	01/02/2019	2.999.125,94	R\$1.684.544,80	N/A	143 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada por Acionistas da Companhia (Walter Bussadori, Antonio Giuliangeli, Roger Bolsoni e João Fernando Garcia).						
Objeto contrato	Locação da Loja de Eldorado-MS (Rua Rui Barbosa, nº 87)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	(i) caso não seja possível obter todas as licenças; (ii) mediante acordo mútuo; (iii) decretação de falência; (iv) inadimplemento total ou parcial.						
Natureza e razão para a operação	Locatícia						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
GB2 Empreendimentos Ltda	16/08/2017	1.403.019,58	R\$935.858,62	N/A	103 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada por Acionistas da Companhia (Walter Bussadori, Antonio Giuliangeli, Roger Bolsoni e João Fernando Garcia).						
Objeto contrato	Locação da Matriz – Londrina-PR (Rua Maria Calsavara Gallo, Lote 45)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	(i) caso não seja possível obter todas as licenças; (ii) mediante acordo mútuo; (iii) decretação de falência; (iv) inadimplemento total ou parcial.						
Natureza e razão para a operação	Locatícia						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor							
Especificar							
GB2 Empreendimentos Ltda	20/02/2020	1.160.568,36	N/A	N/A	36 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada por Acionistas da Companhia (Walter Bussadori, Antonio Giuliangeli, Roger Bolsoni e João Fernando Garcia).							
Objeto contrato							
Locação Londrina-PR (Rodovia Celso Garcia Cid, PR 445, Km 6,1)							
Garantia e seguros							
N/A							
Rescisão ou extinção							
(i) caso não seja possível obter todas as licenças; (ii) mediante acordo mútuo; (iii) decretação de falência; (iv) inadimplemento total ou parcial.							
Natureza e razão para a operação							
Locatícia							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
GB2 Empreendimentos Ltda	16/08/2017	11.727.712,22	R\$7.822.756,57	N/A	120 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada por Acionistas da Companhia (Walter Bussadori, Antonio Giuliangeli, Roger Bolsoni e João Fernando Garcia).							
Objeto contrato							
Locação do Silo de Primeiro de Maio-PR (matrícula nº 4.098 – Cartório de Registro de Imóveis de Primeiro de Maio-PR).							
Garantia e seguros							
Penhor sobre 3,2% das ações de emissão da Agro Total, de titularidade da Agro Control; Compromisso de contratação de seguro.							
Rescisão ou extinção							
(i) rescisão mediante notificação da locatária; (ii) por qualquer das partes em caso de inadimplemento contratual; (iii) em caso de decretação de falência ou requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial.							
Natureza e razão para a operação							
Locatícia							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
GB2 Empreendimentos Ltda	01/02/2019	979.670,46	R\$765.387,19	N/A	103 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada por Acionistas da Companhia (Walter Bussadori, Antonio Giuliangeli, Roger Bolsoni e João Fernando Garcia).							
Objeto contrato							
Locação da Loja de São Jorge do Ivaí-PR (Rodovia BR 554, Km 17,1, s/n)							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	(i) caso não seja possível obter todas as licenças; (ii) mediante acordo mútuo; (iii) decretação de falência; (iv) inadimplemento total ou parcial.						
Natureza e razão para a operação	Locatícia						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
GB2 Empreendimentos Ltda	01/02/2019	1.836.882,55	R\$1.435.101,31	N/A	103 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada por Acionistas da Companhia (Walter Bussadori, Antonio Giuliangeli, Roger Bolsoni e João Fernando Garcia).						
Objeto contrato	Locação da Loja de Sertaneja-PR (Rodovia PR 160, Km 30)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	(i) caso não seja possível obter todas as licenças; (ii) mediante acordo mútuo; (iii) decretação de falência; (iv) inadimplemento total ou parcial.						
Natureza e razão para a operação	Locatícia						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
GB2 Empreendimentos Ltda	16/08/2017	13.682.328,89	R\$9.126.547,97	N/A	120 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada por Acionistas da Companhia (Walter Bussadori, Antonio Giuliangeli, Roger Bolsoni e João Fernando Garcia).						
Objeto contrato	Locação da Loja de Sertanópolis-PR (matrícula nº 6.462 – Cartório de Registro de Imóveis de Sertanópolis-PR)						
Garantia e seguros	Penhor sobre 3,7% das ações de emissão da Agro Total, de titularidade da Agro Control; Compromisso de contratação de seguro.						
Rescisão ou extinção	(i) rescisão mediante notificação da locatária.; (ii) por qualquer das partes em caso de inadimplemento contratual; (iii) em caso de decretação de falência ou requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial.						
Natureza e razão para a operação	Locatícia						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
GB2 Empreendimentos Ltda	02/02/2017	1.710.671,07	R\$1.083.232,32	N/A	126 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada por Acionista						
Objeto contrato	Locação do Barracão de Sertanópolis-PR (Rua São Paulo s/n)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Rescisão mediante notificação da locatária.						
Natureza e razão para a operação	Locatária						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
Top Invest Participações Societárias Ltda.	18/07/2019	5.000.000,00	R\$5.000.000,00	N/A	2 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista da Companhia						
Objeto contrato	Prestação de fiança à Grão de Ouro Agro em face da Santa Clara Agrociência. A fiança também foi prestada por José Saulo Gonçalves, Haroldo Kazuki Yamanaka e César Donizeti Coelho						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Liquidação do saldo devedor junto à Santa Clara.						
Natureza e razão para a operação	Constituição de garantia à Santa Clara para manutenção da linha de crédito da Grão de Ouro Agro						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Devedor						
Ouro Forte Indústria de Fertilizantes Ltda.	07/03/2018	7.500,00	N/A	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada por acionista pelos mesmos sócios da acionista Top Invest Participações Societárias Ltda.						
Objeto contrato	Locação da Loja de Alfenas-MG (Avenida Alberto Vieira Romão, nº 2759)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	(i) caso a locatária deixe de pagar os aluguéis; (ii) caso algumas das partes incorra em falta grave.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Locatícia						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
Rodrigo Freitas Bussadori	03/09/2020	99.999,96	R\$ 99.999,96	N/A	30/09/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Filho do Walter Bussadori Júnior e empregado da Companhia						
Objeto contrato	Compra e venda de Milho (Safrá 2020/2020)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out)						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
Ouro Forte Indústria de Fertilizantes Ltda.	07/03/2018	787.583,33	R\$ 238.333,33	N/A	28/02/2022	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada por acionista pelos mesmos sócios da acionista Top Invest Participações Societárias Ltda.						
Objeto contrato	Locação do Escritório em Alfenas-MG (Avenida Alberto Vieira Romão, nº 2739)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	(i) caso a locatária deixe de pagar os aluguéis; (ii) caso algumas das partes incorra em falta grave.						
Natureza e razão para a operação	Locatícia						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
Status Holding Empreendimentos e Participações Ltda.	07/03/2018	908.750,00	R\$ 275.000,00	N/A	28/02/2022	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada pelos mesmos sócios da acionista Top Invest Participações Societárias Ltda.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Locação do CDA em Alfenas-MG (Avenida Alberto Vieira Romão, nº 525)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Notificação da Locatária.						
Natureza e razão para a operação	Locatícia						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
Nutrialfa Alimentos Ltda.	30/10/2020	41.462.981,90	R\$ 41.462.981,90	N/A	6 meses e 19 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Fiadora de subsidiária da Companhia (Grão de Ouro)						
Objeto contrato	Constituição de penhor de 417.650 sacas de soja em grãos à Bayer S.A. de propriedade da Grão de Ouro Agro e das partes relacionadas (Nutrialfa Alimentos Ltda. – CNPJ n.º 19.051.962/0001-06; Grão de Ouro Comércio e Exportação de Commodities Agrícolas Ltda. – CNPJ n.º 28.501.213/0001-16)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Liquidação do saldo devedor.						
Natureza e razão para a operação	Constituição de garantia à Bayer para manutenção da linha de crédito da Grão de Ouro Agro						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Rodrigo Freitas Bussadori	02/07/2020	1.024.999,50	R\$ 1.024.999,50	N/A	30/09/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Filho do Walter Bussadori Júnior e empregado da Companhia.						
Objeto contrato	Compra e venda de Milho (Safrá 2021/2021)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out)						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar	Compradora						
Rodrigo Freitas Bussadori	22/07/2020	470.000,00	R\$ 470.000,00	N/A	30/03/2022	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Filho do Walter Bussadori Júnior e empregado da Companhia.						
Objeto contrato	Compra e venda de Soja (Safrá 2021/2022)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out).						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora.						
Rodrigo Freitas Bussadori	14/08/2020	703.500,00	R\$ 703.500,00	N/A	30/03/2022	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Filho do Walter e empregado da Companhia.						
Objeto contrato	Compra e venda de Soja (Safrá 2021/2022)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out).						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
Gabriel Freitas Bussadori	19/12/2019	799.999,80	R\$ 799.999,80	N/A	30/03/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Filho do Walter Bussadori Júnior.						
Objeto contrato	Compra e venda de Soja (Safrá 2020/2021)						
Garantia e seguros	N/A						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Multa e Compensação financeira pela parte inadimplente (Wash-Out).						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
GB5 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	16/08/2017	14.333.869,59	R\$9.561.146,31	N/A	120 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada por Acionistas da Companhia (Walter Bussadori, Antonio Giuliangeli, Roger Bolsoni e João Fernando Garcia).						
Objeto contrato	Locação do Silo de Londrina-PR (matrícula nº 62.710 – 1º Ofício de Registro de Imóveis de Londrina-PR).						
Garantia e seguros	Penhor sobre 3,9% das ações da Agro Total, de titularidade da Agro Control; Compromisso de contratação de seguro.						
Rescisão ou extinção	(i) Rescisão mediante notificação da locatária; (ii) por qualquer das partes em caso de inadimplemento contratual; (iii) em caso de decretação de falência ou requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial.						
Natureza e razão para a operação	Locatícia						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
Ronan Guilherme Giuliangeli	15/01/2020	1.580.000,40	R\$ 1.580.000,40	N/A	30/03/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Filho do Antonio Luiz Giuliangeli e é empregado da Companhia						
Objeto contrato	Compra e venda de Soja (Safrá 2020/2021)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compra e venda de grãos no curso normal dos negócios da Agro 100.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3 – Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

a) *identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses*

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação em vigor, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado e da B3, com o intuito de assegurar que todas as decisões que possam caracterizar um benefício privado a qualquer parte relacionada sejam realizadas em termos e condições usuais de mercado e em bases comutativas, sempre respeitando os interesses e objetivos da Companhia e de todos os seus acionistas. Em função disso, foi elaborada a Política de Transações com Partes Relacionadas.

O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do Estatuto Social da Companhia, Lei das Sociedades por Ações, bem como as instruções emitidas pela CVM, além da própria Política de Transações com Partes Relacionadas.

Nos termos da Políticas de Transações com Partes Relacionadas, toda operação com partes relacionadas deverá observar as mesmas normas e critérios de contratação que utiliza para selecionar prestadores de serviços e fornecedores. Além disso, é condição precedente para que as operações sejam contratadas que sejam utilizadas as mesmas bases comutativas, ou seja, as condições de mercado ao tempo de sua aprovação, e que sejam pautadas pelo respeito às normas legais e éticas.

Em situações em que qualquer transação com Partes Relacionadas exija a aprovação prévia nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas, a pessoa envolvida no processo de aprovação, que estiver em uma situação pessoal de conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação, e a referida pessoa deverá se afastar, inclusive fisicamente, das discussões e deliberações.

Caso algum administrador, que possa ter um interesse pessoal conflitante, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence e que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo.

A ausência de manifestação voluntária de qualquer tomador de decisão será considerada violação aos princípios da boa governança corporativa e a Política de Transações com Partes Relacionadas, devendo tal comportamento ser levado ao imediato conhecimento do Conselho de Administração da Companhia para tomada de decisão acerca das medidas cabíveis no caso concreto.

b) *demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado*

O processo atinente às Transações com Partes Relacionadas, visa primordialmente: (i) prevenir situações de conflito de interesses, garantindo a proteção da Companhia e de suas controladas; (ii) evitar prejuízo da Companhia ou de suas controladas ou de seus públicos de interesse em benefício de parte relacionada; e (iii) assegurar que todos os contratos celebrados com partes relacionadas respeitem condições de mercado, sem benefícios adicionais ou diferenciados em relação aos que seriam verificados em transações equivalentes, se contratadas com demais contrapartes.

A comutatividade dos contratos celebrados entre a Companhia e as suas controladas e partes relacionadas será apurada mediante a verificação da compatibilidade das cláusulas econômicas e financeiras estabelecidas no respectivo contrato entre as partes relacionadas, perante outros atos e negócios similares praticados no mercado. Em regra, as transações com partes relacionadas levam em consideração critérios de melhor preço, prazo, sinergia, melhor capacitação técnica e encargos financeiros compatíveis com as práticas usuais de mercado.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

Em determinadas operações, não é possível a demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas, em razão da especificidade do objeto da operação. Nesses casos, o pagamento compensatório das operações se justifica e é adequado considerando, em alguns casos, a avaliação do caráter personalíssimo da obrigação, além do valor intelectual e de reputação do prestador de serviços, e, em outros mediante a comparação com operações semelhantes praticadas pelo mercado em geral (quando aplicável).

Quando da celebração dos contratos com Partes Relacionadas que se encontram descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência, exceto pelo 1º Aditamento do contrato de distribuição exclusiva com a Qualyquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos S.A., firmado em 21 de dezembro de 2020, que foi feito unicamente para inclusão da Companhia e das suas novas controladas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados no tocante às tais transações. Não obstante a ausência de procedimentos ou políticas formais para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas, as transações com partes relacionadas foram formalizadas por meio de instrumentos adequados, com a devida indicação do objeto da transação, valores envolvidos no negócio, prazos e taxas cobradas, se aplicáveis, bem como dos demais direitos e responsabilidades das partes envolvidas, com o propósito de oferecer maior transparência para cada transação contratada, e priorizando agregar valores às operações da Companhia.

Especialmente com relação aos contratos relativos às operações locatícias e às operações de compra e venda de grãos, a Companhia os celebrou simultaneamente à aquisição das sociedades, tendo em vista que estes faziam parte de uma operação muito mais abrangente, envolvendo diversos direitos e interesses, de partes independentes da Companhia. Além disso, dentro da estratégia da Companhia, a manutenção da marca, da identidade e da localização geográfica dos pontos comerciais e operacionais, naquele momento, eram indispensáveis. Considerando que se tratavam de partes independentes da Companhia, não houve a necessidade de elaboração de laudos e cotações, posto que o seu interesse era meramente de se manter nos locais nos quais o negócio já estava em funcionamento.

O contrato de distribuição firmado com a Qualyquímica em 2016 e auditado em 2020, conforme acima informado, também possui caráter comutativo e os preços praticados no contrato são de mercado, comparáveis com a de outros fornecedores, conforme pesquisas de mercado realizadas recorrentemente pela Companhia.

No caso dos contratos de compra e venda de grãos, muitas das suas cláusulas são comercial e juridicamente padronizadas com todos os contratos de grãos firmados pela Companhia, não conferindo qualquer vantagem comercial às suas partes relacionadas, tais como antecipação de uma contraprestação ou preferência na aquisição de grãos. Com relação aos preços contratados, a Companhia é obrigada a observar as cotações oficiais de commodities, na data de assinatura ou na data de fixação do preço.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4 – Outras informações relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
10/02/2021	462.783.468,77		141.968.923	0	141.968.923
Tipo de capital	Capital Subscrito				
10/02/2021	462.783.468,77		141.968.923	0	141.968.923
Tipo de capital	Capital Integralizado				
10/02/2021	462.783.468,77		141.968.923	0	141.968.923
Tipo de capital	Capital Autorizado				
17/12/2020	2.500.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
03/03/2017	Assembleia Geral Extraordinária	03/03/2017	500.000,00	Subscrição particular	500.000	0	500.000	96.412.999,00000000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Fixado de acordo com os parâmetros do art. 170 da Lei das Sociedades por Ações.										
Forma de integralização										
30/09/2017	Assembleia Geral Extraordinária	30/09/2017	3.945.000,00	Subscrição particular	15.130.000	0	15.130.000	96.912.999,00000000	0,26	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Fixado de acordo com os parâmetros do art. 170 da Lei das Sociedades por Ações.										
Forma de integralização										
22/03/2018	Assembleia Geral Extraordinária	22/03/2018	254.437,40	Subscrição particular	2.544.374	0	2.544.374	100.857.999,00000000	0,10	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Fixado de acordo com os parâmetros do art. 170 da Lei das Sociedades por Ações.										
Forma de integralização										
26/09/2018	Assembleia Geral Extraordinária	26/09/2018	1.690.000,00	Subscrição particular	15.952.426	0	15.952.426	101.112.436,40000000	0,11	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Fixado de acordo com os parâmetros do art. 170 da Lei das Sociedades por Ações.										
Forma de integralização										
21/12/2018	Assembleia Geral Extraordinária	21/12/2018	2.750.431,10	Subscrição particular	27.004.724	0	27.004.724	102.802.436,40000000	0,10	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Fixado de acordo com os parâmetros do art. 170 da Lei das Sociedades por Ações.										
Forma de integralização										
20/05/2019	Assembleia Geral Extraordinária	20/05/2019	28.750.000,60	Subscrição particular	23.482.807	0	23.482.807	105.552.867,50000000	1,22	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Fixado de acordo com os parâmetros do art. 170 da Lei das Sociedades por Ações.										
Forma de integralização										
Depósito de moeda corrente nacional.										

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/10/2020	Assembleia Geral Extraordinária	30/10/2020	38.638.395,80	Subscrição particular	107.381.592	0	107.381.592	89.007.214,70000000	0,36	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Fixado de acordo com os parâmetros do art. 170 da Lei das Sociedades por Ações.										
Forma de integralização										
30/10/2020	Assembleia Geral Extraordinária	30/10/2020	35.480.065,00	Subscrição particular	98.205.960	0	98.205.960	127.645.610,50000000	0,36	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Fixado de acordo com os parâmetros do art. 170 da Lei das Sociedades por Ações.										
Forma de integralização										
30/10/2020	Assembleia Geral Extraordinária	30/10/2020	262.920.466,28	Subscrição particular	305.027.736	0	305.027.736	163.125.675,50000000	0,86	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Fixado de acordo com os parâmetros do art. 170 da Lei das Sociedades por Ações.										
Forma de integralização										
10/02/2021	Assembleia Geral Extraordinária	10/02/2021	36.737.326,99	Subscrição particular	3.640.399	0	3.640.399	426.046.141,78000000	10,09	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Fixado de acordo com os parâmetros do art. 170 da Lei das Sociedades por Ações.										
Forma de integralização										
Exercício da opção de compra de ações pelos beneficiários.										

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia aprovou um grupamento de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 2020, a qual alterou a quantidade de ações emitidas à razão de 1:4,99999998554167, pelo qual cada ação existente passará a ser representada por 4,99999998554167 ações, passando o capital social da Companhia a se dividir em 138.328.524 (cento e trinta e oito milhões, trezentos e vinte e oito mil, quinhentos e vinte e quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem que houvesse alteração no montante do capital social integralizado. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, bem como no exercício social corrente, não foram aprovados desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações da Companhia.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
30/10/2020	30/10/2020	45.295.653,40	0	0	0	134.302.868,10000000	0,00

Forma de restituição

Não aplicável.

Razão para redução

Aprovação da reorganização societária do Grupo, que acarretou na cisão parcial da Companhia.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5 – Outras informações relevantes

As informações consideradas relevantes foram informadas nos itens anteriores.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	De acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia, é conferido aos titulares de ações de emissão da Companhia direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições relativamente às ações de emissão da Companhia na proporção de suas participações no capital social. Nos termos dos Estatuto Social da Companhia, as ações ordinárias conferem ao seu titular direito a participar do lucro distribuído a título de dividendo e/ou juros sobre capital próprio, observado que, nos termos do Estatuto Social, os acionistas terão o direito ao recebimento de um dividendo anual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação da Companhia, após pagar todas as suas obrigações, os acionistas receberão os pagamentos relativos ao reembolso do capital investido na proporção de suas respectivas participações no capital social. Qualquer acionista dissidente de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se do quadro acionário, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial, nos termos do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, desde que ocorra qualquer uma das hipóteses expressamente previstas nos incisos I a VI e IX do artigo 136 na Lei das Sociedades por Ações. O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da assembleia geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso, nos termos do artigo 137, IV da Lei das Sociedades por Ações.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social da Companhia nem as deliberações tomadas em assembleia geral podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	De acordo com o regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado somente será deferida pela B3 caso seja precedida de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") realizada dentro do previsto na regulamentação editada pela CVM sobre OPAs para cancelamento de registro de companhia aberta. Para mais informações sobre a realização de OPA, ver item 18.2 abaixo.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2 – Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

O Estatuto Social da Companhia não possui regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

No que se refere a obrigação de realizar uma oferta pública de aquisição de ações, o Estatuto Social, em seu artigo 30, prevê que, em caso de alienação, direta ou indireta do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, referida alienação deverá ser contratada sob condição de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar uma oferta pública de aquisição (“OPA”) de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação, na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 – Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, a critério da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme o caso, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa ou subscrição pública, ou (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, e, no caso do Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, uma vez que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no exercício social corrente não existiam valores mobiliários de emissão da Companhia admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existem outros valores mobiliários de emissão da Companhia emitidos no Brasil, além das ações de sua emissão.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Em 31 de outubro de 2020, não existiam outros valores mobiliários de emissão da Companhia emitidos no Brasil, além das ações de sua emissão.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6 – Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

Item não aplicável, uma vez que na data deste Formulário de Referência, não existem valores mobiliários de emissão da Companhia admitidos à negociação em mercados brasileiros.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, não existem valores mobiliários de emissão da Companhia admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários da Companhia no exterior nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no exercício social corrente.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9 – Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no exercício social corrente.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 – Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

A Companhia não fez oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018, 2017, e no exercício social corrente.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 – Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

A Companhia não fez oferta pública de aquisição ações de emissão de terceiros nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, bem como no exercício social corrente.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 – Outras informações relevantes

As informações consideradas relevantes foram informadas nos itens anteriores.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não aprovou qualquer plano de recompra de ações nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e tampouco no exercício social corrente

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, considerando que a Companhia não realizou nenhuma movimentação de ações em tesouraria nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social corrente.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3 – Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	10/02/2021
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	A Companhia, seus Acionistas Controladores, diretos e indiretos, administradores, conselheiros fiscais ou membros de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou conforme identificação realizada pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, outras pessoas que tenham acesso, permanente ou eventual a informações relevantes, em virtude de (i) cargo, função ou posição na Companhia, sociedades controladoras, sociedades controladas ou sociedades coligadas, incluindo os respectivos empregados, estagiários e outros colaboradores, ou (ii) relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, bem como as Pessoas Vinculadas aos Acionistas Controladores, administradores, e conselheiros fiscais da Companhia.

Principais características e locais de consulta

A Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia estabelece regras para assegurar a observância de práticas de boa conduta na negociação, por parte dos Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, pela própria Companhia, pelos Administradores, Membros de Comitês Estatutários, gerentes e empregados da Companhia que tenham acesso frequente a Informações Relevantes, terceiros contratados pela Companhia que tenham acesso eventual ou permanente a Informações Relevantes, além de membros de quaisquer órgãos da Companhia com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, de Valores Mobiliários de emissão da Companhia, sendo certo que todos deverão assinar Termo de Adesão. Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de Informações Privilegiadas) e tipping (dicas de Informações Relevantes para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de Valores Mobiliários de emissão da Companhia sempre que realizadas por pessoas a esta relacionadas.

A íntegra da Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia pode ser consultada nos websites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e da Companhia (<http://ri.agrogalaxy.com.br>), além de estar disponível fisicamente na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP: 01453-000.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização São vedadas a negociação de valores mobiliários pelas Pessoas Vinculadas, desde a data em que tomem conhecimento de ato ou fato relevante relativo à Companhia, até a sua divulgação ao mercado.

A Companhia e as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar seus Valores Mobiliários em todos os períodos em que o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores tenha determinado a proibição de negociação, mediante autorização prévia do Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

No contexto de uma oferta pública de distribuição de Valores Mobiliários, as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar valores imobiliários, desde a data em que tenham tomado conhecimento de tal oferta pública até a publicação do anúncio de encerramento.

As Pessoas Vinculadas não poderão negociar os Valores Mobiliários, no período de 15 (quinze) dias, anterior à divulgação ou publicação, quando for o caso, bem como no próprio dia da divulgação, das (i) informações trimestrais da Companhia (ITR) ou (ii) demonstrações financeiras padronizadas da Companhia (DFP). Além disso, as Pessoas Vinculadas não poderão negociar Valores Mobiliários em período a ser determinado pelo Diretor Financeiro e de Relação com Investidores, compreendido entre a decisão tomada pelo órgão social competente, de aumentar o capital social, distribuir resultados, bonificações em ações ou seus derivativos ou aprovar desdobramento, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios.

As Pessoas Vinculadas que se afastarem da Companhia anteriormente à divulgação de Ato ou Fato Relevante originado durante seu período de gestão não poderão negociar Valores Mobiliários desde a data em que tenham tomado conhecimento de Ato ou Fato Relevante até o que ocorrer primeiro entre (i) a data de sua divulgação ao mercado pela Companhia e (ii) 6 (seis) meses após o seu afastamento.

Caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário respectivo, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, e enquanto a operação não for tornada pública por meio da publicação de fato relevante, o Conselho de da Companhia não poderá deliberar a aquisição ou alienação de ações de própria emissão.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2 – Outras informações relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1 – Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Companhia tem o compromisso de prover o mercado com informações corporativas objetivas, confiáveis, tempestivas e divulgadas de forma homogênea, em linha com os requisitos legais, para permitir a melhor decisão de investimento. Esse compromisso é mantido, em todos os momentos, inclusive nos de crise, de modo que os agentes da sociedade, em especial a comunidade de investidores, tenham acesso democrático e rápido a essas informações. Para isto, em conformidade com a Instrução CVM 358, a Companhia mantém Política de Divulgação de Informações, que trata da divulgação de Ato ou Fato Relevante, expectativas de desempenho futuro, bem como, do período de silêncio que antecede as divulgações de seu resultado.

Além disso, como a Companhia terá suas ações admitidas à negociação no segmento especial da B3 denominado “Novo Mercado” ela se submeterá às regras e disposições a respeito da divulgação de informações previstas no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 – Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação de Informações da Companhia foi aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de fevereiro de 2021 e estabelece as regras que devem ser observadas pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia e demais Pessoas Vinculadas, conforme definição abaixo, no que tange à divulgação de Informações Relevantes e à manutenção de sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas ao público. A Política de Divulgação de Informações foi elaborada nos termos da Instrução CVM 358, de 3 de janeiro de 2002 e demais normas aplicáveis.

As Pessoas Vinculadas são: a Companhia, seus Acionistas Controladores, diretos e indiretos, Administradores, Conselheiros Fiscais ou membros de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou conforme identificação realizada pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, outras pessoas que tenham acesso, permanente ou eventual, a informações relevante, em virtude de (i) cargo, função ou posição na companhia, sociedades controladoras, sociedades controladas ou sociedades coligadas, incluindo os respectivos empregados, estagiários e outros colaboradores, ou (ii) relação comercial, profissional ou de confiança com a companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição.

As Pessoas Vinculadas devem guardar sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgados, aos quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais Informações Relevantes sejam divulgados ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança e contatos comerciais também o façam.

A Informação Relevante deverá ser apresentada de forma clara e precisa, em linguagem objetiva e acessível ao público investidor. Sempre que for utilizado algum conceito técnico que, a critério do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, seja considerado como de maior complexidade, uma explicação sobre o seu significado deverá constar na divulgação.

A Informação Relevante deve ser divulgada ao público por meio do portal de notícias com página da Internet indicado no Formulário Cadastral e no website de relações com investidores da Companhia, no endereço <http://ri.agrogalaxy.com.br>, sem prejuízo da sua disponibilização no sistema da CVM, podendo o anúncio conter a descrição resumida da Informação Relevante, em teor no mínimo idêntico ao texto enviado à CVM, às Bolsas de Valores e a outras entidades, conforme aplicável.

A divulgação deverá ser feita simultaneamente à CVM e às Entidades do Mercado, com antecedência mínima de 1 (uma) hora em relação ao início ou após o encerramento da negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia nas Entidades do Mercado, sem prejuízo do disposto no item (ii) abaixo. Se e quando os Valores Mobiliários emitidos pela Companhia forem negociados simultaneamente em Entidades do Mercado brasileiras e estrangeiras, a divulgação deverá ser feita, como regra geral, antes ou depois do encerramento da negociação em todos os países, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

Qualquer Pessoa Vinculada que tenha conhecimento de atos ou fatos que possam configurar Informação Relevante deverá proceder à comunicação imediata ao Diretor Financeiro e de Relação com Investidores.

As Pessoas Vinculadas que tenham conhecimento de Informação Relevante e, após comunicarem o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, constatarem a omissão injustificada no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, deverão comunicar à CVM a Informação Relevante em questão. Não será injustificada a omissão se se tratar de situação em que, a juízo dos Acionistas Controladores e do Diretor de Relações com Investidores, haja razões para a manutenção do sigilo da Informação Relevante que resguardem interesse legítimo da Companhia, de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Companhia tem com a Política de Divulgação de Informações o objetivo de assegurar a manutenção de sigilo pelas Pessoas Vinculadas que aderem à Política, as quais devem guardar sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas, que tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais Informações Relevantes sejam divulgadas ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

Mesmo após a sua divulgação ao público, a Informação Relevante deve ser considerada como não tendo sido divulgada até que tenha decorrido tempo razoável para que os participantes do mercado tenham recebido e processado a Informação Relevante.

Violações da Política de Divulgação de Informações verificadas pelas Pessoas Vinculadas deverão ser comunicadas imediatamente à Companhia, na pessoa do Diretor Financeiro e de Relação com Investidores ou para pessoa por ele designada.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3 – Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

É de responsabilidade do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia a implementação da Política de Divulgação de Informações ao Mercado de Ato ou Fato Relevante, bem como zelar pela sua manutenção, avaliação e fiscalização.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4 – Outras informações relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.